



PARTIDO DOS TRABALHADORES

**RESOLUÇÕES
DE ENCONTROS
E CONGRESSOS
& PROGRAMAS
DE GOVERNO**

1

PARTIDO DOS TRABALHADORES

**RESOLUÇÕES
DE ENCONTROS
E CONGRESSOS
& PROGRAMAS
DE GOVERNO**

1979-2002

REEDIÇÃO 2023



| NOTA EDITORIAL

O livro que ora chega às suas mãos, em nova edição, foi um dos primeiros lançamentos da Editora da Fundação Perseu Abramo, em setembro de 1998.

Na ocasião, resultou de um trabalho conjunto entre o Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores (PT), por meio da Secretaria Nacional de Formação Política, e a Fundação Perseu Abramo (FPA), por meio de sua Editora e do Projeto Memória e História.

Mantivemos aqui, integralmente, o conteúdo original da primeira edição, atualizando apenas seu projeto gráfico, embalado em nova capa e revisado segundo o novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

Agradecemos, especialmente, Cilene Antonioli e André Oliveira, companheiros, militantes e trabalhadores no Diretório Nacional do PT. Eles contribuíram muito na reunião dos documentos e originais presentes neste trabalho.

Fundação Perseu Abramo
Instituída pelo Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores em maio de 1996.

Diretoria:

Presidente: Paulo Okamoto
Vice-presidente: Brenno Cesar Gomes de Almeida

Diretores:

Elen Coutinho,
Monica Valente
Naiara Raiol
Alberto Cantalice
Alexandre Macedo de Oliveira
Carlos Henrique Árabe
Jorge Bittar
Valter Pomar

Conselho editorial:

Albino Rubim, Alice Ruiz, André Singer, Clarisse Paradis, Conceição Evaristo,
Dainis Karepovs, Emir Sader, Hamilton Pereira, Laís Abramo, Luiz Dulci,
Macaé Evaristo, Marcio Meira, Maria Rita Kehl, Marisa Midori,
Rita Sipahi, Tassia Rabelo, Valter Silvério

Diretor da editora:

Carlos Henrique Árabe

Coordenador editorial:

Rogério Chaves

Assistente editorial:

Raquel Costa

Revisão da 2ª edição:

Boa Prosa Editorial – Cláudia Andreoti

Angélica Ramacciotti

Projeto gráfico e diagramação:

Caco Bisol

Créditos da 1ª edição: Jorge Almeida, Maria Alice Vieira, Vitória Cancelli (organização).
Ana Lúcia Santana, António Cerveira de Moura, Carlos Chirinian, Mônica Rodrigues
(pesquisa). António Cerveira de Moura (preparação de originais). Cláudia Maas, Gezilda
Martins Lima, Maria Coerin (digitação). António Cerveira de Moura, Gezilda Martins
Lima, Maurício Balthazar Leal, Myriam Luiz Alvez (revisão). Paula Cristina Bernardo
(índice remissivo).

Fundação Perseu Abramo
Rua Francisco Cruz, 234 – Vila Mariana
04117-091 São Paulo – SP
Fone: (11) 5571 4299
www.fpabramo.org.br

Partido dos Trabalhadores
P276r Resoluções de encontros e congressos & programas de
governo: 1979-1988 [livro eletrônico] / São Paulo :
Fundação Perseu Abramo, 2023.

905 p.

Reedição 2023

ISBN 978-65-5626-060-0

1. Partido dos Trabalhadores 2. Resoluções
3. Programas de governo I. Título

SUMÁRIO

- 3 NOTA EDITORIAL (2023)
- 8 PREFÁCIO, POR GLEISI HOFFMAN E PAULO OKAMOTTO (2024)
- 10 APRESENTAÇÃO, POR CARLOS HENRIQUE ÁRABE (2024)
- 11 PREFÁCIO, POR JOSÉ DIRCEU (1998)
- 15 APRESENTAÇÃO, POR JORGE ALMEIDA E LUIZ SOARES DULCI (1998)
- 18 NOTA DOS ORGANIZADORES (1998)

- 20 INTRODUÇÃO, POR WLADIMIR POMAR
- 46 SINOPSE
- 54 DOCUMENTOS PRÉ-PT
 - 55 A tese de “Santo André-Lins”
 - 57 Carta de Princípios do Partido dos Trabalhadores
 - 65 Declaração política
 - 69 Plataforma política
 - 73 Comissão Nacional Provisória
- 75 DOCUMENTOS DA FUNDAÇÃO DO PT
 - 76 Ato Nacional de Lançamento do PT
 - 77 Manifesto de Fundação do Partido dos Trabalhadores
 - 80 Programa
 - 83 Plano de Ação do Partido dos Trabalhadores
 - 85 Estatuto do Partido dos Trabalhadores (PT)
 - 107 Comissão Diretora Nacional Provisória
 - 108 Executiva da Comissão Diretora Nacional Provisória
- 109 1º ENCONTRO NACIONAL
 - 111 Desemprego
 - 113 Eleições
 - 117 Regimento interno
 - 118 Carta de Brasília
 - 120 Discurso de Luiz Inácio Lula da Silva na 1ª Convenção Nacional do Partido dos Trabalhadores

- 133 1º Diretório Nacional
- 138 2º ENCONTRO NACIONAL
 - 140 Plataforma eleitoral nacional - Trabalho, terra e liberdade
 - 151 Carta eleitoral do Partido dos Trabalhadores
- 161 3º ENCONTRO NACIONAL
 - 164 Fundação Wilson Pinheiro – FWP
 - 165 Finanças
 - 168 Teses para a atuação do PT
 - 186 Regimento interno do PT
 - 207 Moções
 - 208 Nota à imprensa
 - 209 2º Diretório Nacional
- 213 ENCONTRO NACIONAL EXTRAORDINÁRIO
 - 215 Contra o continuísmo e o pacto
- 233 4º ENCONTRO NACIONAL
 - 235 Linha sindical do PT
 - 267 Documento eleitoral básico
 - 289 Plano de ação política e organizativa do PT para o período 1986/87/88
 - 351 Recursos eleitorais
 - 353 Constituinte
 - 354 Moções
 - 355 Outras resoluções
 - 356 3º Diretório Nacional
- 360 5º ENCONTRO NACIONAL
 - 363 Resoluções políticas
 - 427 Resolução sobre tendências
 - 430 Resolução sobre proporcionalidade
 - 432 Anexo: Regulamentação de tendências internas
 - 438 4º Diretório Nacional
- 442 6º ENCONTRO NACIONAL
 - 444 O momento atual e as nossas tarefas
 - 453 As eleições presidenciais e a candidatura Lula
 - 475 Diretrizes para a elaboração do Programa de Governo
 - 487 As bases do Plano de Ação do Governo (PAG)
 - 515 Moção
- 516 7º ENCONTRO NACIONAL
 - 519 O socialismo petista

- 527 Construção partidária
- 547 Conjuntura e tática
- 576 Moções
- 577 5º Diretório Nacional
- 581 1º CONGRESSO NACIONAL**
 - 584 Socialismo
 - 628 Partido
 - 655 Conjuntura
 - 659 Moções
- 662 8º ENCONTRO NACIONAL**
 - 665 Carta de Brasília
 - 667 Por um governo democrático-popular
 - 688 O momento político
 - 696 Moções
 - 697 6º Diretório Nacional
- 700 9º ENCONTRO NACIONAL**
 - 702 A conjuntura e a campanha
 - 740 Resolução sobre fidelidade partidária
 - 741 Carta eleitoral
 - 745 Moções
- 746 10º ENCONTRO NACIONAL**
 - 749 Conjuntura nacional
 - 771 Construção partidária
 - 779 O PT e os movimentos sociais
 - 786 Resolução sobre os petistas e a Comunidade solidária
 - 788 7º Diretório Nacional
- 792 11º ENCONTRO NACIONAL**
 - 795 Carta do Rio de Janeiro
 - 796 Resoluções políticas
 - 810 Campanha José Rainha é inocente
 - 810 Sobre o Grito dos excluídos
 - 811 8º Diretório Nacional
- 814 ENCONTRO NACIONAL EXTRAORDINÁRIO**
 - 816 Resoluções aprovadas - o fim de um ciclo
 - 831 Recursos
- 833 RESOLUÇÕES DE ENCONTROS E PROGRAMAS DE GOVERNO**
- 891 PROGRAMAS DE GOVERNO - SINOPSES**
- 901 ÍNDICE DE SIGLAS**

| PREFÁCIO À EDIÇÃO DE 2023

A construção política do Partido dos Trabalhadores e das Trabalhadoras (PT) reflete um processo de evolução permanente, sempre referenciado na defesa dos direitos da classe trabalhadora e da maioria da população brasileira. É um processo vivo, marcado por intensos debates internos que pautam, democraticamente, as Resoluções dos Encontros e Congressos do PT desde sua fundação, em fevereiro de 1980.

Estas Resoluções nos formam, nos orientam e fornecem luz ao conjunto do partido, para nossos avanços e também nos momentos mais difíceis. Ao reuni-las nesta segunda edição, a Fundação Perseu Abramo (FPA) possibilita um conhecimento criterioso da evolução histórica do PT e, ao mesmo tempo, uma avaliação crítica sobre os posicionamentos do Partido em diversas conjunturas.

Este conjunto de documentos proporciona uma ampla visão do processo político brasileiro nas quatro últimas décadas, profundamente marcado pela entrada em cena do PT, a mais importante força organizada da classe trabalhadora na história do país.

Desde o seu início, o PT defendeu que a classe trabalhadora só se libertaria através dela própria e que o povo é protagonista do seu processo de emancipação. O Partido dos Trabalhadores e das Trabalhadoras (PT) nasceu e cresceu enfrentando, nas lutas sociais, de ideias e também nas instituições, a ordem dominante neste país e na América Latina, especialmente.

Os textos reunidos neste livro constituem um importante trabalho sobre a identidade do PT e apresentam a sua posição diante de encruzilhadas políticas. Também registram o papel do Partido na elaboração de políticas públicas que mudaram para sempre a vida do povo brasileiro.

Após anos construindo o maior partido político de esquerda da América Latina, é necessário afirmar que a política não deve ser analisada somente pelo presente, é fundamental compreender a história para que se entenda o caminho que está sendo trilhado por atores e atrizes políticos do nosso país e, também, do mundo.

As resoluções aqui disponíveis expressam a concepção do Partido sobre a realidade em que estava inserido no momento de suas elaborações, como a nossa opinião sobre a eleição de 1989, primeira que disputamos a presidência da República com o companheiro Lula. Após a derrota e com o movimento social em refluxo, a nossa resolução apontava que era necessário fazer um chamado aos diferentes setores sociais para reagir “às medidas ilegais, ao autoritarismo e a vergonhosa propaganda que acompanharam o Plano Collor”.

Esse processo de decisão e democracia interna no PT fez dos Encontros e Congressos uma das características mais vibrantes do Partido, graças à pluralidade de ideias e forças. Os grandes documentos do partido não foram elaborados de forma fria, tendo como base apenas elementos técnicos. Ao contrário, foram redigidos em meio a divergências e disputas.

As resoluções estabelecidas simbolizam o pacto político entre os grupos, em sua diversidade. Temos marcos importantes e históricos. O 5º Encontro aconteceu quando o país ainda sem eleições diretas, o 6º Encontro ocorreu após a queda do Muro de Berlim – momento de crise do socialismo –, e o 7º aprovou a resolução O socialismo petista. O 1º Congresso aconteceu após a derrota na eleição presidencial de 1989 para Fernando Collor de Mello, no 3º Congresso foi reafirmada a política de alianças com outros partidos e o 6º Congresso ocorreu no ano em que Dilma Rousseff foi vítima de um golpe de Estado.

A linha política do Partido foi construída dessa forma. Disto tudo depende nosso futuro. Reconstruir o país também requer fortalecer o que o Partido dos Trabalhadores e das Trabalhadoras (PT) tem de melhor: a sua militância. Há muito para ser feito, a luta continua.

Paulo Okamoto
Presidente da Fundação Perseu Abramo
Gleisi Hoffmann
Presidenta nacional do PT

APRESENTAÇÃO (2023)

O livro *Partido dos Trabalhadores – Resoluções de Encontros e Congressos*, lançado originalmente em setembro de 1998 pela Fundação Perseu Abramo e Diretório Nacional do PT foi atualizado em 2002 e agora, no ano de aniversário de 43 anos, recebe uma nova edição, revisada e ampliada.

Estão presentes aqui documentos históricos desde o movimento pré-PT de 1979. Incluem textos de resoluções de encontros e congressos do Partido dos Trabalhadores (PT), somados aos programas de governo desde 1989.

É uma obra de referência que servirá aos militantes e pesquisadores, ela mesma um importante patrimônio histórico e político do partido mais enraizado e lembrado do país.

Os dois volumes que compõem essa edição de *Partido dos Trabalhadores – Resoluções de Encontros e Congressos e Programas de Governo* têm, como vimos, sua própria história. Ao mesmo tempo, revelam a força e a trajetória de um partido fruto de sínteses por meio dos combates pela democracia e pela igualdade, dos debates aguerridos e plurais, da intensa interação com movimentos sociais e políticos que emergiram na sociedade de classes do Brasil contemporâneo. E a história desse partido é tão mais vibrante e criativa quanto mais expressa a construção do socialismo democrático.

No PT, dirigentes e base militante construíram um espaço comum, uma ferramenta coletiva de ação com experiência de gerações dedicadas à luta por um Brasil justo e igualitário.

Nas páginas que seguem estão presentes desafios, contradições e superações vitoriosas. Esperamos que contribuam para manter viva a história do Partido dos Trabalhadores!

Carlos Henrique Árabe
Diretor da Fundação Perseu Abramo

| PREFÁCIO

É com imenso prazer que escrevo esta introdução porque, de certa forma, minha vida se confunde com as resoluções e deliberações dos Encontros do PT.

Vou escrever da ótica de quem viveu cada momento do Partido, de quem viu seu nascimento da clandestinidade, de quem havia sonhado anos com o seu surgimento.

E vou fazê-lo sempre relacionando o Partido com a história do nosso país: o PT com o Brasil; o PT com os acontecimentos políticos, sociais e econômicos dos últimos 20 anos; o PT com os momentos alegres e tristes de nossa gente; o PT com nossas vitórias e derrotas; o PT como nasceu, como cresceu, como é.

O nascimento do PT já mostra, em todos os seus documentos e resoluções, que o Partido estava ligado às lutas dos novos agentes sociais e políticos que surgiram no Brasil no final da década de 1970.

Se é verdade que o PT resgata a memória, as lutas, as bandeiras, as propostas da esquerda brasileira, desde o seu nascimento, também é verdade que ele é um partido contemporâneo do Brasil no qual ainda vivemos.

O manifesto e a plataforma do PT estão intimamente ligados à luta contra a ditadura militar, com a confluência de três grandes correntes no nascimento do Partido: os sindicalistas; as comunidades de base e os movimentos populares ligados à Igreja católica; e a esquerda que vivia na clandestinidade.

Por isso, a leitura do manifesto e da plataforma do PT é a leitura de um movimento que revela um partido novo, democrático, construído a partir das bases, pluralista, socialista, profundamente comprometido com a democracia, porque lutava contra uma ditadura militar e já trazia em si a crítica ao socialismo burocrático e totalitário, e porque queria que o Brasil respeitasse o direito e a cidadania dos seus trabalhadores.

O estatuto do PT já está marcado por uma profunda convicção da prática democrática e pelo repúdio às práticas stalinistas e/ou elitistas que caracterizam os partidos de direita.

As resoluções do PT estarão ligadas às lutas sociais e políticas que o Partido protagonizou. Assim, nós vamos encontrar nessas resoluções a marca

da luta contra a ditadura militar, a Lei de Segurança Nacional; da luta pela autonomia e defesa do direito de greve e pela independência dos sindicatos; da luta pela defesa do salário, da segurança e da saúde dos trabalhadores nas fábricas; da luta pela democracia, pela liberdade, pelo fim da censura; da luta pelo desenvolvimento com distribuição de renda; e da luta pela solidariedade entre as nações.

Logo em seus primeiros encontros o PT já está envolvido em eleições, na sua legalização como partido político e na luta para eleger seus primeiros vereadores, prefeitos e deputados. Os confrontos e as divergências próprias do pluralismo do PT já marcam também as discussões sobre a legalidade e a forma de organização do Partido, que estará expressa em seus estatutos.

Um dos momentos altos do Partido está nas resoluções dos encontros, particularmente o estadual de São Paulo, e depois o nacional, que desencadearam o movimento pelas eleições diretas para presidente da República. Num determinado momento, após as lutas contra os pacotes econômicos do governo João Figueiredo, o Partido resolve lançar a campanha das diretas, sintetizando em um único objetivo – a eleição de um presidente – toda a luta institucional contra a ditadura.

Contrariando a tradição da esquerda, de luta por uma Assembleia Constituinte, o PT encontra assim uma bandeira que unificará a maioria do povo brasileiro e derrotará a ditadura militar, apesar do Colégio Eleitoral.

O 5º Encontro Nacional do PT, em 1987, também merece ser destacado, porque foi um momento de mudança radical no Partido. O PT assume que seu objetivo é chegar ao governo. Começa, assim, a construir programas de governo e elaborar políticas públicas. Já tem experiências de governos municipais e mandatos legislativos. Organiza a produção política que vem de movimentos sociais; alia essa produção àquela que vem de nossas assessorias e daqueles que estão exercendo cargos no Estado e em governos. E, a partir do debate, o Partido consegue uma síntese do que serão as políticas públicas do PT, que surgirão com força na década de 1990.

Além de lutar pelo poder e apresentar programas de governo, o PT decide-se pela política de acúmulo de forças, pela construção da democracia e por uma política de alianças. Além disso, lança a proposta de um programa democrático-popular.

Essa tática política colherá frutos em 1988, com a vitória do PT em capitais importantes do Brasil. Antes, o PT foi o único partido a apresentar um

projeto de Constituinte e as resoluções dos encontros do Partido fundamentaram as decisões tomadas pelo Diretório Nacional, que dirigirão os trabalhos de nossa bancada na Assembleia Nacional Constituinte.

As eleições de 1988 significarão um momento sem volta, do avanço do Partido para governar cidades importantes do país, até chegar à conquista de governos estaduais, em 1994.

Na Constituinte, deixamos nossa marca, produto de resoluções e deliberações de encontros do PT, e repetimos sínteses de propostas surgidas nas lutas sociais, na atuação no Parlamento, nos governos, em nossas assessorias, em nossos quadros na administração pública. Ou seja, propostas que representavam um movimento vivo na sociedade.

Num segundo momento, vamos ter um salto de qualidade na elaboração do programa de governo da campanha Lula presidente, em 1989, que se aperfeiçoará em 1994. E, em 1998, aparecerá já como um programa de uma ampla frente de esquerda.

Destaco esses momentos das resoluções e deliberações do PT para reafirmar como elas expressam o contexto político e social que o país vive, apesar das divergências e das lutas internas, apesar de muitas vezes não conseguirmos ter uma perfeita avaliação da situação política nacional ou estarmos em sintonia com o desenvolvimento dos acontecimentos internacionais.

Por isso mesmo quero destacar a drástica mudança que houve no PT em 1993, no VIII Encontro Nacional, quando as forças políticas que detinham maioria no PT desde o seu I Encontro foram derrotadas, e surge uma nova maioria que vai perdurar até 1995.

O I Congresso, em 1991, acredito, foi o ponto máximo da atuação das maiorias formadas na década de 1980. De certa forma, esse congresso fracassou, porque se propôs a reestruturar os Estatutos e o Regimento do PT, as normas de orientação do Partido, seus princípios e a democracia interna, que não foram nem sequer implantadas, em sua maioria.

Fracassou também na tentativa de fazer um debate sobre um projeto para o Brasil. Se observarmos com rigor as várias resoluções sobre o socialismo, particularmente as do 7º Encontro Nacional, em 1990, veremos que elas estão em um nível bem superior ao das resoluções do I Congresso.

Virada a página do I Congresso, o Partido não encontra mais sua unidade e deixa de ter uma maioria consolidada. As consequências dessa falta de unidade e maioria apareceram em 1993. O Partido tinha ido bem nas eleições

de 1992, crescido, se consolidado. Mas os impasses que voltarão a surgir em 1998 levaram à derrota daquela maioria.

A nova maioria não se consolidou, não conseguiu governar o Partido, não apresentou propostas que mudassem radicalmente o PT, apesar de que, de certa forma, conteve orientações políticas que poderiam descaracterizar o Partido.

No entanto, os efeitos de sua política, de sua forma de dirigir o Partido, logo apareceram. Em 1995, surge uma nova maioria, que retoma o que iniciamos no 5º e no 7º Encontros Nacionais: uma série de decisões sobre política de alianças, de visão sobre o Brasil, de atuação dos movimentos sociais, de reestruturação do Partido, que deram a base para continuarmos, em 1997, com a mesma orientação, e consolidarmos em 1998 a candidatura de Lula, as diretrizes do seu programa de governo, a realização da nossa política de alianças com a União do Povo/Muda Brasil, a aliança com o PDT, com Brizola como vice e os palanques regionais.

As resoluções do 10º e 11º Encontros do Partido foram levadas à prática, assim como também o foram as do V e VII Encontros.

Faço este texto a título pessoal, e assumo inteira responsabilidade por seu conteúdo. Acredito que o que o Partido precisa agora é do II Congresso, que faça um novo Estatuto e um novo Regimento, que repense suas formas de organização, de comunicação, de financiamento, que aprofunde a transformação do PT numa instituição política nacional, mas também num partido popular, apoiado na militância, aberto para a sociedade, atuante nas lutas sociais. Que avalie nossas políticas de governo, que aprofunde a interação entre o Partido e seus governos, que avalie nossa política de alianças e, principalmente, que aprofunde nossa visão sobre o Brasil e retome nossa reflexão sobre o socialismo democrático.

Às vésperas da realização das eleições presidenciais, nada mais oportuno que reler e rever as resoluções do nosso Partido com espírito crítico, mas com esperança e com a certeza de um futuro melhor.

Agosto de 1998

José Dirceu

Presidente do PT, 1995-1997 e 1998-2002

| APRESENTAÇÃO (1998)

Pela primeira vez, o Partido dos Trabalhadores (PT) publica a íntegra das resoluções de seus principais fóruns nacionais de decisão, especialmente seus Encontros e Congresso nacionais. É o que apresentamos nas páginas deste livro.

Antes de tudo, são documentos fundamentais para a compreensão da história do PT e para a realização de qualquer balanço político do Partido ou para o estudo histórico ou político de caráter acadêmico. Enfim, necessários para entender o PT e a vida nacional nos anos mais recentes.

É evidente que a história do PT não foi feita somente de resoluções de encontros nacionais, nem estas são suficientes para a compreensão de sua trajetória. Importantes decisões de seu Diretório Nacional e de instâncias estaduais e municipais tiveram um papel, muitas vezes, decisivo para a postura do Partido ou para provocar decisões políticas nacionais. Também a ação dos militantes nos movimentos sociais e na institucionalidade estatal sempre foram essenciais para a vida partidária, desde o período embrionário do Movimento pró-PT, até os dias atuais, passando por momentos de grande efervescência na vida política do país ou de crises políticas internas. Porém, a leitura organizada destas resoluções é indispensável para entender a dinâmica das posições políticas mais gerais e estratégicas do PT e os seus posicionamentos conjunturais.

Mesmo que nem sempre o contexto esteja muito claro; que o texto não reflita todo o rico processo de debate interno das teses, entre as tendências, e aqueles existentes na sociedade em cada momento; e que não façam um balanço de decisões anteriormente bem ou mal definidas; aqui podemos encontrar uma fonte privilegiada para entender uma parte muito importante dos últimos 20 anos de história do Brasil e das lutas dos trabalhadores em nível internacional.

A partir da ascensão das lutas democráticas, operárias e populares do final da década de 1970 e sua relação com importantes processos de lutas dos trabalhadores em nível internacional naquele período e no imediatamente anterior, por estas páginas passam o período final da luta contra a Ditadura Militar, o crescimento do movimento sindical e popular com o surgimento da CUT, o crescimento e afirmação do próprio PT, a luta da juventude, dos negros, das mulheres, em defesa do meio ambiente e dos direitos humanos e o desenvolvimento da luta dos trabalhadores rurais, especialmente do MST. A luta por democracia, a campanha das diretas para presidente, contra os cinco

anos para Sarney e a campanha pelo impeachment de Collor. O sandinismo na Nicarágua e a intervenção imperialista por meio dos contras, o Solidariedade, a queda do Muro de Berlim, o fim do bloco do Leste Europeu e da URSS, o massacre da Praça da Paz Celestial, a resistência de Cuba, o debate pela renovação do socialismo e a solidariedade internacionalista. O avanço da revolução tecnocientífica e do neoliberalismo, assim como as consequências econômicas, políticas, ideológicas e sociais de ambos e a crise que este último passou a enfrentar. As campanhas eleitorais, especialmente as de Lula para presidente e das prefeituras e governos estaduais conquistados pelo PT, assim como os desafios, avanços e problemas daí decorrentes. As contribuições e os impasses vividos pelos diversos movimentos sociais nas últimas décadas. Vitórias e derrotas. Alegrias e tristezas. Conquista de espaços e perda de companheiros assassinados. Disputas internas e unidade para enfrentar a classe dominante.

Enfim, aqui estão as resoluções de 11 Encontros Nacionais ordinários, de dois Encontros Nacionais Extraordinários, de várias reuniões anteriores ao 1º Encontro, do discurso de Lula na 1ª Convenção que legalizou o Partido junto à Justiça Eleitoral e o I Congresso Nacional, além de resolução do Diretório Nacional sobre a regulamentação das tendências internas ao Partido. Indo até o Encontro Nacional Extraordinário de junho de 1998.

Foi um trabalho árduo para todos os companheiros que se envolveram na tarefa, na medida em que algumas resoluções não tinham sido publicadas ou o foram de modo muito precário (e impressas até mesmo em mimeógrafo) e sem revisões. Exigiu, assim, uma boa pesquisa, contemplação de versões, uma ampla revisão gramatical e notas para situar contextos e explicar o significado de determinadas siglas e termos hoje em desuso, esquecidos ou desconhecidos dos mais novos militantes e leitores de modo geral. Temos consciência de que ainda podem haver lacunas, mas pensamos que a melhor maneira de superá-las será a contribuição de cada um(a) dos(as) leitores(as), que poderão ajudar uma próxima edição.

São resoluções que geraram polêmicas antes, durante e depois de serem aprovadas e que, certamente, continuarão a gerar polêmicas tantos dos seus textos agora publicados, como sua introdução, prefácios e apresentação.

O PT, entretanto, sempre viveu dentro dela, e isto tem sido uma das energias que lhe deu vida internamente e na sociedade. E, seguramente, este conjunto agora publicado poderá ajudar a todos a organizar melhor o debate, quando estamos perto de completar 20 anos de atividade coletiva, especialmente se a entendemos desde o período do Movimento pró-PT e do lançamento de sua Carta de Princípios em 1º de maio de 1979.

Simbolicamente, o ano de 1999, último do século e do milênio e vigésimo do PT, será também o ano do II Congresso Nacional do Partido dos Trabalhadores. Ano em que o Partido passará por um balanço bem amplo de sua história e atuação nas lutas sociais, políticas e culturais do país e quando suas posições mais de fundo, especialmente ligadas à concepção de partido, de projeto de socialismo e de estratégia para a sua construção, serão o centro das preocupações e do debate partidário.

Têm assim, tanto os militantes que participarão diretamente das decisões quanto os demais segmentos da sociedade que, de alguma maneira, poderão contribuir para este debate ou que estejam simplesmente interessados em acompanhá-lo, um material indispensável.

De certa maneira, a Secretaria Nacional de Formação Política do Diretório Nacional do PT e a Fundação Perseu Abramo, dão esta primeira contribuição – entre outras que, certamente, virão durante o ano de 1999 – a este processo.

Ao mesmo tempo, independentemente de um momento especial de debate interno, como será o II Congresso, temos aqui um rico material para a atividade cotidiana de formação política de nossa militância. Ao lado dos Cadernos de Formação de Base – sobre o PT, história do Brasil e estratégia – que a Secretaria Nacional de Formação do PT vem publicando; da revista Teoria&Debate – agora sob responsabilidade da Fundação Perseu Abramo; de outras publicações da Fundação e das demais secretarias e instâncias do PT; e de outros materiais impressos ou audiovisuais já disponíveis para as atividades formativas; este livro é uma leitura obrigatória para todos os que têm se envolvido ou pretendam atuar como formadores políticos no Partido ou nos movimentos sociais.

Finalmente, fica o nosso abraço de agradecimento a todos os companheiros que, de alguma forma, contribuíram para tornar este projeto uma realidade e a nossa esperança de estar, de fato, ajudando a tornar o nosso processo de debates e deliberações partidárias mais consciente e estimulante, individual e coletivamente.

Agosto de 1998

Jorge Almeida

Secretário Nacional de Formação Política do PT

Luiz Soares Dulci

Presidente da Fundação Perseu Abramo

| NOTA DOS ORGANIZADORES

Partido dos Trabalhadores: Resoluções de Encontros e Congressos... uma ideia de muito tempo, proposta originalmente por Perseu Abramo, agora concretizada na forma de livro, que incorpora mais de um ano de trabalho das equipes da Secretaria Nacional de Formação Política (SNFP) do Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores (PT) e do Projeto Memória & História, desenvolvido pela Fundação Perseu Abramo, e principalmente os 20 anos da história de um dos mais destacados partidos políticos do Brasil.

Foi um ano de buscas, descobertas, verificações, comparações, revisões, entrevistas, incluindo até duas versões preliminares, realizadas pela SNFP e reproduzidas em xerox para apoio a cursos de formação de formadores.

Com a perspectiva de ser a reconstituição de sua história um componente fundamental para a própria consolidação do PT, a SNFP concentrou esforços na recuperação das Resoluções dos Encontros Nacionais e do Congresso, enquanto o Projeto Memória & História deu início, em 1997, ao trabalho de triagem da documentação produzida pelo Diretório Nacional do PT desde 1980. Este acervo, em fase de organização, contém uma vasta documentação ainda fragmentada, dispersa e muitas vezes com diferentes edições (por problemas de datilografia, digitação ou outros), com informações insuficientes ou não documentadas e registros não datados. Estas foram algumas das dificuldades enfrentadas, o que tornou imprescindível a realização de entrevistas, checagens e muitas revisões. À medida que a pesquisa avançava, foram surgindo novos documentos, do que resultou este vasto volume.

Até o 4º Encontro Nacional trabalhamos com a documentação original (atas, circulares divulgando as resoluções, regimento interno dos encontros etc.), geralmente datilografada e multiplicada em mimeógrafos ou fotocópias e muitas vezes reproduzidas por diferentes setores do partido e em diversos lugares (o que explica as diferenças entre as edições), exigindo apelos à memória dos participantes, seja como elaboradores de relatórios e teses, seja como delegados ou observadores.

A partir do 5º Encontro as referências foram as publicações oficiais das resoluções, editadas sob responsabilidade do Diretório Nacional ou da

Comissão Executiva Nacional, diretamente ou por intermédio das secretarias nacionais, principalmente a de Comunicação.

O resultado das pesquisas gerou a necessidade de notas de esclarecimento em alguns pontos dos textos, às vezes até por razões gramaticais, claramente identificadas por colchetes ou em notas de rodapé.

Outro ponto que merece destaque diz respeito à falta de uniformidade das informações coletadas, consequência do grau preliminar de organização da documentação e da heterogeneidade dos registros efetuados, tanto na forma como no conteúdo. Exemplo disso são os cargos ocupados pelos integrantes da Comissão Executiva Nacional a partir da legalização do Partido, em 1980. Desde o início, o PT preocupou-se em criar secretarias nacionais que não seguissem exclusivamente as exigências da legislação partidária. Secretarias sindical, de organização, agrária, de relações internacionais, de formação política, de mulheres, de juventude, de movimentos populares, de mobilização, de imprensa e propaganda e, mais recentemente, de combate ao racismo e de meio ambiente foram estruturas montadas de acordo com as necessidades políticas do Partido. A pesquisa realizada recompôs esta estrutura informal, ainda que possa ter deixado lacunas.

A importância para a luta dos trabalhadores por sua emancipação como classe, por si só, justifica este esforço de reconstituição de uma parte importante da memória do PT, com a reunião de textos e documentos que constituem as resoluções dos seus Encontros Nacionais e do Congresso.

Agradecemos a todos os que contribuíram para que este trabalho se concretizasse, destacando o imprescindível empenho da equipe da Secretaria Nacional de Organização (SORG) do PT na recuperação de valiosas informações.

Finalmente, com este trabalho homenageamos Perseu Abramo. Sua dedicação na organização do PT e sua preocupação em preservar sua memória, deixando essa história para reflexão das futuras gerações, estão presentes em cada anotação, observação, resumo e artigo encontrados em meio à documentação do Partido, muitas vezes até confundindo-se com ela. Perseu Abramo é um dos maiores representantes dessa multidão de militantes e simpatizantes que, ao longo destes anos, depositaram suas esperanças no PT e entregaram-se à construção desse projeto.

Os organizadores

| INTRODUÇÃO¹

WLADIMIR POMAR²

UM PASSO INICIAL

Na Resolução do I Congresso do PT, em 1991, afirmava-se que *ainda está por ser feito um balanço global – histórico, político e organizativo – da experiência de construção do PT.*

Talvez os congressistas tenham levado em conta a experiência internacional segundo a qual apenas através de prolongados processos de avaliações e balanços críticos, tanto das experiências positivas quanto negativas, os partidos de trabalhadores conseguem consolidar políticas unificadoras e transformar-se em forças sociais efetivas, embora conservando divergências internas em vários aspectos da ideologia e da política.

Nos partidos burgueses esta necessidade não é tão premente. Seus interesses econômicos e sociais, assim como sua ideologia, são predominantes na sociedade e servem para agrupá-los e unificá-los quase naturalmente. Os partidos de trabalhadores, ao contrário, remam contra a corrente. São, a todo momento, bombardeados pela ideologia, a política, as promessas e as pressões dominantes, obrigando-se a criar métodos e mecanismos que fortaleçam constantemente sua ideologia e sua política. É neste contexto que os balanços críticos, ou globais, são indispensáveis.

Quando o papel educativo e unificador desses balanços é subestimado, cristalizam-se diferentes visões e práticas políticas excludentes, sob um mesmo teto. Cisões, neste caso, têm sido o mal menor. O mais trágico é a decomposição política e organizativa, que leva o partido a assemelhar-se aos tradicionais partidos burgueses, colocando-se a serviço dos interesses que antes combatia.

1. Os trechos em itálico, constantes desta Introdução, são transcrições livres das resoluções dos encontros nacionais do PT, o que pode levar o leitor, em alguns momentos, a confundir as opiniões dos encontros com as do autor. De qualquer maneira, a responsabilidade das transcrições é plenamente do autor. Para a efetivação deste texto introdutório, colaboraram Myrian Alves e Delcimar Martins.

2. Jornalista e autor de vários livros. Foi membro da Comissão Executiva Nacional do PT de 1986 a 1990 e coordenador geral da Campanha Lula, em 1989.

Sendo ou não o passo inicial de um processo de avaliação crítica da experiência petista o motivo da reunião, num texto único, das resoluções dos Encontros e Congresso Nacionais do PT, esta publicação pode servir não somente como referência bibliográfica para estudiosos, mas também como um instrumento ideológico e político de unificação partidária.

É verdade que ela é editada num momento conjuntural desfavorável para qualquer esforço de balanço global. As eleições de 1998 colocam, mais uma vez, o PT como polo de disputa do governo central, exigindo que todas as suas forças sejam direcionadas para esse objetivo.

Entretanto, também é verdade que os cenários pós-98, quaisquer que sejam os resultados eleitorais, devem erguer ante o PT desafios maiores do que todos os enfrentados anteriormente, em virtude da desestruturação econômica, social e política do país, levada a cabo pelo governo FHC. Nesta perspectiva, a necessidade de uma avaliação profunda da experiência do PT deve tornar-se ainda mais imperiosa, confirmando a oportunidade desta publicação.

É preciso levar em conta, por outro lado, que as resoluções aqui editadas contêm aspectos que podem limitar a compreensão das experiências vividas pelo partido. Nem sempre explicitam, por exemplo, o contexto político e social em que foram produzidas; quase nunca colocam à mostra o rico e variado debate que as envolveu; são, em geral, ufanistas em relação às possibilidades reais do PT; por fim, o que é particularmente importante do ponto de vista da relação entre teoria e prática, raramente avaliam os contrastes e as concordâncias das resoluções anteriores em relação à realidade existente e à prática partidária.

Neste sentido, é significativo e interessante notar que momentos tão importantes da participação do PT na vida social e política brasileira, como a campanha das Diretas Já, a campanha Lula Presidente de 1989 e a campanha do *impeachment* contra Collor, não mereceram avaliações críticas detalhadas nas resoluções dos Encontros nacionais imediatamente posteriores.

Mesmo assim, se os militantes e dirigentes do PT tiverem o fôlego necessário para rever tudo o que foi escrito em seus Encontros nacionais, poderão encontrar um material inestimável para avaliar criticamente a experiência de luta e construção partidárias. Tal avaliação pode ser ainda mais profunda se se reportarem aos debates anteriores a cada encontro, existentes na imprensa partidária e nos cadernos de teses.

PRELIMINARES

As resoluções reúnem temas extremamente variados, como a luta democrática, a luta pelo poder, os movimentos sindical e popular, a luta institucional, os movimentos de mulheres, negros, indígenas e outras minorias, a estratégia, as táticas, o movimento ecológico, as análises estruturais e as análises conjunturais, o socialismo real e o socialismo que queremos, a construção do PT etc. etc.

Trata-se de um vasto painel de assuntos elaborados em contextos nem sempre semelhantes. Retrospectivamente, as resoluções abrangem o período de 1978, imediatamente anterior à fundação do PT, a 1997, em que Lula é novamente apontado candidato do partido à presidência da República. Limitar-nos-emos a apontar alguns traços que sirvam de referência ao estudo do material agora reunido, tanto em relação ao contexto em que foram produzidos, quanto em relação à evolução do pensamento estratégico e do socialismo petistas.

A fundação do PT, em 1980, marcada por seu Manifesto e seu Programa, assim como o 1º Encontro nacional, em 1981, ocorrem numa conjuntura de crise da ditadura, tanto econômica quanto política, e de ascenso dos movimentos democrático, sindical operário e popular. Os Estados Unidos já haviam se convencido de que o regime militar esgotara suas possibilidades de continuar dirigindo o país e mantinha-se neutro ou mesmo estimulava os movimentos democratizantes. Com a liquidação das principais lideranças revolucionárias durante o período ditatorial, os setores mais lúcidos do conservadorismo nacional e imperialista não mais temiam que o fim do regime militar pudesse conduzir o Brasil para caminhos estranhos a seus interesses.

É verdade que no campo internacional os sinais eram confusos. Há movimentos revolucionários em alguns países do mundo, mas já predomina uma tendência de descenso, que não aparece nitidamente. O chamado campo socialista apresenta indícios de estagnação econômica, enquanto o mundo capitalista aponta para um novo processo de reestruturação.

Mas isto tem pouca ou quase nenhuma influência na análise e no ânimo do ascendente movimento contra a ditadura no Brasil. Os fundadores do PT, como não poderia deixar de ser, preocupam-se mais com a denúncia do milagre econômico da ditadura e de sua política *guiada pelo estímulo ao lucro, do crescimento acelerado a qualquer custo* e da rendição das *autoridades à pressão dos banqueiros*, aproveitando qualquer brecha para avançar na construção do partido e dos movimentos sociais.

O 2º Encontro, realizado em 1982, acontece num período de agravamento da crise política do governo ditatorial e de intensificação dos movimentos sociais e democráticos, empurrados pela pujança da luta operária.

Mas no 3º EN, se assistiu à eclosão do grande movimento democrático de massas das Diretas Já (no qual o PT realizou o primeiro processo de aliança tática com setores burgueses opositores), ao estiolamento da ditadura militar e ao surgimento de um novo movimento camponês (os sem-terra), também viu, apesar da fundação da CUT, os primeiros sinais de descenso do movimento operário.

Internacionalmente, tornam-se evidentes as dificuldades dos movimentos revolucionários para se desenvolverem diante da nova ofensiva “democrática” do mundo capitalista. O socialismo do Leste Europeu vê crescerem não só suas dificuldades econômicas, mas também assiste ao surgimento de movimentos de oposição, sob bandeiras democráticas e com apoio de massas operárias e populares.

Esses dois encontros concentram-se na análise da crise política da ditadura, indicando que ela *busca transformar-se, sob controle*, e sem perder as rédeas do poder, enquanto a *oposição liberal das classes dominantes* procura aproveitar-se da nova correlação de forças *para participar do poder* e os trabalhadores querem *ampliar sua organização e mobilização* para dar fim ao regime militar. Apontam, pois, corretamente, as principais tendências da conjuntura, como se comprovou na conciliação entre a oposição liberal e o regime militar para uma transição negociada.

Entretanto, não se dão conta, na profundidade necessária, do descenso dos movimentos sociais e da influência desta tendência sobre os fatores que permitiram aos setores burgueses da campanha pelas diretas negociarem com a ditadura militar e realizarem uma transição conciliadora.

Em 1985, já sob a égide da Nova República, franco descenso do movimento operário, popular e democrático e passos ainda tímidos do novo movimento camponês dos sem-terra, o PT realizou um Encontro Extraordinário.

Ele se restringe, porém, a fazer uma breve avaliação da Campanha das Diretas e da incapacidade do movimento popular em reunir forças suficientes para provocar uma ruptura democrática no regime militar fracionado. Analisa a formação da Aliança Democrática, as dissensões nas Forças Armadas e no PDS, o malufismo e a situação econômica e social crítica do país como pano de fundo da proposta de pacto social de Tancredo e faz um esforço para propor medidas de resistência frente à ofensiva conservadora.

AMADURECIMENTO

O 4º EN aconteceu em 1986, já no embalo da campanha pela Constituinte, num cenário de reativação do movimento democrático, mas ainda de descenso dos movimentos operário e popular. Ele faz uma pormenorizada análise conjuntural, abrangendo a transição e a crise da burguesia, o pacote econômico do governo Sarney, as greves de 1985 e a transformação da Constituinte, de bandeira das forças democráticas em bandeira de consolidação da hegemonia burguesa sob a Nova República, procurando dar respostas táticas a esse quadro.

O 4º EN é também o primeiro que tenta realizar uma análise das características do desenvolvimento capitalista e das classes sociais brasileiros. Conclui tratar-se de um capitalismo com *alto nível de desenvolvimento, regionalmente muito desigual, relativamente concentrado no centro-sul e no sul, principalmente em São Paulo, onde alcançou um razoável grau de centralização, mas no resto do Brasil, disperso por pequenas empresas e aproveitando-se de formas atrasadas de produção.*

Desenvolvido de forma subordinada e dependente do capitalismo internacional (quanto a capitais, ciências e tecnologias), do ponto de vista social o capitalismo brasileiro teria expandido uma diversificada camada de assalariados urbanos e rurais, uma pequena burguesia urbana e rural de extensão razoável, e uma poderosa classe burguesa.

A chamada classe operária é considerada *fração estratégica da classe dos assalariados*, enquanto as *camadas marginalizadas, que não encontram lugar no mercado de trabalho ou dele são expulsas*, não são consideradas uma classe aparte, mas sim uma camada da classe dos trabalhadores assalariados. A situação das classes sociais no Brasil, mesmo em seus traços gerais, segundo a resolução, mostraria *uma inegável situação de luta de classes.*

O 5º EN, em 1987, após as eleições que consagraram Lula como o deputado mais votado do país, ocorre num contexto de poucas mudanças no movimento da base da sociedade, apesar da estagnação econômica. As esperanças e os olhos de boa parte da população se voltam para a elaboração da nova Constituição, acreditando nas possibilidades e nas forças parlamentares dos petistas e demais representantes populares e democráticos.

No terreno internacional tornam-se evidentes as modificações em curso nos dois campos em que o mundo se encontrava dividido. O campo capitalista ingressara velozmente numa nova revolução tecnológica e na

concentração do capital, com a formação das grandes corporações financeiras e empresariais.

Ao mesmo tempo, adota as ideias neoliberais como ideologia dominante e a bandeira da democracia liberal, mascarada sob o rótulo de democracia geral, como eixo político de luta contra o comunismo, o socialismo e a democracia popular. As ditaduras, antes patrocinadas principalmente pelos Estados Unidos, perdem apoio e são obrigadas, também sob pressão popular, a introduzir reformas democratizantes.

O campo socialista do Leste Europeu, por seu turno, tenta ingressar num processo de reformas políticas e econômicas (*glasnost e perestroika*), patrocinado pela União Soviética, no qual só havia certa clareza sobre o que destruir, mas nenhuma a respeito do que construir sobre os destroços do velho modelo. Por esta brecha ingressam as massas populares dos países da Europa Oriental, inebriadas pela miragem do mercado e da democracia liberal, colocando os governos comunistas ou socialistas de seus países contra a parede.

O 5º EN concentra, porém, sua atenção na análise da situação política conjuntural. Esta é marcada tanto pelos trabalhos do Congresso Constituinte, os descompassos da transição conservadora, a crise econômica e o aprofundamento da dependência econômica do Brasil, quanto pelos temores da burguesia ante o crescimento institucional e político do PT e a perspectiva de lançamento da candidatura Lula à presidência em 1988.

Sua resolução já se dá conta do *discurso privatista, antirregulador e liberal*, que *continuará ecoando e se disseminando do ponto de vista da ideologia da livre iniciativa*. Acredita, porém, que ele tem *poucas possibilidades de viabilização numa conjuntura como a então vivida, a menos que setores da burguesia consigam impor sua hegemonia nessa direção e se apossem de forma mais direta do aparelho de Estado*.

Analisa corretamente que a burguesia *se debate em contradições*, ao mesmo tempo que reconhece as divisões no campo popular *quanto à oposição, à transição conservadora, ao governo Sarney, a governos estaduais e mesmo diante do PMDB e de sua política*, assim como os problemas enfrentados pelas *lutas sindicais, populares e a mobilização social*, com a *desorientação e o desânimo de largas parcelas*.

Apesar disso, aponta que a transição conservadora estava em crise (*crise específica de uma certa forma de dominação burguesa, e não crise geral do Estado ou do Regime*), colocando-se na ordem do dia a *possibilidade de conquista de*

um governo democrático e popular. O Encontro indicava, então, que estavam criadas condições reais para o PT abrir uma brecha no poder das classes dominantes, com a eleição de um candidato popular e socialista, embora tais condições apresentassem debilidades graves, como o descenso dos movimentos operário e popular e a própria descrença do PT quanto às suas potencialidades para aproveitar aquele momento favorável. O resultado das eleições de 1988 confirmou essa análise.

O 6º EN, como não poderia deixar de ser, por realizar-se em plena campanha presidencial de 1989, concentra-se também nas questões conjunturais. Analisa que o PT transformou-se, com as eleições de 1988, *no principal partido de oposição*, por seu *combate ao governo Sarney e à Nova República*, por haver feito *os temas nacionais predominarem sobre os locais* e por ter imprimido *caráter plebiscitário* à campanha eleitoral municipal em sua fase final, de acordo com as *resoluções do 5º Encontro, cuja política de alianças, definições estratégicas, opção pelo socialismo e tática eleitoral armaram o PT.*

Ao avaliar a crise do país, o 6º EN trata-a como uma crise que *combina o início de uma crise de regime com um impasse no padrão de acumulação capitalista e uma crise estrutural.* Seria *uma acumulação de processos econômicos e políticos de longos anos* que, para ser superada, exigiria *um forte e generalizado deslocamento da correlação de forças em favor da burguesia ou do proletariado.*

Entretanto, enquanto a burguesia estava fragmentada na busca por *diferentes saídas para a crise e formas de enfrentar a candidatura Lula*, os trabalhadores já haviam construído *um instrumento capaz de disputar a hegemonia com os partidos burgueses em nível nacional*, embora existisse *um fosso enorme e perigoso entre a influência eleitoral do PT e sua força militante.*

Segundo o encontro, a mudança da correlação de forças causada pelos resultados das eleições de 1988 modificara *radicalmente o quadro da disputa presidencial*, dando chances reais para uma vitória da esquerda e criando uma situação de perplexidade no centro e na direita política, o que teria aberto *espaço para a aventura eleitoral de Collor*, transformado na principal alternativa das classes dominantes.

O 6º EN reafirma, assim, a análise correta do 5º EN. Entretanto, alardeia uma força que a realidade posterior mostrou ser menor do que a exigida pela situação política, principalmente pela inserção insuficiente do PT entre os marginalizados. Só nos meses seguintes, iríamos descobrir que os marginalizados, chamados por Collor de descamisados, constituíam uma vasta camada social, com características tão próprias e específicas, que deveriam

ser encaradas praticamente como uma classe social. Embora até hoje isto não seja consensual no PT, uma nova análise em profundidade das classes sociais no Brasil terá que dirimir esta controvérsia, mais não seja pelo simples fato de que, quem hoje decide as eleições no país é o voto deste setor social.

DIFICULDADES

O 7º EN realiza-se após a vitória e posse de Collor na presidência, em 1990, num quadro de retraimento ainda maior dos movimentos sociais e políticos, de estupefação ante as medidas neoliberais implementadas pelo governo e de completa capitulação do Congresso aos ditames do Planalto, apesar da resistência da minoria popular e democrática.

No campo internacional consolida-se a ofensiva ideológica e política do capitalismo, com a queda do socialismo do leste europeu, abrindo campo para o fim da URSS e uma expansão sem precedentes das grandes corporações transnacionais.

O 7º EN, ante o impacto dos acontecimentos internacionais, avalia como positiva a queda do socialismo do leste europeu e volta-se inteiramente para a análise conjuntural. Segundo ele, a eleição de Collor marcaria *o desfecho contraditório da transição conservadora, que chega a seu final sem ter conseguido isolar os trabalhadores. Os de baixo já ocupam o centro da oposição*, enquanto Collor tem *o desafio de centralizar os esforços para a criação de partidos ou coligações que lhe garantam uma base, um dos problemas capitais das classes dominantes para enfrentar a crise econômica e social*.

Para o encontro, a *grande questão* do governo Collor estaria centrada na *administração do plano de estabilização*, que vivia *entre a recessão e a retomada da inflação, com riscos de uma hiperinflação*. Frente a esse quadro, estaria se criando *no país uma nova situação política. Diferentes setores sociais reagiram às medidas ilegais, ao autoritarismo e à vergonhosa propaganda que acompanharam o Plano Collor*. As mobilizações populares e as greves estariam sendo retomadas.

Em termos gerais, a análise se mostra adequada, embora a evolução dos acontecimentos tenha demonstrado que o desfecho da transição conservadora só ocorreu em 1994, com a eleição de FHC. Além disso, a expectativa de retomada das mobilizações foram mais fruto de um desejo do que realidade. Elas só serão retomadas mais tarde, num contexto bem diferente.

Já o I Congresso acontece em 1991, no curso da implantação do programa neoliberal de reformas econômicas, sociais e políticas comandado por Collor, e sob o impacto do desmonte final do socialismo da União Soviética.

A crise econômica se aprofunda no país, com o retorno da inflação, as consequências recessivas dos planos de estabilização e o processo de reestruturação empresarial. O sistema mafioso de Collor no governo coloca a burguesia, que o apoiara em bloco contra Lula, num impasse. Agrava-se a instabilidade política herdada da fase final do regime militar, mas, paradoxalmente, os movimentos sociais mantêm-se deprimidos e mostram-se incapazes de resistir à nova modernização conservadora das classes dominantes.

Diante disso, o I Congresso preocupa-se em analisar tanto a nova situação internacional e a perspectiva do socialismo, quanto a conjuntura brasileira. Embora realizado sob a ideia geral de *um Projeto para o Brasil*, o Congresso transforma-se num embate ideológico confuso, que resultou na colcha de retalhos de sua resolução. O I Congresso também modifica o padrão de elaboração dos documentos dos encontros partidários.

Até então, a direção partidária atribuía a uma comissão a missão de elaborar o texto básico, garantindo uma certa unidade orgânica ao processo de discussão e à resolução ou documento final. O I Congresso introduz o embate entre teses de cada corrente, ou grupo de correntes, com a aprovação de uma tese-guia e a introdução de emendas retiradas de outras teses. Por este método, a resolução final acaba contemplando a mistura de diversas teses, às vezes de fundo contraditório, perdendo sua organicidade.

De qualquer modo, o Congresso constata que *a situação mundial vive mudanças profundas*, entre as quais o fortalecimento dos Estados Unidos em virtude da Guerra do Golfo, o prosseguimento e o agravamento da crise *nos países do socialismo real*, a formação de grandes blocos econômicos, o aprofundamento da *diferença entre o Norte e o Sul*, *vertiginosa onda de inovações tecnológicas*, *acompanhada da ameaça e da subtração de conquistas sociais acumuladas pelos trabalhadores*, e agravamento dos *grandes problemas que afligem as maiorias do planeta – a fome, a miséria, a segregação racial, os ódios nacionais, a exclusão política e o militarismo*.

Paralelamente, segundo o Congresso, assistir-se-ia *ao esgotamento do ciclo de revoluções socialistas iniciado a partir da revolução Russa de 1917 e do modelo de sociedade por elas gerado*. Aquelas revoluções não se constituíam *mais em ponto de partida ou caminho para o desenvolvimento do socialismo*. Por outro lado, o *novo padrão de desenvolvimento tecnológico capitalista desarticula o núcleo do trabalho operário na indústria, fragmenta a classe trabalhadora, gerando desemprego tecnológico e estabelecendo novos paradigmas para a luta*

sindical e política. Assumem novas e gigantescas dimensões a exploração da força de trabalho e a destruição ambiental.

Para o I Congresso, *o principal conflito da política internacional é a relação Norte-Sul. O resultado de mais de uma década de estagnação dos países do Terceiro Mundo teria sido seu crescente distanciamento, tecnológico e produtivo, dos países capitalistas centrais. A América Latina vem sofrendo esse processo de maneira avassaladora. O neoliberalismo, projeto de ajuste do capitalismo no continente, implica um conjunto de medidas de desregulamentação do processo de expansão capitalista precedente, que está destruindo a estrutura produtiva nacional, sem assegurar a reorganização da economia.*

Desse modo, o I Congresso delinea as consequências das políticas patrocinadas pelas grandes corporações transnacionais, não apresentando dúvida quanto à necessidade de resistir a elas, tanto em sua variante internacional quanto nacional.

Ao analisar a conjuntura, o I Congresso avalia que a crise econômica, social e política sob o governo Collor ganhou *uma amplitude nunca vista*. O governo Collor, ao perder o controle sobre *a inflação, a recessão, as demissões em massa, a queda da produção e o fechamento de empresas*, ao transformar-se em centro de corrupção, ao abandonar *os mínimos padrões de responsabilidade e idoneidade no trato da coisa pública* e violar seguidamente a Constituição, teria se tornado *o principal instrumento de aprofundamento da crise*.

O Congresso avalia, ainda, *que as tentativas de pacto de elites e acordos com Collor, assim como iniciativas de características golpistas, não resolverão a crise. A solução desta pressupõe uma nova representação congressional, com eleições antecipadas, assegurando que o novo regime político de governo seja, de fato, representativo de uma nova conjuntura e de um real avanço na situação social do país.*

Na prática, é verdade que as tentativas burguesas de encontrar saídas para o impasse por meio de medidas golpistas foram frustradas pela intensa participação do PT e da oposição popular nas comissões parlamentares de inquérito e pelo esforço de reativação das mobilizações populares. Mas, na falta de mobilizações mais intensas, a burguesia assumiu a direção do *impeachment* e preparou a substituição de Collor por seu vice.

Os movimentos sociais só despertaram para a mobilização pelo *impeachment* com as denúncias veiculadas na grande imprensa e com a arrogância de Collor, ao chamá-las para embandeirar o país em apoio à sua política. Essa mobilização, porém, não teve empuxo suficiente para *pressupor uma nova representação congressional, com eleições antecipadas*, como exigira o 1º Congresso.

NOVAS DIFICULDADES

O 8º EN, de 1993, ocorre no cenário criado após o movimento pelo *impeachment* e a posse de Itamar, pelos resultados das eleições municipais de novembro de 1992 e pelas manobras da burguesia para cooptar o conjunto dos movimentos populares e democráticos, inclusive seus partidos, para a participação no programa de reformas neoliberais.

O encontro não chega a analisar criticamente porque o partido não conseguiu implementar a resolução do I Congresso, vendo-se, ao contrário, diante de uma situação política de expectativas favoráveis com o governo Itamar, mesmo entre setores de esquerda e do próprio partido, apesar da oposição oficial do PT.

O 9º EN, realizado em 1994, reitera que o governo Itamar mantém, *no essencial, a mesma política econômica adotada por Collor*. Erroneamente, porém, supõe que a *área econômica tem sido marcada pelo imobilismo no combate à inflação*.

Simplesmente constata que a nomeação do ministro Fernando Henrique Cardoso – *um senador com um passado democrático – foi acompanhada de grande expectativa e de uma mudança de comportamento, dos meios de comunicação e do empresariado em geral, frente ao governo*, já que o programa de privatização *está mantido e será acelerado*. Desse modo, sem haver entendido em profundidade o significado da nomeação de FHC, o encontro conclui somente que *as iniciativas da nova equipe... apontam para o ideário neoliberal*.

Mas o encontro se dá conta que o Brasil continuava vivendo *uma situação de equilíbrio instável*, com as classes dominantes não tendo conseguido *avançar tanto quanto gostariam as reformas neoliberais, graças à resistência do campo democrático e popular*. Entretanto, em lugar de rever a avaliação incorreta do 7º EN sobre o *desfecho contraditório da transição conservadora*, que teria chegado a seu final com a eleição de Collor, é no *quadro conjuntural e eleitoral mundial, especialmente latino-americano*, onde teria começado *a reversão do período do predomínio da ideologia neoliberal*, que vai buscar as indicações para as possibilidades das eleições de 1994 abrirem *uma nova relação de forças no Brasil*.

O encontro vê claramente *a mobilização empresarial e dos setores conservadores em apoio a Fernando Henrique Cardoso, com o objetivo de disputar com Lula o segundo turno*. Enxerga que a *aproximação entre o PSDB e o PFL não é algo inusitado*. E avalia adequadamente que, *uma vez no comando econômico e político do governo Itamar, FHC adotou um plano econômico antipopular, submisso aos interesses do grande capital e do sistema financeiro*.

No entanto, acredita piamente que as *chances de sucesso eleitoral de FHC, baseadas, em boa medida, no plano econômico, concebido para ser mais um estelionato eleitoral, são reduzidas*. Faltaria ao “*cruzado dos ricos*” o *mínimo apelo popular*. Diante desta situação, crê que Quércia poderia vir a ser o candidato preferencial da burguesia.

Não se dá conta, em sua totalidade, que a burguesia adotara como pedra de toque a estabilização monetária e a continuidade da modernização conservadora iniciada por Collor, para finalizar a transição e ingressar numa nova etapa de desenvolvimento capitalista. Nem avalia o papel que a impressionante unidade da mídia iria desempenhar na conquista da opinião pública para apoiar as medidas neoliberais, tornar o plano de estabilização de FHC um programa de alto apelo popular e transformar o *senador de passado democrático*, com verniz de esquerda, no candidato ideal da coalizão conservadora.

É sob o impacto das naufragadas esperanças do 9º Encontro, com a derrota de Lula no primeiro turno das eleições, a contenção da inflação e as expectativas populares que suscita, jogando os movimentos sociais no marasmo, que se realiza o 10º EN, em 1995. É verdade que ocorrem lutas setoriais, que a luta dos sem-terra pela reforma agrária cresce paulatinamente, mas a combatividade destes movimentos não consegue suplantar o isolamento em que se encontram.

O equilíbrio instável de forças, que até então impedia a implementação do novo projeto de modernização conservadora, parece definitivamente rompido. A correlação de forças políticas torna-se desfavorável ao PT e às correntes populares, abrindo terreno para a ofensiva neoliberal em todos os aspectos da vida brasileira.

Essa situação é auxiliada por um quadro internacional em que os projetos de desregulamentação e mundialização neoliberal, reclamados pelas grandes corporações transnacionais, avançam com rapidez, em particular no sistema financeiro e no mundo do trabalho, sob o manto conceitual de globalização. Os Estados Unidos procuram cristalizar sua posição de única superpotência, mas encontram a resistência das demais potências capitalistas que, livres da ameaça comunista, também não sentem mais necessidade do guarda-chuva nuclear norte-americano.

Embora a tendência aparente ainda seja de avanço mundial do projeto neoliberal, surgem os primeiros sinais de exaustão nas expectativas suscitadas por suas promessas. Os países do antigo campo socialista amargam situações econômicas, sociais e políticas que há muito pensavam haver superado e que

nada tinham a ver com as fomentadas ilusões a respeito de democracia, prosperidade, abundância e bem-estar.

Na Europa Ocidental desponta com força o desemprego estrutural, tendo como reação movimentos operários e populares bastante radicalizados. E no resto do mundo começam a ficar evidentes os perigos a que estão submetidos os países mais fracos, ao inserir-se de forma subordinada no processo de globalização. Estouram crises financeiras, em decorrência da liberdade com que agem as corporações capitalistas, em especial seu setor financeiro.

O 10º EN, porém, concentra sua atenção no balanço dos seis primeiros meses do governo FHC, que não deixariam dúvidas *sobre seu perfil neoliberal e conservador*. Sem fazer uma avaliação crítica da campanha presidencial de 1994, afirma que nossa derrota e a ascensão da aliança PSDB-PFL teriam quebrado *o quase equilíbrio estratégico que dificultava o ajuste neoliberal, dando mais iniciativa e margem de manobra às forças conservadoras e facilitando reformas antipopulares, com a benevolência do Judiciário e com fortíssimo apoio da mídia*.

O encontro constata que *a manutenção da estabilidade econômica garantiu níveis ainda elevados de popularidade ao governo, permitindo a este dar demonstração de força no Congresso e no ataque aos movimentos sociais*. Entretanto, também supõe que a evolução da conjuntura, *marcada pelo impacto devastador da política de importações e pelos juros altos, que disseminam a inadimplência e desencadeiam a recessão, faz crescer uma ampla, ainda que dispersa, mobilização social contra a política econômica do governo, indicando um cenário distinto para o segundo semestre*.

Assim, embora analise corretamente as contradições da política de FHC, o encontro não avalia adequadamente a força do apoio conservador a FHC, nem da estabilização como apelo popular. Nestas condições, suas previsões de um cenário distinto não se confirmaram.

DESAFIO

Quando se realiza o 11º EN, em 1997, já é patente que o processo de globalização, seja em âmbito mundial, seja em cada país, poderia abrir para os povos as possibilidades de uma revolução tecnológica que supriria suas necessidades sem destruir suas economias, suas forças de trabalho e o meio ambiente. Paradoxalmente, em vez disso, ela agrava como nunca todas as contradições do avanço tecnológico realizado nas condições de predomí-

nio da propriedade e da apropriação privada dos meios de produção e da produção social.

No Brasil acelera-se a exclusão social. Ela é causada tanto pelo desemprego, decorrente da reestruturação empresarial e, também, da política de contenção do governo FHC, quanto pelo agravamento dos fatores estruturais que há muito caracterizam o processo de desenvolvimento capitalista no Brasil: alta concentração da propriedade e do capital, mercado interno restrito, agricultura quase exclusiva de produtos comerciais de exportação, indústria, comércio e serviços voltados quase exclusivamente para o atendimento das camadas de alta renda da população, altas taxas de consumo das elites, baixas taxas de poupança e investimento internas etc.

A implementação do projeto neoliberal por FHC e seus aliados não piora somente a situação de vida e trabalho das grandes massas trabalhadoras e das camadas marginalizadas da população. Ela atinge em cheio o padrão de vida das classes médias, leva à falência setores da média burguesia, força a desnacionalização de setores ainda não subordinados ao capital estrangeiro, desestrutura o Estado nacional, aniquila o serviço público, alimenta uma crise federativa gigantesca, rompe com os tênues mecanismos de democracia participativa e representativa conquistados nas lutas do passado, abre o país, sem qualquer restrição, à ação das corporações transnacionais, e ensaia liquidar qualquer traço de ação soberana e de solidariedade da política internacional do Brasil com os povos e países ameaçados pelo imperialismo.

A rapidez com que os aspectos reais da política de FHC vieram à tona é um dos fatores da instabilidade que, surpreendentemente, apesar da unidade e do apoio da burguesia, assaltou o governo FHC quase desde a sua posse. Ressurgiram, no campo político dominante, os apetites setoriais, regionalistas e grupais, como expressão da luta pela sobrevivência capitalista.

Só à custa da barganha fisiológica e da ação corruptora, que lembra os tempos da política dos governadores da República Velha, FHC tem conseguido manter seu bloco de poder, incluindo a sempre poderosa mídia, e exercer uma ação paralisante sobre as grandes massas do povo. E é somente sob o bombardeio permanente e massivo de notícias distorcidas e diversionistas que consegue evitar que grande parte do povo enxergue a relação entre FHC, seu plano Real e a situação de crescentes dificuldades econômicas e sociais.

É num quadro como esse que o 11º EN constata que a *aprovação da emenda da reeleição reafirmou a força do compromisso histórico conservador que*

levou FHC à presidência. A cada dia se acentuaria sua face autoritária e sua estratégia de inserção subordinada do país à economia internacional e desarticulação do Estado Nacional, que promovem um brutal processo de endividamento externo e interno, a exclusão social, a desarticulação da estrutura produtiva, desemprego e precarização das condições de trabalho e a violência e a banalização da vida.

O encontro reitera a avaliação de que *os resultados eleitorais recentes na Europa e alguns países latino-americanos mostram sinais de enfraquecimento da estratégia conservadora.* Mas quase não se dá conta de que o Brasil tem outra vez, diante de si, a disputa de projetos de sociedade, na qual o projeto do PT, claro ou não, constitui um dos polos. De qualquer modo, vê-se diante da necessidade de, *desde já, articular uma candidatura presidencial e uma plataforma de governo* e convocar o II Congresso para voltar a discutir a questão do socialismo e as questões estratégicas.

Assim, num curto espaço de tempo, os petistas se veem colocados novamente, mesmo que de forma ainda difusa e sem ter plena consciência delas, diante de condições históricas especiais. A evolução estrutural do mundo e do país, e os caminhos ante os quais está colocado nosso povo, fizeram ressurgir com vigor o embate entre os dois projetos excludentes que, desde o esgotamento da ditadura militar, dividem as forças sociais e políticas brasileiras.

Em tal contexto, retomar as questões teóricas e práticas que envolvem essa disputa de projetos estratégicos, como a análise da realidade e das classes, as estratégias e táticas da luta de classes e o socialismo, apresenta-se para o PT como desafio que não pode ignorar.

Análises da realidade em que vive a sociedade, por exemplo, tanto de suas tendências de mudanças estruturais, quanto dos momentos conjunturais dessas tendências, não são suficientes para que um partido se torne uma força política efetiva. Mas elas são essencialmente necessárias para evitar ações cegas. Há algum tempo era pacífico, ou mais ou menos pacífico, que tais análises deveriam ter por base o estudo das classes e da luta de classes. Agora, porém, tornou-se adicionalmente necessário demonstrar que as classes existem, têm interesses próprios e conflitam entre si, sendo essa existência, interesses e conflitos a origem primária dos embates políticos e das estratégias e táticas com que as forças políticas se confrontam.

Neste sentido, vale frisar que os encontros do PT quase não conseguem fugir dos lugares comuns a respeito das classes sociais existentes no Brasil. Talvez por ser um partido pluriclassista, e não expressão do setor operário

industrial da classe dos assalariados, o PT tenha sempre navegado na definição genérica de representante da *classe trabalhadora*, incluindo aí desde os marginalizados até as extensas camadas de pequenos proprietários urbanos e rurais, desconsiderando os interesses discrepantes e os vieses ideológicos desses setores que, embora *trabalhem*, são socialmente diferentes.

Sem dirimir suas dúvidas a respeito dessa matéria primária, o PT corre o risco de confundir objetivos, inimigos, base social, aliados e propostas estratégicas com objetivos, inimigos, base política, aliados e propostas táticas, como às vezes tem ocorrido. Pode ser ilusoriamente tentado a resolver os problemas do socialismo, reduzindo-o a um projeto humano com dimensões éticas, como se o capitalismo e todas as formações sociais historicamente existentes não fossem também resultado de projetos humanos com dimensões éticas. E, pior, corre o risco de esfacelar-se em torno de questões táticas ou conjunturais por não tratar em profundidade as controvérsias de ordem estrutural ou estratégica.

O breve panorama dos contextos em que ocorreram os encontros nacionais, assim como das correspondentes análises estruturais e conjunturais realizadas por eles, aponta para a necessidade de tratar as análises como questão de suma importância. Não é difícil detectar a correção de inúmeras delas, assim como as lacunas existentes. Como também é possível verificar a falta que faz uma avaliação crítica da prática petista anterior a cada encontro, que deveria constituir a linha histórica de costura das diversas resoluções, explicando suas modificações conceituais e de orientação política. Aliás, essa ausência tem sido fruto tanto de omissões, quanto de opções explícitas, o que deveria nos alertar para a necessidade de tratar o assunto com mais profundidade.

Se esta costura não é tão clara quando se trata da análise da realidade, ela parece ainda mais difusa quando se trata das estratégias e das táticas, assim como das concepções sobre o socialismo, conforme tais questões foram sendo elaboradas nos sucessivos encontros.

EVOLUÇÃO DO PENSAMENTO ESTRATÉGICO

As linhas gerais da estratégia e das táticas do PT estão contidas em seu Manifesto de fundação e em seu Programa, publicados em 21/10/1980. Ali se diz que os *trabalhadores querem se organizar como força política autônoma* e que o *PT pretende ser uma real expressão política de todos os explorados pelo sistema capi-*

talista. O PT tem, então, de ser capaz de atuar não apenas nos momentos das eleições, mas, principalmente, no dia a dia de todos os trabalhadores, pois só assim será possível construir uma nova forma de democracia da sociedade em todos os níveis.

O Programa explicita que o *PT pretende chegar ao governo e à direção do Estado para realizar uma política democrática, do ponto de vista dos trabalhadores, tanto no plano econômico, quanto no social. Ele quer construir um poder que avance no rumo de uma sociedade sem exploradores e explorados, tendo claro que essa luta se dá contra os interesses do grande capital nacional e internacional.*

Para atingir tal objetivo estratégico, o *partido deve estar preparado para propor alterações profundas na estrutura econômica e política da Nação. No entanto, o desenvolvimento da estratégia do PT depende de sua permanente relação com os movimentos sindical e populares que lhe deram origem.*

Assim, do ponto de vista tático, o *PT intervirá sempre em todas as questões políticas, sociais e econômicas com o propósito de constituir soluções a partir das bases sociais. Nas lutas democráticas e no Parlamento, cada proposta, cada votação e cada aliança deverá expressar o programa e a vontade do conjunto partidário que sirvam à causa dos trabalhadores.*

O 2º EN relaciona a luta *para que os trabalhadores derrubem a Ditadura Militar e coloquem por terra não só suas leis e sua falsa justiça, mas também a base econômica que a sustenta, com o compromisso de luta do PT pela construção de um novo poder, baseado na classe operária e na mobilização de todos os que vivem de seu próprio trabalho, para construirmos uma sociedade sem explorados e sem exploradores, um Brasil socialista.*

A resolução do 3º EN reafirma sua disposição estratégica de almejar o poder, de *conquistar o Poder*, isto significando *para os trabalhadores, ter acesso a condições e meios para ajudar as transformações econômicas, sociais e políticas desejadas por eles e pela maioria da população.*

Esta resolução reitera ainda o vínculo estreito que deve existir entre esse objetivo estratégico e a tática de luta cotidiana por ele: *o Poder não apenas se toma, mas também se constrói, a partir das bases da sociedade, dos movimentos populares, dos sindicatos e de outras formas de organização dos explorados. É necessário desenvolver esse poder com uma política de crescimento, de acumulação de forças e de construção de uma alternativa popular.*

O EN Extraordinário lança pela primeira vez o conceito de Alternativa Democrática e Popular, ligada à tática de luta contra a transição conservadora. Mas é nos 4º e 5º ENs que as questões estratégicas são tratadas de forma mais

extensa. A resolução do 4º EN sustenta que o caminho para o socialismo no Brasil *será marcado por um eixo central básico, constituído de grandes e cada vez mais frequentes e intensas ações políticas de massas, auxiliadas por todas as formas de luta da classe trabalhadora, que terá que combinar, desde já, conquistas reais no plano político, econômico e social, que lhe permitam avançar no caminho de um projeto histórico e político comum.*

Segundo o encontro, são estas considerações que permitem *delimitar as linhas gerais e o caráter das alianças.* Para ele, seria *impossível supor alianças estratégicas com a burguesia e com as forças políticas que sustentam a dominação e a hegemonia da classe burguesa e a perpetuação do sistema capitalista.* Como resultado, o *PT deve ser capaz de elaborar e colocar em debate para a sociedade o seu projeto alternativo, que se contraponha à lógica e ao alcance da política do governo para o desenvolvimento do capitalismo no Brasil.*

O 5º EN apresenta a *conquista do socialismo e a construção de uma sociedade socialista no Brasil* como os *principais objetivos estratégicos do PT.* Em vista disso, seria necessário distinguir, nesses objetivos, dois momentos estratégicos que, embora entrelaçados, seriam *de natureza diferente: a tomada do poder político e a construção da sociedade socialista sobre as condições deixadas pelo capitalismo.*

Para completar o primeiro momento seria *necessário realizar uma mudança política radical: os trabalhadores precisam transformar-se em classe hegemônica e dominante no poder de Estado.* Todas as formas embrionárias de poder, construídas no dia a dia da luta contra o capitalismo, assim como as demais experiências de luta e de organização dos trabalhadores, devem servir *como eixo de preparação e organização das classes trabalhadoras para a conquista do poder e a construção da nova sociedade.*

Nesse sentido, o encontro alerta para a necessidade de distinguir as atividades que partem da situação existente em cada momento, das atividades que se destinam à *conquista imediata do poder.* Afirma que deve existir um *processo de mediação* entre o momento em que as grandes massas ainda não se convenceram que é preciso acabar com o domínio político da burguesia, e o momento em que se torna possível colocar na ordem do dia a conquista imediata do poder.

A resolução do 5º encontro também reafirma a necessidade da luta por reformas no capitalismo. Para ele, a *luta por reformas só se torna um erro quando ela acaba em si mesma. No entanto, quando ela serve para a educação das massas, para demonstrar que a consolidação das reformas só é possível quando os trabalhadores estabelecem seu próprio poder, então ela serve à luta pelas transformações.*

O 5º EN afirma que, naquela ocasião, parecia existir *um certo consenso* de que a burguesia era a *inimiga principal*. Mas reconhece que muitos colocavam no campo da burguesia os *pequenos e microempresários e mesmo as camadas assalariadas que não trabalham diretamente na produção fabril ou agrícola*.

Por outro lado, ao tomarem a classe burguesa como inimiga estratégica, muitos militantes opunham-se ao aproveitamento das *contradições momentâneas entre os diversos setores da burguesia*. Colocavam-se *contra qualquer aliança política, tática ou pontual, com alguns desses setores*.

Quanto à Alternativa Democrática e Popular, o encontro reitera que ela *não pode se limitar a ser uma alternativa à Nova República*. Ao contrário, *trata-se de uma alternativa estratégica à dominação burguesa*, que exige uma política *de acúmulo de forças*, por reconhecer que não estão colocadas na ordem do dia *nem a luta pela tomada do poder, nem a luta direta pelo socialismo*.

Para o encontro, a alternativa democrática e popular estaria *articulada com nossa luta pelo socialismo*. Um governo e um programa democráticos e populares – os dois componentes de nossa alternativa – são o reconhecimento de que *só uma aliança de classe, dos trabalhadores assalariados com as camadas médias e com o campo, tem condições de se contrapor à dominação burguesa no Brasil*. É por isso que o encontro rejeitou a formulação *de uma alternativa nacional e democrática, porque o nacional, nessa formulação, indica a participação da burguesia nessa aliança de classes*.

O 5º EN também não aceitou as *propostas que proclamam a necessidade e a possibilidade imediata de um governo dos trabalhadores* porque elas *evitam a discussão sobre qual é a tática para alcançar esse objetivo*. Na situação política *caracterizada pela existência de um governo capaz de realizar as tarefas democráticas e populares, de caráter anti-imperialista, antilatifundiário e antimonopólio, caberá ao PT e aos seus aliados criarem as condições para as transformações socialistas*. Um governo dessa natureza *não representa a formulação de uma nova teoria das etapas, imaginando uma etapa democrático-popular como uma nova fase do capitalismo*. Ele seria o elo entre a tática de acumulação de forças e a estratégia socialista.

O 6º EN, em plena efervescência da primeira campanha presidencial em 30 anos, volta-se explicitamente para as questões táticas. Aponta que a *tarefa fundamental colocada para o campo popular e, portanto, o centro de nossa tática é a luta por um novo governo, democrático e popular, com a eleição de Lula presidente do Brasil*.

A resolução tem o cuidado de acentuar que *este objetivo se combina com o da constituição de um campo de forças antimonopolista, antilatifundiário e anti-*

-imperialista, configurando o bloco histórico que fará a ponte entre as reivindicações mais sentidas dos trabalhadores e a luta pelo socialismo. Neste sentido, o governo do PT não será um governo conformista, disposto a gerir a crise do capitalismo e realizar uma simples maquiagem na autoritária e conservadora estrutura política.

Esta temática é retomada pelo I Congresso, ao afirmar a necessidade de articular os movimentos e setores organizados da população aos amplos setores marginalizados e envolvidos em relações informais de trabalho, de sorte que seu protesto econômico se conjugue a uma estratégia política global e a um projeto alternativo de desenvolvimento. Urge a construção de um padrão alternativo de desenvolvimento – inspirado nos ideais socialistas, democráticos e libertários.

Para este I Congresso, o PT está comprometido com a construção de uma nova ordem econômica, política, jurídica e ecológica, que tenha como exigência fundamental a democratização do poder. A disputa da hegemonia é parte fundamental da estratégia de transformação revolucionária do Brasil – já que entendemos que o poder político se constrói no cotidiano das lutas.

Aqui, sutilmente, o Congresso modifica a fórmula inicial de que o poder não apenas se toma, mas também se constrói, acrescentando que o PT não visualiza a conquista do poder como um “assalto ao Estado”, embora não acredite que o socialismo virá através de um ininterrupto e linear crescimento das forças e da hegemonia socialistas, sem choques e confrontos intensos.

Reitera que só um poderoso movimento por reformas políticas e sociais, baseadas num programa democrático e popular, pode levar a cabo a profunda revolução que este país necessita. Depois de 1989, a disputa pela hegemonia passa a incluir a disputa pelo Governo Federal em 1994, a gestão das administrações municipais, a luta pela democratização do Estado e por reformas sociais, assim como a organização e o crescimento dos movimentos sociais.

Nesse quadro, o Congresso vê a luta por um governo democrático e popular e a possibilidade de chegarmos a ele por uma maioria eleitoral como um objetivo estratégico, porque o entendemos como a expressão atual de um governo de hegemonia dos trabalhadores. Conclui, pois, que a conquista do poder político é um momento da luta pelo socialismo, mas não garante, por si só, a sua construção. Sua consolidação virá com o exercício democrático do poder. O PT defende, assim, a construção de novos espaços e canais diferenciados de exercício da democracia, de modo que esta seja a mais ampla possível, garanta os interesses em jogo entre as camadas populares e crie condições para a eliminação da dominação política da burguesia monopolista e a construção do socialismo.

O 8º EN reafirma que *a luta por um governo democrático e popular e a possibilidade de conquistá-lo, a partir de uma base popular e de uma maioria eleitoral, são um objetivo estratégico. Um projeto alternativo, estratégico* destinado a romper o círculo de ferro das alternativas de curto prazo. Nosso programa estará voltado para os setores e segmentos sociais que constituem a maioria da população: os trabalhadores, os marginalizados, as classes médias, os pequenos e médios empresários.

O 10º EN sustenta que *nossa oposição ao projeto neoconservador deve se articular com a luta por uma agenda alternativa democrático-popular para o país.* Finalmente, o 11º EN decide *articular uma candidatura presidencial e uma plataforma de governo capazes de constituir uma frente, construir um polo de disputa e lançar as bases de um caminho alternativo democrático e popular. Somente uma revolução democrática será capaz de pôr fim à exclusão, às desigualdades sociais e ao autoritarismo, construir o estado de direito no país, com uma reforma profunda do Poder Judiciário e do Poder Legislativo, o fim dos monopólios dos meios de comunicação e a defesa do direito do consumidor, a participação direta da população nas decisões, a constituição de novas esferas públicas não estatais, o combate a todas as formas de discriminação, presença soberana do Brasil no mundo, um projeto nacional de desenvolvimento.*

Segundo o encontro, *a estratégia de construção de um novo projeto nacional, acompanhado da perspectiva de uma revolução democrática, recolocam os valores e princípios de uma sociedade socialista como contraposição ao neoliberalismo.*

Todas essas formulações representaram um considerável esforço teórico e prático de elaboração, parecendo guardar uma razoável linha de coerência. Entretanto, vale a pena estudar com atenção as diversas formulações da alternativa democrática e popular como objetivos táticos e/ou estratégicos, a absolutização da tática eleitoral e, tão importante quanto, a experiência de conquista de governos municipais e estaduais pelo PT, sob a denominação de governos democráticos e populares.

As dificuldades encontradas pelo modo petista de governar, não tanto para a implementação de medidas socialistas, mas de medidas democráticas e populares, e até mesmo simplesmente democráticas, fizeram surgir inúmeras dúvidas sobre as possibilidades de governabilidade, tendo como eixo programas dessa natureza. Há, desse modo, uma clara tendência para rebaixar objetivos, ante as dificuldades postas pelo sistema de poder real.

Articular, num balanço crítico global, uma avaliação do pensamento estratégico do PT em suas resoluções, com suas experiências práticas de governo e com os desafios colocados pela atualidade, é o mesmo que retomar a

discussão sobre a relação estratégica e tática entre socialismo, democracia popular, democracia liberal e capitalismo. Para quem corre o risco de ser governo numa perspectiva anticapitalista, é o mínimo que se pode exigir.

SOCIALISMO

Embora o Manifesto de fundação do PT e seu Programa sejam claramente anticapitalistas e apontem para o socialismo como perspectiva estratégica, é somente no discurso de encerramento de Lula no 1º EN que o partido é definido como socialista.

A resolução do 2º EN avança um pouco mais, afirmando que *nosso socialismo será definido por todo o povo, nas lutas do dia a dia, e será sinônimo de emancipação dos trabalhadores e todos os oprimidos.*

O tema é retomado no 4º EN, a partir dos problemas postos pelo processo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil, cujo *estágio, formação das classes sociais e do grau de luta entre elas, apresentam as condições necessárias para as lutas que permitam um acúmulo de forças, ampliem o espaço democrático, assegurem e intensifiquem as avanços e as conquistas populares e, ainda mais, criem as brechas, os caminhos e as pontes capazes de conduzir às transformações indispensáveis na direção da construção de uma sociedade socialista.*

A resolução do 4º EN aponta que *no processo de construção socialista, com base nos elementos do desenvolvimento capitalista brasileiro, não se podem seguir mecanicamente os preceitos de substituição imediata da propriedade privada dos meios de produção e circulação pela propriedade social; nem implantar uma completa organização planificada da economia, porque no Brasil existem milhões de pequenos produtores e pequenos proprietários, cujos meios de produção não é possível estatizar ou mesmo coletivizar imediatamente, o que poderia ser prejudicial, tanto do ponto de vista econômico quanto político.*

Assim, levando em conta as experiências e as condições do desenvolvimento capitalista brasileiro, provavelmente será necessário e possível utilizar diversas e múltiplas formas de propriedade social, o pequeno produtor individual ou familiar, formas mistas e novas de propriedade, de organização do trabalho, e uma adequada combinação entre a planificação e a economia mercantil.

Controle da propriedade pelo Estado, planejamento estatal, autogestão democrática, distribuição conforme a produção, a produção conforme as necessidades estabelecidas pelo Estado e também detectadas no mercado, tudo isso, segundo o encontro, demanda uma combinação global e flexível no sentido de desenvolver

as forças produtivas, aprofundar o processo de socialização, acelerar a produtividade do trabalho e a economicidade da produção e atender as crescentes necessidades materiais e culturais do povo.

O 4º EN afirma que seu almejado *socialismo não pretende nivelar a padrão de vida da população por baixo, mas sim por cima, favorecendo o bem-estar e o conforto de todos, e não apenas de minorias privilegiadas.* Por outro lado, *um projeto socialista deve ser acompanhado da afirmação de ideias e valores que sustentem uma atuação transformadora em todas as esferas da sociedade, estar ligado à ideia de que essa luta é internacional e reafirmar a relação indissolúvel entre democracia e socialismo. A democracia, no socialismo, deve ser entendida como a socialização dos meios de produção e também dos mecanismos de poder entre os trabalhadores.*

Em resumo, o 4º EN defende que *o Brasil terá que encontrar os seus próprios caminhos para chegar ao socialismo e as suas próprias maneiras de construir a sociedade socialista. Caminhos e maneiras que são determinados pelas condições reais e concretas que as classes trabalhadoras irão encontrando e modificando, com ação política organizada, na luta por sua libertação.*

O 5º EN reafirma a conquista do socialismo e a construção de uma sociedade socialista como os principais objetivos estratégicos do partido. Para ele, a construção *da sociedade socialista não é algo totalmente novo e diferente em relação às formas de luta e de organização dos trabalhadores no seu dia a dia atual. Muitas das formas econômicas, sociais e políticas da construção socialista surgirão da experiência da luta de classe contra o capitalismo. Muitas dessas formas que hoje não conseguem desenvolver-se em virtude da opressão capitalista, como as pequenas cooperativas, as compras comunitárias, as comunidades locais, os conselhos populares etc., encontrarão um campo fértil para crescer nas novas condições socialistas. Mas as formas de organização fundamentais são as que nascem da auto-organização dos trabalhadores, as formas de luta pelo controle operário nas fábricas e de controle popular nos bairros.*

O processo de construção socialista para alcançar a almejada sociedade igualitária, sem classes, sem opressão e dominação, vai enfrentar, durante certo tempo, a existência de diferentes desigualdades, como herança do capitalismo. E vai obrigar a agir, não no sentido de extinguir administrativamente as desigualdades, mas de evitar que elas se polarizem e se tornem antagônicas em relação ao socialismo. Tais contradições no terreno econômico e social, geram

diferentes contradições no terreno da política, remetendo para a relação do socialismo com a democracia.

A ausência de democracia é contraditória com o socialismo pelo qual lutamos, diz o encontro. Isso significa que no processo de construção do socialismo deverão existir não só diversos partidos e diversas organizações da sociedade civil, como também que as relações dessas organizações com o poder socialista serão não só de colaboração e participação, mas também de oposição.

O 6º EN reafirma o conteúdo socialista da candidatura Lula e o caráter socialista da proposta do PT, no qual a democracia deve ser entendida como o espaço para a criação de novos direitos. O governo democrático e popular e o início da transição ao socialismo são elos do mesmo processo. A implementação da globalidade de um Projeto Democrático-Popular só pode ocorrer com a revolução socialista. Não pode existir um autêntico socialismo sem aprofundamento e defesa integral da democracia.

O 7º EN reconhece que a ambição histórica do PT já era, na sua origem, nitidamente socialista. Semelhante convicção anticapitalista, fruto da amarga experiência social brasileira, nos fez críticos das propostas social-democratas e levou-nos a refutar os supostos modelos do chamado socialismo real, nos levou a apoiar a luta democrática do Solidariedade polonês, a denunciar os crimes contra a humanidade cometidos em Bucareste ou na Praça da Paz Celestial, a nos convencer de que as mudanças ocorridas e ainda em curso nos países do chamado socialismo real têm um sentido histórico positivo. Conforme a resolução, ainda que o processo esteja sendo hegemônico por correntes reacionárias, ele rompe com a paralisia política, impulsionou conquistas democráticas e, em perspectiva, pode abrir novas possibilidades para o socialismo. E acredita que a energia política liberada por tamanha mobilização social não será facilmente domesticada pelo receituário do FMI ou pelos paraísos abstratos da propaganda capitalista.

Embalado nessa crença, o encontro avalia que o fracasso de tantas experiências do socialismo real, com o reforço conjuntural da ideologia capitalista, mesmo num país como o nosso, vítima das contradições mais agudas e destrutivas do capitalismo, convoca-nos a um renovado esforço crítico especulativo, capaz de relançar ética e historicamente a perspectiva da democracia socialista.

Mas, pergunta, qual socialismo? O PT não concebe o socialismo como um futuro inevitável, a ser produzido necessariamente pelas leis econômicas do capitalismo. Para nós, o socialismo é um projeto humano, cuja realização é impensável sem a luta consciente dos explorados e oprimidos, como necessidade e ideal das

massas oprimidas, capaz de desenvolver uma consciência e um movimento efetivamente libertários. Daí porque recuperar a dimensão ética da política é condição essencial para o restabelecimento da unidade entre socialismo e humanismo.

O tema do socialismo é retomado pelo I Congresso como *uma oportunidade histórica para debatermos e impulsionarmos a construção de um renovado projeto de socialismo democrático.* O Congresso reitera a visão do 7º Encontro de que, *no Leste Europeu, na URSS e nos demais países que compunham o chamado campo socialista, sucedem-se transformações que são verdadeiras revoluções democráticas.*

O Congresso tem claro que, *naqueles países, são enormes as ilusões no capitalismo, estão em risco importantes conquistas sociais e o desemprego se alastra. Mas só a experiência viva, a prática dos novos sindicatos e partidos, que pipocam em meio à crise, é que vão ajudar os povos, os trabalhadores daqueles países, a superarem suas ilusões no capitalismo.*

Por isso, o Congresso sustenta que *a tarefa que se coloca, hoje, para a classe trabalhadora e todas as forças progressistas, é a de impulsionar um renovado projeto de socialismo democrático. O desafio da reconstituição da utopia socialista, nós o assumimos não apenas como reelaboração teórica de um sonho futuro, mas principalmente como um modo de fazer e viver a política, uma nova práxis partidária e social, que incorpore, de fato, os valores libertários e socialistas.*

Para o PT, segundo o Congresso, *o socialismo é sinônimo de radicalização da democracia. Dizer isso implica recusar todo e qualquer tipo de ditadura, inclusive a ditadura do proletariado, que não pode ser outra coisa que a ditadura do partido único sobre a sociedade, inclusive sobre os próprios trabalhadores. Encaramos a democracia política, econômica e social como base constitutiva da nova sociedade.*

O PT entende que só a combinação entre o planejamento estatal e um mercado orientado socialmente será capaz de propiciar o desenvolvimento econômico com igualdade na distribuição das riquezas. Para que isso aconteça, será necessário que o Estado exerça uma ação reguladora sobre a economia e, antes de tudo, que a sociedade esteja organizada, de modo a interferir, decisivamente, na definição da política econômica.

O 8º EN reafirma que *a democracia deixou de ser um meio ou uma etapa da luta pelo socialismo. Ela passou a se confundir com o socialismo.*

O 11º EN tem um capítulo de cinco parágrafos dedicados ao tema, nos quais reafirma que *o socialismo é uma questão presente nas lutas de hoje, como*

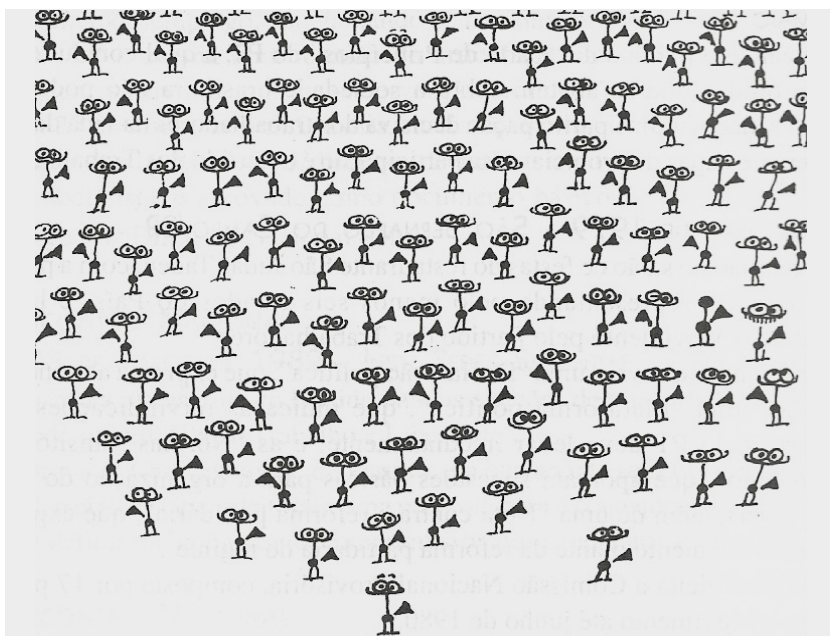
problema teórico e político, porque os problemas que as experiências socialistas tentaram enfrentar estão mais vivos do que nunca. Em tais condições, um novo projeto socialista contemporâneo deve dar conta dos grandes problemas onde o socialismo do século XX acabou fracassando: promover o crescimento acelerado da economia, realizando um processo sustentado de distribuição da riqueza. Mas o socialismo exige, sobretudo, a socialização da política. Por esta razão, há uma ligação umbilical entre socialismo e democracia.

Assim, também na estratégica questão do socialismo, recolocada na ordem do dia mais rapidamente do que se poderia supor no auge da ofensiva neoliberal, e apesar do fracasso dos modelos socialistas do leste europeu, a evolução do pensamento petista é mais complexo do que parece. Há diferenças importantes entre as formulações do 4º e 5º encontros e as do 7º encontro e I Congresso, embora seja possível encontrar diversas identidades.

Esclarecer tais diferenças e identidades, tendo em conta as necessidades do momento atual, são questões prioritárias, se é que o socialismo continua sendo o principal objetivo estratégico do PT. Assim, nesta questão, como nas demais aqui tratadas sucintamente, a publicação das resoluções dos Encontros Nacionais do PT deve desempenhar um importante papel.

| 1979 1998 |

SINOPSE



Se não houver frutos
Valeu a beleza das flores
Se não houver flores
Valeu a sombra das folhas
Se não houver folhas
Valeu a intenção da semente.

J. Nery

24 DE JANEIRO DE 1979

LINS (SP)

- | Os sindicalistas reunidos no IX Congresso dos Trabalhadores Metalúrgicos, Mecânicos e Eletricitários do Estado de São Paulo, na cidade de Lins, aprovam a tese, originalmente proposta por metalúrgicos de Santo André, “chamando todos os trabalhadores brasileiros a se unificarem na construção de seu partido, o Partido dos Trabalhadores”. Esse documento ficou conhecido como *Tese de Santo André-Lins*.

1º DE MAIO DE 1979

SÃO BERNARDO DO CAMPO (SP)

- | Lançamento público da *Carta de Princípios do PT*, a qual que conclui que “os males profundos que se abatem sobre a sociedade brasileira não poderão ser superados senão por uma participação decisiva dos trabalhadores na vida da nação. O instrumento capaz de propiciar essa participação é o Partido dos Trabalhadores.

13 DE OUTUBRO DE 1979

SÃO BERNARDO DO CAMPO (SP)

- | Em reunião, no salão de festas do restaurante São Judas Tadeu, com a presença de 130 pessoas, representando pelo menos seis estados do país, é lançado oficialmente o “Movimento pelo Partido dos Trabalhadores”.
- | Os presentes aprovam uma *Declaração Política*, que expressa as conclusões dessa reunião, uma *Plataforma Política* que indica as reivindicações que o Movimento pelo PT deve levar imediatamente e *Normas transitórias de funcionamento* que apontam sugestões básicas para a organização do PT em todos os níveis, além de uma *Nota contra a reforma partidária*, que expressa a posição do Movimento diante da reforma partidária do regime.¹
- | Nesse fórum é também eleita uma Comissão Nacional Provisória, composta por 17 pessoas, que dirigem o Movimento até junho de 1980.

DOCUMENTOS DE FUNDAÇÃO

10 DE FEVEREIRO DE 1980

COLÉGIO SION – SÃO PAULO (SP)

- | Ato de lançamento do Partido dos Trabalhadores, com a presença de 1.200 pessoas que aprova, por aclamação, o *Manifesto de lançamento* do PT.

1. Documentos Básicos – Movimento pelo Partido dos Trabalhadores; publicado provavelmente em 1979.

1º DE JUNHO DE 1980

INSTITUTO SEDES SAPIENTIEAE – SÃO PAULO/SP

- | Reunião nacional de fundação do PT que aprova o *Programa e o Plano de Ação e Estatuto* do Partido, além de referendar o *Manifesto de lançamento*.
- | Elege a Comissão Diretora Nacional Provisória, conforme a legislação eleitoral vigente, que tem como principal atribuição conduzir o processo de legalização do Partido.

1º ENCONTRO NACIONAL

8 E 9 DE AGOSTO DE 1981

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA – SÃO PAULO (SP)

- | O encontro aprova que “o PT deve lutar por eleições livres e diretas em 1982 e 1984” e define o lançamento de candidaturas do Partido em todos os níveis nas eleições de 1982.
- | São aprovadas, ainda, cinco resoluções sobre o *Regimento Interno*, regulamentando núcleos e Encontros.
- | Na resolução Desemprego, o partido assume “como sua bandeira central, a luta contra o desemprego, conclamando os trabalhadores do campo e da cidade a empunhá-la” e chama uma reunião de articulação dos sindicalistas petistas e independentes para preparar uma intervenção unificada na Conclat.
- | Em 27 de setembro, em Brasília, realiza sua primeira Convenção oficial, já legalizado em 16 estados. O discurso de Lula, caracterizando o PT como um partido socialista, é aprovado como documento básico do PT.
- | Elege o primeiro Diretório Nacional (DN).

2º ENCONTRO NACIONAL

27 E 28 DE MARÇO DE 1982

INSTITUTO SEDES SAPIENTIEAE – SÃO PAULO (SP)

- | Aprova a plataforma do Partido para as eleições de novembro, sintetizada na palavra de ordem *Terra, Trabalho e Liberdade*.
- | Aprova a Carta Eleitoral do Partido, em que aponta seus objetivos na disputa eleitoral, o eixo da tática eleitoral e uma proposta para o conteúdo geral da campanha, além de definir um conjunto de compromissos dos candidatos do Partido.

3º ENCONTRO NACIONAL

6 A 8 DE ABRIL DE 1984

PAMPAS PALACE HOTEL - SÃO BERNARDO DO CAMPO (SP)

- | Aprova as *Teses para a atuação do PT*, que “representam uma tomada de posição sobre a situação atual do Partido dos Trabalhadores e do momento político brasileiro”.
- | Aprova o *Regimento Interno*, consagrando a figura do núcleo com organismo de participação e de decisão da base partidária. Aprova a intensificação da luta pelas eleições diretas, o que inclui um firme posicionamento contra o Colégio Eleitoral e conclama todos os partidos de oposição a boicotá-lo e a não participarem de qualquer processo de eleições indiretas.
- | Elege o 2º Diretório Nacional.

ENCONTRO NACIONAL EXTRAORDINÁRIO

12 E 13 DE JANEIRO DE 1985

DIADEMA/SP

- | Sem quórum para realizar o Encontro, o Diretório Nacional ampliado ratifica o boicote ao Colégio Eleitoral que elegeria a chapa Tancredo-Sarney, no documento *Contra o continuísmo e o pacto social*, e aprova a bandeira da Assembleia Nacional Constituinte livre, democrática e soberana.

4º ENCONTRO NACIONAL

30 DE MAIO A 1º DE JUNHO DE 1986

HOTEL DANÚBIO - SÃO PAULO/SP

- | Aprova a *Linha Sindical* do PT, o *Documento Eleitoral Básico* e o *Plano de ação política e organizativa do PT para o período 1986/1988*, que analisa o estágio de desenvolvimento do capitalismo no Brasil, as perspectivas de transformações na direção do socialismo, a transição e crise da burguesia, o pacote econômico e o Congresso Constituinte. Pronuncia-se sobre os recursos eleitorais (Alagoas, Rio de Janeiro, Pernambuco e Bahia) e aprova a resolução *Constituinte*, que propõe que o DN *assuma essa questão como prioritária* e crie Comitês Constituintes para receber e sistematizar propostas para a elaboração de uma *Constituição Popular*, a partir do anteprojeto do jurista Fábio Konder Comparato.
- | Elege o 3º Diretório Nacional.

5º ENCONTRO NACIONAL

4 A 6 DE DEZEMBRO DE 1987

SENADO FEDERAL - BRASÍLIA (DF)

- | Aprova uma série de *Resoluções Políticas* que formulam a *estratégia democrática e popular*, na qual a luta pela conquista do governo (que não se confunde com o poder) é concebida como eixo articulador da estratégia de luta pelo socialismo no Brasil; um *Programa Democrático-Popular* que abrange reivindicações de interesse dos trabalhadores e uma *Política de alianças do PT*, estratégica, com alianças no campo da classe trabalhadora e democrático e popular.
- | Atualiza a resolução aprovada no 4º Encontro com o item *A política sindical do PT* e aprova uma outra sobre *O PT e o movimento popular*, além de posicionar-se sobre *O centenário da abolição da escravatura*, *A campanha eleitoral de 1988* e *A construção do PT*, aprovando, entre outras, as *Resoluções sobre tendências e sobre proporcionalidade*. Como decorrência da resolução sobre tendências, o DN aprova, em 1990, o documento *Regulamentação das tendências internas*, anexado, nesta publicação, às deliberações do 5º Encontro.
- | Lança a candidatura de Lula à presidência da República e elege o 4º Diretor Nacional.

6º ENCONTRO NACIONAL

16 A 18 DE JUNHO DE 1989

COLÉGIO CAETANO DE CAMPOS, SÃO PAULO (SP)

- | Aprova o documento *O Momento Atual e as Nossas Tarefas* que, vendo o PT como o principal partido de oposição a partir da correlação de forças criada com os resultados eleitorais de 1988, indica que o Programa de Governo Democrático-Popular e o próprio Governo Democrático-Popular, “instrumentos capazes de viabilizar a alternativa dos trabalhadores à crise política atual” e podem “abrir condições para a disputa de uma alternativa de poder”.
- | Formaliza a candidatura de Lula à presidência em 1989 e aprova as resoluções *As Eleições Presidenciais e a Candidatura Lula*, *Diretrizes para a Elaboração do Programa de Governo* e *As Bases do PAG (Plano de Ação de Governo)*.

7º ENCONTRO NACIONAL

31 DE MAIO A 3 DE JUNHO DE 1990

ANHEMBI - SÃO PAULO (SP)

- | Aprova a resolução *O Socialismo Petista*, em que reafirma sua análise sobre o sistema capitalista e procura “consolidar, sinteticamente, o acúmulo partidário no que se refere ao socialismo” posicionando-se, inclusive, sobre o colapso do socialismo burocrático no Leste Europeu.
- | Na resolução *Construção Partidária* aprova, entre outras questões relativas à organização e ao funcionamento do Partido, a “composição proporcional em todas as instâncias de direção, com representação de todas as chapas que alcancem 10% de votação nos Encontros”.
- | Em *Conjuntura e Tática*, avalia a eleição de Fernando Collor, o Plano Collor, o novo momento político e situa-se perante as eleições de 1990, além de aprovar um Plano de Ação para o Diretório Nacional e análises sobre as prefeituras petistas e sobre a questão agrária no país.
- | Elege o 5º Diretório Nacional.

I CONGRESSO NACIONAL

27 DE NOVEMBRO A 1º DE DEZEMBRO DE 1991

PAVILHÃO VERA CRUZ - SÃO BERNARDO DO CAMPO (SP)

- | Retoma a discussão sobre o socialismo face à nova situação internacional aberta pelo fim da URSS, reafirma sua posição socialista, aprofunda a discussão sobre a disputa de hegemonia na estratégia do PT e situa o lugar das eleições de 1994 na intervenção do Partido. Procura, também, sistematizar as discussões sobre construção partidária, aprova uma nova política de organização que inclui 30% de participação de mulheres em todas as instâncias de direção (cotas) e destina 10% do orçamento partidário para a formação política, também em todas as instâncias.
- | Resoluções aprovadas: *Socialismo; Partido; Conjuntura*.

8º ENCONTRO NACIONAL

11 A 13 DE JUNHO DE 1993

CENTRO DE CONVENÇÕES - BRASÍLIA (DF)

- | Na resolução *Por um governo Democrático-Popular*, a conquista do governo é concebida como resultado de uma ampla mobilização de massas e uma

alavanca para a realização das reformas estruturais. Avalia que “a crise política, econômica e social brasileira só terá solução com a vitória do campo democrático e popular”.

| No documento *O Momento Político* avalia o governo Itamar Franco e posiciona-se em relação as outras forças políticas existentes no país.

| Elege o 6º Diretório Nacional.

9º ENCONTRO NACIONAL

29 DE ABRIL A 1º DE MAIO DE 1994

CONGRESSO NACIONAL - BRASÍLIA (DF)

| Aprova as resoluções *A conjuntura e a campanha*, *Fidelidade partidária* e *Carta eleitoral*, que situam o PT na disputa de 1994 e definem seus objetivos os compromissos dos candidatos no processo eleitoral e, posteriormente, se eleitos.

| Ratifica o documento *Bases do Programa de Governo – 1994: Lula Presidente – Uma revolução democrática no Brasil*.

10º ENCONTRO NACIONAL

18 A 20 DE AGOSTO DE 1995

SESC - GUARAPARI (ES)

| Aprova um texto sobre *Conjuntura nacional*, que caracteriza o governo FHC como neoliberal porque expõe o sistema produtivo nacional à concorrência internacional predatória, debilita o necessário papel regulador do Estado na economia e ameaça as já precárias garantias sociais das classes trabalhadoras. Afirma, também, que alterar essa conjuntura supõe reforçar e potencializar as lutas sociais. Este texto tem, ainda, o objetivo de situar o PT para as eleições de 1996.

| Aprova as resoluções *Construção partidária*, *O PT e os movimentos sociais* e *Resolução sobre os petistas e a Comunidade Solidária*.

| Elege o 7º Diretório Nacional.

11º ENCONTRO NACIONAL

28 A 30 DE AGOSTO DE 1997

HOTEL GLÓRIA - RIO DE JANEIRO (RJ)

| Nas *Resoluções políticas* explica a decisão de “articular uma candidatura presidencial e uma plataforma de governo capazes de constituir uma frente

de partidos, segmentos sociais, personalidades e entidades democráticas, de forma a “construir um polo de disputa e lançar as bases de um caminho alternativo para o nosso país”.

- | Reafirma que “o avanço das lutas populares é o principal instrumento de resistência ao projeto neoliberal e [de] sustentação de [uma] alternativa de governo democrático e popular”.
- | Posiciona-se pela realização de um Encontro Extraordinário com os mesmos delegados e pela realização do II Congresso do PT, no primeiro semestre de 1998.
- | Elege o 8º Diretório Nacional.

ENCONTRO EXTRAORDINÁRIO

23 E 24 DE MAIO DE 1998

SÃO PAULO/SP

- | Aprova a chapa Lula-Brizola para as eleições de 1998 e as *Diretrizes de Programa de Governo*, além de posicionar-se sobre os recursos eleitorais dos petistas do Rio de Janeiro, Pernambuco, Acre e Amazonas.

DOCUMENTOS PRÉ-PT

ICONOGRAPHIA



ASSEMBLEIA DOS METALÚRGICOS EM GREVE NO ABCD PAULISTA/1979.

RICARDO MALTA



REUNIÃO NO COLÉGIO SION(SP) PARA DISCUTIR A VIABILIDADE DE UM NOVO PARTIDO/1979.

A TESE DE “SANTO ANDRÉ-LINS”¹

Enquanto vivermos sob o capitalismo, este sistema terá como fim último o lucro, e para atingi-lo utiliza todos os meios: da exploração desumana de homens, mulheres e crianças até a implantação de ditaduras sangrentas para manter a exploração. Enquanto estiver sob qualquer tipo de governo de patrões, a luta por melhores salários, por condições dignas de vida e de trabalho, justas a quem constrói todas as riquezas que existe neste país, estará colocada na ordem do dia a luta política e a necessidade da conquista do poder político.

A história nos mostra que o melhor instrumento com o qual o trabalhador pode travar esta luta é o seu partido político. Por isso, os trabalhadores têm que organizar os seus partidos que, englobando todo o proletariado, lutem por efetiva libertação da exploração. Hoje, diante da atual conjuntura política, econômica e social que vive a sociedade brasileira, essa necessidade, com o peso de sua importância, se faz sentir.

O regime militar, instalado no país há 15 anos, começa a se mostrar, para os seus próprios mentores, como uma forma inviável e insuficiente de os patrões continuarem a explorar a imensa maioria da população brasileira. As aberturas democráticas que estão se delineando não representam, nem de longe, o fim da exploração a que os trabalhadores estão submetidos; ao contrário, os ditadores tentarão utilizar novas formas de acaudilhar os trabalhadores para seus projetos políticos. Isto coloca na ordem do dia a articulação de uma saída para esta situação.

Fazer isso é lançar-se na luta pela independência política dos trabalhadores, que se expressa na construção de seu partido. O MDB, hoje o único partido legal da oposição no Brasil, pela sua composição heterogênea, não pode cumprir este papel.

Combinam-se, portanto, a necessidade da construção de independência política dos trabalhadores com a necessidade de um instrumento de luta pela conquista do poder político. E é levando estas discussões para as bases que devemos nos lançar no trabalho da construção desse partido.

1. Aprovada em 24 de janeiro de 1979, no IX Congresso dos Trabalhadores Metalúrgicos, Mecânicos e de Material Elétrico do Estado de São Paulo, na cidade de Lins (SP).

Crentes que já é hora de o trabalhador tomar em suas mãos as lutas pelas questões que hoje angustiam a população brasileira, como a anistia ampla, geral e irrestrita, a Assembleia Constituinte, democrática, livre e soberana, a reforma agrária e a liberdade partidária.

Crentes que toda a modificação nas regras do jogo que venham a favorecer os trabalhadores só serão possíveis com a conscientização e mobilização dos próprios trabalhadores, para que eles, juntos, forcem essa modificação, propomos o seguinte:

1) total desvinculação dos órgãos sindicais do aparelho estatal, ponto fundamental para o desenvolvimento da vida sindical;

2) democratização dos sindicatos; que os órgãos sindicais se pautem, em seu funcionamento, pela democracia operária que a todos assegura o direito de, em igualdade, participar das lutas e das decisões;

3) que se lance um manifesto, por este congresso, chamando todos os trabalhadores brasileiros a se unificarem na construção de seu partido, o Partido dos Trabalhadores;

4) que este partido seja de todos os trabalhadores da cidade e do campo, sem patrões, um partido que seja regido por uma democracia interna, respeite a democracia operária, pois só com um amplo debate sobre todas as questões, com todos os militantes, é que se chegará à conclusão do que fazer e como fazer. Não um partido eleitoreiro, que simplesmente eleja representantes na Assembleia, Câmara e Senado, mas que, além disso e principalmente, seja um partido que funcione do primeiro ao último dia do ano, todos os anos, que organize e mobilize todos os trabalhadores na luta por suas reivindicações e pela construção de uma sociedade justa, sem explorados e exploradores;

5) que seja eleita neste congresso uma comissão e junto com todos os outros setores que, embora ausentes, também estão interessados na construção desse partido, amplie os contatos e comece a encaminhar essa luta nacionalmente em discussões com as bases, iniciadas desde já; que essa comissão fique encarregada da redação de um manifesto aos trabalhadores brasileiros, chamando à construção do Partido dos Trabalhadores, proposto no terceiro ponto.

Lins (São Paulo), 24 de janeiro de 1979.

CARTA DE PRINCÍPIOS DO PARTIDO DOS TRABALHADORES¹

A ideia da formação de um partido só dos trabalhadores é tão antiga quanto a própria classe trabalhadora.

Numa sociedade como a nossa, baseada na exploração e na desigualdade entre as classes, os explorados e oprimidos têm permanente necessidade de se manter organizados à parte, para que lhes seja possível oferecer resistência séria à desenfreada sede de opressão e de privilégios das classes dominantes.

Mas sempre que as lideranças dos trabalhadores e oprimidos se lançam à tarefa de construir essa organização independente de sua classe, toda sorte de obstáculos se contrapõe a seus esforços.

Essa situação vivida milhares de vezes em todos os países do mundo vem acontecendo agora no Brasil. Começando a sacudir o pesado jugo a que sempre estiveram submetidos, os trabalhadores de nosso país deram início, em 12 de maio do ano passado (greve da Scania), a sua luta emancipadora. Desde então, o operariado e os setores proletarizados de nossa população vêm desenvolvendo uma verdadeira avalanche pela melhoria de suas condições de vida e de trabalho. A experiência dessas lutas tem como resultado um visível amadurecimento político da população trabalhadora e o crescimento, em quantidade e qualidade, de suas lideranças.

Esse rápido amadurecimento político pode ser visto claramente no aprimoramento das formas de luta de que os trabalhadores têm lançado mão. O início das lutas é marcado por um período de greves brancas nas fábricas. Já os embates mais recentes, dos quais a greve geral metalúrgica do ABCD é o melhor exemplo, mostram a retomada, em toda a linha, das formas clássicas de luta: grandiosidade das assembleias gerais, a ação decisiva dos piquetes e dos fundos de greve.

Os trabalhadores entenderam ao longo desse ano de lutas que suas reivindicações mais sentidas esbarravam em obstáculos cada vez maiores, e é por isso,

1. Anterior ao Manifesto de Fundação do Partido dos Trabalhadores, a Carta de Princípios foi lançada publicamente no dia 1º de maio de 1979.

dialeticamente, que vão sendo obrigados a construir organizações cada vez mais bem articuladas e eficazes. Diante da força da greve do ABCD, os patrões e o governo precisaram dar-se as mãos para impedir o fim da política do arrocho salarial e o fim das estruturas semifascistas que tangem nossos sindicatos. Os patrões usam de todos os meios a seu alcance para quebrar a unidade dos trabalhadores, ao mesmo tempo em que se recusam a reconhecer os acordos obtidos no período das greves fabris. O governo desencadeia sua repressão: os sindicatos são invadidos e suas direções destituídas oficialmente, enquanto nas ruas a polícia persegue os piquetes e tenta impedir, pela violência, que os trabalhadores consigam local para se reunir.

Por seu lado, o apoio que os metalúrgicos conseguem dos demais trabalhadores, embora seja suficiente para impedir que a repressão se aprofunde e faça produzir um recuo parcial, carece de maior consequência, devido, é claro, não à inexistência de um espírito de solidariedade, mas sim devido às limitações do movimento sindical e à inexistência de sua organização política. Tanto isso é verdade que as lideranças da greve são obrigadas a se escorar no apoio, muitas vezes duvidoso, de aliados ocasionais, saídos do campo das classes médias e da própria burguesia.

Não puderam os trabalhadores expressar de modo mais consequente todo o seu apoio aos grevistas do ABCD, e essa impotência tenderá a continuar enquanto eles mesmos não se organizarem politicamente em seu próprio partido.

É por isso que a ideia de um partido dos trabalhadores, ressurgindo no bojo das greves do ano passado e anunciado na reunião intersindical de Porto Alegre, em 19 de janeiro de 1979, tende a ganhar, hoje, uma irresistível popularidade. Porque se trata, hoje, mais do que nunca, de uma necessidade objetiva para os trabalhadores.

Cientes disso também é que setores das classes dominantes se apressam a sair a campo com suas propostas de PTB. Mas essas propostas demagógicas já não conseguem iludir os trabalhadores, que, nem de longe, se sensibilizaram com elas. Esse fato comprova que os trabalhadores brasileiros estão cansados das velhas fórmulas políticas elaboradas para eles. Agora, chegou a vez de o trabalhador formular e construir ele próprio seu país e seu futuro.

Nós, dirigentes sindicais, não pretendemos ser donos do PT, mesmo porque acreditamos sinceramente existir, entre os trabalhadores, militantes de base mais capacitados e devotados, a quem caberá a tarefa de construir

e liderar nosso partido. Estamos apenas procurando usar nossa autoridade moral e política para tentar abrir um caminho próprio para o conjunto dos trabalhadores. Temos a consciência de que, nesse papel, neste momento, somos insubstituíveis, e somente em vista disso é que nós reivindicamos o papel de lançadores do PT.

O povo brasileiro está pobre, doente e nunca chegou a ter acesso às decisões sobre os rumos do país. E não acreditamos que esse povo venha a conhecer justiça e democracia sem o concurso decisivo e organizado dos trabalhadores, que são as verdadeiras classes produtoras do país.

É por isso que não acreditamos que partidos e governos criados e dirigidos pelos patrões e pelas elites políticas, ainda que ostentem fachadas democráticas, possam propiciar o acesso às conquistas da civilização e à plena participação política a nosso povo.

Os males profundos que se abatem sobre a sociedade brasileira não poderão ser superados senão por uma participação decisiva dos trabalhadores na vida da Nação. O instrumento capaz de propiciar essa participação é o Partido dos Trabalhadores. Iniciemos, pois, desde já, a cumprir esta tarefa histórica, organizando por toda parte os núcleos elementares desse partido.

1. A sociedade brasileira vive, hoje, uma conjuntura política altamente contraditória e, sob muitos aspectos, decisiva quanto a seu futuro a médio e longo prazos. Vista do ângulo dos interesses das amplas massas exploradas, desde sempre marginalizadas material e politicamente em nosso país e principais vítimas do regime autoritário que vigora desde 1964, a conjuntura revela tendências extremamente promissoras de um futuro de liberdades e de conquistas de melhores condições de vida. Dentre as tendências auspiciosas, destaca-se a emergência de um movimento de trabalhadores que busca afirmar sua autonomia organizatória e política face ao Estado e às elites políticas dominantes. Esse é, sem dúvida alguma, o elemento inovador e mais importante da nova etapa histórica que se inaugura no Brasil, hoje.

Contudo, a par dos dados auspiciosos da conjuntura política, coexistem também perigosos riscos, que podem levar as lutas populares a novas e fragorosas derrotas. Aqui, cabe destacar que o processo chamado de abertura política está sendo promovido pelos mesmos grupos que sustentaram e defenderam o regime hoje em crise. Com a evidente exaustão de amplos setores sociais com o regime vigente no país e com a crise econômica que abalou a estabilidade dos

grupos dominantes que controlam o aparelho de Estado, os detentores do poder procuram agora, e até este momento com relativo êxito, reformar o regime de cima para baixo. Vale dizer, pretendem reformar alguns aspectos do regime, mantendo o controle do Estado, a fim de evitar alterações no modelo de desenvolvimento econômico, que só a eles interessa e que se baseia, sobretudo, na superexploração das massas trabalhadoras, através do modelo econômico do qual sobressai o arrocho salarial.

Já está demais evidente que o novo governo militar pretende manter a continuidade dessa mesma política econômica ditada pelo capital financeiro internacional, agravada agora pelos planos de austeridade e recessão que já se esboçam. Isso significa que o sofrimento, a miséria material e a opressão política sobre a população trabalhadora tenderão a se manter e aprofundar.

O que significa Estado de Direito com salvaguardas? O que pretendem com anistia restrita? O que visam com a propalada reforma da CLT [Consolidação das Leis do Trabalho] e a da Lei de Greve, urdidadas secretamente? Qual o sentido da diminuição das penas previstas na Lei de Segurança Nacional e da preservação do espírito que informa essa mesma Lei? Esses e tantos outros fatos indicam que o regime busca reformar-se tentando atrair para seu campo de apoio setores sociais e segmentos políticos oposicionistas, com vista a impedir que as massas exploradas explicitem suas reivindicações econômicas e sociais e, o que é mais importante, sua concepção de democracia.

Em poucas palavras, pretendem promover uma conciliação entre os de cima, incluindo a cúpula do MDB, para impedir a expressão política dos de baixo, as massas trabalhadoras do campo e da cidade.

2. Essas afirmações não ignoram o fato de que o MDB foi utilizado pelas massas para manifestar eleitoralmente seu repúdio ao arbítrio. Tampouco pretendem ignorar a existência, entre seus quadros, de políticos honestamente comprometidos com as lutas populares.

Isso, no entanto, não pode impedir e não nos impede de apontar as limitações que o MDB – partido de exclusiva atuação parlamentar – impõe às lutas populares por melhores condições de vida e por um regime democrático de verdadeira participação popular. O MDB, por sua origem, por sua ineficácia histórica, pelo caráter de sua direção, por seu programa pró-capitalista, mas sobretudo por sua composição social essencialmente contraditória, em que se congregam industriais e operários, fazendeiros e peões, comerciantes

e comerciários, enfim, classes sociais cujos interesses são incompatíveis e nas quais, logicamente, prevalecem em toda a linha os interesses dos patrões, jamais poderá ser reformado. A proposta que levantam algumas lideranças populares de “tomar de assalto” o MDB é muito mais que insensata: é fruto de uma velha e trágica ilusão quanto ao caráter democrático de setores de nossas classes dominantes.

Aglomerado de composição altamente heterogênea e sob controle e direção de elites liberais conservadoras, o MDB tem-se revelado, num passado recente, um conduto impróprio para expressão dos reais interesses das massas exploradas brasileiras. Está na memória dos trabalhadores a conduta vacilante de parcelas significativas de seus quadros quando da votação da emenda Accioly, da lei antigreve e de outras medidas de interesse dos trabalhadores.

Apegado a uma crítica formalista e jurídicista do regime autoritário, o MDB tem-se revelado impermeável aos temas sociais e políticos que tocam, de fato, nos interesses das massas trabalhadoras.

Amplos setores das elites políticas e intelectuais das camadas médias da população têm afirmado que “não soou a hora” de se dividir a oposição articulada no interior do MDB, afirmando que a democracia não foi ainda conquistada.

Rechaçamos com veemência tal argumento. Primeiro, porque em momento algum podemos aceitar a subordinação dos interesses políticos e sociais das massas trabalhadoras a uma direção liberal conservadora, de extração privilegiada economicamente. Segundo, porque não podemos aceitar que a frente das oposições se mantenha à custa do silêncio político da massa trabalhadora, único e verdadeiro sujeito e agente de uma democracia efetiva.

Tampouco consideramos que a existência de partidos políticos populares venha a contribuir para romper uma efetiva frente da luta dos verdadeiros democratas. O PT considera imprescindível que todos os setores sociais e correntes políticas interessados na luta pela democratização do país e na luta contra o domínio do capital monopolista unifiquem sua ação, estabelecendo frentes interpartidárias que objetivem conquistas comuns imediatas e envolvam não somente uma ação meramente parlamentar, mas uma verdadeira atividade política que abranja todos os aspectos da vida nacional.

3. O Partido dos Trabalhadores denuncia o modelo econômico vigente, que, tendo transformado o caráter das empresas estatais, construídas pelas lutas populares, utiliza essas empresas e os recursos do Estado, em geral, como

molas mestras da acumulação capitalista. O Partido dos Trabalhadores defende a volta das empresas estatais a sua função de atendimento das necessidades populares e o desligamento das empresas estatais do capital monopolista.

O Partido dos Trabalhadores entende que a emancipação dos trabalhadores é obra dos próprios trabalhadores, que sabem que a democracia é participação organizada e consciente e que, como classe explorada, jamais deverão esperar da atuação das elites privilegiadas a solução de seus problemas.

O PT entende também que, se o regime autoritário for substituído por uma democracia formal e parlamentar, fruto de um acordo entre elites dominantes que exclua a participação organizada do povo (como se deu entre 1945 e 1964), tal regime nascerá débil e descomprometido com a resolução dos problemas que afligem nosso povo e de pronto será derrubado e substituído por novas formas autoritárias de dominação – tão comuns na história brasileira. Por isso, o PT proclama que a única força capaz de ser fiadora de uma democracia efetivamente estável é a das massas exploradas do campo e das cidades.

O PT entende, por outro lado, que sua existência responde à necessidade que os trabalhadores sentem de um partido que se construa intimamente ligado com o processo de organização popular, nos locais de trabalho e de moradia. Nesse sentido, o PT proclama que sua participação em eleições e suas atividades parlamentares se subordinarão a seu objetivo maior, que é estimular e aprofundar a organização das massas exploradas. O PT não surge para dividir o movimento sindical, muito ao contrário, surge exatamente para oferecer aos trabalhadores uma expressão política unitária e independente na sociedade. E é nessa medida que o PT se tornará, inevitavelmente, um instrumento decisivo para os trabalhadores na luta efetiva pela liberdade sindical.

O PT proclama também que sua luta pela efetiva autonomia e independência sindical, reivindicação básica dos trabalhadores, é parte integrante da luta pela independência política desses mesmos trabalhadores. Afirma, outrossim, que buscará apoderar-se do poder político e implantar o governo dos trabalhadores, baseado nos órgãos de representação criados pelas próprias massas trabalhadoras com vista a uma primordial democracia direta. Ao anunciar que seu objetivo é organizar politicamente os trabalhadores urbanos e os trabalhadores rurais, o PT se declara aberto à participação de todas as camadas assalariadas do país.

Repudiando toda forma de manipulação política das massas exploradas, incluindo, sobretudo as manipulações próprias do regime pré-64, o PT

recusa-se a aceitar em seu interior representantes das classes exploradoras. Vale dizer, o Partido dos Trabalhadores é um partido sem patrões!

As tentativas de reviver o velho PTB de Vargas, ainda que, hoje, sejam anunciadas “sem erros do passado” ou “de baixo para cima”, não passam de propostas de arregimentação dos trabalhadores para defesa de interesses de setores do empresariado nacional. Se o empresariado nacional quer construir seu próprio partido político, apelando para sua própria clientela, nada temos a opor, porém denunciaremos suas tentativas de iludir os trabalhadores brasileiros com seus rótulos e apelos demagógicos e de querer transformá-los em massa de manobra para seus objetivos.

O PT não pretende criar um organismo político qualquer. O Partido dos Trabalhadores define-se, programaticamente, como um partido que tem como objetivo acabar com a relação de exploração do homem pelo homem.

O PT define-se também como partido das massas populares, unindo-se ao lado dos operários, vanguarda de toda a população explorada, todos os outros trabalhadores – bancários, professores, funcionários públicos, comerciários, boias-frias, profissionais liberais, estudantes etc. – que lutam por melhores condições de vida, por efetivas liberdades democráticas e por participação política.

O PT afirma seu compromisso com a democracia plena, exercida diretamente pelas massas, pois não há socialismo sem democracia nem democracia sem socialismo. Um partido que almeja uma sociedade socialista e democrática tem de ser, ele próprio, democrático nas relações que se estabelecem em seu interior. Assim, o PT se constituirá respeitando o direito das minorias de expressar seus pontos de vista. Respeitará o direito à fração e às tendências, ressaltando apenas que as inscrições serão individuais.

Como organização política que visa elevar o grau de mobilização, organização e consciência de massas, que busca o fortalecimento e a independência política e ideológica dos setores populares, em especial dos trabalhadores, o PT irá promover amplo debate de suas teses e propostas de forma a que se integrem nas discussões:

- | lideranças populares, mesmo que não pertençam ao partido;
- todos os militantes, trazendo, inclusive, para o interior do debate partidário proposições de quaisquer setores organizados da sociedade e que se considerem relevantes com base nos objetivos do PT.

O PT declara-se comprometido e empenhado na tarefa de colocar os interesses populares na cena política e de superar a atomização e dispersão das correntes classistas e dos movimentos sociais. Para esse fim, o Partido dos Trabalhadores pretende implantar seus núcleos de militantes em todos os locais de trabalho, em sindicatos, bairros, municípios e regiões.

O PT manifesta em alto e bom som sua intensa solidariedade com todas as massas oprimidas do mundo.

A Comissão Nacional Provisória
1º de maio de 1979

DECLARAÇÃO POLÍTICA

Diante da crescente repercussão que o Movimento pelo Partido dos Trabalhadores vem alcançando em diferentes setores da sociedade brasileira, suscitando, pela primeira vez após várias décadas da história brasileira, um debate político amplo e inovador entre as bases dos movimentos populares, a sua Comissão Coordenadora Provisória julgou conveniente dar a público alguns pontos preliminares de sua posição política.

Esta declaração quer, portanto, contribuir para a ampliação desse debate e, especialmente, para a organização política de todos aqueles que estão interessados em participar, democraticamente, da construção desse novo instrumento e em lutar pelo fim do atual regime de exceção.

1. SOBRE AS ORIGENS DO PT

Após vários anos de resistência democrática, o fato mais novo vivido pela sociedade brasileira é a grande luta das massas trabalhadoras, em anos recentes, pela conquista de melhores condições de vida para amplos setores da população brasileira das cidades e dos campos. A prática dessas lutas – que a Ditadura não conseguiu impedir – criou as condições para os primeiros passos na ruptura de alguns dos principais mecanismos repressivos em que se apoiou o regime de 1964: arrocho salarial e a proibição do direito de greve.

Foi com o desenvolvimento dessas lutas que surgiu o PT, pois tendo de enfrentar o peso brutal da concentração de poder do Estado, que se voltou abertamente contra os seus mais legítimos interesses, tornou-se claro para os trabalhadores que só a sua luta econômica, ainda que muito importante, é insuficiente para garantir as aspirações de melhoria de vida para a maioria do povo brasileiro.

Provocando uma série de confrontos com os legítimos instrumentos de luta dos trabalhadores, como no caso das intervenções sindicais, a ação repressiva do Estado provocou o impasse e levou grandes massas de trabalhadores a perceberem a necessidade de intervir organizadamente na sociedade, em condições próprias e com um projeto político próprio.

A ideia do Partido dos Trabalhadores surgiu com o avanço e o fortalecimento desse novo e amplo movimento social que, hoje, se estende das fábricas aos bairros, dos sindicatos às comunidades eclesiais de base: dos Movimentos contra a Carestia às associações de moradores; do Movimento Estudantil e de intelectuais às associações profissionais; do movimento dos negros ao movimento das mulheres; e ainda outros, como os que lutam pelos direitos das populações indígenas.

Surgiu, portanto, como uma necessidade de:

| criar um efetivo canal de expressão política e partidária dos trabalhadores das cidades e dos campos e de todos os setores explorados pelo capitalismo;

| construir uma organização política dos militantes dos variados movimentos sociais, que são frequentemente fragmentados pelas suas próprias diferenças internas e por luta reivindicatória que nem sempre alcança a expressão de política de que são capazes;

| conquistar a política como uma atividade própria das massas populares, que desejam participar, legal e legitimamente, de todas as esferas de poder na sociedade, não apenas nos momentos das disputas eleitorais, mas também e principalmente nos momentos que permitem, a partir de sua prática no dia a dia a construção de uma nova concepção de democracia com raízes nas bases da sociedade e sustentada pelas decisões das maiorias.

Assim, o Movimento pelo Partido dos Trabalhadores pretende se constituir em uma organização nacional de massas, formada por todos os setores interessados na transformação da atual ordem econômica, social e política. Cabe citar, ademais dos setores que atualmente o apoiam, alguns parlamentares do MDB mais comprometidos com as lutas das grandes maiorias da Nação e os setores da Igreja mais comprometida com a libertação social.

O Movimento pelo Partido dos Trabalhadores não deseja, portanto, apenas propor soluções provisórias e imediatas às massas trabalhadoras,

mas antes criar as condições para uma luta de médio e longo prazo pela democratização real da sociedade e não apenas das atuais instituições políticas. O PT luta para que todo poder econômico e político venha a ser exercido diretamente pelos trabalhadores, única maneira de pôr fim à exploração e à opressão.

Em consequência, construirá uma estrutura interna democrática, apoiada em decisões coletivas e colegiadas, que garantam, efetivamente, a sua direção política e o seu programa a partir das decisões das suas bases.

2. O MOVIMENTO PELO PT E OS SINDICATOS

Tendo nascido das lutas reivindicatórias dos trabalhadores, o projeto de constituição do PT não se confunde, entretanto, com o movimento sindical.

Defendemos, intransigentemente, a autonomia e a independência dos sindicatos e de todos os movimentos sociais, não só em relação Estado, como também em relação aos partidos políticos.

Dessa forma, o Movimento pelo PT considera também que a luta por uma Central Única dos Trabalhadores é uma reivindicação fundamental de todos os que vivem dos seus salários, mas entende que a sua construção passa, necessariamente, pela derrubada da atual estrutura sindical atrelada ao Estado, a CUT não pode ser o resultado de articulações de cúpula; ela se fará pela vontade de todos os trabalhadores.

3. O PT E A REFORMULAÇÃO PARTIDÁRIA

A proposta do Partido dos Trabalhadores não nasceu do projeto de reformulação partidária dos dirigentes do governo. Sua legitimidade advém, portanto, das bases operárias e populares que se juntaram na sua construção e não das leis outorgadas de cima para baixo, às margens da soberania popular.

O Movimento pelo PT reivindica, no entanto, o direito democrático de se constituir como partido legal e considera, por isso mesmo, indispensável que esta legalidade seja estendida a todas as correntes de pensamento existentes na sociedade. Não há democracia sem liberdade de organização política e a organização política é um direito de todos.

4. O MOVIMENTO PELO PT E A QUESTÃO DA FRENTE

Repudiamos, portanto, a extinção dos atuais partidos políticos ou a criação de novos por ato de força do regime, que não consegue enfrentar politicamente os seus adversários, e defendemos a mais ampla liberdade de organização e expressão política. Com esse objetivo, chamamos todas as forças democráticas para que se organizem numa ampla frente de massa contra o regime ditatorial.

Julgamos, entretanto, ser indispensável preservar-se o direito de cada corrente política se organizar independentemente e de acordo com os seus princípios próprios. Esse direito é, em realidade, uma condição do fortalecimento dessa frente que, hoje, mais do que necessário, é urgente, para que se possa romper o isolamento político que o regime quer impor às diferentes forças sociais e políticas de oposição às iniciativas divisionistas do regime, opomos o aprofundamento da organização das forças democráticas e populares. Será nesse terreno que a sua unidade poderá se redefinir de modo a se retirar das mãos do dirigentes do Estado as iniciativas que lhes permitem, no momento, o controle do atual período da transição.

- | Contra a extinção arbitrária dos atuais partidos políticos e pela mais ampla liberdade de organização e manifestação político-partidária;
- | Contra a política salarial do governo e pela contratação coletiva de trabalho;
- | Por um salário mínimo real, nacional e unificado;
- | Estabilidade no emprego;
- | Liberdade e autonomia sindical;
- | Pelo direito de greve;
- | Por uma anistia que atinja todos os perseguidos do regime.

São Bernardo do Campo, 13 de outubro de 1979.

PLATAFORMA POLÍTICA

A plataforma política do Partido dos Trabalhadores deve expressar os compromissos reais desse partido com interesses dos trabalhadores que ele representa, mas, ao mesmo tempo em que a plataforma é um instrumento fundamental para a organização desse partido, devendo dar respostas concretas às lutas dos trabalhadores, ela é também fruto dessas lutas, pois a cada momento novos problemas surgem e novas soluções devem ser encontradas. Nesta perspectiva, a plataforma aqui proposta não é mais que um ponto de partida para o debate político que visa a organização do Partido. Seus itens – tradução do programa do Partido nos diferentes momentos da luta – devem ser detalhados o suficiente para que cada bandeira represente, de fato, os interesses que ela pretende expressar. Devem ainda indicar os caminhos – ou formas de luta – para a realização de cada uma dessas bandeiras que, hierarquizadas, apontarão para os objetivos centrais do Partido dos Trabalhadores.

Os pontos desta plataforma podem ser agrupados em três grandes áreas, que estão intimamente interligadas.

1. LIBERDADES DEMOCRÁTICAS

- | Sindicatos livres e independentes do Estado: extinção do imposto sindical, fim do estatuto patrão, liberdade de formulação dos estatutos, enfim, extinção da estrutura sindical vigente;
- | Efetiva liberdade de organização nos locais de trabalho;
- | Legalização das comissões e delegados de fábrica, eleitos democraticamente pelos trabalhadores;
- | Plenos direitos sindicais aos funcionários públicos;
- | Central Única dos Trabalhadores, eleita democraticamente por todos os trabalhadores;

- | Direito irrestrito de greve (abolição de toda legislação repressiva);
- | Anistia ampla, geral e irrestrita. Reintegração em seus cargos de todas aqueles que foram demitidos ou aposentados por força de atos excepcionais;
- | Desativação dos órgãos repressivos e dissolução dos grupos paramilitares;
- | Fim das torturas, investigação de todas as arbitrariedades policiais e punição dos responsáveis;
- | Fim dos tribunais de exceção;
- | Fim imediato das eleições indiretas;
- | Eleições livres e diretas;
- | Direito de voto aos analfabetos, cabos e soldados;
- | Pelo fim do regime militar;
- | Convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, livre, democrática e soberana;
- | Por um governo dos trabalhadores.

2. MELHORES CONDIÇÕES DE VIDA E TRABALHO

- | Fim da política salarial e recuperação das perdas salariais provocadas pelo arrocho salarial do regime autoritário, também levando em conta o aumento de produtividade do trabalho;
- | Salário mínimo nacional único que atenda às necessidades básicas dos trabalhadores;
- | Escala móvel de salários cada vez que o custo de vida aumente 5% ou através de reajustes trimestrais obrigatórios e acumulativos;
- | Redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais, sem prejuízo dos salários mensais;
- | Eliminação total das horas extras;
- | Contrato coletivo de trabalho;
- | Contra o desemprego. Pelo salário desemprego;
- | Estabilidade no emprego a partir da admissão;
- | Férias pagas em dobro;
- | Aposentadoria integral;
- | Segurança no trabalho, sob supervisão de órgão próprio dos trabalhadores;
- | Extensão ao trabalhador rural de todos os direitos dos trabalhadores urbanos;

- | Congelamento de preços ao consumidor de todos os gêneros de primeira necessidade;
- | Socialização da Medicina e desenvolvimento da Medicina Preventiva;
- | Democratização do ensino, com ensino público gratuito para todos, garantia de acesso à escola em todos os níveis para a população;
- | Política habitacional que garanta moradia a todos os trabalhadores;
- | Pelo fim da mão das empregadeiras locadoras de mão de obra.

3. QUESTÃO NACIONAL

- | Erradicação dos latifúndios improdutivos e distribuição da terra aos trabalhadores sem-terra;
- | Título de posse da terra aos posseiros;
- | Garantia de financiamento aos posseiros, pequenos proprietários rurais, desde a preparação da terra até a distribuição do produto;
- | Estímulo à organização de forma cooperativa dos pequenos proprietários;
- | Estatização das empresas que prestam serviços básicos (transporte de massa, educação, saúde, produção e distribuição de energia, etc.);
- | Nacionalização e estatização de todas as empresas estrangeiras;
- | Estatização das grandes empresas e bancos;
- | Estatização das fontes e das empresas de energia, indústria extrativa e de infraestrutura;
- | Controle popular dos fundos públicos;
- | Respeito absoluto às peculiaridades culturais de cada região que compõe o país. Respeito aos direitos das minorias raciais;
- | Política econômica e social que impeça desníveis regionais;
- | Política externa independente.

NOTA CONTRA A REFORMA PARTIDÁRIA

Mais uma vez, o governo procura barrar as aspirações de real democratização do país, através de um arremedo de lei. O projeto de reformulação partidária mostra, de novo, que, nesse regime, a lei não é igual para todos. Seus artigos, parágrafos e incisos têm endereço certo: procuram colocar tropeços à sobrevivência do MDB; procuram impedir a organização de partidos representativos e democráticos; procuram diminuir a importância política das grandes concentrações urbanas e, especialmente, impedir

que os trabalhadores se organizem politicamente; procuram descaracterizar o conteúdo social das correntes políticas.

O Movimento pelo Partido dos Trabalhadores não se surpreende com mais esta jogada golpista. Em nenhum momento tivemos a ilusão de que a liberdade fosse dada de mão beijada pelo regime. Continuaremos a lutar pela plena liberdade de organização partidária para todas as correntes políticas. Colocamo-nos ao lado de todas as forças democráticas, que se unem no repúdio ao projeto partidário do governo.

Grande responsabilidade cabe a todos aqueles que tenham compromissos com a democracia e, em especial, aos parlamentares, que poderão derrotar, pelo voto no Congresso Nacional, mais este crime contra o povo.

O Movimento pelo Partido dos Trabalhadores, cuja legitimidade é assegurada pelo apoio dos trabalhadores e do povo, continuará a lutar por sua organização legal.

NORMAS TRANSITÓRIAS

A presente proposta tenciona apresentar algumas normas de funcionamento de caráter preliminar, com vistas a superar a inorganicidade prevalente no atual estágio do Movimento pelo Partido dos Trabalhadores. Neste sentido, é importante frisar que as normas orgânicas aqui sugeridas não são apenas transitórias, como substituíveis por outras segundo as características locais e regionais defrontadas pelo Movimento.

Por outro lado, é sempre bom enfatizar que as normas definitivas de organização do PT, que assegurem a plena democracia interna, deverão ser discutidas num primeiro Encontro Nacional, abaixo mencionado, e, em caráter definitivo, no Congresso Nacional a ser realizado oportunamente.

Seguem-se as sugestões:

1. O Movimento pelo Partido dos Trabalhadores, desde já democrático e aberto à participação dos trabalhadores da cidade e do campo, dos camponeses, dos posseiros, dos profissionais liberais, dos professores e bancários, parlamentares, estudantes, trabalhadores autônomos da cidade e do campo etc. proclama sua decisão de lutar pela sua legalização.

2. Com este objetivo, o Movimento pelo PT pretende, agora, iniciar a criação de sedes, a confecção de fichas de seus militantes e promover campanhas de finanças.

3. O PT deverá iniciar, oportunamente, uma campanha de assinaturas, através de uma ampla imobilização de massas, visando divulgar sua proposta. As listas de assinaturas deverão ser nacionalmente uniformes.

4. O militante do Movimento pelo PT se define por sua inscrição num dos núcleos da organização, por sua participação nas reuniões e no trabalho desse mesmo núcleo e pelo apoio aos pontos essenciais da Carta de Princípios de 1º/5/1979 e da Declaração Política de 13/10/1979.

5. Os militantes deverão contribuir financeiramente mediante critérios a serem definidos pela Comissão Nacional Provisória.

6. No presente estágio organizativo, o Movimento pelo PT se estruturará sob a forma de núcleos básicos – que serão reconhecidos como tais, para efeito de representatividade partidária proporcional, quando contarem com um mínimo de 21 membros organizados a partir dos locais de trabalho, moradia ou categoria profissional, comissões de nucleação em nível municipal e regional. Será reconhecido o direito de expressão aos núcleos em formação.

7. Ainda transitoriamente, cada núcleo deverá eleger um secretário e um suplente de secretário, cuja função será a de estabelecer os enlacs com os organismos superiores do Movimento.

8. É recomendável que cada núcleo fixe endereço para correspondência e, na medida do possível, até mesmo adquira uma caixa postal.

9. Fica convocado o 1º Encontro Nacional dos Militantes Pró-PT num prazo máximo de 120 dias, com a realização prévia de Encontros Regionais. O Encontro Nacional terá por pauta mínima a aprovação das formas de organização e de um documento político básico do Movimento pelo PT.

10. Fica formada uma Comissão Nacional Provisória, composta da atual coordenação mais até dois representantes, eleitos pelos militantes de cada estado num prazo de 15 dias. A Comissão Nacional Provisória composta da atual coordenação mais até dois representantes, eleitos pelos militantes de cada estado num prazo de 15 dias. A Comissão Nacional Provisória poderá também convocar outros companheiros, para efeito de agilização dos trabalhos referidos aos itens anteriores.

COMISSÃO NACIONAL PROVISÓRIA

Indicada em 13 de outubro de 1979, na reunião de lançamento do Movimento pelo PT realizada no salão de festas do Restaurante São Judas

Tadeu, em São Bernardo do Campo (SP). Coube a esta Comissão a direção do Movimento até 1º de junho de 1980.

Jacó Bittar (coordenador) | SP | Presidente do Sindicato dos Petroleiros de Campinas
Arnóbio Silva | SP | Pres. Sind. dos Bananeiros da Região do Vale do Ribeira
Edson Khair | RJ | Deputado federal pelo MDB (RJ)
Henos Amorina | SP | Presidente do Sind. dos Metalúrgicos de Osasco
José Ibrahim | SP | Ex-presidente do Sind. dos Metalúrgicos de Osasco
Luiz Inácio da Silva | SP | Presidente do Sind. dos Metalúrgicos de S. Bernardo do Campo
Manoel da Conceição | MA | Ex-presidente Sind. dos Trab. Rurais de Pindaré-Mirim
Olívio Dutra | RS | Presidente do Sind. dos Bancários de Porto Alegre
Paulo Skromov | SP | Pres. Sind dos Trabalhadores em Couro e Plástico de São Paulo
Wagner Benevides | MG | Presidente do Sindicato dos Petroleiros de Minas Gerais
Ignácio Hernandez | MG | Metalúrgico (oposição sindical) de Belo Horizonte
Luiz Soares Dulci | MG | Pres. União dos Trabalhadores do Ensino de Minas Gerais
Francisco Auto | CE | Jornalista em Fortaleza
Firmo Trindade | RS | Economiário em Porto Alegre
Carlos Borges | RS | Gráfico em Porto Alegre
Godofredo Pinto | RJ | Diretor do Centro Estadual dos Professores do RJ
Sidney Lianza | RJ | Rio de Janeiro

(Nota: Publicado na mesma ordem em que o nomes aparecem no documento original)
Fonte: Documentos Básicos do Movimento pelo Partido dos Trabalhadores, s/d.

| 1980 |

DOCUMENTOS DA FUNDAÇÃO DO PT

JUCA MARTINS



MARIO PEDROSA, LÉLIA ABRAMO E SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA, SIGNATÁRIOS DO MANIFESTO DE LANÇAMENTO DO PT, JUNTAMENTE COM MANOEL DA CONCEIÇÃO, APOLONIO DE CARVALHO E PAULO FREIRE, ENTRE OUTROS.

JUCA MARTINS



1.200 PESSOAS APROVAM POR ACLAMAÇÃO O MANIFESTO DE LANÇAMENTO DO PT (COLÉGIO SION, SÃO PAULO, 1980)

ATO NACIONAL DE LANÇAMENTO DO PT

10 DE FEVEREIRO DE 1980
COLÉGIO SION – SÃO PAULO (SP)¹

APROVA, POR ACLAMAÇÃO, O MANIFESTO DE LANÇAMENTO DO PT.

Primeiros signatários do Manifesto: Mário Pedrosa, crítico de arte, fundador do Semanário Vanguarda Socialista em 1945; Manoel da Conceição, líder camponês do nordeste; Sérgio Buarque de Holanda, jornalista, sociólogo e historiador; Lélia Abramo, atriz; Moacir Gadotti, educador, representando Paulo Freire; e Apolonio de Carvalho, respeitado militante da esquerda, combatente nas Brigadas Internacionais na Guerra Civil Espanhola.

Presentes: 1.200 militantes.

Estados representados: 18

Requisitos para credenciamento: 1 representante para cada grupo de 21 militantes de núcleos, mais os líderes e dirigentes sindicais indicados pelos núcleos ou pelas regiões².

REUNIÃO NACIONAL DE FUNDAÇÃO DO PT
31 DE MAIO E 1º DE JUNHO DE 1980³
INSTITUTO SEDES SAPIENTIAE – SÃO PAULO (SP)

Aprova o *Programa*, o *Plano de Ação* e o *Estatuto* e referenda o *Manifesto de Lançamento*, aprovado no ato de 10 de fevereiro.

Elege a Comissão Diretora Nacional Provisória, conforme a Lei Orgânica dos Partidos Políticos, que tem como atribuição viabilizar o registro provisório do partido até a Convenção Nacional e a eleição da Comissão definitiva.

Presentes: 242 delegados.

Estados representados: 23 (AC, AL, AM, BA, CE, DF, ES, GO, MA, MG, MS, MT, PA, PB, PE, PI, PR, RJ, RN, RS, SC, SE, SP)⁴.

1. Fonte: Artigo de Perseu Abramo "Divergências na fundação do PT", publicado no jornal Movimento (18 a 24.fev.1980) e republicado no livro *Um trabalhador da notícia – Textos de Perseu Abramo*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1997, p. 183-185.

2. Segundo Perseu Abramo (idem, ibidem), a direção do ato foi pressionada pelo enorme número de pessoas presentes, sendo obrigada a admitir todos no recinto de debates, concedendo direito a voz aos não credenciados.

3. De acordo com a circular da Secretaria Nacional de Organização e Nucleação, essa Reunião Nacional estava prevista para acontecer nos dias 12 e 13 de abril de 1980, mas foi adiada para em consequência da deflagração de uma greve no ABCD.

4. Fonte: Ata da reunião de fundação do Partido dos Trabalhadores.

MANIFESTO DE FUNDAÇÃO DO PARTIDO DOS TRABALHADORES⁵

O Partido dos Trabalhadores surge da necessidade sentida por milhões de brasileiros de intervir na vida social e política do país para transformá-la. A mais importante lição que o trabalhador brasileiro aprendeu em suas lutas é a de que a democracia é uma conquista que, finalmente, ou se constrói pelas suas mãos ou não virá.

A grande maioria de nossa população trabalhadora, das cidades e dos campos, tem sido sempre relegada à condição de brasileiros de segunda classe. Agora, as vozes do povo começam a se fazer ouvir por meio de suas lutas. As grandes maiorias que constroem a riqueza da Nação querem falar por si próprias. Não esperam mais que a conquista de seus interesses econômicos, sociais e políticos venha das elites dominantes. Organizam-se elas mesmas, para que a situação social e política seja a ferramenta da construção de uma sociedade que responda aos interesses dos trabalhadores e dos demais setores explorados pelo capitalismo.

NASCENDO DAS LUTAS SOCIAIS

Após prolongada e dura resistência democrática, a grande novidade conhecida pela sociedade brasileira é a mobilização dos trabalhadores para lutar por melhores condições de vida para a população das cidades e dos campos. O avanço das lutas populares permitiu que os operários industriais, assalariados do comércio e dos serviços, funcionários públicos, moradores da periferia, trabalhadores autônomos, camponeses, trabalhadores rurais, mulheres, negros, estudantes, índios e outros setores explorados pudessem se organizar para defender seus interesses, para exigir melhores salários, melhores condições de trabalho, para reclamar o atendimento dos serviços nos bairros e para comprovar a união de que são capazes.

Estas lutas levaram ao enfrentamento dos mecanismos de repressão impostos aos trabalhadores, em particular o arrocho salarial e a proibição

5. Aprovado pelo Movimento Pró-PT, em 10 de fevereiro de 1980, no Colégio Sion (SP), e publicado no *Diário Oficial da União* de 21 de outubro de 1980.

do direito de greve. Mas, tendo de enfrentar um regime organizado para afastar o trabalhador do centro de decisão política, começou a tornar-se cada vez mais claro para os movimentos populares que as suas lutas imediatas e específicas não bastam para garantir a conquista dos direitos e dos interesses do povo trabalhador.

Por isso, surgiu a proposta do Partido dos Trabalhadores. O PT nasce da decisão dos explorados de lutar contra um sistema econômico e político que não pode resolver os seus problemas, pois só existe para beneficiar uma minoria de privilegiados.

POR UM PARTIDO DE MASSAS

O Partido dos Trabalhadores nasce da vontade de independência política dos trabalhadores, já cansados de servir de massa de manobra para os políticos e os partidos comprometidos com a manutenção da atual ordem econômica, social e política. Nasce, portanto, da vontade de emancipação das massas populares. Os trabalhadores já sabem que a liberdade nunca foi nem será dada de presente, mas será obra de seu próprio esforço coletivo. Por isso protestam quando, uma vez mais na história brasileira, veem os partidos sendo formados de cima para baixo, do Estado para a sociedade, dos exploradores para os explorados. Os trabalhadores querem se organizar como força política autônoma. O PT pretende ser uma real expressão política de todos os explorados pelo sistema capitalista. Somos um Partido dos Trabalhadores, não um partido para iludir os trabalhadores. Queremos a política como atividade própria das massas que desejam participar, legal e legitimamente, de todas as decisões da sociedade. O PT quer atuar não apenas nos momentos das eleições, mas, principalmente, no dia a dia de todos os trabalhadores, pois só assim será possível construir uma nova forma de democracia, cujas raízes estejam nas organizações de base da sociedade e cujas decisões sejam tomadas pelas maiorias.

Queremos, por isso mesmo, um partido amplo e aberto a todos aqueles comprometidos com a causa dos trabalhadores e com o seu programa. Em consequência, queremos construir uma estrutura interna democrática, apoiada em decisões coletivas e cuja direção e programa sejam decididos em suas bases.

PELA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DOS TRABALHADORES

Em oposição ao regime atual e ao seu modelo de desenvolvimento, que só beneficia os privilegiados do sistema capitalista, o PT lutará pela extin-

ção de todos os mecanismos ditatoriais que reprimem e ameaçam a maioria da sociedade. O PT lutará por todas as liberdades civis, pelas franquias que garantem, efetivamente, os direitos dos cidadãos e pela democratização da sociedade em todos os níveis.

Não existe liberdade onde o direito de greve é fraudado na hora de sua regulamentação, onde os sindicatos urbanos e rurais e as associações profissionais permanecem atrelados ao Ministério do Trabalho, onde as correntes de opinião e a criação cultural são submetidas a um clima de suspeição e controle policial, onde os movimentos populares são alvo permanente da repressão policial e patronal, onde os burocratas e tecnocratas do Estado não são responsáveis perante a vontade popular.

O PT afirma seu compromisso com a democracia plena e exercida diretamente pelas massas. Neste sentido proclama que sua participação em eleições e suas atividades parlamentares se subordinarão ao objetivo de organizar as massas exploradas e suas lutas. Lutará por sindicatos independentes do Estado, como também dos próprios partidos políticos.

O Partido dos Trabalhadores pretende que o povo decida o que fazer da riqueza produzida e dos recursos naturais do país. As riquezas naturais, que até hoje só têm servido aos interesses do grande capital nacional e internacional, deverão ser postas a serviço do bem-estar da coletividade. Para isso é preciso que as decisões sobre a economia se submetam aos interesses populares. Mas esses interesses não prevalecerão enquanto o poder político não expressar uma real representação popular, fundada nas organizações de base, para que se efetive o poder de decisão dos trabalhadores sobre a economia e os demais níveis da sociedade.

Os trabalhadores querem a independência nacional. Entendem que a Nação é o povo e, por isso, sabem que o país só será efetivamente independente quando o Estado for dirigido pelas massas trabalhadoras. É preciso que o Estado se torne a expressão da sociedade, o que só será possível quando se criarem condições de livre intervenção dos trabalhadores nas decisões dos seus rumos. Por isso, o PT pretende chegar ao governo e à direção do Estado para realizar uma política democrática, do ponto de vista dos trabalhadores, tanto no plano econômico quanto no plano social. O PT buscará conquistar a liberdade para que o povo possa construir uma sociedade igualitária, onde não haja explorados nem exploradores. O PT manifesta sua solidariedade à luta de todas as massas oprimidas do mundo.

PROGRAMA¹

Um número cada vez maior de trabalhadores vem sentindo a necessidade de construir um novo partido político – o Partido dos Trabalhadores (PT) – para conseguir novos avanços em suas lutas. Um partido diferente daqueles que os poderosos nos impuseram ontem e tentam nos impor hoje. Um partido feito por nós, para travar nossas lutas.

Nosso partido é diferente porque é democrático: nele, quem manda são as bases. É diferente porque está presente em todas as lutas do movimento popular, em vez de aparecer apenas nas épocas da eleição. É diferente porque respeita e defende a autonomia das organizações populares, garantia maior de sua existência como partido dos trabalhadores. Partido de massas, amplo e aberto, baseado nos trabalhadores da cidade e do campo, o Partido dos Trabalhadores (PT) é diferente também por causa de seus objetivos políticos. Lutamos pela construção de uma democracia que garanta aos trabalhadores, em todos os níveis, a direção das decisões políticas e econômicas do país. Uma direção segundo os interesses dos trabalhadores e através de seus organismos de base.

Por todas essas razões, nosso partido não pode nascer pronto e acabado. Ele se desenvolve ao mesmo tempo em que se desenvolvem as lutas dos trabalhadores. Lutas que não começam hoje nem começaram ontem, mas que deram importantes passos nos últimos anos, impondo a necessidade de unificar os movimentos que ocorrem em diferentes fábricas ou bairros populares, em diferentes categorias profissionais e em diferentes regiões do país. A experiência adquirida no curso das lutas recentes mostrou, além disso, aos trabalhadores que suas lutas específicas, por mais amplas que sejam, não asseguram a realização de suas conquistas devido à centralização do poder de decisão política. Os trabalhadores compreenderam, então, que isso só pode ser conseguido através de sua própria participação política no processo de decisão.

1. Aprovado em 1º de junho de 1980, no Instituto Sedes Sapientiae (SP), e publicado no *Diário Oficial da União* de 21 de outubro de 1980.

Somente essa participação política unificada e seu direcionamento contra o atual regime permitirão transformar a infinidade de movimentos que vêm se desenvolvendo nos últimos anos em uma força verdadeiramente expressiva em nossa sociedade. É para isso que os trabalhadores precisam de um partido nacional e que, portanto, não se limite a tal categoria ou a tal região.

O PT nasce numa conjuntura em que a democracia aparece como uma das grandes questões da sociedade brasileira. Para o PT, a luta democrática concreta de hoje é a de garantir o direito à livre organização dos trabalhadores em todos os níveis. Portanto, a democracia que os trabalhadores propõem tem valor permanente, é aquele que não admite a exploração econômica e a marginalização de muitos milhões de brasileiros que constroem a riqueza do país com o seu trabalho. A luta do PT contra o regime opressivo deve construir uma alternativa de poder econômico e político, desmantelando a máquina repressiva e garantindo as mais amplas liberdades para os trabalhadores e oprimidos que se apoiem na mobilização e organização do movimento popular e que seja a expressão de seu direito e vontade de decidir os destinos do país. Um poder que avance nos rumos de uma sociedade sem exploradores e explorados. Na construção dessa sociedade, os trabalhadores brasileiros têm claro que essa luta se dá contra os interesses do grande capital nacional e internacional.

Para atingir esse objetivo, o Partido deve estar preparado para propor alterações profundas na estrutura econômica e política da Nação. No entanto, o desenvolvimento da estratégia do PT depende de sua permanente relação com os movimentos sindical e populares que lhe deram origem como proposta de um partido de massas de amplo alcance social. Vale lembrar que os trabalhadores cresceram em sua capacidade de organização na resistência e no combate à consolidação do atual regime. Agora, com seu partido, avançam para superar este regime. Neste sentido, o Partido dos Trabalhadores já é uma conquista democrática e instrumento de avanço democrático da sociedade brasileira.

Entre as prioridades que o Partido estabelece para a construção de uma democracia efetiva está o combate a todos os instrumentos jurídicos ou policiais de repressão política usados contra os trabalhadores e contra o povo brasileiro em geral. Por isso, devemos lutar contra a atual Lei de Segurança Nacional e demais instrumentos de arbítrio do sistema de poder entrado no Executivo. Não haverá democracia enquanto não forem desativados os órgãos

policiais que violentaram as organizações e os movimentos populares. Além disso, consideramos que a maior e a mais ampla liberdade de organização partidária é condição elementar para a garantia de eleições democráticas.

Temos sentido, no dia a dia, o peso da legislação e da polícia jogado contra nossas reivindicações justas e legítimas. Na área sindical, à qual o PT deve sua proposta de fundação, o Partido já consta com ampla experiência de muitos militantes que participam da luta pela organização dos trabalhadores. Juntamente com outros setores que integram e integrarão o PT, a experiência já acumulada pelo Partido deverá servir para orientar sua atuação na luta por uma nova legislação, condizente com os interesses dos trabalhadores da cidade e do campo. O PT defenderá uma política agrária que objetive o fim da atual estrutura fundiária. Essa estrutura é pautada na grande empresa capitalista e nos latifúndios, que mantêm as terras improdutivas que servem à especulação imobiliária. Combaterá também o fim da expropriação de terras pelas grandes empresas nacionais e estrangeiras e incrementará a luta pela nacionalização da terra, permitindo, assim, o aproveitamento dos recursos humanos e das potencialidades econômicas existentes no solo e no subsolo segundo os interesses dos trabalhadores rurais e do conjunto da sociedade brasileira.

O PT defenderá ainda a exploração imediata de toda a terra disponível, inclusive a que é de responsabilidade do Estado – as terras devolutas, as terras do Incra e as terras de faixa de fronteira –, que deverão ser usadas pelos trabalhadores sem-terra, ocupando-as permanentemente, de maneira a que sejam atendidos os seus interesses e as suas necessidades. Mas, para o PT, não basta a simples distribuição da terra. Como exigência fundamental para o êxito dessa nova política agrária, postula a criação de instrumentos econômicos e financeiros como forma de apoio indispensável à exploração da terra, segundo as peculiaridades geográficas e humanas regionais.

PLANO DE AÇÃO DO PARTIDO DOS TRABALHADORES

I. LIBERDADE DE ORGANIZAÇÃO PARTIDÁRIA E SINDICAL

- | Total liberdade de organização partidária
- | Liberdade e autonomia sindical.
- | Central Única dos Trabalhadores, eleita democraticamente pelos trabalhadores e independente do Estado.
- | Liberdade de organização nos locais de trabalho na cidade e no campo
- | Direito irrestrito de greve.

II. DESMANTELAMENTO DOS ÓRGÃOS DE REPRESSÃO DA LEGISLAÇÃO DE EXCEÇÃO

- | Revogação da Lei de Segurança Nacional.
- | Anistia ampla, geral e irrestrita.
- | Restituição dos plenos direitos políticos e sindicais aos dirigentes e militantes sindicais cassados.
- | Apuração das torturas, perseguições políticas e todas as arbitrariedades policiais, com punição dos responsáveis.
- | Eleições livres e diretas em todos os níveis.
- | Direito de votar e ser votado para os analfabetos, cabos, soldados e marinheiros

III. COMBATE A POLÍTICA SALARIAL

- | Negociações diretas entre trabalhadores e patrões.
- | Garantia no emprego.
- | Salário mínimo real e unificado que atenda às necessidades básicas dos trabalhadores e de sua família.
- | Escala móvel de salários.
- | Redução da jornada de trabalho, sem redução salarial.
- | Contra o desemprego.

IV. POR MELHORES CONDIÇÕES DE VIDA

- | Contra a privatização da medicina.

- | Assistência médica e odontológica pública, gratuita e eficiente a toda a população.
- | Ampliação dos serviços básicos de saúde e saneamento para a promoção e proteção da saúde.
- | Política habitacional que assegure moradia digna a todos os trabalhadores e sob o controle dos trabalhadores.
- | Reconhecimento da posse definitiva sobre os terrenos ocupados por moradores de favelas e regularização imediata dos loteamentos clandestinos.
- | Urbanização e criação de serviços básicos nos bairros populares e nas favelas.
- | Ensino público e gratuito em todos os níveis, voltado para as necessidades dos trabalhadores.
- | Transporte coletivo público, que atenda às necessidades da população.
- | Criação de creches públicas nos locais de moradia e trabalho.

V. SOBRE A QUESTÃO AGRÁRIA

- | Reforma agrária ampla, massiva e sob o controle dos trabalhadores.
- | Luta pela terra a quem nela trabalha ou a quem dela foi expulso.
- | Apoio às lutas dos assalariados rurais, em especial dos trabalhadores temporários.
- | Igualdade de direitos a todos os trabalhadores rurais, sem distinção de sexo e idade.
- | Garantia de renda mínima justa para os pequenos produtores.

VI. INDEPENDÊNCIA NACIONAL

- | Contra a dominação imperialista.
- | Política externa independente.
- | Combate à espoliação pelo capital internacional.
- | Respeito à autodeterminação dos povos e solidariedade aos povos oprimidos.

VII. APOIO AOS MOVIMENTOS DE DEFESA

DOS DIREITOS DAS MULHERES, NEGROS E ÍNDIOS

- | Contra toda a discriminação racial, econômica, social e política.
- | Contra a discriminação da mulher.
- | Defesa do patrimônio cultural dos negros, índios e das minorias.
- | Demarcação das terras indígenas, reconhecimento de sua propriedade coletiva e autodeterminação com direito ao controle do processo produtivo.

ESTATUTO DO PARTIDO DOS TRABALHADORES (PT)

A Comissão Diretora Nacional Provisória (CDNP) do PT, de acordo com as deliberações do Encontro Nacional dos dias 31 de maio e 1º de junho, recebeu da Comissão de Advogados, escolhida por aquele Encontro, a conclusão do trabalho de redação final do Estatuto do PT.

Após discutir, demoradamente, em duas de suas reuniões todos os aspectos e implicações, quer as ligadas às decisões dos Encontros Estaduais e Nacional, quer os aspectos que dizem respeito à legalização do Partido, a CDNP aprovou o Estatuto em anexo o qual será encaminhado para registro junto ao TSE, após apreciação da Comissão de Registro, juntamente com o Manifesto de Lançamento e o Programa.

Entendemos que todos os mecanismos que asseguram a democracia interna do Partido, a prática de sua construção a suas experiências concretas nesse sentido somadas desde sua proposta inicial, estão absorvidas pelo Estatuto. Foram encontradas as formas necessárias para esse fim, dentro das brechas da Lei, de suas omissões, sem ferir nenhuma das exigências da legislação.

Nesse sentido, a existência (art.11 e 35) e a participação (art. 37) dos núcleos de base, apreciando as filiações (art.50), participando de todas as convenções, inclusive nas que decidem sobre a linha política (artigos 13, 14 a 15), intervindo junto aos representantes eleitos pelo partido (art.40), decidindo sobre as questões de interesse do partido (artigos 72 e seguintes até 79), manifestando-se sobre a disciplina interna do partido (art.96, III) etc.

O Estatuto vincula, porque a Lei assim exige, a participação política ao “domicílio eleitoral” do militante, ou seja, ao local onde o militante tem o seu título de eleitor. Mas nem por esse motivo os Núcleos Setoriais (por categoria profissional, por movimento social ou local de trabalho) deixam de existir. Estarão regulamentados no Regimento Interno do PT.

Todo o detalhamento e formas de execução dos mecanismos citados, bem como das Secretarias do Partido, constarão do Regimento Interno pois assim poderão refletir com maior precisão a prática do PT, na sua dinâmica.

Optamos por remeter os detalhes para o Regimento Interno também porque a Lei dos Partidos exige formalidades demoradas e complexas para que

o Estatuto venha a ser alterado. Isso traria dificuldades para que a dinâmica do PT pudesse ser retratada em suas disposições internas, para serem aplicadas com rapidez.

Acreditamos que, com o trabalho da Comissão de Advogados, conseguiu-se resguardar as preocupações com o Estatuto do PT avançando em relação a todos os demais partidos, permitindo, efetivamente, a sua construção de baixo para cima, como é o compromisso dos militantes do PT.

ESTATUTO

TÍTULO I DO PARTIDO, SEDE, OBJETIVO E FILIAÇÃO

CAPÍTULO I DA DURAÇÃO, SEDE E FORO

Art. 1º - O Partido dos Trabalhadores - PT, pessoa jurídica de direito público interno, é organizado nos termos da legislação em vigor e tem duração por prazo indeterminado.

Art. 2º - O Partido dos Trabalhadores - PT, tem sede central, foro e domicílio em BRASÍLIA - DISTRITO FEDERAL.

§ 1º - O Partido dos Trabalhadores - PT, é representado em Juízo e fora dele pelo Presidente da Comissão Executiva Nacional.

§ 2º - Nos Estados e Territórios Federais, em questões de interesse regional, a representação do Partido dos Trabalhadores - PT, é exercida pelo Presidente da Comissão Executiva Regional.

§ 3º - Nos Municípios, em questões de interesse local, a representação do Partido dos Trabalhadores - PT, é exercida pelo presidente da Comissão Executiva Municipal.

CAPÍTULO II DOS OBJETIVOS E ATUAÇÃO

Art. 3º - O Partido dos Trabalhadores - PT atuará permanentemente em âmbito nacional, com estrita observância deste Estatuto, do Programa, Partidário e da legislação em vigor.

CAPÍTULO III
DA FILIAÇÃO PARTIDÁRIA

Art. 4º - Filiado do Partido dos Trabalhadores –PT, é todo brasileiro, eleito, em pleno gozo de seus direitos políticos,- que seja admitido como tal pelo Diretório Municipal do seu domicílio eleitoral, ou, na falta deste, pelo respectivo Diretório Regional ou, ainda, pelo Diretório Nacional, e que se comprometa com o seu programa e Estatuto, observadas as condições e formas estabelecidas em lei.

Parágrafo único - Os jovens, acima de 16 e abaixo de 18 anos que concordem com o Programa e Estatuto do Partido dos Trabalhadores - PT, poderão filiar-se aos Diretórios e Participar de suas atividades, salvo nas deliberações que exijam a condição de eleitor.

Art. 5º - Em qualquer das hipóteses do artigo anterior, a filiação no prazo de 15 dias será encaminhada ao Diretório pelo núcleo de Base onde o candidato atuará como filiado do Partido dos Trabalhadores - PT.

Parágrafo único - Se o candidato à filiação se dirigir diretamente ao Diretório Municipal, este solicitará a manifestação do Núcleo de Base do seu domicílio eleitoral.

Art. 6º - A manifestação do Núcleo de Base, devidamente justificada, será comunicada ao Diretório Municipal respectivo, para que este aprove ou rejeite a filiação dentro dos prazos estabelecidos em lei.

Art. 7º - O Diretório Distrital ou Municipal poderá aceitar a manifestação do Núcleo de Base e rejeitar a filiação, ou recusá-la e admitir o filiado diretamente no Diretório Municipal.

Art. 8º - A impugnação da filiação, a transferência de filiado de um município para outro e seu desligamento do Partido, dar-se-ão de acordo com as disposições legais em vigor.

CAPÍTULO IV
DIREITOS E OBRIGAÇÕES DOS FILIADOS

Art. 9º - São direitos dos filiados:

I. participar e votar nas reuniões dos órgãos partidários aos quais pertença;

- II. votar e ser votado para composição dos órgãos de deliberação, de direção e de cooperação do Partido;
- III. dirigir-se diretamente, e por escrito, a qualquer órgão do Partido para:
 - a) apresentar seu ponto de vista em relação a qualquer assunto;
 - b) denunciar irregularidades;
 - c) reclamar contra decisões;
 - d) defender-se de acusações ou punições recebidas;
- IV. defender-se publicamente nos processos de apuração de infração de deveres partidários;
- V. utilizar-se dos serviços e de órgãos do partido;

Art. 10º - São deveres dos filiados:

- I. participar assiduamente das reuniões dos órgãos a que pertença;
- II. divulgar o Programa e o Estatuto do Partido e realizar as tarefas de doutrinação e ação política decididas pelos órgãos do Partido;
- III. aperfeiçoar seus conhecimentos sobre a realidade do país e de modo especial sobre os problemas dos trabalhadores;
- IV. manter uma conduta pessoal, profissional e comunitária, compatíveis com os princípios éticos do partido;
- V. contribuir, nos termos do art. 79 deste Estatuto para os gastos do Partido;
- VI. emitir voto sobre as questões submetidas a consulta pelos órgãos de direção;
- VII. exercer controle, pelos meios estabelecidos no Estatuto sobre a atuação dos dirigentes e parlamentares do Partido, assim como dos filiados destacados para o exercício de postos no Executivo, aprovando-a ou desaprovando-a, de acordo com seu juízo pessoal; e
- VIII. votar nos candidatos indicados pelas Convenções partidárias e participar das campanhas aprovadas pelos órgãos partidários.

§ 1º - O filiado, segundo seu Juízo político, poderá deixar de executar tarefas ou atividades políticas, determinadas pelo Partido que entrem em conflito com deliberação do órgão - de classe ao qual pertence.

§ 2º - Na hipótese do parágrafo anterior, para não incorrer em sanções disciplinares. O filiado deve apenas declarar, explicitamente, em seu Núcleo de Base ou no órgão ao qual estiver destacado, as razões de sua conduta; sendo vedado aos demais julgá-la.

§ 3º - As hipóteses dos parágrafos anteriores não configuram violação dos deveres partidários, nos termos da legislação em vigor, exceto nos casos de violação de deveres de Direção Partidária e de fidelidade partidária.

TÍTULO II DOS ÓRGÃOS DO PARTIDO

Art. 11º - São órgãos do Partido:

- I. de deliberação: as Convenções Municipais, Regionais e Nacionais;
- II. de direção e ação: os Diretórios Distritais, Municipais, Regionais e Nacional;
- III. de ação parlamentar: as bancadas municipais, estaduais e federais;
- IV. de execução: as Comissões Executivas Distritais, Municipais, Regionais e Nacional;
- V. de cooperação: o Conselho de Ética, o Conselho Fiscal e as Secretarias Municipais, Regionais e Nacional e os Núcleos de Base.

TÍTULO III DA ORGANIZAÇÃO DO PARTIDO A NÍVEL MUNICIPAL

CAPÍTULO 1 DA SEÇÃO MUNICIPAL

Art. 12º - A Seção Municipal, unidade orgânica e fundamental do Partido, compõe-se dos seguintes órgãos:

- I. Convenção Municipal;
- II. Diretório Municipal;
- III. Comissão Executiva Municipal;
- IV. Diretórios Distritais;
- V. Bancada de Vereadores;
- VI. Conselho de Ética;
- VII. Conselho Fiscal;
- VIII. Secretarias Municipais; e
- IX. Núcleos de Base.

CAPÍTULO II DA CONVENÇÃO MUNICIPAL

Art. 13º - A Convenção Municipal, para eleição do Diretório Municipal e dos Delegados e suplentes da seção à Convenção Regional, compõe-se de todos os filiados do Partido no âmbito do Município, obedecidas as prescrições legais.

Art. 14º - Convenção Municipal, compostas dos membros do Diretório Municipal dos parlamentares com domicílio eleitoral no município, dos delegados à Convenção Regional, e dos representantes de Diretórios Distritais, compete:

- a) de acordo com as instruções da Justiça Eleitoral, escolher os candidatos a cargos eletivos na esfera municipal;
- b) examinar e decidir sobre a relatório da gestão do Diretório Municipal;
- c) eleger a Comissão de Ética do Município;
- d) decidir em grau de recurso sobre as deliberações tomadas no Diretório;
- e) propor ao Diretório Regional a dissolução do Diretório Municipal ou a destituição de Comissão Executiva Municipal, nos casos previstos em lei e neste Estatuto;
- f) destituir a Comissão de Ética do Município, nos casos em que esta tenha atuado de maneira parcial ou em desacordo com os princípios partidários;
- g) aprovar os planos e metas de ação do Partido no âmbito municipal, inclusive diretrizes políticas para prefeito e vereadores, com estrita observância do Programa, deste Estatuto e das diretrizes emanadas dos órgãos superiores.

§ 1º - Poderão comparecer às Convenções Municipais a que se refere este artigo, além dos convencionais, membros dos Núcleos de Base para cooperar nas discussões pertinentes, sendo as decisões tomadas na forma da lei.

§ 2º - Nos Municípios de mais de 1 milhão de habitantes, compõem a Convenção Municipal, para escolha de candidatos, os parlamentares com domicílio eleitoral do Município e os delegados os à Convenção Regional dos Diretórios Distritais ou Zonais.

Art. 15º - Em caráter extraordinário, a Convenção Municipal reunir-se-á por convocação da Comissão Executiva Municipal nas hipóteses previstas em lei.

Art. 16º - A Convenção Municipal reunir-se-á nos prazos e para os fins previstos em lei e neste Estatuto, por convocação da maioria dos membros da Comissão Executiva Municipal, ou do Diretório Municipal, ou ainda, por um terço dos filiados no Município.

Parágrafo único - A Convocação da Convenção Municipal a que se refere o artigo anterior será sempre formalizada pela Comissão Executiva Municipal nos termos da lei.

Art. 17º - Aplicam-se as disposições deste capítulo às Convenções Zonais ou Distritais dos Municípios com mais de 1 milhão de habitantes.

CAPÍTULO III

DO DIRETÓRIO MUNICIPAL

Art. 18º - Os Diretórios Municipais terão no máximo quarenta e cinco membros efetivos, incluindo-se nesse número o líder do Partido na Câmara Municipal.

Parágrafo único - Os Diretórios Municipais terão suplentes em número equivalente a um terço de seus membros efetivos.

Art. 19º - O mandato dos membros efetivos e suplentes do Diretório Municipal é de dois anos.

§ 1º - A posse dos membros dos Diretórios Municipais coincidirá com a proclamação do resultado da eleição na Convenção Municipal.

§ 2º - Em caso de vacância, ou impedimento, o Presidente do Diretório convocará o suplente na ordem de colocação na respectiva chapa.

§ 3 - O mandato dos membros do Diretório Municipal; eleitos em Convenção Extraordinária, termina com o dos eleitos em Convenção Ordinária.

Art. 20º - São as seguintes as atribuições do Diretório Municipal:

- I. escolher, até cinco dias após sua posse, a Comissão Executiva Municipal;
- II. aplicar aos filiados à seção municipal as sanções disciplinares previstas no art. 96, ouvido, nos termos do art. 43 inciso II, o Conselho de Ética Municipal;
- III. convocar a Convenção Municipal, nos termos do art.16 e convocar a Convenção Regional, nos termos do art. 50 deste Estatuto;
- IV. estabelecer diretrizes para a atuação dos vereadores do Partido na Câmara Municipal;
- V. estabelecer a posição do partido em relação às questões políticas de âmbito municipal e o plano de ação em estrita observância às orientações emanadas dos órgãos superiores;
- VI. aprovar a constituição do Núcleo de Base;
- VII. aprovar o orçamento e o balanço anual do Diretório;

- VIII. Submeter, previamente, à apreciação dos Núcleos de Base, nos termos do art. 72, as questões relativas aos itens IV e V acima;
- IX. convocar a Bancada de Vereadores para expedir instruções ou obter explicações sobre sua conduta na Câmara;
- X. cumprir e fazer cumprir as deliberações da Convenção Municipal e, no que couber, as deliberações das Convenções Regionais respectivas e da Convenção Nacional, supervisionando a vida do partido no âmbito Municipal;
- XI. julgar os recursos contra atos e decisões da Comissão Executiva Municipal;
- XII. manter em dia, devidamente rubricadas pelo Juiz Eleitoral, os livros de contabilidade (diário e caixa);
- XIII. expedir resoluções sobre matéria de sua competência;
- XIV. credenciar delegados junto ao Juízo Eleitoral; e
- XV. ajuizar representação perante a Justiça Eleitoral para decretação de perda de mandato de vereador, mediante prévia aquiescência da Comissão Executiva Regional.

Art. 21º - O Diretório Municipal reunir-se-á, ordinariamente, sem necessidade de convocação, a cada dois meses, em dia, hora e local estabelecidos no dia de sua posse.

Art. 22º - Extraordinariamente o Diretório Municipal reunir-se-á sempre que necessário, por convocação da Comissão Executiva Municipal ou por um terço de seus membros, ou ainda por um terço dos Núcleos de Base, formalizada a convocação pela Comissão Executiva Municipal, na forma da lei.

Art. 23º - Os membros eleitos para o Diretório Municipal não poderão acumular cargo no Conselho de Ética.

Art. 24º - Aplicam-se as disposições deste Capítulo Zonais ou Distritais dos Municípios com mais de 1 milhão de habitantes.

CAPÍTULO IV DA COMISSÃO EXECUTIVA MUNICIPAL

Art. 25º - A Comissão Executiva Municipal será composta por um presidente, um vice-presidente, um secretário, um tesoureiro e um líder da Bancada Municipal.

Art. 26º - As atribuições da Comissão Executiva Municipal são as seguintes:

- I. propor ao Diretório Municipal a criação de Núcleos de Base;
- II. executar as deliberações do Diretório Municipal da Convenção Municipal e demais órgãos superiores;
- III. convocar, em caráter extraordinário, o Diretório Municipal;
- IV. convocar a Convenção Municipal, ou, formalizar sua convocação, nos termos do art. 16 e seu parágrafo único, no prazo máximo de 15 dias a contar do recebimento do pedido;
- V. convocar a Bancada de Vereadores, para expedir instruções ou obter explicações sobre sua conduta na Câmara.

Art. 27º - A Comissão Executiva Municipal reúne-se ordinariamente, no mínimo uma vez por mês e extraordinariamente sempre que convocada por 2/3 de seus membros.

Art. 28º - Aplicam-se as disposições deste Capítulo à Comissão Executiva dos Diretórios Zonais ou Distritais dos Municípios com mais de 1 milhão de habitantes.

CAPÍTULO V DOS DIRETÓRIOS DISTRITAIS

Art. 29º - Nos Distritos de Município com menos de 1 milhão de habitantes, é facultado aos Diretórios Municipais organizarem Diretórios Distritais.

§ 1º - O mandato dos membros dos Diretórios Distritais termina como dos Diretórios Municipais respectivos.

§ 2º - Os membros dos Diretórios Distritais serão eleitos em Convenções Distritais, que se realizarão dentro de quarenta e cinco dias, no mínimo, antes da data de realização das Convenções Municipais.

§ 3º - Nos Distritos onde não houver sido realizada, no devido tempo, a convenção Distrital, a Comissão Executiva Municipal designará uma Comissão Provisória – Distrital dentro de trinta dias antes da realização da Convenção Municipal.

§ 4º - As Convenções Distritais compõem-se de todos os filiados do Partido residentes no distrito.

Art. 30º - Os Diretórios Distritais terão, no máximo, quinze membros efetivos e cinco suplentes.

Art. 31º - Compete aos Diretórios Distritais:

- I. eleger sua Comissão Executiva;
- II. cumprir e fazer cumprir o Programa Partidário, este Estatuto e as metas programáticas de ação partidária;
- III. manter em dia o cadastramento dos eleitores do distrito;
- IV. participar das campanhas políticas de acordo com a orientação dos órgãos superiores;
- V. participar dos movimentos de comunidades locais;
- VI. eleger dois representantes às Convenções Municipais; e
- VII. definir as questões específicas no âmbito do Distrito.

Art. 32º - As Comissões Executivas Distritais serão eleitas pelos Diretórios Distritais, dentro de cinco dias a contar de sua posse.

Art. 33º - A Comissão Executiva Distrital compõe-se de um Presidente, um Secretário e um Tesoureiro.

Art. 34º - Compete à Comissão Executiva Distrital:

- I. convocar a Convenção Distrital;
- II. executar atividades específicas definidas pelo Diretório Distrital;
- III. registrar o Diretório Distrital junto ao Diretório Municipal;
- IV. promover campanhas de filiação partidária e de alistamento eleitoral;
- V. participar das campanhas políticas, apoiando a ação do Diretório Municipal respectivo;
- VI. integrar-se nos movimentos de base local.

CAPÍTULO VI DOS NÚCLEOS DE BASE

Art. 35º - Os filiados de um mesmo domicílio eleitoral, organizar-se-ão em Núcleos de Base, por local de moradia, por categoria profissional, por local de trabalho ou por movimentos sociais.

Art. 36º - Os Núcleos de Base serão constituídos com um número mínimo de filiados uniforme em todo o território nacional, conforme regimento interno.

Art. 37º - As funções dos Núcleos de Base são as seguintes:

- I. organizar a ação política dos filiados, segundo a orientação dos órgãos de deliberação e direção partidária, estreitando a ligação do Partido com os movimentos sociais;
- II. emitir opinião sobre as questões municipais, regionais e nacionais que sejam submetidas a seu exame pelos respectivos órgãos de direção partidária;
- III. aprofundar e garantir a democracia interna do Partido dos Trabalhadores;
- IV. promover a educação política dos militantes e filiados;
- V. sugerir aos órgãos de direção partidária consulta aos demais Núcleos de Base sobre questões locais, regionais ou nacionais de interesse do partido;
e
- VI. convocar o Diretório Municipal, nos termos do art. 22 deste Estatuto.

CAPÍTULO VII

DA BANCADA DE VEREADORES

Art. 38º - A Bancada de Vereadores constitui o órgão de ação parlamentar do Partido, no âmbito municipal.

Art. 39º - A Bancada de Vereadores indicará, por maioria de votos, o seu líder e este, enquanto permanecer no posto, participará do Diretório e da Comissão Executiva Municipal.

Art. 40º - Os projetos de autoria dos Vereadores e Prefeito antes de serem apresentados à Câmara Municipal deverão ser examinados pela Comissão Executiva Municipal e, a critério dela, submetidos aos Núcleos de Base do Partido nos respectivos Municípios, pelo procedimento previsto nos art. 72 a 77 deste Estatuto.

Parágrafo único - Caso haja necessidade de apresentar projeto em regime de urgência, o Vereador ou Prefeito poderá fazê-lo devendo, contudo, apresentar justificativa à Comissão Executiva Municipal que decidirá, sobre a apresentação aos Núcleos de Base.

Art. 41º - A Bancada de Vereadores poderá convocar a Comissão Executiva Municipal para obter instruções e dar explicações sobre sua conduta na Câmara.

CAPÍTULO VIII DO CONSELHO DE ÉTICA MUNICIPAL

Art. 42º - Junto a cada Diretório Municipal funcionará um Conselho de Ética Municipal integrado por cinco membros eleitos pela Convenção Municipal, pelo prazo de dois anos.

Art. 43º - São atribuições do Conselho de Ética Municipal:

- I. Conduzir o processo de apuração das violações da disciplina e da ética partidária, praticadas por filiados com domicílio eleitoral e destacados para atuar no âmbito do Município;
- II. Manifestar-se sobre a aplicação e recomendar nos processos disciplinares, a penalidades cabíveis ao Diretório Municipal.

Art. 44º - Na apuração de violações da disciplina e da ética o Conselho atuará mediante provocação do Diretório Municipal ou da Comissão Executiva ou dos Núcleos de Base.

CAPÍTULO IX DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS

Art. 45º - Em cada Diretório Municipal organizar-se-ão Secretarias, cujas atribuições e composição serão definidas no Regimento Interno.

TÍTULO IV DA ORGANIZAÇÃO DO PARTIDO NO NÍVEL REGIONAL

CAPÍTULO I DO NÍVEL REGIONAL

Art. 46º - O nível Regional do Partido está constituído pelos seguintes órgãos:

1. Convenção Regional;
2. Diretório Regional;
3. Comissão Executiva Regional;
4. Bancada de Deputados Estaduais;
5. Conselho de Ética Estadual;
6. Conselho Fiscal; e
7. Secretarias Regionais.

CAPÍTULO II
DA CONVENÇÃO REGIONAL

Art. 47º - Constituem a Convenção Regional:

1. os membros do Diretório Regional;
2. os delegados eleitos pelas Convenções Municipais ou designados nos termos da lei; e
3. os representantes do Partido na Assembleia Legislativa e no Senado e na Câmara dos Deputados, que tenham domicílio eleitoral no Estado ou Território.

Art. 48º - A Convenção Regional reunir-se-á, ordinariamente:

- a. nas datas estabelecidas pelo Diretório Regional para sua renovação e para a eleição dos delegados e suplentes à Convenção Nacional;
- b. mediante convocação da Comissão Executiva Regional para, de acordo com as instruções da Justiça Eleitoral, escolher os candidatos a cargos eletivos na esfera estadual;
- c. para examinar e decidir sobre o relatório da gestão do Diretório Regional;
- d. para eleger a Comissão de Ética do Diretório Regional;
- e. para propor ao Diretório Nacional a dissolução do Diretório Regional ou a destituição da Comissão Executiva Regional, nos termos da lei e deste Estatuto;
- f. para destituir a Comissão de Ética Regional nos casos em que esteja atuando com parcialidade ou em desacordo com os princípios partidários; e
- g. para aprovar os planos e metas de ação do Partido de âmbito regional inclusive diretrizes políticas para atuação dos deputados e governador, com estrita observância do Programa, deste Estatuto e das diretrizes emanadas dos órgãos superiores.

Art. 49º - Em caráter extraordinário, a Convenção Regional reunir-se-á na forma da lei.

Art. 50º - A Convocação Regional poderá reunir-se mediante convocação da maioria do Diretório Regional, de um terço dos delegados à esta Convenção ou de um terço dos Diretórios Municipais.

Parágrafo único - Em qualquer dos casos deste artigo a convocação deverá ser formalizada pela Comissão Executiva Regional.

CAPÍTULO III
DO DIRETÓRIO REGIONAL E DEMAIS
ÓRGÃOS DO NÍVEL REGIONAL

Art. 51º - Os Diretórios Regionais fixarão, até 45 dias, antes das Convenções Regionais, o número de seus futuros membros obedecendo as disposições legais.

Art. 52º - As atribuições dos Diretórios Regionais correspondem, na esfera estadual, às atribuições dos Diretórios Municipais na esfera dos municípios, tal como se estabelece no artigo 20, com exceção do inciso nº VI.

Art. 53º - Compete aos Diretórios Regionais, além das atribuições do item anterior:

- I. aplicar sanções disciplinares nos militantes destacados para atuar no âmbito estadual, ouvido, nos termos do artigo 56, o Conselho de Ética Regional;
- II. intervir nos Diretórios Municipais, por iniciativa própria ou por proposta das Convenções Municipais, obedecendo sempre as condições do artigo 71;
- III. reconhecer os Diretórios Municipais;
- IV. convocar a Convenção Nacional, nos termos do art. 62 deste Estatuto.

Art. 54º - A Comissão Executiva Regional será composta de: um Presidente, um Primeiro e um Segundo Vice-Presidente, um Secretário, um Tesoureiro, o líder da bancada na Assembleia Legislativa e dois Vogais.

Art. 55º - As atribuições de Comissão Executiva Regional são as seguintes:

1. executar as deliberações do Diretório Regional;
2. convocar reuniões do Diretório Regional;
3. convocar a Convenção Regional.

Art. 56º - As disposições estabelecidas nos Capítulos VII, VIII e IX do Título III deste Estatuto, aplicam-se aos órgãos correspondentes na esfera regional.

Art. 57º - As disposições dos art. 21 e 22 relativas à convocação do Diretório Municipal e art. 23, referente à eleição para o Conselho de Ética, aplicam-se ao Diretório Regional.

TÍTULO VI DA ORGANIZAÇÃO DO PARTIDO NO NÍVEL NACIONAL

CAPÍTULO I DO NÍVEL NACIONAL

Art. 58º - São órgãos de nível nacional:

- I. A Convenção Nacional;
- II. O Diretório Nacional;
- III. A Comissão Executiva Nacional;
- IV. As Bancadas de Parlamentares;
- V. As Secretarias Nacionais;
- VI. Conselho Fiscal; e
- VII. As Comissões Especiais de Ética

CAPÍTULO II DA CONVENÇÃO NACIONAL

Art. 59º - Constituem a Convenção Nacional:

1. os membros do Diretório Nacional;
2. os delegados dos Estados e Territórios;
3. os representantes do Partido no Congresso Nacional.

Art. 60º - A Convenção Nacional reunir-se-á, ordinariamente:

- A - nas datas estabelecidas pelo Diretório Nacional e por convocação deste, para eleição do Novo Diretório Nacional;
- B - mediante convocação da Comissão Executiva Nacional para, de acordo com instruções da Justiça Eleitoral, escolher os candidatos a Presidente e Vice-Presidente da República;
- C - examinar e decidir sobre o relatório da gestão do Diretório Nacional;
- D - dissolver o Diretório Nacional, nos casos previstos em lei e neste Estatuto;
- E - decidir, em grau de recursos, ato do Diretório Nacional, que destituiu a Comissão Executiva Nacional ou dissolve Diretório Regional; e
- F - aprovar os planos e metas de ação do Partido, inclusive diretrizes políticas para atuação dos representantes eleitos sob a legenda do Partido.

Art. 61º - Em caráter extraordinário, a Convenção Nacional reunir-se-á na forma da lei.

Art. 62º - A Convenção Nacional poderá reunir-se mediante convocação da maioria do Diretório Nacional, de um terço dos delegados desta convocação ou de um terço dos Diretórios Regionais.

Parágrafo único - Em qualquer dos casos deste artigo a convocação deverá ser formalizada pela Comissão Executiva Nacional.

CAPÍTULO III
DO DIRETÓRIO NACIONAL E DEMAIS ÓRGÃOS
DO NÍVEL NACIONAL

Art. 63º - O Diretório Nacional fixará, até 45 dias antes da convenção, o número dos seus futuros membros, obedecidas as disposições da lei, incluindo-se sempre, nesse número, os líderes do Partido no Senado e na Câmara dos Deputados e um membro eleito de cada secção partidária regional.

Parágrafo único - Sempre que possível, no Diretório Nacional, será incluída representação por categorias profissionais.

Art. 64º - As atribuições do Diretório Nacional correspondem, na esfera federal, às atribuições dos Diretórios Municipais tal como se estabelece no art.20 com exceção dos números II e VI.

Art. 65º - Além das atribuições do artigo anterior, compete ao Diretório Nacional:

- I. aplicar sanções disciplinares aos filiados destacados para atuar no âmbito nacional, ouvida a Comissão Especial de Ética de que trata o art. 68 e seus parágrafos;
- II. intervir nos Diretórios Regionais, por iniciativa própria ou, por proposta da Convenção Nacional, obedecidas sempre as condições da lei e deste Estatuto;
- III. destituir os Diretórios Regionais, por iniciativa própria ou por proposta da Convenção Nacional, obedecidas sempre as condições da lei deste Estatuto;
- IV. decidir, em grau de recurso, na decisão dos Diretórios Regionais que dissolvem Diretórios Municipais;
- V. aprovar o Regimento Interno do Partido;
- VI. fixar a data das Convenções Municipais, Regionais e Nacional;
- VII. nomear Comissão Especial de Ética para proceder à investigação dos casos de violação da disciplina ou da ética partidária, por parte de militantes destacados para a esfera Nacional.

Art. 66º - A Comissão Executiva Nacional será composta de: um Presidente, um Primeiro, um Segundo e um Terceiro Vice-Presidente, um Secretário Geral, um Primeiro e um Segundo Secretário, um Tesoureiro Geral, um Primeiro e um Segundo Tesoureiro, os líderes da Bancada na Câmara dos Deputados e no Senado Federal e quatro vogais.

Art. 67º - As atribuições da Comissão Executiva Nacional são as seguintes:

- I. executar as deliberações do Diretório Nacional;
- II. convocar reuniões do Diretório Nacional;
- III. convocar a Convenção Nacional.

Art. 68º - As disposições estabelecidas nos Capítulos VII e IX do Título III deste Estatuto, que estabelecem a organização da Bancada de Parlamentares na esfera municipal, aplicam-se aos órgãos correspondentes, na esfera nacional, com as modificações estabelecidas nos parágrafos deste artigo.

§ 1º - As Comissões Especiais de Ética *ad hoc* nomeadas para julgar a conduta dos filiados destacados para atuar na esfera federal, compor-se-ão de cinco membros, sendo:

- | um membro do Conselho de Ética do Município de residência do filiado;
- | um membro do Conselho de Ética Regional do Estado que o filiado representa na esfera federal;
- | e três membros de Conselhos de Ética Regionais.

§ 2º - Todos os membros dos Conselhos de Ética a que se refere o parágrafo anterior serão escolhidos mediante sorteio realizado e presidido pela Comissão Executiva Nacional dentre todos os integrantes desses órgãos.

Art. 69º - As disposições do art. 21 e 22 relativas à convocação do Diretório Municipal aplicam-se aos casos de convocação do Diretório Nacional.

TÍTULO VI

DA DISSOLUÇÃO E DA INTERVENÇÃO EM ORGÃOS PARTIDÁRIOS E DA DESTITUIÇÃO DE CARGOS NA DIREÇÃO PARTIDÁRIA

Art. 70º - A dissolução de órgãos e a destituição das Comissões Executivas são realizadas pelos órgãos superiores em relação aos imediatamente infe-

riores, por iniciativa própria ou recomendação da Convenção que elegeu o órgão inferior nos casos e com as formalidades previstas na lei.

Art. 71º - A intervenção de órgão hierarquicamente superior em órgão inferior dar-se-á nos casos e em obediência às formalidades estabelecidas em lei.

TÍTULO VII

DAS DECISÕES DOS ÓRGÃOS DE DIREÇÃO E DAS BANCADAS

Art. 72º - As decisões importantes dos Diretórios e das Bancadas deverão ser tomadas após consulta aos Núcleos de Base do Partido, nos termos dos artigos seguintes.

Art. 73º - Nas reuniões ordinárias de cada Comissão Executiva, o seu Presidente ou substituto, apresentará previsão das questões políticas de importância que o partido deverá levantar ou em relação às quais deverá tomar posição em um futuro próximo.

Art. 74º - Nessas mesmas reuniões, a que se refere o artigo anterior, o líder da Bancada correspondente, ou seu substituto, apresentará previsão dos projetos de maior significação que os parlamentares pretendem apresentar ou serão chamados a votar, em um futuro próximo.

Art. 75º - Ainda nas reuniões citadas no artigo anterior, será apresentada lista das questões mais importantes que os Núcleos de Base sugerem à consideração das Bancadas e órgãos de Direção.

Art. 76º - Com base nos resultados da consulta, cada Diretório fixará as diretrizes políticas correspondentes às questões de sua competência.

Parágrafo único - Essas diretrizes valerão para orientar a conduta de filiados, parlamentares, titulares de postos no Executivo eleitos ou indicados pelo partido e dirigentes partidários, podendo a juízo do Diretório ou da Convenção respectiva serem encaminhadas à Justiça Eleitoral para os fins da lei em vigor.

Art. 77º - A atribuição de importância às questões para efeito de encaminhamento das consultas dos Núcleos de Base, é matéria de decisão da Comissão Executiva respectiva, pelo sistema de maioria de votos.

Parágrafo único - A Comissão Executiva Municipal, deverá, contudo, incluir na consulta, questões solicitadas por dois terços dos Núcleos de Base; as Comissões Executivas Regionais deverão fazer o mesmo em relação às questões solicitadas por 50% dos Presidentes de Diretórios Municipais; e a Comissão Executiva Nacional deverá proceder da mesma forma em relação a questões solicitadas por 50% dos Presidentes dos Diretórios Regionais.

TÍTULO VIII

DA ORGANIZAÇÃO DAS FINANÇAS E CONTABILIDADE

CAPÍTULO 1

DOS RECURSOS FINANCEIROS DO PARTIDO

Art. 78º - Os recursos financeiros do partido serão originários de:

- I. contribuições de seus filiados;
- II. doações de pessoas físicas na forma da lei;
- III. dotações do Fundo Partidário;
- IV. rendas eventuais e receitas de serviços decorrentes de atividades partidárias, na forma da lei;
- V. outros auxílios financeiros não vedados em lei.

Art. 79º - A Comissão Executiva Nacional, ouvidos os Núcleos de Base, fixará anualmente, os limites das contribuições dos Núcleos e de seus filiados.

§ 1º - Os Diretórios Municipais, Distritais e Zonais, poderão propor à Comissão Executiva Nacional uma redução da contribuição à vista das condições locais.

§ 2º - O filiado que não tiver condição de contribuir poderá pedir a dispensa da contribuição obrigatória junto à Comissão Executiva do Diretório Distrital ou Municipal ao qual esteja filiado.

Art. 80º - Os militantes destacados para exercer funções no âmbito distrital, estadual e nacional, inclusive os parlamentares de cada um desses níveis, fixarão suas contribuições em discussão com os Diretórios respectivos.

Art. 81º - As contribuições dos filiados serão distribuídas entre os Diretórios de diferentes níveis.

Art. 82º - As receitas obtidas pelo Partido serão contabilizadas, administradas e aplicadas com observância das prescrições legais.

Art. 83º - A abertura e movimentação de contas bancárias em nome do Partido dos Trabalhadores far-se-á, conjuntamente, pelo Presidente e pelo Tesoureiro da respectiva, Comissão Executiva.

CAPÍTULO II

DO ORÇAMENTO E DA CONTABILIDADE DO PARTIDO

Art. 84º - O orçamento do Partido será elaborado pelos órgãos de direção em todos os níveis, anualmente, até o dia dez de fevereiro de cada ano.

Art. 85º - O Partido manterá sua escrituração contábil em dia de conformidade com as exigências legais.

Art. 86º - O extrato da receita e da despesa do Partido será semestralmente apresentado às Comissões Executivas, que enviarão aos Conselhos Fiscais para apreciação.

Art. 87º - O balanço financeiro do exercício findo será elaborado até o dia dez de março de cada ano, enviado à Justiça Eleitoral até o dia trinta e um de março do mesmo ano, após exame e aprovação, respectivamente, pelos Conselhos Fiscais e Diretórios do Partido.

CAPÍTULO III

DAS CAMPANHAS ELEITORAIS E DE SUAS DESPESAS

Art. 88º - Instalado o processo eleitoral, as Comissões Executivas Municipais Regionais ou Nacional, conforme o caso, organizarão comitês responsáveis pelo recebimento e aplicação de recursos da campanha de todos os candidatos a cargos eletivos de sua jurisdição, os quais deverão ser registrados na Justiça Eleitoral.

Art. 89º - Após a Convenção para escolha dos candidatos, os respectivos Diretórios fixarão as quantias máximas a serem despendidas na propaganda partidária e na dos candidatos, organizando o orçamento da campanha.

Art. 90º - A escrituração contábil será feita em livro próprio pelo Tesoureiro do respectivo Diretório.

Art. 91º - O Presidente e o Tesoureiro do respectivo Diretório ficarão encarregados da movimentação do fundo e recursos partidários.

Art. 92º - Os Diretórios estabelecerão os critérios para fixação das despesas com a propaganda partidária e de candidatos.

Art. 93º - O Partido prestará contas à Justiça Eleitoral, na forma de lei, após o encerramento da campanha eleitoral.

CAPÍTULO IV
DO PATRIMÔNIO

Art. 94º - O patrimônio do Partido será constituído de bens móveis e imóveis que venha a adquirir.

Art. 95º - No caso de dissolução do Partido, seu patrimônio será destinado a entidades ligadas aos trabalhadores, conforme deliberação da Convenção Nacional que apreciar a extinção do Partido.

TÍTULO IX
DA DISCIPLINA INTERNA DO PARTIDO

Art. 96º - A disciplina interna do Partido será assegurada por meio das seguintes medidas:

- I. a intervenção de órgão superior em órgão inferior;
- II. sanções disciplinares; e
- III. por manifestações dos órgãos do Partido.

§ 1º - A intervenção e as sanções disciplinares são aquelas previstas em lei.

§ 2º - A manifestação dos órgãos do Partido para fins disciplinares dar-se-á conforme disposições deste Estatuto e do Regimento Interno.

TÍTULO X
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 97º - Os Diretórios de qualquer nível e os Núcleos de Base deliberam com a presença da maioria absoluta dos seus membros, pelo voto da maioria dos presentes, exceto nos casos previstos em lei.

Parágrafo único - As disposições deste artigo aplicam-se às reuniões dos Conselhos de Ética e Fiscal e de quaisquer comissões ou unidades especiais de trabalho que se formem no interior do Partido.

Art. 98º - Nas reuniões de Diretório e dos Núcleos de Base, a votação poderá ser simbólica ou nominal, exceto nos casos previstos em lei.

Art. 99º - As convenções elegerão, dentre os filiados do Partido, um Conselho Fiscal, composto de três membros efetivos e três suplentes, e a ele compete examinar e emitir parecer sobre a contabilidade e as finanças do Partido.

Art. 100º - Todos os assuntos referentes à organização e ao funcionamento da estrutura partidária, que não foram objeto da regulação específica neste Estatuto serão disciplinados pelas disposições da lei.

TÍTULO XI

DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 101º - A Comissão Diretora Nacional Provisória será constituída de onze membros.

Art. 102º - As Comissões Provisórias elegerão dentre seus membros, um Presidente, um Secretário Geral e um Tesoureiro.

Parágrafo único - De acordo com as necessidades do Partido, poderão ser criados outros cargos não previstos neste Estatuto.

Art. 103º - As Comissões Diretoras Regionais Provisórias, Comissões Diretoras Municipais Provisórias e as Zonais Provisórias terão tantos membros quantos fixar a Comissão Diretora Nacional Provisória, respeitados os limites previstos em lei.

Art. 104º - As disposições deste Estatuto aplicar-se-ão de imediato, em tudo que for cabível, em relação aos Núcleos de Base constituídos juntos às Comissões Diretoras Provisórias em todos os seus níveis.

Art. 105º - Nos termos da lei, o mandato dos primeiros Diretórios eleitos será de um ano.

Art. 106º - A filiação partidária para as primeiras Convenções Municipais será feita perante as Comissões Diretoras Municipais Provisórias.

COMISSÃO DIRETORA NACIONAL PROVISÓRIA (CDNP)

ELEITA NA REUNIÃO NACIONAL DE FUNDAÇÃO OFICIAL DO PT
REALIZADA NO INSTITUTO SEDE SAPIENTAE, SÃO PAULO/SP,
ENTRE OS DIAS 31 DE MAIO E 01 DE JUNHO DE 1980

EFETIVOS

Luiz Inácio da Silva | SP

Jacó Bittar | SP

José Ibrahim | SP

Olívio Dutra | RS

Apolônio de Carvalho | RJ

Joaquim Arnaldo | RJ

Wanderly Farias de Souza | PB

Antonio Carlos | MS

Luiz Soares Dulci | MG

Freitas Diniz | MA

Manoel da Conceição | MA

SUPLENTES

Osmar Mendonça | SP

Francisco Weffort | SP

Wagner Benevides | MG

Hélio Doyle | DF

EXECUTIVA DA COMISSÃO DIRETORA NACIONAL PROVISÓRIA

ELEITA NA REUNIÃO DA CDNP, REALIZADA NOS DIAS
2 E 3 DE JULHO DE 20

Presidente | Luiz Inácio da Silva | SP

Vice-presidente | Olívio Dutra | RS

Secretário Geral e Secretário de Organização | Jacó Bittar | SP

1º Secretário e Secretário de Imprensa e Propaganda | Antonio Carlos | MS

Tesoureiro e Secretário de Finanças | Freitas Diniz | MA

| 1981 |

1º ENCONTRO NACIONAL

VERA YURSIS



1º ENCONTRO NACIONAL DO PT, SÃO PAULO, 1981.

1º ENCONTRO NACIONAL

8 E 9 DE AGOSTO DE 1981

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA – SÃO PAULO/SP¹

Elege o 1º Diretório Nacional, presidido por Luiz Inácio da Silva (Lula).

RESOLUÇÕES APROVADAS:

- | Desemprego
- | Eleições
- | Regime interno

CRITÉRIO DE PARTICIPAÇÃO:

1. membros natos: os membros da Comissão Diretora Nacional Provisória, inclusive os suplentes; os parlamentares federais ligados ao partido; os delegados à Convenção Nacional indicados na chapa do Diretório Regional nos estados onde houver chapa única; um delegado do Distrito Federal;
2. um delegado para cada 1.000 filiados, com o mínimo de um delegado por estado. A fração acima de 500 conta mais um delegado².

Inscritos: 214 delegados mais os membros natos³.

1ª CONVENÇÃO NACIONAL

27 DE SETEMBRO DE 1981 – BRASÍLIA/DF

Referenda o 1º Diretório Nacional, eleito pelo 1º Encontro Nacional, bem como o *Manifesto de Lançamento*, o *Programa e o Estatuto*, aprovados em 1980.

Presentes: 47 delegados (dos 51 aptos a votar).

Estados representados: 16 (AC, AM, CE, ES, GO, MA, MG, MS, PA, PB, PI, PR, RJ, RS, SC e SP) e 1 território federal (RO)⁴.

1. A legislação eleitoral que restabeleceu o pluripartidarismo, em 1979, estabelecia normas rígidas para o funcionamento legal dos partidos políticos. O PT considerava que estas normas cerceavam o debate interno e, por isso, criou uma sistemática de funcionamento extraoficial, em que o principal fórum de debates e decisões do partido era o dos Encontros, não oficial do ponto de vista da lei eleitoral, no qual as decisões eram tomadas e as direções partidárias eleitas. Os Encontros, inicialmente também denominados pré-convenções, aconteciam em níveis zonais (em cidades com mais de 1 milhão de eleitores), municipais, estaduais e nacional. As Convenções, exigências da legislação partidária, referendavam e homologavam, portanto, as resoluções aprovadas e as direções eleitas nos Encontros.

2. Fonte: *Boletim Nacional do PT*, nº. 3, de julho de 1981, p. 2-3.

3. Não foi possível recuperar o número preciso de delegados presentes neste Encontro. O cálculo da delegação foi feito com base nas informações contidas no *Boletim Nacional* supracitado.

4. Fonte: Nota Informativa da Secretaria de Organização, de 06/10/81.

DESEMPREGO

1 – O PT apoia efetivamente, e seus militantes farão com que este apoio se manifeste no dia a dia dos trabalhadores, as lutas dos movimentos populares contra a política recessiva do regime e sua manifestação mais sentida pelos trabalhadores: o desemprego e o subemprego, no campo e na cidade.

2 – Nesse sentido, o PT denuncia e combate as tentativas de o regime estabelecer um *pacto social* cujo verdadeiro objetivo é rebaixar os salários e desmobilizar os trabalhadores, afastando-os de seus interesses e suas lutas.

3 – O PT entende que a resposta dos trabalhadores à política recessiva, ao desemprego e às péssimas condições de trabalho é a mobilização e a organização com base na seguinte plataforma:

- a) liberdade e autonomia sindicais;
- b) estabilidade no emprego;
- c) redução do custo de vida, congelamento dos aluguéis e prestações da casa própria;
- d) reajuste trimestral dos salários;
- e) jornada de 40 horas de trabalho, sem redução dos salários;
- f) reforma agrária radical;
- g) contra a política econômica;
- h) pela revogação da Lei de Segurança Nacional;
- i) pela Central Única de Trabalhadores, construída democraticamente a partir das bases.

Os trabalhadores brasileiros não aceitam ser responsabilizados pela crise econômica e muito menos aceitam administrar a crise em conjunto com os que os exploram no dia a dia.

4 – O PT assume hoje, como sua bandeira central, a luta contra o desemprego, conclamando os trabalhadores do campo e da cidade a empunhá-la.

5 – Efetivando essa bandeira, o PT realizará, na segunda quinzena de setembro, um Dia Nacional de Luta Contra o Desemprego, apoiando todas as iniciativas do movimento popular no mesmo sentido e fazendo dessa ocasião a oportunidade para difundir amplamente as bandeiras de luta dos trabalhadores e, em especial, dois aspectos prioritários: as lutas pela estabilidade no emprego e pelo salário-desemprego.

6 – Visando ao debate e à unificação da atuação dos militantes do PT no movimento sindical, o PT realizará um encontro nacional de seus mili-

tantes que atuam no movimento sindical, precedido de encontros municipais e regionais, competindo ao Diretório Nacional encaminhar sua realização.

7 – Com o mesmo objetivo, o PT realizará um encontro nacional de seus militantes que são trabalhadores rurais, visando também discutir suas formas específicas de luta contra o desemprego e traçar uma política agrária que atenda aos interesses dos trabalhadores.

8 – O PT conclama seus militantes, delegados eleitos à Conclat, a participarem da reunião que dirigentes sindicais combativos, não necessariamente vinculados ao Partido, estão convocando para os dias 19 e 20, em São Bernardo do Campo. Esses sindicalistas, identificados com as posições que defendemos, articularão uma participação na Conclat que garanta a realização de um encontro democrático e responda realmente aos anseios dos trabalhadores brasileiros.

ELEIÇÕES

1- A ampliação da organização da base através da nucleação em massa deve ser tomada como tarefa fundamental, para que nossa atuação no processo eleitoral possa significar uma efetiva organização dos trabalhadores.

2- O PT luta por eleições livres e diretas em 1982 e 1984, e combate a fixação de regras que desvirtuem o caráter democrático do voto, como o voto vinculado, o voto distrital, a sublegenda, as limitações à propaganda eleitoral e a proibição de coligações.

3- Nossa resposta a essas e outras medidas antidemocráticas que o regime tenta impor é a mobilização dos trabalhadores na luta por eleições livres e diretas, e não acordos de cúpula e a fusão com outros partidos.

4- O PT repudia também o enquadramento de lideranças políticas na LSN [Lei de Segurança Nacional], como forma de torná-las inelegíveis. Nesse sentido, o PT prossegue em sua luta pela revogação da LSN e contra os dispositivos de inelegibilidade impostos pelo regime.

5- O PT lançará, em 1982, candidatos em todos os níveis, para todos os cargos legislativos e executivos, correndo em faixa própria e preservado a sua independência política.

6- O lançamento de candidatos do PT deve, porém, ser precedido de um amplo debate no Partido, sendo fundamental a elaboração de programas de governo em nível nacional, estadual e municipal. As indicações de candidatos devem ser posteriores, também, à definição de uma tática eleitoral.

7- O debate que precede a indicação de candidatos pelo PT deve ser estendido aos movimentos populares, de onde o Partido deve extrair subsídios para a elaboração dos programas de governo, da tática eleitoral e para a própria escolha de candidatos.

8- Em caráter indicativo, propõem-se como eixos dos programas de governo:

- | a democratização da administração pública;
- | o fim da repressão e o desmantelamento dos órgãos repressivos;
- | a posse da terra para quem nela mora e trabalha.

9 – O processo de discussão sobre a questão eleitoral, no PT, desembocará na realização, até janeiro, de encontros democráticos – distritais, municipais, estaduais e nacional – nos quais serão discutidos e aprovados os programas de governo, a tática eleitoral e serão escolhidos, democraticamente, os candidatos do Partido.

REGIMENTO INTERNO

RESOLUÇÃO Nº 1

1 – Os núcleos de base deverão ser registrados na zonal, distrital ou municipal em cuja base territorial atuam, ou na Regional, na hipótese de inexistir a referida instância municipal.

2 – O registro dos núcleos de base é feito mediante carta dirigida ao respectivo Diretório ou Comissão Provisória, na qual constem os nomes de seus integrantes, local, dia e hora de suas reuniões e montante de sua contribuição financeira.

3 – Estas informações deverão ser enviadas pelos Diretórios Municipais e Distritais aos Diretórios Regionais e, por estes, ao Diretório Nacional, até 60 dias após o registro.

4 – O registro de novos núcleos e a atualização dos dados dos já existentes, se for o caso, devem ser feitos até 60 dias antes da realização das Convenções.

5 – Os núcleos de base terão no mínimo 21 membros.

6 – A respectiva Regional decidirá sobre a suspensão da exigência mínima de 21 membros para os núcleos em municípios, distritos e zonais, desde que os núcleos apresentem justificativa.

7 – A suspensão vigora pelo prazo máximo de seis meses, podendo ser prorrogada uma vez, a critério da mesma Regional e à vista de justificativa apresentada pelo núcleo.

8 – Os núcleos de base reunir-se-ão, no mínimo, uma vez por mês, e terão um coordenador, um secretário e um tesoureiro, substituíveis a qualquer tempo.

9 – Os núcleos de base só serão registrados mediante proposta de contribuição financeira regular e mensal para o respectivo Diretório, exceto na hipótese do Art. 79, § 2º do Estatuto do PT.

10 – Nenhum filiado do PT poderá militar em mais de um núcleo por local de moradia.

RESOLUÇÃO Nº 2

1 – Os núcleos de categoria ou por movimento social cujos membros não tenham o mesmo domicílio eleitoral registrar-se-ão junto ao Diretório Regional, quando de base territorial regional, ou nos Diretórios Municipais, Zonais ou Distritais quando esta for a base territorial da categoria em questão, decidindo sobre as questões pertinentes à ação política referente à categoria e ao local de trabalho.

2 – Os núcleos por local de trabalho cujos membros não tenham o mesmo domicílio eleitoral registrar-se-ão junto ao Diretório Zonal, Distrital ou Municipal, decidindo sobre as questões pertinentes à ação política no local de trabalho.

3 – Aplicam-se a estes núcleos as mesmas normas constantes da Resolução nº 1.

RESOLUÇÃO Nº 3

1 – Nos encontros preparatórios municipais, zonais e distritais para definir o Plano de Ação, escolher candidatos às eleições e outras deliberações previstas no Art. 14 do Estatuto do PT, os núcleos enviarão delegados em número a ser fixado pelos respectivos Diretórios, obedecendo-se a critérios e proporcionalidade mínima a serem fixados pelos respectivos Diretórios Regionais, ouvidos os Diretórios Municipais.

2 – No nível dos municípios, zonas e distritos, poderão ser criados junto aos respectivos Diretórios um Conselho de Representantes dos Núcleos, que se reunirá com o Diretório, convocado pelo mesmo, com caráter consultivo.

RESOLUÇÃO Nº 4

1 – Nos Encontros Regionais e no Encontro Nacional, participarão representantes dos núcleos de base, para serem consultados sobre as decisões a serem tomadas, em cumprimento do disposto no Art. 72 do Estatuto do PT.

2 – A proporcionalidade dos representantes de núcleos ao Encontro Regional será fixada pelos Diretórios Regionais, ouvidos os Diretórios Municipais, Zonais e Distritais, levando em conta, para essa definição, o número de filiados conjugado com o número de presentes à reunião de escolha dos delegados.

3 – No Encontro Nacional, cada estado terá direito a enviar, além dos delegados oficiais, mais um delegado para cada 1.000 (mil) filiados no Estado, escolhidos esses delegados em encontros preparatórios estaduais.

Serão considerados os filiados até a data do Encontro Regional preparatório. O Encontro Regional preparatório deverá ser realizado até 30 dias antes do Encontro Nacional.

São delegados natos ao Encontro Nacional os membros da Executiva Nacional e suplentes e os delegados dos estados à Convenção Nacional.

4 – Os Encontros Regionais e Nacional, preparatórios das Convenções que elegerão Diretórios, discutem também as respectivas Executivas.

RESOLUÇÃO Nº 5

O PT realizará encontros para discutir seu Plano de Ação no mínimo a cada seis meses nos municípios, distritos e zonas, e uma vez por ano nos estados, territórios e em nível nacional.

CARTA DE BRASÍLIA

O PT E O DIA NACIONAL DE LUTA

O Partido dos Trabalhadores, reunido em sua Primeira Convenção Nacional, no dia 27 de setembro [de 1981]¹, em Brasília, manifesta seu mais firme apoio à luta dos trabalhadores, em todo o país, contra o desemprego e a política econômica do governo. Essa luta, que vem se ampliando progressivamente, terá no próximo dia 1º de outubro um de seus marcos significativos: o Dia Nacional de Luta Contra o Desemprego – data deliberada por unanimidade pelos cinco mil trabalhadores reunidos na 1ª Conclat [Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras], na Praia Grande, São Paulo, no final de agosto.

Em 1º de outubro, dirigentes sindicais de todo o país entregarão ao presidente da República o conjunto das reivindicações formuladas unitariamente pelos trabalhadores brasileiros: contra o desemprego, pela estabilidade no emprego, pela redução da jornada de trabalho sem redução dos salários, pela reforma agrária, contra a carestia, contra o pacote da Previdência Social e contra a Lei de Segurança Nacional. Esse ato deflagra uma campanha de pressão sindical e popular para que as reivindicações sejam atendidas até o dia 16 de novembro. Até lá, os trabalhadores de todo o Brasil estarão se mobilizando e preparando para dar, ao governo, uma demonstração vigorosa de que estão realmente dispostos a conquistar essas reivindicações.

O Partido dos Trabalhadores – pelas suas origens e por seus compromissos fundamentais – está, desde o começo, engajado na preparação dessa jornada nacional de lutas. Hoje, nesta Primeira Convenção Nacional, o PT reitera não apenas o seu apoio, mas fundamentalmente sua disposição de contribuir para o sucesso político dessa campanha.

Os militantes do PT estão convocados para participar ativamente das manifestações que, em todo o país, estarão sendo realizadas no dia 1º de outubro. Cada um dos militantes do PT tem a responsabilidade de convocar seus companheiros, na fábrica, no campo, no bairro, na escola – em todo lu-

1. Aprovada na 1ª Convenção Nacional de 27 de setembro de 1981.

gar em que haja um trabalhador – para marcar essa data nacional com o peso da insatisfação e da disposição de luta do povo.

Os parlamentares do PT estarão nas ruas, nas portas das fábricas, nas praças, ao lado de todos os trabalhadores. E, nas Câmaras dos Vereadores, nas Assembleias Legislativas, no Congresso Nacional, todos se pronunciarão contra a política econômica do governo e em defesa das reivindicações dos trabalhadores.

O PT – como a expressão mais legítima dos anseios das grandes massas populares – reafirma o seu compromisso de fortalecer a mobilização e a organização dos trabalhadores para, em jornadas como essa, irem construindo no Brasil uma sociedade justa, em que não haja explorados nem exploradores.

Brasília, 27 de setembro de 1981

DISCURSO DE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA NA 1ª CONVENÇÃO NACIONAL DO PARTIDO DOS TRABALHADORES

Companheiros e companheiras,

Em nome da Comissão Nacional do Partido dos Trabalhadores, e em meu próprio nome, quero expressar às companheiras e aos companheiros a grande alegria com que vemos a realização desta nossa Primeira Convenção Nacional. A Lei de Reforma Partidária, com todos os seus formalismos, com todos os seus detalhes, não conseguiu esfriar nosso entusiasmo. Embora divergindo do autoritarismo que inspira a lei dos partidos, ela foi cumprida nesta convenção, como tem sido cumprida em todas as atividades do Partido dos Trabalhadores desde o seu início. E chegamos, hoje, cumpridas todas as exigências legais, à Convenção Nacional, que nos permite obter o registro definitivo do nosso Partido.

SUPERANDO OS OBSTÁCULOS

Aprovamos aqui, como manda a lei, os nossos estatutos e o nosso programa, e elegemos o nosso primeiro Diretório Nacional. Todos os que vêm acompanhando a formação de nosso partido sabem que nem os nossos estatutos, nem o nosso programa, nem os nomes que integram o Diretório Nacional surgiram para o debate apenas no momento desta convenção. Eles vêm sendo discutidos pelas bases do Partido há bastante tempo, nas nossas convenções e pré-convenções municipais e regionais, assim como na Pré-convenção Nacional, que realizamos em São Paulo, em agosto passado.

Porém, companheiros, mesmo a legislação partidária sendo restritiva, como é, provamos a toda a nação que não existe lei capaz de impedir a organização e a prática democráticas da classe trabalhadora. Fomos além do que a lei exigia: criamos mecanismos internos de participação democrática, sistemas de consulta, sistemas de pré-convenções, multiplicando os debates

internos, permitindo ao maior número possível de nossos militantes e filiados ampla participação em todas as decisões. O Partido dos Trabalhadores nasceu dos que nunca tiveram vez e voz na sociedade brasileira.

Para nós, a realização desta Primeira Convenção Nacional do PT significa mais que mero cumprimento de exigências legais. Por isto, esta Convenção se realiza num clima de festa e de luta. É festa porque o Partido dos Trabalhadores é, como já disse, “uma criança inesperada”. E o clima de luta tem razão de ser porque, como toda criança inesperada, o Partido dos Trabalhadores tem que continuar lutando para continuar vivendo, sobretudo tem que continuar lutando para continuar crescendo.

A verdade é esta, companheiros: nosso partido está aí, um menino que ninguém, além de nós, queria; um menino que nasceu contra a descrença, a desesperança e o medo. Dizemos que é um menino porque ele não tem mais de dois anos e meio.

Essa criança provou que seria forte no Congresso dos Metalúrgicos do Estado de São Paulo, realizado em dezembro de 1978, em Lins.

Começou a engatinhar no Congresso Nacional dos Metalúrgicos, em Poços de Caldas [Minas Gerais], em junho de 1979. E só conseguiu dar seus primeiros passos quando saiu às ruas para participar das lutas de nosso povo contra a opressão e a fome.

Muitos duvidaram de nós, e ainda hoje há aqueles que ousam duvidar da capacidade de organização política dos trabalhadores. No início, diziam que éramos um partido dos trabalhadores de macacão, obreirista, limitado, estreito e fechado aos demais setores da sociedade. Se o Partido estava apenas nascendo, como é que esses eternos descrentes na capacidade política dos trabalhadores brasileiros poderiam saber tanto a nosso respeito? O Partido dos Trabalhadores nasceu dos operários de macacão e se orgulha de ter nascido de macacão.

Tínhamos consciência de que, independente do setor social a que pertencessem, os que acreditavam na classe trabalhadora, mais cedo ou mais tarde, estariam ao nosso lado. Foi com imensa alegria que recebemos, como primeiro intelectual a aderir ao Partido, este trabalhador das artes chamado Mário Pedrosa, há mais de 50 anos dedicando sua vida à luta dos trabalhadores brasileiros. Depois do Mário, que homenageamos hoje, outros vieram; o que há de melhor na cultura e na intelectualidade brasileira. Bastou que isso acontecesse para que surgissem os eternos descrentes, dizendo que o PT, embora nascido

dos trabalhadores, se converteria em partido de intelectuais, inviável como todos os outros. Aqui, é preciso que se diga com toda a clareza: o Partido dos Trabalhadores não pede atestado de ideologia ou carteira profissional a quem quer que seja, mas sim disposição de luta, fidelidade ao nosso programa e ao nosso estatuto. Dentro do Partido, somos todos iguais, operários, camponeses, profissionais liberais, parlamentares, professores, estudantes etc.

O que esta Convenção Nacional prova a todos os descrentes, todos os desesperados e a todos os medrosos é que o Partido dos Trabalhadores é e sempre foi inteiramente viável. Vale a pena lembrar algumas coisas, companheiros. Quando partimos, em junho deste ano, para a formação das nossas comissões municipais, os descrentes diziam: “O PT não conseguirá”. Nós conseguimos, e formamos 627 em todo o país. Quando partimos, no início deste ano, para a campanha de filiação, os descrentes diziam: “O PT é inviável”. Conseguimos, e somos, hoje, perto de 300 mil em todo o país.

Hoje, ao realizarmos a nossa Convenção Nacional, há quem duvide do próximo passo. Há quem pense que o PT não conseguirá os 5% dos votos, exigidos em lei, nas eleições de 1982; que o PT não conseguirá os 3% dos votos em nove estados. Nós, petistas, temos certeza de que voto não será nosso problema, pois já somos um partido de massas. O grande desafio que temos pela frente é não incorrer nos mesmos erros daqueles que pretenderam falar em nome da classe trabalhadora sem ao menos ouvir o que ela tinha a dizer.

O Partido dos Trabalhadores é uma inovação histórica neste país. É uma inovação na vida política e na história da esquerda brasileira também. É um partido que nasce do impulso dos movimentos de massas, que nasce das greves e das lutas populares em todo o Brasil. É um partido que nasce da consciência que os trabalhadores conquistaram após muitas décadas de servirem de massa de manobra dos políticos da burguesia e de terem ouvido cantilenas de pretensos partidos de vanguarda da classe operária. Só os trabalhadores podem conquistar aquilo a que têm direito. Ninguém nunca nos deu, ninguém nunca nos dará nada de graça.

SEM CONFUNDIR SINDICALISMO E POLÍTICA PARTIDÁRIA

Nosso partido nasceu como expressão política da luta sindical. A maioria dos nossos dirigentes continua no movimento sindical, e nele en-

contra a fonte de suas energias e a representatividade de sua prática política. Entretanto, desde os nossos primeiros passos, o PT jamais confundiu política partidária com sindicalismo e nem admitiu fazer do movimento sindical uma correia de transmissão do Partido. Defendemos, sempre, a autonomia do sindicalismo frente aos partidos políticos. O sindicato é uma ferramenta de luta de todos os trabalhadores, independente das preferências partidárias que tenham. Como partido, não devemos incorrer, jamais, no erro que denunciemos no governo: o paternalismo e a tutela do movimento sindical. Se lutamos por autonomia e liberdade sindicais, é não somente frente ao Estado, mas também frente aos partidos.

Acusam-nos de termos abandonado o sindicalismo para fazer política. Isso não nos preocuparia se companheiros da base não fossem, muitas vezes, sensíveis a essa argumentação. Por isso, é a esses companheiros que nos dirigimos, e não a carreiristas que roubam do trabalhador o direito de fazer política.

Companheiros: em nosso país, o sindicato, controlado pelo governo, não é suficiente para mudar a sociedade. O sindicato é a ferramenta adequada para melhorar as relações entre o capital e o trabalho, mas não queremos só isso. Não queremos apenas melhorar as condições do trabalhador explorado pelo capitalista. Queremos mudar a relação entre capital e trabalho. Queremos que os trabalhadores sejam donos dos meios de produção e dos frutos de seu trabalho. E isso só se consegue com a política. O Partido é a ferramenta que nos permitirá atuar e transformar o poder neste país. Em nossa luta, a atividade partidária deve completar a sindical, sem que uma queira substituir ou excluir a outra.

Em todos esses anos, desde que surgiu o Partido, jamais nos afastamos do sindicalismo – e não há cassação, prisão ou condenação que nos afaste da luta sindical. Alguns companheiros dizem que, como dirigentes do PT, já não devemos “perder tanto tempo indo à porta de fábricas”. Queremos deixar bem clara uma coisa: no dia em que dirigentes do PT não puderem mais ir às portas de fábrica, aos locais de trabalho, ou lá onde se luta pela terra, é melhor fechar o PT. Não somos um partido de gabinetes, de salas atapetadas, de conchavos nos bastidores. É lá na porta da fábrica, no local de trabalho, na luta pela terra, na periferia que nos abastecemos, que aprendemos com o povo, que corrigimos a direção de nosso projeto político, que reafirmamos a nossa fidelidade ao trabalhador brasileiro.

PELA CONSTRUÇÃO DA CUT

Hoje, o movimento sindical passa por um momento muito importante: o da criação da Central Única dos Trabalhadores, de cuja comissão executiva preparatória fazemos parte.

Enquanto lutamos pela construção da Central Única, alguns nos acusam de defender o pluralismo sindical. O que defendemos, companheiros, é antes de tudo a liberdade de as várias tendências existentes entre os trabalhadores se fazerem representar no movimento sindical. Mas isso não significa e nem pode significar sindicato paralelo ou uma central de trabalhadores pela cabeça.

A liberdade e a representatividade que queremos no sindicalismo brasileiro não admite que uma tendência se arvore em padroeira da unidade, da qual devemos ser todos fiéis devotos, sob pena de heresia ou excomunhão política. Não é em aliança com pelegos que faremos a unidade do movimento sindical, mas sim na luta, nas campanhas, nas greves. Quem não vai à luta não tem o direito de falar em unidade, pois faz o jogo do patrão e do governo, que é o de domesticar e dividir o sindicalismo brasileiro. E quem pode nos acusar de não lutar junto com a classe trabalhadora?

O Brasil é, certamente, um dos raros países deste continente que jamais conheceu uma reforma agrária. Temos tanta terra e tão poucos proprietários, embora o governo se diga defensor da propriedade... A única *reforma agrária* que nosso país conheceu foi quando a metrópole portuguesa o dividiu em capitânias hereditárias. E essa divisão prossegue. A terra passa, hereditariamente, para as mãos de cada vez menos proprietários, com maiores extensões de áreas improdutivas. As multinacionais aceleram a exploração capitalista no campo e reforçam o latifúndio, expulsando milhares de famílias, que já não têm para onde emigrar. Neste país tão grande, o lavrador sem-terra já não tem para onde ir. Só lhe resta uma alternativa: lutar!

TODO O APOIO À LUTA PELA REFORMA AGRÁRIA

O PT apoia e apoiará sempre a luta pela reforma agrária, pelo direito à terra para quem nela trabalha, pelos melhores preços dos produtos dos agricultores com a eliminação dos atravessadores ou intermediários. É por isso que estamos sendo processados na Amazônia; mas os processos não nos assustam. Assustam-nos as milhares de famílias sem o pequeno pedaço de chão de onde extrair os frutos necessários à vida. Assustam-nos os grileiros,

os jagunços e os capangas, que são o braço armado, acima da lei, dos que juntam terras como mero capital a ser valorizado pelo tempo e pela economia inflacionária que pesa sobre nós.

Temos viajado por todos os recantos deste país. Consideramos que o problema da terra é, sem dúvida, o mais grave em nossa conjuntura. É ele que provoca os ciclos migratórios, a inchação das favelas nas cidades, o aumento do preço dos gêneros de primeira necessidade, os gastos com a importação de produtos, que, em princípio, são típicos do nosso solo. Como os lavradores, estamos cansados de esperar uma solução, e já não acreditamos em estatutos que não saem do papel. Só nos resta apoiar a luta de quem vive da terra, fortalecer o sindicalismo rural, criar condições para maior entrosamento entre cidade e campo. O PT sabe que o homem da terra está fazendo uma reforma agrária por suas próprias mãos. Como partido, é dessa luta que queremos colher os elementos concretos, práticos, que nos permitirão definir uma política precisa sobre a questão da terra. Não cabe a nós, da cidade, definir o que é bom para os companheiros do campo. Cabe a vocês, companheiros da área rural, ensinar-nos o que devemos fazer, como devemos agir, em que podemos apoiá-los. Somos um partido dos trabalhadores da cidade e do campo. E é desta união que germinam as sementes de nossa proposta partidária.

Decorrente da falta de liberdade sindical e da inexistência de uma reforma agrária, afeta gravemente a vida dos trabalhadores brasileiros, hoje, o desemprego – fruto amargo da falida política econômica adotada pelo regime vigente. A economia atual rege-se pelas flutuações do mercado e não pelas necessidades da nação. Esse modelo capitalista é essencialmente perverso e não cremos que ele possa ser remediado. Mas não podemos esperar a mudança do sistema enquanto os desempregados engrossam o contingente de marginais, de prostitutas, de párias sociais. Temos que lutar agressivamente por mais empregos, pela estabilidade no emprego, pelo salário-desemprego, pelo salário mínimo real unificado. E um pequeno, mas importante, passo nessa luta será dado no próximo 1º de outubro, Dia Nacional de Luta, quando iremos às ruas manifestar o nosso descontentamento e as nossas reivindicações mais urgentes.

COM OS NEGROS, AS MULHERES, OS ÍNDIOS

Mudou muito o cenário político de nosso povo nestes últimos anos. Outrora se acreditava que só os partidos e os grupos políticos eram capazes de

centralizar a organização do movimento popular. Hoje, porém, reconhecemos que os melhores frutos são aqueles que, como o nosso partido, têm suas raízes firmadas nas múltiplas formas de organização existentes no campo, nos bairros, nas periferias, nos centros de trabalho e de estudos, nos setores que têm interesse específico a defender, como as mulheres e os negros. Graças ao movimento popular, o movimento sindical teve maior expressão nos últimos anos. Enganam-se os que ainda pensam que só nas fábricas se apoia o sindicalismo brasileiro.

No bairro da cidade ou no local de moradia da roça, os trabalhadores têm mais liberdade para se encontrar, para se reunir, para se organizar e levar adiante suas lutas sindicais, com a participação de suas esposas, de seus filhos e de seus vizinhos. Graças a essa extensa rede de movimentos populares é que o PT se afirma como expressão política que nasce de baixo para cima.

Não admitimos que as creches, os clubes de mães, as associações de moradores, os movimentos de favelas, os grupos de luta pela terra, as entidades feministas, os núcleos artísticos e demais formas de o nosso povo se organizar na base sejam manipulados como currais eleitorais ou tratados à base do clientelismo político. Reconhecemos a autonomia do movimento popular frente ao Estado e aos partidos políticos. É fundamental para a libertação deste país que os moradores de um bairro ou os posseiros de uma região – independente de suas preferências partidárias – possam se encontrar na base, em torno de suas lutas específicas. Se temos, como militantes políticos, um papel junto aos movimentos populares é o de ajudá-los em sua educação política, sem, porém, induzi-los à nossa opção partidária. Fazer política não é só militar no Partido ou nos partidos. É também participar da luta pelo esgoto do bairro e pelo melhor preço da safra no campo. É modificando, em cada lugar deste país, as relações sociais e as relações de produção que o nosso povo chegará, um dia, a modificar em todo o país as relações de propriedade, suprimindo a contradição entre o capital e o trabalho. Por isso, não admitimos que o movimento popular seja reflexo ou extensão de nossa atividade partidária; não queremos tutelá-lo. Ao contrário, é o nosso partido que deve exprimir os anseios do movimento popular, consolidando-os politicamente.

É importante dizer uma palavra sobre o movimento de mulheres, forma de organização específica que se multiplica por este país. Frente à cultura machista que respiramos, às estruturas de uma sociedade tida como exclusiva obra masculina, reconhecemos o direito e o dever de as mulheres lutarem por seus

direitos, libertando-se da condição de objeto de cama e mesa, de serem destinadas unicamente a procriar, de escravas do lar, de trabalhadoras superexploradas.

A luta das mulheres deve ajudar a nós, homens, a nos reeducarmos na direção da sociedade igualitária que queremos construir juntos. Entretanto, estamos convencidos de que essa luta não pode desligar-se da luta global de todos os brasileiros por sua libertação. A questão feminina não interessa só às mulheres e nem se reduz à conquista de liberdades pessoais que, por vezes, são meros paliativos burgueses. Homens e mulheres, juntos, devemos lutar incessantemente pela emancipação das companheiras que são escravizadas nas roças e nas fábricas, que enfrentam a maternidade com insegurança e medo, que prostituem seus corpos por não terem outro meio de vida, e que jamais tiveram como exprimir sua palavra.

Há, em nosso país, uma discriminação racial genericamente velada. Um negro, porém, sabe o quanto essa discriminação, que para os brancos pode parecer velada, é real, agressiva, profunda. Ele a sente na pele. Por isso, devemos apoiar a organização dos negros por seus direitos em nossa sociedade, ainda que isso venha a descobrir, à luz do sol, o racismo que carregamos nas entranhas. Desde os escravos, os negros lutam, no Brasil, por sua libertação. Os quilombos foram conquistas mais decisivas para se acabar com a escravidão que o pretensão liberalismo da coroa portuguesa ou dos republicanos mancomunados com o capital inglês. Por isso, defendemos o direito de os negros manifestarem sua cultura, sua palavra, seus anseios.

Somos pelo direito de as minorias se organizarem e defenderem o seu espaço em nossa sociedade. Não aceitaremos que, em nosso partido, o homossexualismo seja tratado como doença e muito menos como caso de polícia. Defenderemos o respeito que merecem essas pessoas, convocando-as ao empenho maior de construção de uma nova sociedade.

Acusamos a Funai de não respeitar os direitos das nações indígenas em nosso país. Denunciamos o Incra e o latifúndio como principais responsáveis pela invasão das reservas indígenas e dos parques que possuem por tradição e direito. Somos solidários à causa indígena, ao movimento União das Nações Indígenas, a que falem seus próprios idiomas e preservem sua própria cultura. Não aceitamos que o índio seja tratado como peça de folclore. Embora, erradamente, tenhamos aprendido a tratar as tribos como selvagens, na verdade, muito temos a aprender de humanidade, de socialização, de respeito à natureza e de amor à vida com os indígenas.

CONTRA A LSN, PELO DESMANTELAMENTO DO APARELHO REPRESSIVO

Companheiros! Pesa sobre nós e sobre todos os que, neste país, lutam pela justiça e pela liberdade, a odiosa Lei de Segurança Nacional. Não podemos cessar a nossa resistência ao regime autocrático, implantado no Brasil por golpe de Estado em 1964, enquanto esta lei existir, legitimando o aparelho repressivo. Cabe a toda a nação manifestar o seu repúdio a essa legislação. O Estado de Direito só será restabelecido quando ela se constituir vergonhosa lembrança para nossos juristas e magistrados e o aparelho repressivo for totalmente desmantelado, sem que o poder seja cúmplice do terror.

Não vemos a abertura como um presente dos deuses. Antes, ela foi uma conquista dos movimentos populares, da luta sindical, das campanhas pela anistia, dos protestos das Igrejas e demais setores de nossa sociedade civil. Em certo momento, os arautos do regime viram que era mais conveniente entregar os anéis que correr o risco de perder os dedos. A nova conjuntura internacional exigia que o Brasil tivesse um aspecto um pouco mais democrático. Não nos iludamos, porém. A abertura foi apenas por cima, na tampa da panela. Por baixo, a panela continua vazia e nada se alterou na vida oprimida da classe trabalhadora. A abertura não chegou à zona rural, às favelas, aos bairros da periferia. O povo sofrido desta nação continua tão excluído da vida política quanto antes – e quando assume a luta por seus direitos, é tratado como caso de polícia. Cabe, pois, ao PT incentivar a nação à conquista de uma abertura real, na qual o poder tenha caráter democrático e natureza popular.

Algumas coisas é preciso deixar bem claro: somos um partido legal, um partido de massas, aberto a todos os brasileiros que aceitem o nosso programa político e o assumam em sua prática social. Não surgimos para dividir a oposição, pois jamais aceitamos que a bitola partidária do regime autocrático fosse critério de unidade. Surgimos das lutas da classe trabalhadora neste país. E se não representássemos uma significativa parcela do nosso povo, não teríamos o notável crescimento que estamos tendo, a ponto de superar a nossa capacidade de organizar os núcleos, que se multiplicam em todas as partes a cada dia.

Sabemos que diversas tendências políticas encontram-se em nossa sociedade. Reconhecemos o direito desses companheiros se organizarem em torno

de suas visões e de suas propostas. Lamentamos que, por força do regime repressivo em que vivemos, essas tendências atuem na ilegalidade, embora sejam justas e legítimas as suas bandeiras. Lutamos e lutaremos pela legalização de todas elas, a fim de que suas práticas sejam comprovadas pelo veredicto popular. Preocupamos-nos, entretanto, se um militante veste, por baixo de nossa camisa, outra camisa. Nunca pedimos nem pediremos atestado ideológico a ninguém.

Interessa-nos que todos sejam fiéis ao programa e às normas do PT. Interessamos-nos que companheiros não queiram fazer de nosso partido massa de manobra de suas propostas. Não aceitaremos, jamais, que os interesses dessas tendências se sobreponham, dentro do PT, aos interesses do Partido. Denunciaremos, quantas vezes for preciso, certos desvios a que todos nós estamos sujeitos, como o economicismo, que pretende restringir a luta dos trabalhadores às conquistas imediatas de sua sobrevivência; o politicismo, que de cima para baixo quer impor seu dialeto ideológico aos nossos militantes, como se discurso revolucionário fosse sinônimo de prática revolucionária; o colonialismo daqueles que se autodenominam vanguarda do proletariado sem que os trabalhadores sequer os conheçam; o esquerdismo, que exige do Partido declarações ou posições que não se coadunam com seu caráter legal e a sua natureza popular; o voluntarismo dos que querem caminhar mais depressa que o movimento social; o eleitoralismo dos que desejam reduzir o PT a um trampolim de cargos eletivos e de projeções políticas; o burocratismo dos que nos criticam por ir às portas de fábrica e querem um partido bem organizado, mas sem bases populares; o oportunismo dos que só põem um pé dentro do PT e mantêm o outro pronto a correr quando sentem que suas intenções não são aceitas pelos trabalhadores.

PT: CANDIDATOS PRÓPRIOS A TODOS OS CARGOS

Vamos concorrer às próximas eleições e apresentaremos candidatos a todos os cargos, em todas as regiões do país. Entretanto, não cremos que eleições sejam o que há de mais importante e definitivo para o nosso partido. Sem dúvida, elas têm sua importância e devemos conquistar, sempre, mais espaço na área parlamentar e nas funções executivas, de modo a fazermos ecoar as reivindicações dos trabalhadores. Mas nossas ferramentas de luta vão além de eleições periódicas: importa-nos fortalecer o movimento popular, os sindicatos, as oposições sindicais, os que lutam pela terra e todas as formas de

organização, de mobilização e de união de nosso povo. É com esta plataforma que os nossos candidatos devem ter compromisso. Ninguém se elegerá pelo PT senão como candidato partidário, ciente de seus deveres para com as propostas e a disciplina partidária.

Quero ainda ressaltar nosso apreço por esses companheiros que, em todos os rincões do país, dão mostras de serviço efetivo aos interesses populares, enfrentando toda sorte de perseguições, calúnias, prisões e expulsões: os membros das comunidades eclesiais de base e os padres e bispos ligados a elas. Não somos um partido confessional e não aceitamos que a Igreja interfira em nossas atividades, assim como não queremos interferir nas atividades da Igreja. Entre a Igreja e o Partido deve haver clareza das funções diferentes, distintas, embora, muitas vezes, estejamos, na vida oprimida e injusta de nosso povo, unidos pelo mesmo anseio de libertação.

Contudo, repudiamos a prática partidária que pretenda reduzir as comunidades de base a núcleos partidários. Respeitamos, como questão de princípio, a fé de nosso povo e seu direito de liberdade religiosa, como atividade pública, mas não seremos, jamais, um partido de crentes ou de ateus. Para nós, a divisão é outra, é entre os que estão do lado da libertação e os que estão do lado da opressão. O Partido dos Trabalhadores não poderá, jamais, representar os interesses do capital.

Reconhecendo todos aqueles que na Igreja prestam serviços à causa do povo brasileiro, denunciemos as perseguições que o governo faz a leigos, padres e bispos, em nome do fantasma do comunismo. Nosso partido apoiará sempre, independente de sua confissão ou crença religiosa, todos aqueles que, neste país, são vítimas da intolerância, do arbítrio e da crueldade do poder.

RUMO AO SOCIALISMO DEMOCRÁTICO

Há muita gente que pergunta: qual é a ideologia do PT? O que pensa o PT sobre a sociedade futura? Aqueles que colocam tais perguntas avançam, ao mesmo tempo, as suas próprias interpretações, que visam, em alguns casos, criticar o Partido. Não seria o PT apenas um partido trabalhista a mais? Não seria o PT apenas um partido social-democrata, interessado em buscar paliativos para as desigualdades do capitalismo? Sabemos de onde vêm essas dúvidas e essas interpretações. E sabemos disto até porque são compartilhadas

por alguns militantes do próprio Partido, que construíram, para si, a teoria estranha de que o PT é uma frente ou um partido apenas tático.

O que importa aqui observar é que essas questões só servem para expressar a desconfiança em relação à capacidade política dos trabalhadores brasileiros em definirem o seu próprio caminho. São dúvidas de quem exige, desde já, uma receita da sociedade futura; são dúvidas de quem oferece o prato feito, que os trabalhadores deveriam comer. São dúvidas de quem está longe das tarefas concretas das lutas populares, de quem não aprendeu ainda a conviver com o povo, muito menos a sentir o que o povo sente.

Nós, do PT, sabemos que o mundo caminha para o socialismo. Os trabalhadores que tomaram a iniciativa histórica de propor a criação do PT já sabiam disto muito antes de terem sequer a ideia da necessidade do Partido. E, por isso, sabemos também que é falso dizer que os trabalhadores, em sua espontaneidade, não são capazes de passar ao plano da luta dos partidos, devendo limitar-se às simples reivindicações econômicas. Do mesmo modo, sabemos que é falso dizer que os trabalhadores brasileiros, deixados à sua própria sorte, se desviarão do rumo de uma sociedade justa, livre e igualitária. Os trabalhadores são os maiores explorados da sociedade atual. Por isso sentimos na própria carne e queremos, com todas as forças, uma sociedade que, como diz o nosso programa, terá que ser uma sociedade sem exploradores. Que sociedade é esta senão uma sociedade socialista?

Mas o problema não é apenas este. Não basta alguém dizer que quer o socialismo. A grande pergunta é: qual socialismo? Estamos, por acaso, obrigados a rezar pela cartilha do primeiro teórico socialista que nos bate à porta? Estamos, por acaso, obrigados a seguir este ou aquele modelo, adotado neste ou naquele país? Nós, do Partido dos Trabalhadores, queremos manter as melhores relações de amizade com todos os partidos que, no mundo, lutam pela democracia e pelo socialismo. Este tem sido o critério que orienta e continuará orientando os nossos contatos internacionais. Um critério de independência política, plenamente compreendido em todos os países por onde andamos, que devemos aqui declarar em respeito à verdade e como homenagem a todos os partidos amigos. Vamos continuar, com inteira independência, resolvendo os nossos problemas à nossa maneira.

Sabemos que caminhamos para o socialismo, para o tipo de socialismo que nos convém. Sabemos que não nos convém, nem está em nosso horizonte, adotar a ideia do socialismo para buscar medidas paliativas aos males sociais causados pelo capitalismo ou para gerenciar a crise em que este sistema econômico se encontra. Sabemos, também, que não nos convém adotar como perspectiva um socialismo burocrático, que atende mais às novas castas de tecnocratas e de privilegiados que aos trabalhadores e ao povo.

O socialismo que nós queremos se definirá por todo o povo, como exigência concreta das lutas populares, como resposta política e econômica global a todas as aspirações concretas que o PT seja capaz de enfrentar. Seria muito fácil, aqui sentados comodamente, no recinto do Senado da República, nos decidirmos por uma definição ou por outra. Seria muito fácil e muito errado. O socialismo que nós queremos não nascerá de um decreto, nem nosso, nem de ninguém.

O socialismo que nós queremos irá se definindo nas lutas do dia a dia, do mesmo modo como estamos construindo o PT. O socialismo que nós queremos terá que ser a emancipação dos trabalhadores. E a libertação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores.

1º DIRETÓRIO NACIONAL

ELEITO NO 1º ENCONTRO NACIONAL, REALIZADO NA ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA DE SÃO PAULO/SP, EM 8 E 9 DE AGOSTO DE 1981.
92 MEMBROS

Líder/Câmara Deputados | Airton Soares | SP
Presidente: | Luiz Inácio da Silva (Lula) | SP
Agenor Carneiro da Silva | ES
Agenor Narciso | SP
Alcides Bartolomeu de Faria | MS
Alcides de Oliveira | MG
Aloysio Nogueira de Melo | AM
Antônio Cândido | SP
Antônio Cândido Ferreira | RS
Antônio Carlos de Oliveira | MS
Antônio José Castelo Branco de Medeiros | PI
Antonio José de Góes | SE
Apolônio de Carvalho | RJ
Augusto de Franco | GO
Benedito Marcílio | SP
Bruno Maranhão | PE
Cesário Batista da Cruz | RN
Cid Benjamim | RJ
Clóvis Ilgenfritz da Silva | RS
Cosmo Rodrigues de Araújo | MA
Daniel Pereira Otoni | MG
Djalma Bom | SP
Domingos de Freitas Diniz Neto | MA
Edésio Passos | PR
Edival Passos Souza | BA
Eduardo Matarazzo Suplicy | SP
Elizabete Mendes de Oliveira (Bete Mendes) | SP

Fernando do Ó Veloso | SP
Fernando Neto Safatle | GO
Francisco Alves Mendes Filho (Chico Mendes) | AC
Francisco Weffort | SP
Francisco Leôncio de Andrade Júnior | MG
Francisco Nunes de Moura | CE
Geci Lautert Prates | RS
Geraldo Cândido da Silva | RJ
Geraldo Pastana | PA
Glecinei de Oliveira Brito | ES
Helena Grecco | MG
Hélio Bicudo | SP
Hélio Doyle | DF
Itamar Silva | RJ
Ivo Augusto de Abreu Pugnaroni | PR
Jacó Bittar | SP
Jair Meneguelli | SP
João Fachini | SC
João Luiz Bernardes | SC
Joaquim Alves de Almeida | CE
Joaquim Arnaldo | RJ
Jorge Bittar | RJ
Jorge Nahas | MG
José Adelmo dos Santos | AL
José Alves da Silva | PB
José Cicote | SP
José Domingos Cardoso (Ferreirinha) | RJ
José Eudes de Freitas | RJ
José Francisco Brinco | RJ
José Gomes Novaes | BA
José Ibrahim | SP
José Maria Gurgel | PB
José Neumar Moraes Silveira | RO
José Pereira da Silva | PI
Lélia Abramo | SP

Lélia de Almeida Gonzales | RJ
Leovigildo Pereira de Souza | AC
Luiz Antonio Cechinel | SC
Luiz Eduardo Greenhalgh | SP
Luiz Soares Dulci | MG
Manoel da Conceição | MA
Manoel Isaías de Santana | PR
Márcio de Souza | AM
Maria Cristina Dias (Tita) | SP
Nilson Santos Bahia | BA
Olívio Dutra | RS
Paul Singer | SP
Paulo Freire | SP
Paulo Delgado | MG
Paulo Matos Scromow | SP
Paulo Rubens Santiago | PE
Pedro Garcia Carletti | RS
Perly Cipriano | ES
Perseu Abramo | SP
Raul Pont | RS
Romildo Raposo Fernandes | RJ
Roque Barbieri | RS
Rubens Otoni Gomide | GO
Selda Vale da Costa | AM
Sidney Lianza | RJ
Venezi Nazaré Ramos Rodrigues | PA
Vicente Gonçalves | MG
Virgílio Guimarães de Paula | MG
Vítório Sorotiuk | PR
Wagner Benevides | MG
Washington da Costa | RJ

COMISSÃO EXECUTIVA NACIONAL (CEN)

ELEITA NO 1º ENCONTRO NACIONAL DO PT,
DIA 09 DE AGOSTO DE 1981.

Presidente | Luiz Inácio da Silva (Lula) | SP
Líder/Câmara Deputado | Aírton Soares | SP
1º vice-presidente | Olívio Dutra | RS
2º vice-presidente | Manoel da Conceição | PE
3º vice-presidente | Apolônio de Carvalho | RJ
Secretário Geral | Jacó Bittar | SP
1º secretário | Antônio Carlos de Oliveira | MS
2º secretário | Francisco Weffort | SP
1º tesoureiro | Domingos de Freitas Diniz Neto | MA
2º tesoureiro | Clóvis Ilgenfritz da Silva | RS
1º vogal | Hélio Doyle | DF
2º vogal | Luiz Soares Dulci | MG
3º vogal | José Ibrahim | SP
4º vogal | Wagner Benevides | MG
1º suplente | Helena Grecco | MG
2º suplente | Joaquim Arnaldo | RJ
3º suplente | Hélio Bicudo | SP
4º suplente | Luiz Eduardo Greenhalgh | SP
5º suplente | Rubens Otoni Gomide | GO

COMISSÃO EXECUTIVA NACIONAL (CEN)¹

ALTERADA NA REUNIÃO DO DIRETÓRIO NACIONAL
EM 20 DE AGOSTO DE 1983.

Presidente | Luiz Inácio Lula da Silva | SP

Líder/Câmara Deputados | Airton Soares | SP

1º vice-presidente e secretário Sindical | Olívio Dutra | RS

2º vice-presidente e secretário de Política Agrária | Manoel da Conceição | MA

3º vice-presidente | Apolônio de Carvalho | RJ

Secretário Geral | Francisco Weffort | SP

1º secretário e secretário de Organização | Domingos de Freitas Diniz Neto | MA

2º secretário e secretário de Relações Internacionais | Luiz Eduardo Greenhalg | SP

1º tesoureiro | Clóvis Ilgenfritz da Silva | RS

2º tesoureiro | José Ibrahim | SP

1º vogal | Hélio Doyle | DF

2º vogal e secretário de Política Municipal | Luiz Soares Dulci | MG

3º vogal e secretário | Jurídico | Hélio Bicudo | SP

4º vogal | Jacó Bittar² | SP

1º suplente e secretário de Cultura e Educação Política | Sidney Lianza | RJ

2º suplente e secretário de Movimentos Populares | Virgílio Guimarães de Paula | MG

3º suplente e secretário de Filiação e Nucleação | Paulo Delgado | MG

4º suplente | Cid Benjamin | RJ

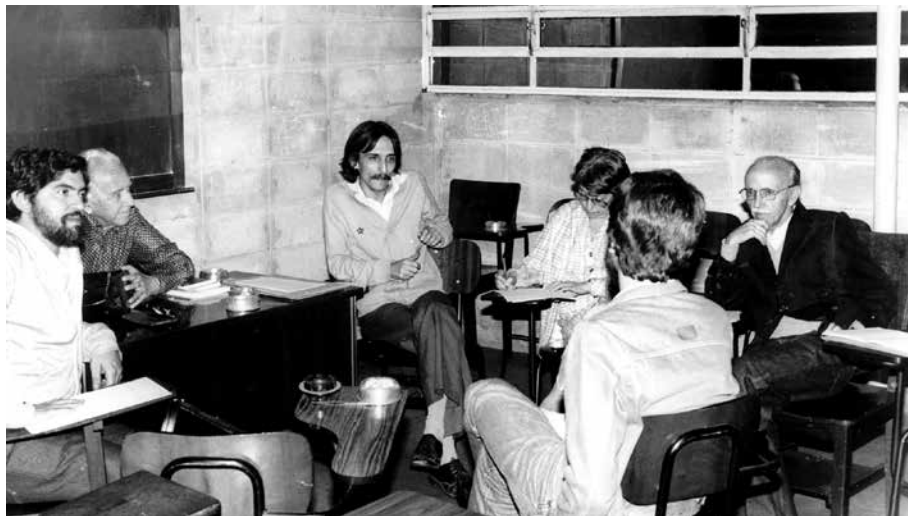
5º suplente | Perseu Abramo | SP

1. Fonte: Boletim Nacional, número zero, 1983.

2. Eleito para a Comissão Executiva da CUT Nacional.

| 1982 |
2º ENCONTRO NACIONAL
27 E 28 DE MARÇO DE 1982
INSTITUTO SEDES SAPIENTIAE, SÃO PAULO/SP.

VERA LÚCIA JURSYS



INSTITUTO SEDES SAPIENTIAE, SÃO PAULO/SP, 1982.

VERA LÚCIA JURSYS



PASSEATA EM SÃO PAULO - CAMPANHA ELEITORAL 1982.

RESOLUÇÕES APROVADAS:

- | Plataforma eleitoral nacional “Trabalho, Terra e Liberdade”
- | Carta eleitoral do PT

CRITÉRIOS DE PARTICIPAÇÃO:

- | membros efetivos e suplentes do Diretório Nacional;
- | parlamentares federais e estaduais inscritos e confirmados nos Encontros Estaduais;
- | delegados eleitos nos Encontros Estaduais, ou por outra forma onde não se realizou o Encontro, à razão de 1 delegado por 1.000 filiados;
- | delegados oficiais de cada estado à Convenção Nacional;
- | um delegado de cada Comissão Provisória Regional, eleito em Encontro Regional ou por outra forma¹.

Inscritos: 369 delegados².

Estados representados: 24 (AC, AL, AM, BA, CE, DF, ES, GO, MA, MG, MS, MT, PA, PB, PE, PI, PR, RJ, RN, RO, RS, SC, SE e SP) e 1 território federal (AP)³.

1. Fonte: Regulamento Interno do 2º Encontro Nacional.

2. Fonte: Relação de delegados previstos por estado, elaborada pela Secretaria Nacional de Organização.

3. Idem.

PLATAFORMA ELEITORAL NACIONAL¹ TRABALHO, TERRA E LIBERDADE

A campanha eleitoral do PT é muito diferente de todas as que nós, trabalhadores, participamos até hoje. É diferente porque temos o nosso Partido e escolhemos os nossos próprios candidatos; porque o PT combate a compra do voto, o cabo eleitoral e as promessas demagógicas.

A campanha eleitoral do PT é diferente porque é, antes de tudo, uma grande campanha de mobilização e organização dos trabalhadores, a partir das principais reivindicações do movimento popular.

A campanha eleitoral do PT é uma campanha de luta, quer dizer, uma campanha que se compromete com todas as lutas dos trabalhadores.

NOSSO LEMA NACIONAL É:
TRABALHO, TERRA E LIBERDADE!

Assumindo as principais reivindicações dos trabalhadores da cidade e do campo, lutamos para acabar com a fome e o desemprego, por melhores salários e terra para plantar e para morar, para que nossos direitos sejam respeitados no campo e na cidade, para sair de baixo da operação dos *tubarões*.

1. SEM LIBERDADE A VIDA NÃO VAI MUDAR; PELO FIM DA DITADURA MILITAR!

Hoje em dia, os poderosos dizem que a ditadura já acabou e que tudo mudou com a abertura patrocinada pelo governo. No entanto, a violência, a corrupção e a prepotência continuam tomando conta do país e estão presentes no dia a dia de cada trabalhador. Nas cidades, a Polícia Militar espanca operários com fome. Nos campos, posseiros são expulsos das suas terras por jagunços, padres são presos porque estão do lado do povo. Os generais continuam controlando a vida do país, como se estivéssemos em guerra e os trabalhadores

1. Aplicada nacionalmente à eleição de 1982.

do campo e da cidade fossem inimigos do Brasil. Os poderosos dizem que tudo mudou, para que tudo continue como antes.

A qualquer hora do dia ou da noite, os trabalhadores estão sujeitos à prisão e aos maiores vexames em qualquer delegacia policial. Os dirigentes sindicais são colocados sob suspeita de subversão, porque lutam por melhores condições de trabalho e salário. Os negros são tratados como marginais. Qualquer reunião de gente pobre é vista com desconfiança. Nas fábricas, a ditadura dos capitalistas e a ameaça de desemprego atinge qualquer trabalhador mais consciente dos seus direitos.

Ao mesmo tempo, nunca se roubou tanto. Nunca uma minoria ganhou tanto dinheiro sem trabalhar. Isso não pode mais ficar assim. O Partido dos Trabalhadores sabe que os verdadeiros autores dos crimes contra o país, os maiores ladrões dessa terra e os criminosos não andam nos ônibus superlotados, não moram nas favelas e bairros populares e não saem de casa às quatro ou cinco horas da manhã. São cidadãos acima de qualquer suspeita, muitos dos quais circulam em carro oficial. A Lei de Segurança Nacional nunca é acionada contra eles. O DOI-Codi, o Dops e o SNI não vigiam suas reuniões, como fazem com as nossas.

A opressão que pesa sobre a vida dos trabalhadores brasileiros está diretamente ligada ao regime militar que ainda nos governa, defendendo os interesses dos banqueiros, dos especuladores, dos latifundiários e dos capitalistas. Não queremos apenas liberdades controladas a conta-gotas. Queremos substituir todo o regime de opressão e garantir liberdades reais para o povo brasileiro. Para isso, temos consciência de que é preciso avançar na construção, pela base, de entidades representativas que fortaleçam e unifiquem as lutas populares contra a Ditadura Militar. Na luta por uma sociedade em que o poder seja exercido pelos trabalhadores, defendemos, desde já, a completa liberdade política e sindical para o povo; desatrelando a estrutura sindical do aparelho do Estado, que deve deixar de meter o nariz na vida sindical e se limitar a reconhecer as entidades representativas, como a UNE e a CUT.

Têm que ser revogadas, imediatamente, a Lei de Greve, que é um grande entrave a que os trabalhadores reivindiquem seus direitos, a Lei de Segurança Nacional, a CLT, a Lei de Imprensa, a Lei dos Estrangeiros, o Código de Telecomunicações e todas as leis arbitrárias baixadas pelo regime. Têm que ser extintos o Conselho de Segurança Nacional, o SNI, o Deops, o DOI-Codi, o Cenimar, o Conselho Superior de Censura e todo o aparato montado para reprimir o povo e proteger os tubarões. Lutamos pela realiza-

ção de eleições livres e diretas em todos os níveis, com direito de voto para os soldados, marinheiros e analfabetos, que são brasileiros como todos nós; pelo direito de greve; pela redistribuição do orçamento da União, incluindo o aumento das parcelas destinadas aos municípios; pela autonomia dos estados, inclusive quanto ao controle sobre suas Polícias Militares.

Queremos o fim da Ditadura Militar. Se você concorda, vamos em frente!

2. NUM PAÍS TÃO RICO, É POSSÍVEL ACABAR COM A FOME

Cada vez que você sai de casa para fazer compras, você se assusta com a alta dos preços. Qualquer dia, o seu salário não vai dar nem para um mísero quilo de feijão. Não é para menos, porque os salários não aumentam a cada dia, como aumentam os preços.

E se você é um camponês, a dureza é a mesma. Você se mata na plantação e, quando vai vender o que produziu, não dá nem para pagar o que gastou. Isso, se o grileiro já não lhe tomou a terra e você, sem achar trabalho no campo, não está, agora, aos trancos e barrancos, chegando à cidade para começar tudo de novo.

Pior ainda se você é um dos tantos desempregados deste país. Você deixou muito do seu suor produzindo para o patrão e, um belo dia, ele mandou você embora. Agora, sem salário, você não tem como garantir a comida na sua casa.

Para enfrentar esta situação, o PT faz algumas propostas:

- | Um salário mínimo real unificado, que dê para garantir ao trabalhador e à trabalhadora uma vida decente, e que seja reajustado a cada três meses, na mesma medida que a inflação;
- | Estabilidade no emprego;
- | Salário-desemprego;
- | Criação de uma cesta básica de alimentos a preço fixo, que o Estado – e não os grandes atacadistas – se encarregaria de comprar no campo e vender na cidade;
- | Redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais, sem redução de salário.

3. TRABALHADORES DO CAMPO: TERRA E MELHORES SALÁRIOS

Uma reforma agrária, controlada pelos próprios trabalhadores do campo, não pode mais ser adiada. Temos de garantir a posse da terra a quem nela trabalha, não a latifundiários, grileiros e aproveitadores, que especulam com títulos de propriedades que nem conhecem. Não podemos mais tolerar a existência de grandes latifundiários e terras devolutas que nada produzem.

Devemos lutar pela distribuição das terras devolutas aos pequenos produtores. Devemos lutar pela intervenção nas grandes empresas agrícolas, de modo a orientar a política agrícola conforme os interesses dos trabalhadores.

Devemos garantir ao camponês o crédito para a compra de equipamentos e adubos. Os atravessadores têm de ser combatidos, com a instalação, pelo governo, de uma rede nacional de silos, armazéns e frigoríficos.

Devemos assegurar a todos os assalariados rurais condições dignas de remuneração, transporte e direitos trabalhistas e previdenciários.

Em resumo, precisamos de um governo que se coloque firmemente ao lado dos que trabalham a terra, não este governo comprometido com as multinacionais, os latifundiários, os grileiros e atravessadores.

4. NÃO É POR FALTA DE TIJOLO QUE O TRABALHADOR NÃO TEM ONDE MORAR

O BNH não deu nenhuma solução para o problema de moradia do trabalhador. Além disso, o dinheiro do FGTS está servindo só para engordar os grandes empresários da construção civil. É urgente uma reforma radical na política e na legislação imobiliária, para acabar com a vergonhosa especulação que se faz com a compra e venda de casas e terrenos em nossas cidades.

Devemos promover um amplo programa de construção de casas populares. Para isso, é necessária uma política de taxaação progressiva, que onere pesadamente os terrenos ociosos, deixados para especulação. É necessário também que se definam os lotes urbanos destinados a esse fim, que sejam localizados em áreas de fácil acesso, [com] condução farta e infraestrutura de saneamento e lazer. Finalmente, para que seja viabilizado tal programa, é ainda necessário intervir na produção e distribuição de materiais de construção, para que sejam padronizados e adaptados a essas necessidades.

É necessário assegurar a posse da terra aos favelados, programando loteamentos populares decentes, loteando-se áreas urbanas que estão ociosas e repassando-as, a preços acessíveis, aos trabalhadores. São necessários investimentos maciços em obras de saneamento básico e programas de urbanização, sob o controle das comunidades.

E, afinal, o problema da moradia é inseparável da questão dos transportes. Não é possível que os trabalhadores continuem gastando tantas horas e tantas energias em meios de transportes tão precários. Julgamos que devemos apostar no transporte ferroviário e fluvial e nos transportes coletivos, ao invés dos carros particulares.

5. NESTE PAÍS, HÁ POUCA SAÚDE E MUITO LUCRO COM A DOENÇA

A grande maioria da população brasileira vive, hoje, em péssimas condições de saúde. Esta situação não poderá ser superada com medidas parciais. É verdade que o atendimento médico é precário, mas a saúde não é apenas o produto de um bom atendimento médico. Milhares de mortes seriam evitadas se existisse saneamento nos bairros. Se as águas que o povo bebe não estivessem contaminadas. Se a poluição fosse combatida. Se o trabalhador na fábrica tivesse realmente voz forte nas questões referentes aos acidentes de trabalho. A doença é também um produto da má alimentação, dos quartos úmidos, da falta de agasalhos e da falta de lazer.

Tudo isto tem de ser enfrentado em bloco.

Entretanto, qualquer política nesta área se inicia acabando com o lucro. Não dá mais para suportar que se ganhe dinheiro às custas da doença. As clínicas, hospitais, remédios e equipamentos hospitalares têm de estar nas mãos do Estado, o qual deve encampar a indústria química e farmacêutica e empresas que atuam no setor. Estes serviços têm de passar a ser controlados diretamente pela população e pelos trabalhadores da área.

A única forma de garantir o mesmo padrão de atendimento médico para qualquer cidadão é oferecer atendimento médico público e gratuito. Este atendimento tem de ser dado nos próprios locais de moradia do trabalhador, que não pode continuar perdendo a saúde em longas filas, no fim das quais receberá um tratamento precário. Os postos de saúde têm de existir em número

suficiente em cada bairro, e ali mesmo oferecer atendimento básico e, caso necessário, encaminhar o trabalhador para um tratamento mais especializado.

6. A EDUCAÇÃO E A CULTURA SÃO UM DIREITO E NÃO UM PRIVILÉGIO DE CLASSE

O governo tem apostado na ignorância e não na educação, investindo mais em armas do que em escolas. Uma mobilização nacional poderia erradicar o analfabetismo, neste país, em menos de três anos.

Além disso, é preciso pôr um fim no grande negócio que se tornou a educação. A educação também não pode ser objeto de lucro.

O ensino tem de ser público e gratuito em todos os níveis. Os filhos do trabalhador têm direito a boas creches, pré-escola, um ensino de primeiro e segundo graus de boa qualidade técnica e profissional, incluindo uma boa formação sobre os problemas sociais, a história e as lutas do nosso povo. É um serviço público fundamental, tanto para o futuro dos nossos filhos quanto para tranquilizar a mulher e liberá-la ao máximo do trabalho doméstico.

Mais verbas para a educação – pelo menos 12% do orçamento nacional, assegurados pela Constituição – tornariam o curso superior acessível aos filhos do trabalhador e permitiriam uma remuneração decente ao magistério e aos funcionários de toda a rede de ensino.

A indústria cultural, o sistema educacional e os meios de comunicação de massa têm sido usados, mais do que nunca, para combater os valores populares, reforçando a dominação social e a econômica sobre os trabalhadores.

É fundamental a articulação nacional dos movimentos culturais populares; a criação de centros de cultura onde os trabalhadores e o povo possam discutir e atuar através de várias atividades, reforçando a cultura popular.

7. SOMOS TODOS IGUAIS: CHEGA DE DISCRIMINAÇÃO

O Brasil que queremos não é apenas o povo comendo, morando, tendo saúde, vestindo e se educando. A vida que desejamos tem de ser baseada, sobretudo, numa relação profundamente humana e fraterna, igualitária, entre as pessoas, sem nenhum tipo de discriminação.

E nesta questão a situação no Brasil é grave.

A mulher é tratada como ser de segunda categoria. A ela cabem os piores empregos e os menores salários, além de estar submetida a dupla jor-

nada de trabalho, pois acumula todas as tarefas da casa. A todo momento é subjugada e humilhada, oprimida, não só como trabalhadora, mas também como mulher.

O preconceito de cor é real. Os negros não têm os mesmos direitos que os brancos e, antes de mais nada, são tidos como suspeitos e marginais.

Os índios são tratados como débeis mentais, massacrados física e culturalmente, não sendo respeitadas nem mesmo as suas reservas de terras.

Os homossexuais são humilhados e discriminados, tratados como doentes ou caso de polícia.

Exigimos igualdade nas leis que regem a família, o trabalho e a sociedade; o direito ao trabalho, à profissionalização e extensão dos direitos trabalhistas a todas as trabalhadoras, a exemplo das empregadas domésticas, e respeito ao direito de salário igual para trabalho igual.

As mulheres têm de possuir os meios para escolher se querem ou não ter filhos, o que implica o reconhecimento da função social da maternidade, o oferecimento de meios contraceptivos seguros e um atendimento médico permanente em todas as fases de sua vida.

É preciso acabar com todas as formas de discriminação contra os negros. As minorias – índios e homossexuais – têm de ser integralmente respeitadas.

8. NO DINHEIRO DO POVO NINGUÉM PODE METER A MÃO

O PT defende uma política econômica que dê prioridade à produção de bens de consumo popular, tratores e trens, e não bens de luxo, soja ou álcool. Damos mais importância às obras de saneamento e habitação do que às obras grandiosas, que encham os olhos dos bajuladores do regime.

Isto não significa, entretanto, ignorar a questão da energia. É que, para nós, a questão da energia não será resolvida, nem pelo Pró-Álcool, muito menos pela construção de usinas nucleares. No que diz respeito à produção de energia elétrica, a prioridade tem de ser dada à utilização imediata dos recursos hídricos, investindo em usinas hidroelétricas de porte médio e pequeno. Além disso, tem de ser incentivada a pesquisa nas áreas de energia solar, dos moinhos de vento, do biogás e o melhor aproveitamento do carvão nacional.

Colocar a economia a serviço do trabalhador só será possível se acabarmos com o verdadeiro império de agiotas em que o país está se transformando.

Os bancos, corretoras de valores, seguradoras, parasitas que nunca plantaram um único pé de couve, elevam o preço do dinheiro, traficam com títulos da dívida pública, lucram com a mera circulação do dinheiro. O Estado tem de assumir o monopólio de todas as operações financeiras e orientar os recursos da poupança popular para onde interessa à maioria da população, e não para que dê mais lucro a um agiota qualquer. Impõe-se, portanto, a estatização do sistema financeiro sob o controle dos trabalhadores.

Também é necessário acabar com o controle que os grandes monopólios exercem sobre a economia brasileira. Os interesses da maioria do povo justificam um combate sem trégua à ação nociva dos grandes monopólios sobre a nossa economia.

Finalmente, quem pegar este governo terá sobre si uma imensa dívida externa acumulada, e que serviu para grandes negociantes.

O país não pode se matar para pagar uma dívida da qual quem mais lucrou foram sempre os banqueiros internacionais. Propomos um completo inquérito, para saber onde e como são aplicados os recursos provenientes da dívida. É preciso suspender o seu pagamento e estudar, caso a caso, as condições de reescalonamento dos prazos, renegociação, congelamento e até o não pagamento. Para melhor controle desta situação, impõe-se também a nacionalização do comércio exterior.

9. COM OS CONTRATOS DE RISCO, OS TUBARÕES POUCO ARRISCAM E MUITO PETISCAM

Propomos o fim dos contratos de risco [para exploração do subsolo brasileiro], o combate à desnacionalização do subsolo, da indústria energética e mineral e do monopólio privado da produção de energia.

A flora e a fauna, os rios, mares e florestas são bens nacionais, que têm de ser preservados a qualquer custo, e cuja exploração só pode ser feita dentro de um planejamento que leve em conta os interesses da maioria da população.

Nos propomos denunciar e impedir a ação criminosa das empresas poluidoras que, incentivadas pela frequente omissão dos órgãos governamentais de fiscalização, sacrificam a saúde da população em prol de seus lucros.

Lutamos para que as prefeituras e governos estaduais tenham autonomia para determinar o fechamento de indústrias poluidoras, atribuição hoje centralizada pelo presidente da República.

Lutamos pela inclusão de programas de educação ambiental nos currículos de 1º e 2º graus e do ensino universitário.

Propomos o fim do Projeto Carajás, a proibição da venda de amplas parcelas do território nacional ao capital estrangeiro e denúncia imediata do Acordo Nuclear Brasil-Alemanha.

Também não são de interesse dos trabalhadores soluções como a que foi dada para o Projeto Jari, em que o governo bancou a falência do empreendimento e entregou o dinheiro do povo, de mão beijada, ao grande capital nacional.

10. O PODER PARA OS TRABALHADORES E O POVO

Colocar a economia e a administração pública a serviço do povo é um dos principais objetivos do PT, mas ele não será atingido simplesmente pela estatização das atividades produtivas. Isoladamente, isso só fortaleceria o poder dos tecnocratas e burocratas. Só acreditamos na mobilização dos trabalhadores. Esta mobilização tem de abrir condições para que todos os problemas de interesse público sejam submetidos ao controle popular.

As escolas terão de ser controladas por pais, mestres, alunos e funcionários; os postos de saúde terão de ser controlados pela população e as instâncias superiores do sistema de saúde terão de ser controladas por sindicatos e associações; os trabalhadores têm de [ter] o direito de fiscalização à contabilidade das empresas, intervindo nas decisões sobre o emprego, preço e salário; os sindicatos têm de ter voz forte no planejamento da economia nacional; as delegacias de polícia têm de ser fiscalizadas e controladas pelas associações e conselhos de moradores etc.

Lutamos para que os trabalhadores derrubem a Ditadura Militar e coloquem por terra não só suas leis e sua falsa justiça, mas também a base econômica que a sustenta. Não haverá mudanças decisivas para o povo brasileiro enquanto os monopólios financeiros (que, em plena crise, apresentam lucros de 700% ao ano!) continuarem mandando na economia do país, os monopólios comerciais controlarem a circulação de mercadorias e os monopólios industriais a produção nacional. Reafirmamos nosso compromisso com a construção de um novo poder, baseado na classe operária e na mobilização de todos os que vivem de seu próprio trabalho, para construirmos uma sociedade

sem explorados e sem exploradores. Essa é a sociedade que os trabalhadores sonham e que, desde hoje, nossa luta prepara.

11. A LUTA DOS TRABALHADORES É A MESMA EM TODO O MUNDO

No plano internacional, somos solidários com todos os povos que lutam por sua libertação. Neste momento, essa luta adquire particular importância na América Central e na África Negra, assim como a luta do povo palestino pela reconquista de sua terra.

O PT apoia a luta dos trabalhadores de todo o mundo. Cumpre ressaltar, neste momento, a luta dos trabalhadores da Polônia pelo aprofundamento do socialismo e pela democratização dos processos de decisão naquele país. Temos claro que a libertação de nosso povo depende também da luta internacional dos trabalhadores.

Defendemos, ainda, uma política externa independente, com o estabelecimento de relações diplomáticas com todos os países socialistas. Somos contra o Brasil manter relações diplomáticas com um Estado racista, como a África do Sul, e com a ditadura de El Salvador e se negar a manter relações com Cuba, Albânia, Vietnã ou Coreia do Norte.

Os trabalhadores e os povos oprimidos de todo o mundo lutam contra a opressão e a exploração. No entanto, a libertação só vai ser efetivamente concretizada com a construção do socialismo.

12. SÓ O SOCIALISMO RESOLVERÁ DE VEZ O NOSSO PROBLEMA

Desde sua fundação, o PT afirmou o compromisso com a construção de uma sociedade sem explorados. Isto é, o seu compromisso com a construção de um Brasil socialista. E isto porque, tendo nascido da luta dos trabalhadores, o PT, desde o início, percebeu que os meios de produção deveriam ser de propriedade social, servindo não aos interesses individuais de um ou outro proprietário. Queremos uma sociedade em que os homens sejam valorizados e onde nenhum homem possa ter o direito de explorar o trabalho de outro. Uma sociedade em que cada um e todos possam ter iguais oportunidades para realizar suas potencialidades e aspirações.

As medidas que apresentamos acima não são suficientes, ainda, para que o nosso povo se [desenvolva] nesse sentido e [evolua], assim, para um estágio superior de civilização. Mas são, sem dúvida, um primeiro e importante passo para o socialismo que queremos.

As relações de amizade que o Brasil deve ter com os povos que lutam pela democracia e pelo socialismo não significam, entretanto, que possamos importar de qualquer um desses países uma fórmula pronta de socialismo. Nosso socialismo será definido por todo o povo. Não nascerá de decretos, nem nossos, nem de ninguém. Irá se definindo nas lutas do dia a dia e será sinônimo de emancipação dos trabalhadores e de todos os oprimidos.

Nossa vez, nossa voz: quem decide somos nós!

O PT veio para mudar o Brasil. Começamos já. Onde o PT ganhar prefeituras ou governos estaduais, esse postos serão colocados a serviço da mobilização e organização das classes trabalhadoras. À frente dos cargos executivos, o PT buscará, desde já, criar condições para a participação popular organizada e autônoma, com poder de decisão na sua atuação política e administrativa. Para isso, recorrerá a plebiscitos, assembleias populares, conselhos de moradores e trabalhadores e outras formas que o movimento popular encontre.

CONFIE EM VOCÊ, VOTE NO PT!

CARTA ELEITORAL DO PARTIDO DOS TRABALHADORES

As eleições de 1982 serão realizadas numa conjuntura caracterizada por aguda crise política, crescimento dos movimentos populares e pelos efeitos da crise econômica, traduzida em recessão industrial, desemprego e aumento acelerado dos preços. Trata-se, sobretudo, de uma conjuntura marcada pela consciência que os trabalhadores vêm adquirindo de suas amplas e novas responsabilidades, como força política independente nacional, de participar no debate dos problemas e na definição dos destinos de nosso povo e de nosso país.

Isso é resultado da acumulação de experiências políticas por parte dos trabalhadores, em suas lutas em face dos patrões, do Estado e da Justiça Militar e trabalhista. É resultado também da intensificação das lutas na área rural e da afirmação de um novo conteúdo na atividade pastoral da Igreja [Católica]. Uma expressão concreta do avanço popular se encontra na realização da 1ª Conclat. Do mesmo modo, está aí, aos olhos de todos, a afirmação e o fortalecimento contínuo do PT, uma iniciativa autônoma dos trabalhadores, que vem se consolidando acima das previsões, planos, objetivos e regras do jogo oficial.

Esses componentes constituem, sob efeitos da crise econômica, as bases da nova tendência determinante na conjuntura atual, dentro da qual o regime busca uma transformação sob seu controle. Eles estão na raiz do isolamento político, das dificuldades e divisões internas do atual governo: um governo autoritário, submetido à tutela militar, que procura, face às forças populares e democráticas, apoiar-se ainda em instrumentos de arbítrio, remanescentes dos Atos Institucionais, e numa legislação de exceção, que inclui as inelegibilidades e a Lei de Segurança Nacional, além da legislação social com as marcas de sua origem fascista.

Tais contradições explicam o apego aos expedientes antidemocráticos e a cogitação, entre os meios governistas, de novas restrições à participação popular. Explicam as pressões endurecedoras de setores do regime, exemplificadas pelo episódio do Rio-centro, pela recente condenação de lideranças sindicais do ABC, pelos processos apoiados na Lei de Segurança Nacional, atingindo como alvo o principal dirigente e militantes do PT, e pelas ameaças

do adiamento do pleito de 1982. Explicam também o Pacote de Novembro, com as novas dificuldades que trouxe à estruturação dos partidos e os novos limites que impõe ao exercício do voto. Contudo, o governo revela insegurança em face do desafio eleitoral, para o qual prepara novos casuísmos.

DIFERENTES OBJETIVOS E CONFRONTO NO PROCESSO ELEITORAL

A importância dos interesses em jogo explica o aumento das contradições dentro dos grupos dominantes, bem como as dificuldades de manobra que encontram no campo institucional.

E, embora as características gerais do quadro conjuntural não concorram para criar condições que facilitem a supressão ou adiamento das eleições, é preciso registrar que essa alternativa não está completamente fora das cogitações oficiais. A perspectiva de uma derrota eleitoral do partido do governo, apesar dos casuísmos que continuam a ser adotados, transformam as eleições em importante elemento de tensão, pois é difícil acreditar que o regime esteja disposto a perder sua maioria no Congresso e, eventualmente, no Colégio Eleitoral que indicará o sucessor de Figueiredo. A luta pela sua realização é, portanto, de fundamental importância para o PT, no sentido de propiciar aos trabalhadores uma oportunidade de expressar maciçamente sua avaliação política do regime e das diferentes forças partidárias, aumentando a sua organização e consciência política.

Mas fica evidente que todas as forças políticas têm determinados interesses na realização do pleito, embora sejam interesses diferenciados e mesmo antagônicos entre si.

Para o governo e sua base social, as eleições poderão representar mais um passo na tentativa de consolidar seu processo de reformas limitadas, sob o título inadequado de abertura. Através dela, o que pretende é restabelecer bases de apoio, promovendo mudanças superficiais nos mecanismos de participação e de representação institucional. Seu objetivo é o enfraquecimento da oposição operária e popular e a recuperação do terreno que perdeu após a retomada das lutas de massa, que se vêm desenvolvendo desde 1974 e explodiram em 1978 por meio de greves e manifestações de massa. Para o regime, trata-se, portanto, de prosseguir aplicando, agora através do jogo parlamentar e de concessões, que inclui eleições, o mesmo modelo econômico desnacionalizante e concentrador de renda imposto a partir de 1964. Trata-se de manter

sob as mesmas condições de cerco os trabalhadores da cidade e do campo. Ao invés de atender às pressões populares, o que lhe interessa é estruturar, com apoio nas urnas, uma legalidade que institucionalize o arbítrio, seja através de reformas constitucionais realizadas pelo Congresso, seja através de uma Constituinte controlada pelos donos do poder.

Para a oposição liberal e para determinados segmentos descontentes das classes dominantes, as eleições serão uma oportunidade de obter nova correlação de forças, que abriria portas para sua participação nas tomadas de decisões através de um governo dito de união nacional.

Para os trabalhadores, as eleições representam uma nova possibilidade de ampliar o espaço de organização e mobilização política. Embora estejam ainda cercadas de dúvidas e incertezas, vão ser realizadas numa conjuntura mais favorável do que a de qualquer outro pleito pós-64. Em primeiro lugar, porque se darão sob uma crise que agrava dia a dia as condições de vida e predispõe o eleitorado a votar contra a situação. Em segundo lugar, porque, desta vez, não estaremos mais submetidos à obrigatoriedade de optar entre dois partidos criados pelo Regime Militar e controlados, ambos, por segmentos das elites dominantes. Desta vez, contaremos com as possibilidades de votar em um partido criado por nossas próprias mãos: o Partido dos Trabalhadores. Em terceiro lugar, porque a existência do PT dá garantia para um debate político mais profundo, durante a campanha, sobre as transformações que interessam aos trabalhadores.

AS ELEIÇÕES E O PODER

Além de seguirem as regras que o próprio regime terminará impondo, nem de longe as eleições colocarão em disputa a estrutura do poder político vigente. Quando muito, poderão alterar parcialmente o atual controle da estrutura de governo em nível municipal e estadual, sem mexer nos centros decisórios do poder (burocracia, Forças Armadas e o capital).

A conquista de espaços no Executivo e no Legislativo dos diferentes níveis só pode concorrer para a mudança da estrutura de poder se os trabalhadores forem capazes de sustentar uma correta articulação entre as lutas fundamentais, que se desenrolam fora deles. A participação do PT nas eleições não nos deve levar a confundir a conquista de executivos estaduais e municipais como sendo a conquista do poder. Mas eles devem servir como alavanca na organização e mobilização dos trabalhadores na perspectiva da construção do

poder popular. É uma etapa de aprendizado, de acúmulo de forças, de apoio para o fortalecimento da organização política dos trabalhadores, de mais respaldo para as lutas sociais.

AS ELEIÇÕES E OS OBJETIVOS DE NOSSO PARTIDO

1. Levar o programa do PT aos trabalhadores, usando a campanha eleitoral para dar continuidade às lutas sociais e para aumentar a organização e a consciência política do povo, tarefas estas que servirão para ampliar a consolidação do PT.

2. Constituir-se na expressão partidária que aglutine os trabalhadores numa proposta que represente, na luta contra a ditadura, os interesses e as reivindicações do movimento operário e popular. Além disso, visa fortalecer uma alternativa política diferenciada da oposição liberal burguesa, colocando a questão do poder político do ponto de vista dos trabalhadores.

3. Participar da campanha eleitoral lado a lado com as organizações operárias e populares (sindicatos, UNE, associações de moradores etc.) e, para isso, assumir todas as reivindicações hoje postas pelas massas em luta.

4. Impor uma derrota eleitoral à ditadura e às forças que a apoiam direta ou indiretamente. Denunciar, durante a campanha, as regras eleitorais da ditadura, como, por exemplo, a série de pacotes do governo.

Isso significa que o PT deve, nessas eleições, cumprir a exigência legal de 5% dos votos à Câmara dos Deputados e 3% em nove estados, elegendo parlamentares que expressem os interesses políticos dos trabalhadores. Deve conquistar bancadas parlamentares fortes, destinadas a representar tribuna de denúncia e ser caixa de ressonância das lutas travadas fora do Parlamento. Assumir a administração de Executivos, especialmente no nível municipal, adotando medidas que facilitem a organização dos trabalhadores e mobilizem a comunidade na gestão do poder público, num processo que trará fértil aprendizado sobre a índole burocrática e cerceadora do Estado burguês.

É interesse do PT derrotar o partido governista e denunciar, durante a campanha, o caráter da abertura, as regras eleitorais impostas e a inexistência de poder real nas mãos do Legislativo.

Ao mesmo tempo, o PT aproveitará as eleições para demonstrar que só é efetivamente oposicionista a política que expresse o interesse dos trabalhadores, em torno dos quais devem-se unir todos os setores que lutam para pôr fim à ditadura.

O PT se preocupa também em fazer da campanha eleitoral um período de fortalecimento de sua estrutura orgânica, ampliando as filiações, nucleando e implantando o Partido em áreas extensas do interior. Em levar aos palanques os temas fundamentais propostos, hoje, pelo movimento sindical e popular, ao contrário de correntes e políticos tradicionais, que procuram transformar esses movimentos em currais eleitorais. Em combater a demagogia e o populismo, desfazer ilusões a respeito do Legislativo atual e dos Executivos estaduais cerceados pelo governo federal. Em suma, será interesse do PT romper com as regras tradicionais do jogo eleitoral, em que as diferentes forças se lançam em busca da vitória a qualquer preço.

EIXO DA TÁTICA ELEITORAL DO PT

A tática eleitoral do Partido tem como eixo básico a questão de abrir aos trabalhadores, nesse pleito, a possibilidade de correrem em raia própria, assegurando sua independência através de recursos próprios, candidatos próprios e plataformas próprias. É uma particularização da tática geral do Partido e deve, por isso, estar inteiramente em correspondência com os rumos gerais da tática de acumulação de forças, através do fortalecimento das lutas sociais. As eleições representam, portanto, apenas um episódio, um momento definido de nossa atividade política permanente, em busca do objetivo final, que é construir uma sociedade socialista, sem explorados e exploradores. Nossa participação no processo eleitoral não pode servir, portanto, para desviar o Partido de seus objetivos programáticos.

Desse eixo básico nascem as definições centrais de nosso Partido diante do processo eleitoral que se aproxima. A primeira delas é a opção pelo lançamento de candidatos próprios do Partido em todos os níveis. Nessa linha, o Encontro Nacional de 6 de setembro de 1981 já estabeleceu: “O PT lançará, em 1982, candidatos em todos os níveis, para todos os cargos legislativos e executivos, correndo em faixa própria e preservando a sua independência política”.

Assim, o PT não fará coligação. Não por questão de princípio, mas por uma questão de tática. Fazer ou não coligação depende do momento político, do programa proposto e dos partidos que estejam interessados em realizá-la. O PT se coloca também contra o pacote eleitoral do governo e demais medidas antidemocráticas impostas, rejeitando incorporação ou fusão com qualquer outro partido.

O PT sairá às ruas para vencer, desconfiando de quaisquer pesquisas apressadas e explicando amplamente ao eleitorado que só é voto útil aquele dirigido a candidatos realmente comprometidos com os trabalhadores.

Ponto de importância básica em nossa tática é o estabelecimento de plataformas eleitorais que expressem as ideias gerais do nosso programa político, de transformação da sociedade através de propostas concretas. Tais plataformas, de nível municipal, estadual e nacional, serão extraídas das consultas a partir dos núcleos e aos movimentos populares e sindicais combativos. Tendo princípio no levantamento dos problemas que a população considera prioritários para serem solucionados em sua área a curto, médio e longo prazos. A plataforma nacional será elaborada com base no conjunto de definições estaduais e aprovada no próximo Encontro Nacional do Partido. Ela enfeixará as ideias mais gerais e abrangentes a serem propagandeadas sistematicamente em todas as campanhas do PT nos estados e municípios.

Nossa campanha deve representar, de fato, algo novo na história da participação eleitoral dos trabalhadores brasileiros. Daí a necessidade de cumprir rigorosamente determinadas exigências, que assegurem ampla democracia na escolha de candidatos, nos rumos gerais da campanha e unificação dos recursos.

CONTEÚDO GERAL DA CAMPANHA

Com as eleições deste ano testaremos se nosso Partido é mesmo capaz de cumprir os compromissos assumidos com os trabalhadores brasileiros. E nossa fidelidade a esses compromissos exige que entremos na campanha eleitoral sem os vícios que tanto marcaram e marcam outros partidos em nosso país: o personalismo de autocandidatos, o tráfico de influências, a corrupção financeira, as promessas mentirosas, o clientelismo eleitoral e, sobretudo, o desrespeito às normas e orientações do Partido.

A campanha eleitoral do PT será uma campanha de luta, ou seja, não basta pensar em eleger candidatos. Devemos fazer da campanha um mutirão político no qual o povo adquira maior consciência de sua situação e acredite em sua capacidade de transformar este país. Essa educação política das bases populares deverá ser a tônica de todas as nossas campanhas eleitorais.

Queremos, como trabalhadores, eleger candidatos afinados com as propostas políticas que correspondem à nossa ansiedade de uma vida melhor e justa. Queremos um Partido, com parlamentares ou cargos executivos, que coloque nas mãos dos trabalhadores essas ferramentas para sua luta. Por isso

não admitimos que a plataforma democrática do PT seja usurpada por aqueles que querem atrelar o Partido a seus interesses individuais, tornando-o um mero trampolim para suas pretensões eleitorais. Nem aceitamos que o Partido seja manipulado por aqueles que o consideram meramente tático e que se enganam ao pensar que poderão usar o nosso espaço partidário como balcão de mercadorias, negociando suas candidaturas em proveito de propostas e programas que não são os nossos.

Nosso Partido não cairá no erro de escolher como candidatos aqueles que têm o melhor discurso, mas sim aqueles que têm a melhor prática popular. Nossos candidatos devem brotar das lutas populares, com nomes que encarnam as aspirações das bases sociais nas quais se encontram efetivamente inscritos. Entre nós, não haverá candidaturas biônicas forjadas em gabinetes, impostas de fora para dentro no movimento popular e no Partido, ou de cima para baixo. Ninguém tem o direito de querer acumular forças à custa da estrutura, da representatividade e da operatividade política do Partido.

Não haverá candidatos no Partido, mas sim candidatos do Partido. Nem haverá campanhas desse ou daquele candidato, mas campanhas do Partido.

Para efetivamente levar em conta esses critérios gerais, é preciso partir de algumas orientações concretas.

1. PROCESSO DE ESCOLHA DE CANDIDATOS

Antes das convenções que indicarão oficialmente os candidatos, o Partido deve apoiar todo o processo de seleção em encontros democráticos distritais, municipais e estaduais, garantindo participação ampla dos núcleos nas indicações.

Como regra mais geral, os candidatos a vereador devem ser indicados em assembleias do Partido nos locais de moradia. Para os demais candidatos, devem ser encontradas normas para discutir as indicações também a partir dos núcleos, passando em seguida aos encontros de nível mais amplo.

Não corresponde aos princípios do PT emprestar sua legenda para candidaturas de pessoas não vinculadas orgânica e politicamente ao Partido. O PT veio para ser um Partido, não uma mera frente de oposições.

2. CRITÉRIOS PARA ESCOLHA DE CANDIDATOS

- a) Participação nos movimentos dos trabalhadores, em seus diversos níveis;
- b) Representatividade social: ser expressão das diferentes lutas populares e democráticas;

c) Participação nas atividades concretas de construção do PT, apoio das bases do Partido e claro compromisso com nosso programa e plataforma.

3. EXIGÊNCIAS PARA A COMPOSIÇÃO DA CHAPA

Seja em relação aos cargos majoritários, seja em relação aos proporcionais, nossa chapa deve ser forte, em termos políticos, e composta de companheiros capazes de um trabalho eleitoral fundamentado politicamente, que atuem de maneira unitária em torno do programa e da plataforma do PT e das normas da campanha eleitoral. Uma chapa que obedeça às decisões do Partido, atue dentro da estrutura orgânica e partidária e de maneira coletiva na campanha.

Para que a chapa seja eleitoralmente viável, o PT deverá lançar o maior número de candidatos, se possível todos os que a legislação permite. Para nós, interessa substancialmente propagandear a legenda do PT junto aos nomes dos candidatos indicados em convenção.

Caso mude a legislação eleitoral e seja introduzido o voto majoritário, conhecido como distritão, haverá necessidade de reunir nova convenção, para deliberar sobre o lançamento de um número mais reduzido de candidatos.

Na chapa devem coexistir lideranças políticas locais e nomes de expressão mais ampla, representando todo o arco social que hoje milita no PT ou simpatiza com seu crescimento.

Finalmente, toda composição de chapa deverá levar em conta o interior de cada estado, as diferenças regionais, a diversidade dos bairros e procurar garantir a representatividade de cada área.

4. CAMPANHA ELEITORAL UNIFICADA

De tudo o que já foi afirmado sobre as características do PT, fica clara a necessidade de sustentarmos uma campanha unificada. Ela será feita com base na plataforma e na tática eleitoral definida pelos encontros democráticos, e todo candidato estará submetido a elas.

Para conduzir a campanha eleitoral, será organizado um fundo de finanças do PT e estabelecido um conjunto de compromissos do candidato.

O Partido centralizará a propaganda eleitoral, as finanças e a organização da campanha (comícios, caravanas, cartazes, programas de TV e rádio). Com base na plataforma eleitoral, serão definidas as linhas de propaganda, dos textos, dos cartazes e panfletos da campanha.

As estruturas específicas que o PT venha a organizar para a campanha, e especialmente os comitês eleitorais unificados, devem se apoiar nas secretarias do Partido, que deverão ser fortalecidas, e não abandonadas, no processo eleitoral.

O comitê eleitoral unificado, que será constituído em nível municipal, estadual e nacional, coordenará todo o esforço eleitoral do Partido, assegurando a aplicação das normas aqui definidas. O Partido organizará a campanha eleitoral unificada tendo como objetivo os seguintes itens:

- a) criar condições e oportunidades políticas e materiais iguais para todos os candidatos do PT;
- b) evitar que os núcleos e diretórios sejam corrompidos ou desativados;
- c) nossa campanha eleitoral deve ser ampla o suficiente para incluir todos os simpatizantes do PT no trabalho de propaganda e organização da mesma.

Definidos os candidatos em cada região, área ou município, mediante valorização das lideranças locais, os diretórios e núcleos do PT não poderão ser transformados em comitês individuais de candidatos. Neles haverá trabalho para todos os candidatos do município ou região. Não haverá áreas proibidas ou fechadas, feudos ou cartórios de um só candidato. Para evitar dispêndio de energia entre candidatos em disputa por uma mesma área eleitoral, caberá ao Comitê Eleitoral Unificado dessa área organizar e coordenar a ação dos diferentes candidatos que aí desenvolverão a campanha.

Outro aspecto da campanha unificada é o Fundo Financeiro comum para o PT. De nada serviria ser democrático na escolha dos candidatos e não dar condições iguais para todos na campanha eleitoral. Os candidatos que vêm do movimento popular e sindicatos não teriam recursos materiais para uma campanha que efetivamente viabilizasse sua eleição.

O PT organizará esse Fundo com base nas Secretarias de Finanças, criando instrumentos para arrecadar recursos, contribuições e doações, distribuições de bônus, compra e venda de material de propaganda etc. A administração desse Fundo será de competência do Comitê Eleitoral Unificado correspondente.

Os candidatos eleitos pelo PT deverão exercer os seus mandatos mantendo mecanismos permanentes de consulta e decisão, compostos por representantes dos trabalhadores, e não abandonar o trabalho político ou sindical de base.

5. A DEFINIÇÃO PRÉVIA DE ALGUMAS NORMAS DE RELACIONAMENTO ENTRE OS ELEITOS E O PARTIDO TEM COMO OBJETIVO ASSEGURAR UM DESEMPENHO DE MANDATO QUE ESTEJA DE ACORDO COM A PLATAFORMA, A TÁTICA E OS PRINCÍPIOS DO PT

Tal definição deve incluir:

- a) a atuação política dos chefes de Executivo e parlamentares do PT, os planos de ação e os critérios de aplicação de recursos serão submetidos aos órgãos partidários correspondentes;
- b) a iniciativa de projetos de lei será de organismos partidários ou de parlamentares, submetidos sempre a ampla discussão das bases;
- c) a contratação de assessores se fará ouvindo-se as direções partidárias executivas;
- d) a indicação de lideranças de bancadas parlamentares será feita ouvidos os diretórios das respectivas instâncias partidárias;
- e) em nível federal e estadual, os parlamentares e membros do Executivo eleitos pelo PT contribuirão financeiramente com o Partido com pelo menos 40% de seus proventos. Em nível municipal, a fixação de porcentagem estará a cargo do Diretório Municipal, ficando reservada à Direção Nacional a competência para examinar o critério que vier a ser estabelecido.

Considerando também que o militante do PT, ao ser eleito, está recebendo uma tarefa específica e não um mero cargo, nossos parlamentares assumem o compromisso político de não recorrerem ao dispositivo legal que lhes assegura a possibilidade de recandidatarem-se independentemente do julgamento das bases sobre o seu desempenho. Não há candidatos natos no Partido dos Trabalhadores.

Estas normas devem ser rigorosamente observadas dentro do Partido dos Trabalhadores, de modo que possamos evitar, entre nós, o joio do oportunismo, do vanguardismo, do eleitoralismo, do manobristo político, do aparelhismo, e construir um partido que mereça a total confiança dos trabalhadores. Já aprendemos que só uma maneira inteiramente nova de fazer política será capaz de, efetivamente, conduzir a uma sociedade socialista, na qual os trabalhadores detenham total e absoluto controle.

| 1984 |
3º ENCONTRO NACIONAL
6 A 8 DE ABRIL
PAMPAS PALACE HOTEL, SÃO BERNARDO DO CAMPO/SP

MARCO DE FREITAS



COMÍCIO DIRETAS-JÁ, CANDELÁRIA, RIO DE JANEIRO, 1984.

3º ENCONTRO NACIONAL¹

6 A 8 DE ABRIL DE 1984

PAMPAS PALACE HOTEL, SÃO BERNARDO DO CAMPO/SP

ELEGE O 2º DIRETÓRIO NACIONAL, PRESIDIDO POR LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA.

RESOLUÇÕES APROVADAS:

- | Resolução sobre a Fundação Wilson Pinheiro;
- | Resolução sobre finanças;
- | Teses para a atuação do PT;
- | Regimento Interno do Partido dos Trabalhadores;
- | Nota à Imprensa sobre a Campanha Diretas-Já.

CRITÉRIOS DE PARTICIPAÇÃO:

- 1) delegados eleitos nos encontros regionais, na proporção de 1 por mil filia-
dos ou fração de 500 ou mais;
- 2) delegados oficiais, eleitos nos Encontros ou nas Convenções regionais;
- 3) deputados federais do partido;
- 4) membros efetivos e suplentes da Comissão Executiva Nacional².

TESES APRESENTADAS:

- | A Ruptura popular: o projeto político do PT, encabeçada por Bruno Maranhão;
- | O PT na direção da luta, por Virgílio Guimarães;
- | PT/84: avançar na luta, por José Genoíno;
- | Teses para a atuação do PT, por Lula, aprovada como tese-guia³.

CHAPAS APRESENTADAS:

- 1) Por um PT de massa, encabeçada por Lula, com apoio dos signatários das
“Teses para a atuação do PT”;

1. Fonte: Circular da Secretaria Geral nº. 07/84 e *Boletim Nacional* nºs. 6 e 7.

2. Fonte: Regimento Interno do 3º Encontro Nacional.

3. Tese-guia é a denominação dada ao texto inscrito que obtém o maior número de votos no início dos Encontros do PT. A pauta a ser discutida e votada nos Encontros é aprovada com antecedência e é sobre ela que são elaboradas essas teses. Aprovada a tese-guia, iniciam-se os debates sobre cada ponto da pauta, seguidos pela apresentação, defesa e votação das emendas, que podem, inclusive, alterar o conteúdo original do documento, desde que não afetem seus eixos centrais.

2) O PT se constrói na luta, encabeçada por Virgílio Guimarães, com apoio dos signatários das teses “A ruptura popular: o projeto político do PT”, “O PT na direção da luta” e “PT/84: avançar na luta”.

Resultado da votação: chapa 1: 179 votos; chapa 2: 93 votos; brancos: 6 votos; nulos: 9 votos.

Presentes: 287 delegados.

Estados representados: 24 (AC, AL, AM, BA, CE, DF, ES, GO, MA, MG, MS, MT, PA, PB, PE, PI, PR, RJ, RN, RO, RS, SC, SE e SP) e 1 território federal (AP).

FUNDAÇÃO WILSON PINHEIRO – FWP

INFORME DADO POR PAULO RUBEM [SANTIAGO],
DE PERNAMBUCO

1. O informe se refere à reunião do Conselho Nacional, realizada em 6/4/84.

O novo Diretório Nacional deverá indicar o novo Conselho de Curadores. A nova direção da FWP deveria ter maior representatividade, para ganhar mais espaço.

Que a nova direção se preocupe com a implantação efetiva da FWP, em nível nacional, execute um programa de ação e tenha mais autonomia na sua atuação.

2. Avaliação: a FWP estruturou-se em São Paulo, com sede nacional/regional, e com regionais no Rio de Janeiro, Paraíba e Pernambuco. Ainda falta efetiva implantação em nível nacional. As atividades realizadas – seminários, debates, documentos etc. – concentraram-se em São Paulo. Algumas atividades em Pernambuco. O conjunto do PT ainda não acordou para a necessidade da FWP. Permanecem vícios sobre a forma política e faltam instrumentos próprios de formação para trabalhadores rurais e urbanos, de acordo com suas características culturais.

3. Propostas: realizar reunião, durante o Encontro Nacional, com um representante de cada estado, para ver expectativas de trabalho para 1984. Articular melhor a FWP e a Secretaria de Formação Política. Realizar reunião de representantes dos Diretórios Regionais e grupos de estudos dos estados do Nordeste. Divulgar catálogo das publicações da FWP. Criar sedes regionais e locais onde se encontre o material da FWP.

FINANÇAS

1. INFORME DO TESOUREIRO NACIONAL

(CLÓVIS ILGENFRITZ/RS)

- | Finanças é tarefa política para todos os níveis do Partido;
- | A Tesouraria preparou documento sobre suas atividades: 34 circulares, balanço financeiro do PT Nacional em 1983 e orçamento para 1984 (Cr\$ 151 milhões), informe sobre a situação das contribuições dos Diretórios Regionais, dos membros do Diretório Nacional e dos parlamentares;
- | Na Convenção oficial (em Brasília) será apresentado o relatório completo.

2. APROVAÇÃO DE MODELOS DE FORMULÁRIOS

O Encontro Nacional confirmou todos os formulários já aprovados pelo Diretório Nacional:

- a) 5ª via da ficha de filiação;
- b) carnê anual de contribuição;
- c) carteira de filiado-contribuinte;
- d) fichas de controle financeiro para Núcleos, Diretórios Municipais e Regionais.

A utilização do carnê aprovado deve levar em consideração carnês porventura existentes em nível local e regional e as experiências de recolhimento das contribuições em agências bancárias.

3. PROPOSTAS APROVADAS

- a) que os membros eleitos para o novo Diretório, cujo mandato inicia-se nesta Pré-Convenção, assumam o compromisso de lutar efetivamente pela organização e cumprimento das tarefas de arrecadação financeira do Partido;
- b) que o Plano Nacional de Finanças, em vigor até agora, seja ratificado e posto efetivamente em prática em todas as instâncias do Partido e em todos os locais onde ele se organize;
- c) que o Regimento Interno do Partido considere, no seu capítulo VIII (sobre finanças), a proposta de manter os percentuais do Plano Nacional de Finanças ora em vigor;

- d) que os formulários Carnê de Controle de Contribuição Partidária, Fichas de Controle dos Núcleos, Diretórios Municipais ou Zonais e Diretórios Regionais, assim como Carteira de Identificação Partidária e Ficha de Filiação (4ª e 5ª vias), cujos impressos-padrão estão sendo, hoje, entregues aos Diretórios Estaduais, sejam efetiva e imediatamente adotados em todo o território nacional e por todas as instâncias do Partido;
- e) acrescentar no Plano Nacional de Arrecadação de Finanças:

Artigo 16: A partir da data de aprovação do presente Plano, fica instituído que o documento básico de identificação e habilitação de cada filiado perante as instâncias e organismos do Partido é a *Carteira de Identificação do Filiado*, munida do respectivo comprovante de quitação mensal para com a Tesouraria do Núcleo ou respectivo organismo a que pertença o filiado.

Artigo 17: Os casos omissos, assim como as regulamentações ao uso do presente Plano, serão resolvidos pelo Diretório Nacional;

- f) que sejam criadas comissões de finanças em todas as instâncias do Partido;
- g) que seja feita pela Direção Nacional, para o conjunto do Partido, uma campanha nacional de conscientização política, no que se refere à contribuição financeira;
- h) que os Diretórios organizem campanhas de simpatizantes, assim como instituem o cobrador, para melhorar a arrecadação financeira;
- i) que a contribuição mínima continue sendo o valor de referência de um cafezinho, e que sejam repassadas as contribuições aos seus órgãos;
- j) que as contribuições de 10% sobre as arrecadações extras sejam efetivamente repassadas aos organismos superiores, conforme o Regimento Interno, inclusive o Diretório Nacional;
- k) que seja determinado aos Diretórios Municipais e Distritais um levantamento de quantos filiados efetivamente contribuem, pelo menos, com a taxa mínima. Que esse informe seja repassado aos Diretórios Regionais e, por estes, ao Nacional;
- l) que cada Diretório Regional informe ao Nacional sobre a contribuição dos parlamentares em nível estadual;
- m) que seja feito um levantamento da dívida de cada Diretório Regional, dos parlamentares federais e dos membros do Diretório Nacional junto ao Nacional;
- n) que sejam repassadas para o conjunto do Partido as informações sobre os itens l, m, n, através de circular;

- o) que seja feita publicação mensal, na sede dos respectivos diretórios, da relação dos membros do Diretório, dos parlamentares e dos núcleos que estão ou não quites com a Tesouraria;
- p) que seja formada uma comissão para trabalhar, junto à FWP, na articulação com artistas simpatizantes, filiados ou militantes do PT, no sentido da definição da participação destes artistas em campanhas financeiras, ficando a cargo da Comissão de Artistas o detalhamento de formas e locais de atividades. Que esta Comissão mantenha relações permanentes com os Diretórios Regionais. Sugestão para a Comissão: um membro da Executiva Regional, um deputado federal, um membro da FWP e mais três membros;
- q) que um percentual da arrecadação nacional seja destinado, obrigatoriamente, para ajudar estados em dificuldades financeiras, desde que o estado esteja cumprindo as exigências regimentais e, a critério da Executiva Nacional, esteja desenvolvendo um efetivo esforço na área de finanças;
- r) que na data da Convenção oficial seja realizado um Encontro Nacional de Tesoureiros, para o detalhamento do Plano aqui aprovado;
- s) que cada Diretório Regional apresente à Tesouraria Nacional relatório sobre o custo da vinda dos delegados ao Encontro Nacional.

TESES PARA A ATUAÇÃO DO PT¹

Estas teses representam uma tomada de posição sobre a situação atual do Partido dos Trabalhadores e do momento político brasileiro. Representam, também, um compromisso político dos que, como nós, as subscrevemos, e de quantos companheiros e companheiras concordem em juntar-se a nós, no seu endosso e na sua implementação.

INTRODUÇÃO E DIAGNÓSTICO

A situação política atual do país exige do PT uma resposta partidária que se materialize, imediatamente, num programa de ação e numa direção política capaz de contribuir para a organização e para a luta dos trabalhadores.

Depois de ter enfrentado uma série de dificuldades diante dos resultados das eleições de 1982, entre as quais o desânimo dos militantes, que esperavam mais de nosso desempenho nas urnas, o PT começa agora a transformar-se num importante polo de referência política da população brasileira, especialmente dos trabalhadores.

Isso é decorrência do firme posicionamento assumido por nosso partido nos vários momentos de luta contra a política econômica do governo e contra as tentativas de encaminhamento da sucessão presidencial em termos de continuidade do atual Regime Militar, que, ao completar os seus 20 anos, já não é mais tolerado pela grande maioria da população.

Nós não somos a única força oposicionista do país, mas assumimos um papel decisivo na conquista das eleições livres e diretas. Assim, nos constituímos num dos principais fatores impulsionadores do movimento de massas que luta contra o ilegítimo Colégio Eleitoral, vinculando o desejo da maioria da população de eleger diretamente seus governantes ao combate contra o Regime Militar.

Com isso, recuperamos a nossa imagem enquanto partido que articula a participação política dos dominados, não apenas saindo do relativo isolamento em que nossos adversários tentaram nos confinar, durante e após as

1. O Diretório Nacional, reunido em São Paulo nos dias 5 e 6 de maio de 1984, discutiu e aprovou o texto final.

eleições de 1982, como consolidando ainda mais a nossa presença partidária e a de nossos principais dirigentes.

No entanto, importa reconhecer, também, que ainda nos deparamos com uma série de dificuldades para nos consolidarmos como partido dos trabalhadores em âmbito nacional. Entre tais dificuldades, enumeramos, ainda que a título inicial e precário, as seguintes:

1. Nem sempre temos sabido traduzir o objetivo de organizar politicamente os trabalhadores em propostas concretas, isto é, num projeto alternativo para a sociedade, capaz de, aproveitando-se do imenso potencial existente no movimento de massas para o nosso crescimento, ser assimilado pelo conjunto dos trabalhadores da cidade e do campo. O PT está quase sempre presente nos movimentos sociais, por meio de seus militantes e de suas ideias, mas, frequentemente, não tem sido possível combinar essa presença com a implementação de propostas que impulsionem ainda mais as lutas populares e aprofundem os objetivos políticos dos trabalhadores e do Partido;

2. Também é inegável que, ultimamente, a imagem do PT cresceu enormemente. No entanto, raramente conseguimos transformar esse imenso potencial de apoio em força orgânica, que se traduza em crescimento, em número e qualidade, de filiados, núcleos e Diretórios. Dentro do PT ainda vigora um grande fosso a separar os militantes, os filiados e os simpatizantes, como se tivéssemos, entre nós, petistas de 1ª, 2ª e 3ª categorias. Isso corresponde a uma grave distorção de nossa proposta como partido de massas. E decorre diretamente do fato de que, muitas vezes, ao invés de nos apresentarmos com as portas abertas a todos quantos queiram organizar-se politicamente num projeto autônomo, só conseguimos passar a imagem de um partido fechado em si mesmo, onde vigoram discussões estéreis, excessivamente ideologizadas, acessíveis apenas a intelectuais tradicionais ou membros de organizações de esquerda;

3. As dificuldades aumentam quando nos confinamos numa prática internista, que se apoia numa estrutura de organização que é, em grande parte, resultado da adaptação de antigas tradições da esquerda à legislação ditatorial sobre partidos políticos. Isso conduz numerosos núcleos e Diretórios a se transformarem em meros locais de reuniões, muitas vezes inúteis, que jamais propiciam a oportunidade de um encontro entre trabalhadores com diferentes experiências de vida e de cultura. Assim, no lugar de serem instâncias nas quais o Partido discuta sua atuação nos movimentos sociais e nas lutas dos trabalhadores, os núcleos e Diretórios terminaram por se transformar em instâncias burocráticas e fechadas, que em nada contribuem para o avanço do PT;

4. Até o momento, não temos uma política nacional de crescimento e construção partidária que vá além das tarefas de legalização, por mais indispensáveis que estas sejam. Pela quase completa falta de recursos materiais, e pelas dificuldades de mobilização de recursos humanos, não temos estabelecido prioridades nacionais que permitam pôr em prática a regionalização do Partido. Não podemos ter a crença ingênua de que é possível falar uma mesma e só linguagem em São Paulo, no ABC e no norte do país. Muito embora nossos objetivos sejam nacionais, não podemos querer que se tornem homogêneas e inteiramente iguais experiências dos trabalhadores que são diferentes nos quatro cantos do país. A realidade não é homogênea e igual, e temos de aprender a vê-la e a entendê-la;

5. Na maioria dos estados, é débil a nossa presença organizada nos movimentos sociais. Em algumas regiões, quer pelas características de seu desenvolvimento econômico e social, quer pelo peso conservador da sociedade, praticamente não existe movimento sindical ou qualquer outro movimento popular. No entanto, a miséria e o sofrimento são enormes, como o atesta, muitas vezes, a vida de nossos próprios militantes. Daí que, em algumas regiões ou cidades, a presença do PT seja apenas mera referência nominal. Em outros casos, onde o movimento popular e sindical é dinâmico e o PT tem base social, mas não tem políticas claras, ou tem uma prática equivocada ou não adaptada à realidade, o PT adquire uma imagem que afugenta potenciais filiados e até mesmo faz perder militantes ativos, dificultando o crescimento partidário.

TESES ORGANIZATIVAS

1. CONSOLIDAR O PT COMO PARTIDO DE MASSAS

Já temos quatro anos de existência como partido político. Ainda é uma pequena história, mas já podemos olhar para trás, aprender de nossa própria experiência, dos nossos acertos e dos nossos erros. Agora, temos de saber responder: quais as causas de nossas deficiências?

De um lado, enfrentamos dificuldades para nos ligar estreitamente ao movimento popular. É ponto de honra do PT afirmar que não há organização partidária sem trabalho de base, mas muitos petistas têm, em sua prática, vícios que condenamos em outros partidos: querer resolver tudo por cima, buscar, sem representatividade real, posições no Partido, fazer discussões in-

termináveis e fechadas etc. Referimo- nos, também, aos que usam o PT como espaço político para passar suas próprias posições sem se submeterem às instâncias partidárias, considerando o PT uma frente política.

2. FORMAR NÚCLEOS DE BASE EM CADA RECANTO DO PAÍS

O núcleo de base do PT deve ser entendido como a base fundamental do Partido. Sem ele, o PT poderá sobreviver como partido legal, mas não se consolidará como o partido de massas que queremos. Sem ele, o PT pouco difere dos partidos tradicionais. Por isso, devemos fortalecer sempre os núcleos – por local de moradia, por categoria profissional, por local de trabalho e de estudo, por movimentos sociais –, atribuindo a eles poder deliberativo na estrutura partidária, considerando que é no núcleo que se exerce, em primeira instância, a democracia interna do PT.

Mas isso não basta. Temos de criar núcleos que se liguem às lutas do bairro, do local de trabalho, da categoria profissional. É nas ligações com as lutas concretas que estão as motivações, o dinamismo, a própria razão de ser dos núcleos de base do PT. O que dá vitalidade aos núcleos de base de Diretórios é a sua capacidade de mobilizar os trabalhadores nas reivindicações locais, por creche, saneamento, escola, transporte, saúde, bem como nas demais campanhas – sejam eleitorais ou de solidariedade aos movimentos grevistas – que contribuem para a preparação das lutas gerais indicadas em plataformas nacionais. O que sustenta o núcleo por local de trabalho e o núcleo por categoria profissional é a sua capacidade de mobilizar os militantes na organização dos trabalhadores em seu local de trabalho, no apoio às lutas sindicais, na discussão da política salarial, na criação de novas lideranças. Os núcleos de base do PT só serão organismos vivos, enfim, se, além de se ocuparem do debate dos documentos políticos e da construção partidária, forem capazes de aprender, elaborar e aplicar linhas políticas realistas e adequadas para os movimentos sociais. É a realidade cotidiana do trabalhador que deve servir de matéria-prima para as reuniões dos núcleos. O filiado, como qualquer pessoa, não se sente à vontade num núcleo onde se quer “fazer a sua cabeça” a qualquer custo, em claro desrespeito às suas dificuldades, conflitos e aspirações.

Uma política de organização partidária exige uma infraestrutura mínima. O núcleo deve ser um local conhecido dos filiados e da comunidade, onde possa centralizar as suas atividades e realizar as suas reuniões. E o Diretório do Partido deve ter sua sede, seu telefone, seus meios de divulgação

interna e externa, seu calendário de atividades. Tanto no núcleo quanto no Diretório, militantes, filiados e simpatizantes devem encontrar o espaço necessário para que possam discutir os seus problemas, trocar experiências, aprender um pouco mais sobre o país e sobre os trabalhadores. Deve ser um local em que possam ter acesso aos documentos que tratam da construção partidária e aos debates internos do Partido. Deve ser, ainda, um local em que possam receber informações e contar com material de formação política e ideológica do Partido. Sem essa infraestrutura e sem essa organização, os núcleos e Diretórios se tornam entidades fantasmas, que só existem na hora de cumprir exigências legais, ou quando funcionam como aparelhos para eleições de delegados nas disputas internas do Partido.

3. FORMAR OS MILITANTES PARA AS LUTAS DE MASSAS

O PT tem uma grande responsabilidade histórica: a de não cair nos erros e nos vícios da política tradicional. A experiência já acumulada mostra que não basta ter eleitores ou filiados. É preciso, além disso, que os petistas se transformem em militantes politicamente bem informados.

Por formação política entendemos a reflexão sobre as nossas próprias experiências assim como sobre as experiências acumuladas ao longo da história dos trabalhadores em geral. É desse modo que a formação política dos militantes servirá ao crescimento do Partido. Quanto mais cada militante atuar nos movimentos populares e sindical, levando aos movimentos as propostas partidárias e trazendo ao Partido as lições de suas experiências, tanto mais o PT crescerá.

No PT, temos de evitar tanto o erro do ativismo quanto o do teoricismo, que – por se constituírem em excessos, abusos e desvios da atividade prática ou da atividade teórica – são igualmente incorretos. A atividade política só amadurece quando os que a praticam fazem também o seu esforço de reflexão, análise e previsão de seus desdobramentos históricos. Esforço de reflexão e de análise que não se confunde com o teoricismo de alguns, para os quais o discurso, na aparência avançado, serve apenas para encobrir a impotência na prática.

É hora de implantarmos no PT um programa de formação política que capacite cada filiado a desempenhar seu compromisso de luta ao lado dos trabalhadores. Em cada núcleo e em cada Diretório devemos estabelecer programas de debates, seminários e cursos, que tratem das experiências

e da realidade de seus filiados e da região em que vivem, do trabalho que executam ou dos movimentos sociais de que participam.

4. ORGANIZAR A ATUAÇÃO PARLAMENTAR DO PT

O PT não deve substituir a organização dos trabalhadores e as lutas populares pela atuação parlamentar, nem alimentar ilusões sobre as possibilidades do Parlamento. No Brasil, apesar do espaço que, ultimamente, a atividade parlamentar ganhou nos meios de comunicação, o Legislativo tem poderes extremamente limitados, quando comparado com o Executivo forte e autoritário imposto pelo Regime Militar.

Não obstante, a importância do Parlamento e da atividade parlamentar não deve ser subestimada.

O Parlamento (nas suas diversas casas legislativas) deve ser utilizado pelo PT como espaço político para combater projetos e medidas antipopulares, originados do Executivo, do próprio Parlamento ou de grupos de pressão do poder econômico e político dominante; para fiscalizar o uso de recursos públicos e o andamento da administração pública; para denunciar todas as medidas contrárias aos interesses da classe trabalhadora; para apresentar e fazer aprovar medidas legislativas em benefício dos trabalhadores; para divulgar as propostas, as diretrizes, o programa e as ideias do PT. Nessa linha, o PT deve, ao mesmo tempo, esclarecer os trabalhadores sobre as limitações do Parlamento, bem como lutar continuamente para que o Parlamento recupere suas prerrogativas políticas e sua independência diante do Executivo.

Em relação aos seus próprios parlamentares, o PT deve estabelecer critérios que norteiem a sua atuação no Parlamento e as suas relações com o próprio Partido. Ainda existem concepções que subestimam a atuação parlamentar ou que temem sua excessiva influência nas decisões partidárias. E há os que julgam ser generalizada, no PT, uma postura antiparlamentar. As duas concepções estão equivocadas e precisam ser combatidas.

O parlamentar petista não deve ter privilégios, dentro do Partido, por ser um parlamentar, mas também não deve – pela mesma razão – ser discriminado, combatido, penalizado ou visto como corpo estranho ao Partido. O parlamentar petista é um filiado do PT como qualquer outro e, como tal, tem os mesmos direitos e deveres. O fato de ele exercer uma função pública, como parlamentar, somente aumenta a sua responsabilidade e, ao mesmo tempo, tor-

na mais premente a necessidade de o próprio Partido organizar-se de maneira a subsidiar e apoiar a atividade legislativa e política de seus parlamentares. Além disso, os parlamentares petistas devem aproveitar sua representatividade, como parlamentares, para atuar concretamente nos movimentos populares e sindicais e nas lutas específicas e gerais dos trabalhadores, propagando as bandeiras do PT, superando assim as limitações reais do Parlamento.

A atuação dos parlamentares petistas no Parlamento, no Partido ou nos movimentos sociais deve, portanto, estar subordinada às diretrizes gerais do PT, contidas nos documentos básicos do Partido: Manifesto, Programa e Estatuto, e nas resoluções e plataformas aprovadas nos Encontros e nas convenções ou nos organismos partidários. Entre esses documentos, são da maior importância o contido na Plataforma e nas Cartas Eleitorais, que estabelecem obrigações específicas dos parlamentares em relação ao Partido, desde as que se referem à contribuição financeira até as que dizem respeito à participação na construção partidária e à própria fidelidade à linha do PT.

As bancadas parlamentares – que são órgãos partidários – devem estabelecer, em conjunto com os demais órgãos do PT, planos de ação e de organização das atividades de seus membros, de maneira a conjugar as três funções básicas de um parlamentar petista: a sua intervenção política, no Parlamento, em favor dos trabalhadores; a sua atuação permanente em benefício dos movimentos populares dos quais ele é representante; e as suas tarefas imprescindíveis na construção e no fortalecimento do PT.

5. ACABAR COM O AMADORISMO NA QUESTÃO DAS FINANÇAS DO PT

Nenhum partido vive sem dinheiro. Uma das causas das nossas atuais dificuldades está na constante falta de recursos financeiros. A questão financeira do Partido revela o nível de militância política e ideológica de nossos filiados. Até mesmo companheiros de direção, nos diversos níveis, têm mostrado pequeno senso de responsabilidade nesse assunto.

O problema de falta de recursos no PT é generalizado. A verdade é que a grande maioria dos filiados e dos militantes não paga regularmente a sua contribuição ao seu núcleo de base, ao seu Diretório Distrital, Zonal ou Municipal. Muitos desses núcleos e Diretórios não contribuem para os Diretórios Regionais. E a grande maioria dos Diretórios Regionais não faz chegar a sua contribuição ao Diretório Nacional.

Os poucos recursos que o PT tem conseguido resultam de contribuições pessoais de alguns filiados ou simpatizantes, ou de iniciativas isoladas de alguns organismos partidários. No plano nacional, a maior parte desses recursos vem da contribuição de parlamentares petistas.

Nosso amadorismo nessa questão precisa acabar. E não deve recair exclusivamente sobre nossos tesoureiros a responsabilidade pelas finanças do Partido. Cada filiado tem a responsabilidade de contribuir com dinheiro para o Partido, consciente de que isso representa uma contribuição política fundamental para a própria existência do Partido.

Contudo, a política financeira não pode depender exclusivamente do grau de consciência dos filiados. O Partido precisa ter um plano de arrecadação, que cabe aos dirigentes de todos os níveis levar à prática. E é preciso consolidar a aplicação dessa política. Cada Diretório deve profissionalizar um cobrador, que recolha, até mesmo a domicílio, a contribuição financeira de cada filiado ou simpatizante. Além dessa contribuição individual, os núcleos e os Diretórios devem realizar permanentes atividades destinadas a obter fundos, tanto para cobrir suas próprias necessidades quanto para o pagamento da quota correspondente aos organismos superiores do Partido. É inútil, além de ser falso, fazer um discurso socialista quando nem sequer se contribui com a quota democraticamente aprovada nos encontros partidários.

6. INTENSIFICAR A LUTA POPULAR, SEM ATRELAR OS MOVIMENTOS AO PARTIDO

Partido e movimentos popular e sindical não se confundem. Dentro da especificidade de cada um, eles se complementam. Cabe ao movimento popular organizar e mobilizar o povo de uma área, de uma região ou de um segmento social. À parte as preferências partidárias, nele ingressam todos os que se sentem solidários numa mesma causa, como a luta pela terra, por centros de saúde ou por mudanças políticas, mas o movimento popular – embora forte para arrancar do Estado algumas reivindicações – é insuficiente para, sozinho, mudar a natureza e o caráter do próprio Estado.

Cabe ao movimento sindical lutar pela defesa da classe trabalhadora, por melhores salários e melhores condições de vida e trabalho, lutar contra a estrutura sindical atrelada ao Estado, engajando-se também nas lutas gerais, como as lutas por eleições livres e diretas, mobilizações políticas contra

o arrocho e contra o Regime Militar. Mas também sabemos que, no atual momento, somente uma parcela combativa, mas ainda minoritária, do movimento sindical é que procura cumprir essa tarefa.

Portanto, somente quando os trabalhadores estiverem organizados politicamente em torno de seu partido e de uma nova proposta de poder e do exercício democrático do governo é que será possível mudar a natureza e o caráter do Estado e, com ele, a própria sociedade. Estado e sociedade só se transformam pela ação política. Eis aí a tarefa fundamental do PT enquanto representante dos interesses dos trabalhadores: transformar, por completo, a sociedade brasileira.

Entretanto, os movimentos popular e sindical não podem, jamais, estar subordinados ao Partido. O PT deve lutar para assegurar a autonomia e independência desses movimentos diante do Estado, dos demais partidos e do próprio PT. Isso, no entanto, não significa que renunciemos ao nosso direito e ao nosso dever de, como partido, formular propostas para os movimentos sociais.

Assim, é da maior importância que o PT oriente seus militantes para definirem suas propostas de atuação nesses movimentos, mas também é importante saber que, ao apresentarem suas propostas, já o fazem na qualidade de membros dos movimentos de que participam. É justo que os petistas busquem a unidade de ação como militantes do Partido, mas mantendo sempre o respeito à autonomia dos movimentos e às suas próprias instâncias deliberativas.

É preciso, ainda, que o PT comece a organizar os seus filiados que são estudantes, secundaristas e universitários. Com isso, o PT terá condições de definir a atuação de seus militantes no movimento estudantil sob uma nova perspectiva, com práticas mais próximas dos problemas que os estudantes vivem no seu dia a dia, como a questão da democratização da educação em todos os seus níveis, e conferindo caráter de massas às entidades estudantis, hoje distanciadas de suas bases. Para tanto, será necessário organizar comissões e encontros estudantis em todos os níveis, a fim de unificar a política petista para o movimento estudantil. Será, também, uma forma de evitar a nociva prática de utilização do nome e do endosso do PT às vésperas dos congressos de entidades estudantis sem qualquer discussão e preparação mais permanente, coletiva e aprofundada.

TESES POLÍTICAS

1. QUESTÃO INTERNACIONAL

Como partido político que aspira ao socialismo, o PT deve defender uma política internacional em favor dos interesses dos povos que lutam por sua libertação. Devemos recusar todas as formas de submissão do país à dominação imperialista, como as que impõem restrições nas relações internacionais. Uma política externa independente implica, hoje, a ampliação das relações comerciais e diplomáticas com os países socialistas e do Terceiro Mundo. A luta do povo brasileiro é inseparável das lutas dos outros povos latino-americanos, pela semelhança das condições econômicas, históricas e culturais. Daí nossa prioridade para o fortalecimento de laços com os movimentos de libertação latino-americanos, que têm, hoje, como pontos principais a Nicarágua, El Salvador e Cuba.

Por outro lado, cabe ressaltar, neste momento, ao lado das lutas dos povos latino-americanos contra o imperialismo, a luta dos trabalhadores da Polônia, que resistem em torno do Movimento Solidariedade. A busca de um novo caminho para a efetiva emancipação dos trabalhadores, sem privilégios e opressões de castas burocráticas, deve nos levar ao mais amplo intercâmbio de ideias e experiências compartilhados dos trabalhadores de todo o mundo.

2. LUTAR CONTRA A POLÍTICA ECONÔMICA E PELO FIM DO REGIME MILITAR

Nas condições de crise em que o Brasil vive, hoje, a luta econômica dos trabalhadores é cada vez mais uma luta de caráter político. Do ponto de vista dos trabalhadores, as saídas possíveis para a situação econômica atual passam, necessariamente, pelo fim do regime atual e pela conquista da democracia, que garanta aos trabalhadores, em todos os níveis, a direção das decisões políticas e econômicas do país.

A crise não afeta indistintamente todos os setores da sociedade e vem sendo gerenciada para favorecer as classes dominantes, ou seja, o grande capital nacional e multinacional e o sistema financeiro. O capitalismo joga o peso da crise sobre os trabalhadores e o povo, e só morrerá se for combatido pela luta política dos trabalhadores no rumo de uma sociedade sem explorados e sem exploradores.

Nas condições brasileiras, a crise vem tendo pesadas consequências sobre os trabalhadores, mas ela também afeta, embora de maneira diferenciada, as classes médias, os pequenos proprietários e mesmo parcela da burguesia industrial, comercial e agrária. A administração que o grande capital vem dando à crise, através da atual política econômica, tem levado à falência muitas empresas, à elevação da capacidade ociosa das indústrias, à queda da produção, à inflação descontrolada, à alta desenfreada da taxa de juros, ao desemprego e ao arrocho dos salários.

Como medida urgente e indispensável para fazer frente a esses problemas, defendemos o rompimento imediato dos acordos com o Fundo Monetário Internacional (FMI). É também indispensável e urgente a imediata suspensão do pagamento da dívida externa, acompanhada por investigação profunda e análise responsável, caso a caso, com garantia da divulgação dos resultados aos trabalhadores e ao conjunto da população, para que, então, se possa decidir, soberanamente, sobre uma dívida que o povo não contraiu, e se possa chegar, assim, à punição judicial dos responsáveis pelas falcatruas, pela corrupção e pelo descalabro econômico a que o país está reduzido.

Tal quadro e tais propostas impõem a necessidade de fortalecer a capacidade de atuação política dos trabalhadores. Ao lado da organização partidária, é preciso ajudar o fortalecimento do movimento sindical e popular. Daí a necessidade de o PT usar todos os meios que contribuam para a consolidação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), como expressão dos setores mais combativos e dinâmicos do movimento sindical; ao PT cabe contribuir para que a CUT se consolide e amplie suas bases o mais rapidamente possível, tomando iniciativas com vistas à realização da mais ampla unidade do movimento concreto dos trabalhadores. Aí estão, nas lutas sindicais de julho de 1983, os sinais de que o movimento dos trabalhadores se prepara para lutas de caráter cada vez mais amplo, que podem vir a desembocar na greve geral. É, pois, no rumo do reforço das organizações dos trabalhadores que devemos, nós do PT, lutar para enfrentar a crise.

3. CAMPO: A NECESSIDADE DA REFORMA AGRÁRIA

O PT defende as grandes bandeiras nacionais dos trabalhadores brasileiros. A principal reivindicação dos trabalhadores do campo é a posse e o uso da terra. O acesso à terra aos que querem trabalhar nela traduz a aspiração concreta de milhões de trabalhadores, como os congressos de trabalhadores

rurais têm reafirmado repetidamente. Nessa perspectiva, o PT apoia a ampliação e o aprofundamento das lutas por uma reforma agrária sob controle dos trabalhadores.

Para nós, reforma agrária significa transformações profundas nas relações de propriedade e de trabalho no campo. Todavia, entendemos também que não basta a divisão da terra. São indispensáveis medidas complementares, como o fornecimento de créditos, tecnologia, transporte, silagem, levando-se em conta as diferentes categorias de trabalhadores rurais brasileiros, como pequenos proprietários, parceiros, posseiros e empregados.

Embora a reforma agrária seja [uma] medida de alcance econômico, ela não pode ser vista apenas dessa maneira: é, também, uma perspectiva de mobilização, conscientização e organização dos trabalhadores. Não pode ser vista, ademais, como luta a ser travada unicamente pelos trabalhadores rurais: o PT deve difundir, também nas áreas urbanas, a necessidade de uma reforma do solo, aprofundando o debate, conscientizando o operariado e assegurando integração e unidade entre trabalhadores da cidade e do campo.

4. PELAS ELEIÇÕES LIVRES E DIRETAS EM TODOS OS NÍVEIS

Não estamos na luta por eleições diretas para a Presidência da República por razões meramente táticas. Queremos eleições livres e diretas em todos os níveis por entendermos que só ao povo cabe escolher aqueles que devem governá-lo. Não cremos que eleições livres e diretas sejam atributos exclusivos do regime liberal burguês. A luta por eleições livres e diretas significa, para nós, apenas o começo do futuro democrático e socialista que desejamos para o Brasil.

Nessas condições, a reivindicação de eleições diretas para a Presidência da República não é bandeira exclusiva do PT. As eleições diretas também não têm, por si só, o condão de resolver todos os problemas que afetam os trabalhadores e o país. Mas a conquista das eleições diretas para a Presidência constitui passo importante na derrubada do Regime Militar. É por isso que exigimos eleições livres e diretas, isto é, sem casuísmos, sem proibição de ligações, sem leis de inelegibilidades, com ampla liberdade de organização e propaganda, direito de voto extensivo a analfabetos e soldados, liberdade de organização partidária para todas as tendências políticas e ideológicas.

Isso também significa que, para nós, a luta por eleições livres e diretas não tem prazo para acabar, como ocorre com outros partidos de oposição.

Significa também que essa campanha traz em seu bojo a luta contra a política salarial, contra o desemprego, contra a estrutura sindical atrelada ao Estado, contra o acordo com o FMI. Para nós, a luta por eleições diretas é uma luta pelo direito de o povo exercer o controle do governo.

Portanto, a luta pelas diretas deve ser conduzida na perspectiva de frustrar as tentativas de conciliação, o que inclui um firme posicionamento contra o Colégio Eleitoral, que consideramos espúrio e ilegítimo. O PT deve conclamar todos os partidos de oposição a boicotarem o Colégio Eleitoral e a não participarem de qualquer processo de eleições indiretas. Rejeitada no Congresso Nacional a Emenda Dante de Oliveira, o PT deve articular suas táticas, intensificando o debate sobre a Assembleia Constituinte.

Com essa perspectiva, nossa proposta é de que as eleições livres e diretas sejam realizadas em dois turnos, de modo a garantir a todos o direito de competir pela preferência popular, e também de assegurar que o próximo presidente da República seja eleito pela maioria absoluta do eleitorado. Graças a este processo, todos os partidos poderão lançar seus candidatos no primeiro turno e, no segundo, a disputa ficará limitada aos dois primeiros colocados.

Por outro lado, consideramos precipitado, neste momento, o lançamento de candidaturas pelo PT. Nosso objetivo é a conquista de eleições livres e diretas. No entanto, atingida essa meta e definido quando e sob que regras as eleições serão realizadas, o PT deverá, então, realizar uma Convenção Nacional Extraordinária para deliberar sobre plataforma eleitoral e candidatura própria.

5.A QUESTÃO DA GREVE GERAL E O APOIO DE OUTROS SETORES

Ao lutar por eleições livres e diretas, como passo para o fim do Regime Militar, o PT participa de campanhas em conjunto com outros partidos e movimentos populares. Sem nos diluirmos, nem perdermos nossa independência, trabalhamos dentro de um programa mínimo comum, levamos nossas propostas partidárias às bases dessas forças e ao conjunto da população. É assim que estabelecemos critérios para nortear nossa busca de apoio e de alianças, e não por meio de acordos de gabinetes em torno de programas abstratos ou de governos ditos de transição, que substituiriam o Regime Militar. É desse modo, também, que nos comportamos diante dos partidos da oposição burguesa: levamos em conta as suas contradições internas, tentando desmascarar e isolar os setores reacionários e conciliadores, ao mesmo tempo

que buscamos atrair para lutas comuns as bases que atuam no movimento popular, ao lado das quais queremos apressar o fim do Regime Militar.

Para nós, portanto, o grande desafio é romper os limites que parte das oposições tenta impor à campanha. Daí que a luta por diretas, para transpor as bandeiras do campo puramente institucional, deve combinar-se e desdobrar-se num plano que preveja grandes jornadas de lutas de massas contra o Regime, tais como a proposta apresentada pela CUT, para discussão nos Comitês Pró-Diretas, de uma greve geral. Nessas jornadas, tem importância fundamental o movimento popular e sindical, suas reivindicações e suas formas de luta, como passeatas, boicotes, ocupações e, sobretudo, as greves. Nesse plano, a CUT e sua proposta de greve geral podem ter papel decisivo, desde que saibamos avaliar os acertos e erros das lutas de 21 de julho e 25 de outubro de 1983. Neste momento, levar os trabalhadores à greve geral significa prepará-la de forma sistemática, política e organizativamente, o que exige, além de iniciativa da CUT, o aprofundamento do trabalho de base, a busca de apoios e alianças na área sindical e articulações com o movimento popular e os partidos políticos empenhados na campanha de massa por eleições diretas.

Do ponto de vista do PT, para que essa articulação externa seja bem-sucedida é preciso que, no interior do Partido, os militantes dos movimentos sindical e popular estabeleçam claramente os objetivos da greve, suas formas de organização e o arco de apoio necessário para concretizá-la.

\6. PODER E GOVERNO: A PROPOSTA DO PT

Na atual conjuntura, o PT luta pelo fim do Regime Militar no Brasil. Por isso quer eleições livres e diretas e luta pela chegada dos trabalhadores aos governos municipais, estaduais e nacional. No entanto, a conquista desses governos – que é necessária – não significa, por si só, a tomada do poder pelos trabalhadores.

O PT não seria um partido político se não almejasse o poder. Também não seria um partido político se limitasse suas atividades apenas ao plano da denúncia, da crítica e da reivindicação, recusando-se a pensar na sua possibilidade de ser governo e, ainda mais, em conquistar o poder. Chegar ao poder significará, para os trabalhadores, ter acesso a condições e meios para ajudar as transformações econômicas, sociais e políticas desejadas pelos trabalhadores e pela maioria da população.

Para transformar a sociedade, não basta tomar o poder do Estado. Para nós, o poder não apenas se toma, mas também se constrói. O PT confia na possibilidade de construir o poder a partir das bases da sociedade, dos movimentos populares, dos sindicatos e de outras formas de organização dos explorados – como, por exemplo, a criação de conselhos populares – e desenvolver esse poder com uma política de crescimento, de acumulação de forças e de construção de uma alternativa popular. A democracia que interessa aos trabalhadores não se esgota nas instituições, mas se articula com formas diretas e massivas de participação popular. Essa participação deve conduzir a uma sociedade sem explorados nem exploradores, e sem a divisão entre governados e governantes. A nossa luta é pela construção do socialismo.

Sabemos, porém, que a oportunidade da tomada do poder ainda não está colocada de forma imediata e consciente para a totalidade dos trabalhadores, mas, em face da crise que vivemos, cabe ao PT fortalecer a capacidade de atuação política dos trabalhadores, buscando alterar a correlação de forças em seu favor. Isso implica, portanto, que devemos, neste momento, formular a nossa alternativa de governo para o país, tendo em conta que, antes de mais nada, os governos que conquistarmos deverão servir de ponto de apoio para a luta contra o Regime Militar.

Já não basta, por exemplo, a denúncia do desemprego; devemos dizer aos trabalhadores quais as nossas propostas para resolver o problema e criar empregos. Embora também seja indispensável, não basta, apenas, a apresentação de reivindicações aos governos que aí estão estabelecidos; precisamos nos preparar para o dia em que sejamos capazes de, como governo, atender nossas reivindicações como trabalhadores. Já não basta falar dos problemas vividos pelos trabalhadores, como se a solução só devesse vir num futuro muito remoto. Precisamos nos preparar para mostrar que existem coisas que se pode fazer imediatamente em benefício do povo e que só não são feitas quando os governos não representam, de fato, os interesses dos trabalhadores.

7. CONQUISTAR OS GOVERNOS PARA ATENDER AOS INTERESSES DOS TRABALHADORES

O programa de governo do PT tem de estar ligado ao programa e às plataformas e resoluções do Partido. Em consequência, um governo conquistado pelo PT deve estar a serviço da ampla organização e mobilização dos trabalhadores, sob o lema Trabalho, Terra e Liberdade, reforçando sua cami-

nhada rumo à construção de uma sociedade sem explorados e sem exploradores. Um governo do PT estará sempre comprometido com o princípio de que deve servir à coletividade. Por isso, lutamos pela criação e fortalecimento de canais de participação popular, reconhecendo plenamente a autonomia e a independência desses movimentos e organizações. Nesse sentido, a criação dos conselhos populares propiciará a participação da população nas decisões políticas e administrativas e consolidará as condições necessárias para a fiscalização dos interesses públicos em relação à administração de governo.

O nosso governo deve assumir as principais bandeiras dos trabalhadores do campo e da cidade, e lutar para acabar com a fome, o desemprego, a miséria, o analfabetismo, os preconceitos raciais, a criminalidade, as epidemias e, em especial, a corrupção.

Sejam esses os nossos compromissos de governo.

| TRABALHO

As lutas que os trabalhadores vêm levando nos indicam como combater o desemprego com propostas imediatas, como a redução da jornada semanal de 48 para 40 horas sem diminuição de salário, e estabilidade no emprego aos assalariados, tanto do campo quanto da cidade.

O salário mínimo tem que ser real e unificado, e os demais salários têm que ser reajustados numa escala móvel periódica e baseada na inflação.

Os desempregados deverão ter salário-desemprego, além de vantagens nos serviços públicos, como passe-livre nos transportes coletivos e uma cesta básica de alimentos subsidiados pelo poder público.

O governo petista tem de lutar pela revogação da Lei de Greve e pelo reconhecimento imediato das entidades representativas dos trabalhadores, como a Central Única dos Trabalhadores (CUT). E tem de garantir o exercício dos direitos dos trabalhadores, entre os quais o de greve.

Essas mudanças nas relações de trabalho deverão estar contidas num novo tipo de política econômica, em que se garantam a independência do Brasil em relação ao FMI e às multinacionais, a suspensão imediata do pagamento da dívida externa e a estatização dos Bancos; enfim, uma economia voltada para os interesses da maioria da população.

| TERRA

A reforma agrária, sob controle dos próprios trabalhadores, é medida urgente e inadiável.

A posse da terra a quem nela trabalha e o implemento da agricultura básica para o país será de extrema importância no combate aos problemas sociais do campo, do desemprego e da fome que rondam a casa do trabalhador.

O governo do PT apoiará, sem temor, a luta pelo fim do grande latifúndio e da especulação e grilagem de terras. Assumirá o compromisso da distribuição de terras ao pequeno agricultor e dará garantias de preço a ele nas safras e colheitas. Subsidiará o agricultor na compra de sementes, adubos e equipamentos agrícolas, controlando o uso de substâncias nocivas.

Outra tarefa do governo petista no campo será o combate ao grileiro e ao atravessador das safras. No trajeto entre o campo e a mesa do trabalhador, quem perde é o produtor e o consumidor, e quem lucra é o intermediário e especulador.

Além disso, o governo petista estenderá os direitos conquistados pelos trabalhadores urbanos aos trabalhadores rurais.

| LIBERDADE

O governo do Partido dos Trabalhadores deverá reforçar e garantir a realização de eleições livres e diretas em todos os níveis, com direito de voto para os analfabetos e praças das corporações militares. O governo também lutará pela revogação expressa das leis cerceadoras dos direitos civis e políticos dos cidadãos, como a Lei de Greve, a LSN, de Imprensa, a CLT, o Estatuto dos Estrangeiros e as referentes à organização sindical e partidária, e pelo desmantelamento dos órgãos de segurança.

Além desses pontos, que decorrem do desdobramento imediato do lema Trabalho, Terra e Liberdade, os governos petistas também deverão encontrar soluções para as questões da saúde, da educação, da moradia, do transporte, da segurança pública, da alimentação, bem como combater as discriminações sociais e a corrupção.

O governo deverá assegurar atendimento público e gratuito à saúde da população, que terá participação e controle na política de saúde, desde a rede de atendimento hospitalar até as empresas farmacêuticas. Igualmente, o ensino público e gratuito deverá ser assegurado a todos em todos os níveis, e o governo deverá erradicar o analfabetismo.

O governo petista desenvolverá uma política de habitação que garanta aos trabalhadores o direito de morar, através de planos de construção de habi-

tações populares e do combate a todas as formas de corrupção e especulação territoriais e imobiliárias.

O transporte coletivo terá prioridade sobre o transporte individual e será colocado sob controle popular, desde a questão das tarifas até a de obras e de equipamentos.

O governo do PT aplicará uma política de segurança baseada no respeito aos direitos humanos e que colocará a polícia a serviço, efetivamente, da proteção da população.

Na alimentação, o governo petista aplicará plano de emergência para atender às necessidades mais urgentes e plano de médio prazo para substituir a intermediação especulativa por entrepostos populares, de responsabilidade estatal e sob controle popular.

O governo do PT combaterá todas as discriminações sociais praticadas com pretextos de raça, cor, sexo, idade, bem como todas as formas de corrupção.

| TAREFAS IMEDIATAS

Para levar à prática esta plataforma, o Diretório Nacional deverá assumir, entre outros, os seguintes compromissos:

a) os membros do DN devem assumir e cumprir as políticas e tarefas definidas no Encontro Nacional, tanto nas Secretarias quanto na representação do DN em seu respectivo estado;

b) a partir de relatórios da situação de cada estado, o DN deve elaborar um plano de prioridades para a implantação do PT que evite dispersão de recursos materiais e humanos;

c) o DN deve estabelecer a troca de experiências e a articulação dos planos de ação entre a Comissão Executiva Nacional e os Diretórios Regionais e dos Diretórios Regionais entre si.

REGIMENTO INTERNO DO PARTIDO DOS TRABALHADORES

DURANTE A DISCUSSÃO, FORAM SUGERIDAS DIVERSAS EMENDAS A
O ANTEPROJETO APRESENTADO¹

CAPÍTULO I DOS NÚCLEOS

Art. 1 - O Partido dos Trabalhadores – PT atuará em âmbito nacional, com estrita observância de seus Manifesto, Programa, Regimento Interno, Código de Ética e demais documentos aprovados em suas Convenções Nacionais, bem como da legislação em vigor.

Parágrafo Único - Dentre os documentos acima referidos, inclui-se o discurso pronunciado pelo seu presidente nacional na Convenção de setembro de 1981.

Art. 2 - Os núcleos são os órgãos de base da estrutura partidária. É a partir dos núcleos que o Partido, dentro do contexto da classe trabalhadora, procura construir a política dos trabalhadores em geral, na diversidade de suas condições sociais, nos locais de trabalho, de moradia e de estudo, bem como nos movimentos sociais e populares.

Art. 3 - As funções dos núcleos de base são as seguintes:

- | organizar a ação política dos filiados, segundo a orientação dos órgãos de deliberação e direção partidária, estreitando a ligação do Partido com os movimentos sociais;
- | aprender e assimilar, transmitindo ao Partido e ao conjunto da sociedade, a realidade existente, as condições de vida, de trabalho e de estudo, bem como os problemas e aspirações dos trabalhadores em suas áreas de atividade;

1. O texto final foi discutido e aprovado em reunião do Diretório Nacional, realizada em São Paulo, nos dias 5 e 6 de maio de 1984.

- | participar, no âmbito do programa e das resoluções das convenções e demais órgãos de direção de nível superior, da elaboração da orientação e das políticas setoriais do Partido, buscando caminhos próprios para transmiti-las aos trabalhadores e respeitando as condições concretas e específicas de sua área de atividade;
- | estimular e fortalecer as entidades representativas dos trabalhadores e dos movimentos populares, participando regularmente de suas reuniões e campanhas reivindicatórias, em todos os níveis;
- | participar dos movimentos sociais e orientar e encaminhar a ação política dos militantes de núcleo nesses movimentos, respeitando sempre suas decisões;
- | emitir opinião sobre as questões municipais, regionais e nacionais que sejam submetidas a seu exame pelos respectivos órgãos de direção partidária;
- | aprofundar e garantir a democracia interna do Partido dos Trabalhadores;
- | promover a educação política dos militantes e filiados;
- | sugerir aos órgãos de direção partidária consulta aos demais núcleos de base sobre questões locais, regionais ou nacionais de interesse do Partido;
- | convocar o Diretório Municipal, nos termos do art. 16 do Estatuto; e
- | fazer filiações.

Art. 4 - Conforme definido no Estatuto, os núcleos podem ser de quatro tipos:

- | por local de moradia
- | por categoria profissional
- | por local de trabalho e de estudo
- | por movimentos sociais

Art. 5 - A definição dos limites territoriais dos núcleos por local de moradia, categoria e de estudo ficará a cargo do Diretório Municipal ou Distrital correspondente.

Parágrafo Único - É proibida a participação do filiado em mais de um núcleo do mesmo tipo.

Art. 6 - Os núcleos, de qualquer tipo, deverão ter no mínimo 1/3 (caso resulte número par, acrescentar mais 1) dos membros e suplentes do Diretório, não podendo ser inferior a 9. O número de membros dos núcleos deve ser considerado aquele número de filiados que se comprometem a participar ativamente das reuniões.

Art. 7 - O registro dos núcleos se fará mediante carta enviada à Zonal, Distrital ou Municipal em cuja base territorial atuam, na qual constem os nomes dos seus integrantes.

Parágrafo Único - No caso de inexistirem as instâncias acima mencionadas, ou no caso do âmbito de atuação do núcleo extrapolar as esferas distritais ou municipais, o registro se fará diretamente em nível regional.

Art. 8 - Os núcleos, de qualquer tipo, reunir-se-ão no mínimo uma vez por mês, e terão um coordenador, um secretário e um tesoureiro, substituíveis a qualquer tempo.

§ 1º - O quórum para as reuniões dos núcleos é de 50% mais um de seus membros.

§ 2º - As decisões dos núcleos serão adotadas por meio de votação, vencendo a proposta que alcance maioria simples.

§ 3º - As reuniões serão registradas em ata, assinada pelos presentes, constando desta, no mínimo, as seguintes informações: lista dos presentes, propostas apresentadas, respectivas votações, data, local e horário.

Art. 9 - Todo o filiado do PT que ocupar qualquer cargo ou função em qualquer órgão do Partido, seja de Direção ou em Secretarias e Comissões ou afins, assim como os eleitos em todos os níveis, seja em executivos ou legislativos do país, ou ainda em caráter de representação individual do Partido, deve, obrigatoriamente, estar vinculado a um núcleo deliberativo de base.

Parágrafo Único - Os núcleos em questão não podem exigir destes filiados cumprimento de tarefas que prejudiquem suas tarefas naquelas esferas.

Art. 10 - Os núcleos, de qualquer tipo, estão obrigados a uma contribuição financeira mensal para o Diretório no qual se encontrem registrados, conforme estabelecido no Capítulo VII.

Art. 11 - Os núcleos, de qualquer tipo, têm igualmente os seguintes direitos:

- | iniciar ações articuladas de núcleos vizinhos ou afins, dentro de uma mesma área municipal, para desenvolver campanhas de interesse comum, dando conhecimento destas aos diretórios correspondentes;
- | encaminhar propostas, ações de recurso, consultas ou críticas aos órgãos de nível superior, inclusive à Convenção Nacional;

| propor aos órgãos superiores a realização de instâncias consultivas, como encontros, seminários etc., para debate e aprofundamento de problemas de interesse político ou social.

CAPÍTULO II DOS DIRETÓRIOS E DAS COMISSÕES EXECUTIVAS

Art. 12 - Todos os Diretórios do Partido são eleitos nos Encontros e homologados nas Convenções.

Art. 13 - Os Diretórios são os órgãos de direção e ação do Partido, de caráter permanente, no Município, no Estado e no país, conforme a área territorial correspondente.

§ 1º - Os Diretórios são organismos subordinados aos Encontros e Convenções das áreas correspondentes.

§ 2º - Para o cumprimento das diretrizes partidárias, os Diretórios Municipais são órgãos subordinados aos Diretórios Estaduais e estes ao Diretório Nacional.

Art. 14 - Como órgãos dirigentes, de nível superior e de caráter permanente, os Diretórios são responsáveis pelo conjunto de atividades do Partido, nas áreas que lhes correspondem.

Parágrafo Único - Nas capitais onde existem Diretórios Zonais ou Distritais, deverão ser criadas Comissões Diretoras Municipais, eleitas em Encontro Municipal, para funcionar como uma instância intermediária entre os Diretórios Zonais e Distritais e o Diretório Estadual, tendo como função primordial a articulação e implementação de uma política geral do Partido no âmbito municipal.

Art. 15 - Os Diretórios, em geral, têm as seguintes funções:

- | captar, analisar e sistematizar as informações e propostas vindas dos demais órgãos do Partido, desde os núcleos até os Encontros e Convenções;
- | elaborar e divulgar, de modo permanente e sistemático, documentos que possam dar uma visão de conjunto da realidade e dos problemas de sua área de atuação e da sociedade em geral;
- | tomar iniciativas políticas próprias em suas áreas de atividade, bem como responder à questões segundo a situação concreta que enfrentam; e

| cumprir as determinações dos órgãos superiores, adaptando-se às condições e às circunstâncias que enfrentam em suas respectivas áreas de atividade.

Art. 16 - São também funções dos Diretórios Regionais e Municipais:

- | assegurar o exercício dos direitos dos núcleos em suas respectivas áreas de atividade;
- | assegurar as normas de registro dos núcleos e o cumprimento, por parte destes, das obrigações definidas nos artigos 8º e 10º deste Regimento;
- | zelar pela ampliação da filiação e da nucleação, bem como pela formação política dos filiados do Partido; e
- | convocar regularmente os núcleos de suas respectivas áreas para encontros internúcleos, a fim de sistematizar as atividades gerais dessas áreas.

Art. 17 - Os Diretórios Municipais informarão, regularmente, o Diretório Regional correspondente sobre o andamento das obrigações definidas no artigo anterior, cabendo aos Diretórios Regionais fazer o mesmo em relação ao Diretório Nacional.

Art. 18 - Os Diretórios estão obrigados a reuniões regulares:

- | uma vez a cada dois meses, no mínimo, os Diretórios Municipais/Zonais/Distritais;
- | uma vez a cada dois meses, no mínimo, os Diretórios Regionais; e
- | o Diretório Nacional, no mínimo uma vez a cada três meses.

Parágrafo Único - Os membros do Diretório que faltarem a três reuniões ordinárias consecutivas, sem justificativa, na periodicidade prevista no Estatuto, ou que deixarem de contribuir financeiramente para o Partido por três meses consecutivos serão substituídos, nos termos deste Regimento.

DAS COMISSÕES EXECUTIVAS

Art. 19 - As Comissões Executivas são órgãos de execução do Partido no município, no estado e no país, conforme a área territorial correspondente.

Art. 20 - O presidente será eleito no Encontro, dentre os membros do Diretório eleito.

Art. 21 - As Comissões Executivas deverão estruturar a Secretaria Geral, a Secretaria de Organização e a Secretaria de Finanças.

Art. 22 - À Secretaria Geral compete:

- | coordenar o conjunto da atividade partidária sob o aspecto político-organizativo;
- | articular politicamente os organismos da estrutura do Partido;
- | relacionar, orientar e unificar o leque de tarefas das demais secretarias;
- | trazer para exame questões que mais interessam, em cada momento, ao funcionamento do Partido e às exigências dos movimentos sociais;
- | participar, junto com a Secretaria de Organização, da preparação da infraestrutura documental e física dos Encontros e Convenções do Partido; e
- | propor ao conjunto do Partido a política de organização e a política de quadros.

§ 1º - O secretário geral é o responsável pela Secretaria Geral e o 2º secretário, no plano nacional, o substituirá em sua ausência.

§ 2º - No plano regional, o secretário geral substitui o 1º secretário (de Organização) em suas ausências, e vice-versa.

§ 3º - No plano municipal haverá um secretário que exercerá as funções de secretário geral e um responsável pela Comissão de Organização.

Art. 23 - À Secretaria de Organização compete:

- | coordenar o conjunto da atividade partidária sob o aspecto legal-administrativo;
- | manter o conjunto do Partido informado sobre as exigências legais de caráter partidário e eleitoral;
- | articular os organismos da estrutura e funcionamento do Partido sob o aspecto administrativo;
- | garantir a socialização da informação para o conjunto do Partido sobre as manifestações político-partidárias emergentes no país; e
- | participar, junto com a Secretaria Geral, da preparação da infraestrutura documental e física dos Encontros e Convenções do Partido.

§ 1º - O 1º Secretário em nível nacional é o responsável pela Secretaria de Organização. Na sua ausência, a Comissão Executiva Nacional determinará seu substituto entre os membros.

§ 2º - Na Secretaria Nacional de Organização será constituída uma Comissão de Filiação e Nucleação, que terá por tarefa:

| a definição das políticas que devem orientar a construção partidária. Estabelecendo prioridades no esforço de filiação e nucleação, deve organizar e dirigir as campanhas de filiação e estimular a criação dos núcleos de base em seus diferentes tipos. Deve definir as bases e condições da atividade dos núcleos junto aos movimentos sociais. Deve contribuir para a afirmação e o desenvolvimento dos núcleos de base, incentivando o debate dos problemas e iniciativas junto aos trabalhadores e dando impulso às ações coletivas em curso ou em preparação. E deve, finalmente, zelar pelos canais e instrumentos de participação dos núcleos de base nas reuniões das Secretarias e dos Diretórios da sua área e pela representação nas instâncias coletivas de consulta (seminários, reuniões ampliadas) e deliberação (Encontros e Convenções).

§ 3º - À Comissão de Filiação e Nucleação compete informar a respectiva Secretaria sobre os pedidos de filiação.

Art. 24 - À Secretaria de Finanças compete:

- | arrecadar e aplicar os recursos financeiros do Diretório respectivo;
- | propor e organizar campanhas e meios de arrecadação de recursos para o Partido;
- | definir as prioridades para ampliação desses recursos; e
- | organizar a respectiva contabilidade.

Parágrafo Único - O Tesoureiro Geral é o responsável pela Secretaria de Finanças e o 2º tesoureiro, no plano nacional, o substituirá na sua ausência.

Art. 25 - As Comissões Executivas respondem, em caráter excepcional, pelas funções de direção e de ação do Partido definidas para os Diretórios, sempre que se verifique omissão destes em exercê-las, seja por falta de quórum para deliberar ou por qualquer outro motivo.

Parágrafo Único - Convocadas três reuniões consecutivas do Diretório, sem que haja quórum para deliberação, a Comissão Executiva dará prévio conhecimento disto ao Diretório de nível imediatamente superior, que dissolverá o Diretório local e nomeará uma Comissão Provisória, que, no prazo de 60 (sessenta) dias, elegerá o Diretório.

Art. 26 - Será substituído o membro de uma Comissão Executiva que falte a três reuniões consecutivas deste órgão sem uma justificativa que seja aceita pela maioria simples de seus membros.

Art. 27 - É vedado a qualquer filiado pertencer a mais de uma Comissão Executiva em cargos titulares.

Parágrafo Único - Os filiados que se encontrem na situação descrita neste artigo terão o prazo de 30 (trinta) dias para regularizar a sua situação.

CAPÍTULO III DOS ENCONTROS E CONVENÇÕES

Art. 28 - Encontros em nível municipal, estadual e nacional, sempre convocados pelos respectivos Diretórios pelo menos uma vez por ano, serão realizados para assegurar o mais amplo poder de decisão das bases na condução da vida política do Partido. Cabe aos Encontros a definição dos critérios e nomes para a composição das direções, a elaboração do Programa do Partido, o estabelecimento da linha de ação nas campanhas eleitorais e a escolha das chapas de candidatos às eleições gerais. Antes de qualquer Convenção deverão realizar-se Encontros do Partido.

Parágrafo Único - As respectivas Comissões Executivas poderão convocar, em caráter excepcional, encontros em níveis municipal, estadual e nacional, justificando os motivos da convocação ao Diretório correspondente.

Art. 29 - Constituem os Encontros do Partido, com direito a voz e voto:

- | no âmbito municipal, todos os filiados com domicílio eleitoral no respectivo Município;
- | no âmbito estadual, os membros da Executiva Regional e os delegados eleitos proporcionalmente nos Encontros Municipais. Os núcleos por categoria e de local de trabalho devem eleger delegados, com direito a voz e voto, aos Encontros Regionais, na proporção definida pelos Diretórios Regionais, em condições de igualdade com o critério de proporcionalidade dos demais delegados eleitos nos Diretórios Distritais, Municipais e Zonais, desde que a plenária geral dos núcleos daquela categoria conte com a participação de pelo menos 10% dos filiados naqueles núcleos, e que não poderão votar nos Encontros Municipais ou Distritais onde estão filiados pelos critérios eleitorais; e
- | no âmbito nacional, os membros da Executiva Nacional e os delegados eleitos proporcionalmente nos Encontros Regionais.

Parágrafo Único - É garantido o direito à voz aos membros dos Diretórios Regionais nos Encontros Regionais correspondentes e aos membros do Diretório Nacional nos Encontros Nacionais.

Art. 30 - Os Encontros Municipais terão caráter deliberativo, desde que contem com a presença de delegados em número não inferior ao mínimo exigido em lei para a respectiva convenção oficial. Os Encontros Estaduais e Nacional terão caráter deliberativo, desde que contem com a presença de 50% mais um do número de delegados a que os Diretórios Distritais, Municipais, Zonais e Regionais, respectivamente, têm direito.

Art. 31 - Nenhum delegado terá voto cumulativo nos Encontros.

Art. 32 - A critério dos respectivos Diretórios, poderão ser convidadas para comparecer aos Encontros personalidades políticas, que terão apenas direito à voz, e apenas nos atos de abertura e encerramento.

Art. 33 - O critério da proporcionalidade para eleições de delegados ao Encontro Regional deverá ser fixado pelo Diretório Regional, conforme a realidade do Partido em cada região.

Art. 34 - O número de delegados ao Encontro Nacional será fixado na proporção de 1 (um) delegado para cada 1.000 (mil) filiados no estado ou território.

Art. 35 - Os delegados eleitos nos Encontros Municipais e nos Encontros Estaduais serão credenciados, respectivamente, pela Executiva Regional e Nacional, desde que seus Diretórios façam chegar ao órgão superior, com uma semana de antecedência do Encontro Estadual ou Nacional, as respectivas atas dos Encontros, que dão conta de sua eleição como delegados. O credenciamento de delegado estará sujeito também à comprovação, pelos Diretórios, de número de seus filiados (mediante apresentação da Certidão da Justiça Eleitoral) e do pagamento de suas contribuições financeiras.

Art. 36 - Para assegurar a discussão prévia nas bases do Partido, os Encontros serão convocados com pauta definida e divulgada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

Art. 37 - Os Encontros e Convenções do Partido serão dirigidos por uma Mesa, eleita pelo plenário, podendo compô-la qualquer filiado presente ao Encontro. O presidente do Diretório, no nível correspondente, será o responsável pela abertura dos trabalhos.

§ 1º - Uma vez eleita a respectiva Mesa, o Encontro passa a representar, no seu nível, o organismo dirigente máximo do Partido.

§ 2º - À Mesa compete dirigir os trabalhos, resolvendo, em caráter definitivo, todas as questões de ordem que lhe forem submetidas.

§ 3º - As decisões da Mesa, pertinentes à ordem dos trabalhos, são irrecorríveis.

§ 4º - O componente da Mesa que quiser debater determinada matéria deve se inscrever e pedir licença para se afastar de sua função, retornando a ela após ter-se manifestado.

§ 5º - Após a manifestação do último delegado inscrito para falar, a Mesa dará por encerrada a discussão e colocará em votação a matéria.

§ 6º - Quando a matéria estiver em votação, não serão admitidas questões de ordem.

§ 7º - A matéria votada não poderá voltar a ser discutida.

§ 8º - A Mesa estabelecerá prazo para a inscrição de oradores, findo o qual ninguém poderá se inscrever.

Art. 38 - Nos Encontros Municipais se fará a previsão de tempo para que cada núcleo expresse a opinião majoritária sobre as questões em pauta, previamente discutidas no núcleo.

Art. 39 - As matérias constantes da pauta poderão ser discutidas em plenários ou reuniões de grupos de trabalho.

Art. 40 - A Direção programará o Encontro, se for o caso, dividindo-o em fases distintas, destinadas à discussão em grupos de trabalho, discussão e deliberação em plenário, para cada ponto de pauta.

§ 1º - Os grupos de trabalho compor-se-ão de, no máximo, 50 participantes.

§ 2º - Os grupos de trabalho instalar-se-ão sob a direção de um coordenador indicado pela Mesa Diretora, procedendo-se à eleição de secretário e relator para os pontos de pauta em discussão no grupo, a critério do coordenador do grupo.

§ 3º - Serão discutidos, simultaneamente, os mesmos temas nos grupos de trabalho.

Art. 41 - Após a reunião dos grupos de trabalho, os respectivos relatores reunir-se-ão com dois membros da Mesa Diretora para elaboração de uma síntese dos debates, definição das questões a serem levadas para decisão do plenário, escolha de um relator único e redação do relatório único.

Art. 42 - Deverá constar do relatório previsto no artigo anterior toda proposta que tenha recebido um mínimo de 20% de votos em algum grupo de trabalho.

Art. 43 - O tempo de discussão nos grupos de trabalho será dividido entre os oradores inscritos, pelo coordenador eleito, reservando-se parte do tempo para a deliberação.

Art. 44 - As reuniões plenárias terão uma fase de discussão e deliberação das propostas, nas quais o tempo será dividido em partes iguais para cada uma delas.

Art. 45 - O processo de votação das propostas e emendas se fará com a manifestação individual e inequívoca dos militantes, previamente credenciados e com direito a voto.

§ 1º - A Mesa dará, ao plenário, conhecimento do resultado da votação.

§ 2º - Poderá a Mesa, em casos de dúvida, optar por votação por cédula ou senha, comunicando e esclarecendo ao plenário o processo de votação.

Art. 46 - Sempre que constar na pauta a eleição de delegados, ou a escolha de candidatos às eleições gerais, a Mesa fixará o prazo para a inscrição de chapas.

CAPÍTULO IV

DAS BANCADAS PARLAMENTARES

Art. 47 - São atribuições das bancadas parlamentares:

- | promover o entrosamento da atividade partidária no Congresso Nacional, nas Assembleias Legislativas e nas Câmaras Municipais com as lutas e as manifestações dos trabalhadores;
- | participar das lutas e movimentos dos trabalhadores;
- | denunciar, nos parlamentos, as arbitrariedades e as violências contra os trabalhadores, defendendo os seus direitos de expressão, e de organização e autonomia; e
- | tomar a iniciativa de projetos de lei e outras medidas institucionais, visando a consolidação das conquistas dos trabalhadores, bem como a sua ampliação segundo o espírito do Programa do Partido.

Art. 48 - As relações das bancadas com as direções políticas terão expressão:

- | na participação, com direito a voz e voto, do líder da bancada nas reuniões da Executiva e do Diretório correspondentes, em igualdade de condições com os demais membros daqueles organismos;
- | na participação, com direito a voz, dos demais parlamentares nas reuniões da Executiva, do Diretório e dos Encontros correspondentes; e
- | as iniciativas e propostas políticas mais importantes dos parlamentares são de responsabilidade do Partido, devendo ser discutidas, anteriormente, por seus órgãos de direção.

Art. 49 - O líder da bancada de vereadores das capitais dos estados terá os mesmos direitos definidos nas letras a e b do artigo anterior na Executiva e no Diretório Regional.

CAPÍTULO V

DA DIREÇÃO COLETIVA DOS ORGANISMOS AUXILIARES

Art. 50 - O Partido dos Trabalhadores procura estruturar-se, democraticamente, como um dirigente coletivo. Essa característica original implica:

- | o funcionamento regular e a atividade permanente de seus núcleos de base e dos demais órgãos de sua estrutura;
- | o estabelecimento de relações vivas e estreitas entre os núcleos de base e os órgãos de cooperação correspondentes;
- | a realização regular de suas instâncias coletivas de caráter consultivo (seminários, reuniões ampliadas e outras) e, em primeiro plano, a realização de suas instâncias máximas de direção: os Encontros e Convenções;
- | a efetiva socialização das informações: e, portanto,
- | a transmissão regular, dentro de prazos mínimos, de informes sobre a atividade partidária e documentos (resoluções, consultas, materiais de propaganda);
- | o empenho em assegurar, no interior dos núcleos e dos órgãos permanentes de direção e de cooperação, o debate dos documentos, diretrizes e resoluções do Partido;
- | a distribuição regular e sem atraso de seus órgãos de imprensa em plano nacional, regional e municipal;
- | a preocupação permanente com a formação política dos filiados e militantes, capacitando-os a participar, de forma efetiva, da vida do Partido, da definição de sua política e de sua prática cotidiana;

| direito igual e democrático a todos os filiados, assegurado politicamente pelas direções, de expor divergências, opiniões contrárias e de livre debate de propostas através dos órgãos de informação do PT e nas reuniões, seminários e Encontros.

Art. 51 - São organismos auxiliares do trabalho de direção em cada nível da estrutura partidária: as Comissões, as Secretarias e as Assessorias.

Art. 52 - As Secretarias são, em cada nível de direção, órgãos auxiliares dos Diretórios e são designadas pela Comissão Executiva, que define a sua orientação, composição e é responsável pelo seu funcionamento regular, sempre *ad referendum* dos Diretórios respectivos.

Art. 53 - Em nível regional e nacional, serão criadas de acordo com as necessidades políticas:

Secretaria de Formação Política;

Secretaria Sindical;

Secretaria de Política Agrária;

Secretaria de Imprensa e Propaganda;

Secretaria Jurídica;

Secretaria de Movimentos Sociais;

Secretaria Cultural;

Secretaria de Política Municipal;

Secretaria Estudantil.

Parágrafo único - Em nível nacional, acrescenta-se às acima relacionadas a Secretaria de Relações Internacionais.

Art. 54 - Em nível municipal e distrital serão criadas, prioritariamente, as seguintes secretarias:

Secretaria Sindical;

Secretaria de Filiação e Nucleação;

Secretaria de Movimentos Sociais;

Secretaria de Política Municipal.

Art. 55 - A Secretaria Geral acumulará a função das Secretarias que, por qualquer motivo, não estejam em funcionamento.

Art. 56 - Cada Secretaria terá um coordenador, indicado pela Comissão Executiva, prioritariamente membro do Diretório correspondente, *ad referendum* do mesmo.

Art. 57 - A Secretaria de Formação Política tem como objetivo contribuir para que os filiados sejam participantes conscientes, dotados do conhecimento da realidade, e com iniciativas próprias nos movimentos sociais. Assim, terá, prioritariamente, o encargo de planificar e assegurar a realização de ciclos de palestras e cursos, bem como a produção de material didático, inicialmente de nível elementar, destinado aos filiados, com o objetivo de fazê-los melhor conhecer e assimilar as características do Partido, seu programa, seus Estatutos, suas resoluções e suas análises. Deverá, também, organizar cursos e seminários destinados especificamente aos parlamentares do Partido, enfatizando a análise da realidade local, as alternativas partidárias e suas plataformas de governo.

Compete à Secretaria de Formação Política promover a realização de cursos específicos, palestras e seminários destinados às novas lideranças emergentes do movimento social.

A atividade de formação política será dirigida, inicial e prioritariamente, segundo os níveis de consciência já alcançados em caráter elementar, visando fornecer as bases necessárias para uma prática política local.

No que concerne à formação política de militantes, esta deverá voltar-se, preferencialmente, para as respostas políticas ainda por serem elaboradas nos domínios da tática e da estratégia do Partido, para as alternativas a definir em face do processo de transição atual, para o conceito popular de democracia e para a relação entre democracia e socialismo.

§ 1º - Em toda a sua atividade, a Secretaria de Formação Política deverá atuarem articulação estreita com a Fundação Wilson Pinheiro.

§ 2º - A divulgação de todo material de formação política elaborado caberá à Comissão Executiva de cada nível.

Art. 58 - A Secretaria Sindical tem por objetivo contribuir para a definição política sindical do Partido. Nesse sentido, deve procurar, através da realização de encontros sindicais amplos, discutir as principais questões enfrentadas pelo movimento sindical em cada momento e trazer, para o conjunto partidário, propostas de ação no plano sindical. Deve, portanto, buscar a unificação do pensamento dos sindicalistas do Partido no que diz respeito à sua área de atuação específica e, ao mesmo tempo, contribuir na tarefa permanente do

Partido de forjar a unidade de ação por objetivos comuns dos trabalhadores manuais e intelectuais, rurais e urbanos, assalariados e autônomos.

A atividade da Secretaria Sindical deve voltar-se para todas as categorias profissionais organizadas em sindicatos ou associações profissionais, sejam industriários, comerciários, bancários, técnicos, professores etc. Deve, também, atuar em estreita colaboração com a Secretaria de Campo [Política Agrária] no que diz respeito às definições políticas e à ação junto aos trabalhadores rurais.

Art. 59 - A Secretaria de Política Agrária tem por objetivo contribuir para o conhecimento da realidade rural nos aspectos sociais e econômicos, como base para a definição da política agrária do Partido, tendo em conta as especificidades das áreas regionais. Deverá atuar, juntamente com a Secretaria Sindical, prioritariamente no esforço de orientar o Partido no seu trabalho de organização dos trabalhadores rurais, sejam estes assalariados, posseiros, parceiros ou pequenos proprietários.

Art. 60 - A Secretaria de Imprensa e Propaganda tem por objetivo fazer conhecer ao Partido e ao conjunto da sociedade o seu Programa e as suas propostas políticas. São suas atribuições:

- | organizar assessorias especializadas de acesso à imprensa e demais meios de comunicação de massa;
- | realizar estudos de promoção dos símbolos e em particular da imagem do Partido perante a opinião pública;
- | assessorar a Comissão Executiva e Diretórios na organização de propaganda campanha, como, por exemplo, panfletos, cartazes, músicas etc.;
- | preparar a publicação dos boletins internos do Partido em cada nível.

§1º - O jornal do Partido e o boletim interno nacional ficarão sob responsabilidade da Comissão Executiva Nacional.

§2º - O jornal e o boletim regional ficarão sob responsabilidade da direção regional.

Art. 61 - À Secretaria Jurídica compete:

- | realizar pesquisas de interesse do Partido, na área jurídica;
- | organizar e manter arquivos de todos os problemas jurídicos que possam ser de interesse do Partido;

- | informar o Partido relativamente às questões legais que mereçam a sua atenção;
- | dar assessoria à bancada federal, em matéria que lhe for pertinente;
- | responder às consultas jurídicas encaminhadas pela Secretaria Geral ou pela bancada federal;
- | ter iniciativas próprias, a propósito da discussão e publicidade de problemas jurídicos.

Art. 62 - À Secretaria de Movimentos Sociais compete:

- | contribuir para a definição de políticas do Partido para os diversos setores do movimento popular;
- | incorporar a ação política geral do PT às questões colocadas por estes movimentos. Neste sentido, deve procurar, através de encontros gerais dos movimentos populares, ou específicos para cada um destes, discutir todas as suas questões para, dentro da linha política do Partido, elaborar programas, táticas e estratégias de ação para seus filiados, em suas áreas específicas de atuação, contribuindo para construir a unidade de ação dos militantes, ao mesmo tempo que contribui para o avanço do movimento popular em seu conjunto, inclusive no que diz respeito à defesa de sua autonomia;
- | efetivar levantamentos sobre a área de atuação das bases petistas nos movimentos populares;
- | promover, frequentemente, troca de experiências entre os movimentos populares das diversas regiões, elaborar ou difundir documentos analíticos e de proposições políticas sobre os mesmos.

Parágrafo único - A Secretaria poderá estruturar comissões específicas por tipo de movimento popular, devendo trabalhar em colaboração com a Secretaria de Filiação e Nucleação e a Secretaria Sindical.

Art. 63 - À Secretaria de Cultura compete:

- | colaborar na formulação de uma política cultural para o Partido;
- | colaborar na articulação das inúmeras expressões culturais populares existentes no país.

Art. 64 - À Secretaria de Política Municipal compete traçar uma política referente aos assuntos políticos específicos do município.

Art. 65 - A Secretaria de Relações Internacionais do PT é órgão de assessoria especial da Direção Nacional e, principalmente, da CEN.

§1º - À Secretaria de Relações Internacionais do PT compete:

- | fazer a representação do PT junto aos partidos políticos estrangeiros que tenham semelhança de propósitos políticos, programa de ação e princípios;
- | manter e aprofundar os vínculos políticos com os partidos estrangeiros que com o PT tenham afinidade política, cuidando de garantir a independência e autonomia do PT frente a eles;
- | desenvolver, no âmbito interno, ações políticas que elevem os princípios de solidariedade internacional;
- | desencadear, no âmbito social, campanha pública de solidariedade internacional;
- | organizar e realizar textos, debates, palestras, seminários e encontros que visem conformar, aprofundar e explicitar posições do PT sobre questões internacionais.

§2º - A Secretaria de Relações Internacionais do PT será constituída por:

- | Secretário de Relações Internacionais, que será escolhido dentre os membros da CEN;
- | Grupos de trabalho sobre questões internacionais.

§3º - A Secretaria de Relações Internacionais poderá constituir, nos estados, grupos de trabalho sobre questões internacionais, de comum acordo com os Diretórios Regionais e vinculados à Secretaria de Relações Internacionais do PT.

Art. 66 - Compete aos Diretórios e suas Comissões Executivas estruturar grupos de trabalho que as assessorem nas diversas áreas da atividade, a saber: jurídica, imprensa, econômica, política municipal, educação, saúde etc. Essas assessorias deverão funcionar como órgãos de trabalho permanente, voltadas a subsidiar a atuação política das direções e das bancadas parlamentares.

CAPÍTULO VI

DISCIPLINA INTERNA

Art. 67 - As normas e procedimentos relativos à disciplina interna e ética partidária serão garantidos pelos Diretórios do Partido, a quem cabe deliberar sobre a aplicação das sanções cabíveis, ouvida a Comissão de Ética respectiva. É assegurado ao(s) filiado(s) amplo direito de defesa.

Art. 68 - As normas e procedimentos relativos à disciplina e ética do Partido dos Trabalhadores serão reunidos em um Código de Ética que atenda às suas peculiaridades, e que será elaborado por uma Comissão Especial do Diretório Nacional e submetido a deliberação do 1º Encontro Nacional após aquele que aprovou o presente Regimento Interno.

§ 1º - Atendendo às características de Partido inovador e sobretudo de representante político dos trabalhadores e do profundo dinamismo de sua evolução, o Código de Ética do PT não deverá ser rígido, devendo manter flexibilidade que possa atender às modificações que vierem a ocorrer no Partido.

§ 2º - O Código de Ética do PT deve repousar, a cada momento, sobre o *espírito coletivo* do Partido, que se consubstancia nos seus documentos principais, sobretudo aqueles emanados de seu Diretório Nacional e dos Encontros Nacionais.

§ 3º - As alterações formais do Código de Ética devem sempre ser aprovadas nos encontros ou pré-convenções nacionais do PT.

§ 4º - Enquanto não for aprovado o primeiro Código de Ética do PT, os pareceres, avaliações e deliberações a respeito das questões de ética e disciplina partidária serão tomados pelos órgãos competentes com base, diretamente, nos documentos do PT, aprovados em seus encontros e pré-convenções nacionais.

Art. 69 - As Comissões de Ética, em todos os níveis do PT, serão órgãos de cooperação política dos Diretórios correspondentes e não terão, portanto, cunho policial ou judicial.

§ 1º - Nesse sentido, as Comissões de Ética visarão, sobretudo, cooperar nas avaliações dos problemas políticos envolvidos nas questões de ética e disciplina partidária, devendo seus pareceres e avaliações se preocupar em contribuir eficazmente no trabalho de formação política dos filiados do Partido.

§ 2º - As Comissões de Ética devem se preocupar sempre em contribuir,

prioritariamente, para a superação das divergências políticas surgidas nos casos que lhe forem encaminhados.

§ 3º - Os casos claramente de cunho penal não são atribuição das Comissões de Ética e deverão ser avaliados por comissões disciplinares ad hoc nos diversos níveis.

Art. 70 - As representações referentes às questões de ética e disciplina partidária não deverão ser aceitas pelo Diretório de um nível enquanto não forem esgotados os encaminhamentos do Diretório de nível imediatamente inferior e de sua correspondente Comissão de Ética.

Art. 71 - Somente a representação por escrito e devidamente assinada por qualquer filiado do Partido ensejará a apreciação de transgressões da disciplina e ética partidária.

Parágrafo único - Qualquer Diretório poderá tomar a iniciativa na apreciação de possíveis infrações de ética e disciplina partidária ocorridas na sua jurisdição.

Art. 72 - Formalizada a representação contra o filiado, grupo de filiados ou órgãos partidários, a Comissão Executiva do Diretório em que este estiver filiado, ou do Diretório a quem caberá julgar a falta disciplinar ou ética, avaliará se deve ou não ser instaurado o procedimento disciplinar, ouvindo, para isso, prévia e reservadamente o(s) representante(s) e o(s) representado(s).

Art. 73 - Decidindo instaurar o procedimento, a Comissão Executiva remeterá a denúncia à Comissão de Ética para avaliação e parecer correspondente.

Art. 74 - Cabe à Comissão de Ética ouvir as partes, testemunhar, proceder às diligências que entender necessárias, assegurando o direito de defesa do(s) representado(s), formulando ao final o seu parecer à Comissão Executiva.

Art. 75 - A Comissão Executiva deverá encaminhar o parecer a que se refere o artigo anterior ao Diretório respectivo, para a devida deliberação.

Art. 76 - O Diretório, no qual será tomada a decisão a respeito das denúncias, deverá assegurar a ampla divulgação de suas deliberações pelo menos no Distrito ou Região onde o fato se der, mas de preferência em todo o Partido.

CAPÍTULO VII DAS FINANÇAS

Art. 77 - O filiado deve, obrigatoriamente, na forma dos presentes Estatutos, contribuir financeiramente para o Partido, recolhendo essa contribuição ao núcleo ou Diretório respectivo.

Parágrafo único - O Diretório Municipal poderá suspender esta exigência em relação ao filiado desempregado ou que, por outro motivo relevante, esteja impossibilitado de pagar a sua contribuição.

Art. 78 - O núcleo repassará ao seu Diretório Municipal 60% de sua arrecadação normal. Este, por sua vez, repassará 20% do total arrecadado no núcleo ao seu Diretório Regional e 10% ao Diretório Nacional, retendo 30% daquela arrecadação.

Art. 79 - O valor das contribuições mensais de cada filiado será estipulado pelos núcleos e pelo Diretório Municipal, obedecida a taxa mínima de referência global para o Diretório, equivalente ao preço de um cafezinho por filiado.

Art. 80 - A contribuição mensal dos parlamentares estaduais e federais será de 40% de seus rendimentos (fixo + variáveis + sessões extras), respectivamente, à Tesouraria regional e nacional, deduzidos desse montante os gastos efetuados por autorização da direção respectiva, desde que devidamente comprovados e que não ultrapassem 1/3 do total a contribuir.

§ 1º - Em nível municipal, a fixação da porcentagem estará a cargo do Diretório local, ficando reservada à Direção Estadual a competência para reexaminar o critério que vier a ser estabelecido.

§ 2º - Até a efetivação dos Diretórios Metropolitanos, a fixação da contribuição dos vereadores das capitais compete ao Diretório Regional, e a ele será destinado.

§ 3º - Após a efetivação de cada Diretório Metropolitano, a fixação e o destino das contribuições do § 2º acima serão decididos de comum acordo entre este e o Diretório Regional.

Art. 81 - O filiado, o núcleo, o Diretório que deixar de pagar suas contribuições financeiras durante três meses consecutivos perderá seu direito a representação nos Encontros e Convenções do Partido.

§ 1º - O núcleo que deixar de pagar suas contribuições financeiras durante três meses consecutivos perderá também os demais direitos de representação [previstos] neste Regimento.

§ 2º - Em qualquer hipótese, só terá direito a voto em convenção ou encontro do Partido o delegado cuja instância de eleição esteja em dia com suas contribuições.

Art. 82 - Cabe ao Diretório Municipal estipular porcentagens que lhe caibam sobre a arrecadação obtida por núcleo de instâncias a ele submetidos com outras contribuições que não sejam as dos filiados.

Art. 83 - O Regimento Interno só poderá ser alterado em Encontro Nacional com ampla consulta prévia a todos os Diretórios e núcleos do Partido.

MOÇÕES

Foram apresentadas as seguintes moções:

1. de pesar, pelo assassinato (em 16/3/84) do companheiro Adjair Gonçalo, candidato a prefeito de Eduardo Gomes/RN;
2. de repúdio à tentativa de enquadramento na Lei de Segurança Nacional – LSN – de sete companheiros do PT de Natal/RN, por terem liderado a ocupação da Reitoria da Universidade, em luta contra o aumento arbitrário do chamado bandeijão;
3. de solidariedade e apoio aos posseiros da Fazenda São João, de Porto Nacional/GO, pela absolvição no processo a que foram submetidos em função da luta que vêm desenvolvendo na região;
4. pela libertação dos presos políticos na Polônia;
5. de repúdio à guerra contra a Nicarágua;
6. pela volta de Theodomiro Romeiro dos Santos ao Brasil.

NOTA À IMPRENSA

Em face das interpretações errôneas sobre as declarações feitas por dirigentes do Partido dos Trabalhadores, no que se refere à decisão tomada pelo Comitê Suprapartidário pelas Eleições Diretas de se realizar, dia 25 de abril, vigília cívica com paralisação das atividades em todo o Brasil, para acompanhamento da discussão e votação da Emenda das Diretas, o Partido dos Trabalhadores vem a público reafirmar o seu total apoio a essa decisão do Comitê, entendendo-a como fundamental para a conquista das Eleições Diretas Já, comprometendo-se a mobilizar o conjunto do Partido para garantir o pleno êxito do movimento de paralisação.

São Bernardo do Campo, 8 de abril de 1984

Luiz Inácio Lula da Silva
Presidente do Partido dos Trabalhadores

2º DIRETÓRIO NACIONAL

(68 MEMBROS)

ELEITO NO 3º ENCONTRO NACIONAL, REALIZADO
NO PAMPA PALACE HOTEL, SÃO BERNARDO DO CAMPO/SP,
ENTRE OS DIAS 6 E 8 DE ABRIL DE 1984.

Líder/Câmara dos Deputados* | SP

Presidente: Luiz Inácio Lula da Silva | SP

Abdias José dos Santos | RJ

Abraham Farhat Neto | AC

Aloysio Nogueira de Melo | AM

Antonio José Castelo Branco de Medeiros | PI

Antonio Neiva | RJ

Apolônio de Carvalho | RJ

Arlete Avelar Sampaio | DF

Armando Rollemberg | DF

Athos Pereira da Silva | GO

Augusto de Franco | GO

Benedito Moreira | SP

Bruno Maranhão | PE

Cândido Vacarezza | SP

Clóvis Ilgenfritz da Silva | RS

Devanir Ribeiro | SP

Djalma Bom | SP

Domingos de Freitas Diniz Neto | MA

Edival Passos | BA

Eurides Mescolotto | SC

Flávio Andrade | SP

Francisco Derly Pereira | PB

Francisco Morbeck | DF

Francisco Weffort | SP

Gecy Prates | RS

Geraldo Cândido da Silva | RJ

Geraldo Pastana | PA

Germínio Borges | BA

Gilberto Carvalho | PR

Gilney Amorim Viana | MT

Gilvan Rocha | CE

Hélio Bicudo | SP

Ivan Valente | SP

Izabel Picaluga | RJ

Jacó Bittar | SP

Joaquim Soriano | RJ

Jorge Almeida | BA

José Álvaro | SP

José Dirceu | SP

José dos Reis Garcia | SC

José Genoíno | SP

José Neumar Moraes da Silveira |
RO

Josimar Melo Filho | SP

Learce Glória | MG

Luis Arnaldo Campos | RJ

Luiz Eduardo Greenhalgh | SP

Luiz Soares Dulci | MG

Manoel Isaías Santana | PR

Manoel Pinto | AP

Marcélio Bonfim Rocha | SE

Márcio Garcia de Mello | MG
Olívio Dutra | RS
Paulo de Tarso Carneiro | RS
Paulo Delgado | MG
Paulo Otávio Azevedo Jr. | SP
Paulo Rubens Santiago | PE
Paulo Tadeu D'Arcádia | MG
Pedro Pereira Nascimento | SP
Perly Cipriano | ES
Perseu Abramo | SP
Raul Pont | RS
Roberto Lajolo | SP
Ronaldo Barbosa Ferreira | PB
Rubens Manoel LemosvRN
Rui Falcão | SP
Selvino Heck | RS
Virgílio Guimarães de Paula | MG

Fonte: Circular da Secretaria Geral Nacional nº 27/86.

COMISSÃO EXECUTIVA NACIONAL (CEN) ELEITA EM 8 DE ABRIL DE 1984

Presidente | Luiz Inácio Lula da Silva | SP

Líder/Câmara dos Deputados¹

1º vice-presidente | Jacó Bittar | SP

2º vice-presidente (Secretaria de Organização) | Apolônio de Carvalho | RJ

3º vice-presidente (Secretaria de Finanças) | Djalma Bom | SP

Secretário Geral | Francisco Weffort | SP

1º secretário e secretário de Organização | Domingos de Freitas Diniz | MA

2º secretário (Secretário Geral) | Paulo Otávio Azevedo Jr. | SP

1º tesoureiro (Secretário de Finanças) | Clóvis Ilgenfritz | RS

2º tesoureiro (Sec. Jurídica e Finanças) | Hélio Bicudo | SP

1º vogal (Secretaria Sindical) | Olívio Dutra | RS

2º vogal (Secretaria de Cultura e Educação Política) | Perly Cipriano | ES

3º vogal e Secretário Adjunto de Organização | Luiz Soares Dulci | MG

4º vogal (Secretaria Sindical) | Eurides Mescolotto | SC

1º suplente (Secretaria Geral) | Perseu Abramo | SP

2º suplente | Geraldo Pastana | PA

3º suplente | Antônio José C.B de Medeiros | PI

4º suplente² | Paulo Delgado | MG

5º suplente (Secretaria de Organização) | Izabel Picaluga | RJ

Secretário de Relações Internacionais | Luiz Eduardo Greenhalgh | SP | membro do DN

Secretaria de Política Agrária | Manoel da Canceição

Secretaria de Cultura e Educação Política | Sidney Lianza

Secretaria de Movimentos Populares | Virgílio Guimarães de Paula

1. Líder da Bancada na Câmara dos Deputados: 1984 – Airton Soares; 1985 – Djalma Bom; 1986 – Irma Passoni.

2. Secretaria de Organização e Secretaria de Filiação e Nucleação; ocupou temporariamente a Secretaria Sindical.

Fonte: Circular da Secretaria Geral Nacional nº 27/96.

COMISSÃO EXECUTIVA NACIONAL (CEN) ALTERADA EM AGOSTO DE 1985

Presidente | Luiz Inácio Lula da Silva | SP
Líder/Câmara dos Deputados¹
1º vice-presidente | Jacó Bittar | SP
2º vice-presidente (Secretaria de Organização) | Apolônio de Carvalho | RJ
3º vice-presidente (Secretaria de Finanças) | Djalma Bom | SP
Secretário Geral | Francisco Weffort | SP
1º secretário e Secretário de Organização | Domingos de Freitas Diniz | MA
2º secretário e Secretário Sindical | Paulo Otávio Azevedo Jr. | SP
1º tesoureiro e Secretário de Finanças | Clóvis Ilgenfritz | RS
2º tesoureir | Hélio Bicudo | SP
1º vogal (Secretaria Sindical) | Olívio Dutra | RS
2º vogal (Secretaria de Cultura e Educação Política) | Perly Cipriano | ES
3º vogal e Secretário Adjunto de Organização | Luiz Soares Dulci | MG
4º vogal (Secretaria Sindical) | Eurides Mescolotto | SC
1º suplente (Secretaria Geral) | Perseu Abramo | SP
2º suplente | Geraldo Pastana | PA
3º suplente | Antônio José C.B de Medeiros | PI
4º suplente² | Paulo Delgado | MG
5º suplente (Secretaria de Organização) | Izabel Picaluga | RJ
Secretário de Relações Internacionais | Luiz Eduardo Greenhalgh | SP |
membro do DN
Secretaria de Política Agrária | sem coordenação
Secretaria de Movimentos Populares | Pelo Regimento Interno passa a se dividir em
Secretaria de Formação Política e Secretaria Cultural, ambas sem coordenação
No Coletivo da Secretaria de Cultura e Educação Política | José Álvaro Moisés | membro
do DN.
Secretaria de Organização | Irma Passoni (deputada federal/SP)
Secretaria Jurídica | sem coordenação
Secretaria Política Municipal: | sem coordenação

1. Líder da Bancada na Câmara dos Deputados: 1984 – Airton Soares (SP); 1985 - Djalma Bom (SP); 1986 - Irma Passoni (SP).

2. Secretaria de Organização e Secretaria de Filiação e Nucleação.

Fonte: Documento da Secretaria Geral Nacional, de março de 1987, intitulado "Plano de Organização e Trabalho da Comissão Executiva Nacional".

| 1985 |
ENCONTRO NACIONAL
EXTRAORDINÁRIO
12 E 13 DE JANEIRO DE 1985 - DIADEMA/SP

ARQUIVODN



MANIFESTAÇÃO EM BRASÍLIA. O PT DECIDE NÃO PARTICIPAR DO COLÉGIO ELEITORAL.

ENCONTRO NACIONAL EXTRAORDINÁRIO¹

REUNIÃO AMPLIADA DO DIRETÓRIO NACIONAL
12 E 13 DE JANEIRO DE 1985 – DIADEMA/SP

De acordo com a Ata do Encontro, a Comissão Executiva Nacional, “em reunião realizada nos dias 5 e 6, havia adiado e confirmado a realização do Encontro Nacional para a data de 12 e 13 de janeiro, com base no fato de que o número de delegados eleitos em Encontros Regionais permitia o quórum estabelecido pelo Regimento Interno (114 delegados, equivalendo à metade mais um de delegados correspondentes a 225.000 filiados). Todavia, havia chegado ao conhecimento da CEN, após aquela reunião, que o real número de filiados do PT em todo o país é de 298.000 e não de 225.000. O novo número de filiados elevou o quórum exigido pelo Regimento para que as decisões do Encontro Nacional pudessem assumir um caráter de deliberação válida para o conjunto do partido. Sendo assim, o Diretório Nacional se comprometia a endossar como suas as decisões do Encontro Nacional, e ao mesmo tempo, passariam a ser considerados delegados no Encontro, com direito a voz e voto, os membros do DN que não houvessem sido eleitos delegados nos Encontros Regionais”.

RESOLUÇÃO APROVADA:

- | Contra o continuísmo e o pacto social – Por uma alternativa democrática e popular.
- | Por votação, como tese-guia, foi adotado o texto aprovado no Encontro Regional de São Paulo realizado nos dias 15 e 16 de dezembro de 1984.

Credenciados/participantes: 148 delegados.

1. Conforme ata do Encontro Nacional do PT, Diadema (SP), 12 e 13 de janeiro de 1985, p. 1.

CONTRA O CONTINUÍSMO E O PACTO SOCIAL

POR UMA ALTERNATIVA DEMOCRÁTICA E POPULAR

Nosso objetivo, neste documento, é o de fazer uma avaliação da campanha das Diretas, da situação econômica e social do país, do Regime Militar, do malufismo e da Aliança Democrática. Com base nesta análise, estamos propondo ao Partido um plano de ação e uma plataforma de lutas por uma alternativa democrática e popular, que se contraponha ao regime, à transição conservadora e ao pacto social. Isto significa que o PT, desde já, se coloca claramente como oposição ao governo que, no Colégio Eleitoral, sucede o presidente Figueiredo.

AVALIAÇÃO DA CAMPANHA DAS DIRETAS

O principal saldo da campanha por eleições livres e diretas foi a ampla mobilização de setores populares e dos trabalhadores. Fator de politização, a campanha, ao assumir um caráter de massas, contribuiu para desagregar o PDS e para aprofundar a crise do regime.

Do ponto de vista político, ela representou o retorno das classes populares ao palco da luta institucional, questionando a forma de sucessão presidencial em vigor e colocando nas ruas suas reivindicações por transformações econômicas e sociais. A campanha das Diretas devolveu à população a autoconfiança em sua capacidade de organização e de luta. A população resgatou, também, formas de ação política direta que o Regime Militar, ao longo de 20 anos de repressão, tentara sufocar, como as passeatas e os comícios de grandes proporções.

Apesar das mobilizações, apesar da politização e da vontade de mudança manifestada nas praças e palanques, o movimento sindical e popular, que poderia tornar vitoriosa a campanha das diretas, com paralisações e jornadas de protestos, não conseguiu intervir na campanha de forma independente e organizada, acabando por se diluir nos comícios e manifestações. Muito embora várias entidades da sociedade civil e do movimento popular e sindical – a

CUT à frente – tivessem proposto uma paralisação cívica nacional, os setores liberais e conservadores do Comitê Nacional Pró-Diretas acabaram impondo à campanha controles e limites, que conduziram à conciliação.

A atuação do PT na campanha foi marcada pela independência, por uma política de mobilização, pela diferenciação expressa na plataforma de dez pontos e por uma política de frente e alianças. Nossa intervenção no interior dessa frente de partidos e entidades, que se organizou sob forma de Comitês Pró-Diretas, tinha como objetivo a ruptura com o regime, a conquista de eleições diretas e mudanças econômico-sociais.

É preciso destacar que o PT era a única força capaz de pôr em prática uma política independente dos trabalhadores, através da criação de um polo alternativo que atraísse todas as demais forças políticas dispostas a levar a campanha das Diretas até as últimas consequências. Em virtude de sua vocação para desenvolver outras lutas de interesse dos trabalhadores e do povo brasileiro (os pontos do PT, por exemplo), ao lado da campanha das Diretas, este polo alternativo teria contribuído para que o movimento acumulasse força, assegurando sua continuidade mesmo após a derrota da Emenda das Diretas no Congresso Nacional. A concretização desse polo, no entanto, acabou sendo inviabilizada, entre outros motivos, pela recusa de setores progressistas do PMDB, do PCB, do PCdoB e MR-8 de se aliarem a nós. Ao se submeterem à hegemonia liberal-burguesa, estes setores não se opuseram efetivamente à desmobilização da campanha das Diretas, incorporaram-se à Aliança Democrática, deram seus votos para regulamentar o Colégio Eleitoral e, hoje, ainda que isolados pelos setores mais conservadores, servem para legitimar a transição conservadora. Além deste fator, pesou também o fato de, em alguns momentos, termos dado peso excessivo ao caráter unitário da campanha, não levando em conta – no devido tempo e na dimensão necessária – que o PMDB já se dirigia ao Colégio Eleitoral com a tese da candidatura única das oposições.

A desarticulação dos comitês e a participação de alguns setores e entidades na campanha de Tancredo Neves não devem nos levar a descartar esta experiência de organização. Tampouco o desvirtuamento dos comícios, hoje, deve nos levar a abandonar esta forma de ação política.

É preciso ter claro, ao concluir este balanço, que a Aliança Democrática utilizou a mobilização popular para impor ao regime a aceitação de seu candidato. No entanto, a população mantém viva sua aspiração legítima de conquistar eleições diretas e democracia, como bem mostram todas as pesqui-

sas de opinião e as mobilizações populares, das quais as recentes greves são o melhor exemplo. E está se mobilizando em defesa de interesses sociais e econômicos, cujo atendimento a proposta de pacto social busca adiar, rebaixar e, em muitos casos, negar.

REGIME MILITAR

O desgaste progressivo, a perda de bases de sustentação social e o fracionamento mais recente dos militares não foram suficientes para provocar uma ruptura democrática e acabar com os mecanismos de exceção, construídos durante os últimos 20 anos. Antes de tudo, porque o movimento popular não foi capaz, até agora, de estabelecer as bases seguras de uma nova e favorável correlação de forças sociais e políticas, através de novos e mais altos níveis de organização, da abrangência e aprofundamento de suas lutas, de sua ação comum organizada, da conquista de amplas liberdades judiciais e políticas e de um programa mínimo de mudanças prioritárias e mobilizadoras. E também porque a sucessão, com Tancredo, sob controle e comprometida com os ideais de 1964, era uma das alternativas previstas no projeto de abertura lenta, gradual e segura, esboçado no início do governo do general Geisel, o principal sustentáculo militar da Aliança Democrática.

Ao abrir-se o atual processo sucessório, sob as regras do próprio regime e em meio a uma profunda crise econômica, social e institucional, os militares perderam o controle do PDS e, em certo sentido, ao se dividirem, permitiram que a sucessão escapasse do seu controle. Isto não impediu, porém, que eles impusessem, por meio da intimidação, medidas de emergência, ameaças, prisões e negociações com a Aliança Democrática, uma solução de compromisso que lhes garante um recuo organizado e a manutenção da tutela militar sobre o país.

Os compromissos de Tancredo com a manutenção do SNI (Serviço Nacional de Informação), da LSN (Lei de Segurança Nacional), do Conselho de Segurança Nacional, do conjunto da legislação imposta pelo regime e do aparelho repressivo significam a garantia de sua continuidade. A volta aos quartéis, da forma que se dá, sem apuração da responsabilidade política pelos 20 anos de arbítrio e corrupção, sem desmontar a comunidade de informações, o aparelho policial e o controle sobre o complexo industrial-militar, significa que o poder militar continua submetendo o poder civil, e não o contrário. Ou seja, é preciso lutar para conquistar a democracia.

Não se pode ignorar, contudo, que a formação da Aliança Democrática representou uma derrota para o atual núcleo de poder. E que, a despeito da tutela militar, Tancredo e o bloco de classes que ele articula vão governar através de novos métodos e sob novas formas.

O MALUFISMO

A divisão no interior das Forças Armadas e as dissensões no PDS – provocadas por contradições entre as classes dominantes – abriram campo para que Paulo Maluf tomasse de assalto o aparelho do PDS e, utilizando-se do suborno, da corrupção e do tráfico de influência, vencesse a convenção. Ao impor-se como candidato do regime, Maluf precipita a formação da Frente Liberal e sua posterior incorporação pela Aliança Democrática.

Maluf reúne em torno de si setores minoritários da burguesia, segmentos das Forças Armadas, comunidade de informações e organismos de repressão. Representa setores fisiológicos e de extrema direita do PDS e busca se apoiar em setores militares e políticos que temem perder seus privilégios e mordomias com a troca de governo.

Ao manter sua candidatura, contra todas as tentativas de substituição, Maluf, na verdade, revela a pretensão de organizar, com o que restar do PDS, um partido populista de direita, pronto a acolher os setores mais reacionários da sociedade. Daí porque a derrota de Maluf no Colégio não elimina as ameaças da extrema direita, que ele encarna.

A SITUAÇÃO ECONÔMICA E SOCIAL DO PAÍS

Após três anos de violenta recessão, orientada e comandada pelo Fundo Monetário Internacional, a economia do país dá mostras de leve recuperação, impulsionada pelo crescimento relativo da agricultura, da produção industrial e, sobretudo, das exportações. A expansão positiva do Produto Interno Bruto (PIB), contudo, não é, por si só, suficiente para sustentar uma retomada mais permanente, nem tampouco para reverter a profunda onda de desemprego, de miséria e de crise social provocada por uma política econômica monetarista e a serviço do grande capital.

Os dados e as projeções disponíveis indicam que os níveis de emprego existentes em 1980 só serão recuperados por volta de 1990, assim mesmo se o país crescer, até lá, a taxas de pelo menos 6% ao ano. Isto sem considerar o

ingresso de novos trabalhadores no mercado e sem levar em conta os investimentos em automação, realizados no setor industrial. Ao mesmo tempo, uma recomposição dos níveis de salário existentes até 1980 exige aumentos reais sucessivos. Isto porque, por força da política de arrocho que vem sendo imposta, houve, nos últimos dois anos, uma redução de 40% nas folhas de salários das empresas, em relação ao INPC.

Do ponto de vista da administração da dívida – que praticamente condiciona a administração da política econômica – a situação é igualmente dramática: num período de quatro anos, a menos que se estabeleça algum tipo de renegociação, o país terá de amortizar 52% da dívida, que hoje supera os 100 bilhões de dólares. Basta ver, por exemplo, que o surpreendente saldo comercial de 12 bilhões de dólares, obtido este ano, serviu apenas para pagar os juros da dívida em 1984.

Diante desse quadro, a expectativa de uma inflação gigantesca, nunca vista em nossa história, agrava o cenário de arrocho e desemprego a que estão expostos os trabalhadores: 4 milhões de desempregados e 17 milhões de pessoas sem meios conhecidos de sobrevivência.

A crise social também se revela no aumento dos índices de analfabetismo, na desnutrição, na elevação dos índices de criminalidade, na falência do sistema habitacional e previdenciário. E, a continuar o atual esquema de administração da dívida pública interna, que já representa praticamente 20% do PIB, as condições de vida da população tendem a se deteriorar ainda mais.

É neste contexto que deve ser analisada a proposta de pacto social apresentada por Tancredo Neves. Ao que tudo indica, o pedido de trégua por seis ou nove meses, feito por Tancredo, inspira-se na política de seu velho benfeitor, Getúlio Vargas: o pacto social é nada mais nada menos que a reedição da política de apertar os cintos. Em nome da consolidação de seu governo e de sua política, a Aliança Democrática quer dos trabalhadores um cheque em branco, um crédito de confiança, muito embora não se descarte de imediato a possibilidade de alguma concessão, que, na essência, será mero paliativo, não podendo constituir elemento de barganha para os trabalhadores.

A ALIANÇA DEMOCRÁTICA

A principal característica do processo de transição conduzido pelos militares e pelos setores mais conservadores dos partidos políticos, inicia-

do com a política de abertura do presidente Geisel, era a liberalização do regime, sem democratização de fato. Ou seja, reconstituir a autoridade do Estado com a participação de setores das classes dominantes até então marginalizados: tratava-se de construir uma nova hegemonia.

O planejado retorno dos militares aos quartéis previa a continuidade da exclusão das classes populares das decisões políticas, principalmente da sucessão presidencial. Isto parecia assegurado pela vitória eleitoral das forças conservadoras, ditas opositoristas, no PMDB e no PTB, criando condições para manter indiretas as eleições.

Desde essa época, o regime se empenhava para assegurar sua continuidade, ainda que sob novas formas e através de um pacto das elites. Desde essa época, também, lutávamos contra a transição por cima, e a este projeto opúnhamos uma alternativa por baixo, a partir da mobilização e em defesa dos interesses sociais e políticos das grandes maiorias.

Essa tática nos levou a lançar nas ruas a campanha por eleições livres e diretas, com perfil próprio, e propostas de mudanças econômicas e sociais. Incorporaram-se à campanha, alterando sua qualidade, todos os partidos de oposição, os governadores do PMDB e PDT, associações, sindicatos e entidades da sociedade civil.

Ao longo de toda a campanha, os setores liberais e conservadores das oposições, liderados pelo [então] governador Tancredo Neves, oscilaram entre a luta pelas Diretas e a conciliação com o regime. Temerosos diante do crescimento da mobilização popular, que ameaçava seu controle sobre a transição, estes setores, às vésperas da votação da Emenda Dante de Oliveira, apressam as negociações com setores do regime e do PDS: começa a tomar forma a Aliança Democrática.

A derrota da Emenda Dante de Oliveira foi a senha para a desmobilização e a retomada do controle pelos setores conservadores, que, tornando-se majoritários no Congresso, se recusaram a votar a Emenda Teodoro Mendes [que também estabelecia eleições diretas para presidente], regulamentaram o Colégio e consideravam golpe aprovar qualquer emenda por Diretas já. Por outro lado, a vitória de Maluf na convenção do PDS criou as condições definitivas para a união dos dissidentes do PDS com o PMDB, formalizando a Aliança Democrática e o lançamento oficial da candidatura Tancredo Neves.

A Aliança Democrática reunificou, num único bloco, latifundiários, banqueiros, industriais, grupos estrangeiros e setores militares. E, na tentativa de ocultar este caráter de classe, seus objetivos continuistas e sua legitimidade, a Aliança Democrática explorou o sentimento popular de repúdio a Maluf, apoiou-se na palavra de ordem de mudanças. Daí [se] entender por que a população, desejando as eleições diretas, mas não vendo como conquistá-las de imediato, tenha sido envolvida pelo falso dilema Tancredo ou Maluf. E, posta diante dele, foi levada a manifestar a preferência pelo [mal] menor, como manda a velha tradição do país. Ao mesmo tempo, a participação do PMDB na campanha transferiu para os comícios o peso de sua influência sobre amplos setores populares, que ainda tem dele a imagem do partido de oposição ao regime de 64.

Vitoriosa graças ao grande bloco de forças que aglutinou, a Aliança Democrática buscou arrastar para o Colégio Eleitoral o único partido que se mantém independente: o PT. Não se tratou, para ela, de precisar dos votos do PT, dada a sua evidente maioria entre os delegados, mas de conquistar nosso apoio político, social e ideológico para o projeto de transição das classes dominantes e para o pacto social que pretende legitimá-lo e consolidá-lo. Embora a diversidade de setores que compõem a Aliança Democrática não tenha permitido, até agora, a apresentação de um projeto político e econômico mais acabado, os [setores] hegemônicos da Aliança já têm definidos alguns compromissos e objetivos fundamentais. São eles: a eleição de um Congresso de centro-direita em 1986, a quem se entregaria a reforma da Constituição; a aceitação da tutela militar; o compromisso de honrar todos os acordos com o FMI e com o capital financeiro do país e do exterior; garantia de intocabilidade da propriedade fundiária, mantendo como padrão de política agrária a mera aplicação do Estatuto da Terra; em resumo, um conjunto de linhas que representam a disposição, já manifestada pelo próprio candidato a presidente, de manter-se fiel aos ideais de 64.

PLANO DE AÇÃO POLÍTICA E PLATAFORMA DE LUTAS

Num momento em que a Aliança Democrática tenta consolidar sua hegemonia de classes através da adesão dos trabalhadores a um pacto social e através da participação do PT na transição conservadora, é fundamental que o Partido preserve sua independência política. Primeiro, porque o PT nasce

da vontade de independência política dos trabalhadores, já cansados de servir de massa de manobra para os políticos e partidos comprometidos com a atual ordem econômica, social e política. Segundo, porque a recusa à dominação burguesa se expressa também pela organização dos movimentos sociais e suas lutas e por sua autonomia em relação ao Estado. Depois, porque nossa atuação no Parlamento e nas instituições tem como objetivo utilizar essas tribunas e espaços a serviço da luta pela ampliação da margem de liberdade política e pela conquista de reivindicações econômico-sociais, sempre postas em função do acúmulo de forças dos trabalhadores, tendo em vista conquistar o poder e o socialismo.

Por isso, não se trata de simplesmente canalizar as lutas para o Parlamento, nem tampouco de acreditar que a conquista de interesses sociais e políticos dos trabalhadores venha das elites dominantes. É isso o que nos ensina o manifesto da fundação do PT, que resgatamos neste momento, já que é preciso ter claro, no atual processo sucessório, quando tantos falam em democratizar o país, “que a democracia é uma conquista que, finalmente, ou se constrói pelas mãos dos trabalhadores ou não virá”.

Esta postura de independência de classe e de recusa à dominação ideológica da burguesia tem se manifestado em vários momentos da história do PT: o repúdio às propostas de fusão; a negativa de ceder à chantagem do voto útil; a não integração nos governos ditos de oposição eleitos em 1982. Coerente com esta orientação, devemos estabelecer uma linha política e um plano de ação que conduzam à construção de uma alternativa democrática e popular capaz de se opor ao pacto das elites.

A concepção desta política deve apoiar-se em pontos essenciais:

- a) reafirmação da plataforma de dez pontos do PT, tirada no [3º] Encontro Nacional, de abril/1984;
- b) estabelecimento de pontos centrais e prioritários de lutas de interesse dos trabalhadores, a serem exigidos e conquistados como medidas imediatas do próximo governo;
- c) a continuidade da luta por mudanças econômico-sociais, pela democracia e por eleições livres e diretas, juntamente com todos os setores sociais, forças democráticas, partidos e segmentos de partidos políticos que se dispuserem a lutar contra a transição conservadora e o pacto social. Esta política de alianças não se confunde com uma política de adesão, fusão ou subordinação aos interesses da burguesia;

d) organização, crescimento e consolidação do PT no plano nacional, estadual e municipal. Nesse sentido, reafirmamos a política de organização, formação política e finanças aprovada no Encontro Nacional de abril de 1984.

É preciso que o Partido, imediatamente, organize campanha de mobilização e propaganda pela Assembleia Constituinte Livre, Soberana e Democrática e por eleições livres e diretas em todo os níveis, principalmente nas capitais dos estados e nos municípios considerados áreas de segurança nacional, além da defesa da devolução da representação política para o Distrito Federal.

Para tanto, os Diretórios Regionais, Municipais, Zonais e Distritais devem organizar planos de ação no Partido para:

- 1) promover o lançamento destas campanhas através de comícios, panfletagens, propaganda e debates;
- 2) organizar inteiramente no PT e para os movimentos sociais material de educação política e esclarecimento sobre o que é uma Constituinte, seu caráter, a proposta do PT, através de textos, cartilhas, cartazes etc., com métodos e linguagem acessíveis a todos os trabalhadores;
- 3) articular com outras forças políticas e sociais, mantida a nossa identidade e as características da proposta petista, comitês e outras formas de organização suprapartidária, para ampliar e massificar as campanhas.

O Diretório Nacional e a Executiva, junto à bancada [federal], encaminharão a apresentação de projetos de leis e o apoio organizado aos que já existem, no sentido de criar condições para que a Constituinte seja democrática, soberana e livre. Grupos de Trabalho devem ser [constituídos], em nível de Executiva Nacional, para assessorar o PT com relação à Constituinte.

O Diretório Nacional e a Executiva coordenarão a campanha em nível nacional, produzindo material de propaganda, um plano de viagem dos parlamentares e dos dirigentes partidários, coordenando em nível nacional as campanhas, principalmente para prefeitos das capitais.

Por fim, o Diretório Nacional do Partido procurará outras forças políticas para expor nossa proposta e articular formas conjuntas de luta pela Assembleia Constituinte Livre, Soberana e Democrática e eleições livres e diretas em todos os níveis.

As questões de organização constituem uma questão política vital para o Partido: trata-se de reafirmar, neste momento, a prioridade para as tarefas de

construção partidária independente dos trabalhadores. Só o PT reúne, hoje, as condições – e se mantém firme neste propósito – de fazer frente ao continuísmo do regime, na defesa intransigente dos interesses da classe trabalhadora. Nesta tarefa de reafirmação e construção do PT, a organização dos núcleos, sua multiplicação e fortalecimento devem merecer todo o nosso empenho.

Este crescimento do PT, porém, só será possível com a definição de políticas para as lutas do movimento popular e sindical, no campo, nas fábricas, nas escolas, nas praças. Neste sentido é que continuamos comprometidos com a construção de um amplo partido de massas, democrático e de lutas – um dos instrumentos das massas populares para transformar o Brasil numa sociedade socialista.

No entanto, para que este Partido se consolide e se desenvolva é preciso resolver, em nível nacional, alguns graves problemas, que têm impossibilitado seu crescimento e a unificação de sua atuação política.

A POLÍTICA DE ORGANIZAÇÃO DO PT

Embora as Teses para atuação do PT, aprovadas no último Encontro Nacional [3º], sejam uma resposta aos problemas do Partido, em nível nacional, o Diretório e a Executiva Nacional não têm sido capazes de implementar aquele programa.

Persistem os mesmo problemas, depois de seis meses.

“Não temos uma política nacional de crescimento e construção partidária que vá além das tarefas de legalização, por mais indispensáveis que estas sejam. Pela quase completa falta de recursos materiais, e pelas dificuldades de mobilização de recursos humanos, não temos estabelecidas prioridades nacionais que permitam pôr em prática a regionalização” (Teses, ponto 4 da “Introdução” e “Diagnóstico”).

A prática internista, a falta de políticas para os movimentos, principalmente sindical, ou a prática equivocada são problemas também analisados nas Teses e que ainda hoje persistem.

Também permanecem e necessitam ser resolvidas dificuldades para o pleno exercício da democracia partidária. Ou seja, ainda há um certo distanciamento entre as direções e as bases; o nível de informação entre os militantes é insuficiente, pois faltam canais de informação mais ágeis e adequados; e, finalmente, é preciso que os militantes tenham uma visão da discussão que antecede

os Encontros, e os prazos previstos no Regimento Interno. A falta de recursos financeiros e a impossibilidade da Direção Nacional encaminhar uma política de organização criam um círculo vicioso perigoso: sem recursos não organizamos o Partido e sem organização não temos recursos, nem humanos, nem materiais. As próprias secretarias, comissões e a Executiva Nacional veem-se impossibilitadas de organizar suas funções e encaminhar suas tarefas.

Somados estes problemas à constante crise entre o conjunto do Partido, sua direção, bancada federal e vários parlamentares do PT em nível municipal e estadual temos um quadro que precisa ser resolvido a curto prazo. Daí a necessidade de se repensar a Executiva Nacional e o próprio Diretório Nacional, suas tarefas e seus membros, para podermos atacar, no 1º semestre de 1985, algumas questões fundamentais.

- 1) Prioridade de organização por Estado;
- 2) Um plano de regionalização do PT, que tenha como ponto básico a estruturação interna de todos os seus Diretórios;
- 3) Realização do Encontro Sindical Nacional e Estudantil do PT (já marcados) e medidas concretas para a realização de um encontro nacional de petistas que atuam no movimento popular e um Encontro Nacional sobre o Movimento de Mulheres;
- 4) Organização da atuação da bancada federal, coordenada pela Direção Nacional, em novas bases, visando a atuação legislativa e institucional do PT num ano em que questões como a legislação eleitoral-partidária, CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), Constituinte, Lei Salarial etc. estarão em discussão no Congresso Nacional;
- 5) Um plano de finanças que faça cumprir as resoluções das Teses e do Diretório Nacional do PT.

A POLÍTICA DO PT

Frente à conjuntura que analisamos nos itens anteriores, o PT deve concentrar sua atuação política no combate ao pacto social e à transição conservadora. Isso significa que devemos privilegiar o movimento popular e sindical e as formas de luta de massas. Só com este acúmulo de forças no plano não institucional será possível obter mudanças democráticas no país.

Neste sentido, o PT deve retomar sua política de apoiar e incentivar as lutas sociais, principalmente aquelas que ganham caráter nacional e de mas-

sas, como a luta dos mutuários, dos sem-terra, dos professores e, especialmente, a luta sindical, com a CUT à frente, que hoje encaminha as campanhas de reajuste trimestral, [jornada semanal de] 40 horas, salário-desemprego e reforma agrária.

As formas de luta próprias do movimento popular e sindical devem ser impulsionadas através de campanhas, protestos, invasões e ocupações. As jornadas de luta e protesto, cuja organização começou a se esboçar durante a campanha das Diretas, com a participação de entidades da sociedade civil e do movimento popular, devem ser retomadas com base em objetivos precisos. E a greve geral, que depende de um maior acúmulo de forças do movimento sindical, é o instrumento mais consequente para quebrar o pacto social. Por isso, é fundamental que todos os petistas, no movimento sindical e na CUT, se empenhem na sua organização, preparação e definição de objetivos. Papel importante jogará, neste sentido, o Encontro Sindical do PT.

No plano institucional, propomos a imediata convocação de eleições diretas, inclusive para prefeitos das capitais e áreas ditas de segurança nacional, em 1985, e não como quer a Aliança Democrática, que defende o mandato de Tancredo por quatro ou seis anos. Exigimos também a revogação da legislação eleitoral e sobre os partidos políticos, bem como os critérios vigentes de representação popular. Exigimos a livre organização partidária, o voto para os analfabetos, cabos e soldados e o igual acesso dos partidos aos meios de comunicação e ao fundo partidário.

Ainda no plano institucional, além de eleições diretas em todos os níveis, exigimos o fim da tutela militar; a revogação da LSN; a extinção do Conselho de Segurança Nacional e do SNI; e a revogação das medidas de emergência. Exigimos o pleno restabelecimento das prerrogativas do Poder Legislativo; a liberdade e autonomia sindical e o direito de greve; a participação dos trabalhadores na elaboração das leis sobre trabalho, salário, previdência social e aposentadoria; legislação de proteção ao meio ambiente e outras que repercutam na vida dos trabalhadores; e participação dos trabalhadores na administração do FGTS, BNH, PIS-Pasep, Finsocial e Inamps. Todas estas são exigências que se contrapõem ao projeto da Aliança Democrática de eleger um Congresso conservador em 1986, de manter a hegemonia dos partidos burgueses e de, eventualmente, transformar em Constituinte o futuro Congresso.

Assim, somos frontalmente contrários à reforma da Constituição proposta pela Aliança Democrática ou à concessão de poderes constituintes ao

Congresso eleito em 1986. Por outra parte, discordamos das concepções que veem a Constituinte como panaceia, como a bandeira de luta unificadora na atual conjuntura, como instrumento capaz de substituir a mobilização popular e centralizar as lutas dos trabalhadores.

Devemos, hoje, incorporar a reivindicação da Assembleia Constituinte livre, democrática e soberana no elenco de nossa plataforma de lutas democráticas.

Nossa tática quanto à Constituinte deve ser:

- a) dar todo peso à luta pelas reivindicações democráticas condensadas nos dez pontos do PT: revogação da legislação eleitoral e sobre partidos políticos e dos critérios de representação parlamentar por Estado; revogação da Lei de Segurança Nacional e das demais leis repressivas; garantia da livre organização partidária, de igual acesso dos partidos aos meios de comunicação, à propaganda e ao fundo partidário; voto para os analfabetos, cabos e soldados, e todas as pessoas a partir de 16 anos; liberdade e autonomia sindicais; e direito de greve;
- b) dar todo peso à luta por transformações econômicas e sociais;
- c) não aguardar a instalação da Constituinte para exigir estas mudanças. Lutar para conquistá-las desde já;
- d) travar a luta nos locais de trabalho, no campo, nas ruas, nos comícios, nos debates e nos parlamentos em todo o país;
- e) participar intensamente dos movimentos pela Assembleia Constituinte, defendendo a necessidade dos pressupostos democráticos para a sua eleição e o conteúdo de suas transformações.

Por isso, devemos dar prioridade à organização e unificação das lutas dos movimentos, para, sem pacto nem trégua, termos uma Constituinte com a mais ampla liberdade, representatividade e democracia – requisitos que serão mais ou menos amplos dependendo da maior ou menor participação dos trabalhadores, de forma direta, na elaboração das leis. Ainda que assegurados estes requisitos e diante da atual correlação de forças, devemos deixar claro que o PT continuará lutando para transformar a ordem social, econômica e política vigente, já que nosso objetivo é a construção do socialismo.

Contra a política econômica da Aliança Democrática, que não pretende romper os compromissos do Regime Militar com o FMI; contra o pacto social que prevê congelamento de preços e de salários apenas para manter o arrocho salarial, o PT propõe aumentos reais de salários; reajustes trimestrais

e escala móvel de salários corrigida pelo INPC do mês; salário-desemprego; jornada semanal de 40 horas, sem redução de salário; estabilidade no emprego e políticas imediatas de geração de empregos, de alimentação, de saneamento, de moradias populares, de melhorias dos transportes, de saúde – um programa de emergência voltado para a população carente. Para combater a recessão, a inflação, o desemprego, a concentração de renda, e para retomar o crescimento econômico sobre novas bases, o PT propõe o rompimento dos acordos com o FMI, a suspensão do pagamento da dívida externa e uma reforma agrária sob controle dos trabalhadores. É preciso que o PT elabore, a partir do Projeto de Programa Econômico, propostas de políticas alternativas no plano econômico, com base nos interesses e reivindicações dos trabalhadores, tendo sempre claro que não haverá mudanças institucionais democráticas no país sem a luta social e a pressão das massas, dado o caráter reacionário e conciliador do atual Congresso Nacional, dominado pela Frente Liberal e a ala conservadora do PMDB.

Neste sentido, não acreditamos que frentes de parlamentares, por si só, resolvam os problemas do país. Para nós, toda e qualquer proposta de frente tem que se basear nas lutas sociais do movimento popular e sindical e na pressão de suas formas de luta. A frente, como nós a entendemos neste momento, não é orgânica, nem definitiva. Ela é eventual, transitória, e deve se concentrar em torno de pontos específicos que o PT defende publicamente, como a plataforma de dez pontos. Ela parte de lutas concretas, dirige-se contra o pacto social e a transição conservadora. Deixamos claro, portanto, que não devem compô-la aqueles que, investindo contra os interesses reais da classe trabalhadora, vão a reboque da Aliança Democrática e apoiaram a transição burguesa e a eleição indireta de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral.

O PT se propõe a resgatar as experiências de mobilização e de organização da campanha das Diretas. E considera que, na definição de frentes, a CUT, as entidades do movimento popular e o PT devem se constituir na sua principal coluna de sustentação política e social. Devemos ter claro que, para uma frente ter força real na conjuntura, precisa se forjar a partir da luta dos trabalhadores. Assim, é necessário que o PT continue desenvolvendo sua política no movimento sindical e popular, dando continuidade às campanhas contra a política econômica recessiva, contra o arrocho e o desemprego, por reforma agrária e por melhores condições de vida e traba-

lho. É a partir da nossa participação nessas lutas que o PT terá condições de estimular a constituição de frentes e de garantir sua independência em relação à burguesia e ao Estado. As frentes, portanto, nascerão e se fortalecerão através da mobilização e da luta social, e não de simples acordos políticos e programáticos. Elas deverão se fundamentar na luta contra o pacto social e contra a transição conservadora.

Vale registrar ainda que a nossa proposta de frente não se confunde com aqueles que querem transformar o próprio PT numa “frente popular abrigando uma determinada diversidade política e ideológica...”, nem com as propostas de bloco operário-popular, que acreditam que os partidos reformistas – PCB e PCdoB – possam mudar suas posturas reformistas e de cooptação do movimento popular e sindical para o terreno da Aliança Democrática. Propostas, enfim, que entendem como possível e correto um campo opositor no movimento operário e popular, bem como no setor parlamentar combativo, que não reconhecem ainda o PT como alternativa de construção partidária.

Para nós, trata-se de o PT assumir, junto com o movimento popular, a tarefa de construir uma frente, sem ilusões de que eles venham a se integrar em bloco no PT. O trabalho para formação desta frente deve-se dar em torno de reivindicações do movimento popular, sindical e de suas entidades representativas.

Nossa proposta de frente se opõe à participação no pacto social, cujas linhas gerais reeditam a política de apertar os cintos, ou seja, o pacto mantém a política de arrocho no plano econômico, com a diferença de que, agora, desejam que os trabalhadores, pela via da cooptação e não mais da repressão, abrandem suas reivindicações. O pacto social da Aliança Democrática significa, no fundo, o congelamento das lutas dos trabalhadores e do processo de construção da democracia, que essas lutas implicam e ajudam a aprofundar. E, além disso, exige dos trabalhadores sacrifícios, numa época em que, ao contrário do período Médici, quando a economia ia bem, mas o povo ia mal, não só o povo, mas também a economia do país vai muito mal.

Em busca de legitimação para governar, à frente de um bloco de forças com interesses contraditórios, Tancredo dirige-se aos trabalhadores e ao povo pedindo um crédito de confiança. Mas, ao mesmo tempo, insiste em preservar as leis e instituições do regime e as bases de sua política econômica. Por último, em nome de realizar a transição democrática, não se compromete com a convocação de eleições diretas e usurpa um mandato que, até o momento, é de seis anos.

O PT se propõe a, junto com as entidades sindicais, partidos, associações, e com base nas lutas dos movimentos, quebrar o pacto social, opondo à transição conservadora uma alternativa democrática e popular que expresse a vontade de milhões de brasileiros que, na campanha por eleições livres e diretas, exigiram democracia e mudanças.

PARLAMENTARISMO E ANTIPARLAMENTARISMO NO PT

A recusa de parlamentares do Partido em acatarem deliberações tiradas em convenção partidária traz à tona questões cujo equacionamento poderá trazer ao Partido, nos próximos anos, reflexos tão profundos quanto os resultados da manutenção de nossa decisão de não comparecer ao Colégio Eleitoral.

Da mesma forma que o PT deve manter independência em relação às classes dominantes, não aderindo ao pacto das elites, firmado em torno da candidatura Tancredo Neves, ele só pode firmar-se como partido de massas dotado de sólidos mecanismos de democracia interna, rejeitando tanto concepções parlamentaristas como posições ditas de vanguarda, desligadas do movimento real dos trabalhadores.

Os partidos da burguesia fazem uma clara distinção entre um reduzido número de dirigentes, quase sem exceção detentores de mandatos parlamentares ou de altos postos de administração no governo, possuidores, com exclusividade, das prerrogativas de decisão política, e a massa de filiados, chamada a cada dois anos para homologar a recondução dos primeiros aos organismos dirigentes.

Em alguns casos, inclusive, o poder de decisão passa ao largo destes órgãos e se concentra nas bancadas parlamentares, servindo o partido apenas como instrumento de condução ao Parlamento.

Muitos partidos de origem popular e mesmo operária, na medida em que abdicaram da luta por transformações de fundo na sociedade capitalista, tornaram-se pouco mais do que simples apêndices de suas bancadas no Parlamento.

Existe uma profunda identidade entre esta visão de partido e a que propõe o partido de quadros ou de vanguarda, em que as cúpulas, igualmente resumidas a um pequeno número de políticos profissionais, consideram-se portadoras dos interesses das classes populares, apresentados através de propostas que, geralmente, se assemelham a fórmulas válidas para qualquer época ou lugar, sem levar em conta as condições concretas e específicas da luta de classes.

Em ambos os casos, se subestima a luta dos trabalhadores, pois, no primeiro, os movimentos sociais são apenas um elemento a mais para ser levado em consideração na luta parlamentar e, no segundo, sua validade ou importância se dá a partir de critérios estabelecidos à revelia dos principais interessados.

A visão parlamentarista de partido expressa-se no PT através da defesa da autonomia para as bancadas ou para os parlamentares, individualmente, deliberarem sobre questões políticas, de forma independente das decisões partidárias.

Apesar de ser uma postura sem expressão numérica entre os deputados e vereadores do PT, ela se colocou no centro das atenções do Partido.

O parlamentar do PT tem todo direito, assim como qualquer outro filiado, de apresentar suas propostas ao Partido, lutar por elas nas instâncias partidárias, divergir de outras propostas e, inclusive, debatê-las em público ou através dos meios de comunicação.

Como detentor de um mandato popular, tem por obrigação tentar expressar, através de sua atuação, os anseios da parcela da sociedade que o escolheu para representá-la. Não pode, no entanto, esquecer que o mandato foi obtido através do Partido, ao qual passa a representar no Parlamento.

As atitudes de um deputado ferem a democracia interna do PT quando atua em função de seus posicionamentos individuais e minoritários dentro do Partido, ao invés de defender em público e encaminhar as resoluções válidas para o conjunto dos filiados. Desconsidera a democracia interna quando garante antecipadamente uma atuação, qualquer que seja a resolução do conjunto do Partido.

A eventual concretização, por parte de qualquer deputado petista, da postura de desconhecer e descumprir diretrizes partidárias legitimamente estabelecidas no Encontro Nacional, após consulta aberta ao conjunto dos filiados do Partido, deverá levar a Executiva Nacional a solicitar, de imediato, o autodesligamento dos quadros partidários do deputado que assim agir. Em caso de recusa, caberá à Executiva e ao Diretório Nacional, por decisão do Encontro, implementarem o desligamento.

Esta decisão sobre o papel do parlamentar petista na democracia interna do Partido não deve, em momento algum, desqualificar a atuação dos companheiros parlamentares na Câmara dos Deputados, Assembleias Legislativas e Câmaras de Vereadores.

As bancadas do PT, em nível federal, estadual e municipal, conseguem, apesar de todas as dificuldades, como o boicote dos meios de comunicação, a falta de uma estrutura de apoio suficiente e a desmoralização das instituições

legislativas aos olhos da massa, ter uma atuação de muito maior peso do que sua reduzida expressão numérica.

Isso vale tanto para a atividade estritamente parlamentar, que, inclusive, tende a crescer de importância a partir do próximo ano, como para as atividades junto aos movimentos sociais e no processo de construção do Partido.

Subestimar a importância do trabalho parlamentar e institucional, assumir posturas de permanente desconfiança em relação aos companheiros detentores de mandato popular, negar-lhes o direito de defender suas ideias no interior do Partido, mesmo que minoritárias, considerá-los como meros despachantes de luxo do movimento popular ou, então, como simples contribuintes à caixa do Partido, representa uma concepção tão equivocada para a construção do PT quanto a que aponta no sentido de partido parlamentar.

Assim sendo, o Encontro reafirma e orienta o Diretório Nacional para fazer cumprir, imediatamente, as seguintes resoluções aprovadas em convenções anteriores do PT:

- | A indicação de lideranças de bancadas parlamentares será feita ouvidos os Diretórios das respectivas instâncias ([2º] Encontro Nacional do PT de 27 e 28 de março de 1982 – Carta Eleitoral);
- | A contratação de assessores se fará ouvindo as direções partidárias executivas ([2º] Encontro Nacional do PT de 27 e 28 de março de 1982 – Carta Eleitoral);
- | As iniciativas e propostas políticas mais importantes dos parlamentares são de responsabilidade do Partido, devendo ser discutidas, anteriormente, por seus órgãos de direção (Artigo 48, letra c, do Regimento Interno aprovado no [3º] Encontro Nacional, de 7 e 8 de abril de 1984);
- | A contribuição mensal dos parlamentares estaduais e federais será de 40% de seus rendimentos (fixo + variáveis + sessões extras), à Tesouraria Nacional.

Por fim, faz-se necessário que os parlamentares do PT, em todos os níveis:

- a) realizem reuniões sistemáticas e periódicas entre as bancadas federal, estadual e os vereadores, para encaminharem políticas comuns, trocarem experiências e articularem a atuação nos três planos: federal, estadual e municipal;
- b) articulem sua atuação nos movimentos sociais, com os núcleos de base e Diretórios do PT e com as entidades populares, através de reuniões periódicas, relatórios, discussões e debates comuns;
- c) mantenham, através das bancadas, boletins de informação que se constituam em mais um canal de comunicação com o conjunto do Partido.

| 1986 |

4º ENCONTRO NACIONAL

30 DE MAIO A 1º DE JULHO DE 1986
HOTEL DANÚBIO, SÃO PAULO/SP

VERA LÚCIA JURSYS



4º ENCONTRO NACIONAL, NO HOTEL DANÚBIO, SÃO PAULO, 1986.

DOUGLAS MANSUR



MANIFESTAÇÃO NA PRAÇA DA SÉ EM SÃO PAULO.

4º ENCONTRO NACIONAL¹

30 DE MAIO A 1º DE JULHO DE 1986
HOTEL DANÚBIO, SÃO PAULO/SP

ELEGE O 3º DIRETÓRIO NACIONAL E AMPLIA O NÚMERO DE MEMBROS PARA 80, INCLUÍDOS OS SUPLENTEs, MAIS O LÍDER DA BANCADA NA CÂMARA DOS DEPUTADOS E O PRESIDENTE, ELEITO EM SEPARADO, CONSENSUALMENTE, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA.

RESOLUÇÕES APROVADAS:

- | Linha sindical do PT;
- | Documento eleitoral básico;
- | Plano de ação política e organizativa do PT para o período 1986/87/88;
- | Recursos eleitorais;
- | Constituinte.

TESES-GUIAS:

- | Publicação contendo os resultados do Encontro Nacional Sindical do PT, realizado em Diadema, entre 17 e 19 de maio de 1985, e os resultados do 2º Encontro Nacional de Sindicalistas do PT, realizado em Diadema, entre 16 e 18 de maio de 1986;
- | Documento Eleitoral Básico, aprovado pelo Diretório Nacional em 1º e 2 de março de 1986;
- | Articulação por uma proposta democrática, de massas e socialista para o PT.

CHAPAS APRESENTADAS:

- | Articulação por uma proposta democrática, de massas e socialista para o PT, encabeçada por Olívio Dutra;
- | Alternativa Operária e Popular, por Raul Pont.²

Resultado da votação: chapa 1: 226 votos (72,2%); chapa 2: 87 votos (27,8%);
brancos: 7 votos; nulos: 6 votos.

Presentes: 334 delegados credenciados 326 votantes.

Estados representados: 24 (AC, AL, AM, BA, CE, DF, ES, GO, MA, MG, MS, MT, PA, PB, PE, PI, PR, RJ, RN, RO, RS, SC, SE e SP) e 1 território federal (AP).

1. Fonte: Circular 18/86 da Secretaria Geral Nacional, de 10 de junho de 1986.

2. Fonte: Ata do 4º Encontro Nacional do PT.

LINHA SINDICAL DO PARTIDO DOS TRABALHADORES

I - TRABALHADORES, PARTIDOS E SINDICATOS

A classe trabalhadora, no seu movimento histórico de superar a situação de simples massa de homens explorados no interior do sistema capitalista para tornar-se uma classe consciente do seu papel transformador da sociedade, constrói, através da luta de classe que se opõe à burguesia, as organizações coletivas que traduzem o grau atingido por sua luta: os sindicatos e os partidos de trabalhadores.

Na história concreta do movimento operário internacional não ocorre um movimento obrigatório do tipo “primeiro o sindicato, depois o partido” ou vice-versa. Se, na Inglaterra, berço do capitalismo Industrial, foi a partir dos sindicatos que surgiu o partido que reivindicava a representação da classe trabalhadora, na França e na Rússia foi a atividade dos partidos de trabalhadores que construiu os sindicatos. Isso demonstra que a luta pela organização da classe trabalhadora como classe Independente, que identifica seus interesses e se propõe a transformar a sociedade, é um processo único, que se desdobra em construção de sindicatos e partidos de trabalhadores de maneira combinada.

Um sindicato construído contra o interesse da burguesia e de seu Estado, mais do que um agrupamento unitário da classe para a defesa das reivindicações materiais e morais elementares dos trabalhadores é ao mesmo tempo, um ponto de apoio para a luta por uma sociedade sem explorados e exploradores.

Entretanto, pelo fato de agruparem – ou pelo menos tentarem agrupar – todos os trabalhadores independentemente de coração partidária, religiosa, racial etc. e pelo fato de serem organismos elementares de unidade, os sindicatos por si só, não têm um programa acabado para a mudança de um regime: por isso, não substituem os partidos, a quem cabe – levando-se em conta o respeito à autonomia dos sindicatos, portanto submetendo suas propostas à deliberação das organizações sindicais – tomar a iniciativa de imprimir esta ou aquela orientação política às organizações sindicais.

II - O MOVIMENTO OPERÁRIO NO BRASIL

A classe operária no Brasil já viveu, basicamente, três períodos históricos distintos. Um primeiro período a partir do final do século passado, quando os trabalhadores iniciavam o processo de sua constituição como classe. A organização dos primeiros sindicatos, independentes de qualquer controle do Estado, logo enfrentou a repressão violenta dos governos republicanos.

Os sindicatos e associações de trabalhadores nascidos no Brasil até o início da década de 1930 sobreviveram às custas dos próprios trabalhadores: a liberdade de reunião e de organização era uma necessidade elementar que esteve presente como reivindicação desde as primeiras greves e congressos operários.

A unidade sindical chegou a ser buscada, nessa época, com a realização de congressos operários em 1906, 1913 e 1920, e com a tentativa de criação de uma primeira Central Sindical, a COB (Confederação Operária Brasileira) em 1908.

Essa experiência encontrou limites para o seu pleno desenvolvimento. Além do peso numérico muito pequeno do operariado num país essencialmente agrário, é importante considerar a recusa das lideranças, em grande parte anarquistas, em construir partidos que assumissem a luta política como condição para a emancipação social da classe operária, o que muitas vezes levava a uma prática estreita e economicista. Os socialistas, embora minoritários, também estavam presentes no movimento sindical; mas muitas vezes alguns setores dos socialistas acabaram se confundindo com os anarquistas, enquanto outros seguiram uma orientação reformista, privilegiando apenas o aspecto econômico das lutas, sob influência do movimento social-democrata internacional (II Internacional). O Partido Comunista, fundado em 1922, surgiu – diferentemente do que ocorreu na maioria dos países – não de rachas do movimento socialista, mas, principalmente, do agrupamento de antigos anarquistas.

De qualquer forma, nesse período, apesar de todos os problemas, a classe operária no Brasil, por sua própria iniciativa e esforço, conseguiu manter a sua independência de classe, sem nenhum atrelamento de seus organismos sindicais ao Estado nem a qualquer outra instituição da burguesia.

O segundo período do movimento operário no Brasil abriu-se ao longo dos anos 1930. Vargas, no poder, procura, ao lado da repressão, que não foi abandonada, utilizar outra arma para disciplinar os operários, a arma do controle direto do Estado sobre sua organização.

Já em 1931 Vargas inicia sua ofensiva contra os sindicatos independentes, com a Lei de Sindicalização e com o Ministério do Trabalho, recém-criado. Mesmo oferecendo “vantagens”, como o direito de férias, àqueles sindicatos que aceitassem o controle do Ministério, Vargas não consegue, num primeiro momento, acabar com a resistência de muitos sindicatos que denunciam a Lei de Sindicalização. Essa situação não resolvida se reflete na Constituição de 1934: embora existindo a Lei de Sindicalização, que impunha a unicidade sindical a partir do controle do Ministério, a Constituição confirma a liberdade e a autonomia sindicais. Dessa forma, coexistem lado a lado sindicatos que aceitam o controle do Ministério e sindicatos livres que vinham do período anterior.

Vargas precisava de um pretexto, um acontecimento de impacto, que lhe desse a possibilidade de acabar com os sindicatos independentes. O que acabou sendo tomado como pretexto foi o movimento armado de novembro de 1935, liderado pelo PCB, a partir de quartéis militares no Rio, Natal e Recife, movimento que não contava com respaldo popular e correspondia a uma visão “vanguardista” orientada pela Internacional Comunista, então dirigida por Stálin. Após a derrota do movimento de 35, uma violenta repressão limpou o terreno para a efetivação da estrutura sindical oficial que sobrevive até hoje. Em 1943, com a edição da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), é completado o edifício montado por Vargas.

III - CARACTERÍSTICAS DO MODELO CORPORATIVO

1. O sindicato de modelo corporativo passa a ser um mero órgão de colaboração com os poderes públicos, um órgão transmissor dos interesses do Estado. E o Estado pretende, declaradamente, evitar o confronto de interesses entre capital e trabalho e abafar a luta de classes.

2. A organização dos trabalhadores é mantida sob controle através da total dependência do sindicato ao Estado, via Ministério do trabalho. Para nascer, sobreviver e até para morrer o sindicato precisa da interferência do Estado. No lugar, do sindicato livre, surge o sindicato oficial.

3. O Estado determina a forma de organização dos trabalhadores e cria uma estrutura arbitrária e burocrática. Os trabalhadores são agrupados de cima para baixo, em categorias rigidamente definidas. O sindicato de base é único por imposição do Estado, e pode organizar-se, segundo regras estritas, em federações e confederações, cujos dirigentes são eleitos indiretamente por

representantes dos sindicatos de base. Com a instituição do Imposto Sindical, muitas vezes os sindicatos de base vão tornar-se economicamente dependentes dessas entidades de cúpula.

4. A política paternalista do Estado encarrega-se de pensar pelo trabalhador, legislando abundantemente sobre todas as questões de interesse vital para a classe trabalhadora. O Estado funciona como o “pai dos pobres”. As benesses do Estado são concedidas de acordo com o interesse da classe dominante.

5. A Justiça do Trabalho – imposta ao movimento sindical reprimido e desarticulado durante o Estado Novo prossegue a obra de transformar as questões políticas e sociais, de confronto entre trabalhadores e patrões, em uma questão de técnica aparentemente objetiva, justa e racional. Seu modelo tripartite é claramente corporativo, fascista, moroso, burocrático e distante dos interesses dos trabalhadores.

IV - O PELEGUISMO

A consequência mais grave, em nível orgânico, do modelo sindical implantado a partir de 1930 e “aperfeiçoado” pelo golpe de 1964, é a cooptação dos dirigentes sindicais. As dificuldades que a estrutura impõe ao desenvolvimento das lutas, os cerceamentos vários à ação dos sindicatos, aliados às mordomias disponíveis, terminam por atrair os dóceis e medrosos, desanimar e desmoralizar mesmo alguns bem-intencionados e, muitas vezes, corromper ou afastar os outros.

Os sindicatos dirigidos pelos pelegos, na sua maioria, permanecem com poucos finados e, mesmo estes, muitas vezes estão mais interessados em assistência social ou serviços (médico, dentista, advogado, colônia de férias etc.) do que em um órgão coordenador de Interesses de classe, capaz de exercer pressão social. Existem ainda os diretores sindicais que se utilizam de recursos (imprensa, ida à porta de fábrica etc.), para manter a classe amorfa, infundindo concepções burguesas e a não participação na luta.

O pelego tende a agarrar-se ao poder com unhas e dentes. Chega a aliar-se à repressão, a tornar-se dedo-duro, a fraudar eleições, a trair miseravelmente sua classe.

Encontram-se nessa situação, ainda, um enorme número de dirigentes sindicais brasileiros, seja na maioria dos pequenos sindicatos de cidades e, categorias pequenas, seja em grande parte dos sindicatos maiores. Os sindicalistas combativos, além de não serem muito numerosos, são muitas vezes

perseguidos, cassados, processados e até assassinados, como tem ocorrido em certas áreas rurais.

V - A CONTRIBUIÇÃO (IMPOSTO) SINDICAL

O Imposto Sindical, hoje chamado de Contribuição Sindical, é um dos meios mais eficazes para amarrar os sindicatos ao Estado e transformar os seus dirigentes em pelegos.

Vejamos as razões disso:

1. Essa “contribuição” não resulta de ato voluntário do trabalhador, mas da lei. A cobrança é compulsória e, além disso, 20% das contribuições destinam-se ao Ministério do Trabalho (Fundo de Emprego e Salário).

2. Como o dinheiro é encaminhado pelo governo, este se arroga também o direito de controlá-lo. De fato, a lei descreve minuciosamente como e quando o dinheiro pode ser gasto e controla tudo isso através do serviço de auditoria do Ministério do trabalho. A obrigação de destinar quase todos os recursos a atividades assistenciais ou de lazer tenta impedir o investimento nos setores de organização e luta.

3. O dirigente sindical pelego não precisa lutar para trazer a categoria para dentro do sindicato porque o dinheiro entra de qualquer jeito. Assim, ele prefere ter poucos sócios para melhor controlar as eleições e para limitar as despesas assistências.

4. Com o dinheiro sobrando, o pelego cerca-se de mordomias, constrói sedes luxuosas, aumenta o número de funcionários burocráticos e acaba esquecendo a categoria.

5. Com a desculpa de que o sindicato não é livre e pode sofrer intervenção, o sindicalista deixa de realizar até o mínimo de atividades que seriam possíveis mesmo com o atrelamento, como, por exemplo, negociar seriamente, defender os direitos legais dos trabalhadores etc.

6. As Federações, que ficam com 15% da Contribuição Sindical, e as Confederações, que ficam com 5%, acabam tendo grande disponibilidade de recursos, porque recebem de vários sindicatos e porque não têm as mesmas despesas que estes. Além disso, estão ainda menos sujeitas a pressões da base que o sindicato. Isso permite a muitas Federações usar o dinheiro para atrair os sindicatos pequenos à sua dependência financeira e, em seguida utilizá-los para perpetuar no poder os dirigentes da Federação.

Em conclusão, podemos afirmar que o Imposto Sindical e uma base fundamental para a manutenção do sindicalismo atrelado e um forte entrave para a luta dos trabalhadores

VI - 1946: A OPORTUNIDADE PERDIDA

Com a proximidade da derrota do fascismo, ao fim da II Guerra Mundial, renasce no Brasil o movimento democrático contra a ditadura Vargas. Conquista-se a anistia aos presos políticos e finalmente Vargas é afastado do poder. Inicia-se no interior do movimento operário um período de greves e mobilizações. O PCB é colocado na legalidade pouco antes da queda de Vargas, e passa a reestruturar o MUT (Movimento Unificador dos Trabalhadores) que reúne mais de 300 presidentes de sindicatos. A proposta básica do PCB é “Constituinte com Getúlio”, convidando, ao mesmo tempo, a classe trabalhadora a “apertar os cintos” pois, segundo afirma, a hora era de “União Nacional” para reconstruir o país depois da guerra.

Em 1946 – ano em que se reúne uma Assembleia Constituinte e, no qual, portanto, a questão da liberdade e autonomia sindicais estava na ordem do dia o PCB organiza, junto com o Ministério do Trabalho e os pelegos do PTB (Partido Trabalhista Brasileiro, criado por Vargas) –, o Congresso de fundação da Confederação dos Trabalhadores do Brasil (CTB). O próprio ministro do Trabalho, Negrão de Lima, abre os trabalhos do Congresso, mas suspende em seguida, temendo perder o controle da reunião. Frente a isso, os delegados continuam o Congresso em outro local e fundam a CTB. Nos seus estatutos, a CTB se define – o que é uma ironia – como órgão de colaboração com o Ministério do Trabalho, que acabara de fechar seu congresso de fundação. Não se questiona em nenhum momento a existência do imposto sindical.

Enquanto isso, a bancada do PC na Constituinte, embora defendesse genericamente liberdade e autonomia sindical, não mexe na CLT e chega a retirar, proposta (por ela mesma formulada) de direito de greve incondicional, em nome do bom andamento dos trabalhos parlamentares.

Tudo isso não impede que o governo Dutra – pressionado pelos EUA, então em “guerra fria” com a URSS – casse o mandato dos parlamentares do PCB, coloque o partido na ilegalidade, feche o MUT e a própria CTB.

Lentamente os trabalhadores começam a recompor o seu movimento, e as greves voltam a agitar o cenário político já em 1949. Em 1953 ocorre em

São Paulo uma grande greve geral que abala o controle da pelegada do PTB sobre os sindicatos. O PCB – que logo após a repressão de Dutra tinha se lançado sem sucesso numa linha de construir “sindicatos vermelhos” (sindicatos paralelos abertos apenas aos simpatizantes do partido) – voltara à prática anterior de trabalhar de acordo com o PTB no movimento sindical.

Dessa aliança PC-PTB, e numa situação de radicalização do movimento grevista, é que surge primeiro o PUI - Pacto de Unidade Inter-sindical, depois o PUA – Pacto de Unidade e Ação, e finalmente o CGT – Comando Geral dos Trabalhadores, já no início dos anos 1960. Essas articulações de cúpula – delas só participavam os dirigentes sindicais, geralmente os presidentes de cada sindicato – tinham em comum o fato de todos falarem em unidade, mas em nenhum momento proporem a independência dos sindicatos em relação ao Ministério do Trabalho.

O CGT, que chega a agrupar número bastante grande de entidades sindicais, não tem, entretanto, um trabalho de organização das bases.

A maior prova disso veio com o golpe militar de 1964, quando o CGT lança uma proposta de greve geral contra o golpe militar, no dia 1º de abril, e o que se viu foi apenas uma paralisação parcial dos transportes no Rio de Janeiro e nada mais.

O golpe de 1964 aprofundou a repressão sobre o movimento operário com cassações de dirigentes sindicais, prisões, torturas, assassinatos, desaparecimentos e exílio. Mas não precisou inovar muito na estrutura sindical: bastou-lhe manter a que já existia e que permitiu ao governo ampla intervenção nos sindicatos.

Em todo esse período, a resistência do movimento operário não deixou de manifestar-se. Logo após a Segunda Guerra Mundial, a classe operária organizou greves e manifestações. A partir de 1953, novas greves de centenas de milhares de trabalhadores foram organizadas, tendo entre seus picos mais altos a greve dos 300 mil em 53, em São Paulo, e a greve dos 800 mil em 57, também em São Paulo. Os anos de 61 a 64 mostraram uma grande combatividade dos trabalhadores, seja na cidade, seja no campo, onde, já nos anos 1950, haviam sido organizadas as Ligas Camponesas.

Como conquista dessas lutas dos trabalhadores, destacamos entre outros pontos, o abono de férias, ou 13º salário.

Após a implantação da ditadura militar, explodiam novamente greves, das quais se destacam as de Osasco e Contagem, em 1968 a luta dos trabalha-

dores não desapareceu, mesmo nos anos mais duros da ditadura, e o acúmulo dessa existência deu um salto a partir de 1978, no ABC, quando um terceiro capítulo começa a ser escrito na história do movimento sindical.

As greves metalúrgicas de 1978 e 79, vanguarda de um movimento que ganhou as mais diferentes categorias para a luta pelas reivindicações, com a utilização da greve apesar da lei antigreve – fez com que surgisse toda uma corrente de sindicalistas que identificam no controle estatal um obstáculo a ser demolido para o florescimento da vida sindical. Essa corrente está na base do surgimento do nosso partido o PT, cuja atuação foi decisiva para a construção da CUT. Para que isso fosse possível criação do PT e da CUT – é evidente que tivemos que nos contrapor à política e à prática do PCB e de outros agrupamentos, como PCdoB e o MR-8, que continuaram a privilegiar os conchavos de cúpula em nome da *unidade*, fazendo acordos com a pelegada, sem questionar a atual estrutura sindical.

VII - UNIDADE, UNICIDADE E PLURALISMO SINDICAL

O PT defende a unidade sindical dos trabalhadores, tendo em vistas, porém, que a efetiva unidade de classe trabalhadora só é possível sob completa independência frente ao Estado. A tutela estatal deforma a unidade, transformando-a em subordinação centralizada à burguesia, através do Estado. Por isso, a unidade real e necessária dos trabalhadores pode ser fruto consciente dos próprios trabalhadores e nunca uma imposição estatal. Ou seja, tem que estar baseada na independência e na democracia sindicais, possibilitando a convivência de todas as correntes de opinião legítimas do movimento operário e o acesso das bases às decisões fundamentais da luta e da organização sindical.

A unicidade imposta pelo Estado deve ser rejeitada como prejudicial às necessidades dos trabalhadores, pois a intromissão estatal na organização sindical implica em restrições à sua liberdade de ação contra a burguesia e seu Estado. Assim, a defesa da independência, unidade e democracia sindicais deve ser permanente. Com base nesses princípios, o PT lutará pela unidade orgânica do movimento sindical e pelo sindicato único por categoria profissional ou ramo de atividade (categoria e ramo de atividade definidos pelos próprios trabalhadores) e pela Central Única dos Trabalhadores.

Ainda que a mais plena liberdade e autonomia sindical (que defendemos) possibilite o surgimento de sindicatos e centrais sindicais paralelos, isto é, o pluralismo sindical, devemos evitá-lo porque ele dificulta a unidade de ação contra a burguesia. As lutas da classe trabalhadora, dividida organicamente, podem enfraquecer-se, pulverizando a defesa dos nossos interesses enquanto classe.

VIII - RELAÇÃO DOS SINDICATOS COM O ESTADO

Os militantes do Partido dos Trabalhadores intervêm no movimento sindical na perspectiva de desenvolver a luta da classe dos trabalhadores contra o patronato buscando a completa emancipação da classe trabalhadora frente ao capital, em direção ao socialismo. Considerando que o Estado, na sociedade capitalista, é um instrumento da burguesia para garantir sua supremacia social, política e econômica, a sua interferência na organização dos trabalhadores implica inevitavelmente no tolhimento da liberdade de ação dos mesmos contra o patronato e seu Estado. Por isso, o PT luta pela mais completa independência dos sindicatos, pelo fim do controle organizativo, financeiro e político destes pelo Estado e pela soberania das assembleias sindicais. Lutamos também pela extinção de todas as deformações geradas pelo prolongado controle estatal sobre o sindicalismo brasileiro, particularmente o assistencialismo, o corporativismo e o verticalismo.

Assim, o PT manifesta-se pela extinção completa do Título V da Consolidação das Leis do Trabalho, que consagra a intromissão estatal e sua regulamentação da vida sindical. O PT posiciona-se pela aprovação e cumprimento da Resolução n.º 87 da OIT e sua efetiva aplicação no Brasil, sem prejuízo da luta pela unidade sindical dos trabalhadores e pela consagração da independência e autonomia sindical em nossa Constituição.

Lutando contra a concepção corporativista do movimento sindical, defendemos a intervenção resoluta dos trabalhadores organizados no plano de lutas institucionais, com o objetivo de formular uma nova política sindical, que implique na garantia de autonomia e liberdade sindicais na luta pela Assembleia Nacional Constituinte, sem prejuízo das reivindicações imediatas e inegociáveis dos trabalhadores.

No bojo da luta pela Constituinte livre e soberana e pelo atendimento das reivindicações do povo, a questão da Independência dos sindicatos ocupa um lugar central.

IX - O PT E A AUTONOMIA SINDICAL

Defender a autonomia sindical só é possível quando se compreendem bem todos os seus aspectos, quando se conhecem as dificuldades dessa defesa, não só na teoria e nos discursos, mas na prática e no dia a dia sindicais.

A base primeira e objetiva da necessidade de autonomia para a ação sindical nasce de que os sindicatos têm objetivos próprios, que dizem respeito aos interesses do conjunto dos trabalhadores representados, independentemente de coloração partidária.

O PT surge justamente da autonomia sindical, porque é fruto de uma série de ações, movimentos e lutas sindicais inspiradas pelo desejo de independência e autonomia dos trabalhadores. É por isso que o PT, em seu programa, prioriza a conquista da liberdade e autonomia sindical. É por isso, também, que o PT deve ser – e é – o seu mais decidido defensor.

Diante da crise do sindicalismo atrelado e das direções comprometidas com a sustentação da estrutura sindical oficial, o PT pode fazer avançar a luta pela independência sindical e pela construção do sindicalismo classista e democrático expresso pela CUT.

Como pode um partido, tão ligado ao movimento sindical como o PT, favorecer o desenvolvimento da autonomia sindical e, ao mesmo tempo, atuar com um mínimo de coordenação e coerência ao expressar e defender as suas posições no movimento sindical? Qual deve ser a relação do PT com o movimento sindical? Como o PT poderá fortalecer o desenvolvimento do movimento sindical? E, por outro lado, de que maneira as questões sindicais podem ser tratadas no PT? Como encaminhá-las?

X - ALGUNS PONTOS BÁSICOS

Em primeiro lugar, a atitude de militante do PT deve obedecer a certas definições básicas:

1. A atuação sindical dos petistas deve voltar-se prioritariamente para o fortalecimento da entidade e o crescimento do nível de organização da categoria. Os petistas defenderão e impulsionarão, no seu sindicato, todas as iniciativas políticas que levem à independência dos sindicatos em relação ao Ministério do Trabalho;
2. A estrutura material dos sindicatos não deve ser vista como algo a ser usado pelo partido para os seus próprios fins, mas sim como forma de fazer crescer a organização específica dos trabalhadores e suas conquistas;

3. Os petistas, dentro do sindicato, devem defender e favorecer os direitos à participação de todos os associados qualquer que seja sua posição no interior do movimento sindical – bem como de todos os membros da categoria;
4. Os petistas são defensores intransigentes da participação e decisão das bases sobre os destinos do sindicato, impulsionando a organização dos trabalhadores nos locais de trabalho;
5. Os petistas se empenharão para atuar de forma unitária no movimento sindical. Eles incentivarão fóruns democráticos e defenderão o respeito às decisões ali tomadas;
6. O PT jamais tentará substituir o sindicato. Os petistas procurarão sempre atuar em consonância com as palavras de ordem e orientações que as assembleias sindicais decidirem;
7. Os petistas, naturalmente, lutarão pela renovação das direções sindicais acomodadas ou conciliadores e estimularão a posição do movimento sindical classista no sentido de opor-se à atual estrutura e legislação sindical. Não devem, porém, sobrepor essa preocupação a interesses de avanço da mobilização e politização de cada categoria, adotando atitudes sectárias ou divisionistas.

XI - NOSSA ATUAÇÃO

O PT apoia o movimento sindical e confia em seu desenvolvimento autônomo numa linha de autêntico compromisso com as bases. Para uma intervenção coerente e realista, o PT deve pautar sua organização em alguns pontos importantes:

1. Priorizar, nas instâncias nacional, regional e municipal, a criação de Secretarias Sindicais, que procurarão ajudar a atuação dos petistas no movimento sindical, integrando sindicalistas da cidade e do campo;
2. Promover, através da Secretaria Sindical, a discussão sobre questões de interesse do movimento sindical;
3. Deve-se incentivar a criação de Núcleos de Base do PT por categoria e por local de trabalho, dando-lhes toda a assessoria possível. As Secretarias Sindicais devem impulsionar a ligação e articulação entre os militantes desses Núcleos e as demais instâncias do Partido, sem esquecer que os Núcleos são organismos partidários e não sindicais. Como tal, esses Nú-

- cleos (devem participar das atividades partidárias, em todas as instâncias, discutindo o conjunto da política do Partido, e engajando-se na luta do PT pela democracia e pelo socialismo;
4. Os militantes devem estar engajados nas lutas e nos movimentos que se dão nas cidades e no campo, ou apoiá-los. Os Núcleos e Diretórios procurarão manter-se informados e prontos para colaborar, de todas as formas, nessas lutas;
 5. A atuação dos petistas no sindicato jamais deve ser semelhante às das vanguardas cupulistas, pretensas donas da verdade, mas isoladas das bases. Os militantes devem atuar principalmente a partir do local de trabalho. A tarefa da conscientização e organização, no local de trabalho, é de primordial importância. A partir dos interesses da base, os pelegos devem ser desmascarados;
 6. A atuação dos petistas no local de trabalho não deve ser só no sentido de organizar os Núcleos de Base por categoria ou local de trabalho. Devem incentivar a criação de comissões de empresa. As Secretarias Sindicais deverão intensificar um debate sobre as formas de estruturação dessas comissões, seu relacionamento com os sindicatos e com as diretorias;
 7. Na luta para manter a unidade de ação dos trabalhadores ganha especial importância a organização das comissões de empresa. Essas comissões devem ser órgãos unitários de todos os trabalhadores dentro de uma mesma empresa, representando os interesses imediatos desses trabalhadores no confronto direto com os patrões. As comissões de empresa, para serem órgãos unitários e, ao mesmo tempo, autônomos, devem ficar fora da estrutura sindical e partidária, garantindo-se que delas participe todo o coletivo dos trabalhadores. Os petistas devem esforçar-se para que o sindicato, e também o partido, mantenham com as comissões de empresa um relacionamento que respeite sua autonomia e sua representatividade ampla;
 8. As comissões de empresa são, pois, organismos de luta e de organização de todos os trabalhadores dentro de cada empresa e não entidades de vanguarda. A suposição de que as comissões de empresa são, ao mesmo tempo, órgãos de poder dentro das empresas, não corresponde à realidade atual da consciência e da organização dos trabalhadores. Por outro lado, entretanto, não se pode descartar que, com o avanço da luta de classe dos trabalhadores, as comissões de empresa possam evoluir nesse sentido. Mas

- essa evolução deve depender da luta e da experiência dos próprios trabalhadores e não da decisão teórica de quem quer que seja;
9. A participação nas reuniões e assembleias sindicais é outro fator importante. Os militantes petistas devem ter sempre uma palavra que leve ao fortalecimento do sindicato, a partir da base. Seu discurso não é o mesmo de uma reunião partidária. Eles devem falar como trabalhadores e associados que são, refletindo a preocupação constante com as reivindicações gerais dos trabalhadores e as específicas da base territorial;
 10. Especial atenção devem ter os militantes petistas com os meios de comunicação próprios do sindicato (boletins, jornais etc.) procurando aperfeiçoá-los. Devem insistir também na montagem de cursos de formação, e de atividades culturais, no interesse dos associados;
 11. Os petistas devem fazer as diretorias se engajarem nas lutas gerais de interesse do conjunto da classe trabalhadora, como seja, a luta por autonomia e liberdade sindicais, a estabilidade, a redução da jornada de trabalho sem redução salarial, o salário desemprego, comissões de empresa, direito de greve, revogação da LSN (Lei de Segurança Nacional), eleições livres e diretas, Reforma Agrária, Constituinte etc.;
 12. Tendo em vista o grau de organização, a necessária penetração nas bases, e outros fatores, como a correlação de forças, os petistas devem organizar oposições sindicais para derrubar as direções pelegas. Deve-se evitar a conotação de “chapa do PT”, embora seja isso que a imprensa burguesa vai procurar divulgar. A organização de oposições deve ter em conta toda a possibilidade de fraudes e manobras de que os pelegos não hesitam em lançar mão, quase sempre sob as vistas complacentes do Ministério do Trabalho. É aconselhável que as oposições se cerquem de toda a assessoria possível, principalmente na área jurídica;
 13. Os dirigentes sindicais petistas devem fazer um esforço para manterem sua ligação com o Partido. Sua experiência de luta e sua combatividade são patrimônio de que não podemos abrir mão. É necessário romper com o preconceito arraigado, provindo da estrutura sindical vigente, de que a atividade sindical deve excluir a Partidária. Os companheiros que ainda têm dúvidas quanto a isso devem aprofundar a discussão em torno do assunto;
 14. Os petistas devem lutar, no nível institucional e em cada sindicato, bem como nas entidades intersindicais, para democratizar os pleitos eleitorais. Particularmente em relação às eleições sindicais, o PT deve batalhar para

que todos os seus militantes apoiem e participem da mesma chapa, o que não significa que defenda chapas exclusivamente petistas. Sobre o processo de formação das chapas, de acordo com o nosso objetivo de lutar pela democratização da vida sindical, o PT recomenda que elas sejam compostas a partir de Convenções Eleitorais, livres e abertas, convocadas a partir de princípios políticos e de um programa de luta e de trabalho para o Sindicato. Dessa forma, as composições políticas, as alianças e a representatividade das fábricas estariam contempladas, a construção da unidade com princípios seria uma possibilidade, desde que assegurados os interesses da categoria a partir, de um programa e de critérios políticos definidos. Assim, também, não ficaria diluído o papel de direção e de instância executiva que as direções sindicais devem ter para os sindicatos, que são organismos de base, a democratização plena e profunda do sindicato coloca a sua diretoria em um novo papel de instância executiva, subordinada às decisões das assembleias gerais e demais mecanismos representativos de decisões, previstos nos estatutos das entidades. Nesse sentido, a proposta política de proporcionalidade nas eleições sindicais, em que todas as chapas concorrentes estariam contempladas na diretoria, não é hoje o melhor caminho para a democratização e o avanço político da luta sindical. A ampla confrontação de propostas, a convivência das mais variadas correntes, a coesão e a unidade nos encaminhamentos devem ser garantidas através da criação e fiscalização direta dos trabalhadores em instâncias tais como: congressos, assembleias, plenárias, conselhos e comissões;

15. Os militantes petistas de cada categoria devem procurar realizar plenárias a fim de unificar a intervenção petista nas campanhas da categoria, inclusive nos pleitos eleitorais.

XII – A LUTA CONTRA O PELEGUISMO

A atual estrutura sindical personifica-se na figura de dirigentes sindicais imobilistas, conciliadores e cupulistas, cuja atividade tem o caráter de omissão ou traição sistemática às lutas dos trabalhadores. Por isso, o PT considera necessário lutar pela renovação das direções sindicais como uma das expressões do combate ao peleguismo e pelo fim do sindicalismo regido pela CLT.

Nesse sentido, o partido deverá apoiar e impulsionar as oposições sindicais comprometidas com propostas classistas e democráticas de luta e or-

ganização sindical, ajudando-as no que for necessário, em todos os planos, para efetiva derrubada dos pelegos. Essa meta, por sua vez, não conflita com a necessidade de combater por unidade de ação com as direções sindicais às quais nos contrapomos, visando a arrastá-las ou desmascará-las perante as bases e favorecendo assim o avanço do conjunto dos trabalhadores. Por outro lado, o PT não pode ignorar a existência de uma camada de dirigentes que, não tendo aderido à CUT, nem sendo petistas, não podem simplesmente ser qualificados como pelegos. Atraso políticos vacilações frente à classe patronal e às manobras do peleguismo, inexperiência política, são fatores muitas vezes determinantes da atitude desses setores que serão mais rapidamente atraídos para o sindicalismo classista e combativo representado na CUT quanto mais firme e decidida for nossa intervenção no movimento sindical, buscando a unidade de ação dos trabalhadores.

XIII - PELO FIM DO IMPOSTO SINDICAL

O Imposto Sindical, hoje chamado de Contribuição Sindical, é um dos meios mais eficazes para atrelar os Sindicatos ao Estado, que, dessa maneira, legisla e fiscaliza a aplicação das verbas dele decorrentes em atividades não vinculadas à luta dos trabalhadores. O Imposto Sindical, como contribuição obrigatória, atenta contra o direito de os trabalhadores disporem dos seus salários como melhor lhes convier, e fornece à diretoria do sindicato a verba necessária à manutenção do assistencialismo, da burocracia sindical e das mordomias, levando-a ao imobilismo diante da categoria, à passividade diante dos patrões e à dependência diante do Estado.

O PT, desde já, posiciona-se pela extinção do Imposto Sindical, como uma medida geral e primordial, a ser aplicada de forma igual – em termos de ritmo e prazos – à totalidade dos sindicatos brasileiros.

Como formas para garantir a sustentação financeira do sindicato, independentemente do Imposto Sindical, os militantes sindicais petistas defendem o seguinte:

1. Sindicalização massiva da categoria promovendo a prática da contribuição voluntária consciente dos trabalhadores.
2. A atual Contribuição Assistencial (verba descontada de todos os trabalhadores de uma dada categoria profissional, por ocasião dos Acordos Coletivos), deve ser decidida democraticamente, em assembleia da categoria, e passará a ser uma “taxa de campanha salarial”.

3. Formas alternativas de sustentação das lutas da categoria – como os fundos de greve – e, onde esses já existirem, o seu aperfeiçoamento e fortalecimento.

XIV - O SINDICALISMO RURAL

A luta pela reforma agrária e por medidas de proteção aos camponeses também ganha destaque. Uma das prioridades do PT é a campanha contra a violência no campo e a exigência de punição dos assassinos e mandantes. Os assassinatos de lideranças de trabalhadores tornaram-se prática comum dos latifundiários para sufocar as lutas dos camponeses e dos assalariados agrícolas. O PT exigirá o fim do aparato repressivo (GETAT, SNI, LSN etc.) e o fim das milícias paramilitares (esquadrões da morte, capangas, jagunços etc.) bem como apuração e punição dos crimes (assassinatos e torturas) cometido desde o período da ditadura militar.

No plano da organização dos trabalhadores do campo, as delegacias sindicais, organizadas nas zonas rurais como representação dos trabalhadores rurais sindicalizados em distritos ou lugarejos, não podem e nem devem substituir outras organizações de trabalhadores que reúnam o conjunto dos trabalhadores do lugar, como as comunidades e os conselhos comunitários.

No processo de organização dos trabalhadores rurais, o PT terá que prestar cada vez mais atenção ao surgimento e ao desenvolvimento dos trabalhadores agrícolas. Este setor de trabalhadores pode querer, mais cedo ou mais tarde organizar seu sindicato de base, específico, os sindicatos dos assalariados rurais, diferenciando-se do sindicato de base dos pequenos produtores rurais, que normalmente reúnem pequenos proprietários, posseiros, arrendatários e parceiros em regime de produção familiar e que não exploram de forma sistemática mão de obra assalariada.

Atualmente, os sindicatos de trabalhadores rurais reúnem indistintamente pequenos, produtores e assalariados, impedindo, às vezes, que as reivindicações e a organização dos assalariados se desenvolvam mais livremente.

Mas sindicatos de assalariados rurais não devem ser criados artificialmente, a deverão corresponder ao amadurecimento próprio da luta dos assalariados e de sua necessidade de organizar-se de forma independente.

Mas o PT deverá sistematizar de forma mais aprofundada e aperfeiçoada sua linha de atuação no movimento camponês. Para isso e além das medidas imediatas na defesa dos trabalhadores do campo e no combate à

violência latifundiária, que deverá tomar desde à em conjunto com outras forças populares – o PT deverá organizar Secretarias Rurais, bem como debates e encontros de trabalhadores rurais e de petistas que atuam nessas áreas, e preparar seu projeto de Reforma Agrária. Os resultados dessas práticas deverão ser incorporados à linha sindical do partido.

XV – MOVIMENTO SINDICAL E MOVIMENTO POPULAR

A lutar dos trabalhadores contra a exploração e a dominação de classe passa pelo avanço da consciência e da organização política dos trabalhadores no movimento sindical e nos movimentos populares. Nesse sentido, essas duas frentes devem articular-se a partir de lutas concretas, o que às vezes ocorre, por ocasião de greves sindicais, e, mais raramente, de campanhas específicas dos movimentos populares.

O PT tem sido um fator de união e de relacionamento entre essas duas frentes de luta, que compõem as grandes vertentes de massa na própria origem do partido. Entretanto, a ação articulada de petistas nesses dois movimentos tem se dado, até agora, de forma assistemática e setorial, exatamente por falta de linha mais clara de atuação.

Para superar essa deficiência, é preciso que os planos de luta sindical completem reivindicações sociais, objeto de luta dos movimentos populares. Além disso, a ação conjunta deve expressar-se tanto na luta por questões sociais, tratadas de forma articulada com as questões trabalhistas, quanto no plano da participação popular nas decisões do Estado e no controle sobre sua ação.

XVI – FORTALECIMENTO DA CUT

A atual discussão sobre unidade, unicidade e pluralismo sindical refere-se principalmente às relações entre a CUT (Central única dos Trabalhadores), central sindical independente e democrática, a CGT, central sindical divisionista criada em abril de 1986, e a USI, articulação dos setores mais conservadores do movimento sindical. O PT entende que a CUT é a expressão do respeito à vontade democrática e de uma perspectiva de unidade sindical das bases, já dos Enclats (Encontro das Classe Trabalhadora) e Ceclats (Congressos Estaduais da Classe Trabalhadora). Para o PT, o fortalecimento orgânico e político da CUT é uma tarefa fundamental para todos os partidos políticos comprometidos com os interesses da classe trabalhadora, para que as

mais diversas posições políticas e ideológicas, partidos e militantes do movimento, caminhem no sentido de assegurar efetivamente o caráter unitário da Central Única.

A CGT representa uma iniciativa divisionista de setores que se contrapõem à criação da CUT, através de uma aliança entre PCB, PCdoB e notórios pelegos incrustados nas Federações e Confederações. Apesar de todas as profundas divergências na sua composição política, ela tem estado mais preocupada em legitimar as iniciativas do governo perante a classe trabalhadora, do que sustenta, e reivindicar as mais justas aspirações dos trabalhadores perante o governo e os patrões.

Além disso, inúmeros sindicatos atualmente não estão ligados à CGT; é preciso considerar também que boa parte dos sindicatos, como os rurais, articulam-se apenas com a respectiva Confederação (Contag e outras Confederações e se declaram alheios a qualquer articulação.

Já a USI (União Sindical Independente) nada mais é do que há de mais conservador no movimento sindical. Seus articuladores são os pelegos incrustados nas Confederações. Dentro da atual estrutura sindical corporativista, detêm em suas mãos Confederações importantes. Deram apoio ao golpe militar de 64 e hoje apoiam as iniciativas governamentais.

O fortalecimento da CUT e sua afirmação como entidade realmente unitária e representativa da maioria do movimento sindical depende da combinação de vários fatores: da prática combativa dos sindicatos, da sua íntima ligação com as bases, da sua capacidade de se articularem e organizarem unitariamente, tanto em nível vertical (representação por categoria profissional ou ramo de atividade) como horizontal (representação intercategorias); tudo isso na base dos princípios já enunciados de independência e democracia sindicais.

Entendemos que, hoje, a política de fortalecimento da CUT passa também, inevitavelmente, pelo confronto com os defensores do sindicalismo atrelado e conciliador, reunidos na CGT e na USI. Assim, todo o combate aberto e democrático aos representantes dessas centrais deve ser feito, seja para impor derrotas a seus dirigentes diante das suas categorias, seja para obrigar uma parte cios mesmos a aderir à CUT (por meio pressão, combinada na base e na cúpula), ainda para atrair os setores vacilantes, que não se definiram por nenhuma das três entidades.

Essa meta, porém, para ser atingida, tem de partir da avaliação realista da situação, atual, onde a CUT, embora avançando progressivamente, ain-

da não é maioria no movimento sindical brasileiro. A existência da CGT e da USI dirigindo parcela expressiva das entidades sindicais, com sua política conciliadora e divisionista, representa um obstáculo real que tem de ser combatido pela CUT com táticas apropriadas a cada situação incluindo a aplicação consciente e sistemática da luta pela unidade de ação. O mesmo se coloca em relação aos sindicatos independentes. De fato, saber dirigir-se às lideranças e às bases da CGT e dos demais sindicatos com propostas unitárias de luta, dispondo-se a encaminhá-las conjuntamente nos momentos em que a pressão de base força “radicalizações” demagógicas dos dirigentes; assim como saber denunciá-los quando traem concretamente as lutas, apelando às bases para que os superem na luta, é imprescindível para a afirmação da CUT, inclusive entre os trabalhadores ligados aos sindicatos dirigidos pelos seus adversários.

A partir das observações anteriores, devemos ter claro como se coloca hoje a questão da unidade orgânica. O PT defenderá sempre a necessidade de se construir uma só Central Sindical, baseado numa experiência comum de luta centrada no princípio da independência e da democracia sindicais.

Entretanto, hoje a “reunificação” orgânica dependeria de um longo processo de cúpulas, com a conseqüente paralisia da CUT e, principalmente, significa abdicar das conquistas democráticas expressas nos estatutos da CUT e que consignam um rompimento frontal com as imposições da atual estrutura sindical atrelada ao Estado.

Da mesma forma, a “reunificação” hoje implicaria em questionar os posicionamentos classistas da CUT, seja os constantes no preâmbulo de seus estatutos, seja nas resoluções mais recentes de seus Congressos e das suas Direções – contra o pacto social, pela Democracia sem qualquer restrição e em defesa das reivindicações. Portanto, a unidade que o movimento sindical necessita deve ser construída nas lutas cotidianas e gerais dos trabalhadores. A unidade forçada, de cima para baixo, é incapaz de atender às necessidades reais dos trabalhadores e, por isso, seria falsa. A construção de uma CUT representativa, atuante e forte, é o caminho mais curto para a unidade que queremos.

Nesse sentido, não está colocada como prioridade no horizonte dos petistas defender a CUT um congresso de fusão. Entretanto, todas as medidas e esforços devem ser empenhados para construir a unidade na ação, a unidade na luta pelas reivindicações.

Com o mesmo objetivo de fortalecer a CUT é preciso generalizar e fortalecer a criação de comissões de empresa, organismos de unidade elemen-

tar dos trabalhadores e canal de representação dos mesmos. As comissões constituem-se como bases de apoio para o fortalecimento da CUT, contra a política cupulista daqueles que hoje se agrupam na CGT e na USI. Essa deve ser tarefa prioritária das CUTs Regionais e dos Sindicatos.

XVII - A CONSTRUÇÃO DO PT

O PT enfrenta diversos problemas no seu processo de construção. São problemas de ordem ideológica, política e organizativa que precisam ser tratados para que conduzam o Partido a esclarecer dúvidas existentes e a unificar-se mais solidamente.

Alguns companheiros que atuam no movimento sindical têm se mostrado preocupados com uma possível perda de direção dos trabalhadores no PT. Eles se queixam de que os dirigentes sindicais petistas em geral estão fora dos grandes debates que ocorrem no Partido, de que não possuem espaços de participação nos Diretórios e de que os Diretórios e Núcleos não contemplam os problemas que eles vivem no movimento sindical.

Alguns desses companheiros chegam a afirmar que o PT está perdendo os objetivos originais de sua fundação e que a CUT, em vista disso, se vê obrigada a assumir propostas mais avançadas do que o PT.

Essas opiniões, independentemente de serem certas ou não, devem chamar nossa atenção para o sério problema de participação dos dirigentes sindicais petistas na vida do Partido, por um lado, e da defesa da política do partido no movimento sindical, por outro.

Grande parte dos dirigentes sindicais petistas não participam das instâncias de decisão do PT. Isso ocorre, em primeiro lugar, porque eles são filiados a Núcleos e Diretórios cuja atividade passa longe do movimento sindical. Dessa maneira, os dirigentes sindicais petistas sentem-se deslocados das atividades e reuniões dessas instâncias, às vezes comparecendo a elas somente por uma obrigação formal. Em segundo lugar, como não participam efetivamente dessas instâncias de base, não são eleitos como delegados aos Encontros Municipais, Regionais e Nacionais, nem escolhidos para os órgãos de direção do Partido.

Dessa forma, criou-se uma situação em que os dirigentes sindicais petistas – muitas vezes em cargos importantes em sindicatos e na CUT – não têm uma participação efetiva nas decisões partidárias, sentindo-se alijados desse processo. Como contrapartida grave, eles sentem dificuldades em cumprir as

decisões adotadas pelo PT e defendê-las no movimento sindical. Para isso, é fundamental ampliar qualitativamente a construção de Núcleos de Base por categoria e por local de trabalho e dar maior peso deliberativo a esses Núcleos.

Essa é uma situação que deve merecer atenção redobrada, tanto dos organismos dirigentes do PT quanto dos dirigentes sindicais petistas.

A superação de tais problemas, porém, não depende só da adoção de medidas organizativas. Na realidade, a maioria das questões em pauta está relacionada com o tipo de partido que nos esforçamos por construir, o que inclui a definição das relações que devem existir entre seus militantes e o movimento sindical em que atuam.

Quando os dirigentes sindicais petistas se referem à manutenção da direção operária do PT isso não pode ser entendido somente como preocupação quanto a uma direção organizativa, através da qual os dirigentes sindicais petistas garantam sua presença nos principais postos de direção do Partido. Embora a participação efetiva dos dirigentes sindicais na organização partidária seja uma das condições necessárias para manter a fidelidade do PT às suas origens, ela não é a única, nem mesmo a principal.

Quando falamos em direção, tratamos, acima de tudo, de hegemonia. E, hegemonia compreende principalmente os aspectos ideológicos e políticos, sendo o aspecto organizativo uma decorrência deles. De nada adianta os dirigentes sindicais petistas terem participação e cargos na organização do partido se eles não conseguirem imprimir ao PT um programa de luta e uma ação que corresponda aos interesses de classe dos trabalhadores assalariados modernos, se eles não conseguirem apresentar propostas políticas que sejam flexíveis e, ao mesmo tempo, estejam impregnadas de conteúdo de classe se eles não conseguirem estabelecer as pontes entre a luta econômica de melhoria de condições de vida e trabalho dos trabalhadores, a luta política pela participação nos mecanismos de poder do próprio sistema capitalista e a luta pela transformação social, pelo socialismo.

Evidentemente, a realização de tarefas desse porte exige muito mais do que vontade. Os trabalhadores, em especial os dirigentes sindicais petistas, têm que considerar seriamente a necessidade de transformarem-se em intelectuais-operários na acepção correta do termo, em operárias com capacidade de elaborar teorias que correspondam à realidade de sua luta de classe e sirvam de orientação nessa mesma luta. E têm, ainda, que participar efetivamente nas diversas instâncias e direções partidárias, nas discussões e decisões partidárias.

Essas exigências entram em contradição com a atividade absorvente das direções sindicais e da CUT. Como combinar as atividades do movimento sindical com as atividades do Partido?

Os dirigentes sindicais petistas devem entender que, além de imprimir ao partido um forte conteúdo de classe, eles são a representação do próprio movimento sindical. Ao fundarem o PT, os sindicalistas deram um passo qualitativamente novo em sua atividade. Compreenderam os limites do sindicalismo, um movimento que abarca, ou deve abarcar, a imensa maioria dos trabalhadores, independentemente de suas preferências religiosas, políticas ou partidárias, e procuraram criar um instrumento mais avançado para a luta pela conquista de uma sociedade sem exploradores e explorados. Esse instrumento é um partido de trabalhadores, o PT.

Houve, assim, uma inversão no processo. Os sindicalistas que avançaram e criaram um partido político de trabalhadores transformaram-se, por sua própria ação consciente, em ativistas políticos atuantes no movimento sindical. É verdade que alguns companheiros sindicalistas petistas não se deram conta dessa transformação. Uns consideram que, criado o Partido, podem ficar na sua atividade sindical e que o partido não precisa de cuidados. Outros simplesmente desenvolvem sua atuação a parte do Partido, como se este nada tivesse a ver, com o movimento sindical. Entretanto, ao transformarem-se em ativistas políticos, os dirigentes sindicais petistas são, antes de tudo, militantes partidários atuantes no movimento sindical.

Isso significa que os militantes do PT que atuam no movimento sindical devem ter propostas políticas acertadas para esse movimento, respeitando ao mesmo tempo os limites desse movimento, sua autonomia e o nível de mobilização e consciência das massas, atuando no sentido de elevar esse nível. Seria um erro grave, que romperia com os limites e a autonomia do movimento sindical se os militantes petistas procurassem fazer com que sindicatos e CUT assumissem como seu, o programa alternativo de poder, socialista, do PT.

Há companheiros que questionam o fato de, sendo militantes do PT, não poderem levar os sindicatos e a CUT a assumirem o programa alternativo de poder, socialista. Afinal, pensam, esse é o sentido de luta dos trabalhadores e deve ser uma tarefa dos militantes do PT levar a proposta socialista a todos. Esse questionamento, porém, não está colocado em seus devidos termos. Em primeiro lugar porque a definição para uma sociedade sem explorados nem exploradores (o socialismo, portanto), já é uma definição adotada em

Congresso Nacional da CUT, e incorporada a seus Estatutos. Em segundo lugar, porque, na prática, com tal raciocínio, esses companheiros apagam o verdadeiro lugar que cabe ao PT ocupar, reunindo os militantes políticos sob um programa alternativo de poder, socialista.

Os militantes do PT devem levar as propostas socialistas para os trabalhadores, devem fazer propaganda do socialismo e discutir com os trabalhadores a necessidade de um novo poder e de uma nova sociedade. Nesse tipo de atividade, eles procuram elevar a consciência, a mobilização e a organização da massa dos trabalhadores e, ao mesmo tempo, incorporar, ao PT aqueles que mais se destacam no processo de luta e aqueles que despertaram para a política. Nessa atividade os militantes petistas, empenhados na luta pelo socialismo, procuram imprimir na prática e na ação dos sindicatos e da CUT a busca desse objetivo do partido, sem, contudo, pretender impor-lhes um programa alternativo de poder, socialista.

A CUT e os sindicatos não devem ficar restritos às bandeiras econômicas. Ao fazer com que a CUT e os sindicatos assumam bandeiras políticas, os petistas devem ter o cuidado de que essas bandeiras expressem as aspirações, reivindicações e necessidade das grandes massas e não só de uma parcela dos trabalhadores. Nesse sentido, a luta contra a dívida externa, pela ampla participação popular na Constituinte, pela incorporação dos direitos adquiridos dos trabalhadores na nova Constituição, pela liberdade e autonomia sindical e outras bandeiras podem mobilizar os trabalhadores em geral.

Em vista de todos esses aspectos, é da máxima importância que os dirigentes sindicais petistas atuem unificadamente, isto é, que suas propostas principais sejam levadas unitariamente para o movimento sindical. É evidente que sempre existirão divergências de um ou outro tipo entre os petistas, mas é inconcebível que os militantes do PT, atuando numa mesma direção sindical, apresentem propostas e posição opostas nessa direção. Os dirigentes e ativistas sindicais não petistas terão um referencial ruim do PT ao assistir esse tipo de disputa.

Assim, é fundamental que os dirigentes sindicais petistas tenham instâncias dentro do partido, para discutir as divergências que aparecem naturalmente na atividade prática e tirar uma posição unitária, pelo menos nas questões principais. Isso nos remete novamente para a questão orgânica. Em que instâncias partidárias os dirigentes sindicais devem participar para discutir os problemas do movimento sindical e, ao mesmo tempo, influir nas decisões políticas do PT como um todo?

a) Em primeiro lugar, eles precisam participar dos Núcleos de Base de categoria no de local do trabalho, na medida em que essa participação lhes permite uma relação mais estreita com a base do partido e os capacita a serem eleitos como delegados aos encontros distrital, municipal e estadual. Essa participação lhes garante, por outro lado, que o Núcleo fique a par dos problemas dos problemas do movimento sindical e entenda que a atividade básica dos dirigentes sindicais é nesse movimento e não em outra coisa qualquer.

b) Em segundo lugar, eles precisam dispor-se a assumir cargos nos Diretórios do PT, em especial nos Diretórios Municipais, Regionais e Nacional, para dinamizar e tornar importante a atuação das Secretarias Sindicais do PT. Sendo membros dos Diretórios, os dirigentes sindicais petistas têm condições de manter essas instâncias do partido atualizadas sobre o movimento sindical e, ao mesmo tempo, de inteirar-se dos problemas gerais da construção do PT, e influir nas suas decisões e políticas.

c) Em terceiro lugar, eles precisam fortalecer as Secretarias Sindicais como fóruns adequados de discussão dos problemas específicos do movimento sindical, visando uniformizar a intervenção dos militantes petistas das diversas categorias da cidade e do campo.

d) Em último lugar, será necessário estudar a formação de grupos ou comissões de trabalho de petistas que atuam na diretoria de um sindicato ou numa direção da CUT para debater e encaminhar a solução dos problemas práticos dessa diretoria ou direção. Embora esses grupos não devam se transformar em instâncias decisórias, eles podem ajudar a unificar a atuação dos petistas em diretorias ou direções das quais participam outras correntes políticas.

O enfrentamento desses problemas ideológicos, políticos e organizativos, relacionados com a direção dos trabalhadores no PT, é uma questão que afeta a todo o Partido e não só aos dirigentes sindicais petistas. Vai demandar um esforço muito sério para a remoção dos obstáculos hoje existentes e, em grande maioria, para fazer com que muitos dos dirigentes sindicais petistas compreendam que o PT é a instância maior e que de sua efetiva direção política depende não só a luta do movimento sindical, como a luta de todos os trabalhadores por uma nova sociedade.

A questão do caráter do partido, aberto, de massas, democrático e socialista sintetiza todos esses problemas e é a chave para aprofundar o processo de discussão interna. Entretanto, algumas questões ainda demandarão um período mais longo de discussão para que os pontos controvertidos sejam es-

clarecidos e para que o processo de luta ideológica e política travada em torno deles ajude o fortalecimento e a construção do PT.

Nesse sentido, faz-se necessário que os militantes se empenhem em adotar métodos corretos de discussão e decisão. Questões muito controversas, como a da existência de tendências organizadas dentro do PT, do cumprimento estrito das decisões democraticamente adotadas pelo partido, das relações entre operários e intelectuais, e a questão do socialismo, entre outras, não podem ser decididas por votação ou através de recursos administrativos. Elas demandam um persistente e prolongado debate, da forma mais organizada e democrática possível, para evitar divisões maiores. O caráter do PT, como partido aberto, de massas, democrático e socialista, pressupõe a existência de diferentes correntes de opinião dentro do partido. Isso não só dá ao partido um dinamismo muito grande, possibilitando que, no entrelaço democrático de análises e propostas, o conjunto dos militantes se politize e faça o partido avançar. Permite, por outro lado, aprofundar as relações democráticas internas e externas. O problema, porém, não reside aí. Reside em que coabitam dentro do partido diferentes correntes ou tendências organizadas que possuem sua própria política e sua própria disciplina, grande parte das vezes em contraposição à política adotada democraticamente pelo partido, rompendo com a disciplina do PT, cujo aspecto mínimo é o cumprimento das decisões do PT. Algumas tendências dentro do PT constituem partidos dentro do Partido. Embora haja diferenciação nas suas políticas ante o problema chave da construção do PT, nos últimos anos tem havido a formação, entre outras, de um bloco entre elas para impor ao partido a tática geral e diversas táticas setoriais.

Algumas tendências que atuam no PT, mesmo quando em teoria afirmam o contrário, consideram o PT como uma frente de massas e agem em correspondência com essa concepção. As decisões dos órgãos dirigentes do PT só são levadas em conta se coincidirem com as próprias decisões das instâncias dirigentes dessas tendências. Nessas condições, elas rompem constantemente não só com a disciplina, mas também com a democracia interna do PT. Esse método de ação das tendências prejudica a construção do PT como partido. Na medida em que este avança para construir-se cada vez mais como um verdadeiro partido de classe, embora mantendo seu caráter aberto, de massa e democrático, a existência de tendências com política e disciplina próprias transforma-se numa aberração dentro do Partido, e tende a criar obstáculos à sua construção. O importante é que os quadros e militantes das tendências

cheguem a compreender o caráter de partido do PT e, então, se engajarem na sua construção como partido aberto, de massas, democrático e socialista.

Isso vai depender, porém, em grande medida, do aprofundamento do debate democrático dentro do PT sobre as diversas tendências organizadas. A postura de avestruz, de fechar os olhos à existência dessas tendências e suas políticas, não pode continuar. Os militantes precisam tomar conhecimento dos documentos e textos dessas correntes, estudá-los e compará-los conscientemente com os documentos e textos do PT e discutir em profundidade o que existe de certo e de errado nas suas posições. Só desse modo os militantes do PT terão consciência dos verdadeiros problemas ideológicos e políticos em causa e poderão tomar uma posição independente no debate.

XVIII - COMO FUNDAR UM SINDICATO

A importância de estarem os trabalhadores organizados em sindicatos enfatizada durante todo o texto deste livreto sobre a *Linha Sindical do PT* impõe que se divulguem orientações gerais sobre a fundação e a organização dessas entidades.

O PT luta para modificar a atual estrutura sindical – atrelada ao Estado – e, conseqüentemente, a legislação sobre fundação e organização de sindicatos. Mas, enquanto a legislação não for modificada, os trabalhadores terão de cumprir numerosas exigências, que vão indicadas em seguida.

Essas exigências diferem um pouco, quer se trate de sindicatos de trabalhadores urbanos, que se trate de sindicatos de trabalhadores rurais. Por essa razão, este capítulo final do livreto está dividido em duas partes, uma para cada caso.

A - SINDICATOS DE TRABALHADORES URBANOS

Para fundar um sindicato de trabalhadores urbanos, isto é, da cidade, os trabalhadores de uma determinada categoria, e dentro dos limites de determinada base territorial, devem reunir-se, discutir a necessidade, a oportunidade e a conveniência de criar essa entidade, e então, tomar as seguintes providências:

1. Em primeiro lugar, criar uma Associação Profissional;
2. Em segundo lugar, transformar a Associação Profissional em Sindicato.

Vejamos, em detalhes, como são feitas essas duas coisas:

1. CRIAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO PROFISSIONAL

A Associação Profissional é o primeiro estágio para a criação de um Sindicato de uma categoria profissional ou de profissionais liberais; depois de reconhecida, a Associação poderá ser transformada no Sindicato, que passará a ser órgão representativo dessa categoria.

Para criar e depois reconhecer a Associação, a fim de transformá-la em Sindicato, os trabalhadores precisam:

- | convocar, por edital publicado em jornal, uma assembleia geral de fundação da Associação;
- | preparar Estatutos da Associação de conformidade com o Estatuto Padrão, e que deverão ser aprovados nessa assembleia;
- | fazer os presentes assinar o Livro de Presença;
- | eleger a Diretoria e o Conselho Fiscal, com respectivos suplentes, da Associação;
- | registrar em Ata, no Livro de Atas, tudo o que ocorrer de importante na assembleia; e pedir o registro da Associação, através de um processo de registro, na Delegacia Regional do Trabalho (DRT), que é a repartição oficial que representa o Ministério do Trabalho em cada estado do país.

Este processo de registro constitui-se dos seguintes documentos:

1. Requerimento ao Delegado Regional do Trabalho, solicitando o registro da Associação;
2. Exemplar do jornal que publicação do edital de convocação da Assembleia Geral de Fundação da Associação. Nesse edital deve constar a seguinte ordem do dia:
 - a) Fundação da Associação Profissional dos (nome da categoria);
 - b) Aprovação dos Estatutos (modelo padronizado pela Portaria 126/58, do Ministério do Trabalho, devidamente atualizado);
 - c) Eleição da Diretoria e do Conselho Fiscal e respectivos suplentes;
 - d) Aprovação das Mensalidades.
3. Cópia da Ata da Assembleia Geral de Fundação (extraída do Livro de Atas de Assembleias Gerais);
4. Cópia xerox autenticada da relação dos presentes à Assembleia Geral de Fundação (extraída do Livro de Presença às Assembleias Gerais);
5. Dados pessoais, devidamente assinados, dos eleitos. A eleição deve obedecer às seguintes normas: a Diretoria deve ter o mínimo de 3 e o máximo

de 7 diretores, e o mesmo número de suplentes; o Conselho Fiscal deve ter 3 membros efetivos e 3 suplentes;

6. Relação dos sócios, com todos os dados contidos no Livro de Registro, de acordo com o art. 527, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT);

7. Exemplar dos Estatutos.

Atenção: todas as folhas dos documentos desse processo devem ser rubricadas pelo presidente da Associação.

2. TRANSFORMAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO E SINDICATO

Para transformar a sua Associação Profissional em Sindicato, os trabalhadores, através da diretoria da Associação, devem obter o que se chama de Investidura Sindical. Para isso, é necessário que, após devidamente registrada a Associação na Delegacia Regional do Trabalho, decorra um prazo de seis meses. No fim do prazo, a diretoria da Associação deve solicitar ao Ministério do Trabalho a Investidura Sindical, que é o reconhecimento da Associação já agora como Sindicato. Essa solicitação constitui um novo processo, endereçado à Delegacia Regional do Trabalho.

Esse processo de pedido de reconhecimento como Sindicato constitui-se dos seguintes documentos:

- 1 - Ofício ao Delegado Regional do Trabalho solicitando encaminhamento, ao Ministério do Trabalho, do processo;
- 2 - Ofício ao Ministro do Trabalho solicitando Investidura Sindical para a Associação Profissional tal;
- 3 - Folhas dos jornais em que foram publicados os editais de convocação da Assembleia Geral Extraordinária da Associação Profissional que deliberou pelo pedido de investidura sindical. O edital deve conter, como ordem do dia: 1 - deliberar sobre a transformação em Sindicato; 2 - eleição da Diretoria Provisória do sindicato; 3 - aprovação dos Estatutos Sociais; 4 - estabelecimento da mensalidade social do sindicato. Devem constar os horários de primeira e segunda convocações e a declaração de que a votação se dará por escrutínio secreto. O edital deverá ter três publicações e/ou afixados na (s) Prefeitura (s), no prazo de 30 a 15 dias antes da data da Assembleia Geral Extraordinária;
- 4 - Cópia autenticada da Ata da Assembleia, especificando-se se a mesma ocorreu em primeira ou segunda convocação (acompanhada das respectivas listas de presença). Caso a Assembleia tenha ocorrido em se-

gunda convocação, dever ser acompanhada de Ata Declaratória de Não Comparecimento em primeira Convocação. Devem também constar que todos os itens constantes no Edital foram votados por escrutínio secreto bem como o número de votos de cada votação;

- 5 - Certificado de registro da Associação Profissional (pode ser cópia);
- 6 - Exemplar dos Estatutos Sociais aprovados em Assembleias;
- 7 - Declaração, do tesoureiro, do número de associados quites e em condições de votar existentes na data da assembleia (para verificação de quórum);
- 8 - Relação dos Associados, conforme modelo anexo à portaria 39/44 do Ministério do Trabalho, separadamente por Município;
- 9 - Declaração, de órgão oficial, do número dos que exercem a profissão ou atividade indicada na categoria representada, na base territorial pleiteada pela Associação Profissional. (Atenção: esta declaração, confrontada com a relação de associados, deverá comprovar a reunião de 1/3 dos exercentes da categoria representada pelo requerente);
- 10 - O Ministro do Trabalho poderá, excepcionalmente, reconhecer como Sindicato uma Associação Profissional que não possua ou não possa comprovar a reunião do 1/3 exigida pela Portaria 39/44, do Ministério do Trabalho;
- 11 - Declaração (pode ser negativa) dos Bens Patrimoniais existentes e dos Serviços Assistenciais prestados;
- 12 - Parecer da entidade sindical de grau superior (Federação ou Confederação) a respeito da pretensão do requerente (embora isso seja atribuição da Delegacia Regional do Trabalho, pode ser encaminhada também pelo requerente);
- 13 - Relação dos membros eleitos, efetivos e suplentes, da Diretoria e do Conselho Fiscal, e que devem comprovar as seguintes condições:
 - a) prova de que são brasileiros (xerox da Carteira de Identidade);
 - b) declaração que substitui o atestado de bons antecedentes e de residência;
 - c) prova do exercício efetivo da profissão há, pelo menos, dois anos na base territorial, ou em cargo de representação profissional (Carteira de Trabalho, alteração de Contrato Social);
 - d) ficha de qualificação;
 - e) declaração do presidente de que todos os membros da Diretoria e do Conselho Fiscal são associados há, pelo menos, 6 meses da Associação Profissional requerente.

Atenção: Toda documentação deverá ser rubricada pelo presidente.

B - SINDICATOS DE TRABALHADORES RURAIS

Para fundar um Sindicato de Trabalhadores Rurais não é necessário passar pelo primeiro estágio, que é a criação de uma Associação Profissional. Os trabalhadores rurais podem criar diretamente um Sindicato. Isso quer dizer que, no mesmo ato em que fundam o sindicato, os trabalhadores podem pleitear a Investidura Sindical, isto é, o reconhecimento como sindicato.

Para fundar diretamente o Sindicato, os trabalhadores precisam fazer o seguinte:

- | fazer um Edital de convocação da Assembleia Geral de fundação. Deste edital deve constar a seguinte ordem do dia:
 - a) aprovação da fundação do Sindicato;
 - b) aprovação dos Estatutos Sociais;
 - c) eleição de uma diretoria provisória;
 - d) fixação da mensalidade social.
- | fazer com que esse Edital seja assinado por, no mínimo, 3 trabalhadores integrantes da categoria, devidamente qualificados, e residentes na base territorial pretendida;
- | publicar – pelo menos 15 dias antes da Assembleia – o edital em jornal, ou, se não existe jornal na base territorial, irradiar, em declaração firmada por autoridade pública, o edital pelo rádio ou afixá-lo em locais públicos;
- | enviar – até 5 dias antes da Assembleia – um exemplar do Edital à Delegacia Regional do Trabalho;
- | preparar a relação dos associados, no Livro de Registro dos Associados, com os seguintes dados: nome, número de ordem, número de matrícula, idade, estado civil, nacionalidade, naturalidade (cidade em que nasceu), profissão, Município em que exerce a profissão e residência;
- | realizar a Assembleia, na qual os associados devem: aprovar a fundação do Sindicato, aprovar os Estatutos Sociais, eleger uma Diretoria Provisória, fixar as mensalidades sociais e deliberar pleitear a Investidura Sindical;
- | fazer a ata, no Livro de Atas, das deliberações da Assembleia;
- | obter o parecer da Federação da categoria sobre o pedido de Investidura Social;
- | pedir ao Ministério do Trabalho o reconhecimento do Sindicato, por meio de um processo endereçado à Delegacia Regional do Trabalho.

Este processo de pedido de reconhecimento constitui-se dos documentos seguintes:

1. requerimento ao Delegado Regional do Trabalho, fazendo o pedido, encaminhando o processo ao Ministério do Trabalho;
2. requerimento ao Ministério do Trabalho;
3. folha do jornal que publicou Edital de convocação da Assembleia Geral de fundação do Sindicato e de aprovação do pedido de reconhecimento; ou, na inexistência de jornal, declaração de autoridade pública de que houve irradiação ou afixação do edital em locais públicos;
4. três cópias autenticadas da Ata de Assembleia;
5. cópia autenticada dos Estatutos aprovados;
6. relação dos associados, reproduzida no Livro de Registro de Associados, com todos os dados, e devidamente autenticada;
7. prova de que o Sindicato reúne 1/3 (um terço) dos integrantes da categoria profissional no Município pretendido, mediante declaração, fornecida pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) ou Prefeitura Municipal, do número provável dos integrantes da categoria profissional no Município pleiteado, e confrontação desse número com o de associados do Sindicato. Mediante requerimento ao Ministro do Trabalho essa prova poderá ser dispensada, mas o Ministério recomenda esforços para obter a proporcionalidade de um terço;
8. declaração (pode ser negativa) sobre serviços sociais prestados pelo Sindicato;
9. declaração (pode ser negativa) dos bens patrimoniais do Sindicato;
10. parecer da Federação da categoria respectiva sobre o pedido Investidura Sindical;
11. relação dos diretores eleitos, acompanhada da seguinte documentação relativa a cada diretor:
 - a) prova de que é brasileiro (Certidão de Idade, ou de casamento, ou Título Eleitoral, ou Carteira de Identidade);
 - b) prova de boa conduta, assinada por autoridade competente, ou, ainda, por duas pessoas que se identifiquem, ou, ainda, pelo próprio diretor;
 - c) prova do exercício da atividade profissional desde dois anos antes. Essa prova poderá ser feita por cópia autenticada da Carteira de Trabalho, por atestado da Prefeitura ou por atestado do empregador.

C - OBSERVAÇÕES FINAIS

A base territorial de entidade sindical de primeiro grau, isto é, do sindicato, urbano ou rural, é o município, de acordo com a Portaria 71/65, do

Ministério do Trabalho. Quando os trabalhadores requerem, no processo, um sindicato com base em mais de um Município, a Delegacia Regional do Trabalho deverá orientar os trabalhadores para desmembrarem o processo.

A Delegacia Regional do Trabalho também mencionará, no seu parecer sobre os processos de fundação e reconhecimento de Sindicato, a existência ou não de outro Sindicato da mesma categoria e no mesmo Município ou que abranja este (se houve extensão de base territorial).

São essas as orientações gerais que os trabalhadores devem seguir para fundar seus sindicatos. Se os trabalhadores tiverem quaisquer dúvidas, ou dificuldades, podem procurar a Delegacia Regional do Trabalho, ou outro Sindicato da região. Podem, também, dirigir-se aos militantes e dirigentes da Central Única dos Trabalhadores (CUT) ou do Partido dos Trabalhadores (PT), que os colocará em contato com advogados.

Os trabalhadores, porém, devem lutar para modificar a legislação sindical, a fim de facilitar a criação de sindicatos e tornar livre, independente e autônomo o seu funcionamento.

DOCUMENTO ELEITORAL BÁSICO

CAPÍTULO 1 – PLATAFORMA

O PT estabelece como plataforma para as eleições de 1986 uma série de objetivos prioritários – específicos e gerais –, que vão aqui indicados.

A) OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1. A CONQUISTA DE POSTOS PARLAMENTARES PROPORCIONAIS

O PT considera fundamental formar bancadas petistas expressivas e significativas, não só do ponto de vista numérico, mas também da representatividade e da qualificação de seus componentes, nas casas legislativas.

No caso das Assembleias Legislativas, é fundamental concentrar esforços para que haja uma bancada em cada estado do país, porque isso permite uma base de atuação parlamentar para a defesa dos interesses da classe trabalhadora e para a luta por mudanças concretas. Além disso, os parlamentares do PT deverão fazer a fiscalização e a cobrança dos governos burgueses, bem como a difusão das ideias e teses petistas. Finalmente, a existência de uma bancada é de inestimável apoio para a organização do Partido no estado.

No caso da Câmara dos Deputados, tendo em vista as características constituintes que terá nessa Legislatura, é fundamental que a bancada petista seja formada por deputados originários da maior parte possível dos estados brasileiros, e signifique um polo de aglutinação de forças democráticas e populares na oposição à transição conservadora e na condução das batalhas parlamentares capazes de fazer avançar, o máximo possível, a elaboração da futura Constituição na direção da democracia e do socialismo.

2. A CONQUISTA DE POSTOS MAJORITÁRIOS NO SENADO

O Senado Federal – que, junto com a Câmara dos Deputados, constituiu o Congresso – terá grande importância num ano constituinte. Assim, o PT deve avaliar adequadamente suas forças, para tentar conquistar, se possí-

vel, alguma representação nessa Casa Legislativa. É preciso, em cada estado, avaliar para que cargos é conveniente lançar as melhores figuras do Partido: se para o Senado ou para o governo do estado.

3. A BUSCA DE GOVERNOS ESTADUAIS

O PT deve entrar nas eleições de 1986 com a disposição e o empenho necessários para conquistar governos estaduais. Existem perspectivas de o PT eleger governadores em alguns estados. O Diretório Nacional recomenda que, preferencialmente, sejam lançadas candidaturas próprias a governadores (bem como a senadores). Nesse sentido, deve-se dar ênfase à elaboração de programas, planos e propostas, com especial referência ao funcionamento da participação popular efetiva, inclusive através de Conselhos Populares.

B) OBJETIVOS GERAIS

1. AVANÇO DA CLASSE TRABALHADORA

A campanha eleitoral deve ser entendida pelo PT como uma particular forma de luta política. Nesse sentido, uma campanha eleitoral, embora tenha características próprias e específicas, não pode ser contraposta às lutas políticas, como se fosse coisa diferente destas.

Uma campanha eleitoral é uma atividade político-partidária com objetivos e características específicos – basicamente, os de eleger governantes e parlamentares –, já indicados na parte A deste capítulo. Para o PT, porém, uma campanha eleitoral também tem, além dos objetivos específicos, os objetivos gerais, e o mais importante deles é fazer com que, através da própria campanha e dos eleitos, se faça avançar o nível de organização e conscientização da classe trabalhadora e, com isso, mudar a correlação de forças e alcançar transformações concretas em benefício da população. Isso se consegue, principalmente, através da participação democrática dos trabalhadores nos processos de análise e debate de programas, planos e propostas, critérios e formas de escolha das candidaturas, condução da campanha, criação de organismos e entidades de trabalhadores, que possam se transformar em polos de organização e de lutas permanentes.

Assim, além de os próprios trabalhadores se fazerem representar e se elegerem como representantes, nos postos tanto parlamentares quanto executivos, devem aproveitar as eleições para criar e fortalecer suas organizações sindicais e populares próprias.

O objetivo do PT é firmar-se como a grande alternativa de oposição à transição conservadora e desenvolver a independência política dos trabalhadores em relação às classes dominantes, seus partidos políticos e candidatos. Neste sentido, o critério político para a efetivação de coligação, aliança ou acordo eleitoral, deve ser:

- a) claro posicionamento de oposição ao governo Sarney, à Nova República e à transição conservadora, bem como às diversas propostas populistas, que procuram apresentar-se como oposição ao governo Sarney, mas apoiam a transição conservadora;
- b) comprometimento com uma plataforma que contemple as principais posições do PT e dos trabalhadores;
- c) compromisso prático com as lutas dos trabalhadores e do povo.

2. PROPAGANDA E ORGANIZAÇÃO DO PARTIDO

O PT deve aproveitar a campanha eleitoral de maneira a propagar as ideias e as teses petistas e a alastrar e fortalecer a organização partidária. Além de comitês eleitorais (ver, adiante, o Capítulo 3 – Recomendações de Campanha), o PT deve aproveitar este ano eleitoral – durante o qual também se realiza a Campanha Nacional de Filiação – para arregimentar maior número de militantes, criar Núcleos de Base e Diretórios.

3. DEMOCRATIZAÇÃO DA CONSTITUINTE E DA CONSTITUIÇÃO

O Congresso Constituinte, que se elegerá em 1986, está longe de ter o caráter democrático e soberano que poderia ter uma Assembleia Nacional Constituinte, convocada e eleita conforme o projeto apresentado pelo PT (Projeto Djalma Bom): precedida de revogação da Lei de Segurança Nacional (LSN) e das demais leis repressivas, assembleia proporcional ao número de eleitores do país, unicameral, específica e exclusiva, funcionando antes do término do mandato do atual Congresso, e precedida por assembleias consultivas municipais, encarregadas de recolher reivindicações e sugestões populares para a futura Constituição.

Contudo, o PT participará da eleição do futuro Congresso Constituinte, não obstante todas as restrições e limitações que assinalam o processo da sua convocação, restrições essas impostas, inclusive, pela própria Constituição atual. Para tentar, em parte pelo menos, compensar essas limitações, o

PT procurará contribuir para que as eleições se tornem o mais democráticas possível, priorizando, durante a campanha, o combate a todas as leis represoras e formas de opressão, alargando ao máximo o acesso à produção e à difusão nos meios de comunicação, exigindo a eleição direta para presidente da República, ampliando o direito de voto e de elegibilidade para soldados e praças das Forças Armadas, defendendo ampla e irrestrita liberdade de organização e atividade político-partidária.

Além de procurar democratizar o processo constituinte, através de eleições democráticas e da mobilização de massas durante o funcionamento do Congresso, o PT também deverá fazer com que, na sua campanha eleitoral, todos os candidatos petistas defendam um conjunto de conquistas, que signifiquem um real avanço democrático na sociedade brasileira. Todos os candidatos petistas devem contribuir para que a futura Constituição incorpore essas conquistas democráticas, alargando, assim, as possibilidades concretas de, agora, oferecer uma alternativa global à transição conservadora e abrindo caminho para transformações estruturais na direção do socialismo. A luta pela reforma agrária e pelo rompimento com o FMI se inscrevem entre as mais urgentes e prioritárias dessas bandeiras, que incluem, entre outras, a luta pelos direitos dos grupos sociais específicos, como as mulheres, os negros, os índios etc.

Para isso, será importantíssimo que o Partido complete o processo de debate interno e de elaboração de dois instrumentos políticos fundamentais, sobre os quais já há resoluções aprovadas pelo Diretório Nacional: o Programa Mínimo Alternativo e o Projeto de Constituição. É desses dois documentos – além dos que constituem os Documentos Programáticos Básicos do PT (Manifesto, Programa, discurso na Convenção Nacional de 1981) – que deverão sair os itens gerais e comuns às plataformas eleitorais de todas as candidaturas do PT.

Evidentemente, o conteúdo concreto específico das plataformas eleitorais decada candidato, os planos de governo executivo ou de atividade parlamentar, as propostas concretas de lutas populares, de formas organizativas, deverão estar intimamente vinculadas às peculiaridades de cada candidatura, ao nível de organização da classe e do Partido em cada lugar, às reivindicações concretas dos movimentos sociais aos quais as candidaturas estejam vinculadas. É fundamental, para tanto, que a elaboração desses planos e dessas propostas se faça com a presença não apenas dos candidatos, das instâncias partidárias e dos comitês, mas também das organizações sindicais e populares.

CAPÍTULO 2 – CANDIDATURAS

Dois aspectos são examinados neste capítulo: Critérios de escolha de candidatos; Método de formação de chapas.

A) CRITÉRIOS DE ESCOLHA

O princípio geral que deve presidir a indicação de um candidato a qualquer posto eletivo, pelo Partido dos Trabalhadores, é o da mais ampla e aberta discussão democrática. Isso quer dizer que a vontade da maioria deve acabar prevalecendo sobre eventuais recomendações ou vetos de minorias em relação às candidaturas.

Todavia, os filiados do PT buscam, nessas ocasiões, uma orientação geral que lhes permita avaliar as indicações próprias ou de terceiros e fazer as escolhas mais acertadas, dentro de processos os mais democráticos possíveis. É para essa orientação geral que indicamos os critérios seguintes, subdivididos em dois grupos, obrigatórios e recomendados, e que, combinados, compõem uma espécie de pré-requisitos para um perfil de candidatos.

I - CRITÉRIOS OBRIGATÓRIOS

1. Filiação: o candidato deve estar filiado ao PT até a convenção que elaborar a lista de candidatos, e deve estar quites com as suas obrigações financeiras.

2. Compromissos: o candidato deve assinar um protocolo escrito de compromissos, que deverá cumprir, enquanto candidato, e, se eleito, enquanto mandatário parlamentar ou executivo. Esse protocolo de compromissos diz respeito ao fiel cumprimento das diretrizes partidárias, participação na campanha, conduta pública, relação com instâncias partidárias, relação com entidades representativas da população e obrigações organizativas, inclusive financeiras, para com o Partido. Uma proposta de Protocolo de Compromissos de Candidatos deverá ser apresentada em separado, mas as suas principais linhas gerais estão contidas no capítulo 4 – Mandatos – deste documento.

II - CRITÉRIOS RECOMENDADOS

1. Representatividade: o candidato deve ter comprovada representatividade nos diversos planos e níveis do movimento social, político, cultural etc.

2. Participação partidária: o candidato já filiado há tempo deve ter comprovado participação na construção e nas atividades do Partido dos Trabalhadores, com presença fraterna e democrática nas reuniões e atividades das

instâncias partidárias, bem como cabais provas de aceitação das regras e dos métodos de democracia interna do PT. Do candidato recém-filiado espera-se atuação equivalente, nos movimentos sociais, sindicais e populares, em defesa dos interesses efetivos da população.

B) MÉTODOS DE FORMAÇÃO DE CHAPAS

I-PARA GOVERNADOR E VICE

Vários fatores podem influir, nas fases iniciais, no surgimento de nomes candidáveis: a disposição de concorrer, prestígio pessoal, circulação nos meios de comunicação, divulgação de prévias e pesquisas eleitorais. Esse fato é normal na atividade político-partidária e assim deve ser tomado, tanto pelas bases quanto pelas direções do Partido. De certa forma, é positivo e bom para o PT que vários nomes circulem como possíveis candidatos petistas.

Por outro lado, o Partido não pode permitir que lhe escape das mãos todo o processo de indicação de uma candidatura. Em cada caso, há um momento ideal em que o PT deve interferir e, sempre através de processos democráticos, mas rigorosos, conduzir a discussão de maneira a que a indicação da candidatura siga os métodos prescritos pelo próprio Partido. Esse momento não pode ser “muito cedo”, para não inibir o natural surgimento de vários nomes, nem “muito tarde”, para não obrigar o Partido a ir a reboque daquilo que “já foi decidido” pelos institutos de pesquisa, pelos meios de comunicação ou por outras forças políticas.

É sempre difícil definir, em geral, quais as características de um bom candidato. Em todo caso, o PT já tem alguma experiência acumulada em cada estado e no conjunto do país. As eleições de 1982 e, mais recentemente, as de 1985, permitiram ao PT projetar um bom elenco de nomes na maioria dos estados, consideração que deve estar presente nas discussões visando a escolha dos candidatos, mas que não é, evidentemente, o único critério a ser tomado em conta.

Em cada estado, o PT deve, em primeiro lugar, avaliar se tem condições de, através de lançamento de candidatura própria, fazer uma boa campanha eleitoral, de modo que o seu candidato a governador seja capaz não só de puxar os candidatos a senadores, deputados federais e estaduais, mas, principalmente, de imprimir o adequado tom ao conteúdo político da campanha.

É preciso lembrar que, agora, não há mais vinculação de votos. Isso tem consequências para o PT. Nos estados em que os partidos adversários tenham

grandes nomes como candidatos, a não-vinculação pode prejudicar o PT, pois a maioria dos eleitores tenderá a votar nos candidatos “da chapa do governador”.

Em qualquer hipótese, nos casos em que tenhamos decidido correr em raia própria, deveremos ter consciência de que o nosso candidato a governador terá de exprimir a linha política do Partido e sintetizar a chapa petista para o Senado, a Câmara ou as Assembleias. Se não tivermos candidato próprio a governador, esse papel deverá caber a alguns dos nossos candidatos ao Senado ou à Câmara Federal.

Isso significa dizer que nós devemos fazer o possível para evitar que a não-vinculação de votos nos prejudique. E só conseguiremos isso ou até mesmo nos beneficiarmos com a não-vinculação se formos capazes de apresentar uma campanha unificada e uma imagem unitária do Partido. Se a avaliação levar à conclusão de que uma candidatura própria não trará benefícios para o Partido, para o movimento sindical e popular ou para a classe trabalhadora, então o PT deverá tentar examinar as possibilidades de coligações eleitorais, levando em conta as deliberações aprovadas a respeito e entrando em contato com a Direção Nacional do PT.

Coligações – majoritárias ou proporcionais – só serão permitidas quando aprovadas em Encontro Regional, ouvido o Diretório Nacional, e cabendo recurso ao Encontro Nacional; no caso de coligações proporcionais, acresça-se a restrição de que elas só poderão existir nos casos de haver, também, coligação para postos majoritários.

Convém, aqui, lembrar que coligação é um termo que deve ser reservado para um ato formal entre dois ou mais partidos, e com explícitos fins eleitorais. Por isso, coligação ou coligação eleitoral não se confunde com outros tipos de alianças, acordos, apoios etc. Nos termos da legislação atual, uma coligação eleitoral tem de ser aprovada pela Convenção Regional (ou Nacional, se for o caso) dos partidos que se coligam.

O Diretório Nacional veda a candidatos do PT fazerem dobradinha com candidatos de outros partidos, com a exceção já referida dos casos em que houver coligação. A dobradinha, como se sabe, é o acordo político – geralmente de candidatos proporcionais ou entre estes e majoritários – no qual a campanha ou parte dela – frequentemente a propaganda – se faz em comum.

Os candidatos do PT devem conduzir a campanha de maneira a vincular, sempre, as candidaturas proporcionais às majoritárias do Partido, po-

dendo, além disso, abranger campanhas comuns a mais de um proporcional do próprio Partido.

Os Comitês Eleitorais Regionais deverão decidir sobre os casos de apoios dados por outras forças a candidatos do PT.

Estabelecida a decisão de lançar candidato próprio, o Diretório Regional deve fixar o processo de escolha, através de plenárias de filiados e encontros. É importante que, na escolha dos candidatos a governador e a senador, o PT considere a necessidade de consolidar a sua imagem de partido dos trabalhadores, incluindo nesse conceito trabalhadores manuais e não manuais das mais diversas profissões e especialidades. Sendo as candidaturas majoritárias para governo e Senado a comissão de frente da campanha, será conveniente que os nomes escolhidos para tais postos constituam uma combinação adequada de pessoas ligadas a movimentos populares, sindicais, culturais, tanto de trabalhadores operários ou rurais quanto de classe média.

II - PARA SENADORES

Neste ano, o Senado Federal será renovado em dois terços, o que significa que cada estado elegerá dois senadores; o Distrito Federal, que terá representação política pela primeira vez, elegerá três.

Se não houver mudança na legislação, a eleição para senadores se fará, em cada estado, da seguinte forma: os partidos podem apresentar candidato (ou candidatos, até três, se for mantido o atual sistema de sublegendas) para cada uma das duas vagas ao Senado (três no DF), com explícita indicação de qual a vaga (A ou B) para a qual o candidato está concorrendo, a menos que tal indicação seja estabelecida, por sorteio, pela Justiça Eleitoral.

Além do candidato a senador em cada uma das sublegendas de cada uma das duas vagas (portanto, seis candidatos no máximo), os partidos devem apresentar um candidato a suplente se estiverem apresentando um ou dois candidatos por vaga; e nenhum a suplente, se apresentarem candidatos às 3 sublegendas de cada vaga.

O eleitor vota em dois candidatos (um de cada vaga) e, para definição dos eleitos, a Justiça Eleitoral apurará os votos da seguinte maneira:

a) somam-se os votos dos candidatos das sublegendas de cada vaga, por Partido (apenas dos candidatos efetivos; suplentes não contam);

b) essa soma é atribuída ao candidato mais votado entre as sublegendas de cada vaga, por Partido;

c) comparam-se, para cada uma das duas vagas, os votos totais dos candidatos mais votados dos diversos partidos;

d) é considerado eleito, em cada uma das duas vagas, o candidato que tiver maior número total de votos;

e) são eleitos, por Estado, os dois vencedores das duas vagas.

Como a apuração é feita por vaga, pode ocorrer que um candidato, mesmo obtendo número maior de votos que outro, não seja eleito porque, na sua vaga, teve votação inferior à do seu concorrente de outro partido.

Essas circunstâncias todas, acrescidas do fato de que, este ano, não há vinculação de votos, devem levar o PT a tomar cuidados especiais na montagem das chapas de candidatos ao Senado.

O Diretório Nacional recomenda que, em todos os estados, o PT lance, preferencialmente, candidatos às duas vagas; no Distrito Federal, às três.

III - PARA PROPORCIONAIS (DEPUTADOS FEDERAIS E ESTADUAIS)

O PT deve dirigir seus esforços à composição de uma chapa de candidatos proporcionais considerando que esta não é, simplesmente, uma eleição a mais e que, apesar das restrições, em 15 de novembro estará em jogo a eleição de parlamentares investidos de poder constituinte. No plano estadual, serão eleitos deputados à Assembleia Legislativa, ao mesmo tempo que o governador e o vice. Não haverá eleição para prefeitos e vereadores, fato que poderá ter implicações na mobilização e na organização da campanha eleitoral, dando à candidatura de governador e às candidaturas proporcionais o papel de carro-chefe da chapa petista.

Por essas razões, a chapa deve apresentar as seguintes características:

- | ser politicamente forte e composta por candidatos capazes de trabalho político-eleitoral, mas que atuem de maneira unitária em torno do programa, da plataforma e das normas da campanha eleitoral do PT;
- | ser eleitoralmente viável, o que significa lançar o maior número possível de candidatos, de preferência todos que a legislação eleitoral permitir.

Para o PT, interessa o voto de legenda, não apenas o voto dado a um ou outro nome. Deve-se, pois, combinar candidaturas gerais de lideranças políticas e sociais, buscando representar o arco social expresso no PT.

O Partido deve ter candidatos que representem os trabalhadores e as lutas sociais, os movimentos sociais, as minorias e as lutas políticas gerais. A chapa

deve ser capaz de articular as lutas, a mobilização e as plataformas desses movimentos com a campanha eleitoral; abranger o Interior e as diversas regiões dos estados, avaliando a situação eleitoral e seus movimentos, a densidade eleitoral, a organização e o peso político do PT em cada cidade e em cada região.

Isso significa que o PT deve ter como objetivo apresentar, em cada região do estado, candidaturas (pelo menos uma a deputado estadual e outra a federal), sem que isso signifique que toda a região obrigatoriamente terá que lançar esses candidatos ou que os demais candidatos do PT não possam fazer campanha nessa ou naquela região. O objetivo é favorecer a conquista do voto regional e local, oferecendo as condições para que o Interior possa ter deputados petistas, o que não ocorre atualmente. Essa política não deve ser confundida com a permissão para se criarem feudos eleitorais – uma prática incompatível com o PT.

IV - PARA A ESCOLHA DOS CANDIDATOS A GOVERNADOR, VICE, SENADORES, DEPUTADOS ESTADUAIS E FEDERAIS

Para a escolha dos candidatos, deve ser seguido um processo que assegure ampla, livre e efetiva participação democrática dos filiados do PT, a consulta às bases sociais em que os petistas atuam e a garantia das decisões majoritárias em Encontros regularmente convocados e realizados. Como sugestão para esse processo, indicamos as seguintes fases, que deverão ser adequadas aos prazos legais e aos estabelecidos pelo calendário da Secretaria Nacional de Organização:

1ª Fase – Indicação preliminar de nomes: cada núcleo de base, Diretório Distrital, Zonal, Municipal e Regional indicará, preliminarmente, de dois a cinco nomes para concorrerem à condição de candidatos a deputados estaduais e, igualmente, de dois a cinco federais, acompanhando um ou dois nomes para governador, vice e senadores.

As indicações poderão ser feitas em reuniões dos núcleos ou Diretórios (com o quórum de 50% mais um dos membros), em plenárias de filiados do âmbito desses Núcleos ou Diretórios (com o quórum regimental de 20% do número mínimo de filiados) ou, ainda, em reuniões de núcleos ou Diretórios para ouvir e discutir propostas apresentadas pelos setores sociais, movimentos e entidades populares.

As indicações deverão constar de um relatório escrito, contendo a descrição do tipo da reunião adotada, presença, lideranças, resumo das intervenções principais, a ser enviado à Comissão Executiva Estadual.

2ª Fase - Elaboração da lista preliminar: a Comissão Executiva Estadual, à medida em que for recebendo as indicações preliminares de nomes, irá consultando os filiados indicados para verificar se aceitam a indicação.

De posse das indicações preliminares e das confirmações de aceitação, a Comissão Executiva Estadual elabora uma lista preliminar de candidatas. Ao fazê-lo, deverá avaliar se os nomes indicados pelos núcleos e Diretórios compõem uma chapa suficientemente representativa, politicamente forte e eleitoralmente densa, em termos de identidade com o Partido dos Trabalhadores, recorte social, participação em movimentos sindicais, populares e políticos, abrangência das regiões do estado, de faixas etárias, de grupos sociais específicos, de movimentos reivindicatórios e políticos especiais e gerais.

Para aproximar-se de tal equilíbrio ideal na lista preliminar de candidatas, a CEE poderá sugerir ao Diretório Regional novas indicações. Imediatamente a seguir, a CEE divulgará a Lista Preliminar de Candidatas para todos os núcleos e Diretórios do Partido no estado, a fim de que as bases do Partido possam preparar-se para decidir nos Encontros e nas Convenções.

3ª Fase – Discussão e votação da lista no Encontro – A lista preliminar de candidatas é submetida pelo Diretório Regional ao Encontro Regional amplamente debatida pelos delegados.

Com base na discussão feita a partir da lista preliminar de candidatas, o Encontro Regional passa, então, a votar e aprovar a chapa definitiva.

4ª Fase - Homologação da chapa definitiva: terminado o Encontro Regional, a CEE divulgará para o conjunto do Partido no estado a chapa definitiva, que será submetida à homologação na Convenção, remetendo-se cópia para a CEN.

CAPÍTULO 3 - RECOMENDAÇÕES DE CAMPANHA

1. PRINCÍPIOS, NORMAS E OBJETIVOS GERAIS

A campanha eleitoral é o conjunto de decisões e atividades realizadas sob a direção do Partido e destinadas a fazer avançar o nível de organização e de conscientização da classe trabalhadora, através da sua participação no processo eleitoral e na conquista, pelo voto, de postos parlamentares e executivos.

Assim, a campanha eleitoral é algo que não se opõe às tarefas diárias de construção do Partido, à luta cotidiana dos movimentos populares e sindicais, à luta geral dos trabalhadores e à sua busca de caminhos para o socialismo.

Mas a campanha eleitoral tem a sua especificidade e, assim, embora ela não deva suspender as atividades partidárias, também não se confunde com outras campanhas político-partidárias.

Por essas razões, a campanha eleitoral deve reger-se por normas próprias e ter uma organização peculiar e adequada. Os princípios e as normas que seguem procuram orientar o conjunto do Partido diante dos principais problemas que terão de ser enfrentados na campanha eleitoral de 1986.

Os principais objetivos do PT na campanha eleitoral de 86 são:

- | consolidar forças populares e democráticas em torno de programas, propostas, projetos e planos que se constituam numa real alternativa, tanto à transição conservadora quanto às tentativas de ressurgimento do populismo e da direita;

- | eleger o maior número possível de candidatos petistas para postos majoritários e proporcionais, a fim de aumentar a força política das teses petistas e criar condições de avanço da democracia e das conquistas da classe trabalhadora;

- | compor uma expressiva e significativa bancada petista no Congresso Constituinte, capaz de marcar profundamente o processo de elaboração da nova Constituição;

- | ampliar, fortalecer e dinamizar o Partido através da própria campanha, difundindo suas concepções sobre a situação política do país, suas perspectivas de mudanças imediatas e de construção, no Brasil, de uma sociedade socialista.

Para alcançar esses objetivos, a campanha eleitoral do PT deverá ser, do ponto de vista político, o mais unificada possível e, ao mesmo tempo, o mais possível descentralizada, do ponto de vista administrativo.

Isso quer dizer que, prioritariamente, se dedicará atenção às necessidades gerais do Partido, à conveniência da divulgação das teses e dos programas partidários, ao esforço comum dos candidatos a postos majoritários, mais do que a eventual ambição pessoal de eleger-se de alguns candidatos a postos proporcionais. Os candidatos, majoritários ou proporcionais deverão desenvolver a campanha de forma unitária, divulgando as teses centrais do Partido, as resoluções democraticamente aprovadas pela maioria e a plataforma eleitoral básica do Partido, dentro da qual desenvolverão os temas específicos a que suas candidaturas estejam vinculadas.

Os Comitês Eleitorais devem conduzir a campanha de forma a que toda material ou toda atividade de propaganda – dentro das possibilidades – divulgue os eixos centrais da linha política da campanha eleitoral, bem como as candidaturas majoritárias.

Ainda dentro do mesmo espírito de unificação da campanha, os candidatos devem procurar democratizar, dentro do Partido, o uso dos próprios recursos, principalmente de propaganda e, inclusive, quando se tratar de doações ou cedências, submetendo essa utilização ao controle do Comitê Eleitoral.

Nos locais em que não houver sede do PT, o Comitê Eleitoral dos candidatos poderá funcionar como sede partidária, mediante o estabelecimento de normas comuns entre o Comitê e o correspondente Diretório.

O PT condena a existência de currais eleitorais, feudos, áreas fechadas, proibidas etc., seja em termos geográficos, seja em termos de setores sociais ou categorias profissionais. Ninguém pode considerar-se ou ser considerado dono de eleitores, filiados ou não, e todo e qualquer filiado é livre para escolher em qual dos candidatos petistas votar, para o qual trabalhar etc.

O PT conclama todos os filiados a se empenharem na campanha unitária do Partido, embora nenhuma instância possa obrigar qualquer petista a engajar-se na campanha deste ou daquele candidato.

Contudo, se um filiado – principalmente se for dirigente ou parlamentar – tiver comprovada participação em campanha eleitoral de candidatos de outros partidos (com os quais não haja formal coligação do PT), esse procedimento deve, primeiramente, suscitar o exame político da questão pela instância à qual o filiado esteja vinculado. Além disso, o procedimento poderá provocar o início de processos disciplinares, de acordo com o Regimento Interno e o Estatuto do PT, processos esses que podem ser iniciados ou solicitados por qualquer organismo do Partido.

A campanha eleitoral deverá desenvolver-se de maneira a que nela possam engajar-se, além dos filiados do PT, os simpatizantes do Partido e todos os apoiadores dos candidatos.

2. FUNÇÕES E ORGANIZAÇÃO DA CAMPANHA

A campanha eleitoral – uma vez estabelecidas a plataforma e as candidaturas – desdobra-se nas seguintes cinco funções principais, que indicam também quaisdevam ser os contornos gerais da sua organização:

- | direção da campanha
- | mobilização de recursos humanos
- | captação e distribuição de recursos financeiros
- | programação de eventos
- | divulgação e propaganda.

É de toda a conveniência que a campanha eleitoral ajude a fortalecer a organização partidária, no lugar de a substituir ou destruí-la. Mesmo levando em conta que uma campanha eleitoral qualquer – e esta de 86 em especial – tende a ser extremamente absorvente, é necessário pensar que até num ano de eleições ocorrem fatos que devem prender a atenção do PT e podem exigir ações, atividades e mesmo campanhas não eleitorais (greves, conflitos no campo, atos de corrupção ou de repressão, problemas internacionais etc.).

O PT deve manter suas tarefas rotineiras de construção partidária, bem como estar presente no dia a dia do movimento sindical e popular. E o fortalecimento do Partido enquanto organização política é fundamental para o bom desempenho da própria campanha eleitoral. Por isso, é essencial que o Partido continue existindo durante a campanha eleitoral. Por outro lado, é indispensável tomar cuidado para não “criar um Partido paralelo só para as eleições”, duplicando esforços, já por si escassos.

Para evitar ambos os problemas, o melhor método é compreender e definir com a maior precisão possível – e formalmente – as cinco principais funções acima indicadas e criar organismos especiais para elas, delimitando o caráter coordenador, assessor, normativo ou operacional desses organismos e suas específicas relações com a estrutura formal do Partido (núcleos de base, Diretórios, Comissões Executivas, Secretarias Executivas, comissões, grupos de trabalho etc.), que constituirão a base de sustentação executiva daqueles organismos eleitorais.

Vejamos cada uma daquelas funções:

1- Direção de Campanha - É indispensável que, numa campanha eleitoral, as instâncias de direção democraticamente eleitas nos Encontros e nas Convenções continuem com o seu poder de direção política. Mas é também indispensável que, numa campanha eleitoral, os candidatos majoritários também participem da direção da campanha, já que se trata, afinal, de suas candidaturas, e nem sempre os candidatos são, necessariamente, membros das direções partidárias. Para tanto, é preciso criar um organismo específico

da campanha eleitoral, do qual os candidatos obrigatoriamente participem, por si ou por seus representantes, em perfeita igualdade de condições com representantes das demais instâncias e organismos do PT igualmente envolvidos na campanha eleitoral. A esse organismo caberá organizar e coordenar a campanha eleitoral de acordo com este Documento, os demais Documentos Básicos do PT (Manifesto, Programa, Estatuto e Regimento Interno, discurso de encerramento da Convenção Nacional de 1981), o Plano de Ação Política e Organizativa para o biênio 1986/87/88 e demais deliberações das instâncias de direção do Partido.

Para a campanha eleitoral de 86, que se refere a eleições para cargos majoritários (governadores e senadores) e proporcionais (deputados federais e estaduais) e que, além disso, têm caráter de eleições constituintes, sugere-se aqui um modelo de organização:

I - Comitê Eleitoral Nacional: com funções normativas e de assessoria em relação aos Comitês Regionais;

II - Comitês Eleitorais Regionais (estados, territórios e Distrito Federal): com funções coordenadoras, normativas, assessoras e operacionais;

III - Comitês Eleitorais Sub-Regionais (divisões internas dos estados e/ou grupos de municípios): com funções coordenadoras e operacionais. Nos municípios, a campanha pode ser coordenada pelo próprio Diretório Municipal, de comum acordo com o Comitê Eleitoral Regional. Nos municípios e distritos, devem ser constituídos Comitês Eleitorais Municipais e Distritais. Onde não for possível constituí-los, a campanha será coordenada pelo Diretório Municipal ou Distrital, em comum acordo com o Comitê Eleitoral Regional;

IV - Comitês Eleitorais de Candidatos (majoritários ou proporcionais): podendo reunir candidaturas individuais ou combinadas de majoritários com proporcionais ou de mais de um proporcional, com funções assessoras e operacionais;

V - Grupos de Apoio de Candidaturas: reunindo, de preferência, simpatizantes do PT, apoiadores e eleitores em geral em torno de candidaturas majoritárias e proporcionais por região da cidade ou do estado, por setor social, por instituição, por categoria profissional, com funções exclusivamente operacionais.

A função de direção da campanha deve ser exercida por um órgão colegiado do Comitê Eleitoral Regional, constituído por candidatos majoritários (governadores e senadores) ou seus representantes e, se possível, por

representantes da chapa federal e da chapa estadual mais os coordenadores das demais funções compreendidas pelo Comitê (Mobilização, Finanças, Programação, Divulgação e Propaganda), bem como por membros ou representantes da Comissão Executiva Estadual, Comissões Executivas Municipais principais, ou equivalentes, e por outros organismos partidários que se julgar conveniente convocar.

A indicação de membros ou representantes das Executivas partidárias para os Comitês Eleitorais não deve prejudicar a organização e o funcionamento do Partido. E o fato de um dirigente ser também candidato não deve eximi-lo de participar efetivamente da direção geral da campanha, se indicado para o Comitê.

A função de direção da campanha implica, necessariamente, o acompanhamento da situação político-eleitoral e, se possível, dos resultados de prévias e pesquisas eleitorais, efetuadas pelo próprio Partido ou por outras instituições; o estabelecimento de contatos formais e informais com setores organizados da sociedade (sindicatos, entidades populares, movimento estudantil, igrejas, partidos políticos etc.); a geração de fatos políticos relevantes, que reafirmem o caráter da campanha, estabeleçam vínculos entre as propostas eleitorais do Partido e as lutas do movimento sindical, popular, social, político e cultural; a aprovação das linhas gerais das atividades relacionadas com as demais funções da campanha (mobilização, finanças, programação, divulgação e propaganda).

Para que as funções de direção da campanha sejam exercidas corretamente, é conveniente dotar a Coordenação do Comitê de uma estrutura própria de local, meios de comunicação, assessores e funcionários.

Outra função é a de mobilização de recursos humanos. Também deve constituir um órgão próprio vinculado à Coordenação do Comitê Eleitoral, por meio de seu coordenador. Essa função destina-se a arrematar, para a campanha eleitoral, vários tipos de pessoas: os militantes, os filiados em geral, os simpatizantes, os apoiadores espontâneos, voluntários para mutirões especiais (pichação, panfletagem, ocupação da cidade, apuradores, fiscais de apuração etc.). Precisa, também, mobilizar recursos técnicos de qualificação especial (motoristas, pessoal de som, festeiros, arrecadadores de dinheiro, pessoal de propaganda, artistas, pesquisadores, jornalistas etc.). Muitas vezes, a Comissão de Mobilização precisa desenvolver materiais e métodos de treinamento para determinadas tarefas (pi-

chação, apuração e fiscalização, por exemplo). Outras vezes, terá de contratar pessoal remunerado. É fundamental que a Comissão tenha um posto central para recebimento de todas as adesões (voluntárias e encaminhadas) e um cadastro geral, atualizado e ágil.

A Comissão de Finanças do Comitê Eleitoral é que vai encarregar-se das funções de captação e distribuição de recursos financeiros, além daquelas que, por lei, o Comitê Eleitoral tem de cumprir na área financeira.

É conveniente que durante a campanha eleitoral – que deve ter início e fim prefixados pelo Partido, bem como o calendário que adapte os eventos partidários aos prazos legais – haja uma nítida separação entre a contabilidade eleitoral (com conta bancária específica da campanha) e as atividades rotineiras do Partido.

Geralmente, o PT não tem possibilidade de angariar recursos volumosos com grandes eventos especiais (shows, doações etc). Assim, a linha principal de arrecadação, capaz de provocar algum resultado positivo, é a que combina duração, continuidade e amplitude. Ou seja, a campanha de arrecadação financeira deve começar o mais cedo possível, mesmo antes de lançadas as candidaturas, não deixar de ser feita um só dia e ser feita por todos os militantes.

Para a captação e destinação de recursos, os Comitês Eleitorais Regionais, Municipais e Distritais administrarão um fundo financeiro comum com os seguintes critérios:

a) para esse fundo financeiro comum deverão reverter os resultados das atividades de finanças dos Comitês Eleitorais Regionais, Municipais e Distritais;

b) o Comitê Eleitoral Regional taxará em 15%, no mínimo, as finanças realizadas pelos Comitês Eleitorais Municipais e Distritais, bem como as que forem realizadas pelos grupos de apoio dos candidatos proporcionais;

c) o Comitê Eleitoral Regional ficará com 30% dos resultados de atividades financeiras realizadas em nível estadual e nacional e destinará 30% aos Comitês Eleitorais Municipais e Distritais e 45% aos grupos de apoio dos candidatos;

d) os recursos do fundo financeiro comum regional, municipal e distrital terão, como destinação prioritária, a campanha dos candidatos majoritários (comícios, caravanas, programas de TV, outdoors, cartazes e panfletos) e a montagem da infraestrutura da campanha (som, transporte, gráfica, sede etc.);

e) os recursos do fundo financeiro comum serão destinados, em segundo lugar, à organização da campanha dos candidatos proporcionais.

As campanhas financeiras (bônus, rifas, vendas de materiais, selos, botões etc.), realizadas pelos Comitês Eleitorais, devem ser planejadas e executadas de maneira a que caibam, nos diversos níveis de Comitês, cotas de distribuição/arrecadação (que impliquem venda e retorno de parte do dinheiro arrecadado), de acordo com necessidades gerais da campanha e com possibilidades reais de cada instância. Para cada campanha se fará uma escala de cotas de distribuição/arrecadação.

A programação de eventos é a quarta função principal da campanha eleitoral. A comissão encarregada dessa função – e cujo coordenador também fará parte da Coordenação Geral do Comitê Eleitoral Regional – deverá ter, sob sua exclusiva responsabilidade, a agenda centralizada dos candidatos majoritários e proporcionais de sua área de atuação. Essa agenda, que deve ser o fruto de constantes acertos com os candidatos e os demais organismos da campanha, deve ser a base de toda a programação de eventos durante a época eleitoral.

A Comissão de Programação de Eventos deve imaginar, planejar e organizar eventos eleitorais de todo tipo – visitas de candidatos a locais da cidade e do estado, viagens, reuniões com lideranças, reuniões com eleitores, debates, seminários, entrevistas individuais e coletivas com a imprensa, debates no rádio e na televisão, comícios, atos públicos, manifestações de solidariedade a setores sociais em luta etc. Essa Comissão deve cuidar de estar em permanente contato com os próprios candidatos e com os outros setores da campanha, para planejar e marcar em definitivo os eventos, devendo saber avaliar, em cada caso, qual o outro organismo prioritário do Partido com o qual deva entender-se. Assim, por exemplo, eventos políticos não rotineiros devem ser combinados com a Coordenação Geral do Comitê – que cuida da direção da campanha; comícios, passeatas, reuniões de filiados ou eventos de massa devem ser vistos com a Comissão de Mobilização de Recursos Humanos e com as instâncias normais do Partido; entrevistas à imprensa, debates no rádio e na televisão com a Comissão de Divulgação e Propaganda, e assim por diante.

Divulgação e Propaganda constituem a quinta e última função principal da campanha eleitoral. Elas devem estar afetas a uma única Comissão, cujo coordenador também participa da Coordenação Geral do Comitê, para que se garanta a íntima relação que deve existir entre divulgação e propaganda; mas cada uma dessas duas subfunções deve ter o seu pessoal próprio e pode ser operacionalizada de forma distinta e específica.

A divulgação diz respeito à ação de passar, para dentro e para fora do Partido, todos os atos relacionados com a campanha eleitoral. Assim, o grupo

de divulgação, dentro da Comissão de Divulgação e Propaganda, deve encarregar-se de, sistematicamente (se possível diariamente, nos momentos de pico), fornecer à Imprensa (jornais, revistas, rádios, TV, jornais de bairro e de sindicatos etc.) releases muito bem planejados e redigidos, contendo informações sobre andanças dos candidatos, reuniões a que compareceram, visitas já programadas, trechos de discursos, frases dos candidatos ou dos populares, pílulas biográficas dos candidatos e do Partido, trechos da plataforma e do programa partidário, propostas e planos administrativos, respostas concretas e imediatas a problemas que a população esteja sentindo etc. Além desses releases para a imprensa – e de outras iniciativas na área da comunicação, entre as quais as que se valham da rede de emissoras de rádio do Interior – o grupo de divulgação deve, também, manter informado o próprio Partido, com comunicados, matérias na imprensa partidária, cartazes e folhetos afixados nas sedes etc.

Outras duas tarefas importantes que tem esse grupo de divulgação são as seguintes:

- | manter informada a Coordenação Geral e o próprio Comitê a respeito dos assuntos político-eleitorais mais importantes, referentes à conjuntura, aos demais partidos e candidatos e que possam ter influência sobre a campanha do PT (nessa tarefa, o grupo pode entrosar-se com os assessores da Coordenação Geral do Comitê Eleitoral Regional.
- | assessorar os candidatos, principalmente majoritários, para orientá-los como devem portar-se em reuniões públicas, entrevistas à imprensa, debates no rádio e na televisão, discursos, comícios etc. Se os candidatos tiverem assessores próprios com essas funções, o grupo deve entrosar-se com eles. Para o conjunto dos candidatos proporcionais, já que será difícil uma assessoria individual para cada
- | candidato, o grupo pode preparar textos escritos de orientação. Os assessores e os candidatos não devem tomar iniciativas político-eleitorais que não estejam subordinadas às diretrizes deste Documento e às que forem emitidas pelos respectivos Comitês Eleitorais.

Outro grupo dessa Comissão é o de propaganda. Aqui, é fundamental bem entender que, como qualquer outra, a função de propaganda numa campanha eleitoral, e principalmente no Partido dos Trabalhadores, é primordialmente política. Acontece exatamente o mesmo com as funções de divulgação, assessoria, finanças, mobilização, coordenação etc. São todas primordialmente políticas – e, mais especialmente, político-partidárias –, direcionadas para

um aspecto específico da campanha, que tem a mesma importância que os demais aspectos específicos.

Isso quer dizer que não se deve permitir que grasse, dentro do PT, a concepção falsa de que toda a campanha eleitoral se reduz, única e exclusivamente, à parte da propaganda, em particular à propaganda na televisão. Também quer dizer que não há o menor motivo para que as funções de propaganda – e o grupo que delas se encarregue – escapem aos mesmos princípios e às mesmas normas gerais que as demais funções, aos demais grupos e às demais comissões.

Isso posto, deve-se montar um grupo de propaganda que se encarregue de planejar, debater com a Coordenação do Comitê e os candidatos, e executar toda a propaganda, isto é, as linhas gerais e cada peça em particular. É fundamental, para isso, a interação constante desse grupo com o restante da Comissão de Divulgação e Propaganda e dos próprios Comitês Eleitorais.

CAPÍTULO 4 – MANDATOS

Resta agora, para dar por concluído este Documento, indicar as resoluções que tendem a tornar mais democrático o exercício de mandatos eletivos. É dessas resoluções que devem ser extraídos os tópicos obrigatórios de um Protocolo de Compromisso dos Candidatos, a ser assinado por quem se disponha a disputar uma vaga nas chapas do PT, nos Encontros Distritais, Municipais, Regionais e Nacional:

1 - **Caráter partidário do mandato** – Os candidatos, considerando o caráter partidário do seu mandato, desde já reconhecem ao Partido dos Trabalhadores o direito que tem o Partido de tomar todas as medidas necessárias para manter esse mandato contra eventuais decisões dos eleitos, fraudando a vontade do eleitorado, de não permanecerem no Partido;

2 - **Lideranças** – A indicação de lideranças de bancadas será feita pela Bancada, em reuniões conjuntas da Bancada e da Comissão Executiva do Diretório correspondente;

3 - **Planos e projetos** – No final de cada ano, o Partido deve elaborar planos de atuação parlamentar e executiva para o ano seguinte, com indicação de diretrizes gerais e específicas, em alguns casos, a serem seguidas pelos parlamentares e pelos executivos petistas, em quaisquer níveis. Da elaboração desses planos participarão as bancadas parlamentares, as assessorias dos mandatários executivos e grupos de trabalho especialmente designados pelas Comissões Executivas dos Diretórios correspondentes.

Esses mesmos planos procurarão indicar os anteprojetos de lei que devem receber ampla discussão interna no Partido, antes de serem apresentados às casas legislativas pelos parlamentares petistas.

No caso de iniciativas que tenham de ser tomadas pelos parlamentares petistas a curtíssimo prazo (emendas, substitutivos etc.) e que não seja possível submeter previamente a ampla discussão interna partidária, as bancadas devem consultar as Comissões Executivas dos respectivos Diretórios;

4 - **Candidaturas natas** – Os candidatos comprometem-se a abrir mão de quaisquer privilégios legais que estabeleçam favorecimentos e desigualdades no interior do PT, como são os casos das candidaturas natas, ou tempo maior de propaganda na radiodifusão no horário concedido pela Justiça Eleitoral;

5 - **Carteira de Previdência e verba pessoal** – O PT repudia o uso da Carteira de Previdência e da verba pessoal especiais para parlamentares. Para pôr fim a esses privilégios, o PT apresentará projetos de lei e tomará medidas judiciais. O parlamentar deve contribuir para a Previdência Social como os demais trabalhadores; e, para a aposentadoria do parlamentar, não deve vigorar privilégios quanto à contagem do tempo, ao valor do pagamento ou outros;

6 - **Salários dos parlamentares** – Com o objetivo de obter transparência do salário parlamentar, o PT apresentará projetos de lei e medidas judiciais para que esse salário:

a) sofra desconto de Imposto de Renda sobre o total dos rendimentos e não apenas sobre a parte fixa, como hoje ocorre;

b) reflita o rendimento real, sem expedientes escusos, como sessões extraordinárias duplas, ajudas de custo indevidas etc.;

7 - **Assessoria e funcionários** – Haverá dois tipos de assessoria parlamentar no PT:

a) a Assessoria de Bancada, com recursos humanos e materiais constituídos pela cessão de parcela desses recursos feita pelos parlamentares e por organismos do Partido. A função dessa assessoria é prestar serviços à Bancada como um todo e a cada um de seus componentes;

b) a Assessoria Individual, constituída com recursos fornecidos pelas próprias casas legislativas, com a função de auxiliar cada parlamentar a exercer suas obrigações representativas e partidárias.

Além disso, cada parlamentar deverá ceder, para a infraestrutura de outros organismos do Partido, parcela de assessores e funcionários, em número e qualificações a serem combinados com as Comissões Executivas dos respectivos Diretórios, a quem cabe, em última instância, a decisão final.

Os assessores – tanto das assessorias individuais quanto das comuns às bancadas – deverão pagar ao PT uma contribuição financeira mensal que corresponda a uma determinada porcentagem de suas remunerações, a ser decidida de comum acordo entre os assessores, as bancadas e os respectivos Diretórios, com exceção dos casos em que se trate de funcionários públicos efetivos de carreira;

8 - Veículos, máquinas e utensílios – Os veículos, espaços, máquinas de escrever e de duplicação, cotas telefônicas e de correios etc., de uso dos eleitos, deverão ter – respeitadas a legislação e as normas vigentes nas instituições em que se encontrem – sua utilização aproveitada também pelos organismos do Partido;

9 - Contribuição financeira – Os candidatos, se eleitos, bem como os atuais detentores de mandatos, comprometem-se a entregar mensalmente ao Tesoureiro da Comissão Executiva da respectiva instância, mediante comprovante escrito, contribuições financeiras que, sem descontos a quaisquer títulos, equivalham a porcentagens (conforme tabela abaixo) do total líquido da remuneração mensal pelo exercício do cargo executivo ou parlamentar – vencimentos que se compõem da parte fixa, menos o Imposto de Renda e descontos previdenciários, se houver; da parte variável, diárias por sessões extras, ajuda de custo, mais extras, se houver – recebida em dinheiro, conforme cópia xerografada dos respectivos contracheques ou outros documentos.

Essa contribuição calcular-se-á segundo a tabela (abaixo) de porcentagens e respectivos redutores, fixando-se o limite máximo de 30% do total líquido, quando a aplicação da tabela representar porcentagens superiores.

TABELA PARA CÁLCULO DAS CONTRIBUIÇÕES

Remuneração Líquida (em salários mínimos: SM)	%	Redutor (em salários mínimos)
1 - Até 10 SM	10	
2 - Mais de 10 até 15 SM	20	1,0 SM
3 - Mais de 15 até 20 SM	30	2,0 SM
4 - Mais de 20 até 25 SM	40	3,5 SM
5 - Mais de 25 SM	50	5,5 SM = 30%

Observação: Esta Resolução modifica, na que couber, o Regimento Interno do Partido dos Trabalhadores.

PLANO DE AÇÃO POLÍTICA E ORGANIZATIVA DO PARTIDO DOS TRABALHADORES PARA O PERÍODO 1986/87/88

PREÂMBULO

O 4º Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores, realizado em São Paulo nos dias 30 e 31 de maio e 1º de junho de 1986, aprova o seguinte Plano de Ação Política e Organizativa para o período 1986/87/88.

Partindo de uma análise do estágio de desenvolvimento do capitalismo no Brasil e da conjuntura política atual, este Plano visa estabelecer diretrizes capazes de orientar a classe trabalhadora no enfrentamento de problemas imediatos – inclusive o processo constituinte – e na luta por mudanças que consolidem e ampliem a democracia, garantam melhores condições de vida e abram perspectivas por transformações mais profundas na direção de uma sociedade socialista, sem exploração nem opressão, e, nesse sentido, este Plano também indica as medidas fundamentais para o crescimento e fortalecimento do Partido dos Trabalhadores.

O ESTÁGIO DE DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO NO BRASIL

CAPITALISMO BRASILEIRO

1. O capitalismo encontra-se num alto nível de desenvolvimento no Brasil, neste final do século XX. Todavia, o capitalismo expandiu-se aqui de forma regionalmente muito desigual. No centro-sul e no sul do país há um capitalismo relativamente concentrado, que, principalmente em São Paulo, alcançou um razoável grau de centralização. Mas no resto do Brasil o capitalismo está disperso por pequenas empresas, com algumas poucas exceções, e aproveita-se, em medida considerável, de formas atrasadas de produção. Em muitas regiões chega a predominar a economia mercantil

simples e não a economia mercantil capitalista. Mesmo nas áreas desenvolvidas é bastante disseminada a existência de cerca de 2,5 milhões de pequenas empresas familiares, industriais e comerciais, além de uma agricultura de pequenos produtores, que contrasta com as agropecuárias capitalistas e os latifúndios.

2. Esse tipo de desenvolvimento capitalista no Brasil expandiu, do ponto de vista social, uma diversificada camada de assalariados urbanos e rurais na indústria, no comércio, nos serviços em geral e na agricultura, incluindo aí uma pequena burguesia de extensão razoável. Além disso, apesar do processo de expropriação a que foram e continuam sendo submetidos os camponeses e os pequenos e médios proprietários urbanos, essas camadas cresceram em termos absolutos, acompanhando o aumento da população. A pequena burguesia proprietária, incluindo donos de pequenas empresas industriais, comerciais e de serviços (familiares e com alguns assalariados), autônomos e camponeses, abrange uma considerável massa da população brasileira.
3. O capitalismo brasileiro desenvolveu-se de forma subordinada e dependente do capitalismo internacional, tanto com a penetração do capital estrangeiro no país, quanto com a quase completa dependência científica e tecnológica. A penetração capitalista estrangeira, sob a forma de investimentos diretos e empréstimos, colocou, por um lado, os setores fundamentais da economia brasileira nas mãos das multinacionais e, por outro, transformou o país no maior devedor do mundo, deixando-o à mercê dos interesses do capital financeiro internacional.

AS CLASSES SOCIAIS NO BRASIL

4. Acompanhando esse desenvolvimento, e como fenômeno intimamente a ele vinculado, os últimos cem anos foram marcados pela formação das atuais classes sociais brasileiras, que tendem, cada vez mais, a confirmar a estrutura de classes de uma sociedade capitalista, e que sofreram alterações impostas por condições históricas e culturais próprias e pelas características peculiares das diversas regiões geoeconômicas em que o país se divide.
5. Assim, é possível perceber hoje, na sociedade brasileira, a existência de uma poderosa classe burguesa, originária dos antigos senhores de terra da época imperial e que foi, gradativamente, incorporando e integrando

setores mercantis e comerciais, o setor industrial (1930), o setor latifundiário e financeiro (1950), o setor de serviços e de comunicação, bem como o setor de monopolização e internacionalização do capital (1964) etc. Não obstante alguns dos setores integrantes da burguesia brasileira apresentarem divergências e conflitos entre si em determinados períodos conjunturais, eles têm se mostrado capazes de integração e unificação ideológica e política em momentos de crise, como o mostram a Revolução de 30, a Redemocratização de 1945, a implantação da Ditadura Militar em 1964 e, mais recentemente, a superação do risco de uma ruptura democrática e a conquista de uma relativa hegemonia por meio da *transição conservadora* (1984).

6. No campo oposto, também foram se formando, pouco a pouco e com enormes dificuldades, as classes trabalhadoras no Brasil. Ao contrário da burguesia, porém, as classes trabalhadoras brasileiras ainda não conseguiram integrar e unificar de uma forma satisfatória os seus diversos setores, de origem e história diferenciados, e que têm tido papéis sociais e políticos distintos, em grande parte como resultado do desigual desenvolvimento do capitalismo. É possível conceber as classes trabalhadoras do Brasil de hoje como sendo constituídas de três grandes setores: a classe média (rural e urbana), os assalariados urbanos (com uma fração que se destaca dos demais – a classe operária) e os assalariados do campo.
7. A classe média começa a se formar no período colonial e – ao longo de surtos e saltos recentes (1920/1930, 1950/1960, 1964/1970) – sofre grandes transformações, tanto em termos étnicos como demográficos, econômicos, sociais, políticos e culturais. Hoje, ela é constituída de uma gama aparentemente heterogênea de tipos sociais, que vão desde o produtor agrícola individual ou familiar, o micro e o pequeno empresário comercial ou industrial, o trabalhador autônomo, o profissional de nível superior empregado no Estado ou na empresa privada, o trabalhador intelectual das áreas de serviços e comunicações, o trabalhador manual com preparo técnico e salário diferenciado em relação à massa operária, até os estudantes e parte do clero e do pessoal subalterno das Forças Armadas etc. Apesar da extrema heterogeneidade, essa classe média tem em comum a circunstância de que também sofre, por parte da burguesia, exploração econômica e opressão política e ideológica, embora em graus diferenciados, e de forma às vezes distinta do nível de exploração

e opressão a que são submetidos os demais trabalhadores assalariados da cidade e do campo. Essa identidade comum não tem sido suficiente, contudo, para dar à classe média um projeto histórico e ideológico único, e frequentemente seus diversos setores e seus milhões de integrantes são cooptados pela burguesia, tanto econômica como politicamente, mais do que ela mesma tem optado pelas posições e propostas dos demais trabalhadores assalariados. Além de tudo isso, a classe média brasileira sofre, de maneira marcante, as diferenças regionais, e enquanto é mais presente e atuante no Centro-Sul, ou nas capitais, é mais rarefeita e desorganizada no interior, ou no Norte e Nordeste.

8. Os trabalhadores assalariados urbanos, constituídos por descendência de imigrantes estrangeiros, pela proletarização da classe média rural e urbana ou pela incorporação de parte dos trabalhadores rurais que migram para as cidades, vêm tendo um acentuado desenvolvimento na estrutura social brasileira desde o último quartel do século XIX. Seu volume cresce à medida que se desenvolve a sociedade capitalista, com a expansão do setor industrial, o surgimento e a ampliação de atividades de serviços e comunicações, o crescimento da rede escolar e da rede financeira e bancária, a disseminação das construções, dos meios de transportes etc. A classe operária, como fração estratégica desse setor e de todo o conjunto das classes trabalhadoras – pelo seu papel na produção e na reprodução para a acumulação de mais-valia, sustentáculo de todo o sistema capitalista – também vem se expandindo, no sentido de que, hoje em dia, está presente, embora em graus diferenciados, em praticamente todo o território nacional.
9. Os assalariados do campo diferenciam-se dos urbanos não apenas pelo volume consideravelmente menor que esse contingente ocupa no processo de produção, mas também pelas condições de trabalho, significativamente inferiores às que, em geral, vigem nas cidades. Além disso, os assalariados rurais também se distinguem de certas camadas da classe média rural, que dispõem de algum tipo de meio de produção, integral ou compartilhadamente. Muitas vezes, o trabalhador assalariado do campo não se distingue do pequeno ou mesmo médio produtor agrícola, em termos de condição de trabalho e de vida e, dependendo da região do país e das características da produção agrária, o produtor sem-terra tem nível

de vida mais precário do que o assalariado rural, mesmo temporário. É comum, em certas regiões do país, a transição sazonal entre um setor e outro, fazendo com que o pequeno produtor se transforme no assalariado do produtor médio ou grande.

10. Além das classes trabalhadoras, vêm tendo crescente presença na estrutura social brasileira, principalmente nas cidades, camadas marginalizadas que não encontram lugar no mercado de trabalho ou dele são expulsas, tanto pelo desemprego estrutural quanto pelo conjuntural, que sofreu grande elevação nos últimos anos. Essas camadas marginalizadas de trabalhadores, não conseguindo entrar ou reentrar no mercado de trabalho urbano ou rural, acabam engrossando o banditismo, a prostituição, a violência, o tráfico de drogas e outras formas anti-sociais de sobrevivência, cujas principais vítimas são os próprios trabalhadores assalariados e as camadas inferiores da classe média.

CONSCIENTIZAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DAS CLASSES

11. Em termos de consciência de classe, organização associativa e política e criação de instrumentos de defesa, resistência ou luta, as classes sociais brasileiras também têm tido desenvolvimento extremamente desigual. A burguesia, evidentemente, pela sua própria situação de classe dominante, sempre teve as melhores condições para fortalecer a sua consciência e a sua organização, bem como para desenvolver e aplicar seus projetos históricos e para criar instrumentos de dominação econômica, militar, política e ideológica capazes de manter, reforçar e perpetuar sua permanência no poder. A história dos últimos cem anos é, em parte, a história do crescimento e do desenvolvimento do Estado burguês, isto é, do Estado da classe dominante no sistema capitalista. O Estado brasileiro destes últimos anos do século XX é um Estado moderno, poderoso, aparelhado material e culturalmente; ramifica-se em ministérios, órgãos, repartições e instituições que detêm grande conhecimento concreto da realidade brasileira, bem como os mecanismos para interferir e alterar essa realidade em seu benefício, vale dizer, em benefício da classe burguesa. No campo das estatísticas, da ciência e da tecnologia, das telecomunicações e da comunicação social, do poder policial e militar, dos recursos materiais e dos recursos humanos – estes, em grande parte,

recrutados na classe média de formação universitária ou técnica – o Estado brasileiro é um instrumento da classe burguesa que não pode ser ignorado nem minimizado. Além disso, o Estado, em nome da burguesia, controla direta ou indiretamente grande parte da rede educacional e das atividades culturais e artísticas, da comunicação social (rádio, TV, imprensa etc.), dos sindicatos, federações e confederações, de numerosas entidades da sociedade civil. A burguesia tem, ainda, hegemonia ou predominância significativa nas universidades, nas instituições científicas e técnicas, na maior parte dos serviços públicos, cada vez mais explorados por empresas privadas ou mistas, e em numerosas entidades associativas e representativas.

12. A classe média brasileira, em grande parte por causa de suas características híbridas, tem graus variados de consciência e organização. Nos centros urbanos, a classe média, por si ou, às vezes, em conjunto com forças das Igrejas e dos partidos políticos, tem conseguido organizar-se através de movimentos de ideias e da criação de entidades associativas. Tais movimentos e entidades revelam sua fragilidade, contudo, nos períodos conjunturais de caráter autoritário (Estado Novo, 1937/45; Ditadura Militar, 1964/84), em que praticamente desaparecem, para tentar reaparecer nos períodos de normalidade. Nos últimos anos, tem crescido a organização da classe média através de entidades associativas e representativas, movimentos de reivindicação ou resistência, participação na vida político-partidária e acesso ao Poder Legislativo.
13. As tentativas de conscientização e organização dos trabalhadores urbanos e do campo sempre foram duramente reprimidas pela burguesia, através do Estado e de outras instituições políticas e sociais. Após um período inicial (final do século XIX até o final das duas primeiras décadas deste século), em que houve grande e intensa mobilização operária, com forte predominância anarquista, proliferação de entidades sindicais livres de todo tipo, centenas de manifestações e greves, expansão da imprensa proletária e revolucionária, realização de congressos e conferências, criação embrionária de uma central nacional e várias regionais, as lutas dos trabalhadores sofreram um descenso. A unificação dos setores agrários e industrial da burguesia em 1930, com o enquadramento do movimento operário nas malhas do Estado burguês, aliado ao populismo e ao fascismo inerente ao governo Vargas, à repressão do Estado Novo, à legislação sindical atrelada [ao Estado] e às fragilidades das correntes comunistas e

socialistas da época acentuaram as dificuldades de formação e organização da classe trabalhadora. Em 1945, com a queda da Ditadura Vargas e o período chamado de Redemocratização, abriram-se algumas perspectivas de avanço do movimento operário, apesar da manutenção do controle do Estado sobre o sindicalismo, auxiliado pelo uso seletivo da repressão, pelo populismo e pela política de aliança com a burguesia, levada a efeito por correntes de esquerda, principalmente o PC. Não obstante, no final da década de 1950 e começo da década de 1960, o movimento operário e sindical urbano acumulava forças no sentido de um salto de qualidade, organizativo e político; essas forças, contudo, não foram suficientes para opor qualquer resistência séria à implantação da ditadura em 1964 e, até meados dos anos 1970, os trabalhadores urbanos não conseguem se reorganizar de maneira significativa. A partir de 1974, crises internas no bloco dominante, o esgotamento do modelo econômico, a insatisfação crescente da população, foram criando condições para o surgimento de reivindicações, movimentos e entidades em setores da classe média e dos trabalhadores urbanos (artistas, intelectuais, estudantes, jornalistas, professores), bem como nos bairros das favelas e das periferias, com o amparo de setores da Igreja Católica. Em 1978, irrompe a combatividade de setores de ponta da classe operária, principalmente na região do ABC e, a partir daí, foram se multiplicando as manifestações de conscientização, de organização e de luta do proletariado: greves, passeatas, manifestações, criação de entidades associativas e representativas, substituição de diretorias sindicais pelegas por oposições combativas, congressos estaduais e nacionais e criação de centrais sindicais.

14. Os assalariados do campo sempre tiveram maior dificuldade que os da cidade para se organizarem, em grande parte pelas próprias características da multiplicidade das formas de relações de propriedade e de trabalho no campo, em parte pelo alto grau de opressão e repressão exercidas pelos senhores de terra. Não obstante, na década de 1950 surgem sinais de conscientização mais agressiva e tentativas de organização independente, como as Ligas Camponesas. A Contag, surgida em 1962, vai exercer papel significativo na aglutinação dos trabalhadores rurais, mas a ditadura de 64 também vai destruir o que havia de embrionário no movimento camponês, e só nos últimos anos, ao lado do aumento da sindicalização rural (oficial), os trabalhadores sem-terra estão começando a se organizar.

Apesar da ausência de uma forte e extensa organização camponesa, os conflitos no campo vêm se amiudando e, não raro, assumindo caráter armado e violento.

15. O quadro, resumidamente traçado acima, do desenvolvimento de certos traços do capitalismo no Brasil, da formação de sua estrutura social e do aparecimento dos avanços e recuos de diversas forças sociais que compõem essa estrutura, mostra uma inegável situação de luta de classes. Há momentos em que essa luta de classes, aparentemente, passa para segundo plano. Isso acontece por força do aumento da repressão ou nos períodos conjunturais autoritários em que o setor burguês que domina o Estado atrai contra si uma espécie de “aliança” transitória entre as classes (1937/45, 1964/84), o que também constitui, no fundo, uma particular forma de luta de classes. Mas assim que esses períodos começam a mostrar sinais de desaparecimento, a luta de classes – que permanecera latente e oculta – ressurge à tona com nitidez. É o que está ocorrendo no atual período conjuntural, e que será analisado com mais detalhes adiante. Como conclusão desta análise, é possível dizer que o capitalismo no Brasil [se] desenvolve de maneira desigual e subordinada ao imperialismo, com uma burguesia e um Estado burguês modernos, organizados e aparelhados em luta contra uma classe trabalhadora em diferentes graus de organização: a classe média, de contornos ambíguos e híbridos, semiorganizada, e o proletariado urbano e rural em crescente organização, embora ainda frágil. Apesar do seu grau de desenvolvimento e modernidade, a burguesia e o Estado não têm conseguido resolver as contradições fundamentais do desenvolvimento do conjunto da sociedade e, por isso, apelam para a força repressiva em situações de crise, que procuram evitar com medidas superficiais e paliativas destinadas a acalmar ou cooptar setores sociais mais reivindicativos. Mas a superação definitiva da exploração e da opressão sobre o povo brasileiro não se dará com simples reformas superficiais e paliativas, mas sim com a ruptura radical contra a ordem burguesa e a construção de uma sociedade sem classes, igualitária, que, por meio da socialização dos principais meios de produção, vise a abundância material para atender às necessidades materiais, sociais e culturais de todos e de cada um de seus membros, ou seja, a construção do socialismo. E, embora ainda não esteja colocada para o conjunto da classe trabalhadora a consciência dessa necessidade, é possível afirmar que o estágio do desenvolvimento do

capitalismo, da formação das classes e do grau de luta entre as classes, no Brasil, já apresentam as condições necessárias para as lutas que permitam um acúmulo de forças, ampliem o espaço democrático, assegurem e intensifiquem os avanços e as conquistas populares e, ainda mais, criem as brechas, os caminhos e as pontes capazes de conduzir às transformações indispensáveis na direção da construção de uma sociedade socialista.

PERSPECTIVAS DE TRANSFORMAÇÕES NA DIREÇÃO DO SOCIALISMO

16. A projeção dos delineamentos gerais de uma futura sociedade socialista no Brasil, tanto quanto do processo de transformações para se chegar a ela, exige o concurso de três vertentes de conhecimentos, que precisam ser adequadamente combinadas e articuladas: o estudo sistemático, objetivo e aprofundado da realidade concreta do Brasil, nas suas dimensões histórica, social, econômica, cultural, política e institucional; a teorização da prática social dos movimentos sociais brasileiros, notadamente o popular, o sindical e o político-partidário, fonte indispensável para a apreensão concreta do *que* e do *como* fazer histórico cotidiano nas condições brasileiras; e a avaliação crítica das contribuições teóricas dos que pensaram a construção do socialismo, pelo seu cotejamento com as experiências concretas já tentadas em vários países de todo o mundo nestes últimos cem anos. O resultado desse esforço há de ser a imagem de um socialismo não “livresco”, nem de “gabinete”, nem de “cúpula”, nem “importado”, nem “retórico”, nem “imposto” etc., mas sim de um socialismo nascido da realidade brasileira, pensado e construído a partir da vontade e das ações das classes trabalhadoras, nas condições de necessidade e de possibilidade que essas mesmas classes irão modificando com sua ação concreta.

O CAMINHO PARA O SOCIALISMO

17. Como contribuição para esse esforço, é possível desde já dizer que, provavelmente, o processo de transformação – isto é, o caminho para o socialismo no Brasil – será modificado, assumirá mil formas de manifestações, terá avanços e recuos e será marcado por um eixo central básico, constituído de grandes e cada vez mais frequentes e intensas ações políticas de massa, auxiliadas por todas as formas de luta da classe trabalhadora – da

participação em campanhas eleitorais às greves e aos enfrentamentos com a burguesia e com o Estado. Nesse sentido, é importante reconhecer que no atual estágio, e tendo em vista as observações da 1ª Parte deste documento, a classe trabalhadora tem ainda pela frente um longo e dificultoso processo de acumulação de forças e fortalecimento de sua organização, mas que terá de combinar, desde já, conquistas reais no plano político, econômico e social, que lhe permitam avançar no caminho.

18. A conscientização, a organização e a acumulação de forças da classe trabalhadora passa, necessariamente, por um processo de integração e unificação de seus diversos setores e frações num projeto histórico e político comum, em que sejam levados em conta tanto os objetivos finais – a construção do socialismo – quanto as peculiaridades e os conflitos que hoje distinguem, e às vezes separam, aqueles setores e frações. Assim, só é possível conquistar, para esse projeto comum, o apoio e a participação das grandes camadas da pequena burguesia rural e urbana, na luta pela radical transformação da sociedade rumo ao socialismo, no Brasil, se forem asseguradas a tais camadas condições reais do progresso social – sem ameaças a seus limitados meios de produção.
19. Estas considerações permitem, desde já, também, delimitar as linhas gerais e o caráter das alianças que serão necessárias e possíveis no processo de transformações no rumo do socialismo. Alianças e acordos serão necessários, e indispensáveis, entre o conjunto heterogêneo de forças políticas e sociais que atuam no interior das classes trabalhadoras, e que, cada uma a seu modo, representam com maior ou menor grau de legitimidade interesses e valores setoriais e conjunturais dos diversos componentes da classe. Por outro lado, é impossível supor alianças estratégicas com a burguesia e com as forças políticas que sustentam a dominação e a hegemonia da classe burguesa e a perpetuação do sistema capitalista. Certamente, em determinadas conjunturas, pode-se tornar imprescindível fazer acordos restritos e limitados em torno de pontos definidos, concretos e objetivos, com forças que não lutam pelo socialismo, mas é necessário abandonar de vez a ilusão de que seja possível manter uma tática antagônica à estratégia, ou de que, com palavras e discursos hábeis, seja viável enganar momentaneamente as forças sociais e políticas contrárias ao socialismo. As experiências históricas do Brasil e de outros países mostram que são os pretensos enganadores que sempre acabam logrados, e que as *alianças* da classe trabalhadora com a

- burguesia só favorecem os interesses desta, e atrasam ou impedem o avanço da organização daquela, bem como o caminho para o socialismo.
20. Isso não quer dizer, porém, que a tarefa de construção do socialismo esteja reservada a um só setor, a uma só fração de classe ou a um só partido. Na ampliação do espaço democrático e na criação de condições políticas para avançar no caminho do socialismo, bem como na defesa de conquistas imediatas das classes trabalhadoras, são necessários e possíveis, sim, acordos *itemizados* e delimitados com forças sociais e político-partidárias, mesmo que essas forças não se proponham o socialismo como objetivo final.
 21. Evidentemente, ao Partido dos Trabalhadores caberá um papel estratégico e fundamental na criação dessas condições e na construção do socialismo. Algumas das tarefas concernentes a esse papel serão analisadas em outra parte deste Plano de Ação Política e Organizativa.

A SOCIEDADE SOCIALISTA

22. A análise feita na 1ª parte deste Plano de Ação também mostra que os elementos do desenvolvimento capitalista brasileiro, mesmo estando muito longe de serem completos, indicam que no processo de construção socialista não se podem seguir mecanicamente os preceitos de substituição imediata, por meios administrativos ou executivos, da propriedade privada dos meios de produção e circulação pela propriedade social; nem substituir prontamente a economia mercantil por formas sociais de distribuição, circulação e consumo; nem implantar uma completa organização planificada da economia. As leis econômicas em ação numa determinada sociedade não podem ser extintas ou modificadas por decretos, mesmo quando esses decretos tenham um considerável respaldo político de massas, como demonstrou a experiência de construção dos países socialistas.
23. No Brasil, ainda não foram esgotadas, pelo desenvolvimento capitalista, as formas econômicas pequeno-burguesas nem a economia mercantil simples. A própria expansão diferenciada do capitalismo e seu grau médio de desenvolvimento não permitiram que a economia mercantil capitalista alcançasse um patamar elevado. Nessas condições, se no Brasil existem numerosas empresas capitalistas que deverão ser transformadas em propriedade social, por outro lado existem milhões de pequenos produtores e pequenos proprietários cujos meios de produção não é possível estatizar ou mesmo coletivizar imediatamente.

24. A estatização e a coletivização administrativa da pequena produção e da propriedade dos meios de produção, tanto urbana quanto rural, podem ser prejudiciais, tanto do ponto de vista econômico quanto político. Economicamente porque exigem, para seu controle, a formação de uma pesada máquina burocrática, cuja eficiência é muito discutível, entorpecendo a iniciativa dos pequenos produtores estatizados ou coletivizados e impedindo o aproveitamento de todas as potencialidades para desenvolver mais rapidamente as forças produtivas materiais. A médio prazo, levam a economia à estagnação, criando desequilíbrio entre a produção e o consumo e entre os diversos ramos produtivos.
25. Assim, levando em conta as experiências e as condições do desenvolvimento capitalista brasileiro, provavelmente será necessário e possível, nos primeiros momentos de uma sociedade socialista no Brasil, utilizar diversas e múltiplas formas de propriedade social dos meios de produção – através da estatização e da coletivização por formas cooperativas ou outras – de acordo com o tamanho da empresa, a sua natureza e o setor de produção em que se encaixa e o papel estratégico que desempenha no processo global de produção. Mas continuarão existindo o pequeno produtor individual ou a pequena propriedade familiar, que deverão receber estímulo e amparo, no sentido de evoluir para formas cooperativas de produção.
26. Também, provavelmente, surgirão formas mistas e novas de propriedade dos meios de produção necessárias ao processo de aperfeiçoamento no rumo da completa socialização. Empresas do Estado poderão estabelecer formas diversas de cooperação com empresas coletivas e individuais; empresas individuais poderão cooperar-se para algumas operações produtivas ou de circulação, e assim por diante. Mas só a prática real da economia poderá colocar essas questões de modo claro.
27. A existência dessas formas de propriedade, resultantes de uma expansão não plenamente desenvolvida, também vai exigir diferentes formas de organização do trabalho e uma adequada combinação entre a planificação e a economia mercantil. Muitos confundem as formas de propriedade com as formas de organização do trabalho, o que cria embaraços ao pleno desenvolvimento das potencialidades do trabalho. É plenamente possível que uma empresa estatizada, portanto de propriedade social, tenha um alto grau de autonomia na elaboração de seu plano de produção e

na organização interna do trabalho. Assim, controle de propriedade pelo Estado, planejamento estatal, autogestão democrática, distribuição conforme a produção, produção conforme as necessidades estabelecidas pelo Estado e também detectadas no mercado, tudo isso demanda uma combinação global e flexível no sentido de desenvolver as formas produtivas, aprofundar o processo de socialização dos meios de produção, acelerar a produtividade do trabalho e a economicidade da produção e atender às crescentes necessidades materiais e culturais do povo.

28. Nesse sentido, é preciso combater a imagem de que o mercado desaparecerá no dia seguinte em que os trabalhadores estiverem no poder. Enquanto a produção social for limitada, enquanto essa limitação obrigar que continue vigorando o ganho segundo o trabalho e não conforme as necessidades, isso significará que os trabalhadores continuarão tendo que trabalhar como uma obrigação de sobrevivência e significará que a sociedade ainda não pode se ver livre do mercado. Evidentemente, no socialismo poderão desaparecer os excessos do consumismo burguês, mas isso não significa que as massas deixarão de consumir ou deixarão de desejar possuir todos os bens que melhorem as suas condições de vida. O socialismo não pretende nivelar o padrão de vida da população por baixo, mas sim por cima, favorecendo o bem-estar e o conforto de todos, e não apenas de minorias privilegiadas.
29. Um projeto socialista deve ser acompanhado da afirmação de ideias e valores que sustentem uma atuação transformadora em todas as esferas da sociedade e tenham consistência para fundamentar a construção de uma nova legitimidade, contraposta à burguesa. Isso tem um peso fundamental na medida em que as propostas políticas (num sentido estrito que pode-se dar à expressão, como ligadas à disputa dos rumos do Estado) constituem apenas o esqueleto das ideias que coesionam um grupo social e têm que ser reforçadas e completadas no sentido de uma visão de mundo global. O projeto socialista deve incorporar as perspectivas colocadas por diferentes movimentos sociais que combatem opressões específicas – como das mulheres, dos negros, das nações indígenas etc. – indispensáveis para golpear importantes pilares da dominação exercida pela burguesia; deve engajar em profundidade a maioria da população brasileira num processo de transformação do país e construir uma sociedade efetivamente nova; deve, também, englobar movimentos de caráter cultural, nacional ou ambiental; e deve,

por fim, assumir formas de contestação de mecanismos não-estatais de dominação burguesa, mas que são vitais para a reprodução da ideologia e dos valores fundamentais da burguesia, entre outros elementos, traduzindo em atividade política concreta e questionamento, por exemplo, do monopólio burguês dos meios de comunicação de massa. Esse conjunto de percepções constituem componentes indispensáveis, hoje, à constituição de uma visão de mundo e de uma prática política efetivamente libertária. O socialismo se tornará um propósito muito mais poderoso e influente se for mais do que uma democracia política e econômica, e se passar a ser compreendido como um novo modo de vida, baseado numa visão de mundo profundamente crítica e humanista, qualitativamente superior a tudo que o capitalismo pode oferecer. Algo que possa responder a toda uma série de necessidades sentidas, em graus variados, por todos. Isso pressupõe a difusão de uma perspectiva realmente emancipadora, reforçando a credibilidade das massas trabalhadoras no ideal libertário socialista.

30. O socialismo almejado deve também estar ligado à ideia de que essa luta é internacional. Essa é uma dimensão da política socialista que o PT deve assumir, num momento em que a internacionalização do capital e da política imperialista são maiores do que nunca e numa situação em que ela tem e terá uma grande importância para o destino da transformação socialista no Brasil. Isso já pode ser percebido claramente, hoje, quando recebemos o impulso positivo da revolução da América Central, em particular na Nicarágua.
31. Tais pontos, evidentemente, realçam ainda mais as questões da democracia no socialismo, ou o problema da liberdade numa sociedade que se pretende tornar igualitária. Há sempre o risco de um descompasso entre o avanço da estrutura econômica e o ritmo da democratização da superestrutura. Resistências maiores ou menores da burguesia podem conduzir a processos de centralização que retardem ou conturbem a consolidação da plena democracia. Mas, mesmo com tudo isso, deve ser reafirmada a relação indissolúvel entre democracia e socialismo. Formas de controle popular e operário, que precisam ser incentivadas desde logo, como os conselhos populares e as comissões de fábrica, por exemplo, bem como as variadas formas de poder de base, são fundamentais para o projeto futuro – na medida em que evoluam como meios, efetivos e eficazes, para

determinação da correlação de forças pró-democracia na sociedade. Nesse sentido, vale lembrar que o poder, para o socialismo, não apenas se toma, mas se constrói na luta concreta do dia a dia, desde já.

32. A democracia, no socialismo, deve ser entendida como a socialização dos meios de produção e também dos mecanismos de poder entre os trabalhadores. Isto significa ser favorável à liberdade de associação e organização, à livre expressão de ideias, à liberdade de culto, ao direito social à comunicação e à liberdade política, partidária e sindical. Aos trabalhadores caberá a tarefa de institucionalizar o Estado socialista através de um processo constituinte livre e democrático, que garanta direitos e liberdade e que também assegure, dentro da nova legalidade, instrumentos e meios de defesa da sociedade. Em resumo: o Brasil terá de encontrar os seus próprios caminhos para chegar ao socialismo e as suas próprias maneiras de construir a sociedade socialista. Caminhos e maneiras que são determinados menos por princípios gerais ou por nossos desejos e mais pelas condições reais e concretas que as classes trabalhadoras irão encontrando e modificando, com ação política organizada, na luta por sua libertação.

POLÍTICA INTERNACIONAL

33. O PT nasceu e se desenvolve em conjuntura histórica de crescimento das lutas de libertação em todo o mundo. Exemplo destacado deste processo é a Revolução Nicaraguense e a luta que os povos da América Central travam contra o imperialismo norte-americano. A emergência popular da África Negra, a queda de Ferdinando Marcos, nas Filipinas, e de “Baby Doc”, no Haiti, são outros tantos exemplos de avanço democrático e socialista no cenário internacional. Um dos compromissos mais caros ao PT é exatamente a solidariedade com as lutas de outros povos. Solidariedade encarnada, de atos e não apenas de discurso. Por isso, devemos incrementar entre os militantes petistas o conhecimento das lutas de libertação e/ou socialistas dos diversos países. Além disso, cada diretório, cada núcleo, cada órgão petista deve, na medida de suas possibilidades, contribuir, em seu próprio espaço de atividades, para a execução desta diretriz nacional. Ajudando a denunciar os crimes da ditadura chilena, a repressão ao Solidariedade na Polônia, colaborando nas campanhas de ajuda material à Nicarágua, a El Salvador etc. Em uma palavra: defendendo os direitos humanos, individuais ou coleti-

vos, onde quer que eles sejam desrespeitados e apoiando os movimentos democráticos e socialistas de todos os quadrantes.

A NOVA CONJUNTURA

34. O Partido dos Trabalhadores renova o seu Diretório Nacional e aprova o correspondente Plano de Ação Política e Organizativa para o Período de 1986/87/88 num momento particularmente crucial da conjuntura econômica, social, política e institucional do país. A tentativa de ruptura democrática com o Regime Militar em 1984, por meio da campanha das Diretas – e da qual grande parte da população participou ativamente –, foi desvirtuada e, mesmo, traída pelos interesses comuns dos vários setores da burguesia, que, diante da fragilidade das forças populares, conseguiram unificar-se e cooptar parcelas da classe média e dos próprios trabalhadores para seu projeto de transição conservadora e conciliadora. A expressão político-partidária dessa aliança burguesa, a Aliança Democrática, já sofreu avanços e recuos, e revela, nas suas dissidências eleitorais, a persistência de contradições entre os setores da burguesia. Apesar disso, porém, a classe dominante vem conseguindo, com relativo êxito, manter sua hegemonia sobre o conjunto da sociedade, e levar a cabo uma série de reformas parciais nos planos econômico e social, que visam conservar e consolidar o desenvolvimento do regime capitalista, através de concessões paliativas destinadas a acalmar os setores mais combativos e protelar crises e enfrentamentos mais radicais. A iminência da instalação de um Congresso Constituinte e da elaboração da futura Constituição torna este momento mais significativo: trata-se, para a burguesia, de assegurar, também no plano jurídico-institucional, a hegemonia que ela vem tentando construir nos planos econômico, social e político. Assim, o exame apurado desta nova conjuntura, bastante diferente daquela que marcou os anos de Regime Militar, e mesmo do momento de pico da transição (1984/85), é da maior importância para que o PT defina com clareza suas tarefas políticas e organizativas para o futuro imediato.

TRANSIÇÃO E CRISE DA BURGUESIA

HEGEMONIA E DISPUTA

35. O fato de que o Regime Militar não foi derrotado nas ruas e de que a democratização burguesa convive com a persistência do sistema opressivo

e com uma política econômica que se baseia, sobretudo, no sacrifício das grandes classes trabalhadoras não significa que a burguesia seja incapaz de realizar manobras ou mesmo sair da crise. O problema, no caso, consiste em que a solução das crises do capitalismo é sempre encontrada através da manutenção da exploração, em maior ou menor intensidade, do trabalho assalariado e dos trabalhadores em geral. Os trabalhadores encontram-se, quase sempre, em condições precárias, esteja ou não o capitalismo em crise. Entretanto, para manter sua hegemonia, a burguesia precisa, sempre, dar a impressão de que está resolvendo a crise de toda a sociedade e de todas as classes, não só a sua crise.

36. A Aliança Democrática assumiu essa tarefa de tirar a burguesia da crise conjuntural em que estava mergulhada e, ao mesmo tempo, realizar as manobras e as concessões indispensáveis para manter as massas sob sua hegemonia e evitar o aguçamento perigoso das contradições sociais. Aproveitando-se das esperanças que procurou inocular nas massas, com a vitória de Tancredo no Colégio Eleitoral e da comoção que sua morte causou, o governo Sarney avançou, primeiramente, na realização de reformas políticas parciais, com o claro intuito de cercear a participação popular no Parlamento, na Constituinte e no controle democrático do poder, e adiar ao máximo as mudanças que se faziam necessárias na economia. Mesmo a reforma agrária, cuja necessidade (embora com objetivos diferentes) só não é reconhecida por setores reacionários do latifúndio, não tem passado da promessa formal de realizá-la e de medidas paliativas nas áreas de maior tensão, onde continuam a atuar as milícias dos latifúndios e onde o assassinato de trabalhadores rurais permanece impune.
37. As eleições de 1985 [para prefeitos nas capitais e antigas áreas de segurança nacional] mostraram um profundo descontentamento popular com os rumos do governo e sua inoperância e imobilismo no atendimento da maior parte das reivindicações econômicas, sociais e políticas. E deflagram uma crise relativamente séria na AD [Aliança Democrática], cada vez mais sob a hegemonia dos conservadores. Com o perigo da perda de suas bases populares e de sustentação, os setores liberais do PMDB passaram à disputa aberta da direção do Partido e da AD, a pretexto de que o governo não estaria cumprindo o programa de mudanças acertado com Tancredo. O episódio da renovação do Ministério, na qual ganhou predomínio o

PFL e no qual pontificam figuras do antigo regime, foi o ponto de virada da posição da chamada ala progressista do PMDB.

O PACOTE ECONÔMICO PONTO DE PARTIDA

38. As eleições para prefeito, em novembro de 1985, constituíram-se, paradoxalmente, no ponto de partida para a retomada de iniciativa política do governo Sarney, com a apresentação de um – aparente – plano ousado de reformaseconômicas, que, momentânea e setorialmente, podem, inclusive, provocar consequências recessivas para a economia. Embora a validade e a eficácia das mudanças contidas no novo pacote econômico possam suscitar dúvidas, críticas e ceticismo, é incontestável que o governo conseguiu, mais uma vez, despertar esperanças em consideráveis parcelas da população.
39. Isso mostra que é necessário tomar cuidado com as análises apressadas e catastróficas, que concluem pelo esgotamento da capacidade da burguesia em resolver suas contradições e propor soluções, mesmo paliativas, para a superação da crise brasileira. A burguesia brasileira nunca se mostrou impotente para realizar manobras e encontrar saídas de compromisso, que adiassem a resolução dos problemas por vias radicais.

OBJETIVOS POLÍTICOS DO PACOTE

40. Com o pacote econômico decretado em fevereiro de 1986, num momento em que se estreitavam os apoios sociais ao regime, o governo Sarney, mesmo sem eliminar as contradições internas na Aliança Democrática, abre condições para uma recomposição, tendo por base, inclusive, o endosso entusiástico dos reformistas. Os setores liberais do PMDB baixaram o tom de suas críticas ao governo e os setores progressistas passaram a temer um rompimento, que estava em marcha acelerada. E os moderados sentiram-se encorajados a reforçar seu apoio à Nova República, mesmo sentindo-se prejudicados na divisão dos cargos ministeriais.
41. Esse pacote tem como objetivo principal assegurar a continuidade da transição política conservadora, que se iniciou através da composição da Aliança Democrática no Colégio Eleitoral. Uma transição política para uma nova forma de dominação que não permita o avanço democrático ou concessões importantes para as classes trabalhadoras. Esse processo de transi-

ção conservadora estava ameaçado. Em primeiro lugar, porque a Aliança Democrática estava em processo de implosão, após a reforma ministerial imposta por Sarney. O PFL passou a controlar 2/3 do orçamento do país, os principais ministérios e garantiu a indicação de seis ex-governadores da Arena/PDS na nova equipe ministerial. O predomínio absoluto dos ex-colaboradores da Ditadura Militar e a perda de posições do PMDB acabou gerando uma crise política grave, com o afastamento político, do governo, de alguns setores e lideranças do PMDB, descontentes com a falta de cargos políticos e verbas num ano eleitoral. Em segundo lugar, o pacote pretendeu garantir algumas bases eleitorais para que os partidos da Aliança Democrática disputem as eleições em novembro para os governos dos estados e para a Constituinte. As últimas eleições para as prefeituras, em 1985, demonstram alterações nas tendências eleitorais. O PT obteve 11% dos votos e teve o maior crescimento eleitoral, 70% a mais de votos em relação às eleições de 1982, além de conquistar a Prefeitura de Fortaleza e vencer em Goiânia. O PDT obteve 14% e conquistou mais uma capital. O PMDB, apesar de continuar sendo o maior partido do ponto de vista eleitoral, teve uma queda de 45% para 33% dos votos nas grandes cidades. O PFL obteve 9,8% dos votos e está abaixo do PT. O PDS obteve apenas 5,5% e foi o grande derrotado nas eleições, e o PTB atingiu 16%, a partir, basicamente, da eleição de Jânio [Quadros] em São Paulo. Finalmente, o pacote tem como alvo principal o movimento operário e sindical. Quebrar a tendência ao ascenso das lutas operárias e sindicais e desarticular as conquistas que estavam sendo impostas pelas classes trabalhadoras, através das greves, é uma das preocupações mais importantes do pacote. Isso quer dizer que o pacote pretende impor o pacto social.

AS GREVES DE 1985

42. O ano de 1985 foi marcado pelo maior volume de greves da história recente do país: cerca de 6 milhões de trabalhadores grevistas e aproximadamente mil greves. Mais importante ainda é que esse imenso volume de greves foi acompanhado por uma mudança de qualidade, a partir da intervenção e do papel político que a CUT passou a ocupar na luta sindical. No Congresso Nacional da CUT, em 1985, foi definida a deflagração de uma campanha nacional de lutas, que tinha como objetivo

central unificar as principais bandeiras de luta e as campanhas salariais. As grandes campanhas salariais e as principais greves foram marcadas por essa orientação:

- a) a campanha salarial dos metalúrgicos da CUT, em abril de 1985, sustentou uma greve de 54 dias, que quebrou a proposta do pacto social e garantiu a conquistada redução da jornada de trabalho, depois de 50 anos em que a classe trabalhadora não havia obtido conquistas sobre a jornada de trabalho;
- b) a greve nacional dos bancários reforçou a tendência à unificação das campanhas salariais e institucionalizou a reposição salarial, com a conquista do índice de 12,5%;
- c) a Campanha Salarial Unificada de São Paulo unificou a luta de várias categorias, uma experiência de luta que não ocorria desde 1983. Essa campanha, com uma greve parcial de apenas dois dias e com piquetes, garantiu a conquista [de reajuste] trimestral, da redução da jornada de trabalho e da reposição salarial de 12%. Essa vitória demonstrou a importância que a conjuntura política pode ter sobre o movimento grevista, pois o fato de a campanha salarial ter sido às vésperas da eleição de novembro garantiu a vitória da greve. Todo esse processo de avanço do movimento permitiu uma nova orientação para a Campanha Nacional de Lutas/1986 a partir da Plenária Nacional da CUT, realizada em dezembro de 1985. Nessa Plenária, a Campanha Nacional de Lutas teve suas bandeiras ampliadas. Além dos quatro pontos – reforma agrária, redução da jornada de trabalho para 40 horas, trimestral e salário-desemprego – foi incluído o salário mínimo real e o congelamento de preços dos gêneros de primeira necessidade.

OBJETIVOS ECONÔMICOS DO PACOTE

43. Além dos objetivos políticos, o pacote tem objetivos econômicos que precisam ser analisados de forma cuidadosa:
 - 1º) Pagar a dívida externa – O pacote pretende garantir melhores condições para o pagamento da dívida externa, de 104 bilhões de dólares. Adotado em vários países endividados – Israel, Argentina, Peru, Bolívia, entre outros – esse tipo de pacote demonstra que corresponde aos interesses dos banqueiros e do FMI, com o fim de assegurar melhores condições para

- o pagamento da dívida externa. O pagamento da dívida externa é o que administra a política econômica do país. Neste ano, deverão ser pagos cerca de 12 bilhões de dólares de juros, além de 8 bilhões de dólares de amortização, depositados em cruzeiros/cruzados no Banco Central, para serem “negociados”. O pacote está totalmente articulado com esse objetivo, que continua sendo o centro das preocupações da política econômica.
- 2º) Pagar a dívida pública – O Estado brasileiro deve um quadrilhão, cento e sete trilhões de cruzeiros [Cr\$ 1.107 quadrilhão]. Essa dívida pública, diretamente associada e dependente da dívida externa, exigirá cerca de 118 trilhões de cruzeiros do governo, apenas para o pagamento dos juros, em 1986. Isso significa que o governo brasileiro está pagando mais em juros do que todos os gastos sociais previstos para o ano de 1986 – cerca de 74 trilhões de cruzeiros.
- 3º) Combater a Inflação – A inflação é um instrumento adicional de que o capital financeiro e o grande capital monopolista se utilizam para expropriar rendas e recursos dos outros setores da sociedade, especialmente das classes trabalhadoras. Porém, ao atingir níveis superiores a 350%, como eram as previsões em 1986, a inflação perde essa funcionalidade para o grande capital e coloca em risco o próprio sistema. Portanto, combater esse nível de inflação passou a ser uma preocupação fundamental do governo, com o total apoio do grande capital, inclusive do capital financeiro internacional e nacional. O pacote econômico quebra aquele patamar de inflação que os diversos setores da sociedade criaram ao longo dos últimos anos.
- 4º) Todos esses objetivos se realizarão a partir do confisco dos salários – O pacote procura garantir um processo de transferência de renda na economia, dos assalariados para as empresas, com o fim de assegurar o combate à inflação e o pagamento da dívida pública e da externa. O confisco salarial é a base de todo o plano de estabilização econômica do governo Sarney.

O PACOTE E A INFLAÇÃO

44. A política de combate à inflação, do pacote econômico, está baseada em duas medidas: congelamento provisório dos preços e tarifas de serviços e desindexação da economia. Isso significa que o pacote pretende proibir os

aumentar de preços a partir do dia 27 de fevereiro e, ao mesmo tempo, retirar da economia os principais mecanismos de defesa da inflação, como a correção monetária, os reajustes semestrais de salários, os reajustes de aluguéis etc. O Estado capitalista, ao decretar o congelamento dos preços, intervém no processo de circulação de mercadorias, desarticulando algumas leis de movimento e regulação do mercado capitalista. A intervenção do Estado, estabelecendo preços, representa um processo de politização da economia, no sentido de que os conflitos econômicos, que eram criados e resolvidos no interior do mercado, passem a ser interiorizados no Estado e ter suas soluções através de decisões políticas do governo. Porém, o Estado capitalista, por sua própria natureza, é absolutamente incapaz de assegurar o congelamento de preços de forma duradoura. A estrutura monopolista do capitalismo brasileiro, associada à desordem da produção capitalista, inviabiliza a estabilidade de preços por um prazo dilatado. O Estado não tem poderes para intervir no nível do processo de produção e, assim sendo, é absolutamente inviável, no capitalismo dependente, assegurar um congelamento duradouro ou a estabilização dos preços no mercado através da intervenção política do Estado. O congelamento tenderá a inviabilizar-se a partir das seguintes formas de resistência e pressão política e econômica do capital:

- a) *parar de produzir* e criar crise de abastecimento no mercado, para pressionar a quebra ou revisão da política de preços do governo. Exemplo: a carne, medicamentos, leite...
- b) *queda da qualidade e falsificação dos produtos*, como forma de reduzir custos e assegurar as margens de lucro das grandes empresas. Ex.: farinha de trigo (90% dos moinhos do Rio Grande do Sul foram autuados em flagrante);
- c) *mercado paralelo* ou cobrança de ágio, por fora da tabela, para assegurar margens de lucros. Ex.: nas feiras, aluguéis etc.;
- d) *lançamento de novos produtos* como forma de fugir da tabela.

Essas e outras formas de resistência do capital significam que a única maneira de evitar crises de abastecimento seria a monopolização do comércio atacadista pelo Estado, o confisco de estoques e a intervenção do Estado no nível da própria produção. Essas medidas, por sua natureza anticapitalista, dificilmente poderão ser adotadas pelo Estado capitalista, a não ser em pequena escala.

O PACOTE E O CONGELAMENTO

45. O congelamento gerou, porém, mobilização popular, maior participação nas discussões econômicas e maior base de apoio político para o governo, absolutamente inegáveis. Por quê? Em primeiro lugar, porque o congelamento dos preços é uma bandeira secular das classes trabalhadoras e significa, ainda que por pouco tempo, a desarticulação de uma forma complementar do processo de exploração do trabalho e de acumulação do capital. Em segundo lugar, quando a população se mobiliza com a tabela e denuncia a remarcação de preços está, no nível da consciência espontânea, lutando contra o setor do capital, contra uma das formas de exploração. Isso significa que o congelamento tenta jogar o conflito de classes para outro nível, em que o capital tem maiores possibilidades de administrá-lo. O congelamento e a campanha oficial pela fiscalização procuram retirar o conflito de classes da fábrica, onde se dá a forma originária e fundamental da exploração no capitalismo, e deslocá-lo para a relação preço/consumidor. Portanto, tenta retirar a luta de classes do nível da produção e jogá-la para o nível da circulação de mercadorias. É esse nível que aparece para a consciência espontânea da massa como conflito de classes, como uma luta contra a exploração e o capital. O congelamento, nessa conjuntura, representa uma manobra política extremamente eficiente da classe dominante porque tira, momentaneamente, o conflito de classe da fábrica, da produção, e o lança no nível da circulação. Nesse caso, o conflito de classes aparece como uma relação entre os preços e o consumidor e não entre salários e lucro, que é a base fundamental do processo de exploração da sociedade capitalista.

O PACOTE E A DESINDEXAÇÃO

46. A desindexação, por seu turno, significa a retirada de diversos mecanismos de defesa da inflação. No entanto, o impacto do processo de desindexação não é semelhante para todas as classes sociais e agentes econômicos:
- a) *Capital Financeiro* – O capital financeiro perdeu a correção monetária que incidia sobre os diversos títulos e empréstimos. Porém, a taxa de juros permanece liberada e permite que a correção monetária continue nela, assegurando a defesa da margem de lucros para os bancos.
 - b) *Empresas Produtivas* – No setor produtivo, o impacto do pacote também é diferenciado. O congelamento impede o repasse aos preços, mas as

empresas buscarão reduzir custos e aumentar produtividade para defenderem suas margens de lucro. A possibilidade de redução dos custos é viável, principalmente nas grandes empresas oligopólicas, que têm maior poder de mercado e poderão utilizar-se das pequenas e médias empresas como um colchão amortecedor do pacote. A política de redução de custos daquelas empresas deverá se basear em: investimentos e novas tecnologias, ocasionando o desemprego; aumento da rotatividade no emprego como forma de redução dos salários e de peso relativo da folha de pagamento; arrocho sobre as pequenas e médias empresas, especialmente fornecedoras de componentes.

O PACOTE E OS SALÁRIOS

47. O pacote promove, ainda, um confisco salarial dos mais profundos e graves da história recente do país. O confisco salarial pode ser discutido de vários ângulos. Os preços, tarifas, serviços, reajustes das ORTN e OTN, taxa de câmbio, foram congelados pelo pico. Ou seja, pelos respectivos valores, incorporando a inflação do período anterior, inclusive do mês de fevereiro. Por exemplo, as ORTN, que correspondem à correção monetária e servem para a valorização das aplicações financeiras e inúmeros contratos comerciais, foram reajustadas em 14,36%, ou seja, de acordo com a inflação integral de fevereiro. Os salários, ao contrário, tiveram seus valores congelados pelo valor médio dos últimos seis meses. Isso significa que os salários foram convertidos para cruzados pela média e os preços pelo pico. Aceitar essa forma de conversão dos salários significa reconhecer que os trabalhadores foram responsáveis pela inflação do período anterior. A conversão salarial pela média retira dos salários o valor correspondente à inflação dos últimos seis meses, que foi a mais elevada da história econômica do país.
48. O procedimento de conversão dos salários pela média dos últimos seis meses é o ponto central do processo de confisco salarial. Porém, há ainda críticas sobre a forma como está sendo calculada a média: o governo considerou apenas cinco meses de inflação para o cálculo, tomando o mês de fevereiro igual a 1.000, ou seja, como se não tivesse havido inflação. O argumento básico do governo é que esse é o poder real de compra, porque o salário devido ao trabalhador em fevereiro só seria recebido em março,

quando não haveria inflação. Há que se considerar que na construção civil é prática o recebimento semanal de salários; muitas empresas na indústria e comércio pagam vales quinzenais, além de diaristas e de adiantamentos, fatores que antecipam os gastos do trabalhador assalariado. Portanto, o governo optou por um conceito de média salarial que beneficia os que compram e não os que vendem sua força de trabalho. Os trabalhadores perderam um mês de inflação no cálculo oficial da média. A metodologia oficial de cálculo da inflação coletava os preços para apuração do índice de inflação – IPCA – do dia 15 [do mês anterior] ao [dia] 15 do mês correspondente. Isso significa que a inflação de fevereiro foi calculada com base na evolução dos preços do dia 15 de janeiro a 15 de fevereiro. Portanto, há um resíduo inflacionário, correspondente ao período de 15 a 28 de fevereiro, que deveria aparecer no cálculo da inflação, e esse resíduo foi desprezado pelo novo índice – IPC. Podemos estimar que esse resíduo deve ser de 5% a 7% e que, se fosse considerado, levaria a uma aceleração no disparo do gatilho da escala móvel de 20%, porque os trabalhadores começariam o novo período do cruzado com uma inflação inicial, em março, de 6% a 7%. O abono do governo, de 8%, foi concedido para eliminar essa perda, segundo alguns assessores governamentais. Desde o abono, 6% correspondem ao resíduo e 2% à elevação do custo de vida ocorrido no período anterior ao congelamento de preços, gerada pela especulação com os produtos agrícolas devido à seca. O abono de 8% não eleva a média salarial. Ao contrário, é insuficiente para garantir o cálculo exato da média, se considerarmos que continua faltando um mês de inflação no cálculo.

49. O terceiro aspecto das perdas salariais com o pacote econômico do governo está na escala móvel do salário. O que era média salarial se transformou em pico, ou seja, a média dos últimos seis meses é o maior salário que o trabalhador deverá receber no Brasil do cruzado. Portanto, como os salários só serão corrigidos integralmente com a inflação de 20%, haverá uma perda real de salários no futuro próxima a 9,5%.
50. O pacote tem outras implicações no processo de negociação coletiva. Em primeiro lugar, ele retira da Justiça do Trabalho o poder normativo para a reposição salarial do passado, como vinha ocorrendo a partir da greve nacional dos bancários, em setembro de 1985. Em segundo lugar, a mudança no decreto que assegura um reajuste de 60% da inflação passada,

como antecipação salarial, por ocasião da data-base, representa um grande retrocesso em relação à política salarial anterior. Essa modificação tem objetivos políticos, ou seja, impedir a unificação de data-base na escala móvel de 20%. Os trabalhadores perderam a unificação da data-base sem que fosse assegurada sequer a reposição integral das perdas salariais nas respectivas datas-base.

TRABALHADORES CONTRA O PACOTE

51. O pacote representa uma tentativa de modernização conservadora do capitalismo brasileiro. Mais precisamente, os desdobramentos deste pacote, no nível do processo de acumulação de capital, deverão favorecer o grande capital monopolista, concentrando e centralizando o capital e estimulando o processo de internacionalização da economia brasileira. De outro lado, o pacote pretende esquecer o passado em relação às perdas salariais, ao desemprego e à distribuição de renda. Tenta consolidar o padrão de distribuição de renda, portanto, o modelo de crescimento, como a base do atual processo de modernização conservadora do capitalismo brasileiro.
52. O pacote procura modificar o cenário da luta de classes, permitindo uma retomada de iniciativa política da classe dominante, gerando condições sociais, econômicas e políticas mais favoráveis ao processo de transição política conservadora, iniciada no Colégio Eleitoral. Não obstante, a realidade do país está longe dos desejos governamentais. Recentemente, praticamente toda a cidade de Criciúma (SC) encontrou-se paralisada; antes pararam os sapateiros de Franca (SP), portuários e ferroviários do Rio, metalúrgicos de Niterói, professores e funcionários do Distrito Federal, metalúrgicos de Porto Alegre e Canoas (RS) etc. Essas greves, todas contra o arrocho e o congelamento da miséria, mostram que os trabalhadores recusam, na prática, os planos do governo. Assim:
 - a) *em relação aos trabalhadores do campo*, as iniciativas do governo, de importação de alimentos, de implantação regional da proposta de reforma agrária e política agrícola visando tornar os latifundiários “produtivos”, visam isolar as lutas pela reforma agrária, aumentar o desemprego nas regiões da agroindústria canavieira, fortalecer o sindicalismo pelego;
 - b) *em relação à classe operária*, o congelamento de preços, por seu impacto popular, deverá ser a bandeira da política de enfrentamento dos patrões nas mesas de negociação;

- c) *em relação aos bancários*, além do pacote econômico, o governo pretende realizar uma reforma bancária, que provocará mais demissões na categoria. Nesse quadro, os 800 mil bancários do país terão que organizar a sua Campanha Salarial/86, intensificando desde já a luta contra as demissões. Nessa luta, ocupa lugar importante a denúncia e o combate ao boicote levado pelo grupo liderado pela Contec, que é também da CGT, que apoia o pacote e se oferece para administrar as demissões em massa, em conjunto com os banqueiros e com o governo; e que, nessa linha, acaba de desrespeitar a deliberação nacional de realizar o Encontro Nacional no Rio de Janeiro, transferido pela Contec para Fortaleza.
53. A luta salarial tenderá a se tornar mais difícil, e o isolamento, um risco. Dois comportamentos opostos explicam por que uma greve pode se isolar ou não. Na greve dos sapateiros de Franca, a CUT agiu explicando o sentido do movimento contra o pacote, de recusa do arrocho salarial, mostrando praticamente que os trabalhadores não aceitam “pagar o pato” em nome do congelamento de preços. Essa atuação foi radicalmente oposta à da CGT e da diretoria do Sindicato na greve dos metroviários de São Paulo. Depois de pressionadas pela base a entrar na luta, essas direções tentaram, a todo momento, falar que a greve não era contra o pacote, desviando seu rumo e tentando ocultar da população o real motivo da paralisação. Mas a ação dos petistas e da CUT nessa greve serviu para mostrar que a luta era realmente contra o pacote, impedindo maiores prejuízos para o movimento.
54. Essas variantes possíveis da aplicação do atual pacote econômico devemos alertar para a necessidade de encontrar respostas adequadas, para levar as massas trabalhadoras a compreender que, em qualquer dos casos, a burguesia só está buscando solução para sua própria crise. Essas respostas têm que levar em conta que uma parte das massas voltou a acreditar nas promessas da burguesia, colocando-se, pois, sob sua hegemonia.
55. Isso, aliás, é decorrência da própria luta do movimento operário-sindical e popular, que ameaçava a burguesia de perder sua hegemonia sobre as grandes massas. Como é de praxe na luta entre o capital e o trabalho, a burguesia viu-se compelida a apresentar concessões a reivindicações concretas do movimento social e fazer com que este entrasse na defensiva. Houve, assim, uma troca no domínio da iniciativa. Antes a iniciativa

estava com o movimento sindical, que forçava o governo a adotar a trimestralidade, a diminuição da jornada de trabalho, seguro-desemprego, congelamento etc. Ao apossar-se, mesmo de forma deturpada, de algumas dessas bandeiras, ainda por cima colorindo-as com um matiz pseudonacionalista, o governo Sarney procurou deter a iniciativa política e obrigar o movimento sindical e popular a reformular suas táticas de luta.

56. Esse processo faz parte da educação de luta dos trabalhadores, em especial de seus setores mais avançados. A disputa pela hegemonia sobre as grandes massas que ainda não despertaram para a vida política, ou que despertaram de forma incompleta, com vistas à conquista ou manutenção do poder político, é o eixo que atravessa as ações políticas. A perda momentânea de iniciativa, assim, se é preocupante, não quer dizer que a batalha esteja perdida, da mesma forma que a conquista parcial da iniciativa não significa que a batalha esteja ganha. Mas exige de nós uma postura crítica realista e a adoção das políticas correspondentes para neutralizar a política governamental e levar as massas, qualquer que seja o resultado das medidas adotadas, a compreenderem que, sob o capitalismo, elas continuarão sendo exploradas e oprimidas e que os problemas estruturais que as afligem continuarão existindo, enquanto persistir esse modo de produção.
57. Ao baixar o pacote, o governo Sarney procura ganhar, com isto, a legitimidade que não possui, como fruto que é do Colégio Eleitoral. O mandato Sarney continua tão ilegítimo quanto antes. O PT continuará desenvolvendo sua linha de oposição ao governo e lutando pelo seu fim o quanto antes possível. O PT mantém sua defesa das diretas para Presidente.
58. As políticas para enfrentar as medidas da Nova República e para tirar as massas da hegemonia da burguesia fazem parte das tarefas do PT para a atual conjuntura, e serão vistas mais adiante neste documento.

CONGRESSO CONSTITUINTE

59. Além do pacote Sarney e demais reformas econômicas e sociais anunciadas ou implantadas pelo novo regime, a conjuntura atual apresenta uma particularidade extremamente significativa: o processo constituinte, que, de bandeira e reivindicação de forças democráticas desde meados da década de 1960, agora se transformou, nas mãos da *Nova República*, num projeto de

consolidação da hegemonia burguesa sobre e contra o movimento popular. Em 1985, a proposta pela qual o PT e várias forças políticas lutavam era a da convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, autônoma, independente do Poder Executivo e do Poder Legislativo, soberana, democrática e de ampla consulta popular. Mas essa proposta foi derrotada pela maioria conservadora da Aliança Democrática e, no seu lugar, está sendo convocado um Congresso Constituinte, de poderes e âmbito restritos e limitados, em que a burguesia e as forças políticas conservadoras têm grandes chances de obter maioria.

60. Apesar de suas limitações, o Congresso Constituinte será um momento importante do processo de transição política que ocorre no país. Isso por duas razões essenciais: para a burguesia, trata-se de constituir a base de legitimidade política dos seus projetos de transição conservadora; para os trabalhadores e a massa dos explorados pelo sistema capitalista, trata-se não só de deslegitimar os projetos político-institucionais da Aliança Democrática, como de fazer avançar a luta por uma concepção alternativa de organização econômica e social e de democracia; ou seja, uma concepção que exprima os interesses dos trabalhadores e a sua decisão de manter a sua independência de classe no processo de transição.
61. Apesar de sua forma antidemocrática, que procura usurpar a soberania popular, o Congresso Constituinte vai ter de tocar grandes questões econômicas, sociais e políticas do país. Como a burguesia deseja legitimar o seu próprio sistema econômico, social e político, [reestruturando] o poder do Estado em função da melhor forma de fazer prevalecerem seus interesses de classe, será inevitável, diante do caos jurídico e político herdado do período da Ditadura, que os grupos dominantes tenham de enfrentar os desafios colocados pela crise política crônica, que vem desde os tempos dos governos militares. Para alcançar tais objetivos – e legitimar o seu projeto conservador de democracia – a burguesia e os demais grupos dominantes se veem obrigados a buscar o apoio e o reconhecimento das massas populares e, por isso mesmo, não podem fechar todos os canais de intervenção popular na Constituinte, o que permite aos trabalhadores lutarem pelo seu próprio projeto político e de sociedade.
62. É convivendo com sua contradição, entre legitimar para as massas populares seu projeto exclusivista de classe e abrir espaços para os mesmos nomes disputarem os seus projetos políticos, que apontam na direção de

uma efetiva democratização da sociedade e do Estado, que a burguesia também procura estabelecer mecanismos de limitação da participação popular. A substituição da tentativa de convocar Assembleia Nacional Constituinte com ampla participação, capaz de assegurar a soberania popular, pelo Congresso Constituinte limitado é o exemplo mais significativo que as classes dominantes poderiam ter dado de sua ideia de que a participação popular maciça poderia vir a resultar na elaboração de uma Constituição que rompesse com os limites da transição conservadora.

63. Todos sabem que os direitos dos trabalhadores não serão assegurados apenas com garantias constitucionais e legais. No entanto, a experiência das últimas décadas de luta nos mostra, também, que inscrever direitos e garantias na Constituição é uma forma de assegurar que a luta pela implementação e pela sua realização possam crescer e se ampliar ainda mais. Talvez o melhor exemplo seja o do direito de greve. Nos últimos anos, os trabalhadores não precisaram esperar que o efetivo direito de greve estivesse reconhecido na Constituição para se organizarem e lutarem. O ciclo de greves dos últimos dez anos mostra que a prática combativa rompe muitos obstáculos. No entanto, todos sabemos que, reconhecidos os direitos de greve e a autonomia sindical, se torna mais difícil que ocorram intervenções do Estado nos sindicatos e, como tantas vezes aconteceu durante a Ditadura, que o avanço do próprio movimento sindical seja dificultado com intervenções, cassações e medidas punitivas.
64. Essas contradições da luta política apontam para a necessidade de os trabalhadores intervirem de forma decisiva e vigorosa no processo constituinte, seja para ampliá-lo, com a revogação do chamado *entulho* autoritário, como LSN [Lei de Segurança Nacional], Lei de Greve, Lei de Imprensa etc., [seja na] abertura da legislação eleitoral, em particular no que diz respeito à representação municipal, para incluírem na futura Constituição muitas das suas conquistas e direitos, aprofundando, assim, as brechas no Estado e no capitalismo. Torna-se imprescindível, portanto, que o crescimento popular dos trabalhadores do campo e da cidade esteja politicamente preparado para intervir e marcar [a] transição com os seus interesses, as suas perspectivas e as soluções práticas que permitem alcançá-las.
65. Não cabe, portanto, a tese de não participação no Congresso Constituinte, mas, muito pelo contrário, ampla disposição de luta e de mobilização para:

- 1) quebrar a limitação do Congresso Constituinte; e
- 2) radicalizar o seu cenário em direção aos seus objetivos de curto, médio e longo prazo.

Com a luta e a mobilização dos trabalhadores, a Constituinte permitirá tratar dos grandes temas que lhes interessem de perto: direitos que limitem a propriedade, em especial a propriedade da terra rural e urbana; o problema da dívida externa, a partir da revisão da ordem econômica; a questão da própria democracia, em relação à qual se deverão propor medidas que tornem real a participação popular no poder, inclusive através da criação de Conselhos Populares, de medidas que representem uma efetiva descentralização e desconcentração do poder político, hoje em mãos do Executivo. Na mesma direção devem ir os projetos que façam avançar o controle dos trabalhadores sobre o Estado, e as medidas que permitam limitar o poder das Forças Armadas, como, por exemplo, a submissão de sua hierarquia ao Congresso Nacional e não só ao presidente da República. Através, portanto, da sua luta na Constituição, os trabalhadores poderão, no confronto com as propostas da burguesia, modificar as propostas de uma nova sociedade, capaz de corresponder aos seus interesses e aos da maioria do povo brasileiro.

66. Intimamente ligada à questão do processo constituinte está, também, a eleição de governadores, senadores e deputados estaduais. As questões específicas da campanha eleitoral de 1986 estão contidas no Documento Eleitoral Básico, aprovado no IV Encontro Nacional do PT. Aqui, neste Plano de Ação Política e Organizativa, são colocadas algumas questões gerais, que devem servir de orientação, tanto para programas de governo dos eleitos pelo PT quanto para as ações políticas de oposição aos eleitos de outros partidos.

O PLANO DE AÇÃO

TAREFAS POLÍTICAS

67. Torna-se cada vez mais indispensável e urgente a necessidade de o PT debater, elaborar e apresentar ao conjunto da sociedade um projeto alternativo de transformações a curto e médio prazos, integrando o acúmulo de reflexão e de práticas das lutas do movimento popular, sindical e político-partidário nos planos econômico, social, cultural, parlamentar, institucional etc. Embora tal decisão já tenha sido tomada pelas instâncias

partidárias, as imposições da conjuntura e as debilidades organizativas do Partido não permitiram, ainda, que essa tarefa prosseguisse no ritmo necessário. Assim, deverá ser um dos compromissos fundamentais da nova direção do Partido a elaboração do projeto alternativo e a organização do debate interno e externo desse documento. Como contribuição a esse debate e como alguns dos pontos fundamentais que devem integrar o projeto, aqui são colocadas as questões mais prioritárias, no momento.

LUTAS CONTRA O PACOTE ECONÔMICO

68. O eixo da luta política e social deslocou-se momentaneamente, em virtude da reforma monetária, para o terreno das mudanças econômicas. O governo vem induzindo as massas a transformarem-se em fiscalizadoras do congelamento e aceitar como grande benefício a compressão salarial. O controle dos preços tornou-se, assim, uma esperança de estabilidade para os trabalhadores. Não é por acaso, pois, que essa medida foi a que obteve maior repercussão e que contou com um respaldo de massas maior.
69. As novas expectativas criadas entre a população, com a recente política econômica, introduziram modificações consideráveis na luta contra a carestia, pela reposição e aumento salarial e pela moradia. Mantendo a linha de transição conservadora intocada, a burguesia empreende agora uma política que, na prática, vai representar a transferência de uma massa considerável de mais-valia social para certos setores empresariais capitalistas e a diminuição da carga de dívida pública, criando novas condições de acumulação e investimento para o capitalismo, com sua posterior expansão. A articulação desses resultados exige que o PT estabeleça novas táticas setoriais na luta contra a carestia, por aumento de salário e pelas demais reivindicações no movimento operário e popular.

CONTRA A CARESTIA

70. Na luta contra a carestia, que voltou a ganhar uma ênfase considerável, será preciso levar em conta a atual mobilização das massas pelo controle do congelamento, adotando, ao mesmo tempo, uma postura mais crítica e ofensiva para fazer avançar o movimento de massas. Do ponto de vista crítico, será necessário realizar um paciente trabalho de esclarecimento, mostrando as limitações das medidas de congelamento e os resultados que tais limitações poderão trazer sobre a inflação real e sobre os salários.

Ao mesmo tempo, é preciso indicar as medidas que deveriam ser adotadas para tornar efetivo o congelamento, medidas que incluem o monopólio sobre o comércio atacadista, a compra obrigatória, pelo Estado, dos gêneros e produtos essenciais, com a manutenção de estoques reguladores; o controle direto das unidades produtivas, para evitar que os preços de produção pressionem os preços de venda; o controle dos juros, para permitir o rebaixamento dos custos de produção.

71. Para fazer frente a esse novo estágio da luta contra a carestia, torna-se necessário, ao PT, participar da mobilização das massas, com propostas claras de oposição global ao pacote econômico, apontando para políticas efetivas de participação na luta pelo congelamento, com eixos centrais em defesa do congelamento, com eixos centrais e prioritários:
 - a) participar dos movimentos que já existiam em defesa do congelamento dos preços de gêneros essenciais de consumo popular, serviços e tarifas de serviços públicos (luz, água, transporte);
 - b) participar dos comitês de congelamento, movimentos de massa e associações que lutem pelo congelamento, sempre na perspectiva de defesa dos interesses populares.

CONTRA O ARROCHO SALARIAL

72. Na luta para aumentar os salários, também será necessário realizar uma ampla divulgação dos mecanismos de arrocho salarial embutidos no decreto-lei 2284, que, por sinal, atingiram fundo os bancários e os sapateiros de Franca e Birigui, só para citar dois exemplos entre as inúmeras categorias que vêm sofrendo os efeitos nocivos da nova política econômica do governo.
73. Diante desse quadro, será necessário não só lutar para que o gatilho da escala móvel de salários seja disparado quando a inflação alcançar 5% ou 10%, como, também, para que o reajuste automático seja determinado pela inflação real. Para controlar essa inflação, será necessário exigir o controle dos órgãos de aferição estatística pelas entidades de trabalhadores, combinando essas medidas com os controles do congelamento.
74. No movimento sindical, é da máxima importância que o PT apoie decididamente o trabalho da CUT na campanha de esclarecimento sobre o conteúdo e as consequências do pacote econômico, objetivando preparar os trabalhadores para responder ao decreto, tanto do ponto de vista econômico quanto político:

- a) trabalhar ativamente no sentido de desmistificar a falácia sobre os salários e mostrar para os trabalhadores e a opinião pública que o decreto provocou um violento confisco salarial;
 - b) mostrar que a medida que instituiu o salário-desemprego, da maneira como foi formulada, é extremamente restrita em relação ao quadro de desempregados do país;
 - c) além de institucionalizar as perdas salariais anteriores, o decreto, ao estabelecer a *escala-móvel* do reajuste quando a inflação atingir o índice de 20%, não assegura a reposição das perdas futuras.
75. Na discussão específica sobre o congelamento de preços, é necessário esclarecer:
- 1º- que o decreto não garante, efetivamente, o congelamento dos preços, que poderão vir a ser reajustados, ao contrário dos salários, estes sim, congelados por um ano;
 - 2º- que os preços foram congelados no pico inflacionário dos últimos seis meses, enquanto os salários foram corrigidos e congelados na média dos índices de inflação do mesmo período;
 - 3º- que não há garantias reais do controle e fiscalização dos preços por parte do governo, nem sua capacidade de controlar e coibir as fraudes, a especulação e o mercado paralelo.
76. A CUT tem definido a Campanha Nacional de Lutas/86, *Salário e Emprego para Todos*, numa perspectiva correta, assentando as bases para recriar uma dinâmica nacional de lutas. O PT deve apoiar essa proposta, agregando-lhe novos elementos. Assim, as tarefas do Partido no movimento operário e popular são:
- 1º- Combinar a campanha da Constituinte com o processo das lutas operárias (Campanha Nacional de Lutas, greves, mobilizações etc.), assumindo as principais bandeiras do movimento (reforma agrária, [jornada semanal de] 40 horas, não pagamento da dívida externa, [ratificação da] Convenção 87 da Organização [Internacional] do Trabalho – OIT etc.);
 - 2º- Orientar todas as suas candidaturas (tanto majoritárias quanto proporcionais) no sentido de que elas estejam a serviço das lutas que virão, devendo, portanto, aparecer identificadas com as propostas dos trabalhadores nos processos de mobilização (greves etc.);
 - 3º- Realizar grandes campanhas políticas nacionais em torno de bandeiras populares, sobre a dívida externa, liberdade de organização dos trabalhadores, contra as demissões etc.;

- 4º- Articular sua militância sindical e popular no sentido de unificar as lutas, visando concentrá-las no segundo semestre de 86, no período anterior às eleições (15 de novembro). Nesse processo, o Partido tem que se preocupar em dar uma perspectiva política maior e mais global para as diversas lutas.
77. A partir dessas considerações, os petistas também devem empenhar-se no apoio à pauta de reivindicações e ao calendário da Campanha Nacional de Lutas redefinidos pela CUT, já que o eixo dessa campanha voltou-se, fundamentalmente, contra a política do governo e as medidas do pacote (confisco e arrocho salarial e proibição dos trabalhadores lutarem contra as perdas salariais). O encaminhamento da Campanha Nacional de Lutas, em seus desdobramentos, deve procurar:
- a) desnudar os objetivos políticos e econômicos do pacote;
 - b) apontar a necessidade de avançar na construção da organização dos trabalhadores (no local de trabalho, moradia, sindicatos, na CUT e na construção de instrumentos de luta: mobilizações, greves, ocupações), buscando criar as condições para a deflagração da greve geral visando derrotar o pacote e a política econômica do governo;
 - c) defender a seguinte pauta de reivindicações:
 - 1º- salário mínimo real (de acordo com o cálculo do Dieese);
 - 2º- reposição das perdas salariais;
 - 3º- correção dos salários com base na inflação acumulada até 28 de fevereiro;
 - 4º - escala-móvel com reajuste automático toda vez que a inflação atingir o índice de 5%;
 - 5º- salário-desemprego para todos;
 - 6º- estabilidade no emprego;
 - 7º- redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais, sem redução dos salários;
 - 8º- reforma agrária sob o controle dos trabalhadores;
 - 9º- congelamento de preços e garantia de abastecimento dos gêneros de primeira necessidade;
 - 10º- tabelamento dos juros;
 - 11º- estatização do sistema financeiro sob o controle dos trabalhadores;
 - 12º- suspensão da remessa de lucros para o Exterior;
 - 13º- suspensão do pagamento da dívida externa e rompimento dos acordos com o FMI;

14º- Constituinte democrática e soberana com ampla participação popular;
15º- liberdade e autonomia sindical, com a aprovação da Convenção 87 da OIT;

16º- creches para as crianças até os seis anos de idade;

d) defender e apoiar a Campanha Nacional de Lutas da CUT, *Salário e Emprego para Todos*, tendo como eixo das lutas:

1º- Salários

| recuperação das perdas salariais impostas pelo pacote

| salário mínimo real

| garantir o congelamento dos preços e abastecimento

| escala móvel a 5%;

2º- Emprego

| estabilidade no emprego

| redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais, sem redução do salário

| reforma agrária sob o controle dos trabalhadores

| salário-desemprego para todos.

A VIOLÊNCIA NO CAMPO

78. O PT colocará como uma das suas prioridades a campanha contra a violência no campo, exigindo a punição dos assassinos e mandantes. Os assassinatos de lideranças de trabalhadores tornaram-se prática comum dos latifundiários, para sufocar as lutas dos camponeses e dos assalariados agrícolas. Além disso, o PT exigirá o fim do aparato repressivo (Cetat, SNI, LSN etc.) e o fim das milícias paramilitares (esquadrões da morte, arapongas, jagunços etc.), bem como a apuração e punição dos crimes (assassinatos e torturas) cometidos desde o período da Ditadura Militar.

79. A transição conservadora esbarra, hoje, numa grande contradição. De um lado, é vanguardada pelos capitalistas *avançados* dos grandes centros industriais, que desejam modernizar as relações sociais no campo brasileiro, visando a expansão do capital. De outro lado, essa mesma transição conservadora se apoia no latifúndio, no voto de cabresto dos caciques regionais, que não querem, de modo algum, alterações no regime de propriedade rural.

80. Para fazer frente a algumas iniciativas ligeiramente reformistas do governo Sarney, os latifundiários se organizaram, abrindo espaço para a atuação

de ultradireita, envolvendo desde os antigos ideólogos da repressão até o mais vil banditismo organizado. Dezenas de organizações patronais foram estruturadas ou rearticuladas nos últimos meses. Os exemplos mais expressivos são: o PURR – Pacto de Unidade e Resposta Rural; a SRB – Sociedade Rural Brasileira; as federações estaduais da agricultura; e a própria CNA – Confederação Nacional da Agricultura.

81. Cabe destacar a atuação da UDR [União Democrática Ruralista], entidade que nasceu em Goiás, no segundo semestre de 1985, e, em menos de seis meses, conseguiu se expandir para vários outros estados do país, promovendo leilões de animais com o fito de armar milícias rurais para assassinar lideranças de trabalhadores e instaurar o terror nas áreas de posse. É importante assinalar as ligações da UDR com setores do aparato repressivo, com as polícias militares, com altos funcionários e governadores de estado e até mesmo com comandantes militares que ocupam cargos em ministérios.
82. Não se pode mais afirmar que a ultradireita, no Brasil, esteja contida pelos dirigentes da Aliança Democrática. Hoje, ela se organiza, se arma e atua abertamente no campo brasileiro, e essa contradição é um *calcanhar de Aquiles* da transição conservadora. O PT deve intervir imediatamente nessa questão, lutando decididamente pela reforma agrária e contra a violência que se abate sobre os trabalhadores rurais, denunciando as entidades patronais terroristas e responsabilizando os governos estaduais e o governo federal pelo verdadeiro massacre de que são vítimas nossas populações rurais por parte das milícias patronais, dos pistoleiros e das polícias militares, até com cobertura do Poder Judiciário e das Forças Armadas. Mais do que isso, o Partido dos Trabalhadores deve apresentar ao conjunto da sociedade o seu projeto de reforma agrária, definindo-o de uma forma concreta para o momento atual.
83. Assim agindo, o PT contribui para desmascarar a *Nova República*, pon-do a nu o caráter conservador da transição. O desenvolvimento, por parte do PT, de uma ampla campanha contra a violência no campo e em defesa da vida é, hoje, inadiável, para proteger a vida de todos os trabalhadores, inclusive de seus próprios militantes e dirigentes. Temos, neste momento, dezenas de dirigentes, militantes e até mesmo candidatos do PT ameaçados de morte, alguns, inclusive, sendo caçados por matadores profissionais nos sertões de Goiás, Maranhão, Pará, Mato

Grosso e outros estados. Existem listas regionais de “cabras marcados para morrer”, elaboradas pelas organizações patronais de direita, nas quais figuram nomes de expressivas lideranças petistas.

PROJETO ALTERNATIVO GLOBAL

84. É preciso levar em conta que o governo não esgotou suas medidas com a forma monetária. Novas providências virão, algumas com o objetivo de ganhar simpatia para as eleições de novembro, e não se descarta uma jogada de tom populista em relação ao FMI e à dívida externa. Por isso mesmo, além do plano de lutas, o PT deve ser capaz de elaborar e colocar em debate para a sociedade o seu projeto alternativo, que se contraponha à lógica e ao alcance da política do governo para o desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Entendemos que, na parte econômica e social, este projeto deve conter pelo menos os seguintes pontos:
- a) suspensão do pagamento da dívida externa e rompimento dos acordos com o FMI;
 - b) reforma agrária sob o controle dos trabalhadores;
 - c) estatização do sistema bancário e financeiro;
 - d) controle, pelos trabalhadores, dos fundos sociais;
 - e) orientação do crescimento econômico, com distribuição de renda, recuperação salarial, prioridade para o mercado interno, para a agricultura de alimentos;
 - f) educação e saúde públicas e gratuitas, estatização gradativa do sistema de transportes e uma política habitacional que privilegie a construção de moradias populares;
 - g) estatização da indústria farmacêutica;
 - h) contra a privatização e pela democratização das empresas estatais.
85. Somente com um projeto alternativo poderemos nos apresentar para o país, na Constituinte, como uma alternativa real de mudanças. Só assim teremos condições de colocar na ordem do dia a questão do poder e da construção do socialismo, fazendo avançar a organização e a consciência dos trabalhadores e do povo. Nesse sentido, a luta pela liberdade e autonomia sindicais, pela liberdade de organização livre da tutela do Estado, pelo fim da atual estrutura sindical, representam medidas essenciais para que os trabalhadores possam acumular forças e enfrentar melhor as manobras e medidas da burguesia e do Estado.

LIBERDADE E AUTONOMIA SINDICAIS

86. A luta pela liberdade e autonomia sindicais terá que ganhar um novo impulso. Os trabalhadores só conseguirão ganhar consciência da dimensão da nova política governamental se eles conquistarem o direito de se organizarem livremente, inclusive nos locais de trabalho, e de exercerem controle direto sobre as mudanças em curso, exigindo e impondo que elas beneficiem os trabalhadores. O direito irrestrito de greve, no momento em que o governo acena com a livre negociação entre patrões e empregados, é um instrumento que os trabalhadores precisam conquistar, para ter o poder de fogo nessas negociações. É ponto de unidade no Partido a luta contra a estrutura sindical corporativista, baseada na legislação do fascismo italiano. O PT estabeleceu, há muito, como uma de suas principais bandeiras de luta no movimento sindical a conquista da autonomia e da liberdade sindicais, princípio contido na Convenção 87 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).
87. A luta contra a estrutura sindical de origem fascista e pela liberdade e autonomia sindicais compreende a firme oposição a qualquer interferência do Estado (Executivo, Legislativo ou Judiciário) na estruturação do sindicalismo brasileiro, estruturação que deve ter como princípio básico o direito de os trabalhadores se organizarem de forma livre e autônoma. Isto significa que a estrutura sindical livre e autônoma, que os trabalhadores começaram a construir com a criação da CUT, não deve depender apenas da Constituinte, nem deve ser negociada com a velha estrutura sindical. A nova estrutura sindical, a ser aprovada no Congresso da CUT, deve ser implantada através da participação efetiva dos trabalhadores sindicalizados e não sindicalizados.
88. Embora a construção de uma estrutura sindical livre e autônoma seja incompatível com a interferência do Estado, os trabalhadores não devem se furtar a que a Constituinte consigne, na nova Constituição, leis que garantam a atividade sindical, tais como:
- a) liberdade e autonomia sindicais, ratificando a Convenção 87;
 - b) democracia interna no processo eleitoral, na gestão e na administração sindical;
 - c) estabilidade no emprego para quem tem mandato sindical, em qualquer instância, e para todos os membros concorrentes às eleições sindicais;
 - d) garantia de criação e funcionamento de Comissão de Empresa, eleita

pelos trabalhadores, independente da estrutura sindical, com estabilidade de emprego e condições de funcionamento dentro da empresa;

e) desconto em folha de pagamento de todas as contribuições sindicais definidas pelo sindicato.

89. A conquista da liberdade e da autonomia sindicais deve constituir, ao mesmo tempo, a conquista do sindicato como instrumento de luta para a obtenção das reivindicações e aspirações dos trabalhadores. O sindicato deve voltar a representar, na nova estrutura sindical autônoma, o instrumento de unificação imediata de todos os trabalhadores, a partir de seus locais de trabalho até sua instância máxima. A construção de sindicatos únicos por ramo de atividade econômica deve ser garantida pela força política e pelo avanço da consciência de classe dos trabalhadores contra a exploração e a opressão patronal, não por uma unicidade sindical imposta pela lei.
90. A liberdade e a autonomia sindicais devem garantir eleições livres e democráticas em todas as instâncias da estrutura sindical, com iguais condições para todos os concorrentes, através de mecanismos criados pelos próprios trabalhadores. Nas instâncias de base, o PT deve lutar para que sejam efetivadas eleições diretas. O exercício da democracia sindical implica que seja garantida a liberdade de expressão das correntes de opinião existentes no movimento sindical, ao mesmo tempo em que se procure manter a unidade de ação dos trabalhadores, sem distinção, contra a exploração patronal e a interferência e arbitrariedade do Estado.
91. Na luta para manter a unidade de ação dos trabalhadores, ganha especial importância a organização das Comissões de Empresa. Essas comissões devem ser órgãos unitários de todos os trabalhadores dentro de uma mesma empresa, representando os interesses imediatos desses trabalhadores no confronto direto com os patrões. As Comissões de Empresa, para serem órgãos unitários e, ao mesmo tempo, autônomos, devem ficar fora da estrutura sindical e partidária, garantindo-se que delas participe todo o coletivo dos trabalhadores. Os petistas devem esforçar-se para que o sindicato e também o Partido mantenham com as Comissões de Empresas um relacionamento que respeite sua autonomia e sua representatividade ampla. As Comissões de Empresa são, pois, organismos de luta e de organização de todos os trabalhadores dentro de cada empresa, não entidades de vanguarda. A suposição de que as Comissões de Empresa são, ao mes-

mo tempo, órgãos de poder dentro das empresas não corresponde à realidade atual da consciência e organização dos trabalhadores. Entretanto, por outro lado, não se pode descartar que, com o avanço da luta de classe dos trabalhadores, as Comissões de Empresa possam evoluir nesse sentido. Mas essa evolução deve depender da luta e da experiência dos próprios trabalhadores e não da decisão teórica de quem quer que seja.

TRABALHADORES DO CAMPO

92. As delegacias sindicais, organizadas nas zonas rurais como representação dos trabalhadores rurais sindicalizados nos distritos ou lugarejos, não podem, nem devem, substituir outras organizações de trabalhadores que reúnam o conjunto dos trabalhadores do lugar, como as comunidades e os conselhos comunitários. No processo de organização dos trabalhadores rurais, o PT terá que prestar cada vez mais atenção ao surgimento e desenvolvimento da classe dos assalariados agrícolas. Essa classe de trabalhadores pode querer, mais cedo ou mais tarde, organizar seu sindicato de base específico, o sindicato dos assalariados rurais, diferenciando-se do sindicato de base dos pequenos produtores rurais, que normalmente reúne pequenos proprietários, posseiros, arrendatários e parceiros em regime de produção familiar e que não exploram mão de obra assalariada de forma sistemática. Atualmente, os sindicatos de trabalhadores rurais reúnem, indistintamente, pequenos produtores e assalariados, às vezes impedindo que as reivindicações e a organização dos assalariados se desenvolva mais livremente. Apesar disso, os sindicatos de assalariados rurais não deverão ser criados artificialmente, devendo corresponder ao amadurecimento da própria luta dos assalariados e de sua necessidade de organizar-se de forma independente.

TERRAS INDÍGENAS

93. O PT posiciona-se pela imediata demarcação das terras indígenas, bem como pela preservação dos respectivos subsolos, e pela autodeterminação dessas nações, contrapondo-se à política de *integração* dessas comunidades à nossa sociedade. Nesse sentido, o PT denuncia a invasão de territórios indígenas sob os mais diversos pretextos (“desenvolvimento”, “interesse nacional” etc.), com o claro patrocínio do Governo Federal, seja pelo estímulo, seja pela omissão.

A REFORMA AGRÁRIA

94. A luta pela reforma agrária e por medidas de proteção aos camponeses também ganha destaque em função do congelamento de preços e do problema salarial. Os trabalhadores têm interesse em que a produção de alimentos se eleve, no sentido de golpear a especulação e baratear seus preços. Para que isso ocorra, uma das condições é dar acesso à terra aos milhões de camponeses sem-terra, através da reforma agrária. É preciso, também, garantir aos pequenos produtores, por meio de compras da Companhia de Financiamento da Produção, preços mínimos compatíveis com seus custos, e crédito barato para ampliar a produção. Isso exige o controle dos juros bancários para o crédito aos pequenos produtores e uma política de crédito rural que os beneficie, excluindo dos juros favorecidos os grandes produtores rurais e capitalistas.

NA CONSTITUINTE

95. Na luta pela Constituinte, é fundamental ter uma linha mestra de orientação que embase as propostas concretas a serem formuladas nas instâncias do Partido. Essa linha parte da premissa de que a Constituinte é um momento importante do processo da transição burguesa, onde entram em disputa os diversos projetos sociais de uma nova sociedade. A burguesia tenta legitimar seu próprio sistema econômico, social e político, reestruturando o poder de Estado em função de seus interesses de classe. Seu objetivo básico não é transformar a sociedade ou mesmo reformá-la, mas somente estabelecer formas de continuidade do sistema capitalista.
96. Por isso, se soubermos articular a conquista de direitos reais com a pressão do movimento de massas, através das greves e das manifestações de rua, a nossa intervenção na Constituinte pode ser muito importante e, a médio e longo prazos, pode ampliar a acumulação de forças e de experiências, o que jogará um papel decisivo para o avanço do movimento popular e democrático e para a sua capacidade de se converter numa alternativa real de poder à Aliança Democrática. Por essa razão, a mobilização e a luta que devem marcar a nossa presença na Constituinte (através da bancada mais forte que possamos eleger) deverá ter dois sentidos gerais, que são extremamente importantes:
- a) a luta e a exigência de uma democratização radical do Estado e da sociedade, a partir da garantia de direitos fundamentais dos trabalhado-

res, do princípio do necessário controle popular sobre as estruturas dos governos e dos esforços para descentralizar e desconcentrar o poder do Estado – hoje quase exclusivamente concentrado no Executivo – colocando-o a serviço das necessidades populares e sob o controle da sociedade. O ponto de partida para isso é a plataforma de reivindicações socioeconômicas que, nos últimos dez ou 15 anos, vem sendo articulada pelo movimento popular democrático;

b) a luta para quebrar a supremacia da propriedade privada e do capital na futura Constituição, garantindo os direitos fundamentais dos trabalhadores (trabalho, organização, direito de greve, condições de reprodução da força de trabalho), e também medidas que levem a quebrar a exploração levada a efeito pelo capitalismo. Nesse sentido, devem ser consideradas as questões relativas à limitação da jornada de trabalho, seguro-desemprego, direito à habitação, direito à comunicação social e outros, e também limites claros ao princípio da propriedade privada, a obrigação das empresas garantirem, para os que vivem do trabalho, tempo e recursos adicionais para a autoeducação, cultura, lazer, direitos à creche, maternidade etc.

97. A nossa linha de intervenção na Constituinte, portanto, deve assumir um perfil de radicalização da democracia, apontando a direção de conquistas fundamentais no plano social e político; mas, ao mesmo tempo, deve-se colocar na ordem do dia transformações econômico-sociais que levem a uma mudança efetiva na estrutura da sociedade. Vale lembrar, além da questão da propriedade, que terão forte papel, nos temas de reforma urbana e reforma agrária, as questões da educação pública, socialização da medicina, estatização dos bancos e da indústria farmacêutica; por outra parte, medidas destinadas a garantir uma efetiva distribuição da renda, como taxaço sobre o estoque de terra urbana e agrária etc. devem ter os seus princípios garantidos também na Constituição, sob pena de o sistema político que resultar da Constituinte não avançar no resgate da questão social.

98. Deve ficar claro, também, o sentido da nossa intervenção na Constituinte quanto à questão do socialismo. Não corresponde à avaliação majoritária dos petistas a visão de que estamos às vésperas da ruptura com o capitalismo ou à implantação do socialismo. Sabemos todos que, na atual correlação de forças, essa questão coloca-se de forma potencial e não de modo imediato. No entanto, é preciso con-

siderar com clareza a relação entre a luta que travamos antes, durante e depois da Constituição, com a questão do socialismo.

99. Trata-se, em primeiro lugar, de avançar em direção a conquistas sociais, econômicas e democráticas que – se é verdade que não são ainda o socialismo – apontam na sua direção, preparam o caminho e, mesmo, são fundamentais para o acúmulo das forças que é necessário obter para a sua construção. Devemos superar, no entanto, com toda clareza possível, quaisquer falsas distinções entre as lutas de hoje e as lutas do futuro, principalmente porque desejamos arrancar da ordem burguesa, hoje, direitos que, no socialismo, serão não apenas a base da construção de uma nova sociedade, mas, mais do que isso, o ponto de partida para o pleno desenvolvimento de cada um e o de todos ao mesmo tempo. Por isso, sem ilusões de que os avanços que forem possíveis agora – a partir da mobilização e da pressão popular e sindical – esgotarão a luta pela igualdade, pela liberdade e pela abolição da exploração, nós queremos, no entanto, caminhar em direção a direitos que, consolidados, significam não só abrir caminhos para realizar as reivindicações imediatas dos trabalhadores, mas também a sua decisiva entrada no território da política; ou seja, a ruptura de uma tradição na qual as massas populares sempre estiveram à margem das decisões estratégicas, que eram tomadas pelas classes dominantes. Por isso, todas as medidas que desde já ajudam a realizar a socialização da política, ainda que parciais, devem ser estimuladas, implantadas e conquistadas por nós.
100. Ao mesmo tempo, trata-se de o PT intervir deixando clara, desde o início, a natureza da crítica que fazemos ao capitalismo, não só ao desenvolvimento econômico e social brasileiro, mas também à forma específica de organização capitalista e ao modo como ela administra os interesses da sociedade. Essa participação dos trabalhadores na luta pela Constituinte, procurando ampliar o espaço democrático e apresentando às massas uma proposta alternativa à transição burguesa será, ao mesmo tempo, um momento da proposta socialista. A burguesia empenha-se, seriamente, na batalha para eleger uma bancada poderosa no Congresso Constituinte, identificando a sua propaganda e agitação a favor da *livre iniciativa* capitalista. Ela procura levar as massas a crerem que o capitalismo é não só eterno como o

único sistema social capaz de lhes proporcionar um futuro positivo e de plena realização.

101. Assim, embora o momento da transformação socialista ainda não esteja colocado, o PT não deve furtar-se de explicitar suas propostas a respeito dela, aproveitando-se mesmo do debate imprimido pela burguesia. Nesse sentido, o Partido terá que definir melhor o socialismo que tem em vista nas condições concretas da sociedade capitalista brasileira. Aprofundando o conhecimento das condições econômicas e sociais, os militantes do partido poderão definir melhor as transformações socialistas que os trabalhadores introduzirão na sociedade ao assumirem o poder político. Se não vamos – porque não é o caso – projetar a imagem, pronta e acabada, de um país “segundo a visão do socialismo”, não perderemos, no entanto, a oportunidade para mostrar o caráter qualitativamente superior do socialismo quanto às soluções para os grandes problemas da sociedade brasileira. Por outras palavras, ao PT cabe mostrar que somos pelo socialismo porque somos contra o capitalismo e as suas formas de organização econômica, social e política; mas, ao mesmo tempo, cabe mostrar o que podemos avançar, a partir da atual correlação de forças, para alcançar as transformações que almejamos a longo prazo. Esse tipo de propaganda positiva (e não simplesmente doutrinária) nos ajudará, também, a mudar a correlação de forças tal como ela existe hoje. Por outra parte, nos preparará, ainda, para enfrentar de forma positiva o debate que, muito provavelmente, os próprios setores da burguesia colocarão em torno do socialismo.
102. Realizando esse debate ideológico, apresentando propostas concretas como alternativas à transição burguesa e mobilizando as massas populares para lutarem pelas mudanças reivindicadas pelos trabalhadores e pelo povo, o PT deverá evitar, ao mesmo tempo, as concepções *constitucionalista* e *doutrinaria*. A concepção *constitucionalista* consiste em supor que a Constituinte permitirá, por si só, a conquista das mudanças necessárias, ignorando as suas limitações e a hegemonia que sofrerá da burguesia, e que deve ser quebrada. O *doutrinário* consiste em afirmar que a Constituinte nada resolve e que devemos, portanto, apenas denunciá-la, ignorando o papel que ela pode jogar na mobilização de massas. A concepção *constitucionalista* cria ilusões nas mas-

sas, desmobiliza e nada faz para tornar a Constituinte uma arena de luta real pelas aspirações e reivindicações populares e democráticas. A concepção *doutrinista* nos coloca num beco sem saída, quanto mais não seja pela simples razão de que nos impossibilita de explicar para as massas porque, afinal de contas, se a Constituinte nada resolve, devendo ser firmemente denunciada, vamos participar dela. Na luta contra essas concepções, deveremos nos esforçar, também, para mostrar aos trabalhadores as limitações do Congresso Constituinte e nosso esforço para superá-las através de ampla participação popular. É importante que os núcleos e Diretórios do PT discutam com os militantes a necessidade de nos engajarmos nos plenários Pró-Participação Popular na Constituinte, para que estes ganhem expressão de massa, e desenvolver uma ampla campanha para eleger uma poderosa bancada petista, capaz de impedir que a representação burguesa imponha facilmente suas propostas e de tornar-se um claro referencial para as massas. Só desse modo será possível, já na abertura dos trabalhos da Constituinte, exigir a sua ampliação, o direito de plebiscito para homologá-la e o de não assinatura da Constituição elaborada, se o processo constituinte continuar restrito. E com a mobilização das massas em torno de muitas dessas questões será possível levá-las a compreender os limites do projeto conservador da Nova República e a necessidade de conquistar uma democracia de novo tipo, comprometida com os interesses dos trabalhadores.

A CONQUISTA DE GOVERNOS ESTADUAIS

103. A luta pela ampla participação popular na Constituinte está restritamente associada à luta pela conquista dos governos de uma série de estados importantes. Em alguns deles, o PT tem condições de disputar para ganhar, colocando o Partido diante de uma situação política ainda mais complexa do que durante a campanha pela disputa de prefeituras, em 1985. Para um partido como o PT, que luta pela transformação da sociedade, a possível conquista de governos estaduais coloca-o diante de desafios inusitados. Ser governo de um estado não quer dizer a conquista do poder político. E num país como o Brasil, onde há uma grande concentração do poder central, ser governo estadual, muitas vezes, implica arcar com ônus muito grande sem ter instrumentos que possibilitem extingui-lo. Os estados não têm poderes para modificar o regime de

propriedade da terra, para mudar as relações de produção, para reestruturar os órgãos repressivos ou realizar outras mudanças que permitam supor qualquer evolução substancial no rumo de uma nova sociedade sem explorados e exploradores. Nesse sentido, não é possível nutrir ilusões quanto às possibilidades dos governos estaduais.

104. A disputa dos governos estaduais permite ao Partido difundir suas propostas políticas alternativas, discutir com as massas a questão da participação e do controle popular da máquina estatal, levantar as principais reivindicações da população e mobilizá-la pela sua obtenção e suscitar um vivo debate popular sobre o desvio administrativista, cuja característica básica seria a pretensão de elaborar um programa administrativo de governo em substituição à luta pela transformação social. Temos consciência de que a conquista eleitoral de governos estaduais está a léguas de distância de qualquer mudança real. Mas, justamente por isso, a vitória eleitoral do PT para governos de estado deve contribuir para levar as massas a educar-se, ganhar experiência e acumular forças. Para isso, o Partido terá que apresentar para as massas uma plataforma de governo séria, de aplicação viável e que corresponda a suas reivindicações e graus de consciência. Ao mesmo tempo, essa plataforma deve conter os principais eixos das propostas políticas alternativas do PT, politizando a campanha e o governo, se o Partido conquistar a vitória. Isso se tornará ainda mais verdadeiro se à plataforma de governo estiver articulado o plano de lutas concretas por reformas e mudanças no poder e na sociedade.
105. A plataforma de governo do PT para os governos estaduais deve, assim, estar assentada nas reivindicações e aspirações democrático-populares e ser um instrumento que contribua para mobilizar e organizar os trabalhadores e o povo na luta. Isso implica que a própria plataforma sirva de mobilizador popular para a formação dos conselhos populares que controlem a Administração. Conselhos que tenham por base as entidades operárias, populares e democráticas já existentes. Mesmo fazendo distinção entre o papel do Partido e o papel da Administração, o PT no governo terá que esforçar-se para criar mecanismos que ampliem a participação popular no governo e permitam a este realizar as metas da plataforma. Abastecimento, educação, saúde, política agrícola em benefício dos pequenos e médios produtores, regularização das terras e criação de mecanismos de acesso à terra, plano de construção de moradia, estatização e melhoria do

transporte público, agilização da máquina administrativa, melhoria das condições de trabalho do funcionalismo, controle das empresas privadas e defesa da população, tudo isso são pontos que podem constar das metas das plataformas de governo do PT.

106. As propostas de governo do PT diferenciam-se das demais que disputarão as eleições de 1986 pelo compromisso do Partido com os trabalhadores e com a defesa de seus interesses políticos, econômicos e sociais, tendo como objetivo a luta pelo socialismo. Isso coloca de imediato a questão da democracia. No geral, para outras propostas, o Estado é um instrumento de repressão, controle, desmobilização e cooptação dos movimentos sociais. Para elas, o sistema partidário e eleitoral transforma-se numa extensão do Estado e da sua máquina administrativa, através do uso do clientelismo e do eleitoralismo. Com isso, visam enquadrar e cooptar os trabalhadores para as suas propostas e inviabilizar, através de formas de organização eleitoral e partidária antidemocráticas, a participação dos trabalhadores e a sua luta pelo poder.
107. Nos governos do PT, nosso objetivo central é a democracia, que significa concretamente a liberdade de organização e manifestação dos trabalhadores, a não repressão, o fim da utilização do Estado e da Administração para o controle e a cooptação dos movimentos sociais. Acreditamos que só a organização autônoma e independente dos trabalhadores, com acesso às informações, permitirá ao governo enfrentar as pressões que lhes serão opostas e realizar mudanças econômicas e sociais. Nosso partido no governo não terá por objetivo administrar, gerenciar e muito menos articular interesses econômicos particulares ou submeter os interesses dos trabalhadores aos interesses capitalistas. Ao contrário, através de uma política que crie condições e abra espaços para a luta social dos trabalhadores, estimulará a mobilização e organização dos mesmos na defesa dos seus interesses. Essa diferença fundamental apoia-se no caráter do nosso Partido, na nossa concepção de democracia e de Estado. Defendemos a articulação entre os organismos de representação popular e os organismos de poder popular, que exercerão o controle e a fiscalização sobre a Administração e o Estado, as políticas e prioridades de governo. Por isso, o PT, nesse momento, e no governo, além de defender a devolução das prerrogativas ao Poder Legislativo e sua reformulação, estimulará a criação de conselhos populares nos bairros, nas cidades e conselhos de

trabalhadores junto às empresas estatais, Secretarias e unidades de prestação de serviços. Esse é o primeiro eixo dos governos do PT.

108. O segundo eixo dos governos do PT será colocar a administração estadual a serviço dos interesses sociais e econômicos dos trabalhadores, através de prioridades de investimento, obras e serviços, avançando para o socialismo. Isso significa dar um basta à política dos governos militares, do PDS, do PFL e PMDB, que instrumentalizaram os estados na linha da apropriação dos recursos materiais, sociais, naturais em benefício do capital. Nos governos do PT, os serviços públicos de saúde e educação terão prioridade e o Estado inverterá a tendência atual de privatização desses serviços, que serão públicos e gratuitos e atingirão, progressivamente, toda a população. Os governos do PT não darão recursos a incentivos ou facilidades legais e fiscais para as escolas e hospitais privados, exceto às instituições sem fins lucrativos e sob controle popular.

Na área dos transportes, os governos do PT promoverão a progressiva estatização dos transportes municipais e intermunicipais de passageiros, apoiarão os municípios na criação de empresas públicas, exigindo a participação popular no controle das mesmas, e criarão o passe gratuito para desempregados, idosos e aposentados.

Na área da habitação, os governos do PT darão prioridade ao combate à especulação imobiliária e intervirão no mercado para rebaixar o preço do solo urbano; produzirão habitações populares em massa e desenvolverão programa de recuperação de favelas e cortiços; estimularão a gestão direta dos recursos e obras por parte dos movimentos, entidades populares e cooperativas de construção, dando-lhes apoio técnico e financeiro. Os governos do PT se responsabilizarão pelo abastecimento dos gêneros alimentícios básicos, bem como pelo controle dos seus preços. Incentivarão a produção de alimentos, dando apoio aos pequenos e médios produtores; promoverão o assentamento dos trabalhadores rurais sem-terra, dando início à reforma agrária através da utilização das terras ociosas públicas e privadas. Exigirão o cumprimento da legislação trabalhista e promoverão melhorias nas condições de vida dos trabalhadores rurais através da extensão dos serviços de educação, saúde e transporte para o campo. Isso implicará o enfrentamento dos interesses dos latifundiários, dos empresários agrícolas e dos atravessadores, colocando os órgãos da Administração e a política do governo a serviço do trabalhador rural e do pequeno e médio produtor.

Os governos do PT assumirão a administração direta dos serviços e obras públicas, estimularão, com apoio técnico e material, as prefeituras para que venham a assumir a administração de obras e serviços municipais ou através de consórcios em nível regional, sempre garantida a participação e controle populares. O Estado deixará de ser mero intermediário de transações econômicas de empreiteiras, empresas de equipamentos, operadoras de serviços e projetistas. Os governos do PT não apenas adotarão uma política gradativa de administração direta de obras, como, na medida do possível, criarão empresas públicas para a produção e prestação de serviços como, por exemplo, remédios para distribuição gratuita, material de construção e pavimentação etc.

Os governos do PT pretendem garantir para os trabalhadores o acesso à comunicação, à cultura e o esporte, permitindo-lhes o desfrute do seu tempo livre.

Nesse sentido, promoverão a ampliação e manutenção dos equipamentos esportivos e de lazer, estimularão a criação de clubes e associações de esporte amador e darão apoio ao desenvolvimento desses programas nos municípios.

109. O terceiro eixo dos governos do PT é o combate à violência social e a agressão ao meio ambiente. Nesse sentido, os governos do PT combaterão com rigor o crime organizado e o de *colarinho branco*, bem como os corruptos e violentos da Polícia Civil e acabarão com as práticas violentas da Polícia Militar e das delegacias. Reforçarão o policiamento nas periferias e nos bairros residenciais e estimularão a formação de Conselhos Populares de Segurança. Enfrentarão os interesses econômicos do capital nacional e internacional, que dilapidam os recursos naturais, degradam o meio ambiente e as condições de vida e de trabalho no campo e na cidade, levando-os a pagarem os custos diretos e indiretos das predações realizadas, inclusive as ocorridas no passado.
110. O quarto eixo dos governos do PT é a promoção da cidadania plena, rompendo com o caráter assistencialista e com as práticas de submissão e discriminação do abandonado, do idoso, das mulheres, dos negros, dos homossexuais, dos índios e demais grupos sociais específicos. Neste sentido, estenderão a assistência judiciária aos municípios e distritos da capital; desmontarão os presídios *monstros*, regionalizando-os em pequenas comunidades; acabarão com a Febem, implementando, em seu lugar, microssistemas

regionalizados de atendimento ao menor; transformarão progressivamente as instituições voltadas para o atendimento ao menor em escolas integrais de educação e profissionalização; criarão uma rede pública de locais de vivência e práticas sociais para crianças, jovens e velhos abandonados; implementarão programas de atendimento integral à saúde da mulher, assim como delegacias regionais específicas para mulheres.

111. O quinto eixo dos governos do PT é a aplicação prioritária dos recursos financeiros para o atendimento das necessidades sociais. Até hoje, os fundos sociais e os recursos financeiros em mãos do Estado têm sido utilizados para apoiar e subsidiar a empresa privada, quando não para socializar seus prejuízos, sem falar nos desperdícios e projetos não prioritários. Os governos do PT pretendem inverter essa orientação e colocar os fundos sociais e os recursos financeiros a serviço de uma política social e de criação de empregos. Eliminarão, gradativamente, o ICM dos alimentos da cesta básica, a começar pelo arroz e feijão, ampliarão a fiscalização do ICM e eliminarão os pedágios em rodovias estaduais. Submeterão as empresas estatais e os bancos oficiais, que detêm um volume de recursos bem superior ao da Administração Direta, ao controle do Legislativo e dos organismos populares. Dessa maneira, a política de investimentos e empréstimos para energia, comunicação, transporte, saneamento e abastecimento será democraticamente debatida e decidida.
112. O sexto eixo da política dos governos do PT é a articulação de uma mobilização em nível nacional, reivindicando mudanças nas políticas econômica e financeira e, entre outras, a reforma do Sistema Tributário e do Sistema Financeiro de Habitação, a reforma agrária e urbana, a começar pela suspensão do pagamento da dívida externa, estudando-a caso a caso. Essas mudanças melhorarão as condições para a implementação dos programas do PT nos níveis estaduais, e deverão ser articuladas com o projeto de transformações econômicas, sociais e políticas que o PT defenderá no Congresso Constituinte. O PT implantará essas propostas governando com a mobilização social e estimulando a participação popular. Dessa forma, os governos do PT articularão as forças políticas, que possibilitarão o enfrentamento dos interesses econômicos contrários ao seu programa. Exercerão a autonomia dos estados diante da União, respeitarão a autonomia dos municípios e cooperarão com a União, demais estados e municípios para o desenvolvimento de programas de caráter social. Com a implantação dessas

propostas, o PT realizará governos democráticos, populares e de oposição à Aliança Democrática, no qual os trabalhadores viverão a experiência de governos que, apesar das instituições burguesas e do regime de produção capitalista, estarão a seu serviço e avançarão na democratização do país, na auto-organização dos trabalhadores, numa política de prioridades sociais. governos que acreditem na mobilização e organização dos trabalhadores, que submetam seus programas administrativos aos interesses dos mesmos e que busquem criar condições para os trabalhadores participarem do exercício do poder político e, assim, contribuirão efetivamente para a construção do socialismo.

QUESTÕES ORGANIZATIVAS

CONSTRUÇÃO DO PT

113. O PT enfrenta diversos problemas no seu processo de construção. São problemas de ordem ideológica, política e organizativa, que precisam ser tratados para que conduzam o Partido a esclarecer as dúvidas existentes e a unificar-se mais solidamente. A questão do caráter do Partido, aberto, de massas, democrático e socialista sintetiza esses problemas e é a chave para aprofundar o processo de discussão interna. Os seminários sobre organização contribuirão para suscitar uma gama considerável de sugestões, que devem materializar-se nas modificações do Regimento Interno do Partido. Entretanto, algumas questões ainda demandarão um período mais longo de discussão, para que os pontos controvertidos sejam esclarecidos e para que o processo de luta ideológica e política travada em torno deles ajude o fortalecimento e a construção do PT.
114. Nesse sentido, faz-se necessário que os militantes se empenhem em adotar métodos corretos de discussão e decisão. Questões muito controvertidas, como a da existência de tendências organizadas dentro do PT, do cumprimento estrito das decisões democraticamente adotadas pelo Partido, das relações entre operários e intelectuais e a questão do socialismo, entre outras, não podem ser decididas por votação ou através de recursos administrativos. Elas demandam um persistente e prolongado debate, de forma mais organizada e democrática possível, para evitar divisões maiores. O caráter do PT, como partido aberto, de massas, democrático e socialista, pressupõe a existência de diferentes correntes de opinião dentro

do Partido. Isso não dá ao Partido um dinamismo muito grande, possibilitando que, no entrechoque democrático de análises e propostas, o conjunto dos militantes se politize e faça o Partido avançar. Permite, por outro lado, aprofundar as relações democráticas internas e externas.

O problema, porém, não reside aí. Reside em que coabitam dentro do Partido diferentes correntes ou tendências organizadas, que possuem sua própria política e sua própria disciplina, grande parte das vezes em contraposição à política adotada democraticamente pelo Partido, rompendo com a disciplina do PT, cujo aspecto mínimo é o cumprimento das decisões do PT. Algumas tendências dentro do PT constituem partidos dentro do Partido. Embora haja diferenciação nas suas políticas ante o problema-chave da construção do PT, nos últimos anos tem havido a formação, entre outras, de um bloco entre elas para impor ao Partido a tática geral e diversas táticas setoriais.

115. Algumas tendências que atuam no PT, mesmo quando em teoria afirmam o contrário, consideram o PT como uma frente de massas, e agem em correspondência com essa concepção. As decisões dos órgãos dirigentes do PT só são levadas em conta se coincidirem com as próprias decisões das instâncias dirigentes dessas tendências. Nessas condições, elas rompem constantemente não só com a disciplina, mas também com a democracia interna do PT. Esse método de ação de tendências prejudica a construção do PT como Partido. Na medida em que ele avança para constituir-se, cada vez mais, como um verdadeiro partido de classe, embora mantendo seu caráter aberto, de massa e democrático, a existência de tendências com política e disciplina próprias transforma-se numa aberração dentro do Partido, e tende a criar obstáculos à sua construção. O importante é que os quadros e militantes das tendências cheguem a compreender o caráter de partido do PT e, então, se engajem na sua construção como partido aberto, de massas, democrático e socialista.
116. Isso vai depender, porém, em grande medida, do aprofundamento do debate democrático, dentro do PT, sobre as diversas tendências organizadas. A postura de avestruz, de fechar os olhos à existência dessas tendências e a suas políticas, não pode continuar. Os militantes precisam tomar conhecimento dos documentos e textos dessas correntes, estudá-los e compará-los, conscienciosamente, com os documentos e textos do PT e discutir em profundidade o que existe de certo e de errado

nas suas atitudes. Desse modo, os militantes do PT terão consciência dos verdadeiros problemas ideológicos e políticos em causa, e poderão tomar uma posição independente no debate.

117. Nesse sentido, o 4º Encontro Nacional afirma:

I- O PT é um partido democrático, de massas e socialista. Não é, portanto, uma frente de organizações políticas, nem uma frente institucional de massas, que possa ser instrumentalizada por qualquer partido político;

II- Como partido democrático, o PT defende e exercita o reconhecimento da vontade da maioria, assegurando, ao mesmo tempo, a existência das minorias e seu direito à representação e manifestação em todas as instâncias do Partido;

III- O Encontro Nacional reconhece o direito de tendência e determina ao próximo Diretório Nacional que proceda à sua regulamentação, mas o Partido entende que esse direito não deve se estender a grupos que não abraçam o programa do PT, nem acatam sua democracia e disciplina. Do mesmo modo, o direito de tendência não autoriza a militância em outros partidos que não o PT;

IV- Caberá ao Diretório Nacional, em sua primeira reunião, criar uma Comissão, que terá como tarefas o seguinte:

a) promover em todo o Partido um amplo processo de discussão, que subsidie a regulamentação do direito de tendência;

b) encaminhar ao DN uma avaliação sobre a situação das tendências e organizações no PT, de modo a estabelecer, para o conjunto do Partido, as diferenças entre elas existentes;

c) além dessas atribuições, competirá à Comissão ouvir partes envolvidas em disputas político-ideológicas regionais, dirimir divergências em face dessas questões e propor ao DN eventuais medidas disciplinares;

V- No momento atual, a discussão sobre as tendências e organizações, já iniciada no PT, ganha particular importância devido aos acontecimentos recentes de Salvador e seus desdobramentos sobre a vida do Partido. Nesse sentido, o Encontro apoia a decisão da CEN de expulsar os filiados acusados de estarem envolvidos na tentativa de assalto a um banco em Salvador;

VI- O Encontro recomenda aos filiados e candidatos do PT que não apoiem, nem se associem, a qualquer candidatura de companheiros que, porventura, tenham alguma vinculação com os acontecimentos de Salvador. Ao mes-

mo tempo, determina que sejam levadas a efeito as gestões visando ao desligamento do PT desses companheiros, tendo em vista as evidentes divergências de concepção política entre eles e o Partido;

VII- Diante da gravidade dessas circunstâncias, o Encontro resolve que permanecem em vigor os critérios para eleição da Comissão Executiva Nacional, devendo o próximo Encontro Nacional, a realizar-se extraordinariamente em fevereiro de 1987, encaminhar a revisão das atuais normas, no sentido de garantir a participação das minorias em todas as instâncias dirigentes do PT.

PT E OS SINDICALISTAS

118. Outro problema que tem surgido na história da construção do PT reside nas relações entre sindicalistas e demais militantes dentro do Partido. Alguns companheiros que atuam no movimento sindical têm se mostrado preocupados com uma possível perda de direção dos trabalhadores no PT. Eles se queixam de que os dirigentes sindicais petistas, em geral, estão fora dos grandes debates que ocorrem no Partido, de que não possuem espaços de participação nos diretórios e de que os diretórios e núcleos não contemplam os problemas que eles vivem no movimento sindical. Alguns desses companheiros chegam a afirmar que o PT está perdendo os objetivos originais de sua fundação, e que a CUT, em vista disso, se vê obrigada a assumir propostas mais avançadas do que o PT.
119. Independentemente do mérito dessas opiniões, a sua existência deve chamar a atenção para o sério problema da participação dos dirigentes sindicais petistas na vida do Partido, por um lado, e da defesa da política do Partido no movimento sindical, por outro. Grande parte dos dirigentes sindicais petistas não participa das instâncias de decisão do PT. Isso ocorre, em primeiro lugar, porque eles são filiados a núcleos e diretórios cuja atividade passa longe do movimento sindical. Dessa maneira, os dirigentes sindicais petistas sentem-se deslocados da atividade em reuniões dessas instâncias, às vezes comparecendo a elas somente por obrigação formal. Em segundo lugar, como não participam efetivamente dessas instâncias de base, não são eleitos como delegados aos Encontros Municipais e Estaduais, nem escolhidos para os órgãos de direção do Partido. Dessa forma, criou-se uma situação em que os dirigentes sindicais petistas, muitas vezes em cargos importantes em sindicatos e na CUT, não têm participação

efetiva nas decisões partidárias, sentindo-se alijados desse processo. Como contrapartida grave, eles sentem dificuldades em cumprir as decisões adotadas pelo PT e defendê-las no movimento sindical.

120. Para isso, é fundamental ampliar qualitativamente a construção de núcleos por categoria, por local de trabalho ou por empresa e dar maior peso deliberativo a esses núcleos: aumentar substancialmente a quantidade de delegados que os núcleos podem eleger, por filiados; simultaneamente, vincular mais estreitamente os encontros e as convenções do Partido à presença de debate entre os petistas, e não meramente ao ato de votar em chapas ou propostas; discutir, ainda, a formação de vários núcleos na mesma categoria, mas regionalmente localizados e vinculados entre si por uma coordenação. Facilitar e priorizar articulações internúcleos, como forma de homogeneizar e potencializar a influência petista em sindicatos e categorias.
121. Essa é a situação, que deve merecer atenção redobrada, tanto dos organismos dirigentes quanto dos dirigentes sindicais petistas. A superação de tais problemas, porém, não depende só da adoção de medidas organizativas. Na realidade, a maioria das questões em pauta está relacionada com o tipo de partido que nos esforçamos para construir, o que inclui a definição das relações que devem existir entre seus militantes e o movimento sindical em que atuam. Quando os dirigentes sindicais petistas se referem à manutenção da direção operária do PT, isso não pode ser entendido somente como preocupação quanto a uma direção organizativa, através da qual os dirigentes sindicais petistas garantam sua presença nos principais postos de direção do Partido. Embora a participação efetiva dos dirigentes sindicais na organização partidária seja uma das condições necessárias para manter a fidelidade do PT às suas origens, ela não é a única, nem mesmo a principal. Quando falamos em direção, tratamos, acima de tudo, de hegemonia. E hegemonia compreende, principalmente, os aspectos ideológicos e políticos, sendo o aspecto organizativo uma decorrência deles. De nada adianta os dirigentes sindicais petistas terem participação e cargos na organização do Partido, se eles não conseguirem imprimir ao PT um programa de luta e uma ação que corresponda aos interesses de classe dos trabalhadores assalariados modernos, se eles não conseguirem apresentar propostas políticas que sejam flexíveis e, ao mesmo tempo, estejam impregnadas de conteúdo de classe, se eles não conseguirem estabelecer

as pontes entre a luta econômica de melhoria das condições de vida e trabalho dos trabalhadores, a luta política pela participação nos mecanismos de poder do próprio sistema capitalista e a luta pela transformação social na direção do socialismo.

122. Evidentemente, a realização de tarefas desse porte exige muito mais do que vontade. Os trabalhadores, em especial os dirigentes sindicais petistas, têm que considerar seriamente a necessidade de transformarem-se em trabalhadores com capacidade de elaborar teorias que correspondam à realidade de sua luta de classe e sirvam de orientação nessa mesma luta. E têm, ainda, que participar efetivamente nas diversas instâncias e direções partidárias, nas discussões e decisões partidárias. Essas exigências entram em contradição com a atividade absorvente das direções sindicais e da CUT. Como combinar as atividades do movimento sindical com as atividades do Partido?
123. Os dirigentes sindicais petistas devem entender que, além de imprimir ao Partido um forte conteúdo de classe, eles são a representação do PT no próprio movimento sindical. Ao fundarem o PT, os sindicalistas deram um passo qualitativamente novo em sua atividade. Compreenderam os limites do sindicalismo, um movimento que abarca, ou deve abarcar, a imensa maioria dos trabalhadores, independentemente de suas preferências religiosas, políticas ou partidárias, e procuram criar um instrumento mais avançado para a luta pela conquista de uma sociedade sem explorados e exploradores. Esse instrumento é um partido de trabalhadores, o PT.
124. Houve, assim, uma inversão no processo. Os sindicalistas que avançaram e criaram um partido político de trabalhadores transformaram-se, por sua própria ação consciente, em ativistas políticos atuantes no movimento sindical. É verdade que alguns companheiros sindicalistas petistas não se deram conta dessa transformação. Uns consideram que, criado o Partido, podem ficar na sua atividade sindical e que o Partido não precisa de cuidados. Outros simplesmente desenvolvem sua atuação à parte do PT, como se este nada tivesse a ver com o movimento sindical. Entretanto, ao transformarem-se em ativistas políticos, os dirigentes sindicais petistas são, antes de tudo, militantes partidários atuantes no movimento sindical. Isso significa que os militantes do PT que atuam no sindicalismo devem ter propostas políticas acertadas para esse movimento, respeitando,

- ao mesmo tempo, os limites, sua autonomia e o nível de mobilização e consciência das mesmas, atuando no sentido de elevar esse nível.
125. Seria um erro grave, que romperia com os limites e a autonomia do movimento sindical, se os militantes petistas procurassem fazer com que os sindicatos e a CUT assumissem como seu o projeto alternativo do PT. Há companheiros que questionam o fato de, sendo militantes do PT, não poderem levar o movimento sindical a assumir um programa alternativo de poder, socialista. Afinal, pensam, esse é o sentido da luta dos trabalhadores, e deve ser uma tarefa dos militantes do PT levar o projeto alternativo do Partido a todos. Esse questionamento, porém, não está colocado em seus devidos termos. Em primeiro lugar, porque a definição para uma sociedade sem explorados nem exploradores (o socialismo, portanto) já é uma definição adotada em Congresso Nacional da CUT, e incorporada a seus Estatutos. Em segundo lugar, porque na prática, com tal raciocínio, esses companheiros apagam o verdadeiro lugar que cabe ao PT ocupar, que é o de reunir os militantes políticos sob um programa socialista.
126. Os militantes do PT devem levar as propostas socialistas para os trabalhadores, devem fazer propaganda do socialismo e discutir com os trabalhadores a necessidade de um novo poder e de uma nova sociedade. Nesse tipo de atividade, eles procuram elevar a consciência, a mobilização e a organização da massa dos trabalhadores e, ao mesmo tempo, incorporar ao PT aqueles que mais se destacam no processo de luta e aqueles que despertaram para a política. Nessa atividade, os militantes petistas, empenhados na luta pelo socialismo, procuram imprimir na prática e na ação do sindicalismo a busca desse objetivo do Partido, sem, contudo, pretender impor-lhes um programa alternativo de poder, socialista. O movimento sindical não deve ficar restrito às bandeiras econômicas. Ao lutar para que a CUT e os sindicatos assumam bandeiras políticas, os petistas devem ter o cuidado de que essas bandeiras expressem as aspirações, reivindicações e necessidades das grandes massas e não só de uma parcela dos trabalhadores. Nesse sentido, a luta contra a dívida externa, pela ampla participação popular na Constituinte, pela incorporação dos direitos adquiridos dos trabalhadores na nova Constituição, pela liberdade e autonomia sindical e outras bandeiras podem mobilizar os trabalhadores em geral.
127. Em vista de todos esses aspectos, é da máxima importância que os dirigentes sindicais petistas atuem unificadamente, isto é, que suas propos-

tas principais sejam levadas unitariamente para o movimento sindical. É evidente que sempre existirão divergências de um ou outro tipo entre os petistas, mas é inconcebível que militantes do PT, atuando numa direção sindical, apresentem propostas e posição opostas nessa direção. Os dirigentes e ativistas sindicais não petistas terão um mau referencial do PT ao assistir esse tipo de disputa. Assim, é fundamental que os dirigentes sindicais petistas tenham instâncias, dentro do Partido, para discutir as divergências que aparecem naturalmente na atividade prática e aprovar posições unitárias, nas questões principais. Isso remete novamente para a questão orgânica.

128. Em que instâncias partidárias os dirigentes sindicais devem participar, para discutir os problemas do movimento sindical e, ao mesmo tempo, influir nas decisões políticas do PT como um todo? Em primeiro lugar, eles precisam participar dos núcleos de categoria ou de local de trabalho, na medida em que essa participação lhes permite uma relação mais estreita com a base do PT e os capacita a serem eleitos como delegados aos encontros do Partido. Essa participação lhes garante, por outro lado, que o núcleo fique a par dos problemas do movimento sindical e entenda que a atividade básica dos dirigentes sindicais é, principalmente, nesse movimento. Nesse sentido, é necessário introduzir modificações no Regimento Interno do PT.
129. Em segundo lugar, eles precisam dispor-se a assumir cargos nos Diretórios do PT, em especial nos Diretórios municipais, estaduais e nacional, para dinamizar e tornar importante a atuação das Secretarias Sindicais do PT. Sendo membros dos Diretórios, os dirigentes sindicais petistas têm condições de manter essas instâncias do Partido atualizadas sobre o movimento sindical e, ao mesmo tempo, de inteirar-se dos problemas gerais da construção do PT, e influir nas suas decisões e políticas.
130. Em terceiro lugar, eles precisam fortalecer as Secretarias Sindicais como fóruns adequados de discussão dos problemas específicos do movimento sindical, visando uniformizar a intervenção dos militantes petistas das diversas categorias da cidade e do campo. O enfrentamento desses problemas ideológicos, políticos e organizativos, relacionados com a direção dos trabalhadores no PT, é uma questão que afeta todo o Partido e não só os dirigentes sindicais petistas. Vai demandar um esforço muito sério para a remoção dos obstáculos hoje existentes e, em grande maioria, para fazer

com que muitos dos dirigentes sindicais petistas compreendam que o PT é a instância maior e que de sua efetiva direção política depende não só a luta do movimento sindical, como a luta de todos os trabalhadores por uma nova sociedade.

PROPOSTAS IMEDIATAS

131. É dentro de todo esse contexto que, na oportunidade de elaboração de um Plano de Ação Política e Organizativa e de renovação do Diretório Nacional, aprovamos um conjunto de medidas concretas, cuja aplicação deve ter início imediato.
132. Projeto Alternativo: delegar à futura Comissão Executiva Nacional a tarefa de apresentar, ao conjunto do Partido, para debate, uma proposta de projeto alternativo para a sociedade brasileira.
133. Nova Constituição: delegar à futura Comissão Executiva Nacional a incumbência de designar um grupo de trabalho encarregado de organizar e sistematizar, no interior do Partido, os debates tendentes à elaboração de um projeto do PT para a nova Constituição, levando em conta os projetos e propostas já existentes – como o de Fábio Konder Comparato, feito a pedido da Comissão Executiva Nacional do PT, e outros que vierem a surgir no processo.
134. Consulta às Bases: retomar com rigor o hábito, por parte de instâncias dirigentes, de fazer ampla consulta às bases e debates nos núcleos e Diretórios, antes da tomada de decisões políticas e projetos parlamentares importantes.
135. Regionalização do PT: subdividir o país em regiões, para efeito de atuação política e organizativa do Partido, atribuindo cada uma delas à responsabilidade de um dirigente nacional, e incentivando a organização de reuniões regionais, tanto nas questões importantes e comuns às regiões quanto na preparação de Encontros Nacionais.
136. Implantação de Secretarias: no prazo mais curto possível, e nos níveis nacional, regional e estadual, implantar as seguintes secretarias executivas, ligadas aos respectivos diretórios: Sindical, Reforma Agrária, Formação Política, Movimentos Populares (com Comissões para Movimento Estudantil, Movimento Negro, Movimento de Mulheres etc.), Políticas Nacionais (Saúde, Educação, Minérios, Meio Ambiente, Transportes etc.), da Juventude, Constitucional (para acompanhar o processo Constituinte

- e a elaboração da nova Constituição), Relações com o Parlamento e com os Executivos (para servir de ligação entre os parlamentares e executivos petistas e as demais instâncias do Partido).
137. Centralização das Secretarias: no nível nacional, centralizar geograficamente a Presidência da Comissão Executiva Nacional e as principais Secretarias (Secretaria Geral, Secretaria de Organização e Tesouraria) para agilização de encaminhamento de decisões executivas.
 138. Profissionalização de Dirigentes: nos níveis nacional, regional e municipal, ampliar e democratizar a profissionalização de dirigentes, procurando otimizar e socializar recursos para obter maior número de dirigentes liberados, sem prejuízo do trabalho político básico de filiados e militantes.
 139. Filiação Massiva e Regionalizada: tornar permanente a campanha de filiação, reformulando critérios de maneira que ela possa ser regionalizada e dirigida, abarcando, prioritariamente, estados, regiões e setores sociais onde o Partido esteja mais fraco, bem como combinando essas campanhas com manifestações do movimento sindical e popular (greves, eleições etc.).
 140. Nucleação: intensificar e ampliar a nucleação de filiados, dando especial ênfase a núcleos de base de categorias, de local de trabalho e de movimentos sociais.
 141. Formação Política: ampliar e intensificar o trabalho de formação política, procurando atingir, entre outros, filiados de base, dirigentes intermediários e militantes dos movimentos sociais.
 142. Reforço das Finanças: intensificar e aperfeiçoar os plano de arrecadação financeira, principalmente as contribuições de filiados a seus núcleos de base e dos núcleos às instâncias superiores.
 143. Divulgação e Propaganda: delegar à futura Comissão Executiva Nacional a responsabilidade de designar um ou mais grupos de trabalho para estudar a viabilização de iniciativas que ampliem e intensifiquem a divulgação e propaganda petistas, através de publicações de textos, cartilhas, livros, revistas de debates, boletins internos, jornais de massa regionais, utilização da radiodifusão etc., mediante ações conjuntas entre o Diretório Nacional e Diretórios Regionais, e levando em conta a regionalização do PT para a atuação política e organizativa.
 144. Modificações no Regimento Interno: delegar à futura Comissão Executiva Nacional a incumbência de designar um grupo de trabalho para

estudar e propor ao debate do conjunto do Partido várias modificações no Regimento Interno, entre as quais as seguintes:

- a) Elaboração de um regulamento interno dos Diretórios e Comissões Executivas, fixando atribuições e responsabilidades dos diversos componentes dessas instâncias;
- b) Estabelecimento da obrigatoriedade de apresentação periódica de relatórios por parte de Secretarias Executivas, Comissões e Grupos de Trabalho;
- c) Inclusão de normas, extraídas do Documento Eleitoral Básico aprovado neste IV Encontro Nacional, referentes aos procedimentos para a escolha de candidatos, organização e condução de campanhas eleitorais e relações entre eleitos, Bancadas e demais instâncias partidárias;
- d) Unificação (dependendo da nova Lei Partidária) de Encontros e Convenções, garantindo-se as prerrogativas democráticas dos primeiros;
- e) Aumento (dependendo da nova Lei Partidária) do número de membros das Comissões Executivas, diminuição do número de membros dos Diretórios Regionais e Nacional e criação de conselhos – nacional e regionais – de representação das instâncias inferiores;
- f) Mudança nos critérios e métodos – formação de chapas, proporcionalidade, quórum, votação, debates – de realização de encontros;
- g) Mudança de critérios – número mínimo para formação, quórum para reunião, representação nos encontros – dos núcleos de base, especialmente de categoria e de local de trabalho.

RECURSOS ELEITORAIS

O 4º Encontro Nacional do PT pronunciou-se da seguinte forma sobre os recursos que lhe foram apresentados.

A) ALAGOAS

1. *Delegar ao novo Diretório Nacional* a incumbência de reunir maiores informações e tratar da questão suscitada por duas cartas de filiados do PT em Alagoas que contestam a decisão, tomada pelo Encontro Regional desse estado, de lançar candidato a governador Ronaldo Lessa, pela frente PSB-PCB-PDT-PT.

B) RIO DE JANEIRO

1. *Indeferir o recurso* de filiados do PT no Rio de Janeiro, que contestam a decisão, tomada pelo Encontro Regional desse estado, de apoiar o candidato Fernando Gabeira para governador do estado.

C) PERNAMBUCO

1. *Deferir o recurso* de filiados do PT em Pernambuco, que contestam a decisão, tomada pelo Encontro Regional desse estado, de apoiar a candidatura de Miguel Arraes ao governo do estado, na parte em que os recorrentes pedem a realização de novo Encontro Regional, com os mesmos delegados do encontro anterior (que fica com suas decisões suspensas), a ser realizado até 15 de julho, para rediscutir a questão das candidaturas à luz das deliberações do 4º Encontro Nacional e das emendas aprovadas ao Documento Eleitoral Básico.

D) BAHIA

1. *Deferir o recurso* de filiados do PT na Bahia, que contestam a decisão, tomada pelo Encontro Regional, de dar apoio crítico à candidatura de Waldir Pires ao governo do estado, na parte em que os recorrentes pedem a realização de novo Encontro Regional, até 20 de julho, para rediscutir a questão das candidaturas à luz das deliberações do 4º Encontro Nacional e das emendas aprovadas ao Documento Eleitoral Básico.

2. Aprovar a seguinte proposta:

Considerando

- 1) Que o Partido definiu um critério político para estabelecer coligações e alianças eleitorais que estabelece a centralidade do acordo sobre a oposição ao governo Sarney, à Nova República e a transição conservadora; representada tanto pela candidatura de Josaphat Marinho (PDS-PFL-PTB) quanto pela de Waldir Pires (PMDB-PC do B – PCB);
- 2) Que o candidato a governador do PMDB da Bahia, Waldir Pires, deve ser caracterizado como figura integrada à Nova República e à transição conservadora;
- 3) Que um objetivo fundamental do PT no processo eleitoral aprofundar a organização independente dos trabalhadores e uma política de apoio a Waldir Pires contraria este objetivo;
- 4) Que o PT na Bahia já evidenciou, nas eleições de novembro de 1985, possuir um acúmulo mínimo de uma base de massa independente, que deve ser preservada e ampliada nas lutas sociais e na luta política contra a Nova República.

O Encontro Nacional toma e torna pública a seguinte posição:

- 1) Que o PT não deve comprometer-se na sustentação de qualquer forma de apoio à candidatura de Waldir Pires;
- 2) Que o Diretório Regional do PT da Bahia convoque um novo Encontro Regional, até o dia 20 de julho visando reavaliar a posição sobre a candidatura a governador, tendo presente a linha adotada pelo Encontro Nacional;
- 3) Que a Executiva Nacional eleita elabore um texto que fundamente, de forma desenvolvida, a posição adotada pelo Encontro Nacional, a ser distribuída a todos os filiados do PT da Bahia;
- 4) Que o Diretório Nacional eleito envie uma delegação para participar do novo Encontro Estadual, defendendo a posição a posição dotada por este Encontro.

E) JOSÉ NANCI

- 1) Indeferir o recurso de José Nanci, filiado do PT em Santo André, que contesta decisão do Encontro Regional de São Paulo, que não aprovou sua inclusão nas chapas de candidatos proporcionais.

CONSTITUINTE

Tendo em vista que as discussões para a definição de uma proposta final sobre Constituinte não foram aprofundadas nas instâncias partidárias, propomos que o Diretório Nacional eleito neste Encontro assuma esta questão como prioritária e crie:

- a) um Comitê Constituinte Coordenador, em nível nacional;
- b) Comitês Constituintes em todos os DR, DM, distritais e núcleos, proporcionando-se a ampliação dos debates e propostas.

[E também] a realização – em fevereiro de 1987 – de um Encontro Extraordinário do Partido, para decisão sobre o texto final do Partido dos Trabalhadores de Constituição Popular, do qual farão parte os delegados eleitos para este Encontro e os companheiros eleitos em 15 de novembro.

Propomos como texto básico para as discussões os textos já elaborados pelo PT, em nível nacional, o texto do jurista Fábio Konder Comparato, editado pela Brasiliense sob o título *Muda Brasil*, e textos adicionais subsidiados pelo Comitê Constitucional Coordenador.

Justificamos a presente proposta no entendimento da necessidade de aprofundamento das discussões em todas as instâncias do corpo partidário, bem como do aproveitamento de diversas propostas encaminhadas ao Partido, através de assembleias de categorias profissionais, sindicatos rurais, pescadores e entidades e ainda desconhecidas pelos companheiros do Partido.

Fica aprovado o encaminhamento, ao Comitê referido no item anterior, das seguintes propostas:

- a) realização de um encontro de mulheres, em agosto de 1986, para discutir e aprovar teses sobre a questão, como subsídios para a Constituinte;
- b) considerar o meio ambiente como patrimônio público e compatibilizar o desenvolvimento econômico com a manutenção do equilíbrio ecológico;
- c) não obrigatoriedade do serviço militar;
- d) reforma presidiária e carcerária, para permitir a recuperação social dos detentos.

MOÇÕES

O 4º Encontro Nacional aprovou as seguintes moções:

1. Recomendado o aprofundamento do debate interno sobre as relações entre o Partido e a CUT e os Sindicatos, bem como os movimentos populares.

2. Recomendando que todas as instâncias do Partido se empenhem na preparação dos próximos encontros regionais e nacional da CUT.

O 4º Encontro também resolveu remeter à deliberação do novo Diretório Nacional as seguintes moções que, embora apresentadas, não foram submetidas à votação por falta de oportunidade:

1 – de solidariedade a Zbigniew Bujak, dirigente do sindicato polonês “Solidariedade”, preso recentemente (duas moções).

2 – de solidariedade aos trabalhadores de saúde de Brasília, ora em campanha por melhores condições de trabalho, e de apoio à luta pela autonomia política do Distrito Federal.

3 – de solidariedade aos brasileiros sem-terra hoje vivendo no Paraguai e de apoio ao reconhecimento do direito de cidadania aos “brasiguaios”.

4 – de solidariedade aos serviços estaduais de São Paulo da área, ora em campanha por melhores condições de trabalho.

5 – de solidariedade aos jornalistas do país, objeto de campanha patronal contra a regulamentação profissional e a organização sindical da categoria (duas moções).

6 – de repúdio ao *apartheid* praticado na África do Sul.

7 – recomendando a realização de concurso para escolha de um hino oficial para o PT (duas moções).

OUTRAS RESOLUÇÕES

O 4º Encontro Nacional também aprovou as seguintes outras resoluções:

1 – Encaminhar ao DN a sugestão de alterações do Regimento Interno sugeridas pelo debate da Linha Sindical, principalmente quanto a núcleos de categoria e local de trabalho, quórum e critérios para reuniões e escolha de delegados.

2 – O 4º Encontro Nacional foi dedicado à luta pela Reforma Agrária e aos trabalhadores rurais vitimados pela violência dos latifundiários.

São Paulo, 10 de junho de 1986.

Secretaria Geral Nacional Partido dos Trabalhadores

3º DIRETÓRIO NACIONAL (82 MEMBROS)

ELEITO NO 4º ENCONTRO NACIONAL,
REALIZADO NO HOTEL DANÚBIO, SÃO PAULO/SP,
ENTRE OS DIAS 30 DE MAIO E 1º DE JUNHO DE 1986.

Líder/Câmara dos Deputados *

Presidente: Luiz Inácio Lula da Silva | SP

Adair Leonardo Rocha | RJ

Adão Villaverde | RS

Alcides B. de Farias | MS

Aldemindo Gonçalves da Fonseca | ES

Antonio Carlos Pereira | MG

Antonio José Medeiros | PI

Antônio Neiva | RJ

Apolônio de Carvalho | RJ

Arlete Avelar Sampaio | DF

Athos Pereira | GO

Augusto de Franco | GO

Avelino Ganzer | PA

Cândido Vacarezza | SP

César Álvarez | RS

Clóvis Ilgenfritz | RS

Darci Accorsi | GO

Devanir Ribeiro | SP

Djalma Bom | SP

Eduardo Suplicy | SP

Emanoel José Appel | PR

Ernesto Renan de F. Pinto | AM

Eurides Mescolotto | SC

Fernando Ferro | PE

Francisco de Souza | SP

Francisco Derly Pereira | PB

Francisco Weffort | SP

Geraldo Magela | DF

Geraldo Pastana | PA

Gilberto Carvalho | PR

Gilney Amorim Viana | MT

Hélio Bicudo | SP

Ignácio Hernandez | MG

Ilário Gonçalves Marques | CE

Ivan Valente | SP

Izabel Picaluga | RJ

Jacó Bittar | SP

Jarbas Barbosa | PE

João Alfredo Telles Melo | CE

João Francisco dos Santos | SE

João Machado | SP

Joaquim Soriano | RJ

Jonas Paulo O. Neres | BA

Jorge Almeida | BA

Jorge Bittar | RJ

José Álvaro Moisés | SP

José Calixtrato | RO

José Dirceu | SP

José Genoíno | SP

José Nobre Guimarães | CE

Luis Soares Filho | MA

Luiz Antonio Urban | SP

Luiz Eduardo Greenhalgh | SP

Luiz Soares Dulci | MG
Luiza Erundina | SP
Madson Micheletti | PR
Magda Flores | PR
Manoel da Fonseca | CE
Marcelo Deda | SE
Maria Francisca Marinheiro | AC
Maurício Faria Pinto | SP
Olívio Dutra | RS
Oséias Lopes de Oliveira | AP
Patrus Ananias | MG
Paulo de Tarso | RS
Paulo Delgado | MG
Paulo Otávio de Azevedo Jr. | SP
Pedro Pereira Nascimento | SP
Perly Cipriano | ES
Perseu Abramo | SP
Raul Pont | RS
Rubens Otoni Gomide | GO
Rui Falcão | SP
Selvino Heck | RS
Tácito Yuri de Melo Barros | AL
Tarso Genro | RS
Tomás Matta Machado | MG
Victor Buaiz | ES
Wilson Santin | SC
Wellington de Jesus Soares | PI
Wladimir Pomar | SP

Fonte: Circular da Secretaria Geral Nacional nº 27/86.

COMISSÃO EXECUTIVA NACIONAL (CEN)

CONFIRMADA PELA III CONVENÇÃO NACIONAL,
REALIZADA NO PLENÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS,
EM BRASÍLIA, NO DIA 10 DE AGOSTO DE 1986.

Presidente | Luiz Inácio Lula da Silva | SP
Líder/Câmara dos Deputados *
1º vice-presidente | Jacó Bittar | SP
2º vice-presidente | Apolônio de Carvalho | RJ
3º vice-presidente | Djalma Bom | SP
Secretário Geral | Francisco Weffort | SP
1º secretário | Luiz Soares Dulci | MG
2º secretário | Paulo Otávio Azevedo Jr. | SP
Tesoureiro Geral | Clóvis Ilgenfritz | RS
1º tesoureiro | Hélio Bicudo | SP
2º tesoureiro | Olívio Dutra | RS
1º vogal | Perly Cipriano | ES
2º vogal | Eurides Mescolotto | SC
3º vogal | Luiz Eduardo Greenhalgh | SP
4º vogal | Perseu Abramo | SP
1º suplente | Geraldo Pastana | PA
2º suplente | Paulo Delgado | MG
3º suplente | Wladimir Pomar | SP
4º suplente | Luiza Erundina | SP
5º suplente | José Dirceu | SP

Fonte: Circular da Secretaria Geral Nacional nº 27/86.

COMISSÃO EXECUTIVA NACIONAL (CEN)

ALTERADA EM MARÇO DE 1987.

Presidente | Luiz Inácio Lula da Silva | SP

Líder/Câmara dos Deputados *

1º vice-presidente | Jacó Bittar | SP

2º vice-presidente | Luiz Soares Dulci | MG

3º vice-presidente e Secretário de Relações Internacionais | Luiz Eduardo Greenhalgh | SP

Secretário Geral | Olívio Dutra | RS

1º secretário e Secretário de Organização | Paulo Delgado | MG

2º secretário e Secretário Geral Adjunto | Perseu Abramo | SP

Tesoureiro Geral e Secretário de Finanças | Darci Accorsi | GO

1º tesoureiro e Secretário Adjunto de Finanças | Geraldo Magella | DF

2º tesoureiro (Secretaria de Formação Política) | Marcelo Deda | SE

1º vogal | Hélio Bicudo | SP

2º vogal | Eduardo Suplicy | SP

3º vogal e Secretário de Formação Política | Wladimir Pomar | SP

4º vogal (Secretaria de Finanças) | Athos Pereira | GO

1º suplente (Secretaria de Formação Política) | Perly Cipriano | ES

2º suplente (Secretaria de Movimentos Populares) | Clóvis Ilgenfritz da Silva | RS

3º suplente (Secretaria Sindical) | Djalma Bom | SP

4º suplente (Secretaria de Questões Agrárias) | Geraldo Pastana | PA

5º suplente (Secretaria de Movimentos Populares) | Eurides Mescolotto | SC

* Líder da Bancada na Câmara dos Deputados: 1986 – Irma Passoni (SP); 1987 – Luiz Inácio Lula da Silva (SP).

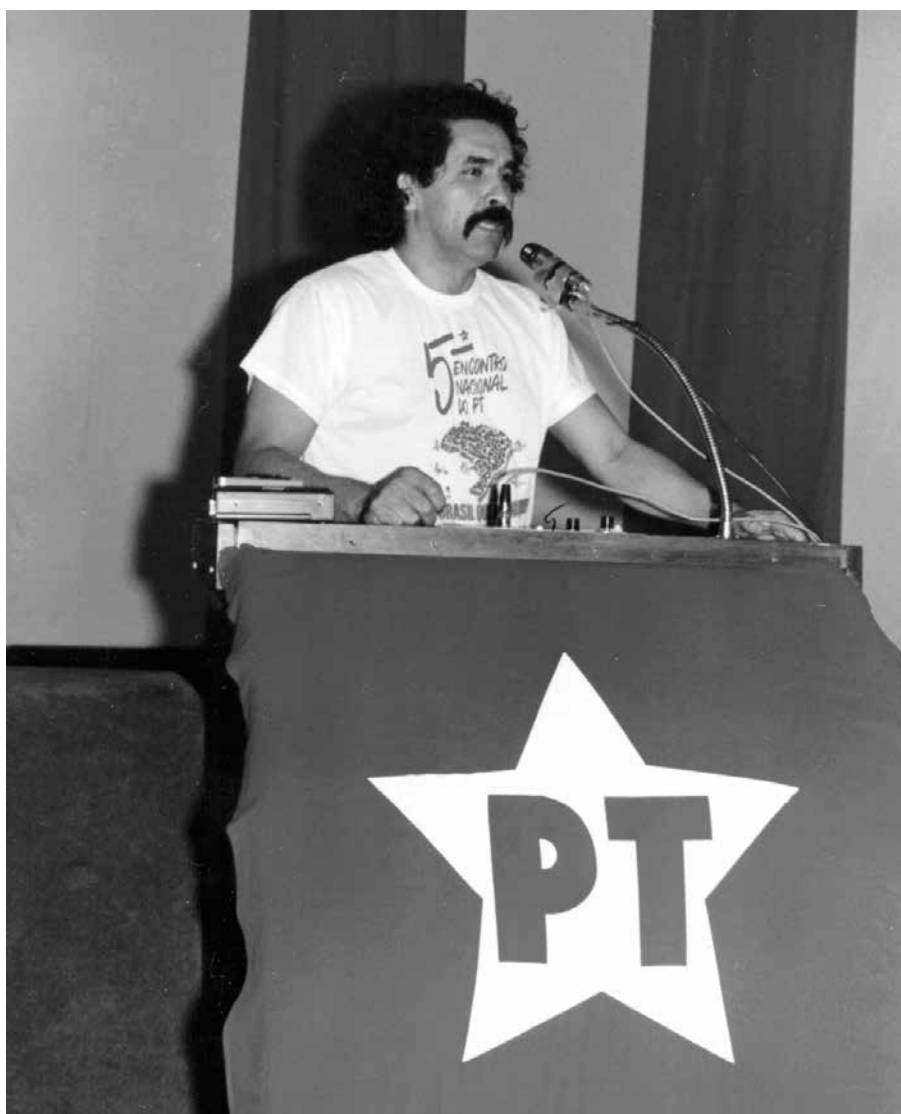
Fonte: Documento da Secretaria Geral Nacional, de março de 1987, intitulado "Plano de Organização e Trabalho da Comissão Executiva Nacional".

| 1987 |

5 ° ENCONTRO NACIONAL

4 A 6 DE DEZEMBRO DE 1987
SENADO FEDERAL, BRASÍLIA/DF.

ARQUIVO DN



OLÍVIO DUTRA ASSUME A PRESIDÊNCIA DO PT NO 5º ENCONTRO NACIONAL.

5º ENCONTRO NACIONAL¹

4 A 6 DE DEZEMBRO DE 1987
SENADO FEDERAL, BRASÍLIA/DF.

ELEGE O 4º DIRETÓRIO NACIONAL,
PRESIDIDO POR OLÍVIO DUTRA E, POSTERIORMENTE,
POR LUIZ GUSHIKEN.

RESOLUÇÕES APROVADAS:

- | Resoluções políticas;
- | Resolução sobre tendências;
- | Resolução sobre proporcionalidade.

CRITÉRIOS DE PARTICIPAÇÃO:

- | delegados eleitos nos Encontros Regionais, na proporção de 1 por 1.000 filiados ou fração igual ou maior que 500;
- | membros efetivos e suplentes da Comissão Executiva Nacional.

TESES APRESENTADAS:

- | Por um PT de massas, democrático e socialista, José Dirceu: 214 votos (tese-guia)
- | Frente à Crise, ampliar o movimento de massas e avançar na construção do PT, Vladimir Palmeira: 3 votos;
- | O PT e o caminho da revolução socialista, Renato Afonso: 5 votos;
- | O PT pela base, Eduardo Jorge: 47 votos;
- | O PT de luta, democrático e socialista, Raul Pont: 28 votos;
- | O PT na rua, Markus Sokol: 10 votos;
- | O PT na luta pelo socialismo, Ivan Valente: 21 votos;
- | Por uma alternativa política com Perspectiva Socialista, José Genoíno: 34 votos.

1. Fontes: Ata do 5º Encontro Nacional; Circular 22/87 de 9/12/87, da Segunda Secretaria da Comissão Executiva Nacional; Regulamento do 5º Encontro Nacional e *Boletim Nacional* nº 33, de novembro de 1987 a janeiro de 1988.

OUTRAS TESES APRESENTADAS: PROPOSTAS DE RESOLUÇÃO SOBRE TENDÊNCIAS:

- | Articulação, Luiz Gushiken: 204 votos;
- | Perspectiva Socialista, José Genoino e Ivan Valente: 4 votos;
- | Por um PT de Massa, Democrático e Socialista, Flávio Koutzii: 147 votos.
- | Foram apresentadas também duas propostas de resolução sobre proporcionalidade.

CHAPAS APRESENTADAS:

- | O PT pela base, encabeçada por Eduardo Jorge;
- | Por um PT de massas, encabeçada por Olívio Dutra;
- | Em defesa da democracia, encabeçada por Arlete Sampaio;
- | Luta socialista, encabeçada por José Genoino.

Resultado da votação: chapa 1: 46 votos; chapa 2: 212 votos; chapa 3: 13 votos; chapa 4: 86 votos; brancos: 10 votos; nulos: 1 voto.

Presentes: 368 delegados.

Estados representados: 23 (AC, AL, AM, BA, CE, DF, ES, GO, MA, MG, MS, MT, PA, PB, PE, PI, PR, RJ, RN, RO, RS, SC, SP) e 1 território federal (AP).

RESOLUÇÕES POLÍTICAS

INTRODUÇÃO

O MOMENTO ATUAL E AS TAREFAS DO PT

1. A fixação de um mandato de quatro anos para o atual presidente da República na Comissão de Sistematização do Congresso Constituinte veio comprovar que o governo Sarney – saída de emergência para os grupos dominantes logo após a morte de Tancredo – é o elo fraco da transição burguesa. Os últimos acontecimentos políticos e econômicos, embora ainda passíveis de correção pelos representantes da situação no Congresso (que alimentam a expectativa de um mandato de cinco anos, com parlamentarismo, para Sarney), reafirmam a linha geral das análises do PT, que apontavam para o esgotamento do governo Sarney e para a instabilidade da transição. Seja pela resistência política e social dos trabalhadores e da oposição à Nova República, seja pelas acentuadas divisões dentro da burguesia, onde ainda convivem vários modelos de ordenação constitucional e diferentes vias para o novo processo de acumulação, o fato é que o governo se decompõe.
2. O fracasso visível do Plano Bresser, em conflito com setores decisivos do empresariado, como foi o caso do embate com a Autolatina; o agravamento da crise internacional, provocado pelo crash financeiro, que precipitou a suspensão da moratória e o retorno ao FMI, com todas as consequências conhecidas que daí decorrem; a escalada inflacionária; a desmoralização da reforma ministerial, que estreitou a base de apoio do presidente junto ao bloco de governadores e aos dois partidos da Aliança Democrática, o PMDB e o PFL; a aprovação de algumas conquistas sociais na Comissão de Sistematização do Congresso Constituinte, que assustaram o empresariado e concorreram para sua mobilização, a fim de eliminá-las nas votações do plenário; enfim, um conjunto de fatores dessa ordem levou a burguesia a descartar o presidente, abrindo campo para que a emenda dos quatro anos fosse finalmente aprovada.

3. Não se pode afirmar com segurança que, definido o mandato de quatro anos, tenha-se resolvido para as classes dominantes o descompasso entre seu projeto de transição e sua representação no governo. Os principais fiadores da transição conservadora, os militares, encaram com receio a realização de eleições em 1988 e, sobretudo, uma eventual vitória de um candidato opositor. É pouco provável, entretanto, que eles tentem substituir sua posição de tutela/pressão, no atual governo, por uma intervenção direta duradoura, tal como sucedeu em 1964. De qualquer modo, eles estão à frente das propostas de um mandato de cinco anos para Sarney, com o respaldo do parlamentarismo e um programa de emergência econômico-financeiro capaz de conter a desmoralização crescente do governo do PMDB/PFL. Em suma, eles querem evitar a transformação de uma grave crise de governo numa crise de regime de consequências imprevisíveis.
4. É bom lembrar, entretanto, que interessa a vários setores do PMDB obter manter maiores parcelas do poder: a nomeação de um primeiro-ministro, em março de 1988, não só permite atingir esse objetivo, como também dá curso ao fisiologismo e valoriza o voto dos constituintes, a quem cabe, no caso de duas rejeições do indicado pelo presidente da República, nomear o primeiro-ministro. Mas há os que temem, apesar disso, disputar eleições em 1988, devido ao desgaste do PMDB e de vários de seus governos estaduais, e preferem, portanto, implantar o Parlamentarismo desde já, mantendo Sarney como fantoche, e ganhar tempo até 1989, enquanto tentariam assegurar uma larga maioria nas eleições municipais de 1988. Uma posição intermediária, também existente entre os partidos do governo, é de implantar o Parlamentarismo em março de 1988, com um primeiro-ministro comprometido com um programa de emergência contra a crise econômica, montar eleições para novembro de 1988 e submeter a um plebiscito a decisão sobre a forma de regime – quando, então, é muito provável que o presidencialismo seimporia.
5. Do ponto de vista do PT, a redução do mandato de Sarney, com a realização de eleições diretas em 1988, significa a possibilidade de aglutinar, em torno de um Programa de governo, com candidato próprio (o Lula), os trabalhadores, os setores populares e parcelas do pequeno empresariado urbano e rural, em contradição com a política econômica do governo e os interesses do grande capital, para acabar com a transição conservadora.

Trata-se, para nós, de retomar a mobilização, acumular forças e, ao nos apresentarmos como uma alternativa socialista e revolucionária, apontar para os trabalhadores o horizonte de um novo sistema econômico, político e social: o socialismo.

6. No plano econômico, a interrupção da moratória e a retomada das negociações com o FMI, justamente num momento em que o sistema capitalista internacional atravessa uma crise de grandes proporções, indicam que deverá prosseguir a política econômica de arrocho salarial e de recessão, apertando ainda mais o torniquete sobre as condições de vida dos trabalhadores. Não está afastada a possibilidade de reedição do congelamento, cujas consequências, para os trabalhadores, se materializaram numa perda real de salários da ordem de 60%, até outubro de 1987, em relação a fevereiro de 1986.
7. Antipopular e submetida às exigências do pagamento da dívida externa, a política econômica em vigor acentua o processo de concentração de renda: hoje, 70% da população economicamente ativa detém apenas 12,9% da renda nacional; o piso salarial equivale a pouco mais de 50 dólares (o mais baixo de toda a América Latina) e apenas 7,5 milhões de trabalhadores – de um total de 50 milhões – ganham mais de cinco salários mínimos.
8. É bem verdade que, embora ferisse mais fundo o conjunto dos trabalhadores, a gestão do ex-ministro Bresser Pereira atritou-se até mesmo com setores oligopolizados, como a indústria automobilística, e de marcante presença do capital estrangeiro, como a indústria farmacêutica. Além disso, a política de reserva de mercado tem levado os Estados Unidos a ameaçarem com retaliações as exportações brasileiras. Ainda que de pouca monta, relativamente, elas prenunciam o comportamento dos americanos e da economia capitalista diante do Brasil; elevação das taxas de juros (o que aumenta o valor da dívida e dos compromissos aí embutidos); restrições protecionistas a exportações; redução das possibilidades de exportação de mercadorias brasileiras, ou pela via do estreitamento do mercado ou pela perda de competição diante do dólar, com encarecimento das importações.
9. Diante desse quadro, a linha dominante no governo tende a ser a [ampliação] dos vínculos com as grandes potências capitalistas, reforçando a internacionalização da economia brasileira e aprofundando a dependên-

- cia da economia do país ao capital estrangeiro e a subordinação científica e tecnológica aos centros-matrizes das empresas multinacionais.
10. Se é essa a tendência, parece pouco provável que o governo venha a contemplar, na sua plenitude, as reivindicações por mais crédito, preços livres e tributação preferencial que, entre outras, mobilizam setores médios na cidade e no campo. De outra parte, o discurso privatista, antirregulador e liberal de setores do grande empresariado, provavelmente, continuará ecoando e se disseminando do ponto de vista da ideologia da livre iniciativa, mas com poucas possibilidades de viabilização numa conjuntura como esta. A menos que, num período mais longo, setores da burguesia consigam impor sua hegemonia nessa direção e se apossam de forma mais direta do aparelho de Estado.
 11. Parece claro que uma saída para a crise econômica, identificada com os interesses da grande burguesia monopolista, continuará encontrando resistências em nível social e político, da parte da classe trabalhadora e dos setores médios (micro, pequenos e médios empresários, produtores rurais e urbanos), aflorando contradições entre estas classes e setores contra a grande burguesia.
 12. Inegavelmente – embora ainda não haja uma política detalhada do PT a esse respeito – tem crescido a influência do Partido junto aos setores médios, mais, talvez, pelo profundo insucesso do governo e menos por nossa ação direta. É preciso, então, definida uma correta política de alianças, atrair esses setores, numa tática centrada na mobilização popular, para engrossar a luta dos trabalhadores contra a transição conservadora e pela instalação de um governo democrático e popular.
 13. Uma tática particular, que seja capaz de atrair micro e pequenos empresários urbanos e rurais para o polo dos trabalhadores, deve compreender uma plataforma (incorporando suas principais reivindicações), um plano de ação, que defina linhas práticas e as compatibilize com o plano de luta dos trabalhadores, e uma política de intervenção do PT, que oriente o Partido sobre quando, como e onde agir para implementar essa tática. Sem isso, deixaremos aberto o campo para a ação da UDR [União Democrática Ruralista] – que cresceu e ganhou dimensão nacional e, hoje, busca ganhar o conjunto dos produtores rurais, estendendo sua influência até mesmo à burguesia e setores médios urbanos – e para o Partido Liberal (PL), que avança das grandes cidades para o interior e dos setores burgueses

urbanos rumo aos setores médios rurais; para lideranças isoladas, como Guilherme Afif Domingos, coqueluche de pequenos e microempresários urbanos no Brasil todo; e até mesmo para lideranças militares saídas do ostracismo, como o general Figueiredo, que funciona como ponta de lança para a extrema direita e para os saudosistas de regimes fortes, sempre muito numerosos nesses setores, sobretudo nos períodos de crise.

14. Cabe ressaltar ainda que, se a burguesia se debate em contradições quanto ao sistema de governo e as vias para safar-se da crise, o mesmo não ocorre, com igual profundidade, no comportamento para remover, na Constituinte, algumas conquistas limitadas alcançadas no plano social e econômico durante as votações da Comissão de Sistematização. Assim é que somente com significativas mobilizações da população e uma constante pressão sobre os deputados e senadores se tornará possível assegurar direitos como o da estabilidade no emprego, da redução de jornada de trabalho e da aposentadoria pelo último salário – para não falar da reforma agrária, remetida para uma futura e duvidosa definição pela lei ordinária.
15. Neste momento, em que a direita, abrigada no Centrão e nos vários *lobbies* empresariais, como a UDR e a UPE, manobra para aprovar uma Constituição retrógrada e conservadora, cabe ao PT, simultaneamente com a campanha para a Presidência, convocar as forças progressistas, democráticas e socialistas, para assegurar as conquistas dos trabalhadores na Constituinte. Não podemos, contudo, alimentar ilusões. Caso a mobilização popular, os comícios, as greves e todas as formas de pressão sobre a Constituinte e o governo não forem capazes de fazer prevalecer as reivindicações da maioria da população, o PT deverá discutir a postura dos nossos deputados: esgotados todos os recursos de luta, seria o caso de não assinar a Constituição a ser promulgada.
16. Não se pode ignorar, porém, que a situação também é complexa no campo popular e dos partidos que se opõem à Nova República e ao governo Sarney. À exceção do PT – que sustenta uma política de oposição ao governo Sarney e à Nova República, de mobilização social – o PCB, o PCdoB, o PSB, o PDT e setores do PMDB estão divididos quanto à oposição, à transição conservadora, ao governo Sarney, a governos estaduais e mesmo diante do PMDB e de sua política. Basta lembrar que o PCB

apoia a transição e o governo, enquanto o PSB e o PDT se fazem oposição a Sarney, em alguns estados, [como] em São Paulo, são caudatários do PMDB e do quercismo.

17. Além do mais, as lutas sindicais, populares e a mobilização social vêm enfrentando problemas nesse período de recessão, desemprego e de grande confusão e frustração política da população, o que tem sido explorado pela direita em sucessivas campanhas nos meios de comunicação. O insucesso da greve do dia 20 de agosto – na qual cabe responsabilidades dos militantes petistas, da direção do Partido e da CUT – veio agravar um quadro geral em que não tivemos força para impor uma ofensiva política e de mobilização contra o governo Sarney e a Nova República.
18. Se a desorientação e o desânimo contaminam largas parcelas da população, que passaram a descreer das lutas sociais e políticas como instrumentos para a construção de uma vida melhor, também é verdade que se multiplicam as lutas reivindicatórias e salariais, que se manifestam, por exemplo, nas greves dos portuários, funcionários da Previdência, bancários, metalúrgicos, canavieiros, nas ocupações de terra na cidade e no campo e na insatisfação política e econômica dos setores médios e dos pequenos produtores. Contra a desmobilização e o desânimo, o PT deve apoiar e participar de todas as lutas dos trabalhadores, pois, a despeito de correlação desfavorável, os trabalhadores não dispõem de nenhuma outra forma para alcançar transformações econômicas e sociais, a não ser a luta organizada, tanto sindical quanto política e ideológica.
19. Em que pese a ação dos nossos deputados, e passando por cima das emendas populares e de várias entidades democráticas, a tendência que se esboça na Constituinte é a de afirmar um modelo político-institucional em que o monopólio do poder esteja assegurado por um sistema eleitoral e partidário elitista, manutenção da legislação e dos aparelhos repressivos e, sobretudo, pelo papel tutelar das Forças Armadas. É verdade que se preveem eleições, prerrogativas mais amplas para o Congresso, organização partidária menos controlada e alternância, no governo, dos diferentes partidos. Abrem-se, portanto, maiores possibilidades de nosso acesso ao Congresso e mesmo a alguns governos. Ganham, assim, maior importância a luta política, o combate ideológico e a mobilização social. A burguesia procurará manter os trabalhadores sob sua direção, através,

principalmente, do PMDB (e de seus aliados), apelando para a repressão de maneira seletiva (como já ocorreu durante manifestações de protesto contra visitas de Sarney ao Rio e ao Pará) ou por meio da propaganda e da pressão psicológica, quando a mobilização social colocar em risco a estabilidade do regime.

20. Na ordem econômica e social, a tendência é a manutenção dos privilégios da grande propriedade territorial, do capital estrangeiro e dos bancos, ou seja, da economia dos monopólios. Daí a luta contra a reforma agrária, contra a reserva de mercado e a estabilidade. Daí a defesa ideológica da economia de mercado, da privatização e da manutenção do monopólio da informação para os grandes grupos empresariais. A atual política econômica, cada vez mais mutável e instável, continua a orientar-se pelos ditames do FMI e pelos interesses do grande capital, aprofundando a internacionalização da economia brasileira. As recentes medidas fiscais e a orientação recessionista visam, em última instância, liberar recursos para investimentos em áreas estratégicas para as classes dominantes. Como as possibilidades de inversão do Estado vêm se limitando, tudo faz crer que haverá novas concessões no plano externo (do pagamento da dívida e nas relações com as multinacionais) para atrair investimentos estrangeiros.
21. Coerente com sua postura de oposição à Nova República e de combate à ação do imperialismo, o PT defende a ruptura com o FMI e se pronuncia contra o pagamento da dívida externa. Ao mesmo tempo, deve apresentar e defender, se possível junto com outras forças políticas – fundamentalmente com o movimento sindical e popular mobilizados –, um conjunto de medidas de emergência contra a carestia, a inflação, o desemprego, a fome e a recessão.
22. A situação de crise de governo, de recessão e de ameaça às bandeiras populares na Constituinte impõe uma série de tarefas ao PT, que – embora reconheça não estarem colocadas na ordem do dia para a classe trabalhadora, nem a luta pela tomada do poder, nem a luta direta pelo socialismo – combate por uma alternativa democrática e popular. Trata-se, portanto, de uma conjuntura de acumulação de forças na qual a política do Partido terá de dar conta de três atividades centrais:
 - a) a consolidação das diretas em 1988, com eleições gerais e presidencialismo, e a ocupação de espaços institucionais nas eleições, para as quais devemos lançar o maior número possível de candidatos. A can-

didatura do companheiro Lula à Presidência da República, ao mesmo tempo que encarna a posição de independência de classe defendida pelo Partido, dará aos trabalhadores maior consciência e organicidade política nesta fase de acúmulo de forças. A candidatura Lula, que cresce nas pesquisas de opinião antes mesmo de as diretas estarem asseguradas, estará apoiada num programa que será mais que um simples rol de exigências e medidas isoladas: deverá sintetizar um novo discurso político e servir de instrumento de politização, de disputa ampla com outros setores e de atuação junto ao povo. O programa não se resume a um conjunto de reformas democráticas e populares pelas quais lutamos: envolve também uma crítica e uma disputa a partir de uma visão anticapitalista e socialista, em relação à ordem vigente e aos valores políticos e ideológicos dominantes na sociedade. Além do que, a candidatura Lula e nosso programa, de acordo com as exigências da tática eleitoral e as realidades locais, ajudarão a puxar as campanhas municipais em todo o país;

- b) a organização do PT, como força política socialista, independente e de massas;
- c) a construção da CUT, por meio de um movimento sindical classista, de massas e combativo, e a organização do movimento popular independente.

23. Nessa conjuntura, o Partido precisa apresentar-se como real para o povo. Isso significa a alternativa à política econômica do governo e aos projetos de rearranjo institucional do Regime. O PT deve, então, apresentar um programa a todas as forças políticas e sociais que queiram dar um basta ao governo Sarney e seus apoiadores, à transição conservadora e à Nova República. No que se refere ao rearranjo institucional do regime, o PT terá de intervir de maneira consistente, expressando as posições políticas de interesse dos trabalhadores, ao longo de todo o complexo processo de reordenação jurídica que se seguirá à promulgação da nova Constituição do país, e que envolverá a elaboração das futuras Constituições Estaduais e Leis Orgânicas Municipais e de toda a legislação complementar e ordinária de âmbito federal, estadual e municipal.

24. A realização de eleições diretas gerais em 1988, qualificadas por um programa democrático e popular de mudanças e reformas econômico-sociais com garantia de liberdades políticas e sindical, para a construção de um amplo movimento sindical e socialista de trabalhadores, é nossa resposta

aos problemas sociais no momento atual da luta de classes. A crise da transição conservadora é a crise específica de uma certa forma de dominação burguesa, e não a crise geral do Estado ou do regime, uma crise de tipo revolucionário. O que está em questão é a possibilidade de conquista de um governo democrático e popular, com tarefas eminentemente antimonopolistas, anti-imperialistas, antilatifundiárias, de democratização radical do espaço e da sociedade – tarefas estas que se articulam com a negação da ordem capitalista e com a construção do socialismo.

25. O programa democrático-popular abrange, resumidamente, os seguintes pontos básicos:
- | Diretas Já para presidente da República, acompanhadas de eleições gerais em todos os níveis;
 - | Revogação da Lei de Segurança Nacional, da Lei de Greve e da Lei de Imprensa;
 - | Fim de qualquer forma de censura;
 - | Revogação das salvaguardas, do estado de emergência, do estado de sítio, das medidas de emergência e supressão, no atual projeto de Constituição, do estado de defesa;
 - | Eliminação, na Constituição, do conceito de segurança nacional; caracterização do papel constitucional das Forças Armadas como exclusivamente de defesa contra eventual agressão de inimigo externo; desativação do SNI e do aparelho repressivo; desmilitarização das polícias militares e extinção dos tribunais especiais para o julgamento de crimes cometidos ao país¹; fim da atribuição da repressão política à Polícia Federal; fim de competência dos tribunais militares para julgamentos civis;
 - | Reforma administrativa, saneando os serviços públicos, aumentando sua eficiência através de concurso público e de um plano de carreira e escala de vencimentos;
 - | Liberdade de associação, organização, manifestação de opinião, organização partidária e autonomia sindical com direito de greve;
 - | Pelo rompimento com o FMI; pela realização de auditoria interna e contra o pagamento da dívida externa;
 - | Sistema eleitoral proporcional, que garanta igualdade na proporção dos eleitos por Estado; controle do poder econômico; igualdade de acesso aos meios de comunicação;

1. Texto conforme publicado originalmente. O grifo é desta edição.

- | Controle das remessas de lucros ao Exterior;
- | Desvalorização da dívida interna, criando assim uma nova fonte de investimentos em áreas sociais;
- | Reforma tributária como instrumento para aumentar a arrecadação de impostos e distribuir a renda, gravando o capital, a grande propriedade territorial, as heranças e as doações;
- | Exclusividade do Fundo Nacional de Desenvolvimento e dos fundos sociais para investimentos nas áreas sociais, com proibição de repasse desses recursos para empreendimentos privados;
- | Direito ao ensino público e gratuito em todos os níveis para todos, com a proibição de o Estado destinar verbas para escolas privadas;
- | Criação de um sistema único de saúde estatal, público, gratuito, de boa qualidade, com participação, em nível de decisão, da população, por meio de suas entidades representativas; estatização da indústria farmacêutica;
- | Estatização dos serviços de transportes coletivos;
- | Estatização da indústria do cimento, para viabilizar um vasto programa de construção de habitações populares;
- | Estatização do sistema financeiro, garantindo crédito ao pequeno e médio produtor agrícola e industrial;
- | Reforma agrária sob controle dos trabalhadores, com fixação de módulo máximo da propriedade rural regional e definição de planos agrícolas com a participação dos trabalhadores;
- | Reforma urbana que assegure o direito de todos à moradia, com desapropriação de terras ociosas a baixo custo e pagamento a longo prazo, além de financiamento da casa própria à população, sem juros e compatível com a renda familiar;
- | Prioridade na destinação de recursos dos fundos sociais para o Nordeste, combate à indústria da seca e aos privilégios concedidos aos grandes proprietários e aplicação de investimentos capazes de gerar emprego na área;
- | Devolução das prerrogativas do Legislativo, restituindo-lhe o direito de legislar sobre matéria econômica, financeira e orçamentária, e de criar despesas; direito de iniciativa popular para legislar e garantia de consultas e referendos populares;
- | Congelamento dos preços dos gêneros de primeira necessidade sob controle popular e estabelecimento de critérios sociais para tarifas, taxas e serviços públicos;

- | Direito aos trabalhadores de se organizarem em comissões de empresas e acesso dos trabalhadores às informações econômicas e contábeis das empresas;
- | Política de elevação dos salários, buscando rapidamente repor as perdas salariais e devolver o poder de compra de acordo com os índices calculados pelo Dieese;
- | Definição de políticas urbanas claras, visando a melhoria da qualidade de vida da população e criando instrumentos de democratização do exercício do poder municipal;
- | Reajuste mensal automático de salários e remunerações, pensões e proventos dos aposentados de acordo com os cálculos do Dieese;
- | Aposentadoria aos 30 anos de serviço para homens e aos 25 anos para mulheres, sem limite mínimo de idade e sem prejuízo para as aposentadorias especiais conquistadas por algumas categorias de trabalhadores;
- | Jornada semanal máxima de 40 horas, sem redução de salários;
- | Estabilidade no emprego;
- | Contra o programa nuclear paralelo e todas as iniciativas que resultam em deterioração do meio ambiente e da ecologia.

OBJETIVO ESTRATÉGICO DO PT: SOCIALISMO

26. A conquista do socialismo e a construção de uma sociedade socialista no Brasil são os principais objetivos estratégicos do PT. Isso parece ser consenso, tanto em vista das resoluções aprovadas nas convenções nacionais, quanto da crescente pressão da militância para que definamos o tipo de socialismo que queremos e estabeleçamos as relações correspondentes entre nossa luta do dia a dia e a luta mais geral pelo socialismo.
27. Na luta pelo socialismo, é preciso distinguir dois momentos estratégicos que, apesar de sua estreita relação de continuidade, são de natureza diferente. O primeiro diz respeito à tomada do poder político. O segundo refere-se à construção da sociedade socialista sobre as condições materiais, políticas etc. deixadas pelo capitalismo.

A CONQUISTA DO SOCIALISMO

28. Para extinguir o capitalismo e iniciar a construção da sociedade socialista, é necessário, em primeiro lugar, realizar uma mudança política radical; os tra-

ballhadores precisam transformar-se em classe hegemônica e dominante no poder de Estado, acabando com o domínio político exercido pela burguesia. Não há qualquer exemplo histórico de uma classe que tenha transformado a sociedade sem colocar o poder político – Estado – a seu serviço.

29. Evidentemente, a construção da sociedade socialista não é algo totalmente novo e diferente em relação às formas de luta e de organização dos trabalhadores no seu dia a dia atual. Quando falamos que o socialismo e o poder se constroem na luta cotidiana, estamos nos referindo ao fato de que muitas das formas econômicas, sociais e políticas da construção socialista surgirão, sem dúvida, da experiência da luta de classe contra o capitalismo. Muitas dessas formas que hoje não conseguem desenvolver-se em virtude da opressão capitalista, como as pequenas cooperativas, as compras comunitárias, as comunidades locais, os conselhos populares etc., provavelmente encontrarão um campo fértil para crescer nas novas condições socialistas. Mas as formas de organização fundamentais que surgem na luta cotidiana no interior da sociedade burguesa e que têm maior importância para a luta socialista são as que nascem da auto-organização dos trabalhadores, as formas de luta pelo controle operário nas fábricas (a partir da generalização das comissões de fábrica e empresa) e de controle popular nos bairros.
30. Essas formas embrionárias de poder proletário são escolas de auto-organização e participação política dos trabalhadores, que apontam no sentido da construção de um socialismo efetivamente democrático, em que o poder seja exercido pelos próprios trabalhadores e não em seu nome.
31. Entretanto, essas experiências, em si, não resolvem a contradição do socialismo com o capitalismo. Mesmo porque, quanto mais amplas elas se tornam, maior é a resistência da burguesia dominante à sua existência. Repressão e concessões, em geral, se combinam para a burguesia continuar mantendo sob sua influência ideológica e política as grandes massas de trabalhadores e evitar o desenvolvimento das experiências populares e as mudanças. Para resolver as contradições sociais e políticas do sistema capitalista é fundamental que todas essas experiências de luta e de organização operárias, populares e democráticas sirvam como eixo de preparação e organização das classes trabalhadoras para a conquista do poder e a construção da nova sociedade.

32. Por isso, no enfrentamento cotidiano contra as táticas repressivas e/ou de concessões da burguesia, os trabalhadores terão que empregar táticas que retirem as massas da influência da burguesia e as levem a conquistar o poder. Nesse sentido, é preciso distinguir as atividades que partem da situação existente em cada momento e procuram fazer com que os trabalhadores tomem consciência da necessidade de conquista do poder das atividades que se destinam à conquista imediata do próprio poder.
33. Muitos companheiros não fazem essa distinção, não compreendem o processo de mediação que deve existir entre o momento atual, por exemplo, em que as grandes massas da população ainda não se convenceram de que é preciso acabar com o domínio político da burguesia, e o momento em que a situação se inverte e se torna possível colocar na ordem do dia a conquista imediata do poder. Dessa forma, seu discurso, pretensamente revolucionário, não é entendido pela população e pelos trabalhadores e, em vez de contribuir para a organização e a luta no sentido da conquista do poder e da construção socialista, a desorganizam e a transformam na luta de pequenos grupos conscientes e vanguardistas.
34. Por outro lado, companheiros que consideram inevitável a adoção de uma via revolucionária para a conquista do poder contrapõem essa escolha à tática dos movimentos sociais que lutam por reformas. Reforma e revolução são consideradas por eles como termos e práticas antagônicas. Entretanto, nenhum país que tenha feito revolução deixou de combinar essas lutas, dando maior ênfase a uma ou outra de acordo com a situação política concreta. A luta por reformas só se torna um erro quando ela acaba em si mesma. No entanto, quando ela serve para a educação das massas, através da própria experiência de luta, quando ela serve para demonstrar às grandes massas do povo que a consolidação, mesmo das reformas conquistadas, só é possível quando os trabalhadores estabelecem seu próprio poder, então ela serve à luta pelas transformações sociais e deve ser combinada com esta.
35. Nesse sentido, para definir uma estratégia de luta pelo socialismo, não basta definir a via principal de luta, nem as táticas para a conquista do poder. É preciso, em especial, ter clareza sobre o inimigo ou inimigos principais contra quem nossa luta se dirige, as alianças de classes (estratégicas) para derrotar tais inimigos e o programa de transformações a ser implantado (que serve de base à mobilização popular e às alianças).

36. Esclarecer tais problemas, na realidade, não é algo que possa ser decidido arbitrariamente. Depende do conhecimento da estrutura social brasileira, das contradições que existem nessa estrutura e do grau que tais contradições alcançaram como resultado de todo um processo histórico de lutas. Isso inclui o conhecimento do papel e da força do Estado burguês e do grau de desenvolvimento da cultura política dos trabalhadores e, em particular, o conhecimento das tendências do movimento de cada um desses aspectos e de sua resultante.
37. Existe um certo consenso, entre os militantes e filiados do PT, de que a burguesia é a inimiga principal das mudanças sociais e dos trabalhadores. É uma certeza intuitiva, que resulta da experiência concreta de enfrentamento com a burguesia. O problema, porém, não é esse. O problema reside no fato de que, por uma insuficiente análise das classes existentes na sociedade brasileira, muitos companheiros colocam no campo da burguesia parcelas significativas de pequenos e microempresários urbanos e rurais e mesmo as camadas assalariadas que não trabalham diretamente na produção fabril ou agrícola. Com isso, não levam em conta que tais camadas possuem profundas contradições com o capital e, por isso, podem se incorporar à luta por transformações sociais no sentido socialista.
38. Por outro lado, ao tomar a classe burguesa como inimiga principal, estratégica, muitos militantes são levados a se oporem a que se aproveitem as contradições momentâneas entre os diversos setores da burguesia. Colocam-se contra qualquer aliança política, tática ou pontual, com alguns desses setores. Mas o que importa aqui é que tais posturas são reflexos também de um conhecimento insuficiente ou mesmo de um desconhecimento das contradições internas que movem as classes em sua luta, e que muitas vezes podem colocar em oposição diferentes setores da própria burguesia. Esse conhecimento insuficiente é uma das razões principais que explicam por que o PT, como um todo, ainda não avançou suficientemente nas definições estratégicas.
39. Para que o processo de definições estratégicas do PT conte com a participação democrática dos militantes e filiados, é imprescindível que o Partido organize o estudo e o debate sobre as classes e as contradições de classes da sociedade brasileira; o papel da pequena burguesia urbana e rural; a definição dos pontos programáticos que garantam a atração dos setores sociais que têm contradições com a burguesia; a via principal de

transformação social e as táticas a serem empregadas para realizá-la; e a relação entre a estratégia do Partido e as diversas táticas para implementá-la. Esses são problemas colocados pelo atual avanço da luta de classes no Brasil, que devem ser tratados adequadamente. Tratá-los não é uma tarefa de alguns intelectuais e dirigentes, ou mesmo de uma corrente política dentro do Partido. Essa é uma tarefa que deve envolver o conjunto da militância petista.

A CONSTRUÇÃO DO SOCIALISMO

40. O desenvolvimento desigual e desequilibrado do capitalismo no Brasil coloca diante dos trabalhadores uma série de questões relacionadas com a construção socialista após a conquista do poder. Questões que aparecem, desde já, em função das propostas programáticas do PT e das alianças estratégicas que devem ser realizadas para obter a hegemonia contra a burguesia. Evidentemente, o desenvolvimento intenso do capitalismo nos últimos 30 anos colocou bases firmes para o estabelecimento de um sólido setor socialista na economia. Nas grandes cooperativas agroindustriais capitalistas, grandes empresas comerciais e de serviços e bancos, a socialização com a apropriação privada dos resultados da produção permite sua transformação imediata em empresas socialistas, estatais ou coletivas.
41. Por outro lado, subsiste no Brasil um vasto setor que, embora seja em ampla medida subordinado ao grande capital, procura desenvolver-se com absorção de mão de obra e com atendimento a uma série enorme de bens de serviços considerados secundários e de baixa rentabilidade. Constituído por milhões de pequenas empresas, pequenos negócios, serviços e autônomos, desempenha um papel econômico de grande importância no atual sistema capitalista brasileiro, o que obriga a um processo permanente de destruição e recriação desse setor – papel que deve continuar desempenhando mesmo depois de iniciarmos a construção socialista no Brasil. Desse modo, um dos aspectos-chave do processo de construção socialista, mesmo tendo como a parte essencial da economia o seu setor socialista, estatal ou coletivo, consiste em conhecer a capacidade do Estado em atender às reais necessidades sociais e adaptar uma política econômica que complemente, de forma integral, aquela capacidade para isso. O único caminho, até hoje, consiste em permitir que a pequena economia mercantil ainda se desenvolva em

uma certa escala, e que seu próprio desenvolvimento natural e contraditório conduza à concentração e centralização econômica e sua transformação socialista por meios administrativos.

42. A pequena produção serve para que a sociedade desenvolva suas forças produtivas, contribua para que não haja escassez de bens e serviços e permita incorporar ao trabalho o conjunto da população economicamente ativa, sem prejudicar a eficiência das empresas socialistas nem a constante redução da jornada de trabalho. Essa política de desenvolvimento da capacidade produtiva da sociedade, utilizando todas as forças econômicas, é a base da aliança dos trabalhadores assalariados com a pequena burguesia urbana e rural. Essa aliança é, pois, uma questão estratégica, referente tanto à destruição do capitalismo quanto à construção do socialismo.
43. Evidentemente, essa é uma contradição própria do desenvolvimento das classes no Brasil, do mesmo modo que é impossível, dadas as atuais condições, que o socialismo possa extinguir todas as classes de imediato. O processo de construção socialista para alcançar a almejada sociedade igualitária, sem classes, sem opressão e dominação, vai enfrentar, durante certo tempo, a exigência de diferentes desigualdades, como herança do capitalismo. E vai obrigar a agir, não no sentido de extinguir administrativamente as desigualdades, mas de evitar que elas se polarizem e se tornem antagônicas em relação ao socialismo. Tais contradições no terreno econômico e social da construção socialista geram diferentes contradições no terreno da política. Isso nos remete, basicamente, para a relação do socialismo com a democracia.

SOCIALISMO E DEMOCRACIA

44. A permanência de diferentes classes e camadas sociais no processo de construção socialista, por um tempo difícil de prever de antemão, coloca para nós a necessidade de reconhecer a existência de diferentes expressões políticas na sociedade socialista. É fundamental compreender que, mesmo que não se concretizem ingerências externas à coexistência de diferentes partidos e associações políticas, assim como de diferentes propostas para a construção socialista, torna extremamente aguçada a disputa política, disputa que pode polarizar-se e ter consequências graves, se não forem tratadas como merecem, ou seja, disputas

que, na sua maior parte, estão dentro de um mesmo campo socialista, e não disputas entre inimigos.

45. O fato de que na Nicarágua, a partir do programa da Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN), apesar do cerco imperialista e da oposição militar dos contras, existia liberdade sindical, de organização partidária, de comissões de empresa, das milícias, dos comitês populares e que, inclusive, foram realizadas eleições democráticas, indica a atualidade da relação entre a luta pelo socialismo e a democracia. Longe de a democracia ser uma concessão, ela é parte componente de uma revolução viva e fator de combate contra a burocratização.
46. A ausência de democracia, do direito à livre organização dos trabalhadores, é contraditória com o socialismo pelo qual lutamos. Ainda mais quando sabemos, a partir de várias experiências históricas, que essa ausência foi alçada quase que a um princípio permanente, cujas consequências podem ser vistas, hoje, num certo impasse que vivem vários países que fizeram a revolução e que está na base, por exemplo, da luta dos trabalhadores poloneses em torno do Solidariedade, que o PT tem apoiado. Solidário com as lutas dos povos por sua libertação, o PT defende o rompimento de relação com o regime racista da África do Sul e com a ditadura do general Pinochet, do Chile.
47. Além disso, é preciso levar em conta que a sociedade brasileira já foi capaz de desenvolver razoavelmente algumas organizações da sociedade civil, que jogam determinado peso na determinação das políticas do Estado. E de que o Estado brasileiro, embora tenha se reforçado muito, contando com modernos aparelhos coercitivos (Forças Armadas, Serviços de Informação etc.) e de concessões e participação (Legislativos, assistência social, centros comunitários etc.) não tem condições de se fechar completamente à participação das classes subalternas em seu interior. Ao contrário, a própria magnitude do Estado moderno brasileiro só é viável se a burguesia for buscar, na massa das outras classes, os funcionários do Estado. E se, para conseguir consenso e legitimidade para esse mesmo Estado, for obrigada a abrir, pelo menos formalmente, o Estado à disputa das diversas classes.
48. Na sociedade civil ocorre algo idêntico. A burguesia construiu organizações sólidas (Fiesp, CNA, CNI etc.), que atuam tanto para manter a hegemonia de sua classe sobre as outras quanto para manter o domínio

do aparelho do Estado. Em contraposição a isso, tanto os assalariados quanto as camadas médias da população também criaram organizações de sociedade civil que participam daquela disputa pela hegemonia e pelo poder. Em grande medida, o movimento contraditório dessas diversas organizações da sociedade civil (e também dentro delas) em relação ao Estado e a disputa no interior do próprio Estado causa os avanços e recuos da democracia, sua ampliação e retração.

49. O PT rejeita a concepção burocrática do socialismo, a visão do partido único, por considerar incorreta a ideia de que cada classe social é representada por um único partido, e que outros partidos existentes na sociedade que emergir de uma revolução serão necessariamente partidos que representarão interesses de classes diferentes dos da classe trabalhadora.
50. Seria ingenuidade supor que, conquistado o poder pelos trabalhadores, essa situação estaria resolvida. Embora a liquidação da burguesia, como classe, compreenda também a liquidação de suas organizações civis e de seu Estado, grande parte das organizações da sociedade civil hoje existentes continuarão presentes na nova sociedade e não podem (nem devem) ser abolidas por decreto. Isso significa que no processo de construção do socialismo deverão existir não só diversos partidos e diversas organizações da sociedade civil, como também que as relações de organizações com o poder socialista serão não só de colaboração e participação, mas também de oposição.
51. Nessas condições, o Estado socialista terá de desenvolver esforços tanto para estabelecer uma legalidade nova, democraticamente construída e válida para todos, como manter e/ou criar mecanismos de participação e consulta popular nos mais diferentes níveis e nas relações entre tais níveis. A participação operária e popular na gestão das fábricas, das granjas e fazendas, dos bairros e conjuntos residenciais, das comunidades, vilas e distritos é de suma importância para o funcionamento de uma extensa democracia de base. Entretanto, talvez essa não seja a questão-chave da democracia no socialismo. Os problemas mais sérios vão aparecer nas relações entre os mecanismos democráticos de participação e consulta na base com os mecanismos de participação e consulta nos níveis intermediários e superiores do poder.
52. O projeto socialista pelo qual lutamos, de outro lado, deve incorporar as perspectivas colocadas pelos diferentes movimentos sociais que combatem

opressões específicas, como os das mulheres, dos negros, dos jovens e dos homossexuais, e suas expressões ideológicas, em particular o feminismo, indispensáveis para golpear importantes pilares da dominação exercida pela burguesia e engajar, em profundidade, a maioria da população brasileira num processo de transformação revolucionária. Deve, também, integrar movimentos de âmbitos culturais nacionais ou ambientais, que procuram responder às agressões que o capitalismo realiza contra a população e o meio ambiente, movimentos anticapitalistas e progressistas, que sensibilizam parcelas crescentes do povo. Deve, ainda, incorporar o questionamento de outros mecanismos vitais para a reprodução da dominação de classe. A incorporação dessas lutas no projeto político proletário, desde hoje, permite barrar o avanço da burguesia, que procura esvaziá-las do seu conteúdo crítico e questionador de instituições e valores da ordem burguesa.

53. Sem um tratamento correto dessas questões, no sentido de manter abertos os canais de participação das massas trabalhadoras no poder de Estado e a observância dos direitos individuais dos membros da sociedade e, ao mesmo tempo, garantir a existência do Estado socialista como instrumento fundamental para a construção socialista, será impossível transformar as liberdades políticas e a democracia formais, próprias do capitalismo, nas liberdades e na democracia real que deve ser própria do socialismo.

AS TÁTICAS DO PT

54. O capitalismo viveu no Brasil um período de acelerada expansão, nas últimas décadas. Desenvolveu um parque industrial moderno, expandiu a rede de serviços e criou as condições para que o capital financeiro e a economia mercantil penetrassem nas áreas rurais. Esse crescimento, contudo, deu-se por meio da ampliação da dependência do país em relação ao capitalismo internacional, bem como da superexploração do trabalho e da prevalência do capital monopolista nos segmentos econômicos mais importantes.

Além disso, acentuou algumas desigualdades históricas do país, tendo concentrado grande parte de seu parque industrial e o seu setor mais dinâmico nas regiões Sul e Centro-Sul. Nas demais regiões, a produção industrial se encontra relativamente dispersa em pequenas e médias em-

presas; a centralização da produção capitalista, aliás, não se realizou de maneira plena, nem mesmo nas regiões mais desenvolvidas, onde sobrevive um grande número de pequenas empresas voltadas para a produção de serviços e de bens industriais. Isto vale, igualmente, para o campo no qual o latifúndio capitalista e a agroindústria convivem com milhões de pequenos produtores rurais.

AS CLASSES SOCIAIS

55. Esse modelo de expansão produziu uma massa de assalariados heterogênea, integrada por um setor operário industrial e agrícola* relativamente numeroso e concentrado; por um extenso e numeroso setor ligado às áreas de serviços, comércio e sistema financeiro; por novos segmentos assalariados, empregados públicos e privados, alguns muito qualificados e com rendimentos consideráveis; bem como por um contingente de trabalhadores sujeitos ao desemprego e ao subemprego estruturais na cidade e no campo.
56. Paralelamente, a expansão capitalista no Brasil deu origem a um vasto setor de pequenos proprietários e produtores, que são, ao mesmo tempo, proprietários de meios de produção e trabalhadores. Normalmente designado pelos nomes de pequena burguesia ou de setores médios, este setor possui grande importância política e social, incluindo o pequeno produtor agrícola, o trabalhador autônomo, o pequeno proprietário, o profissional liberal qualificado etc.
57. Finalmente, a burguesia, grande beneficiária do crescimento econômico, fortaleceu-se nas últimas décadas. Isso se deu, em particular, com seu setor monopolista, vinculado à indústria de exportação e ao capital financeiro. Ao aumento de poder econômico e da consistência da burguesia como classe correspondeu o avanço de sua organização e a expansão de seus mecanismos de controle ideológico e político da sociedade.²
58. O Estado brasileiro também se modernizou e se fortaleceu, tanto como produtor de bens e serviços quanto como aparelho coercitivo/repressor.
59. Apesar da força que tem, a burguesia brasileira enfrenta conflitos internos que, em certos momentos, chegam a comprometer – ou, no mínimo,

2. Texto conforme publicado originalmente. O grifo é desta edição

atrasar sua unificação em torno de um projeto político de gestão do país. São disputas deste tipo que produzem, hoje, divergências entre os vários *lobbies* burgueses que agem sobre a Constituinte; ou iniciativas como o Pensamento Nacional das Bases Empresariais, uma ação de empresários à margem da Fiesp [Federação das Indústrias do Estado de São Paulo] e de outras entidades tradicionais do patronato. O maior problema da burguesia brasileira, contudo, decorre da própria história da formação do capitalismo no Brasil.

60. Ao contrário de outros países, entre nós o capitalismo tem-se desenvolvido respeitando o monopólio da propriedade da terra, recorrendo constantemente à força repressiva do Estado para mediar as relações entre o trabalho e o capital e integrando-se de modo subordinado ao mercado e ao sistema financeiro do imperialismo. A incapacidade do capitalismo brasileiro incorporar, ainda que minimamente, milhões de pessoas aos frutos do desenvolvimento limita a possibilidade da burguesia exercer a hegemonia política na sociedade, o que está na raiz das frequentes intervenções militares na vida do país.
61. Quanto aos trabalhadores do campo e da cidade, o aumento de sua força social e política foi notável nos últimos anos. Construiu-se a CUT, expandiu-se o sindicalismo rural e os trabalhadores passaram a jogar um peso decisivo na vida política nacional.

O PT E SEU PROGRAMA

62. Contudo, a organização dos trabalhadores não se estendeu à maior parte da classe. Nos setores em que é melhor organizado, o movimento dos trabalhadores ainda está dividido sindicalmente entre CUT e CGT. No nível partidário, uma parcela considerável desses setores continua sob a influência do PMDB, principal partido de sustentação da Nova República.
63. Se é verdade que a burguesia, por meio de seus partidos, enfrenta dificuldades para legitimar o projeto de dominação que é a Nova República, é também verdadeiro que no campo das classes trabalhadoras ainda não se construiu um projeto alternativo a essa dominação, apesar da existência do PT. Essa é a principal tarefa do PT no período histórico em que vivemos. Dizendo com todas as letras: a disputa da hegemonia na sociedade brasileira, com base num programa democrático-popular, capaz de unifi-

car politicamente os trabalhadores e conquistar a adesão dos setores médios das cidades e do campo. Tal programa deve sintetizar tanto a nossa oposição à Nova República e à transição conservadora quanto apontar o sentido da reorganização socialista de nossa sociedade.

64. Partido de caráter nacional, independente, com amplas bases sociais, principalmente entre os trabalhadores, o PT precisa realizar sua tarefa histórica, organizando e dirigindo sua base social e política na luta pela conquista do poder. Daí a necessidade de apresentar-se, urgentemente, como uma alternativa, tanto na luta sindical quanto na luta política. Só o crescimento sindical e popular e, principalmente, a mudança de qualidade da atuação política do PT pode criar essa alternativa.
65. A alternativa que o PT deve apresentar não pode se limitar a ser uma alternativa à Nova República. Ao contrário, trata-se de uma alternativa estratégica à dominação burguesa neste país, com o objetivo de realizar as transformações econômicas, sociais e políticas exigidas pelos trabalhadores e demais camadas sociais exploradas pelos monopólios.

UMA POLÍTICA DE ACÚMULO DE FORÇAS

66. A luta por uma alternativa democrática e popular exige uma política de acúmulo de forças, que parte do reconhecimento de que não estão colocadas na ordem do dia, para as mais amplas massas de trabalhadores, nem a luta pela tomada do poder, nem a luta direta pelo socialismo. Essa política de acúmulo de forças pressupõe que o PT realize três atividades centrais:
 - a) sua organização como força política socialista, independente e de massas;
 - b) a construção da CUT, por meio de um movimento sindical classista, de massas e combativo, e a organização do movimento popular independente;
 - c) a ocupação dos espaços institucionais nas eleições, como a eleição de deputados, vereadores e representantes nossos para os cargos executivos.
67. Embora a questão da tomada do poder não esteja colocada na ordem do dia, é fundamental que o PT não apenas se construa como um partido que tem por objetivo a construção do socialismo, mas que se apresenta para toda a sociedade como um partido socialista. Isso significa que uma das nossas tarefas fundamentais é a luta pela constituição do movimento dos trabalhadores como um movimento claramente socialista, de generaliza-

ção de uma consciência socialista entre os trabalhadores. Isso implica não apenas as tarefas de educação e formação política de massa, mas, principalmente, abordar as tarefas de conjuntura do ponto de vista da luta pelo socialismo, introduzindo, sempre, um componente de denúncia e crítica anticapitalista na atividade de massa do PT.

68. O PT deve apresentar-se como uma opção real de governo, com um plano econômico de emergência, capaz de tirar o Brasil da crise em que está afundando e de melhorar a situação dos trabalhadores e da maioria do povo, bem como com propostas de real democratização do país, que se expressarão na luta por uma Constituição progressista, nas lutas por autonomia e liberdade sindical, por Diretas Já etc.
69. O PT deve, igualmente, adotar táticas que permitam aumentar sua força eleitoral em 88. No atual quadro do país, considerando as expectativas que parte significativa da população deposita no PT como alternativa à Nova República e ao PMDB, o crescimento e as eventuais vitórias eleitorais do Partido são componentes importantes do processo de acumulação de forças.

A ALTERNATIVA DEMOCRÁTICA E POPULAR E O SOCIALISMO

70. A alternativa que apresentamos à Nova República e à dominação burguesa no país é democrática e popular, e está articulada com nossa luta pelo socialismo.
71. Um governo e um programa democráticos e populares – os dois componentes de nossa alternativa – são o reconhecimento de que só uma aliança de classes, dos trabalhadores assalariados com as camadas médias e com o campo, tem condições de se contrapor à dominação burguesa no Brasil.
72. É por isso que o PT rejeita a formulação de uma alternativa nacional e democrática, que o PCB defendeu durante décadas, e coloca claramente a questão do socialismo. Porque o uso do termo nacional, nessa formulação, indica a participação da burguesia nessa aliança de classes – burguesia que é uma classe que não tem nada a oferecer ao nosso povo.
73. As propostas que proclamam a necessidade e a possibilidade imediata de um governo dos trabalhadores evitam a discussão sobre qual a tática, qual a política para alcançar esse objetivo. Na prática, separam a luta reivindicatória da luta política, por não compreenderem a neces-

sidade da acumulação de forças. A retórica aparentemente esquerdista recobre a ausência de perspectivas políticas e uma concepção limitada, atrasada, das lutas reivindicatórias.

74. Na situação política caracterizada pela existência de um governo que execute um programa democrático, popular e anti-imperialista, caberá ao PT e aos seus aliados criarem as condições para as transformações socialistas.
75. Nas condições do Brasil, um governo capaz de realizar as tarefas democráticas e populares, de caráter anti-imperialista, antilatifundiário e anti-monopólio – tarefas não efetivadas pela burguesia – tem um duplo significado: em primeiro lugar, é um governo de forças sociais em choque com o capitalismo e a ordem burguesa, portanto, um governo hegemônico pelo proletariado, e que só poderá viabilizar-se com uma ruptura revolucionária; em segundo lugar, a realização das tarefas a que se propõe exige a adoção concomitante de medidas de caráter socialista em setores essenciais da economia e com o enfrentamento da resistência capitalista. Por essas condições, um governo dessa natureza não representa a formulação de uma nova teoria das etapas, imaginando uma etapa democrático-popular, e, o que é mais grave, criando ilusões, em amplos setores, na possibilidade de uma nova fase do capitalismo, uma fase democrática e popular.

A POLÍTICA DE ALIANÇAS DO PT

76. O PT surgiu marcando um rompimento com as tradições reformistas e/ou vanguardistas da esquerda brasileira. O princípio de identidade e independência de classe é o que o distingue dos partidos reformistas ligados a setores da classe trabalhadora. Ao vanguardismo, o PT contrapõe a política de organização aberta, democrática e de massas ligada à luta social. É esse espírito de independência de classe e de desilusão política com os partidos populistas – assim como os erros históricos do reformismo – que explica o receio do conjunto do PT em discutir uma política de alianças.
77. São muitas, no Brasil, as experiências de alianças dos trabalhadores assalariados com outras classes sociais. Na década de 1920, os trabalhadores organizaram o Bloco Operário-Camponês. Depois da Segunda Guerra Mundial, o PCB atrelou os trabalhadores a uma suposta burguesia nacional em conflito com o imperialismo, e essa frente descambou em colaboração de classes e não numa política de alianças. Na década de 1960,

- a Ação Popular propôs uma aliança operário-estudantil-camponesa, que tinha à frente o movimento estudantil e apresentava como plataforma um vago movimento contra a Ditadura e a solidariedade ao povo do Vietnã.
78. No entanto, no campo da luta dos trabalhadores, a esquerda brasileira, de maneira geral, sempre foi incapaz de estabelecer alianças – o que se refletiu na própria incapacidade de as diferentes correntes políticas de esquerda se unirem. O sectarismo, o fracionismo e a divisão, enquanto o Estado burguês se centralizava e a burguesia se unia, foram as marcas da esquerda brasileira.
79. Nas experiências das revoluções socialistas e de libertação nacional vitoriosas temos exemplos concretos de alianças, dentro e fora do campo dos trabalhadores. Os exemplos clássicos são a aliança operário-camponesa na Revolução Russa de 1917 e a união dos comunistas de Mao com os nacionalistas de Chiang Kai Shek, na guerra sino-japonesa.
80. Mais recentemente, a Nicarágua é um exemplo claro de uma política de alianças que leva à vitória da revolução. A FSLN [Frente Sandinista de Libertação Nacional] não só fez alianças durante o processo revolucionário, como as mantém diante das agressões do imperialismo e das necessidades concretas da reconstrução do país. A experiência histórica mostra que nenhum partido revolucionário chegou ao poder sozinho. Foram sempre necessárias alianças, ainda que parciais e por tempo determinado. Os programas desses partidos contemplam os reais interesses das classes e camadas às quais se propunha o estabelecimento de alianças.

ALIANÇAS COM PRINCÍPIOS

81. O PT tem enfrentado muitas dificuldades para discutir a questão das alianças, em parte pela experiência negativa da esquerda brasileira, em parte pelo sentimento de independência de classe, mas é preciso reconhecer que o sectarismo e a intolerância também têm impedido que essa discussão avance no Partido. Toda vez que se levanta a necessidade de discussão, ou se propõe concretamente uma aliança, impede-se a discussão com acusações de “reformista” ou “aliado da burguesia”, sempre brandindo o fantasma da transformação do PT num partido reformista.
82. Esse comportamento tem trazido prejuízos ao PT. O exemplo mais sério foi a falta de iniciativa do Partido, em São Paulo, que permitiu a ação

política proposta pelo MOMSP [Movimento de Oposição Metalúrgica de São Paulo] e, depois, assumida pela CUT, que levou à vitória de Luiz Antonio Medeiros, continuador da política pelega de Joaquinção. Não custa, sobre isso, lembrar que nas recentes eleições do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro, graças à aplicação de uma política correta de alianças, obtivemos importante vitória.

83. Na prática, a realidade nos impõe alianças, e de fato as fazemos, como em 1984, na campanha das Diretas, quando o PT, objetivamente, fez uma aliança com a oposição liberal burguesa e setores da pequena burguesia contra a Ditadura Militar. A sobrevivência do Colégio Eleitoral e a instauração da Nova República não indicam que erramos por termos feito aliança, mostram apenas que, ao lado da imensa maioria do povo, fomos derrotados pelas classes dominantes.
84. Outro exemplo de aliança foi a tática eleitoral formulada para as eleições de 1986, em que se previa a possibilidade de coligações, desde que cumpridas as condições estabelecidas pelo Encontro Nacional. Era a reafirmação de nosso *slogan* “o PT não se funde, nem se confunde”, mas também uma resposta aos que nos acusam de sectários e puristas. Aliança não é uma questão de princípios para o PT, mas o PT só faz alianças com princípios.
85. Por tudo isso, é chegada a hora de o PT definir uma política de alianças, baseada em seu programa e na independência de classe dos trabalhadores, que leve em conta a correlação de forças hoje existente na sociedade brasileira. Essa política inclui alianças táticas e estratégicas com setores interessados no fim da dominação burguesa.

A POLÍTICA DE ALIANÇAS QUE PROPOMOS

86. O desenvolvimento do capitalismo brasileiro criou uma sociedade de classes complexa, em que, ao lado da classe trabalhadora, cujo centro é o operariado, existem amplos setores sociais e frações de classes com interesses contraditórios em relação às classes dominantes. Setenta milhões de brasileiros vivem excluídos, de fato, dos direitos sociais e políticos, do mercado de trabalho formal e à margem dos serviços sociais.
87. Esse quadro nos coloca a necessidade de construir uma política para a pequena produção e a pequena propriedade, ao lado da defesa de milhões de brasileiros excluídos e segregados pela lógica do mercado e da livre iniciativa, organizando a luta contra a fome e a miséria.

88. A partir de um programa da classe trabalhadora para conquistar o poder, dirigir o país e iniciar a construção do socialismo, o PT tem, então, que assumir uma política de alianças para o Brasil de hoje.

ALIANÇAS ESTRATÉGICAS: A FRENTE ÚNICA CLASSISTA

89. Temos que buscar alianças com as forças que atuam no movimento operário e popular e, principalmente, dentro do movimento sindical, para nos opormos à burguesia e à ideologia dominante.
90. Isso significa que devemos tomar a iniciativa nas bases dos partidos que se reivindicam comunistas, socialistas e de trabalhadores, propondo, publicamente, unidade de ação política da classe trabalhadora.

ALIANÇAS ESTRATÉGICAS: A FRENTE DEMOCRÁTICA E POPULAR

91. A frente única classista – que engloba todos os trabalhadores assalariados – não é suficiente para derrotar a dominação burguesa neste país. Para isso, é necessária uma aliança de todos os setores que, por suas contradições com a burguesia, estejam dispostos a marchar com os trabalhadores na luta pelo poder. Para o PT, não há aliança estratégica com setores da burguesia.
92. Os setores que chamamos normalmente de camadas médias e pequena burguesia – sendo, estes últimos, trabalhadores e também proprietários de seus meios de produção – embora tenham interesses comuns com a burguesia (por exemplo, algumas camadas de pequenos proprietários vivem da exploração do trabalho assalariado, ainda que em pequena escala) têm, também, profundas contradições com o capitalismo, que os coloca cotidianamente sob ameaça de arruinamento e de proletarização.
93. Na luta pelo socialismo, deverão ser levadas em conta reivindicações e interesses de outros setores populares, que são alijados de seus direitos e são vítimas da opressão, das injustiças e da violência do sistema capitalista. O proletariado urbano e rural é a força principal do processo de transformação para o socialismo. O operariado industrial é o seu setor mais importante, concentrado e capacitado a dirigir o processo revolucionário. Os camponeses pobres e os assalariados urbanos são os principais aliados do proletário. Setores amplos, como a camada semiproletarizada, margi-

nalizada do mercado de trabalho e de consumo, que tem características explosivas de manifestação, precisam ser ganhos para uma perspectiva revolucionária. Há também setores urbanos numerosos que, por suas contradições com o sistema burguês, podem ser atraídos para o bloco revolucionário. Localizam-se aí a intelectualidade progressista e democrática e os pequenos proprietários.

94. É claro que, numa aliança desse tipo, haverá uma disputa permanente entre os trabalhadores assalariados e os setores pequeno-burgueses. Por isso, é fundamental que a classe trabalhadora forje sua unidade interna, para assim conseguir conquistar a hegemonia no conjunto da frente democrática e popular.

AS ALIANÇAS TÁTICAS

95. A partir da definição geral das alianças estratégicas, que visam reunir e organizar em torno da classe trabalhadora os setores médios, teremos uma linha para estabelecer, aqui e agora, táticas em torno das lutas contra a Nova República na Constituinte e nas lutas sociais. Prevalecerá sempre a priorização das alianças dentro das classes trabalhadoras; mas não devemos – resguardada a independência do PT – deixar de realizar alianças táticas com forças políticas em torno de objetivos imediatos ou a médio prazo.

ALIANÇAS TÁTICAS NA CONSTITUINTE

96. A partir do projeto de Constituição do PT e das iniciativas populares aprovadas pelo Diretório Nacional, devemos fazer o mais amplo arco de alianças, para nos opormos à aliança conservadora, articulada por Sarney em torno do PFL e da direita do PMDB. É preciso articular a pressão e mobilização social sobre Brasília com uma política de alianças que nos permita enfrentar a direita e a reação latifundiária. Na defesa da soberania nacional, contra o pagamento da dívida externa e a submissão de nossa economia ao FMI, ao capital estrangeiro e ao Imperialismo, o nosso arco de alianças atinge até mesmo alguns setores burgueses e liberais. Devemos ter firmeza sobre a necessidade de tais alianças e, ao mesmo tempo, ter clareza de suas limitações.
97. Nossa força advém da formação com outras correntes políticas, sindicais e associativas, dos comitês de defesa do povo na Constituinte e do Plenário

Pró- Participação Popular na Constituinte, e deve se expressar no Parlamento num bloco com os partidos progressistas e democráticos contra a reação e a direita.

ALIANÇAS TÁTICAS NA LUTA CONTRA A NOVA REPÚBLICA E O GOVERNO SARNEY

98. Para nos contrapormos à transição conservadora e impor eleições diretas já, devemos articular alianças em torno da Campanha das Diretas, sem abandonar nossa campanha contra Sarney e a dívida e por Diretas Já. Foi a partir de nossa mobilização e do aprofundamento da crise governamental que fomos capazes de atrair para nosso campo forças que, antes, estavam indefinidas em relação à Nova República ou que corriam em raia própria, como o PCdoB e o PSB, e mesmo o PMDB.

ALIANÇAS TÁTICAS NA LUTA SINDICAL E POPULAR

99. É no campo sindical e popular que o PT e seus militantes têm mais força – que nos leva, muitas vezes, a subestimar a necessidade de alianças políticas. As dificuldades aumentam no caso dos movimentos populares, em que muitas áreas políticas estão comprometidas com os governos estaduais e federal, e vacilam em se opor, como no caso da Prefeitura Janista [São Paulo]. Entretanto, devemos, sempre que possível, buscar a unidade de ação em torno das reivindicações populares, pressionando os governos e propondo alternativas às políticas de habitação, saúde, transportes, educação e saneamento, politizando e unificando os movimentos.
100. Mesmo que não façamos alianças, temos que trabalhar com todas as forças partidárias no movimento popular, respeitando as decisões das assembleias e dos encontros, mesmo quando nossa posição não prevalecer.
101. O movimento sindical é o espaço privilegiado para uma política de frente única contra a burguesia, já que se trata de uma luta política em que os trabalhadores identificam, de forma mais direta e precisa, seus principais exploradores. Dessa forma, defendemos o princípio de que devemos buscar essa unidade em torno dos interesses da classe trabalhadora, a partir dos organismos por local de trabalho, do sindicato, das centrais sindicais e de outras formas ou locais de organização dos trabalhadores.

ALIANÇAS NO PARLAMENTO

102. Temos já algumas experiências em alianças pontuais ou parciais com outras forças políticas, nas Câmaras de Vereadores, Assembleias Legislativas e Congresso Nacional. O exemplo mais recente é a nossa atuação antijanista na Câmara dos Vereadores de São Paulo, em conjunto com parte do PMDB; ou na Assembleia Legislativa de São Paulo, em defesa do gatilho do funcionalismo público, quando nossa bancada, apoiada na luta dos funcionários, aplicou uma tática correta, que impôs ao governo Quéricia uma grande derrota, arrastando PTB, PDS, PFL e PDT ao voto contra o governo e rachando o bloco situacionista PMDB-PFL.

ALIANÇAS ELEITORAIS

103. As alianças eleitorais são mais complexas e exigem uma discussão sobre cada processo, sobre a situação objetiva da cidade, do estado ou do país, sobre as regras eleitorais, os outros candidatos e os objetivos de nosso Partido em cada eleição.
104. De maneira geral, somos pelo lançamento de candidatura própria, com programas de governo e posição sobre os problemas nacionais. Entendemos necessário construir nossa própria força eleitoral e eleger candidatos petistas, mas não afastamos a hipótese de coligações, alianças eleitorais, frentes ou coalizões.
105. Nas eleições de 1986, fizemos uma aliança com o PV, tendo o companheiro Fernando Gabeira saído candidato pelo PT. Tratou-se, na verdade, de uma coligação que ganhou forma de aliança e que possibilitou ao PT a eleição de dois deputados federais e quatro estaduais, não inviabilizando nossa mensagem política, nem arranhando nossa independência e nossa proposta socialista.
106. Existem resoluções que estabelecem normas e regras de procedimentos para a realização de coligações e alianças eleitorais. O que é preciso, agora, é analisar cada realidade e situação, mantendo nossa posição contra a transição conservadora e o governo Sarney, nossa independência e a proposta socialista.
107. Por outro lado, não podemos perder o espírito de vigilância petista, principalmente num ano de eleições municipais, em que nossa legenda cresce, já que ter uma política de alianças nada tem a ver com o inchaço ou a diluição de nosso Partido e de sua proposta.

A POLÍTICA SINDICAL DO PT

108. Em maio/junho de 1986, foi aprovada, no 4º Encontro Nacional do PT, nossa Linha Sindical, cujo eixo é a defesa da democracia interna e da independência dos sindicatos em relação à burguesia e o Estado e da autonomia em relação aos partidos políticos. Por isso, defendemos a extinção da Contribuição Sindical, não aceitamos a unidade imposta por lei e apoiamos a ratificação, pelo Congresso Nacional, da Convenção 87 da OIT [Organização Internacional do Trabalho]. Contra o pluralismo e a unicidade imposta, a favor da unidade sindical construída na luta dos trabalhadores, eis a síntese de nossa proposta.
109. Faz tempo que decidimos criar secretarias sindicais nos Diretórios Regionais, formar núcleos de base por categorias e local de trabalho, ambos meios de implementar nossa política sindical e de implantar nosso Partido nas fábricas e categorias, como instrumento insubstituível de organização dos trabalhadores na luta pelo socialismo, pela construção do movimento sindical classista, unitário, de massas, democrático e independente dos patrões e do Estado, autônomo perante os partidos.
110. Todo petista deve ser sindicalizado e deve ter como tarefas a luta pela formação de comissões de fábrica, o estímulo à organização do movimento sindical pela base, à presença nas assembleias, nas greves, em todas as lutas, no trabalho de imprensa e de esclarecimento dos trabalhadores. Os petistas devem lutar para democratizar os sindicatos, para engajá-los nas batalhas políticas gerais de interesse dos trabalhadores, pela democracia e contra a política econômica e social do governo da transição conservadora.
111. O PT prioriza, também, a atuação no sindicalismo rural, buscando unir os trabalhadores do campo e da cidade.
112. O documento que sintetizou a Linha Sindical do PT aponta a necessidade de os dirigentes sindicais petistas assumirem plenamente suas responsabilidades na construção do Partido. Essa questão era e é importante, porque tem havido uma inversão no processo: os sindicalistas que avançaram e criaram um partido político estão atuando apenas nos sindicatos, como ativistas políticos.
113. Há os que consideram que, criado o PT, podem se dedicar apenas ao

- sindicato. Há os que atuam no sindicato inteiramente à margem do Partido, como se o PT fosse estranho aos problemas do sindicalismo.
114. Ambas as posturas são equivocadas. Nossos dirigentes sindicais devem ser, cada vez mais, ativistas partidários atuantes no movimento sindical. Ao lutar para transformar nossos dirigentes sindicais em quadros partidários, não ferimos a autonomia dos sindicatos. Em primeiro lugar, pelo fato de a entidade não se confundir com seus dirigentes mas, mais importante que isso, pela posição de princípio que nos orienta: os militantes do PT devem submeter-se à disciplina sindical, acatar as decisões aprovadas democraticamente nas assembleias, mesmo que tais decisões não coincidam com as propostas do Partido.
 115. Além desse problema, há outro, muito grave: a confusão que vem se aprofundando entre o PT e a CUT. Muitos pensam que – já que são petistas e revolucionários – podem impor à CUT e aos sindicatos o programa do Partido. Com essa posição, correm o duplo risco de perderem influência e isolarem-se, e arrastar o movimento sindical para o vanguardismo.
 116. Impõe-se a retomada da discussão sobre a Linha Sindical do PT por três motivos principais:
 - a) a legislação sindical e trabalhista está sendo alterada pelo Congresso Constituinte;
 - b) o sindicalismo classista enfrenta dificuldades para encaminhar as lutas dos trabalhadores, decorrentes da recessão, do desemprego, das condutas patronais e governamentais hostis e do redobrado esforço da burguesia para lhe contrapor o sindicalismo apolítico, de negócios, de que são garotos-propaganda Luiz Antonio Medeiros e Antonio Rogério Magri;
 - c) há grandes divergências entre nós sobre os caminhos a seguir.
 117. A política do PT para os sindicatos tem como objetivo fortalecê-los enquanto autênticas organizações de massa, unitárias, representativas, independentes do Estado e dos patrões, voltadas para a conquista das reivindicações imediatas e comprometidas com os interesses históricos dos trabalhadores.
 118. Os sindicatos se afirmam, principalmente, como instrumento de luta por melhores salários e condições de trabalho. São mais fortes quando estão em sintonia com o nível de consciência das amplas massas que agregam, quando lutam por reivindicações efetivamente claras aos trabalhadores.

119. A luta sindical, por si só, é incapaz de resolver os grandes males – desemprego, exploração, alienação do trabalho – decorrentes do capitalismo. Isso não impede que o movimento sindical, quando consegue unir os trabalhadores enquanto classe na luta contra o burguesia, assuma um caráter anticapitalista e funcione como escola de socialismo. Mas só a organização político-partidária dos trabalhadores abre o caminho para a conquista do poder e a construção do socialismo. O sindicalismo classista busca unir os trabalhadores, como classe na luta concreta contra a burguesia. Possui uma perspectiva socialista. Pavimenta o caminho por onde massas de trabalhadores lançam-se num movimento mais amplo.
120. Nas suas lutas, os trabalhadores criaram duas formas básicas de organização: os sindicatos e os partidos operários. Ao longo de mais de um século, essas duas formas vêm estabelecendo modos variados de inter-relação. A experiência tem demonstrado que o fortalecimento das duas principais formas de organização do movimento dos trabalhadores exige o respeito à autonomia de cada uma delas.
121. Embora sejam ambos instrumentos do movimento dos trabalhadores, sindicatos e partidos têm natureza, objetivos e estrutura organizativa distintos. Basta lembrar que o Partido impõe, como condição de filiação, a aceitação de seu programa, pois sua força depende da coesão ideológica e política de seus membros. Já o sindicato busca seus associados independente da ideologia ou da posição política, pois sua força deriva da capacidade de representar e unir o maior número possível de trabalhadores.
122. Os militantes do PT devem rejeitar, categoricamente, as ideias que induzam os sindicatos a se transformarem em apêndices de partidos. Os sindicatos não devem ser utilizados como correias de transmissão de nenhum partido. Só assim serão fortalecidos e transformados em autênticas organizações autônomas de massa. O PT julga conveniente que seus dirigentes evitem a acumulação de cargos entre partido e sindicato, em face do acúmulo de tarefas e certas confusões que a dupla função acarreta. Entretanto, o PT não considera correta a tese que prega a incompatibilidade absoluta entre cargos de direção partidária e sindical, visto que a acumulação ou divisão de cargos depende da capacidade do movimento dos trabalhadores gerar lideranças em número suficiente

- para suprir a necessidade organizativa dos sindicatos e do Partido.
123. A autonomia deve ser defendida em quaisquer circunstâncias e é um princípio fundamental e estratégico do movimento operário. Fundamental e estratégico porque ultrapassa os objetivos imediatos desse movimento e mantém sua validade mesmo ante um governo de trabalhadores. Lutamos pelo socialismo e entendemos que o socialismo não deve negar a liberdade de organização sindical e partidária dos trabalhadores.
 124. A história do movimento dos trabalhadores nos ensina que o sindicalismo de massas e a organização política dos trabalhadores na luta pelo socialismo sempre mantiveram estreita relação. A evolução desse processo, no entanto, não foi simples. Apareceram formas de organização distintas, procurando responder a novos problemas e novas concepções políticas em discussão no movimento operário.
 125. Com o surgimento de tendências no sentido da adaptação às democracias parlamentares, em particular na Europa, a partir do final do século passado, ganhou corpo o sindicalismo reformista, que procurou enquadrar as lutas sindicais na política social-democrática de gerenciamento do Estado burguês. Nesse processo de adaptação foi se afirmando, em diversos partidos e sindicatos, uma política de colaboração de classes, visando, no limite, a realização de reformas e recusando o questionamento da exploração capitalista. Com a degeneração da social-democracia, com a cristalização de sua política reformista, grande parte do movimento operário e sindical acabou por abandonar a perspectiva de luta pelo socialismo.
 126. Em reação ao reformismo, em grande parte diante da degeneração dos partidos ligados à política de colaboração de classes, desenvolveu-se um sindicalismo vanguardista, através de correntes que rejeitaram a forma partidária de organização, procurando impulsionar a luta operária limitada ao movimento sindical. Essa política, que se expressou por meio do chamado sindicalismo revolucionário, ou do anarco-sindicalismo, foi incapaz de compreender o significado da construção de um partido independente da classe trabalhadora, distinto dos sindicatos.
 127. O resultado dessa política foi ou a perpetuação de sindicatos minoritários e sectários, ou a criação de obstáculos ao desenvolvimento de um partido político revolucionário com base de massas. Tanto o sindicalismo reformista quanto o sindicalismo dito revolucionário, historicamen-

te fracassados, surgiram em função dos partidos ou correntes operárias e, não obstante seus resultados negativos, são reintroduzidos constantemente no movimento sindical sob novas roupagens.

128. A prática sindical revolucionária é necessariamente uma prática de massas. É preciso ouvir os trabalhadores e comunicar-se com eles em sua própria linguagem. Não há o menor interesse, nem para a revolução em geral, nem para o PT em particular, em utilizar um linguajar pretensamente revolucionário, mas que a massa tem dificuldade de compreender. Não há interesse em diferenciar-se da massa de trabalhadores bancando o vanguardista.
129. As duas formas de sindicalismo – reformista e revolucionário – que se desenvolveram mais intensamente no interior do movimento operário europeu tiveram, no Brasil, uma pálida expressão, devido à ausência de fortes partidos operários e, fundamentalmente, devido à ação do Estado na tutela dos sindicatos e na criação e sustentação dos pelegos. Na época atual, principalmente no pós-guerra, têm-se desenvolvido fortes pressões no sentido do atrelamento das organizações sindicais ao Estado burguês. No Brasil, o sindicalismo subordinado ao Ministério do Trabalho é um dos resultados dessas pressões, particularmente reforçadas pelo governo Vargas nos anos 30, que se utilizou, num momento seguinte, do PTB (ligado ao apelo nacionalista) para a sua manutenção. Contra essa tendência geral, a luta dos trabalhadores em defesa da independência de seus sindicatos em relação ao Estado sempre teve importância decisiva e não encontrou no PCB um apoio para se desenvolver.
130. A responsabilidade do PT, hoje, é enorme nesse sentido, particularmente quando nosso Partido tem dado mostras de [assumir] essa luta de frente, como foi o caso, por exemplo, da fundação da CUT, em 1983. Por isso, não podemos, em hipótese alguma, deixar de lado as duas exigências básicas para o funcionamento do sindicalismo classista: independente em relação à burguesia e ao Estado; democracia operária nos sindicatos.
131. O fenômeno do peleguismo, que tem sua origem na quebra dessas duas exigências, sempre esteve ligado, no Brasil, à ação do Estado como tutor dos sindicatos. Nesse sentido, o peleguismo não é o mesmo que reformismo. Enquanto os reformistas, na maioria dos casos, estão ligados a par-

tidos políticos em degeneração, os pelegos são produto da subordinação dos sindicatos ao Estado e funcionam como seus agentes no interior do movimento. A maioria da cúpula sindical encastelada nas Confederações, na USI [União Sindical Independente], nas Federações, é herança autêntica desse fenômeno e deve ser combatida implacavelmente.

132. O chamado sindicalismo de negócios – encarnado hoje por Magri e Luiz Antonio [Medeiros] – inspira sua política no peleguismo, mescla sua ação com traços do sindicalismo reformista, em função da crise que vivem hoje nos sindicatos. O surgimento do PT e da CUT, o amadurecimento do movimento dos trabalhadores, a crise da burguesia e do governo estão na raiz desse fenômeno, que obriga muitos pelegos a abandonarem sua postura clássica, se quiserem se portar como interlocutores do capital no movimento operário. O sindicalismo de negócios não representa, por isso, um novo sindicalismo, uma vertente nova do movimento operário e deve ser duramente combatido, pois é obstáculo à livre organização sindical, à CUT e ao desenvolvimento da organização política dos trabalhadores. Essas características poderão se tornar mais flagrantes, se aprofundarem os laços com o sindicalismo americano.
133. Um equívoco frequente é o que atribui aos sindicatos funções econômicas, cabendo aos partidos tarefas políticas. Na realidade, tanto nos países capitalistas desenvolvidos como no Brasil os sindicatos lutam por objetivos políticos e econômicos. Não se pode esquecer que, no Brasil, a dominação burguesa recorre continuamente à proteção do Estado, tanto na forma bruta de repressão e legislação, antidemocrática, como na regulação dos indicadores econômicos, dos limites de variação salarial etc. A luta reivindicatória mais específica assume, com facilidade, caráter político.
134. O que a luta sindical tem de característico não é o objetivo econômico ou político, mas o fato de que deve abarcar, necessariamente, tanto os setores mais politizados quanto os mais atrasados do movimento operário. Para isso, o sindicato não deve perder de vista o objetivo de alcançar as reivindicações levantadas pelos trabalhadores. Acumular forças, antes de tudo, é acumular experiências de lutas bem-sucedidas e acumular vitórias.
135. O sindicalismo classista considera a defesa da democracia operária nos sindicatos uma questão de princípios. O esforço pela unidade por objetivos comuns, pela convivência e debate das mais diversas propostas

- e concepções, pela tolerância em relação às divergências, deve combinar-se com a exigência de unidade de ação e o encaminhamento das decisões aprovadas democraticamente pela maioria.
136. A proposta sindical do PT não nasceu do casamento entre o papel e a máquina de escrever. Ela emerge das grandes greves operárias do ABC, deflagradas a partir de 1978, e é fruto de uma prática sindical combativa, classista, de massas, unitária, democrática, independente do Estado e dos patrões, verdadeiramente autônoma. É para aquela experiência que se deve voltar o militante petista, para encontrar o norte de sua atividade sindical.
 137. Com base em toda essa experiência acumulada de quase uma década de luta, e na reflexão sobre a história do movimento operário, podemos concluir que a independência e a democracia interna devem estar acima de qualquer outra consideração nas relações com outras correntes do movimento sindical, e não se pode sacrificar isso em nome de uma unidade sem princípios. Pois quem defende a classe operária não pode aceitar que a burguesia ou o Estado burguês decida na escolha das direções sindicais e na forma de sustentação financeira dos sindicatos.
 138. O PT não defende o pluralismo sindical. Pelo contrário, orienta seus militantes para lutar pela participação de todos os trabalhadores em sindicatos unitários. Sua única exigência deve ser a de que essa unidade seja decidida democraticamente pelos próprios trabalhadores, e não imposta pelo Estado burguês. Essa questão se reveste da maior importância diante da possível aprovação de princípios da Convenção 87 da OIT na Constituinte, pela qual lutamos, e que estabelece a liberdade sindical.
 139. Porém, combatemos – e vamos continuar combatendo – a pulverização dos sindicatos, o pluralismo. Não devemos desistir do esforço de desenvolver oposições aos pelegos e reformistas, para cair numa política de fundar sindicatos puros, revolucionários, mas que, na verdade, não representam o conjunto da categoria e sim uma pequena parcela. No entanto, pode ocorrer que, em alguns sindicatos dirigidos por pelegos-políciais, sem qualquer democracia interna, totalmente afastados das bases (um aparelho sem massa), a CUT se veja diante da situação de discutir a fundação de um verdadeiro sindicato.
 140. O combate do PT ao sindicalismo reformista e ao peleguismo exige

uma atitude crítica e de enfrentamento político da CGT e da USI, que é a forma mais atrasada e acabada de peleguismo. A CGT, apesar de sua composição política heterogênea, tem como elemento central de sua proposta sindical a defesa da estrutura atrelada e corporativista e a prática do sindicalismo reformista. Esta concepção de papel de organização sindical conduz, inevitavelmente, à política de conciliação de classes, que se opõe frontalmente à política sindical independente. Nessas condições, a CUT é o grande instrumento de luta da classe trabalhadora no plano sindical, e o seu fortalecimento é o caminho de construção de um sindicalismo de classe, que deve orientar-se para a organização unitária das amplas massas e com total e absoluta independência do Estado.

A ORGANIZAÇÃO DOS PETISTAS SINDICALISTAS

141. A aplicação da Linha Sindical do PT requer melhor organização de nossos militantes nessa área, indispensável para atuação unitária no movimento sindical. Todos concordam com o efeito negativo do enfrentamento de propostas opostas entre si, apresentadas por petistas, nas entidades sindicais. É preciso organizar instância em que as naturais diferenças de opinião possam ser expressas e onde se defina, democraticamente, a posição partidária. Essas instâncias são quatro.
142. Secretarias Sindicais – Instâncias auxiliares dos Diretórios, devem ser compostas por companheiros de peso, quadros do Partido, com reconhecida autoridade política e experiência para agrupar um coletivo de companheiros que auxilie o trabalho de nucleação, reúna plenárias de sindicalistas e ajude a desenvolver as atividades de formação. Nas eleições sindicais, deve haver um esforço profundo para que os petistas integrem a mesma chapa e uma só chapa da CUT. Para isso, é necessário que a direção do PT se comprometa a organizar o maior número de filiados das várias categorias, por ocasião das respectivas decisões, para realizar plenárias (de petistas) com a participação de membros das Comissões Executivas, em nível nacional, regional e municipal. Essas plenárias objetivam avaliar a situação do movimento, suas perspectivas e a melhor tática a ser adotada pelo PT e seus militantes, em consonância com nossa linha sindical e sem se sobrepor às instâncias partidárias. Deve ser preocupação constante ampliar essa discussão para o conjunto

do Partido e suas instâncias de decisão, que deverão aprová-las, para que sejam transformadas em resoluções e desenvolver esforços para a unificação dos cutistas. Com base nesse processo, cabe aos petistas intervir no próprio movimento sindical. Compreendendo suas especificidades e batalhando por:

- a) plenária da CUT – neste espaço, os petistas devem atuar decididamente, procurando constituir uma chapa unitária da CUT e decidir as melhores formas para ampliar a influência da CUT na categoria e definir as alianças possíveis no interior do movimento;
 - b) plenária da categoria – devemos disputar a hegemonia nas assembleias da categoria, a partir do que acumulamos e da política traçada no âmbito do PT e da CUT. Finalmente, o PT tem como princípio respeitar as decisões democráticas das instâncias sindicais.
143. Núcleos por Categoria e Local de Trabalho – Temos que partir da clara definição do núcleo como organismo de base do Partido, que reúne os filiados para discutir, organizar e executar a ação política; para educá-los politicamente, para atrair novos filiados. O núcleo de base do PT não se confunde nem substitui organizações de massa mais amplas (comissões de fábricas, Cipas, grupos de oposição sindical), mas discute a participação dos petistas nessas organizações. O mesmo deve ocorrer na relação do núcleo de categoria com o respectivo sindicato. Pode parecer desnecessário, mas experiências negativas do passado requerem que se afirme o caráter permanente do núcleo de base, correspondente à natureza também permanente do Partido dos Trabalhadores. É, igualmente, o caráter global de sua atividade, que não deve se limitar à esfera sindical.
144. Coletivos de Diretores Petistas de um Sindicato – Estes coletivos têm por objetivo coordenar o trabalho de militantes petistas que integrem a diretoria de um sindicato ou uma instância da CUT. Eles não podem ser deliberativos, pois não estão previstos em nosso Estatuto. Também não poderão substituir, na fixação da posição do Partido na entidade de massa, o papel do(s) núcleo(s). Mas podem ajudar a unificar a atuação dos petistas em diretorias ou direções das quais participam outras correntes ou partidos políticos. Mesmo onde a hegemonia é amplamente petista, as divergências, passando antes por uma discussão num âmbito partidário, podem ser superadas em benefício de uma intervenção pública mais coesa e positiva para o próprio desempenho do sindicato.

145. Plenária de Categorias – Mesmo existindo núcleos por categoria ou local de trabalho, trabalhadores e mesmo dirigentes sindicais podem estar militando em núcleos de bairro ou ligados ao movimento popular. Determinadas questões – eleições sindicais, greves, campanhas várias – podem exigir uma reunião de todos os petistas da categoria.

O PT E O MOVIMENTO POPULAR

146. O movimento popular é uma das vertentes formadoras do PT. Porém, a compreensão de seu significado em relação aos objetivos socialistas do Partido ainda está pouco desenvolvida. O movimento sindical é bem mais compreendido, por ser mais permanente, por ter um caráter mais nítido de luta de classes e por existir uma vasta teoria a seu respeito.
147. O grande drama dos trabalhadores é que suas vitórias sindicais no interior do processo são anuladas na hora de consumir os bens e serviços, que é o campo da luta popular. Por isso, o desenvolvimento e a relação dos dois movimentos têm não só importância política e ideológica. Têm, ainda, uma base material. Se a luta popular não avança, as conquistas do movimento sindical são prejudicadas, pois os objetivos finais dos dois movimentos são iguais: melhorar as condições de vida dos trabalhadores.
148. O movimento popular é uma das frentes da luta de classes. Sua composição social é heterogênea, seus objetivos imediatos bastante diversificados, mas é evidente que nos movimentos populares de maior peso predominam os trabalhadores assalariados e autônomos de baixa renda, em conflito contra o Estado, que representa a classe dominante, ou contra setores capitalistas, como os grandes proprietários de terra urbana, os empresários da saúde, educação, transporte.
149. É um movimento de grande potencial na luta pelo socialismo, pois há nele, já formulados e em processo de massificação, objetivos e propostas que, se em tese são possíveis dentro do capitalismo, a atual sociedade capitalista não parece capaz ou disposta a ceder. Destacam-se, nesse sentido, entre suas bandeiras: a estatização dos serviços de transporte público, saúde e educação; a participação popular nas decisões e na gestão dos órgãos do Estado e das empresas públicas; o fim da grande propriedade territorial urbana. Além disso, há bandeiras que só o avanço

dentro do socialismo permitirá ver vitoriosas. Caso da preservação do meio ambiente, o fim da discriminação racial e da discriminação da mulher e o respeito aos direitos humanos.

150. O desenvolvimento da luta popular tem grande importância no processo de formação de consciência das classes trabalhadoras. Ajuda a desmistificar a ideia do Estado acima das classes e estimula a ideia de um governo controlado pelos trabalhadores, na medida em que, nos choques e na luta, revela o atual Estado voltado para ampliar o predomínio político das classes proprietárias.

DIRETRIZES PARA O MOVIMENTO POPULAR

151. É necessário formular um conjunto de diretrizes que unifiquem a intervenção dos petistas na luta popular. Isso será um passo adiante em relação às políticas dispersas hoje praticadas por organismos e militantes do Partido. Essatarefa será assumida pelas instâncias partidárias, na medida em que se generalizar a compreensão do papel estratégico desse movimento na luta pela transformação social.
152. Já há, na elaboração teórica do PT, o princípio da autonomia dos movimentos populares em relação ao Partido. Devido aos diferentes graus de consciência da população, os partidos têm uma amplitude menor do que os movimentos, que são mais amplos e suprapartidários. Todavia, não se deve confundir essa independência dos movimentos com a ausência de disputa pela linha dirigente, a ser adotada em suas instâncias próprias de deliberação. Por isso, os militantes do PT devem – ao mesmo tempo que defendem a democracia interna dos movimentos – lutar pela vitória das propostas do Partido.
153. Outro princípio consagrado entre nós é o da autonomia dos movimentos populares em relação ao Estado. Por isso, devemos reagir à política de cooptação dos movimentos pelos executivos e pelos parlamentares de qualquer partido, sem desmerecer o papel importante que têm os executivos e parlamentares petistas no impulso à luta popular, à sua politização e à sua participação nas instâncias decisórias do Estado.
154. O Partido deve definir as lutas prioritárias do movimento, do ponto de vista estratégico, e quais delas assumem maior importância conjuntural. Para isso, devem ser observados alguns pressupostos: o caráter de massa

- dessas lutas; o crescimento da consciência de classe pelos confrontos que produz; a possibilidade de sua unificação nacional, estadual e local; a experiência e organização já existentes.
155. Dentro desses pressupostos, destacam-se principalmente as lutas por moradia, saúde, educação, transportes, ecologia e contra a discriminação do negro e da mulher. Conjuntamente, tem sido mais massiva a luta por moradia, devido, principalmente, à crise da política habitacional do governo e das relações do inquilinato. Ainda assumirá destaque imediato a questão da discriminação racial, gerada pelo impacto que terá o Centenário da Abolição da Escravatura, em 1988.
 156. O Partido deve, também, definir suas propostas políticas nacionais, principalmente para as lutas prioritárias, a partir das propostas já produzidas, em todo o país, em encontros específicos, seminários, plataformas municipais e estaduais. Ao produzi-las, deve-se levar em conta as peculiaridades regionais. Evidentemente, dependerá da avaliação da situação conjuntural de cada local e cada movimento a maneira como essas propostas serão levadas pelos nossos militantes.
 157. O caráter suprapartidário do movimento popular põe em cena a nossa política de alianças, dentro dele, com outras forças políticas e entidades, como alianças dos petistas com militantes de outros partidos dentro do movimento popular. Essas alianças devem ter, para nós, o objetivo de reforçar o movimento popular contra o Estado capitalista e o capital e, ainda, ampliar a base atingida pelas propostas imediatas ou a prazo de interesse dos trabalhadores. Nesse sentido, são prioritárias as alianças com militantes de partidos que representam trabalhadores e que têm no socialismo o objetivo final. As alianças se estenderão, muitas vezes, também a militantes de partidos burgueses, desde que pertencentes a segmentos ligados às lutas e aspirações dos trabalhadores. Essas alianças devem ser pesadas pelos organismos do Partido, e serão eficientes se tiverem, como pressuposto do Partido para o movimento, a clareza da linha do PT, a firmeza de nossos quadros e existência de bases próprias.
 158. Nossa política para o movimento deve levar em conta a necessidade de reagir aos processos de cooptação pelo Estado, intensificados principalmente pelo PMDB no período de abertura política da Ditadura Militar e consagrados pela Nova República. Fazem parte dessa reação a recusa e a denúncia do clientelismo, eleitoralismo e assistencialismo.

159. O movimento popular ainda está em processo de superação da crise gerada pelo esgotamento das formas de atuação vividas no período da Ditadura. A Nova República reconheceu, formalmente, os direitos sociais e políticos que eram negados anteriormente e canalizou os conflitos para espaços de negociação controlados pela burguesia, sem abandonar o recurso suplementar da ameaça ou da pressão. Tem procurado, assim, destruir a capacidade de pressão de organização independente, autônoma e classista dos movimentos. Por isso, o movimento ainda precisa completar o passo adiante, que está ensaiando na nova situação política.
160. É preciso que, além da mobilização para exigir serviços, bens ou direitos, o movimento formule políticas alternativas àquelas apresentadas pelo Estado e participe dos espaços institucionais, respaldado em propostas próprias, em bases sociais de apoio e mantendo sua autonomia, para denúncia concreta da falsa participação popular com que acenam os partidos burgueses. Deve buscar medidas democráticas radicais, como a transparência do poder público à população e a suas entidades, como a formação pelo movimento e o reconhecimento de conselhos populares, para decisão, controle e fiscalização das atividades do Estado.

A UNIFICAÇÃO DOS MOVIMENTOS POPULARES

161. O estágio de unificação em que se encontram os movimentos populares é bastante desigual no país. Há estados mais avançados nesse processo – como o Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Espírito Santo –, que já possuem entidades estaduais ou locais liderando boa parte dos movimentos. De outro lado, a quase totalidade dos estados restantes e, em especial, São Paulo e Minas Gerais, passam ainda por iniciativas de articulação setoriais, regionais ou locais, muitas delas em estágio inicial.
162. No nível nacional, há diversas articulações de lutas por terra urbana e moradia (mutuários, favelados, militantes de lutas do solo urbano), além de articulações de negros, mulheres, ecologia, transportes. Há, além disso, uma entidade nacional de associações de moradores, a Conam (Confederação Nacional de Associações de Moradores), fundada em 1982 e hoje com hegemonia dos PC [Partidos Comunistas], com participação de alguns setores petistas e recusa de participação de outros. É uma entidade que conseguiu realizar congressos massivos em

apoio à Nova República, de governos estaduais e municipais. Congrega uma das variadas formas organizatórias do movimento popular, as associações de moradores, de maneira geral esvaziadas de massa e cooptadas pelos governos, exceto em alguns estados e locais, onde tem mantido sua independência e caráter de massa.

163. Nessa situação, a unificação dos movimentos populares deve ser entendida como uma estratégia. Para atingi-la em nível nacional será necessário avançar na unificação local e estadual. Ao mesmo tempo, será necessário reforçar as articulações nacionais por grandes movimentos. Quanto à Conam, que deve ser entendida como uma articulação específica e não como entidade geral dos movimentos populares, o partido deverá, em nível nacional, orientar um processo de discussão, que leve a uma atitude comum dos petistas atuantes em associações de moradores.
164. O processo de unificação dos movimentos populares está ligado, também, à defesa de propostas globais comuns. Entre elas se destaca o que se resume com o nome de reforma urbana, que teve sua primeira formulação expressa em emendas populares à Constituinte. Também para sua unificação, os movimentos devem avançar no sentido da superação de suas crônicas deficiências de recursos e infraestrutura.
165. O PT tem um papel decisivo para que, em seu conjunto, a política de unificação avance. É preciso mobilizar a militância petista, para que, na direção e na massa das entidades autônomas do movimento em que militam, cresça a compreensão da necessidade de um passo adiante e decisivo na força e na independência política do movimento popular do país.

O CENTENÁRIO DA ABOLIÇÃO

166. A população negra constitui 44,5% da sociedade brasileira (IBGE-80). Os trabalhadores e trabalhadoras negros são 54,1% do setor da agropecuária e da produção extrativa vegetal e animal, 37,3% da indústria de transformação e da produção extrativa mineral, 52,7% dos trabalhadores da construção civil, 30,9% dos trabalhadores do comércio, 50,8% dos que trabalham em prestação de serviços e 36,6% dos trabalhadores de transportes (FANAD-74). Os trabalhadores e trabalhadoras negros somam 54,5% dos que ganham até um salário mínimo e 3,8% dos que ganham mais do que cinco salários mínimos. Entre os trabalhadores

- e trabalhadoras brancos esses números são 31,4% e 15,6%, respectivamente (FANAD-82).
167. Os trabalhadores e trabalhadoras negros em ocupações não manuais de nível superior (professores de 2º grau, médicos, dentistas, economistas etc.) ganham 64,3% da remuneração dos trabalhadores e trabalhadoras brancos; os negros em ocupações não manuais de nível médio (professores primários, secretários, auxiliares de escritórios etc.), 65%; empregados na indústria de transformação, 75%; e os que trabalham no comércio, 74% (IBGE-80).
 168. As oportunidades educacionais são desiguais para brancos e negros: os negros são a esmagadora maioria dos brasileiros que não têm acesso à escola (Raça e Classe – órgão de informação e divulgação da Comissão do Negro do PT/DF). De janeiro a setembro de 1982, em São Paulo, 432 cidadãos foram mortos; desses, até setembro, pelo menos 212 haviam sido liquidados pela ROTA. Um levantamento pormenorizado de 330 dessas vítimas apontam que 128 são negras, 48 menores de idade, cinco mulheres e, em muitos casos, trabalhadores e sem antecedentes criminais (Paulo Sérgio Pinheiro – Violência sem controle e militarização da polícia - 88).
 169. Essa é, cem anos depois da escravidão, a situação do negro em nosso país. Esses dados, somados às péssimas condições em que vive esse segmento de nossa sociedade, demonstram que em se tratando de emprego, salário e condições de trabalho, educação e moradia, a população negra continua sendo o setor mais explorado de nossa sociedade.
 170. O governo brasileiro está preparando um extenso calendário de atividades, que pretende imprimir ao Centenário da Abolição um tom festivo, visando fortalecer o discurso oficial da democracia racial, que tenta encobrir as péssimas condições de vida e trabalho a que os negros são submetidos em nosso país.
 171. Uma farsa, a democracia racial, que começou a ser montada quando os governantes da época transformaram o 13 de maio de 1888 – uma conquista obtida pela luta dos negros trabalhadores escravos, com o apoio de setores da população livre – em um ato paternalista, cujo significado importante transformou-se num ato que servia aos interesses dos dominantes, e cujas consequências têm muito a ver com a realidade de nosso povo nos dias atuais.

172. O Partido dos Trabalhadores assume a oposição às festividades que estão sendo organizadas pelos governos estaduais e federal sempre que elas tomarem um caráter paternalista e discriminatório. O PT deve transformar o Centenário da Abolição num momento de avaliação das reais condições do trabalho, hoje, no Brasil, articulando, por meio de seus militantes, a mobilização do Movimento Negro com a mobilização dos trabalhadores em geral.
173. Um passo importante para que o Partido reconheça a questão racial como uma questão nacional e assuma efetivamente a luta contra o racismo é entendê-la como de responsabilidade de todos aqueles que lutam por uma sociedade mais justa. O Partido deve apoiar e fortalecer as iniciativas de sua Secretaria Nacional de Movimentos Populares, visando envolver, em nível nacional, o conjunto de nossa militância nestas atividades.

A CAMPANHA ELEITORAL DE 1988

174. A preparação das eleições municipais de 1988 deve estar integrada à campanha nacional do PT pela consolidação das eleições gerais (ou presidenciais). Confirmadas as eleições em 1988, a candidatura do companheiro Lula e nossa plataforma para a Presidência tenderá a polarizar até mesmo as disputas locais, o que não nos libera (mas ao contrário obriga) de apresentar plataformas municipais alternativas. E, na hipótese de não conquistarmos a realização de eleições presidenciais em 1988, as campanhas locais deverão articular-se com a luta pela realização de Diretas, centradas na oposição à Nova República, contra o governo e seus aliados locais e contra o pagamento da dívida externa.
175. As orientações eleitorais aqui discutidas procuram politizar, desde já, a movimentação legítima de pré-candidaturas dentro do Partido. Estas linhas preliminares destinam-se mais a subsidiar a campanha de eleições municipais em 1988. Naturalmente, elas terão de ser ajustadas no caso da realização de eleições presidenciais, devido à influência dominante que o pleito nacional exercerá sobre as disputas municipais.
176. As iniciativas pré-campanha, que ocorrem nas várias cidades, devem se entrelaçar com as atividades e lutas gerais do PT para os próximos meses. O potencial eleitoral do Partido estará diretamente ligado a seu

papel político global na sociedade e a sua participação nas grandes disputas políticas nacionais (incluindo, com destaque, a Constituinte) até as eleições. Desse modo, a participação nas tarefas de ação política de todo o Partido, no final de 1987 e início de 1988, são parte fundamental da própria preparação política das eleições, concebidas de um ponto de vista não eleitoralista.

177. As lutas coletivas dos trabalhadores são o fator fundamental para a conquista de mudanças políticas e socioeconômicas. As eleições, a conquista de governos municipais e o exercício de mandatos de vereador devem ser vistos como partes integrantes dessa luta coletiva e como frentes da luta de classes. A posição do PT na disputa eleitoral precisa enfeixar, em um todo único, a luta econômica e social, a luta política e a luta ideológico-cultural.
178. A disputa eleitoral em 1988 será a primeira após a grande desilusão popular com o PMDB e o governo Sarney, que se seguiu às eleições de 1986. Neste sentido, é possível que venha a se constituir em um extravasamento do sentido antigoverno, com muitos votos de protesto, dos quais o PT pode ser um grande beneficiário. Todavia, o crescimento eleitoral do PT não está assegurado de antemão. Há intensa disputa política, na qual forças de direita procuram também explorar o desgaste do atual governo. Na população trabalhadora, manifesta-se uma tendência a desacreditar de qualquer alternativa política, e surgem fatores de uma crise político-institucional mais grave. Assim, embora exista, em princípio, um potencial político-eleitoral a nosso favor, verificado inclusive nas pesquisas, o desempenho do PT nas eleições dependerá, em grande medida, da marcha da disputa política global na sociedade, além das suas posições e propostas em nível local. Nestas circunstâncias, a politização, desde já, da campanha eleitoral nos municípios, ligando-a com a luta política geral, é uma necessidade inclusive eleitoral, visando capitalizar eleitoralmente nosso papel na cena política nacional. E, vice-versa, a despolitização e a estrita municipalização das eleições favorecem os candidatos vinculados à Nova República e ao conservadorismo.
179. Há várias questões pendentes de decisões da Constituinte, que influenciarão a legislação partidária e eleitoral e condicionarão aspectos importantes das próximas eleições: direito de voto aos 16 anos, eleições para

prefeito em dois turnos, voto distrital misto, normas para a organização e funcionamento dos partidos, disposição em relação aos municípios, seu grau de autonomia, sua posição no sistema tributário etc. Os Diretórios Regionais e Municipais devem ter presente desde já essas possibilidades, e, uma vez definidos esses pontos na nova Constituição, serão feitos ajustes necessários na tática eleitoral.

180. Os nossos objetivos políticos gerais nas eleições estão ligados a uma correlação global de forças, na qual as classes dominantes detêm a hegemonia na sociedade e se faz necessária uma tática de acúmulo de forças, devendo ser buscadas as seguintes metas:
- a) Fixar o perfil político geral do PT como partido socialista, que tem uma proposta global de novos rumos para a sociedade, expressa em nosso futuro Programa Alternativo de governo para o país;
 - b) Enraizar o PT na vida política da sociedade, incluindo as disputas políticas nos municípios, criando novas lideranças e referenciais políticos que favoreçam essa sedimentação do Partido como uma força política nacional com bases implantadas em cada localidade;
 - c) Fazer avançar a luta por conquistas democráticas, econômico-sociais e de políticas públicas, alcançando especificamente mudanças progressistas no âmbito municipal;
 - d) Conquistar o maior número possível de mandatos eletivos de prefeitos e vereadores, a serviço dos objetivos e da linha geral do PT;
 - e) Avançar na organização do PT, construindo novos núcleos de base ampliando o número de filiados e militantes;
 - f) Lutar pela criação de mecanismos e canais de controle, de fiscalização e de participação popular nas decisões da Administração Municipal.
181. Tendo presente o papel político dos mandatos de vereador, o PT terá como um objetivo fundamental a conquista do maior número possível de vagas na Câmara Municipal, canalizando nosso potencial eleitoral no sentido de reforçar o voto de legenda na disputa dos Legislativos locais. Em relação às eleições para prefeito, daremos importância especial aos municípios de maior peso político e nos quais o Partido possui maior implantação e densidade eleitoral. Por outro lado, sem prejuízo da nossa política de alianças, lançaremos candidatos a prefeito no maior número possível de municípios. Sempre que lançarmos um candidato

à Prefeitura, este deverá preencher certos requisitos: representatividade, trânsito político e capacidade política pessoal para expressar as posições do PT, além de estar identificado com as posições e a prática do PT. O Diretório Nacional especificará os critérios e as prioridades de concentração de forças da campanha em relação às candidaturas a prefeito ou às Câmaras.

182. As metas políticas nas eleições estão a serviço dos objetivos maiores socialistas e de transformação social do Partido, devendo os candidatos corresponderem a esses propósitos. Não se trata de simplesmente eleger qualquer nome, mas de conquistar mandatos populares realmente comprometidos com a luta do PT. Assim, embora devamos lançar o maior número possível de candidatos, todos precisam preencher os critérios políticos e ético-morais próprios do PT, e só a estes deve ser concedida legenda, o que é de responsabilidade dos Diretórios e Encontros Municipais.
183. O conteúdo político da campanha eleitoral deve enfeixar, num todo único, três componentes fundamentais:
 - a) oposição ao governo Federal, à Nova República e à direita em geral, incluindo a disseminação de uma consciência socialista entre os trabalhadores, tendo como referência unificadora e orientadora o Programa Alternativo de governo do PT;
 - b) oposição aos representantes e sustentáculos da Nova República e do conservadorismo no âmbito municipal, respondendo à configuração concreta e específica da luta de classes na esfera local;
 - c) luta por um programa municipal com medidas de democratização política, conquistas econômico-sociais e avanços em políticas públicas, que desdobrem o Programa Alternativo de governo, respondendo à realidade de cada lugar.
184. Para efeito da massificação dessa linha de campanha, devemos, em cada localidade, procurar sintetizar todo esse conteúdo político em um lema e em algumas propostas centrais concentradas em poucas palavras, sintetizando com as principais disputas as aspirações e a psicologia que marcam aquelas eleições no lugar.

A POLÍTICA DE ALIANÇAS ELEITORAIS

185. A política de alianças eleitorais do PT necessita estar de acordo com

esses componentes relacionados ao conteúdo e aos objetivos gerais da campanha, servindo sempre ao princípio. Nesse sentido, os critérios políticos para eventuais alianças eleitorais devem ser:

- a) oposição ao governo Sarney, à Nova República, à transição conservadora e à direita em geral;
 - b) compromisso efetivo e seguro com os pontos centrais do programa municipal proposto pelo PT;
 - c) apoio às reivindicações e participação nas lutas dos trabalhadores e movimentos populares.
186. Iniciativa, junto às bases dos partidos que se reivindicam comunistas, socialistas e de trabalhadores, propondo publicamente a unidade de ação política da classe trabalhadora.
187. Junto a isso, devemos avançar na construção de uma frente democrática e popular, o que significa sensibilidade e iniciativa do PT junto a setores de partidos não vinculados diretamente à classe trabalhadora mas que, se estiverem em conflito com a política hegemônica da burguesia, podem reforçar a luta democrática dos trabalhadores.
- a) Ao lado dessa orientação, definimos três objetivos gerais:
 - | derrotar a Nova República e a direita em todo os níveis (nacional, estadual e municipal);
 - | reforçar a luta democrática dos trabalhadores, aumentar as bases sociais e conquistar largos setores de massa para a proposta do PT;
 - | obter saldos políticos, organizativos e eleitorais para o PT.
 - b) Tomando esse conjunto de posições e de critérios, colocados a partir do item 185, decidimos:
 - | excluir composições eleitorais com partidos que dão sustentação à Nova República e ao conservadorismo direitista (PDS, PL, PTB, PFL, PMDB). No caso deste último, eventuais dissidências em oposição à linha oficial devem ser avaliadas caso a caso. No caso do PCB, embora seja um partido que dê sustentação à Nova República, é preciso levar em conta eventuais evoluções de sua política e de suas bases rumo à oposição. Quanto ao PCdoB e PSB, devemos tomar iniciativas políticas que possibilitem ou a evolução desses partidos para posições defendidas pelo PT ou a atração de setores desses partidos para apoio ou relação com o PT. Quanto ao PDT, é um parti-

- do de oposição à Nova República, favorável ao presidencialismo e às eleições diretas para presidente em 1988. No entanto, é um partido dominado pelo populismo, no qual convivem facções burguesas, setores socialistas e trabalhistas. Nesse sentido, qualquer aliança eleitoral com esse partido deve ser analisada pontualmente;
- | avaliar a situação do PCB, PCdoB e PSB com o sentido de o PT tomar iniciativas políticas que possibilitem ou a evolução desses partidos para posições defendidas pelo PT ou a atração de setores desses partidos para apoio ou relação com o PT;
 - | a partir dos critérios definidos e da perspectiva de acúmulo de forças, o PT deve incluir em sua política de alianças o PH e o PV.
- c) Uma vez estabelecida a política geral de alianças eleitorais, compete aos Diretórios Municipais sua aplicação, cabendo recursos ao Diretório Regional e ao DN, que acompanharão os encontros e as políticas de alianças em cada município.
188. Com a fragmentação da campanha eleitoral no nível dos inúmeros municípios, tende a ser menor o papel centralizador e polarizador da TV nessas eleições, e maior o peso das máquinas eleitorais dos partidos burgueses nos municípios. Nessas circunstâncias, adquire especial importância a realização, pelo PT, de uma campanha militante, na qual o número de ativistas, a organização, a garra, o espírito de iniciativa, a criatividade, o trabalho de massa, sejam trunfos capazes de compensar o poderio de recursos materiais dos nossos adversários.
189. Para o PT apresentar-se à população como alternativa real de governo é fundamental uma plataforma de campanha com propostas concretas para enfrentamento dos principais problemas locais. É necessário que o Partido se dirija ao conjunto da população e não apenas à parcela organizada da sociedade. É importante também mostrar que o Partido possui capacidade política, técnica e administrativa para exercer o governo local.
190. Entendemos que o programa de governo do PT deve expressar o conhecimento político e técnico acumulado pelo Partido em sua participação nas lutas dos trabalhadores (movimento sindical e popular), e permitir a incorporação de novas contribuições, ampliando a base social e militante do Partido.
191. A elaboração do programa é um momento oportuno para a mobilização

do Partido e para engajar simpatizantes, conquistar novas adesões. Para isso, é necessário que o processo de sua elaboração seja aberto, coletivo, democrático e, principalmente, baseado na mobilização local, com a realização de seminários amplamente divulgados. Um processo desse tipo tem ainda a vantagem de transformar a elaboração do programa num evento político de campanha eleitoral, além de contribuir para impor uma discussão aos demais partidos. É uma maneira de demonstrar capacidade, envolver maior número de pessoas e colocar a disputa num campo mais propício para o PT.

ORIENTAÇÃO AOS DIRETÓRIOS MUNICIPAIS

192. Os Diretórios Municipais devem:
- a) produzir documento político sobre as eleições. Cada Diretório deve produzir um documento básico sobre as eleições em seu Município;
 - b) levar o documento à discussão nos núcleos e outros organismos partidários, para ser avaliado e emendado;
 - c) fazer uma plenária de filiados para discutir as questões destacadas como prioritárias sobre a questão eleitoral.
193. A orientação de conteúdo para essa discussão é de que, além de situar a posição do Partido na conjuntura nacional, o documento deve conter:
- a) conjuntura municipal: situação das forças políticas organizadas no município;
 - b) situação do movimento sindical e do movimento popular;
 - c) situação do PT: organizativa, financeira, política;
 - d) programa de governo e plataforma: prioridades escolhidas em cada município, que devem ser aprofundadas; prioridades de curto prazo, de aplicação imediata no governo municipal; prioridades a longo prazo, relacionadas com os objetivos gerais do Partido;
 - e) mobilização do PT nas lutas gerais; em lutas importantes locais; pichações, colagens, panfletagem, minicomícios; shows e outros eventos culturais;
 - f) organização do PT (avançar na nucleação e outros aspectos organizativos);
 - g) preparação das finanças e infraestrutura;
 - h) orientação de curto prazo para esta fase inicial da campanha, e qual a tática eleitoral utilizada nesta fase.

194. O Diretório Nacional deve sistematizar e esclarecer, a partir das experiências acumuladas:
 - a) os critérios para a indicação de pré-candidatos;
 - b) os critérios para a escolha de candidatos;
 - c) comportamento das instâncias do Partido no processo eleitoral;
 - d) organização da propaganda em rádio e TV.
195. Nas eleições de 1988, a prática do PT nas Prefeituras de Diadema, Fortaleza e Vila Velha será um elemento de campanha que deverá ser analisado e aprofundado pelo Partido.

A CONSTRUÇÃO DO PT

196. É chegado o momento de transformar o PT e dar um salto de qualidade em sua organização. Avançar na sua construção como Partido dos Trabalhadores significa aprofundar seu caráter de partido de classe, democrático, de massas e socialista.
197. Durante estes anos, todo trabalho organizativo do Partido dirigiu-se para a garantia de sua existência (campanha de filiação, organização legal dos Diretórios); para o apoio às lutas políticas e sociais e a construção da CUT; e para a luta eleitoral (disputa das eleições de 1982, 85 e 86). Tratava-se de implantar o Partido, legalizá-lo, travar a luta contra a Ditadura (luta contra a LSN [Lei de Segurança Nacional], luta contra os pacotes econômicos, luta pelas diretas) e apoiar a luta sindical e popular.
198. Hoje, o Partido é uma realidade. Tem bases sociais e eleitorais, com caráter nacional e uma força política, e tem capacidade própria de mobilização social. Atua no Parlamento e se expressa no campo institucional com propostas e programas, como ficou patente na Constituinte e nas disputas de governo. Levantou a bandeira da luta contra a Nova República com a campanha Contra Sarney e a Dívida, Diretas Já. É uma alternativa real de organização partidária de classe dos trabalhadores, com identidade política definida e socialista.
199. Contudo, rodeados pela política burguesa, pela legislação partidária e eleitoral e por nossas próprias condições (nível de luta e consciência do movimento sindical e popular, dos dirigentes e lideranças; escassos recursos materiais; diferentes visões sobre o Partido, [sua] construção e a luta política do país), cometemos muitos erros e não fomos capazes de

- dar a devida atenção às tarefas que a construção do PT exige.
200. Hoje, estão evidentes as limitações de nossa organização, de nossas instâncias e quadros dirigentes. A cada dia que passa, aumentam as tarefas e cresce nossa base social, mas a nossa estrutura não corresponde às necessidades da luta política.
 201. Por vezes, caímos no espontaneísmo e subestimamos a formação política e a teoria. No anseio de criar um partido aberto, democrático e de massas, deixamos num segundo plano a organização de suas instâncias.
 202. A estrutura organizativa do PT, em comparação com os partidos tradicionais da política brasileira, apresenta-se muito mais dinâmica e democrática, sem dúvida alguma. Os mecanismos de participação abertos ao conjunto dos filiados (Encontros Nacional, Regionais, Municipais e Distritais; núcleos, plenárias, seminários etc.) permitem um partido muito mais afeito às discussões de base do que os partidos tradicionais.
 203. No entanto, a atual estrutura do PT ainda representa uma organização fundamentalmente internista. As lideranças petistas dos movimentos sociais organizam-se no interior dos próprios movimentos de que participam, mas têm pouca ou nenhuma participação orgânica no interior do PT. É verdade que isso se dá, bastante, pelo fato desses militantes ficarem presos, a maior parte do tempo, na dinâmica dos próprios movimentos, mas essa não é a única explicação. A outra razão é que a atual estrutura do PT não é ágil para discutir a política que esses mesmos militantes devem levar para a sua atuação dentro dos movimentos sociais de que participam. E confundimos, muitas vezes, autonomia e independência dos movimentos sociais com ausência de propostas políticas e direção.
 204. Dessa forma, apesar da enorme influência do PT nos movimentos sociais – popular, sindical, camponês, de mulheres e estudantil –, milhares de militantes ainda permanecem alheios às suas instâncias organizativas. Com isso, privam-se da discussão e da vida partidária, e obstaculizam a sua evolução para uma militância política consequente e uma consciência política socialista.
 205. É urgente desenvolver a Secretaria Agrária Nacional e implantar as Secretarias Agrárias Regionais, para concretizar e viabilizar o PT na área rural, ampliando a participação dos trabalhadores rurais (assa-

lariados, pequenos produtores, assentados e sem-terra) nas instâncias partidárias, para desenvolver-se como instância de elaboração de políticas para o PT na área rural; para aprofundar a discussão sobre o caráter do desenvolvimento do capitalismo no campo e o papel dos trabalhadores rurais nas transformações sociais; para assessorar os parlamentares do PT no trabalho junto aos rurais; para participar da discussão das plataformas municipais e estaduais.

206. O PT está confrontado com a necessidade de uma revolução na sua organização, e tem os meios para isto – sobretudo a sua base social. Mas, para que possamos definir um plano de organização claro, é indispensável revermos algumas ideias difundidas no Partido, que fazem parte da nossa cultura petista, mas que não correspondem às nossas necessidades atuais.

PARTIDO COMO REFLEXO E DIREÇÃO

207. Já o Manifesto de Fundação do PT dizia: “O PT pretende ser uma real expressão política de todos os explorados pelo sistema capitalista”. Também, desde o início da nossa construção, afirmamos o nosso respeito à autonomia dos movimentos sociais. Essas duas ideias são corretas, e desempenharam um papel importante, na medida em que esclarecem nossa vontade de construir um partido profundamente enraizado nos movimentos, nas lutas populares e, ao mesmo tempo, capaz de um grande respeito à sua autonomia, avesso a qualquer política de aparelhismo.
208. Contudo, na cultura política petista, passamos muitas vezes a ideia de que o PT deveria ser o reflexo dos movimentos sociais, representante desses movimentos no plano político – o que termina significando representante no plano institucional e parlamentar. No extremo, o PT seria uma espécie de braço parlamentar do movimento sindical ou dos movimentos populares. O PT não poderia querer dirigir as lutas dos movimentos sociais, pois assim estaria desrespeitando a sua autonomia.
209. Esta concepção é incorreta e confusa. Na verdade, se lutamos por um partido capaz de ser um instrumento real de luta pelo socialismo, esse partido tem de ser capaz de dirigir essa luta, de apontar seus rumos. Terá de se tornar o dirigente político dos trabalhadores. Para nós, trata-se de, respeitando a democracia dos movimentos, suas instâncias e caracte-

rísticas, disputar sua direção com propostas previamente debatidas nas instâncias do PT, articulando nossa atuação de luta sindical e popular com a construção partidária e nossa estratégia de luta pelo poder.

210. Fora disso, cairemos no espontaneísmo, nas lutas setoriais dispersas, de um lado, e no ativismo parlamentar, do outro. Corremos o risco de assistir a explosões sociais desorganizadas, com dificuldades de serem canalizadas para a transformação social revolucionária.

PARTIDO DE QUADROS E PARTIDO DE MASSAS

211. Outra ideia profundamente equivocada que costuma aparecer em nossos debates é a que opõe partido de quadros a partido de massas. Para essa confusão contribui, também, a cultura tradicional da esquerda, que em geral teve uma visão estreita da ideia leninista de partido de vanguarda.
212. Se exagerarmos a dicotomia, temos de um lado um partido de quadros pequeno, estreito, sectário, formado de militantes, baluartes que tudo decidem e dirigem, e de outro um partido de massas frouxo, inorgânico, sem cotizações regulares, cada um fazendo o que bem entende e chamando filiados para fazer número em convenções, como qualquer partido burguês.
213. Se queremos um partido capaz de dirigir a luta pelo socialismo, não precisamos nem de uma coisa, nem de outra. Precisamos de um partido organizado e militante, o que implica a necessidade de quadros organizadores. Um partido que seja de massas porque organizará milhares, centenas de milhares ou até milhões de trabalhadores ativos nos movimentos sociais, e porque será uma referência para os trabalhadores e a maioria do povo.
214. Nossa concepção, portanto, é a de construir o PT como um partido de classe dos trabalhadores, democrático, de massas e socialista, que tenha militância organizada e seja capaz de dirigir a luta social. É a partir dessa concepção que indicamos algumas medidas necessárias no plano organizativo.

A ORGANIZAÇÃO NA BASE

215. A questão da organização na base do Partido é uma das mais sérias que

enfrentamos. Todos nós já passamos pela experiência de filiar um companheiro ao Partido e depois não sabermos o que propor como forma de participação do novo filiado. A falta de participação organizada na base leva a grandes problemas: a tendência à separação entre a intervenção nos movimentos sociais (onde os petistas atuam desorganizados ou organizados apenas nas entidades do movimento de massas) e a tendência ao distanciamento entre a direção do Partido e sua base. Para enfrentar essa situação, temos de repensar nossas formas de organização na base, melhorá-las e ampliá-las.

OS NÚCLEOS DE BASE

216. Segundo a nossa concepção, os núcleos de base devem ser a forma fundamental de organização do Partido. Cabe-lhes o papel de organização dos militantes para construir o PT, filiando e preparando trabalhadores para a militância partidária, procurando desenvolver sua capacidade de direção e mobilização política no setor em que atuam. Os núcleos deveriam ser, além disso, um canal de participação da militância nos debates e na definição do conjunto da política do PT, constituindo, portanto, um organismo de poder no Partido, aprofundando e garantindo a sua democracia interna. Os núcleos devem, desta forma, realizar a unidade da intervenção partidária, seja no nível do setor específico em que atuam, seja no nível das campanhas e questões de interesse em que todo o Partido deve se empenhar.
217. Em nossa concepção, os núcleos podem se organizar de acordo com a frente de atuação dos petistas, ou seja, por local de moradia, categoria profissional, local de trabalho ou de estudo e por movimentos sociais. Essa concepção é correta, sendo necessário apenas dar-lhe um caráter amplo: qualquer frente de atuação dos petistas pode ser a base para a formação de um núcleo, exceto por identificação política com tendência do Partido.
218. Atualmente, nossos núcleos de base são poucos e, na maioria das vezes, precários, havendo uma enorme distância entre os nossos desejos e a realidade. As razões disso são inúmeras: a pouca experiência política da maioria dos militantes petistas (o que é próprio de um partido em construção e que cresce rapidamente); de quadros organizadores;

a falta de infraestrutura para o funcionamento dos núcleos (o que nos remete à questão das finanças); a falta de maior formação política; os entraves que vêm da legislação partidária herdada da Ditadura, e que se expressam no nosso Regimento (que, na verdade, termina priorizando os Diretórios com relação aos núcleos). O funcionamento regular dos núcleos deve ser estimulado e assistido pelos órgãos de direção, que devem tanto propor orientações políticas e propostas de atividades, quanto acompanhar essas atividades. Além disso, esse funcionamento regular exige uma alimentação constante pela imprensa do Partido, única forma de propiciar uma discussão política mais rica. Um jornal de massas é indispensável.

219. Os núcleos estão abandonados. Devemos reconstruí-los como a principal base e característica do Partido. Continuamos vivendo uma crise organizativa no PT. Os núcleos, mais do que nunca, estão desprestigiados. Entendidos desde o início como a principal base e característica do Partido, têm enfrentado sérias dificuldades para se generalizarem e se constituírem em organismos de massa. Não raro, a maioria deles fica voltada para questões de ordem interna – sem refletir os interesses das comunidades ou das categorias a que se vinculam – e, portanto, sem atrair novos participantes. Além disso, constata-se que vários petistas com posição de destaque no movimento sindical e popular não mantêm uma militância propriamente partidária, estando afastados de nossa estrutura orgânica. Os Diretórios, em geral, vivem da combinação de discussão sobre as questões internas do PT com o encaminhamento das campanhas gerais do Partido. Poucos são aqueles que conseguem articular essas tarefas com o impulsionamento e a direção do movimento social e a formulação de políticas alternativas no âmbito de sua atuação.
220. Um aspecto a ser observado é a carência de informação política dos militantes. Outro ponto de estrangulamento é a nossa fragilidade econômica, tendo implicações desde a questão da imprensa partidária ao fechamento de sedes de núcleos e Diretórios.
221. Chegamos a tal ponto não por descuido ou acidente de percurso. A fragilidade das estruturas orgânicas do PT teve início na campanha eleitoral de 1982, quando diluímos nossos núcleos e Diretórios em comitês eleitorais de candidatos que, em sua maioria, terminaram em 15 de

novembro daquele ano, com o fim da campanha. De lá para cá, o PT encaminhou com relativo êxito algumas campanhas gerais, porém, até hoje, não conseguiu formular nem implementar uma política de organização que estimulasse o crescimento do Partido do ponto de vista orgânico (nucleação, formação política, finanças etc.). Essa fragmentação tem muito a ver com a postura que se tomou em relação à construção partidária. Mais que isto, tem a ver com a visão do papel do Partido que estamos construindo.

222. As campanhas gerais de intervenção na conjuntura, se por um lado aumenta as simpatias pelo PT, por outro lado, dissociadas de uma correta política de construção partidária, não conseguiram traduzir-se em aumento do nível de organização e enraizamento do PT na realidade social. Ocorre, por vezes, o inverso, ou seja, o Partido geralmente sai das campanhas mais disperso e desorganizado, portanto, mais fraco para resistir a novos avanços da burguesia. O esforço de intervenção na conjuntura, por meio de campanhas gerais, não foi acompanhado por uma política clara de reforço, politização e expansão da nucleação. O resultado foi a drenagem de forças e elementos para ações gerais e conjunturais, levando a um colapso a estrutura dos núcleos e Diretórios. É necessário um esforço consciente e priorizado para que os núcleos construam e ocupem o seu espaço na vida orgânica do partido e nas lutas sociais.
223. Uma política de nucleação, portanto, exige medidas em todos estes níveis:
- a) Em primeiro lugar, de formação política, de transmissão da experiência militante. Ligada a isso, uma campanha de esclarecimento sobre o caráter do Partido, sobre as necessidades de funcionamento de um partido que se propõe, como o PT, a lutar pelo socialismo (o que inclui a discussão sobre a necessidade de um partido dirigente), sobre o fato de que o partido de massas deve ser também de militância e de quadros, sobre a relação entre partido e movimentos sociais. É preciso que façamos uma verdadeira campanha no sentido de ganhar os petistas para a ideia da importância de organizar os núcleos.
 - b) Uma política de nucleação deve ser acompanhada de uma política de finanças que lhe possibilite ter sua própria infraestrutura. O êxito da nucleação exigirá uma mudança de conjunto no funcionamento do Partido, uma direção capaz de dirigir politicamente e de assistir as bases, de alimentar a militância com uma imprensa

- ágil e diversificada. Há necessidade de mudanças no Regimento Interno, que valorizem os núcleos, dando a eles maior poder na estrutura do Partido. Duas medidas são positivas: formar conselhos de núcleos, junto aos Diretórios Municipais e Zonais e dar aos núcleos uma representação direta nos Diretórios (formando Diretórios Ampliados, que incluiriam um certo número de representantes eleitos diretamente pelos núcleos; 1/3 do número de membros efetivos e suplentes eleitos nos Encontros dos Diretórios).
224. O núcleo deve ter características de massa e de vanguarda. É fundamental essa convivência dentro dos núcleos. Há momentos em que os núcleos atraem o maior número possível de simpatizantes e filiados para suas decisões e atividades de massa. Essas reuniões só serão possíveis e só terão consequência se estiverem vinculadas a outras reuniões, voltadas ao aprofundamento político e de como os militantes devem intervir no ambiente em que o núcleo está inserido.
225. O aprofundamento político com um grupo mais restrito de companheiros não se confunde com a prática da célula tradicional. Primeiro, porque visa referenciar as decisões dos núcleos nas necessidades colocadas pelos movimentos sociais; segundo, porque são reuniões abertas à participação de quem quiser, sem qualquer triagem. Assim, os núcleos teriam funções formadoras de intervenção no seu meio e de deliberação em conjunto com os Diretórios.
226. A construção do PT deve priorizar a nucleação dos filiados e militantes, a assistência aos núcleos de base já existentes e a criação de novos núcleos. Os núcleos devem desenvolver ações internas e externas:
- internas: de planejamento, distribuição de tarefas entre os militantes, avaliação das tarefas, formação e elaboração política;
 - externas: de ampliação das políticas planejadas, divulgação, agitação, debates etc., para amplas massas.
227. Os núcleos por local de moradia devem ter como objetivo a hegemonia política e ideológica na sua área de atuação, desenvolvendo as seguintes tarefas:
- cadastrar os militantes e filiados por categorias profissionais, orientar politicamente e organizar seus companheiros nos locais de trabalho, visando ganhar para o campo da CUT o seu sindicato, se este ainda não for nosso;

- b) mapear os movimentos sociais existentes em sua área, definir, com base nas orientações gerais do Partido, políticas específicas para cada um desses movimentos. Levantar as demandas sociais existentes que não tenham movimento tratando delas, fazer a crítica política a respeito, organizar debates e palestras com vistas a despertar interesse nos moradores para então organizar as lutas visando a solução dessas demandas;
 - c) tratar da formação política dos militantes, filiados e simpatizantes;
 - d) promover e divulgar a cultura popular, através da exibição de filmes, *slides*, festas, *shows* e eventos esportivos etc.;
 - e) cotizar os militantes e filiados, promover eventos para levantar recursos para o Partido, tendo em vista que a sustentação financeira do Partido é tarefa de todos os petistas;
 - f) tratar, de modo especial, os problemas da juventude, fazendo a ligação desses com a questão cultural, estudantil, familiar, de lazer etc.;
 - g) cuidar dos filiados novos, destacando no núcleo um ou mais militantes responsáveis pela formação política do conjunto do núcleo, para tratar de modo especial do engajamento dos novos filiados, transmitindo a estes as políticas gerais do Partido, os conceitos básicos dessas políticas, a estrutura orgânica, suas relações internas e com os movimentos sociais ou com a sociedade em geral – evitando, assim, a fuga dos novos filiados pelo desnível com os militantes mais antigos;
 - h) organizar mutirões de visita aos moradores de sua área, levando a estes a mensagem do PT e chamando-os para as atividades gerais do Partido e para o núcleo; planejar panfletagens e vendas da imprensa partidária em feiras, fábricas e unidades de serviço público.
228. Os núcleos por categorias, por extrapolar, em geral, as esferas municipais e zonais, devem ser implementados pelos Diretórios Regionais. Esses núcleos e os por local de trabalho e por movimentos sociais devem tratar, além de suas especificidades, das questões descritas acima, naquilo que couber.
229. O detalhamento descrito neste documento não basta para garantir a nucleação e o seu fortalecimento. É evidente que a realização de tais atividades com maior conteúdo e eficácia política só poderá se dar dentro de um esforço mais amplo de politização do conjunto partidário, e neste processo a nossa imprensa deve desempenhar um papel fun-

damental. Além disso, devemos organizar secretarias e comissões, nos Diretórios, que possam dar suporte e assistência sistemática aos núcleos e ao trabalho de nucleação.

230. A mudança de qualidade dos trabalhos dos Diretórios passa, também, pela realização de reuniões ampliadas e plenárias de filiados e pela criação dos conselhos de núcleos, conforme proposta de alteração do Regimento Interno.
231. Quanto a regiões e sub-regiões, deve ser apoiado o seu fortalecimento enquanto instâncias de integração, coordenação e aplicação da linha política do PT de forma integrada com os núcleos e Diretórios, facilitando o enraizamento do PT no movimento social, a formação e o debate político, bem como a aproximação das bases com a direção partidária. Se os núcleos devem ser entendidos como elementos de organização de base, de discussão e intervenção, os Diretórios, as sub-regiões e as regiões devem ser fortalecidas como elementos de centralização política e coordenação. Para tanto, é necessário que se aprofunde o conhecimento de sua realidade específica e se elaborem planos de trabalho estabelecendo prioridades para a atuação conjunta.

OUTRAS FORMAS DE ORGANIZAÇÃO DE BASE

232. Embora os núcleos sejam a forma mais importante de organização na base do Partido, não suprem todas as necessidades e não esgotam as possibilidades. Os núcleos são formas organizativas próprias para aqueles companheiros que têm uma militância política mais regular, mais constante. Haverá outros companheiros, filiados ao Partido, dispostos a formas de colaboração mais eventuais ou mais localizadas em alguma área.
233. Há formas organizativas eficazes, que já têm sido praticadas pelo PT e devem ser incorporadas de forma permanente à vida partidária:
 - a) grupos de apoio (que se formam em determinadas campanhas e que têm, portanto, uma vida mais curta);
 - b) plenárias de militantes: a discussão e o encaminhamento por meio de plenárias é uma forma ágil de contato entre os órgãos de direção e o conjunto dos militantes. Propiciando o encontro de militantes de frentes de atuação distintas, contribuem também para a politização geral. As plenárias podem ser realizadas em vários níveis: estaduais,

- municipais, por região etc.
234. Além disso, o PT deve avançar para ter um contato permanente com o maior número possível de filiados, inclusive os que não se dispõem a ter uma militância regular ou mesmo eventual. Essa ligação pode-se dar pela imprensa do Partido, em vários níveis, inclusive na imprensa local de núcleos, pelo convite para participar de plenárias e, naturalmente, pela solicitação de uma contribuição financeira para o Partido.
235. Todo militante petista que sofrer repressão policial em decorrência de atividade política deverá receber apoio jurídico da parte do PT.

CENTRALIZAÇÃO PARTIDÁRIA E FUNCIONAMENTO DA DIREÇÃO

236. Ao lado da precariedade de nossa organização na base do Partido, outro ponto de estrangulamento é a falta de uma real centralização do Partido, de unidade de ação por parte dos seus militantes. Para ser um partido dirigente, capaz de intervir de forma organizativa e coerente nos movimentos sociais, e de dar um rumo à luta das massas trabalhadoras pelo socialismo, o PT precisa de centralização.
237. Para que essa centralização contribua para o fortalecimento da democracia interna, é preciso empenho para agilizar meios que assegurem a democratização das informações e o processo de tomada de decisões em todos os níveis da estrutura partidária.
238. A capacidade de atuação centralizada envolve pelo menos três questões. Em primeiro lugar, a existência de definições políticas claras. Em segundo, a consciência, por parte da militância petista, da necessidade da centralização política do Partido. Em terceiro lugar, o funcionamento pleno das instâncias de direção partidária.
239. O funcionamento das nossas instâncias diretivas é extremamente precário, com a tendência dos Diretórios terem um caráter formal e a sobrecarregar as Comissões Executivas.
240. Precisamos, portanto, superar essas falhas, construindo uma verdadeira direção política. Isso implicará o funcionamento coletivo dos Diretórios, com a distribuição planejada e coletiva das tarefas e a responsabilização e cobrança do cumprimento das tarefas. Em vista das crescentes necessidades de desempenho prático das tarefas deliberadas, o PT tam-

bém precisa definir uma política com relação à profissionalização dos dirigentes e dos funcionários.

241. Isso deve ser combinado com uma integração dos membros dos Diretórios nas diversas secretarias, comissões e grupos de trabalho (que são estruturas auxiliares da direção), deixando às Comissões Executivas seu papel próprio, de instâncias que têm enorme responsabilidade política, mas que são dirigidas pelo Diretório respectivo.
- 242 Além disso, precisamos conseguir que haja no Partido uma elaboração política mais coletiva, que unifique a intervenção dos militantes e instrumentalize o Partido com políticas claras para o movimento popular e sindical, integrando as distintas experiências. Nesse sentido, é preciso convocar encontros por área de atuação no movimento sindical e popular, precedendo os Encontros Regionais e Nacional, com poderes para deliberar políticas indicativas para os Encontros. Particularmente importante é que os membros dos órgãos de direção tenham todas as tarefas organizativas, diretivas e de acompanhamento das organizações de base, em particular dos núcleos.
243. Entretanto, resolver o problema do funcionamento das direções implica, também, resolvermos corretamente duas questões-chave no processo de centralização do PT, o direito de representação proporcional nas Executivas e o direito de tendência.

RESOLUÇÃO SOBRE TENDÊNCIAS

1. O Partido dos Trabalhadores surgiu da vontade da classe trabalhadora de construir um instrumento político capaz de lutar contra o capitalismo – “um sistema econômico e político que não pode resolver os seus problemas” – decidindo-se a participar da condução do processo brasileiro na direção do socialismo.
2. Em nenhum momento de sua construção o PT assumiu a condição de frente – de qualquer tipo – ou mesmo reduziu o alcance de sua intervenção a tarefas meramente conjunturais. Pelo contrário, os seus documentos básicos afirmam de maneira definitiva o seu caráter estratégico e sua feição de partido de massas, democrático e socialista, consciente do seu papel fundamental no processo de construção do socialismo no Brasil.

Pelas mesmas razões, o PT compromete-se a aperfeiçoar no seu interior, cada vez mais, as condições democráticas que permitam a todos e a cada um de seus filiados o debate amplo e livre, a efetiva participação no processo decisório, o exercício da crítica e o legítimo direito de disputa de órgãos de direção.

3. Ao afirmar seu caráter estratégico, o PT afirma-se, pois, como partido e não como frente de partidos ou organizações. Contrapõe-se, portanto, à prática da dupla militância e da dupla fidelidade. Da mesma maneira, a filiação ao PT se dá em caráter individual, assumindo o filiado o compromisso de acatar apenas e unicamente as decisões partidárias, tomadas nas instâncias orgânicas do PT.
4. Sendo democrático, o PT admite em seu interior a disputa ampla entre diferentes opiniões. Acredita que somente a mais ampla liberdade de pensamento e o incentivo ao debate político poderá torná-lo genuína fonte de conhecimento e fortalecê-lo como instrumento de ação dos trabalhadores. Entretanto, da mesma forma que defende e garante a pluralidade de pensamento sobre as mais variadas questões, exige a mais forte unidade de ação, pois é na base desse elemento que reside a eficácia do partido como instrumento de intervenção na luta de classes,

no rumo do socialismo. O PT, portanto, defende a democracia interna como princípio partidário, ao mesmo tempo que reitera a necessidade de acatamento obrigatório das deliberações das instâncias partidárias como expressão desse mesmo princípio.

5. Em vista do acima exposto, o PT vê como natural a formação, em seu interior, de agrupamentos para defender posições políticas, cujas reuniões, debates e trabalhos tenham caráter transparente ao partido, e cujas atividades estejam voltadas exclusivamente para a vida interna do PT e que visem o fortalecimento da estrutura partidária em seu conjunto. O PT considera fundamental a veiculação das políticas dos agrupamentos no interior do partido. Assim, para que os militantes e filiados tenham conhecimento dos pontos de vista e documentos dos referidos agrupamentos, deve-se dedicar esforços para que o partido se responsabilize por sua divulgação e publicidade. Da mesma forma, o partido deve esforçar-se para o fortalecimento de sua infraestrutura material, de forma a permitir que as reuniões dos agrupamentos se deem no interior do próprio partido.
6. É rigorosamente incompatível com o caráter do PT a existência, velada ou ostensiva, de partidos em seu interior, concorrentes do próprio PT. Quer dizer, o PT não admite em seu interior organizações com políticas particulares em relação à política geral do PT; com direção própria; com representação pública própria; com disciplina própria, implicando inevitavelmente em dupla fidelidade; com estrutura paralela e fechada; com finanças próprias, de forma orgânica e permanente; com jornais públicos e de periodicidade regular.

O reconhecimento de agrupamentos desse tipo – partidos dentro do PT – seria a aceitação do partido enquanto frente política, vale dizer, a própria negação do projeto histórico do PT. E colocaria irremediavelmente em risco a perspectiva de consolidá-lo como um forte partido da classe trabalhadora, alternativa real de poder popular para o país.

Entretanto, levando em consideração que existem no PT agrupamentos com estrutura de partido, o PT trará com eles debate político visando a sua dissolução e a completa integração de seus militantes na vida orgânica petista, podendo vir a se transformar em legítimas tendências do partido.

7. O PT não confunde tendências internas de opinião com partidos dentro do partido, assegurando, pois, a qualquer grupo de militantes o direito de constituir-se como tendência interna do partido.
- a) Uma tendência do PT é um grupo de petistas que se agrupa, ou se organiza, para defender posições no interior do partido, a partir de uma base política (podendo adotar o nome de tendência, corrente, agrupamento...).
 - b) As tendências do PT se distinguem das articulações ou blocos de militantes que se formam apenas nos períodos de encontros.
 - c) As tendências do PT deverão respeitar escrupulosamente seu caráter de agrupamento de militantes para defender posições no interior do partido. Submetido à disciplina partidária como militante, nenhum agrupamento interno ou tendência poderá expressar-se nessa condição diretamente à sociedade, seja através de manifestações públicas, seja através da imprensa ou por qualquer outro meio. Por conseguinte, os instrumentos de veiculação de suas políticas devem dirigir-se exclusivamente aos membros do partido.
 - d) As coordenações das tendências, bem como suas políticas, devem ser transparentes para o conjunto do partido.
 - e) O caráter apenas interno das tendências não admite que suas necessidades financeiras para articular ou divulgar suas posições políticas sejam supridas por atividades externas ao partido. Por conseguinte, suas finanças só podem ser obtidas no interior do partido, sem concorrer ou prejudicar as atividades de finanças do PT, razão pela qual devem estar submetidas à política de finanças do partido.
 - f) Uma tendência do partido não pode constituir um partido distinto do PT, nem usar nome de partido. Deve reconhecer expressa e praticamente o PT como um partido estratégico (rumo ao socialismo).

RESOLUÇÃO SOBRE PROPORCIONALIDADE

1. Desde o início do PT, temos tido o entendimento de que a prática da democracia é parte integrante e necessária do [nosso] projeto político. Impossível pensar o socialismo e lutar por sua construção sem desde já praticarmos uma política de independência de classe, combativa, massiva e democrática.
2. Nosso partido, desde sua origem, contou com companheiros oriundos de diversos agrupamentos e tendências da esquerda organizada brasileira que, ao lado de militantes provenientes do movimento sindical, popular, de igreja, entre outros segmentos, contribuíram decididamente para a construção desse projeto político.
3. Na busca de permitir uma condução democrática de nosso partido, adotamos, desde os primeiros tempos, o critério da proporcionalidade na montagem de nossos diretórios regionais e nacional. Esse critério permite que as correntes minoritárias, na proporção do percentual de votos obtidos, participem das direções regionais e nacional.
4. Essa prática foi estendida, em alguns diretórios regionais, à montagem de suas comissões executivas, propiciando que se discutisse a aplicação da mesma norma à montagem da Comissão Executiva Nacional.
5. Entendemos que essa questão não pode ser discutida [de forma] desvinculada do problema da regulamentação do direito de tendência: não haveria, a rigor, nenhuma objeção à adoção do critério de proporcionalidade na montagem da Executiva Nacional não fosse o fato, inegável, de termos hoje, dentro do PT, o fenômeno de partidos dentro do nosso partido. Com ou sem este nome, a maioria das tendências hoje presentes no PT são projetos partidários, com centralismo próprio, infraestrutura própria, imprensa, caracterizando de maneira muito clara a prática da dupla militância e da dupla fidelidade.
6. A resistência da maioria partidária a admitir até hoje a proporcionalidade na Comissão Executiva Nacional radica-se, pois, basicamente, no fenômeno acima mencionado da existência de verdadeiros projetos partidários

dentro do PT, com todas as suas consequências. E é preciso salientar que, nos Encontros anteriores, a composição da chapa minoritária deu-se num processo de montagem de uma espécie de “federação” de tendências organizadas que, deixando de lado divergências políticas, uniam-se numa chapa comum na busca de se atingir o quórum mínimo de participação no Diretório Nacional.

7. Entendemos assim que, enquanto perdurar o fenômeno da existência de tendências com as características que marcam a maioria das tendências hoje presentes no PT, devemos manter a sistemática da participação das correntes minoritárias no Diretório Nacional, onde se trava o debate político e se definem as orientações fundamentais para o partido no período entre os Encontros. Mas entendemos também que devemos reservar à maioria as funções da Comissão Executiva Nacional com seu papel de representação partidária, com sua tarefa de executar as políticas traçadas pelo Diretório Nacional, cabendo a ela a decisão da participação ou não das minorias na Executiva, excluída a hipótese da proporcionalidade.
8. Em síntese, a necessidade de uma sólida coesão interna na Comissão Executiva Nacional, o risco de se confiar funções executivas a companheiros que têm outro projeto político além do PT e nossa convicção firmada de que o PT não é uma frente, nem meramente um partido tático, mas um partido estratégico, com caráter definido, fundamentam essa nossa proposta.

5º Encontro Nacional

Brasília, 4, 5 e 6 de dezembro de 1987

ANEXO

5º ENCONTRO NACIONAL - 1987 REGULAMENTAÇÃO DAS TENDÊNCIAS INTERNAS¹

I - NATUREZA DA TENDÊNCIA INTERNA

1. A presente resolução regulamenta a existência e a atuação das Tendências Internas do PT, com base na Resolução sobre Tendências aprovada no 5º Encontro Nacional, com as emendas aprovadas na reunião do Diretório Nacional de 16 e 17 de janeiro de 1988 e incorporando, ainda, as demais decisões sobre o assunto aprovadas nas instâncias orgânicas partidárias até o momento.
2. O Partido dos Trabalhadores é constituído por filiados individuais. O programa político, a organização e o funcionamento, bem como as atividades do PT, são os que constam do Manifesto de Fundação, do Programa, do Estatuto, do Regimento Interno e das resoluções aprovadas em Encontros e Convenções e nas demais instâncias de deliberação do Partido. Todos os filiados, sem exceção, devem submeter-se às disposições desses documentos. Serão aplicadas sanções, previstas no Estatuto e no Regimento Interno, às infrações cometidas por quaisquer filiados, sem exceção.
3. Filiados do PT podem constituir no interior do Partido, e com estrita obediência a esta regulamentação, um agrupamento para defender posições políticas e organizacionais e disputar postos nas instâncias e nos organismos do Partido. Um agrupamento dessa natureza é denominado Tendência Interna.
 - a) Uma Tendência Interna, portanto, é um agrupamento de filiados do PT, com atividade estritamente circunscrita ao Partido e cuja existência, funcionamento e atuação obedecerão rigorosamente a esta regulamentação.

1. Aprovada pelo Diretório Nacional na reunião de 14 e 15 de abril de 1990, realizada no Colégio Pio XI, em São Paulo (SP).

- b) Os integrantes da Tendência Interna só podem ser filiados do PT e, sem exceção, submetidos única e exclusivamente às regras e deliberações partidárias, bem como às normas disciplinares e éticas previstas no Estatuto e no Regimento Interno do Partido.
4. A Tendência Interna caracteriza-se por submeter-se ao Programa e às Resoluções do PT, por reconhecê-lo explicitamente como partido estratégico na construção do socialismo e por diferenciar-se na defesa de propostas alternativas ou complementares relacionadas com aspectos parciais da política, da estrutura ou funcionamento do Partido.
- a) A Tendência Interna diferencia-se radicalmente de organizações políticas autônomas externas do PT, por este assim consideradas. O PT não admite a dupla filiação e a dupla militância dos seus filiados com relação a essas organizações autônomas.
- b) Por construir-se como partido estratégico, com programa e organização aprovados pelos seus filiados, o PT não se constitui numa frente ou numa federação de partidos ou de organizações.
- c) A autonomia relativa da Tendência Interna não pode extravasar, sob qualquer hipótese, os limites definidos por esta regulamentação e por outras deliberações sobre o assunto aprovadas nas instâncias orgânicas partidárias.
5. A Tendência Interna poderá adotar qualquer denominação – com exceção de “Partido” – que a identifique e caracterize perante o conjunto de filiados do PT. Mas essa denominação deve ser precedida sempre da expressão “Tendência Interna”.
- a) A Tendência Interna dará conhecimento ao Partido dos nomes de seus responsáveis.

II - REGISTRO E RECONHECIMENTO

6. A Tendência Interna, caracterizada de acordo com o capítulo precedente, solicitará seu registro à Secretaria Nacional de Organização [SORG].
7. Do pedido de registro devem constar:
- | denominação da Tendência Interna;
 - | nome dos responsáveis pela Tendência Interna em nível nacional e estadual;
 - | documento sintético com as principais linhas políticas e com a forma geral de funcionamento da Tendência;

- | compromisso com o Programa, o Estatuto, o Regimento Interno do PT e as resoluções aprovadas nos Encontros e nas instâncias do Partido;
- | compromisso com os termos e o significado da Resolução sobre Tendências aprovada no 5º Encontro Nacional e com esta regulamentação.
 - a) Poderão acompanhar o pedido de registro, a critério de cada Tendência Interna, documentos políticos, resoluções, exemplares de publicações e outras informações consideradas relevantes.
- 8. O pedido de registro será examinado pela SORG, que, em 15 dias, encaminhará à Comissão Executiva Nacional um parecer acompanhando a documentação.
- 9. No prazo de um mês, a partir do recebimento do parecer da SORG, a Comissão Executiva nacional (CEN) pronunciar-se-á sobre a solicitação de registro e remeterá o processo ao Diretório Nacional para decisão final.
- 10. A aceitação final e integral do pedido de registro significa o reconhecimento oficial, pelo PT, da existência da Tendência Interna, e a CEN dará ampla divulgação desse fato.
- 11. Qualquer filiado do PT pode pedir reconsideração dessa decisão ao Diretório Nacional [DN] ou, em última instância, recorrer ao Encontro Nacional.
- 12. Se o pedido de registro não for aceito, os responsáveis pela Tendência Interna podem pedir reconsideração ao DN ou, em última instância, recorrer ao Encontro Nacional.
- 13. Modificações de linha política, funcionamento e forma de atuação da Tendência Interna, bem como fusões e divisões ou autodissolução, serão comunicadas à SORG.
- 14. Com base em documentação apresentada por qualquer filiado, o DN poderá iniciar processo de cancelamento do registro de uma Tendência Interna.
- 15. Se, em última instância, o registro for negado ou cancelado, o agrupamento dissolver-se-á como Tendência Interna e, no caso de não dissolução, seus integrantes devem optar formalmente pela sua desvinculação do agrupamento, para não incorrerem nas hipóteses de dupla militância.

III - ATUAÇÃO

- 16. Nos termos do item 3 (com a e b) desta regulamentação, a atuação da Tendência Interna circunscrever-se-á às instâncias, aos organismos e ao conjunto dos filiados do PT.

17. A expressão pública das posições do PT cabe exclusivamente aos dirigentes e às instâncias do Partido.
18. A Tendência Interna encaminhará à CEN exemplares dos documentos por ela produzidos.
19. Independentemente das posições assumidas por uma Tendência Interna, seus integrantes respondem individualmente perante as instâncias orgânicas do PT nos casos de desrespeito às deliberações partidárias e nos casos de infração à disciplina e à ética, nos termos do Estatuto, do Regimento Interno e demais resoluções do Partido.
20. A Tendência Interna pode realizar publicações que estejam estritamente de acordo com esta regulamentação.
 - a) As publicações da Tendência Interna serão dirigidas e distribuídas exclusivamente aos filiados do PT, com a finalidade de debate no interior do conjunto partidário e disputa interna de orientação e direção.
 - b) As publicações da Tendência Interna não poderão servir de base para a construção de uma corrente autônoma em relação ao PT e com ele concorrente.
 - c) As publicações da Tendência Interna ostentarão com destaque na primeira página, logo após o título ou logotipo, os seguintes dizeres: “Publicação de responsabilidade da Tendência Interna do PT...” (denominação da Tendência Interna como registrada); “Esta publicação é de caráter interno ao Partido dos Trabalhadores e dirigida e distribuída única e exclusivamente aos filiados do PT”.
 - d) Ao tratar de temas sobre os quais já existam resoluções do PT, as publicações da Tendência Interna tornarão explícita essa circunstância, como condição para divulgar as divergências a respeito.
 - e) Com base nesta regulamentação e com divulgação de suas razões, o DN poderá exigir dos responsáveis pela Tendência Interna que adaptem suas publicações às presentes normas.
21. A Tendência Interna poderá ter escritórios ou locais para redação de publicações, dando-se ciência às instâncias de direção do Partido.
 - a) Os escritórios da Tendência Interna não se constituirão em sedes públicas, que sirvam de base para a organização de uma corrente externa ao PT, a qual se dirija diretamente à sociedade, autonomamente em relação ao Partido.

IV - FINANÇAS

22. As despesas que a Tendência Interna tiver com sua atuação poderão ser cobertas com campanhas próprias de arrecadação financeira.
- As campanhas financeiras da Tendência Interna terão caráter interno ao PT, não podendo substituir, nem se superpor ou contrapor à política financeira do Partido.
 - Contribuições financeiras que filiados fizerem a uma Tendência Interna não os desobrigam de seus deveres para com o PT, nos termos das resoluções partidárias.

V - RELAÇÕES INTERNACIONAIS

23. A Tendência Interna poderá realizar contatos internacionais e participar de atividades com caráter de informação, discussão e intercâmbio, desde que seja feita prévia comunicação à Comissão Executiva Nacional do PT, especialmente à Secretaria de Relações Internacionais.
- Nesses contatos, a Tendência Interna reafirmará sempre que as relações internacionais do PT são privativas do seu Diretório Nacional, através da Secretaria de Relações Internacionais.
24. Mesmo que integrantes de uma Tendência Interna que se identifique com orientações distintas de correntes internacionais, os filiados do PT acatarão as deliberações do Partido em quaisquer questões de caráter nacional ou internacional.
- Os petistas não se subordinarão à orientação de qualquer outro partido ou organização política, seja nacional ou internacional.
25. As propostas de realização de campanhas internacionais, ou de atividades internacionais que impliquem ação prática, serão submetidas previamente às instâncias do PT. O Partido poderá, então, a seu critério, adotar uma de três posições:
- | adotar a proposta, e encaminhá-la;
 - | não adotar a proposta como Partido, mas autorizar que filiados o façam;
 - | considerar que a proposta é contraditória com as orientações do Partido e negá-la, conseqüentemente deliberando que filiados do PT não devam implementá-la.

26. Os filiados do PT, independentemente de serem ou não integrantes de uma Tendência Interna, sempre se identificarão publicamente como petistas, e não como representantes de organismos internacionais.

VI - DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

27. Por ocasião de Encontros, a Tendência Interna poderá apresentar posições e propostas de acordo com os regulamentos específicos dessas atividades.
28. De 21 a 31 de maio de 1990, o agrupamento já existente que quiser obter o reconhecimento como Tendência Interna, assegurando, assim, direitos e deveres correspondentes, dirigirá à SORG pedido de registro nos termos desta Regulamentação.
29. Esta Regulamentação entrará em vigor a partir de sua aprovação pelo Diretório Nacional.

4º DIRETÓRIO NACIONAL

(82 MEMBROS)

ELEITO NO 5º ENCONTRO NACIONAL
REALIZADO NO SENADO FEDERAL, BRASÍLIA/DF,
ENTRE OS DIAS 4 E 6 DE DEZEMBRO DE 1987.

Líder/Câmara dos Deputados *

Presidente: Olívio Dutra | RS

Anísio Soares Maia | PB

Antonio Carlos Pereira | MG

Antonio Marangon | RS

Aparecida Gonçalves | MS

Armelindo Passoni | SP

Augusto de Franco | GO

Avelino Ganzer | PA

Benedita da Silva | RJ

Cândido Vacarezza | SP

César Alvarez | RS

Chico Ferramenta | MG

Cipriano Vasconcelos | RN

Clara Ant | SP

Claus Germer | PR

Clóvis Ilgenfritz | RS

Darci Accorsi | GO

Delúbio de Castro | GO

Devanir Ribeiro | SP

Djalma Bom | SP

Edmilson Rodrigues | PA

Eduardo Jorge | SP

Eduardo Mattarazzo Suplicy | SP

Eurides Mescolotto | SC

Everardo Aguiar | PA

Flávio Koutzii | RS

Francisco de Souza | SP

Francisco Rocha da Silva | PE

Francisco Weffort | SP

Geraldo Cândido | RJ

Geraldo Magela | DF

Geraldo Pastana | PA

Gilberto Carvalho | PR

Gilney Amorim | MT

Hamilton Pereira | GO

Hélio Bicudo | SP

Ivan Valente | SP

Jacó Bittar | SP

Jair Meneghelli | SP

Jarbas Barbosa | PE

João Alfredo Telles Melo | CE

João Machado | SP

João Pedro Stédile | SP

Joaquim Soriano | RJ

Jonas Paulo de O. Neres | BA

Jorge Almeida | BA

José Dirceu | SP

José Eduardo Utzigui | SP

José Genoíno Neto | SP

José Ilário Gonçalves Marques | CE

José Nobre Guimarães | CE

Juares de Paulo Filho | CE

Luiz Eduardo Cheida | PR

Luiz Eduardo Greenhalgh | SP
Luiz Gushiken | SP
Luiz Sérgio Gomes da Silva | SC
Luiz Soares Dulci | MG
Marcelo Deda | SE
Marcos Rolim | RS
Maurício Faria Pinto | SP
Neri Firigolo | RO
Otaviano Carvalho | ES
Paulo Delgado | MG
Perly Cipriano | ES
Perseu Abramo | SP
Plínio de Arruda Sampaio | SP
Raimundo Dias | BA
Raul Pont | RS
Rui Falcão | SP
Sandra Starling | MG
Tarso Genro | RS
Tomás Matta Machado | MG
Valdemar Rossi | SP
Valdi Camércio | GO
Valério Arcari | SP
Victor Buaiz | ES
Wilson Santin | SC
Virgílio Guimarães de Paula | MG
Wilson Farias | RJ
Wladimir Pomar | SP

Fonte: *Boletim Nacional* nº 33, nov-dez-87/jan-88.

COMISSÃO EXECUTIVA NACIONAL ELEITA NA REUNIÃO DO DIRETÓRIO NACIONAL DE 17 DE JANEIRO DE 1988.

Presidente | Olívio Dutra | RS
Líder/Câmara dos Deputados *
1º vice-presidente | Djalma Bom | SP
2º vice-presidente | Jacó Bittar | SP
3º vice-presidente Hélio Bicudo | SP
Secretário Geral | José Dirceu | SP
1º secretário e Secretário de Organização | Paulo Delgado | MG
2º secretário | Perseu Abramo | SP
Tesoureiro Geral e Secretário Nacional de Finanças | Geraldo Magela | DF
1º tesoureiro | Marcelo Deda | SE
2º tesoureiro e Secretário Nacional de Cultura | Luiz Soares Dulci | MG
1º vogal e Secretário Nacional de Formação Política | Wladimir Pomar | SP
2º vogal e Secretário de Relações Internacionais | Luiz Eduardo Greenhalgh | SP
3º vogal e Secretário Nacional Sindical | Luiz Gushiken | SP
4º vogal e Secretário Nacional Agrário | Hamilton Pereira | GO
1º suplente e Secretário Nacional de Movimentos Populares | Eurides Mescolotto | SC
2º suplente e Secretário Nacional da Juventude | César Alvarez | RS
3º suplente | José Genoíno | SP
4º suplente | João Machado | SP
5º suplente | Gilberto Carvalho | PR

Fonte: *Boletim Nacional* nº 33, nov-dez-87/jan-88.

COMISSÃO EXECUTIVA NACIONAL

ALTERADA NA REUNIÃO DO DIRETÓRIO NACIONAL
REALIZADA NOS DIAS 10 E 11 DE DEZEMBRO DE 1988.

Presidente | Luiz Gushiken | SP

Líder/Câmara dos Deputados *

1º vice-presidente | Francisco Weffort | SP

2º vice-presidente | Avelino Ganzer | PA

3º vice-presidente | Hélio Bicudo | SP

Secretário Geral | José Dirceu | SP

1º secretário e Secretário de Organização | Paulo Delgado | MG

2º secretário | Perseu Abramo | SP

Tesoureiro Geral e Secretário Nacional de Finanças | Geraldo Magela | DF

1º tesoureiro | Marcelo Deda | SE

2º tesoureiro e Secretário Nacional de Cultura | Luiz Soares Dulci | MG

1º vogal e Secretário Nacional de Formação Política | Wladimir Pomar | SP

2º vogal | Valdi Camárcio | GO

3º vogal

4º vogal e Secretário Nacional Agrário | Hamilton Pereira | GO

1º suplente e Secretário Nacional de Movimento Populares | Eurides Mescolotto | SC

2º suplente e Secretário Nacional da Juventude | César Alvarez | RS

3º suplente | José Genoíno | SP

4º suplente | João Machado | SP

5º suplente | Gilberto Carvalho | PR

* Líder da Bancada na Câmara dos Deputados: 1988 – Luiz Inácio Lula da Silva (SP); 1989 – Plínio de Arruda Sampaio (SP); 1990 – Gumerindo Milhomem (SP).

Fonte: *Boletim Nacional*, nº 41 (dezembro de 1988/janeiro de 1989).

| 1989 |
6 ° ENCONTRO NACIONAL
16 A 18 DE JUNHO DE 1989
COLÉGIO CAETANO DE CAMPOS, SÃO PAULO (SP)

ROBERTO PARIZOTTI



ABERTURA DO 6º ENCONTRO NACIONAL, COLÉGIO CAETANO DE CAMPOS, SÃO PAULO, 1989

6º ENCONTRO NACIONAL¹

16 A 18 DE JUNHO DE 1989
COLÉGIO CAETANO DE CAMPOS, SÃO PAULO (SP)

Este Encontro foi marcado pela realização de dois atos: o primeiro de repúdio ao massacre dos estudantes e trabalhadores chineses, e o segundo em comemoração ao 10º aniversário da conquista da anistia no Brasil.

RESOLUÇÕES APROVADAS:

- | O momento atual e as nossas tarefas;
- | As eleições presidenciais e a candidatura Lula;
- | Diretrizes para a elaboração do Programa de Governo;
- | As bases do Plano de Ação de Governo (PAG).

TESE-GUIA:

Texto básico apresentado pelo Diretório Nacional que, modificado pelas emendas votadas, deu origem às resoluções supracitadas.

Presentes: 543 delegados.

Estados representados: 25 (AC, AL, AM, BA, CE, DF, ES, GO, MG, MS, MT, PA, PB, PE, PI, PR, RJ, RN, RO, RR, RS, SC, SE, SP, TO).

1. Fonte: Relatório de delegados por estado e *Boletim Nacional* nº. 46, de julho/setembro de 1989.

O MOMENTO ATUAL E AS NOSSAS TAREFAS

A correlação de forças criada a partir dos resultados eleitorais de 15 de novembro de 1988, em que o PT aparece como o principal partido de oposição no Brasil, deve-se à nossa capacidade de captar a insatisfação popular e dirigi-la para um programa de transformações econômicas, sociais e políticas.

O combate ao governo Sarney e à Nova República, a campanha eleitoral municipal – quando fizemos os temas nacionais predominarem sobre os locais – e o caráter plebiscitário que imprimimos à disputa em sua fase final carregaram votos para o Partido e nos asseguraram vitórias e resultados importantes.

Isto foi possível devido às resoluções do V Encontro, cuja política de alianças, definições estratégicas, opção pelo socialismo e tática eleitoral armaram o PT para as vitórias de 15 de novembro.

As forças acumuladas pelo PT e pelo povo nessas eleições criam a possibilidade de que ocorra, pela primeira vez na história do Brasil, uma polarização entre esquerda e direita. O povo brasileiro se encontra diante de uma oportunidade histórica: a de liquidar com pelo menos um quarto de século de tutela militar a serviço do capital internacional, dos latifundiários e do grande capital em geral. O fim do desastroso e ilegítimo governo Sarney o mais cedo possível, com a eleição de um candidato à Presidência da República com profunda inserção no movimento operário, popular e democrático, encerrará a farsa da transição conservadora.

A vitória eleitoral do PT e dos trabalhadores e a conjuntura que ela abre inscreve-se no marco mais amplo do período aberto pelo ascenso operário e popular de 1978. Este resultou na criação do PT, da CUT e do atual movimento independente dos trabalhadores brasileiros, de um lado, e na crise da Ditadura Militar enquanto forma de dominação burguesa e na sua substituição, a partir da campanha das Diretas em 1984, pela Nova República, de outro. Naturalmente, trata-se de um processo não linear de desenvolvimento da luta de classes, sujeito a saltos, que conhece avanços e retrocessos. Este

período, que compreende toda a década de 80, caracteriza-se também por uma profunda crise da economia brasileira, cuja raiz é a dependência junto ao imperialismo e a crescente dívida externa que daí advém. O país atravessa uma crise crônica: nos últimos dez anos, o PIB, considerando o crescimento demográfico, permaneceu praticamente o mesmo. Uma década sem expansão econômica é uma década sem modernização do parque industrial, o que leva à perda da capacidade de competição internacional e a um atraso extremamente difícil de ser recuperado, mesmo em muitas décadas. Trata-se de uma crise estrutural, que se manifesta ora numa recessão aberta, ora numa inflação descontrolada ou no problema cambial, mas que reflete, no fundo, o esgotamento de um determinado padrão de acumulação capitalista e incapacidade de encontrar um novo caminho de crescimento econômico unicamente nos marcos da economia brasileira. Ela é expressão, no Brasil, das dificuldades que vem conhecendo a economia capitalista mundial e que atinge o conjunto dos países latino-americanos.

A CRISE QUE O PAÍS ATRAVESSA TEM AS SEGUINTE DIMENSÕES

Em primeiro lugar, é uma crise global, isto é, combina o início de uma crise de regime com um impasse no padrão de acumulação capitalista. Essa dinâmica gera, por sua vez, uma crise de valores das classes dominantes, que é um componente importante do desenvolvimento de uma crise de hegemonia política.

Em segundo lugar, é uma crise estrutural. Ela não é motivada por razões momentâneas ou conjunturais, mas por uma acumulação de processos econômicos e políticos, que vêm se desenvolvendo há longos anos. A evidência de que há um impasse no padrão de acumulação capitalista no Brasil está expressa na queda brutal de crescimento da economia brasileira na década de 80. A incapacidade das classes dominantes de estabilizarem um regime político perpassa os anos da crise da Ditadura Militar e toda a experiência da Nova República.

Em terceiro lugar, ela exige, para ser superada, um forte e generalizado deslocamento da correlação de forças em favor da burguesia ou do proletariado. O grau de organização sindical dos trabalhadores já é suficiente para barrar iniciativas burguesas decisivas, como o pacto social. O grau de orga-

nização política dos trabalhadores é bastante para começar uma disputa pela hegemonia política, mas ainda não temos condições de impor a nossa saída para a crise, e podemos não vir até-la por todo o período. Isso aprofunda o quadro de instabilidade.

Enfim, a crise tem uma dimensão internacional clara, relacionada com as dificuldades da economia capitalista mundial a partir dos anos 70. Ela golpeia o conjunto das economias latino-americanas e cria um quadro de instabilidade política na maioria dos países do continente, aprofundada pelo avanço da revolução na América Central. Esta dimensão internacional está no centro da crise que vive nosso país: é inegável a centralidade do problema da dívida externa, que se relaciona como caráter dependente do capitalismo brasileiro, apesar de seus enormes avanços técnicos.

O CARÁTER DA CRISE

A ideia de que estamos vivendo uma crise é importante porque dá a amplitude das tarefas e desafios que estão pela frente: não existe solução à vista e é a direção da sociedade e o problema do poder que estão, ao final do processo, em jogo.

A ideia esclarece que estamos diante de anos de grandes enfrentamentos de classe, de instabilidade institucional e forte tensão política e que, portanto, temos de atualizar o nosso programa e os nossos métodos de trabalho.

Explica que, em função da fragmentação do campo burguês e da maior capacidade de iniciativa dos trabalhadores, há uma tendência a uma aceleração dos ritmos da luta de classes e deslocamentos mais rápidos da correlação de forças.

Assistimos hoje, no país, a uma profunda crise de governo, que se evidencia na disseminada impopularidade, no descrédito e na ilegitimidade do governo Sarney; na erosão, desgaste e fragmentação de sua base política e parlamentar; na sua incapacidade de implantar iniciativas coerentes para enfrentar a crise econômica e social que devasta o país. Esta crise de governo se combina com o início de uma crise do regime da Nova República, que se manifesta em três dimensões: na fragmentação das forças dos partidos burgueses, o que, inclusive, dificultou o esforço de forjar uma candidatura capaz de unificar o chamado centro e a direita; na incapacidade da nova Constituição de se afirmar como peça de legitimação da nova ordem política, como

elemento de contenção das lutas sociais; na criação de uma dinâmica crescentemente polarizada na luta de classes, que exerce uma contínua pressão sobre as instituições e as leis, e tem inviabilizado qualquer tentativa de pacto social. O resultado das eleições presidenciais determinará, em grande medida, o ritmo de evolução dessa crise do regime. Evidentemente, uma vitória eleitoral do PT aceleraria enormemente a disputa política no país, criando uma situação de crise aberta e generalização do regime da Nova República. Todavia, não há, hoje, instalada no cenário político do país uma situação revolucionária ou pré-revolucionária, pois, para tanto, é necessário que estejam diretamente questionadas as estruturas vertebrais do Estado, as Forças Armadas, o poder econômico do capital. E também que a estas estruturas se oponha um processo aberto de constituição de um poder popular alternativo.

Tomados de surpresa pelos resultados eleitorais, os diversos setores da burguesia buscam diferentes saídas para a crise e formas de enfrentar o crescimento da candidatura Lula. Tentaram por todos os meios caracterizar a vitória petista como fruto de um genérico “voto de protesto” ou como “vitória de uma minoria”. Buscam, agora, converter as administrações petistas em gestoras “domesticadas”, nos limites estritos de seus interesses. Consideram as alternativas de reforma constitucional, com a introdução do Parlamentarismo; não excluem até mesmo o recurso ao golpe militar e cogitam outras maneiras de debelar a crise do governo e neutralizar uma eventual vitória das esquerdas.

A burguesia busca retomar a iniciativa política. De um lado, após a derrocada do Plano Verão, e pressionadas pelo ascenso do movimento grevista, as classes dominantes tentam reciclar a desgastada ideia de um pacto social anticrise sob a justificativa e a chantagem explícita de “garantia de normalidade democrática”; de outro, através do governo Sarney, editam as medidas provisórias antigreve e estimulam a repressão aberta aos movimentos sociais. Correndo por fora, e integrados como mais um elemento de intimidação política, grupos paramilitares vinculados à extrema direita espreitam a cena política com o terrorismo, contando com o beneplácito franco ou velado de setores do aparato estatal-militar.

POR UM NOVO GOVERNO

No plano institucional, permanece a divisão e a fragmentação política entre as várias candidaturas burguesas; entretanto, surge na cena po-

lítica a potencialidade de uma progressiva unificação dos setores de direita e de centro em torno da candidatura Collor, expressão de uma variante populista do neoliberalismo, que poderá se tornar uma alternativa política realmente competitiva.

Frente a esta situação, o PT reafirma que o caminho para o enfrentamento da crise sob a perspectiva dos trabalhadores exige a conquista de um governo democrático-popular.

Contra o projeto das classes dominantes, o PT reafirma o seu caminho para resolver a crise do ponto de vista dos trabalhadores, que é a instauração de um governo democrático-popular, anti-imperialista, antimonopolista, contra o pagamento da dívida externa, que realize a reforma agrária e que promova o desenvolvimento sobre novas bases, e no qual os trabalhadores detenham a hegemonia e possam avançar em direção ao socialismo. O PT, que em dezembro passado apresentou à sociedade o PEAE [Plano Econômico Alternativo de Emergência], para vencer a inflação pela via da retomada do desenvolvimento e com distribuição de renda, contrapôs-se desde o início ao Plano Verão. O PT apoiou efetivamente a greve geral, que demonstrou repúdio popular ao arrocho. Contra esse plano e os projetos alternativos das classes dominantes, o PT reafirma que a única saída para a crise brasileira é aquela que enfrenta os problemas econômicos, sociais e políticos a partir de um ponto de vista dos trabalhadores, na perspectiva de um governo democrático e popular.

Os trabalhadores já construíram um instrumento capaz de disputar a hegemonia com os partidos burgueses em nível nacional. Contrastando com a dilaceração destes, quebrados pelo fisiologismo e ausência de unidade política, o PT foi construindo uma hegemonia incontestável no campo do movimento operário e popular. Hoje, a grande massa de militantes que atuam nos sindicatos, no campo, nos bairros e nas universidades está no PT. No entanto, é fundamental reconhecer que existe um fosso enorme e perigoso entre a influência eleitoral do PT e sua força militante. Mesmo esta, porém, em grande medida, não se organiza em estruturas regulares do Partido. No campo sindical, são enormes os avanços da CUT, a menos de seis anos de sua fundação. Ela se consolidou como a principal referência de luta do movimento sindical brasileiro e sua influência crescente mina cada vez mais a CGT, dividida e em crise. Experiências de greve com ocupação de fábrica,

ocupações de terra, de greves no campo, de greves que paralisaram categorias em nível nacional e, mais recentemente, de greve geral já são um patrimônio de milhões de trabalhadores.

Por outro lado, também é verdade que a CUT ainda filia apenas uma minoria da população economicamente ativa. Apenas poucas categorias possuem organização de base mais sólida. As situações de distintos movimentos sociais, como o movimento popular e urbano, de camponeses, de mulheres, estudantil, de negros, culturais, ecológicos, de seringueiros e índios etc., são bastante diferenciadas em seu grau de mobilização, organização e consciência, mas revelam uma enorme vitalidade, um alto nível de atividade e a amplitude no processo de auto-organização independente do povo. Naturalmente, muito temos ainda que avançar em termos de experiência de luta, grau de organização, construção de direção, coesão política e identidade com o esforço de transformação socialista do Brasil por parte das amplas massas. Isso é indispensável para respondermos positivamente às tarefas colocadas na luta pelo poder. E não se trata de um avanço linear, fácil de ser conquistado. A situação atual já condiciona, em grande medida, a evolução da situação. E a correlação de forças entre os trabalhadores e a classe dominante tem-se mostrado extremamente dinâmica.

A tarefa fundamental hoje colocada para o campo popular e, portanto, o centro da nossa tática é a luta por um novo governo, democrático e popular. Esta é a tarefa que, na atual conjuntura, articula e dá sentido às demais atividades que desenvolvemos. Só um governo do PT, com Lula presidente, junto com as forças democráticas e populares, pode terminar com a atual política, dirigida para o pagamento da dívida externa e a manutenção da dominação imperialista sobre o país, abrindo caminho para a resolução, pelos trabalhadores, da crise que atravessa a Nação.

Na conjuntura, o objetivo da tática dos trabalhadores é a conquista de um governo democrático-popular, com a eleição de Lula presidente do Brasil em novembro próximo.

Considerando, porém, o período mais geral da luta de classes em que vivemos, este objetivo se articula com o aprofundamento do atual início de crise do regime, criando condições para que os mecanismos institucionais de repressão e amortecimento do movimento de massas não consigam mais conter este movimento, nem aviltar o seu transbordamento para o plano político, acenando com o questionamento da própria dominação de classe.

CRISE DE GOVERNO E CRISE DE REGIME

Em outras palavras, é preciso ter claro que não interessa aos trabalhadores a estabilidade da atual forma de dominação burguesa, o que coloca a questão da passagem desta crise de governo atual para uma crise aberta e declarada de regime.

É evidente que este objetivo se combina com o da constituição de um campo de forças antimonopolista, antilatifundiário e anti-imperialista na sociedade brasileira, configurando o bloco histórico que fará a ponte entre as reivindicações mais sentidas dos trabalhadores em seu estágio atual de consciência e mobilização e a luta pelo socialismo.

São alvos principais da tática dos trabalhadores, na conjuntura, o governo Sarney e sua política econômica, os monopólios, a subordinação ao capital internacional, ao FMI e à dívida externa e ao latifúndio. Considerando, porém, o novo período da luta de classes que se abre com o possível desenvolvimento da crise de regime, outros alvos, como a tutela militar, o controle dos grandes meios de comunicação de massa, a burocracia estatal e o arcabouço jurídico-político autoritário e conservador, adquirirão principalidade. O eixo central da tática, neste momento, é a campanha presidencial de 1989, com a candidatura Lula. Constituem, entretanto, eixos complementares imprescindíveis da tática, o incremento dos movimentos reivindicatórios dos trabalhadores (contestando, na prática, as recentes e ilegítimas restrições legais autoritárias), a manutenção da recusa a qualquer tipo de pacto com o campo dominante e a construção de embriões de novos organismos de controle e de poder popular. A realização dessas tarefas, na conjuntura, pressupõe, por um lado, o fortalecimento do PT, do seu papel dirigente, da sua democracia interna e da intervenção partidária unitária nas frentes de luta e, por outro lado, o sucesso das administrações municipais sob direção petista e sua constituição como ponto de apoio para a luta política geral.

O PT e a Frente Brasil Popular são os principais instrumentos de desenvolvimento do eixo tático central dos trabalhadores na conjuntura. O Programa de Governo Democrático-Popular e o próprio Governo Democrático-Popular, que constituem instrumentos capazes de viabilizar a alternativa dos trabalhadores à crise política atual, na ordem do governo, podem, entretanto, vir a abrir condições para a disputa de uma alternativa de poder.

A disputa presidencial está no centro da disputa política, o que torna a campanha presidencial do PT, com Lula à frente, o eixo principal em torno do qual se desenvolverão as atividades do Partido. É na campanha presidencial, articulada às propostas do Programa de Ação de Governo (PAG), às mobilizações populares pelas questões econômicas, sociais e políticas e ao desempenho das prefeituras governadas pelo PT, que devemos concentrar nossos esforços principais para acumular forças e enfrentar alternativas que a conjuntura ponha diante de nós.

A DISPUTA DE PROJETOS

A principal particularidade da conjuntura nacional é que ela apresenta, ou permite determinar claramente, um fator polarizador, ou seja, um fator que obriga as forças sociais em disputa a apresentarem soluções políticas globais para a sociedade, que atendam aos seus interesses, colocando na ordem do dia, de modo mais ou menos permanente, a competição entre projetos econômicos (e entre embriões de projetos políticos), mesmo que não se configure, ainda, crise aberta e declarada de regime. Este fator é a crise econômica sem solução a curto e a médio prazos (dentro dos marcos da política econômica que interessa ao grande capital). Esta situação singular gera um campo perturbado, que aponta para a instabilidade política, estimula disputas interburguesas e, portanto, impede a clara conformação de um bloco político e social hegemônico no campo dominante.

Na falta deste bloco, aumenta o grau de autonomia das forças sociais que detêm o controle direto sobre os centros decisivos do poder de Estado em relação a sua base social de classe e ao campo da classe dominante como um todo. É assim que, por exemplo, os militares atuam como força social na conjuntura, o mesmo ocorrendo com os dirigentes dos grandes complexos de comunicação de massa, com um grau de independência em relação às diversas frações burguesas jamais verificado em sociedades capitalistas que tenham atingido níveis de desenvolvimento das forças produtivas comparáveis aos da sociedade brasileira.

De sorte que não há como encaminhar a questão estratégica no Brasil, isto é, não há como articular tática com estratégia numa perspectiva revolucionária sem enfrentar estas duas questões: a questão das Forças Armadas e a questão dos meios de comunicação de massa (o que implica, evidente-

mente, mexer no arcabouço jurídico-político do Regime, alterando, inclusive, a atual Constituição).

É a partir dos seus objetivos no período de luta de classes que a tática se articula diretamente com a estratégia. No atual período, portanto, a articulação entre a tática e a estratégia se dá através do aprofundamento do início da crise de regime da Nova República e por meio da formação de uma frente política – a Frente Democrático-Popular – capaz de apresentar e disputar o seu projeto de novo regime político para a sociedade brasileira.

A conquista eleitoral de um Governo Democrático-Popular em 1989 se articula, também, com a estratégia na medida em que um governo com este caráter, além de aprofundar a crise de regime, tende a apresentar uma solução para esta crise que favoreça a luta dos trabalhadores. Da mesma maneira, a consolidação de uma frente eleitoral, como a Frente Brasil [Popular], baseada num programa alternativo de governo, como o PAG, se articula com a estratégia na medida em que pode se constituir como embrião da Frente Democrático-Popular.

AS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS E A CÂNDIDATURA LULA

As eleições presidenciais de 1989 podem representar o fim da transição conservadora, que se arrasta no Brasil desde meados dos anos 70. Mais do que um exercício de futurologia política, esta é hoje, essencialmente, uma questão prática. O problema que as classes trabalhadoras e as esquerdas têm de resolver nos próximos meses é o de mostrarem-se capazes de pôr fim ao ciclo histórico aberto pelo golpe de Estado de 1964 e prolongado em 1984/85 com a alternativa do Colégio Eleitoral.

Nosso insucesso representará a perda de uma oportunidade histórica de alterar a relação de forças sociais e políticas no país. Trata-se de saber se os trabalhadores e seus aliados terão as condições, a partir da conquista do Governo Federal, de desencadear um grande processo de mudança social e política, que abra caminho para uma sociedade socialista, ou se as classes dominantes serão, uma vez mais, exitosas em sua estratégia conservadora.

As eleições presidenciais de 89 dar-se-ão dentro de um quadro político que sofreu profundas alterações a partir de novembro de 1988, quando as esquerdas, em geral, e o PT, em particular, obtiveram expressivas vitórias nos pleitos municipais. Os resultados de novembro de 88 têm um duplo significado. Em primeiro lugar, expressaram uma nova relação de forças existentes na sociedade, traduzindo eleitoralmente uma acumulação obtida em quase dez anos de lutas sociais. Em segundo lugar, criaram uma nova correlação política, que mudou radicalmente o quadro da disputa presidencial.

O PT venceu em 36 prefeituras, que agrupam mais de 20 milhões de brasileiros e são responsáveis por 1/3 do Produto Interno Bruto. Elegeu mais de mil vereadores e teve grandes performances eleitorais em centros importantes do país, totalizando milhões de votos.

Candidatos do PDT, do PSB e do PSDB, que, independentemente de sua substância, eram identificados como alternativas progressistas pelo eleitorado, obtiveram resultados importantes em todo o Brasil. O país votou claramente à esquerda.

A primeira consequência das eleições municipais foi a projeção de Lula e de Brizola como as grandes alternativas presidenciais para 1989. No início do ano, as pesquisas apontavam os candidatos do PT e do PDT em primeiro lugar, virtualmente empatados. Ainda que o quadro das eleições estivesse pouco configurado (perplexidade da direita, indefinição do PMDB), criou pânico em setores das classes dominantes. Ao mesmo tempo em que buscava febrilmente um nome capaz de unir o centro e a direita (Quércia), recebendo e recusando ofertas (Brizola e Covas), a burguesia estudava, em seus laboratórios políticos, fórmulas para fraudar uma vitória da esquerda. A mais conhecida de todas foi a [tentativa de] adoção do Parlamentarismo-já, o que reduziria drasticamente os poderes de um eventual presidente progressista.

O crescimento das candidaturas de esquerda, como a vitória de novembro, se dava num quadro de prolongamento da crise econômica, com efeitos sociais cada vez mais perversos. A recessão se aprofundava e a inflação chegava a níveis insuportáveis. Foi nesse momento que lançamos nosso Plano Econômico de Emergência, tentando dar respostas conjunturais à difícil situação que atravessava o país. A crise econômica e seus prolongamentos sociais serviam de moldura para uma crise política maior, onde se reforçava a ilegitimidade crescente do atual governo. A rejeição de Sarney e a aspiração popular a um novo governo levaram o PT a propor a antecipação das eleições. No entanto, esta proposta não foi capaz de atrair os partidos políticos, nem mesmo aqueles que diziam se situar na oposição.

O governo lançou o Plano Verão, que promoveu uma violenta transferência de recursos do Estado para o setor privado, através da política de elevação das taxas de juros, agravando a crise das finanças públicas, além de um escandaloso processo de arrocho dos salários, evidentemente com pequenos e provisórios efeitos sobre a inflação. O potencial inflacionário, após o Plano Verão, é muito superior ao anterior e a margem de manobra político-econômica diminuiu significativamente, sendo que o agravamento da crise das finanças públicas e o descalabro poderão jogar o país em um processo de hiperinflação.

A consequência da nova situação criada pelo plano econômico do governo foi o desencadeamento de um dos maiores ciclos de greves de nossa história. Antes e depois da greve geral de março último, que teve, fundamentalmente, um significado de contestação global da política econômica do governo, ocorreram (e continuam ocorrendo) centenas de outros movimen-

tos, nas mais variadas categorias dos setores público e privado. A vitória de novembro, combinada com o êxito da greve geral, deu uma nova qualidade à luta de classes, liberando energias sociais sem precedentes.

A DEFESA DAS GREVES

Contrariamente ao que propala a histórica propaganda das classes dominantes, as greves não correspondem a nenhum plano deliberado de desestabilização, refletindo, fundamentalmente, uma situação de desespero em que se encontram milhões de brasileiros, que veem seu nível de vida degradar-se vertiginosamente. Este desespero explica, em grande medida, as formas mais descontroladas que o movimento tem assumido em certas circunstâncias. Não pode ser omitido que, em alguns casos, as greves têm criado transtornos para vários segmentos da população, na sua imensa maioria trabalhadores. Estes problemas foram habilmente explorados pela imprensa, por setores conservadores e pelo governo, que desencadeou uma operação publicitária e medidas repressivas, numa tentativa de opor a sociedade aos grevistas. Procurou-se, inclusive, atribuir o recuo da candidatura Lula nas pesquisas aos efeitos negativos das greves.

O PT e Lula defenderam e defenderão de forma intransigente o direito de greve, especialmente em um momento como este, em que se promove um violentíssimo arrocho de salários. O que julgamos apropriado é que o movimento sindical, mais precisamente a CUT, que representa seu polo combativo, classista e consequente, discuta a questão das formas de luta em setores cujos serviços ou produtos atingem diretamente a vida da população.

Não está em questão qualquer apelo à contenção das lutas reivindicativas em suposto benefício da candidatura Lula. Esta só terá êxito no bojo de um processo de grande mobilização social. As correções que devem ser introduzidas na forma de ação dos trabalhadores só podem partir dos próprios trabalhadores. Cabe à CUT, em particular, desenvolver uma vigorosa e urgente reflexão e iniciativa neste sentido, para tirar do governo e da burguesia a condução do problema.

O fundamental, no entanto, é que a campanha presidencial esteja intimamente ligada às mobilizações sociais, em geral, e às greves, em particular. Isto é válido tanto para movimentos setoriais como para a eventualidade de uma greve que a CUT venha a convocar, e que terá o apoio do PT.

Na medida em que persistiam os impasses dos debates de centro e de direita em encontrar uma candidatura viável, partes do empresariado e as áreas civil e militar do governo aumentavam sua pressão contra o PT e a CUT. Esta ofensiva combina a propaganda aberta da imprensa, sobretudo na televisão, com ações no plano institucional (a Medida Provisória 50, depois 59) e com as primeiras manifestações de terrorismo. Tem-se aí, a antecipação do que deverá ser a pugna eleitoral nos próximos meses, sobretudo se as esquerdas conseguirem retomar a iniciativa.

A situação do Planalto e de inúmeros setores da burguesia e dos grupos politicamente dominantes é ainda difícil. Basta lembrar a queima sucessiva de algumas alternativas de que dispunham estes setores: desistências de Antônio Ermírio e Sílvio Santos; inviabilização da candidatura Quéricia, que teria, provavelmente, rachado o PMDB; derrota fragorosa de Íris Rezende na Convenção do PMDB, o que deu nova dimensão do isolamento e desprestígio de Sarney e seu grupo; renúncia de Jânio, face à evidente erosão de seu espaço eleitoral; inconsistência da candidatura Aureliano.

É esta situação de perplexidade que abriu espaço para a aventura eleitoral de Collor.

Sua candidatura, trabalhada sobretudo em termos de imagem, começa a apresentar-se para grandes segmentos da população como uma alternativa aos políticos tradicionais, que sofrem um processo de desgaste sem precedentes no Brasil.

Collor se autodefine como candidato de oposição a Sarney, ao mesmo tempo em que constrói sua plataforma eleitoral, em forma vaga e demagógica, explorando os temas que ocupam um lugar central no imaginário popular do Brasil de hoje: o combate à hipertrofia e ineficácia do Estado, ao favoritismo e aos privilégios (marajás), à corrupção e outros temas semelhantes.

Em sua preocupação de diferenciar-se do governo e das forças políticas tradicionais, faz aberturas oportunistas à esquerda, como sua proposta de um pacto com Lula, Covas e Roberto Freire. Isto mostra sua percepção do deslocamento do eleitorado brasileiro para a esquerda e revela a necessidade que tem de esconder suas origens conservadoras.

A candidatura Collor beneficia-se do vazio no campo conservador e atrai os partidos de aluguel, cujo horário aproveita na TV, assim como lideranças estaduais e municipais sem consistência político-ideológica e que prosperam por suas práticas fisiológicas e clientelísticas. Este movimento

poderá compensar a inexistência de uma base orgânica nacional de seu Partido da Renovação Nacional.

UMA OPÇÃO PARA A BURGUESIA

A persistência dos impasses no centro direita, somados ao espetacular crescimento da candidatura Collor de Mello, estão transformando-a na principal alternativa das classes dominantes. É claro que este processo não é linear e acarretará problemas para sua campanha, pois será difícil manter seu perfil eleitoral, com os compromissos que vem assumindo com o grande capital e os setores mais conservadores da política nacional.

Collor já não está mais conseguindo esconder seus encontros e acordos com grandes empresas transnacionais, como os que se realizaram recentemente no Rio e em São Paulo, sua submissão à tutela militar e a adesão de parlamentares marcados pelo seu passado conservador e prática fisiológica e corrupta, como Rubens Medina, Arnaldo Faria de Sá (ex-vice de Maluf), entre tantos outros. Será muito difícil ocultar este apoio e seu próprio passado, quando empregou e concedeu benefícios aos marajás que diz combater. Transferiu recursos públicos para usineiros, na forma de acordos escandalosos e insustentáveis, desviou verbas para campanha eleitoral. Reprimiu os trabalhadores em Alagoas, colocando a Polícia Militar contra diversas manifestações; promoveu o maior arrocho salarial ao funcionalismo público estadual (que não recebe aumento desde outubro/1988), entre tantas denúncias que vêm emergindo de sua desastrosa passagem pela prefeitura biônica de Maceió e seu governo no estado.

De qualquer maneira, é de fundamental importância desencadear já uma campanha que corte a ascensão de Collor, sobretudo pela penetração que ele vem obtendo nos setores populares. Temos que deixar claro o que será um eventual governo Collor de Mello. Denunciar sua ausência de programa ou as propostas conservadoras que já anunciou, como a disposição de pagar a dívida externa. Apontar para os compromissos que tem com os grupos dominantes, como revelam seus acordos com os usineiros de Alagoas e com a Rede Globo. Na falta de uma base partidária, seu governo será, como já vem sendo sua campanha, um polo de atração para aventureiros e oportunistas, o que acelerará a corrupção e o favoritismo. Oscilará entre a ingovernabilidade e a repressão aos setores populares, para poder aplicar uma política de arrocho salarial.

Brizola, que tenta recuperar o projeto populista com verniz de esquerda, beneficia-se, por uma parte, de sua condição de opositor histórico de Sarney, de duas importantes bases eleitorais (Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul) e de sua capacidade de articular políticos de expressão estadual e municipal – a exemplo do que faz Collor – independentemente de suas posições políticas, na esquerda, no centro ou na direita. É um candidato forte, experiente e com grande capacidade de comunicação na TV, o que será um trunfo fundamental nos últimos meses da campanha. Procura compensar sua imagem de radicalismo com tentativas de acordo com áreas empresariais e militares. Suas possibilidades de êxito, neste sentido, estão ligadas a circunstâncias de vir a enfrentar Lula no segundo turno.

Sua pequena penetração em Minas e São Paulo, os dois maiores colégios eleitorais do país, podem ser fatais para suas pretensões. É por esta razão que busca acordo com Medeiros e todo o sindicalismo de resultados, para desbloquear as dificuldades que tem em São Paulo, sobretudo.

Para seduzir o empresariado, Brizola tem adocicado, cada vez mais, seu programa. Abandonou explicitamente a tese da reforma agrária, é absolutamente vago em relação ao problema da dívida externa. As conversações que mantém com os militares conduzem à aceitação da tutela das Forças Armadas sobre a sociedade brasileira.

Seu personalismo, sua aversão à vida partidária, suas concepções sobre o sindicalismo (que o levam a aproximar-se de Medeiros, Magri & Cia.) mostram o que ocorreria no Brasil caso chegasse à Presidência. Assistiríamos uma repetição do que foi seu governo no Rio de Janeiro: repressão às greves, combate ao sindicalismo autônomo e tentativas permanentes de desorganização do movimento popular.

Explorando os sentimentos de uma população que exige mudanças, sem oferecer soluções concretas, Brizola pode transformar-se em um novo Carlos Andrés Perez [da Venezuela], criando condições para uma revolta popular e depois reprimindo-a brutalmente.

As possibilidades da candidatura Ulysses [Guimarães] não estão ainda definidas. Corre o risco de não ter apoio de setores do PMDB. Ao compor com a esquerda de seu Partido, Ulysses neutralizou uma cisão de porte, que reforçaria o PSDB. Apesar das dificuldades que enfrenta, hoje, e que se traduzem nos baixos índices obtidos nas pesquisas, as chances de Ulysses não podem ser descartadas. Possui um partido com uma gigantesca máquina, pode

vir a ser uma carta confiável para a burguesia e, no limite, receber apoio do Planalto. As dificuldades que enfrentará estão justamente aí; como beneficiar-se das vantagens de ter sido (e ser ainda) um partido de governo e aproveitar a condição de oposição.

Neste ponto está nossa crítica fundamental à candidatura do PMDB. Ela representa a continuidade da transição conservadora. Ulysses é o responsável por todas as inflexões conservadoras da Constituinte e pelos cinco anos dados a Sarney. Foi o principal bastião da desastrosa experiência da Nova República.

As demais candidaturas, salvo mudanças bruscas na conjuntura, não têm maiores perspectivas. Covas e o seu partido não têm qualquer enraizamento nacional. Esta candidatura, que tem apenas uma expressão regional, teve seu crescimento nas bases do PMDB impedido pelo acordo de Waldir Pires com Ulysses. Além disso, é uma candidatura sem perfil definido. Maluf investe, estrategicamente, na ocupação do espaço da direita e na eventualidade de sua candidatura para o governo de São Paulo, no ano que vem. Aureliano Chaves se arrisca a não decolar, implodindo o PFL. Afif reduziu sua intervenção política ao discurso neoliberal conservador e não soube ocupar um espaço que lhe estava reservado, e que acabou preenchido por Collor; investe na sucessão paulista. Caiado, marcado pelos crimes da UDR, não conseguiu impor sua entidade como força política autônoma, não está conseguindo apoio nem dos partidos de aluguel e tenta apostar no futuro com uma campanha puramente propagandista. Roberto Freire procura preservar o lugar do PCB na política brasileira e o seu lugar dentro do partido.

UMA CANDIDATURA EQUIVOCADA

No entanto, ela deverá ter um efeito oposto. Esta candidatura [de Roberto Freire] é um equívoco político: divide a esquerda, num momento em que ela se unifica, com uma política independente e autônoma, democrática e popular. Isto é contraditório com toda a política levada até hoje pelo PCB, que defendia a unidade, inclusive, com forças burguesas. Além disso, Freire tem preferido uma aproximação com setores conservadores da Igreja [Católica] e com a burguesia, como ficou evidenciado em sua proposta de Pacto Antiterror, saudada efusivamente por Roberto Marinho. Mas setores da base do PCB compreendem que a única alternativa coerente para um partido de

esquerda, neste momento político, é a participação na Frente Brasil Popular e começam a recusar a política da candidatura Freire. Esta compreensão poderá ser a posição de todo o PCB.

Este quadro das candidaturas poderá sofrer modificações no futuro, em função da evolução da situação política. Pode-se prever que os próximos meses serão marcados por agudos conflitos sociais, que terão repercussões no plano político-eleitoral. A previsão de que a inflação cresça, sem que sejam oferecidos mecanismos de compensação aos trabalhadores, alimentará mais movimentos grevistas. A insatisfação popular aumenta na medida em que o governo persiste em sua política econômica, penalizando fundamentalmente os assalariados. As mudanças propostas na Previdência Social são um exemplo disso. E não estão excluídas convulsões de maior porte, como ilustram os precedentes de Caracas e da Argentina.

O agravamento da crise econômica, incluindo a possibilidade concreta de nos defrontarmos com um processo de hiperinflação, poderão impor um quadro extremamente grave, dramático do ponto de vista social, e de grande instabilidade política.

O crescimento da candidatura Lula e das esquerdas em geral, dentro deste quadro, a partir da capacidade de mobilização de militância política do PT e demais partidos da Frente, fará com que as classes dominantes articulem novas e mais vigorosas ações contra o Partido e o movimento sindical, no plano institucional e extrainstitucional, por meio de iniciativas políticas concretas e de propaganda. O risco da burguesia perder o jogo dentro das regras por ela fixadas – como tem advertido Lula seguidamente – pode levá-la a uma situação de desespero e tentativas de desestabilização.

Todas estas possibilidades reforçam a necessidade de inserir a candidatura do PT em um amplo movimento de massas, no qual os trabalhadores tenham capacidade de articular um vasto movimento democrático e transformador da sociedade, captando e traduzindo em alternativas concretas e palpáveis para as maiorias todos os anseios de mudança que se manifestam crescentemente nestes dez últimos anos no Brasil. O binômio mudanças econômico-sociais radicais e democracia é a chave para constituir um bloco majoritário capaz de levar Lula à Presidência e de dar sustentação ao governo do PT, sobretudo nos primeiros meses, quando a burguesia tentará, por todos os meios, inviabilizá-lo.

Esta estratégia eleitoral, sofrendo os ajustes táticos que a conjuntura recomenda, tem sua importância igualmente para a eventualidade de uma derrota eleitoral. As responsabilidades do PT não serão menores nesta circunstância, de vez que o Partido emergirá como a grande força de oposição, e será confrontado com os complexos problemas colocados pela nova conjuntura. Um novo governo, seja qual for, gozará, pelo menos no seu início, de legitimidade popular, mas, ao mesmo tempo, terá de responder às expectativas que suscitou na campanha.

Diante disto, abrem-se para o PT, no imediato, as seguintes perspectivas e tarefas a serem impulsionadas:

- | consolidar a Frente Brasil Popular em todo o país, nos níveis nacional, estadual e municipal, criando comitês populares nos locais de trabalho, nos bairros, nas escolas, nos movimentos etc. A campanha tem de ir efetivamente para as ruas;

- | atrair para o âmbito da Frente personalidades, movimentos e os setores que se desgarram de outros partidos, especialmente do PCB e do PSDB;

- | desmascarar para a população o caráter antipopular da candidatura Collor de Mello. Denunciar, ao mesmo tempo, a direitização do programa de Brizola e seus acordos com setores do Exército, do empresariado e dos partidos políticos de direita. Apontar para o caráter continuista da candidatura Ulysses.

A candidatura Lula está confrontada com desafios importantes. O Partido saberá responder a eles, evitando o risco de ter uma presença secundária na disputa eleitoral e de anular, pelo menos por um período, os acúmulos obtidos especialmente no último ano. Assim teremos condições de superar as dificuldades atuais e retomarmos a iniciativa que detínhamos até março/abril.

○ AGRAVAMENTO DA CRISE

A disputa sucessória realiza-se num quadro de agravamento da crise econômica, social e política. A rápida deterioração da economia, consequência lógica da política predatória da Nova República, torna ainda mais penosas as condições de vida de amplos setores da população, provocando dura resposta do movimento sindical e popular, expressa nas greves e jornadas de protestos que se multiplicam em todas as regiões do país. Nada mais legítimo e necessário que a luta do povo trabalhador em defesa de seus interesses.

Somente com a mobilização popular será possível superar a crise, resguardando os interesses das grandes maiorias. A conjuntura reclama e tem ensejado a intensificação do movimento de massas. Sem esse movimento, por outro lado, nosso projeto político mais geral perderia a sua dinâmica propulsora. Nossa campanha, portanto, deve apoiar e vincular-se estreitamente às lutas sociais em curso no país. Contudo, a relação entre o avanço da mobilização reivindicatória e o fortalecimento da luta político-eleitoral não é automático. O protesto econômico-social, ainda quando radicalizado, não se traduz necessariamente por uma opção política mais avançada e consequente. Para que o ascenso da luta reivindicatória favoreça a opção das amplas massas pela candidatura Lula é imprescindível politizar organicamente a luta social, vinculando-a à urgência de uma alternativa política global para o país, materializada num programa de transformações anti-imperialistas, antimonopolistas e antilatifundiárias. Caso contrário, a insatisfação social pode acabar manipulada pelo populismo ou instrumentalizada por projetos políticos conservadores de cunho autoritário.

Para tanto, é fundamental definir uma estratégia eleitoral que permita substantivamente, e em termos de imagem, apresentar o candidato da Frente Brasil [Popular] como a única alternativa capaz de oferecer soluções positivas aos problemas que afetam a imensa maioria do povo brasileiro e de desencadear um processo de transformação no país.

O histórico do candidato e do partido é um elemento importante, ainda que não exclusivo. Devemos enfatizar a trajetória de Lula e do PT nestes dez últimos anos. O fato de sermos o único partido que não tem responsabilidade pela eleição de Sarney, que não apoiou o Plano Cruzado, nem os demais programas econômicos do governo, que manteve uma conduta impecável na Assembleia Nacional Constituinte, particularmente na defesa dos direitos e garantias individuais e coletivos, na necessidade de uma verdadeira ordem democrática para o país, na questão das reformas de estruturas, especialmente a reforma agrária e, evidentemente, nas conquistas dos trabalhadores.

O problema da coerência política assume importância decisiva em um país que atravessa uma crise de valores, vivenciada por vastos segmentos da sociedade.

É a partir da questão da coerência que podemos apresentar o PT e seu candidato como a única alternativa confiável no país.

A discussão do Programa de Governo assume uma dimensão mais complexa, uma vez que deve articular duas dimensões, que não são sempre

facilmente compatibilizáveis: a seriedade e coerência das medidas propostas e o seu apelo popular.

O Programa tem de ser, ao mesmo tempo, um instrumento de mobilização e organização dos trabalhadores para a vitória eleitoral e um instrumento de governo no caso de que venhamos a vencer as eleições. Ele deve conter medidas que apontem para o desencadeamento de um radical movimento de mudança econômica, social e política do Brasil, mas, igualmente, dar respostas aos problemas que afligem, hoje, a imensa maioria dos brasileiros. Sua capacidade de atrair dezenas de milhões de eleitores não pode se dar sobre a base de concessões de princípio, nem de chamamentos demagógicos. Tudo o que o Programa propuser tem de aparecer como realizável, a partir, evidentemente, da mobilização popular.

A discussão sobre o caráter da candidatura e do programa do PT (e da Frente) é fundamental, já que o eleitorado e a imensa maioria dos trabalhadores estão interessados em saber que transformações concretas um governo da Frente Brasil Popular realizará; e temos de explicitar como elas se articulam com os nossos objetivos estratégicos.

O PT apresenta um programa coerente de transformações da sociedade brasileira, ao mesmo tempo em que define os meios e instrumentos de sua consecução e oferece seu passado de lutas e de coerência como garantia política maior.

A PROPOSTA SOCIALISTA DO PT

O conteúdo socialista da candidatura Lula não está somente no fato de que o seu governo deverá criar condições para o socialismo. O caráter socialista da proposta do PT se revela, também, no fato de que o eixo de seu programa, para hoje, são as reivindicações dos trabalhadores, de que estes são a força social fundamental das mobilizações sociais e da luta eleitoral e de que a hegemonia política da aliança social que apoia o candidato, e sustentará o governo, é e será dos trabalhadores. Tem grande importância para esta discussão a questão do cenário de um governo do Partido dos Trabalhadores e da Frente Brasil Popular. Aqui, mais uma vez, não se trata de realizar um exercício de futurologia, mas de definir nossas expectativas e linhas de ação para essa eventualidade. Neste ponto se insere a questão da ruptura que um governo Lula provocará no sistema político e das reações que ele irá desencadear.

O Partido não pode semear ilusões sobre uma idílica situação que seria criada com nossa vitória em novembro próximo. Haverá, evidentemente, transformações importantes no quadro da luta de classes no país, que propõem desafios enormes e inesperados para o Partido e o governo. Estes desafios decorrerão não somente da ação legal e extralegal das classes dominantes, que resistirão, de dentro e de fora do governo, ao seu desalojamento do Executivo Federal. Haverá também a ação de muitos segmentos das classes exploradas, que cobrarão mudanças a curto prazo e se verão estimuladas – nas cidades e nos campos – a ações para apressar o processo de transformação econômica, social e política.

Estando no governo, sem ter planejado o poder, o PT sofrerá resistências dentro do próprio Executivo (da burocracia, das Forças Armadas), sem falar dos Poderes Legislativos e do Judiciário, dos governos estaduais, dos empresários e de suas organizações e de potências estrangeiras.

O realismo que necessitamos ter sobre o futuro de um governo do PT não nos pode levar, no entanto, a desenhar um quadro sombrio para o dia seguinte de nossa vitória. Isto seria sucumbir à tese da ingovernabilidade e, no fundo, aceitar a opinião daqueles que afirmam que nem o país, nem o PT, estão preparados para a nossa vitória e que mais vale esperar ainda alguns anos.

O procedimento mais adequado é não esconder as dificuldades futuras, mas não exagerá-las ou especular catastroficamente sobre hipóteses.

Anunciar claramente nossas intenções significa apontar para o fato de que o governo do PT não será um governo conformista, disposto a gerir a crise do capitalismo e realizar uma simples maquiagem na autoritária e conservadora estrutura política do país. Aplicando nosso Programa, o governo Popular impulsionará as mudanças reclamadas pelas maiorias, criando condições para, em conjunto com as massas populares, realizar novas e mais profundas transformações sociais.

A diferença entre nosso governo e outros governos eventuais será que estes enfrentarão, igualmente, a crise do capitalismo, mas procurarão resolvê-la no sentido contrário aos interesses dos trabalhadores e camadas populares.

Devemos insistir em que o nosso governo será o mais democrático da história do país, aquele que levará as liberdades individuais e coletivas a suas consequências mais avançadas.

Nossa concepção de democracia não significa que iremos simplesmente nos conformar com o respeito ao atual Estado de direito. A democracia deve ser entendida como o espaço para a criação de novos direitos. As pressões das

imensas maiorias da sociedade terão de traduzir-se em mudanças institucionais, dentro de um quadro de respeito das liberdades e direito das minorias. O problema da reforma institucional e da reforma da Constituição serão fundamentais nesta eventualidade.

A experiência da campanha eleitoral, até aqui, revela que não basta ter o melhor candidato, o partido mais coerente e o único programa, até agora, anunciado para disputar com possibilidades de vitória o pleito presidencial.

Circunstâncias próprias do processo político brasileiro e as novas dimensões da política contemporânea – como tem ficado evidenciado com muita frequência – fazem com que deva ser dada uma importância decisiva às formas pelas quais a sociedade vive os grandes problemas que o país enfrenta. A importância dada à moralidade no trato da coisa pública, à ineficácia do Estado, ao empreguismo etc. não são necessariamente atitudes pré-políticas. Representam a forma pela qual a política é vivida por imensos setores da população. Se não entendermos isso, nos arriscaremos a ficar falando apenas para os setores mais organizados da sociedade, e que chegaram a uma visão mais articulada da política.

Nenhum candidato e nenhum partido estão mais credenciados para empunhar a bandeira de um comportamento ético exemplar à frente do governo. Somente os que, como nós, têm compromissos com as grandes maiorias podem desprivatizar o Estado brasileiro, acabar com a corrupção, eliminar os privilégios, quebrar a inércia burocrática e a ineficiência da máquina estatal.

O PT precisa dar manifestações concretas destes propósitos políticos. A campanha presidencial deve ser acompanhada de iniciativas políticas com este objetivo.

AS ADMINISTRAÇÕES PETISTAS

É igualmente fundamental, a partir dos temas antes mencionados, aprofundar a discussão sobre a política das administrações dirigidas pelo PT. Nossas administrações apresentaram, nos primeiros seis meses, algumas qualidades inegáveis, anunciadoras de uma nova modalidade de gestão estatal no país: o compromisso ideológico-prático com o povo oprimido, enorme dedicação à função pública, rigor técnico e político na tomada de decisões, metodologia democrática de relação com a sociedade etc. Não cedemos às seduções do autoritarismo, nem nos deixamos inibir pela verdadeira guerra às nossas administrações, movida pelos partidos burgueses e a imprensa conservadora.

Não é menos verdade, entretanto, que estivemos aquém da extraordinária expectativa que a sociedade, especialmente as classes populares, deposita nos governos petistas. Em que pese o esforço militante de nossas equipes municipais, carecemos ainda de um projeto político-administrativo mais definido, capaz de polarizar social e ideologicamente e de mobilizar massas populares em sua sustentação cotidiana. O fato é que a sociedade ainda não identifica a marca do PT nas prefeituras, pelo menos com a nitidez e a contundência desejáveis.

As municipalidades do PT não só devem realizar uma administração coerente com o programa transformador com o qual nos apresentamos para as eleições presidenciais, como construir uma imagem pública, por meio de iniciativas concretas e de repercussão. Que deixem claro para a população as mudanças que estão implementando e que serão efetivadas, apesar das notórias dificuldades com as quais se defrontam.

A campanha de Lula é o centro tático do PT este ano. A candidatura Lula, ao mesmo tempo em que encarna a posição de independência de classe defendida pelo PT, dará aos trabalhadores maior consciência e organicidade política nessa fase de acúmulo de forças. Ela permitirá também que o PT, já credenciado como alternativa municipal de governo, possa se apresentar como capaz de assumir a responsabilidade pelos destinos do país.

Por esta razão, é fundamental, na disputa da sucessão presidencial, viabilizar rapidamente e assegurar o sucesso das administrações petistas. Disso pode depender não só o crescimento da candidatura Lula, mas o próprio futuro do PT como partido de massas, democrático, socialista e revolucionário.

Não se trata de atrelar as administrações à campanha ou de aparelhá-las a serviço da candidatura Lula. Embora o país atravessasse uma grave crise e as prefeituras se encontrem em estado pré-falimentar, a ansiedade da população e as esperanças despertadas pela vitória do PT exigem iniciativas políticas e administrativas que materializam o cumprimento dos compromissos assumidos pelo Partido durante a campanha. Devemos realizar governos de oposição ao governo central, para corresponder à confiança que a população deposita em nós. Fazer isto é contribuir para a vitória de Lula, para a construção do PT e para abrir uma saída em meio à crise.

Hoje, seis meses à frente de 36 prefeituras municipais, o PT deve não somente romper com o cerco propagandístico da burguesia contra suas administrações, como também agilizar respostas concretas aos problemas en-

frentados pela população, intensificando o programa com o qual disputou e venceu as eleições. São exigidas medidas ousadas e inovadoras nos setores que mais afetam a população, como os de habitação, saneamento básico, saúde e educação.

Devemos realizar, com urgência, um esforço conjunto, em nível nacional, para superar desafios estratégicos das nossas administrações (o transporte coletivo, a elaboração democrática do orçamento, a política de abastecimento), envolvendo não só o conjunto das prefeituras petistas mas também, necessariamente, a nossa bancada federal, as bancadas estaduais e Municipais e, sobretudo, a nossa militância, que deve ser chamada a compartilhar da elaboração e da sustentação das políticas administrativas.

Esta apreciação de caráter geral parte do suposto que poderemos vencer as dificuldades atuais. O PT, nas suas prefeituras, já realizou importantes mudanças. Deve adotar, no entanto, uma política mais agressiva de comunicação, que mostre o já realizado e indique a forma pela qual efetivará as transformações prometidas o mais rápido possível.

Apenas dez anos após sua fundação, originário da mais importante mobilização dos trabalhadores das últimas décadas, o PT tem hoje a possibilidade real de chegar à Presidência da República.

Vencer em 15 de novembro e no segundo turno dependerá, em grande medida, do acerto de nossas políticas daqui até as eleições e da capacidade de transformar nosso programa em uma arma e em uma esperança das maiorias deserdadas deste país. Vencer dependerá da competência que revelem em seus postos nossos parlamentares, prefeitos e funcionários, mostrando como os trabalhadores estão aptos para o exercício do governo e do poder. Vencer dependerá da dedicação e do esforço infatigável de nossos militantes, de sua capacidade de transmitir para as imensas maiorias o sentimento de que estamos todos possuídos: o de haver chegado a um momento crucial de nossa história, em que decidimos tomar o destino em nossas mãos e lançar-nos na aventura de construir um mundo novo.

UMA AVALIAÇÃO DA CAMPANHA

É dentro dessa perspectiva geral que devemos avaliar o que fizemos até agora, em termos de campanha eleitoral. A estratégia definida pelo DN de 11/12/88 estabelecia três fases distintas, embora bastante interligadas. A

primeira fase, que deveria esgotar-se em maio/89, centrava nossa atividade na mobilização e engajamento da militância. Isso incluía a organização dos comitês estaduais e municipais; a elaboração de diretrizes de trabalho; a produção de material básico de propaganda; o desencadeamento de campanhas de finanças; a mobilização de intelectuais, artistas, dirigentes sindicais e populares que tomassem a si a tarefa de realizar circuitos de debates sobre a candidatura Lula; a realização das viagens ao Exterior; a articulação de uma frente com os partidos de esquerda; e, finalmente, a realização de um grande ato público em São Bernardo do Campo, que simbolizasse a disposição dos trabalhadores de assumir os destinos do país.

Essa fase teve início, na prática, com a realização do programa de TV, em 27/1/89, e encerrou-se com o ato em São Bernardo, em 13/5/89. Nesse período, foram constituídos comitês estaduais na maioria dos estados e realizadas plenárias regionais e municipais de militantes, em vários casos acompanhadas do lançamento da campanha.

Merecem destaque os seminários realizados em São Paulo e no Rio, mobilizando parcelas importantes da intelectualidade, e o encontro com os intelectuais do Nordeste, em Recife, que tiveram como resultado mais importante a ampliação de participantes nos grupos de trabalho do PAG. Importância também têm tido os seminários temáticos realizados pela Coordenação do PAG, tanto em nível regional quanto nacional.

A mostra nacional de *slogans*, *jingles*, cartazes e materiais promocionais, embora não tenha sido divulgada na escala necessária, contou com a participação de companheiros de praticamente todos os estados e apresentou um material rico e variado, que já está sendo utilizado para a campanha. Ao lado disso, apesar dos problemas relacionados com a falta de recursos, foram editados quatro boletins de campanha, o caderno com a resolução do DN de 11/12/88 sobre a campanha e a biografia do Lula, os cartazes promovendo a Conta 13000-1 para contribuições financeiras e diversos materiais de propaganda para atos específicos da campanha.

Aproveitamos essa fase, também, para realizar o projeto de viagens ao Exterior, tendo por objetivo ampliar o nível de relacionamento do Lula e do PT com governos e forças políticas e sociais de diversos países do mundo e projetar a imagem do companheiro Lula como estadista. Embora não tenham se concretizado as visitas à Argentina (retorno ao Brasil antecipado em função do Plano Verão) e à Alemanha Oriental, China e União Soviética (em função

de problemas técnicos e políticos relacionados com a decisão da CEN e DN de encurtar o período de estadia do Lula fora do Brasil), o resto do roteiro programado foi cumprido com resultados políticos positivos. As relações internacionais do Partido se ampliaram e, sem fazer qualquer concessão de princípio, abrimos canais de diálogo com diferentes forças políticas internacionais, tendo em vista a possibilidade de sermos governo a curto prazo.

Ao mesmo tempo, tentamos esgotar, nesta primeira fase da campanha, a parte principal dos insistentes pedidos de empresários para debater com Lula suas propostas de governo. Em todos esses debates, a linha seguida pelo nosso candidato foi de reafirmar as posições do Partido e deixar claro para esses setores da sociedade que no governo Lula terão que desempenhar um novo papel, subordinando-se à prioridade de redistribuição de renda.

Paralelamente, o companheiro Lula foi a sete estados (RS, RJ, MG, ES, PE, BA e SP), participando de plenárias com militantes, encontros com artistas e, em especial, de encontros com sindicalistas, além da participação em programas de TV e rádio e em outras atividades de campanha. Essas viagens serviram para a militância debater com o próprio Lula os diversos problemas da campanha, em geral contribuindo para o avanço da mobilização.

Apesar de um real esforço de mobilização e organização, a maioria dos comitês estaduais e municipais ainda não tem a organicidade necessária, ora se confundindo com os diretórios, ora com os comitês da Frente. Mais grave, entretanto, é que a formação dos Comitês Populares Pró-Lula ainda não se transformou no principal eixo de organização e mobilização da campanha. A militância ainda não assimilou a ideia de que a campanha, para assumir um caráter de massas, deve transbordar os limites da organização dos partidos da Frente, incorporando milhares ou milhões de não filiados a partido algum. Para isso, a forma de organização democrática, aberta à participação de pessoas dos mais diferentes segmentos da sociedade, é o Comitê Popular. Precisamos ter em vista estimular o maior número possível de pessoas e tomar a iniciativa de organizá-los, de multiplicá-los por toda parte, criando uma presença marcante da campanha do Lula em cada canto do Brasil.

É certo que a falta de orientação e material de propaganda na escala necessária tem tolhido a realização dessa tarefa, mas o conjunto da militância precisa resgatar sua criatividade, tomar iniciativa e ajudar o Comitê Nacional a superar as dificuldades. Não é possível que a rica experiência acumulada de nossos Diretórios Regionais e Municipais fique permanentemente no aguar-

do de precisas e detalhadas orientações do Comitê e do DN. É necessário ousadia, criatividade e determinação dos DR e DM naquilo que mais sabemos: mobilizar e organizar a luta do povo. Isso é tanto mais necessário pelo fato de ingressarmos numa nova conjuntura, na qual o eixo de nossa campanha presidencial deve se voltar para a mobilização massiva. Temos que botar a campanha na rua, realizar uma ampla mobilização popular e ações políticas que nos credenciem junto ao eleitorado e ao povo como uma força política portadora de propostas e disposições para resolver os problemas do país.

A segunda fase da campanha presidencial do PT e da Frente caracteriza-se pela disputa do eleitorado. Trata-se não só de consolidar a militância e os setores influenciados pelo PT e pelos partidos da Frente, mas fundamentalmente de disputar os setores influenciados pelos outros candidatos e ganhar os indecisos, ampliando a participação e o engajamento popular em nossa campanha.

A CARA, A MARCA E OS ADVERSÁRIOS

Isso exige de nós enfrentar os desafios da conjuntura, definir mais precisamente a cara da nossa campanha, sua marca distintiva e adotar táticas adequadas de combate aos principais candidatos da burguesia. Embora seja claro, desde o início, que os alvos políticos de nossa campanha são a Nova República e o governo Sarney, com sua desastrosa política econômica e social, com sua corrupção e imoralidade administrativa, também temos claro que é preciso propor uma série de políticas capazes de mudar radicalmente tal situação e, além disso, que sejam compreensíveis para as grandes massas do povo.

Tanto Collor quanto Ulysses decidiram levantar a bandeira da moralização como eixo principal de suas campanhas, apesar de não possuírem qualquer base moral para sustentá-las. O PT e os partidos da Frente, por seu turno, embora sejam os que têm as reais condições para sustentar a bandeira da moralidade, por sua coerência de combate à corrupção e aos privilégios, sabem que o que há de mais imoral em nosso país é a miséria das grandes massas da população. A moralidade administrativa é um importante ponto de nossa plataforma política e deve ter o destaque que merece, mas subordinada à nossa proposta e disposição de realizar uma profunda redistribuição de renda e liquidar a miséria, por um lado, e concentração de riqueza, por outro.

Nessas condições, a característica principal de nossa campanha deve ser social, de denúncia do contraste entre a miséria e a opulência, a pobreza e a riqueza. Devemos criar um simbolismo que sintetize essa característica e se transforme em importante instrumento de mobilização e luta política, já que as propostas para superar esses contrastes só podem ser viáveis dentro de um processo de luta popular, de luta pelo aprofundamento da democracia (isto é, entre outras coisas, pelo direito de reivindicar e lutar), pela elevação do salário real, pelo fim da especulação, pelo aumento do emprego, pela redistribuição das terras etc.

Obedecendo a essas linhas gerais, a segunda fase da campanha tem um plano de trabalho definido, nacionalmente articulado, que combina as viagens pelo Brasil com comícios, produção de material de propaganda e dos vídeos e programas de televisão e realização de uma campanha massiva de levantamento de recursos financeiros. As viagens temáticas serão articuladas com visitas a todas as capitais, com a criação de fatos políticos e com a defesa de nossas propostas. Devemos realizar atos massivos, convocando os jovens, os parlamentares, os negros, as mulheres, os sindicalistas, o povo do interior, educadores, trabalhadores da saúde, ecologistas e ambientalistas e outros setores da sociedade civil para debater com eles os seus problemas e os problemas do país. É importante, em especial, encontrar e debater com setores marginalizados da população.

Temos projetos alternativos de viagem.

Um roteiro para o Lula, cobrindo pelo menos uma vez as capitais, os lugares temáticos mais significativos e concentrando nas principais cidades – com mais de cem mil eleitores – dos estados que congregam 80% do eleitorado (SP, MG, RJ, RS, BA, PR, PE). Outro, a ser coberto por intelectuais, prefeitos, parlamentares e lideranças, incluindo as cidades e lugares temáticos não visitados pelo Lula.

LUTA IDEOLÓGICA E LUTA POLÍTICA

Outro flanco político importante, a ser coberto de imediato, através da formação de equipes específicas, é o da luta ideológica e política, respondendo com presteza à imprensa e, em alguns casos, movendo ações judiciais, que mostrem nossa disposição de não deixar passar impunemente os ataques e calúnias contra nosso candidato e campanha.

Embora desde o início tivéssemos em mente que o combate à nossa candidatura seria sem tréguas, não temos respondido à altura aos ataques da imprensa burguesa. Será necessário adotar uma política clara de comunicação, atingindo todos os veículos possíveis, e não deixando sem resposta qualquer ataque, por menor que seja. Isso exige de nosso setor de imprensa muita agilidade e, além disso, disposição dos nossos militantes, em particular da nossa intelectualidade, em enfrentar o embate.

A partir das diretrizes de governo, aprovadas pelo DN, e nas bases do PAG, durante todo o primeiro semestre, a coordenação do PAG realizou todo um conjunto de atividades nos GT, seminários, encontros que culminaram na edição da primeira versão do PAG. Distribuída para o conjunto do Partido (DN, parlamentares e DR), esta primeira versão deverá ser, depois de emendada pelo conjunto partidário e da realização de seminários de cada tema, ser rediscutida pelo DN em agosto. Esteserá o Plano de Governo que o PT levará para a Frente. Com base nele, anunciaremos o Ministério do governo Lula e suas metas de governo.

Para viabilizar esse processo de mobilização, a Coordenação Nacional está entregando aos comitês estaduais o manual de campanha, contendo informações básicas sobre a estratégia, propaganda, finanças, imprensa e mobilização. Estão em processo de impressão: o Manual dos Comitês Populares Pró-Lula, o jornal da campanha, os 13 pontos do Programa da Frente, cartazes e outros materiais (boletins, panfletos) de propaganda indispensáveis à campanha massiva. Os comitês estaduais e municipais, no entanto, devem esforçar-se para reproduzir os diversos materiais nacionais da campanha, além de produzir seu próprio material local.

À Coordenação Nacional cabe dar a orientação geral da propaganda, enviando-a para os estados através dos boletins e das cópias das artes produzidas nacionalmente. Nesse processo também joga papel importante a produção dos vídeos e fitas de áudio sobre o Lula, sobre as prefeituras populares e sobre os temas do Programa de Ação de Governo, com base nas viagens temáticas. Nesses instrumentos de propaganda deveremos incluir, além de vinhetas e *spots* com nossas principais palavras de ordem, *jingles* e músicas de campanha, mensagens especiais do Lula para os estados, para a população das prefeituras petistas e para setores sociais importantes.

A produção dos programas de televisão e rádio, que vão ao ar a partir de setembro, deve combinar o conteúdo político geral da campanha com formas

estéticas, criativas e originais, que não descaracterizem aquele conteúdo. Ao mesmo tempo, através da inclusão de companheiros de diversos estados, estamos viabilizando o caráter nacional desses programas. De qualquer modo, além dessas medidas, é fundamental que os comitês estaduais e municipais viabilizem as brigadas eletrônicas e as equipes munidas de som para levar para as grandes massas da população as mensagens gravadas em vídeo e áudio.

Acima de tudo, será necessário um esforço conjunto para superar os problemas financeiros, intensificando as campanhas e as medidas para obtenção de recursos. É indispensável que toda e qualquer reunião dos comitês da campanha trate, como ponto prioritário, a questão financeira e que sejam adotadas sempre medidas concretas para realizar atos de contribuição na conta 13000-1, para designar brigadistas de finanças, para fazer com que cada filiado e simpatizante venda, pelo menos, dois bônus-tijolinho, para estimular companheiros e grupos de companheiros a realizarem jantares, festas ou outros eventos para levantamento de recursos financeiros, para coletar e transformar jornais velhos, garrafas vazias e outros materiais em recursos financeiros, e assim por diante. É essencial que todos os participantes da campanha se convençam de que a campanha Lula Presidente só poderá ser realizada se houver uma contribuição massiva de finanças.

Dentro desse plano nacional é necessário, desde agora, paralelamente ao projeto de viagens pelo Brasil, preparar, a partir de agosto, uma bateria de comícios, de modo a consolidar o caráter massivo de nossa campanha.

Os comícios (cem em agosto), passeatas, carreatas e outras ações de massa devem estender-se aos meses de setembro e outubro, culminando com sete grandes comícios nas principais capitais, em novembro. O companheiro Lula, no entanto, deve dedicar-se, durante os meses de setembro e outubro, principalmente às gravações dos programas eleitorais gratuitos, participando seletivamente dos atos massivos de maior repercussão.

A hora, mais do que nunca, é de colocar a campanha do Lula nas ruas. E isso depende de cada um de nós. Depende de nossa militância levar para a população trabalhadora a mensagem da campanha, as propostas do PAG, a decisão de que o governo Lula terá a vontade política de enfrentar a crise, os problemas, os corruptos e os poderosos e mudar a cara do Brasil. Depende de nós dizer claramente à população brasileira que, no governo, estamos decididos a adotar com ela as medidas de apoio à educação e à saúde, de suspensão da dívida externa, de realização da reforma agrária, de recuperação do valor

dos salários, de contenção da inflação, de enfrentamento do problema da moradia, de aprofundamento da democracia.

Depende da militância de nosso partido e da Frente captar com sensibilidade o sentimento de mudanças da população, e mostrar claramente que a candidatura que corresponde a esse sentimento, por sua origem, por sua coerência, por suas propostas concretas, é a candidatura Lula. Nenhuma mudança significativa pode vir de candidatos como Ulysses, ligados à Nova República de Sarney ou que, embora posem de modernos e acima dos partidos, como Collor, estão ligados a poderosos e são apoiados por aventureiros de todos os tipos. Ou ainda daqueles que, como Brizola, para credenciar-se junto a setores da burguesia, abandonam as reivindicações e os reclamos mais sentidos dos trabalhadores e do povo. Todo o partido, cada Diretório Municipal, núcleo, militante ou filiado ao PT tem, portanto, a responsabilidade de colocar nas ruas a verdadeira e única esperança de mudanças, que é a candidatura Lula.

A hora é de constituir em cada cidade, bairro, local de trabalho ou de estudo, Comitês Populares Pró-Lula. São esses comitês que vão garantir a vitória de nosso candidato, são eles os principais instrumentos de mobilização e organização popular da campanha. São comitês de campanha e de luta, de apoio à candidatura Lula e de defesa do povo. Por isso, ninguém precisa pedir licença para organizá-los.

RESOLUÇÃO SOBRE O 2º TURNO

O 6º Encontro Nacional do PT convoca um Encontro Nacional Extraordinário, composto pelos mesmos delegados do 6º Encontro, a ser realizado logo após o 1º turno das eleições presidenciais de novembro, a fim de discutir a tática do Partido para o 2º turno.

DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DO PROGRAMA DE GOVERNO

A apresentação do Programa de Ação do Governo (PAG) do PT ocorre em um momento em que o capitalismo no Brasil atravessa uma profunda, prolongada e grave crise. Uma crise que se tem manifestado, na última década, em um processo de estagnação econômica. Em todo o período do pós-guerra, o Brasil manteve uma taxa de crescimento do PIB de 7% ao ano e de 9% na produção industrial, o que colocou o país na posição de nona economia dentro do sistema capitalista internacional. Na última década, no entanto, o PIB do país cresceu em torno de 2,5% ao ano e a renda por habitante praticamente não cresceu. A estagnação econômica está associada a um processo inflacionário descontrolado, que em 1988 chegou a quase 1.000% e que mantém a ameaça de hiperinflação sempre presente na sociedade brasileira. A esta crise se soma o atraso tecnológico em setores importantes e estratégicos, justamente quando a economia internacional atravessa uma fase de intensa modernização, absorvendo novas tecnologias e promovendo um vasto reordenamento estrutural.

A crise da economia brasileira é reforçada pelo esgotamento do modelo de desenvolvimento econômico imposto pela Ditadura Militar e que a Nova República foi incapaz de enfrentar. Todo o padrão de financiamento da economia praticamente entrou em colapso. De um lado, o país vem transferindo a cada ano cerca de 4,5% do PIB para o exterior, em função do pagamento dos juros da dívida externa; de outro, o gravíssimo endividamento do Estado impede a retomada dos investimentos públicos e imobiliza instrumentos fundamentais de política econômica.

A crise econômica agrava a crise social, herança do crescimento capitalista no Brasil, excludente, concentrador e predatório. Assim, convivem no país uma burguesia próspera, concentradora de propriedades e riquezas, desfrutando de um elevadíssimo padrão de vida, ao lado de milhões de brasileiros que sequer têm atendidas suas necessidades básicas de sobrevivência. Em 1960, um terço da população consumia menos de 2.240 calorias por dia, o padrão alimentar mínimo para que um indivíduo não seja considerado des-

nutrido pela FAO, organismo da ONU. Em 1988, dois entre três brasileiros comiam menos que o necessário. Na área de educação, 8,5 milhões de crianças em idade escolar obrigatória se encontram fora da escola, em um país em que um quarto da população adulta é analfabeta. Metade dos domicílios não têm luz elétrica e 13 milhões de pessoas sofrem do mal de Chagas. As estatísticas oficiais revelam que 35% das famílias têm uma renda *per capita* inferior a meio salário mínimo, sendo que mais de 40 milhões de pessoas vivem em estado de pobreza absoluta.

NO BRASIL, 40 MILHÕES DE PESSOAS VIVEM NA MISÉRIA

Embora poderosa e dinâmica para implantar no país um parque industrial altamente diversificado e para desenvolver uma economia que se situa entre as maiores do mundo capitalista, a burguesia não tem conseguido, nos últimos anos, solucionar os problemas de desenvolvimento do capitalismo. Suas sucessivas políticas têm naufragado, fazendo aprofundarem-se as desigualdades sociais e as disparidades regionais.

Ademais, é visível o fracasso de sua estratégia política de transição controlada, de passagem da Ditadura Militar para um governo civil autoritário, comandado pelo falido governo Sarney. Todas as tentativas dos últimos anos, de garantir a hegemonia política das classes dominantes através do PMDB e da Nova República, dos sucessivos planos e choques econômicos, foram derrotadas principalmente pela mobilização sindical e popular. Frustraram-se, principalmente, pela oposição do PT e da CUT, de intransigência frente à política de cooptação e subordinação que o PMDB e as elites procuraram impor ao país desde o Colégio Eleitoral. Dentre estas tentativas destaca-se, fundamentalmente, o fracasso do Pacto Social. Na Constituinte, nas lutas sindicais e populares e, agora, nas eleições de 1988, foi se construindo uma alternativa à Nova República e à transição conservadora, agora concretizada na candidatura Lula e na frente política de partidos populares.

Aqui reside, então, a síntese da crise da burguesia e do capitalismo no Brasil: após anos de ditadura aberta e de transição controlada, as classes dominantes se deparam com o risco de perder a primeira eleição para a Presidência, no centenário da República.

Incapazes de exercer uma hegemonia política, seja por intermédio de lideranças ou de partidos, as classes dominantes amargam a crise do governo

Sarney, o esfacelamento do PMDB e a arrasadora derrota eleitoral de 1988. Apesar dos impasses que enfrentam, as classes dominantes inclinam-se, neste momento, em direção à candidatura do ex-prefeito biônico e governador de Alagoas, Fernando Collor de Mello. Sua candidatura, trabalhada pelos meios de comunicação, é apresentada como de oposição a Sarney e se caracteriza como uma alternativa aos políticos tradicionais, acima dos partidos e tentando ocultar sua origem conservadora.

Sua plataforma eleitoral, vaga e demagógica, explora temas sensíveis ao imaginário popular: a luta contra o gigantismo e a ineficácia do Estado; combate ao favoritismo, à corrupção e aos privilégios (marajás e funcionários fantasmas).

O crescimento espetacular de Collor nas pesquisas e sua penetração junto a amplos setores da população têm atraído as classes dominantes, que, entretanto, ainda não se engajaram em bloco para apoiá-lo. Ao que tudo indica, só a evolução da campanha, a definição programática e a explicitação dos compromissos de Collor é que deixarão mais nítido o quadro de opções da classe dominante, hoje ainda dividida entre outras candidaturas, como as de Ulysses Guimarães, Aureliano Chaves, Ronaldo Caiado e Afif Domingos, havendo até mesmo segmentos localizados e minoritários vinculados a Covas e Brizola.

Se é verdade que esta crise é real e que são evidentes os sinais de crise da transição, não restam dúvidas, também, que neste momento a dominação da burguesia brasileira não está em xeque. Apesar do descrédito político de grande parte da população nas instituições governamentais e da relativa unificação das lutas políticas e sociais dos trabalhadores nos últimos anos, a continuidade da dominação burguesa não esteve ameaçada. Estão aí, a demonstrá-lo, o poder do Estado, o papel das Forças Armadas e do aparelho de repressão, o controle sobre os meios de comunicação de massa. Ao mesmo tempo em que se processou um extraordinário desenvolvimento das forças produtivas na economia capitalista no Brasil, ainda não se desenvolveu na maioria da população uma consciência anticapitalista, de negação deste sistema. O próprio capitalismo no Brasil, mesmo em crise, atingiu um alto grau de desenvolvimento e complexidade, a despeito de sua dependência e integração aos países capitalistas mais ricos.

PODEMOS E DEVEMOS CONQUISTAR O EXECUTIVO

Mas também é certo que o período atual se caracteriza pela retomada da luta social e política dos trabalhadores, pela reconstrução de suas organizações classistas e pelo início de um projeto político próprio. Nesse sentido é que se fala de uma política de acúmulo de forças e de uma mudança na correlação, visto que as classes dominantes haviam se acostumado, ao longo de 21 anos de ditadura, a impor seu domínio pela repressão e não através da disputa política.

O fato é que as lutas sociais e políticas dos últimos 15 anos foram mudando a correlação de forças, como bem demonstram as eleições de 15 de novembro último e a greve geral de 14/15 de março.

Estes episódios revelam não apenas uma posição de protesto, mas também, de forma incipiente, que uma importante parcela da classe trabalhadora rejeita a hegemonia do projeto liberal-conservador do PMDB e opta por uma alternativa à esquerda, que o PT representa, junto com outras forças políticas democráticas e socialistas. Além disso, fica claro que a iniciativa também pertence às forças políticas populares, que representam a classe trabalhadora e organizam um núcleo importante de ativistas no movimento sindical (CUT) e na luta política institucional (PT).

Abre-se, assim, um novo período na disputa pela hegemonia da sociedade brasileira, na qual o PT e a CUT desempenham um papel notável. Trata-se, na verdade, da presença na cena política de uma classe trabalhadora independente, organizada em partido, em sindicatos, associações, movimentos sociais e culturais, disposta a construir seu programa e a fazer valer sua hegemonia.

Movimento semelhante acontece no campo das classes dominantes, onde setores da burguesia se lançam na disputa político-ideológica, seja através do pensamento neoliberal e na luta contra as ideias socialistas, seja no embate político-ideológico representado pela UDR. Ao crescimento da luta pela reforma agrária e do Movimento dos Sem-Terra a UDR contrapôs a violência e a disputa ideológica.

Em que pesem os 21 anos de ditadura e os erros da esquerda brasileira, parece ter chegado ao fim o terrível dilema que angustiou uma geração de líderes sindicais, populares e partidários: apoiar os projetos nacionais e/ou reformistas da burguesia ou cair no isolamento, no gueto político e cultural. O projeto do PT, a luta sindical, popular, estudantil, agrária, ecológica e de libertação da mulher, do negro e da juventude travada nos últimos 15 anos

aponta um caminho, abre a possibilidade histórica de o PT ser governo, disputar a hegemonia, construir uma força social e política.

Embora não exista uma crise do tipo revolucionário, nem mesmo uma situação revolucionária, podemos e devemos conquistar o Executivo, a Presidência da República, inaugurando um novo período no qual, com a posse do governo – portanto, de parte importante do poder do Estado – a disputa pela hegemonia se dará em outro patamar. Estará colocado para o PT e para as forças democráticas e populares a possibilidade de iniciar um acelerado e radical processo de reformas econômicas, de lutas políticas e sociais. Tudo isso criará condições para a conquista da hegemonia política e de transformações socialistas.

Para isso, faz-se necessário dar resposta a inúmeros problemas que a nova conjuntura nos apresenta. Em primeiro lugar, não basta concorrer às eleições com uma plataforma de lutas econômicas e políticas dos trabalhadores e dos setores médios da sociedade. Nem, tampouco, é possível propor um programa socialista, inexecutável e que nos isolaria. Trata-se, então, de apresentar um Programa de Ação de Governo que expresse as principais reivindicações dos trabalhadores, as reformas econômicas e sociais para retirar o país da crise e combiná-lo com a luta política e ideológica, com a disputa pela hegemonia na sociedade. Estimulando o crescimento e fortalecimento dos movimentos sociais, promovendo a auto-organização dos trabalhadores, abrindo canais para a participação popular, criando instrumentos de poder local, fazendo surgir um real movimento socialista, estaremos não só viabilizando um governo democrático-popular, mas estaremos forjando as condições políticas e sociais para transformações socialistas no país.

Entendemos, pois, que tanto o governo como o Programa terão um caráter democrático-popular, revolucionário, porque estará articulado com a atuação do PT, seja na disputa político-ideológica, anticapitalista e socialista, seja na intervenção nas lutas sociais, no trabalho de auto-organização dos trabalhadores e sua participação decisiva na luta social e política, agora levada para o centro do poder do Estado, a Presidência da República.

A QUEM SERVE O GOVERNO DEMOCRÁTICO E POPULAR DO PT

O objetivo permanente de um governo democrático e popular é a construção de um poder alternativo, fundado no compromisso de promover a igualdade social e orientado pela busca radical de liberdade. Um poder que

faça da democracia não um compromisso discursivo e legitimador de práticas formais e alienantes de uma pseudoparticipação política, mas que estimule a criação de novas esferas públicas de participação política e afirmação da cidadania, que respeite e resguarde os direitos das posições minoritárias, que assuma a noção de pluralidade de sujeitos políticos, que impulse a diversidade; um poder, enfim, que se coloque o desafio de dirigir a sociedade e romper com todas as formas de dominação. Isto exige ampliar e consolidar as conquistas democráticas, eliminar a tutela militar, aperfeiçoar o sistema de representação política e os mecanismos eleitorais, consolidar a liberdade sindical e os direitos dos trabalhadores, democratizar o Judiciário, pôr fim aos monopólios da comunicação, resgatar e redefinir o conceito de cidadania, apostando na elevação do nível de consciência dos trabalhadores e no amadurecimento político-ideológico dos movimentos sociais, impulsionando as formas de auto-organização dos trabalhadores e preparando as condições políticas e acumulando forças para a revolução socialista.

De outra parte, um governo popular terá de se colocar a serviço dos interesses populares, dos trabalhadores, dos pequenos produtores e pequenos proprietários, das camadas médias da sociedade. Terá de ser, portanto, um governo que redistribua a renda; que lute pela erradicação da pobreza, pela eliminação das desigualdades sociais e regionais; que redefina o papel do Estado, hoje sob controle de interesses privados e de seus prepostos, que manipulam a burocracia civil e militar; que promova o crescimento econômico, condição indispensável para assegurar emprego, casa, comida, acesso à educação e possibilidade de expressão cultural para todo o povo. Um governo como esse, forçosamente, terá de enfrentar-se com os interesses dominantes na sociedade brasileira, que se expressam, hoje, na dívida externa, no monopólio da terra, no papel do Estado e no domínio do capital financeiro, industrial, monopolista, sobre a economia.

Daí que nossos adversários principais são os credores internacionais, os latifundiários, os banqueiros, os grandes oligopólios, além dos grupos privados, associados à burocracia civil e militar, que controlam o Estado brasileiro. Não se trata de um enunciado histórico ou de uma avaliação sociológica, mas da realidade política e econômica do Brasil de hoje. Assim, qualquer política que pretenda resolver os problemas sociais e econômicos do país terá de se defrontar com os interesses desses setores da classe dominante. Por isso, não se fará a reforma agrária, não se suspenderá o pagamento da dívida externa, nem

se promoverá uma reforma tributária e administrativa sem se chocar com o latifúndio, com os credores internacionais, com as grandes fortunas e com a burocracia civil e militar.

Se considerarmos a iniciativa em curso do pensamento neoliberal, bem como a política econômica do governo Sarney, não é difícil imaginar quais as consequências de uma vitória da direita em 15 de novembro. Um governo de orientação neoliberal tenderia a permitir uma maior apropriação da renda nacional pelos grandes monopólios, um saque dos próprios fundos sociais, a continuidade do desmonte dos serviços públicos, concentrando ainda mais renda e, sem dúvida, ampliaria a internacionalização dependente da economia brasileira.

Como se vê, também esta outra via para superar a crise econômica que o país atravessa provocaria choques e tensões, uma vez que uma política com tais características enfrentaria a resistência e mesmo a disputa política dos trabalhadores, do movimento social, repercutindo nos processos eleitorais de 1990, 1992 e 1994, se este for o caminho escolhido pela burguesia.

Parece claro que há limites objetivos, de ordem institucional, para que o PT apresente, hoje, um programa de reformas sociais e por democracia. Sendo assim, o PT e os demais partidos e forças que elegerem Lula presidente terão de realizar uma mobilização social para, inclusive, emendar a Constituição e criar, também, condições para a implantação do Programa de Ação do Governo.

Do mesmo modo, os limites do governo democrático-popular estão dados pela correlação de forças, pelo grau de desenvolvimento da luta de classes, pelo nível de consciência e de organização dos trabalhadores e por sua capacidade de intervenção na disputa política na sociedade brasileira. No entanto, nem os limites institucionais (Constituição de 1988, minoria no Congresso Nacional, Poder Judiciário reacionário) nem os não institucionais (tutela militar, hegemonia política da burguesia, monopólio dos meios de comunicação, propriedade dos meios de produção) podem determinar nosso programa partidário e nosso objetivo de construir uma sociedade socialista.

O GOVERNO LULA

O PT assume a candidatura Lula convencido de que nas condições brasileiras atuais a luta institucional precisa ser assumida com espírito ofensivo e corajoso, abandonando-se qualquer tipo de preconceito que ainda sobre-

viva entre nós diante da ação eleitoral, através das vias legais, na disputa por hegemonia até mesmo no interior de um Estado controlado pela burguesia.

O governo Lula representará uma experiência sem precedentes em nossa história e com poucos paralelos em nível internacional, o que exige uma grande capacidade de inovar em todo o direcionamento desse processo político original. Na ausência de paralelos que permitam comparações, a rica experiência vivida pelo Chile no governo Allende (1970-1973) apresenta-se como marco histórico a ser estudado, para aproveitar as lições que podem dali ser extraídas e, principalmente, para evitar a repetição de qualquer desfecho semelhante.

Mesmo tendo consciência de que governo e poder não se confundem e que, por isso, a vitória de Lula não pode ser vista como conquista plena do próprio poder político, o PT compreende, também, que, no Brasil, o Executivo Federal concentra tantos recursos e tanta força institucional que o seu controle permite desencadear mudanças de uma envergadura capaz de alterar todo o quadro conjuntural, iniciando um processo que garanta a realização de nosso Programa Democrático-Popular, em direção às transformações socialistas.

Evitando formular, agora, respostas que só poderão nascer do contexto concreto que se abrirá com o novo governo, precisamos ter, pelo menos, clareza quanto às principais dificuldades a serem enfrentadas, assim como das principais potencialidades de mudança que podem ser garantidas com Lula na Presidência da República.

Como ponto de partida, é preciso ter consciência de que, em seu início, o novo governo estará seriamente limitado por uma legalidade constitucional que proíbe a reforma agrária, absolutiza o papel da propriedade privada e consagra a tutela das Forças Armadas sobre o poder civil.

Obstáculos e resistência estarão também presentes no funcionamento da própria máquina burocrática do Estado, viciada pelas contradições de clientelismo, corrupção, ociosidade e prepotência no trato com o público. O gigantismo do aparelho estatal inviabiliza qualquer plano de sanear, da noite para o dia, essa máquina burocrática. Não seria sensato apostar nesse saneamento, jogando para dentro da administração a totalidade dos quadros políticos petistas, que em boa parte precisa permanecer fora do governo, fortalecendo as instâncias partidárias e as lutas sociais, fatores decisivos na sustentação do governo.

Na raiz de todas essas dificuldades – e nisso não se permitem ilusões – estará o interesse de classes das elites, que não admitem qualquer restrição ao crescimento de seus privilégios e que tentarão paralisar ou desestabilizar o novo

governo, utilizando a força do capital, os meios de comunicação de massa, a manipulação das ideias conservadoras de setores da população e lançando apelos reacionários à intervenção das Forças Armadas.

Teremos dificuldades desse porte, mas teremos também extraordinárias condições de acelerar o avanço das lutas sociais e da pressão de massas. O governo Lula nasce consciente de que todas as suas chances de êxito residem na perspectiva de ampliar, em escala gigantesca, a mobilização dos trabalhadores pela conquista de objetivos inscritos no Programa Democrático-Popular.

Existe, por outro lado, um número praticamente ilimitado de medidas que podem ser desencadeadas imediatamente pelo governo, como passos iniciais de uma estratégia de acumulação de forças. É importante, por isso, que fique claro que um Programa de Governo é um conjunto de diretrizes, é um rumo geral, cuja implementação dependerá de um conjunto de fatores. Estes fatores incluem, além das possibilidades de realizar mudanças legais (neste sentido, as eleições de 1990 serão um importante campo de disputa política com as classes dominantes), o grau de mobilização popular e de organização dos trabalhadores (que é um ponto central da correlação de forças). Justamente porque o Programa de Governo significará um rumo geral, será de extrema importância discriminar e enfatizar as medidas que o governo do PT adotará de imediato (nos primeiros 90 dias, por exemplo).

SOCIALISMO E DEMOCRACIA

Eis por que nossa tática para concorrer à Presidência da República com a candidatura do companheiro Lula e com um programa democrático e popular está associada à nossa política de acúmulo de forças e à nossa concepção de disputa de hegemonia na sociedade. Qualquer separação nessa linha pode conduzir à aventura de colocar na ordem do dia, hoje, a tomada do poder, ou levar ao rebaixamento político de incorrer no desvio de pretender reformar o capitalismo ou de administrá-lo. No debate político-ideológico ao longo da campanha eleitoral, deixaremos clara nossa opção pelo socialismo, um socialismo com democracia, com liberdade de expressão, com liberdade de organização dos trabalhadores, que rejeita a concepção burocrática e a visão do partido único.

Nosso projeto político vai além de ganhar a eleição presidencial. Seu sentido histórico é o de transformar o país, realizar uma revolução política e

social. Para ganhar a eleição presidencial e realizar um governo popular, precisamos mudar a correlação de forças. Só é possível vencer este desafio com o crescimento do PT, de sua organização, capacidade de luta e de propor políticas, seja nos movimentos sociais, seja nos governos municipais. Do mesmo modo, o PT terá de dar respostas concretas às aspirações políticas e sociais dos trabalhadores, seja atendendo as suas reivindicações, seja organizando suas lutas e construindo seu projeto socialista. O crescimento da CUT, do movimento social, sindical, popular, agrário, negro,

da juventude, das mulheres, ecológico é condição para nossa vitória nas eleições de novembro. É também condição para viabilização do governo popular e está articulado com a luta pelo socialismo. Daí se vê que a ocupação de espaços institucionais e a construção de um projeto socialista igualmente dizem respeito à disputa de hegemonia e contribuem para o acúmulo e a mudança na correlação de forças.

Nossa política de alianças e de pluralidade democrática reconhece que a sociedade brasileira – principalmente os trabalhadores – se expressa por intermédio de agentes políticos e que suas condições objetivas, históricas e culturais exigem uma unidade das forças partidárias de esquerda e uma ligação com os setores médios da sociedade.

Sabemos que o programa democrático-popular se choca com interesses que tudo farão para inviabilizar nosso governo, ou mesmo para desmoralizar o PT e as forças democráticas e populares durante o mandato do Lula. A resposta às tentativas de desestabilizar nosso governo e de romper com a institucionalidade, recurso que setores das classes dominantes historicamente têm utilizado, só pode ser a mais ampla mobilização e a luta social. O PT acredita que a capacidade de luta e a mobilização dos trabalhadores é o principal instrumento para o avanço político e programático de um governo popular.

Um governo do PT e da Frente Brasil Popular deverá realizar as tarefas democráticas e populares no país, de conteúdo anti-imperialista, antilatifundiário e antimonopolista. A efetivação de medidas deste gênero, mesmo que de cunho não explicitamente socialista, choca-se diretamente com a estrutura do capitalismo aqui existente e somente poderão ser adotadas por um governo de forças sociais e políticas em choque com a ordem burguesa, um governo hegemônico pelos trabalhadores.

O PT não acredita na possibilidade de uma etapa de capitalismo popular no país. Ao contrário, por meio de um processo simultâneo de acúmulo

de forças, enfrentamentos e conquistas dos trabalhadores criaremos as condições para dar início às transformações socialistas no Brasil.

Por estas condições, o governo democrático e popular e o início de transição ao socialismo são elos do mesmo processo. A passagem de um ao outro, no entanto, não é automática e nem resultado da “retirada de cena” das minorias privilegiadas que, com base na força e negação da democracia, subjugarão historicamente os trabalhadores e o povo deste país. A implementação da globalidade de um programa democrático-popular só pode ocorrer com a revolução socialista.

Do nosso ponto de vista, nossa intenção, nossa vontade política, nossos propósitos programáticos vão no sentido de conquistar o poder através da vontade, da mobilização e da luta da maioria, e não da tomada de poder por meio de um golpe de mão, de um *putsch* da vanguarda. Queremos o poder e a construção do socialismo através da vitória sobre a burguesia e seus aparelhos ideológicos de dominação. Com este objetivo estamos preparando o Partido, estamos construindo uma hegemonia política, social e ideológica, estamos acumulando forças para respaldar nosso projeto.

O PT não acredita num partido socialista sem trabalhadores. Nem acha possível construir o socialismo sem a ação decisiva dos trabalhadores no próprio processo dessa construção. A experiência histórica nos legou a convicção de que o socialismo ou é obra dos trabalhadores ou jamais será socialismo. Por isso, estamos dispostos a disputar em todos os campos da hegemonia na sociedade e chegar ao socialismo pela ação e pela vontade das majorias. Pelo desejo do povo e dos trabalhadores.

As experiências de construção do socialismo – em particular onde as burocracias se apoderam do poder político em nome dos trabalhadores e os alijam do seu exercício – demonstram que não pode existir um autêntico socialismo sem aprofundamento e defesa integral da democracia.

O pluralismo partidário, as liberdades de imprensa e sindical, de credo, a existência de condições efetivas para sua prática, o respeito integral aos direitos humanos são importantes conquistas da humanidade, que devem ser ferreamente defendidas pelos trabalhadores no processo de construção do socialismo.

Sabemos que não se farão reformas estruturais indispensáveis sem luta social, sem mobilização, sem greves, sem ampla participação das

massas populares. Mas queremos fazê-lo de forma democrática, através da disputa com a burguesia e com seus aparelhos ideológicos de dominação. Com essa vontade política e esta disposição de luta estaremos prontos para construir, em todas as frentes, uma hegemonia política, ideológica e cultural dos trabalhadores.

Não encaramos a democracia como uma concessão das classes dominantes, dos de cima, nem como uma formalidade passageira, como a burguesia o tem feito em nosso país, ao golpeá-la sucessivamente cada vez que os trabalhadores ampliam seus direitos. A democracia é uma conquista dos trabalhadores, arrancada na luta política contra as classes dominantes. No Brasil, queremos transformar as liberdades políticas formais da Nova República em valores democráticos reais, permanentes, apropriados pelos trabalhadores e por toda a sociedade.

O PT quer a democracia e intervém na disputa político-cultural da sociedade contrapondo os valores e ideais do socialismo aos do capitalismo, com a certeza de que seremos capazes de vencer, construindo uma alternativa de poder democrático, socialista e revolucionário.

Nosso programa e nosso governo, portanto, pretendem garantir e ampliar as conquistas sociais e políticas dos trabalhadores contra qualquer tentativa das classes dominantes de promoverem uma ruptura ou um golpe.

A experiência histórica tem demonstrado que isso é possível: os trabalhadores, na prática política e social de luta pelo poder, constroem suas organizações, desenvolvem forças de luta apropriadas a cada momento histórico e conformam seus programas de transformação. O PT, com determinação e confiança nos trabalhadores, leva esta concepção às últimas consequências, defendendo seus objetivos e o projeto socialista que representa.

AS BASES DO PLANO DE AÇÃO DO GOVERNO (PAG)

I- DEMOCRATIZAÇÃO DO ESTADO E DA SOCIEDADE

O primeiro compromisso do governo do PT é o de construir uma democracia efetiva da maioria, com a mais ampla participação popular nas decisões do governo e da sociedade; é dar origem a um poder que seja expressão da vontade e dos interesses dos trabalhadores e de todo o povo. Somente assim as profundas mudanças contidas no Plano de Ação de Governo poderão ser viabilizadas.

Neste sentido, realizamos uma crítica profunda à maneira como o Estado está hoje estruturado no Brasil, de forma a garantir a marginalização política e econômica das grandes maiorias. O PT defende a democracia efetiva e não a democracia meramente formal e truncada. Não há democracia se a administração pública é voltada para a proteção dos interesses privados de minorias dominantes, através da corrupção e do desvio dos fundos públicos; se o ordenamento jurídico do país e a atuação do Poder Judiciário têm como referência, permanentemente, a preservação dos privilégios do capital lucrativo, dos monopólios e oligopólios e dos grandes proprietários de terra; se, a despeito da grave situação refletida nos índices de pobreza da população brasileira, os modelos de crescimento econômico adotados privilegiam a acumulação de capital pelas grandes empresas, em detrimento da distribuição de renda; se as Forças Armadas tutelam a ação do Estado; se uma vasta máquina de repressão é acionada de forma permanente contra os trabalhadores; se o sistema de representação parlamentar é profundamente deformado por leis que atentam contra a representação proporcional dos votos dos eleitores, que convivem com todo tipo de corrupção eleitoral e estimulam a completa autonomia dos mandatos.

A defesa de uma democracia real e efetiva apoia-se na convicção, também, de que o socialismo se constrói com democracia, com pluriparti-

darismo e com ação decisiva dos trabalhadores. A experiência histórica nos legou a convicção de que o socialismo é obra dos trabalhadores ou jamais será socialismo.

Diversas propostas apresentadas aqui, e outras que serão implementadas pela ação político-administrativa do nosso governo, exigem reformas da atual Constituição. Todo esse programa e cada um dos seus pontos depende, absolutamente, do apoio organizado do povo mobilizado.

1. ESTÍMULO À MAIS AMPLA PARTICIPAÇÃO POPULAR NAS DECISÕES DO GOVERNO, CRIAÇÃO DE MECANISMOS DE CONTROLE SOCIAL SOBRE OS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E EMPRESA ESTATAIS

- | estimular a organização do poder popular, abrindo campo para a auto-organização dos trabalhadores;
- | participação dos trabalhadores na gestão das empresas estatais;
- | introdução de mecanismos de participação popular na gestão dos serviços públicos, escolas, universidades;
- | participação dos trabalhadores e usuários nas decisões e controle da Previdência Social, por meio de diversas formas, entre elas a representação das entidades sindicais;
- | incentivo aos mecanismos de participação popular, como o plebiscito, o referendo e a iniciativa popular de leis;
- | adoção de uma política de defesa dos direitos humanos; restaurar perante a sociedade e a história a memória das vítimas dos órgãos de repressão política; apurar crimes contra os direitos humanos e punir os responsáveis.

2. PROMOÇÃO DA PLENA SOBERANIA DO PODER CIVIL, EXTINÇÃO DA TUTELA MILITAR

No Brasil, a dominação de classe tem, historicamente, na força o seu elemento predominante. Esta característica está expressa, sobretudo, na presença das Forças Armadas no contexto estrutural da sociedade brasileira. Aqui, as Forças Armadas são um órgão autônomo no interior do Estado e exercem um papel tutelar sobre o governo e um poder de intervenção amplo nas decisões do governo, na política nacional e nos mais elementares conflitos sociais.

O problema militar só poderá ser enfrentado com o desenvolvimento de uma consciência democrática na sociedade brasileira e o desencadeamento de uma poderosa pressão social, combinado com a extensão dos direitos civis aos militares e com a elaboração de uma nova visão militar. Dele constarão as seguintes medidas:

A- REDEFINIÇÃO DO PAPEL DAS FORÇAS ARMADAS:

As Forças Armadas estarão rigorosamente subordinadas ao Poder Civil, representado pela Presidência da República, pelo Congresso Nacional e pelo Supremo Tribunal Federal. Às Forças Armadas competirá a tarefa de cuidar da defesa externa. Para tanto, o PT encaminhará projeto de emenda à Constituição. Será proibido o emprego das Forças Armadas na repressão às greves e mobilizações do povo;

B- DESMILITARIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA:

Os critérios de criação ou ocupação de cargos da esfera pública civil, inclusive dos escalões dirigentes das empresas estatais, serão revistos, para eliminar a distorção introduzida no período autoritário, que adotou critérios militares para criação ou ocupação de cargos da esfera pública civil;

C- CRIAÇÃO DE UM MINISTÉRIO DA DEFESA:

Esta medida se justifica por dois motivos principais. Em primeiro lugar, porque a existência de seis ministérios militares só encontra amparo no quadro de autonomia e tutela das Forças Armadas e de extensão das suas funções para a vida civil. Em segundo lugar, porque a existência de um ministério militar para cada arma e mais um para o Estado-Maior se fundamenta numa concepção estratégica militar obsoleta. No mundo moderno, qualquer ação de vulto deve processar-se, necessariamente, como uma ação integrada, quer dizer, envolver operações por terra, mar e ar – de Exército, Marinha e Aeronáutica. Portanto, a criação do Ministério da Defesa é mais eficaz para a defesa externa;

D- EXTINÇÃO DO CONSELHO DE DEFESA NACIONAL:

O Conselho de Defesa Nacional, sucedâneo do Conselho de Segurança Nacional, é um superórgão de Estado, que confere institucionalidade à intervenção militar nos assuntos do governo;

E- ELIMINAÇÃO DO ESTADO DE DEFESA:

Este dispositivo é uma excrescência do chamado entulho autoritário na atual Constituição. É uma espécie de combinação mal disfarçada do Estado de Emergência e das Medidas de Emergência constantes da Carta Constitucional outorgada pela Ditadura;

F- EXTINÇÃO DO SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES:

O SNI é, essencialmente, um órgão de espionagem política e policiamento, que integra no seu sistema inclusive órgãos de informação do Exército (CIEX), Marinha (Cenimar) e Aeronáutica (CISA). O governo do PT assume, claramente, o compromisso de dismantelar todos os organismos de repressão político-civil e/ou militar ainda existentes desde o Regime Militar. No governo do PT, as Forças Armadas terão, junto ao Ministério da Defesa, um e somente um órgão de informação, que vise exclusivamente a defesa do território nacional, em termos estritamente militares. Assim, será extinto o Serviço Nacional de Informações e serão apurados os recentes atentados terroristas e punidos seus responsáveis;

G- EXTINÇÃO DO SERVIÇO MILITAR OBRIGATÓRIO E CRIAÇÃO DO SERVIÇO COMUNITÁRIO:

A obrigatoriedade do Serviço Militar tem, hoje, uma dupla função, de tornar todo jovem um militar em potencial, mesmo contra a sua vontade, e dar-lhe uma formação conservadora. A obrigatoriedade do serviço militar deve ser eliminada e substituída pela criação do Serviço Comunitário para ambos os sexos, assegurada a opção pelo Serviço Militar;

H- NOVA FORMAÇÃO DOS MILITARES:

A atual sistemática da formação militar, circunscrita às escolas profissionais, se baseia em um currículo conservador, corporativista e antidemocrático. Impõe-se criar um novo sistema baseado na separação entre a formação de caráter geral e a profissional. A primeira, atribuição do sistema regular de ensino e a segunda, das escolas especificamente militares;

I- EXTENSÃO DOS DIREITOS DE CIDADÃOS AOS MILITARES:

Uma concepção democrática exigirá que se assegure o direito de voto, filiação partidária e de elegibilidade pleno aos militares, inclusive aos marinheiros e soldados. O direito de associação e expressão será garantido, tendo as polícias militares direito à sindicalização;

J- EXTINÇÃO DA SUBORDINAÇÃO DAS POLÍCIAS MILITARES E CORPOS DE BOMBEIROS:

Uma outra manifestação sobrevivente do entulho autoritário localiza-se na subordinação das polícias militares e corpos de bombeiros ao Exército. Esta subordinação transforma tais corporações em elementos auxiliares das Forças Armadas, que, deste modo, superpõem sua autoridade aos governos estaduais. Cabe, portanto, eliminar essa excrescência;

K- REORGANIZAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS E CARREIRAS MILITARES:

A atribuição de um novo papel às Forças Armadas e a mudança de sua relação com a sociedade demandarão uma ampla transformação organizacional das instituições militares;

L- PROJETOS MILITARES:

Todo esse conjunto de mudanças exigirá uma redefinição global dos projetos militares – ou tidos como tais – em discussão, já aprovados ou em processo de aplicação pelas Forças Armadas. Esses projetos expressam o status atual das instituições militares, seu papel, sua doutrina, sua relação com a sociedade e com o conjunto do Estado. O procedimento correto para que a redefinição se efetive será a discussão democrática dos mesmos, tendo como pressuposto o controle do governo e do Congresso Nacional;

M- INDÚSTRIA BÉLICA:

Neste aspecto, o que o PT propõe é uma ampla reavaliação a respeito deste ramo de atividade. Mas, desde já, afirma uma posição favorável ao seu controle pelo governo e pelo Congresso Nacional, dada a natureza militar do mesmo. Propugna, além disso, a passagem da questão nuclear para a gestão efetiva do Poder Civil e uma decisão peremptoriamente contrária à produção da bomba nuclear. A construção de reatores nucleares para propulsão naval não é prioritária nas atuais condições do país, devendo ser objeto de consulta pública, como toda política nuclear;

N- ORÇAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS:

A redefinição, igualmente necessária, dos orçamentos militares terá como corolário a sua transparência, o respeito aos procedimentos democráticos, a proibição de programas e adoções orçamentárias secretas ou dissimuladas sob outras rubricas sem conhecimento do Congresso Nacional e a subordinação dos gastos militares às disponibilidades de recursos e ao desenvolvimento econômico do país.

3. REFORMAS DA LEGISLAÇÃO ELEITORAL E DO SISTEMA DE REPRESENTAÇÃO PARLAMENTAR

Eliminação da desigualdade do voto na representação da cidadania, através da proporcionalidade idêntica para todo o país na composição da Câmara Federal.

4. DEMOCRATIZAÇÃO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DE MASSA

- | unificação de todo o controle da política de comunicação social num Conselho de Comunicação Social, independente e autônomo, inclusive quanto ao sistema de concessões de rádio e TV. O Conselho deve ser integrado por trabalhadores da área (jornais, agências de publicidade, rádios, TV) e centrais sindicais, democraticamente eleitos;
- | as rádios e TV só poderão ser exploradas por fundações ou associações civis sem fins lucrativos;
- | o governo da União adotará as medidas administrativas, legislativas e judiciais para eliminar o monopólio e o oligopólio da área de comunicação social;
- | apoiar a criação de canais de comunicação próprios das organizações populares.

5. DEMOCRATIZAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO\

Reorganização da Justiça de primeira e segunda instâncias, com nova ordenação dos tribunais superiores, visando a aproximação da Justiça e do povo, promovendo, nesse sentido, a gratuidade de seus serviços para os mais carentes e o seu barateamento para o conjunto da população.

6. INCENTIVO À CRIAÇÃO DE MECANISMOS DE CONTROLE SOCIAL SOBRE A CIDADANIA

- | ampliação dos mecanismos de controle e fiscalização social sobre a produção;
- | reestruturação dos órgãos administrativos incumbidos das ações de preservação, fiscalização, denúncia e repressão ao abuso do poder econômico;
- | estabelecimento de formas de negociação e controle de mercados, abrangendo preços, distribuição e margens de lucro, envolvendo consumidores, produtores, distribuidores e o governo;
- | incentivo à auto-organização dos consumidores;
- | garantia da livre organização dos trabalhadores nas empresas, de formação de conselhos de empresas e de acesso à contabilidade, participação na gestão, direito de controle sobre a política trabalhista e sobre o processo de produção.

II- O NOVO MODELO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Os pressupostos do novo modelo, que deverão orientar o conjunto de políticas específicas a serem implementadas, são os seguintes:

a- mudanças amplas e estruturais na ordem capitalista vigente, opondo-se ao modelo econômico dependente do imperialismo, controlado pelos monopólios e pelos latifúndios;

b- subordinação da propriedade privada dos meios de produção e distribuição aos objetivos sociais da atividade econômica;

c- rompimento dos laços de dependência financeira e tecnológica com o sistema capitalista internacional;

d- mudança no papel do Estado, com a recuperação das suas funções de planejamento e orientação da vida econômica, mantendo o controle sobre setores produtivos e financeiros estratégicos da economia;

e- distribuição de renda com vistas à erradicação da miséria absoluta, redução das desigualdades regionais a ampla difusão dos benefícios gerados pelo desenvolvimento, com busca permanente do pleno emprego dos trabalhadores;

f- desenvolvimento voltado para as necessidades do povo brasileiro;

g- nova qualidade do progresso, com valorização da vida, do bem-estar e do meio ambiente.

Assumindo as diversidades regionais, o governo Lula buscará superar as dificuldades sociais, criando condições para a superação dessas dificuldades num processo que se reflita não apenas no planejamento e distribuição das rendas, mas, principalmente, na discussão aberta de que papel desempenharão as regiões diversificadas.

Com base nesses pressupostos, o governo democrático-popular buscará reorientar a vida econômica do país através das políticas específicas.

1. POLÍTICA DE RENDAS

O nosso governo romperá frontalmente com a prática, usual em nosso país, de subordinar a distribuição de rendas aos problemas conjunturais ou aos objetivos gerais de política econômica. Ao contrário, para nós, o objetivo de desconcentrar a riqueza e elevar o padrão de vida dos brasileiros ocupa lugar decisivo na formulação do conjunto da política econômica.

Sabemos, contudo, que não se trata de objetivo fácil. Uma alteração brusca e mal avaliada dos níveis salariais poderá gerar, facilmente, desequilí-

brios na economia, de que se aproveitarão os capitalistas para sabotar os objetivos do governo, de variadas formas. Em função desta preocupação, nossa política de rendas será:

a- gradual, para permitir a melhor articulação possível com as outras políticas econômicas;

b- ofensiva, para que os trabalhadores não tenham dúvida de que em nosso governo suas condições de vida serão alteradas qualitativamente;

c- transparente, para que o conjunto dos agentes produtivos possam se preparar para o perfil de consumo que a nova distribuição de renda irá gerar num horizonte de tempo previsível.

A nova distribuição de renda será perseguida por meio de políticas diretas e indiretas. As políticas diretas são as que podem atingir diretamente a renda dos trabalhadores: primeiro, elevação gradual e permanente do salário mínimo real, tendo como ponto de honra buscar assegurar o fixado pelo Dieese; segundo, contrato coletivo de trabalho articulado em nível nacional, regional, estadual e municipal, com o objetivo, entre outros, de assegurar a reposição das perdas salariais causadas pelos Planos Bresser e Verão, introduzidas a correção mensal dos salários, segundo o índice do Dieese, e a estabilidade no emprego. Não apenas para definir os salários, mas também para regulamentar democraticamente as relações de trabalho e garantir a participação dos trabalhadores nas definições gerais da política econômica; terceiro, medidas de controle do governo para impedir a rotatividade da mão de obra com que os capitalistas buscam reverter as conquistas dos trabalhadores; quarto, estender a cobertura do seguro-desemprego e elevar o valor.

As políticas são tão ou mais importantes que as medidas diretas. A primeira delas consiste na ampliação das políticas sociais de educação, saúde, transportes, habitação, saneamento etc., democratizando as prioridades e ampliando sua abrangência; segundo, é necessário implantar urgentemente uma política de preços, com mecanismos democráticos de administração dos mercados, para impedir que o poder dos grandes capitalistas acabe por reverter, por meio da inflação e da desorganização do abastecimento, os avanços conseguidos; terceiro, deve-se repensar a política de salário-família, procurando proteger de fato os trabalhadores mais carentes; quarto, definir uma política previdenciária mais justa, para assegurar aos trabalhadores aposentados um fluxo de renda compatível com suas contribuições previdenciárias prévias.

Assim, a concepção de política de rendas é mais ampla que a necessária elevação dos salários mais baixos. Deve ter um caráter de universalidade, incluindo diferentes mecanismos capazes de romper com a lógica atual de marginalização e exclusão, articulando as demais políticas voltadas para a implementação de um novo modelo de crescimento econômico e para a conquista de uma nova qualidade de vida para os brasileiros.

2. MUDANÇA NO PAPEL DO ESTADO, COM A RECUPERAÇÃO DAS SUAS FUNÇÕES DE PLANEJAMENTO E ORIENTAÇÃO DA VIDA ECONÔMICA

O Estado brasileiro se encontra, atualmente, paralisado por uma crise financeira, resultado das políticas de favorecimento ao setor privado, responsáveis pela excelente situação financeira de boa parte das grandes empresas e dos capitalistas em geral. A arrecadação tributária líquida encontra-se em níveis muito baixos, reflexo dos favorecimentos e transferências ao setor privado, bem como do elevado montante de juros pagos pelas dívidas interna e externa. A máquina administrativa encontra-se deformada pelo empreguismo e pelo clientelismo, enquanto a ciranda financeira mina os recursos do Tesouro.

A política do governo democrático-popular para o setor público passa pela desprivatização do aparelho estatal, com a desmontagem das máquinas de corrupção e favorecimento. Esse é um pré-requisito para a reconstituição do espaço da atividade pública, com a recuperação do planejamento do poder de regulação e orientação da economia. O Estado deve ser capaz de articular o conjunto da política econômica, para garantir o objetivo de distribuição de renda e modernização.

Na área de política fiscal, as providências imediatas terão duas direções básicas:

a- revisão profunda de todo o sistema de subsídios e isenções ao setor privado, com vistas a reduzi-los drasticamente; deverão se manter apenas os que estejam de acordo com os objetivos da nova política econômica, podendo-se adotar normas diferenciadas de acordo com o porte econômico dos beneficiados ou segundo critérios sociais ou regionais; em todo e qualquer caso, sempre acompanhados de avaliação criteriosa e transparência, com identificação clara dos beneficiados e dos custos para o Tesouro;

b- combate à sonegação, com intensificação da fiscalização e do controle, ao lado de estímulos à legalização das atividades hoje desenvolvidas na chamada economia informal.

Nesta primeira etapa, portanto, a tônica da política fiscal se concentrará em corrigir seus desvios mais aberrantes e fechar seus vazamentos. Ao mesmo tempo, o novo governo preparará uma ampla correção do sistema tributário, voltado para: reduzir a sobretributação do trabalho em relação ao capital; elevar a tributação sobre as grandes empresas prestadoras de serviço e sobre os grandes produtores agropecuários.

Em relação à dívida pública, o novo governo não permitirá que grandes empresas e correntistas continuem lucrando na ciranda financeira às custas dos recursos do Tesouro. A suspensão dos pagamentos da dívida externa, de que trataremos mais adiante, permitirá um alívio considerável à atual situação em que o Tesouro e o Banco Central são obrigados a emitir dinheiro continuamente, para comprar as divisas geradas pelo setor privado exportador. Além disto, os incentivos ao crescimento da economia e a retomada da atividade produtiva criarão estímulo para que parte do dinheiro hoje mantido no curtíssimo prazo se direcione a estas atividades. Claro que apenas isto não será suficiente, mas criará condições favoráveis para que o novo governo possa enfrentar a pressão dos grandes grupos econômicos e correntistas, que hoje mantêm o Banco Central como verdadeiro refém dos seus interesses. Ou seja, será possível levar a cabo uma política de redução dos juros pagos no curtíssimo prazo sem o risco de evasão do dinheiro para atividades especulativas, combinando-se medidas de controle e estímulo à atividade produtiva. Ao mesmo tempo, procurará levar os grandes grupos e correntistas a adquirirem títulos de prazo mais longo, para facilitar a desconcentração da dívida, reduzindo-se a pressão sobre o Tesouro.

O setor produtivo estatal continuará em poder do Estado, como instrumento privilegiado de regulação da atividade econômica e de implementação do novo modelo de crescimento. No mesmo sentido, o governo deve rever os processos das privatizações já efetivadas.

As dificuldades por que passam muitas empresas estatais resultam na deterioração de sua situação financeira, por conta do peso do endividamento irracional dos últimos anos, muitas vezes determinado pela política de privilegiar os pagamentos da dívida externa.

O novo governo cuidará da eficiência administrativa destas empresas, desmontando os mecanismos de favorecimento ao setor privado, embutidos em políticas de preços e tarifas artificialmente baixos, favorecimentos a grupos por meio de cartórios, fornecimento de produtos ou compra etc. Pro-

curará democratizar a gestão das estatais. Garantirá a livre organização dos trabalhadores nas empresas, a formação de conselhos, o acesso à contabilidade, a participação na gestão, o direito de controle sobre a política trabalhista e sobre o processo de produção. Ainda em relação às estatais, o governo dará plena transparência dos seus objetivos e submeterá à avaliação pública os seus resultados e políticas de produção, investimento e preços.

No que se refere à administração direta, o governo democrático-popular procurará, de imediato, valorizar o trabalho do servidor público, remunerando adequadamente a quem trabalha e punindo com firmeza todos aqueles que desfrutam de privilégios ou não correspondem às suas funções. Ao mesmo tempo, tratará de realocar funcionários para as áreas de serviço público, que serão ampliadas para atender a políticas sociais, enquanto preparará uma reforma administrativa de maior profundidade, com vistas a modernizar e profissionalizar o serviço público.

3. SISTEMA FINANCEIRO

O gerenciamento do sistema financeiro deve objetivar a correção das distorções que vêm se acumulando nos últimos anos, em especial o caráter parasitário do sistema bancário privado, capaz de obter superlucros continuamente, sem atender a sua função básica de financiar a atividade produtiva e o investimento. Para isso, o governo democrático-popular aumentará seu controle sobre o sistema, recorrendo a variadas formas de intervenção, podendo-se chegar, inclusive, à estatização.

Para isso, será utilizado o setor bancário estatal (BB, CEF, BNDES), para forçar o sistema privado a se adaptar às orientações propostas, utilizando ativamente variadas opções de aplicação de recursos e de créditos. Serão eliminados, de imediato, todos os incentivos e vantagens existentes, como custos reduzidos de telecomunicações, ganhos com recolhimento de tributos etc. Grande ênfase terá a recuperação do papel fiscalizador e disciplinador do Banco Central.

4. CONTRA O PAGAMENTO DA DÍVIDA EXTERNA

O PT considera que a dívida externa do Brasil, além de ilegítima e impagável, é o principal fator de estrangulamento de nossa economia e que as políticas econômicas impostas pelo FMI e pelos banqueiros internacionais são responsáveis, em grande parte, pela miséria dos povos do Brasil e do

continente latino-americano. Por isso, o PT se posiciona claramente contra o pagamento da dívida externa. O governo Lula romperá os acordos com o FMI, suspenderá de imediato os pagamentos referentes à dívida, instaurará uma auditoria para verificação de legitimidade dos débitos existentes e promoverá a convocação de uma conferência internacional dos países devedores, para adoção de uma estratégia comum de ação. O PT tem claro que somente com a mobilização popular será possível sustentar e aprofundar a luta contra o FMI, contra o imperialismo e a dívida externa.

Realização de um plebiscito sobre a questão da dívida externa, com o objetivo de impulsionar um amplo movimento de sustentação de massa da nossa posição contra seu pagamento.

5. CAPITAL ESTRANGEIRO

A presença do capital estrangeiro nas atividades produtivas deve-se subordinar às prioridades da política econômica. Sempre se procurará privilegiar a transferência da tecnologia e atuação em áreas julgadas prioritárias pelo novo governo.

Será mantida a distinção entre empresas de capital nacional e estrangeiras da Constituição, para fins de acesso a fundos públicos e atuação em áreas estratégicas.

As grandes empresas de capital estrangeiro serão objeto de ação de controle da sua atividade, da mesma forma que os oligopólios de capital brasileiro, no que se refere a política de preços, geração de tecnologia, relacionamento com o mercado consumidor e fornecedor etc. Nos setores dominados por oligopólios de capital estrangeiro, será exercido controle particular no que se refere à transferência de tecnologia, utilização de insumos importados etc.

Serão adotadas medidas destinadas a conter a fuga de capitais, especialmente remessas de lucros disfarçadas sob a forma de pagamento de royalties, superfaturamento na importação de insumos e subfaturamento de exportações. Para tanto, o governo poderá recorrer à centralização do câmbio e do comércio exterior.

6. UM PROGRAMA DE EMERGÊNCIA

Será preciso definir, para os primeiros meses do novo governo, um programa econômico de emergência, voltado para abrir caminho para os objetivos de médio e longo prazo, enfrentar as dificuldades iniciais e oferecer as respostas

possíveis aos anseios mais imediatos dos trabalhadores. O detalhamento deste programa deverá ser feito de acordo com a realidade concreta do momento.

III- PROGRAMA AGRÁRIO

O Programa Agrário do PAG tem dois grandes eixos: o plano agrário, marcadamente antilatifundiário e comprometido com a reforma agrária, e o plano de política agrícola, que defende um modelo de produção agrícola democrático e popular. A reforma que o PT defende deverá ser realizada sob o controle dos trabalhadores.

Os objetivos e medidas para o Programa Agrário estão descritos no documento do PAG, devendo ser considerada como questão mais polêmica a limitação da Constituição Federal à desapropriação para fins de reforma agrária, que não pode ser promovida em relação à propriedade produtiva.

Para essa questão, as propostas do PAG apresentam duas formas de enfrentamento:

1. *Revisão da Constituição Federal*, na parte que declara a propriedade produtiva como insuscetível de desapropriação. No terreno legislativo, o governo do PT ainda proporá:

a- fixação de um tamanho máximo para as propriedades fundiárias, particulares, considerando um enquadramento modular para cada região, tipo de produção e do conjunto das propriedades de cada proprietário, com a desapropriação das áreas que excedam esse limite;

b- regulamentação dos contratos de arrendamento por lavradores de terras de grandes propriedades, com a limitação de até 15% do resultado líquido da produção para pagamento devido ao proprietário, sendo as benfeitorias realizadas indenizadas segundo seu valor de mercado;

c- taxação progressiva sobre as grandes propriedades rurais e efetiva cobrança do imposto, como forma de combater a concentração fundiária;

d- regulamentação dos bens vagos arrecadados pelos estados, territórios e Distrito Federal;

e- proibição da aquisição de terras por pessoas jurídicas estrangeiras.

2. *Independentemente de qualquer revisão* da atual Constituição ou da legislação ordinária, o governo do PT deverá promover a reforma agrária com base nos seguintes parâmetros:

a- desapropriação de imóveis rurais improdutivos, como tais considerados os que não cumpram a sua função social, ou seja (com base na legislação em vigor), os que não tenham grau de utilização de terra igual ou superior

a 80%, grau de eficiência de exploração igual ou superior a 100% e aqueles cujos proprietários não cumprem a legislação que rege as relações de trabalho e os contratos de uso temporário da terra;

b- pagamento das indenizações em Títulos da Dívida Agrária, com prazo de 20 anos e início do pagamento no 5º ano, ficando o pagamento subordinado à apuração e dedução de débitos do ITR e à pesquisa sobre a legitimidade dos títulos da propriedade;

c- arrecadação, sem indenização, das terras pertencentes às empresas multinacionais, adquiridas em fraude à legislação que proíbe a sua aquisição;

d- regularização e solução dos atuais conflitos de terra, com a desapropriação das áreas neles envolvidas;

e- desapropriações orientadas para propriedades acima de 50 módulos regionais rurais;

f- reversão ao patrimônio da União, e sua destinação para a reforma agrária, de todas as áreas públicas federais indevidamente regularizadas e/ou licitadas em nome de terceiros, bem como de todas as áreas públicas objeto de doações, vendas e concessões declaradas como irregulares pelo Congresso Nacional;

g- arrecadação, sem indenização, após julgamento, das terras pertencentes a assassinos de trabalhadores rurais e de mandantes em caso de conflitos pela posse da terra, bem como das terras daqueles proprietários de imóveis que mantêm trabalho escravo no seu interior;

h- efetuar o levantamento de todas as áreas desapropriadas, objetivando constatar a real situação das mesmas, para definição de novas políticas voltadas para a emancipação política e econômica dos assentados;

i- comissão para levantar todos os assassinatos cometidos contra os lavradores, levantando os nomes dos mandantes, executores, situação das famílias das vítimas, agilizando os processos de apuração da violência, buscando ainda formas de reparação às famílias vitimadas.

IV- CONTRA AS DISCRIMINAÇÕES - MULHERES

POR UM BRASIL DE HOMENS E MULHERES LIVRES E IGUAIS

O PT reconhece a discriminação que sofrem as mulheres na sociedade brasileira. Entende que, além das relações de classe, as mulheres estão submetidas a relações de opressão de sexo, que se reproduzem numa rígida divisão

de trabalho e de papéis e se expressa em todas as esferas, econômica, política, social e ideológica. É por isso que a eliminação das discriminações das mulheres não pode ser resolvida apenas no combate ideológico, mas exige o desenvolvimento de políticas públicas, que ataquem diretamente as formas de discriminação e da opressão.

Porque a discriminação das mulheres se manifesta nas várias esferas da vida social e cultural, ela deve ser enfrentada também nas diretrizes gerais que norteiam a política do PT.

Os objetivos deste programa são dois:

1- a igualdade econômica e social de homens e mulheres na sociedade brasileira;

2- a plena cidadania cultural e política de homens e mulheres.

METAS E DIRETRIZES PARA UM PROGRAMA DE IGUALDADE

Se a sociedade brasileira é marcada pelas profundas desigualdades sociais e econômicas e pela exclusão cultural e política das massas populares, as mulheres, e principalmente as mulheres negras, se encontram, invariavelmente, entre os grupos mais penalizados.

Em 1984, 70 mil mulheres brasileiras morreram de parto e aborto por falta de atenção médica, e 44,4% das mulheres brasileiras são esterilizadas; seu corpo é posto sob o controle dos interesses estratégicos que visam a diminuição das populações do Terceiro Mundo.

As mulheres são discriminadas também no mercado de trabalho: 58% delas ganham entre 0 e 1 salário mínimo, enquanto 33,8% dos homens estão nesta faixa. Apenas 7,2% das mulheres ganham mais de 5 salários mínimos, enquanto 16,5% dos homens recebem este salário.

Na educação, a discriminação maior recai sobre as mulheres negras e mestiças: 48,6% das negras e 47,8% das mestiças têm menos de um ano de estudo. A cidadania das mulheres ainda é e continuará sendo de segunda categoria, enquanto milhares de mulheres forem espancadas em suas próprias casas, estupradas e desrespeitadas nas ruas e no trabalho. Nem mesmo os direitos assegurados pela Constituição são respeitados, e as trabalhadoras vêm sofrendo perseguições através da exigência de controle da fertilidade.

O reconhecimento desta desigualdade coloca para o PT o desafio de buscar, por intermédio das políticas sociais, os mecanismos que permitam às

mulheres igualdade de oportunidade no mercado de trabalho, na educação profissional e na vida social.

As formas da discriminação e da desigualdade que penalizam as mulheres colocam a necessidade de pensar uma democratização radical do Estado e o fortalecimento da participação popular, que inclua também a participação política das mulheres na formulação das políticas públicas, através de um organismo de articulação destas políticas e por meio de incentivos e metas que apontem a necessidade de participação das mulheres em todas as instâncias administrativas e políticas da sociedade brasileira.

Enquanto os mecanismos de reprodução da discriminação que sofrem as mulheres não forem objeto de uma política que integre a luta contra a discriminação a todos os níveis de atuação do governo não haverá democracia.

Por isso, o programa do PT, hoje, refletindo as experiências dos movimentos de mulheres nestes últimos anos no Brasil, entende que a igualdade entre homens e mulheres na sociedade brasileira é um dos objetivos principais e gerais de seu programa, que será implementado por meio de suas políticas sociais, articulado por um organismo federal.

CINCO METAS PARA A IGUALDADE

1- TRABALHO DOMÉSTICO, TRABALHO ASSALARIADO E MERCADO DE TRABALHO

Desenvolvimento e incentivos a programas, em nível federal, estadual e municipal, para criar equipamentos sociais (creches, restaurantes, lavanderias etc.) para que o trabalho doméstico seja assumido pelo conjunto da sociedade. Punição de toda discriminação de sexo, orientação sexual, cor, idade, estado civil no trabalho e aplicação dos direitos trabalhistas integrais das mulheres trabalhadoras, das gestantes, das domésticas e das trabalhadoras rurais. Promoção de políticas que visem a profissionalização das mulheres e assegurem o acesso ao mercado de trabalho, sem restrições de profissões ou de postos, e a igualdade na qualificação de seu trabalho e no salário.

2- SAÚDE E DIREITOS REPRODUTIVOS

Implantação de uma política de saúde para a mulher, que envolva todas as fases de sua vida, integrando a sexualidade, menstruação, prevenção do câncer, fertilidade, gestação ou interrupção da gravidez. Ga-

rantia do direito a optar pela maternidade e do acesso à contracepção, através de métodos não nocivos à saúde, proibindo-se aqueles métodos já condenados e estimulando-se a pesquisa científica de novos métodos contraceptivos, femininos e masculinos. Normatização e fiscalização da esterilização, para evitar esterilização massiva e indiscriminada das mulheres. Assistência obrigatória, na rede pública de saúde, para os casos de aborto previstos em lei.

Implantação de medidas que reduzam radicalmente a mortalidade materna, causada pela deficiência de atendimento à gestação, parto e aborto.

Desencadear iniciativas para o estabelecimento de legislação que amplie o direito de interrupção de uma gravidez indesejada.

3- DEFESA DAS MULHERES CONTRA A VIOLÊNCIA

Promoção de medidas que garantam a defesa e a segurança das mulheres contra a violência, por meio da criação e ampliação de serviços de atendimento jurídico e psicológico, delegacias de atendimento especializado e abrigos para as mulheres vítimas de violência. Promoção de políticas preventivas junto à população, apontando o caráter sexista da violência pública e privada contra as mulheres.

4- UMA EDUCAÇÃO NÃO SEXISTA

Promoção de políticas visando eliminar os preconceitos e estereótipos sexuais e raciais na educação. Garantir às mulheres acesso à formação profissional, fornecendo condições para a sua plena participação profissional, política e social nas áreas urbanas e rurais.

5- ESTRUTURAÇÃO INSTITUCIONAL: UM MINISTÉRIO OU SECRETARIA ESPECIAL

É papel do governo democrático-popular definir prioridades na elaboração de políticas públicas que combatam a discriminação das mulheres. O governo do PT deverá criar um organismo – Ministério ou Secretaria Especial – que tenha poder e atribuições para formular, executar e coordenar, com outras instâncias federais, as políticas que promovam a igualdade entre homens e mulheres na sociedade brasileira.

V- NEGROS

A elaboração das políticas sociais para a população negra, a ser praticada pelo governo do PT, se baseará nos seguintes princípios:

a- respeito à autonomia do movimento negro;

b- apoio à organização autônoma da população negra, à sua cultura e às suas lutas;

c- apoio às lutas dos povos oprimidos da África, dos negros da Diáspora e o repúdio aos países que tenham institucionalizado qualquer tipo de discriminação; reorientação das prioridades da política externa em relação ao continente africano;

d- a definição de políticas especiais dirigidas à população negra, que acionem mecanismos de mobilidade social visando a promoção diferencial deste segmento, a saber:

| assegurar, por meio de leis e fiscalização, o combate ao racismo no trabalho;

| assegurar que a elaboração dos currículos escolares contemple e respeite as diferentes etnias que conformam a população brasileira;

| assegurar, por meio de leis, a fiscalização rigorosa e o combate à veiculação de preconceito de qualquer tipo por intermédio dos meios de comunicação social;

| preservar, zelar e fomentar a produção cultural e o patrimônio artístico e histórico da participação do negro na sociedade brasileira;

| criar um programa especial de combate ao racismo, desenvolvendo campanhas educativas permanentes;

| criar, no âmbito de cada Ministério, grupos de trabalho com o objetivo de diagnosticar, propor e subsidiar medidas governamentais de combate ao racismo. Estes grupos deverão atuar sob a coordenação de um órgão vinculado à Presidência da República;

| democratizar, reequipar e reordenar a atuação da Fundação Cultural Palmares, colocando-a a serviço do fomento e da produção cultural de origem africana.

VI- POLÍTICA DE TRANSPORTES

1- *Dar prioridade ao transporte público de passageiros* na alocação de recursos da área, direcionando sua aplicação, nos investimentos e custeios, segundo definição de um Plano Nacional de Transporte Público.

2- *Criar um Conselho de Transportes*, formado por órgãos municipais, estaduais e federais, entidades populares e de trabalhadores que atuem sobre as questões de transportes (associações de usuários, SABES, sindicatos

de trabalhadores de transportes, sindicatos de profissionais liberais e outras entidades congêneres), para participar da definição da política de transporte em nível nacional e da elaboração de Plano Nacional de Transporte Público.

3- *Incentivar medidas de controle público* sobre os serviços de transporte, através do apoio às ações dos poderes municipais e estaduais, na direção da estatização do serviço, tais como, a implantação de receita pública, contratação por quilômetro rodado, frota pública, controle popular, integração física e tarifária dos sistemas etc. O objetivo será a estatização dos transportes urbanos.

4- *Incentivar a construção* de vias alimentadoras de transporte coletivo, corredores estruturais, acesso viário, terminais, abrigos, sinalização para os transportes coletivos. Esse incentivo pode ser feito, principalmente, através do Fundo de Transportes, mas também utilizando-se da isenção de impostos sobre ônibus e óleo diesel para as empresas públicas operadoras de transportes. Isso deve ser feito ao mesmo tempo que fica proibido todo e qualquer subsídio às empresas privadas do setor.

5- *Incentivar outros sistemas* de transportes de massas, como o metrô e o transporte fluvial.

6- *Buscar a viabilização de uma tarifa social* para o transporte público urbano.

VII- SAÚDE

Para o PT, os problemas de saúde não se resolvem só com assistência médica, remédios e hospitais, como quer fazer crer o atual modelo de atenção à saúde. Temos que compreender saúde como resultado do atual modo de organização social da produção, que gera condições desiguais e inaceitáveis de vida, trabalho, doença e morte. A partir desta concepção, o PAG do PT para a saúde articula-se às demais políticas sociais, econômicas e ambientais, como habitação, educação, reforma agrária e saneamento, não se esgotando em medidas racionalizadoras ou de extensão de cobertura (aumento do número de serviços para maior atendimento à população).

Cabe ao PAG resgatar a noção de saúde como direito de todos e dever do Estado, imprimindo uma marca própria à construção do Sistema Único de Saúde (SUS), estatizado e sob controle popular, [tendo como eixos] centrais a melhoria da qualidade dos serviços, o respeito aos direitos dos usuários, a eficácia e a universalização da atenção à saúde (acesso igual para todos), buscada no enfrentamento das desigualdades sociais.

O setor privado, que se construiu e se mantém financiado pelo setor público, deve ser tratado com o máximo rigor. Devem ser imediatamente estatizados todos os serviços, hospitais, indústria farmacêutica e de equipamentos considerados estratégicos para a construção do SUS, conveniados ou não, devem ser mantidos sob rigoroso controle público. Entendem-se como estratégicos os serviços que são vitais para o funcionamento do sistema de saúde e que devem ser estatizados num primeiro momento, na medida em que não existam serviços públicos que possam proporcionar a cobertura relativa aos mesmos. Entendem-se como serviços essenciais aqueles que são fundamentais para o sistema, mas que não seria possível estatizar num primeiro momento.

Deve ser fortemente estimulada, recuperada e expandida a rede pública, dentro de uma nova lógica, especialmente a partir das regiões mais carentes e desassistidas. Isso inclui ainda o estímulo à produção estatal de medicamentos, equipamentos e insumos essenciais e uma política de recursos humanos articulada à transformação do sistema, com acesso por concurso público, plano único de cargos, carreira e salários e educação continuada em serviço. Por último, dentro de uma concepção de atenção integral à saúde, o novo modelo deve ser estimulado por programas específicos (Saúde do Trabalhador, da Mulher, Saúde Bucal, Mental etc.) e controlado pela população em todos os seus níveis.

VIII- POLÍTICA DE EDUCAÇÃO

A realidade educacional do Brasil é caracterizada pela estratificação e exclusão social.

As práticas do clientelismo, da vigência de subsídios e da política de verbas públicas à rede privada cresceram e transformaram-se em verdadeiro mercado educacional. A estrutura estatal assegurou que a educação servisse, desta forma, à acumulação de capital.

A escola brasileira ainda tem caráter excludente e antidemocrático, por isso precisamos construir uma escola pública popular, quanto ao seu acesso, permanência e conclusão, e quanto à sua gestão, garantidas a competência e a boa qualidade. Uma escola construída como projeto a curto, médio e longo prazos, mobilizadora da sociedade, espaço de formação política e cultural, transformadora e construtora do conhecimento.

O ato humano de educar não só se dá no trabalho pedagógico da e na escola, mas também no ato de lutar em todos os espaços sociais por outro tipo de escola, por melhores condições de vida, por outra sociedade.

Partindo dessa compreensão, propomos as seguintes medidas governamentais:

1. *Ampliação da rede pública.* A meta prioritária é torná-la, em todos os níveis, exclusiva no prazo máximo de dez anos; isto é, o ensino é obrigação do Estado e o seu exercício deve ser entendido como concessão estatal, vetando-se, desta forma, qualquer transferência de verbas públicas para instituições de ensino privadas. Garantia de no mínimo quatro horas diárias de escolaridade obrigatória, garantindo o padrão de qualidade, por meio de fiscalização e exigência de transparência por parte do poder público. Fica garantida também ao aluno a frequência facultativa de até quatro horas extras diárias, em escolas próximas à sua área de moradia, para estudos complementares orientados, atividades culturais e de organização das suas tarefas.

2. *Democratização da gestão do sistema escolar:* extinção do CFE [Conselho Federal de Educação], substituindo-o pelo Conselho do Desenvolvimento Educacional, que deve gerir, inclusive, a política integrada educação/desenvolvimento. Modernização da estrutura do Ministério [da Educação] visando à agilização das áreas de atuação. Controle democrático da rede pública e privada por meio de conselhos fiscalizadores e deliberativos nas esferas estaduais e municipais, observando rigorosamente a aplicação de recursos mínimos, exigidos na Constituição. Autonomia do ensino superior, conselhos de escola no ensino de primeiro e segundo graus e eleições diretas em todos os níveis.

3. *Estabelecimento do Padrão Nacional de Qualidade Educacional:* plano de carreira e de salários para educadores nos três níveis na rede pública e privada, formação e reciclagem obrigatória para docentes do primeiro e segundo graus, indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (prioritariamente no 3º grau), condições mínimas de trabalho na rede pública e privada (instalações, material didático, número mínimo de alunos por sala de aula, reformulação da jornada de trabalho) e reforma curricular integrando todos os níveis de ensino.

4. *Política integrada de educação e desenvolvimento:* integrar as políticas setoriais (saúde, educação, habitação, trabalho etc.) no plano global das diretrizes socioeconômicas do governo, utilizando-se, dentre outras, das seguintes medidas: integrar a rede formal de educação a sistemas de TV e

rádio, formação e aperfeiçoamento na rede de ensino superior de profissionais especializados nas áreas de saúde, educação, habitação etc. Valorizar o trabalho como atividade criativa, em detrimento da situação atual, em que a competitividade internacional dita as condições de desenvolvimento do trabalho. Desenvolvimento científico e tecnológico prioritariamente nas universidades públicas.

5. *Implementação do Plano Educacional de Emergência*: recenseamento educacional nacional bianual, por meio de pesquisas participantes.

Realocação de recursos além dos liberados pela política de desprivatização do Estado e pela suspensão dos recursos públicos destinados à iniciativa privada.

Garantir o acesso da população a programas de alfabetização e de erradicação do analfabetismo funcional e ao 1º ano do primeiro grau, sem detrimento da manutenção e funcionamento normal dos restantes níveis de ensino, no prazo máximo de quatro anos.

IX- SALVAR A AMAZÔNIA, DEFENDER A VIDA

O governo do PT promoverá a revisão global do modelo de desenvolvimento adotado na Amazônia brasileira, considerando-se os seus vários aspectos regionais, que tem sido responsável pela destruição da floresta, pelo desmatamento em larga escala, por mudanças irreversíveis no ecossistema, pela violência, mortes e prejuízos significativos às populações locais e povos indígenas.

O governo do PT considera a Amazônia brasileira parte integrante, inalienável, do território e do patrimônio nacional, cabendo-lhe, portanto, assegurar a plena soberania do país na região e determinar que iniciativas e investimentos possam servir à implantação de um novo modelo, não predatório e que respeite os povos da floresta.

O nosso governo buscará coordenar ações com os países integrantes do Pacto Amazônico, buscando desenvolver iniciativas comuns para toda a região. Nesse sentido, o governo do PT agirá para criar reservas extrativistas, para rever toda a política de colonização, para instituir novas políticas minerais, energética e madeireira na região, garantindo ainda o domínio territorial e cultural da tradição e costumes das nações indígenas em seus territórios demarcados.

X- UMA NOVA POLÍTICA ENERGÉTICA

O governo do PT se orientará por uma política energética alternativa, que leve em conta as necessidades do desenvolvimento nacional e que esteja voltada para a preservação da segurança e da qualidade de vida dos brasileiros, do meio ambiente e dos recursos naturais do país. Nesse sentido, agirá para reorientar os atuais projetos de geração de energia, para reduzir drasticamente a desigualdade e o desperdício no consumo e para desenvolver fontes alternativas de geração de energia.

O governo do PT se oporá frontalmente a qualquer projeto de utilização de energia nuclear para fins militares, principalmente a bomba atômica. O novo governo colocará sob controle civil toda a pesquisa e desenvolvimento de projetos na área nuclear. O domínio destas tecnologias será incentivado, mas com vistas ao desenvolvimento do país e com objetivos claramente definidos para a sociedade. O governo do PT incentivará, ainda, a pesquisa de novas tecnologias de domínio da energia atômica para fins pacíficos, bem como de todas as formas de aproveitamento energético adequadas à preservação do meio ambiente e à segurança da população.

O governo do PT cancelará o Acordo Nuclear com a Alemanha e o substituirá por uma nova política nuclear. Ao mesmo tempo, condicionará a operação da usina de Angra I e a conclusão da usina de Angra II a estudos de sua reciclagem para gás natural, por exemplo, além de um plano de emergência e de um sistema de segurança socialmente aceito; tudo isto mediante consulta popular e após ouvida a comunidade científica. Será sustada a construção da usina de Angra II e de outras centrais previstas.

O governo do PT agirá para solucionar o grave problema de demanda e geração de energia hidrelétrica. Para tanto, terá que refazer o Plano 2010 da Eletrobras, criando um fórum para discutir as hidrelétricas na Amazônia, com a participação das comunidades indígenas, extrativistas e de cientistas, bem como promoverá uma ampla discussão sobre a necessidade e a viabilidade (econômica, ecológica e social) de outros projetos contidos no Plano 2010. Deverá levar em conta os custos econômicos, sociais e ecológicos das grandes obras hidrelétricas, reprogramando obras e priorizando a construção de hidrelétricas de pequeno e médio porte. O novo governo promoverá o aproveitamento de fontes alternativas e executará um rigoroso programa de conservação de energia.

XI- REFORMA URBANA E POLÍTICA HABITACIONAL

O governo do PT dará prioridade à melhoria da qualidade da vida urbana, hoje submetida a crescente degradação, expressa na crescente escassez de habitações, nos aluguéis exorbitantes, na precariedade dos transportes, na expansão das favelas, nos esgotos sem tratamento, nos níveis intoleráveis de poluição.

O governo do PT investirá maciçamente na construção de conjuntos e casas populares, garantindo o usucapião urbano, individual e coletivo (desde que comprovada a não existência de outro imóvel e o prazo mínimo de cinco anos de comprovação de moradia), e no saneamento básico, redirecionando para esta finalidade os recursos do FGTS. Além de viabilizar os programas habitacionais, o governo atacará com firmeza a questão do uso do solo urbano, combatendo a especulação e a grilagem. Será também estimulada a construção de moradias para setores de renda média.

O transporte urbano e suburbano de massas será privilegiado, seja através do apoio a iniciativas estaduais e municipais, seja pelo estímulo ao desenvolvimento de novas tecnologias e pelo financiamento das obras necessárias. A formulação e o gerenciamento dos projetos voltados para solucionar estes problemas contarão sempre com ampla participação popular.

O governo do PT perseguirá também a desconcentração geográfica da riqueza e da produção, valorizando as cidades pequenas e médias, com investimentos em infraestrutura e estímulos à geração de empregos nestas localidades, providências básicas para conter a metropolização predatória das grandes cidades.

1- Controle democrático da gestão dos recursos do FGTS e de todos os fundos relacionados com o sistema financeiro da habitação.

2- Organização imediata de uma agência social de habitação e de desenvolvimento urbano, de âmbito nacional, com administração descentralizada e mecanismos claros de controle democrático por parte da população organizada em nível local.

3- Modificação das normas gerais do IPTU no Código Tributário Nacional, de modo a viabilizar uma tributação progressiva.

XII- POR UMA POLÍTICA EXTERNA SOBERANA

O governo do PT conduzirá suas iniciativas no plano internacional de acordo com uma política externa independente e soberana, sem alinhamen-

tos automáticos, pautada pelos princípios de autodeterminação dos povos, não ingerência em assuntos internos de outros países e pelo estabelecimento de relações com governos e nações em busca da cooperação à base de plena igualdade de direitos e benefícios mútuos.

O governo do PT mobilizará esforços para que o país ocupe, no cenário internacional, posição compatível com sua real dimensão econômico-social, geográfica, cultural. No âmbito da América Latina, se empenhará pela aplicação de uma política de integração econômica e cultural, procurando viabilizar a criação de um Parlamento Latino-Americano, que renove as relações de solidariedade entre os povos da América Latina. Apoiará o Tratado de Tlatelolco e defenderá a criação de zonas de paz na América Latina.

O governo do PT fará valer a importância da nação brasileira no cenário internacional, visando a implantação de uma nova ordem econômica mundial, que liquide as relações de subordinação e dependência da maioria dos países em relação aos mais ricos.

Nosso governo terá uma política anti-imperialista e prestará solidariedade irrestrita às lutas em defesa da autodeterminação e da soberania nacional, e a todos os movimentos em favor da luta dos trabalhadores pela democracia, pelo progresso social e pelo socialismo. O governo da Frente defenderá a luta dos povos oprimidos da América Latina e se posicionará contra qualquer ingerência e intervenção externas no Caribe. Dará apoio à luta do povo palestino pela criação de seu Estado independente, respeitando a existência do Estado de Israel. Não manterá relações comerciais, culturais ou de qualquer natureza (nem as estimulará direta ou indiretamente) com governos que pratiquem políticas racistas, como o regime do *apartheid*. O novo governo apoiará as iniciativas sinceras em defesa da paz e contra a corrida armamentista das grandes potências. O governo do PT assumirá a defesa irredutível do meio ambiente e da Amazônia, ao mesmo tempo que exigirá, em nível internacional, uma política consequente de proteção ao meio ambiente, principalmente por parte dos países mais industrializados e da ação de suas empresas multinacionais, onde quer que atuem.

XIII- DEFESA DOS DIREITOS E CONQUISTAS DOS TRABALHADORES

O governo do PT reafirma seu compromisso político fundamental com a classe trabalhadora, o que se expressa no seu programa e guiará sua

ação. Os trabalhadores urbanos e rurais têm um papel primordial, não apenas como produtores da riqueza do país, mas também como cidadãos, de cujas lutas tem sempre dependido a ampliação da democracia e o progresso social.

O governo do PT defenderá a liberdade de organização sindical, a autonomia das organizações de massa dos operários e camponeses. Defenderá o direito de greve, cabendo aos próprios trabalhadores decidirem quando exercê-lo e para quais objetivos. Procurará fiscalizar, em conjunto com as entidades sindicais, a aplicação dos direitos sociais constitucionais e das leis trabalhistas. O governo do PT reconhecerá o direito de os trabalhadores participarem e controlarem a administração de fundos sociais e serviços como o FGTS e o Inamps, a administração dos serviços públicos e do Estado, bem como a definição das prioridades econômicas e sociais do país.

Somente um governo em que os trabalhadores sejam reconhecidos nos seus direitos de participantes das decisões nacionais será um governo capaz de enfrentar os problemas sociais fundamentais, de lutar contra as desigualdades, a exploração e a miséria. O governo do PT, desta forma, estará comprometido com o futuro e a esperança.

Este é o nosso compromisso e o nosso convite. O Brasil nos pertence. Vamos tomá-lo de volta para nós e para nossos filhos. Só assim tornaremos este projeto real, fazendo com que se instale na mesa de cada família, se materialize nas moradias, escolas e hospitais, se transforme na escola de cada criança, vire a terra de cada trabalhador rural, apareça na segurança de todo pequeno produtor, se erga na realização do profissional especializado, se expresse na garantia ao aposentado de uma existência digna, se construa como emancipação das mulheres, igualdade entre as raças, sentido de vida para a juventude, esperança de uma Pátria para todos os brasileiros.

XIV- ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE

1. QUESTÃO AGRÁRIA

O governo democrático-popular vai desenvolver um modelo agrícola adaptado às condições ambientais do país. Adotando-se um empreendimento abrangente do conceito de ambiente, isso significa uma agricultura que respeite as características do solo, clima, fauna, flora, recursos hídricos, sociais, antropológicos e históricos de cada parte ou região do nosso território. Isso implica fazer uma revisão crítica do atual modelo agrícola, que

é baseado no modelo norte-americano e nos seus preceitos tecnológicos. A máxima e a melhor tecnologia será incentivada: devemos ter clareza de que a melhor tecnologia não é aquela que exige necessariamente mais energia e mais capital, mas sim aquela que é mais eficiente, consumindo menos recursos e respeitando o ambiente.

A reforma agrária ecológica é exigência fundamental e estratégica, tanto da política agrícola como da política ambiental do governo popular, e pressuposto das reformas estruturais que vai realizar. Entendemos como reforma agrária e ecológica um conjunto de medidas que inclui, além da redistribuição fundiária, uma política de financiamento e incentivo à produção, voltada, em primeiro lugar, às necessidades do povo (comida, roupa, moradia, saúde etc.), à preservação ambiental, considerando os princípios do movimento brasileiro de agricultura alternativa, e priorizando as atividades associativas e cooperativas.

2. QUESTÃO URBANA

A política urbana deve ser definida em conjunto com um processo de política agrícola que tem por base a reforma agrária. Estabelecer mecanismos de controle do crescimento das cidades que tenha por base a hierarquia destas, com suas funções locais e regionais específicas, de forma a permitir uma melhor qualidade de vida para os trabalhadores, enfatizando o coletivo em relação ao individual e o cooperativo em relação ao competitivo, buscando, desta maneira, formas de romper com os padrões culturais da reprodução de capital.

A política urbana terá por objetivo enfatizar, do ponto de vista ecológico, soluções para as áreas de educação, saúde, alimentação, saneamento, reaproveitamento do lixo por meio de sua reciclagem e da produção do biogás a partir da matéria orgânica; o tratamento dos esgotos, retomando a política nacional de saneamento básico, com ênfase no tratamento dos efluentes industrial, hospitalar e doméstico, garantindo que os custos e a responsabilidade do seu tratamento sejam assumidos pelas fontes poluidoras; transportes – exigir melhoria do desempenho dos motores, redução da sua emissão de poluentes e priorizar a adoção de ônibus a gás ou elétricos; abastecimento de energia e habitação de acordo com os padrões climáticos brasileiros e poupadores de energia.

Dar início ao processo da reforma urbana, democratizando os espaços vazios e dando aos mesmos um uso social compatível com a ampliação da qualidade de vida da população. Ampliar a oferta de áreas verdes e de lazer de acordo com as diretrizes da Organização Mundial de Saúde. Realizar a descentralização político-administrativa, incentivando o poder popular localizado.

3. AMAZÔNIA, PANTANAL E CERRADO

A Região Amazônica é palco de agressões ambientais e sociais de toda ordem, desde a implantação de grandes projetos agropecuários, energéticos, devastação das florestas, poluição dos rios, até a violência aos trabalhadores rurais e aos indígenas. Propomos a revisão de todos os projetos já implantados ou a implantar; criação de um modelo de desenvolvimento específico para cada região, criação de reservas extrativistas, reforma agrária e demarcação dos territórios indígenas.

O Pantanal, uma das maiores reservas biológicas do mundo, está ameaçado devido à devastação das matas, uso de agrotóxicos, mineração, caça e pesca predatórias. Como medidas para solucionar esses problemas, propomos o fim de todo projeto agropecuário que não leve em conta as características ambientais da região; revisão da política de turismo e dos projetos industriais e rodoviários.

O Cerrado, um ecossistema com enorme diversidade, sofre a ocupação desordenada da agropecuária e com a implantação de monoculturas mecanizadas. Propomos a suspensão dos referidos projetos, bem como dos seus incentivos fiscais; da monocultura e do desmatamento contínuo e a criação de reservas ecológicas; a proibição das queimadas e o incentivo à policultura.

4. LITORAL, MATA ATLÂNTICA E ZONA COSTEIRA

Mais da metade da população habita nestas regiões e ali se encontra a maior parte da produção industrial. Devido a isto, os problemas ambientais são graves e de todo tipo. Propomos o redirecionamento da política de desenvolvimento; rígidos programas de controle ambiental; a criação de reservas e parques, com fiscalização adequada; reorganização da atividade da pesca, fiscalizando a pesca industrial e incentivando a pesca artesanal.

5. MINERAÇÃO E GARIMPAGEM

Propomos a elaboração do Plano Nacional de Recursos Naturais, incluindo perspectivas, possibilidades e limites para estas atividades. Propomos a revisão dos grandes projetos mineradores, desenvolvendo rígido controle ambiental nas áreas já atingidas. Restrição máxima às pesquisas de mineração nas áreas indígenas. Criação de reservas garimpeiras, após estudos locais comprovando a ausência de danos ecológicos e econômicos. Não permitir a contaminação dos rios por mercúrio, sendo adotados, caso a caso, substitutos técnicos adaptados às necessidades de cada garimpo e região.

6. AGROTÓXICOS

Além dos riscos à saúde humana, o seu uso indiscriminado tem sérias implicações para o equilíbrio ambiental. Propomos constituir uma comissão técnica interministerial, aberta à participação popular, com o objetivo de rever todos os processos de licenciamento de importação, produção, comercialização e uso de agrotóxicos no país, segundo a legislação ainda em vigor em vários estados da União. Responsabilização dos produtores e/ou comerciantes de agrotóxicos por todos os danos ambientais e aos trabalhadores rurais e consumidores que venham a ser atingidos.

MOÇÃO

- “Não ao massacre do povo chinês”.

| 1990 |

7º ENCONTRO NACIONAL

31 DE MAIO A 3 DE JUNHO DE 1990
PALÁCIO DE CONVENÇÕES DO ANHEMBI - SÃO PAULO/SP)

ROBERTO PARIZOTTI



PLENÁRIA DO 7º ENCONTRO NACIONAL

ROBERTO PARIZOTTI



ENCERRAMENTO DO 7º ENCONTRO NACIONAL, COM A PRESENÇA DOS CANDIDATOS AOS GOVERNOS ESTADUAIS.

7º ENCONTRO NACIONAL¹

31 DE MAIO A 3 DE JUNHO DE 1990

PALÁCIO DE CONVENÇÕES DO ANHEMBI – SÃO PAULO/SP.

ELEGE O 50 DIRETÓRIO NACIONAL, PRESIDIDO POR LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA.

RESOLUÇÕES APROVADAS:

- | O socialismo petista;
- | Construção partidária;
- | Conjuntura e tática.

TESES APRESENTADAS:

- 1) Socialismo e estratégia, da Articulação (tese-guia);
- 2) Em Defesa do socialismo com democracia: Por um PT de luta, da Convergência Socialista;
- 3) O PT e o socialismo da Democracia Socialista;
- 4) A luta socialista hoje, da Força Socialista;
- 5) A opção socialista do PT no Brasil do Movimento por uma Tendência Marxista;
- 6) Por um socialismo democrático e humanístico, da Nova Esquerda;
- 7) Sobre a questão do socialismo, do Trabalho;
- 8) Uma nova era da luta pelo socialismo no mundo, da Vertente Socialista.

CHAPAS APRESENTADAS:

- 1) Socialismo e liberdade, encabeçada por Eduardo Jorge e José Genoino;
- 2) Articulação da luta socialista, encabeçada por Lula;
- 3) PT de luta e de massas, encabeçada por Valério Arcari e Markus Sokol;
- 4) Alternativa socialista e revolucionária, encabeçada por João Machado.

RESULTADO DA VOTAÇÃO:

Chapa 1: 17% (14 membros no DN);

Chapa 2: 56% (46 membros no DN);

1. Caderno de Teses, *Boletim Nacional*, edição especial e Boletim Nacional n.º 51, de julho de 1990.

Chapa 3: 11% (9 membros no DN);
Chapa 4: 16% (13 membros no DN).

Presentes: 568 delegados.

Estados representados: 27 (AC, AL, AM, AP, BA, CE, DF, ES, GO, MA, MG, MS, MT, PA, PB, PE, PI, PR, RJ, RN, RO, RR, RS, SC, SE, SP e TO)².

2. Fonte: Documentos originais do 7º Encontro Nacional.

O SOCIALISMO PETISTA

Esta resolução propõe-se a reafirmar nosso juízo sobre o sistema capitalista, consolidar sinteticamente o acúmulo partidário no que se refere à alternativa socialista, identificar fundamentais desafios histórico-doutrinários à causa do socialismo e propor amplo debate ao PT e à sociedade brasileira sobre a superação concreta de tais desafios.

1- O PT já nasceu com propósitos radicalmente democráticos. Surgimos combatendo a Ditadura Militar e a opressão burguesa, exigindo nas ruas e nos locais de trabalho o respeito às liberdades políticas e aos direitos sociais. Crescemos denunciando a transição conservadora e construindo as bases da soberania popular. Em dez anos de existência, o PT sempre esteve na vanguarda das lutas pela democratização da sociedade brasileira. Contra a censura, pelo direito de greve, pela liberdade de opinião e manifestação, pela anistia, pelo pluripartidarismo, pela Constituinte autônoma, pelas eleições livres e diretas. Tornamo-nos um grande partido de massas denunciando a expropriação dos direitos de cidadania pelo poder de Estado, o atrelamento dos sindicatos ao aparato estatal, o imposto sindical. Diversos companheiros deram a sua vida na luta dos trabalhadores pela democracia. Santo Dias, Wilson Pinheiro, Margarida Alves, Padre Josimo, Chico Mendes e tantos outros.

Na raiz do nosso projeto partidário está, justamente, a ambição de fazer do Brasil uma democracia digna desse nome. Porque a democracia tem, para o PT, um valor estratégico. Para nós, ela é, a um só tempo, meio e fim, instrumento de transformação e meta a ser alcançada. Aprendemos na própria carne que a burguesia não tem verdadeiro compromisso histórico com a democracia. A relação das elites dominantes com a democracia é puramente tática, elas se socorrem da via democrática quando, pragmaticamente, lhes convém. Na verdade, a democracia interessa sobretudo aos trabalhadores e às massas populares. Ela é imprescindível, hoje, para aprofundar suas conquistas materiais e políticas. Será fundamental para a superação da sociedade injusta e opressiva em que vivemos. Assim como será decisiva, no futuro, a instituição de uma democracia qualitativamente superior, para assegurar que as maiorias sociais de fato governem a sociedade socialista pela qual lutamos.

2- A vocação democrática do PT, no entanto, vai além das bandeiras políticas que defendeu e defende. Também a sua organização interna expressa nosso compromisso libertário. Ela reflete o empenho, sempre renovado, de direções e bases militantes para fazer do próprio PT uma sociedade livre e participativa, premissa daquela outra, maior, que pretendemos instaurar no país.

Refratário ao monolitismo e verticalismo dos partidos tradicionais – inclusive de muitas agremiações de esquerda – o PT esforça-se por praticar a democracia interna como requisito indispensável ao seu comportamento democrático na vida social e no exercício do poder político. O mesmo vale para a relação do Partido com suas bases sociais e com a sociedade civil no seu conjunto. Embora tenha nascido pela força dos movimentos sindicais e populares e com eles mantenha um poderoso vínculo de inspiração, referência e interlocução, buscando propor-lhes uma direção política, o PT recusa-se, por princípios, a sufocar a sua autonomia e, mais ainda, a tratá-los como clientela ou correia de transmissão.

3- Outra dimensão visceralmente democrática do PT é o seu pluralismo ideológico-cultural. Somos, de fato, uma síntese de culturas libertárias, unidade na diversidade. Confluíram para a criação do PT, como expressão de sujeitos sociais concretos, mais ou menos institucionalizados, diferentes correntes de pensamento democrático e transformador: o cristianismo social, marxismos vários, socialismos não marxistas, democratismos radicais, doutrinas laicas de revolução comportamental etc.

O ideário do Partido não expressa, unilateralmente, nenhum desses caudais. O PT não possui filosofia oficial. As distintas formações doutrinárias convivem em dialética tensão, sem prejuízo de sínteses dinâmicas no plano da elaboração política concreta. O que une essas várias culturas políticas libertárias, nem sempre textualmente codificadas, é o projeto comum de uma nova sociedade, que favoreça o fim de toda exploração e opressão.

4- Esse compromisso de raiz com a democracia nos fez igualmente anticapitalistas – assim como a opção anticapitalista qualificou de modo inequívoco a nossa luta democrática. Um dos estímulos mais poderosos à nossa organização, como partido político dotado de um projeto alternativo de governo e de poder, foi a descoberta (para a maioria dos petistas, antes empírica que teórica) da perversidade estrutural do capitalismo. Fomos, e seguimos sendo, resposta indignada ao sofrimento desnecessário de milhões, consequência lógica da barbárie capitalista. A experiência histórica concreta – por outras palavras, a pedagogia negativa do milagre brasileiro e de tantas outras

situações tragicamente exemplares da vida nacional e internacional – nos ensinou que o capitalismo, seja qual for a sua pujança material, é vocacionalmente injusto e excludente, avesso por natureza àquela partilha fraterna da riqueza social que é o pressuposto de qualquer autêntica democracia.

É da opressão capitalista que resulta a miséria absoluta de mais de 1/3 da humanidade. É ela que impõe à América Latina novas formas de escravização, que reduziram a renda per capita em 6,5% nos últimos anos, fazendo vários países regredirem a patamares de 20 anos atrás. É o sistema capitalista, fundado, em última análise, na exploração do homem pelo homem e na brutal mercantilização da vida humana, o responsável por crimes odiosos contra a democracia e os direitos humanos, dos fornos crematórios de Hitler aos recentes genocídios na África do Sul, passando pelas nossas tristemente célebres câmaras de tortura. É o capitalismo brasileiro, com sua dinâmica predatória, o responsável pela fome de milhões, o analfabetismo, a marginalidade, a violência que se dissemina por todos os planos da vida nacional. É o capitalismo que conserva e aprofunda as bases reais da desigualdade social no Brasil.

Por isso mesmo, os documentos constitutivos do PT – Manifesto e Programa de Fundação – já advogavam a superação do capitalismo como indispensável à plena democratização da vida brasileira. Ainda que nossos textos maiores não aprofundassem o desenho interno da pretendida sociedade alternativa, a ambição histórica do PT já era, na sua origem, nitidamente socialista. E os dez anos que se seguiram, de penosa, mas apaixonada luta democrática, só fizeram confirmar nossa opção anticapitalista e robustecer os compromissos transformadores do PT.

5- Semelhante convicção anticapitalista, fruto da amarga experiência social brasileira, nos fez também críticos das propostas social-democratas. As correntes social-democratas não apresentam, hoje, nenhuma perspectiva real de superação histórica do capitalismo. Elas já acreditaram, equivocadamente, que a partir dos governos e instituições do Estado, sobretudo o Parlamento, sem a mobilização das massas pela base, seria possível chegar ao socialismo. Confiavam na neutralidade da máquina do Estado e na compatibilidade da eficiência capitalista com uma transição tranquila para outra lógica econômica e social. Com o tempo, deixaram de acreditar, inclusive, na possibilidade de uma transição parlamentar ao socialismo e abandonaram não a via parlamentar mas o próprio socialismo. O diálogo crítico com tais correntes de massa é, com certeza, útil à luta dos trabalhadores em escala mundial. Toda-

via o seu projeto ideológico não corresponde à convicção anticapitalista nem aos objetivos emancipatórios do PT.

6- Ao mesmo tempo, nosso compromisso estratégico com a democracia – a identidade democrática do PT – levou-nos a refutar os supostos modelos do chamado socialismo real. Nunca ignoramos a falácia do termo. A mídia conservadora o utiliza para facilitar o combate ideológico a qualquer projeto histórico que se insurja contra a dominação capitalista. Segundo seus detratores, o socialismo seria, quando materializado, fatalmente avesso aos ideais de progresso e liberdade, reacionarismo que repudiamos com veemência.

Além disso, a expressão socialismo real, em sua generalidade abstrata, desconsidera particularidades nacionais, diferentes processos revolucionários, variados contextos econômicos e políticos etc. Nivelava experiências de transformação social heterogêneas em sua natureza e em seus resultados, desqualificando conquistas históricas que, seguramente, não são irrelevantes para os povos que as obtiveram. Algumas das experiências autoproclamadas socialistas originaram-se de revoluções populares, ao passo que outras decorreram da derrota da Alemanha Nazista e da ocupação desses países pelo Exército Soviético, o que redesenhou o mapa geopolítico europeu, dando origem ao chamado Bloco Socialista, controlado pela URSS. Em alguns processos nacionais, as massas obtiveram influência não desprezível nos rumos da vida nacional. E, seguramente, merece avaliação à parte e juízo positivo, com todos os seus percalços, a experiência sandinista, na medida em que assegurou ao povo nicaraguense uma inédita equidade política e civil.

O PT apoia a luta dos trabalhadores e dos povos pela sua libertação, assumindo a defesa dos autênticos processos revolucionários, mas o faz com total independência política, exercendo plenamente o seu direito de crítica. Foi assim que, desde a sua fundação, o PT identificou na maioria das experiências do chamado socialismo real uma teoria e uma prática incompatíveis com o nosso projeto de socialismo. A sua profunda carência de democracia, tanto política quanto econômica e social; o monopólio do poder por um único partido, mesmo onde formalmente vigora o pluralismo partidário; a simbiose Partido/Estado; o domínio da burocracia enquanto camada ou casta privilegiada; a inexistência de uma democracia de base e de autênticas instituições representativas; a repressão aberta ou velada ao pluralismo ideológico e cultural; a gestão da vida produtiva por meio de um planejamento verticalista, autoritário e ineficiente – tudo isso nega a essência mesma do socialismo petista.

Nossa crítica a tais processos históricos, feita sob a ótica da luta revolucionária e à luz das diversas experiências socialistas em nível internacional, tem sido constante, ainda que limitada. O PT foi o primeiro partido político brasileiro a apoiar a luta democrática do Solidariedade polonês, mesmo sem outras afinidades ideológicas. Temos combatido os atentados à liberdade sindical, partidária, religiosa etc. nos países do chamado socialismo real com a mesma motivação com que lutamos pelas liberdades públicas no Brasil. Denunciamos com idêntica indignação o assassinato premeditado de centenas de trabalhadores rurais no Brasil e os crimes contra a humanidade cometidos em Bucareste ou na Praça da Paz Celestial. O socialismo, para o PT, ou será radicalmente democrático ou não será socialismo.

Os movimentos que conduziram às reformas no Leste Europeu voltaram-se justamente contra o totalitarismo e a estagnação econômica, visando institucionalizar regimes democráticos e subverter a gestão burocrática e ultracentralizada da economia. O desfecho desse processo está em aberto e será a própria disputa política e social a definir os seus contornos. Mas o PT está convencido de que as mudanças ocorridas e ainda em curso nos países do chamado socialismo real têm um sentido histórico positivo, ainda que o processo esteja sendo hegemonizado por correntes reacionárias, favoráveis à regressão capitalista.

Tais movimentos devem ser valorizados, não porque representem em si um projeto renovador de socialismo, mas porque rompem com a paralisia política, recolocam em cena aberta os diversos agentes políticos e sociais, impulsionaram conquistas democráticas e, em perspectiva, podem abrir novas possibilidades para o socialismo. A energia política liberada por tamanha mobilização social não será facilmente domesticada pelo receituário do FMI ou pelos paraísos abstratos da propaganda capitalista.

7- A nossa bagagem ideológica original, enriquecida no próprio curso da luta política e consolidada nos vários encontros nacionais do Partido, orientou a conduta do PT ao longo de toda a década de 80 e garantiu a conquista de importantes objetivos históricos. Com o sentido geral da nossa política – democrático e anticapitalista – perfeitamente assegurado, optamos pela construção progressiva da nossa utopia concreta, isto é, da sociedade socialista pela qual lutamos. Quisemos evitar tanto o ideologismo abstrato, travo elitista da esquerda tradicional brasileira, quanto o pragmatismo desfibrado, característico de tantos outros partidos. De nada nos serviria um aprofundamento

ideológico puramente de cúpula, sem correspondência na cultura política real de nossas bases partidárias e sociais.

De resto, também as direções careciam de muita experiência, que só a luta democrática de massas, paciente e continuada, pode proporcionar. O que legitima os contornos estratégicos definidos de qualquer projeto socialista é a convicção radicalmente democrática e transformadora de amplos segmentos populares. Pode-se dizer, sem indevido triunfalismo, que tal pedagogia política, baseada na autoeducação das massas por meio de sua participação civil, revelou-se, no geral, acertada.

8- Reconhecemos a existência, em escala mundial, de forças e movimentos de caráter democrático, popular, de libertação e socialista, com identidades com o projeto petista e com os quais manteremos relações privilegiadas. A hora presente nos faz inéditos desafios, que só serão vencidos através de uma superior criatividade político-ideológica. Atravessamos um novo período histórico, tanto em nível nacional quanto internacional, que exige do PT e de todas as forças socialistas e democráticas uma elaboração doutrinária ainda mais audaz e rigorosa.

Com a projetada reestruturação da economia brasileira e a decorrente recomposição da hegemonia interburguesa, a disputa política passa a dar-se, cada vez mais, no terreno dos projetos gerais, de notórias implicações ideológicas. Mais do que a mera estabilização da economia ou seu ajuste, o que está em jogo é o próprio caráter da inserção estratégica do Brasil no contexto internacional, seja como projeto econômico, seja como projeto ideológico.

Por outro lado, à medida que o PT galvaniza parcelas crescentes da sociedade brasileira e se credencia como alternativa política para o país, impõe-se maior explicitação da nossa alternativa histórica. Muitos dos desafios aparentemente conjunturais – a reforma do Estado, por exemplo, ou a luta pela democratização da propriedade fundiária – só podem ser de fato equacionados e superados à luz de maiores definições estratégicas.

Da mesma forma, o fracasso de tantas experiências do socialismo real, com o reforço conjuntural da ideologia capitalista, mesmo num país como o nosso, vítima das contradições mais agudas e destrutivas do capitalismo, convida-nos a um renovado esforço crítico especulativo, capaz de relançar ética e historicamente a perspectiva da democracia socialista.

9- Mas qual socialismo? Qual sociedade, por qual Estado lutamos com tamanho empenho para construir? Como deverá ser organizada a sua estrutura produtiva e com quais instituições políticas contará? Como serão conju-

rados, no plano da política prática, os fantasmas ardilosos do autoritarismo? Inútil sublinhar a magnitude da tarefa histórica que é responder teórica e praticamente a tais indagações. Tarefa que não depende somente do PT e deve engajar todas as energias libertárias disponíveis em nossa sociedade, assim como valer-se de esforços análogos realizados em outros quadrantes.

Para algumas destas perguntas podemos avançar respostas que decorrem da nossa própria experiência ativa e reflexiva. Brotam, por negação dialética, das formas de dominação que combatemos ou resultam de convicções estratégicas que adquirimos em nossa trajetória de lutas. O 5º Encontro Nacional já apontou o caminho: para extinguir o capitalismo e iniciar a construção da sociedade socialista, será necessária uma mudança política radical; os trabalhadores precisam transformar-se em classe hegemônica na sociedade civil e no poder de Estado. Outros aspectos do nosso projeto socialista são desafios em aberto, para os quais seria presunçoso e equivocado supor que podemos dar respostas imediatas. Sua superação demandará, provavelmente, insuspeitada fantasia política e criatividade prática, legitimadas não apenas pelas nossas opções ideológicas, mas pela aspiração concreta das massas oprimidas a uma existência digna.

10- O PT não concebe o socialismo como um futuro inevitável, a ser produzido necessariamente pelas leis econômicas do capitalismo. Para nós, o socialismo é um projeto humano cuja realização é impensável sem a luta consciente dos explorados e oprimidos. Um projeto que, por essa razão, só será de fato emancipador na medida em que o concebemos como tal: ou seja, como necessidade e ideal das massas oprimidas, capaz de desenvolver uma consciência e um movimento efetivamente libertários. Daí porque recuperar a dimensão ética da política é condição essencial para o restabelecimento da unidade entre socialismo e humanismo.

11- A nova sociedade que lutamos para construir inspira-se concretamente na rica tradição de lutas populares da história brasileira. Deverá fundar-se no princípio da solidariedade humana e da soma das aptidões particulares para a solução dos problemas comuns. Buscará constituir-se como um sujeito democrático coletivo sem, com isso, negar a fecunda e desejável singularidade individual. Assegurando a igualdade fundamental entre os cidadãos, não será menos ciosa do direito à diferença, seja esta política, cultural, comportamental etc. Lutará pela liberação das mulheres, contra o racismo e todas as formas de opressão, favorecendo uma democracia integradora e universalista. O pluralismo e a auto-organização, mais que permitidos, deverão ser incentivados em todos os níveis da vida social, como antídoto à burocratização do poder,

das inteligências e das vontades. Afirmando a identidade e a independência nacionais, recusará qualquer pretensão imperial, contribuindo para instaurar relações cooperativas entre todos os povos do mundo. Assim como hoje defendemos Cuba, Granada e tantos outros países da agressão imperialista norte-americana, a nova sociedade apoiará ativamente a autodeterminação dos povos, valorizando a ação internacionalista no combate a todas as formas de exploração e opressão. O internacionalismo democrático e socialista será sua inspiração permanente.

O socialismo que almejamos, por isso mesmo, só existirá com efetiva democracia econômica. Deverá organizar-se, portanto, a partir da propriedade social dos meios de produção. Propriedade social que não se confunda com propriedade estatal, gerida pelas formas (individual, cooperativa, estatal etc.) que a própria sociedade, democraticamente, decidir. Democracia econômica que supere tanto a lógica perversa do mercado capitalista quanto o intolerável planejamento autocrático estatal de tantas economias ditas socialistas. Cujas prioridades e metas produtivas correspondam à vontade social e não a supostos interesses estratégicos do Estado. Que busque conjugar – desafio dos desafios – o incremento da produtividade e a satisfação das necessidades materiais com uma nova organização de trabalho, capaz de superar a sua alienação atual. Democracia que vigore tanto para a gestão de cada unidade produtiva – os conselhos de fábrica são referência obrigatória – quanto para o sistema no seu conjunto, por meio de um planejamento estratégico sob controle social.

12- No plano político, lutamos por um socialismo que deverá não só conservar as liberdades democráticas duramente conquistadas na sociedade capitalista, mas ampliá-las. Liberdades válidas para todos os cidadãos e cujo único limite seja a própria institucionalidade democrática. Liberdade de opinião, de manifestação, de organização civil e político-partidária. Instrumentos de democracia direta, garantida a participação das massas nos vários níveis de direção do processo político e da gestão econômica, deverão conjugar-se com os instrumentos da democracia representativa e com mecanismos ágeis de consulta popular, libertos da coação do capital e dotados de verdadeira capacidade de expressão dos interesses coletivos.

13- O PT, lutando por tal socialismo, não menospreza os desafios teóricos e práticos a superar para a sua obtenção. Sabe que tem pela frente um gigantesco esforço de construção doutrinária e de luta social, e declara-se, mais do que nunca, disposto a realizá-lo, em conjunto com todas as forças democráticas e transformadoras presentes na vida brasileira.

CONSTRUÇÃO PARTIDÁRIA

O Partido dos Trabalhadores atravessa uma encruzilhada, no plano da construção partidária, da sua organização e do seu funcionamento. O papel desempenhado pelo PT na última campanha presidencial coloca-o diante de novas responsabilidades perante a classe trabalhadora e o conjunto da sociedade. As eleições de 1990, a conjuntura dos próximos anos, a inserção cada vez maior do PT no plano institucional e a previsão de que essa frente de luta tende a intensificar-se, só fazem aumentar essa responsabilidade e geram possibilidades de tensões que o Partido ainda não conseguiu equacionar adequadamente.

As alterações na estrutura socioeconômica brasileira (com o surgimento, o rearranjo e a reacomodação de classes e grupos sociais), as reformulações do capitalismo internacional e as profundas mudanças nos países socialistas (principalmente nos países do Leste Europeu), por outro lado, obrigam o Partido dos Trabalhadores a um profundo reexame da teoria e da prática que até então vinham presidindo a luta histórica por uma humanidade livre, justa e fraterna, de modo a obter maior nitidez em sua concepção de socialismo e dos caminhos capazes de levar à transformação socialista da sociedade brasileira.

Além disso, avoluma-se a sensação de que nem tudo anda bem no funcionamento do Partido. É nítido o descompasso entre o crescimento da importância do PT e o crescimento da sua estrutura orgânica. Há lacunas evidentes no desempenho do Partido, tanto no plano institucional quanto no plano do movimento social. Muitos criticam o funcionamento real da democracia interna e se queixam de que o Partido se afastou das origens, fechando-se para a massa de trabalhadores e correndo o perigo de elitizar-se e burocratizar-se. Outros veem na atuação partidária desvios eleitorais.

Da mesma forma, há sérias dificuldades na aplicação prática de uma política de frente e alianças, de acordos e coligações, na conquista de novos setores sociais em busca da hegemonia. Nas suas relações com os setores populares e os trabalhadores, a militância petista oscila entre a atração e a repulsão. Quadros e militantes também hesitam nas suas relações com o poder. Há os que se impacientam com o ritmo lento de uma política de acumulação de forças; há os que se atemorizam diante da necessidade de saltos históricos.

E, em vários aspectos da atividade dos petistas, há contradições nítidas entre o discurso e a prática.

Tudo isso indica a necessidade de um reexame profundo da nossa concepção de Partido. Não se trata de renegar dez anos de história do PT, nem todo um século de tentativas da classe trabalhadora brasileira para construir seus instrumentos de organização e de luta, mas é fundamental romper com a acomodação a fórmulas consagradas, é preciso praticar a autocrítica, dissolver formas cristalizadas inoperantes, comparar experiências, retomar práticas que deram certo, ousar o inusitado. Não se trata, meramente, de propor um novo estatuto e regimento interno. A situação e o momento exigem maiores arrojos, uma profundidade serena mas inexorável.

É preciso ter uma visão clara dos fatores que condicionam a elaboração e a aplicação de uma política de construção partidária. Fundamental, nesse sentido, é pensar num partido para a realidade histórica brasileira deste final de século. Isso implica o conhecimento cada vez mais profundo dessa realidade em todos os seus aspectos, o que inclui tanto o exame do estado de desenvolvimento do capitalismo brasileiro quanto a história real das formas de luta do povo brasileiro, suas tradições de organização e atuação, a correlação de forças entre as classes e as camadas sociais, a permanente polarização entre dominantes e dominados.

Particularmente importante para a construção partidária é a observação aguda e inteligente das formas culturais e psicossociais da vida brasileira, o comportamento do povo brasileiro, com seus valores, preconceitos, maneiras espontâneas de agir e de se expressar socialmente. Igualmente importantes são as semelhanças e diferenças que aproximam e distinguem a cidade e o campo, as capitais e o interior, as diversas regiões geográficas e sociais, as diversas faixas etárias, as maiorias e minorias e os grupos sociais específicos.

A concepção e a forma do Partido dos Trabalhadores também dependem, em alto grau, de sua concepção de socialismo e do caminho que adota para sua conquista e construção. O processo de definição estratégica para o socialismo exige um avanço na definição da estrutura organizacional, embora muitas vezes ocorram defasagens entre essas definições. Neste sentido, entretanto, o mais importante é que, do mesmo modo que nosso caminho socialista não obedece a modelos, a concepção e a forma do Partido dos Trabalhadores não obedecem a fórmulas partidárias que tiveram origem e desenvolvimento em outros lugares e momentos históricos.

DIRETRIZES PARA A REORGANIZAÇÃO DO PT

A afirmação do PT como partido revolucionário coloca a necessidade de reformarmos e desenvolvermos diretrizes fundamentais de organização partidária (em parte estabelecidas no 5º Encontro). Um partido com identidade político-programática, expressando a sua concepção de socialismo e os meios de alcançá-lo. Hoje, o PT, sendo coerente, deve desenvolver esta identidade e não desviar-se do seu acúmulo programático. Isto indica não só a necessidade de firmar a sua compreensão de um socialismo radicalmente democrático e da solidariedade internacional com a luta dos trabalhadores e oprimidos, mas também da sua crítica ao Estado burguês e ao capitalismo, avançando na elaboração de uma estratégia para a revolução socialista no Brasil. Este rumo estratégico determina um perfil organizativo para o PT. Organizar a sua militância para a construção da alternativa de poder dos trabalhadores, num processo que abarca a ação institucional, mas que não se restringe e nem se subordina a ela.

É, assim, um perfil de partido de atuação o ano inteiro e não nos momentos de eleição. Um partido de atuação na sociedade, junto do povo, nas lutas, construindo a organização independente e avançando a consciência socialista, e não um partido que atua apenas nos locais reservados pelas classes dominantes para a disputa política (vale dizer, o Parlamento e os Executivos).

Um partido que se capacita como dirigente político coletivo, o que significa exercer um papel de vanguarda política, reconhecendo que a luta de classe, movendo-se em um terreno de contradições objetivas, não é um processo de choque de forças cegas. Ao contrário, é um processo no qual intervem forças conscientes dos seus objetivos, e é no terreno político-ideológico, mais que qualquer outro, que se expressa essa realidade.

Assim, a organização partidária deve ser capaz de elaborar e enxergar à frente, de superar a alienação e a segmentação da visão da sociedade impostas pela dominação de classe da burguesia. E deve ter o sentido de reunir as camadas conscientes dos trabalhadores e do povo dispostas a lutar pela transformação socialista. E, desta forma, se construir como polo político também para os setores desorganizados ou marginalizados da sociedade.

Um partido que se constrói democraticamente é a condição básica para uma real unidade partidária. Isto significa a integração efetiva e permanente da base partidária à construção política e organizativa do

Partido: com poder de decisão, com meios de aprimorar sua formação e sua capacidade política.

Significa também a legitimidade das diferenças no interior do Partido, a rejeição do autoritarismo monolítico. O debate interno e a organização interna dos militantes para defenderem suas posições, num quadro de unidade organizativa, são elementos centrais para o aprimoramento de posições do Partido e para efetiva unificação partidária dos militantes identificados com a luta pelo socialismo. Nesse sentido, o Partido deve estimular a participação feminina em todas as instâncias de direção partidária e desenvolver uma cultura interna de combate permanente às práticas autoritárias e discriminatórias.

Esta concepção de democracia interna militante opõe-se à democracia eleitoral que vem caracterizando o funcionamento partidário.

Um partido com implantação nos setores fundamentais da sociedade, ou seja, nos setores objetivamente interessados na transformação socialista. Isto significa a presença partidária no proletariado industrial, junto aos trabalhadores rurais e pequenos proprietários do campo, junto às massas pobres da cidade, junto às camadas médias assalariadas, aos intelectuais, à juventude, às mulheres, enfim, junto ao arco social dos setores em luta por sua emancipação.

O PT já conta, em suas fileiras, com os militantes mais reconhecidos desses movimentos e com a simpatia da sua base, mas, além disso, o que é preciso é a presença capilar, o enraizamento, e a expressão da ação política desses militantes como ação política do Partido. É essa a condição que nos permitirá, ao lado da atuação política para o projeto socialista, fazer com que a mensagem do Partido alcance setores não organizados, disputando-os frente à manipulação e à alienação promovidas pelas classes dominantes.

Um partido que impulse a organização independente e autônoma, repudiando o autoritarismo de partido e sendo um propulsor da auto-organização. Este é um aspecto cada vez mais decisivo para o PT: à medida que o Partido cresce e ganha assento na institucionalidade, é necessário reforçar, ainda mais, a autonomia dos movimentos e a perspectiva de auto-organização. Isto se fortalece especialmente nos locais governados pelo PT, onde, na ausência de uma atuação em separado e diretamente do Partido nos movimentos e na sociedade, o que pode ocorrer é a cooptação, o desarmamento político-organizativo dos movimentos, com consequências desastrosas até mesmo para a correlação de forças nos locais governados pelo PT.

Estes são alguns dos desafios que temos pela frente. Se não configuram propriamente uma crise, são, ao menos, suficientemente graves para impor a todo o coletivo partidário um empenho redobrado, capaz de levar o PT a dar um salto de qualidade em sua construção e na definição de sua estratégia para o socialismo.

Tomando como base tais desafios e a experiência dos dez anos de vida do PT, uma política de construção partidária que leve a tal salto de qualidade precisa atacar principalmente as questões mais relevantes e prementes enfrentadas pelos quadros e pela militância petista. A definição de nossa concepção de socialismo e estratégia para a revolução brasileira, as relações com a sociedade, as relações do Partido com suas bases de apoio, a democracia petista e a articulação da intervenção do Partido na institucionalidade com nossa atuação organizada no movimento de massas.

AS RELAÇÕES COM A SOCIEDADE

O Partido dos Trabalhadores é fruto da atual sociedade brasileira, de suas contradições e desafios e se relaciona com essa sociedade de diversas formas e maneiras. Pela ação individual dos petistas. Pela ação dos núcleos de base e dos Diretórios. Por intermédio de algumas secretarias específicas. Pela ação das bancadas parlamentares, das administrações petistas e suas equipes de governo. Pelas notas, comunicados, manifestos, moções e resoluções emanados das instâncias de direção. Pelas entrevistas, declarações, informações e frases dos dirigentes, líderes e parlamentares petistas. Por artigos em jornais e revistas, escritos por petistas conhecidos. Pelas campanhas políticas específicas e pelas campanhas eleitorais. Pelos programas de rádio e televisão nos horários concedidos pela Justiça Eleitoral. Por jornais, revistas, boletins, panfletos, cartazes, vídeos, *bottons*, faixas e outras formas de divulgação. Pelo Governo Paralelo. Pela ação concreta de ativistas do movimento popular e sindical, que se identificam ou são identificados como petistas, nas greves e outras manifestações. Por debates, palestras, seminários de que participam petistas, representando ou não oficialmente o Partido. Pela presença do PT em acontecimentos internacionais e pela cobertura da imprensa às ideias e às atividades do PT. Pelas discussões no Parlamento e pelos ataques políticos, eleitorais ou não, dos adversários do PT. Pela coincidência de ideias, posturas e ações de entidades da sociedade civil com as posições do Partido.

Desse modo, salta à vista que há inúmeras formas de relacionamento do PT com a atual sociedade brasileira, decorrentes de sua própria existência e derivadas dos embates entre as ideias e ações do PT e outras forças políticas e sociais ou de ações espontâneas da base da sociedade. O grande problema do PT, nesse caso, consiste em conhecer o mais aproximadamente possível os diferentes atores (sociais e políticos) com os quais se relaciona, na maioria das vezes espontaneamente e sem controle, e imprimir a tal relacionamento um caráter consciente, planejado e organizado.

Nas condições presentes, isso é particularmente importante em relação aos grandes contingentes despolitizados da população brasileira, aos trabalhadores organizados, aos movimentos sindical e popular, à sociedade civil e aos partidos.

Um dos mais sérios desafios enfrentados pelo PT na atualidade, como demonstrou a experiência eleitoral de 1989, consiste em encontrar caminhos e formas de relacionar-se de modo consistente com os grandes contingentes despolitizados e inorganizados da sociedade. É uma imensa massa da população, constituída das camadas de menor ou praticamente nenhum rendimento permanente; inteiramente analfabeta ou extremamente pouco alfabetizada; de parcos e mínimos recursos de sobrevivência; massa de indivíduos sobrecarregados pela luta cotidiana pela vida, avessos a quaisquer formas mais sistemáticas de organização, propensos a acreditar nos milagres dos salvadores providenciais, sensíveis aos carismas pessoais, submissos e subservientes a qualquer forma ostensiva de autoritarismo, do PM armado à Rede Globo, passando pelas elites demagógicas e populistas.

Para relacionar-se com esses contingentes, o PT terá que utilizar formas e métodos diferentes dos que tem usado tradicionalmente para relacionar-se com os setores mais avançados dos trabalhadores urbanos e rurais e com as classes médias intelectualizadas e politizadas. Será necessário combinar as formas massivas de comunicação com as visitas domiciliares e com maneiras especiais de abordagem individual e apresentação de propostas políticas. Os núcleos e Diretórios, assim como os meios de comunicação externa do Partido, terão que desenvolver toda a sua criatividade e espírito de iniciativa para encontrar esses caminhos e superar esse desafio, que, hoje, é estratégico para a construção do PT e para a luta política.

Desafio não menos importante, e intimamente relacionado com a conquista dos contingentes despolitizados, é o relacionamento acertado com os

trabalhadores organizados nos movimentos sindical e popular. Embora ainda minoritários no conjunto da classe trabalhadora, esses setores desempenham um papel importante no movimento social e político e constituem a principal base para a sustentação e construção do PT. Nesse sentido, é fundamental que os petistas, suas organizações e instâncias partidárias, exerçam com eles um relacionamento essencialmente político, ganhando-os para as propostas do PT através do diálogo, da persuasão e do exemplo prático, evitando as práticas do aparelhamento das entidades sindicais e populares e respeitando sua autonomia. É preciso estabelecer linhas para intervenção nos movimentos sociais, através de encontros setoriais da militância e deliberado nas instâncias partidárias. Ao mesmo tempo, torna-se, cada vez mais, uma questão estratégica transformar os melhores, mais dedicados e mais sérios ativistas dos movimentos sindical e popular em filiados e militantes do PT, sem que, por isso, precisem abandonar sua atividade social. A presença desses ativistas na militância e nas instâncias partidárias é uma das condições para que o PT se mantenha estreitamente relacionado ao movimento social, conheça sempre o pulso desse movimento e possa agir sobre ele de modo correto.

Para ampliar sua ação junto à sociedade, tornando-se referência para todos os trabalhadores e para a população em geral, com legitimidade para atuar junto a setores historicamente distanciados da ação política organizada, consequência da secular exploração racial no Brasil, o Partido terá que elaborar uma política de relações raciais, a partir do entendimento de que o racismo não é apenas um problema de negros, mas uma questão nacional, que se reflete diretamente na luta de todos os trabalhadores do país.

O PT se empenhará na realização de encontros e seminários, com a participação de militantes e setores progressistas do Movimento Negro, para a elaboração dessa política, contemplando a multiplicidade e as contradições da sociedade brasileira e das regiões, de forma a ampliar a sua ação classista. Essa ação terá de levar em conta a autonomia dos setores discriminados e marginalizados e a necessidade de ações efetivas na luta internacional contra o racismo, estabelecendo relações com partidos, organizações e Estados democráticos com populações de maioria negra.

As entidades do movimento sindical e popular fazem parte, em grande medida, do que costumamos chamar de sociedade civil, embora tendo uma ação específica mais marcante na esfera econômica e social. A sociedade civil brasileira está constituída, hoje, por numerosas outras entidades, que não

guardam vínculos com o PT, mas que, como as entidades sindicais e populares, exercem papel influente na vida social e política do país. Estão neste caso as Igrejas, as diversas ordens ou conselhos de profissionais liberais, a exemplo da OAB e ABI, assim como inúmeras entidades culturais e os chamados clubes de serviços.

O relacionamento do PT com a sociedade civil brasileira é importante tanto pela influência crescente exercida por ela quanto pelo fato de que a disputa da hegemonia e do poder político pelos trabalhadores e demais camadas populares ocorre de forma muito intensa no campo da sociedade civil, criando novas condições para a ampliação e consolidação da democracia. E ocorre não só colocando a sociedade civil em contraposição ao Estado, mas também as organizações econômicas e sociais dos trabalhadores em concorrência com as entidades predominantemente burguesas, instituições e associações patronais conservadoras ou reacionárias, que se destinam a manter os setores populares sob a influência dos valores burgueses. Nessas condições, o PT precisa deixar claras suas diferenças quanto a essas entidades, sem recusar-se a travar o embate ideológico com elas. Ao contrário, é fundamental procurar esse embate para retirar os setores populares da influência burguesa, libertando-os da mistificação entorpecedora das classes dominantes.

Nessa perspectiva, o PT precisa ainda ter políticas de relacionamento com as Igrejas, assim como com entidades de natureza científica, acadêmica e cultural, que não se confundem com os sindicatos e associações que congregam os membros dessas instituições para as lutas reivindicatórias. As Igrejas e aquelas entidades possuem grande poder de influência, comportam saber e elaboram teorias filosóficas, culturais e políticas, constituindo-se em poderosos instrumentos de disputa ideológica.

Difíceis têm sido as relações do PT com os outros partidos políticos, tanto com aqueles situados no campo inimigo, quanto com os do campo progressista e popular. Nos primeiros anos de existência, o PT procurou, corretamente, afirmar e preservar sua própria identidade pela diferenciação, quando não pelo combate frontal aos demais partidos, independentemente do campo em que se situavam. Hoje, dez anos depois, as dificuldades de relacionamento com os outros partidos decorrem, em parte, da consciência que os petistas têm de que, na maior parte dos casos, mesmo os partidos ditos progressistas ou populares não têm consistência programática, nem unidade política nacional. Assim, fica difícil discriminar aqueles com os quais é possível entrar

em relações, fazer acordos e alianças, mesmo que pontuais. A ausência de identidade política dos outros partidos é, muitas vezes, mencionada como a base das dificuldades que o PT sentiu, no ano passado, para formar a Frente Brasil Popular. Nestas eleições de 1990, o Partido encontrou algumas dificuldades regionais e locais para fazer coligações eleitorais em todos os estados, embora em muitos tenha sido possível estabelecer frentes e alianças; em muitos militantes de base ainda persiste a ideia de que o PT seja capaz de superar, sozinho, todas as dificuldades da luta pelo socialismo.

Na verdade, parte considerável dos quadros e militantes petistas não se deu conta da necessidade de realizar um esforço contínuo para buscar alianças e apoios nos setores oprimidos da sociedade, alguns dos quais encontram sua expressão política não necessariamente no PT, mas em outras organizações políticas. Nessas condições, para cumprir seu papel estratégico de dirigir todos os oprimidos pelo capitalismo brasileiro na luta por uma nova sociedade, o PT terá que distinguir as posições, as posturas e os programas políticos dos partidos que representam setores não representados pelo PT, buscando alianças com eles para a luta em torno de objetivos comuns. O parâmetro para tais alianças é a capacidade demonstrada por esses partidos para exprimir, politicamente, legítimos anseios das massas populares. Para realizar a contento seu relacionamento com a sociedade, o PT precisará, cada vez mais, agilizar seus núcleos e Diretórios, tanto como instâncias de democracia interna, quanto de janelas abertas para a sociedade. Este papel está sendo exercido de forma precária e insatisfatória, tanto pelos núcleos de base quanto pelos Diretórios. A maioria dos núcleos deixou de existir e, quando existem, se restringem a exercer precariamente apenas alguns dos aspectos de base de democracia interna. O mais das vezes, têm ação apenas episódica, às vésperas dos encontros e convenções, transformando-se em comitês eleitorais de apoio a candidatos proporcionais ou se engalfinhando em intermináveis disputas internistas por postos de direção e pelo chamado poder partidário. Raríssimos são os núcleos que funcionam como expressão, representação e direção da sociedade fora do Partido. Com os Diretórios dá-se praticamente o mesmo.

A revitalização dos núcleos passa por conferir-lhes real poder nas decisões do Partido. Para tanto, o Diretório Nacional deve, no prazo de um ano, buscar fórmulas que permitam tornar os núcleos de base uma das referências para definição dos delegados aos Encontros do PT, bem como de sua participação nos organismos dirigentes do Partido.

É preciso, portanto, repensar a natureza e a forma de funcionamento dos núcleos de base, de maneira que, efetivamente, venham a exercer o importante papel que devem ter na construção do PT. Neste sentido, resgatamos aqui o essencial das preocupações já expressas nas Resoluções do 5º Encontro Nacional. Mas, ao mesmo tempo, devemos pensar, com ousadia e criatividade, em novas formas de organização de base no Partido, bem como de novos canais para atuação no movimento social concreto, a fim de enfrentar também os novos desafios que se colocam para o PT neste momento em que nos dispomos a lutar por hegemonia no rumo da construção do socialismo.

Os núcleos e Diretórios, para transformarem-se em janelas abertas para a sociedade e instrumentos de ação social, terão de voltar-se, efetivamente, para uma atuação prioritária entre os grandes contingentes despolitizados, os trabalhadores organizados, a sociedade civil e os partidos políticos e nas instituições. Terão que programar atividades para fora (uma festa, palestra, um mutirão de visita domiciliar), que incidem sobre os diferentes setores sociais e políticos e ampliam o relacionamento do PT tanto com os movimentos sindical e popular, associações representativas etc., quanto com as massas desorganizadas. Terão que elaborar políticas específicas para o conjunto dessas entidades de massa, para cada uma em particular e para os demais setores sociais e políticos. Cada vez mais o PT terá que superar as relações de caráter pessoal, de liderança para liderança, pela mediação de instâncias orgânicas, superando também as disputas e divisões entre petistas, que permitem a vitória de forças de direita ou antiprogressistas nas entidades e movimentos sociais.

Reafirmar os núcleos enquanto organismos fundamentais de base significa resgatar a independência do Partido em relação à legislação oficial, que atrela a organização partidária às eleições, ou seja, à perspectiva de existirem apenas partidos do ponto de vista eleitoral. Nesse processo, a prioridade para a nucleação deve passar, definitivamente, a ser assumida pelo conjunto do Partido. Para isso, livre das exigências cartoriais, o núcleo deve passar a ocupar um lugar dirigente no PT, servindo como instrumento de mobilização para campanhas gerais e de elaboração política relativa à sua área de intervenção, constituindo-se em instrumento privilegiado para incorporação de novos militantes. Passos na direção de fortalecer e dar maior poder aos núcleos devem ser dados, com a implementação de proposta, já aprovada, no sentido de incorporar ao diretório de base uma representação eleita diretamente pelos núcleos.

Atenção especial deve ser dada à constituição dos núcleos de categoria, setor privilegiado de intervenção dos petistas, mas onde, contraditoriamente, a organização do Partido é mais débil. No caso desses núcleos, uma ampliação de seu poder de representação é indispensável.

Fica cada vez mais evidente que, para reforçar sua ação na sociedade, o PT precisa também superar suas lacunas na construção de uma eficiente rede de comunicações externa. O grande poder que os meios modernos de comunicação de massa exercem na difusão das ideias, valores, propostas e políticas das classes dominantes precisa ser enfrentado pelo PT de modo eficaz, mesmo levando em conta a enorme disparidade de recursos. Nenhuma força política pode dispensar a propaganda e a agitação de suas teses e propostas no embate ideológico e político.

Para que isso aconteça, em sua comunicação externa o PT precisa trabalhar com várias linguagens, traduzindo teses e propostas ao entendimento tanto dos setores mais intelectualizados quanto das camadas sem instrução e despolitizadas, utilizando os diferentes meios de comunicação de forma criativa. Em certa medida, embora em escala reduzida, os petistas demonstraram originalidade na criação de programas de TV e rádio, em particular durante as campanhas eleitorais. Também é da tradição petista uma vasta produção de boletins, jornais tabloides e impressos em geral. Entretanto, é evidente que ainda não existe uma política mais consistente de comunicação externa, que combine televisão, rádio, impressos e meios cênicos de comunicação numa escala que atinja grandes massas.

A edição de um jornal para a sociedade, o melhor aproveitamento da televisão e do rádio e a utilização do teatro, e mesmo do cinema, são desafios que devem ser vencidos com decisão, para ampliar consideravelmente o relacionamento do PT com a sociedade, permitindo-lhe disputar, efetivamente, a hegemonia ideológica e política.

A fim de que haja um canal de comunicação direta da direção com a militância e com os simpatizantes do Partido, ou mesmo com os militantes do movimento social, devemos partir, imediatamente, para a produção do jornal nacional do PT, nos termos do projeto já aprovado pelo Diretório Nacional. Este jornal deverá voltar-se, basicamente, para a orientação da militância e para a divulgação das posições do PT sobre os acontecimentos da conjuntura. Como forma de garantir a sua viabilidade, este jornal deverá ser sustentado pela venda de assinaturas e pela definição de cotas pagas pelas direções esta-

duais.

Em segundo lugar, é decisiva a implementação planejada da construção de uma verdadeira rede povo de comunicações. Tal iniciativa tem desdobramentos, tanto partidários como no plano do movimento de massas que influenciemos. A rede terá como sua consequência inicial a implementação de boletins municipais e do jornal nacional dirigido pelo Partido. A aquisição de rádios já existentes, a construção de rádios livres, a luta pela democratização das concessões e sua obtenção pelo Partido ou por conjuntos de entidades do movimento popular, tanto no rádio quanto na TV, e a produção independente de vídeo devem constituir metas escalonadas em curto, médio e longo prazo.

Isso abrange ainda um efetivo trabalho de elaboração teórica, que esteja voltado para a solução dos problemas práticos colocados pela vida social. Levar ao conhecimento da sociedade propostas para transformá-la e construir o socialismo, e demonstrar sua superioridade frente ao capitalismo, é parte indispensável do processo de construção do PT.

AS BASES DE APOIO

O fato de o PT ser um partido de massas exige de nós uma política de organização que se dirija, preponderantemente, ao universo orgânico de militantes e filiados, mas que a ele não se limite. É preciso estabelecer pontos de contato e participação com todos aqueles que, embora não sendo membros do Partido, comportam-se como petistas, se autoconsideram petistas ou são área de influência partidária.

É fundamental reconhecer a existência de graus diversos e diferentes de adesão ao projeto petista. Essa identificação é necessária para que o Partido possa traçar e aplicar políticas diferenciadas de interlocução com os diversos tipos, de tal maneira que se obtenha maior grau de integração de petistas ao PT e, ao mesmo tempo, o PT consiga ser o mais representativo possível de amplas camadas da população.

No PT, há os filiados que dedicam toda a sua vida a uma militância permanente e total; os que, além da filiação formal, não têm outros vínculos com o Partido; e também aqueles que, frequente ou esporadicamente, participam de atividades partidárias.

Fora desse universo de filiados e militantes, há os que não guardam quaisquer vínculos orgânicos com o Partido, mas que acompanham sua vida,

com ele se sentem solidários e o defendem, e brigam pelo PT. Há os que se aproximam do Partido, ainda que apenas na época das campanhas eleitorais, e então contribuem com dinheiro e com esforço de militância. Há os que apenas votam, sistemática ou episodicamente, nos candidatos do PT. Existem os que não suportam frequentar uma reunião do Partido, mas que, quando mobilizados, são capazes de contribuir para as teses e programas partidários em áreas profissionais, científicas, acadêmicas e culturais. Também existem os que acompanham o PT de longe, às vezes são muito críticos e agem contra o PT, mas não podem renunciar ao Partido como o contraponto de sua própria consciência política. Há os que nem sabem direito o que é o PT, mas que, na prática, conduzem ações e posturas por ideias semelhantes às do PT, influenciadas pelos exemplos e pelo discurso de petistas. Há os que simplesmente gostam da estrela. Há os que usam *botton* do PT e, por isso, se acham tão petistas quanto o Lula.

É preciso, portanto, compreender que um partido como o PT abrange, no seu interior, dois tipos de bases:

1- as bases militantes, constituídas pelos que mais se integram nas atividades orgânicas do Partido;

2- e as bases partidárias, compostas pelo conjunto dos filiados.

Além disso, porém, existem na sociedade setores que se vinculam com o PT de maneira indireta, esporádica e fluida, mas que devem ser objeto de sua atenção e de políticas de atuação específicas. Entre estes, situam-se o eleitorado petista, diversificado e variável, os setores que têm o PT como referência de suas ideias e ações e as classes e grupos sociais cujos interesses e aspirações o Partido procura representar e exprimir, e cuja ação coletiva e organizada o PT pretende dirigir politicamente. São as bases sociais do Partido.

O PT precisa estudar e caracterizar essas diversas bases, captar o que possa haver de identidade na heterogeneidade, de unitário na diversidade, compreender a importância e o papel que podem jogar na busca de uma hegemonia petista na sociedade. É necessário que o PT use diversas formas de comunicação com essas diferentes bases, não apenas para fazer chegar a elas suas palavras de ordem, mas, principalmente, para ouvir suas vontades, seus anseios e temores. É preciso traçar políticas específicas para cada uma dessas bases, além de querer conquistar o resto da sociedade.

Todavia, é fundamental não confundir a necessidade de ampliar a influência do PT com ideias equivocadas segundo as quais o Partido não teria

contornos definidos, e deveria constituir-se como uma espécie de movimento amorfo e diluído no interior da massa indiferenciada; nem com o erro de supor que só pode ser petista o militante de 24 horas por dia, enclausurado no Partido de estrutura celular e fechada. A base de influência do PT deve ser ampliada, mas só o Partido por suas instâncias orgânicas e com seus meios próprios – e não através de tendências internas – é que pode e deve dirigir-se ao conjunto da sociedade. Até o próximo Encontro Nacional, o PT deverá realizar uma campanha de filiação que corrija as distorções existentes. A filiação será ao Partido, porque este é maior que suas tendências internas, cujos integrantes sempre serão filiados do PT.

DEMOCRACIA INTERNA

O PT tem procurado precisar com maior nitidez as relações das tendências internas do Partido com o conjunto do Partido. Desde as decisões embrionárias do 4º Encontro Nacional, e com maior ênfase nas decisões do 5º Encontro Nacional e na Regulamentação das Tendências Internas aprovada pelo Diretório Nacional em 20/5/90, o Partido dos Trabalhadores vem reconhecendo e aperfeiçoando o direito de tendência. Esse esforço tem buscado aclarar melhor o que são e quais são as tendências internas, como elas se relacionam entre si, como se conjugam com o conjunto do Partido e como funciona um partido com tendências internas.

Para isso, é necessário demarcar com absoluta precisão e nitidez os limites entre, de um lado, o PT com suas tendências internas e, de outro, as organizações políticas autônomas que atuam como partidos dentro do PT. Esse é, basicamente, um processo político, mas que, no limite, se exprime e se resolve em termos organizativos; é preciso haver clareza, unidade e determinação política do conjunto do PT para integrar todas as tendências políticas às suas normas democráticas de funcionamento e, ao mesmo tempo, afastar de si as organizações políticas autônomas, que são outros partidos que não o PT. Para isso, é necessário um processo de discussão política, pois o direito de tendência, por si só, não é sinônimo de democracia interna.

Concomitantemente a esse esforço, é preciso haver outro: o de assegurar a liberdade do petista que não se vincula a qualquer tendência interna. É preciso afastar o fantasma do tendencionismo obrigatório. Se no PT há lugar para tendências internas, deve haver lugar, também, para os que se sentem in-

dividualmente vinculados ao PT, sem mediação de qualquer agrupamento, aos quais é necessário garantir lugar concreto nas decisões partidárias e na disputa de posições e de postos dirigentes.

A democracia interna do PT é um dos valores de que os petistas mais se orgulham. Característica do Partido desde as suas origens, a democracia interna é virtude diferenciada entre o PT e os demais partidos, tanto os burgueses quanto os partidos convencionais de esquerda. Neste sentido, é preciso incluir no Regimento Interno a composição proporcional em todas as instâncias de direção, com representação de todas as chapas que alcancem 10% de votação nos Encontros. Essa medida tem o sentido de consolidar nossa tradição pluralista e impulsionar a construção da unidade partidária.

É necessário, cada vez mais, aprofundarmos o projeto democrático do PT. Temos que transformar nossos Encontros num processo amplo de debate em todo o Partido, construindo coletivamente as nossas resoluções. É preciso renovar os quadros dirigentes. É preciso transformar as reuniões das instâncias orgânicas em fontes efetivas de deliberação partidária. É necessário diversificar as formas de consultar as bases para as questões importantes do Partido.

Outra questão da democracia do PT, que tem sido pouco examinada em profundidade, é a das relações entre os diversos níveis de que o Partido está composto: zonal ou distrital, municipal, regional, inter-regional. É preciso definir com precisão o grau de autonomia relativa que cada um desses níveis possa ter em relação aos níveis superiores. O PT propõe-se como um partido nacional, e busca formular um projeto nacional para disputar a hegemonia no conjunto da sociedade e transformar nacionalmente a estrutura socioeconômica, cultural e política. A democracia interna do PT expressa-se pelo poder real das bases sobre a direção e, portanto, é preciso fixar qual o poder real das bases nacionais em relação às direções e bases locais e regionais. É necessário distinguir e caracterizar as questões nacionais e as questões regionais e locais, de maneira que, em situações de conflito, a vontade da base nacional possa prevalecer sobre a vontade da base regional ou local. Enfim, à medida em que o PT vai assumindo, cada vez mais, uma importância nacional, tais questões vão exigindo um esforço coletivo de aprofundamento, em que os objetivos estratégicos do Partido devem constituir a diretriz para resolver questões táticas e localizadas.

A FORMAÇÃO POLÍTICA

Na medida em que cresce nossa responsabilidade na direção política das lutas da classe trabalhadora e na proporção em que se exige de nosso Partido a proposição de um projeto alternativo para a sociedade brasileira, torna-se necessário um impulso maior para o desenvolvimento de um programa de formação política global para nossos militantes.

Ao longo destes dez anos, vimos construindo progressivamente um processo de capacitação de nossos militantes, com a constituição de coletivos estaduais e municipais e de formação política básica voltada para nossa liderança intermediária. A política de convênios com entidades como o Instituto Cajamar e, mais recentemente, com a Fundação Nativo da Natividade e a Escola Quilombo dos Palmares foi importante instrumento na implementação desse programa, mas a exigência que a nova conjuntura nos impõe requer um salto de qualidade. É preciso que o Partido compreenda a importância desse processo e aloque recursos humanos e financeiros capazes de viabilizar um projeto ousado.

Deveremos superar a política de convênios e acumular na perspectiva da construção de uma Escola Nacional de Formação Política, já aprovada na plenária nacional de 1990 pela Secretaria Nacional de Formação Política e apresentada ao DN.

Nesse processo de acúmulo, o Diretório Nacional deverá dar todo apoio e condições ao Projeto de Formação de Quadros Dirigentes, que já está em processo de encaminhamento e que, tendo a duração de um ano e meio, visa dar condições de atuação qualificada a nossos dirigentes estaduais e nacionais.

A extensão dos cursos intermediários a todos os estados, por intermédio do Coletivo Nacional de Formação e com o apoio dos institutos conveniados, e a programação de cursos básicos massivos para militantes de base complementam esse processo, que deverá compor um currículo mínimo de formação petista, espinha dorsal de nossa futura Escola.

Vencendo as deficiências atuais, é necessário que o Partido possibilite a edição de material de apoio, como textos, cartilhas, além dos espaços no futuro jornal do Partido, e a edição de material audiovisual.

É preciso que o conjunto do Partido tenha consciência de que a implementação de um processo de formação política é condição fundamental para que se construa, de fato, uma democracia interna, em que todos os militantes

e filiados tenham condições reais de participar do processo de elaboração e construção do Partido.

RELAÇÃO COM A INSTITUCIONALIDADE

A campanha eleitoral de 1989 nos demonstrou que o PT pode, a qualquer momento, ser chamado a administrar não apenas prefeituras, governos de estado ou participar de parlamentos, mas também a própria Presidência da República. Portanto, a reflexão sobre as nossas relações com a institucionalidade ocorre, hoje, com um caráter de dramaticidade de quem deve dar respostas muito concretas a uma exigência já estabelecida. Fizemos uma opção de ocupar espaços institucionais e devemos elaborar uma correta política de nossa presença nessa frente, sua relação com as demais frentes e com nosso projeto estratégico.

O PT nasce em plena Ditadura Militar, enraizado nos movimentos reivindicatórios dos sindicatos combativos e das entidades nas ruas, nas fábricas, nos sindicatos, nos campos e nos bairros. Essa experiência inicial marcou profundamente e de maneira positiva nosso projeto, com seu perfil de independência de classe e de mística revolucionária.

Ao longo desses dez anos, ao lado dessa frente de massas, o Partido foi se estruturando enquanto instituição política e foi ocupando, sempre, mais espaços no campo da institucionalidade formal: elegemos vereadores, deputados, prefeitos.

O desenvolvimento dessas frentes e sua convivência no interior do Partido têm se dado de forma, muitas vezes, conflituosa, numa dialética desafiadora: muitos militantes reclamam do excessivo peso de nossa frente institucional; receia-se que o Partido acabe se limitando ao comportamento típico de um partido da ordem e perca seu horizonte de transformação. Ganha corpo uma mentalidade de que só passa a ter poder no Partido quem tem mandato eletivo institucional; muitas vezes, nossos companheiros que estão na frente institucional desenvolvem comportamentos demasiadamente independentes em relação ao Partido; de outro lado, companheiros praticam uma política preconceituosa em relação aos parlamentares e prefeitos; o Partido não elabora política para esse setor e desenvolve, em relação a seus parlamentares e prefeitos, uma relação utilitarista, medindo seu caráter de pertencer ao Partido apenas pelo volume de suas contribuições financeiras. A relação com

nossos companheiros prefeitos e vereadores é, muitas vezes, tensionada pela dificuldade de se precisar o papel do Partido e do administrador, a relação entre as instâncias, a difícil explicitação entre respeito à autonomia e independência absoluta. Ao longo desses anos, tem sido desenvolvido um esforço pela elaboração política nesse campo, explicitando-se, por exemplo, o caráter do mandato. Como ocorre sempre no PT, a própria prática, muitas vezes contraditória e complexa, tem exigido e estimulado essa elaboração.

Reforça-se, hoje, a consciência de que a frente institucional não é um departamento estanque dentro da vida partidária. O detentor de um mandato desempenha transitoriamente uma função semelhante, do ponto de vista da construção partidária, ao papel desenvolvido por um sindicalista ou militante do movimento popular.

Dentro da política de acúmulo de forças, o objetivo de nossa relação com a institucionalidade é a ocupação de espaços para a demonstração de que é possível uma nova forma de gerir a coisa pública, colocando o aparelho de Estado, com todas as suas limitações e características, a serviço dos setores oprimidos da sociedade; é também a busca de estimular a organização democrática e participativa da sociedade, com prioridade dos setores mais explorados; é ainda a constituição de uma tribuna ampliada para a denúncia e a proposição de novas formas de se organizar uma sociedade. Nossos mandatos são instrumentos, também, de crescimento da credibilidade social que nosso partido necessita na busca da hegemonização dos mais amplos setores da sociedade, na perspectiva do desenvolvimento de nosso projeto socialista.

Verificamos, desde logo, que estamos longe de conseguir esses objetivos com nossa frente institucional; estabelecer uma concepção do mandato como relação entre o projeto partidário, a vontade e as necessidades daqueles que elegem e a própria disposição e projeto do próprio mandato e seu grupo de apoio. É preciso fugir da definição simplista de que o mandato é ou do próprio eleito, ou de seus eleitores ou do Partido. É preciso ter claro que é, necessariamente, uma relação de mediação e de síntese permanente. Neste sentido é que o Partido deve tomar a iniciativa de, coletivamente nas bancadas e na relação individual com cada parlamentar ou prefeito, realizar o planejamento, a execução e a avaliação permanente dos mandatos. Respeitando a autonomia das instituições e de que o ato de governar é necessariamente amplo e voltado para o conjunto da sociedade, o Partido deve ousar na proposição de políticas e tomar a iniciativa do debate. Nessa relação, a questão financeira é apenas

um dos detalhes; importante porque revelador de uma concepção de relação, mas de importância menor do que a orientação geral e detalhada que do ponto de vista político é preciso estabelecer.

No que diz respeito às prefeituras e governos de estado que venha a conquistar, o Partido deve amadurecer a dimensão ambivalente de ser sustentação política ante os ataques que a reação, de maneira implacável, pratica contra nossas administrações e, ao mesmo tempo, ser consciência crítica e estímulo ao continuado avanço das políticas que foram traçadas conjuntamente. O Partido deve atuar para reforçar em nossas administrações aquilo que deve ser sua marca: a democratização do Estado, a efetiva participação popular, com a respectiva criação de canais os mais amplos, o direcionamento claro das prioridades para os setores oprimidos. Esta colaboração não pode ser realizada do ponto de vista de quem se coloca de fora ou na mera expectativa, e sim no empenho coletivo, fraterno, construtivamente crítico.

Nesse sentido, devemos ter a ousadia de criar novos canais, novas instâncias de relação e organização, como assegurar a presença de nossos prefeitos e líderes das bancadas em nossas instâncias de direção partidária; com a criação de conselhos políticos compostos de representantes da Administração e da direção partidária respectiva; a implantação de projetos criativos, que estimulem o envolvimento da militância partidária na construção de mecanismos onde ocorra a efetiva participação popular, como conselhos populares e setoriais.

No que diz respeito à relação com os mandatos, devemos propor formas concretas de relacionamento orgânico entre Diretórios e bancadas, com reuniões periódicas obrigatórias e plenárias conjuntas entre parlamentares e militantes das diversas instâncias. No que diz respeito à questão financeira, o I Congresso deverá amadurecer a possibilidade de os parlamentares serem incluídos num plano de cargos e salários, elaborado em nível nacional pelo Partido, vencendo-se assim a cansativa tensão entre os níveis de contribuição financeira realizada e se avançando na concepção do exercício coletivo e partidário do mandato.

Finalmente, o PT da década de 90 é uma instituição política e, como tal, deve ser tratado em seus aspectos positivos de consolidação de um projeto da classe trabalhadora e nos limites que a institucionalidade coloca. Há a clara consciência de que não se passa impunemente pela instituição. Registra-se em muitos setores do Partido uma procedente preocupação com um certo grau

de acomodação, de adaptação “exagerada” aos trâmites, usos e costumes da vida institucional.

Registra-se uma certa perda do ardor revolucionário das primeiras obras. Não basta constatar e lamentar.

Só a capacidade coletiva de se buscar um equilíbrio entre o crescimento de nossas três frentes de construção partidária e a permanente realimentação de nossa vida partidária em seu manancial original e determinante, que é a luta dos trabalhadores em todos os locais e instâncias em que ela se trava, é que nos permitirão não apenas vencer eventuais ameaças de deformação de nosso caráter partidário, como ir além, e conseguir utilizar de maneira correta e adequada os instrumentos que a prática institucional nos coloca à disposição. É preciso não ter medo e ter a ousadia revolucionária de propor novas políticas, novas saídas, sempre que limites externos ameaçarem a realização de nosso projeto. Nesse sentido, temos clareza de que o Partido, de forma madura e serena, deve estar atento para construir, desde agora, um acúmulo de forças e de experiências que, além dos marcos da institucionalidade vigente, nos assegurem a continuidade da construção de nosso projeto estratégico, a construção de uma sociedade brasileira socialista.

ENCONTROS ESTADUAIS EXTRAORDINÁRIOS

Logo após o primeiro turno das eleições de 1990 serão realizados Encontros Estaduais Extraordinários, com os mesmos delegados dos últimos encontros, para discutir e decidir a tática mais adequada para o segundo turno.

I CONGRESSO OU 8º ENCONTRO NACIONAL

O 7º Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores determina que o Diretório Nacional eleito convoque o I Congresso ou 8º Encontro Nacional do Partido, para ser realizado até o fim do ano de 1991, e o mandato para, com uma maioria de 2/3 dos seus membros, modificar o Regimento Interno no que diz respeito aos critérios de convocação, participação e realização dos Encontros (Municipais, Zonais, Estaduais, Nacional), os procedimentos e prazos de discussão de Teses e Resoluções e os critérios de eleição de delegados dos Encontros Municipais e Zonais ao Encontro Estadual e dos Encontros Estaduais ao Nacional.

CONJUNTURA E TÁTICA

A eleição de Collor marca o desfecho contraditório da transição conservadora, que chega a seu final sem ter conseguido isolar os trabalhadores, nem ter feito da disputa política assunto de mera economia doméstica das classes dominantes. Ao contrário, são *os de baixo*, liderados pelo PT, que – apesar do muito que ainda têm para avançar – já ocupam o centro da oposição.

De um lado, as classes dominantes conseguiram aprovar uma Constituição que preserva uma organização profundamente autoritária do Estado brasileiro, garante os poderes do grande capital e do latifúndio e, em particular, torna inconstitucional a possibilidade de intervenção das Forças Armadas no processo político. De outro lado, a transição para a Nova República se encerra com o desgaste avassalador e a ruína eleitoral dos partidos que formam a Aliança Democrática. O governo Collor elege-se tendo o desafio de centralizar os esforços para a criação de partidos ou coligações partidárias que lhe garantam uma base. Este é, assim, um dos problemas capitais das classes dominantes para enfrentar a crise econômica e social. Apelando diretamente ao eleitorado – a quem chama de “pés-descalços” e “descamisados” – com um discurso supostamente antielites, privatizante, neoliberal e modernizador, Collor de Mello apresentou-se à burguesia brasileira como alternativa ao fracassado governo Sarney, ao mesmo tempo que a livrou de uma derrota frente aos setores populares: um governo democrático-popular, encabeçado por Lula.

Atropelando a ética política, combinando suas propostas de reforma do capitalismo com ataque aos cartórios e à especulação, Collor imprimiu à sua campanha uma forte linha de autoritarismo, de violência, de anticomunismo e de demagogia. Assim é que sua vitória, obtida sobre a crise de autoridade do governo Sarney, pelo temor da hiperinflação decorrente do descalabro econômico que se arrasta há dez anos e como saída contra as esquerdas, confirma o caráter autoritário da dominação burguesa no Brasil, ora apoiado diretamente no aparelho repressivo do Estado, ora sustentado por governos autoritários e populistas.

Síntese da luta social e política do PT, da CUT, do movimento popular, dos sem-terra, da intelectualidade democrática, a candidatura Lula sinali-

zava que, na disputa pela hegemonia, os de baixo, os explorados, encontravam na figura de um líder operário e popular a possibilidade de entrar num novo período histórico, inaugurando uma fase de reformas econômicas profundas, sob a direção de um governo anticapitalista.

Por tudo isso é que a vitória de Collor de Mello recebe o apoio entusiástico da grande imprensa e é saudada pelos partidos históricos da burguesia (PDS, PFL, PTB) e pela direita do PMDB, que entra em sintonia com o caráter liberal e modernizador do programa do presidente. Na prática, portanto, Collor busca credenciar-se, com a legitimidade das urnas, para conduzir um governo que se propõe inaugurar uma nova era do capitalismo no Brasil, superando sua crise crônica, e elevar-se ao patamar do 1º Mundo. Disposto a vencer a crise econômica – centro da crise política brasileira –, Collor lança seu pacote econômico precedido por intensa barragem publicitária, e o faz sem negociar com a sociedade, sem consulta ao Congresso e em claro desrespeito à Constituição e à legalidade vigentes. Seu programa de estabilização embute altos riscos políticos e econômicos, derivados das medidas adotadas abruptamente nas áreas fiscal, monetária e de rendas. Tudo faz crer, porém, que o pacote anti-inflacionário é apenas um dos elos de uma política de alcance mais longo, voltada para a reestruturação da economia e do Estado. Nessa perspectiva, estão implícitas nas Medidas Provisórias do governo linhas de política industrial e comercial, de reforma administrativa e patrimonial do Estado, bem como maior integração dependente da economia brasileira, que passaria a viver um surto de crescimento.

A reforma fiscal e a política monetária do pacote revelam que Collor situou-se acima de interesses particulares de grupos, de facções da burguesia e, em nome do conjunto dos capitalistas, retoma o papel do Estado como gerente de interesses da classe dominante, moderador dos particularismos e agente de uma coalizão burguesa ainda não claramente definida até o momento. Daí seu caráter contraditório e a oposição de determinadas frações do capital, incomodadas com o ataque à especulação, a cartórios, reservas de mercado e a subsídios do Estado. Para recompor o papel do Estado como financiador a longo prazo do crescimento econômico capitalista, do papel da moeda e do crédito, da função de indutor dos investimentos e estabilizador das crises cíclicas do sistema, Collor de Mello não vacilou em cancelar boa parte da dívida pública interna, em confiscar recursos por meio da reforma monetária e em ampliar como nunca o papel interventor do Estado – uma contradição apenas aparente com seu discurso privatista e neoliberal.

A grande questão, agora, é a administração do plano de estabilização e seus desdobramentos, sujeitos a fatores externos ao governo, tais como: eficácia da reforma fiscal, redução das remessas de renda para o Exterior (que depende da negociação da dívida externa), a recessão e suas consequências, o comportamento dos agentes econômicos, que podem dolarizar a economia ou produzir uma explosão de consumo num quadro recessivo, o que reintroduziria com vigor a inflação.

SITUAÇÃO DO PLANO COLLOR

Passados os primeiros meses, estão se confirmando as previsões e a avaliação política feitas pela Comissão Executiva Nacional e pelo Diretório Nacional do PT nos momentos iniciais do Plano Collor. A recessão se aprofunda e o governo, além de perder o controle da liquidez da economia, insiste numa política salarial que levará a um arrocho nunca visto. O congelamento de preços não passa de uma declaração política e faz parte do jogo publicitário do governo. A própria reforma administrativa, anunciada com grande estardalhaço, não resolverá o problema de caixa do governo, que a reforma fiscal pretendia eliminar.

O Plano Collor vive, portanto, entre a recessão e a retomada da inflação, com riscos de uma hiperinflação. Desorganizou a economia, destruiu a credibilidade do sistema financeiro, impôs, especialmente aos trabalhadores e pequenos produtores, perdas salariais e de renda, além de imobilizar novamente o governo, já que inviabilizou sua política fiscal e monetária. A tendência recessiva manifesta-se pela queda do nível de emprego, diminuição do consumo e arrocho salarial, criando um círculo vicioso que, somado ao sequestro da liquidez, desorganizou e paralisou parte do sistema produtivo. Com isso, os agentes econômicos não investem, dada a incerteza do quadro econômico, o que, somado aos cortes dos investimentos públicos e aos problemas no setor exportador, forma o quadro recessivo.

A gravidade política e social da situação, confirmada pela ausência de uma política de salvaguarda do emprego e de salários da classe trabalhadora, é acentuada pela proposta da livre negociação, que o governo quer impor num quadro recessivo. O risco de hiperinflação é real, o sistema financeiro não funciona como rede de contenção e, por isso, não consegue evitar a fuga de liquidez, que a economia retomou para o dólar, o ouro e a especulação imobiliária.

As medidas do governo em relação aos aposentados e ao Fundo de Garantia, a tentativa de cobrar IOF [Imposto sobre Operações Financeiras] na transferência de titularidade e a pretendida redução do salário dos funcionários em disponibilidade revelam desencontros na equipe do governo, e chegaram a causar profundo desgaste da imagem de Collor perante a opinião pública. A volta da inflação e as últimas pesquisas publicadas demonstram esse desgaste.

Além disso, foi quase unânime a reação do Congresso Nacional e do empresariado a medidas do governo, obrigando Collor a retroceder imediatamente. Apesar de agir no sentido de firmar sua autoridade pessoal e centralizadora, Collor enfrentou manifestações de descontentamento na própria área militar, onde também recuou, perdendo autoridade frente a indisciplinas políticas do comandante da Região Sudeste e, como sempre, atuando para a plateia, advertindo e prendendo Euclides de Figueiredo e Newton Cruz, ambos na reserva.

NOVO MOMENTO POLÍTICO

Frente a esse quadro, vai se criando no país uma nova situação política. Diferentes setores da sociedade foram se conscientizando da natureza do Plano Collor, dos seus efeitos antipopulares e de seus objetivos de longo prazo, contrários aos interesses do povo e do Brasil. As medidas ilegais, o autoritarismo e a vergonhosa propaganda que acompanharam o Plano Collor produziram, em setores democráticos da sociedade, articulações dirigidas pela Comissão de Justiça e Paz, incluindo OAB, ABI, setores das Igrejas, movimento sindical, entidades de profissionais e técnicos, pequenas e microempresas. No campo popular e sindical, as manifestações promovidas pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, no ABC, pelos bancários em São Paulo, o Congresso do Movimento Sem-Terra em Brasília e a ocupação de centros de trabalho, particularmente a da Companhia Siderúrgica Nacional, foram um exemplo do caminho a seguir para enfrentar o Plano Collor. De maneira geral, as mobilizações populares e as greves estão sendo retomadas, como ocorre com os judiciários de São Paulo, os motoristas e ferroviários de várias capitais, portuários, canavieiros de São Paulo, professores da rede pública do Rio Grande do Sul, do Paraná, de Minas Gerais e de Santa Catarina.

Os trabalhadores não vão aceitar, como demonstram em São Bernardo do Campo, a redução da jornada de trabalho com redução de salário

e, muito menos, o desemprego, e devem opor-se ao caráter recessivo e antipopular do Plano. Faz-se necessária uma ampla articulação sindical e popular, apoiada pelas entidades da sociedade civil e pelos partidos de esquerda, para lançar o movimento sindical em jornadas de protesto e luta contra o Plano e preparar uma greve geral.

A política de congelamento de salários e livre negociação em plena recessão é inaceitável para os trabalhadores. Essa nova situação revela uma crise política do governo Collor e perda de base social, mas não pode ser confundida com o fim do projeto Collor e dos planos neoliberais da grande maioria do empresariado brasileiro. Foi correta a luta – mesmo que, num primeiro momento, isolada – para a disputa da base eleitoral e social popular do governo Collor e já há evidências de importantes divisões no empresariado com relação ao ajuste econômico e ao plano de estabilização do governo. Mesmo dentro da equipe de governo aparecem indícios de contradições, que refletem diferentes interesses econômicos e sociais e se expressam através de pressões sobre a equipe do governo.

OPOSIÇÃO AO GOVERNO COLLOR

Para atualizar sua tática e definir as tarefas para enfrentar o governo Collor e as mudanças de conjuntura, o PT precisa, de um lado, reafirmar as Resoluções do 5º e 6º Encontros – que analisaram o momento histórico, precisaram nossa política de acúmulo de forças, demarcaram nossas alianças e desenvolveram o programa democrático-popular – e, de outro, uma reflexão sobre nosso partido, sobre o caráter do governo Collor e, particularmente, sobre o socialismo.

Nossa tarefa central é a oposição ao governo Collor, especificamente à sua política econômica e ao estilo Collor, autoritário, populista, sustentado pela avassaladora propaganda dos meios de comunicação.

O confronto com o governo vai ocorrer em vários níveis e momentos:

- a) disputa no plano institucional, no Congresso Nacional e nas eleições de 1990;
- b) disputa na sociedade, contrapondo à CUT e aos movimentos organizados o sindicalismo de resultados e os descamisados;
- c) disputa nos meios de comunicação e na mobilização social, procurando impedir nosso acesso à informação e a retomada da luta social e econômica organizada;

d) disputa de alternativas políticas e ideológicas em torno dos objetivos do governo Collor e da questão da ideologia neoliberal, contra o socialismo e a esquerda.

Nossa política no plano institucional visa enfrentar o governo Collor com o objetivo de criar um polo alternativo. Nesse sentido, devemos atrair o PCdoB, o PCB, o PDT e o PSB para uma frente democrático-popular de oposição no Congresso Nacional e nas eleições. Estaremos, assim, criando condições, a médio prazo, para a luta contra o pacote e a reestruturação do capitalismo brasileiro.

Diante do autoritarismo de Collor e dos riscos de retrocesso institucional, o PT e a frente oposicionista devem colocar, com ênfase ainda maior, a questão democrática, tomando a defesa intransigente do estado de direito e das liberdades democráticas e políticas, individuais e coletivas da sociedade.

Tanto na luta parlamentar como nas eleições devemos apresentar um programa mínimo de defesa do emprego, do salário e dos direitos sociais dos trabalhadores, particularmente da previdência social, saúde, educação e transportes públicos, para fazer frente à recessão e à política privatizante que o novo governo acabará por impor se seus planos forem bem-sucedidos.

Outra questão fundamental na disputa institucional e nas eleições se dará em torno do papel do Estado e da internacionalização dependente da economia brasileira. O PT deve contrapor à política neoliberal um programa democrático-popular articulado com nossa proposta socialista, única forma de enfrentar, a longo prazo, as propostas de reestruturação do capitalismo brasileiro. Para tanto, o Programa de Ação de Governo (PAG), apresentado por Lula nas eleições de 1989, deve ser atualizado e repensado no novo quadro da economia e do governo Collor. Nessa linha, têm papel de destaque na oposição ao governo Collor o companheiro Lula e o Governo Paralelo, lideranças sindicais e populares e personalidades democráticas, [que] se contrapõem globalmente aos projetos de Collor, propagam as alternativas do PT, subsidiam nossa atuação no Parlamento e no movimento social e colocam num patamar político as reivindicações dos movimentos da classe trabalhadora. Será papel do Governo Paralelo, junto com o DN, ir aprofundando o PAG e criando um polo de referência alternativo na sociedade, tendo como objetivo a disputa presidencial de 1994.

AS ELEIÇÕES DE 1990

A disputa eleitoral de 1990 reveste-se de importância também a médio prazo, já que será um plebiscito sobre o governo Collor e seu plano econômico

e escolherá o Congresso Nacional, que fará a reforma constitucional de 1993 e o plebiscito sobre reforma de governo.

Após o avanço político e mesmo eleitoral de 1989, apesar da derrota, o PT tem pela frente uma disputa eleitoral que vai envolver os governos estaduais, as Assembleias Legislativas e, particularmente, o Congresso Nacional. As experiências de 89 na construção de um Programa Democrático-Popular, na elaboração e aplicação de uma política de alianças e, particularmente, o êxito da campanha eleitoral no 1º turno são uma base real para o PT estabelecer objetivos na disputa eleitoral de 1990.

A consolidação do PT como partido, a ampliação de sua base social e eleitoral, o aprofundamento da consciência democrático-popular do eleitorado, particularmente dos trabalhadores, é nosso principal objetivo. Nosso partido e, especialmente, a liderança do companheiro Lula são uma alternativa real de governo e de projeto para milhões de brasileiros, e nós temos responsabilidade de viabilizar nos estados uma política de alianças que leve aos governos forças políticas de esquerda e progressistas.

Nossos adversários tudo farão para inviabilizar a consolidação do PT, principalmente da liderança de Lula, e travarão, como fizeram na campanha presidencial, uma luta sem tréguas contra nossos ideais socialistas. Mas é real a possibilidade de o PT conquistar governos estaduais e eleger uma grande bancada para o Congresso Nacional, mudando no campo institucional a correlação de forças no país, criando, assim, uma nova realidade para a luta social e para a disputa pela hegemonia no campo da esquerda.

Por conseguinte, os objetivos gerais de nossa tática eleitoral resumem-se nos seguintes pontos:

a) consolidar a proposta do PT como partido socialista, democrático e de massas;

b) construir uma alternativa democrático-popular à atual dominação das elites;

c) fazer oposição ao governo Collor, unificando os partidos do campo democrático-popular e socialista;

d) fortalecer os movimentos sociais (sindical, popular, agrário, estudantil e os movimentos ecológico, dos negros, mulheres, índios) organizados e disputar os setores médios da sociedade, dando atenção ao trabalho junto aos setores desorganizados e mais pobres da classe trabalhadora.

A partir desses objetivos gerais, disputaremos as eleições com os seguintes objetivos:

- 1) derrotar o governo Collor e seus aliados nos estados;
- 2) eleger uma forte bancada de deputados e ter presença no Senado;
- 3) eleger governadores do PT ou da Frente nos principais estados do país;
- 4) disputar a hegemonia no campo democrático-popular a partir de uma política de alianças e de oposição ao governo Collor.

POLÍTICA DE ALIANÇAS

Com base nas experiências de 1985 e 86 e, especialmente, das eleições de 88 e 89, quando aplicamos uma exitosa política de alianças, devemos estabelecer diretrizes para uma política de alianças nas eleições de 90. A condição de uma política de alianças é o estabelecimento de objetivos comuns, na luta por um governo democrático-popular e pelo socialismo, com aqueles partidos que, em um ou outro objetivo, têm com o PT pontos básicos de acordo.

Em diferentes níveis e com particularidades para cada caso, o PT já realizou coligações e frentes eleitorais com PSB, PCdoB (Frente Brasil Popular), com PCB (em São Paulo, RS e ES), com PV (no RJ, ES e RS) e mesmo com PDT e PSDB (em alguns casos nas eleições de 88 e no 2º turno das eleições presidenciais).

A experiência do 2º turno das eleições presidenciais e o novo papel de Lula e do PT colocam uma grande responsabilidade para a direção nacional do Partido, no sentido de coordenar e acompanhar o processo nos estados, dado o caráter nacional e polarizado que ganhou a disputa com Collor.

A) O PT E A DISPUTA NO 1º TURNO

Nossa política é, no geral, disputar o 1º turno com candidatura própria, sem que isto signifique a inviabilidade de alianças e coligações já no 1º turno. Em determinados casos, a serem definidos, o PT poderá, com candidatura petista ou mesmo de outro partido ou setores de partidos aliados, compor uma Frente já no 1º turno, desde que isto atenda aos objetivos da tática eleitoral. Toda a questão política está em combinar uma tática eleitoral de afirmação e crescimento do PT, com uma política de conquistar governos estaduais para a oposição, não necessariamente para o PT, impedindo que Collor ganhe os principais estados e faça maioria no Congresso Nacional.

Como as eleições são em dois turnos, é uma tendência natural para um partido como o PT, que tem um projeto alternativo, a apresentação de candi-

daturas próprias no 1º turno. Tanto é verdade que o PCB, o PCdoB e mesmo o PSB não têm como objetivo a disputa de governos estaduais, e sim a eleição de deputados. O mesmo não acontece com o PDT e o PSDB.

B) OS CRITÉRIOS

Qualquer política de alianças no 1º turno tem de levar em consideração os seguintes critérios:

1. oposição ao governo Collor, com base num programa democrático-popular;
2. diretrizes básicas de um programa de governo estadual e oposição aos atuais governadores;
3. campanha conjunta: coordenação, finanças, mobilização, propaganda no rádio e na TV;
4. concepção de socialismo democrático a partir de pressupostos mínimos: pluralidade partidária, respeito aos direitos humanos, liberdade sindical e direito de greve, direitos civis básicos;
5. chapa majoritária e de proporcionais conjunta ou separada de comum acordo;
6. espaço político e orgânico para a disputa de hegemonia no processo eleitoral;
7. a propaganda eleitoral será unificada e não poderá privilegiar nenhum partido ou candidato.

As exceções devem considerar critérios de interesses do conjunto do Partido e da coligação, sempre que se tratar de candidato de grande penetração eleitoral e importância política, segundo critérios da respectiva coligação ou frente.

C) OUTRAS QUESTÕES

1. Continuidade da Frente Brasil Popular (FBP)

De maneira geral, na discussão com o PSB e o PCdoB ficou evidenciado que a FBP em nível nacional não pode se sobrepor às realidades estaduais e/ou ter vigência, como tal, no novo quadro político formado com as eleições de 1990. Apesar da proposta do PSB de dar organicidade à FBP e do PCdoB de constituir um Movimento Nacional de Oposição Popular, nossa proposta é de privilegiar as relações com o PSB e o PCdoB, sem prejuízo da possibilidade de manter ou ampliar a FBP em determinados estados. Isto não significa que somos contra a perspectiva de uma frente de esquerda ou

democrático-popular a médio prazo no Brasil. Neste momento, com a crise do PCB, as fusões e incorporações no PSB e mesmo os impasses do PCdoB, não vemos como manter a FBP como foi organizada para a campanha presidencial ou mesmo segundo a proposta inicial do PSB.

2. A questão do socialismo

Sem entrar nas particularidades ou nos problemas internos ou nas relações internacionais de qualquer partido de esquerda no Brasil, entendemos ser impossível constituir alianças para a disputa eleitoral de 19 sem uma definição comum, que a chapa majoritária exponha durante a campanha eleitoral, sobre a questão do socialismo, sob pena de não termos respostas durante o debate eleitoral ou, pior, termos diferentes respostas, na maioria dos casos antagônicas. O que, como já ficou comprovado, é desastre político e eleitoral.

3. A chapa de candidatos à Assembleia Legislativa e ao Congresso

Esta é uma questão difícil de definir em nível nacional: depende da realidade de cada estado e de cada partido. No entanto, a experiência demonstra que, para o PT, é uma questão problemática, já que os outros partidos apresentam a reivindicação de lista comum e indicam um nome ou, no máximo, dois ou três para cada chapa. Com o agravante de, muitas vezes, como aconteceu em 1988, reivindicarem para si o tempo de TV e rádio da sigla partidária, concentrando a propaganda em um ou no máximo dois candidatos proporcionais, o que é inaceitável, em 1990, para o PT.

4. A relação com o PDT e com o PSDB

Nossa política de alianças do 5º e 6º Encontros nos autorizava a realizar alianças com PSB, PV, PH, PCB e PCdoB dentro de determinados critérios e, só em casos excepcionais e particulares, com o PDT, o PSDB e com setores progressistas do PMDB. Foi o que aconteceu, por exemplo, em Vitória, nas eleições de 88.

Com o PSDB, além das divergências de fundo que temos em torno do Programa de Governo, o divisor de águas será a oposição ao governo Collor, e a regra é só fazer alianças com setores regionais ou personalidades dentro do campo democrático-popular e de oposição ao governo Collor.

Já no caso do PDT precisamos, dentro das resoluções dos 5º e 6º Encontros, avaliar a posição de Brizola no 2º turno e a entrada de setores progressistas do PMDB e PSDB no PDT em vários estados. Caberá à CEN e ao DN discutir com cada estado a política de alianças com o PDT, respeitados os objetivos eleitorais e os critérios aqui definidos e aprovados.

A LUTA SINDICAL E POPULAR

Nossas experiências anteriores com os Planos Cruzado, Bresser e Verão, as lições da recessão de 1981/1983 e ainda os ajustes na Argentina, no Chile, na Bolívia e no México são ilustrativos do que a classe trabalhadora brasileira enfrentará com o atual plano de estabilização. Ao mesmo tempo, nossa luta contra os pacotes de Figueiredo e as greves contra os planos de Sarney nos ensinam que é preciso resistir às ilusões do congelamento e da derrubada da inflação. Mostram-nos, também, que a mobilização sindical e popular é fundamental para criar alternativas a essas políticas, que, no geral, seguem o modelo ortodoxo, embora muitas vezes se apresentem como inovadoras. O grande desafio para o PT é o de ligar a defesa das reivindicações específicas de salário, emprego e direitos sociais, da terra, do modelo agrícola, com a questão democrática e do modelo de crescimento que se pretende impor ao país.

De outro lado, é preciso, nos movimentos organizados, divulgar o caráter do Plano Collor e os objetivos do ajuste econômico, denunciando a privatização das estatais, via pagamento da dívida externa e a abertura, ao capital estrangeiro, do mercado nacional, desnacionalizando o que resta de médias empresas nacionais. Devemos mostrar que os grandes favorecidos pelo Plano Collor serão os monopólios e cartéis presentes no país, e que se reproduzirá o perverso modelo excludente, concentrador e dependente do milagre econômico dos governos militares.

No caso de uma profunda recessão, o movimento sindical e popular deve apoiar-se numa política de alianças com as classes médias e o pequeno empresariado, diretamente atingidos pelo desemprego e pelo confisco. É preciso combinar a política de defesa do funcionalismo público – ameaçado pela política autoritária que pretende transformá-lo no bode expiatório do déficit público e da ineficiência do Estado cartorialista, clientelista e corrupto criado pelas classes dominantes brasileiras – com uma proposta de reforma administrativa e patrimonial do Estado. O PT não pode ficar na defensiva nem aceitar a chantagem do governo, que, a pretexto de racionalizar o Estado, quer vender o patrimônio público, quer calar e perseguir o funcionalismo público, desmantelando suas organizações sindicais e liquidando seus direitos sociais.

O movimento sindical e popular deve organizar-se para enfrentar um novo governo e um novo período na economia brasileira. Nesse sentido, precisa avaliar suas formas de luta e sua tática frente ao Plano Collor. Finalmente,

deve estar prontopara a eventualidade do fracasso do plano e para o risco de uma depressão, com as conhecidas consequências de desorganização da produção e crise social, seguidas de saques, fome e de tentativas do governo de impor-se pela repressão.

A ALTERNATIVA AO GOVERNO COLLOR: O PT

As eleições de 1988 e 1989 e a luta social têm confirmado nossa avaliação do 5º Encontro, de que o PT é uma alternativa real de poder na sociedade brasileira. A votação do Lula e da Frente Brasil Popular no 1º turno e do Movimento Pró-Lula no 2º turno só vieram confirmar a correção de nossa política de alianças e a validade do Programa Democrático-Popular. Apesar de não poder ser subestimada a vitória de Collor de Mello, o resultado alcançado por Lula resume os dez anos de luta do PT. O país se dividiu e a polarização anti-Collor foi real. Criou-se, então, para o PT, a possibilidade de hegemonizar uma frente de esquerda, popular e democrática, socialista.

O PT enfrentará, agora, não apenas uma política de ajuste econômico, mas também uma disputa ideológica com Collor, que se expressará na defesa do capitalismo e no ataque ao PT e ao socialismo. No campo social, como já vimos, o governo Collor apela para o patriotismo, acusa a oposição de anti-patriótica e chantageia o sindicalismo combativo, com seus ataques às elites e sustentando o sindicalismo de resultados.

Qualquer que seja o desfecho do Plano Collor, o PT terá de superar inúmeros desafios políticos e orgânicos, sendo necessário capacitar-se para hegemonizar uma frente política que possa aglutinar, na sociedade, forças sociais que resistam à política do governo.

Este texto trata principalmente da nova conjuntura e das tarefas do PT. Por isso, não faz referência específica à construção partidária e ao socialismo, temas abordados em outras teses. Mas é preciso destacar que a questão do socialismo está no centro da disputa política e ideológica com o governo Collor, e com as tentativas de afirmar o capitalismo a partir do desmantelamento dos Estados socialistas da Europa do Leste e a crise geral dos regimes de partido único e de economia burocratizada. Nosso Partido não pode sequer pretender dar continuidade à disputa pela hegemonia na sociedade e à luta pelo poder sem enfrentar a questão do socialismo e sem aprofundar seu programa democrático-popular, nas novas condições do governo Collor. Sobretudo, precisa-

mos avançar na elaboração sobre o papel do Estado e na nossa compreensão sobre a economia de transição entre o capitalismo e o socialismo.

Nesta conjuntura de crise geral do socialismo, de ofensiva do pensamento neoliberal, a questão partidária ganha prioridade um. O PT necessita, urgentemente, iniciar um processo de reorganização e redimensionamento de sua relação com a sociedade, particularmente com os trabalhadores. Esse processo deve ser articulado a partir de medidas de caráter interno, de organização, e de caráter externo, de disputa de hegemonia na sociedade.

Internamente, precisamos realmente retomar um trabalho planejado e dirigido de organização de base – que, para se realizar, necessita de um jornal interno –, da ampliação da formação política, da democracia e, principalmente, de uma solução para a questão de finanças, que possibilitaria ao Partido uma estrutura profissional, separando as funções de planejamento, direção política, execução e assessoria, dando condições materiais e humanas para o trabalho da direção nacional.

No plano externo, o PT precisa de uma política de comunicação, que nos possibilite quebrar o monopólio exercido pela burguesia e que possa nos capacitar a disputar alternativas globais. Atenção especial deve merecer uma política para a TV e o rádio e um jornal independente de esquerda, que dispute com a grande imprensa um público democrático, socialista e progressista. No plano legal, devemos travar no Congresso Nacional a luta pela democratização dos meios de comunicação, criando o acesso dos partidos e da sociedade à comunicação via TV e rádio.

Outro campo fundamental de disputa é a frente cultural, na qual não temos potencializado o apoio da intelectualidade, de artistas e de vários movimentos ao PT e à candidatura de Lula. Nesse sentido, a direção nacional do Partido deve empenhar-se em repensar a Fundação Wilson Pinheiro e uma política cultural.

Nascido de um impulso democrático, o PT tem expressado e tem sido um canal das reivindicações sociais dos trabalhadores e da luta contra a opressão e as discriminações contra o jovem, a mulher, o negro e o índio. É preciso retomar esse caminho, dando uma dimensão, para esta luta, de disputa geral na sociedade.

Por fim, o PT não pode mais ficar à margem da luta pelo meio ambiente e da questão ecológica, em que, apesar da participação de nossos militantes em diferentes movimentos, o Partido nem sempre serve de espaço de

elaboração e canal de expressão para a luta ecológica, terreno hoje também disputado pela política do governo Collor.

APOIAR A MOBILIZAÇÃO SINDICAL E POPULAR CONTRA O PLANO COLLOR

Nosso objetivo deve ser o de apoiar e participar da mobilização sindical e popular contra o Plano, defendendo a imediata edição de uma lei salarial que garanta para os salários um indexador capaz de evitar perdas; aceitando a livre negociação apenas para aumentos reais de salários; e recusando qualquer proposta que não contenha a negociação para repor as perdas salariais dos meses de março e abril. O PT deve, além disso, impulsionar o movimento sindical à luta pela reposição das perdas salariais anteriores ao Plano Collor.

No plano da sociedade, o PT deve-se opor à recessão, articulando o movimento sindical, popular, agrário, estudantil, da pequena e média empresa, entidades profissionais, evitando que a lógica recessiva do Plano Collor se imponha. Por isso, a ação anti-recessiva das nossas prefeituras e da Frente Nacional de Prefeitos deve merecer da direção do Partido uma atenção especial.

ARTICULAR A LUTA ECONÔMICA COM A LUTA DEMOCRÁTICA

O PT deve empenhar-se na defesa das liberdades democráticas, já que toda a ação do governo Collor vai no sentido de violar a Constituição, passar por cima dos partidos políticos e anestesiar os movimentos sociais. Não podemos, em hipótese alguma, aceitar os atos ilegais do governo e a utilização das Medidas Provisórias como decretos-lei, rasgando a Constituição, o que na prática equivale ao uso de métodos ditatoriais. Essa defesa da democracia tem que ser um amplo movimento que envolva a sociedade civil e garanta a ampliação da mobilização política e social contra o governo Collor. A questão democrática não pode ser subestimada, já que os ajustes econômicos do tipo neoliberal são feitos às custas da participação do trabalho na renda nacional, com a eliminação dos direitos sociais dos trabalhadores e os cortes de investimentos na área social (saúde, educação, habitação, transporte coletivo, saneamento), além do aumento das tarifas públicas (luz, água, gás, transportes) e da liberação dos aluguéis, produto do aumento real de custos e da inflação que o governo desconhece, ao não aceitar uma lei salarial indexando os salários à inflação real.

Frente à oposição política e sindical, à resistência dos movimentos sociais e aos riscos do reflexo dessa situação no plano eleitoral, Collor poderá reprimir a luta social por meios violentos. O PT não deve vacilar em tomar a frente na luta contra qualquer tentativa de Collor de violar os direitos políticos e civis consagrados na Constituição.

UMA ALTERNATIVA DE GOVERNO

Na oposição ao *Plano Collor*, não basta a luta social e econômica e a defesa da democracia. O PT, com base na liderança do companheiro Lula, deve apresentar-se como uma alternativa de governo a Collor e disputar, com um plano de governo alternativo, a hegemonia na sociedade civil. Isso significa que, por intermédio do Governo Paralelo e durante as eleições de 1990 – quando se disputará com Collor a maioria no Congresso Nacional e os governos de estado –, o PT deve fazer uma crítica não só ao plano de estabilização econômica, mas principalmente aos objetivos de reforma do Estado e ajuste na economia buscados por Collor.

Esse plano alternativo, econômico e social, deve ser uma continuação do Plano de Ação de Governo apresentado por Lula nas eleições de 1989 e deve dar resposta às questões centrais que estão em debate na sociedade: a reforma do Estado, a questão administrativa e o papel das estatais, a nova política agrícola, distribuição de renda e investimentos sociais. Deve também enfrentar as questões gerais de caráter político-ideológico em disputa na atualidade, enfatizando nossa alternativa global para a sociedade brasileira, contrapondo-se à ofensiva capitalista contra o socialismo e reafirmando nosso projeto socialista democrático. Isso significa que a disputa eleitoral de 3 de outubro estará ligada à oposição a Collor, à luta contra o seu plano de estabilização, e terá como tarefa a derrota do governo Collor e de seus aliados.

PLANO DE AÇÃO PARA O DIRETÓRIO NACIONAL

O DN deve concentrar esforços no sentido de que:

- 1) O companheiro Lula assuma pessoalmente a coordenação e articulação de uma reunião dos partidos de esquerda;
- 2) O PT e os partidos de esquerda e de oposição a Collor trabalhem criando condições para que o movimento sindical da cidade e do campo e

a sociedade civil se unifiquem na oposição ao Plano Collor, inclusive no apoio às mobilizações e lutas dos trabalhadores;

3) O Partido distribua para todo o Brasil um cartaz e um jornal contra o Plano Collor, com as propostas do PT e alternativas de mobilização da classe trabalhadora;

4) Em todos os lançamentos de candidatos majoritários do PT e em todo material de campanha um objetivo central seja a oposição ao Plano Collor e a denúncia da situação da classe trabalhadora;

5) Seja elaborado um plano de viagens para o companheiro Lula, articulando o lançamento de candidaturas do PT com reuniões e articulações contra o Plano Collor;

6) Os Diretórios Regionais, as bancadas e as lideranças sindicais e populares da cidade e do campo, em todos os estados, articulem a sociedade civil, os partidos de oposição e o movimento sindical e popular contra o Plano Collor;

7) O Governo Paralelo apresente, ao PT e à sociedade, um diagnóstico da gestão de Collor e do seu plano econômico, tratando particularmente da questão da reforma administrativa, da privatização de estatais, do plano de estabilização, da política agrícola e industrial e da questão da dívida externa;

8) O Partido apoie o plano de ação das prefeituras petistas contra a recessão e o desemprego, reproduzido na Carta de São Paulo, bem como as ações da Frente Nacional de Prefeitos;

9) A Comissão Executiva Nacional e a bancada federal impulsionem nossa atuação parlamentar no Congresso Nacional segundo as propostas alternativas e o diagnóstico a ser aprovado.

OS ATAQUES CONTRA AS ADMINISTRAÇÕES

É impossível examinarmos objetivamente o desempenho do PT nas prefeituras sem antes denunciar a brutal campanha de propaganda contra as administrações petistas promovida pela mídia conservadora. Esta, alimentada pelos partidos da burguesia, pelos seus técnicos e ideólogos, dedicou especial atenção e espaço aos nossos governos municipais, em particular em São Paulo, de modo a distorcer, encobrir e desinformar a população.

Inovações político-administrativas foram minimizadas ou suprimidas no noticiário: limitações materiais ou jurídicas foram reconhecidas para milhares de prefeituras administradas por outros partidos, menos para as petistas; eventuais erros foram amplificados e apresentados como a marca nacional do PT. Esse ataque permanente contra nossas administrações e nosso partido é essencialmente ideológico e preconcebido. Desse ponto de vista, a campanha eleitoral, nosso desempenho positivo e particularmente a passagem de Lula ao segundo turno exacerbaram as críticas contra o PT, em particular contra as nossas administrações, procurando estampar nelas o selo da inépcia, da incompetência administrativa, do clientelismo e mesmo da corrupção.

A esses ataques, que em última instância visam a liquidação do projeto histórico do PT, respondemos com a força da nossa política, com a lisura no trato da coisa pública, com o saneamento ético-administrativo que efetivamos, com o combate à corrupção até então institucionalizada praticamente nas administrações anteriores, com a desativação dos aparatos clientelísticos e com o clientelismo. Tudo isso, evidentemente, é parte integrante de um novo modo de governar, que traz consigo uma nova ética, e que estamos procurando instaurar em nossos governos.

No entanto, se essas críticas não podem servir de parâmetro para uma autoavaliação séria do desempenho do Partido nas administrações, elas não podem ser desconsideradas, pois são um dado da realidade, que interfere na formação da opinião pública, atingindo, com impacto, o povo trabalhador desorganizado e a nossa base social de sustentação. Nossa prática de governo deve ser avaliada com base nos interesses imediatos e históricos das classes populares, que, para o PT, se traduzem em objetivos programáticos, estratégicos e táticos, contidos nas resoluções democraticamente aprovadas por nossas instâncias. E à luz do nosso projeto estratégico, não há como deixar de reconhecer que, de conjunto, as nossas administrações defrontam-se, hoje, com desafios de fundo que, certamente, só serão vencidos por nós se viermos a desenvolver com maior intensidade uma prática político-administrativa de qualidade inteiramente nova, pois está tomando conta de setores cada vez mais significativos da população o descrédito na nossa capacidade de governar para a maioria.

DEFINIR UMA ESTRATÉGIA PARA AS PREFEITURAS

As resoluções do Partido definem as prefeituras como instrumentos de disputa de hegemonia. Isso significa que elas devem ser pontos de apoio de luta do PT, da população, contra a administração da burguesia, por um mundo novo, socialista. Isso significa que nós rejeitamos a ocupação de espaço no aparelho do Estado com fins meramente administrativos. A competência técnica e administrativa deve estar a serviço da alteração da correlação de forças entre as classes populares e as elites dominantes. Por isso mesmo, devemos afirmar, a cada instante, que a administração tem que estar orientada por nossa política.

Essa perspectiva – que, diga-se de passagem, não é consensual entre nós, apesar de repetidamente decidida por nosso Partido – deve estar claramente colocada para a população, para quem e com quem pretendemos governar e avançar em direção ao socialismo. Em outras palavras, transformar as prefeituras, de aparatos conservadores e obedientes à lógica do capital, da iniciativa privada (vale dizer, da minoria), em ferramentas de disputa da hegemonia na sociedade, exige uma definição estratégica do Partido no governo mais precisa e contundente do que a que temos praticado até agora. Sem essa sinalização material e simbólica para a população objetivamente interessada na transformação da sociedade, corremos o risco de assistir à dispersão, cada vez maior, da base política de nossos governos.

A ausência de respostas de fundo estratégico faz com que nossas administrações apareçam perante a população sem objetivos centrais de governo, como se governar a cidade, do nosso ponto de vista, fosse somar, aritmeticamente, as metas setoriais das várias secretarias. Dentro desta lógica, a prestação de contas que é feita em geral não difere muito dos relatórios que somam realizações, sendo que, muitas vezes, o que se entende por realizações são deveres elementares de quem se propõe a administrar (como a compra de lâmpadas, restauração de móveis etc.), e que, a rigor, deveriam ser pressupostos de um balanço verdadeiramente político.

Dessa forma, torna-se difícil polarizar politicamente as forças populares e democráticas em torno de nossas iniciativas de mudança. Mais de um ano de governo, em mais de 30 cidades, há controvérsias acerca das implicações práticas de nossas resoluções. Não raro, estas controvérsias inibem nossa iniciativa política e prejudicam a unidade de ação partidária. Hoje, depois da

experiência vivida, em que os estilos de administração podem ser delineados, podemos afirmar claramente que há linhas políticas distintas sendo aplicadas em nossas administrações. Distintas entre si e, por vezes, distintas das definidas pelo Partido, ainda que não sejam conscientemente propostas à discussão em nossas instâncias. Essas concepções não explicitadas, mas implementadas, expressam opções concretas de governo e são responsáveis, em última instância, pelos tímidos resultados políticos obtidos até agora. Um exemplo dessa situação podemos encontrar na reforma administrativa e na democratização das prefeituras. Nesse terreno, muito pouco foi feito até agora, o que semeia a ilusão de que podemos governar com a velha máquina, que também impede a participação popular.

APRIMORAR A RELAÇÃO ENTRE O PARTIDO E AS ADMINISTRAÇÕES

Somente o livre debate dessas questões de fundo, que dizem respeito à estratégia do Partido, é que pode nos levar a superar nossas dificuldades, conjuntamente com os petistas nas administrações. A crítica miúda, fragmentada, que muitas vezes ocorre, deve dar lugar a um novo patamar nas relações Partido/administrações.

Para isso, é fundamental a compreensão de que a crítica não é idêntica à sabotagem. Ela é legítima e necessária. A era dos partidos tiranos ou dos partidos domesticados, dóceis nas mãos dos estados, porta-vozes oficiais dos governos, está chegando ao fim com o desabamento dos regimes autoritários do Leste Europeu. O PT nasceu contra essas concepções e não tem nenhuma vocação de reeditá-la em nosso país. Temos, pelo contrário, que encarar a crítica como um momento de aprendizado e/ou de ensinamento, sempre de acordo com as regras da democracia.

Se devemos e queremos estabelecer um novo patamar de discussão é porque compreendemos que tanto os governos municipais como o Partido foram incapazes de constituir um projeto global e estratégico aprofundado, o que, evidentemente, semeia confusão sobre a definição das nossas prioridades e meios de realizá-las. À nossa natural falta de experiência administrativa uniu-se a ausência de um plano de governo consistente e teoricamente sustentado. O estabelecimento de um quadro elementar de discussão, em que as responsabilidades mútuas do Partido e das administrações sejam assumidas, é fundamental.

Existem companheiros que acreditam que o programa do Partido é genérico ou equivocado em muitos pontos. Outros, que o Partido fala do abstrato e as administrações do concreto. Outros ainda acreditam que o Partido tem a verdade e as administrações voltam as costas a ela. O PT não pode concordar com essas visões. O processo deve ser de interação. Isto é, a intervenção do Partido e dos seus militantes nos movimentos sociais e nas administrações é a única que pode nos levar a aperfeiçoar o nosso programa, a melhorar nossa intervenção e o desempenho nas administrações. Nossa inexperiência só será superada se houver intercâmbio efetivo, fluxo de informações e elaboração de políticas a partir dos critérios de realidade, da vida da administração e do Partido. O que nos move é a consciência de que um eventual fracasso do PT nas administrações pode comprometer por anos e anos a realização de nosso projeto histórico e o fortalecimento de nossa luta.

Nas relações Partido-administração, o que tem prevalecido até agora é a busca do consenso. Quando este não existe, tanto o Partido quanto a administração se posicionam ou simplesmente executam suas propostas. Com base na experiência desenvolvida até agora, podemos afirmar que o método de busca de consenso não dá conta da atual realidade. É indispensável, hoje, a construção de fóruns compostos por dirigentes partidários e da administração, que definam as grandes prioridades administrativas dos municípios por meio da elaboração conjunta entre administração e Partido; isto, num processo que pode e deve passar por reuniões setoriais, seminários e, eventualmente, plenários municipais, conforme a necessidade. É preciso um processo organizado de avaliação e planejamento pelo conjunto do Partido.

Trata-se de conseguir instrumentalizar o Partido para que dirija a política exercida pelos petistas nas administrações e possa avaliar, criticar e formular políticas. Sem um trabalho nesse sentido, buscando afirmar o caráter dirigente que cabe ao Partido – responsável, em última instância, enquanto projeto político permanente, pelo sucesso ou fracasso das administrações –, o que veremos, rapidamente, será a ampliação da distância entre o Partido e as administrações.

AS NOSSAS DIFICULDADES

Neste último ano, tivemos enorme dificuldade para compreender que a crise econômico-financeira em que se encontram imersas as prefeituras é uma crise estrutural do Estado brasileiro. O modo de financiamento público da

economia brasileira esgotou-se à medida que chegou a seu limite a articulação entre a dívida externa e a dívida interna. Tampouco demos consequência à nossa visão de que a crise política, articulada à crise econômica, expressa-se na perda do poder de articulação do Estado sobre a economia. O resultado foi um discurso hegemônico da burguesia, cuja pauta contém: o pacto social (substituído agora pela união nacional), a extinção do déficit público como forma central do combate à inflação, a diminuição da presença do Estado na economia, a privatização, sempre combinados com as denúncias de ineficiência e fisiologismo do aparelho estatal.

Apontamos que a resposta das nossas administrações deveria passar por um grande e inevitável confronto político com o projeto da direita, que, deliberadamente, aplica uma política de desregulamentação da economia, expressa por uma selvagem concentração dos fundos públicos (com diminuição radical das dotações para as aplicações sociais, com maior deterioração na qualidade dos serviços), combate à inflação (através da diminuição da massa salarial), privatizando, quase como doação, o patrimônio público e negociando a dívida externa de forma a acelerar a internacionalização da economia.

É forçoso constatar que não cumprimos um roteiro semelhante ao acima esboçado. Tratamos, na maioria dos casos, de uma resposta contábil à crise estrutural da relação Estado-economia. Adotamos, muitas vezes, o que se batizou de administrativismo. Estamos tímidos diante dos confrontos e muitas vezes conciliamos. Tentamos governar para toda a população e perdemos de vista nossa base social e política. Não podemos perder a visão da centralidade do Estado na nossa formação social, as funções históricas que por isso ele cumpre, de que modo as cumpre. Estamos atrofiando as nossas possibilidades de gestão do poder e despolitizando nossa oposição radical ao atual sistema. Trata-se de negar, mesmo nos limites do Estado de classe, que a burguesia tenha a prioridade desse Estado e a exclusividade da dominação. Devíamos assumir que só radicalizando os mecanismos democráticos de expressão, participação e representação é que evitaremos a prevalência da lógica estrita do mercado e do capital.

A crise geral por que passam os movimentos populares, a separação da luta sindical das questões da gestão urbana e a ausência de uma política clara para a criação de espaços democráticos de atuação, de modo que haja participação da população na definição de tudo aquilo que lhe diz respeito, conforma um quadro que empurra nossas administrações para o isolamento

político. A fragilidade ou ausência dos movimentos sociais fez com que os nossos vários ensaios de participação popular fossem tímidos e limitados. Sem mistificar suas possibilidades, está colocada para nós a constituição de canais políticos regulares de participação popular, com poder decisório, ainda que em limites estabelecidos.

A experiência prática tem demonstrado que uma efetiva inversão de prioridade, em benefício da maioria explorada e espoliada, só é viável se sustentada diretamente pela participação popular. Essa é a principal questão a ser resolvida pelas nossas administrações, isto é, sua relação com o povo, que, apesar de tentativas e esforços, não foi alterada em qualidade. Nesse terreno faz-se necessária uma forte alteração dos rumos dos governos municipais, para dar cumprimento pleno aos programas de governo sob os quais fomos eleitos, ativar a capacidade de organização e mobilização dos trabalhadores na defesa de suas reivindicações imediatas e de transformações profundas na sociedade brasileira e fazer uma implacável e sistemática denúncia ao ataque que sofre das classes dominantes.

REORIENTAR A POLÍTICA E INVERTER AS PRIORIDADES

A política de inversão de prioridades, vale dizer, do redimensionamento dos mecanismos de investimento, buscando aplicar uma política mais justa, tinha e tem como instrumento principal o próprio aparato público, seus equipamentos, sua legitimidade e também seus mecanismos de seleção de demandas. Um governo democrático e popular somente pode enfrentar esses mecanismos burocráticos consolidados no país rompendo com sua lógica, que é a de governar para os grandes interesses. Somente a vontade política dos governantes, isoladamente, é insuficiente para romper com os processos de elaboração e execução de políticas que só beneficiam a minoria. Essa lógica estatal se sustenta na burocracia, na tecnocracia e numa postura absolutamente antiparticipativa. Somente o combate a esses mecanismos elitistas de decisão é que pode reverter, de conjunto, a situação. Governar, hoje, significa, entre outras coisas, selecionar áreas de prioridade e demandas. O salto de qualidade de nossos governos será dado quando houver ampliação das mobilizações populares em luta por seus interesses. Aqui, o papel do Partido é insubstituível, e nesse terreno reside a nossa maior fraqueza, ao não termos sido capazes, governos e Partido, de comprometer o conjunto das massas populares com a gestão democrática da coisa pública.

Mas como dar conta da questão da participação democrática quando nem sempre há respostas ativas da população? O PT acredita que a participação efetiva pressupõe que os cidadãos querem e podem opinar, fiscalizar, controlar e decidir. Movimentos, assembleias de bairros ou qualquer outra forma autêntica de união e representação popular não podem efetivar-se por decreto, pela simples vontade de construí-las. Haveria, então, desinteresse do povo? Na verdade, não se pode esperar uma grande participação da população se esta não sabe como, onde ou para que participar. Se as prefeituras ficam da mesma maneira como nós herdamos, elas serão incapazes de estimular a expressão popular, pois não foram montadas para tanto. Nesse quadro, como pode-se dar a participação?

A participação exige uma efetiva imagem democrática, de honestidade e de eficácia das prefeituras. Serem transparentes em seu funcionamento e gastos e abertas ao diálogo com a sociedade são requisitos fundamentais para a participação. E esses requisitos não são compatíveis com administrações ultracentralizadas, que ainda tendemos a reproduzir em nossos governos municipais. Por isso, para que haja participação, é necessária a descentralização do poder de Estado, criando e consolidando espaços de participação por bairro, com competências definidas e recursos. No setor de finanças, talvez como fruto da necessidade de assumir o controle da situação, mantivemos a estrutura centralizada que, em alguns casos, chegou até mesmo a ser aumentada.

As consequências disso para as administrações vêm sendo graves: morosidade na liberação de recursos, ultracentralização das compras dos equipamentos, inclusive os de urgência, promovendo o atraso na implementação de reformas e mesmo o constrangimento da ação de secretarias-fim, como as de educação, saúde, obras, habitação e transporte. A agilização da máquina estatal é necessária para acelerar e dar maior qualidade às iniciativas das secretarias. Uma descentralização efetiva das prefeituras exige modificações profundas nos mecanismos de liberação e de aplicação de verbas. Uma estrutura mais adequada deve ser implementada rapidamente, de modo a eliminar a tirania das finanças imposta pelos governos anteriores, e que permanece na maioria de nossas administrações.

A participação requer também que se estabeleça um conjunto de mecanismos institucionais de reconhecimento de alguns direitos. É preciso inovar nesse terreno. A participação na elaboração e na execução de programas populares, no abastecimento, na defesa do meio ambiente, assim como a intro-

dução de democracia de base nas instituições representativas (como o direito de audiência pública, comissão mista) devem ser avaliadas por nós. A participação, vista dessa forma, será capaz de combinar formas de organização da democracia representativa com os movimentos, organizações e formas de expressão populares, sem que haja perda de identidade. A participação, assim, é um estilo de fazer política, que só se pode desenvolver num estado descentralizado e participativo. Se assim não for, corremos o risco de excluir, de fato, a maioria da população das decisões e, em seguida, culpá-la por não participar.

Nosso Partido tem responsabilidades pelo refluxo dos movimentos populares. Os movimentos, talvez por não compreenderem que sua luta continua, mesmo sob uma administração petista, têm procurado apenas canais institucionais para alcançar suas reivindicações. Parte deles, que não mantêm proximidade com o PT, apresenta desconfiança e, frequentemente, é presa fácil de manipuladores de direita. De nosso lado, perdemos parcialmente a nossa capacidade de disputar a direção desses movimentos e, principalmente, de organizar os desorganizados, de fato a grande maioria da população.

Juntamente com a reforma administrativa, que modificaria o atual sistema de gestão municipal, poderia [se] extinguir departamentos ou secretarias criadas para alimentar clientela política, [se] acabaria com a duplicidade de funções (várias secretarias com a mesma função desorientam o cidadão, pois não se sabe qual delas é efetivamente a responsável) e as nossas administrações poderiam lançar uma ofensiva política em defesa dos direitos da população.

Formas democráticas devem ser reconhecidas, incentivadas e fortalecidas, como as iniciativas populares e plebiscitos. No mesmo sentido, as prefeituras devem abrir suas portas e fornecer, de maneira ágil, as informações que forem solicitadas sobre os órgãos públicos ou sobre aquilo que toca diretamente a vida do cidadão. Deve haver um trabalho ousado de reconhecimento das entidades representativas (sindicatos, associações de consumidores, de usuários etc.) e de diálogo com elas. O orçamento municipal e a educação são terrenos privilegiados para essa participação. Para isso, as prefeituras deveriam dotar-se de secretarias de governo que fossem responsáveis por esse reordenamento político da atividade municipal e que dirigissem a ofensiva que, acreditamos, temos que desenvolver. A população, quando informada e convidada a decidir sobre os rumos de suas vidas, responde positivamente.

A descentralização, combinada com a reforma administrativa e a participação popular, dá as bases para a democracia efetiva das prefeituras. A

priorização de alguns setores sociais para investimentos de peso, como os transportes coletivos (que nas grandes cidades tornou-se o principal problema a afligir a população), abrindo suas propostas e se abrindo para as entidades e cidadãos da sociedade, pode marcar o início de um capítulo novo nas nossas administrações. As nossas prefeituras devem trazer para a discussão os sindicatos, entidades de categoria, democráticas, de defesa do meio ambiente, de modo a que as cidades possam ser pensadas globalmente. Com a implantação que o nosso Partido possui, a secundarização dessa via pode levar a uma despolitização sem precedentes, com um impacto profundo em nossa trajetória.

Em nossas prefeituras, os petistas devem dar curso ao trabalho que os elegeu e que integra nossa história. É verdade que o governo municipal é nosso, do nosso Partido, mas também é verdade que as reivindicações populares são nossas. Isso significa que a luta pelas reivindicações populares não pode cessar quando ganhamos um governo municipal, ainda que se deva dar de forma diferente, pois há espaço para o diálogo e a negociação. Todas as reformulações de organização do aparato municipal devem-se dar simultaneamente à abertura efetiva de canais de participação do povo. Os nossos secretários devem multiplicar as audiências, de modo a que possam ser avaliados para além dos muros do Estado. No mesmo sentido, os setores mais sensíveis da administração, como o setor de transportes, devem-se abrir para sugestões e propostas de toda a sociedade. Essas iniciativas têm particular importância à luz da disputa política e eleitoral deste ano, na qual as eleições para os governos combinam-se com as ações no sentido de ajudar o desenvolvimento das mobilizações populares diante do novo governo e seus aliados. Nestas eleições, estará concentrada, de um lado, a tentativa do governo Collor de consolidar um projeto político e econômico que signifique uma saída para as classes dominantes, por mais contradições em seu seio que tal tentativa venha a desenvolver. De outro lado, nossas candidaturas, as únicas com potencialidade e capacidade de abrir para a população a alternativa de um governo democrático e popular, que decida em favor e com a grande maioria dos trabalhadores e setores médios da população, sacrificados pela crise econômico-social do país.

O bom desempenho das administrações petistas, neste quadro, tem uma função vital para a grande disputa de outubro e novembro próximos. A afirmação dos nossos candidatos ao governo do Estado e das propostas do Partido depende em grande medida do fato de a população sentir, praticamente, que somos capazes de governar em função de suas necessidades mais sentidas.

Não se trata de atrelar as administrações à campanha, e muito menos de aparelhá-las a serviço de nossas candidaturas aos governos estaduais. Trata-se, istosim, de colocar em prática opções administrativas que vão ao encontro dos anseios da maioria da população. Com isso, o PT deve não somente romper o cerco propagandístico da burguesia contra suas administrações como também agilizar respostas concretas aos problemas enfrentados pela população, intensificando a aplicação do programa do Partido. Se conseguirmos combinar adequadamente o desempenho de nossas administrações com a campanha e a mobilização popular, estaremos em condições não só de vencer as eleições deste ano como de recolocar para o povo uma alternativa democrática e popular, contraposta ao governo Collor e seus aliados.

A luta política do governo Collor contra as nossas administrações será frontal, e contará com a solidariedade (ainda não sabemos se velada ou aberta) dos governos. Exigir dos governos federal e estaduais a liberação de recursos necessários e a agilização dos projetos, reivindicar que todos os meios ao alcance desses governos sejam postos a serviço da melhoria da vida da cidade, é fundamental. Caso contrário, alimentamos a ilusão de que todos os problemas e as carências poderão ser satisfeitos em nível municipal. Os vereadores do PT – tanto das cidades que administramos como das demais – têm que reatualizar o seu papel. Reatar com os movimentos populares, incentivar a sua organização e fortalecimento é fundamental, hoje. Para isso, devem se reunir em Encontros Estaduais, para discutir e elaborar nossa política.

SUPERAR OS IMPASSES NAS PREFEITURAS

Tarefa fundamental, hoje, para a disputa pela hegemonia sobre a maioria da população, desde o ponto de vista dos trabalhadores, é a de responder positivamente às questões das prefeituras. Para isso, é forçoso reconhecer que, passado mais de um ano da posse de cerca de três dezenas de petistas à frente de algumas das mais importantes prefeituras do país, esta é ainda uma questão não equacionada adequadamente. É correto e necessário que tenhamos em conta, ao fazermos qualquer juízo sobre nosso desempenho dessa tarefa, o quadro de sucateamento em que as classes dominantes jogaram o Estado no Brasil, a correlação de forças, os vícios das máquinas administrativas voltadas para os interesses dos grandes capitalistas, o fogo cerrado da imprensa burguesa, a nossa inexperiência etc. Nesse sentido, já constitui fato positivo as

prefeituras do PT funcionarem, sendo que os serviços melhoraram em vários casos. Conquistas importantes têm sido a inversão de prioridades e o melhor tratamento, na maioria dos casos, ao funcionalismo público. Porém, ainda que isto conte, não pode obscurecer o fato de que elas, em sua maioria, não têm logrado dar visibilidade à marca democrática e popular que prometemos imprimir, e com a qual, via de regra, a população e, em especial, a nossa base social não têm se identificado. Os impasses vividos por cada administração petista não podem ser encarados como meros fatos particulares de responsabilidade dos prefeitos e seus auxiliares. Sem desconhecer as singularidades, e mesmo manifestações graves de imaturidade política, as evidências são de que falta ao Partido uma linha política para nortear a ação das prefeituras. É necessário uma linha de balanço deste período, que contemple questões como: a falta de incorporação, em algumas cidades, das forças progressistas que contribuíram para a nossa vitória; o não prosseguimento e aprofundamento da oposição, a partir das prefeituras, ao governo estadual e federal; a afirmação do caráter democrático e popular da questão da comunicação social, e a materialização deste caráter no nível da participação popular. Esta linha político-administrativa visa responder em primeiro lugar, no concreto, para quem e de que modo o PT governa. Por um lado, trata-se de responder que o Partido governa para toda a cidade, mas o faz do ponto de vista da parcela majoritária da sociedade: daquela explorada e oprimida da população. Neste sentido, esta ótica se materializa na priorização não de todos mas, efetivamente, da maioria dos eternos alvos dos discursos oficiais, mas sempre esquecidos das práticas governamentais.

A QUESTÃO AGRÁRIA

A luta de classes na agricultura brasileira, nas últimas décadas, embora tivesse como principal motivação a luta pela terra – historicamente monopolizada por uma pequena, mas poderosa, classe latifundiária –, sofreu um intenso processo de diferenciação em virtude do acelerado desenvolvimento capitalista na agricultura. Em particular, nos recentes 25 a 30 anos, o capitalismo provocou uma verdadeira revolução na base técnica e nas estruturas econômicas e sociais. A antiga classe dos latifundiários transformou-se num setor da classe burguesa, ao mesmo tempo que os camponeses – sejam os pequenos proprietários, sejam os pequenos lavradores sem-terra (aqui compreendidos os arrendatários e pequenos parceiros, os moradores, os foreiros, os porcentageiros)

e outras modalidades de trabalhadores camponeses – sofreram um brutal processo de expulsão das terras em que trabalhavam, sendo obrigados a migrar para os centros urbanos e transformando-se em trabalhadores assalariados, tanto rurais como urbanos.

Essa reformulação transferiu também para o campo, de modo agudo, a polarização fundamental do capitalismo, contrapondo a burguesia agrária – composta dos seus setores agroindustriais, cada vez mais concentradores, dos setores de granjeiros e fazendeiros médios e também de antigos latifundiários tradicionais – aos trabalhadores assalariados. Nessas condições, as reivindicações econômicas dos assalariados, assim como as formas de luta que lhe são típicas, como as greves, ganharam uma força e uma amplitude que não tinham antes. Ao mesmo tempo, acentuou-se a tendência para o surgimento de organizações sindicais próprias dos assalariados rurais. Tudo isso criou as bases sociais para que a perspectiva socialista se desenvolvesse com mais força nas áreas rurais.

A forma como o capitalismo vem resolvendo a questão agrária no Brasil também tem funcionado como um instrumento de desenvolvimento das reivindicações, sentimentos e aspirações anticapitalistas, embora isso não possa ser tomado diretamente como sinônimo de uma consciência e reivindicações socialistas. Nisto se enquadra a luta pela reforma agrária, durante muito tempo considerada como possível de ser realizada dentro do sistema capitalista e, inclusive, interessando a parcela considerável da burguesia. O desenvolvimento capitalista na agricultura, pela via da modernização técnico-econômica dos latifundiários, concentração ainda mais monopolista da terra e expropriação acelerada dos camponeses, transformando-os em assalariados, conduziu a que a questão agrária fosse resolvida, no fundamental, do ponto de vista da burguesia. Esta, excetuando-se alguns setores muito minoritários, não tem qualquer interesse numa reforma agrária democrática, que atenda aos interesses das grandes massas de trabalhadores rurais.

Por outro lado, a implantação do capitalismo na agricultura, a diminuição considerável do peso dos trabalhadores rurais não assalariados, [faz com que] seja colocada em discussão a hipótese da reforma agrária ser descartada como necessidade e como bandeira de luta. Para setores consideráveis das forças políticas e sociais está colocada na ordem do dia a socialização da terra e dos demais meios de produção agrícolas, o que mudaria o caráter da reforma agrária. E, entretanto, se é verdade que ao capitalismo não interessa a reforma

agrária, e que, em perspectiva, o que interessa aos trabalhadores rurais assalariados é a socialização dos meios de produção agrícolas (terra, equipamentos e instrumentos), é preciso considerar os seguintes desafios:

a) o processo de proletarianização dos trabalhadores rurais não assalariados ainda não se completou na agricultura brasileira: ainda existem milhões de pequenos proprietários, pequenos arrendatários e parceiros que, mesmo estando em processo de proletarianização, ainda têm como horizonte a propriedade particular de seus meios de produção e trabalho, incluída aí a terra;

b) no Brasil, existe um exército industrial de reserva muito vasto, base de manutenção do baixíssimo preço da força de trabalho, que terá que encontrar formas de trabalho e subsistência diversificados, para sair do patamar de miséria em que vive atualmente. Nas condições existentes, mesmo que os trabalhadores assumam o poder e iniciem o processo de construção socialista, será fundamental abrir a possibilidade para que a pequena produção mercantil (urbana e rural) se desenvolva como um dos principais instrumentos de absorção da mão de obra, hoje marginalizada, e de ampliação da produção de alimentos e artigos de consumo de massa. Em tal contexto, a pequena propriedade agrícola continua como uma necessidade econômica, social e política, não só para os trabalhadores rurais não-assalariados, mas também para o conjunto dos trabalhadores, em particular os urbanos.

Assim, a reforma agrária continua sendo uma necessidade e uma bandeira de luta, embora tendo perdido seu antigo caráter democrático-burguês. Ela passa a ter um caráter eminentemente democrático e popular, anticapitalista, tornando-se mais um instrumento de luta rumo ao socialismo, incluindo aí a perspectiva de socialização das empresas agroindustriais e o desenvolvimento de cooperativas de pequenos produtores, dirigidas por eles próprios. É preciso ter em conta que no processo de construção do socialismo poderão coexistir pequenas propriedades e produções rurais com empresas e cooperativas socializadas e, dependendo do desenvolvimento real da economia e da luta de classes, também com empresas agrícolas particulares. O fundamental é que o eixo do processo de socialização ocorra com a participação efetiva e democrática dos trabalhadores, com sua adesão voluntária às medidas de socialização e que estas obedeçam tanto a razões econômicas quanto sociais e políticas.

MOÇÕES APROVADAS:

- 1 – Viva a Praça da Paz Celestial
- 2 – Nenhuma repressão às mobilizações dos trabalhadores
- 3 – Manifesto aos Trabalhadores
- 4 – Contra a repressão aos trabalhadores rurais
- 5 – Condenção da violência contra as mulheres
- 6 – Apoio ao povo de Azânia
- 7 – Por um Chile livre e soberano
- 8 – Pela reabilitação de Trotsky
- 9 – Contra a intervenção dos EUA
- 10 – Contra a política educacional do governo
- 11 – Pelo reconhecimento do Estado da Palestina

5º DIRETÓRIO NACIONAL (83 MEMBROS)

ELEITO NO 7º ENCONTRO NACIONAL, REALIZADO
NO PALÁCIO DE CONVENÇÕES DO ANHEMBI, SÃO PAULO/SP,
ENTRE OS DIAS 1º E 3 DE JUNHO DE 1990.

Líder/Senado: Eduardo Suplicy (1991) | SP
Líder/Câmara dos Deputados *
Presidente: Luiz Inácio Lula da Silva | SP
Adilson Pires | RJ
Aloizio Mercadante | SP
Amauri Barros | DF
Anísio Maia | PB
Antonio Carlos Moura | GO
Antonio Carlos Pereira | MG
Arlete Sampaio | DF
Artur Scavone | SP
Augusto de Franco | GO
Benedita da Silva | RJ
Bernadete Menezes | PA
Beto Bastos | RJ
César Alvarez | RS
Claus Germer | PR
Djalma Bom | SP
Dora Gomes | MG
Edival Passos | BA
Edmilson Menezes | PE
Eduardo Jorge | SP
Eurides Mescolotto | SC
Everardo Lopes | SP
Fernando Ferro | PE
Francisco Rocha da Silva | PE
Geraldo Garcia | MS

Geraldo Magela Pereira | DF
Geraldo Silva | MG
Gilberto Carvalho | PR
Glauco Arbix | SP
Hamilton Pereira | GO
Inocêncio Renato Gasparim | PA
Ivan Valente | SP
Jair Meneguelli | SP
João Machado | SP
Joaquim Soriano | SP
Jomar Fernandes | MA
Jonas Paulo O. Neres | BA
Jorge Almeida | BA
Jorge Bittar | RJ
José Américo Dias | SP
José Carlos Jacques | MG
José Dirceu | SP
José Genoino | SP
José Ilário Marques | CE
José Luís Fevereiro | RJ
José Sérgio Gabrielli | BA
Juarez de Paula | CE
Júlio Rafael | PB
Luiz Eduardo Greenhalgh | SP
Luiz Gushiken | SP
Luiz Soares Dulci | MG
Manoel Bahia | SP

Marcelino Fonteles | PI
Marco Aurélio Garcia | SP
Marcos Cordioli | PR
Marcos Rolim | RS
Markus Sokol | SP
Neilton Araújo | TO
Nelson Rodrigues | SP
Neusa Santos | MG
Nilmário Miranda | MG
Olívio Dutra | RS
Otaviano Carvalho | ES
Ozéas Duarte | SP
Paulo Rocha | PA
Pedro Verdino | AL
Perly Cipriano | ES
Perseu Abramo | SP
Plínio de Arruda Sampaio | SP
Raul Pont | RS
Ricardo Moraes | AM
Roberto Colaço | SC
Ronald Rocha | MG
Rui Falcão | SP
Selvino Heck | RS
Tarso Genro | RS
Tomás Matta Machado | MG
Valdi Camárcio | GO
Valdísio Caldas Fernandes | BA
Valério Arcary | SP
Wilson Santin | SC
Vítor Salazar | RS

Fonte: Resoluções do 7º Encontro Nacional do PT – 1990.

COMISSÃO EXECUTIVA NACIONAL

ELEITA NA REUNIÃO DO DIRETÓRIO NACIONAL,
EM 15 DE JULHO DE 1990.

Presidente | Luiz Inácio Lula da Silva | SP

Líder/Câmara dos Deputados *

1º vice-presidente e Secretário Sindical | Luiz Gushiken | SP

2º vice-presidente e responsável pela relação com o Governo Paralelo | José Genoíno | SP

3º vice-presidente e Secretária de Movimentos Populares | Benedita da Silva | RJ

Secretário Geral | José Dirceu | SP

1º secretário e Secretário de Organização | César Alvarez | RS

2º secretário | Augusto de Franco | GO

1º tesoureiro | Eurides Mescolotto | SC

2º tesoureiro | Raul Pont | RS

Secretário de Formação Política | Gilberto Carvalho | PR

Secretário adjunto de Formação Política | Valério Arcary | SP

Secretário Agrário | Hamilton Pereira | GO

Secretário de Imprensa e Propaganda | João Machado | SP

Adjunto da Secretaria de Imprensa e Propaganda | Markus Sokol | SP

Adjunto da Secretaria de Movimentos Populares | Eduardo Jorge | SP

Secretário de Relações Internacionais | Marco Aurélio Garcia | SP

Secretário da Juventude | Jorge Almeida | BA

Secretário de Políticas Sociais | Luiz Soares Dulci | MG

Relações com o Governo Paralelo | Perseu Abramo | SP

Fonte: Documento oficial do Diretório Nacional.

COMISSÃO EXECUTIVA NACIONAL ALTERADA EM REUNIÃO DO DIRETÓRIO NACIONAL DE 13 DE JULHO DE 1992.

Presidente | Luiz Inácio Lula da Silva | SP
Líder/Senado Federal | Eduardo Suplicy | SP
Líder/Câmara dos Deputados *
1º vice-presidente e Secretário Sindical | Luiz Gushiken | SP
2º vice-presidente e responsável pelo Comitê Eleitoral de São Paulo | José Genoíno | SP
3º vice-presidente e Secretária de Movimentos Populares | Benedita da Silva | RJ
Secretário Geral e Secretário de Organização | José Dirceu | SP
1º secretário | Aloízio Mercadante | SP
2º secretário e Coordenador da Comissão de Estatuto | Augusto de Franco | GO
1º tesoureiro e Secretário de Finanças | Joaquim Soriano | RJ
2º tesoureiro | Francisco Rocha | PE
1º vogal e Secretário de Relações Internacionais | Marco Aurélio Garcia | SP
2º vogal e Secretário adjunto de Relações Internacionais e Secretário de Comunicação
| João Machado | SP
3º vogal, Secretário de Assuntos Institucionais e Coordenador do GTE/92
| Jorge Bittar | RJ
4º Vogal e Secretário Agrário | Hamilton Pereira | GO
1º Suplente | Vítor Salazar | RS
2º Suplente e Secretário da Juventude | Jorge Almeida | BA
3º Suplente e Secretário adjunto de Comunicação | Markus Sokol | SP
4º Suplente | Ozéas Duarte | SP
5º Suplente | Perseu Abramo | SP

* Líder da Bancada na Câmara dos Deputados: 1990 – Gumerindo Milhomem (SP); 1991 – José Genoíno (SP); 1992 – Eduardo Jorge (SP); 1993 – Vladimir Palmeira (RJ).

Fonte: Documento oficial da Comissão Política eleita pela CEN.

| 1991 |

I CONGRESSO NACIONAL

27 DE NOVEMBRO A 1º DE DEZEMBRO DE 1991
SÃO BERNARDO DO CAMPO/SP

CIBELE APAGÃO



SEMINÁRIO "PT E O MARXISMO": EVENTO PREPARATÓRIO DO I CONGRESSO.

VERA SIQUEIRA



I CONGRESSO APROVA COTA DE 30% PARA MULHERES EM CARGOS DE DIREÇÃO.

I CONGRESSO NACIONAL

27 DE NOVEMBRO A 1º DE DEZEMBRO DE 1991
SÃO BERNARDO DO CAMPO/SP.

RESOLUÇÕES APROVADAS:

1. Socialismo; 2. Partido; 3. Conjuntura.

TEMAS ABORDADOS NAS TESES APRESENTADAS:

- a) Socialismo, concepção e caminhos de sua construção;
- b) Concepção e prática de construção e atuação partidária¹.

TESES APRESENTADAS E VOTAÇÃO POR TEMA:

1) Agora, PT: Ação política e econômica rumo à sociedade socialista, inscrita por Carlos Roberto Vaz e não defendida: a) 2 votos e b) 3 votos; **2) Sobre o socialismo, a revolução brasileira e o PT**, defendida por Vladimir Palmeira: a) 30 votos e b) não apresentou; **3) Socialismo e estratégia**, por Bruno Maranhão: a) 10 votos e b) não apresentou; **4) Pela independência da classe e pelo socialismo**, por Antonio Justino: a) 3 votos e b) não apresentou; **5) Em defesa do PT das origens, por um Brasil socialista**, por Valério Arcari e Mauro Puerro: a) 74 votos e b) 74 votos; **6) Socialismo e liberdade**, inscrita por Luiz Alberto Ravaglio: retirada; **7) Em defesa do PT**, por Markus Sokol e Júlio Turra: a) 36 votos e b) 37 votos; **8) Um projeto para o Brasil**, por José Genoíno e Augusto de Franco: a) 127 votos e b) 129 votos; **9) Um rumo revolucionário para o PT**, por Wagner Lino, Tatau Godinho e Raul Pont: a) 115 votos e b) 114 votos; **10) Por um PT socialista e revolucionário**, por Florestan Fernandes, Luiz Araújo e Vila Nova: a) 145 votos e b) 147 votos; **11) Por um Brasil democrático e popular**, por José Dirceu, Marco Aurélio Garcia e César Alvarez: a) 476 votos e b) 463 votos, (tese-guia); **12) O papel do PT frente à crise do capitalismo e sua estratégia rumo ao socialismo**, por Afonso Magalhães: retirada; **13) Revolucionar é preciso**, defendida por Mozart e Fernando: a) 9 votos e b) não apresentou; **14) Uma contribuição dos trabalhadores para o I Congresso**, por José Rico: a) não apresentou e b) 8 votos.

1. Fontes: Livro-ata de Lançamento do I Congresso Nacional do PT, onde encontramos uma lista dos presentes no lançamento e o registro de textos para debates, registros de textos da *Tribuninha*, registro de textos de réplica, registro das teses, resumo das teses e textos sobre reorganização partidária e ata da plenária de discussão e deliberação dos temas Socialismo e Estratégia, de 28 de novembro de 1991.

CRITÉRIOS DE PARTICIPAÇÃO:

1) são delegados ao I Congresso, com direito a voz e voto nos subgrupos, plenárias setoriais e plenárias gerais, os filiados nos Encontros Municipais ou Zonais, nos Encontros Estaduais ou Setoriais de acordo com os “Critérios de Participação no I Congresso do PT” aprovados na reunião do Diretório Nacional de 19 de maio de 1991; 2) os membros da Comissão Executiva Nacional atual são delegados natos ao I Congresso².

Presentes: 1.196 delegados, 406 observadores e 300 convidados, além de 110 representantes de organizações e partidos progressistas nacionais e internacionais³.

Estados representados: 26 (AC, AL, AM, BA, AP, CE, DF, ES, GO, MA, MG, MT, PA, PB, PE, PI, PR, RJ, RN, RR, RS, SC, SE, SP, TO).

2. Fonte: Regimento Interno do I Congresso, aprovado na reunião do Diretório Nacional de 27/11/91.

3. Fonte: Relatório da Sessão Solene (abertura).

SOCIALISMO

INTRODUÇÃO

1. O Partido dos Trabalhadores propõe-se a compartilhar com os trabalhadores e com o conjunto das forças democráticas e socialistas a atualização do seu projeto histórico, fruto de 11 anos de luta pela democracia e pela igualdade social. Desde já, consideramos como nossos interlocutores naturais – sejam indivíduos, grupos sociais, instituições religiosas, organizações civis ou político-partidárias – todos aqueles que almejam o fim da miséria e a eliminação das brutais injustiças presentes na vida brasileira.

2. Este é um momento privilegiado para que, diante da grave crise que o país atravessa, o PT formule e apresente à sociedade brasileira alternativas à política do governo federal e aponte, em conjunto com as demais forças democráticas e socialistas, um novo rumo, um projeto para reconstruir o Brasil.

3. O governo Collor e os defensores do capitalismo nunca fizeram tanto marketing político como agora. Trabalham com quatro ou cinco palavras de ordem (Estado mínimo, desregulamentação, privatização, livre comércio, mercado etc.), disputando aspirações, sentimentos e vontades políticas, tentando quebrar toda a representação e significados que tinha e tem para a humanidade a possibilidade de existir outra forma de organização da sociedade, distinta do capitalismo.

4. Simultaneamente, o país assiste a um espetáculo de corrupção, de fisiologia e de violência nunca visto antes. É a truculência contra as instituições; é o aceno à pena de morte e aos linchamentos para conter a violência, que cresce com a desagregação social; é o uso da ameaça militar contra o Legislativo. O governo retoma o pagamento da dívida externa e comanda uma política econômica que não oferece saídas para o Brasil. Acentua-se a liquidação do patrimônio público e a degradação dos serviços sociais. As políticas agrária e agrícola intensificam o êxodo rural e estimulam a violência contra os trabalhadores rurais. Inexiste uma política salarial, industrial e de desenvolvimento que leve em conta as necessidades e aspirações da maioria.

5. A esquerda brasileira, as forças democráticas e socialistas estão diante de um enorme desafio: superar a paralisia e a dispersão, reavivando a esperan-

ça que animou o povo durante a Campanha Lula e em todas as mobilizações sociais inspiradas na ideia de que o Brasil tem futuro. É preciso barrar já os desmandos de um governo que prometeu levar o país à modernidade e ao Primeiro Mundo, mas que nos precipita no abismo da regressão e da fragmentação social.

6. Esta é uma oportunidade histórica para debatermos e impulsionarmos a construção de um renovado projeto de socialismo democrático, coerente com as nossas tradições de origem. Ao mesmo tempo, é um momento decisivo para estimular os movimentos sociais, quebrar o cerco que a direita fecha contra nossos governos municipais, ligar nossa luta no Congresso Nacional à mobilização social e, sobretudo, trazer o Partido de volta às ruas, retomando com todo vigor o combate ao governo e às elites, que se beneficiam do quadro atual.

7. Caberá recolher as experiências e as críticas acerca das administrações democrático-populares, transformando-as em estímulo e solidariedade necessários para promover correções de rumo, que permitam a nossos governantes combinar o atendimento das aspirações populares com a luta dos trabalhadores pela construção do socialismo.

8. Devem estar presentes, também, as preocupações com o movimento sindical cutista. É urgente que a CUT se capacite para enfrentar, com novos procedimentos, a recessão, o desemprego e um governo que disputa ativamente conosco no terreno político e ideológico. O movimento sindical combativo está diante de um grande desafio: superar os limites do corporativismo, lutando para que os trabalhadores se reconheçam também como cidadãos, que participam e interferem ativamente em todos os temas nacionais. Cabe ainda aos petistas contribuir para que a CUT não se perca no sectarismo e na luta interna.

9. É necessário recuperar toda a formulação acumulada sobre o papel estratégico do movimento popular, que tem sido elaborada a partir das práticas de luta de todo um conjunto de militantes do Partido, que hoje participam do processo de construção da Central de Movimentos Populares, tendo em vista a articulação de movimentos e unificação de lutas em torno de eixos estratégicos, como a reforma urbana, por exemplo.

10. Finalmente, é essencial indicar a necessidade de retomar a mobilização direta do Partido, para que se possa transformar as demandas dos movimentos sociais, os projetos de nossos parlamentares e as propostas do Governo Paralelo em bandeiras de luta de massa. Temas como política salarial, combate

à corrupção, adoção de uma nova política agrária e agrícola, democratização das comunicações, reforma educacional, capacitação tecnológica, nova organização sindical, legislação eleitoral, formas de governo e reforma do Estado não podem ser, num partido como o PT, preocupação exclusiva dos parlamentares, devendo converter-se em pauta de mobilização da ação pública do Partido e do conjunto da militância. Só assim se dará respaldo e consequência à ação de nossas bancadas parlamentares, que, na ausência disto, ficam sem meios para quebrar o cerco do governo, do empresariado e dos setores conservadores no Congresso Nacional.

11. Se acreditarmos que o momento exige a retomada da mobilização e da organização popular, precisamos fazer com que os debates também sirvam a esse objetivo. Daí a necessidade de associarmos as discussões acerca do socialismo, dos caminhos para construí-lo e da reorganização partidária ao enfrentamento dos problemas reais do país e à disputa com o projeto neoliberal do governo Collor.

12. Por isso abrimos este documento com um chamamento à luta. E o desenvolvemos com uma apreciação sobre as mudanças no cenário internacional, onde a crise do socialismo real se desenrola num contexto de reestruturação global da economia, da política e da sociedade. Destacamos, de maneira sintética, nossa visão sobre o socialismo petista (nem socialismo real, nem social-democracia) e sobre a estratégia para alcançá-lo, com ênfase na disputa de hegemonia. Desenvolvemos, em seguida, as linhas gerais de um projeto para o Brasil, das bases de nossas políticas táticas e setoriais e, por fim, a reestruturação necessária para adequar o PT a esta nova era e às novas tarefas.

13. Queremos que todos os filiados e simpatizantes do PT, independente de filiação a tendências, possam ter vez e voz na vida partidária. Um partido que dialogue com as demais forças democráticas e socialistas, favorecendo a construção de um programa e de um bloco histórico, necessários para promover um desenvolvimento alternativo no país. Para isso, é fundamental que os debates tratem do Brasil real, dos grandes problemas nacionais, dos meios para a combinação da luta social e institucional, dos rumos do movimento sindical, da tática eleitoral e da política de alianças para 1992. É vital que se integrem em nossas preocupações as lutas dos sem-terra, dos movimentos populares e o desafio, profundamente socialista, que consiste em incorporar plenamente à vida política os milhões de marginalizados existentes no Brasil.

14. Este é o sentido deste documento: remobilizar as energias do Partido e mostrar alternativas a tudo isto que está aí. Este é o caminho para der-

rotar o governo Collor, avançar nas lutas sociais e vencer as eleições de 1992, abrindo campo para, em 1994, assumir o governo do Brasil.

A NOVA SITUAÇÃO INTERNACIONAL

15. A situação mundial vive mudanças profundas. Os Estados Unidos saem fortalecidos da Guerra do Golfo. Prossegue e se agrava a crise nos países do socialismo real. A formação de grandes blocos econômicos acentua a segregação política, econômica e social da maior parte da humanidade. Aprofunda-se a diferença entre o Norte e o Sul. A vertiginosa onda de inovações tecnológicas é acompanhada da ameaça e da subtração de conquistas sociais acumuladas pelos trabalhadores nos últimos 50 anos. O mundo caminha para o próximo século sem ter solucionado os grandes problemas que afligem as maiorias do planeta – pior ainda, vendo agravarem-se a fome, a miséria, a segregação racial, os ódios nacionais, a exclusão política e o militarismo.

16. Estamos assistindo ao fim das relações internacionais estabelecidas depois da 2ª Guerra Mundial. O desmoronamento dos regimes do Leste Europeu e a crise brutal que corrói a URSS – que atingiu também todos os países que beberam da fonte do socialismo real – abrem caminho para um mundo no qual os Estados Unidos, em decadência econômica, mantêm a hegemonia graças a sua preponderância militar estratégica.

17. O colapso dos regimes do Leste Europeu, a crise da URSS e dos demais países que compunham o bloco do chamado campo socialista não se constitui apenas no crepúsculo do stalinismo, da burocracia e do totalitarismo travestido de socialista. Num certo sentido, o que se está vendo é o desmantelamento de grande parte daquilo que o movimento socialista mundial construiu desde a Revolução Russa de outubro de 1917.

18. Se os ideais que moveram os movimentos sociais revolucionários ao longo deste século persistem como fonte de inspiração para o nosso Partido, temos que reconhecer que estamos assistindo ao esgotamento do ciclo de revoluções socialistas, iniciado com a Revolução Russa de 1917, e do modelo de sociedade por elas gerado. Se aquelas revoluções – bem como as mobilizações anticapitalistas e de libertação nacional que nelas se referenciaram – tiveram sucesso em expropriar o capital em vários países do globo, proporcionando, direta ou indiretamente, avanços políticos e sociais, por outro lado não conseguiram dar respostas a questões como a liberdade individual, a democratização nas relações Estado-indivíduo, desenvolvimento com preservação da

natureza, hoje não se constituindo mais em ponto de partida ou caminho para o desenvolvimento do socialismo.

19. O fôlego adquirido pelos EUA e pelo grande capital combinado com o fracasso do socialismo real permite a atual ofensiva ideológica contra toda e qualquer tentativa teórica e prática de superação da ordem capitalista. Superação, no entanto, mais necessária do que nunca.

AUMENTAM AS DESIGUALDADES

20. Avança neste final de século a chamada Terceira Revolução Industrial, que prenuncia a economia do século XXI. Este novo sistema de produção da riqueza mundial apoia-se numa enorme concentração de capital e tem sua face mais visível num vertiginoso processo de mudanças tecnológicas, cujos motores são o complexo microeletrônico, responsável pela transformação radical do uso e da transmissão de informações; a robótica, que substitui, progressivamente, operações humanas e os próprios trabalhadores na linha de produção, alterando os processos produtivos; a biotecnologia, que possibilita modificar a estrutura e o comportamento dos seres vivos, bem como sua forma de participação no processo produtivo; e os novos materiais, que contribuem para desmaterializar a produção, substituindo e depreciando o valor das matérias-primas. No processo de trabalho, a mão de obra desqualificada perde importância crescente, impondo novas exigências de qualificação profissional, com o que os países do Terceiro Mundo perdem uma de suas “vantagens comparativas”.

21. Esse novo padrão de desenvolvimento tecnológico capitalista desarticula o núcleo de trabalho operário da indústria, investe sobre as conquistas sociais e fragmenta a classe trabalhadora, gerando desemprego tecnológico e estabelecendo novos paradigmas para a luta sindical e política. Com base nesse novo surto tecnológico, assumem novas e gigantescas dimensões as potências espoliadoras do capital sobre o trabalho, intensificando-se a exploração da força de trabalho, reforçando a centralização do controle da economia mundial nos polos norte-americano, europeu e japonês, amplificando, em escala planetária, a destruição ambiental.

22. Na esteira das novas tecnologias, mudam também os métodos de gestão. O trabalho de grupo, os círculos de controle de qualidade tendem a substituir a tradicional linha de montagem: o padrão taylorista, fordista, cede a vez ao toyotismo, como se convencionou chamar os novos métodos de gestão.

23. As múltiplas e revolucionárias inovações em curso, caso persistam sob controle e domínio dos capitalistas, continuarão engendrando graves e crescentes problemas sociais. Caso apropriadas pelos trabalhadores, articulados com suas organizações políticas e sindicais, poderão ser utilizadas como forças de extraordinária importância para a libertação da humanidade (diminuição da jornada de trabalho, diminuição das desigualdades sociais, ampliação do tempo disponível para o lazer e a política etc.).

24. Do ponto de vista político, o fim da Guerra Fria e da bipolaridade militar entre Leste e Oeste descortina uma transição para uma unipolaridade militar estratégica sob hegemonia dos EUA. O principal conflito da política internacional é a relação Norte-Sul. Os conflitos regionais passam a ter dimensão internacional, mas sem o contraponto do bloco socialista e com risco permanente de intervenção dos Estados Unidos, cujas forças armadas tendem, cada vez mais, à condição de mercenários. O grande muro do final do século é entre os países centrais e os países pobres, onde pequenas elites opulentas vivem em meio à miséria de milhões – com enormes dificuldades de participação na chamada “nova ordem internacional”. Isto não significa o fim dos choques entre as alternativas globais – capitalismo e socialismo – nem tampouco o encerramento dos conflitos nos países ricos do norte, onde se aprofunda a concentração de renda e riqueza, aumentam o racismo e a xenofobia nacionalista e cresce o desemprego, exigindo novas dimensões da luta social.

25. Sob a liderança do chamado Grupo dos Sete (no qual a União Soviética pede ingresso), os três grandes blocos econômicos – EUA, Europa-92 e Japão – manipulam os organismos multilaterais e propõem, abertamente, converter a ONU em polícia do mundo. Fazem parte desse plano o disciplinamento militar do Terceiro Mundo, seja através do controle de armamentos, seja mesmo pela desmobilização de suas forças armadas, a serem substituídas por uma força supranacional controlada pela ONU e administrada pelos EUA.

26. A globalização da produção, ao estabelecer novos marcos de competitividade e novas escalas de produção, apressa a consolidação de grandes blocos econômicos regionais. Os EUA promovem uma integração em escala avançada com o Canadá e, recentemente, com o México, para criar um megamercado capaz de concentrar 30% da produção mundial e 16% do comércio internacional, embora reúna não mais que 5% da população do planeta. Economicamente debilitado por uma dívida que absorve quase 200 bilhões de dólares por ano de capitais externos e atrasado na corrida tecnológica

liderada pelo Japão, ainda assim os EUA contam com sua supremacia política e militar paramanter o dólar como padrão monetário.

27. A Europa integra na Comunidade Econômica 12 países, 350 milhões de habitantes (7% da população mundial), 25% da produção e 40% do comércio internacional. Com instâncias supranacionais de coordenação de políticas públicas, identidade cultural e planejamento estratégico, o bloco europeu pode ganhar força nas decisões trilaterais, se conseguir superar as divergências existentes no seu interior.

28. O terceiro bloco, composto pelo Japão e os países asiáticos de industrialização recente, embora pouco formalizado como agrupamento, beneficia-se de uma alta complementaridade produtiva e é impulsionado pelo imenso dinamismo da economia japonesa. Este bloco, sem peso significativo no cenário político, agrega 7% da população terrena e responde por 16,5% tanto do PIB quanto do comércio internacional.

29. Já a URSS, com 16,3% do PIB mundial em 1950, não representa atualmente mais que 9% e tende a continuar perdendo espaço econômico e político nas relações internacionais.

30. Em contraste com esse quadro de concentração de riqueza e poder, o Terceiro Mundo, com 75% da população mundial, teve sua participação no PIB reduzida de 22,4%, em 1980, para apenas 16,9%, em 1990. No Terceiro Mundo, um bilhão de seres humanos sobrevivem com uma renda per capita de 370 dólares; 500 milhões estão em estado agudo de subnutrição; 40% da população mundial vivem sem acesso a serviços profissionais de saúde; e 30% não têm disponível sequer água potável.

ECONOMIA E NATUREZA

31. A nova ordem econômica, política e militar capitalista concentra cada vez mais conhecimento, poder e riqueza nos países ricos do Norte (onde também existe desemprego e miséria), ao mesmo tempo que torna insustentáveis as condições de vida da maioria da população do planeta.

32. Porém, esse modelo de sociedade não é universalizável. Seja porque há uma contradição entre formas cada vez mais socializadas de produção e o consumo relativamente restrito, seja porque há limites políticos, populacionais e ecológicos à sua generalização. O homem e a mulher são partes da natureza. São as partes que desenvolveram a consciência. Se vivemos numa sociedade onde a espécie humana perdeu essa consciência da sua naturalida-

de, esta é mais uma dimensão do processo de alienação a que se chegou. Os socialistas recusam a tese de que “o homem está destruindo a natureza”. Essa tese, ao falar de um homem genérico, diluiu as responsabilidades pela atual devastação do planeta.

33. Numa sociedade fundada no lucro e na propriedade privada, a natureza não está à disposição do ser humano. A propriedade privada da natureza priva, por exemplo, grande parte da humanidade do direito de decidir o que dela vai ser feito. Assim, vivemos numa sociedade que gera grande riqueza para poucos, miséria para muitos e degradação ambiental para todos, pondo em risco, inclusive, a própria sobrevivência do planeta. Desse modo, os recursos naturais não podem ser apropriados sob regime de propriedade privada, mas sim de forma coletiva e democrática, em sintonia com o meio ambiente e solidária com as futuras gerações.

34. Os socialistas propõem novos critérios para elaboração da contabilidade nacional, onde sejam computados os custos da degradação ambiental, como, por exemplo, a perda da biodiversidade, da fertilidade da terra, da água e da pureza do ar. A poluição é um claro exemplo de socialização dos prejuízos e de privatização dos benefícios. Para nós, são indicadores do desenvolvimento o tempo livre e o avanço cultural do povo e, para isso, é fundamental retornar-se à luta pela diminuição da jornada de trabalho. Não existe nenhum limite natural para a jornada de trabalho. Ele é claramente político e o resultado das lutas de classe. Entendemos que o trabalho é uma necessidade e, como tal, deve ser democraticamente gerenciado e produzido para que o homem possa ser, efetivamente, livre.

35. Até agora, o movimento popular e sindical tem se preocupado com a questão tecnológica, basicamente, por seu impacto no desemprego, com ênfase nas consequências da robótica e da informática. Esse é o aspecto importante e, através dele, é possível perceber com clareza que a redução da jornada de trabalho constitui-se numa bandeira extremamente moderna e atual. No entanto, considerando outro lado da questão, vemos que o trabalhador tem vendido a sua saúde (insalubridade como adicional de salários) ao invés de lutar pela despoluição dos locais de trabalho e dos processos de produção, deixando intacta a matriz tecnológica do capital.

36. Os socialistas lançam junto aos sindicatos, e à classe trabalhadora, a luta política pelas tecnologias limpas e um ambiente de trabalho saudável, tanto no aspecto biofísicoquímico, como psicossocial. Devemos assumir a luta por tecnologias que minimizem o impacto agressivo sobre a saúde e a

vida de quem produz e o meio ambiente, patrimônio da população e base de sua qualidade de vida.

37. A luta pela substituição das tecnologias sujas, que usam o benzeno, o mercúrio, o ascarel, o asbesto, os agrotóxicos e o jateamento de areia, entre outros, supõem o aumento da consciência de classe e, por incorporarem dimensão ecológica, torna-se uma questão de interesse de toda a humanidade, contribuindo para superar o corporativismo. Obter ambientes de produção ecologicamente seguros é condição preliminar para que todo o ambiente seja despoluído. O segredo comercial, invocado pelo capital para não revelar a composição química dos seus produtos, não pode estar acima da vida. Assim, a bandeira das tecnologias limpas deve-se associar às transformações na estrutura da propriedade, de distribuição do consumo final.

38. Um projeto socialista pressupõe as reformas agrária e urbana, pensando-as articuladamente com a matriz energética. O incentivo às formas de geração de energia descentralizadas (biodigestores, miniusinas, energia solar e eólica) é importante na democratização do acesso à energia e o desenvolvimento de pequenas e médias cidades. Porém, não devemos nos omitir das responsabilidades quanto aos problemas das grandes cidades, exigindo a proteção das encostas, dos mananciais e fundos de vale, a primazia do transporte coletivo sobre o individual, o uso do gás como combustível, ciclovias, reciclagem do lixo urbano, entre outras propostas.

39. Defendemos uma nova divisão de trabalho radicalmente diferente da atual, onde os países ricos se reservam as tecnologias de ponta, como a robótica, a biotecnologia, a informática, a química fina e o laser e realocizam no Terceiro Mundo as indústrias sujas, altamente degradadoras do meio ambiente e consumidoras de energia, e do próprio homem. O direito à autodeterminação dos povos não pode ser evocado para destruí-los, assim como suas fontes naturais de vida. Ao nosso conceito de soberania e à nossa ética será incorporada uma dimensão ecológica.

O IMPACTO SOBRE A AMÉRICA LATINA

40. O resultado de mais uma década de estagnação dos países do Terceiro Mundo foi o crescente distanciamento, tecnológico e produtivo, dos países capitalistas centrais. A América Latina vem sofrendo esse processo de maneira avassaladora. A dívida externa tornou-se um verdadeiro sorvedouro de recursos. Só na década de 80, 250 bilhões de dólares saíram do Continen-

te, ao mesmo tempo em que a economia deixava de crescer, culminando, em 1989, com a menor taxa de desempenho entre todas as regiões do mundo. Eis o retrato da década perdida: a renda per capita da América Latina, de 2.320 dólares, em 1980, caiu para 2.090, em 1990.

41. A imposição das políticas de ajuste do FMI trouxe consigo a recessão econômica prolongada e a hiperinflação, mergulhando a América Latina num processo de regressão econômica e fragmentação social: nos anos 1980, o desemprego cresceu 50% na região, segundo os dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT), e o subemprego atinge 35% da população economicamente ativa, agravando os níveis de marginalidade.

42. O neoliberalismo se apresentou como projeto de ajuste do capitalismo no Continente. Poderosa ofensiva ideológica dos centro de poder do capitalismo internacional, o neoliberalismo implica também um conjunto de medidas de desregulamentação do processo de expansão capitalista precedente, baseado no nacional-desenvolvimentismo e no modelo de substituição de importações. O projeto neoliberal está destruindo a estrutura produtiva nacional, sem assegurar a reorganização da economia.

43. Amparado pelo discurso neoliberal, o governo norte-americano promove uma descarada intervenção no Continente, sutilmente batizada como “Iniciativa para as Américas”. A dolarização em curso em vários países, a agressão militar em países centro-americanos, as ameaças de intervenção, pressões em setores de tecnologia de ponta (como química fina e informática), o debate sobre a Amazônia, a indústria bélica e o narcotráfico, eis a pauta do contencioso dos países da América Latina com os EUA.

ARTICULANDO UMA ALTERNATIVA

44. O impasse histórico do capitalismo na região e a incapacidade do neoliberalismo e das elites locais em formularem soluções exigem da esquerda a apresentação de um projeto emergencial de desenvolvimento, que compatibilize as necessidades de modernização com o atendimento das enormes demandas populares.

45. Diante das pressões imperialistas pelo controle da região, mais que nunca se faz necessária uma estratégia continental de solidariedade, de alianças entre forças políticas e sociais progressistas, que associe amplas mobilizações populares ao papel do direito internacional como dirimidor de conflitos. Até porque, se a chamada política de coexistência pacífica já criara zonas de influên-

cia reservadas a cada um dos campos (EUA e URSS), o cenário deste final de século descarta qualquer possibilidade de cobertura estratégica por parte dos países do antigo campo socialista às lutas de emancipação no Continente.

46. Os anos recentes conheceram o fim das ditaduras militares no Continente e o avanço dos movimentos revolucionários na América Central. Mesmo hoje, a tentativa de afirmação do neoliberalismo enfrenta a resistência de movimentos populares, sindicais e setores políticos locais, fortalecidos por recentes sucessos eleitorais da esquerda, como foram os casos de Lula, no Brasil; [de] Cárdenas, no México; de Aristide, no Haiti; e da Frente de Esquerda, na Colômbia. Trata-se, agora, de articular os movimentos e setores organizados da população aos amplos setores marginalizados e envolvidos em relações informais de trabalho, de sorte que o protesto econômico não seja a única forma de expressão dos de baixo, mas que se conjugue a uma estratégia política global e a um projeto alternativo de desenvolvimento, sem o que há o risco de uma fragmentação social ainda maior.

47. Diante das tendências em curso, que ameaçam a própria sobrevivência da humanidade, urge a construção de um padrão alternativo de desenvolvimento – inspirado nos ideais socialistas, democráticos e libertários – que promova uma redistribuição da capacidade de produção da riqueza mundial, que assegure uma radical democratização das estruturas de decisão e que esteja assentado num modelo de desenvolvimento que contemple um planejamento ambiental, democrático, participativo e solidário com as gerações futuras.

48. O PT está comprometido com a construção de uma nova ordem econômica, política, jurídica e ecológica, que tenha como exigência fundamental a democratização do poder. Não haverá uma nova ordem democrática sem uma ampla participação dos países pobres do Sul e sem a distribuição do poder econômico, político, tecnológico e militar concentrado nos países ricos – um verdadeiro obstáculo à criação de uma nova civilização. Isso significa que a emancipação da América Latina e a construção de uma nova sociedade passam, necessariamente, pela superação da ordem mundial que hoje se estrutura e da dominação daqueles setores que, dentro e fora dos países do Continente, dela se beneficiam.

49. Os eixos de luta anti-imperialista, antimonopolista e antilatifundiária, elaborados nos 5º e 6º Encontros Nacionais do PT, como as bases do programa sustentado pelos trabalhadores e a maioria da nação brasileira, dizem respeito a problemas que são enfrentados por todos os países de nosso Continente (exceto Cuba): a dominação imperialista e a necessidade

da conquista de uma efetiva soberania nacional; a ligação indissolúvel entre as classes dominantes nacionais e internacionais, responsável pela miséria de nossos povos; as ameaças permanentes postas para os avanços democráticos (como vemos agora no novo golpe do Haiti) e a luta das maiorias populares pelo seu aprofundamento; a luta pela reforma agrária contra os latifúndios que dominam a maioria das terras do Continente; a luta pela reforma urbana radical; a defesa, contra o capital monopolista, das empresas estatais estratégicas, construídas nas décadas anteriores e hoje sucateadas e/ou entregues de presente aos grupos de pressão burgueses nacionais e internacionais etc. É somente na luta pela realização destas tarefas que nosso Continente poderá conquistar uma inserção internacional diferente da atual, contribuindo para a estruturação de uma nova ordem internacional não opressiva.

50. A nova ordem econômica deverá solucionar definitivamente a questão da dívida externa e terá de reverter o fluxo de capitais do Norte para o Sul, através de amplos e consistentes programas de cooperação econômica, promovendo a distribuição da riqueza e do conhecimento técnico-científico internacional.

51. Uma nova ordem ecológica é fundamental para evitar a destruição coletiva da humanidade. Nesse sentido, é decisivo que o PT se prepare para enfrentar a grande disputa político-ideológica que se trava em torno dos temas ecológicos. É particularmente importante acompanhar os eventos da Rio-92 e as várias iniciativas paralelas atualmente em preparação, no sentido de evitar que a discussão sobre uma gestão mundial dos recursos naturais estratégicos seja feita sem levar em conta a necessidade de uma nova ordem econômica internacional, efetivamente democrática. Até porque os países ricos são os principais responsáveis pela destruição ambiental.

52. Outra iniciativa que deve ser acompanhada de perto pelo PT é a do Mercosul, que pretende integrar comercialmente Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai e, potencialmente, Chile. Nossa ação deve voltar-se para envolver os movimentos populares, o sindicalismo, as forças de esquerda democráticas e socialistas, colocando na pauta de discussão a questão da dívida externa e de uma política frente aos megamercados, se empenhando para que a integração não se limite às relações comerciais.

UM NOVO INTERNACIONALISMO

53. O PT, que vem desenvolvendo um esforço de articulação dos partidos de esquerda no Continente – com os Encontros de São Paulo e da Cidade

do México – deve prosseguir com estas iniciativas, abrindo um novo espaço de articulação partidária e sindical no Cone Sul. Nesse sentido, devemos lutar pela construção de um novo internacionalismo, fundado em novos valores, em novos sujeitos e agentes políticos, que estejam empenhados em constituir uma nova civilização.

54. O PT reafirma sua solidariedade ativa à luta emancipatória e revolucionária dos povos dos países pobres do Sul, em especial à revolução na Nicarágua, cuja evolução acompanhamos com interesse. A Revolução Cubana tem, para nós, um significado particular, pela defesa da soberania nacional, pelo anti-imperialismo e pelas conquistas sociais por ela estabelecidas. Por isso, seus esforços para suportar a pressão imperialista do governo Bush contarão com o apoio do PT, que desenvolverá uma campanha de solidariedade ao povo cubano, para que se respeite sua autodeterminação e se preservem suas conquistas. Ganha especial destaque a luta contra o bloqueio econômico imposto pelos governos imperialistas, que cobra de toda a esquerda a criação de poderoso movimento de protesto, influência da opinião pública mundial e articulação de iniciativas concretas de apoio e sustentação das conquistas da Revolução Cubana. Compreendemos, contudo, que a melhor e mais eficaz defesa da Revolução Cubana é a liberação das potencialidades revolucionárias dos trabalhadores, através da instituição dos mais variados mecanismos democráticos de expressão e representação.

55. A transnacionalização vertiginosa do capital impõe às organizações dos trabalhadores uma nova e criativa ação internacional, capaz de fortalecer suas lutas emancipadoras. No plano sindical, é fundamental se ampliem as experiências de articulação de comissões de trabalhadores por empresas transnacionais, como a CUT vem fazendo. Cabe, também, fortalecer organizativa e politicamente a Coordenação Sindical Latino-Americana, dando-lhe maior efetividade na luta contra a dívida externa e maior capacidade propositiva frente ao desafio da integração continental.

56. Ademais, diante das profundas transformações em curso no sindicalismo mundial, com a virtual extinção da FSM (Federação Sindical Mundial) e a expansão político-organizativa da CIOSL, torna-se imprescindível que se promova um amplo e democrático debate junto às bases do movimento sindical acerca das possibilidades abertas ao sindicalismo internacional nesta nova conjuntura, debate no qual o PT tem que tomar parte ativa.

57. A CUT deve, segundo resolução do IV Concut, definir sua posição sobre a proposta de filiação ou não à CIOSL em Plenária Nacional da

entidade, em 1992. Trata-se de uma questão que tem profundas implicações para a construção da CUT. Esse é um tema sindical eminentemente político. Sobre ele, o PT deve adotar uma posição que deve balizar a atuação de seus militantes na CUT, propiciando a intervenção unificada de seus sindicalistas. Para tal, o PT deverá realizar um amplo debate na base partidária, diretórios municipais, plenárias estaduais, que culmine com uma plenária nacional sindical do PT, anterior à plenária da CUT.

58. Já existe, no âmbito da América Latina, um intercâmbio entre os diversos movimentos populares, a troca de experiências acumuladas no desenvolvimento das lutas contra a exploração capitalista da reprodução social da força de trabalho, bem como do enfrentamento da dominação cultural. A realização, este ano, do Encontro Continental de Organizações Comunitárias, no Brasil, para tratar de habitação, meio ambiente e saneamento é um alerta, para o PT, da importância cada vez maior dos movimentos populares também no plano internacional e da necessidade de tratá-los estrategicamente na luta pela hegemonia do projeto democrático e popular.

59. Como força política capaz de governar o Brasil, a política internacional do PT, pautada pelo novo internacionalismo, deve estreitar o diálogo com os partidos de esquerda, socialistas e democráticos, especialmente com aqueles programaticamente mais próximos da nossa concepção de socialismo. Nossa política internacional deve ser ampla, plural, solidária e capaz de costurar uma rede de alianças que amplie nossa capacidade efetiva de transformar a sociedade brasileira.

O COLAPSO DO SOCIALISMO REAL

60. No Leste Europeu, na URSS e nos demais países que compunham o chamado campo socialista, sucedem-se transformações econômicas, sociais e políticas, que estão pondo abaixo tudo o que se costumou designar como socialismo. O que está, em alguns daqueles países, ocorrendo são verdadeiras revoluções democráticas, que estão demolindo – de dentro para fora – um mundo organizado fundamentalmente em torno da URSS. Diante destas enormes mudanças no panorama internacional, com profundas incidências sobre os paradigmas da luta pelo socialismo, o PT está chamado a compreender em profundidade tais acontecimentos, evitando tanto a postura daqueles que se lamentam diante da redobrada ofensiva do capital – por não perceberem como positivo o renascimento histórico de povos que durante décadas tiveram sua

iniciativa política sufocada – quanto dos que não querem ver o muro da miséria que está se erguendo sobre os escombros do socialismo real. Num momento como esse, de mudanças tão profundas e rápidas, é preciso evitar a pressa dos que propõem vaticínios definitivos sobre um processo ainda em curso.

61. Durante décadas, os regimes do socialismo real privaram povos inteiros da participação política e da democracia. Por isso mesmo, o PT saudou as transformações ocorridas naqueles países, por significarem o renascimento do movimento operário, da sociedade civil e do debate cultural. Entretanto, a confusão político-ideológica promovida por aqueles governos que se intitulavam “socialistas” e “populares” tem seu preço: hoje, nos países do ex-socialismo real, são enormes as ilusões no capitalismo, estão em risco importantes conquistas sociais e o desemprego se alastra.

62. Politicamente, mantêm-se ativas as forças que representam o passado – como se viu no fracassado golpe de Estado na URSS – ao mesmo tempo que crescem as forças de direita, o monarquismo e o populismo reacionário, que se aproveitam do justificado anticomunismo daqueles povos. Os conflitos étnicos – pretensamente suprimidos a fórceps – adquirem a dimensão de guerra civil na Iugoslávia e noutros países, mas existem sinais de que os trabalhadores resistem a esse estado de coisas. É o caso da Polônia, onde o sindicato Solidariedade rompeu com o governo de Lech Walesa e manteve uma linha combativa, o que nos ajuda a entender a boa vontade com que a comunidade internacional perdoou a dívida externa polonesa. Cabe ao PT estar atento a esses acontecimentos, buscando, especialmente, contatar aqueles agrupamentos políticos e sociais que venham a expressar os mesmos ideais configurados no projeto socialista de nosso partido.

63. Apesar das diferenças e da heterogeneidade, e de suas particularidades nacionais, culturais e políticas, a crise do socialismo real também atinge aqueles países que, na África, na Ásia e na América, fizeram opção por um desenvolvimento não capitalista. Alguns desses países – como é o caso da China e do Vietnã – optaram por manter fechados os seus regimes políticos, embora adotem programas de reformas econômicas, que se encontram em estágio bastante avançado. Outros países, como é o caso de Angola e Moçambique, entraram em profunda e prolongada crise. O fim do apoio econômico e militar soviético retirou desses países as condições com as quais sustentavam regimes, na maioria dos casos, sem apoio popular, submetidos ao cerco imperialista e a prolongados processos de guerra civil.

64. Com a derrota eleitoral da FSLN [Frente Sandinista de Libertação Nacional], o único regime de orientação socialista que sobrevive na América Latina é o cubano. A dissolução do campo socialista e o bloqueio econômico movido pelos Estados Unidos criam enormes dificuldades a Cuba. Tudo indica, porém, que naquele país continuam presentes o sentimento anti-imperialista e a mobilização de massa pela independência, pela soberania nacional e pelo socialismo. No entanto, caso fraqueje a solidariedade internacional, persistam sem solução as enormes dificuldades econômicas e não se introduzam reformas democráticas, podem surgir outros desdobramentos.

O QUE DESABOU NO LESTE

65. O modelo econômico, político e social existente nas várias experiências socialistas, apesar de suas enormes diferenças, de país para país, bebeu direta ou indiretamente das mesmas fontes teóricas e práticas, que ganharam destaque com a Revolução Russa de 1917 e com o modelo soviético de construção do socialismo e a experiência histórica posterior. Mas também manifestou contradições com aquelas mesmas fontes teóricas.

66. A Revolução Russa esteve no centro do amplo ascenso revolucionário que eclodiu na Europa e na Ásia ao final da Primeira Guerra Mundial. Entretanto, apesar de ter resistido à pressão militar de seus adversários externos, sofreu uma série de crescentes derrotas – o seu isolamento internacional, em decorrência da derrota das revoluções em países como Alemanha, Itália e Hungria e do cerco patrocinado pela burguesia internacional; a destruição massiva do país e suas consequências sociais; a eliminação das conquistas obtidas em 1917 no plano da democracia política; o crescente poder no novo Estado e no Partido com ele imbricado de uma burocracia que se autonomizou de qualquer tipo de controle etc.

67. Esse processo – que deriva de circunstâncias objetivas que não podem ser subestimadas e, também, produto de erros cometidos pelos revolucionários que estavam à frente do novo poder – teve como resultado global uma verdadeira contrarrevolução, que alijou os trabalhadores do exercício do poder e o concentrou nas mãos de uma burocracia transformada na nova camada dominante na sociedade soviética.

68. Aí predominam concepções como a da edificação integral do socialismo em um só país, fundado na estatização dos meios de produção, sob controle burocrático; um Estado burocrático radicalmente separado da socieda-

de civil e com um caráter contrário aos interesses dos trabalhadores; o partido único imposto por lei; a substituição da democracia socialista por um regime de opressão burocrática; a vulgarização – em verdade a negação – do marxismo e sua transformação em ideologia de Estado; uma ideia de transição ao socialismo desumanizada, despolitizada e tecnocratizada, como simples batalha pela produção. Esse modelo e a pressão material, política e ideológica que ele exercia pesaram decisivamente no curso dos processos revolucionários posteriores, como as Revoluções Chinesa, Iugoslava, Vietnamita ou mesmo, ainda que em menor grau, a Cubana.

69. Essas experiências difundiram-se e influenciaram gerações e gerações de militantes de esquerda. Terminou-se por erigir seus pressupostos em dogmas intocáveis, à revelia da própria experiência histórica posterior. Esses dogmas aparecem, hoje, fortemente identificados com as tradições do movimento socialista, e com a própria noção de socialismo.

70. O PT sempre questionou tais dogmas. Nunca aceitou transformá-los em sua doutrina oficial. A prática e a teoria do PT sempre rejeitaram como modelo, para o Brasil, os sistemas políticos organizados sobre a base do regime de partido único, dos sindicatos como engrenagens do Estado, da estatização forçada e irrestrita da atividade econômica, do alijamento do povo do exercício do poder, da eliminação dos opositores e do predomínio do Estado/Partido sobre a sociedade e sobre os indivíduos, tudo aquilo, enfim, que ficou conhecido como a ditadura do proletariado.

71. Entretanto, diversas vezes tomamos a defesa dos regimes do socialismo real com o argumento de que neles, ao menos, os socialistas tinham conseguido resolver os problemas sociais aqui não superados. Nossa crítica apontava para a sua essência antidemocrática, mas incorporávamos suas experiências por aquilo que, supostamente, haviam resolvido historicamente. Essa contradição entre nossa vocação democrática originária e a complacência em relação aos regimes burocráticos impediu que nos antecipássemos criticamente, com todas as consequências decorrentes, em relação às tendências de mudanças que hoje se verificam.

72. Embora nunca tivessem sido predominantes, há uma série de fatores na história do PT que ajudam a entender as razões desta contradição. Entre elas, destacam-se a disputa ideológica com o capitalismo, nas condições de guerra fria; uma certa nostalgia na busca da criação de um partido de vanguarda no Brasil; a defesa do estatismo como sinônimo de socialismo e a ideia de democratização da sociedade a partir do Estado; e, finalmente, a convivência com teo-

rias científicas e produtivistas do desenvolvimento econômico. Desse modo, acabamos nos posicionando como se o socialismo pudesse se realizar sem uma progressão histórica dos povos no sentido da democracia e da liberdade.

73. Quando lutamos contra a Ditadura Militar e a Nova República, não entendíamos a democracia como uma formalidade que pudesse ser separada do social. A democracia, para nós, é a forma concreta através da qual a sociedade pode discutir e escolher abertamente, pelas maiorias, os meios e as formas de progresso material, da produção, da repartição e da circulação dos bens materiais e culturais por ela produzidos. Foi por não incorporarem esta concepção que os partidos comunistas no poder levaram as economias de seus países a um beco sem saída.

74. Mesmo com o progresso material da sociedade – e, na maioria destes países, esse progresso ocorreu relativamente a sua história – a resolução burocrática e administrativa da organização da produção, da circulação de bens e da vida social acabou por pressupor uma nova forma de gerir instituições que pouco se diferenciava das velhas instituições capitalistas. A nova ordem, a cidadania plena, a liberdade não só não chegaram a essas sociedades, nem penetraram em suas instituições, como foram negadas em nome da “defesa das conquistas sociais ameaçadas constantemente pelo inimigo externo”.

75. O isolamento internacional; a estatização generalizada da economia, que tampouco foi seguida por sua efetiva socialização; o planejamento burocrático altamente centralizado, que se fechou à participação real dos trabalhadores; a hipertrofia da indústria pesada e militar às expensas do consumo de massa; o bloqueio à livre manifestação das preferências de consumo, a castração da liberdade cultural e intelectual, a falta de democracia política e as dificuldades econômicas de toda ordem, inclusive aquelas patrocinadas pela ação imperialista, provocaram o esgotamento do impulso libertário das revoluções socialistas.

76. O envelhecimento da base produtiva, as perdas na produtividade e na produção, os graves problemas ambientais, o recuo das condições de vida, as precariedades de toda ordem, a violação dos direitos civis e da cidadania, esta realidade, que vem à tona de forma mais flagrante hoje, causa impacto no mundo, em especial na juventude. Não pode haver esperança com esse horizonte socialista. Por isso, o PT tem que recusar claramente esse modelo. Cabe ao Partido apontar para um horizonte socialista para a humanidade bem diferente do socialismo real.

77. Um dos dogmas que desabou no Leste Europeu foi a verdadeira ficção histórica de que seria possível a um bloco de países construir uma sociedade

socialista, isolando-se, para isto, do mercado mundial. A expropriação da burguesia e do grande capital internacional abriu uma fissura no mercado mundial. A URSS e os países do Leste Europeu tenderam a ser excluídos da divisão internacional do trabalho que prevaleceu no sistema capitalista internacional. Essa situação só pode ser suportável durante um certo período. Mas o seu desenvolvimento acabou exigindo e pressionando a favor da reintegração desses países no mercado mundial, sem o que essas economias socializadas não conseguiriam – como acabaram não conseguindo – superar as contradições entre o livre desenvolvimento da produção, a necessidade de intercâmbio tecnológico, científico e as bases atrasadas desses países.

78. A produtividade do trabalho impõe, para seu crescimento, um permanente progresso tecnológico, que os países ricos só podem financiar graças ao domínio econômico que exercem sobre a maioria dos países do mundo. A busca de resolução desses problemas com recursos exclusivos de um só país, ou mesmo de um bloco de países até então atrasados, só pode gerar impasse. Ou, como acontece efetivamente, por pragmatismo, a uma relação hipócrita de coexistência com o grande capital, em prol do qual muitas vezes se chegou a sacrificar a solidariedade internacional a processos revolucionários.

79. Se, hoje, amplos setores da população daqueles países enxergam com simpatia o retorno a formas de exploração familiar da terra, o restabelecimento de mecanismos de mercado, inclusive uma certa presença do capital estrangeiro e de mercadorias de “melhor qualidade”, provenientes do exterior capitalista, é porque os regimes burocráticos foram incapazes de propiciar tanto democracia quanto o permanente desenvolvimento tecnológico.

80. Por isso, apesar de muitas vezes levarem ao retorno do capitalismo e mesmo diante dos riscos de terceiro-mundização dos países do Leste, o PT saudou as transformações lá ocorridas, porque se trata de um renascimento histórico de vários povos contra regimes que pretenderam (em nome do socialismo e da liberdade) apagar a vida social, decidir pelo povo e controlar o seu destino. Só a experiência viva, a prática dos novos sindicatos e partidos, que pipocam em meio à crise, é que vão ajudar os povos, os trabalhadores daqueles países, a superarem suas ilusões no capitalismo.

NOSSO CAMINHO PARA O SOCIALISMO

81. Testemunha da violência estrutural do capitalismo brasileiro, de sua lógica perversa e excludente, o PT já nasceu pregando a sua superação histórica e a construção, em nosso país, de uma sociedade verdadeiramente

democrática e libertária. Toda uma década de intenso convívio com a tragédia social brasileira fortaleceu nossas convicções radicalmente democráticas e anticapitalistas. É o capitalismo – não aquele dos paraísos verbais, mas o capitalismo realmente existente – que condena à miséria, à sub-humanidade, parcelas crescentes de nossa população e faz da sociedade brasileira uma das mais desiguais e opressivas do planeta.

82. Por isso mesmo, o PT recusa qualquer postura defensiva diante do que ocorre no Brasil e no mundo. Num país como o nosso, em que metade da população vegeta à margem da cidadania, são mais justas e necessárias do que nunca as lutas de libertação dos explorados e oprimidos. Num país como o nosso, a indignação é a maior das virtudes cívicas – e a revolta é a atitude ética por excelência.

83. O PT não aceita que o retumbante fracasso dos regimes do socialismo real seja usado como biombo para ocultar os crimes do capitalismo brasileiro. O fim das ditaduras erigidas em nome do socialismo não exige, absolutamente, as elites brasileiras da responsabilidade pelo descalabro do país. Estamos convencidos de que a tarefa que se coloca, hoje, para a classe trabalhadora e todas as forças progressistas é a de impulsionar um renovado projeto de socialismo democrático.

84. Os ideais que se encontram na raiz dos movimentos sociais revolucionários ao longo deste século persistem como fonte de inspiração para o nosso partido, que se compromete com a luta pela superação do capitalismo e a construção de uma nova sociedade onde a força de trabalho não seja uma mercadoria; onde a opressão política ceda lugar a instituições sob controle de toda a sociedade, dentre as quais um governo dos indivíduos livremente associados; onde não haja qualquer forma de opressão por motivo de raça, idade e convicções religiosas; onde as terras não sejam destrutivamente ocupadas e os ecossistemas devastados; onde homens e mulheres, libertos progressivamente de toda opressão material, possam construir novas relações sociais; onde a busca da felicidade sejam direito efetivo de todos os indivíduos e comunidades; onde, enfim, a igualdade social possibilite o pleno florescimento das potencialidades individuais.

85. Mas o novo não nasce do nada. Embora saibamos que não existem respostas prontas para os desafios que estamos vivendo, a nossa própria trajetória de lutas pode fornecer-nos subsídios importantes, assim como pode ser de grande valia o exame crítico das experiências do socialismo real e a análise das contradições particulares do capitalismo contemporâneo.

86. O desafio da reconstituição da utopia socialista, nós o assumimos não apenas como reelaboração teórica de um sonho futuro, mas principalmente como um novo modo de fazer e viver a política, uma nova práxis partidária e social, que incorpore, de fato, os valores libertários e socialistas. Não basta negar o modelo de socialismo real como tentativa de realização estatal da utopia. É preciso aprofundar, sem autocomplacência, a nossa análise para extirpar de nossas práticas partidárias e sociais as manifestações autoritárias que, no discurso, condenamos.

87. A democracia e as relações internas no Partido, nas prefeituras que dirigimos e nos movimentos sociais de que participamos devem ser analisadas e criticadas abertamente por nós. É preciso reconhecer que no “petismo real” existem, em quantidade exagerada e perigosa, fenômenos como o aparelhismo, o sectarismo, as manobras espúrias, a falta de democracia. Sem superar tudo isso, o discurso acerca de nosso projeto de um socialismo renovado ficará no papel. Não seremos capazes de construir uma sociedade melhor amanhã, se não formos capazes de mudar nossa prática hoje.

88. A utopia só merece este nome, e só terá forças para mover e comover multidões, para realizar-se como projeto histórico, se começar aqui e agora, em nossa existência cotidiana, em nossa militância, na trajetória coletiva da classe trabalhadora, ainda que através de experiências particulares, microsociais, capazes de prefigurar a sociedade de homens e mulheres livres que queremos construir.

89. O PT sabe, também, que esta tarefa não é unicamente nossa e se declara disposto a somar-se com todos os movimentos políticos que, no Brasil e no mundo, estejam empenhados em superar os impasses do socialismo. Ao fazê-lo, apresenta dois pressupostos para que o debate seja, a um só tempo, amplamente democrático e orientado pelo que ocorre no mundo real. O primeiro, no nível do método, é que não se pode violentar as características de um partido democrático e de massas como o PT. Isso significa que o debate, longe de ficar restrito a um pequeno círculo de intelectuais e dirigentes, deve envolver o conjunto de filiados e simpatizantes e, a partir destes, se estender a toda a sociedade. Do mesmo modo, o debate deve contemplar a pluralidade de um partido laico, sem doutrina oficial.

90. O segundo pressuposto diz respeito ao nosso posicionamento. Estamos passando a limpo nossa experiência, buscando caminhos, numa conjuntura específica, num momento histórico determinado, localizado no tempo e no espaço. Assim sendo, entramos no debate tomando partido, reafirmando

nossa condição socialista, que não se deixa seduzir pelos discursos que a burguesia divulga em todos os seus veículos e canais, na tentativa de afirmar sua supremacia e de proclamar a vitória final do capitalismo, como forma de organização superior da sociedade.

91. A discussão não é acadêmica, neutra ou abstrata. A classe dominante se lança nela com objetivos políticos bastante concretos. No caso do Brasil, temos de manter a nossa crítica persistente e permanente do capitalismo. Está em curso uma disputa política, comandada pelo governo Collor, na qual se tenta derrotar qualquer proposta, qualquer alternativa ao capitalismo. Daí que, para sermos bem-sucedidos neste embate, teremos de ser capazes não apenas de difundir os ideais libertários de nosso projeto socialista, mas também, e sobretudo neste momento, de apresentar para a sociedade um programa alternativo para o Brasil, sem o que o imaginário da nação continuará aprisionado pelas elites. E o país continuará dominado por uma minoria, que concentra renda, terra, informação e poder, incompatíveis com uma sociedade democrática.

92. Antes de esboçarmos nossas ideias sobre o socialismo e a estratégia para alcançá-lo, gostaríamos de resgatar algumas questões de método, com o qual vimos trabalhando desde o 4º Encontro Nacional do PT. Estabelecemos, naquela ocasião, a necessidade de contar com o concurso dos mais diversos elementos de conhecimento, articulados entre si, para traçar um projeto de construção do socialismo em nosso país, entre os quais destacamos os seguintes:

a) o conhecimento da realidade concreta do Brasil, das tendências do desenvolvimento capitalista brasileiro e da correlação de forças no plano nacional, nas suas diferentes dimensões, já que a edificação da nova sociedade só se dará a partir das contradições da atual sociedade capitalista;

b) o conhecimento da prática dos movimentos sociais brasileiros, tendo em conta que a forma concreta como eles lutam e se organizam é que vai determinar, em grande medida, as formas de organização e as relações econômicas, sociais e políticas da futura sociedade;

c) o conhecimento e a avaliação crítica das experiências concretas do socialismo em diferentes países do mundo, assim como dos pressupostos teóricos que as embasaram ou explicaram, na perspectiva da formulação de novos pressupostos teóricos para orientar a ação partidária;

d) o conhecimento das tendências internacionais do desenvolvimento do capitalismo, a avaliação da correlação de forças no plano internacional e sua incidência na dinâmica da luta de classes no país.

93. Esse método de abordagem reitera um pensamento que está implícito no próprio processo de fundação do PT: a construção do socialismo no Brasil deverá ser obra dos próprios trabalhadores brasileiros, sem modelos preconcebidos, nas condições de necessidade e de possibilidade que irão modificando sua ação concreta.

NEM SOCIALISMO REAL, NEM SOCIAL-DEMOCRACIA

94. Desde a sua origem, o PT vem buscando construir, prática e teoricamente, uma alternativa tanto ao chamado socialismo real quanto à social-democracia, ao mesmo tempo em que não deixa de aprender com as tentativas de superação do capitalismo. Na construção dessa alternativa – cujos marcos são os últimos Encontros Nacionais, especialmente o 7º Encontro, que delineou os contornos do “socialismo petista” – nosso Partido vem reafirmando sua concepção de que o socialismo não nascerá de um decreto, nem do PT, nem de ninguém. Como afirmou Lula, em 1981, “o socialismo que nós queremos se definirá por todo o povo, como exigência concreta das lutas populares”.

95. Para o PT, socialismo é sinônimo de radicalização da democracia. Isso quer dizer que a concepção de socialismo do PT é substancialmente distinta de tudo que, enquanto concepção, vimos concretizado em todos os países do chamado socialismo real. Mais do que a mera afirmação retórica de uma ideia, esse compromisso democrático pretende concretizar-se em todas as dimensões do Partido: no seu modo de ser e de organizar-se, nos valores que assume perante a sociedade, no seu relacionamento com os movimentos sociais e com a sociedade civil, nas propostas consubstanciadas em seu programa político, na sua atuação parlamentar e em cargos executivos: enfim, em toda ação cotidiana de cada petista. Afinal, “democracia, para nós, é simultaneamente meio e fim”. Dizer isso implica recusar todo e qualquer tipo de ditadura, inclusive a ditadura do proletariado, que não pode ser outra coisa senão ditadura do partido único sobre a sociedade, inclusive sobre os próprios trabalhadores.

96. O PT recusa-se a pensar o futuro da sociedade de acordo com padrões absolutistas e a-históricos. Em nossa concepção de socialismo, não há lugar para a noção de uma sociedade perfeita, pronta e acabada, sem problemas e sem diversidade de interesses e opiniões. O socialismo, para ser humanista e democrático, terá que ser uma sociedade na qual governem e se realizem os seres humanos reais – com suas paixões, seus desejos, suas gran-

dezas e seus defeitos – e não um ilusório ser humano perfeito, que não é outra coisa senão a negação do serhumano.

97. Lutamos por uma ordem social qualitativamente superior, baseada na cooperação e na solidariedade, na qual os conflitos sejam vividos democraticamente. Coerentemente com isso, o PT rechaça a noção segundo a qual o pluralismo não passa de uma circunstância que se tolera, até o dia em que, suprimidas as classes sociais, supostamente se estabelecem as bases da homogeneidade de pensamento.

98. O PT entende que a diversidade de desejos e ideias é inerente à condição humana, razão pela qual a pretensão de suprimi-la não passa de um projeto de violentação da humanidade. Lutamos por uma sociedade efetivamente plural, mais um motivo para sermos anticapitalistas, pois o capitalismo, ao oprimir e alienar os indivíduos, só admite, de fato, uma pluralidade restringida pela desigualdade de condições e oportunidades. Mas motivo também para rechaçarmos a chamada “pluralidade para os partidos operários”, ou seja, “para quem pensa como nós”, que, historicamente, só pode levar a formas de ditadura.

99. É por isso que encaramos a democracia política, econômica e social como base constitutiva da nova sociedade. O socialismo pelo qual o PT luta prevê, portanto, a existência de um Estado de Direito, no qual prevaleçam as mais amplas liberdades civis e políticas, de opinião, de manifestação, de imprensa, partidária, sindical etc; onde os mecanismos de democracia representativa, libertos da coação do capital, devem ser conjugados com formas de participação direta do cidadão nas decisões econômicas, políticas e sociais. A democracia socialista que ambicionamos construir estabelece a legitimação majoritária do poder político, o respeito às minorias e a possibilidade de alternância no poder.

100. Nossa perspectiva, entretanto, não se limita à democratização e à socialização da política apenas a partir do Estado. visamos construir no socialismo uma esfera pública na qual a política não se restrinja a iniciativas estatais e institucionais, mas que, ao contrário, tenha seu polo dominante nas iniciativas surgidas da sociedade, na perspectiva de que a população organizada se aproprie funções que hoje são reservadas às esferas estatais e institucionais, exercendo em plenitude uma nova cidadania. Para o PT, o socialismo deve ser também a socialização dos meios de governar, a descentralização do poder e, principalmente, o reconhecimento do direito à diversidade política, cultural, étnica, sexual e religiosa.

101. O problema da relação entre as formas diretas e representativas de democracia deve levar em conta esses objetivos de desestatização da política. A democracia socialista se baseia na crescente superação da alienação e da apatia política da maioria da população, num nível muito maior de atividade, participação, consciência e organização do povo. Exige também condições socioeconômicas distintas das atuais, entre elas uma importante redução da jornada de trabalho. Nesse quadro, a superação das instituições que são responsáveis por um importante nível de autonomia dos governantes perante o povo, como é o caso dos mecanismos clássicos da democracia representativa liberal, é um objetivo a ser perseguido. Ela busca abolir a distinção entre governantes e governados e encaminhar a extinção das desigualdades de classe e do Estado enquanto aparelho de dominação.

102. A concepção de socialismo que defendemos pretende superar a experiência econômica do socialismo real, baseada em uma estatização generalizada das atividades econômicas, que promoveu o domínio da burocracia e bloqueou o desenvolvimento da criatividade e do avanço tecnológico. De outro lado, recusamos o mercado capitalista, organizado sob a lógica do lucro e exploração do trabalho assalariado, concentrador de renda, riqueza e poder como forma de organização da produção social.

103. O PT entende que é preciso estimular o planejamento estratégico e democrático do desenvolvimento, diversificar as formas de propriedade, gestão e controle social, combinando diferentes formas de propriedade (estatal, coletiva, social, pública, particular, mistas), privilegiando as formas de propriedade de caráter social e estabelecendo limites à propriedade individual, de acordo com critérios vários, como setor de atividade, volume de lucro gerado, número de empregados, entre outros; diferentes formas de gestão econômica (autogestão, direção pessoal ou coletiva, mistas) e várias formas de controle social (sindical, popular, estatal), compreendendo que a eliminação das desigualdades herdadas do capitalismo demandará um longo, demorado e conflituoso processo, do qual, no momento, só podemos vislumbrar as formas mais gerais. Até porque os contornos precisos de uma sociedade socialista não podem ser definidos hoje (a não ser como projetos de laboratório, desprovidos de vida), exatamente porque eles serão produtos da própria luta social, política, econômica e cultural. Por isso mesmo, entendemos ser essencial fortalecer o controle da sociedade civil sobre o Estado também no terreno econômico, impulsionando a socialização e a democratização do Estado e o desenvolvimento das esferas públicas no âmbito da própria sociedade civil.

104. A concepção de socialismo do PT nega tanto a ideologia do livre mercado (que conduz à concentração de riqueza e de poder e produz marginalidade social) como a ideologia do estatismo, típica do socialismo real (que prejudica o avanço tecnológico, bloqueia a criatividade, nega aos consumidores o poder de escolher entre produtos e serviços e estabelece, necessariamente, o domínio da burocracia). O PT entende que só a combinação entre o planejamento estatal e um mercado orientado socialmente será capaz de propiciar o desenvolvimento econômico com igualdade na distribuição das riquezas, negando, dessa forma, a preponderância e a centralidade do capital na dinâmica das relações sociais. Para que isso aconteça, será necessário que o Estado exerça uma ação reguladora sobre a economia, através de suas próprias empresas e de mecanismos de controle do sistema financeiro, de políticas tributárias, de preços, de crédito, de uma legislação antimonopolista e de proteção aos consumidores, aos assalariados e aos pequenos proprietários. Mas será necessário, antes de tudo, que a sociedade esteja organizada, de modo a poder interferir, decisivamente, na definição da política econômica.

105. O PT recusa a perspectiva voluntarista de pretender abolir o mercado, como espaço social da troca, por decreto. O mercado, sob controle do planejamento democrático e estratégico e orientado socialmente, é compatível com nossa concepção de construção do socialismo. No entanto, o fortalecimento das formas socializadas e coletivas de produção e o desenvolvimento tecnológico poderão permitir que, historicamente, possamos superar definitivamente as relações mercantis de produção.

106. Ao rejeitar o socialismo real, o PT é, muitas vezes, chamado a definir sua posição frente à social-democracia, corrente política com a qual mantemos e continuaremos mantendo um relacionamento político aberto, franco, crítico e independente. Reiteramos aquilo que já definimos em vários de nossos Encontros Nacionais: o PT não vê na social-democracia um caminho para a construção do socialismo nem tampouco uma alternativa real aos impasses da sociedade brasileira.

107. A política social-democrata, do ponto de vista econômico, está baseada num Estado de Bem-Estar Social, que se apropria de parte do excedente econômico, através de políticas fiscais, e o repassa para políticas sociais destinadas a compensar as desigualdades provocadas pelo mercado. Proposta insuficiente num país como o Brasil, de enormes carências sociais, no qual as elites não demonstram nenhum tipo de compromisso com a elevação do

nível de vida da população e onde o Estado, falido, conduz uma política que leva à recessão e à fragmentação social.

108. Num país como o nosso, o excedente econômico que pode ser captado através de medidas fiscais tradicionais, para realizar políticas sociais, é insuficiente diante das enormes demandas populares acumuladas. A adoção das profundas reformas estruturais necessárias ao Brasil supõe uma ruptura radical com a ordem econômica, política e social vigente – o que ultrapassa os limites da proposta social-democrata, que, politicamente, acredita na neutralidade do Estado e adota como horizonte máximo a luta por reformas no interior do próprio capitalismo.

109. A proposta social-democrata obteve relativo sucesso nas décadas que se seguiram à Segunda Guerra Mundial, quando a burguesia europeia – acoçada internamente pelos movimentos operários e preocupada com a expansão do bloco socialista – foi obrigada a aceitar importantes reivindicações políticas e sociais. À medida, contudo, que se consolidava o Estado de Bem-Estar Social, a social-democracia ampliava seus compromissos com a ordem internacional patrocinada pelos Estados Unidos – a exemplo do que ocorreu na recente Guerra do Golfo. Finalmente, sucumbiu à ofensiva neoliberal, suprimindo, na França e na Espanha, conquistas históricas das classes trabalhadoras. Hoje, podemos dizer que a social-democracia não apenas perdeu a referência socialista, como também se mostra incapaz de sustentar sua proposta de Estado de Bem-Estar Social, imerso na crise fiscal e na regressão política. Cabe ressaltar, também, a apatia e a omissão da social-democracia diante do crescente movimento racista em toda a Europa.

O PAPEL CENTRAL DA DISPUTA DE HEGEMONIA

110. Ao longo dos últimos anos, avançou bastante no PT a compreensão sobre nosso caminho para o socialismo, vale dizer, sobre a estratégia global do Partido. Vêm sendo incorporados, nesse período, à prática e à teoria do Partido, elementos básicos dessa estratégia, como o lugar central da luta de massas no combate à exploração capitalista e ao autoritarismo das elites; a necessidade de construir uma ampla rede de organizações populares; o papel estratégico dos movimentos sociais e populares e de um partido de massas, como o PT; a combinação das mais variadas formas de luta; a articulação entre o campo e a cidade; a constituição de um bloco político e social, soldado na luta comum e nas alianças necessárias à construção de uma alternativa

democrática e popular; a perspectiva internacionalista e a compreensão da democracia como valor permanente para os trabalhadores.

111. Nessa mesma linha, o 5º Encontro Nacional do PT formou a convicção de que, na caminhada rumo às mudanças democrático-populares e ao socialismo, a classe trabalhadora precisa desenvolver uma política de acúmulo de forças de longa duração, o que significa disputar a hegemonia. A disputa de hegemonia é parte fundamental da estratégia de transformação revolucionária do Brasil – já que entendemos que o poder político se constrói no cotidiano das lutas, no sindicato, na organização dentro da fábrica, no comitê de empresa, na associação de bairro, na escola e no campo.

112. Esse poder popular, entretanto, tem um caráter limitado pelas instituições dominantes na sociedade capitalista – e pela correlação de forças sociais que a sustentam – podendo, em situações políticas particulares, ganhar um novo caráter, expandindo-se e generalizando-se. Este fortalecimento se baseia no processo anterior de construção de hegemonia e num projeto de organização social e política dos trabalhadores e setores oprimidos, mas, também, em grande medida, na generalização das formas de auto-organização popular, do poder construído nas fábricas, escolas, empresas, no campo.

113. Vivemos um importante momento de qualificação dos movimentos sindical e popular, que procuram superar posturas corporativistas, isoladas ou meramente reivindicativas. A ação dos movimentos sociais, de lutar cotidianamente pelas reivindicações e pela participação popular, amplia o conceito de democracia e cidadania, apontando novas formas de controle e gestão das políticas sociais (conselhos populares, projetos de emenda popular, plebiscitos...), e coloca a nu as formas históricas de reprodução das desigualdades do sistema capitalista. Essa ação vem revelando o potencial transformador e revolucionário desses movimentos. A procura de qualificação da ação dos movimentos sociais encontra, em diversas iniciativas, instrumentos de ação para o movimento evoluir positivamente.

114. Duas iniciativas vindas do movimento popular merecem destaque pelo PT:

1) o projeto de emenda popular que cria o fundo nacional de moradia popular, sob controle da sociedade civil;

2) a proposta de construção de uma central de movimentos populares, que englobe os diversos tipos de movimentos, unificando suas lutas mais gerais em princípios e ações nacionais comuns, garantindo a autonomia, a especificidade e o respeito à realidade de cada um.

115. Para fortalecer essa trajetória, o Partido está chamado a se transformar em formulador efetivo e orgânico de políticas de ação de seus militantes para os setores. Nesse sentido, durante o ano de 1992, o PT se propõe a aprofundar a discussão sobre as formas de luta, para que, com base numa resolução partidária, possa orientar a militância quanto à pertinência ou não da proposta de construção da central, e do ano de 1993, para a sua fundação.

116. Para o PT, a conquista do poder político não começa, nem termina e tampouco se reduz, simplesmente, à clássica representação simbólica da “ocupação do palácio governamental”. Se não visualizamos a conquista do poder como um “assalto ao Estado”, tampouco acreditamos que o socialismo virá através de um ininterrupto e linear crescimento das forças e da hegemonia socialistas dentro da sociedade, sem que ocorram choques e confrontos intensos. Reafirmamos, portanto, que as transformações políticas, econômicas e culturais que o Brasil necessita supõem uma revolução social, como a experiência histórica comprovou, inclusive recentemente, até no Leste Europeu.

117. Só um poderoso movimento por reformas políticas e sociais, baseada num programa democrático e popular centrado no combate ao latifúndio, ao monopólio e ao imperialismo, pode levar a cabo a profunda revolução que este país necessita, se quiser superar o modelo excludente que o caracteriza desde a origem. Na visão do PT, a revolução social necessária para superar o capitalismo tem que ser obra de milhões e milhões de brasileiros, que, na luta por reformas profundas e estruturais em nossa sociedade, enfrentam-se com o *status quo* vigente, acumulando forças para as necessárias transformações revolucionárias, radicalmente democráticas e socialistas.

118. No Brasil, a burguesia administra o gigantismo do complexo econômico nacional e do aparelho de Estado lançando mão de inúmeros esquemas de dominação. A violência dos assassinatos no campo e das ocupações de fábricas por tropas do Exército se combina com as sofisticadas técnicas persuasivas da Rede Globo e de centenas de outros meios de comunicação, ou mesmo com a abertura de algumas fatias do aparelho estatal à presença das forças populares. Tal estratégia de dominação – baseada ainda no recurso constante a golpes militares e no desprezo à democracia e à legalidade que, formalmente, a burguesia diz tanto prezar – só pode ser enfrentada a partir de uma perspectiva de disputa de hegemonia que não se deixe seduzir por nenhum tipo de ilusão no espírito democrático de nossas elites. Na linha do que foi estabelecido pelas resoluções de vários Encontros Nacionais do Partido, o socialismo que almejamos supõe a construção democrática de uma maioria

disposta a construí-lo na sociedade. Mas o PT entende como legítima a autodefesa contra as violações do direito à vida e à cidadania, bem como o direito de rebelião dos povos contra a tirania, internacionalmente reconhecido, inclusive em resoluções das Nações Unidas.

119. A auto-organização dos trabalhadores, a consolidação da sociedade civil, a democratização das instituições e dos meios de comunicação constituem a maior garantia de que será possível sustentar um governo democrático-popular, derrotando as eventuais tentativas golpistas que, como sabemos, fazem parte da tradição da classe dominante no Brasil. É exatamente por isso que consideramos como uma de nossas tarefas estratégicas a luta contra a violência e contra a repressão exercida cotidianamente sobre os trabalhadores e o povo. A redefinição do papel das Forças Armadas, o desmantelamento das milícias paramilitares, o controle social sobre o trabalho policial e a luta contra a ideologia da segurança nacional são caminhos que tornam possível defender a cidadania, os direitos democráticos e os governos populares em um país como o nosso, em que o golpe militar é o recurso mais recorrente, toda vez que as elites veem seus privilégios ameaçados.

A DISPUTA POR HEGEMONIA HOJE

120. Até 1987, a disputa pela hegemonia era colocada, basicamente, como uma política de acúmulo de forças, a partir da avaliação de que não estava na ordem do dia a tomada do poder ou uma crise revolucionária. Depois de 1989, a disputa pela hegemonia passa, necessariamente, a incluir a disputa pelo governo federal em 1994, a gestão das administrações municipais, a luta pela democratização do Estado e por reformas sociais, assim como a organização e o crescimento dos movimentos sociais.

121. É esta nova compreensão das tarefas de disputa de hegemonia no Brasil que o PT precisa assumir e assimilar, sob pena de ficar prisioneiro, ou de políticas equivocadas, que privilegiam apenas a luta econômica e a pressão popular; ou que privilegiam somente a atuação no campo institucional, sem articular as lutas reivindicatórias e setoriais com a luta por reformas políticas e econômicas, mantendo, assim, a luta institucional prisioneira do caráter antidemocrático e elitista das instituições e dispersando as lutas sociais nas reivindicações específicas e no corporativismo.

122. A segunda lição que devemos aprender dos últimos anos é a necessidade de, na disputa pela hegemonia, apresentar propostas políticas que

levem o movimento sindical e popular a travar a luta e a mobilização sem ficar restrito à luta corporativa, estrangulada pela recessão e pelo desemprego.

123. Para isso, é preciso combinar a necessária luta pelas reivindicações setoriais com uma atuação mais ampla, que envolva a negociação e a ação na frente institucional, e uma política de alianças que inclua os setores marginalizados e desorganizados da sociedade. A CUT, além do encaminhamento das lutas das diferentes categorias e da luta por uma política salarial e pelo Contrato Coletivo Nacional, tem que ampliar a base dos sindicatos e apresentar-se como interlocutora da classe trabalhadora no debate e na disputa de alternativas para o país, desde a política de saúde e educação até a política tecnológica e as saídas para a crise brasileira.

124. O movimento sindical tem que considerar o trabalhador não só como assalariado, mas também como produtor, contribuinte e, principalmente, eleitor e cidadão, assumindo plenamente a luta política pelo alargamento dos direitos da cidadania. Deve dirigir sua atuação para os marginalizados e excluídos da sociedade capitalista, exercendo uma ampla ação de solidariedade social junto a esses setores. Igualmente, é seu papel exigir do Estado uma atuação na área de serviços públicos, principalmente da educação, formação profissional, seguro-desemprego, levando a sociedade a lutar por reformas que viabilizem a incorporação dessas dezenas de milhões de brasileiros ao mercado de trabalho e nos serviços públicos.

125. A necessidade de integrarmos o movimento sindical em nossa estratégia democrática e popular coloca ao PT o enorme desafio de atualizar e desenvolver a linha sindical do Partido, aprovada em 1986, e de priorizar o acompanhamento do que se passa no cenário sindical, ajudando o movimento a superar seus impasses atuais. Essa tarefa, que deve ser objeto dos processos de encontros do próximo ano, deve encontrar, desde já, orientações que permitam iniciarmos a discussão.

126. Há, de um lado, toda uma dimensão bastante positiva cumprida pelo sindicalismo combativo no Brasil. Ele sustentou, ao longo de mais de uma década, um elevado nível de atividade que, se hoje nos parece insuficiente para enfrentar ofensivamente o governo Collor e sua política recessiva, contribuiu, por todo o período anterior, para minimizar as perdas da classe trabalhadora frente às políticas conservadoras (o que possibilitou aos trabalhadores brasileiros terem perdas comparativamente menores que os de outros países do Continente). É essa combatividade que está na raiz da importante expansão organizativa da CUT desde sua fundação, em 1983.

127. Mas temos, de outro lado, uma série de problemas, que vêm se acumulando sem solução, ao longo dos últimos anos. A estrutura do sindicalismo atrelado ao Estado só foi parcialmente reformada pela ação do sindicalismo combativo (e essas mudanças foram, em parte, reconhecidas pela Constituição de 1988). Ainda subsiste a unidade baseada no reconhecimento do Ministério do Trabalho. A Convenção 87 da OIT não foi ratificada. A organização por local de trabalho ainda é uma exceção, mesmo nos sindicatos da CUT. A imensa maioria das entidades sindicais não subsiste graças à contribuição voluntária de seus associados, mas sim em função de contribuições compulsórias.

128. No âmbito da CUT, o primeiro problema é a dificuldade dos trabalhadores em redefinir uma orientação que permita dar uma resposta à altura das agressões que sofrem com a política neoliberal. As dificuldades tendem a aumentar, assim como a necessidade de respostas mais incisivas. O segundo problema diz respeito ao enfrentamento com o “sindicalismo de negócios”, que tem colocado seu apoio à aplicação do projeto neoliberal do governo Collor de Melo. Em terceiro lugar, um preocupante processo de luta vem se desenvolvendo na CUT e nos sindicatos, tendo, em geral, como foco o controle de aparelhos, sem que regras democráticas de convivência sejam estabelecidas e respeitadas. Chega-se ao cúmulo de divisões de cutistas em diferentes chapas em eleições sindicais propiciarem a vitória de correntes de direita, ou de congressos da CUT não discutirem política e se dedicarem apenas à eleição da direção.

129. Os problemas de orientação política, as dificuldades de superação da estrutura burocratizadora estabelecida (e a não superação contamina a própria CUT) e as dificuldades de convivência democrática entre as correntes petistas exigem uma intervenção ativa do PT, como o partido da esquerda brasileira de maior influência no movimento sindical.

130. O Partido precisa repensar sua atuação na sociedade, entendendo as diferentes formas de opressão nela existentes, que não se resumem à contradição capital-trabalho, mas se estendem a processos discriminatórios e de exclusão econômica, social, cultural e política, que expressam a natureza de classe, de raça e de gênero, característicos do processo de dominação instituído nos poderes e na sociedade e responsável pela transformação de maiorias sociais em minorias políticas.

131. Apesar do fato de todas as pessoas estarem imersas nas relações de classe, existem sistemas de opressão que são também determinantes na vida

das pessoas, na construção de valores, na organização de relações sociais e pessoais, como é o caso das relações de gênero. Nessas relações, estabelecem-se papéis masculinos e papéis femininos, de dominador e dominada, dando base para uma concepção autoritária das relações humanas e da sociedade, com a subordinação das mulheres em todas as esferas sociais. A luta das mulheres contra esse tipo de relações de poder faz parte da luta pela construção de uma sociedade socialista. Nessa construção, o movimento autônomo das mulheres tem papel fundamental, pois desvenda a relação dialética, mutuamente reforçadora, entre a estrutura de classes do capitalismo e a estruturação sexual hierárquica das relações de gênero.

132. O Partido dos Trabalhadores reconhece que a organização de diferentes setores sociais (mulheres, negros, juventude, homossexuais etc.), seu direito de lutar e reivindicar pela definição das prioridades sociais, econômicas e políticas e sua presença na disputa pelos rumos da nova sociedade são também uma garantia da construção de uma sociedade socialista democrática. socialismo entendido como prática e processo de emancipação da humanidade em geral e de emancipação das mulheres.

133. O movimento de mulheres busca uma nova forma de fazer política que não seja arbitrária, nem vitimizadora da mulher, nem manipuladora, mas que aceite a unidade na diversidade, não só como necessidade, mas também como condição da nossa ação para construir o sujeito político mulher. E nessa busca, o movimento de mulheres propõe formas de poder que transformem as relações sociais, que criem uma sociedade democrática na qual as reivindicações de cada um dos setores sociais encontrem espaço para serem resolvidas. Isso requer regras do jogo que garantam às mulheres, aos negros, à juventude, aos homossexuais e outros as condições de se construírem como sujeitos, empenhados na construção de uma sociedade socialista que harmonize a heterogeneidade e a diferença.

134. O PT se empenhará no fortalecimento de um movimento de mulheres que seja capaz de articular o íntimo, o subjetivo, com uma concepção de sociedade sem explorados e sem oprimidos, cuja viabilidade está em estreita relação com as profundas mudanças no nível da estrutura econômica, política e social. Um movimento de mulheres que aponte a necessidade de transformação do indivíduo, de seus direitos e necessidades, de sua participação nos processos sociais, de sua vida cotidiana. Isso significa expressar a necessidade de pensar e viver a política valorizando o cotidiano, as relações pessoais, a construção da identidade de cada indivíduo (homem ou mulher), ampliar o horizonte das

transformações sociais, resgatar o sentido de humanidade e libertação plena, coletiva e individual, e de uma visão revolucionária e libertária.

135. Desde a nossa fundação, o Partido tem afirmado que a luta contra o capitalismo no Brasil é também a luta contra todas as formas de opressão. Antes mesmo de termos uma definição socialista, o PT defendia uma nova sociedade, “sem oprimidos nem opressores”. Entretanto, nossa trajetória concreta vem deixando muito a desejar quanto a isso. O nosso partido ainda se pensa predominantemente um partido branco, pois a luta antirracista costuma aparecer apenas como um lembrete de fim de tese. Ainda não integra, visceralmente, nossa identidade ideológica e não chega aos nossos atos coletivos concretos.

136. Propomos um ponto de reversão nesse sentido. Toda a nossa estratégia deve passar a construir-se também a partir da perspectiva racial. Quando discutimos a disputa pela hegemonia, temos que saber que não a alcançaremos se não soubermos disputar com uma linguagem também negra. Quando discutimos as mobilizações sindicais, não estaremos despertando seu potencial revolucionário se a discriminação não for combatida com a mesma radicalidade que a exploração. Quando lutamos para desencadear greves políticas de massas, nossos símbolos, nossas bandeiras e métodos precisam confrontar, simultaneamente, o capital e a cultura hipocritamente “universal”, que serve de biombo para esconder o preconceito. Quando disputamos ou até vencemos eleições, nossos programas não deitarão raízes verdadeiras caso não expressem, também, a canção secularmente contida (mas também sempre cantada) da resistência negra. O socialismo só será realidade no Brasil quando fizer saltar pelos ares o *apartheid*, quase sempre subliminar e tantas vezes sangrento, da opressão racial.

137. Concretamente, propomos três linhas iniciais de ação estratégica para a luta antirracista no país:

1) A luta sindical e política sistemática contra a discriminação do negro no mercado de trabalho;

2) A conquista de espaço legal e real no cotidiano das escolas, nas disciplinas de História e mesmo de modo transdisciplinar, para o ensino sobre a luta dos negros pela cidadania no Brasil, da escravidão até o presente;

3) O combate contra a violência ao negro como um dos eixos centrais da luta pelos direitos humanos no Brasil, no discurso e na prática política diária.

138. E apresentamos as seguintes propostas de encaminhamento prático:

a) O Partido incorpora, em nível nacional, campanhas de saúde pública de repúdio à esterilização em massa das mulheres negras, por serem pobres;

b) O Partido deve ter alternativas sobre as questões dos meninos de rua, que estão sendo exterminados diariamente pela polícia ou por grupos organizados, sendo que a maioria dessas crianças são de raça negra.

139. A lógica da dominação oprime particularmente os segmentos sociais não incorporados formalmente ao mercado de trabalho, a exemplo dos idosos, dos menores, dos adolescentes, dos portadores de deficiências, dos ambulantes, dos favelados, dos povos indígenas que, de formas específicas, são cerceados no exercício dos direitos da cidadania.

140. Considerando a existência de mais de 180 povos indígenas no Brasil, que se caracterizam como grupos humanos social e culturalmente diferenciados, o PT:

- | defende e lutará pelo pleno reconhecimento e respeito às diversidades étnico-culturais;

- | defende o direito dos povos indígenas às suas formas próprias e autônomas de organização social e política, bem como à sua autodeterminação e luta pelo respeito a elas;

- | defende o direito desses povos à integridade de seus territórios, cuja regularização deve pautar-se na história, nas tradições, nos usos e costumes dessas sociedades. O reconhecimento desse direito implica, necessariamente, a defesa da desinvasão das terras indígenas, com o reassentamento dos posseiros pobres;

- | propõe-se posicionar-se nos conflitos envolvendo comunidades indígenas e camponeses, indígenas e garimpeiros, e outros, bem como comunidades indígenas e o Estado;

- | posiciona-se contra a implantação de grandes projetos econômicos e desenvolvimentistas, governamentais ou privados, em terras indígenas e defende projetos étnicos que garantam a sobrevivência destes povos.

141. A luta específica das pessoas portadoras de deficiência integra-se, necessariamente, nas lutas gerais dos trabalhadores na defesa atual dos seus direitos e pela construção de uma sociedade socialista. A principal importância dessa luta específica está na possibilidade de trazer ao processo de transformação econômica da sociedade a necessidade conjunta e simultânea do processo de transformação cultural, na qual, necessariamente, preconceitos milenares deverão ser abolidos, trazendo como consequência o resgate da imagem social dessas pessoas.

142. O PT tem a compreensão de que uma sociedade que tem por objetivo o lucro e a exploração, e tem seus fundamentos na visão utilitarista e

competitiva do homem, não pode responder aos anseios de plena emancipação das pessoas portadoras de deficiência. Porém, sabemos que, do ponto de vista social, essas pessoas podem contribuir para a geração de bens e serviços para a sociedade. Sabemos também que a competitividade dos portadores de deficiência evoluiu com os conceitos sociais de utilidade, com o desenvolvimento científico e tecnológico e com as transformações das formas de produção. Por tudo isso, apenas com a construção de uma sociedade socialista, igualitária (no sentido dos direitos sociais) e fraterna as pessoas portadoras de deficiência poderão ter condições de plena oportunidade e de ver assegurados os seus direitos de plena igualdade.

143. A juventude tem um papel importante na construção do socialismo e do PT, que foi considerado uma alternativa de futuro. Reconhecer a necessidade do trabalho petista entre os jovens significa perceber suas características de heterogeneidade, pluralidade, abertura para a construção de novos valores, criatividade, irreverência e, principalmente, a contribuição que a juventude pode trazer para resgatar o caráter de um partido jovem, novo e de futuro.

144. A juventude não se limita simplesmente pela faixa etária, mas principalmente como momento de reflexão, de opção, de escolha de um projeto de vida e por seu potencial de combatividade e disposição de luta. Mas, na atual situação, premida por uma superexploração no trabalho, discriminação e obrigações impostas pelas elites, vê seus ideais de liberdade contrariados. Hoje, a sociedade brasileira marginaliza o jovem, política, econômica e socialmente. Nesse sentido, temos que afirmar uma moderna condição juvenil que rejeite o estigma e o preconceito ao jovem como incapaz, inconsequente ou, simplesmente, “o futuro do país”. A juventude é o presente. E o grande desafio do PT é ousar na luta pela conquista e o exercício pleno da cidadania.

145. O Partido dos Trabalhadores realizará uma ampla campanha de resgate da cidadania infanto-juvenil, no sentido de esclarecimento sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como para fiscalizar o seu cumprimento, implantar lutas para a concretização dos Conselhos de Defesa da Criança e do Adolescente, desenvolver campanhas contra a discriminação e extermínio de crianças e adolescentes, que significa, principalmente, o extermínio de crianças negras.

146. Nossa ação política deve sintonizar-se com os movimentos internos de interesses específicos que movem esses segmentos, à margem dos canais de informação institucionalizados, e intervir nesta realidade, que não está nas contradições formais do chamado mundo do trabalho, apreenden-

do as experiências e incorporando-as às disputas políticas pela democracia, compreendendo a sua dimensão radical, abrangente e cidadã.

147. É necessário que os movimentos populares e demais movimentos sociais e culturais da sociedade articulem e politizem suas lutas reivindicatórias, conferindo-lhes um caráter nacional e alternativo às propostas do governo, como é o caso do movimento de habitação e saúde nas disputas em torno da Lei do Inquilinato, do Plano de Custeio e Benefício da Previdência e da iniciativa popular legislativa que propõe a organização do Fundo Nacional de Moradia Popular.

148. O acúmulo na frente institucional não acontecerá se não avançarmos no campo social, o que fica evidente em nossa própria experiência nas administrações municipais e no Legislativo (Congresso Nacional, Assembleias e Câmaras). Nenhuma política de governo e nenhuma proposta parlamentar se viabiliza sem sustentação social e sem pressão popular, muito menos um governo em nível nacional. Assim, o crescimento, a generalização e a politização dos movimentos sociais é fundamental em nossa política de acúmulo de forças e disputa de hegemonia.

149. A ação de governo que o PT exerce hoje tem que ser vista como elemento decisivo na consolidação de nossa hegemonia, já que se trata de governar, executar políticas e democratizar o Estado, acionar a participação e o controle popular, conviver e interagir com outros setores, segmentos e classes sociais, exercer, de fato e de direito, a hegemonia, legitimada pelas urnas, ainda que no nível municipal.

150. Está, portanto, colocado na prática para o PT o problema da democracia, do governo de coalizão, da alternância no governo e, principalmente, de demonstrar no dia a dia sua capacidade de fazer uma vida mais digna, feliz e justa para milhões de cidadãos. Por tudo isso, temos de superar os problemas existentes na relação das prefeituras com o Partido, com os movimentos sociais e nossas dificuldades administrativas e políticas.

151. A política de alianças desenvolvida pelo PT a partir de 1987 não só precisa ter continuidade, mas, inclusive, deve ser radicalizada, principalmente frente à ofensiva neoliberal e ao agravamento da crise econômica e social do país. Toda a experiência nos governos municipais, no Parlamento e mesmo nos movimentos sociais aponta para a necessidade de uma ampla política de alianças, destinada a enfrentar a nova realidade internacional e o bloco político que sustenta a onda neoliberal no Brasil.

152. Em síntese, no atual período, em que se trata de travar uma luta decisiva contra o projeto neoliberal capitaneado pelo governo Collor, a disputa da hegemonia supõe uma ação simultânea no terreno político, social e ideológico. Engloba o trabalho nas instituições, onde atuamos no sentido de alargar as fronteiras da participação, da democracia, da cidadania e da afirmação da sociedade sobre o Estado. Inclui a diversidade das lutas sociais não institucionais e nem sempre legais. Incorpora a construção dos instrumentos organizativos pelos quais os trabalhadores e a sociedade brasileira poderão definir os rumos do país. Envolve a disputa de ideias, a construção de uma nova cultura, de uma nova ética e de uma nova solidariedade social, que se contraponham aos valores dominantes. Em resumo, disputar hegemonia, hoje, significa construir um enorme movimento social por reformas em nosso país, essencial para viabilizar um caminho alternativo de desenvolvimento, que tenha entre suas principais características a incorporação à cidadania e ao trabalho de milhões de marginalizados e deserdados sociais existentes no Brasil.

153. Toda essa visão, e a proposta que apresentamos à sociedade, tem relação direta com nossa concepção de socialismo democrático, reafirma nossa vocação democrática e pluralista, nosso compromisso com a luta institucional e social como meio de alcançarmos o poder com o apoio da maioria do povo brasileiro, sem nos afastarmos da luta social, dos interesses da classe trabalhadora e da luta por transformações radicais na sociedade brasileira, pela democratização do poder, da terra, da riqueza, da informação e da cultura. Portanto, nosso centro tático é a luta pela hegemonia política, que a curto prazo se concentra na disputa pelo governo em 1994. Nesse sentido, tem papel central o Governo Paralelo, como instrumento de construção do Programa de Governo, mantendo um diálogo com os movimentos sociais e sendo uma referência para nossa atuação no Legislativo e nos governos municipais.

154. Da mesma forma, para criar as condições para a disputa de 1994, temos que assumir a luta pela democratização das Forças Armadas e dos meios de comunicação no plebiscito e na reforma constitucional, em 1993. Nesse sentido, o PT precisa preparar-se para a disputa eleitoral de 1992 e para as reformas constitucionais de 1993, ampliando sua atuação, radicalizando os movimentos sociais e criando um bloco democrático e popular para derrotar a política do governo Collor. Só assim poderemos assumir a direção política do processo de disputa da hegemonia que, neste momento, Collor e a burguesia exercem no país.

O BRASIL QUE QUEREMOS TRANSFORMAR

155. Os anos 1980 talvez tenham sido o momento em que o capitalismo brasileiro mostrou mais claramente suas mazelas. O Brasil não cresceu, enfrentou vários anos de recessão, outros de estagnação. Chegamos a 1990 com o mesmo produto interno bruto que tínhamos em 1980, mas com uma população bem maior. É visível o aumento da miséria: os serviços públicos essenciais entraram em colapso. Durante toda a década, os diferentes caminhos tentados pelas elites brasileiras não estabeleceram as bases de um modelo alternativo àquele implantado pela Ditadura Militar, enquanto, por outro lado, agravaram a crise socioeconômica que o país atravessa, marcada pela estagnação, pela ampliação da miséria e pela marginalização de parcela considerável da população brasileira.

156. A eleição de Collor, em 1989, foi feita com base na promessa de que essa fase de estagnação seria superada. Após dois planos econômicos frustrados e várias mudanças ministeriais, o que Collor nos oferece de concreto, no seu primeiro ano de governo, é a maior recessão da história brasileira, o que tem impacto direto na sua base social e política, mesmo no interior da burguesia. O enorme custo social e os riscos envolvidos na política do governo Collor intensificam a disputa política que se trava no país, tendo em vista as eleições presidenciais de 1994. Vários projetos já se encontram em articulação na sociedade, a partir de posições no aparelho de Estado, prefeituras, governos estaduais, Congresso Nacional, meios de comunicação de massa e disputa direta da base social. Brizola, Quéricia, Maluf, Antônio Carlos Magalhães, Sarney e o próprio Collor movimentam-se, desde já, tendo em vista a próxima disputa presidencial. O PT deve tirar todas as consequências deste quadro, pois é nele que, nesta conjuntura, se materializa a disputa por hegemonia na sociedade brasileira.

157. A crise brasileira não é uma crise qualquer. país de industrialização mais avançada no Continente e com um imenso potencial econômico, vivemos, hoje, a crise mais intensa de todo o século XX. Um país que manteve uma taxa de crescimento histórico do PIB em 7% ao ano no período do pós-guerra, com um crescimento de quatro vezes o PIB por habitante, permaneceu praticamente estagnado nos anos 1980. A estrutura produtiva envelheceu, o fluxo positivo da poupança externa se inverteu, em função da dívida externa. A economia brasileira perdeu competitividade de forma acelerada e tenta manter posições no comércio exterior com um brutal arrocho salarial e deterioração do câmbio. O Estado está fragilizado financeiramente e com

imensas dificuldades para reverter este quadro de deterioração econômica e social. A hiperinflação passou a rondar perigosamente o país. E as próprias bases materiais da democracia vão sendo solapadas pelo avanço da crise.

158. Neste cenário, o projeto alternativo que o PT apresenta, explicitado no PAG [Programa de Ação de Governo] da candidatura Lula, nos projetos do Governo Paralelo, no programa alternativo de estabilização e desenvolvimento, nas políticas públicas levadas a cabo por nossas administrações municipais, na plataforma do movimento sindical combativo, na ação de nossas bancadas parlamentares, está centrado na ampliação do mercado interno, na democratização da renda, da terra e da comunicação, na retomada do crescimento e na defesa e ampliação das conquistas democráticas.

159. O Brasil é um país de 150 milhões de habitantes, dos quais pequena parte possui acesso ao tão enaltecido mercado. Esses milhões de “expulsos do mercado”, seja pela concentração de renda ou pela estreiteza relativa de nosso parque produtivo, constituem uma base excepcional, a partir da qual se pode desenvolver um ciclo de desenvolvimento econômico no país. Diferentes países, em diferentes épocas históricas, recorreram a esse expediente para superar fases de crise estrutural semelhantes à nossa. Uma opção desse tipo implica uma política econômica radicalmente distinta daquelas que têm norteadado a ação governamental neste país. Trata-se de distribuir renda para crescer, e crescer distribuindo renda; trata-se de fazer do Estado um instrumento de repartição cada vez mais igualitária do produto social; trata-se de uma reforma patrimonial da sociedade, em que o imposto sobre as grandes fortunas, a reforma fiscal e a reforma agrária, aliados a gastos sociais com educação, saúde, saneamento, abastecimento alimentar e com uma política salarial e de previdência adequados, reorientem o desenvolvimento econômico-social; trata-se de subordinar o combate à inflação a uma política de crescimento com distribuição de renda; trata-se, enfim, de compatibilizar a modernização tecnológica com o atendimento das demandas populares básicas.

160. Para o PT, muito diferentemente do projeto neoliberal, modernizar a sociedade significa mudanças nas relações de trabalho, a melhoria das condições devida da população, a participação política crescente do povo nas decisões de governo. Modernizar o país é distribuir renda e alargar o espaço de cidadania para as grandes massas populares. Um projeto democrático e popular dedesenvolvimento, como o nosso, confere ao Estado democrático o papel de atuar direta e indiretamente no processo de produção e distribuição de renda e de riqueza. Nossa proposta é recuperar o papel de planejamento

econômico, estratégico edemocrático do Estado, criando novos mecanismos de regulamentação e orientação social do mercado.

161. O PT deve se preocupar, também, em apontar propostas que ofereçam perspectivas de avanços para o movimento social no campo da democracia e dos direitos econômicos. Propostas que sirvam de referência para uma luta combinada nos parlamentos e em campanhas de rua. Neste sentido, tão importante quanto nossas proposições econômicas, que indicam uma nova perspectiva de desenvolvimento para o país, são as nossas propostas para a reforma constitucional de 1993, abrangendo itens voltados para a democratização da sociedade e do Estado. A importância do Partido em levantar esta bandeira, desde já, decorre da necessidade de acumularmos força contra o movimento das elites, que pretendem restringir os direitos democráticos conquistados em 88, em nome da “governabilidade”, apregoada, antes, por Sarney e, agora, por Collor. A essa campanha para 93 devemos combinar a luta pela regulamentação de direitos conquistados em 88, e que vêm sendo alvo de manobras protelatórias por parte da maioria conservadora do Congresso Nacional.

162. Tanto na ação de regulamentação da Constituição de 1988, quanto nas discussões da reforma constitucional, a ação do PT deve se pautar pelo fortalecimento da sociedade civil, direcionada para um maior controle social sobre o Estado e as instituições, especialmente dos meios de comunicação de massa; este caminho nos permite operar com a perspectiva de apropriação do Estado pelo povo organizado, através da democratização radical de suas instituições e da criação de canais de controle e de participação popular em seu interior.

Nessa linha, assume importância decisiva a qualificação do trabalho parlamentar do PT, com nossas bancadas unificando sua atuação em torno de projetos de democratização do Estado e do próprio Parlamento, de saídas globais para a crise e propostas de política públicas. Tal postura exige também, de nossa parte, um esforço para a viabilização, em nossas prefeituras, das propostas de participação popular e de democratização do Estado. Um insucesso do PT, nesse campo, desgastará nossa luta estratégica por democracia, seja pelo uso que disso farão nossos adversários, seja pela desmoralização de nossa própria base social.

AS ELEIÇÕES DE 1994

163. Ao definir como nossa perspectiva de médio prazo a conquista da Presidência da República em 1994 – e como batalha já em curso a disputa

das eleições de 1992 e a reforma constitucional –, o PT entende que nossa ação política só tem sucesso quando está ancorada num forte trabalho junto aos movimentos sociais, às lutas de massa, que devem ser combinadas com a ação propriamente institucional. Para o PT, conquistar a Presidência da República significa não só obter uma vitória eleitoral, mas também as condições para governar e cumprir o seu programa. Portanto, a pavimentação de nosso caminho para uma vitória eleitoral em 1994, e para a viabilização de um governo democrático e popular, exige mudanças em nossa forma de intervir e nos relacionarmos com a sociedade e uma política de alianças que nos possibilite articular um campo de forças partidárias e, especialmente, de forças sociais que incorpore, também, os setores desorganizados e marginalizados da população. Passa também, necessariamente, por um crescimento qualitativo do movimento social e de suas organizações e pelo aprofundamento da democratização da sociedade e do Estado brasileiro.

164. Numa realidade onde são valores populares o fisiologismo, o paternalismo, o machismo; onde o índice de analfabetismo é altíssimo; onde o desinteresse pela participação política é crescente; em que grande parte das classes populares está alijada da participação na sociedade; onde os índices de pobreza são alarmantes e a comunicação é monopólio das classes dominantes, só poderemos implementar nossa tática se conseguirmos desenvolver, de forma criativa e pedagógica, um intenso trabalho político e organizativo de base, que difunda valores democráticos, socialistas e humanitários junto a parcelas crescentes da população.

165. Os rumos políticos do Brasil nesta década dependerão, em grande medida, da capacidade que a esquerda demonstre em transformar nosso projeto alternativo de desenvolvimento num catalisador de um poderoso movimento social por reformas, por um novo caminho de desenvolvimento econômico, político e social para o país, que não apenas supere a crise atual, mas também o modelo excludente que sempre marcou o capitalismo brasileiro. Centrado na ampliação do mercado interno brasileiro, na democratização da renda, da terra e da informação, na reorganização do crescimento e na defesa e ampliação das conquistas e do espaço democrático, o nosso projeto alternativo deve se constituir em eixo da ação política das diversas frentes de atuação partidária e social.

166. Neste quadro, vemos a luta por um governo democrático e popular e a possibilidade de chegarmos a ele por uma maioria eleitoral como

um objetivo estratégico, porque o entendemos como a expressão atual de um governo de hegemonia dos trabalhadores, voltada para atender as reivindicações e anseios históricos e contemporâneos de nosso povo e na perspectiva de construção do socialismo. O programa de reformas implementadas por este governo atingirá interesses da burguesia e da burocracia técnico-militar, ampliando conflitos políticos no Estado e na sociedade.

167. Nessa situação, o governo democrático reafirmará como referência central da sua sustentação a participação organizada dos setores populares e da maioria da população e uma política de alianças com partidos e setores democráticos e populares, que só se viabilizará se mostrar, desde o início, seu intransigente compromisso popular, através de medidas econômicas, políticas e sociais imediatas. Estará, assim, visível a diferença com governantes anteriores, o que animará a participação política dos milhões hoje descrentes ou manipulados politicamente.

168. Mas a luta por um governo desse tipo não se restringe às eleições. Passa pela politização dos trabalhadores e pela constituição de um amplo movimento de massa em defesa de um plano alternativo de caráter democrático e popular, articulado em torno de reformas na sociedade e no Estado e de uma promoção de valores anticapitalistas e democráticos; por uma alternativa política imediata e global à situação, que oriente nossa atuação nos movimentos sociais e na disputa política na sociedade, englobando os mais diversos aspectos da vida nacional como, entre outros, uma política salarial de redistribuição de rendas e investimentos; a suspensão da dívida externa; uma ampla reforma agrária e uma política agrícola que apoie o pequeno agricultor; a democratização dos meios de comunicação e das Forças Armadas.

169. A conquista do poder político é um momento da luta pelo socialismo, mas não garante, por si só, a sua construção. A conquista do poder pode significar a vontade da maioria, mas não é sinônimo de hegemonia política com base no projeto global, e muito menos ideológica e cultural. Sua consolidação virá com o exercício democrático do poder, de modo a compreender as diversas contradições materiais, políticas e ideológicas que permanecerão existindo, mesmo entre os setores sociais revolucionários, além das tradições políticas e culturais da velha sociedade.

170. O PT, compreendendo essa realidade nacional, defende, assim, a construção de novos espaços e canais diferenciados de exercício da democracia, de modo que esta seja a mais ampla possível, garanta os interesses em

jogo entre as camadas populares e crie condições para a eliminação da dominação política da burguesia monopolista e a construção do socialismo. Uma democracia que articule formas representativas e diretas. E uma transição econômica que, partindo da socialização dos grandes meios de produção, de uma reforma agrária antilatifundiária sob o controle dos trabalhadores e de um planejamento econômico democrático, entenda que o mercado ainda sobreviverá por longo período, porém não mais como força hegemônica na regulação da economia e a serviço da exploração.

PARTIDO

1. Após 11 anos de intensa luta política e social, o Partido dos Trabalhadores defronta-se com uma situação diversa daquela que marcou sua origem e crescimento. Transformamo-nos num dos principais partidos do país, com presença institucional, social e organizativa nacional. Os movimentos sociais sob nossa direção ou influência registram difusão ou crescimento notáveis ao longo da década, tornando mais complexas as suas relações com o Partido. Alcançamos uma presença institucional – nas Câmaras Municipais, nas Prefeituras, nas Assembleias Legislativas e no Congresso Nacional – muito superior ao que julgávamos possível há 11 anos. Chegamos ao segundo turno das eleições presidenciais em 1989; quase vencemos, e continuamos como uma das forças políticas aptas a disputar as próximas eleições presidenciais. Finalmente, mas não menos importante, o PT de hoje está chamado a enfrentar uma situação internacional e um tipo de luta política e ideológica completamente diferentes daqueles existentes à época de sua fundação: o desmanche do Leste Europeu, a crise do socialismo, a ofensiva neoliberal.

O PT situa-se, hoje, num terreno mais vasto e complexo da luta de classes. Questões como a combinação da luta de massas com ação de governo, ou como a resistência ao neoliberalismo de Collor com a afirmação de alternativas concretas, ou como a defesa da democracia, apresentam-se como tarefas imediatas. A simultaneidade do crescimento de tais desafios com a radical alteração das relações de poder mundial configurou um quadro profundamente impactante para o PT.

2. Nossos desafios atuais envolvem, fundamentalmente, o enfrentamento do processo de definições políticas, ao mesmo tempo teóricas, como também de um projeto real de uma alternativa para o Brasil. Envolve, portanto, o desenvolvimento de nossa identidade e do perfil socialista do Partido.

Nesse processo, nosso Partido entende que são muito importantes as lições mais gerais da luta dos trabalhadores de todo o mundo, e as reafirma como referências de sua cultura política, mas entende que é somente em confronto com nossa própria realidade que iremos construir o caminho para o socialismo no Brasil. Afastamos, assim, toda a reiteração dogmática de ver-

dades a-históricas ou novos modelos que não digam respeito aos conflitos radicais que opõem, no Brasil, uma pequena minoria capitalista, associada aos interesses imperialistas, à grande maioria dos oprimidos e discriminados, entre os quais o PT tem a sua base decisiva e seus compromissos históricos. Diante desta nova época, diante das novas tarefas que esta época propõe ao Partido dos Trabalhadores, faz-se necessário repensar e alterar as estruturas organizativas, o método de funcionamento e de direção, os mecanismos e a maneira pela qual o PT se relaciona com a sociedade brasileira, com os movimentos sociais, com os outros partidos, com os trabalhadores e com o povo.

3. Nossa estrutura orgânica não apresenta mais correspondência com a nossa força real e representatividade social. Embora nosso Partido continue sendo, entre os partidos brasileiros, aquele que possui a maior militância, a vida interna mais efetiva e a maior dose de democracia interna, a verdade é que é preciso superar a nossa atual política de organização. A atual forma de organização do Partido está inadequada e até mesmo caduca. Temos uma estrutura verticalizada, que engloba as instâncias atuais (DN, DR, DM, Núcleos e Zonais), mas que não dá conta de um Partido como o nosso. Possuímos, de fato, uma estrutura de elite, que não oferece canais de participação para uma camada mais ampla de petistas, quanto mais para uma participação maciça. Esta situação se agrava quando as instâncias se esvaziam, seja pelo cansaço, seja porque são viciadas, tendo se tornado palco de discussões inúteis.

4. É preciso reconhecer, além disso, que qualquer estrutura organizativa que pretenda reunir algo além dos militantes mais ativos não pode estar baseada no ritual de reuniões demoradas, constantes e cansativas. A sociedade atual – em que o trabalho absorve grande parte do tempo das pessoas; em que as alternativas de lazer e distração são muitas – estabelece uma competição tão grande que praticamente inviabiliza as formas organizativas baseadas apenas em reuniões. É preciso, por isto, considerar que a criação de mecanismos de comunicação – o uso do rádio, da imprensa, dos vídeos, da TV etc. – tornam-se indispensáveis a qualquer política consequente de organização. Comunicação, hoje, não é só poder: é instrumento de organização.

5. Ao longo dos últimos anos, estabeleceu-se uma divisão de trabalho no interior do Partido: aos petistas que militam nos movimentos sociais caberia travar a luta reivindicatória; aos parlamentares e aos nossos quadros à frente dos governos municipais caberia ocupar-se da luta institucional; e às direções partidárias caberia administrar a vida interna do Partido, exercer al-

gum comando durante as campanhas eleitorais e funcionar com uma espécie de tribunal de última instância para as disputas entre os petistas.

6. Ao apresentarmos este sucinto diagnóstico – em grande parte contido nas resoluções do 5º e do 7º Encontros Nacionais, que frisaram a necessidade de promover uma verdadeira revolução em nossa organização partidária – queremos destacar que ainda está por ser feito um balanço global – histórico, político e organizativo – da experiência de construção do próprio Partido dos Trabalhadores. Até porque acreditamos que é o estudo da experiência desses 11 anos que pode servir como inspiração fundamental para as alterações, que se fazem necessárias, na forma de construir o Partido dos Trabalhadores.

7. Temos um dever no PT, um partido diferente, de desenvolver uma nova ética partidária, também diferente, e expressá-la claramente em nossos estatutos. Essa nova ética político-partidária tem que se assentar em quatro pilares: em 1º lugar, a postura individual dos militantes; em 2º, a relação dos militantes entre si; em 3º, o conceito de fidelidade partidária; e, em 4º, a relação dos militantes e do Partido com o mundo exterior a ele.

Quando falamos do primeiro pilar, estamos falando da integridade política individual que, por exemplo, não admite que um petista coloque seu mandato ou cargo a serviço de seu uso político pessoal, através de políticas clientelistas, mesmo que isso seja aceito na legalidade burguesa. Estamos, assim, propondo uma nova ética política pessoal petista.

8. No que se refere ao segundo pilar, é essencial desenvolver o sentimento fraterno entre todos os militantes. No PT, não pode haver inimigos, mas somente companheiros que divergem, por acres e agudas que sejam as divergências. Essa unidade de ação não significa unanimidade e pressupõe que seja sempre respeitado o direito das minorias na sua justa e contínua luta para se transformarem em maioria.

9. O terceiro pilar implica que o conceito de fidelidade partidária no PT tem que expressar, claramente, que o Partido é mais do que a simples soma de seus militantes. Não se trata de cercear a liberdade individual, sobretudo no nível de liberdade de expressão, mas sim garantir que a energia de todos os militantes esteja voltada para a efetivação do programa, da tática e estratégia partidária decidida pela maioria.

10. Já o quarto pilar implica que aquilo que é aceito como normal pelos políticos não sirva de exemplo para o PT, por maiores que sejam os argumentos casuísticos empregados. Isso porque não é possível e não funciona preten-

der ter uma ética interna ao Partido e outra, oportunista, em suas relações com a sociedade em geral.

Assim, finalmente, é necessário que as instâncias partidárias que tratam especificamente desses assuntos no Partido, como as comissões de ética ou similares, e que se apoiam nestes quatro pilares, não tenham caráter policial ou judicial, mas sim que sejam órgãos de cooperação política das instâncias dirigentes, o que implica que, em seus trabalhos normais, procurem, antes de mais nada, encaminhar politicamente as controvérsias que lhes serão apresentadas.

UM MÉTODO DE DISCUSSÃO

11. Ao mudar a estrutura organizativa do PT, devemos levar em conta a atuação concreta do Partido, a nossa intervenção política, as profundas diferenças regionais, setoriais e culturais, assim como os diferentes níveis de participação e responsabilidades existentes dentro do Partido. Por isto mesmo, os debates terão sucesso em propor uma nova forma de organização partidária se eles mesmos se preocuparem não tanto em enunciar princípios gerais de funcionamento, mas sim em sugerir novas formas de organização, a partir, principalmente, das sugestões e opiniões do conjunto das bases partidárias. Por essa mesma razão, entendemos as resoluções aqui apresentadas como inovações experimentais. Se devemos ter audácia nas propostas de estruturação partidária, cuja referência deve ser a Década de 90, é preciso também adotar a modéstia de quem não tem propostas acabadas e definitivas acerca de desafios tão importantes.

12. Nessa discussão, nossa principal preocupação deve estar em combinar a consolidação simultânea do PT como movimento e como instituição. Movimento com profundas raízes na sociedade e na classe trabalhadora brasileira, base social de nosso Partido, uma força política, social e cultural de expressão, capaz de manter relação e diálogo permanentes com os movimentos sociais e partidos políticos, dotado da dedicação, da espontaneidade, da fibra e da improvisação típicas de um partido de massas que pretende revolucionar a sociedade. Instituição assentada numa rede de organizações partidárias e parapartidárias – imprensa, escolas de formação, institutos de pesquisa, livrarias, assessoria à direção, estruturas profissionais de finanças – que assegurem nossa presença cotidiana em todos os embates da luta de classes.

13. Saber combinar a nossa consolidação como instituição e como movimento político, social e cultural; partido de massas com formas organizativas diversificadas; partido que dialoga e propõe política aos diversos setores sociais, que aspira tornar-se dirigente hegemônico: estas são as preocupações de ordem mais geral que devem orientar todas as alterações organizativas que venhamos a adotar no I Congresso. Para nós, solucionar os problemas internos do Partido supõe exatamente a eliminação do internismo, o justo equacionamento da nossa relação com a sociedade e a nossa capacitação para os embates políticos. É nesta medida que evitamos a falsa contraposição, proposta por alguns, entre partido de interlocução e partido dirigente, que se estabelece quando reduzimos o papel do partido a um mero apresentador de projetos à sociedade, pretendendo, assim, diluir seu caráter de classe e desqualificá-lo como instrumento decisivo para a disputa do poder.

14. Apresentamos, a seguir, sugestões voltadas para eliminar alguns dos gargalos que dificultam o funcionamento partidário. De saída, explicitamos que as propostas – acerca dos mecanismos de organização partidária, de comunicação – constituem não apenas uma crítica implícita aos defeitos da atual estrutura partidária, mas também uma autocrítica dos formuladores desta tese, responsáveis que somos, junto com os demais setores do Partido, pela construção do PT ao longo da década que passou, com seus méritos, mas também com seus defeitos.

15. Onze anos de construção partidária já demonstraram que os simpatizantes e filiados se aproximam do Partido quando compreendem os objetivos do PT, o que está em jogo e o que eles podem fazer pelo Partido. É isso que explica a grande afluência de petistas durante as disputas eleitorais: é visível para todos o que está em questão, quais os adversários, o que cada um pode fazer pelo PT. Por isto mesmo, a organização da base partidária passa pela adoção de uma política permanente de intervenção do PT nas disputas cotidianas em nossa sociedade.

A ORGANIZAÇÃO DA BASE PARTIDÁRIA

16. São considerados núcleos quaisquer agrupamentos de, pelo menos, nove petistas (sejam organizados por local de moradia, trabalho, movimento social, categoria, local de estudo, temas, áreas de interesse, atividades afins, tais como grupos temáticos, clubes de discussão, círculos de estudo etc.). Os

núcleos são abertos à participação de pessoas não filiadas ao PT, mas só podem se fazer representar nas instâncias dirigentes e de deliberação do Partido através de filiados do PT. As instâncias de base do PT são abertas a todos os filiados, não sendo permitido vetar a participação de nenhum filiado que deseje atuar junto a determinada instância de base.

17. Os núcleos são uma prioridade na política de organização do Partido. Uma política de sustentação dos núcleos requer a existência de uma série de mecanismos voltados para a sustentação do debate político no nível da base (formação política, orientação de políticas setoriais, a divulgação do jornal etc.). Isso, no entanto, pouco significará se não for revertido em poder de decisão sobre o debate e a prática levadas pela base. Os núcleos devem, progressivamente, se tornar uma das formas básicas, não a única, nem em contradição com as já explicitadas, de delegação de poder no Partido, através da reunião de filiados e encontros amplos, abertos e massivos para a delegação de poder. O novo Regimento Interno deverá estabelecer os procedimentos para que os delegados de Encontros Municipais e Zonais sejam eleitos na base, sem prejuízo de outras formas que venham a ser estabelecidas.

18. Nesse sentido, é preciso incorporar ao regimento partidário as prévias, as plenárias de filiados, os fóruns de consulta, os fóruns decisórios setoriais e os mais diferentes tipos de articulações e espaços que os petistas devem buscar organizar para intervir na sociedade. Atividades como reuniões de prestação de contas dos parlamentares do Partido devem ser incentivadas, cabendo à direção não apenas emprestar seu apoio, mas também delas participar ativamente. A mesma coisa deve ser feita, durante as campanhas eleitorais, com os grupos de apoio às candidaturas do Partido.

19. A adoção de novas formas de organização partidária, tanto na base quanto nos níveis municipal e regional, deve levar em conta as diversidades regionais. Entender o Brasil na sua complexa diversidade significa, também, adotar políticas regionais diferenciadas de construção partidária, que envolva a criação de macrorregiões (intraestaduais ou interestaduais) e a autonomia relativa dos Diretórios municipais e regionais no tocante à adoção de mecanismos organizativos e diretrizes políticas mais adequadas à sua própria realidade.

20. Devido à distância que separa os grandes centros dos municípios médios e pequenos, não há um verdadeiro sincronismo no funcionamento do Partido, impossibilitando, assim, a formação de ideias fundamentais. No processo de consolidação da construção partidária, combinando-se com a

estratégia de transformação da sociedade brasileira, entendemos ser de fundamental importância avançarmos na interiorização do Partido. Essa interiorização se dará através de medidas concretas como:

1) Elaboração de um projeto político a partir das diferentes realidades socioeconômicas dos estados, e que contemple áreas como: meio ambiente, saúde, educação, habitação e, fundamentalmente, a questão agrária, fundiária e agrícola;

2) Descentralização e regularização da informação e da formação política com base nas realidades locais, tendo como contrapartida a descentralização das decisões partidárias;

3) Profissionalização de quadros das direções estaduais das diversas regiões, visando o trabalho de integração partidária;

4) Maior integração das bancadas estaduais e federal nas diferentes lutas do interior dos estados;

5) Nos programas produzidos pelo Partido (rádio, TV etc.), abranger as diversas realidades do interior;

6) Preocupação com o uso de linguagens acessíveis ao conjunto dos filiados do PT na elaboração dos documentos partidários;

7) Dinamização de fóruns específicos das diversas regiões.

O PT E OS MOVIMENTOS SOCIAIS

21. Outra medida decisiva no campo da reorganização partidária é a unificação da ação dos petistas que atuam nos movimentos sociais, especialmente o sindical – onde o crescimento da pluralidade interna à CUT acentua a necessidade de um PT unificado em torno das questões fundamentais. Tendo isso em vista, devem ser estabelecidas alterações no regimento partidário, criando plenárias e coordenações das frentes de massa do Partido, como instâncias dirigentes ligadas às secretarias e ao conjunto da direção partidária.

22. Temos consciência de que unificar nossa intervenção nas frentes de massa é um processo demorado, até porque isso significará superar a atual divisão dos sindicalistas petistas em várias tendências públicas. A unificação partidária deve ter início desde já, envolvendo não apenas um trabalho de fortalecimento, criação e ressurgimento de núcleos por categoria e local de trabalho, e a criação de plenárias e coordenações setoriais com atribuições dirigentes, mas principalmente a elaboração e apresentação de um programa petista para movimentos sociais.

23. Nossa organização de juventude, hoje, deve-se dar de forma integrada ao Partido. Entendemos ser necessário abrir uma ampla discussão no interior das instâncias a respeito da política e métodos para trabalhar com a juventude, assim como suas formas de organização dentro e fora do PT.

24. O PT deverá pensar, com urgência, formulações para a superação do racismo no Brasil. Na questão racial, a relação do PT com o Movimento Negro não avança na medida em que o Partido não tem entendido a importância do negro na luta contra a opressão neste país, não reforçando desta falta de organicidade do movimento, não tendo investimento real.¹

25. A esquerda brasileira tem formação egocêntrica, onde a questão Capital X Trabalho foi sempre considerada a base explicativa de todas as contradições presentes na sociedade; isso a impediu de compreender que esta contradição é fundamental, mas só ela não dá conta da totalidade das opressões sofridas pela população trabalhadora em geral. Neste sentido, se omite em relação à formulação de uma política de combate ao racismo, expresso na sociedade brasileira através do extermínio de crianças e adolescentes, a violência policial, a esterilização em massa de mulheres, o desemprego.

26. As condições de marginalidade das populações pobres, onde o negro é maioria absoluta, colocam explicitamente o processo de genocídio ao qual este setor da população está sendo submetido. Se o PT não entender esta questão, realmente estará seriamente comprometida a sua proposta de ser o agente transformador das estruturas opressivas da sociedade brasileira.

27. Tudo o que está relatado anteriormente é reflexo da atual estrutura partidária, que não possui órgão, nem representação negra nas suas instâncias decisórias. Sabemos ser princípio do Partido o combate a todas as formas de opressão e discriminação. Isto poderá ser viabilizado na medida em que o PT defenda a concretização representativa das reivindicações dos setores oprimidos e discriminados. O PT precisa incorporar a necessidade de combater o racismo no Brasil, na educação, nas prisões e no mercado de trabalho.

28. Ficam criadas instâncias onde os conflitos entre comunidades indígenas e camponeses, comunidades indígenas e garimpeiros e outros possam ser debatidos com vistas à busca de soluções. Ficam criados fóruns ampliados, internos ao PT, para tratamento de temas e políticas que afetem

1. Texto conforme constante da publicação original.

direta ou indiretamente terras ou comunidades indígenas. Propõe-se estimular a participação dos índios nas instâncias partidárias.

29. O PT deve garantir a plena participação de todos os portadores de deficiência no Partido, através de mecanismos adequados, entre os quais recomendam-se os seguintes:

a) acessibilidade dos portadores de deficiência física nas sedes e reuniões partidárias, com eliminação de barreiras arquitetônicas;

b) direito à informação dos principais documentos em braile ou gravação em fita cassete;

c) aos deficientes auditivos, garantir o direito de acompanhar reuniões e os programas partidários na TV em condições de igualdade, por meio de intérpretes na língua dos sinais ou legendas escritas.

A UNIFICAÇÃO DO PARTIDO

30. Hoje, uma condição fundamental de democracia é a recuperação da capacidade de decisão do Partido, com o fortalecimento de suas instâncias de base e de direção. A formulação da política do Partido deve ser construída nas suas instâncias. Para isso, é necessário garantir o funcionamento das direções, o compromisso do conjunto dos dirigentes e figuras de projeção pública do Partido com as tarefas de construção e com o encaminhamento das deliberações partidárias. Nos processos de debate interno, a referência fundamental deve ser construída através da elaboração das instâncias dirigentes, ao invés de centrada nas propostas de cada tendência, como tem ocorrido na preparação dos Encontros.

31. É preciso, também, combater a proliferação e o fortalecimento de centros autônomos de poder, que solapam atribuições e concorrem com as instâncias partidárias. A maior circulação de informações contribui para o controle das atividades das diversas “expressões públicas” por parte do conjunto das instâncias e bases partidárias e é uma condição fundamental para a unificação partidária.

32. As resoluções do 5º Encontro Nacional já apontaram, acertadamente, que a capacidade de atuação unificada do Partido envolve, entre outras questões: “a existência de definições políticas claras”, “a consciência por parte da militância petista da necessidade de centralização política do PT” e o “funcionamento pleno das instâncias de direção partidária”. Porém, a vida tem

demonstrado que, além disso, a unificação do Partido e, em especial, o necessário trabalho de desconstituição da dinâmica de gestação e funcionamento seja de “centros autônomos de poder” (bancadas parlamentares, administrações, as chamadas “expressões públicas” etc.), seja das tendências, requer um permanente esforço das direções partidárias visando manter a iniciativa política.

33. Nesse sentido, impõe-se mobilizar o Partido para:

1) elaboração democrática das linhas para nortear a ação dos petistas nos movimentos sociais, a começar pela atualização da linha sindical;

2) potencializar o desenvolvimento dos meios de comunicação partidários de modo a que se constituam em efetivos veículos de orientação do agir político cotidiano dos petistas.

34. O direito de tendência, aprovado pelo 4º Encontro Nacional e regulamentado pelos 5º e 7º Encontros Nacionais, jogou papel importante nas dissoluções dos partidos dentro do PT, na recusa de modelo de partido monolítico e na afirmação da democracia e pluralismo inerentes ao PT. Nesse sentido do direito de tendência, que entendemos como permanente, trata-se de uma aquisição do PT.

35. Entretanto, o direito de tendência não pode ser entendido como o monopólio da vida partidária pelas tendências. O funcionamento interno do PT, quando reduzido à ação de suas tendências, trava o crescimento do Partido e dificulta a sua ação pública.

36. Em certa medida, isto é o que ocorre hoje. Por um lado, porque o precário funcionamento de nossas instâncias, a carência de mecanismos de formação e a quase inexistência de meios de comunicação partidários acabam marginalizando filiados; quem não fizer parte de uma tendência tem acesso dificultado às informações, às discussões e às direções partidárias.

37. Por outro lado, a aplicação do regulamento de tendências não conseguiu eliminar a existência e a cristalização, no Partido, de verdadeiras frações. É verdade que, hoje, é geral o reconhecimento — mesmo que em alguns casos somente formal — do caráter estratégico do PT, mas persiste o fracionamento da ação pública do Partido, especialmente no movimento sindical. Algumas tendências aderiram apenas tacitamente aos critérios da resolução de tendências, mantendo sedes públicas e jornais públicos, em choque com as posições do conjunto do Partido.

38. O PT deve ser um partido com tendências, mas não um partido detendências. O PT é um partido com direito de tendência, mas não admite

que petistas ligados às tendências possuam mais direitos do que os militantes petistas desvinculados de tendências. O PT é um partido onde vigora o mais amplo direito de divergência e crítica, onde o direito de filiados organizarem-se em tendências vigora permanentemente, com pleno reconhecimento dos direitos das minorias, mas não é uma federação de frações.

39. Entre as diversas medidas para desbloquear a vida do Partido e ampliar sua democracia e seu pluralismo, propomos a seguinte regulamentação do direito de tendência:

1- Tendências são agrupamentos que estabelecem relações entre militantes para defender, no interior do Partido, determinadas posições políticas, não podendo assumir expressão pública e declarar-se como de vida permanente.

2- Ficam proibidas as sedes próprias. As tendências que mantiverem espaços para organizar suas atividades, que deverão ser sempre internas ao Partido, não poderão fazer uso delas para reuniões de tendências com não filiados. A existência deste tipo de espaço deverá ser do conhecimento da direção partidária e autorizada por ela, ficando proibido que eles ostentem qualquer tipo de identificação pública, e podendo ser usado pelo Partido, devendo suas atividades ser abertas para qualquer filiado. Recomendar-se-á que se reúnam nas sedes partidárias.

3- As tendências internas poderão produzir boletins informativos, de circulação estritamente interna ao Partido, bem como editar publicações voltadas ao debate político e teórico ou propostas sobre conjuntura e movimento social, internamente ao Partido. É vedada às tendências a publicação de folheto, jornal, revista ou qualquer outro meio de comunicação voltado a orientar e organizar a intervenção política das tendências no movimento social, na conjuntura, ou para difundir posições de tendência fora do PT. É vedada também a circulação de quaisquer documentos públicos assinados por tendências, mesmo que veiculando posições oficiais do Partido.

4- As tendências poderão manter mecanismos de arrecadação de recursos, desde que eles não concorram com as finanças partidárias ou adquiram caráter de finanças públicas para uma tendência interna. Iniciativas patrocinadas pelas tendências para arrecadar recursos internamente ao PT devem ser comunicadas à direção partidária.

5- As relações internacionais são atributo exclusivo do Partido, através de suas instâncias de direção.

6- A Direção Nacional avaliará as relações internacionais mantidas atualmente por tendências e considerará esses relacionamentos quando estiverem de acordo com a política do Partido. Essa avaliação será tomada como base para o DN estabelecer as formas, processos e prazos para superar a atual situação. Nesta perspectiva, não haverá, portanto, representação de tendências internas do PT em eventos ou organismos internacionais.

7- As tendências internas do PT não podem exigir ou constranger seus integrantes a qualquer tipo de centralismo obrigatório. As deliberações das tendências não podem se sobrepor – ou se chocar – ao encaminhamento prático das decisões partidárias.

8- Fica aprovada esta regulamentação de tendências, compreendendo que, como antes, a unidade do Partido demandará um processo político para pôr fim às verdadeiras frações que atuam no Partido. Nesse sentido, a Direção Nacional deve garantir seu cumprimento.

OS MECANISMOS DE COMUNICAÇÃO

40. É impossível desenvolver uma consciência democrática e socialista de massas no Brasil sem quebrar o monopólio sobre os meios de comunicação de massa. Esta é uma luta central, que deve ser travada nos parlamentos (com medidas que busquem democratizar os acessos aos meios de comunicação), nas prefeituras populares (com a criação de novos mecanismos e meios de comunicação), nos sindicatos e movimentos sociais em geral (com a criação de uma imprensa, rádios e TV próprias), e mesmo na categoria dos trabalhadores em meios de comunicação (com o estabelecimento de uma postura crítica frente aos interesses dos proprietários de meios de comunicação).

41. O Partido dos Trabalhadores deve consolidar seus próprios meios de comunicação, como a produção de vídeos, a compra de espaços em rádios, a participação e eventual produção de programas em televisão, o uso da TV Executiva etc.

42. Ao jornal partidário caberá uma tarefa específica: ao estabelecer um canal permanente de diálogo com a sociedade, o jornal catalisa e estimula a ação dos militantes (especialmente daqueles organizados em núcleos, secretarias etc.), solucionando em grande medida a questão de quem fala em nome do Partido: se o coletivo partidário, as suas personalidades ou suas tendências internas. O jornal constitui-se ainda num instrumento de formação política e democratização das informações. Os órgãos e veículos de

comunicação para a militância e a sociedade deverão zelar para não reproduzir e reforçar estereótipos e linguagens discriminatórias de qualquer natureza. Com o objetivo de ampliar a assimilação do feminismo pelo PT e ampliar a nossa atuação na luta contra a opressão das mulheres, os organismos de comunicação partidária deverão tratar, sistematicamente, temas relacionados à luta das mulheres e ao movimento de mulheres.

FORMAÇÃO E NOVA CULTURA POLÍTICA

43. A construção coletiva e democrática de nosso projeto só pode se viabilizar se a dinâmica da vida partidária contemplar um processo pedagógico permanente: se os militantes, lideranças intermediárias, dirigentes, puderem ampliar sua compreensão da realidade e se capacitarem para as tarefas políticas no processo de luta. Compreendemos que este processo implica um método de construção partidária que seja capaz de transformar cada ação política num momento pedagógico, politizador, estabelecendo a ligação entre as diversas atividades e o projeto estratégico do Partido.

44. As chamadas atividades formativas devem ser encaradas, dentro desta lógica, como momentos de estímulo e reforço à implementação deste método de construção partidária. Coerente com o projeto petista, nossa formação política deve ser exercício da pluralidade e criadora de novas alternativas. A formação política deve contemplar as dimensões globais da vida, incorporando as questões relativas à opressão de raça e gênero, buscando a construção de sujeitos autônomos, éticos, solidários, sensíveis aos valores mais nobres do ser humano. Deve, ainda, contemplar as especificidades culturais, regionais e históricas, trabalhando um processo unitário dentro da diversidade.

45. A formação política é um dos instrumentos de construção das condições de igualdade entre os militantes. Neste sentido, para combater a desigualdade de oportunidades e condições das mulheres, em função de sua discriminação social e fortalecer a construção da igualdade real entre homens e mulheres no PT, o Partido deverá garantir o acesso das mulheres a todos os espaços de formação política geral do Partido. A luta pela libertação das mulheres será parte constitutiva dos programas de formação política geral do PT.

46. Tendo consciência de que é preciso conhecer para transformar, assumimos que o aspecto principal de nossa formação política deve ser o

conhecimento da realidade social de nossa população e do país, sua história e sua cultura. Reconhecemos que a prática social historicamente acumulada é o ponto de partida e de chegada do processo de conhecimento e do trabalho de formação. Além disso, a prática formativa precisa propiciar a apropriação do conhecimento universal acumulado, possibilitando o desenvolvimento dos instrumentos de crítica a esse conhecimento e, sobretudo, capacitando a produção de novos conhecimentos, capazes de assegurar uma ação transformadora.

47. Nossa formação política – coerente com a característica plural e democrática do Partido – deve ser estimuladora do exercício crítico, superando o dogmatismo, a retransmissão de verdades prontas. Se partimos do referencial acumulado historicamente pela lutas sociais e pelo próprio Partido, devemos ir além de criar novas alternativas. Nessa perspectiva, os militantes, lideranças e dirigentes são os protagonistas da formação; são eles que operam a sistematização de sua prática, pesquisam, comparam e criam novas propostas, em diálogo com os educadores partidários.

48. A formação deve incidir sobre o conjunto da vida partidária, visando alterar sua qualidade, criar uma cultura política capaz de contrapor a prática do debate democrático ao sectarismo obscurantista; a busca da clareza de objetivos e métodos à mobilização espontaneísta e dispersa; a prática da política como serviço fraterno à visão burocratizante e arrivista; a generosidade militante ao acomodamento aparelhista; o respeito absoluto à pessoa e aos seus valores subjetivos à visão utilitarista e pragmática; a prática efetiva da democracia ao autoritarismo.

49. Por isso mesmo, a formação política não se reduz a eventos formais, como cursos e seminários. Deve operar no cotidiano, como método que torna momento de aprendizado cada ação partidária, de uma campanha eleitoral a um congresso, de uma luta concreta no movimento social a uma reunião de instância. Cursos, seminários, jornadas, textos são momentos fortes de reflexão, sistematização e organização dessa prática. A formação política petista, por coerência com tais princípios, tem como elementos fundamentais de sua metodologia sua vinculação com a prática social e a busca de sua superação. A prática formativa precisa propiciar a apropriação do conhecimento universal acumulado, possibilitar o desenvolvimento dos instrumentos de crítica a esse conhecimento e, sobretudo, capacitar para a produção de novos conhecimentos, capazes de assegurar uma ação transformadora sobre a realidade.

50. A metodologia da formação precisa tomar como base a pluralidade de visões e interpretações existentes no nosso Partido e na sociedade, e fazer do debate, da dúvida e da polêmica uma estratégia sempre presente nas atividades formativas. Esse processo de formação política não nasce por geração espontânea. Exige das direções e do conjunto do Partido a ruptura do preconceito, da autossuficiência, do ativismo inconsequente, bem como do teorismo estéril. Requer, acima de tudo, a convicção de que não se pode realizar a democracia interna do Partido, compreendida como efetiva participação do conjunto da militância na elaboração política e na tomada de decisões, sem o investimento consciente na capacitação de nossa base para tal exercício.

51. Investir em formação política significa, ainda, assegurar uma das condições fundamentais para a realização de nossa estratégia de maioria: somente uma militância politizada, consciente e convicta poderá fazer o trabalho de ampliação de nossa base social e atingir setores hoje hegemonzados pela classe dominante. Baseadas em tais convicções, as direções deverão investir no planejamento dos processos regionais e locais de formação política, alocando recursos humanos, de infraestrutura e financeiros suficientes para o cumprimento desta tarefa.

52. Em consequência, o Partido deve:

1- Criar coletivos de formação em todos os seus Diretórios, regionais e municipais, vinculados à estrutura nacional de formação, dotando-os de recursos humanos, políticos e materiais que lhes permitam planejar e executar um programa de formação no âmbito que lhes compete;

2- Criar um programa básico de formação, massivo, adaptado às diversas características regionais e culturais, e que deve ser executado pelas respectivas instâncias, com a preocupação de alimentar o debate nos núcleos de base;

3- Desenvolver o programa nacional de formação de lideranças intermediárias, atendendo à necessidade de suas responsabilidades progressivas. Este programa deve ser regionalizado e educar as lideranças para a aquisição do método que lhes permite imprimir o caráter pedagógico transformador à ação política. Esse programa deve, ainda, utilizar – além da modalidade de cursos e seminários – a modalidade de estudo à distância;

4- Desenvolver um programa de formação de dirigentes e formadores, estabelecendo para as instâncias dirigentes a obrigatoriedade do debate e estudo coletivo, em termos que serão regulamentados em cada instância;

5- Interligar a intelectualidade partidária no trabalho de formação, assim como conclamar as diversas tendências internas a um esforço unitário de fortalecimento das instâncias e programas de formação do PT;

6- Aliar a capacitação política à capacitação técnica, colaborando na superação do divórcio que existe hoje, especialmente entre aqueles que ocupam postos no plano institucional, entre os que possuem o preparo técnico e aqueles que possuem apenas uma formação política geral; produzir e distribuir material pedagógico impresso (como, por exemplo, a cartilha *O Que é o PT*) e audiovisual; massificar e aprofundar o trabalho de formação, incluindo a preocupação com atividades para novos filiados;

7- Fazer com que os jornais, boletins e periódicos que edita em suas diversas instâncias sejam considerados e utilizados como instrumentos privilegiados de formação. Implementar o processo de construção de sua escola nacional de formação nos termos definidos pelo 7º Encontro. Destinar, em todas as instâncias e, respectivamente, a suas Secretarias de Formação, 10% de sua arrecadação bruta ao programa de formação política;

8- Estimular o intercâmbio internacional com experiências de formação política de outros partidos, organizações políticas, institutos e entidades afins, cuidando para que esse intercâmbio contemple o respeito à autonomia, sem nenhum sentido de submissão ou domínio doutrinários, e que seja realizado por quadros partidários reconhecidos e indicados pela base, de acordo com sua necessidade, e aprovados pela Direção Nacional;

9- Ampliar a relação com diversas entidades nacionais que atuam no campo de formação, com a intenção de estabelecer intercâmbio de experiências.

A RELAÇÃO ENTRE O PT, OS GOVERNOS E AS BANCADAS

53. O PT é, hoje, uma alternativa real de governo, nos mais diferenciados níveis. A perspectiva é de ampliação, não apenas de nossas bancadas parlamentares, mas, também, do número de prefeituras sob nossa direção. Isto torna imperioso que se dê maior organicidade ao processo de indicação das candidaturas partidárias. Questões como a definição de candidaturas prioritárias, a correspondência entre a força interna e o número de candidatos que cada tendência do Partido lança à disputa eleitoral, o debate acerca do caráter do mandato, bem como a atualização da carta eleitoral, devem ser objeto de atenções e deliberações.

54. O PT dirige, hoje, mais de duas dezenas de administrações municipais. As eleições de 1992, provavelmente, ampliarão este número. Esse fato – para além dos seus aspectos positivos – exige de nós a reafirmação constante, prática e teórica, de que o PT é um partido no governo, não um partido do governo. Devemos nos empenhar, como nos empenhamos hoje, na discussão de programas de ação, no debate das políticas setoriais – para o que se torna imprescindível avaliar e potencializar a experiência do INAPP [Instituto Nacional de Administração e Políticas Públicas] e de iniciativas similares –, na sustentação política e social das administrações democrático-populares. E encaramos como perfeitamente normais as diferenças de visão entre governo e Partido, entendendo que pode ser legítimo e necessário que o Partido critique publicamente e se comprometa com movimentos sociais eventualmente em choque com administrações dirigidas por petistas, sempre que a situação assim o justificar. Ao mesmo tempo em que defendemos a autonomia entre as administrações públicas e o Partido, insistimos no fato de que os militantes petistas em cargos na administração e as instâncias de direção devem manter uma relação partidária, sendo imprescindível esgotar todos os canais possíveis antes de tornarem-se públicas as divergências.

55. O crescimento da participação institucional do Partido deve ser acompanhado de uma mudança na mentalidade partidária. É preciso que os dirigentes partidários, as nossas personalidades públicas e os detentores de mandatos eletivos tenham consciência de que são filiados com deveres superiores aos demais. O crescimento dos meios de expressão, dos recursos e da audiência pública devem ser acompanhados de um proporcional sentido de responsabilidade, de ética, de disciplina e de maior controle partidários. Desde sua origem, o PT tem buscado estabelecer uma nova relação entre o Partido e os detentores de mandatos eletivos. Hoje, quando a discussão sobre a representatividade e o funcionamento das instituições políticas ganhou a sociedade, cabe ao PT apresentar propostas globais referentes ao sistema eleitoral e ao funcionamento do Parlamento, sendo parte disto a remuneração dos mandatários. Os parlamentares petistas, em particular, têm o compromisso de estabelecer uma nova postura ética e política frente à sociedade, aos movimentos sociais e ao Partido.

56. É indispensável, por exemplo, o compromisso rigoroso com as normas regimentais do Partido. Dentro da nossa concepção de mandato partidário, o PT se empenhará para que seja incorporada à legislação eleitoral a

perda de mandato daqueles que romperem com o programa pelo qual foram eleitos. Compromisso nesse sentido deve fazer parte, desde já, da carta eleitoral que os candidatos petistas firmam no início das campanhas eleitorais. A atuação do parlamentar petista deve encarnar e representar não apenas um projeto individual, mas o projeto coletivo do Partido. O candidato petista a cargo eletivo deve ter demonstrado, ao longo de sua prática social, um compromisso com as lutas políticas e sociais desenvolvidas pelo Partido e com a luta geral dos trabalhadores e demais setores oprimidos da sociedade, expressando a compreensão de que a luta dos trabalhadores não se limita, nem se esgota, no campo parlamentar.

57. No tocante à contribuição dos mandatários para com o Partido, fica adotada a alternativa da fixação – em nível municipal, estadual e nacional – de valores mínimos (piso) e máximos (teto) para a remuneração de mandatários. Os valores que excederem o teto serão repassados integralmente ao Partido. Sobre os valores situados no intervalo entre o piso e o teto incidirão alíquotas progressivas. O PT compreende as diferenças existentes entre os profissionalizados pelo Partido, que respondem exclusivamente a este, e os detentores de mandato, que mantêm relação fundamental com a sociedade e com as instituições de que fazem parte. A regulamentação que propomos, de caráter nacional, é apenas parte de uma política financeira global que o Partido deve adotar, envolvendo, ainda, as contribuições dos filiados e a profissionalização da arrecadação e geração de recursos – tendo como contrapartida uma política de capacitação profissional para os funcionários do Partido, acompanhada de critérios de desempenho e políticas de remuneração.

A ESCOLHA E O FUNCIONAMENTO DAS DIREÇÕES

58. É preciso alterar a forma de decidir e de dirigir o Partido. Ao mesmo tempo em que tomamos medidas práticas para ampliar a capacidade de funcionamento de nossas direções – com a profissionalização do maior número de quadros, a criação de estruturas técnicas de assessoria etc., é preciso estender e ampliar cada vez mais o princípio das consultas, a partir do que as deliberações tomadas pelos nossos órgãos dirigentes ganharão maior força de persuasão. O PT tem que desenvolver sua vocação de ser um partido que, além de falar para a sociedade, é também capaz de ouvir. As direções têm que criar fóruns com os movimentos sindical e popular, com artistas, com intelectuais, com entidades da sociedade civil, mesmo com outros partidos.

Esses espaços informais de diálogo têm que captar os descontentamentos, as opiniões, as resistências, as dúvidas.

59. Modifica-se na atual estrutura partidária Executivas por Comissões Dirigentes (Zonal – CDZ, Municipal – CDM, Estadual – CDE, e Nacional – CDN). A criação de coordenações microrregionais, macrorregionais e setoriais obedecerá a um cronograma a ser definido pelo Conselho Deliberativo Nacional (CN) e referendado em um Encontro Nacional. As decisões sobre questões políticas julgadas relevantes por maioria simples das Comissões Dirigentes respectivas só poderão ser tomadas após informação e consulta direta ao conjunto dos filiados do mesmo nível, adotando-se, para cada caso, o mecanismo mais adequado (prévia, plebiscito etc.). Somente um Encontro ou Conselho Deliberativo de Comissão Dirigente de nível superior pode modificar o resultado majoritário de uma consulta desse tipo. Fica aprovado o princípio de rotatividade dos Conselhos Deliberativos, a ser regulamentado no próximo Regimento Interno, a ser aprovado pelo próximo Encontro Nacional.

60. Os atuais Diretórios devem ter sua composição em forma de eleição profundamente alterada. É preciso que sejam compostos a partir de representações regionais, de representações setoriais/ sociais e a partir de chapas e candidaturas avulsas que se apresentarem ao Partido. Dessa forma, os integrantes dos Conselhos Deliberativos passarão a ser, em parte, eleitos através de chapas (que indicariam um número de vagas proporcional ao número de votos que obtenham) e, em parte, pelas Macrorregiões e Coordenações Setoriais. As porcentagens deverão ser definidas posteriormente, garantindo-se que a parcela eleita através de chapas seja superior a 50%.

61. As Macrorregiões serão dirigidas por Coordenações Macrorregionais, sendo compostas por companheiros eleitos para essas funções em encontros regionais. Esta instância terá como tarefa principal a compreensão das realidades locais e a elaboração de políticas regionais e municipais, colaborando com a formulação das políticas do PT para o estado.

62. Da mesma forma, o Conselho Deliberativo Nacional (CN) passaria a ser constituído por representantes dos Conselhos Deliberativos Estaduais (CE), em número proporcional ao número de filiados de cada estado, por representantes da bancada federal, por representantes das Coordenações Setoriais, dos prefeitos das capitais e pela Comissão Dirigente Nacional. Composto desta maneira, o CN teria melhores condições para exercer o papel de direção política do Partido.

A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NAS INSTÂNCIAS DE DIREÇÃO

63. A construção plena da participação política das mulheres é um processo que não se restringe à sua participação equitativa na direção. Vincula-se a toda uma política de combate às diferentes formas de discriminação, o que implica o estabelecimento de propostas de ação afirmativa, isto é, propostas que se contraponham à dinâmica de exclusão das mulheres dos espaços de participação política e decisão. Isso requer investimento na formação política das militantes mulheres, incentivo à auto-organização das mulheres, criar condições para a participação das mulheres etc. Garantir uma presença mínima de mulheres nos organismos de direção, entretanto, é condição essencial para que o Partido reverta, na sua prática e vida cotidiana, a exclusão das mulheres da atuação política e da vida pública. Neste sentido, na composição dos Conselhos Deliberativos e das Comissões Dirigentes de nível municipal, estadual e nacional do Partido, respeitando-se a proporcionalidade, será garantida uma presença mínima de 30% de mulheres, como um passo necessário à construção da democracia de gênero no PT.

64. Essa medida deverá ser aplicada na eleição de dois mandatos subsequentes ao I Congresso e ser submetida a avaliação. Durante os dois mandatos em que as presentes normas sobre participação das mulheres têm garantida sua vigência, o PT promoverá, também, as seguintes políticas afirmativas:

1- reuniões, seminários e debates sobre a questão da discriminação das mulheres, com propostas gerais do PT;

2- a todos os níveis parlamentares (municipais, estaduais e federal) o PT proporá projetos de leis tendentes a combater a discriminação e a instituir novo padrão nas relações entre homens e mulheres no país;

3- todas as nossas prefeituras, atuais e futuras, adotarão políticas públicas de combate à discriminação, em caráter prioritário, promovendo a ampla discussão do problema com a sociedade brasileira.

65. Transitoriamente, considerando a realidade diferenciada do Partido, nos diversos níveis, municipal e estadual, os Conselhos Deliberativos e as Comissões Dirigentes poderão, como alternativa, constituir-se tendo como referência mínima a proporção da presença de mulheres no respectivo Encontro. Nesse caso, a composição da chapa final de delegados ao Encontro de nível superior obedecerá o mesmo critério.

66. As Secretarias Executivas Nacionais, Estaduais e Municipais serão substituídas por Coordenações Setoriais, cujos titulares serão eleitos pela base partidária que atua nesses movimentos, conferindo-lhes maior legitimidade e capacidade real de direção.

67. Ao mesmo tempo, deve-se garantir a participação – e criar condições para um bom desempenho – de dirigentes oriundos dos movimentos sociais. É vital para o PT que tenham acesso à voz ativa em seus organismos de direção com vínculos sociais, com atuação junto a base organizada da classe trabalhadora.

68. Tendo em vista as lições dos últimos anos, e a realização, em 1992 e 1994, de dois importantes processos eleitorais em que estará em jogo boa parte da estrutura do poder institucional deste país, fica constituída uma Comissão Eleitoral Permanente, subordinada à Comissão Dirigente, cuja tarefa específica é preparar o Partido para aquelas disputas.

A DEMOCRACIA INTERNA

69. A preservação e a ampliação da democracia interna do Partido está relacionada não apenas a medidas organizativas estrito senso, mas, principalmente, à maior circulação das informações, à maior amplitude do trabalho de formação política e ao estabelecimento de uma nova sistemática de funcionamento partidário, que não privilegie, de fato, os militantes agrupados em tendências, em detrimento daqueles que são apenas e tão somente petistas, sem alinhamento com nenhuma de nossas tendências internas.

70. Entre essas medidas, possui particular importância a alteração dos mecanismos de debate e de escolha dos delegados aos nossos Encontros. Acreditamos que deve ser incorporada, permanentemente, ao regimento partidário aquilo que for julgado positivo na experiência do I Congresso – para o qual se propôs a eleição de delegados setoriais, municipais e estaduais, com direito a apresentação de candidaturas avulsas. Mesmo a dinâmica interna dos Encontros deve ser revista, garantindo-se também melhores condições para o debate que antecede a sua realização. A alteração dos mecanismos eleitorais é uma das medidas que propomos para superar a sub-representação (em nossos encontros e direções) de trabalhadores urbanos e rurais, assim como das mulheres. Naturalmente, o conjunto de medidas aqui propostas – com particular destaque para a criação de um jornal do Partido e, também, para a criação

de uma Escola Nacional de Formação do PT – reduziriam sobremaneira os privilégios que os militantes agrupados em tendências possuem.

71. Será garantida nos Encontros e convenções do Partido a organização de creches durante a sua realização, como forma de assegurar que nenhum delegado ou delegada seja privado de seu direito à plena participação em função de ter filhos.

72. São instâncias deliberativas máximas do PT, em seus respectivos níveis, o Congresso Nacional (convocado ordinariamente de três em três anos), os Encontros Estaduais e os Encontros Municipais. Entre um Congresso Nacional e outro, o CN pode, por maioria de 2/3 de seus integrantes, convocar Encontro Nacional Extraordinário.

73. Participam do Congresso Nacional delegados eleitos nos Encontros Setoriais, nos Encontros Municipais e nos Encontros Estaduais. Os delegados poderão ser eleitos através de chapas ou, no caso dos Encontros Estaduais, através de chapas e candidaturas avulsas.

74. Participam do Encontro Estadual delegados eleitos nos Encontros Setoriais, nos Encontros Municipais e nos Encontros de Macrorregiões (ou Conselhos Deliberativos), onde couber. Os delegados poderão ser eleitos através de chapas e candidaturas avulsas.

75. Participam do Encontro Municipal todos os filiados do Partido, nas cidades com até X filiados (o Estatuto do Partido definirá número, quantidades e porcentagens nos casos em que, daqui por diante, aparecer X ou qualquer outro sinal de quantificação). Nas cidades com mais de X filiados, participam do Encontro Municipal delegados eleitos nos núcleos de base, nas plenárias setoriais e nas plenárias zonais. Os delegados poderão ser eleitos através de chapas e por candidaturas avulsas.

76. Participam do Encontro Nacional Extraordinário delegados eleitos nos Encontros Setoriais, Municipais e Estaduais, com as mesmas normas dos Congressos, mas com quórum mínimo reduzido em 50%.

77. As normas relativas aos Encontros Setoriais devem ser elaboradas a partir de uma avaliação do processo preparatório do I Congresso, a ser elaborada pelas Coordenações Setoriais Nacionais do Partido, em conjunto com a comissão encarregada de elaborar a proposta de novo Regimento Interno.

78. A base para eleição de delegados deve ser calculada a partir do número de filiados do Partido em determinado nível e do número de participantes no processo de eleição dos delegados.

79. Para evitar distorções, se procederá a uma refiliação nacional, tomando como ponto de partida o que já foi feito nos encontros preparatórios ao I Congresso. É preciso definir os mecanismos de formalização das filiações.

80. Quando em processo de Congresso ou Encontro, cada filiado só participa, vota e é votado em apenas uma instância de deliberação e eleição de delegados.

81. O Congresso Nacional e os Encontros Estaduais e Municipais delibram temas de linha política, em seu respectivo âmbito de ação, e elegendam a direção de seu nível respectivo.

82. O Conselho Deliberativo do Partido passa a ser composto por:

- | dirigentes eleitos diretamente pelo Congresso do Partido, em número nunca inferior a 50% do total de membros do Conselho Deliberativo Nacional;

- | dirigentes eleitos diretamente pelos Encontros Estaduais preparatórios ao Congresso, proporcional ao número de filiados de cada estado;

- | dirigentes eleitos diretamente pelos Encontros Setoriais Nacionais preparatórios ao Congresso, proporcional ao número de filiados participantes dos Encontros.

83. O Conselho Deliberativo Nacional elege, entre seus integrantes, uma Comissão Dirigente Nacional.

84. O Conselho Deliberativo Estadual (CE) do Partido passa a ser composto por:

- | dirigentes eleitos diretamente pelo Encontro Estadual, em número nunca inferior a 50% do total de membros do CE;

- | dirigentes eleitos diretamente pelos Encontros Setoriais Estaduais, proporcional ao número de filiados de cada Setor;

- | dirigentes eleitos diretamente pelos Encontros das Macrorregiões (onde houver) e pelos Encontros Metropolitanos (cidades com mais de X habitantes).

85. Em cidades com mais de X filiados, o Conselho Deliberativo Municipal será composto por:

- | dirigentes eleitos diretamente pelo Encontro Municipal, em número nunca inferior a 50% do total;

- | dirigentes eleitos diretamente pelos núcleos, plenárias setoriais e plenárias zonais, proporcional ao número de filiados de cada instância.

86. Em cidades com menos de X filiados, o Conselho Deliberativo Municipal será composto por:

| dirigentes eleitos diretamente pelo Encontro Municipal, em número nunca inferior a 50% do total;

| dirigentes eleitos diretamente pelos núcleos, proporcional ao número de membros de cada núcleo.

86. Os presidentes do Partido, em qualquer nível, são eleitos pela plenária dos Encontros ou Congresso.

86. Os Conselhos Deliberativos, em todos os níveis, elegem entre seus integrantes Comissões Dirigentes.

89. Os setores de atuação partidária devem realizar, de dois em dois anos, encontros para discutir e deliberar sobre a política de atuação em sua frente específica, bem como para eleger Coordenações Setoriais em cada nível.

90. Em período congressual, devem-se reunir Encontros Setoriais Extraordinários, para indicar os titulares das Coordenações Setoriais ou Coordenadores Setoriais. Os titulares das Coordenações Setoriais integram as Comissões Dirigentes no nível respectivo.

90. Os setores de atuação partidária serão regulamentados a partir de um balanço da experiência dos Encontros Setoriais para o 1º Congresso. Deve ser considerada, ainda, a possibilidade de instâncias de eleição de delegados para os companheiros que atuam nas chamadas frente institucional e máquina organizativa partidária.

92. A estrutura e o funcionamento das Microrregiões internas a cada estado, bem como eventuais coordenações interestaduais, ficam a critério das respectivas Comissões Dirigentes, respeitadas as determinações gerais do Regimento Interno.

93. Em período de Encontro Estadual, realizar-se-ão os encontros de cada Macro, para indicar os integrantes do CE.

94. As instâncias do Partido, em qualquer nível, têm ampla autonomia para adotar formas específicas de funcionamento, desde que não se fira a letra e o sentido do Regimento Interno e seja comunicado à Comissão Dirigente de nível superior.

95. Nas cidades com mais de 1 milhão de eleitores, poderá haver Conselhos Deliberativos Zonais, estruturados com base geográfica, com Comissões Dirigentes eleitas por plenárias zonais e diretamente pelos núcleos existentes na região. Estes Conselhos Deliberativos Zonais subordinam-se ao Conselho Deliberativo Metropolitano, que terá, para todos os efeitos, as mesmas prerrogativas de uma Coordenação Microrregional.

96. As Comissões Dirigentes, em qualquer nível, estão autorizadas a convocar, de maneira permanente ou não, fóruns consultivos sobre qualquer tema.

97. Entre um Encontro Municipal e outro, o Conselho Deliberativo Municipal pode convocar plenárias municipais, com poder deliberativo, sobre ponto de pauta específico, de conhecimento prévio e geral, com quórum de 50% dos Encontros Municipais ordinários.

98. O Conselho Deliberativo Municipal pode convocar plenárias setoriais para discutir e deliberar sobre ponto de pauta específico, de conhecimento prévio e geral, com quórum de 50% dos Encontros Setoriais. O mesmo poder possui a Coordenação Setorial em qualquer nível.

99. O Conselho Deliberativo, em qualquer nível, deve convocar, obrigatoriamente, prévias/plebiscitos sobre candidaturas majoritárias e sobre política de alianças no 2º turno das eleições.

1. O Conselho Deliberativo pode convocar, opcionalmente, prévias/plebiscitos sobre temas polêmicos, como política de alianças, por decisão de 2/3 dos seus integrantes.

2. Será considerado obrigatório o cumprimento da deliberação de prévia/plebiscito que tenha obtido o quórum de X% de filiados.

100. Será considerada instância de base do PT, portanto Núcleo, qualquer grupo de filiados com número mínimo de nove pessoas, que se reúna regularmente, esteja inscrito na Comissão Dirigente Municipal e cumpra com as obrigações regimentais (cotização etc.).

101. Um quarto dos filiados do PT em qualquer cidade podem convocar plenárias municipais; 2/3 das instâncias de base do PT em qualquer cidade podem convocar plenárias municipais; por maioria simples; plenária municipal pode convocar Encontro Municipal, por 2/3; plenária municipal pode substituir membros do CM que tenham se desligado; 2/3 dos CM das Coordenações Setoriais Estaduais e das Coordenações Macrorregionais podem convocar Encontro Estadual Extraordinário por maioria simples; Encontro Nacional Extraordinário pode convocar Congresso Nacional.

DA INDICAÇÃO DE CANDIDATOS

102. Para um candidato a cargo proporcional em nível municipal ter seu nome submetido à apreciação do Encontro Municipal, deve receber a indicação de 1% dos núcleos ou 1/3 dos membros do Conselho Deliberativo

Municipal. Cada filiado ou instância pode votar em mais de um candidato; o número máximo de indicações será regulamentado caso a caso.

1. Para integrar a lista de candidatos do Partido, é necessária a aprovação de 1/3 dos presentes ao Encontro Municipal.

2. Para vetar uma candidatura, são necessários 2/3 dos presentes ao Encontro Municipal.

103. Para um candidato a cargo proporcional em nível estadual ter seu nome submetido à apreciação do Encontro Estadual, ele deve receber a indicação de 1% dos filiados ou 10% das instâncias intermediárias (Conselhos Deliberativos Municipais, Coordenações Macrorregionais, Coordenações Setoriais) ou 1/3 dos membros do Conselho Deliberativo Estadual.

1. Para integrar a lista de candidatos do Partido, é necessária a aprovação de 1/3 dos presentes ao Encontro Estadual.

2. Para vetar uma candidatura, são necessários 2/3 dos presentes ao Encontro Estadual.

104. Respeitada a legislação, e na perspectiva de alterá-la no que for necessário, por 2/3 dos votos dos membros do CM ou do CE, e por maioria simples dos Encontros, pode-se definir candidaturas proporcionais prioritárias.

105. Anualmente, devem se realizar reuniões de balanço e plano de trabalho dos mandatos proporcionais, com a presença dos mandatários e dos organismos de direção e instâncias partidárias envolvidas.

106. As Comissões Dirigentes no nível respectivo podem requisitar no máximo 1/3 dos cargos de confiança dos mandatários proporcionais.

107. Respeitada a legislação vigente, e de comum acordo entre mandatário, bancada e Comissão Dirigente, será estimulado o rodízio entre titulares e suplentes. Ter em perspectiva limitar o número máximo de vezes em que um parlamentar petista ocupe o mesmo cargo.

108. Finanças: mantido o 1% individual; contribuição dos organismos partidários; contribuição de mandatários; geração de recursos.

109. A cada 20 pedidos de filiação ao PT, ou no período máximo de um bimestre, as Comissões Dirigentes Municipais são obrigadas a convocar uma plenária de filiação, com a presença dos solicitantes, para expor as linhas básicas do PT. Somente será considerado filiado o solicitante que participar desta atividade, reafirmando ao final sua solicitação de filiar-se ao PT.

No intervalo entre o pedido de filiação e a plenária de filiação, cabe à Comissão Dirigente Municipal convidar o solicitante a participar de atividades ordinárias do Partido.

110. Só terão direito a participar dos Encontros Estaduais delegados de municípios cujos Conselhos Deliberativos Municipais possuam uma publicação regular dirigida a seus filiados ou à população. Esta determinação só é válida para cidades que possuam, ao menos, um mandatário eleito pelo Partido (vereador ou prefeito).

111. Só terão direito a participar dos Encontros Nacionais/Congressos delegados de estados cujos Conselhos Deliberativos Estaduais possuam uma publicação regular dirigida a seus filiados ou à população. Esta determinação só é válida para os estados que possuam, ao menos, um mandatário eleito pelo Partido (deputado estadual, federal, governador).

113². Um dirigente partidário não poderá ocupar um mesmo cargo no Conselho Deliberativo por mais de dois mandatos consecutivos (caso ocupe a mesma função) ou por mais de quatro mandatos consecutivos (não importando a função ocupada).

DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

114. As alterações que propomos supõem uma reformulação completa no regimento partidário, o que deverá ser feito em seguida ao I Congresso por uma comissão com este mandato específico. Esta reformulação deve levar em conta a necessária supressão de todos os entraves derivados da Lei Orgânica dos Partidos.

115. O I Congresso mandata o Diretório Nacional para, até março do próximo ano, elaborar e aprovar, por maioria de 2/3 dos seus integrantes, e com base nas teses e resoluções aprovadas no I Congresso, os capítulos do Regimento Interno que incidam sobre o processo de eleição dos Conselhos Deliberativos Municipais, Estaduais e Nacional e pontos da Carta Eleitoral. Caberá ao Encontro Nacional ordinário, previsto para junho, discutir e aprovar o conjunto do Regimento Interno com poderes, inclusive, se necessário for, de modificar as deliberações do DN sobre os temas acima relacionados.

2. Numeração conforme constante na publicação original.

CONJUNTURA

1. A crise econômica, social e política ganha uma amplitude nunca vista. A velocidade da crise se acelerou e suas dramáticas consequências – inflação sem controle, recessão, demissões em massa, queda de produção, fechamento de empresas – têm se refletido em todos os aspectos da vida nacional. A miséria e a violência fazem crescer a desesperança em nosso país. O governo Collor é, hoje, o principal instrumento de aprofundamento da crise. Fartas denúncias de corrupção, amplamente noticiadas pela imprensa, cercam o seu governo, envolvendo ministros, assessores diretos e até mesmo sua família. Os mínimos padrões de responsabilidade e idoneidade no trato da coisa pública são quebrados. Ao mesmo tempo em que faz exatamente o contrário dos mais veementes compromissos que assumiu durante a campanha, de forma autoritária viola, seguidas vezes, até a própria Constituição. Pior ainda: quando a crise social atinge proporções catastróficas, prossegue sua política infamante de arrocho salarial, de confisco dos aposentados, de descabro da Previdência Social. Por isso mesmo, cresce entre a população o sentimento legítimo de que é preciso dar um basta à política de Collor.

2. Mesmo diante dos fatos e dados mais contundentes, o governo federal insiste em manter sua política econômica e, de forma descarada, avisa que a recessão vai aumentar em 1992.

3. A crise atual não será resolvida por nova composição interna das elites, a não ser com um custo social inaceitável. As classes dominantes já baixaram dezenas de pacotes nos últimos anos, experimentaram todos os tipos de fórmulas, menos o essencial: democratizar radicalmente o poder, a riqueza e a renda, para construir um novo modelo de gerir o país.

4. Enquanto o presidente Collor impõe e aprofunda sua política de arrocho, a maioria dos trabalhadores luta para preservar o emprego, numa situação em que o medo do desemprego é maior que a capacidade, até aqui demonstrada pelo movimento sindical, de articular lutas que deem conta de recuperar e manter o poder aquisitivo dos salários, via indexação automática, reajustes periódicos ou outra forma qualquer.

5. O governo Collor despenca nas pesquisas de opinião, que traduzem, em números e porcentagens, a angústia e o descontentamento do povo. Só não vê quem não anda nas ruas, não vai às feiras livres, não viaja em transportes coletivos. Revoltadas, indignadas, as pessoas expressam seu sentimento, que o PT deve ser capaz de captar e de transformar num amplo movimento democrático, popular, de oposição ao governo Collor. Eis, pois, qual deve ser o centro de nossa intervenção política na conjuntura: a construção de um amplo movimento de oposição popular e institucional às políticas do governo e a seu projeto neoliberal. É preciso articular nossa capacidade de mobilização social, nossa intervenção parlamentar e nossa ação nas prefeituras.

6. Como já fizemos em diversos momentos de nossa história partidária, o PT pode e deve, mediante a retomada de mobilização em escala de massa, inviabilizar e derrotar as políticas predatórias de Collor de Mello, fazendo prevalecer, social e institucionalmente, uma saída democrática e popular para a crise do país.

7. Para tanto, faremos uma campanha de emergência, que ataque os efeitos mais nocivos da atual política econômica, procurando preservar empregos, defender salários, distribuir renda, combater a fome e a miséria e também a corrupção. Uma campanha urgente e inadiável, a ser desencadeada logo após o I Congresso, mediante um detalhado plano de ação, que deverá estar centrada nos seguintes pontos:

- | escala móvel dos salários;
- | controle dos fundos sociais e seu redirecionamento para investimentos sociais e seguro-desemprego;
- | instituição do imposto-solidariedade e sobre grandes fortunas;
- | política agrícola de emergência;
- | realização da reforma agrária com um plano imediato de assentamento, voltada para a produção de gêneros de primeira necessidade;
- | combate à corrupção;
- | garantia de preços estáveis para a cesta básica, com isenção dos impostos diretos e abastecimento diretamente do produtor ao consumidor, sem intermediários.

8. Cada um desses pontos deve merecer um aprofundamento particular e sua articulação deve produzir um calendário, que possa mobilizar não só as entidades nacionais, mas cada sindicato, cada movimento popular e, sobretudo, a militância partidária.

9. Para o sucesso dessa articulação e a amplitude do movimento de oposição popular, consideramos indispensável a realização de atos, caravanas, vigílias, greves, bem como o recurso a iniciativas populares legislativas, a exemplo do que foram as caminhadas dos trabalhadores sem-terra e a apresentação do projeto de lei para a criação do Fundo Nacional de Moradias Populares. As propostas do imposto sobre as grandes fortunas, do projeto de combate à corrupção e de realização da reforma agrária têm potencial para se transformarem em emendas com centenas de milhares de assinaturas. O PT se empenhará na aprovação da Lei de Diretrizes e Bases, apoiado numa ampla campanha pela escola pública, de qualidade e democrática.

10. O PT apoiará e estará presente nas lutas da sociedade civil e dos setores marginalizados, como o combate à política tributária espoliativa do governo sobre os assalariados, em defesa da vida, dos meninos de rua e dos aposentados. Isso significa que trabalharemos para ampliar e multiplicar estas formas de luta. O PT é um aliado de todos aqueles que, na sociedade civil, querem dar um basta à corrupção, à impunidade, à violência e à espoliação, marcas do governo Collor.

11. O PT apoiará iniciativas como a vigília do dia 13 de dezembro, sexta-feira, promovida pela CUT – Regional Grande São Paulo, Contra Collor, a Fome e o Desemprego, junto com movimentos populares e personalidades, que devem ser exemplo para todo o país.

12. O PT considera que as eleições de 92 também serão um importante momento de disputa com o projeto Collor, já que, apoiados numa política de alianças definida pelo Partido e na mobilização popular, podemos infligir uma derrota ao governo Collor e a seus aliados locais.

13. O PT assume, junto à mobilização contra a política de Collor, a defesa da proposta de antecipação do plebiscito sobre regime político, já tramitando no Congresso Nacional. O PT se opõe, radicalmente, a qualquer tentativa de pacto de elites, pois não concordamos, em hipótese alguma, com entendimentos quaisquer que tenham como pressupostos acordos com Collor e a manutenção da atual representação dos estados no Congresso. Para o PT, a antecipação do plebiscito sobre sistema de governo só terá sentido se vier combinada com a luta por reformas democráticas essenciais, destacando-se a aprovação de um novo sistema eleitoral, que seja, de fato e de direito, proporcional, e a redefinição das funções da Câmara e do Senado Federal, tendo este último suas funções restritas às federativas.

Repudiamos, igualmente, qualquer casuísmo ou iniciativa de características golpistas para resolver a crise. A proposta do PT adquire legitimidade e se diferencia das demais porque se sustenta na mobilização popular e presuppõe uma nova representação congressional, com eleições antecipadas, assegurando que o novo regime político de governo seja, de fato, representativo de uma nova conjuntura e de um real avanço na situação social do país.

14. Caso, porém, se caracterize jurídica e politicamente crime de responsabilidade do presidente Collor, o PT não hesitará em recorrer ao impeachment, em defesa da democracia.

15. O PT deve propor e negociar com o movimento sindical, popular; os partidos democráticos, progressistas e de esquerda; as entidades representativas da sociedade civil, um conjunto de reivindicações que nos possibilite transformar a crise do governo Collor em ponto de apoio para mobilizar o movimento social e viabilizar uma nova alternativa de governo para o país:

a) Reforma do Estado, incluindo o saneamento, desprivatização e democratização das empresas estatais;

b) Reforma tributária, com forte caráter progressivo e taxaço das grandes fortunas;

c) Reforma financeira e monetária, combatendo duramente a especulação e a sonegação;

d) Implantação imediata da reforma agrária e de uma política agrícola, que assegure o abastecimento dos gêneros de primeira necessidade;

e) Política salarial, que assegure a reposição da inflação para os salários e o controle efetivo dos preços. Garantia da elevação progressiva do salário mínimo;

f) Combate à corrupção e fim da impunidade dos crimes de colarinho branco;

g) Definição de uma política de defesa do emprego e proteção dos trabalhadores desempregados;

h) Centralização do câmbio, suspensão do pagamento dos serviços da dívida externa e prioridade da política econômica para a estabilidade e retomada dos investimentos públicos;

i) Combate à recessão – crescimento econômico com distribuição de renda;

j) Amplas reformas políticas democráticas no sistema eleitoral partidário, representação proporcional dos estados na Câmara dos Deputados, redefinição do papel do Senado;

k) Política educacional que assegure uma escola pública de qualidade, democrática e para todos;

l) Instituição de um programa de garantia de renda mínima.

MOÇÕES APROVADAS NO I CONGRESSO:

A - DE REPÚDIO:

| ao boicote do governo Collor e do ministro Alcení Guerra, da Saúde, contra a realização da IX Conferência Nacional de Saúde.

| à violência praticada contra trabalhadores rurais no Maranhão e à omissão das autoridades na apuração desses crimes.

| ao tratamento incorreto dado pelo governo Collor às questões relacionadas com a Seca no Nordeste e, particularmente, ao privilegiamento de empresas agroindustriais em detrimento do interesse dos trabalhadores.

| à recusa do governo Collor em conceder o índice de 147% aos aposentados e pensionistas.

| à política de privatização do governo Collor e, em particular, à atuação do Ministério da Infraestrutura contra dirigentes do Sindicato dos Petroleiros do Rio de Janeiro, bem como contra os trabalhadores da Copema, empresa estatal de laticínios e frigoríficos do Maranhão.

| à atuação do governador Jaime de Campos, do Mato Grosso, que suspendeu a eleição para diretores de escola e superintendentes de ensino e, assim, tenta impedir uma gestão democrática na educação.

| à decisão da Câmara Municipal de Ananindeua, no Pará, que no dia 7 de novembro suspendeu por 90 dias o mandato do vereador Luiz Cavalcante, do PT.

| à omissão do governador Jader Barbalho e outras autoridades do estado do Pará, onde tem ocorrido, com enorme frequência, agressões, prisões, incêndios criminosos, ameaças de morte contra os trabalhadores urbanos e rurais, contra os políticos de oposição e, particularmente, contra militantes e parlamentares do PT; é essencialmente repudiada a impunidade de que gozam, no estado, a família Mutran e seus apaniguados.

| às tentativas de restabelecimento no Brasil, da pena de morte, bem como à aprovação de emenda constitucional que propõe plebiscito sobre o tema.

B - DE SOLIDARIEDADE:

| às 800 famílias de trabalhadores ocupantes do Conjunto Habitacional Vila União, em Sobral, Ceará.

| aos trabalhadores ambulantes, vítimas da política de recessão e desemprego do governo Collor.

| aos trabalhadores da área da Saúde, no estado da Bahia, bem como aos previdenciários, cujos salários vem sendo deteriorados pela política do governador Antônio Carlos Magalhães.

| aos trabalhadores e aos militantes e parlamentares do PT do estado do Para, particularmente das cidades de Belém, Marabá e Ananindeua, que vêm sofrendo perseguições e ameaças por parte da extrema direita local – em especial a família Mutran – com a conivência ou omissão de autoridades do Executivo, do Legislativo e do Judiciário no estado.

| à Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coaiab), cuja sede sofreu agressões no dia 27 de novembro, atentado diante do qual as autoridades do estado mantêm-se omissas.

| a trabalhadores, dirigentes sindicais e populares, bem como aos vereadores Boni e Romildo, que estão sendo processados por terem mantido à repressão contra os sem-teto da Vila Socialista, em Diadema, SP.

| às entidades populares e civis que, na América Latina, têm protestado contra o caráter conservador e colonialista das comemorações dos 500 anos da descoberta da América.

| à população do Haiti, principalmente aos operários, que tenta organizar sua resistência à repressão após o golpe de Estado que depôs o presidente Aristides.

| ao povo iugoslavo, que, através de numerosos movimentos e manifestações, tenta opor-se à ampliação da guerra na Iugoslávia.

| aos estudantes venezuelanos, que têm sofrido perseguições e repressão do governo Perez.

| ao povo cubano, em protesto contra o boicote e o bloqueio comandados pelo governo dos EUA.

C - DE APOIO:

| às propostas de democratização, modernização e regionalização da política portuária nacional, apresentada por entidades de trabalhadores portuários e outras.

| ao trabalho desenvolvido pela Prefeitura de Icapuí, Ceará, que, em 27 de novembro, recebeu prêmio da Unicef pelo atendimento que vem sendo dado à educação, à saúde e à criança.

| às lutas e reivindicações de entidades indígenas, negras e populares que em outubro realizaram seu II Encontro Continental, na cidade Xelajú, na Guatemala.

| à campanha em defesa da escola pública de qualidade, lançada pelo PT em 8 de novembro.

| 1993 |

8º ENCONTRO NACIONAL

11 A 13 DE JUNHO DE 1993
CENTRO DE CONVENÇÕES - BRASÍLIA/DF.

CLOVIS FERREIRA



CARAVANA DA CIDADANIA NO VALE DO RIO SÃO FRANCISCO ENCONTRA MANUELZÃO, INSPIRADOR DE PERSONAGEM DE GUIMARÃES ROSA.

8º ENCONTRO NACIONAL¹

11 A 13 DE JUNHO DE 1993
CENTRO DE CONVENÇÕES – BRASÍLIA/DF.

ELEGE O 6º DIRETÓRIO NACIONAL, PRESIDIDO
POR LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA.

RESOLUÇÕES APROVADAS:

- | Carta de Brasília;
- | Por um Governo Democrático-Popular;
- | O momento político.

TESES APRESENTADAS E VOTAÇÃO DA TESE-GUIA SOBRE O TEMA
“O MOMENTO POLÍTICO”².

- 1) Uma opção de esquerda, 189 votos (tese-guia);
- 2) Unidade na luta, 143 votos;
- 3) Na luta PT, 107 votos;
- 4) Para mudar o Brasil, 50 votos
- 5) 8 abstenções.

CHAPAS APRESENTADAS:

- 1) Sem medo de ser socialista pela base com independência;
- 2) Articulação unidade na luta;
- 3) Na luta PT;
- 4) Democracia radical;
- 5) Uma opção de esquerda.

RESULTADO DA VOTAÇÃO:

chapa 1: 18 votos (3,47%)

chapa 2: 152 votos (29,34%)

1. Fonte: *Boletim Nacional* n.º 71, de julho de 1993.

2. Para o tema “Projeto Alternativo”, Aloízio Mercadante, representante da “Unidade na luta”, propôs que a tese-guia fosse “Uma opção de esquerda”, sem necessidade de votação, já que esta foi a vencedora no tema anterior. A sugestão foi acatada e, sem votação, “Uma Opção de Esquerda” foi escolhida como tese-guia (*Boletim Nacional* n.º 71, julho de 1983).

chapa 3: 99 votos (19,11%)
chapa 4: 60 votos (11,58%)
chapa 5: 189 votos (36,48%)

Inscritos: 530 delegados. No momento da escolha da tese-guia, 499 delegados votaram; na escolha da direção 518 votaram.

CARTA DE BRASÍLIA

O 8º Encontro Nacional do PT realiza-se em momento extremamente grave para a sociedade brasileira. O sentimento de frustração e desencanto contamina a população. Toda a esperança de resgate de dignidade de nosso povo, que emergiu no movimento pelo impeachment e cresceu com a queda de Collor, desapareceu do cotidiano da população.

A impunidade dos envolvidos no esquema PC-Collor, uma inflação mensal superior a 30%, o desemprego e a violentíssima concentração de renda, em um contexto no qual o país não tem sequer uma política salarial mensal, vão aprofundando a crise e ampliando a exclusão social.

O governo Itamar não reverteu o processo de privatização, permitiu que ocorressem processos escandalosos, como no caso da CSN [Companhia Siderúrgica Nacional], e agora fala em ampliar e acelerar esse processo terminal de privatização do Estado. O PT opõe-se ao Plano Nacional de Privatizações, lutará pela revogação da Lei 8031 e participará ativamente da CPI das Privatizações. Neste momento, o PT procurará mobilizar amplamente a população contra a retomada do calendário dos leilões, a começar pelo da Ultrafértil.

As elites conspiram contra os direitos sociais da Constituição e tentam aprofundar o ajuste neoliberal na revisão constitucional marcada para 5 de outubro.

O PT entende que existem condições históricas para promover um processo de transformação estrutural que enfrente a crise e supere a miséria e a desagregação social, mas essa tarefa não será realizada por este governo. É preciso reverter o imobilismo que se espraia pelo país e atinge os movimentos sociais. É preciso revigorar as lutas sociais e mobilizar a sociedade civil e os trabalhadores, para resgatarem o significado do Movimento pela Ética na Política e impedir a continuidade do arrocho de salários, do processo inflacionário e o agravamento da crise econômica e social.

Nesse sentido, decidimos:

1. A definição de uma política salarial de reajuste mensal é prioridade para o PT. Neste momento, o PT, através de suas instâncias e de seus organismos de base, participará ativamente de todas as iniciativas, em especial

da mobilização programada pela CUT para o dia 23 de junho, em defesa da proposta de política salarial apresentada pela Bancada Federal do PT no Congresso Nacional;

2. O PT participará ativamente das mobilizações em defesa da reforma agrária, que deverão culminar com os eventos marcados pela CUT, MST e Contag para o dia 25 de julho, Dia Nacional do Trabalhador Rural. O PT reafirma o apoio às ocupações em curso, exige o imediato assentamento dos sem-terra e a apuração e punição dos responsáveis pelos assassinatos no campo. O PT apoia a luta para barrar a violência contra os trabalhadores;

3. O PT desencadeará uma ampla campanha nacional contra a revisão constitucional, marcada para 5 de outubro, denunciando as iniciativas e propostas dos partidos de direita e do empresariado, que pretendem revogar direitos sociais, sindicais e aprofundar o ajuste neoliberal. A Comissão Executiva Nacional do PT, conjuntamente com a Bancada Federal do Partido e as entidades democráticas da sociedade civil, o movimento sindical e o popular deverão elaborar propostas e iniciativas que representem os interesses dos trabalhadores e aprofundem o processo de democratização da sociedade. A revisão só faria sentido com um Congresso expressamente eleito para esse fim;

4. A Secretaria de Assuntos Institucionais do Partido deve elaborar, de forma coordenada com as administrações petistas, iniciativas conjuntas na perspectiva dessa política, que permitam projetar o Modo Petista de Governar e impulsionar a disputa política na sociedade;

5. Para o PT, o combate à corrupção é uma questão de princípio, sendo, portanto, uma tarefa prioritária e permanente. O PT, em conjunto com as entidades que integram o Movimento pela Ética na Política, buscará todos os meios disponíveis para que cada um dos envolvidos em corrupção seja exemplar e efetivamente punido. O PT deve retomar a mobilização do povo pela punição já de todos os envolvidos no esquema PC-Collor;

6. O PT, com base na proposta de Política Nacional de Segurança Alimentar, deve atuar em todos os sentidos, visando implementar medidas que viabilizem o combate à fome, tanto em nível imediato quanto estrutural. Assim, o PT considera que os objetivos dessas lutas consubstanciam a conquista da cidadania para milhões de excluídos, o resgate da solidariedade e da ética como valores na sociedade e permitem a formulação de alternativas para a produção e a distribuição de riqueza e renda no país.

Brasília, 13 de junho de 1993

POR UM GOVERNO DEMOCRÁTICO-POPULAR

1. A CRISE POLÍTICA, ECONÔMICA E SOCIAL BRASILEIRA SÓ TERÁ SOLUÇÃO COM A VITÓRIA DO CAMPO DEMOCRÁTICO E POPULAR

Cem milhões de brasileiros vivem na pobreza: 60 milhões em condições de miséria e nada menos do que 32 milhões em total indigência. De cada mil brasileiros que nascem, 90 morrem antes dos cinco anos; dos 910 sobreviventes, apenas 90 chegam a completar o segundo grau. O drama do país deriva das políticas implementadas por uma elite indiferente à miséria e à fome das maiorias nacionais. Presentemente, essas políticas materializam-se no atual modelo econômico, que, além de estar esgotado, é concentrador de renda. Após uma década de instabilidade, decorrente do agravamento dessa crise, o fracasso do projeto neoliberal deixou, mais uma vez, evidente a incapacidade das elites de gerarem um modelo alternativo. Nesse mesmo período, os setores populares ampliaram sua força política e eleitoral, disputando a hegemonia com as classes dominantes em condições até então inéditas na história do Brasil: na fundação do PT, na criação da CUT, na campanha das Diretas, nas eleições de 1989, no impeachment de Collor. Trata-se, agora, na disputa eleitoral, de impor uma derrota às elites, abrindo para o país uma alternativa de governo democrática e popular.

2. A SUPERAÇÃO DO MODELO EXCLUDENTE É PARTE DE UMA REVOLUÇÃO DEMOCRÁTICA, QUE MUDE RADICALMENTE AS BASES DO PODER

A realização de reformas profundas na sociedade brasileira implica quebrar ou limitar drasticamente o poder dos grupos dominantes. Esse processo, por sua radicalidade, é parte de uma revolução democrática em nossa sociedade, uma ruptura com as estruturas de poder vigentes, que abra caminho para a construção de uma sociedade radicalmente diferente da nossa. Já fracassou, no passado, o reformismo nacional-populista, que acreditou poder conciliar interesses antagônicos. Já fracassou, também, a

esquerda que imaginou poder fazer as mudanças sem o povo – ora contando com o apoio da burguesia para as reformas democráticas, ora aderindo ao vanguardismo.

Agora, quando o Partido dos Trabalhadores tornou-se alternativa real de governo, o *establishment* político e seus meios de comunicação de massa desatam enormes pressões para que o Partido se converta num partido da ordem, num sustentáculo de reformas pactuadas com setores das elites. Não é essa a nossa opção. O PT luta para conquistar o governo central como elemento-chave da disputa de hegemonia dos trabalhadores na sociedade brasileira. Não confundimos o governo com o poder, que é muito mais amplo e enraíza-se no conjunto das relações econômicas e sociais. Nem, tampouco, confundimos o programa do governo Lula com a realização global do projeto estratégico alternativo do PT, que supõe uma alteração mais radical das relações políticas e sociais. Mas a conquista do governo deve estar a serviço dessa perspectiva, mediante a construção de um novo modelo econômico, político e social. É com esse propósito que o PT disputará as eleições de 1994.

Ao adotar esse caminho, o PT rejeita, explicitamente, duas vias de luta pelo socialismo, historicamente fracassadas. A primeira, seria atuar apenas por fora da institucionalidade, ou tomando-a como mero espaço de denúncia e propaganda. A outra, seria submeter-se à lógica do capitalismo e apostar numa ação restrita ao espaço institucional vigente. O PT reafirma, assim, que a luta por um governo democrático e popular e a possibilidade de conquistá-lo, a partir de uma base popular e de uma maioria eleitoral, são um objetivo estratégico, entendido como expressão atual de um governo com hegemonia dos trabalhadores, voltado para atender às necessidades concretas do povo e na perspectiva do socialismo.

Porém, o nosso projeto de transformação social só será consequente se, além de amplo apoio político-institucional, for sustentado em forte auto-organização dos setores explorados e oprimidos. Só conquistaremos uma verdadeira democracia substantiva se, ademais das formas representativas, construirmos conselhos populares e instituímos frequentes consultas diretas à população. Porque lutamos por reformas e por democratização no Estado e na sociedade, acreditamos que o sucesso dessa luta depende da ação popular e do governo no sentido de tensionar e esgarçar os limites da ordem existente.

3. AS ELEIÇÕES DE 94 SERÃO POLARIZADAS ENTRE AS PROPOSTAS DE REFORMAS ESTRUTURAIIS E AS DE MANUTENÇÃO DO *APARTHEID* SOCIAL

Na esteira do fracasso de Collor, a burguesia tenta manter seu programa modernizante. O empresariado, em particular o dos oligopólios, continua recusando-se a reduzir seus lucros. Suas concessões estão sempre respaldadas por trocas vantajosas nos tributos ou em outros itens de suas relações com o Estado e/ou a sociedade. A presente disposição do empresariado para o diálogo amadurecido, não passa, portanto, de uma parada momentânea na tendência de aguçamento das polarizações: ou a burguesia sofre uma derrota e se submete a um programa de redistribuição de renda, ampliação do mercado interno e de eliminação da miséria, ou impõe uma derrota aos setores populares e realiza seu programa de *apartheid* social. Por isso, não há espaço real para uma terceira via; ou trilhamos o caminho das mudanças, ou será a continuidade da miséria, da fome e da marginalização.

4. É PRECISO CRIAR UM MOVIMENTO DEMOCRÁTICO E POPULAR PELAS REFORMAS ESTRUTURAIIS

A campanha Lula-94 deve ser mais que uma disputa eleitoral. Deve ser, simultaneamente, ponto de partida e expressão de um movimento democrático e popular que reúna amplos setores da população na luta pelas reformas estruturais. Um movimento baseado na retomada da mobilização sindical cutista, nas organizações populares e estudantis, nas entidades da sociedade civil, nos partidos populares, nas organizações de mulheres, negros e povos indígenas. É que sensibilize, particularmente, os marginalizados e excluídos da sociedade. Um movimento que transcende a disputa eleitoral, mas que é fundamental para respaldar o governo Lula.

O PT não pode ignorar as profundas desigualdades baseadas no preconceito e na discriminação racial, além da exploração econômica e da opressão política. Assim, o PT não alcançará a hegemonia do movimento de massas se não soubermos disputar com uma linguagem também negra. Ao discutirmos as mobilizações sindicais, não estaremos despertando seu potencial de formador de combatentes leais aos trabalhadores se a discriminação racial, da mulher e do menor não forem combatidas com a mesma radicalidade que a exploração da mão de obra. Ao lutarmos para desencadear greves políticas, de massas, nossos símbolos, bandeiras e métodos precisam confrontar, simultaneamente, o capital e a cultura hipocritamente universal, que esconde o preconceito ra-

cial sob a dominação. Ao disputarmos e mesmo quando vencermos eleições, nossos programas não deixarão raízes caso não expressem também resistência negra, entre outras, de nossa sociedade. Equivale a dizer: o socialismo só será realidade no Brasil quando fizer saltar pelos ares o *apartheid*, quase sempre subliminar e tantas vezes sangrento da opressão racial brasileira.

A crise vivida hoje pela CUT requer um vigoroso empenho dos militantes petistas para ser superada. Esse processo é fundamental para que a CUT possa aprofundar sua capacidade de encaminhar e centralizar as reivindicações dos trabalhadores brasileiros, bem como para a continuidade da elaboração de propostas que contribuam para a superação do quadro de crise econômica e social, que tem se acentuado brutalmente nos últimos cinco anos, a partir da implantação do projeto neoliberal de Collor de Mello.

O quadro, que tem contribuído para a recessão de vários setores produtivos do país, e a consequente marginalização de milhares de trabalhadores da estrutura produtiva, jogando-os em situação de desemprego/subemprego, deve ser objeto da reflexão e elaboração dos militantes petistas que atuam nos sindicatos e na CUT, visando contribuir para que a Central apresente ao país suas propostas no sentido de assegurar a superação da crise econômica e social no Brasil.

Um projeto dessa natureza requer considerar também as consequências dos avanços tecnológicos na estrutura produtiva e no mercado de trabalho, as mudanças provocadas pelas novas formas de gerenciamento de empresas e organização da produção – terceirização, por exemplo – à luz das mudanças que se têm operado mundialmente e requer, também, projetos no sentido da formação e requalificação profissional dos trabalhadores do país. Idêntica consideração devemos ter em relação ao Mercosul, face aos novos problemas e questões que, certamente, serão apresentados.

A justa preocupação do PT em defesa do princípio da autonomia sindical e de não fazer do movimento correia de transmissão do Partido acabou por fazer com que o PT mantivesse uma neutralidade diante dos impasses que o movimento sindical enfrentou e enfrenta, isentando-se, em grande medida, da responsabilidade de formular políticas, em suas instâncias, que pudessem nortear a ação dos petistas. Nesse sentido, somos parcialmente responsáveis pelo processo de crise da CUT.

A resolução do Encontro Nacional de Dirigentes Sindicais do PT, realizado em 3 e 4 de junho de 1993, que propõe a realização da Conferência Nacional Sindical do PT, com caráter deliberativo, no segundo semestre de

1993, será fundamental para a configuração de um quadro de propostas dos petistas para a Central.

O PT recomenda que seja adotado o procedimento de realização de reuniões plenárias de militantes sindicais petistas, particularmente nas categorias em que entre eles existam divergências, como às vezes ocorre, por exemplo, nas eleições sindicais, evidentemente respeitando-se o princípio da autonomia sindical.

Ao mesmo tempo, a iniciativa de construção da Central de Movimentos Populares deve ser apoiada e incentivada pelos militantes do Partido dos Trabalhadores.

A construção de uma central que permita a unificação dos movimentos, sem, contudo, limitar ou ferir sua autonomia e especificidade, pode representar um passo significativo para a superação [das ações] atomizadas de cada movimento, além da superação de sua condição estritamente reivindicatória.

A possibilidade de formulação de propostas e alternativas, pela nova central, para as áreas sociais – que visam assegurar a auto-organização da população e condições de cidadania – contribuem significativamente para o aprofundamento e a radicalização da democracia no Brasil, que não deve estar restrita somente ao embate entre os vários projetos partidários.

5. É PRECISO GANHAR O IMAGINÁRIO DA POPULAÇÃO PARA A IDEIA DAS REFORMAS ESTRUTURAIS

O povo brasileiro está cansado da falta de alternativas, das ilusões desfeitas, das promessas descumpridas. Esses sentimentos são ainda mais fortes entre os mais pobres, os marginalizados, os trabalhadores de baixa renda, os pequenos proprietários, que sempre foram os principais prejudicados pelas mudanças. É desse clima de desesperança que o conservadorismo se alimenta. Os que lutam por mudanças precisam ganhar o coração de cada brasileiro para as ideias da democratização da propriedade, da renda, da terra, da comunicação e do poder. Um projeto alternativo, estratégico, de longa duração, que rompa o círculo de ferro das alternativas de curto prazo, dos planos de estabilização que provocam mais instabilidade e miséria, das políticas econômicas que não enfrentam o *apartheid* social, da lógica cínica que afirma ser necessário primeiro fazer o país crescer, para depois distribuir as riquezas produzidas. Uma plataforma programática que unifique as grandes maiorias nacionais, um instrumento de afirmação da superioridade social e moral dos valores da democracia radical, do humanismo, da solidariedade, da ética, do

socialismo. Ideias que, em 1989, sensibilizaram milhões através do slogan Sem Medo de Ser Feliz.

6. O PROGRAMA DE GOVERNO DEVE DESDOBRAR, EM MEDIDAS CONCRETAS, AS REFORMAS ANTIMONOPOLISTAS, ANTLATIFUNDIÁRIAS E ANTI-IMPERIALISTAS

Nosso programa estará voltado para os setores e segmentos sociais que constituem a maioria da população: os trabalhadores, os marginalizados, as classes médias, os pequenos e médios empresários.

Mesmo que muitas teses liberais ainda circulem cercadas de credibilidade, a crise do último governo mostrou que o problema central vivido pelo país é político e ético.

Tão ou mais importante que a consistência intelectual e técnica de um projeto de governo é saber quais forças sociais e políticas poderão ser efetivamente mobilizadas para a sua formulação e implementação, e conhecer o grau de credibilidade dos grupos que hegemonizam a aliança social encarregada de implementá-lo.

Os últimos 15 anos assistiram, em nosso país, à emergência do movimento dos trabalhadores, que reconfigurou radicalmente a luta política nacional e deu nova substância ao tema da democracia.

Um dos elementos centrais dessa nova determinação, que o conceito de democracia incorporou, foi o de fazer com que suas dimensões sociais e políticas não mais aparecessem separadas. Ao mesmo tempo, a democracia deixou de ser um meio ou uma etapa da luta pelo socialismo. Ela passou a se confundir com o socialismo, de tal maneira que, hoje, não podem mais ser desvinculados os valores liberdade e igualdade.

Caberá ao governo democrático e popular tomar medidas que viabilizem a retomada do crescimento com distribuição de renda, a construção do mercado interno de massas, a radicalização da democracia, a recuperação da capacidade de investimento do Estado, o incentivo à pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico, a reforma urbana, a reforma agrária, a reforma tributária que grave os ricos, elimine os impostos indiretos e institua repartição de competências tributárias compatíveis com as reformas democráticas e populares, o combate à sonegação, permitindo assim o ataque frontal aos problemas da fome, do desemprego, das condições de saúde, educação, especulação imobiliária, habitação e transporte da maioria da população. Medidas que supõem uma política externa soberana, o rompimento dos privilégios dos oligopólios, dos latifúndios e dos conglomerados financeiros.

O Programa de Governo do PT incluirá o Programa de Garantia de Renda Mínima (PGRM), com o objetivo de assegurar aos brasileiros um nível mínimo de renda capaz de prover suas necessidades básicas como um direito à cidadania. Este PGRM deve levar em conta os diversos projetos em debate sobre o assunto no PT e no Congresso Nacional, como um dos instrumentos-chave para combater a fome e a miséria.

Deverá ser dada atenção especial à questão do financiamento do programa democrático-popular. Várias medidas propostas contribuem para isso: suspensão do pagamento da dívida externa; adoção de reforma tributária que atinja as maiores fortunas; ampliação do controle do Estado sobre o capital financeiro e o comércio exterior, necessária para o combate à fuga de capitais e à sonegação; renegociação e alongamento da dívida interna. São medidas que poderão gerar os recursos para constituição de um fundo de investimentos econômicos e sociais, para que o Estado possa, sob nossa direção, desempenhar o papel imprescindível que nossa política econômica lhe destinará.

7. AS REFORMAS DEMOCRÁTICAS E POPULARES DEVEM QUEBRAR O CONTROLE DOS MONOPÓLIOS SOBRE A ECONOMIA NACIONAL

É preciso enfrentar o senso comum expresso no discurso de defesa incondicional do mercado e da empresa privada capitalista, que desqualifica todas as alternativas de organização econômica.

A atuação das elites e seus monopólios na economia nacional se constituirá num obstáculo às reformas a serem desenvolvidas pelo governo democrático-popular. Desde já é necessário demonstrar à sociedade a contradição existente entre o discurso e a prática neoliberal em nosso país. As mesmas elites que defendem, de forma absoluta, o programa de privatizações e a redução do Estado na atividade econômica não abrem mão dos benefícios fiscais, isenções, subsídios e empréstimos generosos nos bancos oficiais. Na defesa incondicional do mercado e da empresa privada capitalista revelam, na realidade, os verdadeiros interesses que defendem.

O mercado realmente existente, que organiza a dinâmica da economia internacional, é aquele em que menos de 700 corporações controlam o mercado mundial e em que as 200 maiores corporações detêm 30% do PIB mundial. O mercado real na economia brasileira é aquele em que poucas empresas determinam os preços em cada ramo de produção, especulam com recursos sonegados ao Estado e manipulam o imaginário popular através

dos meios de comunicação de massa e da publicidade. Algumas centenas de grandes bancos, indústrias, atacadistas e agroindústrias nacionais e estrangeiras respondem – ao lado de algumas empresas estatais – por 70% da economia do país, e controlam diretamente o mercado interno e as exportações.

É esse setor que deve oferecer as maiores resistências ao nosso programa de reformas estruturais. Para enfrentá-las e vencê-las, visando a consolidação do seu programa, o governo democrático-popular atuará no plano institucional, mobilizando seus aliados e dirigindo-se também aos demais segmentos democráticos, científicos e culturais da sociedade. No plano popular e sindical, desenvolverá uma ampla campanha de informação e conclamará os movimentos sociais a ampliarem sua organização nas empresas, demais locais de trabalho e moradia, constituindo uma consciência antimonopolista e em defesa do programa de reformas estruturais.

Vencê-las exigirá uma ação combinada do governo e de seus aliados, especialmente o movimento sindical, através de medidas econômico-administrativas, da auto-organização dos trabalhadores nas empresas, estimulando a consciência antimonopolista no conjunto da sociedade organizada e ganhando apoio dos pequenos proprietários.

Essa mobilização pressionará pela ampliação da base parlamentar do governo e nos permitirá formar um arco de aliados, que respaldará também nossa ação no Congresso Nacional.

8. PARA RETOMAR O CRESCIMENTO, DISTRIBUINDO RENDA E COMBATENDO O *APARTHEID* SOCIAL, O GOVERNO DEMOCRÁTICO E POPULAR DEVE RECUPERAR A CAPACIDADE DE PLANIFICAÇÃO E ATUAÇÃO ECONÔMICO-SOCIAL DO ESTADO BRASILEIRO

O modelo econômico a ser perseguido resulta na constituição de um vigoroso mercado de 150 milhões de brasileiros, multiplicando por cinco sua dimensão atual, no esquema da exclusão. Para tanto, o Estado será chamado a exercer importante papel na regulação econômica, seja normatizando os investimentos produtivos, seja intervindo diretamente em determinadas áreas estratégicas.

A distribuição de renda terá que ser acompanhada pela expansão da produção de bens de consumo de massa. A superação do *apartheid* social exigirá a democratização da sociedade, a reforma agrária e uma política de estímulo e apoio aos pequenos empreendimentos e à economia informal, que não pode mais ser tratada como um problema marginal da sociedade. O

programa de segurança alimentar e o combate à fome, associado à universalização do ensino básico, inclusive aos que a ele não tiveram acesso em idade própria, são essenciais para promover a cidadania dos excluídos.

Especial atenção deve ser dada a uma reforma tributária, de caráter progressivo, que penalize os que concentram renda e riqueza, impeça a sonegação e a impunidade e recomponha as finanças públicas, para impulsionar os investimentos produtivos e as políticas sociais.

Paralelamente, a especulação financeira terá que ser enfrentada com o alongamento do perfil da dívida interna e profundas reformas do sistema financeiro, que orientem os recursos para o sistema produtivo e eliminem o caráter parasitário para o mercado de capitais no país. Um novo padrão de financiamento, que fortaleça a capacidade de o Estado estimular os investimentos dos pequenos produtores industriais e rurais, é uma condição fundamental para o desenvolvimento com distribuição de renda, riqueza e poder.

O modelo proposto engloba a utilização simultânea de mecanismos de mercado e a intervenção do Estado, para impedir que os monopólios e oligopólios sigam exercendo sua completa supremacia na vida econômica do país, desfigurando todas as fantasias dos liberais. Especial atenção deverá ser dada ao sistema financeiro e sua lógica atual de acúmulo, que esteriliza o dinamismo produtivo do país.

Haverá necessidade de compatibilizar, num mesmo movimento, o atendimento ao mercado interno, expandido, com a inserção competitiva do Brasil na economia mundial. Trata-se de alimentar, vestir e calçar, garantir moradia, saneamento e transporte para dezenas de milhões de brasileiros, que se encontram, hoje, à margem do consumo, da produção e, por consequência, da própria cidadania.

Os imperativos dessa nova concepção de desenvolvimento obrigarão a articular uma pluralidade de formas de propriedade: privada, estatal, mista, cooperativa e outras.

O projeto alternativo exige um desenvolvimento ecologicamente harmônico, rompendo com as concepções produtivistas, que marcaram tanto o capitalismo quanto o socialismo estatista.

O Estado será, além disso, instrumento para a realização de uma profunda e indispensável redistribuição de renda, que não poderá ser feita unicamente através do crescimento, mas exigirá uma política de elevação dos salários, de combate ao desemprego, inclusive através da redução da jornada de trabalho, o fim da ciranda financeira e dos lucros obtidos com a formação

de capitais fictícios, e de medidas tributárias fortemente progressivas. Essas funções do Estado – entre as quais se inclui a planificação e a capacidade de proteger os interesses nacionais estratégicos – não foram, nem serão, supridas pelo capital privado, particularmente nas condições atuais de aguda concorrência internacional. É nos marcos de uma ação estatal comprometida com as reformas, com a defesa dos interesses nacionais e o combate à monopolização, que a contribuição de milhões de pequenos produtores, comerciantes e prestadores de serviços poderá encontrar ambiente para prosperar.

O governo democrático e popular, legitimado nas urnas e com respaldo a ser construído junto aos movimentos sociais organizados, atuará de forma permanente e intensiva para democratizar e desprivatizar o Estado. Associadas a essa política, serão adotadas medidas que objetivem o fim da ciranda financeira e dos lucros obtidos com a formação de capitais fictícios.

Só dessa maneira poderemos reorientá-lo para um novo modelo, que priorizará os investimentos produtivos, a geração de renda e a melhoria radical da qualidade de vida da maioria da sociedade.

A presença do Estado nos setores estratégicos da economia, na regulação das relações de mercado e a participação no financiamento das atividades produtivas, na geração de bens, renda e empregos, se desenvolverá no sentido de garantir a soberania nacional, a democratização dos recursos públicos e a capacidade da maioria da sociedade de planejar de forma democrática o seu desenvolvimento.

9. DEMOCRATIZAR A PROPRIEDADE DA TERRA É CONDIÇÃO INDISPENSÁVEL PARA RETOMAR O CRESCIMENTO COM DISTRIBUIÇÃO DE RENDA E RIQUEZA

A radical democratização da estrutura da propriedade da terra, com a consequente demarcação das terras das nações indígenas e das remanescentes dos quilombos, combinada com um novo modelo de política agrícola compatível com as especificidades regionais e garantidor de estímulos diferenciados para mini, pequenos e médios produtores, e para os produtos do mercado interno, se impõem como ações estratégicas fundamentais à formulação de um projeto nacional do Partido dos Trabalhadores, que se contraponha ao atual projeto econômico neoliberal, consagrador do *apartheid* social vigente no Brasil.

No momento histórico atual – configurado por uma conjuntura que combina a profunda crise econômica e social com o esgotamento do padrão

de financiamento de desenvolvimento, via poupança externa – a redinamização da economia brasileira, em parâmetros de socialização da apropriação da riqueza e da renda nacional, do resgate da cidadania e da justiça social, somente será possível mediante um processo de valorização das amplas potencialidades endógenas da economia nacional e, por consequência, da ruptura dos atuais condicionantes externos.

Nesse contexto, um novo modelo de política agrícola e, principalmente, a reforma agrária constituem requisitos indispensáveis à viabilização imediata desse projeto.

Ele garantirá, na esfera rural, o equilíbrio das relações de poder; ruptura de formas de superexploração capitalista, fortemente presente nas relações sociais no campo; a imediata geração de renda e emprego; e a ampliação horizontal da produção e do mercado, com a superação das modernas “relações de dominação e exploração vigentes na agricultura” através dos complexos agroindustriais, além do estancamento dos fluxos migratórios rural/urbano.

Garantirá, também, na esfera urbana, a ampliação do abastecimento alimentar por meio do aumento da oferta de alimentos e matérias-primas, possibilitando o combate à fome e à miséria; o impacto redutor dos preços agrícolas no consumo, com os efeitos consequentes na inflexão do processo inflacionário; o aumento dos salários reais urbanos em função tanto da redução do custo de vida, quanto do arrefecimento da pressão sobre o mercado de trabalho urbano; e a dinamização dos setores econômicos urbano-industriais.

Neste sentido, a política agrária do PT objetiva romper o domínio do latifúndio no campo brasileiro, combinando a ação governamental com a mobilização das forças populares, para transformar as relações de produção na área rural e integrar econômica, social e politicamente os milhões de marginalizados por uma estrutura agrária arcaica e elitista. A nossa proposta de reforma agrária articula o apoio à luta dos camponeses pela terra, através das ocupações, com a ação do nosso governo para viabilizar os assentamentos e possibilitar a formação de novas empresas rurais, geridas pelos próprios trabalhadores. Portanto, ela libera forças produtivas, estimula o desenvolvimento econômico do país e avança a relação de forças na luta pelo socialismo.

Além disso, a reforma agrária adquire relevância no que se refere aos componentes ambientais, bem como a desconcentração e autonomia de uma matriz tecnológica e energética, básica a este novo padrão de desenvolvimento. Pois, do ponto de vista ambiental, as pressões sobre a devastação da Amazônia, por exemplo, somente serão minimizadas através do refluxo do

movimento migratório para aquela região, o que pressupõe a democratização da propriedade nas terras antigas do país.

No plano tecnológico, sem a reforma agrária torna-se inexecutável a garantia do requisito de desconcentração econômica do projeto, na medida em que o elevado potencial de recursos bióticos do país, base da nova revolução tecnológica, processada no nível das biotecnologias, continuará sob o controle dos grandes proprietários da terra, em particular dos grandes grupos nacionais e internacionais.

10. DEMOCRATIZAR O ESTADO, ELIMINAR AS DISTORÇÕES HERDADAS DA DITADURA E DERROTAR O MONOPÓLIO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO É CONDIÇÃO PARA O SUCESSO DE UM GOVERNO DEMOCRÁTICO-POPULAR

Devemos incorporar à campanha eleitoral de 1994 a defesa das seguintes medidas: proporcionalidade estrita no sistema eleitoral (a cada eleitor um voto de igual valor, assegurada a representação de cada Estado); a rejeição de barreiras elevadas para o reconhecimento dos partidos e a presença dos seus deputados no Parlamento; adoção de legislação que fortaleça os partidos (fidelidade partidária e perda de mandato); eleição por lista partidária; democratização da propriedade e do acesso aos meios de comunicação de massa; investigação rápida e punição rigorosa de todos os envolvidos em crimes de corrupção; democratização e controle externo do Judiciário; democratização das Forças Armadas; combate à ideologia da segurança nacional; garantia dos direitos sindicais e da livre organização dos trabalhadores nas empresas; regulamentação dos itens da Constituição de 1988 que viabilizam a prática do plebiscito, do referendo e da iniciativa popular na proposição de leis.

11. O PROGRAMA DEMOCRÁTICO-POPULAR E A SUA CONSTRUÇÃO

O 8º Encontro Nacional, ao aprovar essas diretrizes, possibilita a elaboração e o detalhamento do Programa de Governo Democrático-Popular – atualizando, aperfeiçoando e ampliando o PAG-89.

A síntese do Programa de Governo Democrático-Popular é incorporar à cidadania plena os 70 milhões de brasileiros hoje marginalizados do processo econômico e político. Tal Programa, portanto, não guarda nenhuma relação com uma mera peça técnica, ou com a somatória de projetos de notáveis.

O Programa deve, necessariamente, destacar: uma reforma agrária radical; a suspensão do pagamento da dívida externa e o alongamento do perfil

da dívida interna; uma reforma fiscal que incida sobre as grandes fortunas; a criação de um forte mercado interno de consumo de massas, com a consequente ampliação de empregos; uma elevação significativa e de curto prazo do valor real dos salários; a criação de mecanismos de controle social da economia, incidindo, particularmente, na redução da taxa de juros bancários; a quebra do monopólio dos meios de comunicação de massa; e uma profunda reforma do Estado que, a um só tempo, o desprivatize – desconstituindo os mecanismos protecionistas e de subsídios que hoje o mantêm cativo e afiançador dos lucros e oligopólios – e, por outro lado, desenvolva formas de participação e controle social, direcionando os recursos públicos para o enfrentamento da crise social.

Tão importante quanto seu conteúdo é a sua assimilação pela maioria da população, como peça política fundamental para a superação do *apartheid* social. Por essa razão, o debate em todo o Partido e na sociedade deve começar imediatamente, para que essas reformas estruturais sejam assumidas como uma necessidade de luta e mobilização ativa do presente, e não apenas como uma esperança passiva de futuro.

O método de elaboração do programa de governo deverá combinar, num processo de diálogo ativo, a participação de nossa base partidária, através de debates organizados nas várias instâncias, e das contribuições acumuladas pelas várias Secretarias e Subsecretarias do Partido nas diversas áreas, bem como na permanente consulta do campo democrático-popular, dos movimentos sindical, popular, estudantil e agrário, além de diálogo com entidades como a CUT, UNE, Contag, MST e outras da sociedade civil.

Esse processo de debate deverá incluir os partidos aliados.

Com a aplicação desse método, desde a elaboração do programa estaremos ampliando e democratizando a campanha eleitoral e o próprio governo.

12. PARA APROVAR O PROGRAMA DE GOVERNO DA
CANDIDATURA LULA, O PT REALIZARÁ UM ENCONTRO
NACIONAL EXTRAORDINÁRIO

O programa de governo será definido por um Encontro Nacional Extraordinário, a ser realizado até abril de 1994. Os delegados ao Encontro Nacional serão eleitos em encontros estaduais, que deverão se realizar até o final do ano de 93. No intervalo entre os encontros estaduais e o Encontro Nacional deverão ser realizados seminários regionais, para o aprofundamento, entre os delegados eleitos, das propostas e diretrizes para o programa de governo.

Considerando a necessidade de realização de encontros estaduais e convenções oficiais para a escolha de candidatos às eleições de 94, o 8º Encontro Nacional delega ao Diretório Nacional a tarefa de viabilizar a compatibilização do calendário acima definido.

13. O PT PROPÕE UMA ALIANÇA POLÍTICO-ELEITORAL EM TORNO DO PROGRAMA DEMOCRÁTICO E POPULAR

Nossa política de alianças visa criar um bloco político-social de apoio ao programa de reformas estruturais, a candidaturas do campo popular nos estados, à candidatura Lula e a um governo federal sob hegemonia petista. Queremos estabelecer alianças com os movimentos organizados e as entidades da sociedade civil. O PAG-89, atualizado e aprofundado, é uma base inicial para discussão com os aliados, que não devem ser tratados com o oportunismo daqueles que transformam a correta busca de alianças num mero expediente eleicoeiro.

14. O APOIO PARA UM GOVERNO COMPROMETIDO COM AS REFORMAS ESTRUTURAIS COMEÇA A SER CONSTRUÍDO DESDE A CAMPANHA

Nossa campanha eleitoral deve ser capaz de despertar grande entusiasmo, aglutinando forças que levem Lula à vitória. Assim, o Programa, que orienta as alianças e a campanha, que organiza e mobiliza amplos setores, é uma das principais bases da chamada governabilidade. Isto é tanto mais necessário quando sabemos que, qualquer que seja o governo eleito em 1994, ele atuará num terreno difícil, polarizado, conflituoso. Sobretudo sendo um governo que se propõe a realizar reformas profundas, governando do ponto de vista das maiorias.

A realização de transformações estruturais envolverá profundos conflitos de classe, choques e rupturas, que enfrentaremos a partir da ação partidária, dos movimentos sociais, de nossos aliados, das bancadas parlamentares e dos governos estaduais e municipais aliados. É por isso que necessitamos de um programa capaz de atrair o voto das maiorias e, principalmente, de comover e mobilizar milhões de pessoas dispostas a lutarem em defesa de um governo que o aplique. É por isso que ao PT interessa uma disputa eleitoral polarizada, em que nossa candidatura apareça como a que, de fato, é uma “alternativa a tudo que está aí”.

15. AS REFORMAS DEMOCRÁTICAS E POPULARES DEPENDEM DA RADICALIZAÇÃO DA DEMOCRACIA

A execução do programa de reformas abre possibilidade para interessar setores do pequeno e médio empresariado em respaldarem as medidas iniciais de nosso governo. Ao mesmo tempo, pode isolar as elites e reduzir seu poder de manobra. Essa reorientação do desenvolvimento nacional afetará privilégios: a crise brasileira só se resolverá sacrificando os interesses dos setores dominantes, que, embora minoritários, controlam o poder econômico e político, influenciam a opinião pública, mantêm relações internacionais e, com seus setores militares, resistem secularmente às mudanças e não relutam, nem mesmo, em romper com a legalidade, para poder impedir a execução das reformas. Só será possível nos contrapormos a situações de instabilidade provocada se assentarmos a nossa governabilidade na capacidade de executar nosso programa. Ou seja: com apoio popular ao nosso governo, com coerência, com transparência, com radicalidade, com apoio organizado dos movimentos sociais e dos partidos de esquerda, com apoio parlamentar, de governos municipais e estaduais, com uma ofensiva política de relações internacionais, com a criação de uma estrutura de comunicação nacional, com a democratização das Forças Armadas, com o desenvolvimento de um plano estratégico que incorpore a noção de que não seremos um governo de união nacional.

16. A CONSOLIDAÇÃO DOS GOVERNOS DEMOCRÁTICOS PASSA PELAS REFORMAS ESTRUTURAIS

O Brasil só alcançará a estabilidade desejada por nós quando o desenvolvimento econômico for orientado para atender as demandas sociais, quando a incorporação da maioria da população à cidadania e ao consumo se transformarem em metas nacionais. É por isso que as reformas estruturais terão que ser desencadeadas já a partir da posse. É desse modo que o novo governo enfrentará as questões ligadas à chamada estabilização da economia, revertendo o processo inflacionário sem recorrer à recessão, à repressão da demanda e medidas do gênero, costumeiramente recomendadas pelos economistas ortodoxos.

17. UMA POLÍTICA DE INTEGRAÇÃO SOBERANA DO BRASIL NO CENÁRIO MUNDIAL SUPÕE A ADOÇÃO DE UM NOVO MODELO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL, ESTRUTURADO NUM MERCADO CONSUMIDOR DE MASSAS

O governo democrático e popular manterá amplas relações políticas e econômicas com outros países, permitindo, inclusive, a presença do capital estrangeiro no Brasil, mas é evidente que um governo hegemônico por

um partido socialista, e empenhado em realizar reformas antimonopolistas, antilatifundiárias e anti-imperialistas, abalará os pilares da nova ordem, especialmente as pretensões norte-americanas sobre o continente, explorando o nosso potencial humano, tecnológico e natural. Desenvolvendo um mercado interno de massas, que integre milhões à produção e ao consumo; explorando o peso regional (com destaque para a reorientação do Mercosul) e global de nossa economia, e as contradições interimperialistas, o governo democrático e popular enfrentará as resistências internacionais e viabilizará uma inserção soberana no mercado mundial.

Um projeto estratégico alternativo precisa abordar a questão do lugar a ser ocupado pelo Brasil no mundo, tanto em termos econômicos quanto políticos.

Buscaremos, em primeiro lugar, um processo de integração continental, que não se pode confundir com a meia criação de uma zona de livre comércio na América Latina.

Nossa concepção de integração deve, antes, apontar para uma proposta de articulação econômica, política e social, científica e cultural, fundada no respeito à autodeterminação e soberania nacionais, mas buscando construir espaços e instâncias transnacionais.

Essa concepção contribuirá para impedir que o Brasil e outros países do continente sejam integrados, econômica e politicamente, em forma subordinada, na nova ordem mundial em construção após o fim da Guerra Fria. Permitirá que o Brasil possa interferir na configuração de um novo cenário internacional, fundado no respeito à democracia e à soberania.

Da mesma forma, a construção do Mercosul deve fazer-se a partir das reivindicações que os trabalhadores apresentam por desenvolvimento, democracia e justiça social, e não das políticas neoliberais.

Ao impulsionar o Foro de São Paulo – a maior articulação de organizações de esquerda da história da América Latina – o PT e outros partidos-irmãos do continente criaram uma instância fundamental para articular o debate e as iniciativas políticas das forças renovadoras, [e as] propostas para um projeto alternativo, democrático e socialista.

A política externa brasileira deve articular iniciativas multilaterais de resistência às pressões exercidas pelos grandes blocos econômicos contra os países em desenvolvimento, a propósito do comércio internacional, da suposta proteção da propriedade intelectual etc., e que tendem a agravar a marginalização de grande parte da humanidade.

Fiel à sua vocação diplomática e comercial multilateral, o Brasil aprofundará suas relações com a Comunidade Europeia, com a África e com as potências emergentes da Ásia. Buscará ações comuns com potências intermediárias, com as quais poderá estabelecer acordos de complementaridade econômica, como a Índia, a Rússia, a China e, futuramente, a África do Sul. Desse modo, reunirá condições para estabelecer, como preocupação básica, um novo tipo de relacionamento com os Estados Unidos.

Ao mesmo tempo, o Brasil lutará pela democratização dos foros e organismos internacionais, em primeiro lugar a Organização das Nações Unidas (ONU), hoje controlada pelas grandes potências com direito a veto no Conselho de Segurança, sem prejuízo de que venhamos a participar de outros foros internacionais ou patrocinemos a criação deles.

A ação diplomática do governo brasileiro será orientada pela soberania nacional, pela integração regional com outros países do continente, pela solidariedade, pelo combate à militarização das relações internacionais e às desigualdades econômicas e sociais.

18. A VITÓRIA EM 1994 CONSOLIDARÁ O PT - E SUA EXPERIÊNCIA DE GOVERNO - COMO UMA REFERÊNCIA PARA O MOVIMENTO SOCIALISTA INTERNACIONAL

O colapso do socialismo real e a decadência da social-democracia – expressa nas derrotas eleitorais, nos escândalos e, principalmente, no compromisso com os ajustes econômicos neoliberais – conferirão ao PT, e aos que conosco compartilham a defesa do socialismo democrático, um papel de dimensão internacional.

O PT deve aprofundar suas relações com os setores independentes de diversas origens, que reafirmam seu compromisso com a luta pelo socialismo, participando e incentivando os foros internacionais que se constituem nesta luta.

Num mundo dominado pela disputa entre as grandes potências capitalistas, pela decadência norte-americana, pelo desmonte das conquistas sociais, pelo crescimento do militarismo e do conservadorismo, pela degradação das condições de vida da maioria da população do planeta, provocando miséria e instabilidade política, a chegada do PT ao governo de um país com o porte do Brasil estabelecerá novas condições para a luta pelo socialismo. É nessa perspectiva que o PT conduzirá suas relações internacionais.

O capitalismo e a propriedade privada não representam um futuro para a humanidade. Sua sobrevivência está cada vez mais ligada à restrição da pro-

dução em benefício da especulação e do parasitismo (armamentismo, narcotráfico etc.). Em última instância, é daí que provém a tendência regressiva atual de questionar em todo o mundo os direitos e conquistas sociais adquiridos ao longo de décadas. É o que o FMI batizou de “ajuste estrutural universal”.

Nessa situação, as iniciativas internacionais do PT devem retomar a denúncia do Imperialismo e da exploração; opor-se à Nova Ordem Mundial, afirmando a necessidade de uma integração soberana; solidarizar-se com as lutas contra a supressão das conquistas sociais (serviços públicos, empresas estatais, a flexibilização do trabalho etc.); denunciar violações aos direitos democráticos e à soberania nacional (caso do embargo a Cuba, por exemplo). Com essa base, o PT deve participar de atividades e organismos internacionais que tenham esse caráter e essas finalidades.

19. PARA VENCER AS ELEIÇÕES E GOVERNAR MUDANDO AS
RELAÇÕES SOCIAIS E DE PODER, O PT TERÁ QUE MANTER A
COERÊNCIA

Em 1994, o povo brasileiro terá a oportunidade histórica de infligir, através do voto, uma derrota às elites. Mais, talvez, que em 1989, temos condições de superar esse desafio. Há quem não compreenda isso, tomando como defeitos nossas principais virtudes: a radicalidade, a combatividade, a diferença, o compromisso com o socialismo. Investem no eleitoralismo, no administrativismo. Pensando que contribuem para eleger Lula em 1994, trilham o que pode ser o caminho de nossa derrota. Não é este o caminho para um governo comprometido com a democratização radical da propriedade, da renda, da informação e do poder. Mais do que nunca, é preciso manter a coerência do PT: um partido firmemente comprometido com os de baixo, com as maiorias exploradas e oprimidas, com a construção de uma nova ordem, socialista e democrática.

20. O RITMO DE APLICAÇÃO DO PROGRAMA DEMOCRÁTICO
E POPULAR SERÁ DEFINIDO PELA CORRELAÇÃO DE FORÇAS
EXISTENTE NA SOCIEDADE, EM PARTICULAR PELO NÍVEL DE
MOBILIZAÇÃO E AUTO-ORGANIZAÇÃO POPULAR

Nossa vitória, em 1994, certamente despertará enormes expectativas, que devem ser rapidamente respondidas com iniciativas governamentais concretas. Para criar a correlação de forças necessária à aplicação de nosso Programa, num ritmo crescente, devemos começar transformando a eleição presidencial num plebiscito sobre as reformas estruturais, especialmente sobre as medidas que adotaremos nos primeiros cem dias de governo. Entretanto, é preciso ir além: a eleição do presidente, a conquista de governos estaduais, a

ampliação das bancadas parlamentares, a constituição de um bloco de apoio político e social ao governo devem ser acompanhadas por iniciativas políticas que reduzam o poder político dos setores dominantes, especialmente no terreno da comunicação de massas.

Sem um elevado nível de atividade do movimento social, o potencial de avanço de nosso governo será limitado. O sucesso de nosso governo, em última análise, reside na auto-organização, na participação e na conscientização populares.

De outro lado, não devemos nutrir ilusão quanto à disposição das elites de usarem todos os meios para impedir a implementação do nosso programa anti-imperialista, antilatifundiário e antimonopolista. Estamos, no entanto, diante do seguinte dilema: ou levamos adiante o nosso projeto, ou nosso governo não será capaz de retirar o país da crise, e o nosso povo estará fadado à fome e à miséria e assistiremos ao sucateamento do nosso país pelas políticas neoliberais.

Quebraremos essa resistência combinando ações de governo, do nosso partido e das forças aliadas com iniciativas independentes dos trabalhadores. Não vacilaremos em lançar mão das grandes mobilizações populares, das medidas que democratizem a fundo os meios de comunicação, de intensa e ampla atividade diplomática (priorizando construir uma política unida com os países que lutam contra a dependência) e, até mesmo, de ações jurídicas. Ainda no terreno das relações internacionais, através do governo e do Partido, e tendo claro que nosso projeto faz parte da luta emancipatória dos explorados e oprimidos de todo o mundo, trabalharemos incansavelmente para obter a solidariedade ativa dos trabalhadores de todos os países. Mas a sorte do nosso governo, a implementação vitoriosa do nosso programa de luta pelo socialismo, não depende apenas da luta política em sentido restrito, tampouco somente de medidas de caráter econômico. É função também da luta ideológica, especialmente da capacidade de fortalecermos valores anticapitalistas; do desenvolvimento de uma política cultural e da coerência das políticas públicas, voltadas para o resgate da cidadania de segmentos como mulheres, negros, juventude, homossexuais, portadores de deficiência e outros setores oprimidos.

21. PARA VIABILIZAR A APLICAÇÃO DO PROGRAMA DEMOCRÁTICO E POPULAR, O GOVERNO DEVE MANTER A INICIATIVA POLÍTICA, COORDENANDO SUA AÇÃO COM AS FORÇAS QUE O APOIAM

O governo deve aplicar o programa democrático e popular a partir de um plano estratégico, que precise quais os elementos mais adequados

para, a cada conjuntura, isolar as forças conservadoras, ganhar os setores médios e, fundamentalmente, ampliar e consolidar o apoio popular. É dessa maneira que acumularemos as forças necessárias para um ritmo cada vez mais intenso de aplicação do programa. Para isso, é preciso evitar o administrativismo, conferindo centralidade à dimensão política da ação de governo. Para ganhar o apoio das maiorias nacionais, confrontar a classe dominante, derrotar suas tentativas de barrar a aplicação do programa democrático e popular, será preciso coordenar a ação do governo com a das forças políticas e sociais que o apoiam.

22. PARA DIRIGIR A CAMPANHA LULA E A AÇÃO PARTIDÁRIA NOS PRÓXIMOS ANOS, O PT NECESSITA DE UM NOVO NÚCLEO DIRIGENTE

Está evidente que a direção que encerra seu mandato perdeu sua legitimidade, situação que é reforçada pelos problemas organizativos, pelo enfraquecimento das relações com os movimentos sociais e nossos governos municipais.

Essa situação reflete não apenas o envelhecimento da direção eleita em junho de 1990, mas principalmente o desaparecimento da maioria política que a compôs. É preciso criar um novo núcleo dirigente, que expresse a posição majoritária nas bases e possua representatividade política e social. Para isso, é preciso retomar o método de discussão e decisão que produziu as principais resoluções do PT e nos levou a vitórias políticas e sociais: a formulação de políticas através da discussão e do debate democrático no interior do Partido.

O novo núcleo dirigente deve estar fundado em cinco compromissos:

a) o compromisso com o caráter socialista e revolucionário do PT – um socialismo democrático, alternativo tanto ao socialismo real, quanto à social- democracia;

b) o compromisso com o valor estratégico da democracia – que para nós é meio e fim, método de transformação e ideal de organização política;

c) o sentido revolucionário do programa democrático e popular – que adquire um sentido anticapitalista, antimonopolista, antilatifundiário e anti-imperialista;

d) a viabilidade de um partido de quadros e de massas – combinação que, recusando a polarização entre o centralismo e a diluição, afirma a democracia como fio condutor da vida partidária;

e) a renovação do contrato ético e democrático entre os militantes – de modo que a democracia interna e a valorização das instâncias suplante a diluição dos centros paralelos de poder, evitando a prática desagregadora e antidemocrática dos que, transformados em notáveis, por força da militância, fazem de tudo para ser mais iguais que os outros.

23. O PT PRECISA REAFIRMAR SEU PAPEL DIRIGENTE, SEU CARÁTER DE MASSA E SUA DEMOCRACIA INTERNA

O aprofundamento da democracia partidária exige a revalorização das instâncias; a participação do conjunto dos filiados no processo de debate e tomada de decisões; o fortalecimento da imprensa partidária, da formação política e dos mecanismos de consulta. É preciso, ainda, instituir o controle democrático das direções partidárias e dos militantes que detêm mandatos no Executivo e no Legislativo. O caráter de massas do PT aparece em suas relações com os movimentos sociais que lhe deram origem. Sem dirigismo, mas sem furtar-se à contribuição política, o PT deve estreitar suas ligações com a sociedade civil organizada. Atento e sintonizado com a opinião pública, mas sem deixar-se conduzir a partir de fora. Partido com maior presença nos grandes centros urbanos, devemos ampliar nosso diálogo para criar vínculos firmes – e não ocasionalmente eleitorais – com os setores situados, geralmente, à margem das organizações sindicais e populares. O caráter dirigente do Partido deve-se manifestar na elaboração democrática de nossa política, no debate aberto com aliados, na disputa de hegemonia, no confronto com os valores das elites brasileiras e na reafirmação do objetivo estratégico do PT: a luta por uma sociedade socialista e democrática, sem explorados nem exploradores.

O MOMENTO POLÍTICO

1. ITAMAR VEM PRATICANDO, NO ESSENCIAL, A MESMA POLÍTICA DE COLLOR

Apesar das críticas à modernidade collorida, dos discursos em defesa dos interesses nacionais e das declarações simpáticas aos sofrimentos dos “homens e mulheres simples”, Itamar vem praticando, no essencial, a mesma política econômica adotada por Collor: altas taxas de juros, privatizações e uma negociação da dívida externa lesivas aos interesses nacionais; políticas internas de incentivo ao grande capital, manifestas, inclusive, no chamado Plano Eliseu. Hegemonizado pelos conservadores, o governo Itamar é incapaz de iniciar as mudanças necessárias ao país, como também de impedir o agravamento da situação nacional. Daí a inexistência de identidade com um governo vacilante e ambíguo como o de Itamar Franco, por mais que ele tenha nascido da luta do impeachment e por mais que seja integrado por partidos que consideramos aliados. Sob o guarda-chuva do ministério multipartidário, Itamar substitui os gestos concretos por discursos impulsivos e mantém em sua equipe elementos comprometidos com a ditadura e com os desmandos de Collor. A área econômica tem sido marcada por sucessivas trocas de ministros e pelo imobilismo no combate à inflação, que já supera 30% ao mês, promovendo uma violenta concentração de renda, penalizando os 12 milhões de aposentados e pensionistas, o funcionalismo público, as categorias com menor poder de barganha e os milhões que recebem um salário mínimo. Para sair dessa situação de miséria é necessária a aprovação do reajuste mensal de salários, como defende o PT. Com o governo Itamar, continuam ganhando os especuladores, os sonegadores de impostos, o grande capital oligopolista e os bancos, que apresentam escandalosas taxas de rentabilidade, alimentadas por uma taxa de juros que inviabiliza o investimento produtivo e que corrói as finanças públicas.

A nomeação do ministro Fernando Henrique Cardoso foi acompanhada de grande expectativa e de uma mudança de comportamento, dos meios de comunicação e do empresariado em geral, frente ao governo. Eliseu

Resende, comprometido com os empreiteiros, foi substituído por um senador com um passado democrático. No entanto, o programa de privatização – que vem favorecendo grandes grupos econômicos de forma inaceitável, como no caso da CSN – está mantido e será acelerado.

As iniciativas da nova equipe, até o momento, apontam para uma reforma do Estado na direção do Estado Mínimo, com violentos cortes orçamentários na área social, inspirados no ideário neoliberal. O governo volta à retórica vazia do pacto social, enquanto se nega a aprovar uma política salarial apresentada pela Bancada do PT no Congresso Nacional.

O governo Itamar tem-se demonstrado incapaz de enfrentar a crise econômica e de promover as reformas estruturais, e seu imobilismo agrava a crise social.

Confirma-se, portanto, a justeza da posição definida pelo PT – apesar das ambiguidades do primeiro momento – de manter-se fora do governo, como oposição, não se recusando, como é óbvio, a apresentar alternativas concretas e apoiar iniciativas pontuais que atendam os interesses das maiorias.

2. O PT E OPOSIÇÃO AO GOVERNO ITAMAR

Preocupados em dar sustentação a um governo originado do impeachment, acreditando na possibilidade de reverter a política econômica collorida e ansiosos em contribuir para a melhoria das condições de vida de nossa população, diversos partidos e personalidades comprometidos com o povo têm emprestado seu apoio ao governo federal. O PT está na oposição a esse governo, e fará gestões para que nossos aliados potenciais dele se afastem. Nossa oposição é pautada por propostas alternativas de emergência, referenciadas no programa de governo que apresentaremos ao país durante a campanha eleitoral.

No atual momento, qual tática concretiza a oposição a Itamar? Sem dúvida, a primeira ação é tomar a iniciativa de articular um movimento de massas, partidos, entidades e sindicatos numa campanha nacional por medidas urgentes, capazes de atenuar as condições de vida das maiorias. Nela, se incluem reformas democráticas – da legislação político-eleitoral e dos meios de comunicação – e exigências reivindicativas populares: revogação das privatizações, anulação do acordo com o FMI e suspensão do pagamento da dívida externa, não ao IPMF, imediato assentamento dos acampados e reforma agrária, Fundo Nacional de Transportes, salário mínimo e reajuste salarial mensal, punição dos culpados na CPI, extensão dos direitos de cidadania aos milhões de marginalizados, entre outros pontos.

3. O PT ATUA NA CONJUNTURA, ACUMULANDO FORÇAS PARA A DISPUTA DE 1994

A vitória do presidencialismo no plebiscito tornou explícitas as articulações políticas com vistas à disputa de 1994. Nesse quadro, a ação do PT na oposição ao governo Itamar, nos parlamentos, nos governos municipais que administramos, nos movimentos e nas lutas sociais deve ter como objetivo acumular forças para a disputa de 1994. Tarefas inseparáveis da reorganização do Partido, da renovação de nosso projeto socialista, da elaboração do programa de governo da candidatura Lula, instrumento de disputa de hegemonia no próximo período.

No plebiscito sobre forma de governo, o povo [se] recusou [a] dar um cheque em branco a esse Congresso Nacional, que seria depois utilizado na Revisão Constitucional. [Esta] é uma tentativa da maioria reacionária do atual Congresso de reescrever a Constituição, para torná-la ainda mais conservadora: retirar as poucas conquistas sociais, eliminar monopólios do Estado e dispositivos de proteção da economia nacional e adequar as instituições às necessidades presentes da dominação, antes mesmo que muitos dos principais dispositivos constitucionais de 1988 tenham sido objeto de legislação regulamentadora. Essa Revisão Constitucional – sem participação popular – não interessa ao PT e ao movimento social.

Por outro lado, os principais problemas do país não foram resolvidos pela Constituição de 1988 – a sangria da dívida externa, a questão agrária, a ausência de recursos para despesas sociais, a distribuição de renda etc. – e não será este Congresso reacionário, deslegitimado pelo plebiscito e em final de mandato, que irá fazê-lo.

Tal tarefa pressupõe um debate nacional e uma mobilização social que, democraticamente, atribuam um mandato para que um novo Congresso, reunido para esse fim, tome as medidas que se exige.

Por tudo isso, o PT, junto com outros setores democráticos e movimentos sociais, deve denunciar a falta de legitimidade, combater essa Revisão Constitucional prevista para outubro, e que se tenta até puxar para os próximos meses, compreendendo-a como uma barragem à alternativa democrático-popular que queremos desenvolver no Brasil.

Tanto esse processo de mobilização contra a Revisão Constitucional quanto a posição do Partido no desdobramento da conjuntura deve passar pela ampla participação das bases do PT, em nível municipal e estadual. Essa participação é que dará o grau de sucesso de nossa política nacional no enfrentamento das forças conservadoras.

4. A OPOSIÇÃO A ITAMAR E A VITÓRIA EM 1994 EXIGEM UMA RETOMADA DA MOBILIZAÇÃO SOCIAL

A vitória das forças democráticas e populares em 94 depende de nos caracterizarmos como oposição e força alternativa ao governo Itamar. Mas depende, sobretudo, de estarmos vinculados à reanimação dos movimentos sociais, especialmente o movimento sindical, expressando no plano político os interesses desses movimentos. Se é verdade que a situação de crise desestimula a mobilização, também faz falta uma orientação política mais clara sobre como atuar na conjuntura e sobre a vinculação dos movimentos sociais com a luta pelas reformas estruturais. Só haverá retomada da mobilização quando o movimento sindical refizer os vínculos da luta específica com as propostas nacionais. É nesse sentido que o PT deve orientar sua atuação nos movimentos populares, sindical, estudantil, de mulheres, negros, sua relação com as entidades da sociedade civil, com as Igrejas, com os partidos aliados e com os marginalizados. Trata-se de interessar milhões de trabalhadores e trabalhadoras para uma luta por mudanças, para a defesa de metas nacionais – como o combate à fome, a reforma agrária, a extensão da saúde e da educação a todos os brasileiros – que sinalizem o Brasil que queremos.

5. AS PREFEITURAS DEMOCRÁTICAS E POPULARES SÃO PARTE INTEGRANTE DA DISPUTA DE PROJETOS NACIONAIS

A ação das prefeituras democráticas e populares deve vincular o trabalho governamental à disputa nacional que se trava, desde já, no país e que terá seu ápice no próximo ano. Trata-se de realizar, nos limites do governo municipal, nosso programa, através de políticas públicas que resultem na melhoria das condições de vida da população e na democratização do Estado.

Medidas que prefigurem, no plano local, nossas intenções no governo federal. Um exemplo concreto de nossa capacidade de governo e de que é possível mudar o país.

6. O PT BUSCA, DESDE JÁ, CONSTITUIR ALIANÇAS SOCIAIS E PARTIDÁRIAS PARA 1994

Diante da complexidade de eleições simultâneas para presidente, governadores, Congresso e legislativos estaduais, o PT deve propor às forças interessadas em um governo democrático e popular uma política de alianças

em torno do Programa de governo, para se contrapor à movimentação das elites, que se dividem entre a candidatura Maluf e a chamada terceira via.

A necessidade de construir um arco de alianças que viabilize a vitória, e também o cumprimento do programa transformador, exige uma composição partidária mais ampla que a dos partidos que se assumem como esquerda, como o PSB, o PPS, o PCdoB, o PC e o PSTU.

Merecem análise à parte os partidos e articulações de centro-esquerda, particularmente Brizola, com seu PDT, e o PSDB, que vêm tendo políticas ambíguas, mas que poderão interferir decisivamente na disputa de hegemonia posta na conjuntura.

7. “RECICLADO”, MALUF É HOJE O LÍDER DA DIREITA

Constituída em sua maioria por seguidores da Ditadura Militar, que apoiaram Collor, a direita tem em Paulo Maluf e Antônio Carlos Magalhães seus principais representantes.

ACM, governador da Bahia, articula-se com grandes empresários, controla um número significativo de parlamentares e tem base popular, principalmente no Nordeste.

Paulo Maluf organizou um novo partido, o PPR, visando atrair para a sua candidatura a presidente os carlistas e mesmo parte da direita do PMDB. Com a vitória na eleição paulistana e a reciclagem de sua imagem, Maluf é hoje o principal líder da direita: tem base popular própria, influencia diversos parlamentares e possui forte articulação com o empresariado. Maluf tenta se qualificar como principal alternativa da burguesia na disputa em 1994.

8. O CENTRO CONSERVADOR BUSCA UM CANDIDATO

A centro-direita, hegemônica pelo PMDB e formada também por parte do PFL e partidos menores, conta com a maioria dos deputados e dos governadores. Do ponto de vista político, compreende vários setores da oposição burguesa à Ditadura Militar. Foi a principal base de apoio do governo Sarney e, agora, do governo Itamar. Seu candidato potencial, o ex-governador Orestes Quércia, que emergia das eleições de 90 como principal alternativa eleitoral da burguesia no confronto com Lula, renunciou à Presidência do PMDB, abrindo uma crise no partido e enfraquecendo a posição do governador Fleury.

A manobra de Quércia, encarada como uma maneira de sair do fogo cruzado das acusações de corrupção, favorece, num primeiro momento, a chamada

terceira via, mas também pode ser encarada como um recuo tático, para retomar a candidatura à Presidência da República em melhores condições políticas.

9. O PSDB É UM CAMPO EM DISPUTA

Depois de defender uma coligação com o PT para a Presidência, caso fosse aprovado o parlamentarismo, a cúpula do PSDB decidiu lançar candidato próprio e vem trabalhando para impedir que se consuma a polarização entre Lula e Maluf. O mesmo movimento começa a ser feito pelo Presidente Itamar, com ressonância em setores do PMDB e personalidades avulsas, como o governador mineiro Hélio Garcia. Para dar força a esta alternativa, o PSDB tentará atrair partidos que, em 1989, compuseram a Frente Brasil Popular.

Apesar do crescimento eleitoral em 1992, o PSDB não conseguiu constituir um campo próprio, nem se apresentar como alternativa real de governo. Partido de sustentação ao governo Itamar, sua trajetória vem sendo marcada por ambiguidades: apoiou Lula no segundo turno das eleições de 1989, mas chegou a ter ministros na fase terminal do governo Collor; apoiou Suplicy no segundo turno das eleições de 1992, mas tem um secretário no governo Maluf; coligou-se com o PT em diversas cidades, mas noutras serviu de legenda para políticos de direita.

Esse comportamento ambíguo expressa, em certa medida, o caráter contraditório da política e da base social e eleitoral dos tucanos. O PSDB apresenta fortes diferenciações regionais, sendo dominado, em vários estados, por setores conservadores. No seu conjunto e nacionalmente, tem predominado no interior do PSDB um programa inspirado no ideário neoliberal. Ao mesmo tempo, o PSDB tem apresentado uma dinâmica estatal com fortes componentes fisiológicos.

No entanto, apesar de não integrar o campo democrático e popular, o PSDB abriga setores progressistas. Hoje, predomina no PSDB a busca da terceira via, mas amanhã pode estar mais próximo de nós. Por isso, o PT deve disputar o apoio da militância e do eleitorado tucano, a começar pelas cidades onde coligamos, polarizando o máximo de forças para uma aliança com esse partido, a partir de um programa democrático e popular.

10. BRIZOLA REAFIRMA POPULISMO CONSERVADOR

Desgastado pelo apoio a Collor e parte integrante do condomínio de sustentação do governo Itamar, Brizola utilizou-se da campanha presiden-

cialista para recompor sua imagem. Na mesma linha, opôs-se à privatização da CSN. Ao mesmo tempo, desenvolve um ataque permanente a Lula e ao PT. Chefe político do PDT, Brizola deverá ser novamente lançado candidato à Presidência da República. Daí que eventuais alianças com esse partido só serão possíveis no segundo turno.

O PDT continua totalmente atrelado à política brizolista que, desgastada pelo apoio que deu a Collor e a Itamar Franco, procura agora apresentar-se como “social-democrata”, em busca de alianças com o PSB e o PCdoB.

Ao mesmo tempo, acena para a direita, propondo uma aliança conservadora com o PTB e fazendo elogios políticos a Paulo Maluf, inviabilizando qualquer hipótese de aliança, no 1º turno das eleições presidenciais, com o PT. No entanto, devemos assegurar uma forma ofensiva na disputa das bases e do eleitorado do PDT.

11. O PT DEVE CONCLAMAR OS PARTIDOS ALIADOS A DEIXAREM O GOVERNO ITAMAR

Ressalvadas as contradições impostas pela participação no governo Itamar, o PT deve-se esforçar para atrair o PSB, o PCdoB e o PPS para uma aliança no primeiro turno. Esforço idêntico deve ser dirigido ao PCB, ao PSTU e ao PV.

Nossa política de alianças não pode desconhecer a participação do PSDB, PPS e PSB no governo Itamar e as tentativas de articulação da terceira via, bem como as impossibilidades de alianças em nível estadual, desvinculadas do apoio à candidatura Lula, já que as eleições para governadores serão concomitantes com a disputa presidencial.

Por isso, temos que disputar as bases, militante e social, desses partidos, visando incorporar o PSDB, o PPS e o PSB à oposição ao governo Itamar e à candidatura Lula-94.

12. O PT BUSCA UMA ALIANÇA NACIONAL E NOS ESTADOS

As coligações eleitorais se darão no primeiro e no segundo turno, nos estados e no plano nacional. Tudo indica que haverá uma disputa, no PT e nos demais partidos, entre os interesses nacionais e regionais. Ao PT interessa nacionalizar a política de alianças, vinculando a campanha ao governo dos estados com a campanha presidencial, sem perder de vista que o sucesso da candidatura Lula não depende apenas das alianças que estabeleça no plano

político-partidário. Depende, sim, de uma tática de campanha que firme na sociedade um programa alternativo, com ações políticas de envergadura, a exemplo da Caravana da Cidadania.

Devemos decidir se, definida uma política nacional de alianças, esta será impositiva para todos os estados. A resposta é sim e não. É sim quando se tratar da proibição de alianças com quem o Encontro Nacional proíbe. É não quando se trata de obrigar os estados a seguirem uma aliança positiva. Não se pode obrigar os companheiros de um estado a alianças contra a vontade das bases.

Tirada uma posição nacional, negociada uma eventual aliança regional, o DN deve trabalhar os militantes do estado, deve disputar politicamente sua posição, mas o Encontro Regional é soberano, cabendo recurso ao Encontro Nacional.

Evidentemente, os filiados de cada estado levarão em consideração que a questão não é meramente regional. Eles poderão ser convencidos a celebrar alianças que, em outras circunstâncias, não seriam feitas, mas não serão obrigados a isso.

13. UMA TÁTICA OFENSIVA NA CONJUNTURA

Para dar conta das tarefas da conjuntura e levar a bom termo a oposição a Itamar, a retomada da mobilização social e a ação de nossas bancadas e governos municipais, a nova direção partidária terá de aprender com a trajetória recente do Partido. Assim é que, em vários momentos, nosso Partido não explorou todas as possibilidades que uma situação de crise, como a que vivemos, abre para um partido comprometido com os interesses populares. Só para ficar nos casos mais exemplares: demoramos a perceber o grau de corrosão a que chegara o governo Collor e, no movimento Fora Collor, relegamos a segundo plano nossa oposição ao neoliberalismo, nos mantendo, muitas vezes, nos marcos estritos do Movimento pela Ética na Política; durante a campanha municipal de 1992, foi frequente a prática de sobrepor a imagem do candidato à estrela do PT, na suposição de assim ampliar nossas possibilidades de vitória eleitoral. Mais grave, entretanto, foi o fato de, sobretudo no período mais recente, ter prosperado por algum tempo, na direção nacional, uma postura ambígua frente ao governo Itamar. Recuperando a sua sensibilidade, reafirmando seus compromissos com os anseios da população, o PT estará preparando o caminho da vitória em 1994.

MOÇÕES APROVADAS NO 8º ENCONTRO NACIONAL:

- | Manifesto de solidariedade ao povo cubano
- | Contra as privatizações
- | Pela descriminalização do aborto
- | Pela apuração de responsabilidades no assassinato de Paulo Vinha
- | De apoio e solidariedade a Helena Greco
- | De solidariedade a Frei Betto
- | De solidariedade ao bispo de Imperatriz
- | De apoio à juíza Frossard
- | De apoio aos movimentos populares
- | De apoio à caminhada pela terra
- | De apoio aos atos contra o FMI
- | De apoio aos técnicos do Tesouro Nacional
- | De repúdio às injúrias e ameaças ao companheiro Hélio Bicudo
- | Proposta sobre esportes, lazer e arte no programa alternativo Lula 94
- | De apoio às resoluções do Seminário de Vereadores
- | Moção de conclamação

6º DIRETÓRIO NACIONAL

(84 MEMBROS)

ELEITO NO 8º ENCONTRO NACIONAL, REALIZADO
NO CENTRO DE CONVENÇÕES DE BRASÍLIA/DF,
ENTRE OS DIAS 11 E 13 DE JUNHO DE 1993

Líder da Bancada no Senado Federal | Eduardo Suplicy | SP

Líder da Bancada na Câmara dos Deputados *

Presidente: Luiz Inácio Lula da Silva | SP

Aloízio Mercadante | SP

Andréa Butto Zarzar | PE

Antonio Carlos Pereira | MG

Arlete Sampaio | DF

Artur Scavone | SP

Augusto de Franco | SP

Beatriz Gomes | PE

Benedita da Silva | RJ

Beto Bastos | RJ

Bruno Maranhão | PE

César Benjamin | RJ

Clara Ant | SP

David Capistrano Filho | SP

Deuzelice Pereira Souza |

Djalma Bom | SP

Dora Gomes | MG

Eduardo Jorge | SP

Emanuel Appel | PR

Flávio Koutzii | RS

Francisco Rocha da Silva | SP

Gabriel Santos Rocha | MG

Geraldo Garcia | MS

Gilberto Carvalho | SP

Gilberto Neves | MG

Gilney Amorim | MS

Gilson Lyrio | MG
Hamilton Pereira | GO
Ideli Salvati | SC
Iná Meirelles | RJ
Inocência Gasparim | PA
Iria Charão | RS
Iriy Lopes | ES
Ivan Valente | SP
Ivar Pavan | RS
João Machado | SP
Joaquim Soriano | SP
Jorge Almeida | BA
José Américo Dias | SP
José Dirceu | SP
José Genoíno | SP
José Ilário Marques | CE
José Luiz Fevereiro | RJ
José Maria de Abreu Dutra | BA
José Nobre Guimarães | CE
José Wigineski | PR
Lauro Marcondes | SP
Luci Choinaki | SC
Lúcia Carvalho | DF
Luiz Eduardo Greenhalgh | SP
Luiz Soares Dulci | MG
Lygia Puppato | PR
Marco Aurélio Garcia | SP
Maria Aparecida Miranda | MG
Mariano de Oliveira | RJ
Marina Silva de Souza | AC
Markus Sokol | SP
Milton Temer | RJ
Moisés Augusto Gonçalves | MG
Múcio Magalhães | PE
Neide Aparecida | SP

Neusa Santos | RS
Olívio Dutra | RS
Ozéas Duarte | SP
Pedro Celso | DF
Perseu Abramo | SP
Raul Pont | RS
Renato Carvalho | MG
Renato Simões | SP
Ronald Rocha | MG
Rubens Otoni | GO
Rui Falcão | SP
Sandra Starling | MG
Selma Neves | AC
Serys M. Silhessarenko | MT
Sônia Hipólito | SP
Tarso Genro | RS
Tatau Godinho | SP
Telma de Souza | SP
Valdísio Fernandes | BA
Vera Gomes | PE
Vilson Santin | SC

2 REPRESENTANTES SETORIAIS, ELEITOS
DIRETAMENTE:

Agrário | João Batista Barbosa | PA
Juventude | Maurício Benito Durá | SP

Fonte: Resoluções do 8º Encontro Nacional do PT – 1993.

COMISSÃO EXECUTIVA NACIONAL

ELEITA NA REUNIÃO DO DIRETÓRIO NACIONAL DE 13 DE JUNHO
DE 1993 E ALTERADA EM 22 DE AGOSTO DE 1993.

Presidente | Luiz Inácio Lula da Silva SP
Líder/Senado Federal | Eduardo Suplicy | SP
Líder/Câmara de Deputados *
1º vice-presidente | Rui Falcão | SP
2º vice-presidente | Aloízio Mercadante | SP
3º vice-presidente | Luiz Eduardo Greenhalgh | SP
Secretário Geral | Gilberto Carvalho | SP
Secretária de Organização | Tatau Godinho | SP
Secretário adjunto de Organização | José Luiz Fevereiro | RJ
Secretário de Finanças | Lauro Marcondes | SP
Secretário de Meio Ambiente | Augusto de Franco | GO
Secretária de Assuntos Institucionais | Telma de Souza | SP
Secretário Agrário | Hamilton Pereira | GO
Secretária adjunta Agrária | Luci Choinaki | SC
Secretário de Formação Política | João Machado | SP
Secretário de Relações Internacionais | Marco Aurélio Garcia | SP
| Clara Ant | SP
Secretário adjunto de Relações Internacionais | Jorge Almeida | BA
Secretária Sindical | Vera Gomes | PE
| Lúcia Carvalho | DF
| Arlete Sampaio | J\DF

SECRETÁRIOS(AS) NACIONAIS, COM ASSENTO NA COMISSÃO EXECUTIVA NACIONAL, COM DIREITO À VOZ:

Secretário de Comunicação | Markus Sokol | SP
Secretária de Movimentos Populares | Sônia Hipólito | SP
Coordenador de Juventude | Maurício Benito Durá | SP
Coordenador do setorial agrário | João Batista Barbosa | PA

* Líder da Bancada na Câmara de Deputados: 1993 – Vladimir Palmeira (RJ); 1994 – José Fortunatti (RS); 1995 – Jacques Wagner (BA).

Fonte: Documento original do Diretório Nacional de 22/08/93.

| 1994 |

9º ENCONTRO NACIONAL

18 A 20 DE AGOSTO DE 1995
SESC - GUARAPARI/ES

ARQUIVO DN



CARLITO MAIA, CRIADOR DOS SLOGANS "OPTEI" E "LULA-LÁ, SEMPRE PRESENTE NOS ENCONTROS DO PT.

ARQUIVO DN



SÉRGIO MAMBERTI E ANTÔNIO PITANGA NO 9º ENCONTRO DO PT

9º ENCONTRO NACIONAL¹

29 DE ABRIL A 1º DE MAIO DE 1994
BRASÍLIA/DF

RESOLUÇÕES APROVADAS:

- | A conjuntura e a campanha
- | Resolução sobre fidelidade partidária
- | Carta eleitoral²

Lançamento oficial da candidatura Lula Presidente.

Presentes: 440 delegados.

1. Fonte: *Boletim Nacional* n.º 87, da 2ª quinzena de maio de 1994.

2. O texto final "Bases do Programa de Governo – 1994: Lula Presidente – Uma revolução democrática no Brasil", também aprovado no 9º Encontro Nacional, encontra-se publicado em caderno especial.

A CONJUNTURA E A CAMPANHA

CONJUNTURA

1. O 9º Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores discutiu e aprovou o Programa de Governo. A partir de agora, todas as energias de nosso partido, decada um dos militantes, filiados e simpatizantes devem concentrar-se na eleição de Lula Presidente, de nossos candidatos ao governo [Estadual] e ao Senado, à Câmara [Federal] e às Assembleias Legislativas. Não se trata de mais uma disputa eleitoral. Trata-se de uma batalha onde estão em jogo, simultaneamente, as chances de uma vida digna para a maioria do povo brasileiro e a possibilidade de colocar num novo patamar a luta pelo socialismo.
2. Há mais de uma década, o Brasil vive uma situação de equilíbrio instável. Os trabalhadores tiveram grandes avanços desde meados da década de 70, quando começam a retomar as lutas parciais, combinando-as com a bandeira do fim do Regime Militar. A multiplicação de organizações populares, com destaque para o PT e a CUT, a campanha das Diretas, o fim da Ditadura Militar e o impeachment de Collor são alguns exemplos. As classes dominantes tiveram que recuar em vários momentos desde o esgotamento do modelo econômico que viabilizou o chamado Milagre Brasileiro, mas, além da Presidência da República, detêm o controle de aparelhos essenciais no Estado e na sociedade, como o Congresso Nacional, o Judiciário, as Forças Armadas, os meios de produção e os grandes meios de comunicação, e ainda mantêm agentes de peso no movimento sindical e popular. Mas continuam não tendo um Projeto Nacional para apresentar à sociedade. É isso que explica o fato de termos crescido tanto na simpatia popular nos anos mais recentes, apesar desse crescimento não ter correspondência, no mesmo grau, em organização e mobilizações. A superação de nossas debilidades organizativas passa por buscar integrar o conjunto da militância petista presente nos movimentos sociais, especialmente a CUT, para atuar na linha partidária, como peça-chave de

sustentação da campanha e do governo. Mobilizar a militância em torno da campanha de Lula e de seu programa, mesmo com um objetivo eleitoral, é algo mais significativo, politicamente, do que uma luta econômica ou parcial, ainda que sob formas mais radicalizadas. Portanto, é correto entender que o principal móvel mobilizador neste ano de 1994 deve ser a luta pela conquista de um governo democrático e popular, que possa colocar em prática as reformas estruturais e as mudanças exigidas pelo povo brasileiro, especialmente nos últimos 20 anos. Da mesma forma, fazer destas eleições uma grande campanha de mobilização pelas reformas é dar um sentido efetivamente transformador à luta eleitoral e à luta política de modo geral.

Isto mostra tanto as grandes debilidades que ainda temos, como as condições de consolidar o apoio de trabalhadores mais esclarecidos e organizados e da juventude, como também o potencial de polarizar ou neutralizar a maioria dos brasileiros. Aqui, ao contrário da Argentina ou do Chile, as classes dominantes não conseguiram avançar tanto quanto gostariam as reformas neoliberais. E, se não o fizeram, foi graças à resistência do campo democrático e popular.

3. A campanha de Lula vai ocorrer num contexto internacional em que a reciclagem capitalista busca criar o consenso de que o crescimento econômico só é possível com a exclusão da maioria da população e de continentes inteiros. Mas o quadro conjuntural e eleitoral mundial, especialmente latino-americano, já começa a apontar para a reversão do período de domínio da ideologia neoliberal. São exemplos disso a existência do Foro de São Paulo, a vitória de Mandela na África do Sul, o crescimento da Frente Ampla no Uruguai e da Frente Grande na Argentina, as vitórias da Causa R [Revolucionária] na Venezuela, a possibilidade de vitória do PRD [Partido Revolucionário Democrático] no México, entre outros. Nesse sentido, a campanha de Lula deve ser uma tribuna de denúncia das situações de exploração e dominação e de repercussão das conquistas democráticas e populares.
4. No Brasil, as eleições de 1994 podem abrir uma nova relação de forças a favor do campo popular. A vitória de Lula e seu governo de reformas democráticas e populares significarão uma derrota profunda do projeto neoliberal e do secular domínio das classes dominantes sobre a política brasileira.

5. Desabituaadas com a disputa democrática, incapazes de reformar um sistema que lhes permite ganhos fabulosos, as elites tentam, de todo modo, impedir vitória eleitoral da esquerda. Esse foi o sentido da traição ao movimento pelas Diretas e da ida ao Colégio Eleitoral, do estelionato eleitoral do Plano Cruzado, da extensão do mandato de José Sarney, do apoio ao aventureiro Collor de Mello.
6. A ofensiva neoliberal, viabilizada pela eleição de Collor, sofreu um duro golpe com o impeachment. Desde então, fica cada vez mais claro para o país que só a candidatura Lula reúne condições para superar a crise e retomar o desenvolvimento, com distribuição de renda, riqueza e poder. Sabedoras disso, as forças conservadoras movimentam-se, desde 1992, com um único intuito: impedir nossa vitória eleitoral.
7. É por isso que as elites se esforçaram para impedir que o movimento Fora Collor fosse além da reivindicação de ética na política e passasse a contestar também o neoliberalismo e a privatização do Estado.
8. É por isso, também, que se tentou comprometer o PT com o governo Itamar, descaracterizando nossa condição oposicionista, em nome da unidade nacional das forças pró-impeachment, como se houvesse entre elas afinidades programáticas que justificassem uma coalizão governamental.
9. Do mesmo modo, embora as elites tenham se dividido entre as propostas de parlamentarismo ou presidencialismo, setores significativos delas apostaram no parlamentarismo, visando esvaziar os poderes de um governo com Lula na Presidência e, assim, impedir as reformas, através do sistema de Gabinete, em que o governo real estaria sob o controle do Congresso. A perspectiva dessa manobra foi uma das razões para que nosso partido rejeitasse a proposta parlamentarista.
10. Diante da previsível derrota nas urnas de 1994, as elites apelaram para o Congresso surgido das urnas de 1990: façam a revisão, antes que o povo faça as reformas. O PT resistiu a mais esse golpe contra a democracia e contra um futuro governo popular. Apesar das dificuldades e das incompreensões, na sociedade e no próprio Partido, soubemos resistir porque nunca consideramos a revisão um fato consumado, uma derrota inevitável à qual devíamos nos curvar.
11. Apesar da maioria pró-revisão; apesar do autoritário Regimento Interno; apesar das manobras golpistas de Humberto Lucena, presidente da revisão; apesar do relator-lobbista Nelson Jobim; apesar do adiamento

do prazo de encerramento dos trabalhos, de 15 de março para 31 de maio; apesar do maciço apoio da mídia; apesar dos milhões gastos pelos empresários interessados na quebra dos monopólios; apesar da pequena resistência popular ao golpe revisional; apesar da fraqueza numérica dos contra; apesar disso tudo, a revisão não deslanchou. Instalada há mais de cinco meses, a única decisão relevante adotada foi a redução do mandato presidencial, de cinco para quatro anos, por emenda proposta pelo ano do Orçamento, o deputado Genebaldo Correia (PMDB-BA).

12. Em todos esses episódios – movimento pelo impeachment, unidade nacional em torno do governo Itamar, plebiscito sobre sistema de governo, revisão constitucional – nosso partido acertou globalmente, derrotando total ou parcialmente as manobras que visavam impedir nossa vitória ou, simplesmente, nos descaracterizar, transformando-nos em fiadores do pacto entre as elites.
13. Outra foi a trajetória do PSDB. Caracterizado pelo 8º Encontro Nacional como um “campo em disputa”, desde então o PSDB vem realizando uma opção diametralmente oposta à do PT. Estivemos em campos opostos no governo Collor, a quem os tucanos chegaram a ceder quadros de nível ministerial. Enquanto fazíamos oposição ao governo Itamar, o PSDB dele se apoderava, imprimindo uma política econômica, consubstanciada no Plano FHC, que dá continuidade à do governo anterior. Foram os tucanos os maiores defensores da opção parlamentarista, como também da nova lei eleitoral, nitidamente concebida para prejudicar o campo popular. Finalmente, foi a cúpula tucana e seus aliados no PFL e no PMDB que batalharam pela revisão constitucional.
14. A trajetória do PSDB demonstra como estava correto o PT ao estabelecer, como critério para sua política de aliança, o acordo em torno do programa de governo e o apoio a Lula. Fosse outra a nossa opção, estaríamos enfrentando a desmoralizante situação de ter como aliado prioritário o partido que as elites escolheram como sua alternativa preferencial para derrotar Lula.
15. É nítida a mobilização empresarial e dos setores conservadores em apoio a Fernando Henrique Cardoso. Candidato preferido do grande capital, FHC deu prosseguimento à política econômica de Collor. Com um passado de esquerda, inserção nos setores médios e uma aura de honestidade, Fernando Henrique Cardoso, com a conivência de Mário Covas, vem

costurando uma coligação com diversos partidos conservadores, como o PTB, o PP e, principalmente, o PFL, com o objetivo de disputar contra Lula o segundo turno.

16. A aproximação entre o PSDB e o PFL não é algo inusitado. Em 1989, após discursar no Senado em defesa de um “choque de capitalismo”, Mário Covas, então candidato tucano à Presidência, convidou Roberto Magalhães para ser seu vice. Quando o governo Collor já tinha mostrado sua face neoliberal e corrupta, o PSDB discutia a conveniência de entrar para o governo. Foram os tucanos nossos maiores opositores na administração da capital paulista. Uma vez no comando econômico e político do governo Itamar, FHC adotou um plano econômico antipopular, submetido aos interesses do grande capital e do sistema financeiro internacional. Confirma-se, assim, a afirmação de Tasso Jereissati: no mundo de hoje, não há diferenças entre governos conservadores e social-democratas. Mas as chances de sucesso eleitoral de FHC, baseadas, em boa medida, no plano econômico, concebido para ser mais um estelionato eleitoral, são reduzidas: falta ao “cruzado dos ricos” o mínimo apelo popular.
17. Tradicional alternativa eleitoral dos setores mais à direita, Paulo Maluf optou por não disputar a Presidência. Contribuíram para essa decisão uma desastrosa gestão na Prefeitura paulistana, as desavenças com seu vice (que não lhe garantiria o controle da máquina após a desincompatibilização), as repercussões atuais e futuras do escândalo Pau-Brasil, a resistência de assessores. Mas o principal motivo foi a pressão dos setores empresariais, hoje alinhados com a candidatura do ex-ministro da Fazenda. Obrigado a desistir, Maluf parece não ter decidido onde vai descarregar seu cacife eleitoral. Pode apoiar uma candidatura presidencial do próprio PPR, pode fazer um acordo com Orestes Quéricia, pode, inclusive, apoiar Fernando Henrique Cardoso.
18. Quéricia também é pressionado por aqueles que não o querem na disputa. Enfrenta a resistência dos mesmos setores que forçaram Maluf a desistir, bem como a oposição interna de setores minoritários do PMDB, que podem negar-lhe apoio durante a campanha. Reagindo a essas resistências, tudo indica que Quéricia fará um discurso contra as elites, a revisão constitucional, o plano econômico e, naturalmente, contra o PT. Por isso, ainda que consideremos, neste momento, o PSDB como adversário principal da candidatura Lula, não subestimamos o potencial do ex-governador paulista.

19. As dificuldades em unificar os setores conservadores em torno de uma única candidatura são um sinal de que as elites, apesar de uma derrota iminente, ainda não conseguiram superar suas divergências internas. Fenômeno semelhante se verifica no comportamento do empresariado frente ao plano econômico – cujo sucesso político seria possível caso os oligopólios firmassem um pacto de reduzir, mesmo que por poucos meses, a alta dos preços. Mas o desfecho da revisão constitucional é o fato que deixa mais evidente a contradição entre a vontade de derrotar Lula e a incapacidade de unir-se para tal.
20. Comprovando o acerto daqueles que nunca a consideraram um fato consumado, a paralisia da revisão constitucional, somada à dianteira de Lula nas pesquisas, deixa desarvoradas as classes dominantes. É o que explica, por exemplo, a chamada crise entre os poderes, que Itamar insuflou há pouco. É o que estimula, também, a movimentação de setores militares. Expressão de um fenômeno real – a dificuldade de unificação das elites contra a alternativa democrático-popular – o espectro de uma crise institucional serve para intimidar setores da esquerda, que passam a defender “soluções institucionais”, inclusive tentando ressuscitar a revisão para exorcizar o fantasma do golpe.
21. No Brasil de 1994, o fiador da institucionalidade é a candidatura Lula. É nela que o Partido deve lançar todos os seus esforços. E, para isso, reafirmarmos nossos compromissos com o socialismo e com as reformas democráticas e populares.
22. É a partir desse quadro de referência que analisamos a conjuntura recente e seus desdobramentos imediatos. Do mesmo modo, nossa tática de campanha, aprofundada a seguir neste documento, orienta-se por essa visão de conjunto.
23. Embora de forma diferenciada, as eleições gerais de 3 de outubro, sobretudo a disputa da Presidência da República, dominam todos os lances conjunturais das diferentes forças políticas. Em torno dessa disputa evolui o plano econômico; cadencia-se o ritmo das lutas sociais; posicionam-se os governos municipais, estaduais e federal; definem-se mais claramente os candidatos e os blocos de alianças. Enfim, a própria agonia da revisão constitucional ocorre em meio ao jogo político-eleitoral.
24. Apresentado como um instrumento seguro para debelar a inflação, o Plano FHC-2 segue a trilha de seus antecessores: arrocha salários, depri-

me o consumo, mantém elevadas as taxas de juros e libera os preços de qualquer controle efetivo. Conforme podia ser previsto já nos primeiros dias de março, a implantação da URV agravou o processo de instabilização, ao mesmo tempo em que se deterioraram ainda mais as condições de vida da maioria da população. Desde então, vem se acelerando, continuamente, a inflação em cruzeiros reais, sobretudo dos preços da cesta básica, enquanto os trabalhadores sentem, a cada dia, a perda progressiva de seu poder aquisitivo. Em especial, o do salário mínimo, que foi fixado, em termos ultrajantes, pelo ministro Fernando Henrique em valores inferiores a qualquer outro período da história deste país e mesmo inferior ao salário mínimo vigente em países em condições de desenvolvimento piores que as do Brasil.

Além disso, a gestão do Plano FHC tem sido mais desastrosa do que seus pressupostos equivocados e injustos. Por um lado, de forma autoritária, o governo recusa-se a negociar e incorporar críticas e sugestões do Congresso e de diversos segmentos da sociedade civil, notadamente do movimento sindical. Por outro, vem fazendo, continuamente, concessões aos monopólios, ao permitir que estes fixem, ao seu bel-prazer, os preços de seus produtos, e aos beneficiários da ciranda financeira, através de uma política de taxas de juros absurda e sem paralelo no planeta. Concessões estas que se tornam ofensivas à dignidade nacional e ao esforço de desenvolvimento soberano do país, como o recente acordo de renegociação da dívida externa, firmado pelo governo Itamar e os credores privados. É importante, ainda, lembrar que na Fase 1 do Plano FHC, o chamado ajuste fiscal, foram cortados bilhões de dólares nas áreas de saúde, educação e transportes, levando a já precária situação social do país a se deteriorar ainda mais. Ao mesmo tempo, o governo deve gastar cerca de 17 bilhões de dólares em pagamento de juros e principal da dívida interna, beneficiando os grandes aplicadores do mercado financeiro. Neste cenário de irresponsabilidade, insensibilidade social e privatização do Estado, fica desde logo coerente a candidatura FHC, que, de forma aventureira, abandona o seu cargo logo após a edição do Plano, para se colocar a serviço das forças reacionárias a fim de evitar, a qualquer preço, como já tinha ocorrido em 1989, a vitória da candidatura Lula.

25. O PT reitera sua posição de que a inflação é um problema grave e que demanda a implantação imediata de um programa de estabilização. Tal

programa, no entanto, não se resume a uma mera reforma monetária ou um simples ajuste fiscal, mas passa, necessariamente, por um vasto programa de reformas estruturais da economia e do Estado, que traga em seu bojo as bases de um novo padrão de crescimento, de desenvolvimento social, e inicie o processo de distribuição de renda, assim como um novo tipo de inserção soberana no cenário internacional. Nesse sentido, apresentamos à discussão, com todas as forças progressistas, uma proposta de diretrizes de estabilização e desenvolvimento, que estamos aprovando neste 9º Encontro.

26. Essa contradição tem levado até mesmo ao surgimento da inflação em URV, negada cinicamente pela equipe econômica, para quem não pode existir inflação... num “índice”! Entende-se, daí, o porquê do conflito de orientação entre o governo e a equipe econômica acerca do melhor momento para a introdução do Real, fixado para 10 de julho como prazo máximo, a fim de que o Plano possa produzir um mínimo que seja de impacto eleitoral.
27. Um componente importante, não apenas do Plano, mas das condições para a viabilização de uma vitória do campo popular e da viabilização do programa de governo, é o comportamento do movimento popular e sindical. Do ponto de vista do movimento sindical, embora tenham eclodido greves na região do ABCD, ainda é cedo para medir a extensão da reação frente à urvização dos salários. O mais provável, porém, é que as lutas sociais mantenham-se no nível atual, podendo crescer de intensidade, mais em função da campanha eleitoral, cabendo-nos estimular o surgimento de um movimento nacional em defesa das reformas estruturais no país.
28. A consolidação da unidade política e organizativa dos trabalhadores, assim como o fortalecimento das entidades representativas, particularmente dos sindicatos e da CUT, é uma tarefa básica para todos aqueles que desejam levar adiante o governo Lula. O movimento sindical deve lutar pelo fortalecimento dos trabalhadores, o que se traduz na consolidação de sindicatos amplos, fortes e enraizados nos locais de trabalho. Dessa maneira, as entidades sindicais podem ocupar papel essencial na constituição de um forte movimento nacional de luta dos trabalhadores por conquistas imediatas e por reformas estruturais, que estamos propondo ao país, fazendo avançar nossa organização e a luta pelo socialismo.

29. Isso porque parece estar consolidada, em amplos setores da população, a ideia de que uma melhoria efetiva nas condições de vida depende do resultado das eleições de 3 de outubro. Ainda que reflita uma expectativa favorável à candidatura Lula, o marasmo é negativo. Por isso, a orientação do Partido, de nossas lideranças sindicais e populares, deve ser no sentido de mobilização contra o arrocho provocado pelo Plano FHC. É fundamental que o PT, nossos economistas, nossos parlamentares, passem à ofensiva no combate público ao Plano, fundamentando de forma consistente nossa oposição a ele, que não se esgota em seus aspectos eleitoreiros.
30. Sustentada pela maioria do grande empresariado (que tem em Quércia uma opção de reserva), a candidatura FHC começa a ter a seu favor, de maneira ostensiva, a máquina do governo. Esse é o sentido das pressões de Itamar contra membros do governo que se inclinam por Quércia, agora opositor, por conveniência eleitoral, ao Plano e ao próprio presidente. Assim agindo, o governo sinaliza para setores não quercistas do PMDB, acenando que terão amparo oficial à sua eventual dissidência pró-FHC. Propósito idêntico de respaldo a FHC é o anunciado abono aos trabalhadores de salário mínimo, que deve excluir aposentados e pensionistas.
31. Não é novidade, no Brasil, o apoio da máquina a um candidato. Mas nada faz prever que, por si só, tal apoio possa reverter o quadro eleitoral, até porque FHC – na condição de ex-virtual primeiro-ministro – já tem a imagem de candidato chapa branca e é, evidentemente, apoiado pelo governo. O que muda, para nós, é a necessidade de carregar, de forma mais nítida, a oposição a Itamar.
32. O xadrez das candidaturas presidenciais já está praticamente montado (ver o item Panorama das Candidaturas), incluindo os acordos estaduais. Lula, líder das pesquisas, está recebendo o apoio de praticamente todos os partidos do campo democrático-popular, além de comer por baixo outras estruturas partidárias. Quércia ainda trabalha para consolidar sua candidatura no interior do PMDB, tentando atrair Brizola para um pacto de apoio às vésperas do primeiro turno. Provável vitorioso na prévia interna, seu potencial de crescimento não deve ser menosprezado. Tanto pode dividir os votos dos setores conservadores, como pode vir a nos criar dificuldades, adotando uma linha de campanha hipócrita e populista.

33. FHC é o candidato preferencial das elites e deve ser apoiado por uma coligação conservadora, que inclui PSDB, PFL, PP e PTB, além de setores do PMDB. Caso o PPR lance um candidato capaz de atrair o voto malufista e caso Brizola saia candidato, reduz-se o potencial querquista. O velório da revisão constitucional, que as classes dominantes insistem em ocultar, confirma o grau de dificuldade que as elites e seus partidos enfrentam para estabelecer uma unidade de ação. Entretanto, é preciso ficar atento para três desdobramentos.
34. O primeiro deles é a atribuição de responsabilidades pelo fracasso da revisão. Nós consideramos o fim da revisão como uma vitória do campo popular, e nunca “um risco para a democracia” por conta da desmoralização do Congresso. Para não desmoralizar-se, o Congresso precisa sofrer uma limpeza geral nas próximas eleições, enfrentando uma verdadeira CPI Popular em 3 de outubro.
35. O segundo desdobramento é constituído por movimentos de última hora, seja no sentido de aprovar emendas revisionais, seja com o intuito de facilitar futuras revisões. Devemos capitalizar nossa postura isolada antirrevisão e manter a obstrução, inclusive não contribuindo para que se examine em segunda votação emendas aprovadas em primeira. E não devemos aceitar qualquer emenda que facilite emendas à Constituição: não podemos abrir a guarda para que as ações de um futuro Congresso com hegemonia conservadora venham a paralisar as iniciativas do governo democrático-popular.
36. Finalmente, é preciso – pela oportunidade do fim da revisão – assumir com clareza que chegou a hora das verdadeiras reformas. Este tom deve marcar nossa campanha eleitoral, bem como nosso programa de governo, que apontará as reformas de natureza institucional que serão defendidas a partir de 1º de janeiro de 1995.

LINHAS GERAIS DA ESTRATÉGIA

37. As eleições de 1994 representam uma oportunidade ímpar na história de nosso país. Com Lula, a classe trabalhadora e o conjunto das forças autenticamente democráticas do Brasil têm ao alcance das mãos a chance de conquistar a Presidência da República, para inaugurar um período de profundas mudanças estruturais.

38. Por meio dessas mudanças, que terão como alvo central a erradicação da miséria e a conquista da cidadania para os milhões de brasileiros excluídos, lançaremos as bases para a construção, em horizonte de longo prazo, de uma sociedade inteiramente nova, livre da exploração ou dominação de qualquer tipo; uma sociedade socialista e democrática.
39. Não é por acaso que essa virada histórica se torna possível exatamente agora. Há mais de uma década, o Brasil vive profunda crise econômica, política, social, cultural e moral. Esgotado o modelo de desenvolvimento que vigorou até meados dos anos 70, nenhum outro foi posto em seu lugar.
40. As elites dominantes já não conseguem encobrir a existência de profundas divergências no interior de suas fileiras e instituições. Viciadas pelos esquemas de disputa política e tráfico de influências que marcaram o aparelho de Estado nos anos de Ditadura Militar, não se mostraram capazes de articular outro modelo hegemônico a partir da transição Tancredo-Sarney.
41. Desde então, o controle sobre a Nação foi exercido à base de choques econômicos de visão curta, do embarque irresponsável na aventura proposta pela quadrilha de Collor e, de ponta a ponta, insistência na tecla do receituário neoliberal, que só tem feito aprofundar o desemprego, a pobreza, a corrupção, a espiral inflacionária, o desmantelamento do Estado e as dificuldades de nosso sistema produtivo.
42. A crise prolongou-se, entretanto, porque as camadas populares ainda não tinham conseguido se unificar – como fazem agora, na disputa de 1994 – em torno de um projeto alternativo que seja consistente e ponha no centro das atenções o fim da exclusão e a necessidade de incorporação plena, à cidadania, dos milhões de homens e mulheres colocados à margem da vida nacional pela perversa concentração da renda, já antiga no país, agravada nos últimos tempos pelo tipo de ajuste imposto pelo FMI e por outros organismos internacionais.
43. O caráter radical de nosso projeto de resgate da dignidade nacional está expresso no fato de anunciarmos, sem meias palavras, a necessidade de mexer nas raízes do atual modelo. E esse propósito revolucionário determina também a resistência que, fatalmente, será exercida pelas elites, que se sentem culpadas e ameaçadas.

44. Por isso, a polarização tende a ser uma das marcas principais da disputa. Adversários poderosos lançarão mão de todos os recursos ao seu alcance – legais e ilegais, verdadeiros e falsos, éticos e imorais – para tentar impedir nossa vitória. E como tais forças controlam instrumentos importantes, como os meios de comunicação, o sistema financeiro, todos os ministérios, o Congresso Nacional e até o Judiciário, todo o favoritismo de Lula não chega a ser suficiente para autorizar qualquer otimismo irresponsável e desmobilizador.
45. Devemos estar preparados para um verdadeiro clima de guerra. E não se vence uma guerra sem contar com uma estratégia claramente definida, unificando todas as iniciativas e mobilizações que nossa militância, candidatos, partidos coligados, organizações populares, entidades civis e movimentos sociais lançarão em cada canto do Brasil, para garantir a concretização desse sonho perfeitamente realizável.
46. Essa estratégia já tem alguns eixos, que são definidos a seguir.

POLARIZAÇÃO

47. O PT só conquistou o invejável patamar de aprovação popular que hoje possui graças ao seu compromisso com os interesses dos trabalhadores e à sua trajetória de combate aos desmandos das elites. A dianteira de Lula em todas as pesquisas reflete, acima de tudo, o deslocamento político de milhões de brasileiros, frustrados com o desfecho da novela da transição por cima. Mostra a insatisfação e a impaciência de quem já optou, no passado, por alternativas conciliadoras ou conservadoras. Expressa uma vontade de mudança, que antes se confinava aos grandes centros urbano-industriais, mas agora chega aos distantes grotões do interior.
48. A esse apoio empolgante, nossa campanha não poderá responder com um discurso morno. É preciso aproveitar cada instante da disputa para mostrar que a miséria cruel distendida sobre o país tem responsáveis, que em geral terminam lucrando com ela. Que existem siglas partidárias atrás de cada escândalo envolvendo PC Farias, ou os anões do Orçamento, as listas do jogo do bicho e todas as negociatas focalizadas pela imprensa. Que o salário mínimo em um patamar vergonhoso de 64 dólares é a fonte dos lucros fabulosos de empreiteiras, bancos e cartéis do comércio e da indústria. O Brasil não vai se livrar dessas correntes que impedem

o progresso sem reformas profundas, que toquem nas próprias raízes do atual modelo.

49. Além do mais, a polarização será imposta pelos próprios adversários, que, desde cedo, já martelam preconceitos contra nosso candidato, no mais puro estilo da histeria anticomunista que deu vida ao Regime Militar de 1964-85, e serviu como manto protetor da corrupção, que cresceu e, hoje, explode em vergonha nacional.
50. Nossa campanha se apoiará, portanto, na afirmação da diferença. Será o confronto da honestidade com a corrupção; proporá a consistência do combate à pobreza, como alternativa ao superficialismo dos ajustes que ignoram as condições sociais de um povo inteiro; vai encarnar a ideia da ruptura, em oposição à conciliação; a coerência combatendo o oportunismo de alianças eleitoreiras.
51. Claro está que assumir a polarização não pode significar, em hipótese alguma, cair na armadilha de quem propõe temas ideológicos, abstratos e distantes, no lugar de questões concretas, como o desemprego brasileiro. Nem, muito menos, opor campanha ideológica e campanha programática.
52. A luta será ideológica, sim, porque aos adversários restam poucas armas além do recurso a velhas manipulações ideológicas. Será ideológica também no sentido de que apontaremos claramente quem ganha e quem perde com as políticas do governo Lula. Mas será, sobretudo, programática porque, ocupando a dianteira e sendo prováveis vencedores, temos todo o interesse em priorizar o debate em torno de medidas concretas, capazes de materializar nossas ideias.

LUTA PELAS REFORMAS

53. Daremos prioridade ao debate programático porque será vital para a vitória e para o êxito do governo Lula que milhões de brasileiros ergam as bandeiras da reforma agrária, da distribuição da renda, da retomada do crescimento econômico em novos padrões, da erradicação da miséria, da revolução educacional e da recuperação dos serviços públicos, imprimindo ao seu voto um conteúdo consciente.
54. A difusa vontade de mudança que hoje se aglutina em torno de Lula precisa ser politizada e transformada em compromisso concreto de luta pelas

reformas. E isso não pode ser obtido, à escala de milhões de cidadãos, apenas com a publicação de um programa geral, por mais consistente e fundamentado que seja.

55. É preciso que o conteúdo amplo de nosso programa de governo seja resumido em um núcleo compacto de ideias-força facilmente assimiláveis até pelos brasileiros de pequena ou nenhuma escolaridade. Emprego, salário decente, comida, terra, casa, escola, saúde, cadeia para os corruptos, fim da violência, são alguns dos temas centrais que requerem ênfase especial durante a campanha, seja sob a forma das “cinco pontas da estrela”, dos “treze pontos do Lula” ou qualquer outra fórmula simbólica de impacto. Nesse sentido, muito antes do 3 de outubro será necessário lançar projetos concretos, detalhando todas as iniciativas que serão adotadas pelo novo governo relativamente a tais ideias-força, apresentando prazos, metas e números palpáveis.
56. Dessa maneira, seremos capazes de responder ao desafio que é a necessidade de gerar um clima contagiante de mobilização popular, em escala nacional, como condição indispensável para a vitória e garantia de realização do programa transformador.
57. As ideias-força não devem ser assumidas apenas por seu sentido pedagógico e como instrumento de propaganda em escala de massa. Elas são muito mais do que isso. Representam um eixo central para toda a nossa argumentação de campanha. Cada debate sobre dívida externa, dívida interna, privatizações, estatais e controle da inflação não pode ser aceito por nós no contexto frio da racionalidade econômica, onde a fome e a miséria se diluem em estatísticas abstratas.
58. Deve ser travado, obrigatoriamente, em conexão direta com o enfoque da miséria, do desemprego e da falta de escolas e hospitais. Porque, se é para combater a fome, gerar empregos, garantir moradia, terra, educação e saúde, a população assumirá perfeitamente a necessidade de qualquer alongamento na chamada dívida pública, dureza no tratamento da dívida externa, a defesa do patrimônio representado por estatais necessárias, como a Petrobrás, o Banco do Brasil etc.
59. Uma das ideias-força centrais da estratégia de campanha deve ser a discussão, de forma didática e política, do Orçamento da União para o ano de 1995 (o orçamento para Lula governar). O mesmo poderá ser feito com os orçamentos de cada estado. Para tanto, uma equipe, nomeada

pela Direção Nacional, deverá organizar esta discussão com a edição de uma cartilha popular sobre orçamento, assim como usar a televisão e demais meios de comunicação.

60. Com base nas ideias-força divulgadas durante a campanha, o governo Lula apresentará um plano concreto para os primeiros dias de janeiro. As medidas desse plano devem ser capazes de potencializar apoio político ao governo democrático e popular e neutralizar certos segmentos do empresariado, melhorando a vida da população e preparando o campo para as reformas estruturais.
61. Já em 1988 vivenciamos o fenômeno de vitórias eleitorais em grandes centros urbanos, que não vieram acompanhadas de um efetivo engajamento de amplos setores populares na sustentação das propostas de mudança trazidas pelas administrações democráticas.
62. Paradoxalmente, esta é uma grande ameaça que enfrentaremos nas eleições. O clima do já ganhou desconsidera a capacidade de manobra das classes dominantes e estimula a paralisia política, embalada na ilusão de que a vitória é certa, bastando, para tanto, não cometer erros graves, o que se garante com a prudência do imobilismo. E, dessa forma, a promessa de voto em Lula deixa de ser transformada em um compromisso ativo em torno das reformas estruturais.
63. Ou politizamos a disputa, conferindo conteúdo democrático-popular à vontade de mudança, ou corremos o risco de repetir experiências de governos de esquerda que, carentes de estratégia e de força social, terminam capitulando perante a resistência das elites.
64. Essa resistência será absolutamente certa em qualquer cenário de vitória de Lula, e ela só poderá ser superada caso dezenas de milhões de brasileiros tenham assimilado a campanha como momento da virada histórica e estejam decididos a defender o governo popular e suas reformas estruturais.
65. As ideias-força de nosso programa precisam valer como um elemento de convergência para reanimação dos movimentos populares, sindicais, estudantis, das organizações não governamentais, da intelectualidade, das comunidades religiosas etc., em um processo de unificação que faça a campanha Lula transbordar as fronteiras partidárias, até o ponto de converter-se em clamor nacional pelas mudanças, crescendo como grande caravana nacional que expresse a força social de mudança capaz de sustentar novo governo.

COMITÊS LULA

66. Não será possível a deflagração de um movimento tão amplo sem instrumentos elementares de organização popular, no nível da base, para articular a contribuição dos milhões de eleitores de Lula no âmbito do seu local de moradia, de trabalho, de estudo, de vida social, cultural ou religiosa.
67. Os Comitês Lula precisam ser semeados aos milhares e milhares, por todos os cantos do país, constituindo-se como poderoso instrumento de organização dessa participação popular e como verdadeira alma de toda a campanha.
68. Os Comitês Lula dispensam formalidades burocráticas e devem ser expressão da criatividade popular, espalhando-se com dinâmica espontânea, deforma a superar a experiência de 1989 e a proliferação dos comitês da campanha Ação da Cidadania Contra a Miséria e pela Vida.
69. É natural que, em um primeiro momento, sua constituição siga a própria estrutura orgânica do PT e demais partidos coligados, sendo também dinamizados pelos milhares de candidatos proporcionais que levarão o nome de Lula em todos os estados. Mas é fundamental que eles sejam estruturados também a partir dos próprios movimentos sociais e, daí, passem a ser constituídos livremente, ao ponto de atingirmos aquele patamar de tantas campanhas vitoriosas, em que o núcleo central de coordenação “perde o controle” sobre o número real de comitês, onde estão, como agem, quantas pessoas reúnem.
70. Nessa perspectiva, é preciso colocar de pé a força social de mudança, como um processo cujos passos estão adaptados às diversas fases da campanha. Os comitês de base, encontros, plenárias, constituídos na fase anterior, terão lançado as sementes para viabilização, em momento oportuno, de um Encontro Nacional Lula Presidente. Um tal chamado, mobilizando a rede capilar de Comitês Lula, dará peso e volume à campanha, apontando para gigantescos comícios, reunindo a força da esperança do povo.

A MOBILIZAÇÃO SINDICAL

71. Entendemos que é fundamental engajar a nossa base social organizada nessa disputa, mas, ao nosso ver, esse processo não se encerra nas eleições de 1994. A possibilidade de realizar as reformas apontadas está diretamente relacionada com nossa capacidade de mobilização e com o grau de acumulação que formos capazes de fazer no processo. Só a compreensão

do caráter dessa disputa, do que está em jogo, do país que queremos construir, permitirá consolidar a base de sustentação do governo democrático e popular, que faça frente ao embate político-ideológico posto pela classe dominante após 1º de janeiro de 1995. Temos que construir hoje a organização que garanta a concretização do programa do governo democrático e popular amanhã.

72. As lutas por emprego, salário e condições de trabalho continuam atuais, mas a ação sindical tornou-se insuficiente. Se continuarmos insistindo na luta meramente corporativa, restrita às questões econômicas imediatas, de caráter apenas sindical, não estaremos respondendo por inteiro às necessidades de nossas respectivas categorias, sejam as colocadas pela conjuntura, sejam as colocadas pelas alterações estruturais que modificaram as relações de trabalho.
73. O impacto do desmonte da função social do Estado coloca para cada trabalhador e suas respectivas famílias um conjunto de preocupações, angústias e necessidades concretas, que vão muito além do local de trabalho ou do campo de luta estritamente salarial, como educação, saúde, moradia, seguridade etc.
74. As alterações na relação de trabalho, isto é, a introdução de novas tecnologias, a terceirização, o desemprego estrutural, a flexibilização da produção e da jornada, a desregulamentação de direitos e os novos sistemas de gerenciamento, acelerados violentamente pelo ajuste ao projeto neoliberal, também impactaram profundamente a nossa ação sindical.
75. As lutas por reforma agrária, contra o pagamento da dívida externa, da desprivatização e função social do Estado e por uma política econômica que garanta a geração de empregos, devem fazer parte da agenda sindical do período. O desafio é articular essas bandeiras de caráter programático com a demanda da luta sindical, e reafirmarmos que existe espaço para isso: o trabalhador comum já tomou consciência que a questão do salário e do emprego, por exemplo, não se resolve apenas no espaço da fábrica ou do sindicato. Propomos o emprego como centro inicial de luta do período, e devemos articular a luta pelo emprego como parte da luta contra a fome, fazer campanha nacional por redução da jornada sem redução dos salários no centro da agenda sindical, opor resistência às demissões e travar a luta por estabilidade.
76. Nosso objetivo é fazer um rápido processo de convencimento no sentido de construir um amplo movimento de massa em torno dessas bandeiras.

Para tanto, é necessário combinar várias iniciativas, como assembleias, plebiscitos, atos, passeatas, debates etc., articuladas com iniciativas institucionais, como medidas no Judiciário ou no Congresso, no sentido de criar fatos políticos mobilizadores.

77. Precisamos potencializar o calendário e os momentos do movimento sindical e popular, como eleições sindicais, campanhas salariais, jornadas dos trabalhadores rurais, congressos da CUT, 1º de Maio etc.
78. É preciso colocar a nossa estrutura em função dessas iniciativas: carros de som, adesivos, cartazes, boletins etc. Temos que ser capazes de construir um processo que engaje nossa base social, desde já, na disputa: conquistar a vitória eleitoral de Lula para Presidente e nos governos estaduais.
79. Devemos criar um Comitê de Sindicalistas, que centralize, dê organicidade e dinamismo a todas as iniciativas e atividades da campanha que envolva o setor; constituir comitês por local de trabalho, categorias e regiões, que assumam as tarefas políticas desse movimento, ampliem o conjunto de iniciativas no sentido, inclusive, do compromisso com a sustentação financeira de nossa campanha; fortalecer o Partido dos Trabalhadores, ampliando campanhas de filiação, consolidando os seus núcleos de categoria, fortalecendo as respectivas secretarias sindicais. Nesse sentido, é fundamental fortalecer a vida orgânica do PT.
80. É preciso intervir na linha de campanha, encarando a disputa ideológica posta pela burguesia, deixando claro que, para realizar as reformas propostas pelo nosso programa, a conta tem que ser paga pelos setores da classe dominante que sempre acumularam com a miséria do povo, como o capital financeiro e os latifundiários. É preciso, ainda, produzir subsídios para a orientação unitária da campanha a ser desenvolvida nos comitês e nos materiais sindicais (boletins, jornais, cartazes, programas de rádios e TV etc.); garantir, também, a produção de material periódico de massa, voltado para o setor; construir a unidade dos petistas no movimento sindical, a partir da unidade de ação, do debate franco das ideias, da constituição de mecanismos democráticos.

ALIANÇAS

81. A construção do mais amplo leque de aliança partidária que seja possível em torno do programa de governo transformador constitui também eixo central de nossa estratégia. Através das alianças, a candidatura Lula ex-

pressa a consciência de que a gravidade da crise nacional exige soma de esforços e uma luta conjunta de quem pensa diferente, mas tem unidade em torno da proposta de mudanças. Mais que isso: significa a constatação de que teremos melhores condições de assegurar a eficácia do futuro governo se formos capazes de ultrapassar, na gestão democrática, as fronteiras de nosso partido e de nossos aliados já históricos no movimento social.

82. Unificando desde já, em escala nacional, os partidos que integram o campo democrático-popular no Brasil – PSB, PPS, PCdoB, PC, PSTU e áreas do PV – temos condições, em muitos estados, de ampliar pragmaticamente tal leque, incorporando à Frente setores do PSDB, PDT e PMDB descontentes com as alianças formadas pelas cúpulas de seus partidos, ou os que acompanharão adinâmica de crescimento da candidatura Lula, respeitando sempre os critérios éticos e políticos, que vedam alianças com os conservadores, com os exploradores e com os corruptos. Porque a busca de alianças amplas e o pragmatismo não podem atingir, em nenhuma hipótese, o patamar da desfiguração, que faz a força da coerência transformar-se na fraqueza do oportunismo político.
83. Peça fundamental, para assegurar a visibilidade da aliança partidária que apoia Lula, será o Fórum Nacional Democrático e Popular (Conselho Político de Campanha), integrado por algumas centenas de figuras destacadas no cenário brasileiro, como representação viva da sociedade civil: religiosos, artistas, intelectuais, juristas, cientistas, sindicalistas, pequenos e médios empresários, esportistas, militares e expoentes de outros segmentos. Esse Conselho Político realizará reuniões nacionais em datas significativas da história brasileira – 13 de Maio (denunciando a farsa da Abolição de 1888), 2 de Julho e 7 de Setembro – manifestando-se, em cada oportunidade, a respeito da conjuntura nacional e dos rumos de nossa campanha.

UNIDADE DE AÇÃO

84. Se a unidade entre partidos constitui elemento importante de nossa estratégia de campanha, é fundamental reafirmar que a unidade no próprio PT tende a ser um requisito indispensável para a vitória. Os grandes meios de comunicação mantêm, com relação ao PT, uma linha de ataque constante, confundindo nossa rica democracia interna com desagregação e buscando firmar a imagem do PT como partido rachado e fator de enfraquecimento de um governo Lula.

85. É imperativo, portanto, que nosso partido, sem abandonar seu clima saudável de questionamentos internos e de convivência na pluralidade, demonstre, durante toda a campanha, que prevalece amplamente, sobre as divergências, uma profunda unidade em torno de Lula, em torno do programa e em torno da vontade de transformar o Brasil em um país justo e democrático.

DEBATE NACIONAL

86. Os partidos adversários, como já é tradição, tentarão estadualizar as eleições, com dois objetivos: rebaixar o debate sobre o projeto nacional, priorizando questões locais, e puxar votos para a candidatura presidencial, a partir de seus candidatos que sejam mais fortes em alguns estados.
87. Logicamente, nossa resposta a tal manobra não pode ser a desvalorização das questões locais. Sobre elas, nossos candidatos estaduais precisam apresentar diagnósticos lúcidos e propostas convincentes, demonstrando pleno domínio dos temas, mas, em todas as circunstâncias, imporemos a vinculação desse debate com as grandes questões nacionais, mostrando que os principais problemas vividos pelo povo nos estados só terão solução dentro de uma grande mudança nacional.
88. Por esse caminho, não apenas contribuiremos para a elevação do nível de consciência política na sociedade brasileira, mas também explicaremos a necessidade de eleger governadores, senadores e deputados estaduais e federais ligados a esse projeto nacional de mudança e ao futuro presidente que o colocará em prática. A campanha dos estados deve ter em Lula seu eixo básico, não apenas porque ele é nosso nome mais forte e mais conhecido, com grande potencial para alavancar as chapas estaduais, mas porque essa é a maneira de garantir que a disputa local se assente prioritariamente no grande debate nacional, que nos favorece.

ATAQUE E DEFESA

89. Com esses eixos resumindo o conteúdo amplo de nossa estratégia de campanha, podemos passar ao enfoque mais restrito das principais linhas de ataque que, provavelmente, os adversários dirigirão contra nós. Com isso, temos a intenção de unificar, dentro do que for possível nas diferentes realidades estaduais, um mesmo conteúdo básico na argumentação de defesa e de contra-ataque.

90. É absolutamente certo que, durante toda a campanha, os candidatos das elites e os meios de comunicação a seu serviço estarão batendo forte em Lula, no PT e em nossos aliados, usando, para tanto, falsas e verdadeiras informações. Um partido que se prepara para governar o Brasil tem que estar preparado para conviver, diuturnamente, com a crítica e com a oposição, por mais pesados e até preconceituosos ou injuriosos que sejam os argumentos utilizados.
91. Se cada denúncia envolvendo nossas administrações municipais ou a utilização de carros de som dos sindicatos consegue jogar nossa militância na defensiva, isso significa que os adversários encontraram uma linha eficiente de ataque. É preciso que toda a campanha seja conduzida com a serenidade e com o sangue-frio de quem lidera uma disputa e sabe manter o adversário em situação de desvantagem, sem subestimar suas potencialidades, mas sem cair no erro oposto, da inibição perante uma força que, na realidade, ele não tem.
92. Fazendo uma campanha de líder, em nenhum momento nosso discurso pode dar a qualquer adversário um status superior ao de segundo colocado, ou terceiro, ou quarto. A grande imprensa buscará, a todo custo, inverter a equação que ela própria criou, do chamado anti-Lula, tentando transformar a nossa argumentação em uma espécie de discurso anti-Fernando Henrique, anti-Quércia ou 'anti' outra coisa qualquer.
93. Recusaremos a armadilha e manteremos a conduta ativa de quem é campeão: propondo, afirmando o programa, desenhando o Brasil que vamos construir, dialogando com os setores não organizados, reforçando a decisão de voto das grandes massas e confinando os adversários no limite estrito de sua força real. Observada essa linha geral de conduta, própria de quem lidera, seremos mais eficazes na resposta aos ataques que despontam como mais prováveis.

CORRUPÇÃO

94. Da avalanche de escândalos que soterrou o governo Collor e manchou a imagem do Congresso Nacional, deixando, com o jogo do bicho, o próprio Judiciário sob suspeita, o PT emergiu como partido de mãos limpas e Lula como candidato de imagem fortemente associada à honestidade. Como é indiscutível, hoje, a sensibilidade do país diante do problema da corrupção, essa diferença torna-se mortal para nossos adversários na

disputa. Por isso, sua artilharia visará, precisamente, esse alvo em nossa conduta, inventando, distorcendo, com o objetivo de desfazer essa distinção e nivelar nossa imagem na vala comum dos políticos brasileiros. Daí a importância de empunhar a bandeira da moralidade pública e sair na frente, recuperando todas as ligações detectadas entre nossos adversários e Collor, PC Farias, anões do Orçamento, negociatas, empreiteiras e o crime organizado. Mas, desde o primeiro momento, será preciso aplicar vacinas, imunizando a opinião pública contra as mentiras que os adversários inventarão a nosso respeito. Nesse embate,aremos a perder toda a nossa vantagem se resvalarmos para denúncias não fundamentadas, para acusações sem apoio em fatos concretos e para as generalizações, onde um único honesto que seja acusado injustamente termina absolvendo os 30 corruptos que o cercam.

95. De qualquer modo, nessa batalha, a ofensiva é nossa, não se justificando qualquer recuo ou desorientação quando a direita eventualmente instalar a CPI da CUT, exibir fotos com nossos candidatos discursando em veículos de um sindicato, mostrar recibos de doações para nossa campanha ou martelar a surrada tecla da amizade de Lula com este ou com aquele empresário.
96. Responderemos sempre com a verdade, exibindo provas, abrindo processos contra os caluniadores, recusando acobertar qualquer irregularidade detectada em nossas fileiras. E retomaremos nossas denúncias, incorporando o argumento da legitimidade do apoio sindical ao candidato da classe trabalhadora e a brutal desproporção entre os minúsculos atos atribuídos aos nossos apoiadores e a escala dos milhões de dólares das maracutaias que chamuscaram praticamente todos os nossos adversários.

GOVERNABILIDADE

97. Tentando esconder o fato de que o Brasil não tem governo há mais de dez anos, o discurso da classe dominante, nos últimos tempos, vem se curvando à realidade de que Lula será o provável vencedor. Acena, então, com a ameaça da falta de governabilidade.
98. Nessa manobra, os mais próximos da direita fascista chegam a invocar as Forças Armadas, violando as leis e as regras democráticas do jogo institucional, que os trabalhadores vêm respeitando e valorizando. Mas o chamamento golpista não tem encontrado a resposta desejada, princi-

palmente entre os militares da ativa, que passam por uma crise não só de ordem econômica – baixos salários e precárias condições materiais de funcionamento – como também devido à circunstância de que não têm, hoje, um projeto nacional ou mesmo um projeto claro para si mesmos. Nossa possibilidade de diálogo, portanto, coloca-se na medida em que o nosso projeto nacional visa atender não só as necessidades das amplas massas populares, como também a defesa da soberania nacional e uma política econômica que levará à melhoria significativa das condições de salários e de vida dos assalariados em geral e, dentre eles, os militares. Assim, a ameaça de golpe não nos intimida. O processo democrático vem criando elementos que dificultam as possibilidades de rupturas militares. O PT propõe a redefinição das Forças Armadas, democratizando sua estrutura e suas relações com a sociedade. Além disso, o governo democrático-popular estará baseado na mobilização da população, das entidades populares, das forças democráticas e contará, ainda, com o apoio da comunidade internacional democrática, contra as quais dificilmente se imporão aventuras golpistas.

99. A falta de governabilidade é abordada pelos adversários também sob dois outros ângulos: o da fuga generalizada de capitais e o da falta de sustentação no Congresso.
100. Quanto aos capitais, em primeiro lugar, nossa campanha deve mostrar aos empresários que a retomada do crescimento e a construção de um poderoso mercado consumidor de alimentos e de bens populares – potencialmente duas vezes maior que o atual – representarão atrativos mais compensadores do que as taxas de juro dos bancos suíços. Deve mostrar que a duplicação da escala produtiva compensará, em muito, a queda relativa na taxa de lucros, que a recuperação salarial necessariamente induzirá.
101. Em segundo lugar, um governo de moralidade inquestionável terá autoridade (pela primeira vez em nossa história) para fazer cumprir a lei, não apenas enquadrando os sonegadores, mas todos aqueles que se dedicam ao contrabando de divisas. E meia dúzia de Mário Amato que deixem o país pouco pesarão na balança de um sistema produtivo de dimensões continentais.
102. Quanto ao segundo argumento, a verdade é que as forças conservadoras estão subestimando o grau de irritação popular diante da atual classe política. Estão sonhando com a eleição de governadores e de um Congresso

Nacional semelhantes aos de hoje. Enganam-se. A campanha nem sequer começou e já se admite a vitória de inúmeros governadores que trabalharão com o nome de Lula. Até os cálculos pessimistas aceitam que haverá grande crescimento das forças democráticas e populares no Legislativo. Ora, se com bancadas reduzidas já fomos capazes de barrar a milionária e audaciosa jogada da revisão constitucional, é certo que conseguiremos muito mais com uma bancada progressista bem maior e tendo em mãos os mecanismos de negociação que a Presidência detém.

103. A essência de nossa argumentação, nesse campo, será mostrar que não há melhores condições de governabilidade do que quando se elege um presidente profundamente identificado com a vida do povo, disposto a tocar em suas aspirações mais profundas, e quando esse povo se organiza para sustentar as reformas propostas, participando ativamente na definição das prioridades, na elaboração das leis e na fiscalização diária de todas as estruturas de governo.
104. A garantia da governabilidade deve ser completada com nossa decisão de imprimir à campanha um verdadeiro teor constituinte, na medida em que, apesar de vitoriosos na anulação da revisão espúria, sabemos que a atual Constituição precisa ser modificada, não na direção tentada pelas elites, mas para permitir ou facilitar o processo de reformas estruturais, elevando a democracia representativa a novos patamares. Por fim, a governabilidade se garantirá com os próprios resultados das urnas, revelando o anseio popular pelas mudanças, através de expressivas votações nas chapas de Lula, em cada estado, de ponta a ponta.

DESPREPARO

105. Na medida em que essa linha de ataque raia os limites da baixaria e do mais puro preconceito das elites contra o valor da classe trabalhadora, será até natural que nossa resposta venha embalada em razoável dose de indignação. Nesse sentido, nossa militância já usa o argumento de que, para esses adversários, Collor tinha preparo, PC Farias tinha, Sarney tinha e Itamar tem. E o Brasil vai se afundando nesse mar de lama, de miséria e de desesperança. Que despreparada é essa elite corrupta e incompetente que governa o Brasil há tantos anos. São esses políticos almofadinhas, que nunca viram uma enxada de perto, nem conhecem o cheiro da graxa, a vida do barraco, o cheiro do povo.

106. Mas a resposta a esse discurso preconceituoso deve incluir a explicação de que acima da escola acadêmica está a escola da vida e a sensibilidade frente à vida do povo; fazer menção à notória capacidade de Lula na argumentação e ao poder oratório que os adversários, formados na universidade, não possuem; ao seu perfil de hábil negociador, reconhecido pelos próprios inimigos; ao seu profundo conhecimento – de dentro – sobre a vida do trabalhador; à universidade que foi, para ele, a vida sindical, quando contribuiu decisivamente para despertar o Brasil e derrotar o Regime Militar; à sua trajetória política absolutamente vitoriosa e ao conjunto de quadros, partidos e personalidades que consegue aglutinar em torno de sua candidatura.
107. Porque em torno de Lula já se reúnem os partidos decentes do Brasil e, fatalmente, se reunirão as lideranças sérias do PSDB, do PDT e do próprio PMDB, assim como uma parcela muito expressiva dos intelectuais, cientistas, professores, sindicalistas e especialistas mais respeitados de cada área. E o exercício de governo não é uma tarefa individual, e sim trabalho de equipe, onde conta muito a identidade de propósitos e a ação coletiva de um conjunto amplo de administradores, que trabalharão sob a comprovada liderança de Lula.
108. Para arrematar, exibiremos a experiência histórica das Caravanas da Cidadania (que nenhum adversário conseguirá repetir) como verdadeira pós-graduação de nosso candidato a respeito dos problemas brasileiros. Rasgando mais de 30 mil quilômetros de território nacional, visitou centenas de cidades em todos os estados, de norte a sul, de leste a oeste, no decorrer de um ano, quando consultou e recolheu as ideias dos trabalhadores rurais, colonos, operários, mineiros, donas de casa, garimpeiros, índios, seringueiros, padres, pastores, professores, estudantes, funcionários públicos, prefeitos, vereadores, comerciantes, empresários e fazendeiros, enquanto os outros candidatos permaneciam trancados em seus gabinetes.

ADMINISTRAÇÕES MUNICIPAIS

109. Em um cenário nacional em que a profundidade da crise faz crescer a insatisfação popular com as três esferas de governo, sendo impossível a uma prefeitura, isoladamente, solucionar todos os problemas da população, está claro que uma linha de ataque seguida por nossos adversários estará relacionada com nossas administrações.

110. Acontecerá, então, uma guerra de informações. De nossa parte, é preciso reunir todas as informações positivas de nossas prefeituras (inversão de prioridades, creches, escolas, merenda, sacolões, hospitais, transportes, orçamento participativo, índices de aprovação nas pesquisas), tomando a ofensiva nesse confronto, ao mesmo tempo em que desmentimos os que falam em despreparo.
111. Os partidos adversários controlam, hoje, vários governos estaduais e um número muito superior de prefeituras, onde será fácil localizar descontentamentos, falcatruas e verdadeiros descabros administrativos. Torna-se urgente organizar esse mapa de informações, utilizando-as em momentos importantes da campanha, ou como contraponto às investidas adversárias contra prefeituras onde tenhamos baixa aprovação ou onde apontem irregularidades, reais ou inventadas. Não repetiremos a defensiva de outras campanhas, quando deixamos na sombra importantes trabalhos que realizamos em nossas prefeituras e recuamos perante denúncias forjadas, que mais tarde o próprio Judiciário invalidou.
112. Sendo o PT e nossos aliados partidos formados, obviamente, por pessoas, passíveis de falhas e de erros, sempre existirão pontos vulneráveis a serem visados pelo inimigo. Em qualquer hipótese, essas falhas localizadas não devem nos fazer perder de vista a imagem de honestidade, combatividade e disposição de trabalho que temos junto à sociedade, em geral, e junto ao povo pobre, em particular.
113. Onde existirem irregularidades comprovadas, deve partir de nós mesmos a iniciativa da investigação e da punição, dando exemplo prático de como será nossa administração no nível federal. Às calúnias responderemos com ações na Justiça comum e Eleitoral, assegurando direito de resposta. E teremos, sempre, números concretos para contrapor ao impacto de cada desgaste, valorizando nossas realizações e desmascarando cinco prefeituras controladas pelos adversários, para cada uma focalizada criticamente por eles.

“MODERNIDADE”

114. O cinismo da classe dominante atinge seu limite máximo quando, praticamente, todos os meios de comunicação de massa se unem nessa farsa de considerar moderno o arrocho salarial como medida de ajuste monetário, a privatização de estatais a preços vis, a abertura sem critérios das importações,

- que traz desemprego e fechamento de indústrias, a liberdade dos cartéis ditarem os preços e o próprio ritmo da inflação; e tudo o mais que seguir o receituário míope do neoliberalismo, que já declina nos países ricos.
115. Para as elites brasileiras, qualquer proposta de defesa da soberania nacional, da presença do Estado como regulador e indutor do desenvolvimento econômico, do direito de as categorias profissionais defenderem seus salários e empregos, do patrimônio público representado pelas estatais, tudo isso é abordado como velho, ou até jurássico. Ora, aqui não haverá meio termo. Eles ganharão o debate na Fiesp, na Febraban e em certos ambientes de imprensa. Nós ganharemos junto ao povo.
116. Mostraremos que, para nós, modernidade é garantir o prato de comida de cada brasileiro, é exigir direitos de cidadania para os 32 milhões de miseráveis que o desenvolvimento capitalista gerou no Brasil, é impedir que empresas eficientes, como a Petrobrás, fruto de 50 anos de investimentos públicos, sejam entregues a preço de banana para grupos particulares. Denunciaremos que, para as elites, a modernidade da economia é a baderna do atual mercado brasileiro, em que os salários são achatados, os juros disparam e a inflação não cede; que, para eles, a modernidade política é a liberdade para que as redes de televisão repitam manipulações como as de 1989, para garantir a eleição da quadrilha de Collor de Mello.
117. Mas precisamos ter claro que esse necessário confronto no debate não nos dispensa de usar argumentos sérios e sensatos, conforme está claramente delineado em nosso programa de governo, no qual – ao contrário do que aparece nas distorcidas reportagens de uma imprensa comprometida – não existe qualquer mentalidade ortodoxa ou semelhança com os modelos econômicos e políticos que vigoraram na experiência do socialismo burocrático.

GUERRA IDEOLÓGICA

118. Como em 1989, é provável que, em certo momento da disputa, o combate à candidatura Lula passe a ser feito basicamente através de manipulações grosseiras (como a gravação com Miriam Cordeiro ou o sequestro de Abílio Diniz), além da mais extremada guerra ideológica. O discurso da direita, nesse caso, não será inovador: comunismo, religião, família, drogas, aborto, propriedade, violência, homossexualismo, assumirão a dianteira na argumentação dirigida contra nós, em um possível contexto de histeria conservadora diante da iminente vitória popular.

119. Não há como impedir esse tipo de degeneração. Por isso, é necessário que desde o primeiro momento já abordemos, em nossa propaganda, cada um desses tópicos, apresentando nossa verdadeira opinião sobre os temas e antecipando – como vacina – por onde virão as deturpações e calúnias dos adversários. Sendo assim, não podemos evitar a defesa de nossa concepção de socialismo, mesmo não sendo o mote da campanha, nem a questão fundamental em disputa. Se não o fizermos, a direita tentará nos atribuir uma concepção falsa, que usará contra nós.
120. Trabalhando de maneira adequada essa questão em nosso horário de TV e rádio, será plenamente viável formar junto à população uma proteção eficaz, que fará minguar os efeitos do ataque radicalizado. De qualquer modo, exige-se, em nossa campanha, um discurso nacionalmente coerente, para evitar enfoques descontraídos e até antagônicos de estado para estado. A coerência das respostas deve levar em conta, também, o contexto global de nossa candidatura. É evidente que o PT não é um partido comunista, mas também é verdade que temos comunistas em nossa coligação e, em nenhuma hipótese, aceitaremos o argumento cínico, que jornalistas já usam na imprensa, equiparando a aliança do PSDB com o PFL à nossa coligação com o PCdoB.

CONFLITOS NO PT

121. Com Lula encabeçando nossas chapas em todo o país, não será fácil para os adversários repetirem o ocorrido em outras eleições, onde seu ataque poupou a pessoa do candidato (Suplicy em São Paulo, por exemplo), concentrando sobre o PT a bateria de agressões. Afinal de contas, Lula é fundador, principal líder e a própria cara do Partido.
122. Mas já adotam uma variante dessa mesma tática, tentando construir a versão de que Lula é refém do Partido, que, por sua vez, estaria sob controle de alas radicais. O que ocorre, nesse caso, é uma tentativa de impor a visão politicamente antidemocrática e autoritária de que os líderes e governantes são mais importantes do que os partidos, colocando-se acima deles, ideia essa tantas vezes já rechaçada pelo PT e pelo próprio Lula.
123. Apoiando suas campanhas em pesquisas de opinião, eles sabem que no imaginário popular já conseguiram produzir certa associação entre o PT e as ideias de “bagunça”, “baderna” e até mesmo “violência”. Essa associação, embora não assuma índices alarmantes, já é suficiente para requerer cuidados de nossa parte.

124. Em primeiro lugar, está claro que a vinculação com baderna não resulta apenas da propaganda inimiga. Sendo marcadamente um partido da luta social, o PT está presente em todas as greves, lutas populares e ocupações de terra. Quando existe repressão, existe a imagem de bagunça, e um partido realmente comprometido com as lutas do povo não tem porque fugir disso.
125. Já a associação com violência é mais problemática. Ela exige não apenas uma linha de intervenção em que fique bem clara nossa índole essencialmente democrática, mas, principalmente, a necessidade de dar pronta resposta às insinuações, que ocorrerão durante toda a disputa. Também tentarão nos chamar de radicais. Devemos assumir a radicalidade de nossa luta contra as atuais condições de vida e por reformas profundas, mas devemos repelir a indevida associação, que a direita tenta fazer, entre combatividade ou radicalidade com violência e baderna.
126. Os adversários sabem que não é preciso comprovar qualquer vínculo do PT com a violência para gerar desgaste. Basta manter a questão sistematicamente em pauta, para que ele se produza. Por isso, como já fizemos no último programa nacional de rádio e TV, agiremos preventivamente, recapitulando a série de armações já montadas contra nós – Leme, assalto na Bahia, Abílio Diniz, Osvaldo Cruz – como evidência de que os adversários mentem propositalmente, conforme tem ficado sempre provado, posteriormente, na própria Justiça.
127. Quanto aos conflitos internos do PT e hipotéticas diferenças com o próprio Lula, é fundamental (como já se afirmou neste documento) que o Partido mantenha sua pluralidade e seus saudáveis embates internos, mas alçando um novo patamar de unidade entre todos os militantes e todas as correntes, deixando particularmente frisado que essa unidade se alicerça em torno de nosso programa, em torno da vontade de mudar o Brasil e em torno da liderança inquestionável exercida por nosso candidato. É interessante notar que, nessa crítica, a imprensa não se preocupa com a coerência. Quando o PT age de forma monolítica, vem a grita contra o autoritarismo. Quando as divergências afloram, então trata-se de um partido rachado. E nessas cobranças preconceituosas, as próprias virtudes do PT são tratadas como defeitos.

PANORAMA DAS CANDIDATURAS

128. O cenário das candidaturas ainda não está definido em todos os seus detalhes, mas já ficou bem nítido o desenho geral da disputa. É bastante

reduzida a possibilidade de surgirem candidatos novos (alternativas como Sílvio Santos, Pelé e outras) ou de se produzirem surpresas, colocando efetivamente no páreo algum novato como esse herdeiro do império Guararapes, recentemente lançado pelo PL. O mais seguro é que, desde a largada, Lula venha a ser perseguido por quatro ou, no máximo, cinco candidatos, sendo que, hoje, apenas dois deles despontam com alguma viabilidade.

129. A definição de uma estratégia geral para nossa campanha deve incorporar, então, uma avaliação individualizada dos quatro nomes que as informações do presente momento apontam como candidatos já lançados, ou com alta possibilidade de o serem. Isso porque a unificação de uma análise sobre as chances de cada adversário, a base social que representam, o discurso que, provavelmente, adotarão, seus pontos fortes e fracos, é essencial para garantir à campanha Lula uma condução inteligente e eficaz.
130. Brizola ainda não confirmou sua candidatura de maneira cabal, sendo possível que venha a fazê-lo apenas no último prazo permitido por lei, enquanto faz sinalizações ou negocia, simultaneamente, com o PMDB e com o PPR. Ao final dessas negociações pode, eventualmente, disputar o Senado pelo Rio, mas seu espírito caudilhesco, obviamente, o impele a disputar a Presidência mesmo.
131. Confirmada sua candidatura, Brizola tem como principal problema a constatação, praticamente consensual, acerca da inviabilidade de sua vitória. Campeão de rejeição como governador, perde a olhos vistos seu eleitorado tradicional no Rio [de Janeiro] e no Rio Grande do Sul, conta com baixíssimo apoio entre empresários, desgastou-se mantendo a adesão a Collor, quando todos já pulavam fora do barco, e mantém com a Rede Globo uma beligerância que, embora corajosa e democrática, na verdade anula suas possibilidades de converter-se no candidato das elites para derrotar Lula.
132. No entanto, tem a seu favor o passado progressista e alguns resquícios da mística de exilado político durante a Ditadura. Seu nome não aparece diretamente vinculado à corrupção e possui alguns dotes de comunicador, em estilo antigo, capaz de sensibilizar parcelas do povo com bons argumentos acerca da educação, das negociatas envolvendo a privatização das estatais e da importância de se preservar a soberania nacional.
133. Esta última característica lhe concede índices de pesquisa que explicam o fato de ser, atualmente, cortejado para alianças. Não apenas Quéricia

- e Maluf tentam atraí-lo para suas chapas à direita. A própria Frente que vem se estruturando em torno de Lula concluiu pela importância de fazer chamamentos claros para seu alinhamento no campo popular e democrático, ao qual sua figura esteve ligada durante tantas décadas.
134. Sabíamos que esse aceno poderia provocar respostas desaforadas, mas o gesto político tem seus objetivos táticos: importantes lideranças estaduais do PDT, como Dante de Oliveira e Jackson Barreto, se deslocam nitidamente para o apoio a Lula e, mais que isso, enormes setores de seu eleitorado pendem para uma proximidade conosco, conforme já ficou demonstrado em 1989.
 135. Por tudo isso, mesmo que adote uma linha de ataque sistemático contra nós, o que é até provável, em princípio Brizola não será alvo prioritário em nossa abordagem. Assumiremos um comportamento de paciência e tolerância (sempre respeitando os limites da dignidade), por força da delicada operação política que tende a ser nossa coligação com o PDT em alguns estados, e da importância de deair em bloco seu eleitorado para Lula na arrancada final de 3 de outubro, ou no segundo turno.
 136. Esperidião Amim tem grandes chances de ser o encabeçador da chapa mais nitidamente de direita, uma vez que seria mortal para o PPR não lançar um nome para a Presidência. Tanto quanto Brizola, a viabilidade de sua vitória é quase nula, o que já pesou fortemente no recuo de Maluf, que seria o nome mais forte do PPR. Sua presença na disputa terá, portanto, um significado de preservação partidária e, sobretudo, de atuação como linha auxiliar das forças conservadoras, assumindo – como fez Ronaldo Caiado, em 1989 – o trabalho sujo da campanha contra Lula.
 137. Dele virá a insistência em instalar a CPI da CUT durante a campanha, dele virá a ladainha das acusações tentando manchar nossa imagem de moralidade, dele virá o ataque mais grosseiro na linha do preconceito fascista contra a classe trabalhadora e a surrada propaganda ultradireitista, abordando o Muro de Berlim, a foice e o martelo, as invasões de terra, o aborto etc. Não temos como evitar o confronto direto contra esse tipo de investida, mas devemos manter claro que esse candidato de discurso extremista é uma peça secundária na atual disputa, quando a gravidade da crise e a fragilidade da hegemonia exercida pelos setores dominantes os obrigaram a enfrentar Lula com figuras menos identificadas com a direita conservadora.

138. Quércia, que muito provavelmente vence a disputa interna do PMDB, é hoje um dos políticos brasileiros de mais alta rejeição e cuja imagem se vincula mais nitidamente à corrupção. Não pode ser afastada nem mesmo a hipótese de sua candidatura ser objeto de impugnações judiciais. Entretanto, o fato de apoiar-se em uma poderosa rede nacional de fisiologismo e práticas clientelistas, exercidas por centenas de prefeituras peemedebistas, dá a ele condições concretas de disputa. Tido como carta fora do baralho até muito recentemente, deu uma guinada em sua espiral descendente e, ao que tudo indica, derrotou os antiquercistas de seu partido, limitando as dissidências mais expressivas a Pernambuco e ao Rio Grande do Sul.
139. Não é, hoje, a alternativa preferida pelo grande capital, mas certamente fará uma campanha apoiada em recursos financeiros abundantes, oriundos de seu consórcio com as construtoras de estradas, de seu papel na privatização da VASP, de irregularidades como a raspadinha, importações de Israel etc. Adotará uma propaganda desenvolvimentista, alardeando suas obras como governador de São Paulo e a necessidade de gerar empregos e retomar o crescimento econômico. Sendo ideologicamente líquido, por se adaptar a qualquer recipiente, optará por uma argumentação mais à direita ou mais à esquerda de acordo com os ventos da corrida. De início, pode atirar contra Fernando Henrique, tentando assumir a segunda colocação e a coroa de anti-Lula, para reivindicar o apoio do empresariado, mas é provável que faça também de Lula um alvo privilegiado. Seu raciocínio é elementar: possuindo a imagem de ladrão, sua única chance está em desqualificar a todos nesse campo, zerando o placar.
140. Os meios de comunicação de massa cuidam, por enquanto, de mantê-lo relativamente apagado, para não dispersar as forças que querem ver concentradas em volta de Fernando Henrique. Mas a estratégia da campanha Lula não pode cometer o erro de desconsiderar as possibilidades eleitorais de Quércia. Seu discurso típico, seu fisiologismo e sua rede nacional de implantação, via prefeituras e governos estaduais, podem valer como alavancas para seus índices, levando o grande capital a saltar do barco de Fernando Henrique em sua direção.
141. Por ora, não há sentido em priorizá-lo como alvo, mas não subestimaremos sua força e a capacidade de articular alianças brancas, como a que se insinua em São Paulo, com Maluf. De qualquer modo, a sensibilidade

nacional existente, hoje, frente à corrupção e o volume de elementos existentes contra ele nesse campo funcionam como forte limitação para seu crescimento, ao mesmo tempo que já apontam a linha por onde nossa campanha haverá de abordá-lo.

142. Fernando Henrique representa, neste início de campanha, a grande cartada das forças conservadoras, das redes de TV e demais meios de comunicação de massa, dos banqueiros, do grande capital e dos próprios círculos financeiros internacionais. Pode consolidar-se, na campanha, como uma espécie de frente única das classes dominantes. Tem a seu favor essa quase unanimidade entre as elites, sua abundante presença na mídia e sua imagem de intelectual que, antes do recente alinhamento com a direita e com o neoliberalismo, militou no campo popular- democrático, onde reuniu alta respeitabilidade.
143. Sua candidatura não pode ser subestimada. Era, de fato, o único caminho possível, na atual conjuntura, para se criar uma alternativa a Lula com viabilidade. Apresenta-se na disputa como candidato de centro, que pretende puxar a centro-esquerda para uni-la com a direita, deixando isolada a candidatura da esquerda. Tenta projetar uma conduta de negociador e de antiaventureiro, para dissociar-se da má imagem deixada por Collor, e fugir de algumas semelhanças.
144. Já é lugar-comum a afirmação de que seu futuro, como candidato, está ligado aos resultados do plano econômico lançado poucos dias antes de, irresponsavelmente, deixar o Ministério para assumir uma candidatura, o que atrapalha a tramitação de suas Medidas Provisórias no Congresso e reforça a interpretação que indica um novo estelionato eleitoral (Plano Cruzado dos ricos etc.).
145. Mas esse raciocínio óbvio não esgota a questão, por dois motivos. Por um lado, a tendência mais forte é que seu plano nem vá produzir um sucesso total contra a inflação, nem desmorone com tanta rapidez que faça deslocar a direita para o apoio a outro candidato ou abram as portas para nossa vitória já no primeiro turno. Por outro, mesmo no cenário de um êxito temporário do plano (queda da inflação conforme previsto no cálculo do estelionato), a candidatura Lula continuará contando com excelentes chances de vitória, na medida que o conteúdo social básico de nossas propostas tende a ser o oposto do que Fernando Henrique impôs com seu plano.

146. Em outras palavras, o fato de ser candidato do continuísmo, de Itamar Franco, dos banqueiros e dos grandes grupos econômicos; o fato de ter aparecido, nitidamente, como ministro que exigiu o rebaixamento vergonhoso do salário mínimo ao nível dos 64 dólares; o fato de ter responsabilidade na recaída observada no nível de emprego, constituem elementos suficientemente fortes para enfraquecê-lo, mesmo no cenário de um êxito parcial em seu plano econômico. É evidente que poderão radicalizar o caráter de estelionato, implantando a nova moeda exatamente em um calendário que produza efeitos ainda na fase de definição na intenção de voto do eleitorado, sem deixar nítidos os maus resultados do plano antes de 3 de outubro.
147. Mas, ainda assim, a aliança com o PFL (ao que tudo indica já selada) traz uma quebra de coerência tão brutal na imagem do ex-ministro que a candidatura pode sofrer abalos estruturais irreversíveis. Porque o partido de Fernando Henrique surgiu – se disse na época – como rompimento com o fisiologismo do PMDB. E o PFL representa não apenas a própria encarnação do fisiologismo, do tráfico de influência, da sobrevivência nos governos a qualquer custo, do “é dando que se recebe”, como representa também a herança da Ditadura Militar, a truculência e o crime. Não é por outra razão que essa aliança desencadeou profunda crise no interior do próprio PSDB, onde lideranças estaduais importantíssimas (Bahia, Rio Grande do Norte, Brasília, Santa Catarina etc.) já divulgam, abertamente, a intenção de juntar-se a Lula contra o próprio Fernando Henrique.
148. Seu lançamento pela direita é a demonstração mais recente do transformismo das elites brasileiras, onde políticos profissionais agem como camaleão e se permitem todos os ziguezagues ideológicos para garantir a perpetuidade do mando, exercido pelas velhas forças governantes, no antigo esquema da conciliação, que empurra os problemas nacionais com a barriga, tornando-os cada dia mais graves.
149. De qualquer modo, nossa argumentação a respeito de Fernando Henrique, durante a campanha, deve situar-se em um perfeito ponto de equilíbrio, que vise bater duro em sua conversão ao pensamento neoliberal de direita, em seu pedido para rasgar os escritos do passado, em sua aliança com o PFL e na política de arrocho salarial que impingiu, sem cair em discursos sectários, que possam assemelhar-se a meros insultos. Porque,

objetivamente, a intenção de voto em Fernando Henrique é, hoje, a soma de dois contingentes inteiramente distintos: dos que se deslocaram agora, quando ele abraçou bandeiras sagradas do conservadorismo, e dos que se identificam com ele pelo passado hoje renegado.

150. Daí a importância de dialogar, na campanha, com essa base que vem de antes, mostrando a ela que as bandeiras empunhadas por Fernando Henrique naqueles bons tempos estão, hoje, nas mãos de Lula. Particularmente entre a intelectualidade e em setores religiosos essa disputa se faz necessária, tendo boas chances de ser vencida por nós, visto que a aliança com o PFL tem despertado repúdio palpável em muitos estados, sendo que em vários deles as figuras mais coerentes do próprio PSDB marcharão conosco na disputa.

FASES DA CAMPANHA

151. Um último passo necessário na definição da estratégia geral da campanha Lula é a discussão sobre as diferentes fases que a disputa deve assumir, para que possamos coordenar a distribuição de nossas energias, recursos e prioridades ao longo do tempo. Claro está que essa divisão não se prende rigidamente ao formalismo das datas. Mas vale como um esboço geral de cronograma, a ser observado por todas as áreas em que se organiza a campanha.
152. Para nós, em 1º de maio, com o lançamento formal da candidatura Lula, encerrou-se uma primeira fase. Foi uma fase em que priorizamos a busca de definições políticas, discutimos a estratégia e a estruturação da campanha, elaboramos nosso programa de governo, começamos a construir a Frente com os partidos aliados e trabalhamos a questão do vice. Cuidamos também de organizar uma pesquisa nacional em profundidade, para aferir pontos fortes e debilidades de nossa candidatura, assim como para modular nossa linha de campanha em torno das aspirações mais fortes da sociedade.
153. Nessa primeira etapa, vivemos um momento privilegiado, decorrente do fato de termos nossa candidatura firmada, quando outros partidos ainda decidem, da acertada estratégia das Caravanas da Cidadania e do fator extremamente positivo representado pela liderança de Lula em todas as pesquisas. Ao ser lançada oficialmente nossa candidatura, desfrutamos, portanto, de uma posição tão favorável que podemos incluir em nosso

- planejamento estratégico, com seriedade e prudência, a perspectiva de somar condições para uma vitória no primeiro turno.
154. Mas, em contrapartida, precisamos conduzir a campanha igualmente preparados para momentos de pessimismo, impactos negativos e para fortes oscilações nos índices de pesquisa, oscilações essas que, por sua vez, podem ser verdadeiras ou falsas, conforme já estamos calejados de campanhas anteriores.
 155. De qualquer modo, em maio termina o período de definições entre os adversários, que certamente buscarão impor ritmo, acelerando as suas atividades na busca do tempo perdido. Inicia-se, então, uma segunda fase da campanha Lula, que deve durar até o início da propaganda gratuita no rádio e na TV, fase essa que possivelmente esteja subdividida em dois distintos ritmos, antes e depois da Copa do Mundo.
 156. Nesta segunda fase, nossa prioridade é a implantação das estruturas da campanha por todo o país, com acento na organização e estimulação dos Comitês Lula, articulação da campanha entre os mais importantes setores sociais (sindicalistas, religiosos, estudantes, professores, intelectuais etc.), difusão dos símbolos, músicas e propaganda eleitoral, preparação de eventos nos estados etc.
 157. Logicamente, terão início os primeiros comícios, marcando o lançamento das candidaturas majoritárias nos estados e a passagem de Lula pelas regiões. Mas devemos levar em conta que, nesse momento, a população ainda se interessa pouco pelo assunto, tornando-se mais racional o investimento de energias na montagem de uma ampla rede de comitês de base, encontros e plenárias de categorias, debates sobre o programa de governo e sobre suas ideias-força etc.
 158. Toda a política de agenda deve levar em conta os dados de pesquisa que apontam áreas ainda problemáticas para nossa candidatura, a presença em regiões ainda não visitadas pelas Caravanas da Cidadania e os estados de maior densidade eleitoral, marcadamente o triângulo Rio-Minas-São Paulo. A criação de fatos políticos assume peso destacado nesse momento, visto que a liderança de Lula praticamente obriga a imprensa a dar cobertura, sob pena de perder credibilidade junto à opinião pública. Também serão priorizadas, nessa segunda fase, algumas importantes viagens internacionais e as atividades de assessoria ao candidato em torno de aspectos técnicos, dados e cifras das principais políticas de governo.
 159. Ainda nesse período que segue até a Copa, quando a atenção da sociedade ainda não se voltou de todo para as eleições, completaremos a montagem

das estruturas de campanha, refinaremos nossa estratégia, azeitaremos as engrenagens de interligação com as campanhas estaduais, completaremos o estudo a respeito das candidaturas adversárias e tornaremos mais precisa a nossa linha global de comunicação.

160. Tarefa fundamental dessa fase é a estruturação de um eficiente sistema de arrecadação financeira, que suporte os elevados custos de uma campanha dessa envergadura. Igualmente importante será o treinamento de equipes de monitores em todos os estados, capacitando-os a explicar e fundamentar nossas ideias-força, a ajudar a formação dos Comitês Lula, a trabalhar com vídeos em esquema de brigadas eletrônicas etc.
161. Terminada a Copa do Mundo e iniciada a fase da propaganda gratuita na TV, a questão eleitoral entra na casa de todos os brasileiros, as atenções são despertadas e as intenções de voto se confirmam ou modificam com uma velocidade que é proporcional aos eventos de impacto, à eficácia da propaganda e à capacidade de pôr a campanha na rua em ritmo contagiante. Nesse terceiro momento, é fundamental que tenhamos conseguido disseminar de tal modo as ideias-força de nosso programa de governo que a campanha Lula venha a se tornar um desaguadouro natural para amplas mobilizações sociais, garantindo o cenário de participação popular, que será indispensável para garantir um contexto seguro de vitória.
162. A responsabilidade pela condução política da campanha cresce de importância, então. Erros de agenda, de propaganda ou de iniciativas políticas podem trazer sérios prejuízos, nesse momento. E, como não se pode garantir que Lula seguirá com folgada dianteira durante toda a campanha, essa terceira fase dever ser prevista também como momento de recuperar o primeiro lugar nas pesquisas, se o tivermos perdido, ou de aumentar a distância para o segundo colocado, na busca de um diferencial que torne praticamente impossível uma reversão no segundo turno.
163. Será a hora de colocar, de vez, nosso bloco na rua. A partir de uma estrutura organizativa já implantada, com alguns milhares de Comitês Lula devidamente cadastrados e trabalhando com metas precisas, além de outros tantos que brotem espontaneamente pelo país, lançaremos a Grande Caravana da Vitória, com comícios, passeatas, carreatas, panfletagens, mutirões de visita de casa em casa, ocupação das avenidas nas grandes cidades, teatro de rua, presença nas escolas, fábricas, lojas, escritórios e em todas as estradas e fazendas.

164. Essa fase pode, ainda, ser desdobrada em uma quarta, de arrancada final nas últimas duas semanas, quando Lula Lá pode se transformar na palavra de ordem Lula Já, para garantir a vitória já no primeiro turno. Essa hipótese nos obriga a organizar equipes que, desde maio, passem a trabalhar questões concretas, como os cenários de governabilidade, medidas dos primeiros dias, monitoramento dos índices inflacionários, negociações preventivas etc.
165. Ainda não sabemos se a nova legislação sobre o rádio e a TV vai provocar quebra no interesse da população em acompanhar os programas, mas até as últimas eleições havia consenso em que o papel dessa propaganda chega a ser quase decisivo na condução da campanha.
166. Daí a importância de refletir na agenda do candidato o tempo necessário para garantir mensagens claras, fortes e convincentes, que chegarão a milhões de brasileiros que não comparecem aos comícios, nem foram atingidos pelas Caravanas.
167. Tudo indica que, nessa última fase, sejam organizados também os grandes debates pela televisão, que podem ter peso também decisivo, a depender do equilíbrio existente nas intenções de voto. O fato de sermos líderes, assim como as experiências de todas as campanhas eleitorais dos últimos anos, nos levarão a participar dos debates quando, onde e nas condições que garantam, objetivamente, um debate democrático e produtivo, sem as distorções ocorridas no passado.
168. Em princípio, representamos a candidatura mais interessada nesse tipo de debate, pela oportunidade que oferece de priorizar o embate programático, confrontando nossas ideias-força com a agenda neoliberal da maioria dos adversários, assim como é notória a força carismática de Lula e o poder de comunicação de sua palavra no rádio ou na televisão. Mas está claro que, também nesse item, não se pode admitir o erro da ingenuidade.
169. Encerrando, é preciso reafirmar e frisar que, nesta disputa histórica de 1994, o resultado do jogo será menos decidido pelos esquemas eletrônicos de propaganda na TV, pelos recursos tecnológicos e financeiros de cada candidato ou até por textos definindo uma correta estratégia de luta.
170. O jogo será decidido pela raça dos que entrarem na luta com disposição de ganhar. Pela força da classe trabalhadora e pela vontade do povo em acabar com essa situação de pobreza, corrupção e desesperança que toma conta do Brasil.

RESOLUÇÃO SOBRE FIDELIDADE PARTIDÁRIA¹

Art.11º - O Partido concebe os mandatos executivos ou parlamentares como mandatos partidários.

§ 1º - O mandato de parlamentares eleitos pela legenda do Partido deve estar a serviço do programa do Partido.

§ 2º - As instâncias partidárias e as bancadas respectivas procurarão, sempre, praticar o exercício coletivo das decisões e dos mandatos, assegurando a todos os parlamentares o acesso ao processo decisório e obrigando todos ao cumprimento das decisões coletivas.

§ 3º - As bancadas parlamentares estão subordinadas às deliberações das instâncias de direção partidárias. No caso do titular abandonar a legenda, ou [se]dela for desligado, perderá seu mandato, que será automaticamente assumido pelo suplente.

§ 4º - Os candidatos a cargos eletivos pelo PT, considerando o caráter partidário do seu mandato, reconhecem ao Partido dos Trabalhadores o direito de tomar todas as medidas necessárias para manter esse mandato contra eventuais decisões doseleitos que, fraudando a vontade do eleitorado, por qualquer razão, rompem com o programa pelo qual foram eleitos e decidam não permanecer no Partido.

§ 5º - O parlamentar que desobedecer a deliberações ou resoluções legitimamente estabelecidas pelas instâncias dirigentes do Partido poderá perder o mandato, por deliberação do Encontro respectivo, cabendo recurso às instâncias superiores.

1. Esta resolução, aprovada pelo 9º Encontro Nacional do PT, regulamenta a questão da fidelidade partidária e passa a ser parte integrante do Estatuto e Regimento Interno do PT, de acordo com as deliberações do I Congresso do PT, e com a Carta Eleitoral.

CARTA ELEITORAL*

CARTA-COMPROMISSO DOS CANDIDATOS PROPORCIONAIS E MAJORITÁRIOS DO PARTIDO DOS TRABALHADORES.

I. INTRODUÇÃO

O PT é, hoje, uma alternativa real de governo, nos diferentes níveis. Isso aumenta nosso grau de exigências e responsabilidades. O crescimento institucional do Partido exige que nossos dirigentes partidários, nossas personalidades públicas e os detentores de mandatos eletivos tenham consciência de que são filiados com deveres superiores aos demais. O crescimento dos meios de expressão, dos recursos e da audiência pública deve ser acompanhado de um proporcional sentido de responsabilidade, ética, disciplina e maior controle partidários. A atuação do parlamentar petista deve encarnar e representar não apenas um projeto individual, mas o projeto coletivo do Partido. O candidato petista a cargo eletivo, e o seu mandato, devem expressar um compromisso com as lutas políticas e sociais desenvolvidas pelo Partido e com a luta geral dos trabalhadores e demais setores oprimidos da sociedade, expressando a compreensão de que a luta dos trabalhadores não se limita, nem se esgota, no campo parlamentar.

Para tornar mais democrático o exercício de mandatos eletivos, o PT deve aplicar, rigorosamente, as seguintes resoluções, que são os tópicos desta Carta- Compromisso dos Candidatos, a ser assinada, obrigatoriamente, por quem se disponha a disputar uma vaga nas chapas apresentadas pelo PT.

A assinatura do compromisso partidário do candidato petista indica o acordo prévio e explícito com as normas e resoluções do Partido – tanto em relação à campanha quanto ao exercício do mandato –, bem como com o conteúdo estabelecido neste Regimento, no Programa e Estatuto do Partido.

2. CARÁTER PARTIDÁRIO DO MANDATO

Os candidatos, considerando o caráter partidário do seu mandato, desde já reconhecem ao Partido dos Trabalhadores o direito de tomar todas as medidas necessárias para manter esse mandato contra eventuais decisões dos eleitos que, fraudando a vontade do eleitorado, por qualquer razão, rompam com o programa pelo qual foram eleitos e decidam não permanecer no Partido.

O mandato de parlamentares, eleitos pela legenda do Partido dos Trabalhadores, deve estar a serviço do programa do Partido. Por sua vez, as bancadas parlamentares estão subordinadas às deliberações das instâncias de direção partidárias. Em caso do titular abandonar as fileiras do Partido, este perderá seu mandato, que será, automaticamente, assumido pelo suplente. Os candidatos do PT reconhecem, explicitamente, este direito do Partido, independente das razões que os levarem a, porventura, abandonar as fileiras do PT.

3. LIDERANÇAS

A indicação de lideranças de bancadas será feita pela bancada, em reuniões conjuntas desta com a Comissão Executiva do Diretório correspondente, cabendo à bancada a última palavra.

4. PLANOS E PROJETOS

A cada ano, os Diretórios Estaduais e Nacional promoverão reunião com os parlamentares do respectivo nível, para balanço, prestação de contas, apresentação de propostas comuns e indicação de diretrizes gerais e – em alguns casos – específicas a serem seguidas pelos parlamentares e pelos executivos petistas, em quaisquer níveis.

a) Os planos procurarão indicar os projetos polêmicos ou de grande relevância, que devem receber ampla discussão interna no Partido antes de serem apresentados às casas legislativas pelos parlamentares petistas.

5. CANDIDATURAS NATAS

Os candidatos comprometem-se a abrir mão de quaisquer privilégios que estabeleçam favorecimentos e desigualdades no interior do PT. Nenhum parlamentar pode invocar essa condição para pleitear candidatura nata à reeleição, tratamento diferenciado nos programas partidários de TV e rádio ou qualquer privilégio ou regalia.

6. CARTEIRA DE PREVIDÊNCIA E VERBA PESSOAL

O PT repudia o uso da Carteira de Previdência e da verba pessoal especial para parlamentares. Para pôr fim a esses privilégios, o PT apresentará projetos de lei e tomará medidas judiciais. O parlamentar deve contribuir para a Previdência Social como os demais trabalhadores. Para a aposentadoria parlamentar, não devem vigorar privilégios quanto à contagem do tempo e quanto ao valor do pagamento ou outros.

7. SALÁRIO DOS PARLAMENTARES

Com o objetivo de obter a transparência do salário parlamentar, o PT apresentará projetos de lei e apresentará medidas judiciais para que esse salário:

a) sofra desconto do Imposto de Renda sobre o total dos rendimentos e não apenas sobre a parte fixa, como ocorre hoje;

b) reflita o rendimento real, sem expedientes escusos, como sessões extraordinárias duplas, ajudas de custo indevidas etc.

8. ASSESSORIAS E FUNCIONÁRIOS

As bancadas estaduais e federal constituirão assessoria coletiva, além das assessorias individuais de cada parlamentar.

a) Cada parlamentar deverá ceder, para a infraestrutura de outros organismos do Partido, parcela de assessores e funcionários de livre contratação (ou o equivalente em acréscimo de contribuição financeira), em número e qualificações a serem definidos pelas Comissões Executivas dos respectivos Diretórios, a quem cabe, em última instância, a decisão.

b) Os assessores – tanto das assessorias individuais quanto das coletivas, do Executivo ao Legislativo – deverão pagar ao Partido dos Trabalhadores uma contribuição financeira mensal que corresponda a uma determinada porcentagem de suas remunerações – de acordo com a tabela nacional –, com exceção dos casos em que se trate de funcionários públicos efetivos de carreira.

c) Os meios materiais à disposição do parlamentar (veículos, espaços, cotas telefônicas, xerográficas e de correios etc.) deverão ter – respeitadas a legislação e as normas vigentes nas instituições em que se encontrem – sua utilização aberta ao Partido.

d) Para os assessores de Executivo será aplicada a mesma tabela de contribuições. O Diretório Nacional aprovará resolução específica aprofundando este item para o caso dos governos de estado e governo federal.

9. ASSESSORIA DOS EXECUTIVOS

A escolha dos integrantes do primeiro e segundo escalões dos governos federal e estaduais é de responsabilidade do presidente e dos governadores, que, para tal, devem fazer consultas às instâncias próprias do PT e aos partidos da coligação, se houver.

10. CONTRIBUIÇÃO FINANCEIRA

Da mesma forma que os atuais detentores de mandato, os candidatos

comprometem-se desde já, se eleitos, a entregar mensalmente ao Partido uma contribuição financeira nas seguintes condições:

a) A contribuição é uma percentagem do total líquido da remuneração mensal recebida em dinheiro pelo exercício do cargo executivo ou parlamentar (presidente, governador, vice, senador, deputado federal, deputado estadual);

b) Essa remuneração mensal, também chamada de vencimentos, compõe-se de: parte fixa, menos o Imposto de Renda e descontos previdenciários, se houver; parte variável, como diárias por sessões extras, ajudas de custo, e mais extras de qualquer natureza, quaisquer que sejam suas formas e condições de pagamento;

c) A contribuição deve ser paga pelo mandatário petista sem descontos, a qualquer título, através de desconto automático, sempre que a instituição financeira possibilitá-lo;

d) Juntamente com a contribuição, o mandatário petista deve entregar cópia xerográfica dos respectivos contracheques ou de documentos;

e) A entrega da contribuição deve ser feita diretamente ao Tesoureiro da Comissão Executiva da instância correspondente, mediante comprovante escrito. A entrega de quantias a outras instâncias não pode, sob hipótese alguma, ser classificada como a contribuição obrigatória de que trata este item e seus subitens.

f) A percentagem de contribuição referida no subitem 10.a é calculada segundo a Tabela para Cálculo das Contribuições, com percentagens e respectivos redutores (a seguir), fixando-se o limite máximo de 30% (trinta por cento) do total líquido quando a aplicação representar percentagens superiores;

TABELA DE CÁLCULO DAS CONTRIBUIÇÕES

(valores em salários mínimos = SM)

Remuneração líquida	%	Redutor
1. Até 10 SM	10	
2. Mais de 10 até 15	20	1,0 SM
3. Mais de 15 até 20	30	2,0 SM
4. Mais de 20 até 25	40	3,5 SM
5. Mais de 25 S.M.	50	5,5 SM = 30%

g) Os assessores e cargos de confiança contribuem, obrigatoriamente, de acordo com tabela específica e de acordo com os outros itens deste ponto 10.

11. RELAÇÃO COM O DINHEIRO PÚBLICO

O parlamentar não pode utilizar e deve combater, rigorosamente, quaisquer privilégios ou regalias (como subvenções sociais, concessão de bolsas de estudo e outros auxílios) e demais subterfúgios que possam gerar, mesmo involuntariamente, desvio de recursos públicos para proveito pessoal ou de terceiros e ações de caráter eleitoreiro ou clientelístico.

12. RODÍZIO DE MANDATO

Respeitada a legislação vigente, e de comum acordo entre mandatário, bancada e direção, será estimulado o rodízio entre titulares e suplentes.

13. CONCLUSÃO

A partir de normas aqui fixadas, e sem contrariá-las, bancadas estaduais e federal, Diretórios Estaduais e Nacional, Encontros Estaduais e Nacional poderão adotar outras resoluções tendentes a aperfeiçoar a concepção petista e partidários mandatos eletivos, majoritários ou proporcionais, Executivos ou Legislativos, submetendo-as ao referendo das instâncias superiores.

MOÇÕES APROVADAS NO 9º ENCONTRO NACIONAL

- | Em defesa da Light e da Escelsa
- | Sobre a questão dos negros no programa de governo
- | De solidariedade a Lâmia Maruf Hasan
- | De repúdio à absolvição do deputado Ricardo Fiúza
- | Moção sobre a CPI do Orçamento
- | Contra a fome
- | De solidariedade à luta camponesa e democrática no Paraguai
- | Sobre o Paraguai
- | Sobre o Haiti
- | Sobre a África do Sul
- | De solidariedade à Cuba contra o bloqueio e apoio à emenda de Charles Rangel
- | De apoio à campanha nacional em defesa dos salários
- | Moção em defesa do sistema Petrobras

| 1995 |
10º ENCONTRO NACIONAL
18 A 20 DE AGOSTO DE 1995
SESC - GUARAPARI/ES

DARCI LENNE



LULA DESPEDE-SE DA PRESIDÊNCIA DO PT COM O DISCURSO DE ENCERRAMENTO DO 10º ENCONTRO

10º ENCONTRO NACIONAL¹

18 A 20 DE AGOSTO DE 1995
SESC - GUARAPARI/ES

ELEGE O 7º DIRETÓRIO NACIONAL.

RESOLUÇÕES APRESENTADAS:

- | Conjuntura Nacional;
- | Construção partidária;
- | O PT e os movimentos sociais;
- | Resoluções sobre os petistas e o Comunidade Solidária.

TESES APRESENTADAS:

- | Articulação unidade na luta (tese-guia), da Articulação;
- | Afirmando alternativas, da Democracia Radical;
- | Uma opção de esquerda, de Uma Opção de Esquerda;
- | O PT na luta contra o neoliberalismo, encabeçada por Adalberto Ângelo Custódio;
- | O PT em defesa da nação, do Movimento na Luta, PT!;
- | Novas realidades, velhos desafios: O projeto revolucionário do PT face à ofensiva neoliberal, encabeçada por Vladimir Palmeira;
- | O PT e os movimentos sociais, das Secretarias Nacionais Agrária, de Movimentos Populares e Sindical.

CANDIDATOS À PRESIDÊNCIA DO PT²:

José Dirceu: 215 votos (54,02%)

Hamilton Pereira: 183 votos (45,98%)

brancos: 16 votos.

1. Fontes: Caderno de Teses, de 30 de junho de 1985, Caderno de Resoluções do 10o Encontro, s/d. e Tabela com os resultados das votações, elaborada pela Secretaria de Organização Nacional do PT, s/d.

2. No 10o Encontro acontece, pela primeira vez, uma disputa pela presidência do partido. O presidente, até então, fora sempre eleito por aclamação, em chapa única.

CHAPAS APRESENTADAS:

- chapa 1: Democracia radical;
- chapa 2: Socialismo e democracia;
- chapa 3: Velhos sonhos, Novos Desafios;
- chapa 4: Articulação unidade na luta.

RESULTADOS DA VOTAÇÃO:

- chapa 1: 31 votos (7,58%);
- chapa 2: 189 votos (46,21%);
- chapa 3: 24 votos (5,87%);
- chapa 4: 165 votos (40,34%).

Presentes: 414 delegados.

CONJUNTURA NACIONAL

1- Os primeiros seis meses do governo FHC não deixam dúvidas sobre seu perfil neoliberal e conservador. Sua principal motivação econômica é pôr fim, em bases conservadoras, ao modelo nacional-desenvolvimentista instaurado a partir dos anos 1930. Desenha-se um novo padrão, tardio, de acumulação de capital, de inspiração neoliberal.

2- Neoliberal porque expõe à concorrência internacional predatória o sistema produtivo nacional, debilita o necessário papel regulador do Estado na economia e ameaça extinguir as já precárias garantias sociais das classes trabalhadoras.

3- Tardio porque fortes resistências sociais impediram anteriormente a adoção, no Brasil, de ajustes semelhantes àqueles aplicados no Chile, Bolívia, Argentina e México.

4- A crise mexicana e seus efeitos na América Latina mostraram como o neoliberalismo compromete a soberania nacional, desarticula importantes setores produtivos da economia e agrava a exclusão social.

5- Na conjuntura imediata, a estabilização monetária centrada na âncora cambial acarreta juros elevadíssimos, que empurram a economia para a recessão, provocando falências, concordatas, inadimplências, desemprego e mais pobreza.

6- A nossa derrota e a ascensão da aliança PSDB-PFL quebraram o quase equilíbrio estratégico que dificultava o ajuste neoliberal durante os governos Collor e Itamar. O novo quadro deu mais iniciativa e margem de manobra às forças conservadoras, especialmente na relação com o Legislativo, facilitando reformas antipopulares da Constituição. O governo conta, hoje, com um bloco de mais de 300 deputados e dois terços do Senado, controlando as presidências das duas casas do Congresso. A atual aliança no poder, além de maior iniciativa parlamentar, articula os grandes grupos econômicos, conta com a benevolência do Judiciário e com fortíssimo apoio da mídia.

7- A aprovação das primeiras emendas constitucionais, quebrando o monopólio de setores estratégicos da economia, como petróleo e telecomuni-

cações, desmantela o Estado brasileiro e acentua a inserção subordinada do país aos grandes blocos econômicos.

8- O governo FHC articula um vasto programa de privatizações, destinado a sustentar, a qualquer custo, a estabilização monetária.

9- Novas mudanças legais terão forte impacto sobre as classes trabalhadoras. É o caso da reforma previdenciária, que ameaça revogar direitos e mercantilizar o sistema. É o caso, também, da desindexação da economia e o violento arrocho salarial, em um contexto recessivo, e da desregulamentação das relações de trabalho, para flexibilizá-las e precarizá-las.

10- Para atingir seus objetivos, o governo realiza violenta ofensiva contra os sindicatos que resistem ao projeto neoliberal, como ficou evidente na greve dos petroleiros, o que inclui o uso da Justiça do Trabalho. Com isso, pretende eliminar o direito de greve e aniquilar o sindicalismo combativo.

11- Na sua ofensiva contra as esquerdas, o governo FHC busca apresentá-las como revanchistas, por não aceitarem a derrota de 1994, arcaicas, por recusarem a modernização conservadora, e sectárias, por se oporem à agenda proposta pelo Executivo.

12- A novidade do governo FHC nas políticas sociais foi a apresentação do Programa Comunidade Solidária. Esse programa se superpõe à ação dos ministérios, à presença do controle da sociedade e vincula a pobreza às decisões da primeira-dama. Reitera o tradicional modelo populista de ações sociais, identificando-as com a benemerência do governante e de sua mulher. Esvazia os conselhos paritários de gestão, como os da Criança e Adolescente e de Assistência Social. Descaracteriza a intensidade das desigualdades sociais, que atingem a maioria da população brasileira, e reduz o atendimento dos mais miseráveis a alguns aglomerados localizados. Reitera o processo de apartação social, pela aplicação de políticas focalistas, e de dissolução de direitos sociais constitucionais.

Cria, através de uma política de marketing, a ideia de atendimento às necessidades sociais dos mais pobres, mas de fato dilui desde direitos universais até serviços públicos, os quais substitui por ações compensatórias precárias, destinando esmolas aos setores e regiões miseráveis do país. Destroí a rede pública de saúde e educação e os programas regulares de assistência social.

O Comunidade Solidária procura levar à desresponsabilização do Estado, transferindo suas obrigações às ONG e entidades sociais. Tenta cooptar o movimento popular, sindicatos e partidos, associando-os à aplicação de

“planos circunstanciais de redução da miséria”, em nome de pretensas políticas sociais compensatórias.

O anúncio de FHC, propondo implantar, em 1996, um programa de renda mínima é, na verdade, uma resposta precária ao artigo 203 da Constituição, que rege a Política Nacional de Assistência Social.

Trata-se da continuidade, com restrições, de uma renda mensal vitalícia (hoje sob responsabilidade da Previdência Social) e de pagamento de um salário mínimo – que deve assumir o caráter de seguro-reabilitação – às pessoas portadoras de deficiência.

O PT tem denunciado as desigualdades sociais, a exclusão e a apatização social presentes na sociedade brasileira, mas deve ir além da denúncia.

O PT não é parceiro de fóruns do Comunidade Solidária, enquanto abandono de políticas universais em favor de políticas pontuais e compensatórias. Os petistas de todo o Brasil devem lutar por políticas que garantam direitos de cidadania.

Devemos exigir que o governo federal repasse verbas necessárias ao atendimento das demandas populares.

Devemos garantir que nossos programas de garantia de padrões mínimos de vida e renda sejam universais e aprofundadores de cidadania.

Devemos garantir que os governos municipais e estaduais do PT, bem como a ação de parlamentares, sigam estas orientações.

É necessário, ainda, que o PT aprofunde suas alternativas de ação com a população desorganizada e mais miserabilizada, o que deve ultrapassar experiências da “solidariedade da benemerência e de ajuda” e caminhar para a “solidariedade de luta e de partilha”.

13- No primeiro semestre de 1995, a manutenção da estabilidade econômica garantiu níveis ainda elevados de popularidade ao governo. Isso, associado ao uso sistemático de Medidas Provisórias, à escalada do fisiologismo, com distribuição de verbas e cargos, permitiu que o governo desse poderosa demonstração de força nas votações do Congresso e no ataque aos movimentos sociais.

14- O PT, mesmo tendo sido duramente atingido pela derrota eleitoral de 1994, e ainda sofrendo o impacto da crise internacional da cultura política de esquerda, teve um papel decisivo na resistência à ofensiva neoliberal.

15- A greve dos petroleiros, pelo cumprimento do acordo firmado com o governo Itamar Franco, desmascarou a imagem de negociador de FHC e eliminou as ilusões que porventura subsistissem em relação ao governo.

16- A evolução da conjuntura econômica está marcada pelo impacto devastador da política de importações predatórias, em vários setores da indústria, e pelos juros altos, que disseminam a inadimplência e desencadeiam a recessão. Neste quadro, cresce uma ampla, ainda que dispersa, mobilização social contra a política econômica do governo. Na agricultura, surgem o caminhonagem e a manifestação dos sem-terra contra a política agrária e agrícola de FHC.

17- No ABC, dá-se a mobilização dos metalúrgicos contra a Medida Provisória para a indústria automotiva, que ameaça desmantelar o setor de autopeças.

Nos setores têxtil e de calçados, em várias regiões do país, crescem as mobilizações contra os juros altos.

18- Todos estes movimentos indicam um cenário distinto para o segundo semestre, no qual o PT, como principal partido de oposição, terá um papel decisivo na mobilização popular.

19- Para derrotar o projeto neoliberal, no entanto, será preciso mais do que resistir ou articular a luta contra as reformas constitucionais do governo. O PT terá que dar um salto de qualidade: reelaborar sua estratégia de poder, desenvolver um projeto de sociedade e um projeto partidário. Terá que atualizar e reelaborar o programa democrático e popular, articulando forças sociais amplas em torno de um projeto para a sociedade brasileira, alternativo ao neoliberalismo vigente e ao nacional-desenvolvimentismo caduco.

Para que isso aconteça, o PT precisa ter capacidade para contrapor suas propostas às do governo, deixando mais claro para as amplas camadas do povo os caminhos que o Partido aponta para o Brasil, estabelecendo uma nova relação com os movimentos sociais organizados, aprendendo com suas experiências e contribuindo na resolução dos seus principais impasses.

Por fim, o PT terá de romper a barreira que o impede de estabelecer uma relação com a maioria organizada da população, principalmente com os setores excluídos pela pobreza, e também com a imensa massa de pequenos e médios proprietários, parte deles na economia informal, que têm mostrado grandes restrições ao PT.

20- O período exige uma nova orientação estratégica. O alinhamento completo da mídia, o grande grau de unidade da burguesia em torno das propostas neoliberais e seu controle do terreno institucional (Congresso, governos estaduais e municipais, Judiciário e Forças Armadas) fazem com que os esforços, cujo centro consiste em negociar o mal menor ou tentar explorar

contradições secundárias no campo adversário, acabem aparecendo como um reforço da política do governo e uma descaracterização das nossas propostas.

Alterar a conjuntura supõe reforçar e potencializar as lutas sociais, legitimando-as junto à maioria da população. Cabe desenvolver as propostas de reformas democráticas e populares que possam galvanizar mobilizações populares e confrontar a agenda oficial, criando pressões externas ao terreno institucional, que alterem a correlação de forças aí estabelecida.

Um aspecto fundamental é a denúncia do processo de reorganização neoliberal no seu conjunto, buscando furar o bloqueio monolítico da mídia. Uma das maiores vitórias do neoliberalismo se dá quando ele consegue aniquilar alternativas, constituindo-se, apesar do seu fracasso econômico e social, em horizonte comum tanto para as forças de situação quanto para as de oposição. A reafirmação de uma oposição global, a partir dos interesses dos trabalhadores, é uma condição básica para enfrentar o neoliberalismo no campo econômico, político e social.

21- A oposição popular que o PT vai desenvolver contra o governo FHC é global. Não se trata apenas de resistir a este ou aquele aspecto do programa do governo FHC. Nossa divergência não se limita a aspectos isolados da sua orientação. É uma divergência global, que se refere ao próprio fundamento do programa do governo. É preciso mostrar à sociedade brasileira que as políticas propostas por FHC não podem constituir um projeto de desenvolvimento que atenda às grandes maiorias nacionais. Elas carecem de uma dimensão nacional e social. Não visam a realização de um processo de integração nacional, a incorporação de todos os brasileiros à cidadania, mas apenas a acumulação de capital e a integração de uma minoria de consumidores ao Primeiro Mundo, enquanto a imensa maioria da população, miserável e pobre, é condenada à privação e à marginalidade, que hoje espantam o mundo nos testemunhos sobre a África, o Leste Europeu e a América Latina.

UMA POLÍTICA ALTERNATIVA E UMA AGENDA DEMOCRÁTICA E POPULAR

22- Nossa oposição ao projeto neoconservador do governo deve se articular com a luta por uma agenda alternativa para o país, a partir de três eixos centrais:

- | uma nova política econômica com reformas sociais;
- | a defesa da Nação;
- | a defesa da democracia.

UMA NOVA POLÍTICA ECONÔMICA COM REFORMAS SOCIAIS

23- O PT deve denunciar a falácia da atual política de estabilização, seu impacto recessivo e desindustrializante, o endividamento externo do país, o esmagamento das empresas e famílias endividadas por uma taxa de juros inaceitável, a ausência de políticas industrial, agrícola, de ciência e tecnologia e a crescente exclusão social.

24- Do ponto de vista imediato, o PT deve exigir uma reorientação geral da política econômica, que impeça a recessão, defenda o salário e o emprego, reduza os juros e articule a estabilidade econômica à retomada do crescimento em novas bases.

Neste sentido, propomos:

a) o engajamento efetivo do Partido em defesa de uma justa política salarial, fortalecendo as iniciativas da CUT e do movimento sindical contra a desindexação salarial, sobretudo quando a inflação é superior a 3,5%, como em julho de 95, o desemprego cresce de modo alarmante e direitos sindicais elementares são violados;

b) o fortalecimento da articulação com a CUT, CMP e outras entidades civis, para impulsionar uma ampla campanha popular em defesa do emprego e contra as atuais taxas de juros e pela retomada do desenvolvimento com distribuição de renda, riqueza e poder;

c) o desenvolvimento e a apresentação, para a sociedade, de uma política econômica em novas bases.

25- Só será possível bloquear a implementação das reformas neoliberais, bem como abrir espaços para o debate das reformas de caráter democrático-popular, que interessam às maiorias nacionais, através de uma grande mobilização de resistência de todos os setores que estão sendo atingidos pelas políticas do governo. Para realizar esse objetivo, a greve geral dos trabalhadores, em conjunto com um protesto nacional, é uma ferramenta de luta importante.

26- Uma política salarial negociada deve assegurar a gradual e permanente elevação dos rendimentos do trabalho, em especial do salário mínimo, como elemento de indução de um modelo de desenvolvimento de bens de consumo de massas.

Esse movimento deve impedir que o PT seja aprisionado pelos dilemas de uma atuação política que reproduza, diante da crise nacional, uma lógica de pura “negatividade”. Ao nos contrapormos, então, às reformas propostas

pelo governo, devemos, necessariamente, fazê-lo em nome das reformas concretas que temos apresentado e podemos apresentar. Nossas próprias denúncias a respeito do caráter neoliberal da política de FHC e de suas repercussões antipopulares serão sempre feitas com base em nossas propostas alternativas.

O descuido quanto a esta orientação pode facilitar o trabalho das forças mais conservadoras, que procuram apresentar-se como forças reformadoras e modernizantes. Para mostrar que esta conduta caracteriza um embuste é preciso retomar a bandeira das reformas radicais e tornar absolutamente visível para o conjunto da sociedade e, principalmente, para os movimentos sociais, que nossa posição não é o reconhecimento da defesa do Estado e da Constituição, que são expressão do *status quo* conservador, elitista e excludente, mas a afirmação política e ofensiva de um projeto de nação.

27- Uma revisão imediata da política cambial e racionalização da abertura comercial para assegurar a recuperação dos saldos comerciais, além de regras de ingresso de capital financeiro, que diminuam a vulnerabilidade externa do país.

28- Reforma do sistema financeiro que garanta a redução efetiva da taxa básica de juros cobrados em operações com títulos públicos de curto prazo, processando-se um progressivo alongamento do perfil de vencimento dos títulos da dívida interna.

29- Uma reforma tributária, que combine o combate à sonegação e à evasão fiscal com a ampliação da base de tributação e progressividade dos impostos e racionalização da estrutura de tributos, aliviando o investimento produtivo, as exportações e os assalariados, como define a proposta já apresentada pelo PT.

30- Uma política de emprego que enfrente o problema da economia informal, estimule as micro, pequenas e médias empresas empregadoras, assim como a pequena agricultura familiar, além de apontar para a redução da jornada de trabalho, um programa de investimento em infraestrutura e estímulos aos setores que mais geram empregos.

31- Uma política de renda nacional e negociada entre trabalhadores, governo e empresários, que acione as câmaras setoriais de forma articulada com uma política industrial e agrícola ativa e a utilização de mecanismos de controle e punição de práticas abusivas de remarcação de preços e outros crimes contra a concorrência e a economia popular

32- Manutenção do controle do Estado sobre as empresas estatais estratégicas, com reformas profundas que assegurem o caráter público destas

empresas, com gestão transparente e democrática, maior liberdade gerencial, metas e contratos de gestão e formas mais eficazes de fiscalização e controle.

DIVULGAR OS PROJETOS E AS PROPOSTAS DO PT PARA TRANSFORMAR O BRASIL

33- O conhecimento do projeto estratégico para transformar o país, assim como as propostas para a conjuntura, deve ser socializado para os petistas e para o país.

Mais uma vez, por sua luta e coerência política, o PT conquistou a condição de ser o melhor partido da oposição logo após as eleições de 1994.

O PT e seus aliados devem ter competência para divulgar à opinião pública os projetos e propostas defendidos por Lula nas Eleições-94, levando-os ao conhecimento e discussão dos petistas, dos movimentos sociais, sindicais e comunitários, das prefeituras e câmaras municipais de todo o país.

O Partido, que se caracteriza por ser um instrumento do dia a dia das lutas sociais, deverá assumir esta postura com suas propostas claras e objetivas. Deverá saber lidar com a realidade, apoiar e organizar as lutas reivindicatórias junto com o movimento sindical, criando oportunidades para discussões de suas propostas e projetos.

A maioria dos problemas enfrentados pela população brasileira têm solução, mesmo sem a reforma constitucional.

Propomos, portanto, que os projetos e propostas do PT para as áreas da saúde, educação, previdência, saneamento básico, habitação, produção agrícola, reforma agrária, desenvolvimento econômico e tecnológico, geração de empregos, segurança etc., incluindo as propostas e posições do Partido a respeito da reforma constitucional, sejam imediatamente divulgados para todo o Partido e para o país.

O projeto para o Brasil que queremos, para realização de nossas utopias, deverá, portanto, balizar as discussões, instrumentalizar didaticamente o crescimento da consciência da cidadania. Deverá ter um compromisso fundamental com a democratização do Estado e pela sua desprivatização.

No âmbito das reformas da Constituição, precisamos assumir a postura crítica radical contra as reformas propostas pelo governo FHC e seus aliados, mas precisamos também, além de garantir os avanços conquistados pelas emendas populares em 1988, saber o que e como propor reformas em questões cruciais, procurando inverter a lógica do atual governo com nossas

propostas, claras e bem articuladas, como as da reforma do sistema tributário e fiscal, do sistema financeiro, da previdência, entre outras.

Propomos que a reforma tributária/fiscal seja motivo de uma campanha urgente e imediata de divulgação e discussão da nossa proposta junto às 5.200 prefeituras e câmaras de vereadores, sindicatos, universidades e escolas de todo o país. Esta discussão serviria como vetor para introduzir as demais questões.

A reforma tributária proposta pelo PT poderá despertar interesse imediato das comunidades e respectivas administrações para melhorar a arrecadação, com consequente capacidade de atender suas demandas, hoje relegadas pelo governo federal às municipalidades, sem a contrapartida dos recursos necessários.

A reforma do Estado e a democratização do poder público deverão permear constantemente as discussões e propostas.

34- Renegociação da dívida externa do país e auditoria da dívida, sem as quais não haverá outra alternativa que não seja a suspensão unilateral do pagamento da dívida externa. Devemos lutar também por uma articulação internacional de propostas que assegurem o controle público sobre a mobilidade do capital financeiro internacional, que hoje desestabiliza os países e estimula a especulação financeira em caráter global.

35- O enfrentamento das reformas neoliberais só terá viabilidade se for baseado na mobilização social. Cabe à bancada federal definir, a partir das diretrizes gerais deste Encontro e das orientações do Diretório Nacional, os aspectos especificamente parlamentares de nossa contraposição às reformas neoliberais do governo. Mas só a articulação com os movimentos sociais poderá viabilizar vitórias populares. Para tanto, a direção do PT e sua militância nos movimentos sociais deverão articular-se com a CUT, Contag, Central dos Movimentos Populares (CMP), MST, OAB, CNBB, ABI, entidades de pequenos e médios empresários do campo e da cidade, buscando unificar suas agendas de luta. Assim, o PT deve, ainda no segundo semestre de 95, trabalhar pela efetivação de um fórum nacional de caráter popular em defesa da soberania e da democracia, buscando concretizar uma plataforma de lutas que seja alternativa, possibilitando uma saída para a crise que assola a imensa maioria dos brasileiros.

36- Alguns temas devem dar o tom de nossa atuação, articulada aos movimentos sociais e às forças políticas que buscamos integrar em nosso arco de alianças:

a) a defesa dos salários – recusando a tese da origem salarial da inflação, contra a desindexação unilateral da economia, que somente atinge a remun-

neração do trabalhador e mantém intactas as regalias do ensino financeiro —, a recuperação e proteção do salário mínimo;

b) medidas imediatas contra o desemprego; redução da jornada de trabalho sem redução de salários;

c) controle efetivo da inflação a partir do combate à especulação financeira;

d) ataque ao preço de monopólio, aos altos juros e a todos os tipos de especulação;

e) uma reforma tributária que reestruture os impostos indiretos, dê prioridade aos impostos diretos com base na progressividade e garanta a taxa-ção das grandes fortunas;

f) alongamento do perfil da dívida interna;

g) reforma agrária, fim da violência anticamponesa e punição aos responsáveis por este crime;

h) defesa do patrimônio público, desmascarando os interesses envolvidos na privatização e lutando pela democratização e controle das estatais;

i) defesa de um sistema público de previdência social, ampliando seu caráter universal na defesa dos direitos adquiridos de aposentados e trabalhadores da ativa, e denúncia dos efeitos reais da privatização dos sistemas previdenciários;

j) a luta contra a agiotagem, negando a política de juros extorsivos, que quebra trabalhadores e empresas nacionais e enriquece os que vivem de financiar o déficit estatal;

l) efetivo combate à fome, à miséria e à marginalização social;

m) a democratização dos meios de comunicação de massa;

n) defesa dos direitos humanos e das liberdades democráticas;

o) reforma institucional: controle externo do Judiciário e restrição das funções do Senado às questões federativas;

p) lutar pela realização de um referendo popular sobre as mudanças na Constituição;

q) contraposição ao projeto Bresser de reforma administrativa, que quer liquidar o serviço público universal, o Regime Jurídico Único, a estabilidade e o direito de greve do conjunto do funcionalismo.

A DEFESA DA NAÇÃO

37- A defesa da Nação exige uma nova política econômica e uma aliança social mais ampla, orientada para um projeto de desenvolvimento baseado

no investimento produtivo e valorização do trabalho. Não se trata de assumir uma posição isolacionista no mundo, mas de assegurar a complexidade do nosso sistema produtivo, garantindo maior equidade social (em um país que detém a pior distribuição de renda do planeta) e preservando o meio ambiente.

38- A política de integração do Mercosul deve servir para viabilizar projetos nacionais de desenvolvimento e aumentar a inserção competitiva de nossos países em novas bases, e não para aprofundar nossa articulação subordinada.

39- O fenômeno da globalização não pode ser visto apenas como reflexo da hegemonia das ideias neoliberais, que pregam o fim das fronteiras e a superação do Estado nacional.

40- A resposta à desestruturalização nacional e social de nossos países exige uma nova concepção de internacionalização, não só da economia, como da política, da cultura, especialmente da informação, da ciência e da tecnologia.

41- Respeitadas as identidades e soberanias nacionais, são urgentes iniciativas nacionais para preservar a paz, impulsionar o desarmamento e a solução negociada dos conflitos, em defesa do meio ambiente, dos direitos humanos, de patrimônios históricos e culturais, nacionais e étnicos, para a regulação das migrações, disciplina das atividades financeiras, combate ao crime organizado, sobretudo o narcotráfico e, especialmente, o enfrentamento dos problemas da exclusão e da pobreza e em defesa do emprego.

42- Torna-se inadiável a discussão sobre a ONU e sobre todos os organismos internacionais surgidos (ou revigorados) no pós-Segunda Guerra.

43- A reforma do sistema de relações internacionais não pode resumir-se à reivindicação do Brasil de ocupar, permanentemente, um lugar no Conselho de Segurança ou ao sonho megalomaniaco de nos transformarmos no “oitavo passageiro” do G7. É preciso avançar em direção a uma nova ordem mundial federativa, democrática e internacionalmente legitimada. Esta orientação deve perpassar a política externa brasileira em todos os cenários e organismos internacionais.

A SITUAÇÃO INTERNACIONAL

A situação internacional tem sofrido, nos últimos anos, profundas mudanças, que antecipam a abertura de um novo histórico, marcando radicais transformações no mundo do trabalho, inclusive de sua divisão internacional, e por fenômenos de exclusão de países e regiões do planeta ou de vastos contingentes sociais, até mesmo em países desenvolvidos.

44- Sob a denominação de globalização, assiste-se a um processo de unificação de todos os mercados do mundo, inclusive dos mercados financeiros, e de internacionalização da produção. O comando desse processo é o resultado de complexas relações dos países desenvolvidos – reunidos no G7 – e de grandes corporações transnacionais. O Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial, o Clube de Paris e a recém-criada Organização Mundial do Comércio, entre outras instituições, formam uma constelação de órgãos encarregados de formular e, sobretudo, executar suas decisões mais gerais, emanadas daqueles centros de poder.

Procuram enquadrar os países da periferia nesse novo esquema de divisão internacional do trabalho, assegurando para os países mais desenvolvidos a produção e os mercados para os produtos resultantes da “terceira revolução industrial”. Muitos países vêm-se de novo relegados à condição de economias primário-exportadoras, reduzidos a uma industrialização feita à base de tecnologias ultrapassadas ou, eventualmente, podendo competir internacionalmente com produtos de ponta em alguns nichos.

Este quadro de intromissão dos países avançados na vida dos países periféricos traduz-se, igualmente, na imposição de políticas macroeconômicas de controle da inflação com efeitos desindustrializantes, desnacionalizantes e com forte impacto negativo sobre o emprego. São políticas que aumentam a exclusão social. O crescimento da dívida externa é novamente visível. O governo FHC é a expressão de uma tentativa de inserção subordinada do Brasil no mundo.

45- Em muitos países dependentes, o Estado cumpriu o papel de realizar uma relativa contraposição à lógica do mercado mundial, viabilizando alguma autonomia dos centros de decisão locais e o apoio a políticas de desenvolvimento autóctones. A globalização, a desregulamentação e a submissão total aos mecanismos de mercado estão configurando, objetivamente, novas relações internacionais de subordinação. Este processo é viabilizado pela instalação de governos dóceis às imposições das multinacionais, da banca internacional e dos organismos multilaterais que os apoiam. No Brasil, o governo FHC se insere nesta lógica de subordinação.

A desestruturação das economias nacionais está colocando em xeque a ação dos Estados nacionais.

46- A existência de uma economia nacional, mesmo inserida internacionalmente, depende da existência de um projeto nacional de desenvol-

vimento, que não pode ser subordinado à lógica do mercado, ainda que não possa desconhecer-la. Esta submissão promoveria, como vem ocorrendo, a desigualdade e exclusão sociais.

O Estado, quando democraticamente controlado, pode impor custos aos capitalistas, para garantir a unidade política da nação, a integração dos vários segmentos sociais no consumo, a construção de um mercado nacional integrado. Tudo isso é hoje questionado pela globalização, pelas investidas contra os “custos do trabalho” e os “custos do Estado”.

Os setores não internacionalizados das classes dominantes sofrem, em muitos países, um processo de desestabilização. Mas são os trabalhadores os principais ameaçados por este processo. A reestruturação liberal, o crescimento da dívida pública, o deslocamento regressivo da carga tributária em prejuízo dos pobres, a crise aguda das finanças públicas desembocam no questionamento dos mecanismos de proteção social e no crescimento das desigualdades regionais. A função redistributiva dos Estados retrocede enquanto, paralelamente, atacam-se os sindicatos em nome da redução dos custos e do aumento da competitividade.

A nova hierarquia de poder produz um mundo mais injusto, instável e violento, tornando a luta pelo socialismo e a formulação de um novo internacionalismo tarefas mais atuais do que nunca.

47- A ruptura dos equilíbrios instáveis resultantes da última Guerra Mundial não desembocou em uma nova ordem de paz e progresso, como ontem apregoava Bush, mas em novos conflitos, inevitáveis em um mundo injusto, violento e instável.

Estamos diante de uma contrarreforma capitalista (econômica, política e cultural), que destrói as conquistas democráticas através do desemprego de longa duração (e que convive com o crescimento econômico), da precariedade laboral, da persistência da velha pobreza e do advento de novos pobres, das exclusões de todos os tipos, das catástrofes ecológicas e da crise de valores éticos e morais. A contraposição da agudização das desigualdades e das injustiças é o crescimento da instabilidade e da violência no mundo, das expressões de barbárie modernas.

48- Em todo o mundo, a implementação de políticas neoliberais tem conduzido a violações e a graves restrições das liberdades públicas e da própria democracia representativa.

As organizações dos trabalhadores, em particular os sindicatos, são os principais alvos desta ofensiva autoritária.

49- O projeto democrático-popular é nacional e, ao mesmo tempo, continental. Sua base social não são apenas as classes trabalhadoras brasileiras e seus aliados, mas os segmentos populares de toda a América Latina. Não são nossas adversárias apenas as políticas das classes dominantes brasileiras, mas as políticas imperialistas, em particular aquelas emanadas dos Estados Unidos.

O projeto democrático-popular não se funda em uma retórica denunciadora, mas exige a renovação do projeto socialista, que permitirá o revigoreamento do internacionalismo.

50- Em um mundo crescentemente globalizado pelo capital, as diversas formas de resistência às políticas burguesas nos países avançados e nos países em desenvolvimento permitem dar maior visibilidade e credibilidade às alternativas populares de contraposição aos projetos de destruição nacional e social hoje implementados pelas políticas neoliberais.

Mas impõe-se aos trabalhadores a necessidade de assumirem a consciência sobre o caráter internacional de sua luta. Este elemento é fundamental para a construção de um novo movimento socialista.

O PT tem a grande responsabilidade de contribuir para a recomposição das forças socialistas, democráticas e populares em nosso continente. Isto orienta e orientará a ação do Partido no Foro de São Paulo. Especial atenção deve ter o esforço de desenvolver a solidariedade e ações conjuntas dos trabalhadores e excluídos nos países que compõem o Mercosul.

A DEFESA DA DEMOCRACIA

51- A defesa da democracia se impõe, entre outros motivos, porque parte da base de sustentação do governo é originária do período da Ditadura Militar.

O governo tem lançado mão de medidas repressivas, ainda revestidas de aparência legal, como o uso da Justiça do Trabalho para definir a abusividade das greves, inibir e dismantelar sindicatos, inibir com medidas de coação econômica sem precedentes na história do país, além de ocupação militar de usinas e tentativa de enquadramento penal de sindicalistas. Esta tendência pode-se acentuar na medida em que aumentar a resistência social.

52- A liberdade de expressão e organização e o direito democrático das oposições, bem como o funcionamento e autonomia dos poderes da República, poderão estar no centro da conjuntura.

53- Particularmente importante é a luta pela democratização dos meios de comunicação. As experiências das campanhas eleitorais, a forma como vêm sendo tratados a oposição e os movimentos sociais, as tentativas das forças conservadoras que dão sustentação ao governo de acabarem com o horário gratuito para os partidos políticos e com a Voz do Brasil revelam o papel absolutamente estratégico desta questão para a construção da democracia no país. O peso dos oligopólios que controlam a mídia, acobertados pela lei e pelos favores do Estado, é a principal arma de que dispõem as classes dominantes para construir a hegemonia conservadora, ocultando a realidade social, semeando ilusões e manipulando o imaginário popular de uma forma que compromete decisivamente o debate democrático no país.

Devemos liderar ampla campanha para combater monopólios e oligopólios privados e exigir o cumprimento de dispositivos constitucionais que criam os Conselhos de Comunicação Social e estabelecem controle e fiscalização sobre a programação de emissoras de rádio e televisão.

54- Para impulsionar esta agenda alternativa, direcionada a disputar politicamente um projeto democrático e popular, o PT deverá adotar as decisões que vêm a seguir:

55- O Encontro Nacional do PT esclarece assim sua posição sobre a tática para o enfrentamento das propostas neoliberais na reforma da Constituição.

Em primeiro lugar, devemos continuar e acentuar as denúncias sobre os objetivos das propostas de FHC, do PSDB e do PFL. Em segundo lugar, devemos insistir na exigência de um referendo popular para as mudanças que foram e serão efetuadas na reforma constitucional. Em paralelo, devemos articular o conjunto das forças democráticas, os movimentos sociais, as ONGs, o movimento sindical, para enfrentarmos a reação, constituir um forte movimento político e social para aplicação de uma tática que combine múltiplos movimentos, da sistemática denúncia de cada proposta do governo ao incentivo de apresentação de emendas populares, da recusa de quórum e obstrução parlamentar à apresentação de emendas alternativas.

Tais emendas permitirão impor uma agenda social e de choque com o neoliberalismo, ao contrário da simples resistência ou de conciliações no campo antidemocrático e antipopular. O PT precisa recuperar a capacidade de disputar a hegemonia da sociedade.

56- Neste sentido, estamos lançando uma ampla campanha popular, incluindo a coleta de assinaturas e debates públicos, em tomo da proposta de

reforma da Previdência Social e da proposta de reforma tributária, além da campanha nacional pela democratização dos meios de comunicação. A luta pela reforma agrária é outra grande prioridade e não deve se reduzir às iniciativas do Movimento dos Sem-Terra ou dos trabalhadores do campo, mas traduzir-se em ações partidárias concretas e permanentes.

REORGANIZAÇÃO E REARTICULAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

57- O PT deve reconstruir e fortalecer suas secretarias sindicais, reaproximar suas iniciativas de campanhas e lutas com a CUT e a Central dos Movimentos Populares, dar prosseguimento a experiências como o seminário dos movimentos sociais. Precisamos construir um fórum permanente de petistas que atuam no movimento sindical, para repensar o mundo do trabalho e oferecer alternativas de atuação.

58- O compromisso com o movimento negro não pode resumir-se às comemorações dos 300 anos de Zumbi. O PT tem de fortalecer, em sua agenda e na sua estrutura partidária, a luta contra a discriminação e de apoio ao movimento negro.

59- O Partido deve reconstruir seus laços com o movimento estudantil e repensar profundamente sua relação com a juventude.

60- Todo este trabalho de reorganização e rearticulação dos movimentos sociais é absolutamente fundamental para a tática do PT. Neste sentido, nossa mobilização deve apontar para uma agenda alternativa para o Congresso e a sociedade. A bancada deve desenvolver ações que sejam facilmente inteligíveis e sensíveis a amplos setores da população.

61- O PT deve regionalizar suas ações, estar presente onde é mais sensível o impacto da política recessiva e de desmonte de FHC, deslocar dirigentes e desenvolver ações de massa e campanhas políticas. As respostas setoriais e regionais são muito importantes, devem ser incentivadas e fortalecidas, ao mesmo tempo em que estaremos procurando articular e unificar as ações de massa.

OS GOVERNOS MUNICIPAIS E ESTADUAIS DO PT

62- Os governos municipais e estaduais do PT (o Modo Petista de Governar, enquanto exemplo prático de uma política alternativa com ênfase nas questões sociais e na construção e aprofundamento de novas práticas de-

mocráticas) podem constituir-se em poderosos instrumentos de comparação com o neoliberalismo, na vida cotidiana de cada cidadão.

63- A proximidade das eleições municipais impõe ao Partido uma dedicação especial na condução desse processo, tendo em vista exatamente o embate entre alternativas que estão colocadas para o Brasil. A Direção Nacional tem a responsabilidade de imprimir esse caráter à disputa e evitar que o processo todo se limite a detalhes das disputas locais. Da mesma forma, os atuais prefeitos e governadores têm papel insubstituível na consolidação da marca democrático-popular, oposta ao neoliberalismo no que se refere às prioridades.

A BATALHA DAS IDEIAS E A DISPUTA DE HEGEMONIA

64- A batalha das ideias e a disputa de hegemonia é absolutamente central no enfrentamento do projeto neoliberal. O PT deve recolocar o debate sobre as grandes questões nacionais, ao invés de priorizar, internamente, os temas doutrinários. Reorganizar sua política de comunicação com a sociedade, como os programas de TV, que, por exemplo, precisam criar uma nova linguagem, com mais ousadia e criatividade e identidade cultural própria. Criar novos instrumentos e novos canais de comunicação é fundamental para a formação de uma contra-hegemonia ao neoliberalismo.

65- Tendo em vista o caráter global das mudanças e para viabilizar uma política de integração justa e democrática, em que seja preservada a soberania nacional e popular, o PT impulsiona uma política externa de articulação e solidariedade com todas as forças populares, democráticas e socialistas do mundo, especialmente no âmbito da América Latina e do Caribe.

66- O Foro de São Paulo, criado em 1990 por iniciativa do PT, é uma instância privilegiada de nossa atuação externa, que deverá ser fortalecida política e organicamente, com o aprofundamento do debate no seu interior, a multiplicação de iniciativas que desenvolvam a solidariedade continental dos trabalhadores e das esquerdas e a constituição de instâncias que permitam maior fluidez e eficácia de seu funcionamento.

AS ELEIÇÕES DE 1994

67- A vitória de Fernando Henrique Cardoso, no primeiro turno das eleições de 1994, constituiu-se em um duro golpe para o Partido dos Trabalhadores, para as esquerdas e para as forças populares no Brasil.

68- Ainda assim, o PT foi capaz de aumentar sua representação no Congresso para 50 deputados e cinco senadores. Somados aos demais parlamentares da Frente Brasil Popular e a nossos aliados do PDT, constituímos a maior bancada de esquerda de nossa história parlamentar. Além disso, pela primeira vez, o PT elegeu dois de seus militantes para governar estados.

69- A avaliação dos resultados das eleições deve ser feita no marco mais geral de uma análise profunda de suas causas, que seja capaz de determinar o peso de fatores conjunturais, as responsabilidades da Direção Nacional, em particular da Coordenação da Campanha, mas também os fatores estruturais que existiam há muito tempo, bem antes das eleições. Esta avaliação, já iniciada, deve ser dura, descarnada, não deixando espaço para atitudes auto-complacentes por parte do Partido. Não pode ser, no entanto, a ocasião para mesquinhos ajustes de conta.

70- Nesta análise, não podemos creditar apenas aos erros do PT e das esquerdas as responsabilidades pela derrota. É importante destacar que a vitória de FHC deveu-se à acertada estratégia de unidade das classes dominantes, capaz de constituir, no Brasil, o mais impressionante bloco de forças políticas e sociais da história republicana.

71- É fundamental entender que FHC elegeu-se presidente porque Lula era candidato. O programa de reformas estruturais da Frente Brasil Popular ganhou milhões de corações e mentes, ameaçando privilégios seculares, o que foi decisivo para a unidade da direita com o centro.

72- Não pode ser ocultado o caráter desigual do embate de 94. FHC não só dispunha de todas as alavancas do Estado, que lhe permitiram aplicar meticulosamente seu plano anti-inflação, escolhendo o momento eleitoralmente mais conveniente de seu lançamento, como conseguiu reunir importantíssimos apoios econômicos e, praticamente, todos os meios de comunicação.

73- Apesar dos avanços de nosso Programa de Governo, que buscou construir uma alternativa ao neoliberalismo e ao nacional-desenvolvimentismo, não tivemos condições de levar nosso programa às grandes massas e perdemos a batalha no campo das ideias. Esta derrota viu-se fortalecida pelo peso que passou a ter o plano anti-inflação, cuja eficácia subestimamos, ainda que pouco pudessemos fazer em direção contrária.

74- A derrota de 1994, entre outras lições, convida a uma reflexão mais crua sobre nossa imagem na sociedade, sobre o efeito exterior de nossas lutas internas, sobre as ambiguidades políticas e ideológicas que temos, sobre nossas

dificuldades em realizar um ajuste de contas mais severo com as duas heranças socialistas deste século: o comunismo e a social-democracia.

75- Finalmente, as eleições de 1994 revelaram, de forma definitiva, a precariedade de nossa organização, de nossas finanças, o caráter amador de nosso trabalho de direção e a conseqüente necessidade de qualificá-lo.

GOVERNAR É PRECISO

76- Não podemos mais continuar subestimando o papel dos governos petistas. As experiências nas prefeituras já demonstraram o potencial do Modo Petista de Governar. É preciso intensificar as atividades de intercâmbio de experiências, realização de reuniões, seminários, fóruns, encontros entre os petistas que ocupam ou ocuparam postos no Legislativo e no Executivo. É necessário dar maior divulgação às experiências de governo e de ação parlamentar, mostrando que existe um Modo Petista de Governar e de Legislar.

77- As prefeituras e os governos de estado do PT estão radicalizando a participação democrática. Nas suas administrações, o PT consegue imprimir uma nova e diferente marca na atividade política, voltando-a para o interesse da maioria da população. As experiências de orçamento participativo – em que a população decide onde e como aplicar os recursos públicos – já se generalizaram nas cidades e nos estados em que o PT é governo. Além de priorizar o social e abrir a gestão pública à participação popular, o Partido realiza uma revolução cultural e política na educação, organização, comunicação e coloca na ordem do dia a distribuição de renda, a cultura e o controle social do Estado. Em muitas prefeituras, o PT está modernizando e racionalizando as empresas estatais, sem adotar nenhuma das bandeiras neoliberais. Ao contrário, demonstra que pode existir uma esfera pública, nem privada nem estatal, capaz de voltar-se prioritariamente às necessidades da população. Além disso, a partir dos governos municipais e estaduais, o PT pode criar quadros e políticas para governar outros estados e o país, e expandir sua influência política e social.

78- As administrações democráticas e populares são importantes conquistas em nossa caminhada. Representam acúmulos, anos de luta e de trabalho coletivo. Evidenciam formas inovadoras e práticas positivas no fazer político e na gestão do Estado. Porém, é sempre bom reafirmar que as administrações populares não devem contentar-se apenas em cumprir a rotina de serem honestas e competentes. É preciso rasgar caminhos novos, abrir-se

radicalmente à participação e controle popular, abordar os problemas mais graves e sentidos das multidões, enfim, construir contrapontos práticos e visíveis ao neoliberalismo.

79- Ao repensar o governo da cidade e dos estados, e ao retomar a ideia do planejamento e do controle social, o PT está negando tanto as formas tradicionais do populismo e do clientelismo quanto as do neoliberalismo. Com isso, credencia-se para contrapor uma alternativa ao modelo neoliberal, no social e no estatal, no público e no privado; ao distribuir renda e abrir acessos à educação e à cultura para os excluídos e marginalizados, cria uma nova base social para nosso projeto político. 80- A direita tem atacado os governos do PT para inviabilizar a consolidação do Modo Petista de Governar e impedir o crescimento de nossa base social e eleitoral e de uma cultura popular em torno do petismo. Portanto, é inaceitável que o PT subestime seus governos, não priorize a divulgação de suas realizações e deixe para segundo plano a coordenação e orientação das administrações petistas. Mais inaceitável ainda é permitir que se exponham as administrações petistas ao ataque dos adversários e se coloque em risco a continuidade de um trabalho inovador de atendimento à população marginalizada. São questões que ganham maior relevo com a proximidade das eleições municipais de 96.

PREPARAR O PARTIDO PARA AS ELEIÇÕES DE 1996

81- As eleições de 96 vão se dar, possivelmente, numa situação política desfavorável para as oposições, inclusive para nosso Partido, ou, na melhor das hipóteses, numa situação de empate entre o governo e a oposição.

82- Devemos preparar o Partido para estas eleições com a consciência de que 14 anos de experiência petista em governos municipais estarão em julgamento popular, e nosso objetivo é firmar a marca do Modo Petista de Governar e possibilitar a comparação entre os governos petistas e de nossas coalizões com os governos de direita, da aliança PSDB-PFL.

83- Nossa principal arma nas eleições de 96 é o Modo Petista de Governar. Esta deve ser nossa marca e o carro-chefe de toda a nossa propaganda. Devemos preparar dirigentes e militantes do Partido para divulgar e propagar nossos governos nos municípios e a verdadeira face do Modo Petista de Governar, contrapondo nossos governos aos dos partidos de direita e de centro-direita.

84- O Partido deve estar preparado também para responder aos ataques e calúnias de nossos adversários, que, a partir de acusações forjadas, procurarão

concentrar a discussão em pequenos problemas, tentando desviar o debate sobre a gestão e o governo municipal para o campo das denúncias de supostas irregularidades em nossas administrações e/ou divergências dentro do PT.

85- As eleições serão um julgamento de dois anos de governo FHC e dos governos estaduais eleitos em 94 (inclusive os nossos); pelo menos este deve ser o nosso objetivo político. Vamos trabalhar para manter as atuais cidades que governamos, além de triplicar o número de vereadores e eleger um grande número de prefeitos em novas cidades.

86- Devemos dar uma atenção especial aos problemas surgidos nas últimas eleições, na definição da política de alianças e nas coligações para os cargos proporcionais com os partidos de esquerda e nas disputas e prévias em torno dos cargos majoritários dentro do PT. Nosso objetivo, quando fazemos alianças, não pode, e não deve ser, apenas ganhar as eleições, e sim criar condições para governar e disputar a hegemonia no município. Não podemos, assim, aceitar a política de alguns de nossos aliados, que fazem coligação com o PT com o único e exclusivo objetivo de eleger seus próprios candidatos proporcionais.

87- O DN deve preparar-se e preparar o conjunto do Partido para esta disputa de caráter nacional, tomando as seguintes medidas:

a) planejar e organizar nossa participação nas eleições, envolvendo nossos prefeitos, governadores, parlamentares, assessorias e Diretórios;

b) preparar os balanços das administrações petistas, de nossa política de alianças em nossos governos e de nossa participação em governos de outros partidos;

c) envolver o maior número de militantes na discussão desta avaliação, socializando as informações sobre nossos governos;

d) colocar na agenda do Partido a questão da política de alianças em nível municipal, o lançamento de candidatos aos cargos majoritários e a definição das cidades prioritárias. O Partido precisa enfrentar a questão das alianças com os partidos de esquerda e seus resultados na eleição de vereadores;

e) tomar como uma questão nacional o encaminhamento da sucessão nas cidades que governamos e nas cidades definidas como prioritárias pelas direções regionais ou nacional;

f) cuidar, particularmente, da política de comunicação, garantindo a todas as cidades acesso às informações sobre nossos governos e ao material básico para a propaganda no rádio e na TV, assim como da política de finanças para as eleições, definindo, em nível nacional, critérios para o recebimento de doações e para o controle democrático dos recursos das campanhas.

Desde já, o PT estabelece três objetivos para as eleições de 1996:

| consolidar o Modo Petista de Governar e ampliar nosso número de vereadores e prefeitos;

| consolidar e ampliar o campo democrático e popular;

| derrotar o governo FHC e seus aliados em nível estadual e municipal.

88- A política de alianças que o PT fará para as eleições de 1996 não pode desconhecer nossa atual experiência de governo de coalizão e nossas alianças na luta social e política contra o governo FHC e seu modelo neoliberal.

89- Reafirmamos nossa atual política de alianças apoiada na experiência da Frente Brasil Popular, composta pelo PT, PSB, PCdoB, PPS, PSTU, PCB e PV. O PDT, que tem se oposto à política neoliberal e expressado o desejo de uma aproximação com o PT, estará no nosso campo de aliança sempre que se colocar na resistência e denúncia a FHC.

90- No campo democrático-popular, as alianças não podem se resumir ao processo eleitoral, mas devem, necessariamente, ser construídas com base em compromissos programáticos de governo e de luta social.

91- O PT reafirma sua política de disputar as eleições municipais com candidaturas majoritárias, procurando eleger o maior número possível de vereadores, sem prejuízo de nossa participação em alianças e coalizões com outros partidos.

92- O PT rejeita qualquer aliança com os partidos da coalizão de centro-direita que dá apoio ao governo FHC. No caso do PMDB e PSDB, alianças pontuais com setores desses partidos só serão permitidas com base em um programa de oposição a FHC e sua política neoliberal.

93- As alianças fora do campo democrático-popular serão avaliadas e aprovadas ou não pela direção estadual respectiva, levando em consideração a realidade local e as resoluções políticas do Partido em nível nacional.

94- O Diretório Nacional convocará uma conferência no início de 1996, similar à que se realizará sobre os estatutos do PT, com o propósito de avaliar o quadro político, a nova legislação eleitoral e aprovar uma orientação sobre políticas de alianças com base nessa resolução.

CONSTRUÇÃO PARTIDÁRIA

UM NOVO MÉTODO DE DIREÇÃO

1- Na perspectiva de superar as dificuldades hoje vividas pelo Partido, não se deve transformar a avaliação do último período num ajuste de contas revanchista. Apontar os limites e erros cuja evidência, de resto, dispensam comentários, deve constituir-se em um gesto construtivo, visando sua superação. Embora a responsabilidade maior pelos erros e acertos de direção caiba à atual maioria, as minorias não podem deixar de assumir sua parte.

2- Transcorridos dois anos, verifica-se enorme distância entre a proposta vitoriosa no 8º Encontro e a realidade efetiva do Partido.

3- A nova direção, marcada pela falta de um projeto coerente e pela carência de solidariedade interna, foi incapaz de elaborar e viabilizar políticas que permitissem ao Partido superar os seus impasses organizativos e políticos. A situação, que em 1993 já era preocupante, agravou-se.

4- A tendência à burocratização, à primazia da luta interna sobre a luta política e social contra nossos adversários, a desconfiança e suspeição generalizadas, afastaram ainda mais o Partido da vida e da agenda real de nosso povo.

5- O Diretório Nacional eleito neste Encontro abrirá debates, visando combater os riscos do burocratismo, sobre os seguintes temas:

I) Regulamentação de mandatos parlamentares e executivos, normas para rodízio de ocupantes de cargos públicos e para limitação de reeleição;

II) Regulamentação de processos de eleição, reeleição e rodízio de dirigentes partidários, bem como do exercício dos mandatos;

III) Exame e formulação de princípios, critérios e normas para regulamentar contratação, regulamentação e trabalho de dirigentes profissionalizados, assessores e funcionários, em todos os níveis e em todas as esferas da atividade partidária.

6- Sem deixar de reconhecer esforços e empenho de muitos, é necessário registrar que, em vários momentos, os interesses pessoais ou de agrupamentos tiveram primazia sobre o projeto coletivo do PT. Tanto no que diz respeito ao conteúdo político quanto no que se refere à disponibilidade de tempo e dedicação às tarefas.

7- Neste sentido, a montagem da nova direção deve ser encarada com a máxima seriedade, com vistas a constituir uma verdadeira equipe dirigente, capaz de coesionar e impulsionar o Partido neste momento de travessia.

8- Prioridade efetiva à tarefa de direção; capacidade de projetar e executar ações políticas; solidariedade com as decisões coletivas; visibilidade dos dirigentes, combinada com forte organicidade, são algumas das características necessárias para que a nova direção cumpra seu papel.

9- O modo como hoje se constrói a direção é federativo e frequentemente irracional. Ele soma a representação das tendências internas, mas não expressa a inserção social do PT, nem corresponde, como deveria, às tarefas concretas que a direção terá que desempenhar. Ou seja, as regras estabelecidas para assegurar a democracia – que é fundamental e deve ser preservada – não garantem uma direção à altura da necessidade.

10- É preciso que o núcleo dirigente expresse a inserção que o PT possui nas lutas sociais e nos movimentos organizados, assim como na oposição institucional e nos governos de esquerda. É preciso encontrar uma fórmula para que a direção seja um coletivo de fato, representativo das diferentes correntes internas e que, ao mesmo tempo, cada representante de corrente seja escolhido de acordo com um projeto de trabalho do Partido (e não apenas de sua corrente) para o período de gestão e tenha, como petista, dedicação prioritária ao seu papel dirigente e responsabilidades adequadas à sua experiência ou especialidade.

DAR DIREÇÃO AO PT

11- Para atingir os objetivos aprovados neste 10º Encontro, nosso Partido precisa superar sua crise de governabilidade e constituir uma direção que seja representativa, que constitua expressão da base social e eleitoral do Partido, que tenha um caráter nacional, para além das tendências. A nova direção tem que superar esta crise de governabilidade, tomando decisões, executando a política deliberada pelas instâncias democráticas do Partido, restabelecendo as relações entre as diferentes instâncias partidárias, principalmente entre o DN (que, em três reuniões consecutivas, em 1995, não conseguiu quórum) e a CEN, e entre esta e as bancadas parlamentares e governantes petistas.

12- A governabilidade do PT está ligada a um processo democrático de tomada de decisões, que também veja o Partido para além de suas tendências e consulte o coletivo sobre decisões políticas importantes, não apenas suas instân-

cias, mas também setores do movimento social, lideranças da juventude, intelectuais, empresários petistas, dando legitimidade e eficácia às decisões do Partido.

13- Também já é hora de estabilizarmos as relações entre o DN e os DR, através da criação de regionais do DN e de uma política de viagens dos membros da CEN, de parlamentares e lideranças do Partido aos estados. Estas relações devem ser democráticas e os DR devem ser consultados sobre a política nacional do Partido, o mesmo valendo para nossos prefeitos, governadores e parlamentares, que devem ser ouvidos através dos fóruns recém-criados pela SNAI.

14- A governabilidade do Partido depende da constituição de uma direção que tenha legitimidade e autoridade políticas e seja capaz de formar maiorias para tomar decisões e executá-las. Esta governabilidade só será legítima se a minoria acatar e implementar as decisões tomadas pelas instâncias partidárias e a maioria respeitar os direitos das minorias.

POLÍTICA DE COMUNICAÇÕES

15- A luta pela democratização dos meios de comunicação exige ousadia para criação e sustentação de meios alternativos.

Completamos 15 anos de vida. Este é um momento de reafirmar o desafio de consolidar um jornal nacional, capaz de coesionar os milhares de petistas, ativistas dos movimentos sociais e democratas, espalhados num país imenso e com enormes disparidades regionais, ou ficaremos sempre à mercê das versões da grande imprensa. Precisamos avançar na sustentação de uma imprensa democrática, objetivando um jornal diário.

16 - Qualquer decisão sobre o jornal *Brasil Agora* deve passar por uma ampla consulta partidária, mas sua continuidade está na dependência de sua profissionalização e autossustentação através da venda de assinaturas, o que só acontecerá se o jornal atender às expectativas de seu público, os filiados do PT, todos aqueles que estão em nosso campo político-cultural e ainda o público ávido por uma publicação independente da grande imprensa.

17 - Este Encontro reconhece que a revista *Teoria & Debate* se firmou como uma revista de alcance nacional e decide que o Diretório Nacional buscará acordo com o Diretório Estadual de São Paulo para nacionalizar e bimestralizar a *Teoria & Debate*.

18- A Secretaria Nacional de Comunicação buscará junto com o Linha Direta, de São Paulo, e demais experiências estaduais, construir um instru-

mento que, ao mesmo tempo que as preserva, produzirá uma outra, que contribuirá para suprir as deficiências de comunicação em várias regiões do país.

19- É necessário constituir uma eficiente assessoria de imprensa para os dirigentes e lideranças do Partido.

20- A primeira tarefa da nova direção é a completa instalação de um sistema de ligação via fax entre os diretórios, bancadas e demais instâncias do Partido e a criação de uma mala direta com uma carta mensal ao filiado.

21- O monopólio das comunicações talvez seja um dos principais empecilhos à disputa do projeto petista de sociedade, e contra este temos nos indignado. O PT sempre tem colocado a necessidade de lutarmos pela democracia nos meios de comunicação. No entanto, devemos reconhecer que o PT, até aqui, ressentiu-se de uma política clara e ofensiva sobre esta questão. Por outro lado, desenvolvem-se na sociedade iniciativas comunitárias pela democratização das comunicações. Trata-se das inúmeras rádios livres que vêm sendo criadas, confrontando o poder público como forma de ampliar o direito da população à comunicação. No entanto, pouquíssima tem sido a participação dos petistas, particularmente de seus jornalistas, jovens e sindicalistas.

Trata-se de lutar também para que as prefeituras criem canais de TV UHF.

O PT não pode mais manter-se aquém de suas responsabilidades. Cabe ao Partido assumir esta luta como prioritária; estimular e orientar os petistas a se engajarem na campanha pela generalização das rádios livres em todos os estados brasileiros. Sendo assim, o 10º Encontro Nacional do PT delibera:

a) o PT reconhece a legitimidade das rádios livres como instrumentos que materializam o direito de informação da população;

b) as rádios livres e comunitárias são instrumentos concretos capazes de disputar parcialmente o espaço ocupado pelo monopólio das comunicações;

c) todos os Diretórios Regionais devem criar condições para que os petistas assumam a luta pelas rádios livres;

d) a Secretaria Nacional de Comunicação deve articular, urgentemente, o Partido para elaborar uma política para o movimento de rádios livres.

POR UMA POLÍTICA DE FINANÇAS DEMOCRÁTICA E TRANSPARENTE

22- A questão financeira nunca foi tratada pelo conjunto da direção nacional, emesmo pela CEN, como prioridade e com a importância que merece, já que, além de garantir a independência do PT, é condição indispensável

para atingirmos nossos objetivos como Partido. A fragilidade da estrutura de organização, comunicação, administrativa e de assessoria do DN tem origem, inicialmente, na falta de recursos financeiros. O mesmo acontece com nossas campanhas políticas, que muitas vezes não saem do papel por falta de recursos e, especialmente, com nossas campanhas eleitorais.

23- É evidente que o maior capital do PT, construído ao longo de 15 anos, são seus filiados, sua militância e simpatizantes, sua marca e nome com credibilidade e excelente imagem junto a uma expressiva parcela da sociedade. Um partido com dezenas de milhares de militantes e milhões de simpatizantes possui amplas condições de autossustentação financeira, através das contribuições diretas e regulares e de campanhas de arrecadação entre simpatizantes do PT.

24- No entanto, também é uma realidade a fragilidade de nossa política de finanças, voluntarista, esporádica, sem continuidade, sem planejamento e controle e, muitas vezes, confundindo politização com amadorismo, numa atividade que precisa ser profissional ao máximo.

25- A última campanha eleitoral e os últimos dois anos são um retrato da ausência de uma política de arrecadação de recursos por parte da direção nacional de nosso Partido, e o preço que pagamos foi caro, principalmente no caso das doações das empreiteiras.

26- O Partido deve, junto com sua bancada no Congresso Nacional, articular a aprovação da nova lei dos partidos, que aumenta a dotação do Fundo Partidário, garantindo uma fonte de financiamento público às atividades dos partidos políticos, além de lutar a favor de mudanças na legislação eleitoral para pôr fim à atual forma de doações sem controle, limites e transparência.

O PT definirá e tornará público, já para as próximas eleições, seus próprios critérios, limites e formas de receber doações.

27- A nova direção deve visar a implantação no Partido do orçamento participativo, cuja regulamentação constará no novo Estatuto e Regimento do Partido, e a descentralização dos recursos visando os estados e regiões mais pobres. A nova direção deverá priorizar as seguintes ações de arrecadação:

a) a partir da campanha de filiação e refiliação, cadastrar os filiados com dados socioeconômicos, para uma política de arrecadação financeira anual, que atinja a curto prazo 200 mil filiados em todo o país que, com sua contribuição anual, receberão a carteira de filiado do PT;

b) venda de material promocional do PT;

c) venda de assinaturas de jornais, boletins e revistas do Partido;

- d) cartão de crédito do PT;
- e) eventos com finalidade de arrecadar fundos (shows, seminários, debates, festas, rifas etc.);
- f) doações.

28- O orçamento participativo dentro do Partido é a garantia de uma nova política, não apenas de arrecadação, mas também de aplicação dos recursos através da participação das instâncias petistas na definição do orçamento, em seu acompanhamento e execução, na prestação de contas mensal, com realização de auditorias periódicas e uma eficiente aplicação dos recursos por meio da contratação de serviços com qualidade, funcionários qualificados e adequadamente remunerados e permanentemente avaliados.

29- O Partido precisa ter a coragem de profissionalizar o processo de arrecadação de recursos, sob pena de não sair da situação atual, onde impera o amadorismo e a falta de recursos, num verdadeiro círculo vicioso.

30- Chegou a hora de o PT ousar na área financeira. Na situação atual, a falta de recursos inviabiliza uma política de finanças, deixando de lado um potencial de mais de 500 mil filiados, inviabilizando a comunicação política com eles, marginalizando-os das atividades partidárias, impedindo que contribuam para a definição de nossas políticas.

INTERIORIZAR O PARTIDO

31- Já é hora de interiorizar o Partido no país, sair das promessas e concretizar uma descentralização política, administrativa e financeira do PT, não apenas na criação de escritórios regionais, com condições humanas e materiais, mas também com a retomada das caravanas, de um plano de criação de Diretórios e de realização de atividades do Partido (reuniões do DN, Encontros e seminários), não somente em São Paulo e em Brasília, mas também em outros estados e regiões.

RETOMAR A CAMPANHA DE FILIAÇÃO E REFILIAÇÃO

32- Devemos retomar a Campanha de Filiação e Refiliação de forma politizada e organizada, combinando-a com a implantação do Partido nas cidades onde não temos Diretórios. O objetivo da campanha é revisitar os 700 mil filiados históricos do PT e, em um ano, atingir 200 mil no Cadastro Nacional Unificado até implementá-la em toda a sua potencialidade. O

objetivo é, a partir desta Campanha, organizar a mala direta e a contribuição dos filiados em nível nacional.

RESPEITO À MILITÂNCIA, NUCLEAÇÃO E FORMAÇÃO POLÍTICA

33- É nosso objetivo dar à militância acesso às informações políticas, participação nas decisões e condições políticas para a nucleação, além do acesso à formação, não a partir de cartilhas ou vestibulares de filiação, mas na ação política nos movimentos e na participação no debate sobre as políticas do Partido em nível nacional e internacional, além da atuação local, particularmente nos governos e no Legislativo. É no debate dos problemas dos trabalhadores, dos movimentos, da economia, do país e da política do Partido que se faz a verdadeira formação política. Deve ser dado um destaque especial às atividades culturais na formação de nossa militância.

A participação efetiva de milhares de militantes petistas nos núcleos é passo fundamental não só para resgatar nossas relações com os movimentos sociais, mas também para contribuir com a democracia interna, o que pressupõe condições de formação e informação à militância, evitando-se ainda a participação restrita aos períodos pré-encontros.

A democracia partidária só existe plenamente quando há capacitação política dos militantes. A democracia interna tem que se materializar no acesso de todo militante à informação e à formação. O 10º Encontro Nacional reafirma que o PT reserva 10% do seu orçamento para as tarefas de formação e que o DN, no prazo de 90 dias, analise e delibere sobre a política de formação permanente no Partido, inclusive sobre a criação da Escola de Formação do Partido dos Trabalhadores.

ABRIR OS DIRETÓRIOS E NÚCLEOS PARA A SOCIEDADE

34- Devemos abandonar a política internista que predomina hoje e a atenção exclusiva às atividades eleitorais, devolvendo aos Diretórios uma vida social e cultural ligadas à comunidade e aos movimentos associativos, culturais e de solidariedade que existem na sociedade. Os Diretórios devem ser um espaço social e cultural para a comunidade e um ponto de apoio para suas lutas e reivindicações.

ORGANIZAÇÃO DOS ENCONTROS

35- A reunião do Diretório Nacional, que deliberará sobre o Estatuto e o Regimento, regulamentará os encontros partidários, para que as instâncias de direção possam invalidar Encontros quando verificarem irregularidades graves.

36- O organismo partidário organizador do Encontro procurará facilitar a plena participação de todos os filiados, sem qualquer distinção, providenciando, de forma adequada, convocação, mobilização, transporte, alimentação, creche, debates e votação.

37- A organização, dinâmica e horários de Encontros não impedirão ou dificultarão a livre discussão, por todos os participantes, de todos os assuntos em pauta.

38- O organismo partidário organizador do Encontro tomará as medidas de modo a impedir qualquer forma de constrangimento à livre e legítima participação dos filiados, não permitindo o abuso do poder econômico na mobilização, no transporte e na alimentação de participantes e delegados. Os infratores, de chapas ou candidatos, terão seus registros cancelados e serão submetidos a penalidades estatutárias.

OBSERVAÇÃO:

Conforme deliberação do 10º Encontro Nacional, as emendas apresentadas relativas a Estatuto e Regimento Interno serão remetidas para a reunião de dezembro do Diretório Nacional. São relativas a:

- I- Orçamento participativo também no PT;
- II- Eleição do presidente dos Diretórios do Partido;
- III- Grau de autonomia da organização da Juventude;
- IV- Setoriais com representação na Comissão Executiva;
- V- Comissão Nacional de Assuntos Educacionais passar a ser Secretaria.

O PT E OS MOVIMENTOS SOCIAIS

OS INSTRUMENTOS DE AÇÃO

1- Na atual conjuntura, as elites se unificaram em torno de alguns pressupostos básicos do projeto neoliberal e deram formato a uma maioria expressiva dentro do Parlamento, isolando os setores sociais e políticos que a eles se opõem e impondo a desarticulação dos alicerces econômicos que podem dar sustentação a um projeto nacional para o Brasil.

Os movimentos sociais que se opõem aos projetos de ajuste são fatores fundamentais para organizar uma reação. É papel do PT vincular-se a estes movimentos e contribuir para organizar estas lutas.

É necessário estreitarmos de vez, do ponto de vista partidário, as ações entre os militantes petistas do movimento sindical e popular, das cidades e do campo. O espaço político do PT na sociedade brasileira é determinado, em larga medida, pelo vigor dos movimentos sociais e pela qualidade dos laços que o Partido conseguir manter com eles. O sentido da ação política do PT é inseparável dos movimentos sociais que o geraram e da perspectiva de forçar novos espaços de participação popular e de reafirmar-se como espaço político dos excluídos.

2- A ação partidária nos movimentos sociais deve ter lugar obrigatório na vida interna do PT. Não se trata apenas de discutir a situação dos movimentos e a solidariedade do Partido para com eles; nem se trata somente da discussão das pautas reivindicatórias dos movimentos. O PT deve ter como meta dirigir politicamente a ação dos petistas nos movimentos sociais, assumindo, como Partido, o que hoje é feito pelas tendências do PT, principalmente no movimento sindical. É preciso institucionalizar nos Encontros – Nacional, estaduais e municipais – o espaço adequado para a realização deste debate, ocupando parte substancial do espaço que hoje é consumido para a discussão das táticas eleitorais. Para vertebrar sua ação, o PT deve definir com clareza os papéis dos organismos partidários responsáveis pela formulação das políticas e direção da ação concreta e cotidiana dos petistas nos movimentos de massa.

3- A disputa pelo destino de nossas cidades não deve ser tarefa apenas do movimento popular. A questão agrária não deve ser tratada em separado da questão urbana. A luta pelo salário, desenvolvida nos sindicatos e nas fábricas, deve ser somada à luta por condições de vida das associações comunitárias e dos bairros.

A construção de identidades, a luta contra as discriminações, preconceitos e desigualdades não pode ser coisa de mulher, índio, idosos, portadores de deficiência ou de homossexuais. Nossas ações devem ser globalizadas, o que se faz em três níveis: através da adequação entre as políticas setoriais e a política geral do Partido; através da discussão, pelo Partido, de cada uma das políticas setoriais; e, no plano da organização, a criação de instâncias partidárias adequadas a estes objetivos.

4- Cabe aos Encontros partidários (municipais, estaduais e Nacional) aprovar as linhas de massa do Partido: sindical, popular, agrária, estudantil etc. Cabe aos Encontros setoriais, em todos os níveis, discutir e propor ao Partido tais linhas. Estas linhas orientam a ação geral de cada petista, nos movimentos, e a ação do Partido frente a tais movimentos (a decisão de que o PT defende, no movimento sindical, a participação na CUT e na Central de Movimentos Populares, por exemplo, é obrigatória e universal).

5- Cabe à direção partidária, em todos os níveis, discutir e definir qual a política concreta, em cada momento, do Partido para os movimentos. Cabe às coordenações setoriais, em todos os níveis, discutir e propor ao Partido tais políticas, garantindo a sua efetivação prática.

6- Os Encontros setoriais, além de discutirem a política setorial do Partido e elegerem sua coordenação respectiva, elegem também delegados aos Encontros partidários e membros para as direções, valendo para os encontros setoriais as mesmas regras de proporcionalidade e quórum do conjunto do Partido, exceção feita aos casos previstos no Regimento.

7- O conjunto de secretários responsáveis por frentes de massa, mais os coordenadores-gerais dos setoriais e o secretário de Assuntos Institucionais, forma um fórum partidário permanente (Frente de Massas). Cabe a este fórum organizar, ainda no segundo semestre de 1995, um Encontro de Prefeitos e bancada, juntamente com lideranças petistas dos movimentos sociais, a fim de discutir e encaminhar políticas conjuntas.

8- A constituição das Secretarias Sindical, Agrária, de Movimentos Populares e Juventude como organismos formuladores e executores das políticas do Partido dentro dos movimentos de massa, contando com os recursos humanos e materiais para isso, é indispensável.

As instâncias diretivas do PT nos últimos anos não têm cumprido sua tarefa essencial, qual seja, a de dirigir o Partido. Em grande medida, as decisões políticas tomadas pelo Diretório Nacional e pela Executiva Nacional não se convertem em ação política efetiva porque os canais para essa efetivação não funcionam adequadamente. O resultado é a paralisia política do principal partido de oposição ao projeto neoliberal, incapaz de traduzir em fatos as deliberações que toma.

9- Não é mais possível aceitar o DN como uma espécie de parlamento que não assume qualquer compromisso efetivo com aquilo que decide, nem tolerar dirigentes que ocupam uma cadeira do DN mas não assumem qualquer função efetiva de dirigente nacional ao regressar ao seu estado. Convidar os principais dirigentes petistas das organizações populares de caráter nacional para participar das reuniões do DN e comprometer seus membros com a efetividade das decisões que votam é condição indispensável para garantir maior sensibilidade do Partido com as lutas sociais e a representatividade necessária para que os escalões intermediários e as bases partidárias traduzam resoluções em fatos. Colaborando com isso, é fundamental um efetivo trabalho de formação política.

10- A construção de uma agenda política própria dos movimentos de massas não pode estar submetida às exigências dos momentos eleitorais. Nem, tampouco, deve ser previamente limitada por aquilo que nossos governos considerem “possível” numa determinada conjuntura. Essa agenda política deve levar em conta nossas atividades institucionais (nos parlamentos e governos), mas deve estar baseada na capacidade de mobilização e pressão próprias dos movimentos sociais.

11- Cabe ao PT construir essa agenda. Para isso não basta que as reivindicações de cada movimento sejam unificadas em bandeiras nacionais, que tenham ampla visibilidade e capacidade de mobilização. É preciso que o Partido seja capaz de propor aos movimentos objetivos que, mesmo não fazendo parte das suas reivindicações específicas, possam ser capazes de articular suas necessidades com as necessidades do conjunto dos setores democráticos e populares.

A AÇÃO POLÍTICA DA NOVA DIREÇÃO

SECRETARIA AGRÁRIA

12- A exigência da reforma agrária, como condição necessária à construção de uma sociedade democrática no Brasil, constitui-se no eixo central

das políticas do PT para o campo. Seja como instrumento ágil de distribuição de renda, de terra, geração de empregos a baixo custo, como política de combate à violência contra os trabalhadores rurais, seja como condição básica de acesso de milhões de trabalhadores ao exercício da cidadania.

13- O PT reforçará, com a ação de seus militantes no campo, todos os processos unificados de lutas, a exemplo do que ocorreu no 2º Grito da Terra Brasil, como forma de resistir à política de FHC para o setor agrícola e oferecer uma perspectiva de desenvolvimento sustentável para a agricultura brasileira, do ponto de vista dos trabalhadores: os sem-terra, os assalariados rurais, os posseiros, os extrativistas, os pequenos e médios proprietários rurais.

Para isso deve existir um estreito vínculo entre os dirigentes e militantes do PT nos estados com as lutas do movimento sindical (CUT, Contag, Federações), MST – Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra, MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens e o Movimento das Mulheres Agricultoras.

14- A política de mobilização e organização da Secretaria Agrária estará voltada, prioritariamente, para os municípios, para as regiões, para os movimentos, procurando sempre aproveitar as demandas colhidas durante as Caravanas da Cidadania.

15- Continuará com sua política de articular e estreitar as relações com as bancadas federal e estaduais, como se traduziu, em nível federal, na constituição do Núcleo Agrário da bancada, exemplo de relação Partido e bancada.

16- O PT, através de suas Secretarias Agrárias, manterá sua clara opção pelos excluídos (sem-terra, posseiros, extrativistas, assalariados rurais e pequenos produtores familiares) em sua ação partidária, tanto nas atividades parlamentares como no apoio às lutas sociais. Nossa ação é dirigida contra o governo e, além dele, contra os concentradores de terras, que não produzem, sonham impostos, devem e caloteiam o Estado e praticam violência contra os trabalhadores rurais. Contra estes devemos centrar nossa ação, através de denúncias, projetos de leis e mobilizações.

17- A SAN deverá, em conjunto com a SNAI, criar canais específicos para articular as Secretarias de Agricultura das administrações petistas, na esfera estadual e municipal, com o objetivo de trocar experiências e aprofundar suas políticas para a agricultura.

18- O conjunto de políticas do governo FHC para a agricultura tem levado à quebra generalizada de vários setores e à destruição pura e simples da pequena agricultura familiar.

O PT convocará sua militância em todos os movimentos com ação no meio rural para, junto com amplos setores da sociedade civil, levantar uma campanha em defesa da pequena agricultura familiar, de revitalização econômica das pequenas e médias cidades baseada na economia agrícola e agroindustrial, como forma de deter o êxodo rural, oferecer novas oportunidades de emprego e evitar a quebra de prefeituras.

Esta campanha terá como alvos principais as políticas de preços agrícolas, de crédito (lutando por uma situação justa que puna os caloteiros e negocie com os verdadeiros produtores, escorchados pela política de juros), a política cambial e as alíquotas de importação de produtos agrícolas subsidiados em seus países de origem.

19- O PT, através da Secretaria Agrária Nacional e de sua bancada na Câmara Federal, priorizará o apoio político e orgânico à ação da Comissão da Agricultura e Política Rural da Câmara dos Deputados, presidida pelo Partido, como forma de democratizar aquele espaço institucional, tradicionalmente cativo dos interesses dos grandes proprietários de terras, e convertê-lo numa instituição plural, que dê lugar ao debate e torne as decisões relativas aos interesses das maiorias, que de fato produzem os alimentos necessários à sociedade e mantêm a agricultura brasileira.

SECRETARIA SINDICAL

20- É contraditório, para um partido fundado a partir dos movimentos sociais, não possuir uma linha sindical clara, após 15 anos. A última experiência nesse sentido aconteceu há dez anos (1986) e, não sendo atualizada, rediscutida, não operou o necessário, sendo hoje apenas uma parte da memória do PT. Considerando que o nosso Partido tem sua principal base social no movimento sindical, e sendo um partido que defende a bandeira do socialismo, voltado, portanto, às grandes transformações que o país carece, abrir a discussão objetivando a construção de uma linha sindical para o PT se torna prioridade.

21- Nesse sentido, a partir da discussão acumulada no Seminário Nacional dos Movimentos Sociais, promovido pela CEN, em abril de 95, é fundamental que o 10º Encontro delibere os rumos que seguiremos, a partir de resoluções concretas, (re)iniciando assim o nosso caminho rumo à atualização da nossa linha sindical, que oriente a nossa militância sindical nos duros embates propostos pela atual conjuntura.

22- Ter um projeto para toda a sociedade não significa a diluição nas instituições da sociedade civil, e sim ter políticas claras de nelas intervirmos, até porque a decantada sociedade é composta majoritariamente pelos excluídos. Afinal, “nós somos quase todos, eles apenas alguns”.

23- Portanto, a linha sindical do PT, antes de ser uma camisa de força para o movimento, necessita ser a política que orientará o sindicalismo, no sentido de engajá-lo ativamente no projeto democrático e popular proposto pelo Partido, que se contrapõe frontalmente ao projeto das elites, hoje afirmado no ideário neoliberal.

24- O Partido não pode continuar como mero observador do atual quadro colocado. Seu papel dirigente deve ser retomado e, para que isso aconteça, se faz necessário retomar os fóruns de participação dos sindicalistas no PT, articulando-os com as demais secretarias de massas. Assim, é preciso fortalecer as Secretarias Estaduais e Nacional, que devem funcionar enquanto coletivos plurais, para que possam traduzir as políticas gerais do PT no movimento, trazendo para o Partido não apenas as demandas, mas principalmente as práticas por ele produzidas, que representam o concreto, a vida. Portanto, as referidas Secretarias devem ter as seguintes atribuições:

a) fórum de articulação dos sindicalistas petistas, no sentido de garantir a nossa unidade política no movimento; b) espaço de articulação e discussão das políticas do Partido para o movimento e vice-versa; c) elemento de ligação movimento-bancada-administrações¹.

26- Realizar um Encontro Sindical Nacional ainda neste semestre, objetivando atualizar a nossa linha sindical. O Encontro deverá ser precedido de um seminário nacional, que abrirá a discussão, encaminhando para os estados as questões políticas divergentes que careçam de aprofundamento/ conhecimento das nossas bases sindicais.

27- Superar os problemas de comunicação, construindo uma imprensa ágil, que discuta e oriente os sindicalistas na sua militância diária.

SECRETARIA DE MOVIMENTOS POPULARES

28- O modelo de desenvolvimento vigente durante a Ditadura Militar produziu a exclusão de uma enorme parcela do povo brasileiro. A crise deste modelo, com impactos na atividade econômica e na qualidade e extensão dos serviços prestados pelo Estado, ampliou a massa de excluídos, total ou

1. O ponto 25, não existente na publicação original, está contido no ponto 24, conforme adendo publicado ao 10º Encontro.

parcialmente, do trabalho e da cidadania. A introdução do neoliberalismo aprofundou este fenômeno.

É a partir destes fenômenos estruturais que, nos últimos 20 anos, surgiram e se desenvolveram centenas de movimentos sociais em torno de diversos temas, como a questão urbana, a saúde, a educação, entre outros.

29- Certos setores sociais foram mais atingidos pela exclusão social: as mulheres, os negros, os índios, os portadores de deficiência. Esses setores, vítimas de uma opressão histórica, viram-se ainda mais penalizados pela crise econômica e social, sofrendo mais que os outros os efeitos culturais da crise (a perda de solidariedade, a violência sexual, policial, familiar). Por outro lado, foram nesses 20 anos que se consolidaram, nesses setores sociais, movimentos vinculados à defesa de seus direitos específicos.

30- Milhões de brasileiros encontram-se à margem de quaisquer movimentos organizados. Outros milhões articulam-se em torno de entidades culturais, recreativas, religiosas. Mesmo quando manipuladas pelos governos, pela mídia ou pelo crime organizado, estas entidades convertem-se em espaços de resistência comunitária.

31- A Secretaria de Movimentos Populares visa organizar a ação destes setores sociais em torno de propostas e lutas por seus direitos; por políticas públicas como saúde, educação, moradia, transporte; pela sua afirmação cultural, sexual, religiosa, étnica etc. A ação partidária contribui para vincular estes objetivos imediatos aos propósitos históricos de luta contra a exploração e a dominação.

32- As Secretarias de Movimentos Populares, Agrária, Sindical, e as demais frentes de massa, estabelecerão canais permanentes de comunicação com os movimentos sociais, para ter uma ação articulada e de continuidade, que acumule e faça avançar os movimentos sociais do ponto de vista político e orgânico.

33- Nessa perspectiva, cabe à Secretaria de Movimentos Populares:

a) incorporar a temática dos movimentos populares à pauta dos Encontros e das direções partidárias;

b) colaborar com o processo de formulação da política partidária para os movimentos populares;

c) acompanhar e criar, onde não houver, Secretarias Estaduais e Municipais de movimentos populares;

d) acompanhar, ou estimular a criação, dos setoriais e núcleos de movimentos;

e) unificar a intervenção petista nos movimentos, em particular na Central de Movimentos Populares;

f) desenvolver, em conjunto com a SNFP, uma política específica de formação para a militância dos movimentos populares;

g) desenvolver uma política de comunicação, seja interna (através de informativo específico e de espaço regular na imprensa partidária), seja através do estímulo à criação de mecanismos próprios de comunicação dos movimentos (com destaque para meios de comunicação massivos, a começar pelas rádios livres dos próprios movimentos);

h) realizar a interligação entre os setoriais, as demais frentes de ação do PT e o conjunto da direção partidária;

i) reunir regularmente os parlamentares com atuação ou base principal junto aos movimentos populares, para discutir a ação partidária, evitando assim a criação de indesejáveis instâncias paralelas vinculadas aos mandatos;

j) manter relação cotidiana com as entidades de massa e da sociedade civil afins aos temas e lutas dos movimentos populares.

34- Tendo em vista a ofensiva desenvolvida pelo governo FHC, através do Programa Comunidade Solidária, caberá à Secretaria de Movimentos Populares desenvolver um trabalho permanente de esclarecimento e denúncia do Comunidade Solidária, além de propor e colaborar na execução de uma ação de conjunto do Partido contra esta política de cooptação desenvolvida pelo governo.

A referência para a atuação afirmativa dos petistas nesta área deve-se pautar no projeto do PNSE (Programa Nacional de Segurança Alimentar), no MEE (Mais e Melhores Empregos), no Programa de Renda Mínima e em outros que buscam mecanismos efetivos de mudanças nas causas da miséria e da fome.

OBSERVAÇÃO:

A implementação de todas as propostas destas e das demais resoluções referentes a comunicação, assim como as propostas de seminários e Encontros e outras que impliquem despesas, estará condicionada ao planejamento geral das atividades do Diretório Nacional e à consolidação do orçamento partidário.

RESOLUÇÃO SOBRE OS PETISTAS E O COMUNIDADE SOLIDÁRIA

1- O 10º Encontro Nacional orienta os governos, os parlamentares e os filiados petistas a combaterem o Programa Comunidade Solidária, a efeti-

varem uma crítica de fundo, pois, na verdade, traduz-se em instrumento de cooptação política do governo federal, objetiva a subordinação de lideranças e movimentos populares e sociais, pretende submeter tais movimentos a uma condição de adesismo forçado ao governo FHC e está sendo usado como instrumento de caráter eleitoreiro.

Os governos do PT devem ter como ponto de partida e objetivo estabelecerem relações diretas com os Ministérios, para obterem seus recursos, quando de interesse público.

De outra parte, cabe à CEN e à SNAI encaminharem a discussão com aquelas administrações petistas que, por razões de gestão, forem compelidas a manter parceria com o Programa Comunidade Solidária.

2- Tendo em vista a presença de petistas no Conselho Nacional do Programa Comunidade Solidária, o 10º Encontro Nacional decide solicitar a estes militantes que se desliguem imediatamente do Programa Comunidade Solidária. Caso não o façam, o 10º Encontro considera incompatíveis a colaboração com este programa estratégico para o governo FHC e a condição de filiado.

7º DIRETÓRIO NACIONAL

(85 MEMBROS)

ELEITO NO 10º ENCONTRO NACIONAL, REALIZADO EM GUARAPARI/ES,
ENTRE OS DIAS 18 E 20 DE AGOSTO DE 1995.

Líder/Senado Federal: *	Geraldo Pastana PA
Líder/Câmara dos Deputados: **	Gilberto Carvalho SP
Presidente José Dirceu SP	Gleisi Hofman Toscan PR
Adeli Sell RS	Hamilton Pereira da Silva GO
Aloízio Mercadante Oliva SP	Haroldo Sabóia MA
Ângela Guadagnin SP	Heloísa Helena Lima de Moraes Carvalho AL
Antonio Palocci Filho SP	Henrique de Oliveira Bizotto MG
Arlindo Chinaglia SP	Humberto Sérgio Costa PE
Benedita da Silva RJ	Iriny Lopes ES
Benildes Maria Rodrigues MT	Ivan Valente SP
Brice Bragato ES	Joana D'Arc Carvalho Guimarães MG
Bruno Maranhão PE	João Alfredo Telles Melo CE
Cândido Vaccarezza SP	João Machado SP
Clara Ant SP	Joaquim Soriano SP
Daniel Pereira RO	Jorge Almeida BA
David Capistrano Filho SP	Jorge Branco RS
Delúbio Soares de Castro GO	Jorge Samek PR
Domingos Dutra MA	José Avenzoar Arruda das Neves PB
Elisa Maria Ferreira RJ	José Eduardo Dutra SE
Érika Rocha da Silva DF	José Genoino SP
Fernando Dantas Ferro PE	José Juca Alves ES
Francisco Machado DF	José Machado SP
Francisco Rocha da Silva SP	José Nobre Guimarães CE
Gabriel dos Santos Rocha MG	Josias Gomes da Silva BA

* Líder da Bancada no Senado Federal: 1995 – Eduardo Suplicy (SP); 1996 e 1997 – José Eduardo Dutra (SE).

** Líder da Bancada na Câmara dos Deputados: 1995 – Jacques Wagner (BA); 1996 – Sandra Starling (MG); 1997 – José Machado (SP).

Laércio Barbosa | RS
Lauro Marcondes | SP
Lene Teixeira de S. Gonçalves | MG
Luci Choinaski | SC
Luiz Eduardo Greenhalgh | SP
Luiz Inácio Lula da Silva | SP
Luiz Soares Dulci | MG
Luiza Erundina | SP
Marco Aurélio Garcia | SP
Maria do Rosário Caiafa Farias | MG
Maria Regina Sousa | PI
Marina Silva de Souza | AC
Markus Sokol | SP
Nalu Faria Silva | SP
Neide Aparecida da Silva | SP
Olívio Dutra | RS
Patrus Ananias de Sousa | MG
Pedro Celso | DF
Perly Cipriano | ES
Perseu Abramo | SP
Plínio de Arruda Sampaio | SP
Raul Pont | RS
Renato Simões | SP
Ricardo Berzoini | SP
Roberto Gouveia | SP
Ronald Rocha | MG
Rui Falcão | SP
Sávio Bones | MG
Sônia Hypólito | SP
Soraya Rodrigues Chaves | GO
Sumara Oliveira Ribeiro | MG
Tarso Genro | RS
Telma de Souza | SP
Valmir Assunção | BA
Vera Gomes | PE

Vicente Trevas | SP
Virgílio Guimarães de Paula | MG
Vitória Cancelli | SP

Fonte: Caderno de Resoluções do 10º Encontro Nacional do PT.

COMISSÃO EXECUTIVA NACIONAL

APROVADA EM REUNIÃO DO DIRETÓRIO NACIONAL
DE 28 E 29 DE OUTUBRO DE 1995

Presidente | José Dirceu | SP
Líder/Senado Federal*
Líder/Câmara dos Deputados**
1º vice-presidente | Luiz Soares Dulci | MG
2º vice-presidente | José Genoíno | SP
3º vice-presidente | Aloízio Mercadante | SP
Secretário Geral | Cândido Vaccarezza | SP
Secretário de Organização | Francisco Rocha da Silva | SP
Secretária de Finanças | Clara Ant | SP
Secretária de Assuntos Institucionais | Telma de Souza | SP
Secretário de Relações Internacionais | Marco Aurélio Garcia | SP
Secretário de Formação Política | Perseu Abramo | SP
Secretário Agrário | Geraldo Pastana | PA
Secretária de Movimentos Populares | Maria do Rosário Caiafa | MG
Secretário Sindical | Delúbio Soares | SP
Secretário de Comunicação e Cultura | Gilberto Carvalho | SP
Secretária de Meio Ambiente | Marina Silva de Souza | AC
 | Luíza Erundina | SP
 | Benedita da Silva | RJ
 | José Juca Alves | ES

OUTRAS SECRETARIAS NACIONAIS

Titulares têm assento na Comissão Executiva Nacional, com direito à voz.

* Líder da Bancada no Senado Federal: 1995 – Eduardo Suplicy (SP); 1996 e 1997 – José Eduardo Dutra (SE).

** Líder da Bancada na Câmara dos Deputados: 1995 – Jacques Wagner (BA); 1996 – Sandra Starling (MG); 1997 – José Machado (SP).

COMISSÃO EXECUTIVA NACIONAL

ALTERADA NO INÍCIO DO ANO DE 1997

Presidente | José Dirceu | SP

Líder/Senado Federal*

Líder/Câmara dos Deputados**

1º vice-presidente | Luiz Dulci | MG

2º vice-presidente | Arlindo Chinaglia | DF

3º vice-presidente | Cândido Vaccarezza | SP

Secretário Geral | Joaquim Soriano | SP

1º secretário e Secretário de Organização | Francisco Rocha | SP

2º secretária e Secretária de Comunicação | Vera Gomes | PE

Tesoureira Geral e Secretária de Finanças | Clara Ant | SP

1º tesoureiro e Secretário de Formação Política | Jorge Almeida | BA

2º tesoureiro e Secretário de Relações Internacionais | Marco Aurélio Garcia | SP

1º vogal | José Genoíno | SP

2ª vogal e Secretária de Movimentos Populares | Sônia Hypólito | SP

3ª vogal | Iriny Lopes | ES

4º vogal | Markus Sokol | SP

1º suplente e Secretário Sindical | Delúbio Soares | GO

2ª suplente | Neide Aparecida da Silva | SP

3º suplente | Aloízio Mercadante | SP

4ª suplente e Secretária de Assuntos Institucionais | Telma de Souza | SP

5º suplente | Sávio Bones | MG

OUTRAS SECRETARIAS NACIONAIS

Titulares têm assento na Comissão Executiva Nacional, com direito a voz.

Secretaria de Combate ao Racismo | Flávio Jorge R. da Silva*** | SP

Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento | Marina Silva *** | AC

* Líder da Bancada no Senado Federal: 1995 – Eduardo Suplicy (SP); 1996 e 1997 – José Eduardo Dutra (SE).

** Líder da Bancada na Câmara dos Deputados: 1995 – Jacques Wagner (BA); 1996 – Sandra Starling (MG); 1997 – José Machado (SP).

*** Eleitos pelos setoriais

Fonte: Arquivo da Secretária de Organização do Diretório Nacional.

| 1997 |

11º ENCONTRO NACIONAL

28 A 30 DE AGOSTO DE 1997
HOTEL GLÓRIA - RIO DE JANEIRO/RJ

JORGE MARIANO



MANIFESTAÇÃO DE OPOSIÇÃO AO GOVERNO FHC E AO NEOLIBERALISMO. SÃO PAULO, 25 DE JULHO DE 1997.

11º ENCONTRO NACIONAL¹

28 A 30 DE AGOSTO DE 1997 – HOTEL GLÓRIA – RIO DE JANEIRO/RJ

ELEGE O 8º DIRETÓRIO NACIONAL.

RESOLUÇÕES APROVADAS:

1. Carta do Rio de Janeiro; 2. Resoluções políticas; 3. Campanha José Rainha é inocente; 4. Sobre o Grito dos Excluídos.

TESES APRESENTADAS:

1) *Posição do PT na campanha eleitoral de 1998*, encabeçada por Plínio de Arruda Sampaio, 31 votos; **2)** *É possível resistir, basta querer*, encabeçada por Adilson Pires, 33 votos; **3)** *Mudar o PT para mudar o Brasil*, encabeçada por Bruno Maranhão, 176 votos; **4)** *Aprofundar a democracia: tarefa histórica do PT*, encabeçada por José Genuíno, 42 votos; **5)** *Articulação unidade na luta*, encabeçada por José Dirceu, 222 votos (tese-guia); **6)** *Ah, essa Terra ainda vai cumprir seu ideal. Vai tornar-se um imenso Paraguai*, encabeçada por Advenir Ferreira, não submetida à votação; **7)** *Um novo Estatuto e a construção partidária*, encabeçada por Adeli Sell, não submetida à votação; **8)** *Construindo uma nova democracia*, encabeçada por Cândido Vaccarezza, 16 votos; **9)** *Por um PT classista e socialista*, encabeçada por Aderson Marques, não submetida à votação; **10)** *Com os trabalhadores, pelos direitos e reivindicações*, encabeçada por Anísio Garcez Homem, 17 votos.

TESES SOBRE ELEIÇÕES 1998:

- 1) Carta do Rio de Janeiro, apresentada e defendida por José Dirceu: 277 votos;
- 2) 1998, o PT não foge à luta, apresentada e defendida por Milton Temer: 242 votos;
- 3) Lula presidente para acabar com FHC, apresentada pelos autores da tese 10, defendida por Júlio Turra: retirada antes do início da votação.

1. Fontes: Ata do 11º Encontro Nacional, de 31/08/97, *PT Notícias* nº 51, de 10 a 16/12/97 e Caderno das Resoluções Políticas do 11º ENPT, s/d.

CANDIDATOS À PRESIDÊNCIA DO PT:

José Dirceu: 284 votos (52,59%);

Milton Temer: 256 votos (47,41%);

Branco: 1 voto;

Nulos: 9 votos.

CHAPAS INSCRITAS:

1) Luta socialista, defendida por Misa Boito, Valter Pinheiro, Ivan Valente e Luciano Zica;

2) Democracia radical, defendida por Estilac Xavier e José Genoíno;

3) Socialismo e liberdade, defendida por Tilden Santiago, Edson Gonçalves e Jaques Wagner;

4) Nova democracia, defendida por Paulo Teixeira e Rui Falcão

5) Articulação unidade na luta, defendida por Benedita da Silva e Aloízio Mercadante.

RESULTADO DA VOTAÇÃO:

chapa 1: 208 votos (37,82%)

chapa 2: 65 votos (11,82%)

chapa 3: 61 votos (11,09%)

chapa 4: 25 votos (4,55%)

chapa 5: 191 votos (34,73%)

Presentes: 550 delegados, dos 552 inscritos.

Estados representados: todos, com exceção do Maranhão e Amapá, que tiveram seus Encontros Estaduais anulados por irregularidades.

CARTA DO RIO DE JANEIRO

O desempenho do Bloco das Oposições no Congresso Nacional e a atuação da Frente constituída pelo PT, PDT, PSB e PCdoB vêm representando um avanço na organização do campo popular e um estímulo ao processo de enfrentamento às medidas antipopulares do governo.

Fruto de uma decisão amadurecida, está sendo elaborada uma plataforma, a ser submetida às direções desses partidos. Sobre ela se pretende elaborar um programa de governo, a ser apresentado na disputa presidencial de 1998 por uma candidatura única das Oposições.

A formulação conjunta deste programa, a ser respaldado pelo debate e aprovação da militância partidária, constitui um marco no reagrupamento da esquerda. Revela também a vontade política do PT de construir, na sociedade, uma política de alianças que, fundada num programa de caráter democrático-popular, possa agregar todos os segmentos sociais e políticos que se opõem ao projeto neoliberal e ao governo FHC.

Do ponto de vista do PT, a concretização de um programa comum, o fortalecimento dos movimentos sociais, o combate às reformas conservadoras, a difusão de propostas alternativas e o estabelecimento de uma política nacional de alianças são condições indispensáveis para derrotar FHC e seus aliados nos estados. Para ganhar e governar, transformando o Brasil, é necessário que esta política nacional comande o complexo jogo de forças e pretensões locais ou regionais, sem o que a fragmentação e conseqüente enfraquecimento da Frente serão inevitáveis. Nenhum interesse regional deverá prevalecer diante do desafio de barrar a recondução de FHC e bater o neoliberalismo.

O PT não alimenta a pretensão de impor nomes aos aliados, que, como nós, dispõem de quadros capazes e postulantes legítimos. Mas, do mesmo modo, pertencem a nossas fileiras várias lideranças nacionais – entre as quais o Lula – com todos os méritos para disputar a Presidência da República. Por isso, nossa resolução de lançar um candidato do PT para enfrentar FHC será levada à apreciação dos aliados nesse processo já iniciado.

Desde já, comprometemo-nos a desencadear um amplo debate nos estados, junto aos partidos, organizações da sociedade civil, sindicatos, personalidades, a fim de criar, nas bases, uma dinâmica capaz de produzir um forte movimento político-cultural que impulse uma grande virada no país.

Rio de Janeiro, 31 de agosto de 1997

RESOLUÇÕES POLÍTICAS

I. O FIM DE UM CICLO

1- A aprovação da emenda da reeleição reafirmou a força do compromisso histórico conservador que levou FHC à Presidência, apoiado na mais ampla coalizão das classes dominantes de nossa história republicana. FHC foi a solução das elites empresariais e políticas para retomar o projeto neoliberal, impedir a eleição de Lula ea adoção de um programa democrático e popular de enfrentamento da crise nacional.

2- A cada dia, acentua-se sua face autoritária, expressa na ditadura das MP [Medidas Provisórias], nas tentativas de submeter o Judiciário e na cooptação fisiológica da maioria do Legislativo. O governo FHC vem numa escalada de ações repressivas e de propaganda sistemática, procurando desqualificar e deslegitimar a oposição e os movimentos sociais. A proposta de legislação eleitoral do núcleo do poder é inaceitável. A questão democrática volta à ordem do dia.

3- A implantação do neoliberalismo no Brasil é um fenômeno tardio. Primeiro ensaiado por Collor, agora implementado por FHC, o ajuste neoliberal chegou tarde em função da resistência exercida pelo movimento sindical e popular e pelo impacto da CPI e do impeachment [de Collor]. Representa uma estratégia de inserção subordinada do país à economia internacional e desarticulação do Estado Nacional, que perde capacidade de indução, fiscalização e regulação da economia.

4- A política econômica centralizada na âncora cambial e na abertura comercial radical está promovendo um brutal processo de endividamento externo e interno, que fragiliza as finanças públicas e expõe o país aos ataques especulativos do capital financeiro internacional. A exclusão social avança, com a desarticulação de parte da estrutura produtiva, desemprego e precarização das condições de trabalho. A violência e a banalização da vida nos grandes centros urbanos vai projetando um cenário de desesperança e *apartheid* social para uma grande massa da população.

5- O PT, junto com as entidades de luta popular e com os demais partidos de esquerda e setores consequentes da sociedade civil, tem sido a grande força de oposição ao governo FHC e ao neoliberalismo.

6- Este modelo revela-se incapaz de viabilizar o crescimento sustentável e enfrentar a pobreza. Os resultados eleitorais recentes na Europa e alguns países latino-americanos mostram sinais de enfraquecimento da estratégia conservadora. Os anos de 1997/98 poderão valer por uma década.

7- Este ENPT decide, desde já, articular uma candidatura presidencial e uma plataforma de governo capazes de constituir uma frente de partidos, segmentos sociais, personalidades e entidades democráticas, construir um polo de disputa e lançar as bases de um caminho alternativo para o nosso país. Este ENPT será decisivo para o lançamento de amplo movimento político-cultural em defesa do Brasil e por uma alternativa de desenvolvimento sustentável com justiça social. O avanço das lutas populares é o principal instrumento de resistência ao projeto neoliberal e sustentação de alternativa de governo democrática e popular para o próximo período.

II. A DEMOCRATIZAÇÃO RADICAL DA SOCIEDADE E DO ESTADO

8- Somente uma revolução democrática será capaz de pôr fim à exclusão, às desigualdades sociais e ao autoritarismo que marcam nossa história, oferecendo uma alternativa concreta e progressista ao nacional-desenvolvimentismo, superado historicamente, e ao conservadorismo neoliberal.

9- A revolução democrática exige uma nova economia, capaz de assegurar a superação do *apartheid* social no Brasil e desencadear um processo de inclusão social, que elimine o dualismo resultante da concentração de riqueza nas mãos de poucos.

10- Uma tal revolução implica uma poderosa mobilização social, capaz de promover uma democratização radical da sociedade e do Estado, multiplicando os mecanismos de controle social do Estado pela sociedade.

11- Neste momento histórico, o projeto neoliberal de FHC, como já ocorreu em outros países do continente, tenta submeter o Poder Judiciário e o Poder Legislativo aos seus interesses imediatos, além de domesticar os grandes meios de comunicação de massa. O próprio pacto federativo está comprometido pela fragilização orçamentária dos governos estaduais, que perdem autonomia política e são submetidos ao processo de centralização de recursos fiscais e poder político do governo federal.

12- A primeira questão democrática é a construção do próprio estado de direito no país, com uma reforma profunda do Poder Judiciário e do Poder

Legislativo, além de enfrentar com coragem o fim dos monopólios dos meios de comunicação e a defesa dos direitos do consumidor.

13- A implantação do estado de direito deve estar acompanhada de mudanças ainda mais profundas, que assegurem mecanismos de participação direta da população nas decisões, como plebiscitos e referendos, e a constituição de novas esferas públicas não estatais, que permitam os mais diversificados mecanismos de controle da sociedade sobre o Estado.

14- Esta democratização reivindica também um amplo movimento cultural, que combata todas as formas de discriminação. A questão do racismo contra a imensa população negra não pode mais ficar à margem dos grandes temas nacionais. O enfrentamento do machismo, que se manifesta na opressão cotidiana das mulheres, é uma questão fundamental para a democracia brasileira. Estamos próximos dos 500 anos de colonização e os povos indígenas jamais tiveram o reconhecimento de seus direitos e a demarcação efetiva de seus territórios. O Brasil precisa encarar também, sem qualquer preconceito, o tema das preferências sexuais e o respeito aos direitos dos homossexuais. A democracia exige o respeito às diferenças, a convivência com as múltiplas influências culturais de nosso povo e um novo padrão de civilização, das instituições e do cotidiano da sociedade civil.

III. UMA PRESENÇA SOBERANA DO BRASIL NO MUNDO

15- Para enfrentar a questão nacional, é necessária uma reforma do Estado e construir uma presença soberana do Brasil no mundo de hoje. Isso supõe uma política externa que estabeleça novas alianças internacionais e contribua para alterar as relações de força no mundo e para construir uma nova ordem mundial, justa e democrática. Por essa razão, rejeitamos o projeto da Alca [Área de Livre Comércio das Américas], apresentado pelos EUA, e lutamos pela redefinição e reestruturação do Mercosul, visando ampla integração e parcerias.

16- Nossa presença soberana no mundo exige um projeto nacional de desenvolvimento e disposição de contribuir ativamente para construir um mundo diferente do atual, dominado por uma só potência e pelas organizações internacionais controladas de fato pelos EUA. O Brasil pode ser um polo importante de questionamento do projeto neoliberal e articulador de alianças estratégicas com países como África do Sul, China, Índia e outras nações, que recolocuem na pauta a democratização radical dos organismos internacionais e a mudança nas relações econômicas, inaceitáveis, entre países pobres do

Sul e o poder econômico e político crescente dos países ricos do Norte, em especial os EUA.

IV. UMA NOVA ECONOMIA SUSTENTÁVEL E SOLIDÁRIA, PARA ACABAR COM A EXCLUSÃO SOCIAL

17- Neste final de século, o neoliberalismo, acompanhado dos valores da concorrência selvagem, do individualismo e consumismo, é a expressão acabada da crise de civilização promovida pelo capitalismo. Temos o compromisso de construir uma perspectiva histórica anticapitalista, baseada numa nova relação entre ética, política e economia, comprometida com o desenvolvimento sustentável e solidário.

18- A tarefa fundamental da economia é a inclusão de milhões de brasileiros, hoje à margem da produção e do consumo. Queremos um modelo de desenvolvimento orientado para a produção de bens de consumo de massa e serviços públicos essenciais, que priorize as condições básicas da subsistência e cidadania.

19- O atual padrão de consumo, imposto pela globalização do capital, não é universalizável. Temos que construir novos valores, capazes de impulsionar uma economia do suficiente e da solidariedade. Não nos confundimos com o populismo irresponsável, que não define como se financia o crescimento, nem como são distribuídos os sacrifícios.

20- Temos também como horizonte a disputa do novo paradigma tecnológico e construção de uma economia competitiva, em novas bases e decisivamente orientada para a conformação de um amplo mercado de consumo de massas.

21- Este modelo exige um Estado forte e de ações estratégicas, com capacidade efetiva de arrecadação tributária, financiamento, indução ao investimento, fiscalização e regulação econômica, e que articule distribuição da renda e riqueza com crescimento sustentado. Esta nova economia terá que diversificar as formas de propriedade, valorizar a produção familiar, as experiências de auto-gestão e o cooperativismo. A reforma agrária e a pequena produção familiar no campo são dimensões estratégicas deste novo caminho para o desenvolvimento.

22- O país não pode continuar concentrando de forma caótica amplas massas despossuídas nos grandes centros urbanos; a reforma agrária é uma urgência histórica.

23- O combate à exclusão e à miséria exige política ativa de emprego, com a redução da jornada de trabalho e ampla política de rendas centrada

na valorização do salário. O emprego e o fomento às micro e pequenas empresas são objetivos permanentes e exigem a articulação dos setores dinâmicos e avançados tecnologicamente com os setores atrasados em tecnologia, mas socialmente relevantes na geração de postos de trabalho.

24- Novos mecanismos de poupança, financiamento e investimento domésticos são essenciais para esta nova estratégia, que terá no capital externo apenas uma dimensão complementar à atividade econômica. Teremos que romper a lógica imposta pela globalização do capital financeiro e pelos grandes oligopólios internacionais, que vulnerabilizam e comprometem qualquer estratégia de desenvolvimento nacional.

25- A fragilidade financeira do setor público exige o reequacionamento das dívidas interna e externa, a desprivatização radical do orçamento e sua canalização para a infraestrutura estratégica e políticas sociais de educação e saúde, bem como um programa nacional de renda mínima.

26- A universalização da educação básica, com adoção da renda mínima e da bolsa-escola, o resgate da qualidade de ensino e da infraestrutura tecnológica e científica são dimensões essenciais desta nova estratégia de desenvolvimento sustentável e solidário.

V. ESTABILIZAÇÃO MONETÁRIA, DESESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E EXCLUSÃO SOCIAL

27- O Plano Real tem assegurado o fim da inflação, um objetivo importante, econômica e socialmente, em um país submetido a um longo período de instabilidade inflacionária. Porém, é uma política de estabilização centrada na sobrevalorização cambial, um erro gravíssimo desde o início do programa, que, associado a uma política monetária de juros elevadíssimos, compromete parte importante da estrutura produtiva, vulnerabiliza externamente o país e fragiliza as finanças públicas. Esta política gerou, em 1996, um déficit de transações correntes no balanço de pagamentos superior a 24 bilhões de dólares e projeta, para 1997, um déficit aproximado de 35 bilhões de dólares.

28- O país está, crescentemente, dependente do capital financeiro internacional e vulnerável a um ataque especulativo, como no México, em 1994, e recentemente nos pequenos Tigres Asiáticos. A dívida externa deu um salto para 178 bilhões de dólares e seu serviço dobrou com FHC. A dívida interna líquida passou de 85 bilhões de reais para 269 bilhões de reais, fragilizando as finanças públicas. O orçamento público está sendo comprometido

pelo serviço da dívida interna, deteriorando os serviços sociais e arrochando o salário do funcionalismo, que está sem reajuste há quase três anos.

29- A política de juros elevadíssimos gerou inadimplência recorde, quebrou empresas e famílias e debilitou o sistema financeiro, socorrido pelo escandaloso Proer, que já liberou cerca de 23 bilhões de reais. A política econômica tem mantido a estabilidade monetária à custa da desestabilização da economia brasileira, da desindustrialização de muitos setores, do esmagamento das micro, pequenas e médias empresas, do crescimento do desemprego e da precarização do trabalho.

30- O setor agrícola foi dramaticamente atingido, com a inviabilização de cerca de 400 mil empregos, além dos 750 mil postos de trabalho destruídos na indústria a longo do governo FHC.

31- Para saldar os compromissos financeiros crescentes, o governo lança mão de privatizações, destruindo o patrimônio nacional, sem que se formule uma estratégia de política industrial e desenvolvimento alternativo. O monopólio estatal dá lugar ao monopólio privado, sem mecanismos de regulação ou política de controle. O governo reduz sua intervenção à precária estabilidade monetária, sem projeto de desenvolvimento ou mesmo política industrial, agrícola ou de ciência e tecnologia.

VI. A RESISTÊNCIA POPULAR AO NEOLIBERALISMO

32- É contra esta estratégia econômica inconsistente e insustentável, e em oposição frontal ao autoritarismo que caracteriza o governo FHC, que o PT vem lutando através das grandes mobilizações populares e ações institucionais de suas bancadas parlamentares.

33- Nos últimos dois anos, o PT e sua direção nacional priorizaram a mobilização popular e sindical de oposição ao governo FHC e ao neoliberalismo. Nosso esforço esteve centrado na perspectiva correta de unificar a luta da CUT, do MST, da CMP e da Contag com os partidos de esquerda através da Frente de Oposições e da Conferência Terra, Trabalho e Cidadania.

34- A luta dos trabalhadores sem-terra – do MST e da CUT/Contag – tem cumprido papel fundamental para desmascarar o Projeto FHC, que não comporta a reforma agrária. As manifestações no Pontal do Paranapanema, em SP, e principalmente a Marcha a Brasília e o dia 17 de abril revelaram nossa capacidade de mobilização e a força da luta pela reforma agrária.

35- O movimento sindical enfrenta grandes dificuldades tendo em vista a desconstrução de amplos setores da indústria, que atinge diretamente sua

base social, mas já iniciamos uma nova fase, de retomada da luta sindical, como demonstram as manifestações anti-FHC no ABC e as comemorações do 1º de Maio deste ano, que apontam para uma inflexão nas lutas operárias e sinais de ofensiva política.

36- A repulsa da sociedade à política antissocial de FHC, agravada pelos ridículos oito reais de aumento do salário mínimo e pela tentativa do governo de roubar a pensão das viúvas, explodiu dia 25 de julho em todo o país.

37- O Grito dos Excluídos no dia 7 de setembro aponta para a continuidade da mobilização. O PT reafirma seu compromisso com a convocação de um Fórum Nacional de Entidades Democráticas e Populares e com a proposta da CUT de paralisação nacional em outubro.

38- Os governos do PT são uma frente importante de construção partidária e um eixo fundamental de disputa de hegemonia na sociedade. Nossas experiências de governo, submetidas a condições econômicas e políticas extremamente adversas, colocam novos desafios, que precisam ser enfrentados, para que o Partido acumule politicamente. Temos tido também situações de fragilidade na elaboração de políticas alternativas, crises de governabilidade e problemas na relação entre Partido e governos. O PT precisa aperfeiçoar os mecanismos de acompanhamento dos governos, construir formas de solidariedade e sustentação política dos governos de esquerda, mas também exigir o compromisso destes com o enfrentamento ao projeto neoliberal. As experiências de orçamento participativo, a ética na gestão da coisa pública, as formas de participação popular, a bolsa-escola e o compromisso com as políticas sociais, a inversão de prioridades, vão projetando caminhos novos para o exercício do poder local em direção ao grande desafio histórico de construção de um modelo alternativo ao neoliberalismo e de desenvolvimento sustentável e solidário.

VII. DA RESISTÊNCIA A UM GOVERNO A UM NOVO GOVERNO QUE ROMPA COM O NEOLIBERALISMO

39- Nosso grande desafio histórico é articular a resistência popular à perspectiva de um novo governo comprometido com um projeto alternativo de desenvolvimento, que rompa com a lógica neoliberal. A herança do governo neoliberal de FHC será muito pesada: uma grande fragilidade externa e das finanças públicas, a desarticulação de uma parcela importante do sistema produtivo e imensas demandas sociais, especialmente por trabalho e políticas sociais básicas. Poderemos ter, inclusive,

uma grave crise cambial, antes ou, mais provável, depois das eleições de 1998, a exemplo do México.

40- Desmontar a armadilha da âncora cambial-juros altos é nossa primeira tarefa. O país precisa reduzir suas taxas de juros e constituir novos mecanismos de financiamento da produção. Isto só será possível se superarmos a sobrevalorização cambial, mesmo porque a manutenção desta política cambial significa expor o país a uma situação de elevado risco frente a um ataque especulativo da moeda, que comprometerá a própria estabilidade monetária, impondo uma profunda recessão à economia brasileira.

41- A um novo governo caberá definir uma política de transição, que desmonte a lógica neoliberal e proteja a produção e os setores mais fragilizados da população. Será decisivo o alongamento do perfil da dívida interna e a redução das taxas de juros, para aliviar a pressão financeira sobre o orçamento público, das empresas e famílias. Será preciso reintroduzir no cenário internacional o tema da dívida externa, porque o endividamento crescente do continente é insustentável, como demonstrou toda a década de 80. A manutenção desta estratégia econômica tende a conduzir o país a uma nova crise cambial, que recolocará a histórica questão da suspensão do pagamento da dívida externa.

42- A abertura comercial deve ser racionalizada, com a utilização de salvaguardas, e articulada a uma política industrial e de desenvolvimento científico e tecnológico. Não queremos a volta do protecionismo cartorial, e também não aceitamos a abertura selvagem ou o casuísmo que favorece os *lobbies* mais próximos ao governo FHC. O país precisa de um política de comércio exterior vinculada a um projeto de desenvolvimento sustentado.

43- Com imensas restrições orçamentárias, o país precisará de uma profunda reforma tributária e fiscal e a canalização dos recursos disponíveis para o financiamento da infraestrutura e políticas sociais e de emergência.

44- É preciso também reconstruir o pacto federativo, rompido pela política de centralização tributária promovida pelo Fundo de Estabilização Fiscal, juros altos e sucateamento dos serviços públicos. A renegociação efetiva da dívida dos estados e novos padrões de financiamento são essenciais para a autonomia política dos estados.

45- Este processo de transição, que imporá desafios ao país, deve ser orientado em direção aos novos objetivos estratégicos de promover uma democratização radical da sociedade e do Estado, impulsionar um desenvolvimento econômico sustentável e solidário, orientando para um mercado de consumo de massas e serviços públicos essenciais.

46- A reforma agrária, a reforma urbana acompanhada de um amplo programa de habitação popular, o estímulo à pequena produção familiar no campo e o fomento à agricultura de alimentos e as políticas de universalização da educação, com a bolsa-escola, e saúde pública são os objetivos econômicos e sociais básicos da transição.

47- No plano político, é necessário um programa corajoso de democratização do Estado, começando por corrigir as distorções no sistema de representação da Câmara [Federal] e Senado, eliminando o peso do poder econômico nas eleições por meio do financiamento público das campanhas e estabelecendo uma lei de fidelidade partidária. É preciso garantir o acesso de todos à Justiça, além de fazê-la mais rápida e imparcial, inclusive introduzindo o controle externo.

48- A prioridade na segurança pública é a defesa da cidadania, o que exige a imediata unificação e desmilitarização das polícias. É fundamental combater a violência policial, com o fim da Justiça Militar, e assegurar o respeito aos direitos humanos.

49- Aqui devem ser incorporadas reivindicações de todos os setores da sociedade que sofrem formas específicas e agudas de discriminação.

50- Democratizar o Estado significa torná-lo mais transparente e socialmente controlado. Essa é a receita para combater a corrupção, hoje componente estrutural do sistema.

51- A radicalização da democracia passa por uma regulamentação do uso de MP e pela utilização de consultas populares, como plebiscitos e referendos.

52- A construção democrática deve garantir o acesso de todos aos meios de comunicação, eliminando o virtual monopólio hoje existente.

53- É fundamental, finalmente, democratizar as relações de trabalho desde o chão da fábrica até os grandes cenários nacionais. E reconstruir a legislação, que impeça as distintas formas de flexibilização das relações trabalhistas, reforce a negociação e o contrato coletivo de trabalho e garanta a autonomia e representatividade dos sindicatos. O mundo do trabalho merece uma verdadeira política de emprego e renda, apoiada na valorização salarial e nas políticas de saúde, educação, habitação, saneamento e transporte. A melhoria da distribuição de renda só será efetiva e duradoura se o combate à inflação for acompanhado de retomada dos investimentos e crescimento do emprego e elevação progressiva e permanente do salário mínimo, que determina o ordenamento do leque salarial.

VIII. FRENTE DAS OPOSIÇÕES E PERSPECTIVAS ELEITORAIS PARA 1998

54- A definição da política do PT para 1998 implica avaliar o que estará em jogo do ponto de vista eleitoral, os mais prováveis cenários políticos e econômicos, as forças das oposições e as possíveis dissidências fora do campo democrático e popular.

55- O PT tem de consolidar a articulação da Frente das Oposições e dar continuidade à construção de proposta programática e candidatura única, que expressem alternativa ao neoliberalismo e orientem a política de alianças.

56- A despeito da atual correlação de forças, que começa a mudar, vamos disputar as eleições para vencer. Seja como for, devemos fazer das eleições uma batalha cultural, que reverta a hegemonia conservadora, acumulando forças em proveito de um novo projeto nacional de desenvolvimento e crie condições de governabilidade para uma coalizão democrático-popular.

57- A condição para vencer é articular a batalha eleitoral com a mobilização e as lutas sociais.

58- A unidade das forças de oposição tem se consolidado em lutas concretas, a exemplo da luta de apoio à reforma agrária, defesa da Vale, Não à Reeleição, o Bloco Parlamentar que batalhou contra as chamadas reformas da Previdência e administrativa e, finalmente, no protocolo que deu origem à Frente das Oposições.

59- É por isso que o PT reafirma o compromisso com a Frente de Oposições de uma candidatura única com base numa plataforma comum, apoiada em ampla mobilização popular e articulada com um movimento suprapartidário antineoliberal. Reiterando que o PT é o partido em melhores condições de oferecer o nome do candidato comum das oposições. Assim, o PT terá uma candidatura própria, que será apresentada à Frente das Oposições, que formamos com o PDT, o PCdoB e o PSB. Discussões com o PMN, PSTU e PCB, e com o PPS e o PV, buscarão superar as dificuldades atuais, que temos em nossas relações e procurarão fortalecer e ampliar a Frente.

60- A Frente das Oposições deverá exercer uma forte atração sobre dissidências de outros partidos, sobretudo o PMDB, e sobre personalidades políticas para composições nacionais e, sobretudo, regionais, sempre com base na oposição a FHC e na plataforma comum antineoliberal. Com o objetivo de criar um movimento nacional suprapartidário antineoliberal, essa Frente deverá estender-se, igualmente, para organizações da sociedade civil,

intelectuais, artistas e personalidades públicas relevantes, como foi, inclusive, decidido pelo Bloco de Oposições.

61- Esse programa deverá ter três eixos fundamentais:

| o nacional, que buscará uma nova ordem internacional, onde cada país terá presença soberana;

| o social, que enfrente o problema da exclusão social da maioria da nossa população;

| o democrático, que reforme radicalmente nosso sistema político, amplie e garanta a cidadania e os direitos humanos e estabeleça mecanismos sólidos de controle do Estado pela sociedade.

Este programa radicaliza a democracia, promove reformas sociais, impede a desnacionalização e desindustrialização do país, promove o desenvolvimento, baseado na distribuição de renda, na expansão do mercado interno, na defesa dos interesses nacionais e será viabilizado por meio de uma reforma tributária capaz de gerar poupança pública para financiar o crescimento, reorganizar os serviços públicos, sobretudo a saúde e a educação, e promover uma reforma democrática do Estado. Esse programa deve implantar políticas de renda mínima, um plano nacional por mais e melhores empregos e salários, realizar a reforma agrária e uma política agrícola objetivando o combate à miséria. Tendo em vista os condicionantes internacionais e as heranças que vamos receber dos governos anteriores, é de fundamental importância que a Frente possua sólida base parlamentar, apoio entre governadores progressistas e, sobretudo, uma sociedade mobilizada, capaz de exigir o cumprimento do Programa de governo. Sem isso, as oposições arriscam-se a cair na mesmice e revelarem-se incapazes de cumprir seus compromissos de campanha.

62- O PT e a Frente, com base em seu Programa de governo e nas iniciativas que teve no campo parlamentar, devem pedir ao povo uma nova maioria parlamentar para o Brasil. Um Congresso ético, renovado, popular e progressista.

63- O 11º Encontro Nacional orienta o DN no sentido de adotar uma tática eleitoral que preveja alianças mais amplas que o campo democrático-popular para as disputas estaduais e mesmo nacional, sem cair no sectarismo nem na desfiguração do programa partidário. Que coíba alianças oportunistas ou eleitoreiras, de um lado, e estreitas, de outro.

64- O que deve definir nossas alianças eleitorais é a oposição a FHC e ao neoliberalismo e a rejeição aos partidos de direita. A tática eleitoral e a política de alianças em nível estadual devem estar subordinadas às definições do 11º ENPT.

65- Nosso objetivo será unificar o campo democrático-popular – PT, PCdoB, PSB, PDT – em torno da mesma candidatura à Presidência e aos governos estaduais.

66- A rigor, o PT não deve recuar da experiência de 89 e 94, mantendo a Frente Brasil Popular, com o PSB, PCdoB, e ampliando para o PDT, sem descartar alianças com setores do PMDB e personalidades que se opõem ao neoliberalismo e ao governo FHC.

67- Devemos, portanto, incorporar a questão da soberania nacional na política de alianças de 98 e a ampliação de alianças regionais. A disputa do centro, de setores e personalidades, particularmente do PMDB, e mesmo do PSDB, que vêm se opondo efetivamente à estratégia de cooptação do governo de FHC deve-se dar em torno de uma candidatura única das Oposições, que faça evoluir os acordos pontuais defesa da Vale, Não à Reeleição, apoio à reforma agrária – para um acordo programático de governo.

IX. A CONJUNTURA INTERNACIONAL

68- As próximas lutas do povo brasileiro vão ocorrer em quadro internacional mais favorável. Os conservadores de todo o mundo já não podem celebrar seus triunfos, como o faziam até bem poucos anos.

69- Os dois últimos anos têm sido marcados por intensas mobilizações sociais na Europa, hoje devastada pelo desemprego. Na França, Espanha, Bélgica, Grécia e Alemanha, imensas manifestações operárias e de excluídos têm mostrado que amplos setores da sociedade não estão dispostos a pagar o preço dos ajustes monetaristas.

70- A vitória dos Trabalhistas no Reino Unido, independente da discussão sobre o tipo de programa aplicado, tem um significado simbólico forte e positivo para os setores populares. Mais importante foi a vitória dos socialistas franceses, em aliança com os verdes, os comunistas e personalidades independentes. Foi a mais dura derrota da direita conservadora neoliberal.

71- Na América Latina, os sintomas de desgaste do neoliberalismo são também evidentes. O programa neoliberal mexicano afundou depois de Chiapas e da crise cambial de dezembro de 1994. A vitória de Cárdenas na Cidade do México e a derrota do PRI [Partido Revolucionário Institucional] nas eleições parlamentares abrem caminho para uma vitória do PRD [Partido Revolucionário Democrático] nas eleições presidenciais no ano 2000. Na Nicarágua, mesmo derrotados, os sandinistas tiveram uma grande votação e mantêm o novo governo sob intensa pressão popular. A FMLN [Frente

Farabundo Martí de Libertação Nacional] teve uma estrondosa vitória em El Salvador. O processo de paz na Guatemala coloca a UNRG [União Nacional Revolucionária Guatemalteca] em condições eleitorais favoráveis. No Equador, o anúncio de medidas neoliberais provocou uma quase insurreição, que derrubou o presidente da República. Mobilizações populares na Venezuela, Colômbia e Argentina mostram que amplos setores da sociedade não estão mais dispostos a aceitar passivamente o receituário dos ajustes conservadores.

72- Na Argentina, cresce a força da oposição, e o recente protocolo entre a Frepaso [Frente país Solidário] e a UCR [União Cívica Radical] aponta para uma vitória das forças anti-Menem e para a derrota da coalizão neoliberal.

73- O fracasso de Fujimori [Peru] e a derrota da coalizão neoliberal na Bolívia só confirmam a fragilidade do modelo neoliberal.

74- No Brasil, o PT e os partidos que formam a frente antineoliberal devem tirar todas as consequências das vitórias da esquerda na América Latina. Devem considerar sempre que somos o país mais importante do hemisfério sul e que o governo FHC e o modelo neoliberal serão defendidos com todos os recursos pela comunidade financeira internacional, o que coloca na ordem do dia a solidariedade militante e a articulação entre os partidos de esquerda e a construção de uma política externa de relações diplomáticas e comerciais de novo tipo.

75- O 7º Foro de São Paulo, criado por iniciativa do PT, realizado em Porto Alegre, revelou-se um espaço com contradições internas, mas importante para a articulação de forças democráticas e progressistas da América Latina e do Caribe, para construir uma alternativa ao neoliberalismo.

76- Devemos nos aproximar, também, dos partidos e movimentos sociais em oposição ao neoliberalismo na Europa, especialmente no momento em que temos que enfrentar o projeto do governo dos EUA para a Alca.

X. O SOCIALISMO

77- O socialismo é uma questão presente nas lutas de hoje, como problema teórico e político. A crise das experiências socialistas no século XX não significa que as questões que tentaram enfrentar estejam resolvidas. Ao contrário, esses problemas estão mais vivos do que nunca. Há quase um bilhão de desempregados no mundo, e seu número cresce nos países desenvolvidos. A exclusão, o desemprego e a precarização do trabalho não são consequência apenas de recessões, como ocorria no passado, mas resultado de uma forma perversa de crescimento.

78- A hegemonia das ideias liberais transformou a estabilidade monetária em valor supremo. Para alcançá-la, destróem-se programas sociais, desindustrializam-se regiões ou países, eliminam-se dezenas de milhares de empregos. Vivemos uma era de desconstrução nacional e social. Ao mesmo tempo, crescem os monopólios e concentra-se a riqueza: 80% do mundo produz e consome apenas 20% da riqueza, enquanto 20% produz e consome 80%. Menos de 500 pessoas detêm metade da riqueza mundial.

79- Essa polarização social corrói os laços de solidariedade, privatiza cada vez mais homens e mulheres, lançando-os em competição selvagem, estimula o racismo, o fanatismo religioso e todas as formas de fundamentalismo.

80- Um novo projeto socialista contemporâneo deve dar conta dos grandes problemas onde o socialismo do século XX acabou fracassando: promover o crescimento acelerado da economia, que os países periféricos exigem, realizando um processo sustentado de distribuição de riqueza. É fundamental mudar radicalmente a organização dos processos de trabalho em todas as esferas da atividade econômica, fazendo com que as atividades produtivas sejam cada vez mais momentos criativos de autoconstrução individual e coletiva.

81- Mas o socialismo exige, sobretudo, a socialização da política. Por esta razão, há uma ligação umbilical entre socialismo e democracia. A democracia é uma conquista dos trabalhadores e não um presente das classes dominantes. A estratégia de construção de um novo projeto nacional de desenvolvimento, acompanhado da perspectiva de uma revolução democrática e de uma nova economia sustentável e solidária recolocam os valores e princípios de uma sociedade socialista como contraposição ao neoliberalismo, responsável pela desconstrução nacional e social do país.

CAMPANHA JOSÉ RAINHA É INOCENTE

O 11º Encontro Nacional do PT resolve recomendar a todos os dirigentes, núcleos e diretórios do PT, bem como a seus representantes nos Legislativos e Executivos, que:

1. se empenhem na divulgação e massificação da campanha lançada neste Encontro: *José Rainha é inocente. Crime é não fazer a reforma agrária;*
2. seja garantida a presença massiva de nossos dirigentes e parlamentares no julgamento do dia 16 de setembro [de José Rainha, em Pedro Canário – ES];
3. realizem manifestações públicas de protesto contra a absurda condenação de José Rainha por um crime que ele não cometeu, ocorrido em um lugar onde ele não estava;
4. a SRI [Secretaria de Relações Internacionais] oriente os núcleos do PT e organizações aliadas no exterior para a realização de manifestações em frente às Embaixadas do Brasil.

SOBRE O GRITO DOS EXCLUÍDOS

O 11º Encontro Nacional do PT resolve que o primeiro compromisso dos delegados aqui presentes é o de lembrar aos seus diretórios e núcleos, bem como representantes do Partido nos Legislativos e Executivos, do compromisso do Partido com o apoio ao Grito dos Excluídos, neste dia 7 de setembro. Onde houver um petista, este deve empenhar-se em mobilizar os excluídos para participar desta manifestação.

8º DIRETÓRIO NACIONAL (85 MEMBROS)

ELEITO NO 11º ENCONTRO NACIONAL, REALIZADO NO HOTEL
GLÓRIA, RIO DE JANEIRO/RJ, ENTRE 28 E 30 DE AGOSTO DE 1997.

Líder/Senado Federal*
Líder/Câmara dos Deputados **
Presidente | José Dirceu | SP
Adeli Sell | RS
Aloízio Mercadante | SP
Aparecido Dias de Lima | SP
Arlete Sampaio | DF
Arlindo Chinaglia | SP
Benedita da Silva | RJ
Cândido Vaccarezza | SP
Carlos Henrique Árabe | SP
Carlos Roberto de Souza Robaina | RS
Cida Diogo | RJ
Clara Ant | SP
Delúbio Soares de Castro | GO
Estilac Xavier | RS
Francisco Rocha da Silva | SP
Geraldo Accioly | CE
Geraldo Garcia | MS
Helóisa Helena L. de M. Carvalho | AL
Humberto Costa | PE
Irina Lopes | ES
Ivan Valente | SP
Jilmar Tatto | SP
Joana D'Arc Carvalho Guimarães | MG
João Antonio Felício | SP
João Machado | SP
João Paulo Cunha | SP
Joaquim Soriano | SP
Jorge Almeida | BA
Jorge Bittar | RJ
Jorge Branco | RS
Jorge Luis Carneiro Macedo | RJ
Jose Alaor Boschetti | RS
José Genoíno | SP
José Mentor | SP
José Nobre Guimarães | CE
Laisy Moriere Cândida Assunção | GO
Lene Teixeira | MG
Leni Medeiros da Rocha | RJ
Leo Lince | RJ
Luís César Bueno e Freitas | GO
Luiz Inácio Lula da Silva | SP
Luiz Soares Dulci | MG
Luizianne Lins | CE
Lygia Pupatto | PR
Magno Pires da Silva | ES
Marco Aurélio Garcia | SP
Marcus Flora | MG
Maria das Graças Ferreira Lima | PA
Maria do Carmo Araújo Ramos | MG
Maria do Rosário Caiafa | MG
Maria Madalena Nunes | PI
Maria Regina Souza | PI
Markus Sokol | SP
Marlise Fernandes | RS
Maurício Araújo | SP
Misa Boito | SP

Myrian Conceição S. dos Santos | MS
Ozéas Duarte de Oliveira | SP
Pedro Tonelli | PR
Perly Cipriano | ES
Plínio de Arruda Sampaio | SP
Raimundo Ferreira da Silva Jr. | DF
Raul Pont | RS
Renato Simões | SP
Romênio Pereira | MG
Romeu Porto Daros | SC
Sávio Bones | MG
Serge Goulart | SC
Sheila Maria Assis de Oliveira | PE
Sílvio José Pereira | SP

Sílvio Santos | SE
Sônia Hypólito | SP
Tarso Genro | RS
Telma de Souza | SP
Tilden Santiago | MG
Valcyr Cruz | SP
Valmir Assunção | BA
Valter Pomar | SP
Vera Gomes | PE
Vicente Trevas | SP
Virgílio Guimarães de Paula | MG
Vitória Cancelli | SP
Waldir Pires | BA

Fonte: Arquivo da Secretaria de Organização do Diretório Nacional.

COMISSÃO EXECUTIVA NACIONAL

ELEITA NA REUNIÃO DO DIRETÓRIO NACIONAL, REALIZADA NOS DIAS 20 E 21 DE SETEMBRO DE 1997.

Presidente | José Dirceu | SP
Líder/Senado Federal *
Líder/Câmara dos Deputados **
1º vice-presidente | Aloízio Mercadante | SP
2º vice-presidente | Joana D'Arc | MG
3º vice-presidente | Valter Pomar | SP
Secretário Geral | Arlindo Chinaglia | SP
Secretária de Finanças e Planejamento | Clara Ant | SP
Secretário de Organização | Joaquim Soriano | SP
Secretário de Formação Política | Jorge Almeida | BA
Secretária de Movimentos Populares | Sônia Hipólito | SP
Secretário Sindical | Delúbio Soares | SP
Secretário de Relações Internacionais | Marco Aurélio Garcia | SP
Vogal | Heloísa Helena | AL
Vogal | José Genoíno | SP
Vogal | Markus Sokol | SP
Vogal | Maria do Rosário Caiafa | MG
Vogal | Marlise Fernandes | RS
Vogal | Sávio Bones | MG
Vogal | Tilden Santiago | MG
Vogal | Vera Gomes | PE

OUTRAS SECRETARIAS NACIONAIS, CUJOS TITULARES TÊM ASSENTO NA COMISSÃO EXECUTIVA NACIONAL, COM DIREITO À VOZ.

Secretaria Agrária | Plínio de Arruda Sampaio | SP
Secretaria de Comunicação | Ozéas Duarte | SP
Secretaria de Assuntos Institucionais | Vicente Trevas | SP
Secretaria de Mulheres | Conceição Nascimento *** | RJ
Secretaria de Combate ao Racismo | Flávio Jorge R. da Silva *** | SP
Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento | Marina Silva *** | AC*

** Eleitos por setorial.

* Líder da Bancada no Senado Federal: 1997 – José Eduardo Dutra (SE); 1998 – Eduardo Suplicy (SP).

** Líder da Bancada na Câmara dos Deputados: 1997 – José Machado (SE); 1998 – Marcelo Déda (SE).

Fonte: *Linha Direta* nº 333, de 27/09 a 03/10/97.

| 1998 |

ENCONTRO NACIONAL EXTRAORDINÁRIO

23 E 24 DE MAIO DE 1998
QUADRA DO SINDICATO DOS BANCÁRIOS - SÃO PAULO/SP.

JORGE MARIANO



ENCONTRO EXTRAORDINÁRIO HOMOLOGA A CHAPA LULA-BRIZOLA PARA A PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA.

ENCONTRO EXTRAORDINÁRIO¹

23 E 24 DE MAIO DE 1998 – QUADRA DO SINDICATO DOS
BANCÁRIOS - SÃO PAULO/SP.

RESOLUÇÕES APROVADAS:

- | O fim de um ciclo;
- | Recurso do Rio de Janeiro, Pernambuco, Amazonas e Acre.

TESES APRESENTADAS:

- 1) Diretrizes de Programa para Candidatura Lula, Roberto Robaina;
- 2) Pela radicalização da democracia, José Genoíno;
- 3) Lula Presidente para derrotar FHC, Markus Sokol;
- 4) Organizar a campanha para eleger Lula, sem representante para defesa;
- 5) 1998: Disputar para valer, Jorge Branco e Joaquim Soriano;
- 6) Articulação unidade na luta, por José Dirceu e Aloízio Mercadante.

VOTAÇÃO DA TESE-GUIA:

José Genuíno retirou a tese nº 2 e indicou voto na tese nº 6; Roberto Robaina retirou a tese nº 1 e indicou voto para a tese nº 5. A votação foi por contraste de crachás e a vencedora foi a tese “Articulação unidade na luta”.

TESES TEMÁTICAS APRESENTADAS:

- | Combate ao racismo para um Programa de governo Lula, apresentada pela Secretaria Nacional de Combate ao Racismo e defendida por Flávio Jorge;
- | Uma agenda 21 do PT para um Brasil sustentável, apresentada pela Secretaria Nacional do Meio Ambiente e defendida por Gilney Biana e Marina Silva;
- | Tese sobre as telecomunicações, apresentada por Luciano Zica².

Presentes: 543 delegados.

1. Fontes: Caderno de Textos, s/d.; ata do Encontro Extraordinário do Partido dos Trabalhadores de 23 e 24 de maio de 1998; jornal com as resoluções aprovadas, s/d. e *PT Notícias* nº 63, de 16 a 30/06/98.

2. Após a apresentação destas teses, foi esclarecido ao plenário que as mesmas não seriam submetidas a voto, mas inseridas no Caderno de Resoluções, como contribuições. Fonte: Ata do Encontro Extraordinário.

RESOLUÇÕES APROVADAS - O FIM DE UM CICLO

A aprovação da emenda da reeleição, no ano passado, reafirmou a força do compromisso histórico conservador que levou FHC à Presidência, apoiado na mais ampla coalizão das classes dominantes da história republicana. Em 1994, FHC foi a solução que as elites empresariais e políticas encontraram para retomar o projeto neoliberal, impedir a eleição de Lula e a aplicação de um programa democrático e popular de enfrentamento da crise nacional.

Passados quase quatro anos, o país se confronta com uma dura realidade.

A cada dia, acentua-se a face autoritária do governo, expressa na ditadura das MP [Medidas Provisórias] e no uso sistemático da propaganda. FHC procura desqualificar e deslegitimar a oposição e os movimentos sociais. A legislação eleitoral imposta pelo Planalto é inaceitável.

Mais grave ainda: tenta disfarçar sua incapacidade em resolver a questão agrária e sua criminoso negligência no enfrentamento da seca no Nordeste, tentando criminalizar os movimentos sociais de protesto, em particular o MST.

A luta pela democracia continua.

A economia centralizada na âncora cambial e na abertura comercial radical promove um brutal endividamento, que fragiliza as finanças públicas e expõe o país aos ataques especulativos do capital internacional. A exclusão social avança com a desarticulação de parte da estrutura produtiva, desemprego e precarização do trabalho. A violência e a banalização da vida nos grandes centros urbanos projeta um cenário de desesperança, de *apartheid* social para grande parte da população.

Esse modelo, incapaz de viabilizar o crescimento e enfrentar a pobreza, foi agravado em 1997, com a crise das bolsas, que revelou a fragilidade da política econômica e a dependência do país dos capitais externos.

Uma sucessão de catástrofes – incêndios em Roraima, generalização da epidemia de dengue e, mais recentemente, a quebradeira dos municípios e a vergonhosa omissão do governo na seca – mostra a verdadeira cara da política econômica governamental: insensibilidade para o que ocorre com milhões de homens e mulheres no Brasil real, lentidão e cinismo para com o drama de amplos setores da sociedade, que contrasta com a rapidez com

que se adotam medidas para salvar bancos e entregar o patrimônio nacional a grupos monopólicos. A aceleração do crescimento do desemprego em 1998 e o ridículo reajuste do salário mínimo reforçam a imagem de indiferença frente ao drama do povo.

O sucateamento das universidades, contra o qual se levantam professores, estudantes e funcionários em greve, mostra um governo despreocupado com o futuro do país e com a elaboração de um projeto nacional de desenvolvimento.

Eleições recentes na Europa, em El Salvador, Argentina, México e Coreia, bem como os prognósticos de uma derrota iminente dos conservadores na Alemanha, somados à queda de Suharto, na Indonésia, no bojo de manifestações populares, mostram sinais de enfraquecimento da estratégia neoliberal. O futuro de cada um desses países está diretamente ligado à capacidade de seus trabalhadores de construírem alternativas consistentes de mudança.

O PT, as entidades populares, os partidos de esquerda e setores da sociedade civil são a grande força de oposição ao governo FHC e ao neoliberalismo. O avanço das lutas populares é o principal instrumento de resistência ao conservadorismo e de sustentação a um futuro governo democrático-popular.

A FRENTE DAS OPOSIÇÕES

Reafirmamos aqui as Resoluções do 11º Encontro Nacional, especialmente a Carta do Rio de Janeiro, que estabelecem orientações para a política de alianças e bases para um novo programa de governo. O ENPT decidiu o lançamento de um amplo movimento político e cultural em defesa do Brasil e por um projeto de desenvolvimento sustentável, soberano e solidário.

O 11º Encontro orientou o DN [Diretório Nacional] a adotar tática eleitoral de alianças mais amplas que o campo democrático-popular para as disputas estaduais e nacional, sem cair no sectarismo e na desfiguração do programa partidário, coibindo o oportunismo eleitoral e o isolacionismo.

O que deve definir nossas alianças eleitorais é a oposição a FHC, ao neoliberalismo e aos partidos de direita. A tática eleitoral em nível estadual deve estar subordinada à consolidação da Frente de apoio à candidatura Lula.

Nosso objetivo será unificar o campo democrático-popular – PT, PCdoB, PSB, PDT – em torno de candidaturas comuns à Presidência e Vice e aos governos estaduais.

O PT deve continuar a experiência de 89 e 94, mantendo a Frente com o PSB e PCdoB, ampliando-a para o PDT, sem descartar alianças com personalidades do PMDB que se opõem ao neoliberalismo e ao governo FHC.

A questão da soberania nacional ganha importância na ampliação da política de alianças. A disputa do centro, de personalidades do PMDB e do PSDB que vêm se opondo efetivamente à estratégia de cooptação do governo FHC deve-se dar em torno de uma candidatura única das oposições, permitindo evoluir de acordos pontuais para um pacto programático de governo.

Vamos disputar as eleições para vencer e devemos fazer delas uma batalha cultural e ideológica, que ajude a reverter a hegemonia conservadora, lance as bases de um novo projeto nacional de desenvolvimento e condições de governabilidade para uma coalizão democrático-popular.

A condição para vencer é articular a luta eleitoral com a mobilização e as lutas sociais.

A unidade das oposições, expressa no Protocolo da Frente, consolidou-se em lutas concretas: de apoio à reforma agrária, as lutas por emprego e cidadania, defesa da Vale [Companhia Vale do Rio Doce - CVRD], não à reeleição e na ação do bloco parlamentar contra as reformas da Previdência e administrativa.

O PT reafirma seu compromisso com a Frente de Oposições, de ter uma candidatura única, com base numa plataforma comum, apoiada em ampla mobilização popular e articulada com um movimento suprapartidário. Consideramos ser o PT o partido em melhores condições de oferecer o candidato e apresentamos nossa candidatura à Frente, com PDT, PCdoB e PSB. O PCB já declarou seu apoio à candidatura Lula e sua participação na Frente é iminente. O PMN e o PSTU terão candidaturas próprias e já declaram apoio a Lula no segundo turno.

O PPS tem candidato próprio, que contará com o apoio do PV, com marca antipetista. Não integra o Bloco de Oposição na Câmara, participa e vota com o governo federal em importantes questões e apoia a reeleição de vários governadores do PSDB.

O PT e a Frente, com base em seu Programa de governo e iniciativas parlamentares, devem pedir ao povo nova maioria para o Brasil: um Congresso ético, renovado, popular e progressista.

A Frente deve exercer atração sobre dissidências de outros partidos, sobretudo o PMDB, e personalidades políticas, para composições nacionais e regionais, com base na oposição a FHC e na plataforma comum antineoliberal. Para criar um movimento nacional suprapartidário, a Frente deverá estender-se para os demais setores da sociedade civil e personalidades.

LANÇAMENTO DA CANDIDATURA LULA

O PT, seguindo as orientações do 11º Encontro, lançou o nome de Lula, antecipando o lançamento da candidatura em Brasília, em dezembro.

Com base nas Resoluções do 11º Encontro, elaboramos, com os aliados PDT, PSB e PCdoB, as teses para uma proposta básica comum de Programa de governo, o que foi fundamental para consolidar nossa articulação com esses partidos. As Resoluções do 11º Encontro criaram as condições para nossa política de alianças nos estados, viabilizando a frente com o PDT.

Nossa firmeza na definição da agenda de Lula e a tendência pró-FHC do PMDB consolidou nossa candidatura quando o PCdoB declarou apoio a Lula e o PDT propôs indicar o vice na chapa. Precipitou-se o quadro sucessório e abriram-se as portas para um acordo com o PSB, que finalmente ocorreu. O acordo com o PDT passa pela candidatura única no Rio de Janeiro e consolida nossas alianças em Minas Gerais, Distrito Federal, Santa Catarina, Acre, Paraná e Mato Grosso do Sul.

A aliança com o PSB passa por Alagoas, Sergipe, Amapá, Pará, São Paulo e Pernambuco e permitirá consolidar os acordos no Rio Grande do Sul, Distrito Federal, Santa Catarina, Minas Gerais e Mato Grosso do Sul. As relações com o PSB, bem como com os outros partidos, envolvem a discussão do Programa e da direção da campanha.

A política em relação ao PMDB sempre foi de aprofundar as divergências de parte do Partido com o governo FHC e tentar apoio de dissidências no 1º turno, incentivando a candidatura própria.

CANDIDATURA DE BRIZOLA A VICE

O PDT indicará o nome do ex-governador Leonel Brizola a vice, o que viabiliza e consolida a Frente e será um fator de mobilização de nossos militantes. É a soma de duas grandes lideranças e partidos que não se coligaram em 1989 e 1994. Com o apoio do PSB, PCdoB, PCB e de setores do PMDB, teremos uma situação favorável para iniciar a campanha, viabilizando a ida de Lula para o 2º turno. São dezenas de milhares de militantes, mais de 300 parlamentares, centenas de prefeitos e milhares de vereadores por todo o Brasil.

O CENÁRIO ELEITORAL E AS CANDIDATURAS

Há, em 1998, um agravamento do desemprego e da questão social, além dos riscos de deterioração da economia internacional e das contas do governo e

do país. Os altos juros e o Pacote 51^l são recessivos. Os cortes nos investimentos e gastos atingiram a área social. Pode haver uma crise maior na economia. FHC disputa a eleição em meio a uma recessão e agravamento do quadro fiscal da União, estados e municípios, com pequena margem de manobra fiscal e monetária para atenuar a crise. Isso não significa necessariamente que Lula será beneficiado. Tudo depende de nossa capacidade de gerar alternativas.

É evidente o desgaste do governo. Cresce a insatisfação social e política, mas o Planalto insiste em seu estoque de iniciativas: o controle da inflação, a propaganda das obras do Brasil em Ação e um discurso mistificado sobre educação, reforma agrária e direitos humanos. Porém, nenhuma propaganda pode esconder o desemprego crescente e o achatamento dos salários, o colapso da saúde, o fisiologismo e a imagem de governo dos ricos.

O escândalo da privatização da Ligth e da CERJ [Companhia de Eletricidade do Rio de Janeiro], a oposição dos trabalhadores ao contrato temporário, dos aposentados e funcionários públicos às reformas da Previdência e administrativa, dos prefeitos à concentração dos recursos tributários em Brasília, dos pequenos e médios empresários à política de juros altos e abertura indiscriminada da economia, a greve das universidades, vêm desgastando o governo e criando as bases para o voto de oposição. A isso se somam as acusações de fisiologismo, negócios espúrios e favorecimento a grandes grupos econômicos.

O governo poderá tentar, no 2º semestre, mudar o cenário de desemprego e da recessão, impulsionando o consumo e os investimentos, com base nos recursos das privatizações e aumento dos gastos públicos. Sobre algumas questões internacionais – protecionismo dos países ricos, por exemplo – fará um discurso mais à esquerda, sem ultrapassar a retórica.

Apesar dos avanços e ações de massas de 1997 e, sobretudo, das manifestações das últimas semanas, o nível de mobilização e luta do movimento sindical e popular não atingiu o nível que o momento político exige. Mesmo assim o governo já revela sua disposição de reprimir os protestos populares.

Por isso, a prioridade nº 1 para o PT é a mobilização e a luta social daqui até as eleições, o que vem sendo articulado a partir do Encontro contra o Neoliberalismo. Nossa candidatura tem, no início da campanha, o apoio de 25% do eleitorado, o que garantirá, consolidada a Frente e as alianças regionais, nossa ida ao 2º turno e o crescimento de nossas bancadas nas Assembleias, Câmara e Senado.

1. Pacote de medidas de ajuste econômico, baixado em consequência da crise das bolsas no Sudeste Asiático, no final de 1997.

A candidatura FHC tem densidade eleitoral, está articulada com o grande empresariado, tem apoio internacional, recursos, tempo de TV e rádio e uma ampla coligação de partidos: PSDB-PFL-PTB-PPB; tudo fazendo para ter o apoio do PMDB.

Sofre desgaste, no entanto, tendo em vista a degradação da situação social, a precariedade do equilíbrio macroeconômico, cada vez mais perceptível, a imagem de lentidão, insensibilidade e de governo dos ricos e a série de desacertos políticos recentes.

A candidatura Ciro [Gomes] cresceu e estacionou, perdeu espaço na mídia, não tem estrutura partidária e militantes. Seu tempo de TV e rádio será mínimo e dependerá só do desempenho do candidato ou do fracasso de FHC, quando pode surgir como alternativa dentro do modelo.

O programa de Ciro [Gomes] – que ele definiu com as formas Real + 1 e FHC+1 – visa reduzir o impacto das medidas não liberais para esses setores: desonerar a produção, cobrar imposto sobre consumo, abater a dívida pública com o dinheiro das privatizações, atacar o corporativismo sindical, acelerar as reformas...

As afinidades programáticas entre Ciro Gomes e FHC deixam claro que as candidaturas de esquerda e de centro-esquerda não são aliadas.

As candidaturas Enéas [Carneiro] e [Ivan] Frota são distintas. Enéas é um candidato errático, tende a nos combater, enquanto o PMN é aliado nos principais estados e pode marchar conosco no 2º turno.

Os limites atuais da candidatura Lula estão no domínio que o governo tem dos meios de comunicação, do uso da máquina e no apoio do grande empresariado. A rejeição de Lula está tecnicamente empatada com a de FHC. Para enfrentar-nos, o governo aposta na nossa imagem de adversários do real. Tenta criar a imagem de uma oposição que só sabe dizer não, raivosa, sem programa. Começa a fazer, e fará cada vez mais, o discurso terrorista de que a oposição não terá governabilidade, mergulhando o país no caos.

Para as oposições, coloca-se a necessidade de reverter essa imagem, que pode calar fundo em muitos setores médios e populares. Trata-se de mostrar que FHC, pelos perigos que sua política econômica traz e por sua cegueira diante do quadro social em deterioração, pode mergulhar o país em uma convulsão social e na mais absoluta ingovernabilidade.

A força de nossa candidatura está na Frente e na sua ampliação para setores de oposição ao neoliberalismo, em um programa capaz de mobilizar nossa militância e os movimentos sociais e ampliar seu apoio nos setores mé-

dios da sociedade, de dar respostas aos principais problemas do país e apontar um novo rumo para o Brasil.

A experiência em campanhas mostra a importância da unidade política e programática da candidatura Lula, sem duplicidade de direção política e ambiguidade no programa de governo e no discurso. O governo tentará bater na tecla de que o PT “é um saco de gatos”, que, não tendo unidade interna, será incapaz de governar um país das dimensões e complexidade do Brasil.

O CARÁTER E A ORGANIZAÇÃO DA CAMPANHA LULA

Temos experiência de outras campanhas para não cometer erros políticos/organizativos do passado. Isto vale para a relação com nossos aliados, que não devem ter um papel secundário ou decorativo, e para a relação interna com militantes, tendências e instâncias regionais.

Precisamos construir uma direção política da coligação. Um conselho político com os presidentes dos partidos para dirigir a campanha e tomar as principais decisões. Os quatro partidos deverão partilhar os custos da campanha e defender os candidatos e o programa comum.

No PT, precisamos de uma direção política da campanha e uma coordenação eleitoral capaz de implementar as orientações gerais.

Caberá ao DN e à CEN [Comissão Executiva Nacional] a direção política da campanha do PT. A coordenação implementará decisões e organizará a campanha em nível nacional.

Organizar a campanha em nível nacional não significa substituir as direções e as coordenações estaduais, que serão responsáveis pela mobilização e infraestrutura das campanhas. Caberá à coordenação nacional o acompanhamento político diário da campanha e a implementação da linha de campanha, decidida pela direção nacional com base nas resoluções dos encontros partidários e dos acordos e decisões do conselho político da Frente.

A coordenação será responsável pela agenda, finanças, pesquisas, programa, informações, apoio jurídico, orientação para debates, rádio e televisão, imprensa, enlace com estados e com a Frente (nacional e nos estados).

DIRETRIZES PARA O PROGRAMA DE GOVERNO

A discussão programática, em 1998, se fará a partir do acúmulo das campanhas de 89 e 94, quando houve avanços tanto no conteúdo quanto no

método de elaboração do Programa. Essas experiências devem ser analisadas criticamente. A conjuntura 1998 é distinta das anteriores e há muitos elementos a serem corrigidos.

O 11º Encontro aprovou Diretrizes de Programa, que são a base para a elaboração atual. Uma comissão com representantes do PDT, PCdoB, PSB e do PT preparou documento preliminar, publicado em outubro de 1997, com um conjunto de propostas para uma plataforma de governo. É uma aproximação conceitual do que deve ser o Programa. Sofrerá modificações na forma de abordagem e de apresentação das propostas.

Diferentemente do passado, a elaboração programática de 1998 deverá ser feita em conjunto com os partidos da Frente. Isso não exime o PT de realizar sua discussão, mas indica que o Programa é uma iniciativa da Frente. .

O Programa será elaborado em interlocução com a sociedade, especialmente com suas expressões organizadas, mas ele não é uma soma de reivindicações. Deve apresentar uma proposta abrangente de transformação da sociedade e do Estado brasileiros.

O Programa Lula-98 não é um Plano de governo, ainda que reúna suas diretrizes fundamentais. Deve ser um documento de mobilização social e política. Deve ter um texto coerente, sólido teoricamente, realista e que leve em conta a correlação de forças sociais e políticas do país. Para cumprir sua função mobilizadora, deve propor alterar essa correlação de forças. É bom lembrar a reflexão de Lula após a derrota de 1994: “para mudar o país não basta ganhar as eleições; para ganhar as eleições é necessário mudar o país.” O Programa deve perseguir esse objetivo de mudar a relação de forças.

O Programa não se confunde com o programa socialista do PT ou com os dos outros partidos da Frente. Suas reivindicações se inserem em uma transformação de longo prazo e refletem o Brasil e o mundo que queremos, ainda que esses objetivos não sejam alcançados no prazo de um governo. As reformas que o Programa propõe, ainda que situadas no marco de uma sociedade capitalista, se chocam com o capitalismo realmente existente no Brasil. A implementação de um programa radical de reformas – por seus efeitos econômicos, mas sobretudo por sua capacidade política de agregar forças sociais – contribuirá para a refundação de uma perspectiva socialista no país.

Nosso Programa faz parte de uma estratégia de transformação global do país. Por isso não se pode escamotear dificuldades políticas, econômicas, jurídicas, culturais que irá enfrentar. Deve ser ainda peça de mobilização social

e política. Defendemos um programa de ruptura com o neoliberalismo. Somos a candidatura que vai substituir a atual política econômica por outra que compatibilize estabilidade com crescimento sustentado, assentada em três eixos: distribuição de renda e riqueza, defesa da soberania nacional e democratização radical da política e da sociedade brasileiras, numa perspectiva socialista.

O Programa deve ser de fácil entendimento, breve, sintético e centrado nas questões fundamentais. Sem subordinar-se aos humores do eleitorado, deve abordar as questões essenciais, a partir da percepção que a maioria da sociedade tem delas. O Programa deve ser concreto, com objetivos e metas, se possível quantificadas. Deve mostrar de onde virão os recursos, que obstáculos jurídicos e políticos existem e como serão superados.

O resultado deve ser um documento que tenha credibilidade e aponte para soluções originais. Devemos convocar a sociedade e mostrar que o novo governo terá força e vontade políticas para realizar o prometido.

Deverá buscar-se uma articulação entre o Programa Lula-98 e os programas estaduais, importante em função da crise da Federação.

O PG Lula-98 exige um diagnóstico da situação atual do país para mostrar o Brasil que queremos. Explicitará os seus pressupostos, isto é, a perspectiva política na qual nos situamos. Trata-se de recusar a lógica neoliberal; não só as respostas dos conservadores, mas as próprias questões que eles colocam, evitando muitas de suas armadilhas ideológicas, do tipo “você são favoráveis ou não ao real?” Esse procedimento dá credibilidade e capacidade de mobilização ao Programa.

Os pontos programáticos expressarão o essencial da transformação que o governo Democrático e Popular realizará no país.

A peça central programática será complementada por documentos que aprofundem questões abordadas no Programa, destinada a formadores de opinião, dirigentes e militantes. Nelas poderão ser abordadas de forma mais consistente questões como a reforma agrária, programa de mais e melhores empregos, as questões ambientais, a política de ciência e tecnologia, por exemplo.

O documento central do Programa deve recolher os pontos contidos nos eixos programáticos e apresentá-los sintética, clara e quantificadamente em um número restrito de pontos (5 ou 13, por exemplo).

O programa tem três eixos fundamentais.

O social, onde se enfrenta o problema da exclusão e desigualdades que afetam a maioria da sociedade. O programa articula reformas econômicas às

sociais. Ambas impedem a desindustrialização e desnacionalização do país, promovem o desenvolvimento baseado na distribuição de renda e expansão do mercado interno. Propomos uma reforma tributária capaz de gerar poupança para financiar o crescimento, modificando as condições de pagamento da dívida pública, estabelecendo um teto para os gastos com juros/principal que seja compatível com as necessidades de custeio e investimentos previstos em nosso programa, reorganizar os serviços públicos, sobretudo a saúde e a educação, e promover a reforma democrática do Estado. O Programa deve implantar políticas de renda mínima, plano nacional por mais e melhores empregos e salários, realizar a reforma agrária e uma política agrícola objetivando a democratização da propriedade e o combate à miséria.

Tendo em vista os condicionantes internacionais e as heranças dos governos anteriores, é importante que a Frente possua sólida base parlamentar, apoio entre governadores progressistas e conte com uma sociedade mobilizada, capaz de exigir o cumprimento do Programa.

Nosso desafio é articular a resistência popular à perspectiva de um novo governo, comprometido com um projeto alternativo de desenvolvimento, que rompa com a lógica neoliberal. A herança do governo de FHC será pesada: fragilidade externa e das finanças públicas, desarticulação de parcela do sistema produtivo e demandas sociais, especialmente por trabalho e políticas sociais básicas. Corre-se o risco de grave crise cambial antes ou depois das eleições, como ocorreu no México.

Desmontar a armadilha da âncora cambial-juros altos é nossa primeira tarefa. O país precisa constituir novos mecanismos de financiamento. Isso só será possível se superarmos a sobrevalorização cambial, já que essa política expõe o país a uma situação de risco frente a um ataque especulativo da moeda, que comprometerá a estabilidade, causando recessão e volta da inflação.

O novo governo definirá uma política de transição que desmonte a lógica neoliberal e proteja a produção e os setores fragilizados da sociedade. Será decisivo alongar o perfil da dívida interna e reduzir os juros para aliviar a pressão financeira sobre o orçamento público, das empresas e famílias. Devemos reintroduzir no cenário internacional o tema da dívida externa, porque o endividamento crescente do continente é insustentável, como demonstrou a década de 80. Devemos combater o projeto norte-americano de formação de uma Área de Livre Comércio das Américas e o Acordo Mundial de Investimentos (MAI), pois ambos ferem gravemente a soberania nacional, a capacidade de decidir sobre nosso destino.

O papel do Estado na economia será fundamental para impedir a anarquia que o mercado sem controle gera, sobretudo nesta etapa de aguda internacionalização produtiva e financeira. Ele terá um papel coordenador, regulador, indutor e produtor.

Só assim será possível realizar o Projeto Nacional de Desenvolvimento. O Estado manterá sua presença sobre os setores energéticos, de telecomunicações e petróleo. Cancelará o Programa Nacional de Desestatização. Poderá admitir parcerias que não acarretem a perda de controle nacional sobre atividades essenciais. Exercerá fiscalização sobre setores privatizados, podendo revogar privatizações fraudulentas ou de empresas que não cumpram suas responsabilidades. Criará imposto sobre os lucros extraordinários desta área. Apoiará ou impulsionará as iniciativas judiciais para que a CVRD volte ao controle público. O novo governo democratizará o funcionamento das estatais, para que se transformem em entidades públicas, e não centros de poder de setores privados ou feudos de grupos da burocracia estatal.

Uma nova relação da União com estados e municípios modificará o processo de centralização atual, responsável pela crise do sistema federativo, agravada pela concentração tributária promovida pelo FEF [Fundo de Estabilização Fiscal], Lei Kandir, Fundo de Valorização do Magistério, juros altos e sucateamento dos serviços públicos. A revogação do FEF, a devolução aos estados das perdas do ICMS causadas pela Lei Kandir, a redução da renúncia fiscal e uma reforma tributária acompanhada de ampla renegociação da dívida dos estados e novos padrões de financiamento são essenciais para a autonomia política dos estados.

Esse processo de transição, que imporá desafios ao país, deve ser dirigido aos novos objetivos estratégicos de promover uma democratização radical da sociedade e do Estado, impulsionar um desenvolvimento econômico sustentável, solidário e soberano, orientado para um mercado de consumo de massas e serviços públicos essenciais.

Os princípios do desenvolvimento sustentável, e integram de longa data as propostas programáticas do PT, e foram explicitados na tese Uma agenda 21 do PT para um Brasil sustentável, passam a integrar as conclusões políticas centrais deste Encontro Extraordinário.

As reformas agrária e urbana, acompanhadas de um programa de habitação popular, o estímulo à pequena produção familiar no campo e o fomento à agricultura de alimentos e às políticas de universalização da educação (com

a bolsa-escola) e saúde pública são os objetivos econômicos e sociais básicos da transição. O governo democrático-popular estimulará as formas cooperativas de produção e expandirá o microcrédito através dos bancos do povo, como Portosol, de Porto Alegre, e BRB-Trabalho, do DF.

É fundamental democratizar as relações de trabalho desde o chão da fábrica até os grandes cenários nacionais. Devemos reconstruir a legislação, impedindo a flexibilização das relações trabalhistas, reforçando a negociação e o contrato coletivo de trabalho e garantindo a autonomia e a representatividade dos sindicatos. O mundo do trabalho merece uma autêntica política de emprego e renda, apoiada na valorização salarial (especialmente do salário mínimo) e nas políticas de saúde, educação, habitação, saneamento e transporte. No governo democrático-popular se instituirá o Programa de Garantia de Renda Mínima. Todo cidadão tem o direito de participar da renda da Nação, de receber pelo menos o necessário para sua sobrevivência. Toda família tem o direito de poder enviar seus filhos à escola. A melhoria da distribuição de renda só será efetiva e duradoura se o combate à inflação for acompanhado da retomada dos investimentos, crescimento do emprego e elevação progressiva e constante do salário mínimo. O objetivo deve ser aumentar a participação dos salários na renda nacional, há muitos anos em queda.

Estas propostas dependem de mecanismos de controle social do Estado e das políticas públicas.

Assim, é possível tornar eficaz a máquina estatal, acabar com abusos, prepotência e ineficiência. O controle do Estado pela sociedade – como mostram os orçamentos participativos – é uma escola de cidadania, permite a criação de novos direitos e fortalece a República.

O nacional, que buscará definir as bases da construção do Brasil como Nação, a partir de uma presença soberana do Brasil no mundo, que orientará as bases de nossa política externa.

Propugnamos por uma política de paz e de busca de construção de uma ordem econômica internacional justa e democrática. Lutaremos pela reforma de organismos multinacionais, como a ONU [Organização das Nações Unidas], FMI [Fundo Monetário Internacional], BIRD [Banco de Reconstrução e Desenvolvimento], BID [Banco Interamericano de Desenvolvimento], OMC [Organização Mundial do Comércio], hoje a serviço do hegemonismo norte-americano.

Nossa política externa privilegiará as relações com a América Latina e África Meridional, além de buscar uma articulação com países como a China,

Índia, Rússia e África do Sul. Uma política mais ativa em relação à União Europeia permitirá aproveitar as contradições desta com os Estados Unidos e abrir mais espaços internacionais. O princípio de reforçamento da soberania nacional não se confunde com uma posição autárquica, de fechamento para o mundo. Ao contrário, para viabilizar nosso projeto nacional deveremos ter uma forte e ativa presença internacional, buscando alianças táticas e estratégicas capazes de alterar a correlação de forças atual, desfavorável aos países do sul.

Alteraremos a política externa do país, baseando-a na recusa da inexorabilidade da globalização e na luta por uma outra ordem mundial, baseada no respeito à soberania das nações, na democracia e na cooperação, que visa elevar o nível de vida dos povos. Essa nova ordem só será possível com a desconstituição da hegemonia norte-americana e com a constituição ou reconstituição de organizações internacionais que as expressem.

Proporemos uma reforma e ampliação do Mercosul, com propostas de políticas comuns nas áreas industrial, agrícola, educacional e de ciência e tecnologia. O Mercosul deve combater a exclusão social e propor políticas de mais e melhores empregos e salários. Deve proteger os pequenos e médios proprietários. Deve democratizar suas instituições.

A união dos atuais países-membros do Mercosul e daqueles em processo de associação é a melhor arma para resistir à ofensiva hegemônica dos EUA para formar a Alca e garantir uma presença soberana da região no mundo. O Brasil combaterá os acordos que dão forma jurídica à hegemonia do grande capital financeiro e do imperialismo, como são a proposta da Alca e do Acordo Multilateral de Investimentos. O governo brasileiro emprestará todo o apoio a Cuba em sua luta contra o bloqueio econômico.

A abertura comercial deve ser racionalizada, com o uso de salvaguardas e articulada a uma política industrial e de desenvolvimento científico e tecnológico. Não se quer voltar ao protecionismo cartorial, mas não aceitamos a abertura selvagem ou casuísmos que favorecem *lobbies* próximos ao governo FHC. O país precisa de uma política de comércio exterior vinculada a um projeto de desenvolvimento sustentado.

O democrático. No plano político, é necessário um programa de democratização do Estado, que corrija as distorções no sistema de representação parlamentar, elimine o peso do poder econômico nas eleições, por meio do financiamento público das campanhas, e estabeleça uma lei de fidelidade partidária. É preciso garantir o acesso de todos à Justiça, além de fazê-la mais rápida e imparcial, com controle externo.

Para fazer frente ao crescente processo de apartação de homens e mulheres da participação eleitoral e da vida política em geral, decorrente do distanciamento em que o Estado se coloca em relação à sociedade, é necessário transformar a democracia em uma questão central. Impõe-se uma reformulação global do sistema institucional e a criação de novas instituições, tanto no Estado como na sociedade civil, tendo como eixo a reversão do processo de barbarização e a promoção da cidadania. Reformar o sistema jurídico e eleitoral, reformar o sistema político e a polícia e dotar o Estado de capacidade para a promoção de políticas públicas nas áreas de educação, segurança, saúde, seguridade social, infraestrutura, habitação e meio ambiente, sozinho ou em parceria com a iniciativa privada.

A prioridade na segurança pública é a defesa da cidadania, que exige a unificação e desmilitarização das polícias. É fundamental combater a violência policial, com o fim da Justiça Militar, e assegurar o respeito aos direitos humanos. Fazer ampla reforma dos Códigos Penal e de Processo Penal e do sistema prisional. A reestruturação das polícias, inclusive da Polícia Federal, é condição para o combate ao crime organizado e ao narcotráfico.

Com a extensão da cidadania a todos os brasileiros – igualdade e respeito às diferenças de gênero, etnias, raça, idade, opção sexual, condição física ou mental, etc. – o Programa deve incorporar as reivindicações de todos os setores da sociedade que sofrem formas específicas de discriminação.

O Brasil é um país racista e, para a implementação de um Programa Democrático e Popular, é necessário constatar a absoluta impossibilidade de transformações estruturais na sociedade brasileira sem o enfrentamento da questão racial. Os pronunciamentos do atual governo revelam a reengenharia do mito da democracia racial, que busca negar o racismo e substitui sua denúncia por declarações que reconhecem o problema, mas não indagam o papel da sociedade e do Estado na sua superação. É necessário definir claramente um programa específico que estabeleça políticas com capacidade de oferecer aos homens e mulheres negros melhoria de suas condições de trabalho e de vida e devolva a esperança aos amplos setores excluídos da vida nacional pelo racismo.

A reforma do Estado significa democratizá-lo, torná-lo mais transparente e socialmente controlado. Esse controle social é fundamental para combater a corrupção, hoje um componente estrutural do sistema. É urgente acabar com os privilégios, pôr fim à impunidade dos ricos e poderosos, dos

assassinos de Corumbiara, de Eldorado do Carajás e do índio Galdino Pataxó, dos responsáveis pelas mortes das clínicas de Caruaru, do Hospital de Idosos ou da UTI de bebês no Rio [de Janeiro], dos ladrões da Encol, dos bancos Nacional e Econômico, dos “300 picaretas” que venderam seus votos em troca das benesses do BB [Banco do Brasil] e alugam seu mandato ao Poder Executivo, de Sérgio Naya, até ontem da “base de sustentação do governo”, dos negociatas da privatária que infestam o país.

A radicalização da democracia passa por uma regulamentação do uso de MP e pelo uso de consultas populares, como plebiscitos e referendos.

A construção democrática deve garantir o acesso de todos aos meios de comunicação, eliminando o virtual monopólio.

Para alcançar as mudanças desses três eixos programáticos, o Brasil deverá experimentar uma revolução democrática, com importante dimensão cultural.

A despeito da presença de um sociólogo na Presidência da República, o país vive um clima de mediocridade intelectual.

A virada que buscamos em 1998, e que este programa procurará expressar, tem uma dimensão fundamental no plano da cultura.

Não se trata de uma operação de sedução de artistas e intelectuais para que subam em nosso palanque, mas da criação de um movimento de renovação de ideias, criatividade científica e experimentalismo estético. Um novo governo deve ser um ponto de apoio material e institucional desse movimento social e autônomo.

Cada vez que o Brasil pensou um Projeto Nacional de Desenvolvimento, ocorreu um forte movimento de ideias, no plano da cultura e das artes. A atual conjuntura é própria para um novo ciclo desse tipo. Os destinos do Brasil estão em nossas mãos e não podemos faltar com nossas responsabilidades.

* Pacote de medidas de ajuste econômico, baixado em consequência da crise das bolsas no Sudeste Asiático, no final de 1997.

RECURSOS

RIO DE JANEIRO

Contra a decisão aprovada pelo Diretório Nacional na reunião dos dias 8 e 9 de maio, que revogou a decisão do Encontro Estadual de lançamento de candidatura própria ao governo do Rio de Janeiro.

Votação: Votos a favor do recurso: 201; votos contrários: 310; abstenções: 13. Total: 524 votos.

Resultado: Fica mantida a decisão do Diretório Nacional de revogar a decisão do Encontro Estadual do Rio de Janeiro de candidatura própria ao governo do Estado, para, em consequência, apoiar o candidato do PDT a governador, Anthony Garotinho.

PERNAMBUCO

Apresentado contra a decisão do Diretório Nacional de 22 de maio de 1998, de anular parte da resolução do Encontro Estadual de Pernambuco, de 16 e 17 de maio de 1998, no que se refere à política de alianças. O Diretório Nacional, acatando recurso subscrito por Dilson Peixoto e Beatriz Gomes, ambos da Comissão Executiva Estadual do PT-PE, decidiu que são “consideradas nulas as deliberações irregularmente tomadas pelos presentes ao Encontro Estadual, após a ausência de quórum mínimo para votação, conforme preveem os artigos 7º e 8º do Regimento Interno do Encontro Estadual Extraordinário, o que se comprova pela não divulgação do número de votantes em cada um dos itens”.

Contra essa decisão do DN foi apresentado ao Encontro Nacional recurso subscrito por Sheila de Oliveira.

Votação: A favor do recurso: 151 votos; contrários: 264; abstenções: 3. Total: 418 votos.

Resultado: Fica mantida a decisão do Diretório Nacional, que anulou as deliberações adotadas pelo Encontro Estadual de Pernambuco, após a ausência do quórum mínimo de votação, excluindo-se, por consequência, da

respectiva ata e da Resolução daquele Encontro Regional, os itens que haviam sido inseridos após o término do horário daquele Encontro e sem o quórum necessário para sua aprovação.

ACRE

Contra decisão do DR-AC de incluir o PSDB na coligação que apoia a candidatura de Jorge Viana a governador do Acre. A Comissão de Sistematização esclareceu que há emenda substitutiva relativa ao Acre, que se contrapõe ao recurso apresentado.

Votação: por contraste visual de crachás, rejeitado o recurso e aprovada a emenda.

Resultado: Fica mantida a decisão do Diretório Regional do Acre, de incluir o PSDB na coligação em apoio ao candidato Jorge Viana às próximas eleições ao governo daquele estado. Deve, ainda, ser substituído o item 13 da tese-guia, dando-se a seguinte redação: “A ampliação das frentes estaduais, com a entrada de outras forças políticas além daquelas que compõem a frente nacional, poderá acontecer desde que não fira a independência de nossa campanha presidencial e o programa de oposição a FHC. É o caso do Acre, onde a necessidade de derrotar o narcotráfico, o crime organizado e a corrupção justifica a ampliação da Frente Popular, incluindo o apoio do PSDB ao candidato do PT ao governo do Estado”.

AMAZONAS

Apresentado contra a decisão aprovada pelo Diretório Regional do AM, de o PT participar da coligação majoritária que inclui o PMDB e PSDB, em apoio à candidatura de Serafim Correa (PSB) a governador do Estado.

Votação: 206 votos a favor, 209 contra e 17 abstenções, totalizando 432 votos.

PARTIDO DOS TRABALHADORES

**RESOLUÇÕES
DE ENCONTROS
E CONGRESSOS
& PROGRAMAS
DE GOVERNO**

1979-2002

SUMÁRIO

- 833 APRESENTAÇÃO
JOSÉ GENOINO E HAMILTON PEREIRA
- 835 PREFÁCIO
- 837 PT - 25 ANOS
COM A PALAVRA OS PRESIDENTES DO PT
- 861 ENCONTROS E CONGRESSOS
SINOPSES
- 889 PROGRAMAS DE GOVERNO
SINOPSES
- 898 TEXTO SOBRE A RLS
- 899 ÍNDICE DE SIGLAS

APRESENTAÇÃO

O *Partido dos Trabalhadores* constituiu-se rompendo paradigmas anteriores, sejam aqueles prevaletentes na cultura política das elites brasileiras, sejam aqueles estabelecidos dentro do próprio movimento operário e socialista que lhe deu o berço e o impulso. A consistência da ação de um partido se mede pela capacidade que revelar na avaliação de sua trajetória. Dos seus erros e dos seus acertos. Da coerência entre seus princípios e objetivos. Da sua prática cotidiana.

A disputa pela hegemonia dos valores socialistas e democráticos na sociedade brasileira contra a moldura oligárquica e liberal-conservadora, nos impõe severos desafios. A produção programática do PT ao longo desses 25 anos revela um esforço intelectual criativo e atento à complexa realidade do Brasil. Um esforço que, ao longo do tempo ganha em densidade, refina sua capacidade de dialogar com as diferentes regiões do país, com sua história e sua cultura política, na busca de elaborar novas sínteses capazes de organizar o pensamento e as tarefas dos movimentos dos trabalhadores e outros setores populares.

Tal produção orientou e foi modificada e enriquecida por uma prática ancorada, desde suas origens, nas lutas sociais e, ao mesmo tempo, numa firme e crescente presença nos espaços institucionais.

Pouco mais de duas décadas de lutas conduziram o *Partido dos Trabalhadores* à Presidência da República. Essa inegável vitória dos trabalhadores brasileiros veio coroar um rico e contraditório processo de disputas políticas, sociais e institucionais que se materializaram em grandes mobilizações sociais e na ampliação das bancadas parlamentares, nos municípios, nos estados e na União Federal; em prefeituras e governos estaduais.

Conduzir a bom termo um governo sustentado por uma contraditória frente de partidos e forças políticas, sem perder de vista o nosso projeto de transformação da sociedade brasileira, o nosso compromisso de

combater as desigualdades sociais e fazer do Brasil uma nação democrática, soberana, socialmente justa e ambientalmente sustentável é o nosso grande desafio.

José Genoino
Presidente do PT

Hamilton Pereira da Silva
Presidente da Fundação Perseu Abramo

PREFÁCIO

O livro *Partido dos Trabalhadores: Resoluções de Encontros e Congressos – 1979-1998*, publicado em 1998, resultou de minuciosa pesquisa realizada pelas equipes da Secretaria Nacional de Formação Política (SNFP) do Diretório Nacional do PT e do Projeto Memória & História, da Fundação Perseu Abramo. O livro tornou-se referência obrigatória para todos aqueles interessados em conhecer melhor o Partido dos Trabalhadores (PT), os movimentos sociais e a história política brasileira contemporânea.

Como resultado do resgate e da organização preliminar do acervo histórico do PT, que criou condições para a sua abertura à pesquisa, a Fundação Perseu Abramo, em 2001, transformou o Projeto Memória & História no Centro Sérgio Buarque de Holanda – Documentação e Memória Política. O Centro, desde então, se dedica a ampliar o acesso à documentação histórica permanente do partido – por meio de técnicas como microfilmagem e digitalização de documentos – e ao atendimento a pesquisadores. Atua ainda na difusão dos resultados da pesquisa histórica sobre a sociedade brasileira e sobre a esquerda internacional, tendo como público-alvo militantes e cidadãos situados no campo progressista.

Em 2003, um novo passo importante na construção da política de gestão de acervos do partido foi dado pela Secretaria Nacional de Organização (SORG), ao constituir, em parceria com a Fundação Perseu Abramo, o Núcleo de Documentação do Partido dos Trabalhadores (NUD). O NUD organiza, conserva e cria as condições de disponibilização do acervo do Diretório Nacional, orientando ainda a organização da documentação de outras instâncias partidárias. Além disso, atua nas principais atividades do processo de gerenciamento da informação, participando e auxiliando na determinação das exigências informacionais, na sua obtenção, distribuição e utilização.

Desde o primeiro trabalho realizado, buscou-se recuperar os textos aprovados por meio da documentação original (atas, circulares, regimento interno, teses, resoluções e outros), principalmente até o 4º Encontro Nacional (1986). Esses documentos originais eram datilografados, sendo eventualmente multiplicados através de mimeógrafos ou fotocópias. A partir do 5º Encon-

tro (1987), a fonte principal passou a ser as publicações oficiais das resoluções, editadas sob a responsabilidade do Diretório Nacional ou da Comissão Executiva Nacional. O conteúdo das resoluções foi mantido na íntegra, sendo objeto apenas de uma revisão ortográfica.

As informações necessárias para elaborar as fichas técnicas e recuperar as direções eleitas para o Diretório Nacional e suas respectivas comissões executivas foram extraídas da documentação original, gerando um dossiê relativo a cada Encontro ou Congresso. As fichas sintetizam dados relativos aos critérios de participação, teses e chapas apresentadas, número de delegados presentes e de estados representados e resultados das votações. Os programas de governo produzidos entre 1989 e 1998 foram digitalizados exclusivamente para esta edição, sendo que os relativos a 2002 já encontravam-se disponíveis em meio digital.

A publicação do livro *Partido dos Trabalhadores: Resoluções de Encontros e Congressos – 1979-1998* em 1998 foi uma importante contribuição para fomentar uma cultura de preservação da memória do PT por meio da continuidade da organização e produção de seus documentos e informações.

Hoje, com a publicação do CD-ROM *Partido dos Trabalhadores: Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo – 1979-2002*, o partido compreende a necessidade de preparar seus documentos e seus arquivos para atuarem como elementos facilitadores nas ações do cotidiano, e na preservação de sua memória – repositório de seus conhecimentos e experiências. A preservação da documentação oferece base para as importantes tarefas, presentes e futuras.

Ao completar 25 anos, o PT comemora várias conquistas, reencontra-se com sua história e, com isso, se fortalece para novos desafios.

PT 25 ANOS

COM A PALAVRA
OS PRESIDENTES DO PT

O MOTOR DA NOSSA HISTÓRIA

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, ATUAL PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FOI PRESIDENTE DO PT ENTRE 1980 E 1987, 1990 E 1994, E EM 1995

Costumo dizer que os fatos caminham à frente das ideias, e não há nisso qualquer menosprezo pelo poder das ideias, tampouco pelo papel dos intelectuais na vida de um povo, nas lutas de um país e, naturalmente, na trajetória de um partido político como o PT.

Na verdade, o que ocorre é que as ideias ajudam os fatos com a força dos argumentos e contribuem assim para decifrá-los, adicionando-lhes um sentido e uma extensão muitas vezes ignorados até pelos seus protagonistas. Não raro esse processo exerce uma influência decisiva no passo seguinte da história, quando o frescor de novos acontecimentos vai gerar, sucessivamente, outras reflexões que ajudarão a empurrar a aventura humana um pouco mais adiante.

Esse diálogo frequentemente tenso, mas encorajador, que impulsiona a trajetória das sociedades, explica em boa parte também a vigorosa evolução do nosso partido, o Partido dos Trabalhadores.

São 25 anos de lutas e debates em busca de um Brasil mais justo e digno. Lembro-me sempre, com carinho, da primeira bandeira do PT feita lá em casa, em São Bernardo, onde começamos a nos reunir em pequenos grupos depois das greves de 1978 e 1979, justamente para extrair lições daquelas lutas. Uma delas foi a necessidade de construir no Brasil um partido que expressasse de fato os interesses dos trabalhadores e das grandes massas do campo e das cidades.

Foi nessa época que a Marisa costurou uma estrela branca no fundo vermelho de um tecido italiano, guardado durante anos numa gaveta, quem sabe para fazer um vestido. Foi a nossa bandeira, idealizada nos seus rabiscos originais pelo saudoso Julinho de Grammont e alguns outros companheiros. Depois, começamos a estampar camisetas com o mesmo símbolo para arrecadar recursos na campanha de filiação.

Assim nasceu o PT: uma mistura de lutas concretas, muita discussão e o sonho de um futuro melhor estampado com carinho e coragem num re-

talho de pano vermelho, iluminado por uma estrela branca. Em 1982, surgia o genial “oPTei”, criação do também saudoso Carlito Maia, que traduziu de forma tão forte e direta a opção por um partido novo e promissor.

Esses mesmos ingredientes estão presentes hoje na singular experiência do partido que chega ao poder numa sociedade marcada por desafios seculares, responsáveis pela tensão inevitável entre os limites do Estado e as justas demandas da grande maioria do nosso povo.

Não vejo aí, porém, uma ruptura na dinâmica de construção do PT. Ao contrário. A experiência do poder apenas acelera e aprofunda o velho diálogo iniciado lá atrás entre fatos e ideias, submetidos ao implacável escrutínio da prática política que nos ensinou uma lição de enorme atualidade: podemos sempre modificar as velhas circunstâncias de uma sociedade, mas não podemos jamais esquecer que elas existem.

O PT, portanto, tem lastro democrático para enfrentar as contradições previsíveis do exercício do poder, como está fazendo. Sabemos por experiência de vida que mudanças sociais profundas não derivam do voluntarismo estatal, mas decorrem da capacidade de luta de cada povo para transformar o Estado, e suas políticas, no agente efetivo dos interesses majoritários.

Esse aprendizado que começou no chão da fábrica é o grande fiador dos sonhos e inquietações que, felizmente, continuam a povoar o interior do nosso partido. Eles são indispensáveis para dar conta da grande tarefa republicana do nosso tempo, que é colocar a máquina produtiva do século XXI a serviço da igualdade social negada no século XX. Trata-se em última instância de continuar consolidando uma agenda histórica desbravada intuitivamente pelos movimentos e lutas que marcaram a política brasileira nas últimas décadas e convergiram para a criação do PT.

O anseio por democracia, então, encontrou o clamor de justiça social nas ruas, nas fábricas e nos campos para formar uma daquelas correntezas humanas que não deixam à história nenhuma outra opção senão apressar o passo em direção à mudança.

O mundo rangeu algumas vezes nestes últimos 25 anos. E o que ele disse através de deslocamentos políticos e econômicos decisivos veio reforçar a certeza de que no geral fizemos as escolhas corretas desde o início. A queda do Muro de Berlim, por exemplo, nove anos após a criação do PT, tornaria ainda mais evidente que um capítulo da história havia se esgotado, deixando

em aberto o grande desafio progressista do futuro: restaurar o elo perdido entre o ideal da liberdade e os valores da tradição igualitária e humanista na era da globalização.

O PT não foi apenas o estuário precursor dessa busca, mas tem nela o motor da sua evolução. Devemos nos orgulhar dessa trajetória – e não apenas isso. É crucial mantê-la a salvo de sínteses ilusórias, baseadas em “verdades definitivas”, sejam aquelas inspiradas em lógicas contábeis, sejam projeções idealizadas da realidade, tantas vezes já desmentidas pela emergência avassaladora dos fatos e da criatividade humana.

Não se trata, evidentemente, de render-se ao império das circunstâncias, tampouco de transformar a necessidade em virtude. Nada mais distante disso do que a fidelidade à experiência das lutas concretas, sedimentada pelo debate plural e democrático. Ela tem assegurado ao PT uma bússola mais poderosa que qualquer outro modelo que pretenda explicar e patrocinar o futuro com o pé fora da realidade e a cabeça alheia às lições do passado.

Estou convencido de que a justiça social é a nova fronteira da soberania no mundo da globalização. No entanto, para que ela se imponha diante das forças avassaladoras do espaço mundial, é necessário um avanço da democracia participativa na vida dos povos, na arquitetura dos Estados nacionais e nas instâncias decisórias do poder internacional.

A busca dessa síntese determina uma incontornável vocação para a pluralidade e o desassombro diante dos valores da vida contemporânea. Ela permite ao PT, entre outras coisas, enxergar-se como parte desse processo em curso, portanto como causa e efeito das inquietações, das lutas, dos sonhos e das ideias que vão lapidar as formas de viver e de produzir no século que se inicia.

Tal característica inaugurou uma nova cepa partidária no universo da esquerda brasileira e mesmo mundial. Não há nada no PT que se confunda com a organização monolítica espelhada na polaridade dos modelos partidários egressos da Guerra Fria. Ao contrário, a nossa singularidade reside exatamente em estimular aquilo que o raciocínio de apenas duas unidades rejeita e a ortodoxia desvaloriza: a ação democrática das bases, a reflexão plural do sujeito coletivo, a síntese cosmopolita e a aversão a tudo o que calcifique e impeça a livre criatividade da existência humana.

É impossível determinar previamente todos os passos e riscos embutidos nessa trajetória, mas é inegável que eles existem. Melhor enfrentá-los, porém, do que trilhar o caminho inverso e trocar a rica diversidade que nos define por

dogmas mais afeitos à claustrofobia das seitas e dos interesses que engessam a sociedade. Os atritos inerentes a esse caminho não são maquinações de mentes diabólicas, nem ciladas de um enredo previamente arquitetado. Antes, refletem embates estratégicos – práticos e teóricos – que se dão nas condições concretas da história, num quadro mundial desafiadoramente arredo às decisões soberanas tomadas nos circuitos de poder herdados do passado.

É na tensão desafiadora desse cenário que se deve analisar o duplo processo em curso no espaço político brasileiro. A construção da identidade do PT no poder acontece simultaneamente à efetiva realização de um novo projeto de desenvolvimento para o Brasil na era da globalização. Essa é a grande obra político-social que está em andamento no nosso país.

E essa dupla edificação – e duplo aprendizado – não diz respeito apenas aos quadros da nossa militância, nem será resolvida nos estritos limites da vida partidária. Trata-se, na realidade, de um grande embate entre fatos e ideias que pede a arregimentação de todas as forças democráticas do país, pois, no fundo, o que está em jogo não é apenas o futuro do PT, mas sim a capacidade transformadora da democracia no século XXI, ou seja, o seu poder de ancorar materialmente as transformações sociais requeridas pelo desenvolvimento e cobradas pela cidadania.

Até as eleições presidenciais de 2002 esse problema só poderia ser colocado no plano das ideias, mas não dispunha de um chão concreto para ser arguido no calor dos fatos. Temos agora juntos – governo, partido, trabalhadores, intelectuais, artistas, juventude e todas as forças políticas progressistas da sociedade – a oportunidade de contribuir para uma nova síntese histórica. Desse esforço coletivo, tenho certeza, surgirá um PT renovado e mais forte. E, sobretudo, emergirá também um Brasil verdadeiramente republicano, mais justo e melhor para todos.

UM PARTIDO ESTRATÉGICO

OLÍVIO DUTRA, MINISTRO DAS CIDADES ENTRE 2003-2005.
FOI PRESIDENTE DO PT ENTRE 1987 E 1988.

O Partido dos Trabalhadores tem sua origem na diversidade de correntes de pensamento da esquerda e de todo o espectro da militância nos movimentos sociais. De certa forma, em determinado momento da história, o nosso partido representou o sonho acalentado de unidade dos socialistas, dos progressistas, dos que buscam na militância política a justiça social. Não falo com a pretensão de que o PT tenha abrigado todos com essas convicções – muitos optaram por trajetórias distintas e com eles nossa convivência foi de proximidade, solidariedade e respeito. O que ressalto é o surgimento do instrumento mais poderoso que os trabalhadores construíram na história política do país para a defesa dos seus interesses.

Tenho o orgulho de ser um dos muitos personagens dessa história com origem no movimento sindical de construção do PT. Embora fora do centro geográfico e político, o ABC paulista, eu estava em uma ponta importante, os bancários do Rio Grande do Sul, categoria na qual ingressei em 1961 e com a qual fiz meu aprendizado na política.

O primeiro episódio mais relevante dessa trajetória foi a participação na greve de 1962, que me deixou uma pergunta, respondida dez anos depois: fui encarregado de reunir os bancários em São Luiz Gonzaga, interior do meu estado, para ouvirem as lideranças da Federação dos Bancários sobre a adesão à greve. Um ou dois dias depois fui informado sobre o fim da greve, dessa vez sem conversa prévia. Por que para terminar a greve não tínhamos sido consultados? Já em Porto Alegre, conversando com os bancários mais antigos, reconstruí os fatos.

O Brizola era governador, a situação salarial era péssima. A greve foi decretada em um espaço reduzido, com a participação de poucos. O jeito foi recorrer ao governador, que recebeu os dirigentes sindicais tarde da noite. Após passar uma carraspana nas lideranças, garantiu que não haveria repressão. A notícia fez o movimento crescer no segundo dia. No terceiro dia, a convenção do

PTB escolheu o Egidio Michaelson, um ex-bancário que havia virado banqueiro, como candidato para a sucessão de Leonel Brizola. O governador chamou os dirigentes sindicais para encerrarem o movimento. Não havia estrutura de organização de base e, intimidado, o comando reuniu-se para desistir da greve. Trabalhavam pela cúpula e contentavam-se em estar próximos dos políticos que detinham o poder. Isso não era do conhecimento da base.

Moral da história: era preciso apostar no sindicalismo de base e independente. Foi nessa trajetória que nós, bancários gaúchos, nos encontramos com o Lula e com lideranças de outras categorias. Reerguemos a Intersindical em 1975 em outras bases. Estes episódios ajudaram-me a compreender o valor da ação no local de trabalho e na base da classe trabalhadora, dois dos princípios mais importantes para a reconstrução do sindicalismo de lutas e, mais tarde, para a construção do nosso partido.

A IDEIA DO PT

O Dieese (Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos) havia adquirido respeito e revelara a manipulação da inflação quando Delfim Netto era ministro da Fazenda – anunciada próxima de 15%, quando na realidade estava em torno de 35%. Esta transformou-se em uma das nossas principais bandeiras econômicas. A luta política era por democracia, liberdade e autonomia sindical. Passamos a realizar reuniões sistemáticas em diferentes pontos do país, burlando a repressão. Nesse processo surgiu a discussão sobre os partidos, a consciência que a classe operária tinha sobre eles e a construção de um novo partido. Em 1978 formamos a Comissão pró-PT e no 1º de maio de 1979 lançamos o Manifesto Pró-PT.

Neste episódio, o aprendizado da esperteza na política: a Convergência Socialista aproveitou-se da data e mandou para todo o país, como se fosse da comissão pró-PT, um manifesto com o que havia sido discutido, mesclado com pontos de programa do seu interesse. Eu achava que todo comunista era gente boa, só fui ter noção das diferenças entre os PCs quando em 1970, transferido para Porto Alegre, tomei contato com os seus diferentes matizes. Esse episódio no final dos anos 1970 me deixou meio “cabreiro”.

Neste ano chegou ao apogeu o processo de luta dos bancários, que vinha havia tempos sendo construído pela base. Eu havia sido eleito presidente do sindicato em 1975 e reeleito, com expressiva votação, em 1978. Tínhamos

um dos mais altos índices de sindicalização do país. Os banqueiros receberam nossas reivindicações com frieza. Com a deflagração da greve houve intervenção no sindicato e fui preso em plena assembleia. Em seguida, a polícia Federal prendeu outras lideranças. Fiquei trancafiado por 14 dias. A intenção era prender-me e a alguns outros dirigentes, e esperar o movimento estiolar-se. A greve manteve-se porque a categoria estava organizada pela base. Lula e outros dirigentes sindicais do país vieram oferecer solidariedade.

Enquanto durou a intervenção, montamos uma direção paralela que reunia-se no Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Vestuário. O João Paulo, presidente do sindicato, ligado ao PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), avaliou que seria bom que conversássemos com o Brizola. Nós estávamos magoados pela falta de manifestação em relação à greve por parte do Brizola. Quando ele voltou do exílio, aguardou em São Borja o fim da greve para depois se deslocar para Porto Alegre. Mesmo assim aceitei o convite e ouvi o ex-governador por três horas. Não sem tensão, por conta de uma observação que fiz, num raro momento em que pude opinar: a ditadura não necessitava de legislação de exceção para intervir no sindicato. Bastaria a CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas). Para Brizola, a CLT era uma conquista em todos os sentidos. Saiu decepcionado com o que avaliou ser nossa visão mítica. Foi ao ABC e os operários não se empolgaram com ele. Já havia um PT germinando.

No PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro), as correntes de esquerda dividiam-se em duas posições: uns nos incentivavam a prosseguir na empreitada da fundação de um novo partido, outros desdenhavam o desafio e faziam proselitismo para reforçarmos suas posições lá dentro.

Conseguimos registrar o PT em 1980, cumprindo as imposições das regras da ditadura à época. Em 1982 superamos mais barreiras na primeira eleição de que o partido participou, com a exigência do número mínimo de estados onde deveríamos ter candidatos majoritários. Nessa ocasião fui candidato a governador; Gessi Prates, sindicalista da indústria gráfica, foi candidata a vice; Raul Pont, que posteriormente foi prefeito de Porto Alegre pelo PT, foi candidato ao Senado; e a trabalhadora da indústria do vestuário Avani Keller, candidata a suplente. A consigna era: “Trabalhador vota em trabalhador”. Imaginávamos uma votação mais expressiva do que os quase 3% dos votos que recebemos. Foi o terceiro momento que me fez

percorrer todo o Estado. O primeiro foi em 1975 na campanha contra a reforma da Previdência do então ministro Jarbas Passarinho. O segundo foi a campanha para o registro do PT.

Em 1986, o Rio Grande do Sul elegeu pelo PT dois deputados federais, eu e o companheiro Paulo Paim, e quatro deputados estaduais. Queríamos uma constituinte exclusiva, livre, democrática e soberana. Essa ideia não teve força e o povo elegeu um Congresso bicameral com poderes constituintes. No entanto, o PT foi o único partido que levou uma proposta com início, meio e fim, oriunda de um debate diferenciado, fruto de outro princípio caro ao partido: a sua democracia interna. Debatíamos na época se assinaríamos ou não a nova constituição, o que dividia águas no partido. Votamos contra e assinamos.

A INSTITUCIONALIDADE ENTRA EM CENA

Com a conquista de governos municipais, o PT saiu da luta política aberta e passou a ser tensionado pela institucionalidade. Assim governamos Porto Alegre, por quatro anos, de 1989 a 1992, e o estado do Rio Grande do Sul, de 1999 a 2002, com uma tensão permanente entre partido, movimento social e governo. Nós nos afirmamos reconhecendo as peculiaridades e a autonomia de cada um. Na gênese desse processo esteve a discussão se os “conselhos populares” teriam poder deliberativo e se o movimento popular iria decidir sobre o aumento da tarifa dos ônibus. Essas questões, que hoje podem parecer estranhas, nos ajudaram a forjar o Orçamento Participativo e um modelo de gestão que tem ajudado a esquerda de diversos países a avançar na construção de governos democráticos e com caráter popular.

O PT foi o grande motor que trouxe para o cenário político milhares de lideranças, gente do povo. Deflagrou um processo de ampliação do diálogo com a sociedade e quebra de preconceitos. Chegamos aos nossos 25 anos como um dos maiores partidos do Brasil. Conquistamos a Presidência da República depois de termos governado diversos estados. No Rio Grande do Sul, desde 1994 conquistamos, com nossos aliados do campo da esquerda, praticamente a metade do eleitorado, deixando para os nossos adversários a outra metade.

Quando da nossa fundação, se tivéssemos que escolher que crise enfrentaríamos com 25 anos, certamente optaríamos pela que vivemos hoje: a crise do crescimento. O problema, portanto, não é a crise em si, mas como

seremos capazes de superá-la. Devemos nos desatrelar da armadilha das disputas por cargos, que é feita independentemente do conteúdo das propostas em jogo, e da transformação destes em instância partidária, em substituição aos mecanismos democráticos. Nosso partido estará permanentemente tensionado pela hegemonia conservadora, por dentro e por fora. Para um partido grande, a dose de frieza e pragmatismo exigida pela política corresponde ao seu tamanho e, no nosso caso, traz o risco de afastar a militância e nos aproximar das concepções tradicionais.

O que é crescer? Ampliar o número de filiados? A quantidade de cargos em poder do partido? Qual o nosso objetivo partidário? O poder pelo poder ou formular e disputar propostas na sociedade? O que está em questão é: seremos um partido de fôlego reduzido ou um partido estratégico para o futuro do país e para as transformações esperadas pelo nosso povo? Nosso partido está desafiado no próximo período a colocar o Brasil no bloco de nações que construirão no mundo globalizado uma cultura de paz, que não seja a da força, nem a dos túmulos, mas forjada na justiça, na equidade, na solidariedade e no respeito à soberania das nações.

Nestes 25 anos de vida do PT, no nosso arsenal de experiência e desafios, temos uma única certeza: a de não ter apreendido tudo. Temos o orgulho de ter protagonizado todo esse processo, ao lado de tantas companheiras e companheiros valorosos(as), alguns já falecidos(as), outros(as) que optaram depois por caminhos diversos, mas, sobretudo, temos pela frente o maior de todos os desafios encarados pelos que forjamos essa proposta: mudar o Brasil com o protagonismo do povo brasileiro sintetizado no governo do companheiro Lula.

UM PAÍS MAIS JUSTO

LUIZ GUSHIKEN, FOI MINISTRO-CHEFE DA SECRETARIA DE
COMUNICAÇÃO DE GOVERNO E GESTÃO ESTRATÉGICA.
FOI PRESIDENTE DO PT ENTRE 1988 E 1990

O exercício diário da política é lutar contra a injustiça. De certo modo, essa é a resposta mais definitiva que encontro quando sou indagado sobre as origens da minha escolha política, o que abrange minha trajetória no sindicalismo brasileiro e, posteriormente, na construção do Partido dos Trabalhadores.

Minha entrada efetiva na política ocorreu quando abracei, nos idos de 1977, as causas da Oposição Sindical Bancária, em São Paulo. Foi um período difícil. Ficamos em torno de dois anos na “semiclandestinidade”, e naquela época as reuniões eram realizadas nas igrejas e nas faculdades, pois, além da repressão do regime militar existiam espíões do DOPS (Delegacia de Ordem Política e Social) dentro dos sindicatos. No final de 1978 vencemos a eleição e em 1979 assumimos a diretoria do Sindicato dos Bancários de São Paulo. Era o momento do despertar do movimento de massas que colocou abaixo a ditadura, e nossa ação corria paralela a muitas outras em todo o país, especialmente aquela no ABC, liderada por Lula, que acompanhávamos com profundo interesse.

Por acreditar em um partido de massas, independente, organizado e liderado por trabalhadores, e também pelo fato de eu ter uma concepção distinta sobre o movimento sindical, em 1979, depois de alguns anos de militância, optei pelo afastamento do grupo trotskista Organização Comunista Internacionalista (OCI), mais conhecida pela sua corrente estudantil, a Liberdade e Luta (Libelu). No marxismo encontrei instrumentos importantes de análise da sociedade, da luta política e de inspiração humanista. O PT, no entanto, abriu-me perspectivas, colocou-me em contato com outras correntes de pensamento e ação, apresentou-me a uma outra literatura, tão plural quanto o próprio partido, e de maneira muito forte me revelou que é mais rico construir a partir de várias referências do que ficar imóvel, com aquela velha opinião formada sobre tudo, como já dizia Raul Seixas.

A partir do movimento operário no ABC, houve uma eclosão de forças que buscaram superar todas as dificuldades que a ditadura impunha à organização sindical. Desde então, o vínculo entre o Sindicato dos Bancários e os companheiros do ABC foi muito forte. Todos nós compartilhávamos o objetivo comum de construir uma entidade sindical representativa de todos os trabalhadores e independente do Estado, segundo novas concepções e bases para a organização livre dos trabalhadores. Não era um processo tranquilo, diversos setores atuavam para a manutenção da velha estrutura sindical, mas a força do movimento dos trabalhadores e a determinação das novas lideranças superaram os obstáculos, e a unificação do movimento que surgia começou a se concretizar, primeiro no Encontro Nacional das Classes Trabalhadoras (Enclat) e depois no Congresso Nacional das Classes Trabalhadoras (Conclat), que criou a Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Penso que essa etapa da história brasileira é um ponto de partida relevante para compreender o PT. A capacidade das oposições sindicais de derrotar um arcabouço jurídico, burocrático, engessado e instituir uma nova concepção de organização dos trabalhadores – radicalmente diferente das estruturas viciadas e dos mecanismos tradicionais de controle e de manipulação – foi um momento divisor de águas.

Sem restrições a outras categorias tão decisivas nessa história, o movimento dos metalúrgicos no ABC paulista teve uma influência diferenciada e um papel catalisador para a emancipação política da classe trabalhadora brasileira, cuja maior expressão foi a construção do PT em 1980 e posteriormente a fundação da CUT. Essa emancipação, porém, não foi expressa apenas pela constituição destas duas organizações: PT e CUT incluíram na agenda do país as demandas da democratização da sociedade, a pauta dos mais pobres e a possibilidade de se construir um novo país. A fundação do PT foi o sinal de que os trabalhadores brasileiros queriam tomar nas próprias mãos o seu destino e oferecer ao país um projeto melhor, mais justo e mais moderno. E desde aquele período começamos a nos preparar para esta missão.

Nessa época apresentei documento sobre a estrutura da CUT e sobre a linha sindical do PT. Existiam dentro do partido discussões sobre o apoio às oposições sindicais que proliferavam pelo Brasil. Na verdade, esse eixo sindical no PT era expresso em três dimensões: as lutas contra a estrutura pelega, a afirmação de um sindicalismo combativo e a formação de lideranças, locais e nacionais, que passaram a surgir no país.

O PT passou por diversas mudanças, fruto do seu amadurecimento. A linha política do partido sempre foi democraticamente discutida e disputada por diversas correntes. Felizmente prevaleceu uma visão mais ampla de partido, aberto às alianças, preocupado com o conjunto da nação e não apenas com interesses corporativos. Foi um processo de amadurecimento, fruto do aprendizado da luta social, da luta democrática, da opção pela luta eleitoral e institucional, da reflexão. Neste processo, fui eleito deputado federal em 1986, apoiado fortemente pelos bancários de São Paulo. Foi o período em que se consolidou no partido a liderança de uma ala sindical com visão ampliada do papel histórico do PT. O PT e os sindicatos, com suas respectivas autonomias – o partido com caráter mais amplo, o sindicato com bandeiras mais específicas –, construíram forte identidade e aquilo a que assistimos, em seguida, foi uma expansão de novas lideranças sindicais que, apoiadas pela base, assumiam candidaturas eleitorais. Era a entrada em cena de milhares de trabalhadores fazendo política com autonomia, um acontecimento inédito em nosso país. Foi um movimento pujante no qual estruturas autônomas, partido e sindicato, apresentavam o mesmo eixo, a mesma visão de mundo.

Quando o partido decidiu lançar Lula para presidente da República, depois das históricas lutas pelas eleições diretas, tive a honra de ser escolhido por ele, pela ala sindical e pela maioria da direção do partido, para substituí-lo na presidência do PT, em 1989, exercendo o cargo até 1991. Houve uma discussão muito intensa dentro do PT. Lula insistia que eu assumisse a presidência. Além do relacionamento pessoal estreito e da confiança mútua, Lula fazia questão que um trabalhador, uma liderança sindical, assumisse a direção do partido. Portanto, essa vertente sindicalista sempre foi um esteio dentro do PT.

Como presidente do partido no período 1989-91, posso dizer que o diálogo e a premissa de que todos têm voz e vez foram e continuam a ser o maior patrimônio de nossa história. Mais do que isso, sempre tivemos e teremos o compromisso com os mais pobres – o PT não tem como existir sem este compromisso. A identificação natural com os grupos sociais vítimas da injustiça é uma característica de nossa cultura partidária. Isso confere ao PT uma radicalidade e uma potência ainda não digeridas pelo conservadorismo que nasce e se alimenta do alto grau de desigualdades sociais ainda vigentes no país.

Por muito tempo ficamos concentrados principalmente na atividade parlamentar. Aos poucos, o PT alcançou competitividade eleitoral e foi acu-

mulando experiência no Executivo, processo que chegou ao ponto máximo com a eleição de nosso governo, governo do presidente Lula, etapa que ainda está em curso e em que estão sendo jogados novos dados que podem mudar a nossa história. Ao mesmo tempo o partido manteve e mantém seus vínculos com o movimento social, não só com aqueles que estão na sua origem, os sindicatos, as bases da Igreja, mas também com as formas mais modernas de organização da juventude, com as ONGs, com os movimentos ambientalistas, culturais, que desenham o recorte do novo Brasil com que sempre sonhamos e que estamos construindo. É isto que dá ao PT uma visão e uma prática universalistas, cosmopolitas, solidárias e de profunda sensibilidade social, nem sempre compreendidas por certos setores da sociedade ou aceitas por aqueles que não compartilham a nossa visão de mundo.

Tenho algumas convicções a respeito do nosso atual momento. Uma é que esse é um governo que faz mais e melhor, porque olha para todos. Outra é que essa experiência do PT, no nível mais alto do Executivo, tem sido e será extremamente importante para a democracia brasileira. Os fantasmas do medo estão sendo sepultados, a qualidade da gestão petista derrotará os mais incrédulos e as lições dos limites do poder serão assimiladas pelo partido com a sabedoria de quem deseja mudar e não se contenta simplesmente com o possível.

O bom de tudo isso é que o PT não deve temer essa responsabilidade, nem o fato de ser portador da esperança. Por mais tempo que seja preciso para equacionar os dilemas da realidade brasileira, esse saudável inconformismo diante das injustiças é indispensável. Respirar esse ar nos dá a certeza de que nunca iremos ignorar o Brasil real, com seu povo de invejável capacidade, mas submetido a duras condições de sobrevivência. Nesse aniversário de 25 anos, meu desejo é que esse espírito de justa indignação se renove e acompanhe, para sempre, o PT.

Quanto aos desafios para o PT, hoje e no futuro, penso que a eleição de Lula resolve um problema histórico: o receio diante da “experimentação” de um governo de esquerda. A sociedade brasileira vê um governo que, voltado para os interesses da maioria, não constrangido por interesses menores, poderá desenvolver um projeto estratégico de nação, reposicionando de maneira soberana o Brasil no mundo.

Penso que esse olhar ansioso sobre o governo Lula não diz respeito somente à sociedade brasileira, mas expressa também expectativas lá fora, particularmente junto aos setores engajados em mudanças na ordem social.

Aqui, quero fazer uma breve referência ao quadro internacional. Nós, do PT, sempre manifestamos frontal discordância e oposição aos modelos autoritários, simbolizados pelo Muro de Berlim e pela experiência totalitária do Estado soviético. O insucesso da experiência do chamado socialismo real deixou um vazio no campo daqueles insatisfeitos com a nova ordem, caracterizada pela supremacia das forças do mercado. A esperança no socialismo era algo que havia em comum e, de certa forma, foi abalada por essas mudanças no contexto internacional.

O socialismo não atualizou seu corpo teórico e doutrinário. E essa reflexão, quando deflagrada, precisará levar em conta um mundo de aceleradas transformações – no trabalho, nas tecnologias, na comunicação – e com novas realidades sendo configuradas na vida política, como a eloquente experiência de unificação da Europa, com o papel do Estado nacional sendo repensado em uma ordem internacional cada vez mais interdependente.

Dessa forma, o governo Lula é acompanhado com certa expectativa por aqueles setores que, no mundo inteiro, estão identificados com a luta pela democracia e pela construção de uma sociedade justa. Setores amplos da humanidade aguardam quem possa reerguer, no lastro de lutas que têm mais de um século de história, a renovação e a credibilidade de oferecer algo de novo para o futuro. O PT está ocupando seu posto.

O OVO DA SERPENTE

RUI FALCÃO, JORNALISTA E ADVOGADO, FOI PRESIDENTE
NACIONAL DO PT EM 1994

Uma década talvez seja pouco tempo na dimensão histórica, mas parece o suficiente, na velocidade do processo político brasileiro, para uma reflexão sobre o período da campanha eleitoral de 1994 – a das Caravanas da Cidadania, ou, como preferem alguns, a do Plano Real de FHC. Tanto é assim que, curtida a ressaca, o Partido dos Trabalhadores elegeu Lula presidente da República e conduz os destinos do Brasil ao completar um quarto de século de existência.

Naquele período, em que dirigimos o PT e o coletivo da campanha, a euforia das pesquisas, que apontavam até maio um favoritismo folgado para o nosso candidato, ocultava o “ovo da serpente”, enterrado no correr de 1993 com a ida de Fernando Henrique Cardoso para o Ministério da Fazenda do governo Itamar Franco.

Como se pode recordar, a ascensão do PT, impulsionada pela sua vinculação com os movimentos sociais, pelo respeito conquistado no *impeachment* de Collor (de quem Itamar fora vice) e por seu compromisso ético, atemorizava as elites. As classes dominantes, então, desfecharam sua estratégia, desdobrada em variados níveis: primeiramente, manobram com a emenda do parlamentarismo – que dividiu o PT –, fragorosamente derrotada no país inteiro; em seguida, antevendo a vitória de Lula, encurtaram o mandato presidencial em um ano. Por fim, alteraram as regras eleitorais, proibindo a veiculação de imagens externas na propaganda eleitoral na televisão – um golpe de morte nas Caravanas, um retrato vivo do encontro de Lula com o Brasil real e seu povo esperançoso.

Aliado ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB), ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), ao Partido Popular Socialista (PPS), Partido Verde (PV) e ao Partido Socialista Brasileiro (PSB), que novamente indicara o vice, José Paulo Bisol, depois substituído pelo companheiro Aloizio Mercadante), o PT carecia de uma hegemonia clara, em virtude das composições internas resultantes do encontro nacional anterior e do amálgama de posições políti-

cas contraditórias, unificadas pelo desejo comum de viabilizar a chegada ao governo central, aparentemente ao alcance.

Caminhavam lado a lado defensores e opositores da participação no governo Itamar, e adversários e partidários do processo de revisão constitucional em andamento, para ficar em apenas dois exemplos. Havia até uma crença – difusa, é verdade – de que uma parcela do PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira) poderia juntar-se a nós (antes, naturalmente, do lançamento de FHC em dobradinha com o PFL (Partido da Frente Liberal), uma heresia à época), consumando uma parceria cuja materialização a muitos até hoje ainda seduz.

Em 1993-1994, não se traçava cenário de derrota no PT. Talvez por isso também as profundas alterações que se processavam na economia foram encaradas com naturalidade. A aprovação, no Congresso, das novas URVs (Unidades de Referência de Valor), fundamentais, depois, para estabelecer a paridade entre o real e o dólar, não sofreu forte resistência das bancadas oposicionistas. Meses depois, com o lançamento do Plano Real, era tarde demais.

As classes dominantes uniram-se incondicionalmente sob a direção de FHC. A desqualificação de Lula corria solta na mídia. O propalado radicalismo do PT instilava o medo da mudança. E o Plano Real, com as benesses do curto prazo (fim da inflação, estímulo ao consumo, distribuição de renda), trazia o necessário apelo popular para reverter as intenções de voto e garantir a vitória no primeiro turno.

Dez anos depois, ficou para alguns a impressão de que o PT nunca se dera à preocupação com a estabilidade, uma aspiração popular que nunca fomos capazes de captar nos discursos e programas. Para outros, remanesceu a ideia de que a participação do PT no governo Itamar teria barrado a trajetória fernandista e elevado Lula à condição de candidato situacionista.

O que fica para nós, como experiência e aprendizado daqueles tempos, é a convicção de que só com a radicalização da democracia será possível promover transformações estruturais no Brasil. E que, para alcançá-la, o bloco histórico liderado pelo Partido dos Trabalhadores terá de distinguir – a cada momento e sempre – quem são os verdadeiros amigos do povo.

UM PARTIDO FORTE E PREPARADO

JOSÉ DIRCEU DE OLIVEIRA E SILVA, FOI MINISTRO-CHEFE DA CASA CIVIL. FOI PRESIDENTE DO PT ENTRE 1995 E 2002

Eu já disse que tenho saudades do período em que ocupei a presidência do PT, entre 1995 e 2002, dos nossos debates e da nossa luta para construir um partido democrático e pluralista, com raízes na sociedade brasileira. Nesses 25 anos, trabalhamos duro para derrubar a ditadura e consolidar a democracia no nosso país. Devemos muito disso à liderança do companheiro Lula, porque muitos de nós havia anos esperávamos por uma oportunidade como o PT. No meu caso particular, o PT surgiu quando eu ainda vivia na clandestinidade, em Cruzeiro do Oeste (PR) – e muito me emociona, hoje, ver o meu filho Zeca e o nosso partido administrando a cidade que me abrigou entre 1975 e 1979.

Naquela época, eu li, pela primeira vez, notícias sobre um operário do ABC que, com outros sindicalistas, falava uma linguagem sincera, simples e direta, de liberdade, de rebeldia, de ir para a ação e conquistar seus direitos. Logo de cara simpatizei com eles e com sua luta – que tomei como uma continuidade da luta da minha geração, a geração de 1968. Como diria o nosso querido Carlito Maia, “oPTei”. Tempos depois, quando voltei para São Paulo, após a Lei da Anistia, tive os primeiros contatos com os núcleos, com as reuniões e com Lula. No encontro do Colégio Sion, assinei a ata de fundação do PT com o sentimento de que acabara de readquirir meus direitos políticos e minha nacionalidade que a ditadura roubara. O PT, então, entrou em minha vida para não mais sair.

No partido, fiz um pouco de tudo. Comecei no Diretório Zonal do Jardim América. Depois, enquanto estudava, fui trabalhar como auxiliar administrativo na Liderança do PT na Assembleia Legislativa de São Paulo. Em 1981, fui eleito para o Diretório Regional de São Paulo e fui secretário de Formação Política por dois anos. Ali começou a discussão sobre um programa de governo do PT. Nas eleições de 1982, aprendemos o que era uma disputa eleitoral – e também nunca mais esquecemos o papel da TV e do rádio em uma campanha, tanto que em 1985 já dávamos lições e revolucionávamos a comunicação. Não dá para esquecer a nossa participação na campanha das Diretas

Já, em 1984, quando representei o PT na coordenação. Em 1987, voltei para a Assembleia Legislativa, mas então como deputado estadual constituinte.

Em 1990 conquistei o primeiro mandato como deputado federal por São Paulo – que hoje é a minha terra, mas sou mineiro de Passa Quatro e me considero paranaense também. Como deputado, assinei com o companheiro Eduardo Suplicy o requerimento que criou a cpi do pc e levou ao impeachment de Collor, outro momento que mostrou a importância da nossa luta pela democracia e pela ética, pelo compromisso com o nosso povo. Em 1994, disputei o governo de São Paulo e recebi 2.085.190 votos (14,86% dos válidos). Após a eleição, retomei minha vida como advogado, mas, convocado pelo companheiro Lula, passei a coordenar o programa de combate à corrupção lançado pelo Instituto Cidadania.

Em 1995, assumi a Presidência do PT, com a difícil tarefa de suceder ao Lula, e fui reeleito em 1997 e em 1999. Nesse período, ao mesmo tempo em que eu voltava para a Câmara dos Deputados, em 1998, enfrentei com outros companheiros o desafio de transformar o PT numa instituição, em fazer com que a sociedade visse o nosso partido como uma alternativa de governo, não apenas como um movimento de reivindicação, de luta e de protesto, mas como um conjunto de valores políticos, programáticos e éticos. Para isso era necessário, de um lado, organizar o partido de forma equilibrada e democrática, respeitando o pluralismo, e, de outro, abrir o PT para a participação da sociedade – porque o nosso partido sempre soube da importância da militância e da mobilização social. Além disso, foi nesse período que se consolidou o modo petista de governar nos municípios e nos estados que administramos e com os vários prêmios que recebemos. Essas experiências de êxito fortaleceram a confiança da sociedade no PT e nos deram maturidade para executar o nosso programa no governo federal, para ampliar as nossas alianças eleitorais e para, agora, implementar no governo federal as mudanças que todos queremos, sem jamais esquecer a nossa história.

Em 2001, com a eleição direta dos seus dirigentes, o PT me deu mais uma oportunidade de presidir o partido, mas, além disso, demonstrou ao Brasil o seu compromisso com a democracia e com os seus filiados e deixou claro que nenhum de nós teme um debate público e transparente.

Nessa trajetória, porém, ficou claro que a realidade do nosso país e do povo brasileiro exigia mais do PT e da esquerda em geral. Em 1989, sofremos uma derrota que sentimos muito, até porque naquele momento iniciou-se um processo de hegemonia conservadora, primeiro com Collor e, depois, mais

intensamente, com FHC. Isso tornou mais difícil a tarefa de construir uma alternativa de poder que retomasse um projeto de desenvolvimento nacional, com o combate à exclusão social e às vulnerabilidades que acometiam o país. Foi necessário dialogar com a sociedade e com o partido, buscar alianças e definir um programa de governo que permitisse democratizar não só o poder, mas também a riqueza do Brasil, para tornar o nosso país mais justo e solidário.

Em 2002, enfim, com o PT unido, forte e preparado, vencemos a batalha. Elegemos Lula presidente do Brasil, algo importantíssimo pelo significado histórico dessa conquista, pelo fato de um trabalhador, de um político de esquerda, assumir o comando do nosso país. Sabíamos que não seria fácil, que o trabalho pela frente seria imenso – e que seria necessário construir a governabilidade, porque o povo deu um mandato para Lula e o PT, mas não deu maioria no Congresso. Por determinação do presidente Lula, participei da transição, quando ficou evidente o tamanho das nossas tarefas, a herança que recebemos. No dia 7 de dezembro de 2002, durante reunião do Diretório Nacional, em São Paulo, me licenciarei da Presidência do PT para participar do governo do presidente Lula e fui substituído pelo companheiro e amigo José Genoino, então deputado federal e vice-presidente nacional do PT. Em 1º de janeiro de 2003, fui nomeado pelo presidente Lula ministro de Estado chefe da Casa Civil da Presidência da República, quando então me licenciarei do cargo de deputado federal.

Agora, passados dois anos, é preciso destacar que as mudanças já começaram. Retomamos o projeto de desenvolvimento nacional, o planejamento e o papel do Estado. Isso não é pouco, porque não se trata de colocar o Estado apenas como agente de desenvolvimento social ou como agente de ampliação da democracia, mas como um ator fundamental da retomada do crescimento econômico. Neste sentido, é preciso lembrar que controle da inflação, ajuste fiscal e redução do risco-país são coisas importantes e necessárias. Mas nós também reorganizamos os bancos públicos, ampliamos o crédito e criamos as condições para que mais de 2 milhões de empregos com carteira assinada fossem criados em dois anos. O Brasil também assumiu um outro papel no mundo, uma posição soberana. Quero repetir: isso não é pouca coisa. Mas, evidentemente, é preciso fazer mais, passar da rede de proteção e da transferência de renda para o desenvolvimento social, com mais educação e saúde, com mais inovação científica e tecnológica.

Todos nós sabemos que isso não acontece da noite para o dia. Em dois anos, porém, o governo do presidente Lula, o nosso governo, do PT e de seus

aliados, conseguiu aprovar reformas que estavam adormecidas havia muitos anos. Aprovamos a reforma tributária, a reforma da Previdência. Desengavetamos a reforma do Judiciário. Vamos, logo mais, retomar o debate sobre as reformas sindical e trabalhista, que devem ajudar na criação de mais empregos, assim como deverá acontecer com a entrada em vigor da Lei de Falências. A política industrial, científica e tecnológica também vai dar maior competitividade à economia brasileira. E o governo vai cuidar da educação e do ensino profissionalizante, porque nós precisamos dar condições aos nossos jovens para que se adaptem ao país que estamos construindo. Além disso, estamos travando uma intensa luta contra a corrupção e o crime organizado, basta assistir à TV, ouvir o rádio ou ler o jornal.

A verdade nua e crua é que o nosso governo não só enfrentou a instabilidade como deu ao país a perspectiva do crescimento econômico e da melhoria da renda e do emprego. Nós temos que sustentar esses avanços. A nossa agenda de prioridades inclui investimentos na infraestrutura de transportes, mas também em saneamento básico, em educação, em ciência e tecnologia. Sempre é bom lembrar também que, se o governo faz um ajuste fiscal para estabilizar a economia, isso se dá no bojo de uma política mais ampla, não está separado da política industrial, do comércio exterior ou da política social, da reforma agrária, da agricultura familiar. Para cada ação do governo, no cenário externo ou interno, há uma outra ação na direção do desenvolvimento nacional. Isso deve ficar bem claro para o PT, para a nossa militância, para os nossos prefeitos e as nossas prefeitas, para os nossos governadores, para as nossas bancadas nos três níveis de governo.

Cada um de nós tem que ter a consciência de que fazemos parte de um projeto político, um projeto que foi construído por nós no PT. Somos herdeiros de uma tradição política democrática, socialista e de esquerda. Temos um compromisso com o Brasil e com o seu povo, com o projeto de desenvolvimento nacional. O presidente Lula, quando foi eleito, assumiu, na “Carta ao Povo Brasileiro” e no seu programa de governo, uma missão clara para este mandato: governar democraticamente, combater a corrupção, retomar o crescimento econômico e combater a pobreza e a desigualdade no nosso país. Este é o nosso desafio neste momento: colocar em prática tudo o que sonhamos e construímos nos 25 anos do PT, para o bem do Brasil. Eu tenho certeza de que o país reconhece que estamos cumprindo o mandato que o povo nos deu.

VINTE E CINCO ANOS DE PT: LUTAS, COMPROMISSOS E RENOVAÇÃO

JOSÉ GENOINO ASSUMIU A PRESIDÊNCIA DO PT EM 2002

A característica principal do PT, nesses 25 anos de existência, é a de que ele se constituiu como um partido de luta política e social, procurando representar os trabalhadores, os movimentos sociais e os setores explorados e excluídos da sociedade. Ao buscar essa representação dos setores mais necessitados, o PT afirmou-se como um partido de luta por direitos e cidadania. Direitos no sentido amplo do termo: direitos políticos, reivindicando o restabelecimento pleno da democracia, mas também a instituição de uma democracia participativa, a extensão da liberdade e da cidadania a setores pobres e excluídos e a ampliação do direito de voto; direitos no sentido social, entendidos como direitos trabalhistas, direitos dos grupos étnicos, etários, de gênero, de assistência, de educação e saúde etc.; e direitos econômicos, compreendidos como acesso à renda e à riqueza, à sua maior distribuição e a um mais elevado nível de bem-estar.

Ao surgir e desenvolver-se com essas definições, o PT caracterizou-se, em primeiro lugar, como um partido da sociedade, procurando representar organicamente determinados interesses, de organizar-se enraizado nos mais diversos grupos e movimentos sociais e de lutar por transformações sociais a partir da ótica da sociedade civil. Em segundo lugar, caracterizou-se como um partido de esquerda, quer por ter se posicionado ao lado dos mais necessitados lutando por seus direitos, principalmente por mais igualdade, quer seja pelos princípios e valores ao longo do tempo não deixou de professar e reafirmar. A partir do I Congresso, o PT formulou uma condenação explícita do autoritarismo e adotou uma concepção democrática de socialismo.

Em terceiro lugar, caracterizou-se como instituição política, adotando uma estrutura profissional e participando das lutas e processos institucionais, com o intuito de implementar projetos, propostas e programas. Neste aspecto, o PT passou a incorporar uma abordagem dos problemas da sociedade brasileira também a partir de uma ótica estatal. Em síntese, o PT se desenvolveu como partido da sociedade, como partido de esquerda e como instituição

política. Combinar estas características de forma equilibrada e saber dosar um ou outro viés segundo as circunstâncias são o grande aprendizado que o PT precisa processar depois de ter governado e estar governando municípios, estados e o governo federal.

É preciso notar também que, ao assumir a condição de partido de lutas sociais e de afirmação de direitos, o PT incorporou na prática uma concepção de democracia como afirmação e ampliação de direitos e de cidadania. No seu I Congresso, o PT deu um passo decisivo no sentido de incorporar ao seu conceito de democracia a ideia de que ela se define também por regras formais. Com isso evitou dois equívocos: o primeiro comum aos liberais conservadores, que reduzem a democracia a regras formais; o segundo comum à esquerda tradicional, que concebia a democracia como um movimento sem regras. No seu conceito de democracia substantiva e participativa, o PT não prescinde de entendê-la como constituída de regras e normas. O PT soube redefinir a noção de democracia numa nova síntese, incorporando o melhor do liberalismo democrático e o melhor da esquerda democrática.

O PT passou a contar de forma efetiva como instituição política nacional no processo da Constituinte, quando, com uma pequena bancada, conseguiu polarizar, contra as forças conservadoras do “Centrão”, teses e propostas sobre a nova Constituição. Entrou para o mapa do poder político do país ao vencer as eleições para as prefeituras de São Paulo e Porto Alegre, em 1988. Com as eleições presidenciais de 1989, ficou evidente para a sociedade brasileira que o PT havia se tornado um partido apto a governar o Brasil. Desde 1994, PT e PSDB passaram a polarizar a política nacional.

No seu I Congresso, no início dos anos 1990, o PT fez um ajuste de contas com conteúdos que decorriam do marxismo e do comunismo ortodoxos e começou a se aparelhar com um aparato conceitual capaz de aproximá-lo da definição de um programa de governo realista e responsável para governar o Brasil. Enfatize-se também que no II Congresso o PT aprofundou sua visão democrática e pluralista do jogo político ao derrotar a proposição “Fora FHC” e ao aprovar uma resolução que alargava a visão do partido sobre as alianças políticas. No trânsito da derrota nas eleições presidenciais de 1998 até a vitória de 2002, este programa e a participação política do PT no Congresso, nas prefeituras, nos governos de estado e em outras instituições políticas e sociais criaram a base de confiança da sociedade no partido, que resultou na vitória do presidente Lula.

O principal desafio do PT, neste novo período, consiste em atualizar seu ideário político e programático, partindo da nova experiência de ser governo. O PT, de fato, vinha se preparando para ser governo desde 1989, mas toda essa preparação ocorreu a partir da ótica de um partido de oposição. Agora, com a experiência acumulada de ser governo, percebe-se que vários dos enfoques programáticos que o partido sustentava nos anos 1990 precisam, necessariamente, passar por uma atualização, a qual deve levar em conta a experiência que consiste em ser governo. Nesse sentido, o horizonte do PT deverá ser mais amplo, na medida em que abarcar e combinar duas perspectivas: a perspectiva da sociedade e a perspectiva do Estado. É esta síntese que o PT deve processar, apontando para uma agenda de médio e longo prazo que focalize o desenvolvimento econômico e social do Brasil.

A atualização do ideário político e programático implica, no entanto, três movimentos: o primeiro, que acabamos de referir, consiste numa renovação. O segundo, consiste na reafirmação de princípios e valores. E o terceiro, comporta o resgate de algumas práticas e condutas e de certos conteúdos.

No que se refere à reafirmação de princípios, o PT deve afirmar-se como um partido de esquerda, democrático e moderno, postulando uma sociedade mais justa, democrática e equitativa e sustentando os valores éticos, a moralidade pública, o republicanismo e o socialismo democrático. O PT não poderá e não deverá se afastar desses princípios e valores que o especificam no espectro partidário e ideológico, e definem sua principal tarefa no contexto político brasileiro, que consiste em ser um dos atores da construção de um projeto de país em que a superação da pobreza e da exclusão social ocupa o lugar central.

Mesmo sendo uma instituição política profissional e um partido de governo, o PT precisa resgatar e reafirmar sua dimensão de partido da sociedade e da opinião pública. Por isso, as comemorações dos 25 anos precisam valorizar a militância social, restabelecer e fortalecer os vínculos do partido com os movimentos sociais, com a intelectualidade e com a juventude. Esta característica, que fez do PT um partido orgânico da sociedade, representativo do eleitorado, não pode ser abandonada em função da sua institucionalização e da sua profissionalização, também necessárias. O PT se manterá como um partido singular e contribuirá para o fortalecimento do sistema partidário brasileiro se souber combinar essas ambivalências que fizeram dele um fator de inovação na história dos partidos políticos no Brasil.

**ENCONTROS E
CONGRESSOS**
SINOPSES

PRÉ-PT

JULHO DE 1978 - BAHIA

No Congresso dos Trabalhadores de Petróleo Lula lança a ideia de formação de um partido político dos trabalhadores.

11 DE DEZEMBRO DE 1978 - SÃO BERNARDO DO CAMPO (SP)

Sindicalistas discutem a proposta de criação de um partido de trabalhadores.

19 DE JANEIRO DE 1979 - PORTO ALEGRE (RS)

Lançamento nacional da ideia de criação de um partido dos trabalhadores durante encontro intersindical.

24 DE JANEIRO DE 1979 - LINS (SP)

Sindicalistas reunidos no IX Congresso dos Trabalhadores Metalúrgicos, Mecânicos e Eletricitários do Estado de São Paulo, na cidade de Lins, aprovam a tese, originalmente proposta por metalúrgicos de Santo André, “chamando todos os trabalhadores brasileiros a se unificarem na construção de seu partido, o Partido dos Trabalhadores”. Esse documento ficou conhecido como *Tese de Santo André-Lins*.

1º DE MAIO DE 1979 - SÃO BERNARDO DO CAMPO (SP)

Lançamento público da *Carta de Princípios do PT* que conclui que “os males profundos que se abatem sobre a sociedade brasileira não poderão ser superados senão por uma participação decisiva dos trabalhadores na vida da nação. O instrumento capaz de propiciar essa participação é o Partido dos Trabalhadores. Iniciemos, pois, desde já, a cumprir essa tarefa histórica, organizando por toda a parte os núcleos elementares desse partido”.

13 DE OUTUBRO DE 1979 - SÃO BERNARDO DO CAMPO (SP)

Em reunião, no salão de festas do restaurante São Judas Tadeu, com a presença de 130 pessoas, representando mais de seis estados do país, é lançado oficialmente o “Movimento pelo Partido dos Trabalhadores”.

Os presentes aprovam uma *Declaração Política*, que expressa as conclusões dessa reunião, uma *Plataforma Política* que indica as reivindicações que o Movimento pelo PT deve levar imediatamente e *Normas Transitórias de Funcionamento* que apontam sugestões básicas para a organização do PT em todos os níveis, além de uma *Nota Contra a Reforma Partidária* que expressa a posição do Movimento diante da reforma partidária do regime.¹¹

Nesse fórum é também eleita uma Comissão Nacional Provisória, composta por 17 pessoas, que dirigem o Movimento até junho de 1980.

¹ Fonte: *Documentos Básicos – Movimento pelo Partido dos Trabalhadores*, livreto publicado provavelmente em 1979.

1º ENCONTRO NACIONAL

8 E 9 DE AGOSTO DE 1981 – ASSEMBLEIA LEGISLATIVA – SÃO PAULO (SP)¹

ELEGE O 1º DIRETÓRIO NACIONAL.

Aprova a resolução *Eleições* que indica que “o PT deve lutar por eleições livres e diretas em 1982 e 1984” e define o lançamento de candidaturas do partido em todos os níveis nas eleições de 1982, “correndo em faixa própria e preservando sua independência política”.

Aprovada também cinco resoluções sobre o *Regimento Interno*, regulamentando núcleos e Encontros.

Na resolução *Desemprego*, o partido assume “como sua bandeira central, a luta contra o desemprego, conclamando os trabalhadores do campo e da cidade a empunhá-la” e convoca uma reunião de articulação dos sindicalistas petistas e independentes para preparar uma intervenção unificada na C134 (Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras).

CRITÉRIO DE PARTICIPAÇÃO:

10 membros natos: os membros da Comissão Diretora Nacional Provisória, inclusive os suplentes; os parlamentares federais ligados ao partido; os delegados à Convenção Nacional indicados na chapa do Diretório Regional nos estados onde houver chapa única; um delegado do Distrito Federal;
20 1 delegado para cada mil filiados, com o mínimo de um delegado por estado. A fração acima de 500 conta mais 1 delegado.²

Inscritos: 214 delegados mais os membros natos³.

1 A legislação eleitoral que restabeleceu o pluripartidarismo, em 1979, estabelecia normas rígidas para o funcionamento sistemática de funcionamento extraoficial, em que o principal fórum de debates e decisões do partido era o dos Encontros, não oficial do ponto de vista da lei eleitoral, no qual as decisões eram tomadas e as direções partidárias eleitas.

Os Encontros, inicialmente também denominados pré-convenções, aconteciam em níveis zonais (em cidades com mais de 1 milhão de eleitores), municipais, estaduais e nacional.

As Convenções, exigências da legislação partidária, referendavam e homologavam, portanto, as resoluções aprovadas e as direções eleitas nos Encontros.

2 Fonte: *Boletim Nacional do PT*, nº. 3, de julho de 1981, p.2-3.

3 Não foi possível recuperar o número preciso de delegados presentes neste Encontro. O cálculo da delegação foi feito com base nas informações contidas no Boletim Nacional supracitado.

CONVENÇÃO NACIONAL

27 DE SETEMBRO DE 1981 – BRASÍLIA (DF)

Referenda o 1º Diretório Nacional, eleito pelo 1º Encontro Nacional, bem como o *Manifesto de Lançamento*, o *Programa* e o *Estatuto*, aprovados em 1980. Nesse momento, o partido já está legalizado em 16 estados, conforme a legislação. O *Discurso de Lula*, caracterizando o PT como um partido socialista é aprovado como documento básico do PT.

Presentes: 47 delegados (dos 51 aptos a votar).

Estados representados: 16 (AC, AM, CE, ES, GO, MA, MG, MS, PA, PB, PI, PR, RJ, RS, SC e SP) e 1 território federal: RO.¹

¹ Fonte: Nota Informativa da Secretaria de Organização de 06/10/81

2º ENCONTRO NACIONAL

27 E 28 DE MARÇO DE 1982
INSTITUTO SEDES SAPIENTIAE, SÃO PAULO (SP)

Aprova a plataforma eleitoral nacional Trabalho, Terra e Liberdade para as eleições de novembro. Seus eixos são: 1. Sem liberdade a vida não vai mudar, pelo fim da Ditadura Militar; 2. Num país tão rico, é possível acabar com a fome; 3. Trabalhador do campo: terra e melhores salários; 4. Não é por falta de tijolo que o trabalhador não tem onde morar; 5. Neste país, há pouca saúde e muito lucro com a doença; 6. A educação e a cultura são um direito e não um privilégio de classes; 7. Somos todos iguais: chega de discriminação; 8. No dinheiro do povo ninguém pode meter a mão; 9. Com os contratos de risco, os tubarões pouco arriscam e muito petiscam; 10. O poder para os trabalhadores e o povo; 11. A luta dos trabalhadores é a mesma em todo o mundo; 12. Só o socialismo resolverá de vez os nossos problemas.

Aprova também a Carta Eleitoral do PT, onde aponta seus objetivos com a disputa eleitoral, o eixo da tática eleitoral do PT, uma proposta para o conteúdo geral da campanha, além de definir um conjunto de compromissos dos candidatos do partido.

CRITÉRIOS DE PARTICIPAÇÃO:

- 1) membros efetivos e suplentes do Diretório Nacional;
- 2) parlamentares federais e estaduais inscritos e confirmados nos Encontros Estaduais;
- 3) delegados eleitos nos Encontros Estaduais, ou por outra forma onde não se realizou o Encontro, à razão de 1 delegado por mil filiados;
- 4) delegados oficiais de cada estado à Convenção Nacional;
- 5) 1 delegado de cada Comissão Provisória Regional, eleito em Encontro Regional ou por outra forma¹.

Inscritos: 369 delegados².

Estados representados: 24 (AC, AL, AM, BA, CE, DF, ES, GO, MA, MG, MS, MT, PA, PB, PE, PI, PR, RJ, RN, RO, RS, SC, SE e SP) e 1 território federal: AP.³

¹ Fonte: regulamento interno do 2º Encontro Nacional.

² Fonte: relação de delegados previstos por estado, elaborada pela Secretaria Nacional de Organização.

³ Idem.

3º ENCONTRO NACIONAL

6 A 8 DE ABRIL DE 1984 – PAMPAS PALACE HOTEL, SÃO BERNARDO DO CAMPO (SP)¹¹

ELEGE O 2º DIRETÓRIO NACIONAL.

Aprova as *Teses para a Atuação do PT* que “representam uma tomada de posição sobre a situação atual do Partido dos Trabalhadores e do momento político brasileiro”. Estão formuladas como *Teses Organizativas e Teses Políticas*.

Aprova o *Regimento Interno*, consagrando a figura do núcleo como organismo de participação e de decisão da base partidária. Aprova a intensificação da luta pelas eleições diretas para presidente da República, o que inclui um firme posicionamento contra o Colégio Eleitoral e conclama todos os partidos de oposição a boicotá-lo e a não participarem de qualquer processo de eleições indiretas.

Outros documentos aprovados: *Resoluções sobre a Fundação Wilson Pinheiro*, *Resolução sobre Finanças* e *Nota à Imprensa sobre a Campanha Diretas-já*.

TESES APRESENTADAS:

- 1) A Ruptura popular: o projeto político do PT, encabeçada por Bruno Maranhão;
- 2) O PT na direção da luta, por Virgílio Guimarães;
- 3) PT/84: avançar na luta, por José Genoíno
- 4) Teses para a atuação do PT, por Lula, aprovada como tese-guia².

CHAPAS APRESENTADAS:

- 1) Por um PT de massa, encabeçada por Lula, com apoio dos signatários das “Teses para a atuação do PT”;
- 2) O PT se constrói na luta, encabeçada por Virgílio Guimarães, com apoio dos signatários das teses “A ruptura popular: o projeto político do PT”;

¹ Fonte: Circular da Secretaria Geral nº. 07/84 e *Boletim Nacional* nºs. 6 e 7.

Tese-guia é a denominação dada ao texto inscrito que obtém o maior número de votos no início dos Encontros do PT. A pauta a ser discutida e votada nos Encontros é aprovada com antecedência e é sobre ela que são elaboradas essas teses. Aprovada a tese-guia, iniciam-se os debates sobre cada ponto da pauta, seguidos pela apresentação, defesa e votação das emendas, que podem, inclusive, alterar o conteúdo original do documento.

“O PT na direção da luta” e “PT/84: avançar na luta”.

Resultado da votação: chapa 1: 179 votos; chapa 2: 93 votos; brancos: 6 votos; nulos: 9 votos.

CRITÉRIOS DE PARTICIPAÇÃO:

- 1) delegados eleitos nos encontros regionais, na proporção de 1 por mil filiados ou fração de 500 ou mais;
- 2) delegados oficiais, eleitos nos Encontros ou nas Convenções regionais;
- 3) deputados federais do partido; e
- 4) membros efetivos e suplentes da Comissão Executiva Nacional².

Presentes: 287 delegados.

Estados representados: 24 (AC, AL, AM, BA, CE, DF, ES, GO, MA, MG, MS, MT, PA, PB, PE, PI, PR, RJ, RN, RO, RS, SC, SE e SP) e 1 território federal: AP.

² Fonte: Regimento Interno do 3º Encontro Nacional.

ENCONTRO NACIONAL EXTRAORDINÁRIO

(REUNIÃO AMPLIADA DO DIRETÓRIO NACIONAL)
12 E 13 DE JANEIRO DE 1985 – DIADEMA (SP)

SEM QUÓRUM PARA REALIZAR O ENCONTRO, O DIRETÓRIO NACIONAL AMPLIADO RATIFICA O BOICOTE AO COLÉGIO ELEITORAL, QUE ELEGERIA A CHAPA TANCREDO E SARNEY, NO DOCUMENTO *CONTRA O CONTINUÍSMO E O PACTO SOCIAL E APROVA A POLÍTICA DE ORGANIZAÇÃO DO PT.*

De acordo com a Ata do Encontro, a Comissão Executiva Nacional, “em reunião realizada nos dias 5 e 6, havia adiado e confirmado a realização do Encontro Nacional para a data de 12 e 13 de janeiro, com base no fato de que o número de delegados eleitos em Encontros Regionais permitia o quórum estabelecido pelo Regimento Interno (114 delegados, equivalendo à metade mais um de delegados correspondentes a 225.000 filiados). Todavia, havia chegado ao conhecimento da CEN, após aquela reunião, que o real número de filiados do PT em todo o país é de 298.000 e não de 225.000. O novo número de filiados elevou o quórum exigido pelo Regimento para que as decisões do Encontro Nacional pudessem assumir um caráter de deliberação válida para o conjunto do partido. Sendo assim, o Diretório Nacional se comprometia a endossar como suas as decisões do Encontro Nacional, e ao mesmo tempo, passariam a ser considerados delegados no Encontro, com direito a voz e voto, os membros do DN que não houvessem sido eleitos delegados nos Encontros Regionais”¹.

Tese-guia: por votação, foi adotado o texto aprovado no Encontro Regional de São Paulo realizado nos dias 15 e 16 de dezembro de 19842.

Credenciados/participantes: 148 delegados

¹ Ver Ata do Encontro Nacional do PT, Diadema (SP), 12 e 13 de janeiro de 1985, p. 1.

² Idem, p. 2.

4º ENCONTRO NACIONAL¹¹

30 DE MAIO A 1º DE JULHO DE 1986
HOTEL DANÚBIO, SÃO PAULO (SP)

ELEGE O 3º DIRETÓRIO NACIONAL E AMPLIA O NÚMERO DE MEMBROS PARA 80, INCLUÍDOS OS SUPLENTES.

Aprova a *Linha Sindical do Partido dos Trabalhadores*, um *Documento Eleitoral Básico* que “estabelece como plataforma para as eleições de 1986 uma série de objetivos prioritários para o PT” e um *Plano de Ação Política e Organizativa do PT para o período 1986/87/88*, que analisa o estágio de desenvolvimento do capitalismo no Brasil, as perspectivas de transformações na direção do socialismo, a transição e crise da burguesia, o pacote econômico e o Congresso Constituinte, além de traçar as tarefas políticas e organizativas e as propostas imediatas para o partido. Pronuncia-se sobre os recursos eleitorais apresentados por filiados de Alagoas, Rio de Janeiro, Pernambuco e Bahia e aprova a resolução *Constituinte*, que propõe que o DN “assuma esta questão como prioritária” e crie Comitês Constituintes em níveis estaduais e nacional para receber e sistematizar propostas para a elaboração de uma “Constituição Popular”, a partir do anteprojeto elaborado pelo jurista Fábio Konder Comparato e editado sob o título *Muda Brasil*, pela editora Brasiliense.

TESES-GUIAS:

- 1) Livreto contendo os resultados do Encontro Nacional Sindical do PT, realizado em Diadema, entre 17 e 19 de maio de 1985, e os resultados do 2º Encontro Nacional de Sindicalistas do PT, realizado em Diadema, entre 16 e 18 de maio de 1986;
- 2) Documento Eleitoral Básico, aprovado pelo Diretório Nacional em 1º e 2 de março de 1986;
- 3) Articulação por uma proposta democrática, de massas e socialista para o PT.

CHAPAS APRESENTADAS:

- 1) Articulação por uma proposta democrática, de massas e socialista para o PT, encabeçada por Olívio Dutra;

¹¹ Fonte: Circular 18/86 da Secretaria Geral Nacional, de 10 de junho de 1986.

2) Alternativa Operária e Popular, por Raul Pont.²

Resultado da votação: chapa 1: 226 votos (72,2%); chapa 2: 87 votos (27,8%); brancos: 7 votos; nulos: 6 votos.

Presentes: 334 delegados credenciados 326 votantes.

Estados representados (24): AC, AL, AM, BA, CE, DF, ES, GO, MA, MG, MS, MT, PA, PB, PE, PI, PR, RJ, RN, RO, RS, SC, SE e SP; e 1 território federal: AP.

² Fonte: Ata do 4º Encontro Nacional do PT.

5º ENCONTRO NACIONAL¹¹

4 A 6 DE DEZEMBRO DE 1987
SENADO FEDERAL, BRASÍLIA (DF)

ELEGE O 4º DIRETÓRIO NACIONAL.

Aprova uma série de *Resoluções Políticas*, que formulam a “estratégia democrática e popular”, na qual a luta pela conquista do governo (que não se confunde com o poder) é concebida como eixo articulador da estratégia de luta pelo socialismo no Brasil; um *Programa democrático-popular* que abrange reivindicações de interesse dos trabalhadores e uma *Política de Alianças do PT*, estratégica, abarcando alianças no campo da classe trabalhadora e no campo democrático e popular.

Atualiza a resolução aprovada no 4º Encontro com o item *A Política Sindical do PTe* e aprova uma outra sobre *O PT e o Movimento Popular*, além de posicionar-se sobre *O Centenário da Abolição da Escravatura*, *A Campanha Eleitoral de 1988* e *A Construção do PT*, aprovando, entre outras, as *Resoluções sobre Tendências sobre Proporcionalidade*. Como decorrência da resolução sobre Tendências, o DN aprova, em 1990, o documento “Regulamentação das Tendências Internas”, anexado, nesta publicação, às deliberações do 5º Encontro. Finalmente, lança a candidatura de Lula à Presidência da República.

Outras resoluções aprovadas: *O Momento Atual e as Tarefas do PT*; *Objetivo Estratégico do PT: Socialismo*; *As Táticas do PT*.

TESES APRESENTADAS:

- 1) Por um PT de Massas Democrático e Socialista, José Dirceu (214 votos - *tese-guia*);
- 2) Frente à Crise, Ampliar o Movimento de Massas e Avançar na Construção do PT, Vladimir Palmeira (3 votos);
- 3) O PT e o Caminho da Revolução Socialista, Renato Afonso (5 votos);

¹¹ Fontes: Ata do 5º Encontro Nacional; Circular 22/87 de 9/12/87, da Segunda Secretaria da Comissão Executiva Nacional; Regulamento do 5º Encontro Nacional e *Boletim Nacional* nº. 33, de novembro de 1987 a janeiro de 1988.

- 4) O PT pela Base, Eduardo Jorge (47 votos);
- 5) O PT de Luta, Democrático e Socialista: Raul Pont (28 votos);
- 6) O PT na Rua, Markus Sokol (10 votos);
- 7) O PT na Luta pelo Socialismo, Ivan Valente (21 votos);
- 8) Por uma Alternativa Política com Perspectiva Socialista, José Genoino (34 votos).

Outras teses apresentadas: três propostas de Resolução sobre Tendências:

- 1) Articulação, Luiz Gushiken (204 votos);
- 2) Perspectiva Socialista, José Genoino e Ivan Valente (4 votos);
- 3) Por um PT de Massa, Democrático e Socialista, Flávio Koutzii (147 votos);
- 4) 2 propostas de resolução sobre proporcionalidade.

CHAPAS APRESENTADAS:

- 1) O PT pela Base, encabeçada por Eduardo Jorge;
- 2) Por um PT de Massas, encabeçada por Olívio Dutra;
- 3) Em Defesa da Democracia, encabeçada por Arlete Sampaio;
- 4) Luta Socialista, encabeçada por José Genoino.

RESULTADO DA VOTAÇÃO:

Chapa 1: 46 votos; chapa 2: 212 votos; chapa 3: 13 votos; chapa 4: 86 votos; brancos: 10 votos; nulos: 1 voto.

CRITÉRIOS DE PARTICIPAÇÃO:

- 1) delegados eleitos nos Encontros Regionais, na proporção de 1 por mil filiados ou fração igual ou maior que 500;
- 2) membros efetivos e suplentes da Comissão Executiva Nacional.

Presentes: 368 delegados.

Estados representados: 23 (AC, AL, AM, BA, CE, DF, ES, GO, MA, MG, MS, MT, PA, PB, PE, PI, PR, RJ, RN, RO, RS, SC, SP) e 1 território federal: AP.

6º ENCONTRO NACIONAL¹¹

16 A 18 DE JUNHO DE 1989
COLÉGIO CAETANO DE CAMPOS, SÃO PAULO (SP)

Aprova o documento *O Momento Atual e as Nossas Tarefas* que, vendo o PT como o principal partido de oposição a partir da correlação de forças criada com os resultados eleitorais de 1988, indica que o Programa de Governo Democrático-Popular e o próprio Governo Democrático-Popular, “instrumentos capazes de viabilizar a alternativa dos trabalhadores à crise política atual, na ordem do governo, podem, entretanto, vir a abrir condições para a disputa de uma alternativa de poder”.

Formaliza a candidatura de Lula para a eleição presidencial de 1989 e aprova as resoluções *As Eleições Presidenciais e a Candidatura Lula, Diretrizes para a Elaboração do Programa de Governo e As Bases do PAG (Plano de Ação de Governo)*.

Esse Encontro foi marcado pela realização de dois atos: o primeiro, de repúdio ao massacre dos estudantes e trabalhadores chineses e o segundo em comemoração ao 10º aniversário da conquista da anistia no Brasil².

Tese-guia: texto básico apresentado pelo Diretório Nacional que, modificado pelas emendas votadas, deu origem às resoluções supracitadas.

Presentes: 543 delegados.

Estados representados (25): AC, AL, AM, BA, CE, DF, ES, GO, MG, MS, MT, PA, PB, PE, PI, PR, RJ, RN, RO, RR, RS, SC, SE, SP, TO.

¹ Fonte: Relatório de delegados por estado e *Boletim Nacional* nº. 46, de julho/setembro de 1989.
² *Boletim Nacional* nº. 46, de julho/setembro de 1989, p. 9.

7º ENCONTRO NACIONAL¹¹

31 DE MAIO A 3 DE JUNHO DE 1990
PALÁCIO DE CONVENÇÕES DO ANHEMBI (SP)

ELEGE O 5º DIRETÓRIO NACIONAL.

Aprova a resolução *O Socialismo Petista*, onde reafirma sua análise sobre o sistema capitalista e procura “consolidar, sinteticamente, o acúmulo partidário no que se refere ao socialismo” posicionando-se, inclusive, sobre o colapso do socialismo burocrático no Leste Europeu.

Na resolução *Construção Partidária* aprova, entre outras questões relativas à organização e ao funcionamento do Partido, a “composição proporcional em todas as instâncias de direção, com representação de todas as chapas que alcancem 10% de votação nos Encontros”. Esta deliberação é incluída no Regimento Interno do PT.

Em *Conjuntura e Tática*, avalia a eleição de Collor, o Plano Collor, o novo momento político e situa-se perante as eleições de 1990, além de aprovar um Plano de Ação para o Diretório Nacional e análises sobre as prefeituras petistas e sobre a questão agrária no país.

CHAPAS APRESENTADAS:

- 1) Socialismo e Liberdade, encabeçada por Eduardo Jorge e José Genoino;
- 2) Articulação da Luta Socialista, encabeçada por Lula;
- 3) PT de Luta e de Massas, encabeçada por Valério Arcari e Markus Sokol;
- 4) Alternativa Socialista e Revolucionária, encabeçada por João Machado.

RESULTADO DA VOTAÇÃO:

chapa 1: 17% (14 membros no DN), chapa 2: 56% (46 membros no DN), chapa 3: 11% (9 membros no DN) e chapa 4: 16% (13 membros no DN).

TESES APRESENTADAS:

- 1) Socialismo e Estratégia, da Articulação (*tese-guia*);
- 2) Em Defesa do Socialismo com Democracia: Por um PT de Luta, da Convergência Socialista;

¹¹ Caderno de Teses, Boletim Nacional, edição especial e Boletim Nacional n.º 51, de julho de 1990.

- 3) O PT e o Socialismo da Democracia Socialista;
- 4) A Luta Socialista Hoje, da Força Socialista;
- 5) A Opção Socialista do PT no Brasil do Movimento por uma Tendência Marxista;
- 6) Por um Socialismo Democrático e Humanístico, da Nova Esquerda;
- 7) Sobre a Questão do Socialismo, do Trabalho;
- 8) Uma Nova Era da Luta pelo Socialismo no Mundo, da Vertente Socialista.

Presentes: 568 delegados.

Estados representados: 26 (AC, AL, AM, AP, BA, CE, DF, ES, GO, MA, MG, MS, MT, PA, PB, PE, PI, PR, RJ, RN, RO, RS, SC, SE, SP e TO).

8º ENCONTRO NACIONAL¹¹

11 A 13 DE JUNHO DE 1993
CENTRO DE CONVENÇÕES – BRASÍLIA/DF

ELEGE O 6º DIRETÓRIO NACIONAL.

Aprova a resolução *Por um governo Democrático-Popular* onde a conquista do governo é concebida como resultado de uma ampla mobilização de massas e uma alavanca para a realização das reformas estruturais e avalia que “a crise política, econômica e social brasileira só terá solução com a vitória do campo democrático e popular”. Afirma também que “A vitória em 1994 consolidará o PT – e sua experiência de governo – como uma referência para o movimento socialista internacional” e indica, finalmente, o caráter antimonopolista, antilatifundiário e antiimperialista de seu programa, capaz de promover uma verdadeira revolução democrática no Brasil, com a quebra do controle dos monopólios sobre a economia, a democratização do Estado e da propriedade da terra e uma inserção soberana do país no cenário mundial.

No documento *O Momento Político* avalia o governo Itamar Franco e posiciona-se em relação as outras forças políticas existentes no país.

Outra resolução aprovadas: Carta de Brasília.

TESES APRESENTADAS E VOTAÇÃO DA TESE-GUIA SOBRE O TEMA O MOMENTO POLÍTICO:

- 1) Uma Opção de Esquerda, 189 votos (*tese-guia*);
- 2) Unidade na Luta, 143 votos;
- 3) Na Luta PT, 107 votos;
- 4) Para Mudar o Brasil, 50 votos, além de 8 abstenções².

CHAPAS APRESENTADAS:

- 1) Sem Medo de Ser Socialista pela Base com Independência;
- 2) Articulação Unidade na Luta;

¹ Fonte: *Boletim Nacional* n.º 71, de julho de 1993.

² Para o tema Projeto Alternativo, Aloizio Mercadante, representante da “Unidade na Luta”, propôs que a tese-guia fosse “Uma Opção de Esquerda”, sem necessidade de votação, já que esta foi a vencedora no tema anterior. A sugestão foi acatada e, sem votação, “Uma Opção de Esquerda” foi escolhida como tese-guia. (*Boletim Nacional* n.º 71).

- 3) Na Luta PT;
- 4) Democracia Radical;
- 5) Uma Opção de Esquerda.

RESULTADO DA VOTAÇÃO:

chapa 1: 18 votos (3,47%), chapa 2: 152 votos (29,34%); chapa 3: 99 votos (19,11%); chapa 4: 60 votos (11,58%); chapa 5: 189 votos (36,48%)

Delegados e eleitos: 530. No momento da escolha da tese-guia 499 delegados votaram; na escolha da direção 518 votaram.

9º ENCONTRO NACIONAL¹¹

29 DE ABRIL A 1º DE MAIO DE 1994
BRASÍLIA/DF

Aprova as resoluções *A Conjuntura e a Campanha, Fidelidade Partidária e Carta Eleitoral*² que situam o PT na disputa de 1994 e definem os objetivos do Partido e os compromissos dos candidatos no processo eleitoral e, posteriormente, se eleitos.

Ratifica o documento *1994: Uma Revolução Democrática no Brasil, Bases do Programa de Governo*.

Lançamento oficial da candidatura Lula Presidente.

Presentes: 440 delegados.

1 Fonte: *Boletim Nacional* n.º 87, da 2ª quinzena de maio de 1994.

2. O texto final "Bases do Programa de Governo – 1994: Lula Presidente, Uma Revolução Democrática no Brasil", também aprovado no 9º Encontro Nacional, encontra-se publicado em um caderno especial.

10º ENCONTRO NACIONAL¹¹

18 A 20 DE AGOSTO DE 1995
SESC - GUARAPARI/ES

Aprova um texto sobre *Conjuntura Nacional* que caracteriza o Governo FHC como um governo de perfil neoliberal porque expõe o sistema produtivo nacional à concorrência internacional predatória, debilita o necessário papel regulador do Estado na economia e ameaça as já precárias garantias sociais das classes trabalhadoras. Afirma também que alterar essa conjuntura supõe reforçar e potencializar as lutas sociais, concluindo que a oposição que o PT vai desenvolver contra o Governo FHC é global. Este texto tem ainda o objetivo de situar o PT para as eleições de 1996. A resolução sobre *Construção Partidária*, atualiza a posição dos petistas com relação às questões de ordem interna e de organização, e *O PT e os Movimentos Sociais* avalia o papel das secretarias de Movimentos Populares, Agrária e Sindical na conjuntura, ação e relação com os movimentos sociais. Finalmente, em *Resolução Sobre os Petistas e a Comunidade Solidária*, orienta governos, parlamentares e filiados a combaterem o Programa que na verdade “traduz-se em instrumento de cooperação política do Governo Federal.”

TESES APRESENTADAS:

- 1) Articulação Unidade na Luta (*tese-guia*);
- 2) Afirmando Alternativas, da Democracia Radical;
- 3) Uma Opção de Esquerda;
- 4) O PT na Luta Contra o Neoliberalismo, encabeçada por Adalberto Ângelo Custódio;
- 5) O PT em Defesa da Nação, do Movimento na Luta, PT!;
- 6) Novas Realidades, Velhos Desafios: O Projeto Revolucionário do PT Face à Ofensiva Neoliberal, encabeçada por Vladimir Palmeira;

1 Fontes: Caderno de Teses, de 30 de junho de 1985, Caderno de Resoluções do 10º Encontro, s/d. e Tabela com os resultados das votações, elaborada pela Secretaria de Organização Nacional do PT, s/d.

2 No 10º Encontro Nacional do PT acontece, pela primeira vez, uma disputa pela presidência do partido. O presidente até então sempre fora eleito por aclamação, em chapa única.

7) O PT e os Movimentos Sociais, das Secretarias Nacionais Agrária, de Movimentos Populares e Sindical.

Candidatos à Presidência do PT²: José Dirceu: 215 votos (54,02%), Hamilton Pereira: 183 votos (45,98%) e brancos: 16 votos.

CHAPAS APRESENTADAS:

- 1) Democracia Radical;
- 2) Socialismo e Democracia;
- 3) Velhos Sonhos, Novos Desafios;
- 4) Articulação Unidade na Luta.

Resultados da votação: 1: 31 votos (7,58%); chapa 2: 189 votos (46,21%); chapa 3: 24 votos (5,87%); chapa 4: 165 votos (40,34%).

Presentes: 414 delegados.

11º ENCONTRO NACIONAL

28 A 30 DE AGOSTO DE 1997 – HOTEL GLÓRIA/RJ

Decide na *Carta do Rio de Janeiro* “articular uma candidatura presidencial e uma plataforma de governo capazes de constituir uma frente de partidos, segmentos sociais, personalidades e entidades democráticas, construir um polo de disputa e lançar as bases de um caminho alternativo para o nosso país”.

Reafirma que “o avanço das lutas populares é o principal instrumento de resistência ao projeto neoliberal e sustentação de alternativa de governo democrático e popular”.

Aprova uma Agenda de Mobilizações, que tem como eixos a *Campanha José Rainha é Inocente* e a participação dos militantes do Partido no *3º Grito dos Excluídos*.

Posiciona-se pela realização de um Encontro Nacional Extraordinário com os mesmos delegados deste Encontro e pela realização do II Congresso do PT, no primeiro semestre de 1998.

TESES APRESENTADAS:

- 1) Posição do PT na Campanha Eleitoral de 1998, encabeçada por Plínio de Arruda Sampaio, 31 votos;
- 2) É Possível Resistir, Basta Querer, encabeçada por Adilson Pires, 33 votos;
- 3) Mudar o PT para Mudar o Brasil, encabeçada por Bruno Maranhão, 176 votos;
- 4) Aprofundar a Democracia: Tarefa Histórica do PT, encabeçada por Adalberto Vieira, 42 votos;
- 5) Articulação Unidade na Luta, encabeçada por José Dirceu, 222 votos (*tese-guia*);
- 6) Construindo uma Nova Democracia, encabeçada por Aparecido Luiz da Silva, 16 votos;
- 7) Com os Trabalhadores, pelos Direitos e Reivindicações”, encabeçada por Anísio Garcez Homem, 17 votos.

CHAPAS APRESENTADAS:

- 1) Luta Socialista;
- 2) Articulação Unidade na Luta.

Credenciados: 552 delegados.

ENCONTRO EXTRAORDINARIO

23 E 24 DE MAIO DE 1998 – SÃO PAULO/SP

Aprova a chapa Lula-Brizola para as eleições de 1998 e as *Diretrizes de Programade Governo*, além de posicionar-se sobre os recursos eleitorais dos petistas doRio de Janeiro, Pernambuco, Acre e Amazonas.

RESOLUÇÕES APROVADAS:

1. O Fim de um Ciclo; 2. Recurso do Rio de Janeiro; 3. Recurso de Pernambuco; 4. Recurso do Amazonas, 5. Recurso do Acre.

Presentes: 543 delegados.

TESES APRESENTADAS:

Diretrizes de Programa para Candidatura Lula, Roberto Robaina;

Pela Radicalização da Democracia, José Genoíno;

Lula Presidente para Derrotar FHC, Markus Sokol;

Organizar a Campanha para Eleger Lula, sem representante;

1998: Disputar para Valer, Jorge Branco e Joaquim Soriano;

Articulação Unidade na Luta, Uma Agenda 21 do PT para um BrasilSustentável, membros do DN: Aloízio Mercadante e outros.

Tese-guia: Articulação Unidade na Luta.

II CONGRESSO NACIONAL DO PT

24 A 28 DE NOVEMBRO 1999 – BELO HORIZONTE/MG

Aprova o *Programa da Revolução Democrática*¹, que tem três eixos fundamentais: o social, o democrático e o nacional, que se traduzirão em um conjunto de reformas econômicas e políticas a serem implementadas por uma ampla coalizão de forças sociais e políticas.

ANEXOS:

O socialismo petista (texto extraído do 7º Encontro Nacional) e Socialismo (texto extraído do I Congresso Nacional);
Resolução sobre o crime organizado
Resolução sobre os 500 anos
Resolução Formação Política;
Resolução das pessoas portadoras de deficiência;
Resolução sobre Comunicação;
Resolução sobre Meio Ambiente;
Sobre Finanças Partidárias para ser apreciada pelo Diretório Nacional.

MOÇÕES²:

Moção de Apoio 1º Mumia Abul Jamal.

TESES APRESENTADAS³:

- 1) O Mundo em definição;
- 2) O Partido dos Trabalhadores: História e Futuro;
- 3) Alternativa PT;
- 4) Tese da CST ao II Congresso Nacional do PT;
- 5) Um Ecossistema para o um Mundo Novo;
- 6) Declaração da Corrente o Trabalho do partido dos Trabalhadores;
- 7) PT Para Quê?;
- 8) O Combate ao Racismo é Outra História;
- 9) O Programa da Revolução Democrática;

1 Fonte: Caderno de Resoluções do II Congresso Nacional do PT, 24 a 28 de novembro de 1999.

2 Fonte: idem.

3 Fonte: Caderno de Teses do II Congresso Nacional do PT, 24 a 28 de novembro de 1999.

- 10) Por Uma Democracia Republicana;
- 11) Nosso Tempo;
- 12) Retomar a Iniciativa;
- 13) Socialismo ou Barbárie;
- 14) Uma Juventude de Massa para um Partido de Massa

CANDIDATOS À PRESIDÊNCIA DO PT⁴²:

Arlindo Chinaglia; José Dirceu; Milton Temer.

ORDEM DAS CHAPAS⁵:

- 1) Nosso Tempo;
- 2) Campo Majoritário do PT;
- 3) Democracia Radical;
- 4) Socialismo ou Barbárie;
- 5) Movimento;
- 6) PT de Lutas e de Massas;
- 7) Fiel ao PT das Origens.

TESE-GUIA⁶:

O Programa da Revolução Democrática: Para a construção de um Brasil livre, justo e solidário.

Delegados Presentes⁷: 441.

4 Fonte: Arquivo Digital SORG - II Congresso Nacional do PT – 1999.

5 Fonte: Idem, 1999.

6 Fonte: Caderno de Resoluções do II Congresso Nacional do PT, 24 a 28 de novembro de 1999.

7 Fonte: Arquivo Digital SORG - II Congresso Nacional do PT – 1999.

12º ENCONTRO NACIONAL DO PT

14 A 16 DE DEZEMBRO 2001 - RECIFE/PE

O 12º Encontro Nacional do PT aprova a resolução *Um outro Brasil é possível* que avalia o governo FHC, apresenta alternativas e defende uma ampla política de alianças para derrotar o governo tucano nas eleições de 2002. Também divulga o documento *Diretrizes do Programa de Governo para 2002*

RESOLUÇÕES APROVADAS¹:

- 1) Um outro Brasil é Possível;
- 2) Diretrizes do programa de governo do PT para o Brasil²;
- 3) Prévia Nacional;
- 4) Construção Partidária.

ANEXOS:

Resolução sobre a Alca

Em defesa dos Direitos dos Trabalhadores. Não ao Projeto Dornelles.

MOÇÕES APROVADAS³:

Moção sobre o assassinato do Companheiro prefeito de Campinas Antonio da Costa Santos

Moção de solidariedade ao prefeito de Belo Horizonte Célio de Castro

Moção Oriente Médio: Paz urgente!

Moção: Festival da Juventude

Moção de solidariedade: no dia internacional dos Direitos Humanos, a OEA obriga o Brasil a proteger defensores ameaçados no RN

Moção contra a discriminação por orientação sexual e pela afirmação da cidadania homossexual

1 Fonte: Caderno de Resoluções do XII Encontro Nacional do PT, 14 a 16 de dezembro de 2001

2 O texto de "Diretrizes do Programa de Governo", publicado como Resolução do XII Encontro de Recife, não é o texto final. Isto porque algumas das emendas aprovadas, que não tinham localização textual precisa ou dependiam de ajustes de redação, estavam sendo incorporadas pelo coordenador do PAG, companheiro Celso Daniel, quando este foi brutalmente assassinado. (Conforme errata, publicada no caderno de Resoluções do XII Encontro).

3 Fonte: Idem.

Moção em defesa dos direitos da mulher trabalhadora
Moção de apoio ao povo árabe
Moção em defesa da renda máxima
Moção Seminário BID – Banco Internacional de Desenvolvimento
Moção em defesa do povo venezuelano e de suas conquistas
Moção de repúdio à redução da idade penal
Moção de solidariedade à bancada do PT na Assembleia Legislativa de Pernambuco

TESES APRESENTADAS⁴:

- 1) Um Caminho Petista e Socialista, Marcelino Pies;
- 2) Uma revolução democrática;
- 3) A Reconstrução do Brasil, José Dirceu;
- 4) Mais um ano e meio de FHC não dá! Markus Sokol;
- 5) A atualidade de um programa de transição ao Socialismo, Raul Pont;
- 6) Eleições 2002, o programa e o socialismo, Júlio Quadros;
- 7) Por um Partido socialista e de massa, José Fortunati;
- 8) Um PT do tamanho do Brasil, Tilden Santiago.

CANDIDATOS À PRESIDÊNCIA DO PT⁵:

José Dirceu: 113.713 (55,55%);
Raul Pont: 35.277 (17,23%);
Júlio Quadros: 31.062 (15,17%);
Tilden Santiago: 15.552 (7,60%);
Ricardo Berzoini: 5.769 (2,82%);
Markus Sokol: 3.336 (1,63%).

Total de votos válidos: 204.709 Votos nulos: 11.219 (5,48%)
Votos brancos: 6.028 (2,94%)

CHAPAS APRESENTADAS⁶:

Por um Socialismo Democrático - (Chapa 10);
Um Outro Brasil é Possível - (Chapa 20);
Que o Partido Cumpra o Mandato - (Chapa 30);

4 Fonte: 2º Caderno de Teses: Eleições Diretas, setembro de 2001.

5 Fonte: Um outro Brasil é possível. Tese-guia do XII Encontro Nacional do PT

6 Fonte: 2º Caderno de Teses: Eleições Diretas, setembro de 2001.

Um Novo Mundo é Possível. Um novo Brasil é urgente - (Chapa 40);
 Socialismo ou Barbárie - (Chapa 50);
 Democracia Solidariedade e Luta - (Chapa 60);
 Movimento - (Chapa 70).

VOTAÇÃO DAS CHAPAS NACIONAIS⁷

Chapa	nº	votos	%
Um Outro Brasil é Possível	20	105.895	51,62
Socialismo ou Barbárie	50	32.297	15,74
Um Novo Mundo é Possível: Um Novo Brasil é Urgente	40	30.251	14,75
Movimento	70	16.416	8,00
Democracia Solidariedade e Luta	60	10.167	4,96
Por um Socialismo Democrático	10	6.012	2,93
Que o Partido Cumpra o Mandato	30	4.095	2,00

Total de votos válidos: 205.133

Nulos: 9.070 (4,42%)

Branco: 7.633 (3,72%)

Total de votos: 222.956

Tese-Guia⁸: Um outro Brasil é Possível.

Delegados Presentes⁹: 538.

⁷ Fonte: Um outro Brasil é possível. Tese-guia do XII Encontro Nacional do PT.

⁸ Fonte: Idem.

⁹ Fonte: Arquivo SORG - XII Encontro Nacional do PT.

**PROGRAMAS
DE GOVERNO**
SINOPSES

COLIGAÇÃO FRENTE BRASIL POPULAR

PROGRAMA DE GOVERNO 1989

CANDIDATOS:

Presidente: Luiz Inácio Lula da Silva (PT)

Vice-presidente: José Paulo Bisol (PDB)

PARTIDOS DA COLIGAÇÃO:

Partido dos Trabalhadores (PT); Partido Comunista do Brasil (PCdoB); Partido Socialista Brasileiro (PSB)

CADERNOS TEMÁTICOS:

- | Plano Alternativo
- | Democracia
- | Economia
- | Questão Urbana
- | Questão Agrária
- | Sociedade

COORDENAÇÃO GERAL DE CAMPANHA:

COMISSÃO DE PROGRAMA DE GOVERNO:

PRESIDENTE DO PT:

Luiz Gushiken

COLIGAÇÃO FRENTE BRASIL POPULAR PELA CIDADANIA

PROGRAMA DE GOVERNO 1994

CANDIDATOS:

Presidente: Luiz Inácio Lula da Silva (PT)

Vice-presidente: Aloízio Mercadante (PT)*¹

PARTIDOS DA COLIGAÇÃO:

Partido dos Trabalhadores (PT); Partido Comunista do Brasil (PCdoB); Partido Socialista Brasileiro (PSB); Partido Comunista Brasileiro (PCB); Partido Popular Socialista (PPS); Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU)

CADERNOS TEMÁTICOS:

- | O Nordeste e a Integração Nacional
- | Reforçar a Pequena Produção
- | Reforma Urbana
- | Os Compromissos da Frente Brasil Popular Com a Saúde e a Vida
- | A Saúde no Governo Lula
- | Bases do Programa de Governo – Uma Revolução Democrática no Brasil

COORDENAÇÃO GERAL DE CAMPANHA:

Hamilton Pereira, Markus Sokol, Tatau Godinho, Ricardo Kotsho, Paulo Okamoto, Gilberto Carvalho, Jorge Almeida, Rui Falcão, Paulo Vannuchi

COMISSÃO DE PROGRAMA DE GOVERNO:

Coordenador: Marco Aurélio Garcia

Coordenador Adjunto: César Benjamim

Coordenador Adjunto: João Machado

Membros: Aloízio Mercadante, Augusto de Franco, Celso Daniel, Cristovam Buarque, Francisco Weffort, Hamilton Pereira, João Antonio de Paula, Jorge

¹ Substituiu José Paulo Bisol no decorrer da campanha.

Fonte: *Boletim Nacional*, nº 88, 1994.

Bittar, Jorge Mattoso, José Sérgio Gabrielli, L.A. Farias, Luis Eduardo Greenhalgh, Luiz Pinguelli Rosa, Maria Vitória Benevides, Markus Sokol, Maurício Durá, Ozeas Duarte, Paulo Betti, Paulo Sérgio Pinheiro, Paulo Vannucchi, Plínio de Arruda Sampaio, Rui Falcão, Samuel Macdowell, Sônia Hipólito, Telma de Souza, Vladimir Palmeira, Vicente Paulo da Silva

PRESIDENTE DO PT:

Rui Falcão (em exercício)

COLIGAÇÃO UNIAO DO POVO MUDA BRASIL

PROGRAMA DE GOVERNO 1998

CANDIDATOS:

Presidente: Luiz Inácio Lula da Silva (PT)

Vice-presidente: Leonel Brizola (PDT)

PARTIDOS DA COLIGAÇÃO:

Partido dos Trabalhadores (PT); Partido Democrático Trabalhista (PDT);

Partido Comunista do Brasil (PCdoB); Partido Socialista Brasileiro (PSB);

Partido Comunista Brasileiro (PCB).

CADERNOS TEMÁTICOS:

| Caderno de Desenvolvimento Urbano e das Cidades

| Caderno de Agricultura

| Caderno de Emprego

| Caderno de Saúde

| União do Povo Muda Brasil – Diretrizes do Programa de governo

| Carta Compromisso

COORDENAÇÃO GERAL DE CAMPANHA:

Luiz Gushiken

COORDENADOR DA COMISSÃO DE PROGRAMA DE GOVERNO:

Marco Aurélio Garcia

PRESIDENTE DO PT:

José Dirceu

COLIGAÇÃO LULA PRESIDENTE

PROGRAMA DE GOVERNO 2002

CANDIDATOS:

Presidente: Luiz Inácio Lula da Silva (PT)

Vice-presidente: José Alencar (PL)

PARTIDOS DA COLIGAÇÃO:

Partido dos Trabalhadores (PT); Partido Comunista do Brasil (PCdoB); Partido Liberal (PL); Partido da Mobilização Nacional (PMN); Partido Comunista Brasileiro (PCB)

CADERNOS TEMÁTICOS:

- | O Lugar da Amazônia no Desenvolvimento do Brasil
- | Vida Digna no Campo
- | Carta ao Povo Brasileiro
- | Compromisso com a Soberania, o Emprego e a Segurança do Povo Brasileiro
- | Combate à Corrupção
- | Programa de Governo
- | Meio Ambiente e Qualidade de Vida
- | Compromisso com as Mulheres
- | Carta às Pessoas Portadoras de Deficiência
- | Cooperar e Desenvolver; A Imaginação a Serviço do Brasil
- | Concepção e Diretrizes do Programa de Governo do PT para o Brasil
- | Uma Escola do Tamanho do Brasil
- | Mais e Melhores Empregos – 2002
- | Saúde para a Família Brasileira
- | Compromisso com os Povos Indígenas.

COORDENAÇÃO GERAL DE CAMPANHA:

José Dirceu

COMISSÃO DE PROGRAMA DE GOVERNO:

Coordenador: Antônio Palocci Filho (in *memorian*: Celso Daniel)

Membros: Aloízio Mercadante, Gilney Viana, Jorge Bittar, Luiz Dulci, Luiz Marinho, Marcel Frison, Marcelino Pies, Marcelo Déda, Márcio Meira, Marco Aurélio Garcia, Maria da Conceição Tavares, Maria Victória Benevides (Ouvidora), Marina Silva, Marta Suplicy, Matilde Ribeiro, Miguel Rosseto, Nelson Pelegrino, Oded Grajew, Patrus Ananias, Ronald Rocha, Tania Bacelar, Tarso Genro

Convidados: Gilberto Carvalho, Ivete Garcia, Newton Lima Neto, Ricardo Carneiro, Ana Maria M. da Fonseca, Glauco Arbix

Coordenação Executiva: Antonio Prado e Clara Ant

PRESIDENTE DO PT:

José Dirceu

DIRETÓRIO NACIONAL DO PARTIDO DOS TRABALHADORES

Presidente: José Genoíno

COMISSÃO EXECUTIVA NACIONAL

Arlete Sampaio, Conceição Nascimento, Delúbio Soares de Castro, Francisco Campos, Gleber Naime, Idelli Salvatti, Joaquim Soriano, Jorge Almeida, José dos Reis Garcia, Marcelo Sereno, Maria Eunice Wolf, Marlene Rocha, Marta Suplicy, Mônica Valente, Paulo Delgado, Paulo Ferreira, Romênio Pereira, Sílvio José Pereira, Valter Pomar, Delcídio Amaral e Paulo Rocha

SECRETARIA NACIONAL DE ORGANIZAÇÃO

Secretário: Gleber Naime

NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DO PT

Coordenadora: Maria Alice Vieira

Consultora: Solange de Souza

Equipe: Ana Emília Ferreira de Paula, Cleudenice Machado Pólvoa, Daniel Deminice, Fábio Chiarinelli, Laura Tresca, Miriam Della Posta de Azevedo

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

Presidente: Hamilton Pereira

Vice-presidente: Ricardo de Azevedo

Diretora: Selma Rocha

Diretor: Flávio Jorge

CENTRO SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA

Coordenador: Alexandre Fortes

Coordenador-assistente: João Marcelo Pereira dos Santos

Pesquisadores: Carlos Chirinian e Maurício Fornasiari Rivero

Estagiários: Julio César Fonte Alcântara, Marcelo Moura Batista,

Melissa Lourenço Machado, Samantha Lourenço Tomé

EDITORA FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

Coordenador editorial: Flamarion Maués

Editora-assistente: Candice Q. Baptista

Assistente editorial: Viviane Akemi Uemura

ROSA LUXEMBURG STIFTUNG

Diretor no Brasil: Gert Peuckert

FICHA TÉCNICA DO CD-ROM

Responsáveis técnicos:

Maria Alice Vieira

Carlos Chirinian

Pesquisa:

Ana Emília Ferreira de Paula, Cleudence Machado Pólvoa, Fábio Chiarinelli,
Manuel Boalerges A. Ferreira Jr., Maurício Fornasiari Rivero, Miriam Della Posta
de Azevedo, Samantha Lourenço Tomé

Revisão:

Fabiana Aiolfé
Laura Tresca
Viviane Akemi Uemura

Digitalização:

Marcelo Moura Batista

Apresentação Digital e Multimídia:
InfoDigital Tecnologia em Informática
www.infodigital.com.br
Waldemar B. Arruda

RESPONSÁVEIS PELA EDIÇÃO IMPRESSA EM 1998

Organização:

Jorge Almeida, Maria Alice Vieira, Vitória Cancelli

Pesquisa:

Ana Lúcia Santana, António Cerveira de Moura, Carlos Chirinian, Maurício
Fornasiari Rivero, Mônica Rodrigues

Preparação de originais:

António Cerveira de Moura

Digitação/digitalização:

Claudia Maas, Gezilda Martins Lima, Maria Coerin

Revisão:

António Cerveira de Moura, Gezilda Martins Lima, Maurício Balthazar Leal,
Myriam Luiz Alves

Índice remissivo:

Paula Cristina Bernardo

Projeto Gráfico:

Mare Magnun

Agradecemos aos fotógrafos

A FUNDAÇÃO ROSA LUXEMBURG STIFTUNG - RLS

A Fundação Rosa Luxemburg foi fundada em 1990 e é, desde 1996, uma fundação política próxima ao Partido do Socialismo Democrático (PDS) da Alemanha. Em seu trabalho internacional a Fundação Rosa Luxemburg está comprometida com os princípios da solidariedade internacional por um desenvolvimento social e democrático, trabalhando com organizações sindicais, movimentos sociais de base, institutos de pesquisa e educação, organizações internacionais e partidos políticos. Em 2005, está realizando 20 projetos em 12 países diferentes.

Desde o ano de 2002 a Fundação colocou em andamento suas atividades na América do Sul, tendo em vista realizar ou apoiar programas educativos e de consultoria que fomentem o processo de desenvolvimento democrático. Seu objetivo central é o apoio de atores políticos que lutam pela participação democrática e pela justiça social, além da construção de um espaço para o diálogo aberto na sociedade civil. O Instituto Rosa Luxemburg Stiftung foi aberto em São Paulo, em 2003, como organização não governamental para análise social e política.

ÍNDICE DE SIGLAS

A

(MAI), Acordo Mundial de Investimentos
(ARENA), Aliança Renovadora Nacional
(ALCA), Área de Livre Comércio das Américas
ARENA, ver Aliança Renovadora Nacional
(ABI), Associação Brasileira de Indústrias

B

(BC), Banco Central
(BB), Banco do Brasil
(BID), Banco Interamericano de Desenvolvimento
(BIRD), Banco de Reconstrução e Desenvolvimento
(BNDES), Banco Nacional do Desenvolvimento Social
(BNH), Banco Nacional de habitação
BRB-Trabalho

C

(CEF), Caixa Econômica Federal
(CMP), Central de Movimentos Populares
(CGT), Central Geral dos Trabalhadores
(CUT), Central Única dos Trabalhadores
(Cenimar), Centro de Informações da Marinha
CETAT
(CEN), Comissão Executiva Nacional do PT
(CERJ), Companhia de Eletricidade do Rio de Janeiro
(CSN), Companhia Siderúrgica Nacional
(CVRD), Companhia Vale do Rio Doce
(CVRD), Confederação Nacional da Agricultura (CNA)
(CNI), Confederação Nacional da Indústria
(Conam), Confederação Nacional de Associações de Moradores²
(CONTAG), Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
(CONCLAT), Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras
(CNBB), Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
(CONCUT), Congresso da CUT
(CLT), Consolidação das Leis do Trabalho
(CSN), Conselho de Segurança Nacional
(CFE), Conselho Federal de Educação
CONTAG, ver Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CONTEC
CPI da CUT
CPI das Privatizações
de Collor, 560
popular, 496

D

DIEESE - Departamento Intersindical de Estudos
DOI- CODI, Destacamento de Operações, 92
(DOPS), Departamento de Ordem Política e Social, 92

E

(ENEPT), Encontro Nacional de Estudantes Petistas 279
(ENPT), Encontros Nacionais

F

FAO, ver 304
(FIESP), Federação das Indústrias e Comércio do Estado de São Paulo 235, 238, 509
(FSM), Federação Sindical Mundial 403
FHC, ver CARDOSO, Fernando Henrique
FMI, ver Fundo Monetário Internacional
(FBP), Frente Brasil Popular 284, 285, 291, 292, 293, 294, 299, 300, 311, 354, 370, 371, 372, 374, 481, 536, 537, 540
(FMLN), Frente Farabundo Martí de Libertación Nacional 570
(FREPASO), Frente país Solidário 570
(FSLN), Frente Sandinista de Libertação Nacional, 234, 241, 405
(FEBEM), Fundação Estadual do Bem Estar do Menor 207
(FUNAI), Fundação Nacional do Índio 601
(FWP), Fundação Wilson Pinheiro 113, 115, 141, 375
(FEF), Fundo de Estabilização Fiscal 566, 585
(FGTS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço 85, 93, 160, 333, 334, 367
Fundo de Valorização do Magistério, 585
(FMI), Fundo Monetário Internacional 124, 125, 128, 153, 156, 161, 184, 197, 198, 221, 222, 225, 227, 244, 283, 322, 400, 473, 497, 532, 586

G

H

I

(IBGE), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística 257
(ICM), Imposto sobre circulação de Mercadorias, 208
ICMS, 585
(IOF), Imposto sobre Operações Financeiras 367
(INAMPS), Instituto Nacional de Assistência Médica e Previdência Social 160,
(INPC), Índice Nacional de Preço ao Consumidor
(INAP), Instituto Nacional de Administração e Política Pública
(INCRA), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
(IPC), Índice de Preços ao Consumidor
(INPC), Índice Nacional de Preços ao Consumidor
IPCA

IPTU
ITR

M

Mercosul
(MOMSP), Movimento de Oposição Metalúrgica de São Paulo
(MAB), Movimento dos Atingidos por Barragens
(MST), Movimento Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem-terra
MR- 8

O

Ordem
(OAB), dos Advogados do Brasil
Social
Econômica
Organização
dos Trabalhadores
(OMS), Mundial de Saúde
(ONU), Organização das Nações Unidas
(OIT), Organização Internacional do Trabalho
Convenção 87 da
Organização Mundial do Comércio
Organizações de base
(ONG), Organizações Não Governamentais
(ORTN), Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional
(OTN), Obrigações do Tesouro Nacional

P

(PURR), Pacto de Unidade e Resposta Rural
(PCB), Partido Comunista Brasileiro
(PC do B) Partido Comunista do Brasil
(PFL), Partido da Frente Liberal
(PMN), Partido da Mobilização Nacional
(PRN), Partido da Renovação Nacional
(PSDB), Partido da Social Democracia Brasileira
(PDS), Partido Democrático Social
(PDT), Partido Democrático Trabalhista
(PMDB), Partido do Movimento Democrático Brasileiro
(PT), Partido dos Trabalhadores
fundação do,
(PH), Partido Humanista
(PL), Partido Liberal
(PRI), Partido Revolucionário Institucional
(PRD), Partido Revolucionário Democrático

(PSB), Partido Socialista Brasileiro
(PTB), Partido Trabalhista Brasileiro
(PRD), Partido Revolucionário Democrático
Partido Verde (PV)
(PNBE), Pensamento Nacional das Bases Empresariais
PIS - PASEP
(PAG), Plano de Ação de Governo *ver Programa de Ação Governamental,
(PEAE), Plano Econômico Alternativo de
socialista,
urbana
indígenas
PP
PPB
PPR
PPS
(PIB), Produto Interno Bruto
Programa Comunidade Solidária
Programa de Garantia de Renda Mínima
(PAG), Programa de Ação Governamental 5
agrário do PAG
PAG
Programa Nacional de Habitação
Programa Nacional de Desenvolvimentismo
Programa Nacional de Desenvolvimento
Programa Nacional de Desestatização
(PENSA), Programa Nacional de Segurança Alimentar
PSTU

S
SABES8
(SNI), Serviço Nacional de Informações
SESC- Guarapari
(SUS), Sistema Único de Saúde
Sistema Financeiro de Habitação
(SRB), Sociedade Rural Brasileira

T
(UCR), União Cívica Radical
(UNI), União das Nações Indígenas
(UDR), União Democrática Ruralista
(UNE), União Nacional dos Estudantes
(UNRG), União Nacional Revolucionária Guatemalteca
(USI), União Sindical Independente
(URSS), União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
UPE
URV



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores



PT
PARTIDO
DOS TRABALHADORES